

3º CICLO DE ESTUDOS
DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

A geografia cultural do medievo. A representação do espaço na *Historia Compostellana* (século XII)

Mariana Fonseca Barros

D

2024



Mariana Fonseca Barros

**A geografia cultural do medievo. A
representação do espaço na *Historia
Compostellana* (século XII)**

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelo
Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral
e pelo Professor Doutor Francesco Renzi

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Índice

Declaração de honra	6
Agradecimentos.....	7
Resumo	8
Abstract.....	9
Apresentação	10
1. Analisar o espaço na <i>Historia Compostellana</i> – opções metodológicas e contributos historiográficos	16
2. O espaço extrapeninsular	35
2.1. A França e a(s) Gália(s): a construção do espaço além-Pirenéus.....	43
2.1.1. A terminologia usada na HC: <i>Francia</i> , <i>Gallia</i> e <i>Galliae</i>	43
2.1.2. Os povos de além-Pirenéus	72
2.1.3. Os Pirenéus, um território de fronteira.....	82
2.1.4. Os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela	101
2.1.5. Cluny, “capital de toda a vida monástica”	103
2.2. O Império Romano-Germânico, Roma e a Itália normanda.....	118
2.2.1. Roma e Compostela – a afirmação de Diego Gelmírez na Igreja hispânica ...	119
2.2.2. O confronto entre o Império e o Papado	145
2.2.3. O cisma na Igreja de 1130-1138.....	155
2.2.4. O culto de S. Tiago e os caminhos de peregrinação em Itália.....	167
2.2.5. Itália – uma geografia do saber	175
2.3. Ingleses e normandos – piratas, mercadores, bárbaros e cristãos	181
2.4. Os dois extremos do Mediterrâneo – os contactos entre a Hispânia e Jerusalém.....	207
2.4.1. A trasladação das relíquias de S. Tiago de Jerusalém para Compostela	210
2.4.2. Partida de peregrinos e cruzados da Galiza para Jerusalém	216
2.4.3. Desencorajamento da ida a Jerusalém e incentivo da peregrinação compostelana e da Cruzada hispânica	226
2.4.4. De Jerusalém para Compostela: a correspondência dos patriarcas jerosolimitanos dirigida a Diego Gelmírez.....	234
3. A Península Ibérica.....	240
3.1. O espaço peninsular disputado por cristãos e muçulmanos.....	249

3.1.1. “Reconquista”, (re)povoamento e fronteira na Idade Média peninsular	253
3.1.2. O território castelhano-leonês.....	260
3.1.3. A frente aragonesa.....	279
3.1.4. A pirataria no litoral peninsular.....	282
3.1.5. Os milagres de S. Tiago e os “infiéis” – castigo e salvação	287
3.1.6. Um inimigo com variados nomes.....	290
3.2. A “versatilidade” dos termos <i>Hispania</i> e <i>hispani</i>	299
3.3. Fronteiras e identidades nos reinos cristãos peninsulares.....	351
3.3.1. A fronteira marítima do Noroeste peninsular	356
3.3.2. O rio Minho, fronteira entre a Galiza e Portugal	358
3.3.3. Demarcação de territórios em Portugal	364
3.3.4. Os limites orientais da Galiza – uma fronteira com a Terra de Campos?	368
3.3.5. A fronteira entre o reino castelhano-leonês e o de Aragão durante os reinados de Urraca e de Afonso I.....	376
3.3.6. Periferias do norte.....	392
3.3.7. A cidade de Leão, centro político do reino da Hispânia, e os diferentes territórios do reino.....	396
3.3.8. A Galiza e os galegos.....	404
Conclusões.....	419
Bibliografia.....	431
Anexos	495
Quadro 1 – Corónimos extrapeninsulares.....	496
Quadro 2 – Topónimos extrapeninsulares	500
Quadro 3 – Instituições eclesiásticas extrapeninsulares	513
Quadro 4 – Corónimos hispânicos.....	520
Quadro 5 – Topónimos hispânicos	531
Quadro 6 – Instituições eclesiásticas hispânicas.....	598
Quadro 7 – Castelos e fortificações	617
Quadro 8 – Dignidades	626
Quadro 9 – Gentílicos.....	676
Quadro 10 – Hidrónimos e orónimos	686
Quadro 11 – Muçulmanos.....	693

Tabela 1 – Distribuição das referências extrapeninsulares pela narrativa e documentação.....	697
Tabela 2 – Distribuição das referências peninsulares pela narrativa e documentação.....	705
Gráfico 1 – Referências extrapeninsulares (%)	733
Gráfico 2 – Referências extrapeninsulares na narrativa de Munio Afonso	733
Gráfico 3 – Referências extrapeninsulares na narrativa de Geraldo.....	733
Gráfico 4 – Referências extrapeninsulares na narrativa de Pedro Marcio.....	734
Gráfico 5 – Referências peninsulares (%)	734
Gráfico 6 – Referências peninsulares na narrativa de Munio Afonso	734
Gráfico 7 – Referências peninsulares na narrativa de Geraldo.....	735
Gráfico 8 – Referências peninsulares na narrativa de Pedro Marcio.....	735
Gráfico 9 – Islão - terminologia (%).....	735
Mapa 1 – Castelos e fortificações	736
Mapa 2 – Castelos e fortificações (Galiza).....	737
Mapa 3 – Gentílicos.....	738
Mapa 4 – Gentílicos (Galiza).....	739
Mapa 5 – Instituições eclesiásticas	740
Mapa 6 – Instituições eclesiásticas (Galiza).....	741
Mapa 7 – Dignidades.....	742
Mapa 8 – Dignidades (Galiza).....	743
Índice de topónimos cartografados.....	744

Declaração de honra

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização da presente tese.

Porto, 10 de setembro de 2024

Mariana Fonseca Barros

Agradecimentos

Para o desenvolvimento desta investigação revelou-se essencial o apoio de um conjunto de pessoas a quem quero dedicar algumas palavras de agradecimento.

Destaco, em primeiro lugar, as que mais diretamente contribuíram para este estudo: estou profundamente grata aos Professores Doutores Luís Carlos Amaral e Francesco Renzi, orientadores da presente tese, que acompanharam desde o primeiro momento este percurso, que, como todos os longos trajetos, teve alguns obstáculos. Incentivaram-me sempre a encontrar as melhores soluções para os problemas que surgiam, respondendo às minhas dúvidas, corrigindo as falhas deste trabalho e fazendo úteis sugestões que o enriqueceram.

Ao Dr. Miguel Nogueira agradeço o rigor da construção dos mapas que integram este estudo e a ajuda prestada em todo esse processo.

À FCT declaro o meu sincero reconhecimento pela Bolsa de Doutoramento que me permitiu dedicar os últimos quatro anos à presente investigação em regime de exclusividade.

À minha família e amigos desejo expressar a minha gratidão, acima de tudo pela companhia e paciência, especialmente necessárias aos que trabalham sós. Em particular, estou grata ao Filipe, pela amizade e total disponibilidade que sempre demonstrou para ler o que escrevia.

Resumo

A *Historia Compostellana* é uma crónica escrita na primeira metade do século XII, em Santiago de Compostela, por cónegos desta Igreja e sob a orientação do seu primeiro arcebispo, Diego Gelmírez (1100-1140). Ao registarem os acontecimentos mais importantes da vida deste prelado, que mantinha contactos com personalidades e comunidades de diversos territórios, os cronistas fizeram nesta obra muitas referências geográficas e toponímicas a uma escala alargada, mencionando importantes lugares da Cristandade ocidental. Deste modo, o presente trabalho tem como principal objetivo compreender a imagem que estes redatores criaram de vários territórios do seu tempo e as ideias que transmitiram com essa representação.

Palavras-chave: historiografia medieval, *Historia Compostellana*, geografia medieval

Abstract

The *Historia Compostellana* is a chronicle written in the first half of the twelfth century, in Santiago de Compostela, by some canons of this Church and under the guidance of its first archbishop, Diego Gelmírez (1100-1140). By recording the major events of this prelate's life, who maintained contacts with personalities and communities from different territories, the chroniclers made in this work many geographical and toponymic references on a large scale, mentioning important places of western Christianity. Thus, the main objective of this paper is to understand the image these writers created of several territories of their time and the ideas they conveyed with this representation.

Keywords: medieval historiography, *Historia Compostellana*, medieval geography

Apresentação

O estudo da geografia das várias entidades territoriais e políticas na Idade Média apresenta múltiplas dificuldades. Encontravam-se em constante mutação, a noção de fronteira era distinta da atual e a terminologia usada pelos autores medievais, em especial certos termos geográficos, reveste-se de alguma complexidade. Por outro lado, os séculos XI e XII assistem ao incremento das ligações entre os diversos territórios e a uma progressiva construção de algumas identidades na Cristandade latina, que maduram nos séculos seguintes. Cristandade é o termo que melhor se adequa à união de pessoas de um extenso espaço europeu ocidental, unificado sob a fé romana¹, independentemente da efetiva autoridade que a Igreja de Roma conseguia impor nos vários reinos a diversos níveis².

Nesta época nasceu uma das obras mais relevantes da historiografia medieval hispânica – a *Historia Compostellana*³ (também citada como *HC* ao longo deste trabalho). Escrita na primeira metade do século XII, em Santiago de Compostela, por cónegos próximos do bispo (e depois primeiro arcebispo) Diego Gelmírez (1100-1140), esta extensa crónica centra-se essencialmente na vida deste prelado, embora trate algumas questões do último quartel do século XI e contenha uma resumida história desta Igreja e dos bispos que antecederam o seu primeiro arcebispo. Acompanha sobretudo os reinados de Afonso VI (1065-1109), Urraca (1109-1126) e Afonso VII (1126-1157) e interrompe o relato em 1139, não chegando a narrar a fase final da vida do prelado.

No seu objetivo de assinalar os feitos e as conquistas de Diego Gelmírez, que elevou Santiago de Compostela ao seu apogeu, os cronistas acabaram por registar diversos acontecimentos do seu tempo a uma escala geográfica muito alargada em comparação

¹ Citamos algumas reflexões sobre o nascimento da Europa na época medieval: as de Lucien Febvre, apresentadas no Colège de France, em 1944 e 1945, foram reunidas por Thérèse Charmasson e Brigitte Mazon, e traduzidas para português por Telma Costa (*A Europa: génese de uma civilização*, 2001); e as de Miguel Ladero Quesada (“Integración y regionalización en la Europa Medieval”, 2001).

² WHALEN, Brett E. – “The Papacy”, 2015.

³ Assim conhecida devido à edição de Enrique Flórez (*Historia Compostellana siue de rebus gestis D. Didaci Gelmirez, primi Compostellani Archiepiscopi*, 1765) e apelidada como *registrum* pelos seus autores nos prólogos dos Livros I e III e nos capítulos II, 1 e II, 61.1 (FALQUE REY, Emma – “Introduction”, 1988, p. IX). É habitualmente designada como crónica pelos estudiosos, embora a historiografia medieval se subdivida em vários géneros e os limites entre uns e outros por vezes sejam ténues. Vitalino Valcárcel integra a *HC* no grupo das monografias históricas (VALCÁRCEL, Vitalino – “La historiografia latina medieval de Hispania, un quehacer de la filología latina hoy”, 2005).

com outras narrativas coevas do mesmo género. Com efeito, o texto narra algumas conjunturas e é fruto de determinadas circunstâncias que facilitam essa extensão: desde logo, a centralidade que Santiago de Compostela assumia na altura como ponto de convergência de várias rotas de peregrinação que conduziavam ao sepulcro do apóstolo S. Tiago, caminhos que se tornaram neste tempo muito movimentados; a importância desta sé aumenta sobretudo a partir de 1120, quando adquire o estatuto de arquidiocese e a sua autoridade se alarga às dioceses que antes dependiam da província de Mérida; a proeminência que Diego Gelmírez tinha no espaço peninsular e os contactos que promovia com o mundo exterior à Hispânia, especialmente com as Gálias, a Itália e o Papado, tanto a nível político e eclesiástico, como cultural e artístico; a luta pelo controlo do espaço e pela definição de poderes e fronteiras, quer entre líderes políticos, quer entre figuras eclesiásticas; as viagens descritas na narrativa que tinham destinos diversos, fossem peninsulares ou centros relevantes no panorama internacional, como Roma e Cluny; o início dos movimentos que ficaram conhecidos como Cruzadas e a tomada de Jerusalém pelos cristãos em 1099, que abriu um canal de contactos entre as regiões ocidentais e o Mediterrâneo oriental.

Deste modo, a crónica reúne profusas referências geográficas e toponímicas que não se circunscrevem ao espaço ibérico, mas se estendem a diferentes áreas da Cristandade latina, bem como ao Médio Oriente. Partindo da sistematização dessa abundante informação, o objetivo principal da presente investigação é, portanto, a análise da representação do espaço nesta crónica, não apenas no sentido da conceção geográfica, mas também na medida em que os topónimos são instrumentalizados para construir uma história e transmitir determinadas mensagens que devem ser decodificadas, estudo que nunca foi tentado até hoje. De facto, deve dizer-se que, não obstante tratar-se de uma obra estudada sob variados pontos de vista, são escassas e parcelares as abordagens deste e de outros textos com a perspetiva que queremos desenvolver. Exclusivamente acerca da *Historia Compostellana* e da representação de territórios, três pequenos estudos traçaram alguns trilhos em concreto sobre a identidade da *Hispania* na fonte⁴, as fronteiras que nela

⁴ GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El *Imperium Legionense* como la nación hispana en el siglo XII. Representaciones de identidad nacional en la *Historia Compostellana* y las *Crónicas Anónimas de Sahagún*”, 2012.

encontramos⁵ e a conceção que os redatores tinham do espaço “português”⁶, trabalhos que serão aqui ampliados com novas e exaustivas leituras da crónica. Ainda assim, outras publicações debruçaram-se sobre a perceção do espaço em fontes narrativas medievais, cujos métodos de organização da informação e/ou o exame a que sujeitaram esses textos serviram de exemplo à nossa investigação, como explicaremos no primeiro capítulo.

Esta pesquisa terá por base as duas edições críticas da fonte mais recentes e aprofundadas da responsabilidade de Emma Falque – a primeira relativa à versão latina da crónica e a segunda à sua tradução para castelhano⁷. Uma tradução mais antiga de Manuel Suárez e José Campelo, que revelou já um bom empenho na crítica do texto, deve também ser considerada para possíveis comparações com as outras publicações, quer na tradução do latim, quer nas notas explicativas, muitas das quais dizem respeito a topónimos⁸. A primeira edição da crónica, da segunda metade do século XVIII, esteve a cargo de Enrique Flórez e será consultada somente quando surgirem dúvidas na leitura de certas passagens⁹. De facto, a interpretação do latim medieval exige uma atenção especial e constitui um dos obstáculos à compreensão do texto.

Convém sublinhar que a *HC* é uma obra historiográfica com um forte pendor literário. Durante muito tempo estas fontes foram encaradas meramente como repositórios de factos históricos, com exagerada credulidade, sem que se procedesse à sua crítica textual, ou então como narrativas cujo valor era desacreditado. Na verdade, estamos perante obras que, além da sua dimensão historiográfica, literariamente recriam acontecimentos e retratam personagens, de modo a veicular ideias as mais das vezes verosímeis, e não necessariamente verdadeiras, que vão ao encontro dos objetivos pretendidos pelos seus patronos ou dos valores amparados pelo seu público recetor. O seu discurso deve ser decifrado atendendo ao contexto político, social e cultural em que foi elaborado e às instituições ou figuras a que esteve associado.

⁵ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996.

⁶ BARROS, Mariana Fonseca – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019.

⁷ Respetivamente, *Historia Compostellana*, 1988 e *Historia Compostelana*, 1994.

⁸ *Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez, primer arzobispo de Santiago*, 1950.

⁹ *Historia Compostellana siue de rebus gestis D. Didaci Gelmirez, primi Compostellani Archiepiscopi*, 1765 (reimpressa em 1965, Madrid; 2ª edição: 1791). As citações em latim respeitam sempre à edição latina mais recente. Dividindo-se a crónica em Livros e estes, por sua vez, em capítulos, os números romanos referem-se ao Livro e os árabes ao capítulo; um segundo número árabe pode surgir no caso de haver subdivisões do capítulo.

Este modo de observar testemunhos como a *HC* segue a linha de pensamento traçada por Roger Chartier relativamente à conceção de História Cultural, em especial no que respeita à noção de “representação”. O passado não se reconstrói nem a ele acedemos de maneira automática; é antes compreendido partindo das representações que os indivíduos produziram do mundo que os rodeava, num tempo e espaço concretos¹⁰. Particularmente no que concerne ao texto como objeto de estudo e, em específico, à historiografia medieval, privilegia-se o discurso acerca do passado, tal como foi teorizado por Hayden White e Gabrielle Spiegel¹¹. Estas ideias são uma herança de contributos anteriores, como são exemplo as considerações de Jacques Le Goff acerca da História das Mentalidades¹².

A crónica que propomos examinar sob este ponto de vista é uma expressão cultural de um grupo de cónegos compostelanos, que nos transmitiram uma maneira de pensar o mundo e lhe atribuíram um sentido. Trata-se, em primeiro lugar, da visão de uma elite eclesiástica – representando também uma elite senhorial – que criou uma narrativa envolta em simbolismos, intenções e significados que estão além da primeira “camada” do texto e que servem o propósito primordial de sustentar, explicar e justificar as opções e ações de Diego Gelmírez, o prelado que encomendou o projeto¹³. Uma parte desses significados poderá ser resgatada através do estudo da representação dos territórios no

¹⁰ CHARTIER, Roger – *El mundo como representación: estudios sobre historia cultural*, 1992, em concreto p. 13-104, e *Idem – A história cultural: entre práticas e representações*, 1988, edições traduzidas de vários trabalhos do autor. Nas últimas décadas revalorizou-se o texto cronístico como representação do passado. Além de outros estudos citados ao longo do presente trabalho, eis alguns exemplos de teses de Mestrado e de Doutoramento realizadas recentemente neste âmbito: GOMES, Joana – *O Rei na escrita. As múltiplas face de Afonso VI (séculos XI e XII)*, 2016; BASTOS, Filipe Ferreira – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e em Rodrigo Jiménez de Rada*, 2018; SIMÕES, José – *As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crónicas portuguesas tardomedievais*, 2019.

¹¹ WHITE, Hayden – “The Historical Text as literary artifact”, 1978; SPIEGEL, Gabrielle M. – *The past as text: the theory and practice of medieval historiography*, 1997. Sobre estas questões são muito esclarecedoras as observações de Jaume Aurell (*La historiografía medieval: entre la historia y la literatura*, 2016, p. 107-141). As considerações aqui tecidas sobre a importância das fontes cronísticas medievais e do estudo das representações na História Cultural também devem muito às informações recolhidas em duas aulas do primeiro ano do Doutoramento em História, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, lecionadas pelos Professores Doutores Luís Carlos Amaral e Maria da Conceição Meireles Pereira. Foram subordinadas aos temas, respetivamente, “Cronística Medieval Portuguesa” (1 de outubro de 2020) e “História cultural. Práticas e representações” (5 de novembro de 2020).

¹² “Otra categoría de fuentes privilegiadas para la historia de las mentalidades, la constituyen los documentos literarios y artísticos. Historia, no de los fenómenos «objetivos», sino de la *representación* de estos fenómenos (...).” (LE GOFF, Jacques – “Las mentalidades. Una Historia ambigua”, 1980, p. 92-93).

¹³ “Didacus Dei gratia Compostellane sedis archiepiscopus iussit hunc librum fieri et in thesauro beati Iacobi reponi (...).” (*HC, Praefatio*). “Preceptis domini Didaci secundi Compostellane sedis episcopi libenti et deuoto animo obtemperans ipsius predecessorum gesta, quam uerissime potui, hucusque pagine commendaui (...).” (*HC, I, 3.3*).

discurso cronístico. Como José Mattoso resumiu substancialmente no prefácio de um livro de Luís Krus, que adiante referiremos, “o problema da veracidade torna-se secundário: o que importa é que, na mente do narrador, a atribuição de um lugar tem um objetivo preciso”¹⁴.

Assim, apesar de relacionarmos a informação dos diferentes instrumentos de leitura – os vários quadros, tabelas, mapas e gráficos, que se podem consultar nos anexos deste trabalho –, tendo em vista um estudo quantitativo das referências extraídas da *HC* e da atenção que os seus autores conferiram a diversos territórios (introduções aos capítulos 2 e 3) –, privilegiamos a interpretação do discurso, não perdendo de vista os ideais e objetivos político-ideológicos subjacentes à composição do texto. Entre muitos outros aspetos, esta obra transmite uma superioridade da sé compostelana no quadro eclesiástico peninsular, especialmente em relação às dioceses metropolitanas de Braga e de Toledo, bem como a atividade do prelado compostelano no plano político, mormente a sua ação junto dos monarcas de Leão e Castela e o seu esforço em consolidar a sua autoridade na Galiza.

Para examinar a imagem que os autores traçaram de diversos espaços políticos e eclesiásticos, das suas chefias e de diferentes povos e comunidades, delinearam-se algumas questões orientadoras da investigação: compreender os contextos e os episódios em que estão inseridas essas referências, de modo a avaliar o que motivou os cronistas a registá-las; anotar os significados ou funções que os topónimos assumem na narrativa e as personagens a que surgem associados; detetar as características e os traços identitários que lhes são atribuídos; perceber que fronteiras delimitam certos territórios na ótica destes cónegos; observar as conjunturas que ditaram a relevância ou a frequência com que se alude a alguns espaços, bem como interpretar os silêncios que existem em torno de outros; atentar na circulação de personagens e perceber, entre várias questões inerentes às viagens, os trajetos que eram privilegiados. Relativamente à territorialização dos poderes, deve distinguir-se o plano político do eclesiástico e os interesses dos respetivos agentes, sem deixar de considerar que, à época, ambas as geografias eram distintas, mas influenciavam-se mutuamente. Ao considerar estas diferentes linhas de análise, há que ter em conta também a intervenção de várias mãos na narrativa, e, portanto, a cronologia

¹⁴ MATTOSO, José – “Prefácio”. In KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico...*, 1994, p. 9.

em que estes redatores trabalharam e a que narram, assim como os seus propósitos específicos e a sua origem. Além disso, deve assinalar-se os documentos insertos na obra, muitos dos quais pontifícios, que veiculam uma visão própria do mundo.

Depois de um primeiro capítulo introdutório sobre as características formais e de conteúdo da *HC*, bem como acerca da metodologia adotada para organizar a informação da fonte, o nosso trabalho foi estruturado de acordo com a geografia da época que ficou assinalada na crónica: o capítulo 2 agrupa as considerações sobre os espaços exteriores à Península Ibérica, que se distribuem pela França e pelas Gálias, pelo Império Romano-Germânico, Roma e a Itália normanda, pelo norte da Europa – o que inclui as referências a ingleses e normandos – e pela Terra Santa, em especial Jerusalém. O espaço peninsular foi analisado no capítulo 3, em particular no que diz respeito à larga zona de fronteira entre cristãos e muçulmanos e à visão dos cónegos compostelanos acerca deste grupo, à conceção de “Hispania” que encontramos no texto e às identidades e limites das diversas áreas peninsulares cristãs. Deixámos de parte a observação atenta do imenso material relativo à Galiza, que requer um estudo próprio e que pela sua larga dimensão não conseguimos incluir nesta investigação.

Ao focar a produção individual destes cronistas, o presente trabalho não deixará de revelar também diversos aspetos das mentalidades clericais de Undecentos, não só do meio hispânico, mas de um modo geral da Cristandade ocidental. A sua apreensão é tanto mais significativa quanto mais estudos similares se levarem a cabo na mesma cronologia, de modo a trazer à luz diferenças e semelhanças na forma de os autores medievais conceberem o espaço em que se movimentavam.

1. Analisar o espaço na *Historia Compostellana* – opções metodológicas e contributos historiográficos

Iniciamos este percurso com algumas apreciações sobre a fonte que nos guiará nas próximas páginas e os trabalhos em que nos apoiámos para encetar esta investigação, quer acerca do texto estudado, quer em relação à metodologia escolhida para o analisar. cremos ser fundamental apresentar, em primeiro lugar, algumas publicações que contribuíram de diferentes maneiras para a tarefa que nos propusemos realizar. Distinguem-se por exporem a importância da manipulação do passado em discursos cronísticos medievais, que possibilita aos seus autores ou aos seus patrocinadores fixar uma memória.

A mais desenvolvida é de Luís Krus, que nos legou um vasto conjunto de trabalhos marcantes para a historiografia sobre o período medieval, dedicados ao estudo da cultura e das mentalidades, da ideologia do poder e da nobreza, e especialmente da narrativa sobre o passado como legitimação da linhagem, manejando habilmente o diálogo entre a Literatura e a História. Entre essas contribuições destaca-se *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*, publicada em 1994 como resultado da sua tese de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), em 1990¹⁵. Este trabalho foi orientado pelo Professor José Mattoso, de quem era discípulo próximo e cujo trajeto de investigação o autor seguiu no que concerne ao estudo do grupo aristocrático.

O seu estudo incide nos três textos genealógicos escritos em Portugal nos séculos XIII e XIV, ao longo de um período de 100 anos (1280-1380) – o *Livro Velho de Linhagens*, o *Livro do Deão* e o *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro Afonso de Barcelos, que narram as origens das principais linhagens da nobreza portuguesa num contexto peninsular. Apurando o meio cultural em que foram escritos os nobiliários, o autor propôs-se compreender o modo como a fidalguia portuguesa deste período concebeu o espaço ibérico, não só no sentido geográfico, mas igualmente cultural e social, e de que forma construiu o seu passado peninsular, de cariz guerreiro e legitimador do grupo. Esta

¹⁵ KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*, 1994.

investigação demonstra, por conseguinte, o interesse destas narrativas como representação do pensamento de grupos sociais, designadamente do papel social da nobreza portuguesa de Duzentos e Trezentos, em especial a refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, escrita para a família dos Pereiras, cujo dever seria resgatar o prestígio da aristocracia peninsular do seu tempo.

Salienta-se o seu valor metodológico, que se aproxima da abordagem que pretendemos aplicar à *Historia Compostellana*. Através de uma sistematização de todas as referências toponímicas contidas nas fontes, Luís Krus analisou a atribuição de significados a lugares, a associação que os *Livros de Linhagens* fazem de acontecimentos, ações e personagens a determinados espaços, os contextos em que estes são referidos e como são caracterizados.

Os dados quantitativos apresentam-se agrupados em tabelas por regiões hispânicas, que sobressaem nas fontes com características próprias, e por cada um dos três *Livros de Linhagens*, o que permite desde logo ao leitor reconhecer as áreas que receberam mais atenção destes nobiliários. Evidencia-se também como elementar para este estudo a inclusão de quatro mapas que traduzem cartograficamente essas mesmas menções, um para cada narrativa e um quarto que indica a localização dos topónimos do conjunto das três.

Entre inúmeras conclusões, o autor conseguiu constatar que os lugares mencionados no *Livro Velho* – mosteiros, igrejas, coutos, casais, explorações agrícolas e fortificações – remetem para um espaço religioso, rural e senhorial, enquanto o espaço concelhio é “impuro” do ponto de vista aristocrático; que o *Livro do Deão* reforça igualmente a paisagem senhorial minhota e a geografia monástica, recriando a região do Entre-Douro-e-Tejo, régia e concelhia, como hostil e decadente; que, no *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, o espaço peninsular surge muitas vezes associado aos godos, representantes de uma primeira realeza verdadeiramente hispânica, o que apela à “unidade hispânica” do presente do conde de Barcelos e à supressão de conflitos entre reis cristãos e famílias nobres. Neste texto, o espaço entre o Douro e o Ebro é muito marcado pela presença nobiliárquica e o que se encontra entre o Douro e o Tejo emerge, ao invés, marcado pela paisagem concelhia e monárquica. Na área mais a sul impera a ameaça islâmica, pelo que as alusões a territórios se incluem frequentemente num contexto bélico, e o território galego aparece sob a influência do reino de Portugal e identificado por lutas internas. No

território português destaca-se a região do Entre-Douro-e-Minho, onde a paisagem retratada é essencialmente guerreira a senhorial. Atingindo a zona da fronteira, a narrativa passa a referenciar castelos e episódios de violência face às investidas do reino castelhano-leonês. A toponímia fidalga diminui quando se ultrapassa o Douro, área onde começa a dominar um cenário urbano.

Os dois próximos artigos tiveram como objeto de estudo os primeiros testemunhos historiográficos, de carácter analístico, escritos em território portugalense, e posteriormente no reino de Portugal: os *Annales Portucalenses Veteres* (APV), redigidos em várias fases e em diferentes centros de produção entre os finais do século XI e os finais do XII, na região situada entre os rios Minho e Mondego, e os *Annales D. Alfonsi Portucallensium regis* (ADA), compostos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no final do reinado de Afonso Henriques. O trabalho de Mário Viana, publicado em 1993 na revista *Estudos Medievais*, incidiu sobre ambas as fontes. Constituiu inicialmente um relatório apresentado em 1991 no Seminário sobre Historiografia Medieval Peninsular, dirigido por Luís Krus, no âmbito do programa do curso de Mestrado em História Medieval Peninsular da NOVA FCSH¹⁶. Além deste, Mário de Gouveia publicou em 2012 uma síntese sobre o conhecimento do conjunto de textos que ficaram conhecidos como APV, contendo os aspetos essenciais sobre estes registos portugalenses, apesar de já demonstrar uma reflexão sobre algumas matérias, nomeadamente acerca da sua geografia¹⁷.

Os dados geográficos destes anais estão ligados à conquista de território ao Islão na zona ocidental do reino asturiano-leonês e, portanto, à progressão da fronteira “portuguesa” nos séculos XI e XII. Estes textos começam a delinear, pela primeira vez, uma memória e uma identidade regionais do espaço compreendido entre o Minho e o Mondego, edificadas no seio de comunidades letradas portugalenses e conimbricenses. Veiculam a ideia da formação de um reino no ocidente peninsular como uma nova entidade política e, sobretudo no caso dos APV, sublinham o papel fundamental de uma nobreza portugalense na construção desse novo poder autónomo, que tinha em Afonso

¹⁶ VIANA, Mário – “A Memória Regional na Analística Portuguesa dos séculos XI e XII”, 1993.

¹⁷ GOUVEIA, Mário de – “O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI e XII)”, 2012. O excerto que sobretudo interessa para este trabalho encontra-se nas páginas 205-210.

Henriques o seu fundador, conceção que se inicia nesses anais e é continuada nos *ADA*, onde a imagem deste primeiro rei português é já ideal e glorificada.

Mário Viana apresentou a contagem dos topónimos repartida pelas regiões do que viria a ser o reino português e pelo restante espaço da Península Ibérica, bem como a sua listagem e cartografia no final do estudo, o que possibilita uma comparação mais imediata entre as duas narrativas¹⁸. Analisou a distribuição toponímica das duas fontes, confrontando-as e procurando tendências e pontos em que se afastam na atenção geográfica que conferem à Hispânia, detetando a relevância de algumas cidades para estas narrativas. Averiguou, da leitura dos *APV*, que a área entre os rios Minho e Mondego é a que reúne mais referências toponímicas, o que evidentemente se explica pela evolução da conquista de território ao Islão nesta zona nos diferentes períodos em que o texto foi composto. Já em relação aos *ADA* são mencionados mais lugares a sul do Mondego, e especialmente depois do rio Tejo, criando uma mancha gráfica na Estremadura e no Alentejo, áreas que recebiam a atenção da “Reconquista” na segunda metade do século XII.

Alicerçando-se num quadro onde constam todos os lugares referidos nos *APV* e os episódios com os quais estão relacionados, Mário de Gouveia interpretou os aspetos mais imediatos que essa geografia nos oferece, em concreto que a toponímia refletida por estes anais abrange todo o espaço peninsular, mas tem clara incidência no portugalense. Trata-se também de uma geografia principalmente urbana, sendo referenciadas cidades fortificadas, destacadas pelas suas funções administrativas e militares. O autor procedeu a uma reflexão sobre a própria redação das narrativas, distinguindo os vários registos que compõem estes anais, tendo em conta as suas diferentes cronologias e contextos, bem como as suas especificidades e como estas condicionam a representação do espaço: o primeiro texto foi escrito por volta de 1079 no mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave, o segundo cerca de 1111 no mosteiro de S. Salvador de Grijó, o terceiro por volta de 1118 no mosteiro de S. Mamede de Lorvão, e o quarto era preparado pelo ano de 1169, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e construiu-se a partir da refundição e ampliação dos dois mais antigos. Esta análise texto a texto acompanha toda a leitura da toponímia, permitindo notar variações de conteúdo entre eles.

¹⁸ Deve alertar-se para os erros editoriais na parte final do artigo, onde nem sempre há uma correspondência correta entre os mapas e os respetivos títulos e listas de topónimos.

É de realçar o tratamento que Mário de Gouveia deu aos anais portugalenses, apurando o modo como os redatores valorizam a conquista de alguns lugares, a sua associação a personagens centrais que participam nos episódios militares ou a função que alguns territórios assumem na narrativa. Por exemplo, no texto mais antigo, a ação de Fernando I nas campanhas de Lamego e Viseu, de 1057 e 1058 respetivamente; ou, no caso da refundição crúzia, a reflexão sobre o papel da batalha de Ourique no discurso, uma vez que este episódio dá início no texto a uma série de vitórias portugalenses contra os muçulmanos.

A investigação de Filomena Coelho também foi orientada por Luís Krus no âmbito da cadeira de História da Cultura e das Mentalidades, do curso de Licenciatura em História da NOVA FCSH, e incidiu no estudo e na cartografia dos topónimos da *Crónica de 1419* ou *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, atribuída a Fernão Lopes¹⁹. O seu objetivo consistiu em compreender como o cronista da corte de Avis concebeu o espaço português e o peninsular e como, a partir dessa conceção, se registou a memória dos sete primeiros reinados portugueses. Estes foram divididos em três períodos – o primeiro corresponde aos governos de Afonso Henriques e Sancho I (1128-1211), o segundo respeita aos reinados de Afonso II, Sancho II e Afonso III (1211-1279), e o último engloba os dos reis Dinis e Afonso IV (1279-1357). Embora a autora tenha mencionado que estes três cortes cronológicos têm mais ou menos a mesma duração, não está explicitamente evidenciado se esse é o critério que definiu aquela divisão. No entanto, nas conclusões finais compreende-se a existência de uma transformação expressiva dos cinco primeiros reinados para os últimos dois, ou seja, “uma mudança estrutural na segunda metade do século XIII”, que passou, entre outros aspetos, pelo fim da definição do território português durante o progresso da “Reconquista” que marcara aqueles primeiros cinco reinados²⁰.

A autora recolheu todos os topónimos da crónica, portugueses e peninsulares, que organizou em mapas e índices – um mapa e um índice geral, acompanhados de mapas e índices específicos para cada uma das três cronologias em que se divide o estudo –, assim como lugares extrapeninsulares, que incluiu num quadro. Especificou ainda e cartografou

¹⁹ COELHO, Filomena Lopes – “O Espaço e a História: cartografia dos topónimos da *Crónica de 1419*”, 1984-1985.

²⁰ *Ibidem*, p. 106-107.

num mapa próprio os mosteiros e as respetivas ordens monásticas, de modo a avaliar a espiritualidade da crónica, e os castelos, evidenciando o seu aspeto militar. Elaborou também gráficos de acordo com vários parâmetros, o que lhe permitiu retirar diversas interpretações sobre a conceção espacial desta crónica: as oposições espaço senhorial/concelhio, espaço urbano/rural, espaço sagrado/profano, espaço de guerra/de paz, espaço aberto/fechado e zona cristã/muçulmana. Entre outras conclusões, foi possível apurar, à medida que os reinados avançam, uma progressiva valorização do espaço urbano e concelhio e o paralelo desaparecimento do norte senhorial, a crescente importância das ordens mendicantes e dos cistercienses ao invés dos cônegos regrantes, ou a perda da preponderância da faixa atlântica quando se chega ao último período, passando a valorizar-se o interior, nomeadamente como região fronteiriça, agora com outros reinos cristãos e já não com o Islão.

Os resultados alcançados por Filomena Coelho passam igualmente pelos silêncios, que também indicam o que os autores pretendiam demonstrar – como a ausência de menções às incursões na Galiza numa fase inicial do reinado do primeiro monarca português, pois “o mais importante para o cronista é apresentar Afonso Henriques como uma figura animada de seguros propósitos de expansão em direção às terras do meio-dia”²¹.

Distinguimos igualmente a investigação de Paulo Lopes dedicada ao *Livro do Conhecimento* e à sua conceção espacial, tema a que dedicou vários trabalhos desde que realizou a sua tese de Mestrado sobre a obra²². Este texto pertence ao género literário dos relatos de viagens e o seu autor é anónimo. A obra contém características literárias e cartográficas, podendo também ser considerada, por isso, como um guia geográfico. Com efeito, a narrativa tem o propósito de descrever lugares por meio de um itinerário percorrido pelo mundo conhecido da época, fornecendo valiosas informações geográficas e históricas acerca das regiões visitadas, constituindo assim um prelúdio da época da expansão marítima dos reinos ibéricos. É importante salientar que lidar com a perspetiva deste autor anónimo é partir de uma consciência moldada na Cristandade ocidental,

²¹ *Ibidem*, p. 107.

²² LOPES, Paulo Catarino – *A visão ibérica do mundo no Libro del Conosçimiento*, 2004.

concretamente no universo peninsular. Na narrativa sobressaem valores europeus e cristãos, em função dos quais o autor perceciona o Outro²³.

O investigador organizou a informação do *Livro do Conhecimento* relativa ao espaço tendo em conta algumas categorias: os lugares de partida e de chegada, distribuídos pelos três continentes conhecidos no século XIV; a tipologia dos lugares referidos no texto, que nos revelam diversos espaços de poder; os títulos político-religiosos de personagens que surgem na narrativa; as paisagens e os climas dos vários territórios; a heráldica, partindo da iconografia presente na obra e da descrição dos símbolos no texto; os monstros e o universo do “maravilhoso”, a partir do estudo das ilustrações dos manuscritos, em simultâneo com a análise do relato. Contudo, apresenta uma cartografia dos topónimos apenas no seu artigo acerca da representação da cidade no *Livro do Conhecimento*, no qual faz uma leitura da distribuição toponímica da obra²⁴.

Observando a tipologia dos territórios do *Livro do Conhecimento*, percebe-se que o mundo se concebe, acima de tudo, como um meio onde se manifestam poderes diferenciados, e onde todos os espaços estão subordinados a uma autoridade. Estes distribuem-se por centros urbanos, ilhas, reinos, arcebispados, bispados, impérios, senhorios, condados, províncias ou montanhas. É possível retirar várias ilações, sendo a mais imediata a da disparidade entre um mundo conhecido – a Cristandade ocidental, nomeadamente a zona em torno do Mediterrâneo, onde existe maior rigor geográfico – e regiões mais longínquas, como o continente asiático, onde o número de topónimos diminui, refletindo uma distribuição de lugares que o autor denomina como “lógica de centro-periferia”. Verifica-se também a predominância dos impérios na Ásia, enquanto espaços como os bispados e os condados, que espelham um poder tipicamente ocidental e cristão, apenas existem na Europa²⁵.

Uma das ideias que mais sobrevém na investigação de Paulo Lopes é a clara preeminência dos espaços leigos ou políticos em relação aos eclesiásticos, o que se pode atestar através da contabilização dos títulos político-religiosos e do estudo da heráldica²⁶. Outro aspeto sublinhado em várias publicações é a importância da cidade no *Livro do*

²³ *Idem* – “O mundo como lugar de poderes no «Livro do Conhecimento»”, 2015, p. 191.

²⁴ *Idem* – “A cidade no *Livro do Conhecimento*”, 2009, p. 318-319.

²⁵ *Idem* – “A concepção do espaço no *Livro do Conhecimento*”, 2015, p. 18-19, 28-29; *Idem* – “O mundo como lugar de poderes no «Livro do Conhecimento»”, 2015, p. 161-163.

²⁶ *Idem* – “O mundo como lugar de poderes no «Livro do Conhecimento»”, 2015, p. 167-191.

Conhecimento. Não só os centros urbanos surgem mais vezes na narrativa, como também operam um papel no discurso, definindo-o ao ponto de coordenar uma maior ou menor rapidez na narração consoante a existência de cidades nas regiões percorridas. A cidade é um fator, por isso, que ordena a realidade para o autor anónimo, expressando os pontos de apoio durante a viagem realizada e os centros da vida social, cultural, política e do saber²⁷. Já em relação à paisagem natural, o investigador focalizou os oceanos e as ilhas, analisando vários aspetos relacionados com estes dois elementos, como o clima, a riqueza, a flora e a fauna. O mar é portador de uma imagem negativa, em particular pelas comunidades do interior da Cristandade ocidental, pois encerra em si os receios do desconhecido. O clima é igualmente uma categoria que define os grupos humanos e os lugares nesta obra, consoante estes sejam frios, quentes ou temperados²⁸.

Sobre a geografia da *Historia Legionensis* (conhecida como *Silensis*) existe um pequeno estudo de Julio Escalona, realizado essencialmente numa perspetiva quantitativa, apesar de estabelecer também algumas interpretações do discurso²⁹. É de valorizar a imediata diferenciação entre a *Historia Legionensis* e a *Crónica* de Sampiro, transmitida através da anterior. Em segundo lugar, encontra-se pormenorizadamente explicada a organização da informação retirada dos textos – por exemplo, a inclusão ou exclusão de determinados nomes, como as dignidades (bispos e reis ligados a lugares e territórios), que não foram consideradas. Foram definidas diversas categorias para classificar os dados, entre as quais julgamos ser muito úteis as designações que aparecem nas fontes (*ciuitas regia, prouincia, regnum*, entre outras), os reinados a que correspondem e a diferenciação entre macrotopónimos e microtopónimos, os primeiros referentes a povoações e os segundos a certos elementos inseridos nessas povoações (como os mosteiros, igrejas e palácios). Algumas das conclusões proporcionadas por esta arrumação das referências toponímicas, e pelos vários gráficos e mapas, passam pela perceção das diferenças no detalhe geográfico das duas narrativas, os períodos em que determinadas designações relacionadas com topónimos são mais ou menos frequentes e

²⁷ *Idem* – “A cidade no *Livro do Conhecimento*”, 2009.

²⁸ *Idem* – “A concepção do espaço no *Livro do Conhecimento*”, 2015, p. 22-27, 33-34.

²⁹ ESCALONA, Julio – “La geografía de la *Historia Legionensis* (antes llamada *Silensis*). Ensayo de análisis”, 2012. Um outra publicação, de Georges Martin, está centrada na relação entre a toponímia e a ideologia imperial, a partir da mesma fonte (“Toponimia y “avidez de los reyes”: doble lexicalización de los territorios hispanos en la *Historia legionensis* (llamada *silensis*)”, 2012).

as áreas geográficas a que correspondem. Os dois textos distinguem-se em muitos aspetos, como a preferência por algumas palavras (*monasterium* e *aula* no caso da *Crónica* de Sampiro e *cenobium* e *ecclesia* no da *Historia Legionensis*), mas partilham também outros, como o destaque que concedem a Oviedo e a Leão.

Mais recentemente deve salientar-se o contributo de José Simões, que se dedica ao estudo da memória dos espaços na historiografia medieval. Ensaçou este género de análise num curto texto onde sugeriu examinar a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* e compreender a função que os lugares presentes na narrativa têm na construção deste discurso cronístico crúzio³⁰. À época de composição desta crónica – meados do século XIV –, a batalha do Salado, em que D. Afonso IV participou, vinha relembrar os ideais da “Reconquista”. A importância e o papel do lugar nesta narrativa prendem-se, antes de tudo, com esses valores. As referências territoriais que se relacionam com as batalhas e as conquistas ao domínio islâmico são um tema recorrente na fonte e servem no relato para conferir legitimidade aos monarcas portugueses ou reforçar as suas ligações aos reis castelhanos e leoneses.

Do mesmo modo que noutras fontes historiográficas medievais portuguesas, Coimbra é uma cidade que recebe um tratamento distinto nesta crónica, e neste caso isso é realçado por aquela ser o berço da narrativa, surgindo sobretudo associada ao primeiro monarca português. Em relação à simbologia dos locais de sepultura de reis e de outras figuras da família real, que remetem no texto para o plano espiritual, sobressaem o mosteiro de Alcobaça e o de Santa Cruz de Coimbra. No mesmo contexto, a cidade de Toledo é destacada a propósito da inumação de Sancho II. Apesar do simbolismo que esta cidade tinha na Idade Média peninsular como antiga capital dos Godos, o topónimo atua no texto como um espaço de desterro e esquecimento devido à morte do monarca português, que havia sido afastado da governação em Portugal.

Conquanto a crónica compostelana partilhe várias características com outras fontes do mesmo género, apresenta determinadas particularidades que a distinguem no panorama historiográfico da sua época, que ditaram uma maneira concreta de tratar as informações que contém e que condicionaram a caracterização de determinados

³⁰ SIMÕES, José – “A recordação e o lugar. A construção da memória dos espaços na *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*”, 2020.

territórios e figuras de liderança que pretendemos estudar³¹. Primeiramente trata-se de uma obra extensa, escrita em latim e dividida em três livros, cada um composto por vários capítulos. São conhecidos 18 manuscritos do texto, sendo o mais antigo do século XIII³².

Os cónegos responsáveis pela sua composição original trabalharam, com intervalos, entre 1109 e 1149, pelo que uma das características da obra que mais ressalta é a contemporaneidade dos redatores em relação aos eventos que relatam. Excetuando os primeiros três capítulos, que recuperam a história da diocese anterior a Gelmírez, os acontecimentos são contados a partir de depoimentos de pessoas que os testemunharam, entre elas, muitas vezes, os próprios cronistas. Esta circunstância deve ser considerada quando a crónica é comparada com outras posteriores acerca dos mesmos sucessos, mas não diminui a acentuada parcialidade que caracteriza o relato³³. Ainda assim, é notória em alguns capítulos a influência do tempo em que se escrevia, algo distinto do tempo dos acontecimentos, como oportunamente se assinalará.

A autoria do texto é um tema muito discutido na historiografia. Há diferentes pontos de vista e várias publicações sobre ele, das quais seguimos a mais desenvolvida e fundamentada de Fernando López Alsina³⁴, que propôs a identificação de um autor anónimo com o cónego Pedro Marcio, presumivelmente galego e responsável pelos últimos 93 capítulos da obra e pela redação ou inclusão de outros capítulos na porção da narrativa organizada pelos cronistas anteriores. Trabalhou entre 1145 e 1149, depois da morte de Gelmírez e durante o governo do arcebispo Pedro Elías (1143-1149). Munio

³¹ Para uma leitura mais aprofundada do estudo que se levou a cabo acerca desta fonte e uma lista mais completa da bibliografia produzida sobre as suas diferentes características, como a tradição manuscrita, o problema da autoria e as particularidades linguísticas, consulte-se o primeiro capítulo de BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 16-28. Leiam-se também as introduções das edições do texto de José Campelo e Emma Falque.

³² A transmissão manuscrita desta obra foi estudada, entre outros investigadores, por Bernard Reilly e Emma Falque, que apresenta a pesquisa mais completa sobre o assunto. Leia-se, em especial, REILLY, Bernard F. – “Existing Manuscripts of the «Historia Compostelana»...”, 1971 e FALQUE REY, Emma – “Introduction”, 1988, p. XXXIII-LXVII.

³³ Na perspetiva de Reyna Pastor de Togneri, “sintiéndose copartícipes y colaboradores inteligentes de sus obras, escribieron una crónica partidista, pero no aduladora” (PASTOR DE TOGNERI, Reyna – “Diego Gelmírez: una mentalidad al día...”, 1973, p. 113). José Barreiro Somoza classifica-a como “apasionada y parcial”, mas simultaneamente como um “valioso y verdadero testimonio de la visión que un determinado sector de la clase señorial tiene de los acontecimientos del último cuarto del s. XI y primeros cuarenta años del XII.” (BARREIRO SOMOZA, José – “Valoración de la «Historia Compostelana» como fuente histórica”, 1974, p. 130).

³⁴ LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 47-100. Antes deste autor, salienta-se o trabalho inovador de Bernard Reilly (REILLY, Bernard F. – “The “Historia Compostelana”: The Genesis and Composition of a Twelfth-Century Spanish ‘Gesta’”, 1969).

Afonso, provavelmente galego, tesoureiro da Igreja de Santiago de Compostela e depois bispo de Mondonhedo, escreveu os primeiros capítulos nos anos 1109 e 1110. Geraldo, mestre na escola catedralícia e talvez natural de Beauvais, continuou o labor deixado pelo cónego anterior e redigiu parte do segundo livro, entre 1121 e 1124. Hugo, arcediogo compostelano e posteriormente bispo do Porto, oriundo das Gálias³⁵, escreveu o capítulo 15 do primeiro Livro em 1109. É possível que existam outros capítulos escritos por autores que desconhecemos, assim como várias interpolações textuais³⁶.

Tenha-se em atenção que o conceito de autoria na época medieval é muito particular, obedecendo muitas vezes à compilação de textos anteriores. Os cronistas compostelanos, porém, foram responsáveis pela criação de grande parte da narrativa. Isso é visível, por exemplo, nos diálogos e discursos que conferem vivacidade ao relato³⁷.

No que diz respeito à estrutura da obra, o terceiro livro terá nascido do volume alargado de texto que começava a juntar-se e não terá feito parte da conceção inicial da crónica, planeada para ser composta em duas partes³⁸. De facto, na passagem do primeiro livro para o segundo dá-se uma alteração fundamental da conjuntura narrada. Por outro lado, as mudanças de autor não acompanham as mudanças de livro: o primeiro respeita ao episcopado de Diego Gelmírez, às suas primeiras conquistas eclesiásticas registadas por Munio Afonso e, principalmente, à sucessão ao trono castelhano-leonês após a morte de Afonso VI, à consequente guerra entre os reinos ibéricos durante o governo de Urraca e à oposição dos burgueses compostelanos ao poder do prelado, temas relatados pelo mestre Geraldo. Este autor faz a transição para o segundo livro, que inicia com o esforço empregue com maior ênfase na obtenção da dignidade arcebispal e a promoção de Gelmírez a arcebispo, sendo mais focados, nos primeiros capítulos, os contactos entre Compostela e o Papado.

A obra é também inovadora por se centrar na vida de um bispo, quando a historiografia hispânica descrevia até então, fundamentalmente, os feitos de reis, e por se

³⁵ Richard Fletcher julgou que poderia ser natural da própria cidade de Compostela (FLETCHER, Richard A. – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*, 1978, p. 90).

³⁶ Além destes cronistas, o contributo de Pedro, talvez o capelão Pedro Díaz, no capítulo I, 27, é muito discutido (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 59-62).

³⁷ Está patente a influência clássica na construção de alguns discursos da narrativa compostelana (ARES GONZÁLEZ, José Manuel – “Aproximación ós Proemios e Discursos da Historia Compostellana en termos de retórica clásica”, 1993).

³⁸ FALQUE REY, Emma – “Introducción”, 1994, p. 21-22.

constituir como uma combinação de *gesta* – o relato dos sucessos de Gelmírez – e *registrum* – a transcrição de documentos acompanhada da narração de carácter historiográfico. Estas peculiaridades do texto e as suas afinidades com outras narrativas coevas foram evidenciadas por Emma Falque³⁹.

São inúmeras as cartas dirigidas ao prelado compostelano e os privilégios concedidos à sua Igreja copiados para a crónica, de proveniência peninsular e extrapeninsular, de chancelarias régias e papais ou de meios eclesiásticos, em muitos casos preservados no tempo graças à sua transcrição para esta obra. Por outro lado, um problema que se impõe é a possibilidade de serem manipulados. No que respeita à análise da documentação da *HC*, refira-se o trabalho de Pascual Galindo Romeo sobre a sua vertente diplomática e o de José Freire Camaniel, que contém observações úteis sobre o conteúdo de alguns diplomas⁴⁰.

Deve ainda mencionar-se duas biografias de Diego Gelmírez que recorrem frequentemente à *HC* e que constituem, por esse motivo, análises detalhadas do conteúdo da crónica: a monografia de Richard Fletcher e a mais recente história da vida e da carreira do prelado, escrita por Ermelindo Portela, que apelidou a narrativa compostelana como “una historia de lucha política”⁴¹.

Tendo em conta as características da *Historia Compostellana* atrás referidas, definiram-se alguns critérios relativamente ao tratamento e organização da informação. Em primeiro lugar, ressalta a grande diversidade da tipologia de nomes recolhidos do texto, que obrigou à sua distribuição em diferentes quadros consoante a sua natureza. Fixaram-se primeiramente 3 categorias: aqueles que evocam corónimos, o que inclui todas as referências a conceitos geográficos amplos e estruturas políticas como reinos, impérios, condados ou ducados, ou simplesmente regiões que apresentem uma identidade própria. São exemplos deste grupo a Itália, o reino de Aragão e as Astúrias. Uma segunda categoria respeita às cidades – muitas vezes coincidentes com sedes de diocese –, *villae*

³⁹ FALQUE REY, Emma – “La Historia Compostelana en el panorama de la historiografía latina medieval”, 2013. Peter Linehan, por seu lado, fez um estudo global sobre a produção historiográfica da Espanha na época medieval e o modo como as várias obras relatam acontecimentos determinantes deste período (LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España medieval*, 2012).

⁴⁰ GALINDO ROMEO, Pascual – *La diplomática en la “Historia Compostelana” (siglo XII)*, 1945. FREIRE CAMANIEL, José – “Las cartas de la Historia Compostelana”, 2001.

⁴¹ FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984; PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 14.

(herdades⁴²), comarcas ou pequenos territórios e circunscrições eclesiásticas, como os arceprebendados. Em terceiro lugar agruparam-se as instituições eclesiásticas, ou seja, todos os nomes de igrejas e mosteiros. Estes três conjuntos foram divididos em função da sua localização, o que resultou num total de 6 quadros: por um lado, aqueles que se encontram na Península Ibérica, muito mais numerosos na crónica (quadros 4, 5 e 6), e, por outro, aqueles que lhe são exteriores (quadros 1, 2 e 3). Deve notar-se que esta disposição das informações não teve em conta as relações políticas, eclesiásticas ou culturais que existiam durante o século XII entre ambos os lados dos Pirenéus, área que não constituía, muitas vezes, uma verdadeira barreira naqueles âmbitos.

Os hidrónimos e orónimos – nomes de rios, montanhas, montes e vales – foram reunidos num único quadro (10), assim como as menções a castelos ou lugares fortificados, de acordo com o sentido dos termos *castrum* e *castellum* (quadro 7) e não considerando os topónimos ligados à designação *oppidum*, palavra que remete para pequenas cidades amuralhadas⁴³. Existe ainda um quadro que aglomera a abundante porção de topónimos que estão associados a títulos ou dignidades de personalidades, como são exemplos o “rei de Aragão”, o “bispo do Porto” ou o “abade de Cluny” (quadro 8). Resta referir as denominações atribuídas a povos ou habitantes de determinadas regiões ou lugares, incluídas no grupo dos gentílicos (quadro 9), e os vários termos empregues para nomear os muçulmanos (quadro 11). Esta última sistematização será especialmente útil para as observações do capítulo 3.1, onde será analisada em correlação com o gráfico 9, alusivo à variedade de nomes que identificam indivíduos da cultura islâmica e a frequência com que são mencionados.

Várias dificuldades advieram desta categorização. Em alguns casos, um mesmo topónimo pode dizer respeito a um pequeno lugar ou uma cidade e, simultaneamente, a um território mais amplo, como um senhorio ou mesmo um condado. Esta situação exemplifica-se com Toulouse, uma designação que simultaneamente alude a uma cidade e a um condado, ou Jerusalém, nome de uma cidade e de um reino latino do Oriente. O texto nem sempre possibilita especificar o âmbito territorial deste género de termos, pelo que ignorámos os significados mais dilatados. Noutras situações é difícil distinguir se um

⁴² CAMPELO, José – “Introducción”, 1950, p. CL.

⁴³ Acerca destas palavras pode ler-se NIERMEYER, Jan Frederik; KIEFT, C. Van de (ed.) – *Mediae latinitatis lexicon minus*, 2002, vol. I, p. 202 e 204 e vol. II, p. 965. *Castellum* e *castrum* são usadas como sinónimas na HC (CAMPELO, José – “Introducción”, 1950, p. CXLII).

topónimo diz respeito a um lugar, a uma igreja, a um mosteiro ou a um castelo, e procurámos sempre atender à categoria que se adequa melhor ao contexto descrito. Quando a narrativa permite clarificar a tipologia dos topónimos, por vezes um mesmo termo surge em mais do que um quadro, em função do que representa num determinado capítulo. É o caso de Burgos, que se liga a uma cidade, um bispo, uma igreja e um castelo. Deste modo, alguns dos quadros não são estanques e dialogam entre si; as notas de rodapé alertam para que se consultem em simultâneo quando há nomes que se repetem.

Por outro lado, as tabelas 1 e 2 e os gráficos 1 a 8 apresentam o material reunido sem ter em conta as repetições de alusões textuais. Tomando novamente como exemplo o topónimo “Burgos”, este foi considerado como um único lugar do conjunto “Leão, Terra de Campos e Castela”, simbolizando tanto a cidade como o seu bispo, a igreja e o castelo. Noutros casos especialmente relevantes optou-se pela separação do topónimo principal e da instituição aí situada – como é o caso de Leão e da igreja de Santo Isidoro. Além disso, esta disposição das referências teve em conta as que foram situadas com certeza nas diferentes regiões, independentemente da sua localização ser segura, aproximada ou conjecturada, e de ainda existirem ou não na atualidade. Nestes instrumentos em concreto as menções foram repartidas em função de certas áreas que se demarcam sobretudo por rios ou cadeias montanhosas, sempre que tal permitiu criar uma unidade territorial com sentido, ou dos territórios existentes à época e/ou mencionados na crónica, que por vezes os delimita.

Todos os 11 quadros são constituídos por 5 colunas, sendo a primeira relativa aos topónimos ou termos que se pretende identificar, considerados sempre a partir do latim. Por exemplo, uma vez que *Gallia* em alguns capítulos é traduzido como “França”, separámos os dois topónimos com base nas edições latinas da fonte e não nas suas traduções. Do mesmo modo, alguns adjetivos gentílicos que surgem nas edições latinas são por vezes traduzidos de forma livre – como “Lisbonenses”, vocábulo substituído por “os de Lisboa” –, embora mantenhamos o original em latim no quadro relativo aos gentílicos. Outros adjetivos aparecem associados a títulos de dirigentes políticos ou eclesiásticos, como se verifica em “Portugalensis infans” (“infante de Portugal”) ou “Lucensis episcopus” (“bispo de Lugo”), casos que se consideraram dignidades. No entanto, outras palavras vêm também acompanhadas de adjetivos, como “solidos Pictauienses” e “Remense concilium”, expressões que podem ser traduzidas como

“soldos de Poitiers” e “concílio de Reims” e, assim, foram contabilizadas como uma referência a esses lugares.

Na segunda coluna procurámos identificar e/ou localizar os vocábulos recolhidos, anotando, sempre que possível e quando se justifica, uma explicação da sua situação na época da escrita da obra e da sua situação atual, consoante as divisões administrativas contemporâneas. Nos casos mais comuns (Espanha, Portugal, França e Itália) seguiram-se os municípios, províncias e comunidades autónomas de Espanha; as freguesias, concelhos e distritos portugueses; as cidades e departamentos de França; as cidades e províncias de Itália. Para o período do século XII, há que ter em conta que as estruturas políticas são muito voláteis e mesmo durante o meio século de escrita da crónica as jurisdições mudaram. Basta referir como exemplo desta situação a expansão dos reinos ibéricos cristãos para sul contra os poderes muçulmanos. Outro problema é ilustrado com os atuais topónimos franceses, dispersos nos séculos XI e XII por uma profusão de soberanias que nem sempre foi possível indicar com precisão. Muitos deles encontravam-se oficialmente dentro das fronteiras do Império, embora sofressem mais influência “francesa” do que imperial; outros pertenciam ao emaranhado de principados que constituíam o reino de França, que alteravam frequentemente os seus limites territoriais.

No que respeita à localização dos topónimos, seguimos em grande parte dos casos as indicações dos tradutores da crónica, em particular as de José Campelo, que procedeu a um exaustivo trabalho de identificação de lugares referidos na crónica, nomeadamente os galegos. Advertimos, contudo, para a existência de algumas desatualizações nas notas desse autor e de Emma Falque em relação às divisões administrativas dos diferentes países, pelo que introduzimos as alterações necessárias sempre que considerámos oportuno. Em casos particularmente difíceis de situar, a bibliografia que se consultou é indicada em nota. Neste sentido, destacamos a publicação de Ricardo Martínez Ortega, que propôs a localização de certos topónimos que ainda não tinham sido identificados ou sobre os quais existiam dúvidas, corrigindo em alguns casos os editores da crónica, atentando não somente ao conteúdo da fonte, mas confrontando-o igualmente com outras fontes que se referem aos mesmos lugares⁴⁴.

⁴⁴ MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998.

Apesar deste esforço, permanecem muitas incertezas quanto à identificação de algumas referências textuais, sobretudo tendo em conta a distância temporal a que estamos da redação da obra. Além disso, uma vez que esta foi escrita em latim, alguns nomes oferecem dificuldade na sua tradução, não havendo, muitas vezes, uma correspondência imediata entre a sua forma latina e a sua forma moderna; para alguns lugares existe mais do que uma possibilidade para a sua localização; outros foram identificados apenas com base numa hipótese, não havendo certeza de que fosse a correta; alguns não existem na atualidade, embora possamos indicar a sua localização aproximada; outros não puderam ser localizados ou sequer traduzidos do latim para o castelhano ou português, sendo sempre escritos na sua forma latina, conforme aparecem no texto. No que toca a algumas igrejas e mosteiros, os edifícios que hoje existem podem não corresponder aos que existiam no século XII. Num outro sentido, há menções toponímicas relativas a pequenos senhorios ou comarcas que na atualidade não existem ou permanecem, sob o mesmo nome, como lugares mais pequenos. Por último, relativamente às dignidades, tentámos não só identificar o lugar associado à personagem referida no texto, como também a pessoa em causa.

A terceira coluna informa acerca dos cronistas responsáveis pelos capítulos em que surgem os termos recolhidos, quer os tenham escrito na narrativa da sua autoria ou apenas inserido na obra os documentos que os mencionam. Não se deve esquecer que a inserção de documentos não deixa de ser igualmente responsabilidade dos redatores, que os enquadram no texto decidindo sobre a sua relevância e procedendo a um trabalho de seleção em função dos objetivos que a crónica assume. A distinção entre os dois casos está especificada na quarta coluna, onde os discursos de personagens e os títulos que encabeçam os capítulos – estes últimos provavelmente redigidos pelo cronista Pedro Marcio⁴⁵ – foram considerados narrativa. Aqui também incluímos a designação que os lugares ou expressões retiradas da fonte adotam no latim, não só em todas as suas grafias, como também nas suas diferentes categorias, nomeadamente para o estabelecimento das diferenças, num mesmo topónimo, entre níveis de jurisdição territorial. Tomando como exemplo Braga, este lugar surge como “Brachara” ou “Bracharensis metropolis”, “ciuitas”, “sedes”, “prouincia”, “archiepiscopatus” e “ecclesia” (como sinónimo da

⁴⁵ LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 93-94.

instituição diocesana ou da sua congregação eclesiástica⁴⁶). “Roma” é uma exceção, na medida em que as menções à “Romana ecclesia” dizem respeito à instituição da Igreja Romana ou à comunidade dos cardeais romanos, ainda que também possam indicar, em certos casos, a diocese. Assim, não procedemos à enumeração dessas referências, do mesmo modo que ignorámos os capítulos que mencionam os “Romani episcopi” ou “cardinales”. São usadas aspas nas citações quando se extraem expressões diretamente do texto e, nas restantes ocorrências, sempre que foi possível procurámos reduzir todas as menções ao caso nominativo da palavra. A versão em latim é sempre retirada da edição latina de Emma Falque, acompanhada em nota das opções de Enrique Flórez ou de José Campelo quando estas são muito diferentes daquela muito rigorosa edição.

A quinta coluna indica o número de capítulos em que um nome aparece, independentemente de ser referido várias vezes no mesmo capítulo; os subcapítulos não contam como um capítulo.

Abstivemo-nos de apresentar o topónimo “Santiago de Compostela”, bem como as menções aos bispos ou ao arcebispo desta diocese, já que tanto a cidade, a Igreja e mesmo Diego Gelmírez surgem na maior parte dos capítulos. Existe ainda um conjunto de alusões mitológicas que não deixam de possuir um valor geográfico no texto, remetendo o leitor para uma determinada área: Caribdis⁴⁷ e Cila⁴⁸, dois monstros da mitologia grega que habitavam o Estreito de Messina, no sul de Itália, são mencionados na narrativa de Munio Afonso e de Geraldo em 5 capítulos, no primeiro caso, e em 2, no segundo.

A informação contida em alguns dos quadros – aquela que se traduz em menções textuais georreferenciáveis, ou seja, em concreto dos quadros 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 – resultou na construção de vários mapas, que possibilitam outras leituras acrescidas à análise do discurso⁴⁹. No que respeita aos nomes que à época da redação da crónica

⁴⁶ NIERMEYER, Jan Frederik; KIEFT, C. Van de (ed.) – *Mediae latinitatis lexicon minus*, 2002, vol. I, p. 478.

⁴⁷ *Caribdis* (I, 1.1; II, 10; II, 12.3; II, 13.3; II, 42.7).

⁴⁸ *Scilla* (I, 1.1; II, 10).

⁴⁹ Os mapas de base, contendo as principais vias de comunicação da época, sobretudo terrestres, têm como fonte os que constam na monografia de Francesco Renzi sobre o prelado e “antipapa” Maurício Burdino (*Mauricius Bracarensis archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae: le fonti narrative europee sull’arcivescovo di Braga e antipapa Gregorio VIII Maurizio «Burdino» (secoli XII-XIII)*, 2021). De novo destacamos o decisivo contributo do Dr. Miguel Nogueira (gabinete de Infografia da FLUP) para a elaboração dos mapas que resultaram desta investigação.

indicavam arciprestados, comarcas ou senhorios, mais abrangentes do que, por exemplo, uma cidade, foi-lhes atribuído um ponto central com as respetivas coordenadas.

Os pontos assinalados nos mapas (cidades de referência) correspondem a cidades atuais que têm um número associado e a sua identificação no índice. As que apresentavam já uma importância maior no conjunto peninsular estão identificadas pelo nome. Uma vez que as alusões textuais são em elevado número, nomeadamente na Galiza, a cartografia do seu conjunto impediria uma compreensão cabal dos dados. Assim, foram condensadas nas cidades de referência a que correspondem atualmente. Por exemplo, o município de Lalín (nº 94), na província de Pontevedra (Galiza), engloba vários topónimos de diferentes tipologias que são referidos na crónica, ainda que esse nome não apareça na fonte.

Foram criados quatro mapas temáticos, tendo em conta algumas tipologias que encontramos nos quadros. Além de demonstrarem de modo mais exato que nem todos os sinais marcados equivalem a topónimos propriamente ditos, é particularmente útil refletir na cartografia as áreas onde se situam (e eventualmente concentram) castelos/fortalezas, instituições eclesiásticas e dignidades associadas a instituições, bem como distinguir os lugares que estão presentes na narrativa sob a forma de gentílicos. A sinalização destes pontos por cores segue as coordenadas geográficas específicas de cada caso e traduz as dúvidas que encontrámos na localização de alguns topónimos, indicando o grau de segurança de cada uma – segura, aproximada ou conjecturada, conforme as informações que constam nos quadros. Alguns casos conjecturados apresentam mais de duas hipóteses de localização, incerteza que está assinalada no próprio mapa ou no índice, tendo-se ignorado nos mapas os lugares a que associámos três ou mais hipóteses. Um outro problema que se procurou demonstrar cartograficamente é a (in)existência atual dos lugares referidos na fonte. Esta diferenciação vale essencialmente para as instituições eclesiásticas e para os castelos, edifícios que ao longo dos séculos estão sujeitos à deterioração ou ao completo desaparecimento.

Uma outra condicionante da interpretação do discurso é a combinação da narrativa com a documentação. Este fator levou a determinar quais os topónimos que apenas são mencionados na redação livre dos cronistas, aqueles que somente surgem em documentos e os que assomam em ambos os casos, como consta nas tabelas 1 e 2. Esta distinção expõe a real importância de algumas menções toponímicas, visto que podem constituir, por

exemplo, um lugar de expedição de uma carta ou privilégio papal, e nem sempre correspondem, portanto, a um real episódio com um significado concreto. Esta opção é muito proveitosa para a análise do espaço exterior à Hispânia, pois há uma propensão para que muitos lugares apareçam em documentação proveniente de ambientes extrapeninsulares.

Paralelamente, é possível afinar a conceção geográfica de cada um dos três principais cronistas da obra, seleccionando as referências que apenas foram recolhidas da narrativa de cada um (gráficos 2, 3, 4, 6, 7 e 8). Esta distribuição ajuda a estabelecer algumas comparações entre eles, designadamente os seus interesses e tendências, bem como possíveis motivações consoante a cronologia em que trabalhavam.

Apesar das normas que aqui apresentamos, admitimos que possam existir erros ou confusões na distribuição dos dados. Estamos cientes, de facto, de que um trabalho tão extenso e detalhado origina lapsos ou comporta incorreções. Esperamos que, a ser esse o caso, estes sejam assinalados em investigações futuras.

2. O espaço extrapeninsular

Antes de analisar o conteúdo dos episódios mais relevantes que abarcam o espaço extrapeninsular, dedicaremos algumas considerações iniciais à apresentação dos dados retirados da fonte respeitantes a esse espaço, que servirão de objeto de estudo ao longo de todo o capítulo 2. Seleccionando primeiramente as estruturas políticas como reinos, principados ou regiões que tinham uma identidade própria, bem como os seus habitantes e dirigentes, verifica-se que existe um número mais elevado de alusões a França (8 capítulos, além de 6 que mencionam os francos, incluindo o seu monarca) e à(s) Gália(s) (7 capítulos), a que se acrescentam outros territórios pertencentes ao reino de França: a Auvérnia (5), a Normandia (3), a Aquitânia (1 capítulo, além de 3 relativos ao seu duque ou aos aquitanos) e a Flandres (1 capítulo, além de outro que refere a sua condessa). Contabilizaram-se igualmente várias menções à Borgonha e aos normandos (4 capítulos para cada caso), nomes que nem sempre designam o mesmo território e o mesmo povo em todos os episódios da crónica. Com efeito, um capítulo refere o conde da Borgonha e em 3 surgem referências aos alóbrogos, habitualmente identificados com este condado, mas não é evidente que o topónimo indique sempre este principado, podendo também aludir ao ducado do reino de França. Além destes, contam-se 7 capítulos com alusões ao imperador dos teutões e 4 com referências a Inglaterra, assim como aos ingleses ou ao seu rei (5). As restantes formulações territoriais, titulares ou gentilícias aparecem em 3 ou menos capítulos e abarcam regiões italianas ou germânicas: referimo-nos à Itália, à Alemanha, à Apúlia, à Lotaríngia, à Sicília, a Cápua e aos lombardos.

A primeira impressão que estes números causam prende-se com a preponderância do reino de França na *HC*, não só pelo número superior de capítulos em que o topónimo é mencionado – mesmo que não se lhe atribua a condição de *regnum* –, mas também pela presença de todos os principados mais poderosos deste período que integravam esse reino, muitos dos quais sobrevivem em mais do que um capítulo.

Para enquadrar com maior precisão estas informações, devemos distinguir as menções que constam na narrativa daquelas que aparecem somente em documentação, pois a maioria dos documentos inseridos na crónica compostelana que se reporta a topónimos exteriores à Península Ibérica não são hispânicos, sendo uma elevada percentagem oriunda da cúria papal. Por conseguinte, a contagem que se apresentou acima nem sempre

revela referências diretamente produzidas pelos cronistas. De todos os conjuntos atrás apresentados, a Gália, a Borgonha, os alóbrogos, os normandos, os lombardos e os teutões (sob a forma do seu imperador) marcam presença unicamente no texto construído pelos três principais redatores da crónica, e a França é quase exclusivamente fruto dessa narrativa. Todos os restantes, independentemente de também se encontrarem na narração cronística, são referidos em documentos. Deste modo, pensando apenas nas menções territoriais presentes no trabalho criado livremente pelos cronistas, novamente apuramos que o universo “francês” é predominante.

Centremo-nos nos topónimos georreferenciáveis que constam nos mapas, gráficos (1-4) e na tabela 1. Observando a informação cartográfica no seu conjunto, torna-se evidente que a área assinalada é sobretudo cristã e ocidental, concentrando-se na sua grande maioria na Hispânia (que apresenta naturalmente a maior densidade de topónimos), no reino de França e no território italiano, o que, a par do que já ficou esclarecido pelos números anteriormente expostos, nos permite afirmar que a *HC* se reporta essencialmente à Cristandade latina. Só uma pequena parte das referências respeita ao Médio Oriente – em concreto às regiões da Síria e da Palestina – e apenas um lugar se situa no Norte de África.

Verifica-se que as cidades de referência marcadas nos mapas têm uma grande expressão no reino de França de um modo geral, embora se esparzem em determinadas regiões ou agrupem noutras. Além de sobressair um espaço em branco na zona da Bretanha, poderíamos estabelecer um limite no rio Loire, a norte do qual as menções no texto são mais escassas (um total de 6 lugares, que correspondem a 8% do espaço extrapeninsular) e surgem mais frequentemente em documentos oriundos da chancelaria papal (4 dessas 6 cidades só são referidas nesses documentos). A sul daquele rio, o número de pontos que vemos nos mapas é muito mais numeroso, concretamente no ducado da Aquitânia e na região de Toulouse. Desdobrando-se num conjunto de 25 lugares diferentes, estes equivalem a 32% do total de referências extrapeninsulares. Deste grupo, grande parte das alusões na crónica (80%) foi recolhida apenas da narrativa. Assim, mesmo antes de examinar em detalhe os contextos e os significados atribuídos a estes topónimos, podemos adiantar que o interesse dos cronistas estava direcionado sobretudo para a região meridional do reino de França. À primeira vista, isto poderá explicar-se pela sua proximidade geográfica em relação à Península Ibérica e pelos

contactos mais reiterados entre os dois espaços daí resultantes, assim como pelas várias descrições de viagens de personagens da crónica que atravessavam os Pirenéus vindos da Hispânia.

De facto, por um lado, muitos desses topónimos localizam-se em diversos ramos dos caminhos de peregrinação que conduziam a Santiago de Compostela e que também serviam de vias de comunicação para quem circulava no sentido inverso; por outro lado, um grupo de cidades de referência concentra-se precisamente junto aos Pirenéus.

Um outro conjunto aproxima-se da fronteira com o Império germânico, sensivelmente demarcada neste período pelo rio Ródano na zona mediterrânica. Aliás, vários pontos assinalados distribuem-se por esta área fronteiriça, tanto de um lado como do outro do rio – no flanco “francês” podemos citar, por exemplo, Privas, Nîmes e Saint-Gilles, enquanto no imperial se encontram quase todas as cidades do Império germânico que se reúnem no espaço aquém-Alpes: Arles, Crest, Valence, Vienne e Saint-Jean-de-Maurienne (correspondente aos vales de Maurienne), às quais acrescentamos a importante cidade de Liège, isolada no norte do Império, na Baixa Lorena. Este conjunto de cidades imperiais fora da atual Itália, cuja maior parte mantinha um contacto mais próximo com o reino “francês”, perfaz 8% do total de topónimos extrapeninsulares. No entanto, convém destacar que alguns dos lugares que se encontram em ambas as margens do Ródano – designadamente Privas, Crest e Valence – constituem locais de emissão de documentos pontifícios, lavrados em períodos em que os papas não podiam estar em Roma, como Urbano II e Calisto II.

Atendendo aos mapas temáticos e aos quadros 3 e 8, a extensão territorial que se projeta a sul do Loire apresenta várias referências a instituições e dignidades eclesiásticas. Desenha-se uma rede monástica na zona francesa meridional, que representa principalmente fundações integrantes do trajeto que Gelmírez percorreu em 1105 até Cluny, tendo Roma como destino final. O prelado escolheu vários locais de culto durante a sua jornada para neles se deter, o que indica que a sua viagem teria como um dos propósitos a realização de uma peregrinação: falamos dos mosteiros de São Pedro de Moissac e de São Pedro de Uzerche, da abadia de Saint-Savin-sur-Gartempe, do mosteiro que albergava as relíquias de Santa Valéria e da igreja de Saint-Léonard-de-Noblat. Além disso, o abade de Saint-Jean-de-Angely e o de Cluny, o arcebispo de Auch e os bispos de Maguelone e de Lescar mantêm em diferentes medidas relações com a Hispânia,

nomeadamente com o prelado compostelano, e também com o Papado ou alguns cardeais romanos.

Com este cenário coexiste uma paisagem urbana, sendo referidas importantes cidades, sobretudo várias sedes episcopais. Destacam-se, por exemplo, Auch (*ciuitas*), Baiona (*ciuitas*), Cahors (*urbs*), Clermont, Montpellier, Nîmes, Oloron (*ciuitas*), Privas (*oppidum*) e Toulouse. Dentro desta panóplia, são em menor número as cidades costeiras – Baiona, a ocidente, e alguns lugares mediterrânicos como Montpellier e Maguelone, além da cidade imperial de Arles. A norte do Loire, as referências indicam essencialmente desenvolvidos pólos urbanos e importantes sedes de bispado: Beauvais, Châlons, Chartres, Orleães (*ciuitas*) e Reims – estas duas últimas tidas como principais cidades do reino de França, depois de Paris; além destes topónimos, marca presença na crónica Saint-Benoît-sur-Loire, lugar pertencente ao domínio régio e onde se encontrava uma abadia de grande relevância internacional na época.

Quanto ao território que corresponde à atual Itália, existe um grupo de cidades de referência que se distribui pela zona norte, formalmente subordinada ao Império germânico, algumas das quais se encontram nos Alpes – Susa e a localidade de Sant’Ambrogio di Torino, onde se situa a abadia de São Miguel da Chiusa – e outras não muito longe dessas montanhas – Turim e Pavia –, mas a maioria dos pontos assinalados reparte-se pelo centro e o sul da península itálica. Contudo, deve alertar-se para a diversificada tipologia dos lugares referidos no texto, pois embora no seu conjunto o espaço italiano congregue quase metade de todas as diferentes menções extrapeninsulares (43%), esta porção inclui em grande quantidade instituições eclesiásticas (algumas igrejas e um mosteiro) e várias dignidades, muitas delas referentes a bispos suburbicários ou a cardeais associados a igrejas titulares. Com as únicas exceções do abade de São Miguel da Chiusa e do arcebispo de Turim, este universo religioso circunscreve-se a Roma e é fruto, na sua maioria, de cartas produzidas num âmbito papal ou, pelo menos, romano, documentos que aludem a acontecimentos desenrolados em Roma ou relacionados com o Papado. Existe ainda um conjunto de lugares que surgem na crónica sob a forma de um gentílico, dois dos quais apenas são mencionados dessa forma – Salerno (a origem do médico Roberto) e Gaeta (de onde provinha o futuro papa Gelásio II) –, e um topónimo que foi identificado enquanto castelo – *Bibione castro*, o único castelo assinalado na geografia extrapeninsular, apesar de esta opção consistir apenas numa possibilidade.

Deste modo, das 33 diferentes menções que se apuraram em Itália, apenas 14 correspondem especificamente a pequenos territórios ou a cidades. Uma parte delas localiza-se na área circundante da cidade de Roma – como Tivoli, Trastevere (que hoje faz parte da cidade) e, um pouco mais longe, Anagni. A alguns desses topónimos é atribuída a categoria de cidade, quase sempre pelos próprios cronistas: é o caso de Pisa (*ciuitas*), Roma (*ciuitas* e *urbs*), Susa (*urbs*) e Turim (Boso é bispo *in Taurina ciuitate*), aos quais poderíamos acrescentar Bari – a importante cidade do sul normando, onde se embarcava para o Oriente –, Benevento, Ferentino, Melfi, Pavia e, claro, Génova, uma das mais importantes cidades do Ocidente medieval, que contava com dezenas de milhares de habitantes no século XII. Efetivamente, neste mundo urbano, além de Roma – o centro da Cristandade ocidental –, destacamos Pisa e Génova como as cidades mais importantes em Itália, aquelas que tinham um forte carácter comercial e uma impressionante vocação marítima, e cujos governos aspiravam à independência do poder imperial. Como veremos no subcapítulo 2.2, uma e outra têm um papel singular em vários episódios da crónica enquanto fornecedoras a Santiago de Compostela de mestres construtores de barcos. Nota-se neste contexto a ausência de referências a Veneza, talvez pela sua posição geográfica, pois encontra-se voltada para o mar Adriático. Todavia, averigua-se que a dimensão urbana é mais notória no reino de França em termos numéricos, e não se deve esquecer que, como se explicou, algumas das referências italianas não correspondem a cidades propriamente ditas nem são o resultado da narrativa dos autores.

De facto, apenas 21% das alusões toponímicas italianas está presente somente na narrativa dos cronistas, enquanto mais de metade consta apenas em documentos – 61%, percentagem que engloba muitos lugares de emissão desses diplomas, sobretudo provenientes da cúria pontifícia, que itinerava com frequência pela Itália. Os lugares que fazem parte desta elevada percentagem não nos dizem nada suficientemente relevante no que respeita ao pensamento dos cronistas, mas, em conjunto com aqueles que se contam em cartas expedidas na zona do Ródano, permitem conhecer alguns dos locais mais vezes escolhidos pelos papas da primeira metade do século XII para estanciarem além de Roma, quer estivessem fugidos desta cidade ou não. Num outro sentido, esta documentação reflete também os contactos que se desenvolviam entre Compostela e o Papado e a

preocupação dos compiladores compostelanos em inserir missivas que testemunhassem uma relação de proximidade entre Gelmírez e os diversos papas.

Deve notar-se que a maioria das cidades marcadas nos mapas nas regiões acima analisadas se encontra nas vias de comunicação principais da época, existindo poucas exceções que, mesmo assim, não estão completamente afastadas dessas estradas. Esta configuração cartográfica talvez se compreenda pelo facto de que esses pontos, além de indicarem em muitos casos centros urbanos, são igualmente o resultado, como já se esclareceu, de relatos de viagens de diversas figuras, ou representam locais de estadia temporária das diferentes cortes papais.

No Médio Oriente, excetuando a cidade de Jerusalém, o único caso que é referido largamente pelos cronistas e que pela sua importância nesta época ocupa um lugar central na obra, esta é uma região escassa em menções e não tem expressão quantitativa na narrativa propriamente dita. Efetivamente, de novo ressaltando Jerusalém – a principal cidade cristã dos Estados latinos do Oriente, conquistada em 1099 –, as cidades situadas nessa geografia são muçulmanas e apenas aparecem uma vez numa carta enviada a Gelmírez pelo patriarca de Jerusalém, Veramundo. Relativamente ao Norte de África, a única citação que aí se encontra – Cartago (a atual Tunes), muçulmana no século XII, mas cristã no episódio narrado na *HC* – também foi recolhida de um documento papal.

Genericamente, este espaço exterior à Europa é litoral ou traduz-se em cidades que não se encontram muito distantes do mar Mediterrâneo: à exceção da Babilónia (a atual Bagdade), localizada no interior, falamos de Cartago (Tunes), Assur (Tiro), Ascalão, Damasco e Jerusalém. Aproveitamos esta reflexão para apontar dois erros presentes nos mapas e no respetivo índice, os quais tivemos a oportunidade de esclarecer com o decurso desta investigação⁵⁰: Assur, que corresponde no índice à atual cidade de Al-Shirqat, nada tem que ver com a Assíria (tal como aparece no índice toponímico da tradução da crónica de Emma Falque⁵¹), mas sim com a cidade de Tiro, no atual Líbano. Do mesmo modo, a Babilónia equivale à atual capital do Iraque, Bagdade, e não às ruínas junto a Hila, no mesmo país.

⁵⁰ Concretamente a partir de RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”, 1976, p. 426-430. O quadro 2 contém a informação atualizada.

⁵¹ *Historia Compostelana*, 1994, p. 622.

Observando os dados extrapeninsulares no seu conjunto, existe um número superior de citações que apenas se contam em documentos (42%), além de outras que se encontram tanto em documentação como na narrativa (19%), enquanto 39% das alusões só estão presentes na narrativa dos cronistas. Isto não deixa de demonstrar, porém, um interesse dos autores da *HC* pelo espaço extrapeninsular: por um lado, o reino de França ressalta como o espaço com o qual os redatores da crónica, de um modo geral, têm um maior grau de familiaridade. Por outro lado, sobressaem alguns topónimos pelo número de capítulos em que são mencionados: Roma aparece em primeiro lugar nesta categoria (44 capítulos, sem contar com os 25 que respeitam a Latrão em virtude da emissão de cartas papais, que não expressam nada fundamental em relação ao pensamento dos autores compostelanos), seguida de Jerusalém (18 capítulos referentes ao lugar e 2 ao seu patriarca) e de Cluny (10 capítulos relativos ao mosteiro e 15 ao seu abade). Existem, portanto, 3 centros proeminentes no espaço projetado nesta crónica hispânica – Roma, sede do Papado e da Cristandade ocidental e importante centro de peregrinação; Jerusalém, outro lugar de atração de peregrinos, sede de um Patriarcado e cidade principal dos Estados latinos no Oriente; e Cluny, a mais destacada instituição monástica do Ocidente medieval neste período. Estes são os 3 polos de referência da Cristandade na *HC*, equiparados em importância a Santiago de Compostela em diferentes momentos do texto.

Se tivermos em conta somente o texto redigido pelos três principais autores da crónica, há que reconhecer a existência de uma expressiva disparidade no interesse que cada um demonstra pelo mundo exterior à Península Ibérica. Geraldo é de longe o autor que escreve sobre um maior número de áreas geográficas extrapeninsulares. Em relação aos reinos e regiões, abarca toda a Europa ocidental e, particularmente no caso do reino de França, aborda vários principados, povos e autoridades políticas. Relativamente aos topónimos dos quadros 2, 3, 8 e 9, atribui-se-lhe um total de 32 diferentes referências distribuídas por vários territórios, dos quais a França a sul do Loire e a Itália são os espaços mais mencionados, mas com uma diferença quantitativa significativa entre eles. As circunstâncias que ordenaram esta grande abrangência espacial e a sua preferência pelo universo “francês” serão devidamente contextualizadas nas próximas páginas, embora possamos antecipar que a conjuntura narrada por Geraldo, entre 1121 e 1124, se caracterizou por uma crescente projeção internacional de Diego Gelmírez, em grande medida após ter alcançado as dignidades de arcebispo e de legado papal em duas

províncias eclesiásticas hispânicas, em 1120. Por outro lado, não esqueçamos que este cónego era “francês”, à partida natural de Beauvais, e que tal origem poderá ter influenciado a orientação da sua narrativa no que respeita à geografia exterior à Hispânia.

Por seu lado, Munio Afonso nunca se reporta a reinos ou principados extrapeninsulares na sua história, citando só os normandos e o imperador dos teutões (cada caso em apenas um capítulo), embora inclua um número significativo de cartas papais, sobretudo de Pascoal II. Contudo, nomeia 11 lugares diferentes no reino de França a sul do Loire, número que difere bastante do segundo território mais frequente – a Itália, com 4 referências distintas. Quanto a Pedro Marcio, apesar de encontrarmos no seu texto um leque variado de espaços – como a França, a Apúlia e a Sicília –, estes surgem num número reduzido de capítulos. Além disso, as menções toponímicas que originaram cidades de referência nos mapas contabilizam-se somente em 11, ainda que repartidas por diversos territórios, ao contrário de Munio Afonso, que alude a uma geografia mais limitada.

Esta análise formal permitiu já retirar várias conclusões e avançar algumas explicações para certos números que se obtiveram da leitura da *HC*. No entanto, apenas um exame detalhado do discurso em que estes dados estão integrados e articulados possibilitará conhecer cabalmente a visão que se tinha do espaço extrapeninsular, e compreender as motivações dos redatores e do seu patrono para que se criasse uma determinada configuração geográfica na crónica.

2.1. A França e a(s) Gália(s): a construção do espaço além-Pirenéus

A tradição historiográfica sempre ligou Diego Gelmírez à cultura “francesa” e às mais importantes personagens do reino de França do seu tempo, em grande parte baseando-se nos relatos da *Historia Compostellana*. No entanto, os trabalhos mais recentes que incidem nesta temática fazem sobressair outros fatores e utilizam-nos para questionar aquela ideia tantas vezes repetida. Lembram, nomeadamente, que os vínculos de Santiago de Compostela com o espaço além-Pirenéus eram anteriores a Diego Gelmírez – o bispo Dalmácio (1094-1095) era um monge cluniacense, o bispo Pedro (1088-1090), embora hispano, era oriundo do mosteiro reformado de São Pedro de Cardeña e, sob o episcopado de Diego Peláez (1070-1088), tomaram-se algumas medidas que já denunciavam um envolvimento com a França⁵². Uma análise sistemática das referências a regiões, lugares e instituições eclesiásticas “francesas” presentes na *HC* ajuda a explicar como pôde Diego Gelmírez ter ficado conhecido na História como um “afrancesado”.

2.1.1. A terminologia usada na *HC*: *Francia*, *Gallia* e *Galliae*⁵³

Ao lermos os episódios da *HC* relativos ao espaço “francês” encontramos uma variedade de vocábulos – *Francia*, *Gallia* ou *Galliae* –, alternando por vezes num mesmo capítulo, bem como uma falta de correspondência, em vários casos, entre essas palavras latinas e as suas traduções para o castelhano de Manuel Suárez e José Campelo e de Emma Falque, o que dificulta uma compreensão cabal do sentido de alguns excertos da narrativa.

Para esclarecer melhor a terminologia empregue nesta crónica, há que tecer, antes de tudo, algumas considerações acerca da realidade política “francesa” dos finais do século XI e inícios do XII, que enquadrem historicamente a redação da *Historia Compostellana*. Concretamente, este estudo implica ter presente a conceção do poder régio da dinastia dos Capetos na cronologia da composição da obra, época em que o reino “francês” era

⁵² HENRIET, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne»”, 2003 e RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011.

⁵³ Uma parte deste subcapítulo serviu de base à apresentação realizada em junho de 2022 no V Congresso Internacional “O Camiño do Medievalista: *ad aeternum*”, em Santiago de Compostela, com o título “A França e a(s) Gália(s): a construção do espaço além-Pirenéus na *Historia Compostellana*”. Inclui-se agora na presente tese com interpretações mais desenvolvidas e conclusões a que antes não conseguimos chegar, assim como nova bibliografia.

formalmente muito vasto, estendendo-se sensivelmente da Flandres aos Pirenéus e, a leste, delimitando-se em grande parte pelo rio Ródano, embora estivesse dividido em diversos principados, delegados a governantes vassallos do rei. Os monarcas Capetos – na cronologia que nos importa, Filipe I (1060-1108), Luís VI (1108-1137) e Luís VII (1137-1180) – eram *primi inter pares*; o poder central tinha vindo a dissolver-se desde anos anteriores e neste período destacavam-se alguns domínios, especialmente os ducados da Aquitânia, da Normandia e da Borgonha e o condado da Flandres, cujos dirigentes rivalizavam com o rei em poderio económico e influência política e procuravam escapar à sua subordinação. Isto é visível, por exemplo, quando os duques aquitano, normando e borgonhês recusaram prestar homenagem a Luís VI em 1108⁵⁴. Além disso, estes príncipes detinham prerrogativas régias dentro da circunscrição dos seus territórios e aqui exerciam a sua autoridade por iniciativa própria, atuando com autonomia a nível judicial e militar, dispondo das igrejas livremente, conservando o monopólio da moeda (como era o caso do duque da Normandia) ou instituindo a primogenitura (como acontecia na Flandres).

Os casos da Aquitânia e da Normandia são bastante elucidativos deste jogo de forças: a união de Luís VII com Leonor da Aquitânia permitiu uma maior influência do poder do Capeto nessa região, embora o interesse da monarquia por esse território se tivesse mantido adormecido⁵⁵. Por outro lado, em 1066, a conquista de Inglaterra pelo duque da Normandia, Guilherme, constituiu daí para a frente uma situação de ameaça ao poder régio francês, nomeadamente durante o reinado de Luís VII, já em meados do século XII, quando Henrique II, rei de Inglaterra, se tornou detentor de uma parte considerável do território continental pelo seu título de duque da Normandia e pela posse do ducado da Aquitânia, em virtude do seu casamento com Leonor, a antiga esposa do rei Capeto. O domínio destas terras no continente colocava-o como vassalo de Luís VII, mas na realidade o seu poder sobrepunha-se ao do seu senhor⁵⁶. Por sua vez, estes príncipes

⁵⁴ GAUVARD, Claude – *La France au Moyen Âge: du Ve au XV^e siècle*, 1996, p. 233.

⁵⁵ BRUGUIÈRE, M.-B. – “Un mythe historique: «L’impérialisme capétien» dans le Midi aux XIII^e et XIII^e siècles”, 1985, p. 245-251.

⁵⁶ BUR, Michel – “Les principautés”, 1983, p. 252.

tinham os seus próprios vassallos, uma aristocracia que muitas vezes impedia um controlo efetivo daqueles sobre todo o território que tutelavam⁵⁷.

Neste cenário político, o rei francês era “um soberano teórico do reino”, nas palavras de André Chédeville⁵⁸. A partir de Roberto II, o *Piedoso* (996-1031), o poder do monarca não penetrava a sul do Loire e, no período em que a *HC* foi elaborada, essa era ainda a realidade. O soberano controlava diretamente apenas uma pequena área do seu reino, muito mais restrita se comparada com a dimensão de alguns daqueles pujantes principados, e com limites algo imprecisos, compreendendo cidades como Paris, Laon, Senlis e Orleães, mas englobando igualmente áreas autónomas, como bispados e honras. As possessões régias estavam, assim, muito dispersas e bastante limitadas⁵⁹.

À parte a existência destes domínios territoriais, cujas fronteiras constantemente mudavam, o espaço estava também organizado em diferentes regiões culturais marcadas por distintas línguas, entre as quais a Bretanha, a Normandia e Champagne, a norte, e outras a sul, como a Gasconha, o Limousin, a Provença e o Languedoc⁶⁰. Existiam ainda por todos estes territórios diferentes graus de feudalismo⁶¹ e temos também de contemplar a existência de várias identidades dentro do reino “francês”, uma vez que havia uma clara

⁵⁷ ESTEPA DÍEZ, Carlos – *Instituciones y poderes en la Europa medieval: imperios, reinos y principados*, 2017, p. 163.

⁵⁸ CHÉDEVILLE, André – *La France au Moyen Âge*, 1965, p. 67.

⁵⁹ Acerca do poder do rei franco e dos seus vassallos durante esta cronologia consulte-se GAUVARD, Claude – *La France au Moyen Âge: du V^e au XV^e siècle*, 1996, p. 163-193, 223-226; DUBY, Georges – *Le Moyen Âge...*, 1987, p. 55-69, 197-248; BAUTIER, Robert-Henri – “La royauté”, 1983, p. 149-181; GIORDANENGO, Gérard – “La féodalité”, 1983, p. 183-199; BUR, Michel – “Les principautés”, 1983, p. 239-263; AUTRAND, Françoise – “Le service public”, 1983, p. 285-303; BRUGUIÈRE, M.-B. – “Un mythe historique: «L’impérialisme capétien» dans le Midi aux XII^e et XIII^e siècles”, 1985. Uma noção da extensão do domínio régio da dinastia dos Capetos nos séculos XI e XII pode encontrar-se em BROWN, T. S. – “France and its Principalities, c. 1000”, 2003, p. 28-30; BARBER, M. C. – “Angevins and capetians in the late twelfth century”, 2003, p. 70-72; GAUVARD, Claude – *La France au Moyen Âge: du V^e au XV^e siècle*, 1996, p. 167, 193, 223-227; BAUTIER, R.-H. – “La royauté”, 1983, p. 168; DUBY, Georges – *Le Moyen Âge...*, 1987, p. 232.

⁶⁰ LODGE, Anthony – “Le clivage oc-oïl au Moyen Âge: fiction méthodologique”, 2005.

⁶¹ MATTOSO, José – “Monges e Clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII)”, 1983, p. 43-44; CHÉDEVILLE, André – *La France au Moyen Âge*, 1965, p. 67; DUBY, Georges – *Le Moyen Âge...*, 1987, p. 56. BUR, Michel – “Les principautés”, 1983, p. 241; GIORDANENGO, Gérard – “La féodalité”, 1983, p. 187. Sobre a temática do feudalismo, num âmbito geral e concretamente no reino de França e na Península Ibérica, leia-se BISSON, Thomas N. – *Medieval France and her Pyrenean neighbours. Studies in Early Institutional History*, 1989; BONNASSIE, P. – “Du Rhône à la Galice: genèse et modalités du régime feudal”, 1980; BLOCH, Marc – *A Sociedade Feudal*, 1998; REUTER, Timothy – “Introduction: reading the tenth century”, 2008; SERGI, Giuseppe – “L’idea di medioevo”, 1998; BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, 1978; MARTÍN VISO, Iñaki (ed.) – *Los procesos de formación del feudalismo: la península ibérica en el contexto europeo*, 2023.

demarcação entre aquitanos, borgonheses, flamengos, normandos e povos oriundos de outros territórios, teoricamente sujeitos aos Capetos⁶².

Todavia, a partir do século XII, assiste-se a tentativas de reforço do poder régio, que começa a estender-se a todo o reino, bem como o domínio do monarca será sucessivamente alargado para lá da região da Île-de-France, sobretudo a partir de Filipe Augusto (1180-1223), reinado que escapa à cronologia sobre a qual se debruça esta análise. Um sinal desse robustecimento é a gradual passagem de uma monarquia eletiva para uma monarquia hereditária durante a dinastia capetiana e, inclusivamente, a associação do herdeiro do trono ao governo do reino ainda em vida do rei⁶³. Outro indicador é o importante conteúdo de uma carta que Luís VI endereça ao papa Calisto II, na qual se proclama rei de França e não “rei dos francos”, como era habitual até então. Esse mesmo rei reuniu vários príncipes do seu reino contra um inimigo comum, o imperador Henrique V, em 1124, acontecimento ainda longínquo de uma manifestação de sentimento nacional, mas relevante do ponto de vista da evolução do poder monárquico. Este evento, aliás, aparece largamente na historiografia como um marco na alteração da configuração dos poderes do rei e dos restantes príncipes. Segundo Georges Duby, o período entre 1119 e 1124, durante o governo de Luís VI, revela particularmente essa consolidação da autoridade do monarca e tais transformações denunciam o “advento da França como entidade política”⁶⁴. No entanto, perante as diferenças entre o reino que existia na época da *HC*, que não era uno sob a autoridade do rei, e aquele que se constituiria posteriormente, o termo “francês” é sempre escrito entre aspas neste trabalho, por englobar por vezes territórios ou personagens exteriores ao domínio régio ou mesmo

⁶² Aspeto visível, por exemplo, na reunião de cavaleiros que tinha lugar nos torneios, nos quais cada um pertencia a uma “pátria”, e nos agrupamentos de estudantes nos centros de ensino, como Paris (DUBY, Georges – *Le Moyen Âge...*, 1987, p. 319-320). Existe ainda o problema de considerar certos territórios como tendo uma identidade “nacional”, como destaca Michel Bur para o caso da Gasconha e da Bretanha, “por vezes consideradas como ducados nacionais”, designação não muito correta na medida em que nem os bascos no primeiro caso nem os celtas no segundo constituíam a maioria da população (BUR, Michel – “Les principautés”, 1983, p. 242, 245).

⁶³ Como acontece com Luís VI durante a doença do pai, Filipe I (CHÉDEVILLE, André – *La France au Moyen Âge*, 1965, p. 66; BAUTIER, Robert-Henri – “La royauté”, 1983, p. 156-157).

⁶⁴ CHÉDEVILLE, André – *La France au Moyen Âge*, 1965, p. 68 e seguintes; DUBY, Georges – *Le Moyen Âge...*, 1987, p. 199, 216-230, 300-301; ESTEPA DÍEZ, Carlos – *Instituciones y poderes en la Europa medieval: imperios, reinos y principados*, 2017, p. 169-170. Já Robert-Henri Bautier considerou que é “Luís IX que dá à realeza francesa toda a sua dimensão”, apesar de ter enumerado alguns avanços a favor da monarquia em reinados anteriores (BAUTIER, Robert-Henri – “La royauté”, 1983, p. 161-162, 166).

ao reino de França, ainda que imbuídos de influências “francesas” – referimo-nos especialmente às regiões de fronteira entre esse reino e o Império germânico, oficialmente integradas neste último mas na prática voltadas, nas suas relações, para o ocidente, como o condado da Borgonha.

De um modo geral, a ideia da Gália, herança do Império Romano, foi sendo progressivamente assimilada à França ao longo da Idade Média⁶⁵. É interessante verificar que, no século XII, a geografia eclesiástica começava a interferir com a política e a gerar conflitos. Um exemplo desta questão pode encontrar-se na luta pela primazia das Gálias entre os arcebispados de Sens e Lyon, que já era antiga e ainda decorria sob os pontificados de Pascoal II (1099-1118) e Calisto II (1119-1124). Em 1116, Pascoal confirmou a primazia do arcebispo de Lyon e, em 1119, com a eleição de um novo arcebispo para essa diocese, Calisto pretendeu seguir os passos do anterior pontífice, embora Luís VI tivesse intervindo em 1121, numa missiva dirigida ao papa, na qual explicava que o prelado de Sens não poderia sujeitar-se ao de Lyon, cidade que nesse momento já se encontrava sujeita ao Império, “um reino estrangeiro”⁶⁶. Assim, a ideia geográfica de Gália, que permanecia num título eclesiástico, começava a ser posta em causa nesta época pelas divisões políticas entre dois territórios outrora unidos.

Contudo, o termo permaneceu no vocabulário medieval, sobretudo com valor geográfico. Adeline Rucquoi já havia referido que “Francia” era o nome dado à zona a norte do Loire nos textos hispânicos medievais até meados do século XIII, enquanto “Gália” era a designação atribuída à área a sul desse rio⁶⁷, o que nos remete automaticamente para o poder que os monarcas franceses exerciam nessa altura, concentrado territorialmente a norte daquele limite. Mas esta não seria uma questão especificamente hispânica, já que o monge Gerberto de Aurillac, em torno do ano 1000, considerava que a França se limitava à região da Neustria (a ocidente do Mosa e a norte do Loire) e à zona de Reims e Raul Glaber, no século XI, estabelecia uma divisão entre

⁶⁵ CHÉDEVILLE, André – *La France au Moyen Âge*, 1965, p. 5. Este autor divide a sua obra sobre a França medieval em três capítulos, sendo o primeiro designado “La Gaule devient la France (V^e-X^e siècles)”.

⁶⁶ FLICHE, Augustin – “La primatie des Gaules depuis l’époque carolingienne jusqu’à la fin de la Querelle des Investitures (876-1121)”, 1934, p. 341-342.

⁶⁷ RUCQUOI, Adeline – “«De grammaticorum schola»: La tradición cultural compostelana en el siglo XII”, 2005.

as gentes do norte de França e as da Aquitânia⁶⁸. O próprio *Guia do Peregrino*, contemporâneo da *HC* e provavelmente redigido ou compilado por Aymeric Picaud, ligado à região de Poitou, sob o domínio da Aquitânia, tem em consideração a “Gallia” ao referir-se ao sul do reino de França⁶⁹. Com efeito, se observarmos o uso do termo “Francia” em textos “franceses” medievais, verifica-se uma alteração do seu significado ao longo da Idade Média no sentido de uma clara redução do espaço a que a palavra se refere, podendo designar somente a área que os monarcas Capetos dominavam⁷⁰. No entanto, seria necessário um estudo organizado acerca do significado destas palavras na literatura medieval “francesa” e hispânica, no mesmo trilha daquele que aqui apresentamos, para elucidar mais claramente esta questão.

A *Historia Compostellana* é um texto hispânico, mas a maior parte dos registos que contêm esses vocábulos é da responsabilidade de um único cronista – o mestre Geraldo, ao que tudo indica natural da cidade de Beauvais –, e apenas uma pequena parte é provavelmente da autoria do cónego Pedro Marcio, que teria origem galega. Outra porção do texto que se analisará, embora reduzida, provém da chancelaria papal, que durante certos períodos estanciou em terras transalpinas. A narrativa sofreu, inevitavelmente, uma grande dose de influência externa, principalmente “francesa”, sobretudo no que respeita ao conhecimento das geografias locais do espaço além-Pirenéus. Além disso, deve ter-se em mente o contexto anteriormente descrito em que esta obra foi elaborada – uma conjuntura marcada pelo início de um reforço do poder político do rei de França, embora este ainda mantivesse uma influência muito limitada territorialmente, o que se refletia na conceção dos termos *Francia* e *Gallia* em alguns textos hispânicos e “franceses” dos séculos XI e XII. Partindo então de uma sistematização dos episódios da crónica compostelana que apresentam esses vocábulos e da sua contextualização, procurar-se-á clarificar o sentido que os cronistas lhes atribuíam, refletir sobre a representação que estes fizeram do universo ultrapirenaico e confrontar essa imagem com as traduções do texto.

⁶⁸ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “Nacionalismos en la Edad Media; la Edad Media en los nacionalismos”, 2005, p. 46. Sobre a distinção entre os dois nomes em fontes “francesas” consulte-se também MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los ‘Reinos de España’ en la Edad Media”, 1954, p. 86.

⁶⁹ Veja-se o estudo de Pierre André Sigal “La frontière pyrénéenne d’après le *Guide du Pèlerin de Saint-Jacques*”, 1992, p. 40.

⁷⁰ Concretamente sobre os vocábulos *Francia* e *Gallia* veja-se DUCHET-SUCHAUX, G. – “*Francia, Gallia et Neustria*”, 1993; FREITAS, E. C. de – “Entre a *Gallia* e a *Francia*”, 2008.

Essa análise deve iniciar com a observação dos momentos em que a obra alude à “Francia” como espaço de ensino e de cultura, e como modelo a seguir por Diego Gelmírez neste âmbito, pois esses trechos, todos redigidos por Geraldo, restringem bastante a noção de “França”. Um dos excertos indica uma figura da confiança do bispo, embora não identificada pelo cronista, que tinha sido enviada “in Franciam” por iniciativa do prelado para estudar gramática, acabando por se insurgir contra o seu antigo protetor e apoiar a rebelião dos burgueses de Santiago de Compostela de 1116-1117. A ajuda que Gelmírez ofereceu a esta personagem é sublinhada por Geraldo para reforçar a traição que perpetrou ao bispo; podemos adivinhar a provável contribuição financeira do prelado para os estudos do seu protegido e os contactos que aquele manteria com o território “francês”⁷¹.

Num segundo episódio similar lemos que Pedro, sobrinho de Gelmírez e deão da Igreja de Santiago, era estudante de filosofia “in Francia” na companhia de outros cónegos compostelanos em 1121⁷². Também neste caso deduzimos que Pedro terá tido a oportunidade de estudar fora da Península Ibérica por intermédio do seu tio.

A crónica registou ainda que a diocese compostelana era “rudis et indisciplinata” antes de Gelmírez ser eleito bispo, pelo que era necessário imitar as “consuetudines ecclesiarum Francie”⁷³, referência que poderá ser de cariz eclesiástico, aludindo às influências ultrapirenaicas que chegavam à Galiza e que incidiam no rito romano⁷⁴ ou à implementação de algumas normas pelo bispo relativamente à organização do cabido da

⁷¹ “Hunc quidem pessimum predictus episcopus a puero educauerat in palatio suo et faceret eum honoratum in ecclesia beati Iacobi; tandem adultum miserat in Franciam ad discendum grammaticam (...)” (HC, I, 114.13).

⁷² “Idem namque archiepiscopus iam nefande mancipatus captioni direxerat nuntios ad nepotem suum P. beati Iacobi ecclesie decanum, qui in Francia philosophicam disciplinam adiscebat et indicauerat ei captionem, modum et causam sue captionis. Qui assumptis secum quibusdam concanonis, qui secum studium frequentabant, uenit Cluniacum.” (HC, II, 49.1). Fernando López Alsina não tem dúvidas de que estes cónegos compostelanos haviam sido alunos do mestre Geraldo e saído da escola episcopal de Compostela em 1121 para prosseguir estudos mais avançados em França (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 71).

⁷³ “Fuit namque in ecclesiasticis et in secularibus negotiis uir perspicacissimi ingenii; et, quoniam ecclesia beati Iacobi rudis et indisciplinata erat temporibus illis, applicuit animum, ut consuetudines ecclesiarum Francie ibi plantaret. Quod nimis laboriosum fuit ei; ut bonus tamen agricola spinas et tribulos extirpando, filices atque urticas euellendo utilia plantarum seminaria collocat (...)” (HC, II, 3.1).

⁷⁴ Autores com interpretações mais tradicionais, como Pedro Rocha, privilegiam a influência “francesa” na alteração da liturgia na Hispânia (ROCHA, P. R. – “O peregrino a Santiago e a oración da Igreja”, 1993, p. 31), embora outros coloquem a tónica na introdução do rito romano no reino de Leão e Castela como produto da responsabilidade romana (RUCQUOI, Adeline – “Cluny, el camino francés y la reforma gregoriana”, 2010).

sua catedral – normas que, efetivamente, são enumeradas logo de seguida, nesse mesmo capítulo⁷⁵. Por outro lado, poderá referir-se ao fraco nível cultural dos cónegos de Santiago de Compostela que se verificava quando Gelmírez chegou ao governo da diocese, ideia na qual encaixam os termos latinos “rudis” e “indisciplinata”⁷⁶ – ou, pelo menos, ao atraso educacional que se pretendia colar a um tempo anterior ao governo do patrono da *HC*, de modo a exaltá-lo.

Esta última ideia não é partilhada por outros investigadores, como Adeline Rucquoi, que evoca outra passagem escrita por Geraldo, onde o redator explica que os prelados anteriores ao bispo Dalmácio eram rudes e ignorantes (“rudes et imperitos”) numa época em que prevalecia o rito moçárabe (“Toletanam legem”) e não o romano (“Romanam legem”), pelo que este género de expressões de Geraldo, de acordo com a autora, remetem para o problema do rito e não para o problema da iliteracia⁷⁷. Por seu lado, Richard Fletcher julgou que a expressão que Geraldo usa quando menciona os costumes das igrejas de França dizia respeito, num certo sentido, às reformas que Gelmírez implementou no cabido e que o próprio cronista descreve. Essas medidas de reestruturação, segundo o autor, tinham uma proveniência “francesa”, como a instituição das prebendas individuais para os cónegos, bem como o vocabulário utilizado no cabido começava a ser substituído por palavras de origem “francesa”, designadamente alguns títulos de cónegos⁷⁸. Adeline Rucquoi defende também que não se poderia falar num atraso educacional antes de Gelmírez, pois já desde o século X se educavam personagens ilustres em Compostela, que se começava a distinguir na Hispânia como centro cultural nesse período. A autora argumenta igualmente que a presença de estrangeiros na cidade,

⁷⁵ Essas normas visaram a apresentação e as vestimentas dos clérigos, que antes se assemelhavam a cavaleiros; a supressão da desigualdade económica entre eles, o que se refletia, por exemplo, nas diferenças entre a alimentação dos mais ricos e a dos mais pobres; as oferendas do altar de Santiago passaram a ser repartidas pelos cónegos; a fixação dos mesmos no número de 72, tendo em conta a tradição evangélica ligada aos discípulos de Cristo.

⁷⁶ Um segundo sentido de *indisciplinatus* é “iletrado” (NIERMEYER, Jan Frederik; KIEFT, C. Van de (ed.) – *Mediae latinitatis lexicon minus*, 2002, vol. I, p. 689).

⁷⁷ “Nec mirum, cum tunc temporis tota fere Hispania rudis et illiterata esset; nullus equidem Hispanorum episcopus Sancte Romane Ecclesie matri nostre servicii uel obedientie quicquam tunc reddebat. Hispania Toletanam non Romanam legem recipiebat. Sed postquam A. rex bone memorie Romanam legem Romanasque consuetudines Hispanis contradidit, ex tunc, utcumque oblitterata quadam nebula inscientie, Sancta Ecclesie uires in Hispanis pullulare ceperunt. Quid enim memorem rudes et imperitos anteriores ecclesie beati Iacobi fuisse prelatos?” (*HC*, II, 1). RUCQUOI, Adeline – “La cultura compostelana e el Camino de Santiago”, 2010, p. 101-102.

⁷⁸ FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 167-169.

tanto peregrinos como artistas e mestres, se devia precisamente ao esplendor cultural de Santiago de Compostela, e que não se deveria interpretar o contrário, isto é, que este esplendor se desenvolveu devido à chegada de estrangeiros⁷⁹.

Cremos que nenhuma destas questões invalida a interpretação que fizemos das palavras de Geraldo. Por um lado, as influências ultrapirenaicas que chegavam a Santiago num contexto estritamente eclesiástico tinham uma proveniência territorial muito mais alargada, enquanto Geraldo fora muito mais concreto na sua abordagem – os costumes que se importariam vinham das igrejas da *Francia*. Além disso, a importância da cultura e do ensino em Santiago de Compostela anterior ao episcopado de Diego Gelmírez não exclui os melhoramentos que este prelado levou a cabo na escola episcopal compostelana e, mais do que isso, não é relevante para o propósito panegírico do texto, visto que estas observações poderiam constituir um mero recurso literário para exaltar a figura do bispo, tal como a notícia semelhante que encontramos na *Vita Sancti Geraldi*, fonte que descreve o estado degradado da diocese bracarense quando S. Geraldo (1097/1099-1108) chegou ao seu governo, ideia que se pode considerar como muito exagerada, na medida em que apaga totalmente os esforços do antecessor desse arcebispo, D. Pedro (1071-1091)⁸⁰. Supomos, portanto, que a posição de Manuel Díaz y Díaz é a mais consensual, já que este investigador, tal como Adeline Rucquoi, destacou o lugar proeminente da escola compostelana no panorama cultural hispânico, já visível antes do governo de Gelmírez; o próprio tinha-se formado aí e o facto de se ter tornado notário do conde Raimundo implicava ter estudado gramática e alguns aspetos de direito, além de que há outros indícios em Compostela da existência de estudos de poética. Contudo, o investigador destaca o papel determinante deste bispo no incremento do ensino em Compostela, cuja escola de gramática situada junto à catedral estaria nessa altura a transitar de uma educação centrada nos ensinamentos elementares para uma que contemplasse também conhecimentos superiores, graças, por exemplo, à contratação de um mestre de retórica, tendo em vista a educação de um grupo de cónegos que deveriam estar devidamente preparados para o exercício das suas funções. Assim, o bispo teve uma notável política cultural, não só pelo cuidado que demonstrava com a educação dos clérigos, mas também

⁷⁹ RUCQUOI, Adeline – “La cultura compostelana e el Camino de Santiago”, 2010, p. 101-102.

⁸⁰ AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, 2007, p. 357-361.

pela intensa atividade literária que marcou o século XII compostelano: a compilação do *Tumbo A*, do *Codex Calixtinus* e da própria *HC*⁸¹.

De facto, além do envio de cónegos que se destacavam em Compostela para prosseguirem os estudos em França, como vimos em dois exemplos extraídos da *HC*⁸², Gelmírez empenhava-se em procurar professores estrangeiros, designadamente de origem “francesa”, para ensinarem na sua escola episcopal⁸³. A menção à necessidade de afastar os clérigos compostelanos dos *rudimentis* da infância – isto é, de distanciá-los dos primeiros ensinamentos básicos⁸⁴ – já tinha sido anotada por Munio Afonso num dos primeiros capítulos da obra quando este se referia à contratação de um mestre de retórica pelo bispo, de quem Munio era aluno⁸⁵. Este mestre poderia muito bem ser o próprio cronista Geraldo e sabemos pela crónica que havia um outro mestre em Compostela em 1119, Raucelino, proveniente de um ambiente “francês”, talvez normando⁸⁶. Quanto a Geraldo, viera com grande probabilidade da cidade de Beauvais para eliminar a ignorância dos cónegos compostelanos, os quais, como o próprio escreveu posteriormente, deveriam seguir os costumes da *Francia*. A cidade de onde procederia encontrava-se muito próxima do espaço diretamente dominado pelos reis Capetos nesta

⁸¹ DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”, 1971; *Idem* – “La escuela episcopal de Santiago en los siglos XI-XIII”, 1975.

⁸² Tratar-se-ia, nas palavras de Rucquoi, de uma “elite intelectual” (RUCQUOI, Adeline – “«De grammaticorum schola»: La tradición cultural compostelana en el siglo XII”, 2005).

⁸³ O contacto entre a escola de Santiago de Compostela com grupos monásticos franceses presentes na cidade já seria uma realidade antes do governo de Dalmácio (1094-1095), como pensou Manuel Díaz y Díaz (DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”, 1971, p. 189).

⁸⁴ Manuel Díaz y Díaz indicou que estes *rudimenta* compreendiam a gramática, a leitura e certas aprendizagens que estimulavam a memória (DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”, 1971, p. 194).

⁸⁵ “De cetero non solum clericos, qui propter inopiam uictus, quem de redditibus ecclesie usque ad medium anni habere uix poterant, propriam ecclesiam dimiserant, uerum etiam alios e diuersis partibus colligens, locato de doctrina eloquentie magistro et de ea, que discernendi facultatem plenius amministrat, ut nos ab infantie subtraheret rudimentis, suo nos commendauit imperio”. (*HC*, I, 20.3). A *doctrina eloquentiae* respeitava, neste período, às disciplinas da gramática, retórica, poética e dialética, enquanto *discernendi facultas* diria respeito à lógica (DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”, 1971, p. 190, nota 9).

⁸⁶ Essa identificação de Geraldo com a contratação de Diego Gelmírez para instruir em retórica os cónegos de Compostela é defendida por Fernando López Alsina em *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 69-71. Já Antonio López Ferreiro apontou também como hipótese o mestre Raucelino (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 256; DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”, 1971, p. 190-191; BARREIRO SOMOZA, José – *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)*, 1987, p. 199-200).

época⁸⁷, assim como os lugares mais proeminentes da França no ensino das matérias referidas por este mesmo cronista se situavam no norte do reino. Destes podem destacar-se, entre outros, Orleães, Paris e Reims, que albergavam as mais conceituadas escolas episcopais especializadas na gramática, retórica e filosofia, e se localizavam no domínio régio ou próximos dessa área⁸⁸. Foi no burgo parisiense, de resto, que nasceria vários decénios depois uma das primeiras universidades medievais⁸⁹. Assim, ainda que nos dois primeiros excertos não sejam mencionadas as cidades em que os alunos desenvolviam a sua aprendizagem, podemos colocar como hipótese que estes se encontravam num espaço bastante circunscrito dentro do conjunto do reino francês, muito provavelmente nas escolas episcopais das cidades indicadas. A proximidade de Beauvais com esse meio cultural teria feito de Geraldo um bom conhecedor dos “costumes das igrejas da França”, ou é até presumível que o mestre tivesse estudado em algum daqueles centros de ensino, ligados às catedrais. Deste modo, é possível que associasse o termo *Francia*, nas passagens comentadas, à área norte do reino ou, mais concretamente, ao domínio régio do rei franco⁹⁰.

⁸⁷ Beauvais encontrava-se sob a jurisdição de um senhorio eclesiástico, com alguma autonomia face à autoridade do soberano, mas junto da sua esfera de influência. Vejam-se os mapas em DUBY, Georges – *Le Moyen Âge...*, 1987, p. 232; GAUVARD, Claude – *La France au Moyen Âge: du V^e au XV^e siècle*, 1996, p. 167; SINCLAIR, S. – *Atlas de géographie historique de la France et de la Gaule...*, 1985, p. 52.

⁸⁸ Um dos subcapítulos de um trabalho de Susana Guijarro González, “Del río Loira al norte de Francia: una constelación de maestros y escuelas brillantes”, elucida muito bem o que aqui pretendemos demonstrar (GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Enseñanzas, saberes y universidades en la Europa medieval*, 2018, p. 114-121). Refira-se o clássico livro dedicado ao renascimento cultural do século XII de Charles Haskins, *The Renaissance of the Twelfth Century*, primeiramente publicado em 1927, e os estudos mais recentes que de certo modo deram continuidade a esse contributo, editados por Robert L. Benson e Giles Constable em *Renaissance and renewal in the twelfth century*, 1991. Leia-se também RUCQUOI, Adeline – “«De grammaticorum schola»: La tradición cultural compostelana en el siglo XII”, 2005; VERGER, J. – “Les moyens de la connaissance”, 1983, p. 497-498; SOTO RÁBANOS, José María – “Las escuelas urbanas y el renacimiento del siglo XII”, 2000, p. 218-219; GAUVARD, Claude – *La France au Moyen Âge: du V^e au XV^e siècle*, 1996, p. 240; PARÉ, G.; BRUNET, A.; TREMBLAY, P. – *La Renaissance du XII^e siècle. Les écoles et l'enseignement*, 1933, p. 17-39; JAEGER, C. S. – “Philosophy, ca. 950-ca. 1050”, 2009; McKITTERICK, Rosamond – “The Church”, 2008; MARENBON, John – *Early Medieval Philosophy 480-1150: An Introduction*, 1998.

⁸⁹ Sobre o papel dos cônegos regulares na constituição da universidade leia-se LAWRENCE, C. H. – *Medieval Monasticism*, 2001, p. 148-153.

⁹⁰ José Mattoso, pelo contrário, não encontrou evidências de que os clérigos portugalenses dos séculos XI e XII conhecessem os avanços culturais do norte de França, pois os modelos que chegavam a Portugal vinham sobretudo do Sul. Assim, o autor escreveu: “A bem conhecida carta de Sancho I que financia a ida de cônegos regrantes de Santa Cruz para irem estudar a França («in partibus Galliae studiorum») não se refere necessariamente a Paris, nem sequer à França do Norte, como se diz correntemente.” (MATTOSO, José – “Monges e Clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII)”, 1983, p. 57).

Uma associação semelhante é igualmente plausível quando, a propósito do cisma na Igreja que na década de 1130 opôs Anacleto II (1130-1138) e Inocêncio II (1130-1143), este último consegue o apoio dos prelados da França (“archiepiscopis et episcopis Francie”) por intermédio de Luís VI, rei dos Francos (“Ludouico Francorum rege”)⁹¹. Pedro Marcio registou este acontecimento possivelmente guiando-se pela correspondência papal que chegava à diocese compostelana⁹², e com alta probabilidade aludia à reunião de bispos que teve lugar em Étampes no início do cisma.

Este sínodo foi promovido por iniciativa do rei para que nele se tomasse uma posição quanto ao papa que deveria ser considerado legítimo e a escolha recaiu em Inocêncio II. Nesse encontro estiveram presentes os arcebispos de Sens, Bourges, Tours e Reims⁹³, sedes de arcebispado que se distribuíam pelo espaço nortenho do reino e algumas dessas cidades, incluindo a que albergou o encontro de prelados, encontravam-se mais precisamente no espaço entendido como o domínio do rei. Por outro lado, uma fonte que se refere ao concílio de Étampes menciona a presença de bispos das Gálias⁹⁴. De facto, talvez tivessem sido convidados os bispos que estavam sujeitos àqueles quatro arcebispos, e deve ter-se em mente que a geografia eclesiástica não coincidia absolutamente com as divisões políticas. No entanto, a perspetiva da *HC* poderia enquadrar-se no sentido de se referir à zona em que esse concílio teve lugar – ou seja, uma área de influência do rei – ou ao facto de a convocatória ter sido fruto da iniciativa do rei dos francos⁹⁵. Tal como se

⁹¹ “Post aliquantum uero temporis fauente sibi Ludouico Francorum rege, uniuersis etiam archiepiscopis et episcopis Francie seruitio eius abedientie deuotis, contigit eum Galliarum partes intrasse, ubi secundo dominus Compostellanus pro negociis ecclesie sue legatos ad eum destinare curauit.” (*HC*, III, 25.1).

⁹² Efetivamente, Pedro Marcio insere uma carta de Inocêncio II enviada a Diego Gelmírez sobre estes eventos, onde o papa refere uma proximidade com o *Francorum rex*: “Celebrato itaque solempniter apud Clarum Montem preteritis beati Martini octauis concilio, karissimus filius noster Ludouicus Francorum rex apud sanctum Benedictum super Ligerum nobis letanter occurrit et inde usque ad ciuitatem Aurelianensem nos animo iocundo deduxit.” (*HC*, III, 25.2). JL 7449 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, col. 76-77.

⁹³ BAUTIER, R.-H. – “La royauté”, 1983, p. 162.

⁹⁴ A *Invectiva in Girardum Engolismensem episcopum*, de Arnolfo de Séz, contém a passagem “Is, vocatis episcopis et omnibus, qui probatae religionis in Galliis habebantur, convocato etiam clero regnique maioribus, concilium statuit generale” (ANZOISE, S. – “Lo scisma del 1130: aspetti e prospettive di un lungo dibattito storiografico”, 2011, p. 41).

⁹⁵ Inicialmente pensava-se que o papel decisivo para o reconhecimento de Inocêncio II nessa reunião como o papa lícitamente eleito coubera a Bernardo de Claraval (ULLMANN, W. – *A short history of the Papacy in the Middle Ages*, 2003, p. 176; CHÉLINI, J. – “Monastères”, 1983, p. 232). Contudo, surgiram novas perspetivas sobre o concílio de Étampes, que diminuíram a ação de Bernardo e reforçaram a decisão final da adesão a Inocêncio II como pertencente a Luís VI, posição, aliás, que seria anterior à própria assembleia de Étampes (ANZOISE, S. – “Lo scisma del 1130: aspetti e prospettive di un lungo dibattito storiografico”, 2011, p. 39-42).

dava destaque a Luís VI em reunir bispos da *Francia* em torno de Inocêncio II, Geraldo comenta, a propósito do relato da sua viagem a além-Pirenéus em 1119, que o duque da Aquitânia e conde de Poitiers, Guilherme IX (1086-1127), estivera na Auvérnia, região do ducado da Aquitânia, onde se encontrava o papa Calisto II, num périplo que o levava pelo reino de França antes de enfrentar Maurício “Burdino”, o “antipapa” eleito com o nome Gregório VIII⁹⁶. Deve sublinhar-se a observação da crónica relativamente ao envolvimento do duque nos problemas que se desenrolavam nesse período, nas áreas que pertenciam ao seu domínio, do mesmo modo que o rei o fazia nas áreas que controlava⁹⁷.

A individualidade da *Francia* é sublinhada em muitas passagens que estabelecem uma clara distinção entre esse território e outras entidades políticas, especialmente a Borgonha, ainda que este termo comporte algumas dúvidas quanto ao exato sentido que tem na narrativa. Com efeito, tanto poderia indicar o ducado, vassalo do rei francês, ou o condado, pertencente ao reino da Borgonha e, assim, sujeito ao Império. Contudo, o condado sofria mais influência “francesa” do que do Império e mantinha principalmente contactos com territórios subordinados ao reino dos Capetos, como o próprio ducado da Borgonha⁹⁸. Além disso, ambos os principados estavam ligados por estreitas relações entre as duas famílias dirigentes.

Algumas convocatórias de papas para a realização de concílios, organizados em conjunturas difíceis para o Papado e quando esses pontífices se encontravam em terras do reino da França, são particularmente indicativas dessa diferenciação. Gelásio II (1118-1119), em conflito com Henrique V (1106-1125) no âmbito da “Querela das Investiduras”, decidiu celebrar um concílio em Clermont, que aconteceria no dia 1 de março de 1119, para o qual convocou os prelados da Aquitânia, da França, da Normandia, da Flandres, da Inglaterra e da Hispânia⁹⁹. Já Inocêncio II, a 19 de maio de 1131, convidou

⁹⁶ “Cum predicti monachi more nimis indulgerent, arrepto itinere, Calixtum Papam cum episcopo Magalonensi, quem apud Montem Pesulanum inueni, adeo. Ille quidem ab Aluernia, ubi cum Vilielmo duce Equitanie colloquium habuerat, per montana, que sunt inter Podium et Nemausum, remeabat” (HC, II, 10).

⁹⁷ Sobre o encontro entre o duque e o papa veja-se GERARDO, Larghi – “El trovador y la reina. Guillermo IX de Aquitania y Urraca de León...”, 2022.

⁹⁸ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 6 e 230.

⁹⁹ “Misit itaque nuncios suos in Aquitaniam, in Franciam, in Normaniam, in Flandriam, in Angliam et circumquaque” (HC, II, 5). Contudo, Gelásio II morreu antes dessa data, a 29 de janeiro de 1119 (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 56).

para o encontro que teria lugar em Reims clérigos oriundos da Alemanha, Lotaríngia, França, Normandia, Inglaterra e Hispânia¹⁰⁰.

Encontramos no primeiro excerto, da narrativa de Geraldo, além da própria França, três territórios sujeitos ao rei francês, ainda que com larga autonomia – a Aquitânia, a Flandres e a Normandia, estando este último politicamente unido ao reino de Inglaterra, regiões que não se encontravam sujeitas ao imperador. Relativamente ao segundo concílio, a partir de uma carta do papa inserida por Pedro Marcio, são novamente detalhados poderes políticos, distinguindo-se, designadamente, a Normandia da França.

Note-se que, em relação ao encontro em Clermont, a crónica sublinha mais do que uma vez que este teria lugar na Auvérnia (Aquitânia), o que também acontece com a referência ao famoso concílio que teve lugar na mesma cidade, em 1095. É o único caso no reino de França em que temos a indicação na crónica compostelana, neste caso da parte de Geraldo, de que um lugar correspondia a uma determinada região¹⁰¹.

Atentemos agora num conjunto de capítulos do Livro II, da responsabilidade de Geraldo, onde o cronista se preocupa em reunir informações sobre os apoios de além-Pirenéus declarados não só a Afonso Raimundes, mas também à Igreja compostelana e ao seu prelado, numa altura em que o clima político peninsular era tenso, nomeadamente na Galiza, onde um grupo de nobres liderado por Pedro Froilaz de Trava e por Diego Gelmírez defendia o infante enquanto herdeiro do trono de Leão e Castela, posição ameaçada ora por Afonso I de Aragão (1104-1134), que desde que casara com Urraca em 1109 considerava ter direitos ao reino leonês, ora pela própria rainha, que em certos momentos via a sua autoridade contestada na Galiza pelos defensores do seu filho¹⁰². Em certos momentos, este caos político entrelaçou-se no tempo e na narrativa com as negociações que decorriam entre a cúria papal, itinerante em terras transalpinas, e a

¹⁰⁰ “Pro unitate Ecclesie conseruanda et scismate, quod nuper in Sancta Dei pululauit Ecclesia, resecando utile duximus consilio fratrum nostrorum episcoporum et cardinalium proxima beati Luce festiuitate Remis prestante Domino concilium celebrare. Ideo fratres et filios nostros archiepiscopos, episcopos, abbates et alios religiosos ac sapientes uiros Alamanie, Lotharingie, Francie, Normanie, Anglie et Hispanie conuocare decreuimus.” (HC, III, 27.2). JL 7475 (Beauvais, 19 de maio de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XLVI, col. 96.

¹⁰¹ “concilio Aluernie apud Clarum Montem” (HC, II, 1); “Aluernie apud Clarum Montem celebraturum concilium” (HC, II, 5); “concilium, quod Papa Gelasius Aluernie apud Clarum Montem se celebraturum K. Martii disposuerat” (HC, II, 8.1).

¹⁰² Sobre a posição de Diego Gelmírez neste conflito e a mudança de partido que se opera antes da coroação de Afonso Raimundes em 1111 leia-se PORTELA SILVA, ERMELINDO – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013. Nos subcapítulos 3.2 e 3.3 referir-nos-emos com maior detalhe a estes temas.

diocese de Compostela, para que esta fosse elevada a arcebispado, entre 1118 e 1120. Assim, os vários poderes ultrapirenaicos evocados por Geraldo, quer através da narrativa, quer através da inclusão de correspondência enviada por Calisto II e outra procedente de vários territórios “franceses”, constituem um importante recurso historiográfico para sustentar, simultaneamente, o lugar de Afonso Raimundes como sucessor do seu avô, Afonso VI, o papel de Diego Gelmírez como um dos principais garantes da posição política do infante contra as investidas de Urraca e do rei aragonês, e a candidatura do compostelano a arcebispo, para se fortalecer face a duas importantes potências eclesiásticas – Braga e Toledo. Nas notícias que selecionámos para demonstrar este propósito da crónica compostelana encontramos vários indícios da distinção entre a *Francia* e a *Gallia* e da individualidade da primeira em relação a outros territórios.

Geraldo escreve que quando Gelmírez procurava receber a dignidade arcebispal decidiu ir de barco “in Galliam” para assistir ao concílio de Reims, proposto por Calisto II em 1119, já que a sua presença junto do papa seria fundamental para concretizar o seu objetivo. Mas a jornada nunca chegou a realizar-se: a situação caótica que se vivia na Península Ibérica cristã, e particularmente ao redor da Galiza, desencorajou-o de planear a viagem por via terrestre e incentivou-o a organizá-la por mar; porém, a ameaça islâmica nas costas galegas levou-o a desistir completamente do projeto. Ou, pelo menos, estes foram os pretextos registados na crónica para justificar a recusa do compostelano em fazer tal viagem, que foi também contrariada pela própria rainha. Urraca proibiu o bispo de se deslocar às “Galliarum partes” depois de os inimigos do prelado lhe insinuarem que ele pretendia reunir forças do outro lado dos Pirenéus para conceder o reino de Leão e Castela a Afonso Raimundes¹⁰³. Podemos concluir que a ida a Reims, no entender da

¹⁰³ “Sed quoniam per medias acies Hispanie predonum, per municipia tyrannorum, per Aragonensis regis regnum transire non erat ei oportunum, quamquam dominus Papa per Lascurrensem episcopum et per alios nuncios Aragonensi tyranno imperasset predicto sancti Iacobi episcopo per regnum suum transeundi licentiam dare, nauigio in Galliam proficisci uisum ei sibi congruum (...). Quidam etiam instillauerant regine, quod predictus episcopus Galliarum partes idcirco adire uolebat, quatinus Hispanie regnum regi A. filio regine, adductis secum eiusdem regis contribulibus, liberum conferre moliretur. Quod regina propemodum metuebat. (...) Qui a flumine Dorio usque ad Vliam et ab Vlia usque ad Asturias et ultra usqueaque Oceani maris littora depopulantes Christianos hos interficiebant, alios captiuabant, maris confinia circumquaque, utpote dominus maris, pro suis habebant. Tandem episcopus noster dissuasum regine et quorundam nostrorum concanonicorum metuendo etiam, ne in manus Hismaelitarum incideret, ab itinere, quod se facturum in Galliam predestinauerat, pedem retraxit.” (HC, II, 12.2). Richard Fletcher desvalorizou esta proibição por parte de Urraca, que não teria tido efeito no prelado compostelano, pois este encontrar-se-ia muito relutante em viajar até Reims (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 144).

rainha, não teria como único objetivo zelar pelos interesses eclesiásticos de Gelmírez, mas seria igualmente uma oportunidade para visitar outras partes da Gália onde o infante se poderia socorrer contra a mãe.

O capítulo seguinte oferece-nos mais pormenores sobre esta questão a partir de um suposto discurso que o bispo Hugo do Porto terá proferido a um conhecido em Logronho, cidade que estava sob controlo aragonês, quando viajava em finais de 1119 para Cluny com o objetivo de negociar com o papa Calisto II a elevação de Santiago de Compostela a arcebispado. O bispo expôs os motivos da sua jornada, negando que era um enviado à França ou à Borgonha (“in Franciam aut Burgundiam”) da parte da rainha Urraca, de Afonso Raimundes ou de Teresa de Portugal (1112-1128). Hugo referia-se ao medo que Afonso I de Aragão tinha de perder o reino de Leão e Castela, e nomeia os apoios que aqueles protagonistas da política peninsular tinham além-Pirenéus, acrescentando que o aragonês receava a vinda de um “exercitus Francorum”¹⁰⁴. Nesta passagem, o bispo do Porto representa por extensão os adversários do rei aragonês por ser próximo de Gelmírez, o principal apoiante da facção do filho de Urraca juntamente com o conde de Trava. A menção à condessa portugalense denota o seu apoio à irmã e ao sobrinho nesta fase ou as suas próprias pretensões políticas, nomeadamente o domínio na Galiza¹⁰⁵. Naturalmente Gelmírez rejeitava o reforço do poder de Teresa ou do seu filho, Afonso Henriques, no território galaico, pelo que a inserção desta figura pelo bispo do Porto neste conflito poderá ser resultado da maior proximidade deste prelado com a realidade portugalense e de uma visão alargada de toda a equação da guerra peninsular, onde a condessa-rainha de Portugal tinha também um papel a desempenhar como filha de Afonso VI, além de ter as

¹⁰⁴ “«(...) quoniam neque a regina U. neque a filio suo rege A. neque ab infantisa Portugallie missus proficiscor in Franciam aut Burgundiam. Hoc enim pertimescit rex uester Aragonensis et hac de causa interdixit clericis beati Iacobi transitum per regnum suum. Veretur namque, ne exercitus Francorum in regnum suum ueniat et uendicet sibi regni principatum».” (HC, II, 13.2). A viagem de Hugo também se devia a problemas pessoais, designadamente os conflitos que mantinha com as dioceses vizinhas de Braga e de Coimbra, como o próprio terá explicado a esse conhecido em Logronho: “Preterea Pape Calixto supplicabo pro sede mea Portugalensi acclesia, cui Bracarensis et Colimbriensis episcopi proprie dioceseos parochias auferunt, ut, dictante iustitia, de parrochiis iniuste sibi ablati reintegretur” (HC, II, 13.2). De facto, o bispo portugalense conseguiu um privilégio de Calisto II, emitido em 1120, que procurava estabelecer os limites territoriais da sua diocese. Consulte-se MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco – “Lettere e privilegi papali durante il pontificato di Ugo di Oporto (1112-1136). Nuovi studi ed ipotesi di ricerca”, 2017 e MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco – “The “territorialization” of the episcopal power in medieval Portugal...”, 2018.

¹⁰⁵ Relembre-se a associação de Teresa à família dos Trava para assegurar uma posição mais próxima do território galego e do herdeiro do trono leonês, Afonso Raimundes (AMARAL, Luís Carlos; Barroca, Mário J. – *A condessa-rainha: Teresa*, 2012, p. 169-233).

suas próprias conexões com o espaço além-Pirenéus. O bispo do Porto abarcava assim vários descendentes de Afonso VI na disputa pelo trono ou por uma parte do território de Leão e Castela.

Efetivamente, por um lado, Afonso Raimundes e o seu primo, Afonso Henriques, tinham laços familiares que os uniam, respetivamente, ao condado e ao ducado da Borgonha – os pais de ambos, Raimundo e Henrique, pertenciam às famílias condal e ducal borgonhesas, bem como o próprio papa Calisto II, que era irmão do conde Raimundo e, portanto, tio do herdeiro do trono leonês. Não se pode também esquecer Afonso VI, que se casara com Constança da Borgonha, mãe de Urraca e tia de Henrique, conde de Portucale. Por outro lado, a alusão à *Francia* poderia ser uma referência ao rei Luís VI como defensor da linhagem de Afonso VI, visto que o Capeto se aproximava de Afonso Raimundes por via da sua esposa, Adelaide de Saboia, prima do infante e também sobrinha do papa Calisto II, ainda que na realidade as relações da Hispânia se desenrolassem sobretudo com as regiões da Borgonha, mais do que com o próprio rei de França, cujo peso político dificilmente ultrapassava a área que administrava¹⁰⁶. Devemos também incluir nesta trama Cluny, abadia do ducado borgonhês, que sempre sustentara o poder político dos condes da Galiza e de Portucale na Península Ibérica, e agora defendia também o filho de Raimundo. Além disso, como veremos adiante, a situação do infante também era acompanhada com interesse pelo duque da Aquitânia e pela condessa da Flandres. Compreendemos, assim, por que razão o prelado do Porto declarava que se poderia congregiar um exército de francos, vocábulo que remetia para soldados genericamente originários do espaço além-Pirenéus¹⁰⁷.

Noutros capítulos, a ligação de Gelmírez ao espaço “francês” é notória: pela mesma altura, um cunhado do papa, o alóbrogo Roberto Francisco – como veremos posteriormente, ligado à região da Borgonha –, foi enviado por Calisto II à Hispânia com uma carta dirigida a Gelmírez, quando ia em peregrinação a Santiago de Compostela pouco tempo antes de essa diocese ser elevada a arcebispado¹⁰⁸. Outras personalidades da

¹⁰⁶ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 230.

¹⁰⁷ FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, J. R. – “La presencia de francos en la Península Ibérica y su influjo lingüístico”, 1991, p. 458-460. Para mais informações sobre o vocábulo “*franci*” leia-se o subcapítulo 2.1.2.

¹⁰⁸ “Eodem tempore, nobis adhuc Burgis morantibus, Allobros quidam uir potens nomine Robertus cognomine Franciscus, leuir Pape Calixti, causa orationis ecclesiam beati Iacobi adibat, per quem Papa Calixtus predicto Compostellane ecclesie episcopo huiusmodi litteras misit.” (HC, II, 9).

Borgonha desempenharam um papel determinante junto deste papa em Cluny, quando Hugo do Porto obteve do pontífice esse privilégio, em 1120, nomeadamente Hugo II, duque da Borgonha (1102-1143), e Pôncio de Melgueil (1109-1122), abade de Cluny¹⁰⁹. No mesmo contexto, deve referir-se a Normandia, território que, embora unido à Inglaterra, permanecia como um ducado vassalo do rei francês, e que funciona no texto como mais um espaço capaz de salvaguardar os negócios da sé compostelana. Após o sucesso das negociações de Hugo, o já arcebispo Diego Gelmírez aproveitou a chegada de uns mercadores normandos à Galiza para lançar o boato de que estes levariam o dinheiro necessário ao papa para concluir o negócio, fazendo-o chegar à Normandia e depois a Cluny. Na realidade, o compostelano enviou-o por terra através de uns cruzados galegos que iam para Jerusalém, de modo a despistar os seus inimigos do reino aragonês que poderiam pôr em causa a segurança do pagamento¹¹⁰. Mesmo que o território normando nunca tenha estado verdadeiramente implicado nesta história, o facto de Geraldo relatar esta artimanha do prelado demonstra, por si só, que era algo plausível de acontecer, e que, portanto, a Normandia poderia incluir-se nos territórios de além-Pirenéus por onde se poderia circular livremente ao serviço da causa compostelana.

Entre 1120 e 1121, o clima entre o arcebispo e Urraca deteriora-se. Geraldo insere na obra um conjunto de cartas enviadas ao prelado pelo papa Calisto II, os cardeais romanos Boso e Deusdedit, Pôncio de Cluny, o duque da Aquitânia e a condessa da Flandres, algumas das quais se referem explicitamente à relação entre a rainha e o arcebispo ou à situação delicada em que se encontrava Afonso Raimundes nessa altura¹¹¹. Além do já conhecido apoio de Cluny e do próprio papa de que gozava Gelmírez e o seu protegido,

¹⁰⁹ “Intererant curie Pape quidam Allobroges uiri potentes atque nobiles contribules Pape, scilicet dux Burgundie Guido de Albione et ceteri quam plures ecclesie beati Iacobi confratres, qui beatum Iacobum olim adierant et se ipsos ipsi apostolo subiugauerant (...). Quis tam ferreus, qui abbatis Cluniacensis, episcopi Portugalensis, tantorumque Burgundie principum humi prostratorum, tam dignis precibus non acquiesceret? (...) Quo audito, surgit abbas Cluniacensis, surgit episcopus Portugalensis, surrexere et alii Burgundie principes, osculato pede Pape (...)” (HC, II, 15.3).

¹¹⁰ “Idcirco sciti fuit consilii, ut aliud eis specie tenus ostenderetur et aliud fieret. Recedentibus denique Normanigenis fama sepius ficti significatrix asseruit episcopum pretaxatam pecuniam nauigio transmisisse in Normaniam et a Normania Cluniacum, sicque quorundam concanonicorum nostrorum delusa est dolosa intentio (...)” (HC, II, 16.1).

¹¹¹ A única carta que está datada é a de Calisto II, que contém a data 4 de março (HC, II, 31.2, emitida desde *Beueriis*, de acordo com Emma Falque), correspondente ao ano 1120, segundo Jaffé-Loewenfeld e Migne (JL 6828 (*Veneriis*, 4 de março de 1120) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. LXXXIV, col. 1171). Apesar de Geraldo nem sempre seguir rigorosamente um critério cronológico, supomos que as restantes cartas, pelo seu conteúdo, datem da mesma altura.

interessa-nos neste momento salientar a carta de Guilherme IX, duque da Aquitânia, e a da condessa da Flandres, Clemência. Na primeira, o duque refere a sua viagem à Hispânia, durante a qual presenciara os tumultos criados pela disputa do trono leonês, o que o fez apressar o regresso a casa e pedir ao compostelano que defendesse os direitos de Afonso Raimundes à herança do avô, perante a reconciliação da sua mãe com o *Batalhador*. Relembre-se que Afonso VI casara com uma meia-irmã de Guilherme IX, Inês.

Pelo documento da doação da igreja de San Nicolás de Villafranca del Bierzo feita a Cluny pela rainha, documento que foi subscrito pelo duque, sabemos que este se encontrava com Urraca em agosto de 1120¹¹². Neste verão participou também na batalha de Cutanda contra os almorávidas, ao lado de Afonso I de Aragão. Ter-se-á então inteirado da situação política na Península Ibérica e Larghi Gerardo sugeriu que poderia ter sido um enviado de Calisto II¹¹³. Inclusivamente, Guilherme sugeriu ao arcebispo na sua carta que protegesse o infante até que ele próprio “viesse” (“donec ueniam”) – uma alusão dúbia, pois não é completamente claro se pretendia dizer que viria à Hispânia – ou que enviasse Afonso por barco à Aquitânia, caso não fosse possível protegê-lo sob a sua alçada, pois o duque faria de Afonso “herdeiro do seu avô” (“Ego enim, si uixero, ut aui sui heres sit, faciam”)¹¹⁴. Note-se o pormenor da viagem marítima, certamente para evitar o reino aragonês. De qualquer modo, entre estas duas hipóteses, Guilherme declarava abertamente o seu apoio ao infante e a Gelmírez como seu protetor. Supomos apenas que o duque não terá visitado Santiago de Compostela ou sequer terá falado com Gelmírez, como o próprio dá a entender na sua carta: “Quare repatriare festinaui. In redditu autem ad uos uenire et uobis loqui non ausus fui tum ipsius regine, tum regis Aragonensis metu, quod egre passus sum”.

Do outro extremo do reino francês, a condessa da Flandres, tia de Afonso Raimundes e de Sancha por ser irmã do conde Raimundo, pedia a Gelmírez informações sobre a educação dos seus sobrinhos, que ainda deveria estar confiada ao arcebispo na perspectiva de quem escrevia, apesar de o herdeiro ao trono ter passado há uns anos para

¹¹² OURSEL, Raymond – “Cluny y el Camino”, 1993, p. 132; BRUEL, Alexandre (ed.) – *Recueil des chartes de l'Abbaye de Cluny*, 1894, vol. 5, p. 301-302, doc. 3947.

¹¹³ GERARDO, Larghi – “El trovador y la reina. Guillermo IX de Aquitania y Urraca de León...”, 2022. Mary Stroll refere a hipótese de Calisto II ter incentivado o duque a tomar alguma ação em relação ao infante, tendo em conta a carta enviada ao arcebispo compostelano, embora não haja indícios de tal (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 258).

¹¹⁴ HC, II, 34.2.

a alçada castelhana¹¹⁵. Embora num tom diferente da missiva anterior, sem nunca aludir aos problemas políticos que decorriam na Península Ibérica, é possível que o verdadeiro motivo que levou a condessa a entrar em contacto com o arcebispo de Compostela fosse a sua preocupação com a política peninsular, sobretudo porque a carta foi introduzida na crónica juntamente com a anterior, embora não saibamos a sua data¹¹⁶. Aliás, pode presumir-se que este grupo de cartas pressupõe outras enviadas previamente por Gelmírez, às quais não temos acesso, como é habitual na crónica.

A animosidade entre o arcebispo e a rainha chega ao ponto de Urraca aprisionar Gelmírez no verão de 1121, quando ambos regressavam de uma expedição militar ao condado portugalense¹¹⁷. No mesmo episódio em que se conhece a natureza dos estudos do sobrinho de Gelmírez, este envia mensageiros a Pedro relatando-lhe a ação da rainha. O sobrinho, que desenvolvia os seus estudos em França, deslocou-se a Cluny – portanto, à Borgonha –, e entrou em contacto com os mais importantes protagonistas políticos e eclesiásticos de ambas as regiões para que intercedessem a favor do tio: Pôncio, a cabeça da grande abadia cluniacense, bem como vários príncipes “Francie atque Burgundie”¹¹⁸. A actuação de Pedro ou de outros legados não mencionados resultou em missivas de Calisto II enviadas ao cardeal-presbítero de Santa Anastácia, Boso, a Urraca, ao sobrinho do papa, ao arcebispo toledano e a outros prelados da Hispânia sobre a libertação do arcebispo, datadas de 7 de outubro de 1121 e expedidas já a partir de Itália¹¹⁹.

Recuando ao episódio da fracassada viagem de Gelmírez para assistir ao concílio de Reims em 1119, os tradutores da obra optaram pelo vocábulo “França” onde se lê “Galliam” e “Galliarum partes”¹²⁰. Reims era uma cidade vital do norte do reino, mas

¹¹⁵ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998, p. 11.

¹¹⁶ HC, II, 34.4.

¹¹⁷ HC, II, 42. Acerca da data da invasão do condado portugalense pelo exército de Urraca e de Gelmírez, que não reúne consenso, consulte-se BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 53, nota 147.

¹¹⁸ “Posthec consilio atque auxilio abbatis Cluniacensis conuentusque necnon principum Francie atque Burgundie, qui summa dilectione Compostellanum amplectebantur archiepiscopum adiit Papam Calixtum, ostendens ei eiusmodi piaculum, quod Vrraca Hispanie regina fecisset in Compostellane sedis archiepiscopum et Sancte Romane Ecclesie legatum suo itaque et consociorum suorum instinctu, et quoniam inter Papam Calixtum ante Papatum et in Papatu et inter Compostellanum archiepiscopum ante archiepiscopatum et in archiepiscopatu indissolubilis fructificabat caritas dilectionis; preterea quoniam iustitie exigebat gratia, Papa predictas per Hispaniam delegauerat litteras.” (HC, II, 49.1).

¹¹⁹ HC, II, 48; JL 6927-6930 (Melfi, 7 de outubro de 1121) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CLII-CLVI, cols. 1219-1222.

¹²⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 263-264; *Historia Compostelana*, 1994, p. 321.

nunca se diz que o arcebispo pretendia ir à “Francia”. Como se pôde constatar, o filho de Urraca e o prelado compostelano tinham apoios em todos os principados mais fortes do reino de França e, inclusivamente, regiões do Império, e através dos contactos do bispo com muitos dos protagonistas políticos e eclesiásticos de além-Pirenéus compreendemos o seu desejo de defender os seus interesses eclesiásticos e o infante nos seus interesses políticos, pelo que a rainha temia que o compostelano se deslocasse às Gálias, mas nunca somente à “Francia”, do mesmo modo que o *Batalhador* receava um exército “Francorum”. Os rumores que circulavam na Hispânia sobre a possibilidade de apoiantes da causa do infante passarem os Pirenéus para sul, de que a crónica dá notícia em dois capítulos seguidos, poderiam ter realmente fundamento, mas acima de tudo constituiriam, juntamente com as restantes notícias elencadas, uma estratégia historiográfica para creditar a imagem de Diego Gelmírez e de Afonso Raimundes.

Podemos ainda ver a França e a Borgonha como territórios privilegiados para a atuação do arcebispo de Vienne, depois Calisto II. Segundo a versão da *HC* registada por Geraldo, no momento da sua eleição no início do ano de 1119, em Cluny, cavaleiros compatriotas de Guido oriundos da Borgonha escoltaram-no e demonstraram a sua veemente relutância em que a Borgonha e a França ficassem privadas do seu protetor depois de este se tornar o líder da Igreja ocidental¹²¹. Cluny foi palco de uma grande tensão que, segundo Geraldo, quase terminou em derramamento de sangue devido à recusa dos borgonheses ou alóbrogos em que este fosse eleito papa¹²². Estes foram apaziguados e um outro capítulo relata que clérigos e laicos alóbrogos e aquitanos (*Allobrogibus quam Aquitanis clericis ac laicis*) aprovaram a eleição de Guido como papa¹²³, mas o abade Pôncio hesitou em reconhecer Calisto II sem a aprovação do povo e do clero romanos, decisão que muitos dos bispos e abades “*Galliarum*” acatarem, os quais acabaram por aceitar o pontífice depois de conhecido o consentimento de Roma¹²⁴.

¹²¹ Para uma descrição da eleição de Calisto II consulte-se STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 58-69, na qual esta autora complementa o relato da *HC* com os testemunhos de várias outras fontes.

¹²² “Vt qui Romani pastorem et dominum nostrum nobis auferre et non solum Vienensem ecclesiam, uerum, etiam totam Burgundiam atque Franciam tanto patrono priuare moliuntur! Eligant sibi alium quem uelint in Romanum Pontificem, nos nostrum pontificem eis non damus.” (*HC*, II, 9).

¹²³ “Electo namque et consecrato Guidone Vienensi archiepiscopo, et Cluniaci in Papam Calixtum ceteris tam Romanis quam Allobrogibus quam Aquitanis clericis ac laicis, qui interfuerant, electionem et consecrationem eis approbantibus (...).” (*HC*, II, 14.1).

¹²⁴ “Hanc Cluniacensi abbatis sententiam complures Galliarum episcopi collaudabant. Postquam itaque clerus ac populus Romanus Calixti Pape electionem atque consecrationem conlaudauerunt et Mauricium

Porém, a tradução deste capítulo na edição de Emma Falque apresenta a opção “bispos de França” e na de Manuel Suárez e José Campelo a expressão “bispos e abades franceses”¹²⁵. Se nessa eleição estavam presentes grupos provenientes de várias regiões – explicitamente, da Aquitânia e da Borgonha –, os clérigos das Gálias a que Geraldo se refere não podem ser conotados exclusivamente com a “Francia”. Pelo menos em dezembro de 1118, dois meses antes desta eleição, acompanhavam Gelásio II em Cluny, entre outros, alguns bispos de sés para lá do Ródano – como Grenoble, Valence e Oranges –, bem como Gerardo de Angoulême, legado papal na Aquitânia¹²⁶.

O cronista frisou também que Guido, ainda arcebispo de Vienne, tinha os bispos “Galliarum” como aliados contra o imperador Henrique V no tempo de Pascoal II (1099-1118)¹²⁷, ainda que Manuel Suárez e José Campelo tenham considerado que se tratava de “bispos franceses”¹²⁸. Com efeito, Guido era um forte crítico das investidas laicas e defendeu, durante o pontificado de Pascoal II, a excomunhão de Henrique V, embora esta posição tenha encontrado alguma contestação no meio eclesiástico, nomeadamente pelo receio de que conduzisse a um cisma¹²⁹. Enquanto arcebispo de Vienne, Guido dominava uma província eclesiástica quase coincidente com o condado da Borgonha. Durante a luta entre a Igreja e o Império que se fez sentir durante o governo de Pascoal II, Guido convocou os seus próprios concílios entre 1112 e 1117 em várias cidades que pertenciam ao Império, certamente com bispos da sua província eclesiástica, mas provavelmente manteria também contactos com os do reino de França¹³⁰. Portanto, as Gálias adquirem

scilicet Teutonici tyranni ydolum execrati sunt, abbas Cluniacensis et ceteri episcopi aut abbates Galliarum Calixtum Papam, utpote ad apostolici culminis dignitatem iuste promotum, uenerati sunt.” (HC, II, 14.1).

¹²⁵ *Historia Compostelana*, 1994, p. 325; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 267. Por seu turno, na tradução deste capítulo para italiano e para português, Francesco Renzi manteve a expressão “bispos das Gálias” (RENZI, Francesco – *Mauricius Bracarensis archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae...*, 2021, p. 295 e 302).

¹²⁶ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 58.

¹²⁷ “Pape etiam Paschali dudum, quoniam predicto Teutonicorum tyranno assentabatur eumque utpote sacrilegii reum non excommunicauerat, cum Galliarum episcopis in faciem restitit. Et nisi, prout iustitia dictabat, anathematis gladio imperatorem tandem percussisset, in eundem Papam Paschalem ipse archiepiscopus et Romane Ecclesie legatus, adhibitis sibi Galliarum episcopis, exerto iusticie gladio grauius insurgeret.” (HC, II, 9).

¹²⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 256.

¹²⁹ Esta excomunhão nunca chegou a acontecer, embora Geraldo tivesse escrito que “Henricus, Teutonicorum rex et Romanorum imperator, quem Papa Paschalis, quia in se manum mittere ausus fuerat et Romane Ecclesie multa aduersa intulerat, excommunicauit” (HC, II, 5).

¹³⁰ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 12-13, 46-52; ULLMANN, W. – *A short history of the Papacy in the Middle Ages*, 2003, p. 168-170; BLUMENTHAL, Uta-Renate – “The correspondence of Pope Paschal II and Guido of Vienne, 1111-1116”, 1998. Ao mesmo tempo, o arcebispo criticava a excessiva centralização da Igreja em torno da figura do papa, pelo menos antes de ele

aqui um significado semelhante àquele que nos demonstram os episódios anteriores, ou seja, um conjunto de territórios do reino de França, incluindo também outras áreas de influência francesa politicamente subordinadas ao Império, em concreto o condado da Borgonha.

Apesar de se reportar a cronologias diferentes, note-se que a crónica tanto indica que Guido era secundado pelos prelados das Gálias como coloca alguns deles ligados a Pôncio na hesitação em reconhecer o novo papa até que recebessem notícias de Roma. Embora demasiado subtis, estas perceções dos eventos que se desenrolavam além-Pirenéus, resultantes em muitos momentos de depoimentos de testemunhas oculares próximas do meio compostelano – no caso concreto da eleição papal, Bernardo, prior de São Zoilo de Carrión de los Condes¹³¹ –, poderiam constituir um indício de que ambos os candidatos tinham o seu grupo de apoiantes de várias partes da Gália e que a escolha de Guido pelos cardeais que o acompanhavam, embora unânime e muito célere¹³², poderia não ter sido a opção de muitos prelados alinhados com o abade cluniacense. Podemos também deslindar nesta versão dos acontecimentos o ponto de vista cluniacense, isto é, a intervenção leiga na eleição papal por via do confronto armado que os cavaleiros próximos de Guido estariam prestes a iniciar não seria bem encarada em Cluny.

Tal como Pôncio tinha sido seguido pelos bispos das Gálias, também a abadia que dirigia ultrapassava em prestígio “omnes Galliarum ecclesias”¹³³, não obstante as duas traduções indicarem que o mosteiro suplantava “todas as igrejas de França”¹³⁴. Na realidade, Cluny não era somente a mais importante instituição eclesiástica das Gálias do século XI e primeiros anos do XII, mas o mosteiro mais poderoso da Cristandade latina e

próprio ascender a sumo pontífice, opondo-se nomeadamente à ingerência de Roma nos restantes bispados ou à atuação do papa em determinadas matérias sem a consulta de outros bispos. Sobre o conflito entre a Igreja e o Império durante o período de Pascoal II e a relação deste papa com Henrique V consulte-se igualmente RENZI, Francesco; VENEZIANI, Enrico – “Alcune note sulla Riforma della Chiesa Romana nel pienomedioevo (secoli XI-XII)”, 2020; CANTARELLA, Glauco Maria – *Pasquale II e il suo tempo*, p. 134-153; *Idem* – “Pasquale II”, 2000.

¹³¹ Em *HC*, II, 9, o prior de Carrión é indicado como a testemunha destes acontecimentos que envolveram a eleição de Guido como papa Calisto II: “Postquam hec atque huiusmodi predictus prior Carrionensis nobis enucleavit (ipsenamque et dissolutioni Pape Gelasii et electioni Pape Calixti interfuerat) (...)”.

¹³² De acordo com a *HC*, os cardeais elegeram Calisto em Cluny “unanimiter” (*HC*, II, 9). Esta eleição decorreu apenas 4 dias depois da morte de Gelásio, em 2 de fevereiro de 1119 (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 60-62).

¹³³ “Enimvero, ut uerum fatear, omnes Galliarum ecclesias sanctitate ac caritate Cluniacense precellit atque supereminet monasterium.” (*HC*, II, 14.2).

¹³⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 269; *Historia Compostelana*, 1994, p. 327.

um destacado centro de reforma, estatuto que a *Historia Compostellana* não poderia deixar de registar pela relação que Diego Gelmírez mantinha com a abadia, e que logo ficara patente num dos capítulos iniciais da fonte, em que Cluny é referida como a “capital de toda a religião monástica” (“caput totius monastice religionis”)¹³⁵. Deste modo, uma amizade entre o abade e o papa abonaria a favor do compostelano no seu interesse em receber a dignidade metropolítica¹³⁶ e era também do interesse do Papado, sobretudo na conjuntura que se vivia naquele momento – o confronto entre Calisto II e o “antipapa” Gregório VIII (1118-1121), que levou o primeiro a estreitar a relação com o abade Pôncio¹³⁷. Acima de tudo, Cluny era uma abadia borgonhesa. Conjugados estes elementos, também neste caso a extensão do sentido das palavras de Geraldo seria mais alargada do que aquela que os tradutores da fonte deram a entender – Cluny era a mais importante abadia das Gálias, não da França.

Como pudemos constatar em vários excertos já apresentados, o reino de França constituiu um campo de refúgio para o Papado em momentos de maior tensão, concretamente pela oposição que os papas encontravam nos territórios controlados pelos imperadores e quando havia mais do que uma eleição papal em Roma. Em França, estavam em constante movimento, sobretudo devido a questões financeiras, aspeto estudado por Aryeh Grabois – os pontífices ficavam privados das receitas que tinham em Roma e no Império e não contavam totalmente com o apoio financeiro dos soberanos francos. De um modo geral, as relações entre esse reino e a Santa Sé eram estreitas. Além disso, por aquele espaço passavam as grandes rotas de peregrinação que permitiam aos papas manter contacto com um grande número de fiéis, mesmo aqueles que vinham de

¹³⁵ HC, I, 16.5.

¹³⁶ Como se expõe em HC, II, 15.1: “Hoc dilectionis caritatisque mutue phedus inter Calixtum Papam et P. Cluniacensem abbatem ut uidit Portugalensis episcopus, magno gaudio gauisus est. Quippe in abbate Cluniacensi spes atque ancora negotii sui sita erat, cuius petitioni inmo et consilio Calixtum Papam modo facile satisfacturum animaduertebat.”

¹³⁷ “Eapropter Calixto Pape opere pretium erat Cluniacense monasterium esse sibi precordialissimum, utpote cameram et assedam suam; nempe ad confundendum matris Romane Ecclesie incestatorem, scilicet Burdinum Teutonici tyranni idolum, ad refrenandam eiusdem tyranni tyrannidem abbas Cluniacensis cum Cluniacensis monasterii conuentu Romane Ecclesie utilis et necessarius erat necnon ad confirmandum Sancte Ecclesie statum et ad extirpandum pestifere hereseos simulacrum.” (HC, II, 14.2). Maurício “Burdino”, anterior arcebispo de Braga, fora eleito “antipapa” Gregório VIII em 1118 com o favor de Henrique V e da família dos Frangipani. O mais recente estudo sobre esta figura é da autoria de Francesco Renzi (RENZI, Francesco – *Mauricius Bracaraensis archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae: le fonti narrative europee sull’arcivescovo di Braga e antipapa Gregorio VIII Maurizio «Burdino» (secoli XII-XIII)*, 2021).

zonas distantes, os quais constituíam uma importante fonte de informação. A acrescentar a isso, como se viu atrás, a França também assistia a um importante renascimento cultural nesse período, sobretudo nas cidades régias¹³⁸.

Contudo, se atentarmos às duas fugas de papas relatadas na *Historia Compostellana*, a primeira de Gelásio II em 1118 e a segunda de Inocêncio II em 1130, não é à “Francia” que chegam, mas sim à “Gallia” ou às “partes das Gálias”. No primeiro contexto, o conflito entre o Papado e o Império obrigou Gelásio II a retirar-se da sua sede romana, escapando a Henrique V para as “Galliarum partes” (expressão traduzida como “França”¹³⁹), tendo chegado a Maguelone¹⁴⁰. Geraldo acrescentou, noutros dois capítulos, que este papa chegara a Maguelone “do lado de cá do Ródano” ou “atravessando o Ródano” (“Deinde applicuit cis Rodanum Magalone”¹⁴¹; “Papa Gelasius Teutonicorum tirannum fugiens cis Rodanum, uidelicet Magalone, applicuisset”¹⁴²). Esta informação seria somente geográfica se não soubéssemos que este rio marcava mais ou menos a fronteira entre o reino de França e o Império, pelo que não seria uma precisão inocente da parte do redator: Gelásio II saiu da jurisdição de Henrique V depois de atravessar o rio e encontrou-se em segurança em Maguelone.

Quando, anos mais tarde, Roma reconhece Anacleto II como papa depois de uma dupla eleição, Inocêncio II desloca-se igualmente para as “Galliarum partes”. Pelo texto percebemos o motivo que levou Pedro Marcio a dar tanto destaque a estes acontecimentos: o arcebispo encarregou alguns legados de se informarem quanto à eleição legal, uma vez que, na realidade, pretendia queixar-se do arcebispo de Braga, Paio Mendes, quanto ao conflito que mantinham sobre as propriedades compostelanas que existiam no condado portugalense e sobre a consagração do bispo Bernardo de Coimbra, que o bracarense ilicitamente levava a cabo, já que Coimbra era sufragânea de Compostela¹⁴³.

¹³⁸ GRABOÏS, Aryeh – “Les séjours des papes en France au XII^e siècle et leurs rapports avec le développement de la fiscalité pontificale”, 1963.

¹³⁹ *Historia Compostellana*..., 1950, p. 249; *Historia Compostellana*, 1994, p. 306

¹⁴⁰ “Denique cum neque sua neque aliorum intercessione, ut prior solueretur, apud regem impetrare posset, Alpes transiit et Papam Gelasium, quem Magalone applicuisse audierat, adiit suos suique complices casus referens. Cur autem Papa ille Gelasius Romam deseruerit et ad Galliarum partes nauigio transmeauerit, causa hec est.” (HC, II, 4.2).

¹⁴¹ HC, II, 5.

¹⁴² HC, II, 6.2.

¹⁴³ HC, III, 21.2 e III, 21.3. Sobre ambas as questões leia-se BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 136-143 e 149-153.

Consideremos os pormenores da sequência de acontecimentos que Pedro Marcio nos indica, quer pelas suas próprias palavras, quer através da inserção de cartas do papa Inocêncio II dirigidas a Gelmírez: após saber que tinha o já mencionado apoio dos prelados de França declarado em Étampes, o papa viajou de Itália para as Gálias¹⁴⁴ (ainda que Manuel Suárez e José Campelo tivessem considerado que fugira para França¹⁴⁵). Depois passou por Clermont, na Auvérnia (Aquitânia), onde celebrou um concílio a 19 de novembro de 1130. Encontrou-se de seguida com Luís VI em Saint-Benoît-sur-Loire, que o acompanhou a Orleães, duas cidades situadas no domínio régio. Reuniu-se depois com o rei de Inglaterra Henrique I em Chartres, cidade próxima da Île-de-France, e dirigiu-se a Liège para encetar conversações com Lotário III (1125/1133-1137)¹⁴⁶, saindo, portanto, do reino de França para entrar em território imperial. Após este encontro regressou “in Galliam”¹⁴⁷, embora ambas as traduções também registem “França” para este episódio¹⁴⁸. A partir de três cartas inseridas na *HC* compreendemos que, após o regresso de Liège, itinerou pela zona norte do reino francês, já que essas missivas foram emitidas desde Châlons e Beauvais. Na carta escrita em Beauvais, o papa convida Diego Gelmírez a comparecer no concílio que convocara para a cidade de Reims (que se realizou em outubro de 1131¹⁴⁹), dominada na prática pelo seu arcebispo, mas disputada pelo rei¹⁵⁰.

Desde logo, Inocêncio transita de Roma para a Gália assim que os bispos da “Francia” alinham pela sua causa em Étampes contra Anacleto II. Independentemente de quais tivessem sido, o cronista liga-os à autoridade do “rex Francorum”, mas sugere que o apoio

¹⁴⁴ “Post aliquantum uero temporis fauente sibi Ludouico Francorum rege, uniuersis etiam archiepiscopis et episcopis Francie seruitio eius abedientie deuotis, contigit eum Galliarum partes intrasse, ubi secundo dominus Compostellanus pro negociis ecclesie sue legatos ad eum destinare curauit.” (*HC*, III, 25.1).

¹⁴⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 457.

¹⁴⁶ A adesão do Império a Inocêncio II ter-se-á dado logo em 1130 (ULLMANN, W. – *A short history of the Papacy in the Middle Ages*, 2003, p. 176).

¹⁴⁷ “His uero, que supra taxata sunt, peractis, dominus Papa Innocentius Lotharium Romanorum regem eiusque obtimates de pace Ecclesie et salute regni allocuturus Leodium ire non distulit. Celebrato itaque sollempniter ibidem colloquio, pertractatis cognouit, letanter in Galliam reuersus est.” (*HC*, III, 27.1).

¹⁴⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 460; *Historia Compostelana*, 1994, p. 538.

¹⁴⁹ *Historia Compostelana*, 1994, p. 539, nota 150.

¹⁵⁰ As duas cartas elaboradas em Châlons foram enviadas a Diego Gelmírez e a Paio Mendes, arcebispo de Braga (*HC*, III, 25.2 e III, 25.3); JL 7449 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, cols. 76-77 e JL 7450 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXIX, col. 77. De Beauvais Inocêncio II enviou uma nova missiva ao arcebispo compostelano (*HC*, III, 27.2); JL 7475 (Beauvais, 19 de maio de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XLVI, col. 96.

de um conjunto de prelados mais circunscrito e do próprio rei de França foi suficiente para motivar a viagem de Inocêncio para a Gália. De acordo com a crônica, o papa circula maioritariamente pelo norte do reino, onde assegura a cooperação do rei de França e do de Inglaterra, mas não se cinge apenas à “Francia” régia, uma vez que celebra também um concílio em Clermont não muito depois da sua chegada, que estava muito a sul daquela região. Quanto à cidade de Liège, que outrora fizera parte da *Gallia Belgica* romana, não estava mais, no pensamento do cronista, conotada com a ideia de Gália, pois assim que o sumo pontífice saiu dessa cidade – ou seja, do Império –, regressou à Gália, mas não à “Francia”, ainda que se mantivesse em cidades destacadas do norte do reino.

Denota-se em vários destes capítulos uma certa redução do termo “Gália” à geografia do reino de França, mas devemos também refletir sobre os excertos que relatam estas viagens numa outra perspetiva, pois parece-nos que existe neles uma tendência para atribuir igualmente às Gálias um simples sentido geográfico, pela menção genérica à transição entre duas grandes áreas geográficas. Relativamente à jornada não realizada de Gelmírez, pudemos também constatar que o bispo transitaria da Hispânia para a Gália. O mesmo se pode dizer acerca das deslocações de Gelásio II e de Inocêncio II, que saíram de Itália e da zona norte do Império para a Gália. A utilização do plural (“*Galliarum partes*”) em algumas dessas passagens é significativa, pois alguns dos viajantes, uma vez ali chegados, circulariam por vários territórios pertencentes à Gália – como efetivamente aconteceu com Inocêncio II –, e nem sempre implicava que se chegasse à área diretamente controlada pelo rei dos francos. Isso pode verificar-se num outro testemunho contemporâneo da *HC*, de Anselmo de Gembloux, que descreveu o itinerário de João de Gaeta – o papa Gelásio II – quando este saiu de Roma: indo até às Gálias, passou pela Borgonha e pela *Gothia* ou província de Saint-Gilles, provavelmente a antiga *Settimania*¹⁵¹.

Encontramos ainda a palavra “Gália” num excerto que nos descreve o espanto de uns legados muçulmanos, enviados à rainha Urraca e ao seu filho Afonso provavelmente em 1121, ao testemunharem a multidão de peregrinos que visitavam o túmulo de S. Tiago. O guia cristão que os acompanhava explicou-lhes de quem se tratava, acrescentando que o

¹⁵¹ RENZI, Francesco – *Mauricius Bracarensis archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae...*, 2021, p. 152, onde se pode ler um excerto dessa fonte, a *Chronica sive chronographia universalis*: “*Iohannes interim transiens ad Gallias, per Burgundiam et Gothiam, quae provintia sancti Egidii dicitur*”.

apóstolo era venerado pela “Gallia, Anglia, Latium, Alemania omnesque Christicolarum prouincie et precipue Hispania”¹⁵². Antes de tudo, a expressão que Geraldo usou seria um efeito da observação das várias origens dos peregrinos que se contavam na cidade, que na sua maioria seriam provenientes daquelas províncias. Todavia, também neste passo o termo “Gália” ficou traduzido como França nas duas edições castelhanas da fonte¹⁵³, mas podemos arriscar dizer que o capítulo registou uma visão da Europa ocidental do ponto de vista geográfico e não político ao nomear províncias cristãs ao invés de reinos, impérios ou principados, pelo que não será rigoroso substituir a “Gallia” pela “Francia” quando o primeiro vocábulo é muito mais abrangente. Eram áreas que se dividiam em diferentes poderes políticos e que não correspondiam a uma única autoridade, abraçavam o Cristianismo, sofriam influência da cultura latina e tinham igualmente em comum a reverência ao apóstolo da sé compostelana. De facto, à parte a veracidade deste acontecimento, que não é para esta interpretação o mais importante, o capítulo que o narra é de extrema relevância na medida em que expõe ao leitor uma noção da Cristandade presente nesta crónica em função das regiões europeias que veneravam Santiago, propondo um outro centro para a Cristandade que não Roma – a cidade de Compostela, muito mais próxima do al-Andalus do que a anterior, e por isso mais suscetível de criar um impacto nos representantes muçulmanos que se encontrariam com os reis leoneses.

Do exposto, ressaltam certas ideias principais que estabelecem uma distância entre os sentidos dos termos *Francia* e *Gallia* nesta crónica e que levaram a questionar a correspondência direta que os seus tradutores fizeram entre ambos em algumas passagens da obra – Emma Falque traduziu o segundo como “França” em alguns capítulos, enquanto Manuel Suárez e José Campelo nunca mantiveram o termo “Gália”.

Uma observação mais atenta do discurso cronístico permitiu constatar que o primeiro corresponde a um território independente de outras entidades políticas, algumas das quais

¹⁵² “Respondetur illis hunc esse beatum Iacobum Domini et Saluatoris nostri apostolum, Iohannis apostoli et euangeliste fratrem et utrumque Zebedei filium, cuius corpus in Gallecie finibus habetur humatum, quem Gallia, Anglia, Latium, Alemania omnesque Christicolarum prouincie et precipue Hispania ueneratur utpote patronum et protutorem suum. Discit insuper stirps Hismaelitica quod idem Iacobus Hierosolimis sub Herode passus et Galleciam fuerat aduectus.” (*HC*, II, 50.1). O episódio é difícil de situar cronologicamente, mas insere-se num conjunto de eventos que tiveram lugar até ao ano de 1121 e, decorrendo durante o reinado de Urraca, terá acontecido entre 1109 e esse ano. Pierre Sigal situa-o em 1121 (SIGAL, Pierre André – “Les différents types de pèlerinages”, 1985, p. 98).

¹⁵³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 320; *Historia Compostelana*, 1994, p. 383-384.

também subordinadas ao monarca francês. É um território político circunscrito que em mais do que uma passagem surge acompanhado de vários outros principados, como a Aquitânia, a Normandia e a Flandres, mas sobretudo a Borgonha, independentemente do significado que este espaço comporte. Todos esses territórios, juntamente com a França, têm um papel relevante na narrativa pela proteção que conferem a Diego Gelmírez, aos descendentes de Afonso VI ou ao arcebispo de Vienne. Na *Francia*, a autoridade que se faz sentir é a do rei quando Luís VI toma a iniciativa de convocar os seus bispos no contexto de um cisma da Igreja, os quais acabaram por apoiar um dos papas no conflito numa cidade que, embora não seja mencionada na narrativa, se situava no domínio régio. A individualidade deste espaço também se manifesta quando a narrativa direciona a sua atenção para o ensino mais prestigiado da Europa daquele período: é na *Francia* que continuam a aprender os clérigos que fizeram os primeiros estudos em Compostela, é das igrejas francesas que Gelmírez procura retirar exemplos para a educação que se deveria levar a cabo na escola compostelana e é de lá que vêm alguns professores para essa escola, apesar de tal não ser especificado nesta obra. Tendo em conta estes dados, este vocábulo representa na crónica um território muito demarcado e pode designar, consoante os episódios narrados, a área norte do reino, nomeadamente a norte do Loire, onde os reis tinham mais poder, ou ainda uma zona mais circunscrita, isto é, o próprio domínio régio dos monarcas francos.

Pelo contrário, a *Gallia* nunca é mencionada em enumerações que incluam territórios políticos, do reino francês ou outros poderes, e apenas num episódio é acompanhada por diversas províncias cristãs que prestam culto ao apóstolo de Santiago de Compostela, comportando neste caso um claro significado geográfico, aceção que também está presente na ideia da abadia de Cluny como a igreja mais proeminente das Gálias. Do mesmo modo, pode avançar-se a hipótese de que uma transição entre regiões geográficas poderá ser o significado dos capítulos que narram as viagens de papas entre a Itália ou o Império e a Gália, bem como a hipotética deslocação de Diego Gelmírez da Hispânia para lá dos Pirenéus, sem que os viajantes tocassem necessariamente a região que era dominada diretamente pelo monarca. Simultaneamente, através de alguns comentários dos cronistas, intuímos que quando Gelásio e Inocêncio passam para a Gália entram numa outra esfera de influência política. Por outro lado, certos episódios ligam as Gálias a um largo espaço que ultrapassava os limites do reino de França: aqueles que aludem a Guido

de Vienne e ao abade cluniacense e ao apoio que tinham nos bispos das Gálias, e os que referem o suporte que a crónica atribui a Afonso Raimundes e a Gelmírez.

2.1.2. Os povos de além-Pirenéus

Paralelamente à existência de vários territórios no reino de França ou sob a sua influência, encontramos também nesta narrativa muitas referências a diversos povos de além-Pirenéus. E tal como aqueles territórios não eram a *Francia*, também esses grupos não eram concretamente franceses.

Como é comum em fontes coevas, a utilização do gentílico verifica-se nos títulos régios ou de outros líderes, o que é mais habitual do que a sua associação ao lugar que dominavam, especialmente fora da Península Ibérica, como há já vários anos elucidara Antonio Maravall¹⁵⁴. Efetivamente, os documentos da *HC* com origem no reino de França ou na cúria papal que circulava por esse espaço seguem esse modelo: existem menções ao “rex Francorum”¹⁵⁵, à “Flandensium comitissa”¹⁵⁶ e ao “dux Aquitanorum”¹⁵⁷. Por seu turno, na narrativa elaborada por Geraldo ou nos títulos e subtítulos que encabeçam os capítulos, que se atribuem a Pedro Marcio, as intitulações constroem-se com o território do respetivo governante: Hugo II é “dux Burgundie”¹⁵⁸ e Guilherme IX é “dux Equitanie” ou “Aquitanie”¹⁵⁹, enquanto Clemência é “Flandensis comitissa”¹⁶⁰, optando-se neste caso pelo simples adjetivo. A única exceção verifica-se no rei dos Francos, que é designado desta forma tanto na narrativa de Pedro Marcio¹⁶¹ como numa carta de Inocêncio II, talvez pela vastidão do espaço que Luís VI governava e pela profusão de territórios quase independentes que o compunham.

Existe ainda o uso do gentílico noutras situações e é nessas que nos centraremos doravante. No que concerne aos francos, a crónica emprega dois termos – *franci* e *francigene*. Deve esclarecer-se o significado desta terminologia, que vai evoluindo não

¹⁵⁴ MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los ‘Reinos de España’ en la Edad Media”, 1954, p. 89.

¹⁵⁵ Carta de Inocêncio II dirigida ao arcebispo compostelano (*HC*, III, 25.2); JL 7449 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, cols. 76-77.

¹⁵⁶ Carta da condessa da Flandres, Clemência, enviada a Gelmírez (*HC*, II, 34.4).

¹⁵⁷ Missiva de Guilherme IX, duque da Aquitânia, endereçada ao prelado compostelano (*HC*, II, 34.2).

¹⁵⁸ *HC*, II, 15.3.

¹⁵⁹ *HC*, II, 10 e II, 34.2.

¹⁶⁰ *HC*, II, 34.4.

¹⁶¹ *HC*, III, 25.1.

só ao longo do tempo (e particularmente nos séculos XI e XII), mas também em função de quem a utiliza. Neste período, o primeiro tem o sentido restrito de “o reino dos francos” ao indicar o reino dos reis Capetos, tal como se depreende da expressão “rex Francorum”. Num sentido mais amplo e em contexto hispânico, os francos eram aqueles que imigravam do espaço além-Pirenéus para a Península Ibérica, vindos de diferentes territórios por diversos motivos, e se integravam em diferentes grupos: para os guerreiros francos, como era o caso dos condes Raimundo e Henrique, a Hispânia era atrativa pela guerra que se desenrolava contra o al-Andalus, entre outras razões; havia também eclesiásticos de origem franca, como Bernardo de Sédirac, Maurício “Burdino”, Geraldo e Dalmácio, que ocupavam cargos relevantes na hierarquia da Igreja peninsular; outras pessoas de além-Pirenéus, de outras condições sociais, tinham a Hispânia como horizonte numa outra perspetiva – o termo “franco” difundiu-se igualmente com o esforço de atração de populações levado a cabo pelos reis cristãos à medida que conquistavam território aos muçulmanos. Estes francos cristãos que ocupavam os burgos peninsulares vinham do outro lado dos Pirenéus, em grande parte do reino francês, mas no geral eram estrangeiros por oposição a uma população autóctone. A sua presença era mais notória na zona este da península, em cidades como Jaca, Estella, Pamplona e Nájera, mas também os havia no coração do reino de Leão e Castela, como em Sahagún, Burgos e Leão. Muitos assentavam em cidades espalhadas pelo caminho que levava para Santiago de Compostela, que ofereciam grandes oportunidades económicas devido à passagem dos peregrinos, constituindo comunidades que se dedicavam a diversas atividades, especialmente o comércio e o artesanato, e contribuindo para a configuração do tecido social burguês. As populações francas eram muito favorecidas pelos monarcas neste período, recebendo da parte do poder central privilégios que os atraíam a ficar nessas cidades, patentes nos *fueros*, atribuídos pela primeira vez aos francos de Jaca em 1077. Havia inicialmente um afastamento entre esses grupos e a população nativa, embora com o tempo se verificasse a tendência para uma assimilação entre todos. Assim, o termo “francos” tinha igualmente o significado de “livres” ou “privilegiados”. Deve também ter-se em conta, em fontes hispânicas desta época, a diferença entre *francigena* – “estrangeiro”, tal como franco – e *francigenatus* – oriundo de França¹⁶².

¹⁶² PASTOR DE TOGNERI, Reyna – “Las primeras rebeliones burguesas en Castilla y León (siglo XII). Análisis histórico-social de una coyuntura”, 1973, p. 26-28; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “Les

No caso da *Historia Compostellana*, no contexto da contenda pelo trono leonês, reúnem-se em Burgos, em 1113, legados do rei de Aragão para persuadirem a rainha Urraca a voltar ao matrimónio com o *Batalhador*, posição que era apoiada por muitos que se encontravam na cidade, sobretudo pelos “Francigene” (“franceses” nas duas traduções¹⁶³). Supomos que estes constituíssem também uma parte dos moradores, designadamente o grupo de estrangeiros que estava instalado na cidade, que o cronista claramente distingue dos hispanos que também se encontravam nessa altura em Burgos – galegos, asturianos, leoneses, castelhanos e pessoas oriundas da Terra de Campos¹⁶⁴. Num outro capítulo que descreve um dos acontecimentos mais marcantes da vida de Diego Gelmírez, a rebelião dos burgueses compostelanos contra o bispo, seu senhor, nos anos 1116-1117, o detalhe e a vivacidade são provas da mestria literária de Geraldo. Este cronista conta-nos que, no momento mais tenso dessa revolta, quando o prelado temeu pela própria vida, conseguiu fugir e esconder-se ajudado por dois “francigene”, que não são identificados¹⁶⁵. Ambas as traduções optaram pela palavra “franceses”¹⁶⁶.

Os dois acontecimentos retratados traduzem a instabilidade do reinado de Urraca e estão relacionados entre si – por um lado, a formação de partidos depois do seu casamento com Afonso I de Aragão, em 1109, ora apoiando a rainha contra o marido, ora defendendo o seu matrimónio; por outro, a revolta dos cidadãos de Compostela inclui-se numa série de levantamentos burgueses que tiveram lugar em várias cidades importantes do reino castelhano-leonês, como Burgos, Leão e Sahagún (entre outras), sobretudo nos anos que

Frans. Les espaces, les lois et les noms des autres dans l’Espagne des XI^e et XII^e siècles, 2013; ALVARADO PLANAS, Javier – “La influencia germánica en el vocabulario de la España medieval”, 2011, p. 31; FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, J. R. – “La presencia de francos en la Península Ibérica y su influjo lingüístico”, 1991, p. 458-460. Este último autor centra-se na influência linguística occitana que se fez sentir na Península Ibérica, particularmente nas Astúrias. Em certos exemplos literários, como a *Historia Roderici* e o *Cantar del Mio Cid*, os próprios catalães são designados como francos (MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “Les *Frans. Les espaces, les lois et les noms des autres dans l’Espagne des XI^e et XII^e siècles*”, 2013, p. 80).

¹⁶³ *Historia Compostelana*, 1994, p. 213; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 160.

¹⁶⁴ “Quorum sacrilegis colloquiis complures ac precipue Francigene condescenderant, quippe Galliciani, Astures, Legionenses, Campani, Castellani eiusdem ciuitatis incole alii que complures conuenerant” (HC, I, 89.1).

¹⁶⁵ “Episcopus autem furtim atque latenter egrediens ab ecclesia sancte Marie propter frequentiam et incursus populi, comitatus a predicto Michaeli et duobus Francigenis, transcendens per parietes et per tegulata ingressus est in domum cuiusdam nomine Maurini per fenestram, et illi cum eo (...). Assurgunt autem, illis uenientibus, duo Francigene dicentes se a tumultibus bellorum rediisse et tanto labore fessos ibi requiescere (...) cum quibus etiam abiit duo predicti Francigene, ut citius eos remouerent et suum episcopum tegerent (...).” (HC, I, 114.10). “Interea predicti Francigene preparant quatuor equos uelocissimos episcopo (...).” (HC, I, 114.11).

¹⁶⁶ *Historia Compostelana*, 1994, p. 276-278; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 223-225.

se seguiram à união daqueles monarcas. Efetivamente, muitos burgueses pronunciavam-se pelo rei aragonês na esperança de que este contribuísse para fazer valer as suas aspirações contra os senhores locais, à medida que aquele procurava dominar várias cidades fora de Aragão com o seu exército¹⁶⁷. A existência de muitos francos entre essas populações urbanas contribuía para o apoio declarado ao *Batalhador*, que se empenhava em conceder proteção aos estrangeiros nos burgos hispânicos¹⁶⁸. No episódio de Burgos, a notícia não incide na revolta desta cidade, mas conseguimos ver como os estrangeiros, quiçá franceses ou outros, estavam inclinados a defender o casamento real. No caso compostelano, embora os dois “francigene” indicados protejam o bispo, é muito possível que entre os burgueses sublevados estivessem estrangeiros: quando Gelmírez se encontra escondido em casa de um homem chamado Maurino com aqueles cúmplices, entram na residência alguns revoltosos armados para saber do paradeiro do bispo e os “francigene” despistam-nos, alegando que também estiveram a lutar. Portanto, eram perfeitamente confundidos com os restantes insurretos e viveriam em Compostela como todos os outros. A sua aliança com o bispo, mesmo que tivesse sido verdadeira, funciona no texto como uma atenuante da imagem desonrosa de Gelmírez que Geraldo procura evitar na construção que faz desses acontecimentos.

A ligação de grupos de além-Pirenéus ao rei de Aragão verifica-se num outro capítulo do mesmo cronista, no mesmo contexto da guerra peninsular dos anos 1112-1113, onde

¹⁶⁷ Acerca destas revoltas, não só a compostelana mas também outras do reino leonês no século XII, consulte-se VÁZQUEZ DE PARGA, Luís – “La revolución comunal de Compostela en los años 1116 y 1117”, 1945; PASTOR DE TOGNERI, Reyna – “Las primeras rebeliones burguesas en Castilla y León (siglo XII). Análisis histórico-social de una coyuntura”, texto publicado em *Conflictos sociales y estancamiento económico en la España medieval*, em 1973, e primeiramente na revista *Estudios de Historia Social*, año 1, nº 1, 1964; PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Las revueltas compostelanas del siglo XII: un episodio en el nacimiento de la sociedad feudal”, 1988; MARTÍNEZ, H. Salvador – *La rebelión de los burgos: crisis de estado y coyuntura social*, 1992. Autores como Reyna Pastor, María Pallares Méndez e Ermelindo Portela chamam a atenção para o cuidado a ter com a expressão “revoltas burguesas”, no sentido em que “burguês” é equivalente, neste período, ao habitante da cidade. Assim, estas revoltas podem chamar-se também de urbanas, mas nunca devem ser apelidadas de “antifeudais”, pois circunscreviam-se precisamente numa sociedade feudal e eram desencadeadas para a dirigir. Reyna Pastor refere-se igualmente aos burgueses do caminho de Santiago, tendo em conta as cidades em que se dão as revoltas. Esta historiadora publicou mais tarde um novo trabalho, com novas perspectivas de análise: PASTOR DE TOGNERI, Reyna – “Sobre la construcción y la consolidación del sistema feudal castellano-leonés de los siglos XI-XII”, 1985-1986. Recentemente, publicaram-se outros estudos sobre estas revoltas medievais, por exemplo ASTARITA, Carlos – “Luchas burguesas en el siglo XII. Realidades y proyecciones históricas”, 2012, onde o investigador apresenta as diferentes perspectivas historiográficas que foram sendo desenvolvidas sobre o tema.

¹⁶⁸ MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “Les Francs. Les espaces, les lois et les noms des autres dans l’Espagne des XI^e et XII^e siècles”, 2013, p. 94; LACARRA, José María – *Alfonso el Batallador*, 1978, p. 23 e 84.

se lê que cavaleiros de além das montanhas (“transpirenorum militum”) estavam ao serviço do rei aragonês (“auxilio regis”), fazendo frente aos castelhanos com insultos para diminuir a sua moral¹⁶⁹. Esta expressão poderia muito bem ser substituída pela de “exercitus francorum”, tal como se verifica num outro episódio já analisado. Nesse caso, como se viu, os territórios afetos ao infante, a Urraca e a Teresa eram diversos, incluindo regiões do Império¹⁷⁰. Ainda num âmbito militar, Geraldo registou a notícia da conquista de Saragoça em 1118 por Afonso I de Aragão com a colaboração de um “exercitus Francorum”, após vencerem pela fome os sarracenos, que não resistiram ao cerco da cidade. Este acontecimento foi presenciado por um dos legados de Gelmírez, Pedro, que se ia encontrar com Gelásio e se dirigiu a Afonso I na tentativa de que o seu companheiro, um sobrinho do bispo que fora preso em Castrojeriz por aragoneses, fosse libertado¹⁷¹. Este exército, tal como o anterior, é constituído por franceses para os tradutores da crónica¹⁷².

Em todos estes cenários, os soldados eram oriundos de além-Pirenéus, embora a sua proveniência concreta fosse incerta, e, por isso, fossem em primeiro lugar estrangeiros relativamente aos hispanos. No entanto, é curioso que a palavra *franci* é usada recorrentemente com a referência a exércitos, provavelmente constituídos por soldados que vinham para a Península Ibérica com um propósito militar concreto, não por burgueses que já estariam aqui instalados. Esta interpretação é pelo menos assegurada pelas tropas que se congregariam contra o *Batalhador* e pelo exército que participou na conquista de Saragoça, que efetivamente contou com elementos vindos do outro lado das montanhas¹⁷³, embora não possamos esquecer que os monarcas se serviam igualmente de milícias urbanas, entre as quais poderia haver estrangeiros, para combater os seus inimigos¹⁷⁴. De qualquer maneira, os *franci* auxiliam hispanos em todos os capítulos em que são mencionados, ora os aragoneses contra os muçulmanos, ora os territórios de Leão

¹⁶⁹ “Quapropter Aragonenses et quidam transpirenorum militum, qui auxilio regis intererant, Castellanis impropria atque ludibria inferentes eos femineos milites uocabant et eos amplius nec castra tueri, nec bellorum tumultu incitari censebant, cum mille quingentis cederent et centum super ducentis triumpharent.” (HC, I, 83.2).

¹⁷⁰ HC, II, 13.2.

¹⁷¹ “Eo tempore rex ille Aragonensis Cesaraugustam cum exercitu Francorum obsederat. Post hec autem cepit eam, Sarracenis coactis fame ad deditionem” (HC, II, 4.2).

¹⁷² *Historia Compostelana*, 1994, p. 306 e 324; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 249 e 266.

¹⁷³ LACARRA, José María – *Alfonso el Batallador*, 1978, p. 65-82.

¹⁷⁴ GAUTIER DALCHÉ, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 1979, p. 385-399.

e Castela contra Afonso I. Pelo contrário, os episódios em que está presente o termo *francigene* sugerem que este foi aplicado a pessoas que, apesar de imigrantes, já estariam estabelecidas entre os burgueses das cidades hispânicas – em concreto, Santiago de Compostela e Burgos. Há uma grande probabilidade de que proviessem do reino de França, ainda que nada nos indique essa circunstância. Por conseguinte, Geraldo parece usar os termos *franci* e *francigene* com diferentes intenções.

A palavra *franci* (“franceses” para Suárez e Campelo e “francos” para Emma Falque) encontra-se ainda nas atas de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez, a 20 de abril de 1124¹⁷⁵, que Pedro Marcio inseriu na obra. O documento refere a Paz de Deus que se verificava entre os francos, os romanos e outras nações (“Romanos et Francos et alias fideles nationes”). Esse concílio congregou elementos das províncias de Mérida e de Braga, além do bispo de Burgos, isento de metropolitano, e aí Gelmírez decretou a Paz de Deus “no reino da Hispânia” (“in toto Hispanie regno”), embora na realidade tivesse apenas poder para o fazer naqueles territórios eclesiásticos, sobre os quais tinha jurisdição¹⁷⁶.

O movimento da Paz de Deus surgiu no reino de França, em finais do século X, para pôr cobro às lutas entre senhores feudais, num período em que a autoridade régia se encontrava debilitada, mas nasceu sobretudo dentro das dioceses para acalmar os conflitos sobre jurisdições eclesiásticas. Partiu da Aquitânia e propagou-se à Borgonha e ao norte de França, entre outras regiões, mas era sobretudo naquele principado e no sul do reino que tinha força, e interessava aos monarcas para fazer frente aos restantes poderes fragmentados. Os princípios da Paz de Deus foram estendidos a toda a Igreja por Urbano II no concílio de Clermont de 1095 e no noroeste peninsular tiveram efeitos a partir de 1114, com um concílio celebrado em Leão, e particularmente a partir de 1124, com o concílio compostelano. A Igreja procurou proteger-se a si e aos mais vulneráveis de grupos mais propensos à violência, como os cavaleiros, através de medidas como a imunidade dos edifícios de culto e dos indivíduos dedicados ao culto, assim como a

¹⁷⁵ *Historia Compostelana*, 1994, p. 443, nota 501 e JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 34. José Barreiro Fernández indica erroneamente a data 6 de abril de 1124 (BARREIRO FERNÁNDEZ, José R. – “Concilios provinciales compostelanos”, 1970, p. 517).

¹⁷⁶ Como advertiu José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 375, nota 1). Consulte-se o documento em HC, II, 71.1.

instituição de punições de ordem espiritual para quem não cumprisse as disposições emitidas. O culto às relíquias e as peregrinações desempenhavam um papel importante, na medida em que alimentavam a fé e ajudavam a proteger as igrejas¹⁷⁷.

O clima de violência que originara esse movimento verificava-se também na Península Ibérica no momento em que Gelmírez convocou o concílio. Várias passagens da crónica descrevem a intensidade da destruição provocada pela guerra que se tem evocado neste trabalho, incidindo naturalmente mais na ação de Afonso o *Batalhador*, contrário ao partido defendido pelo texto – os ataques contra prelados e igrejas são particularmente sublinhados ao longo da obra, e existia o interesse de preservar os homens da Igreja, bem como os peregrinos, que tantos rendimentos davam à sé compostelana, como é sublinhado nas atas do concílio¹⁷⁸. Num outro sentido, María Pallares Méndez e Ermelindo Portela mencionam a ata de compromisso de cidadãos e cónegos compostelanos sobre “a justiça que deve ser observada na cidade de Compostela” três capítulos antes¹⁷⁹ e associam-na ao clima difícil que levou Gelmírez a proclamar a Paz de Deus, como uma prova de que as tensões que se viveram em 1116-1117 não estavam completamente ultrapassadas, como se confirmaria mais tarde em 1136¹⁸⁰. A isto acrescenta Jaime Justo Fernández a prisão do arcebispo em 1121 por parte da rainha, que poderá ter influenciado algumas das normas que saíram da reunião de prelados em

¹⁷⁷ JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 35-41, onde o autor tece diversos comentários sobre a distinção entre Paz de Deus e Trégua de Deus e explica o conteúdo das determinações do concílio compostelano de 1124 nesse contexto. Leia-se ainda DUBY, Georges – *La época de las catedrales. Arte y sociedad, 980-1420*, 2016, p. 47-49, 62-63; GENET, Jean Philippe – *Le Monde au Moyen Âge: espaces, pouvoirs, civilisations*, 1991, p. 93; RUIZ GÓMEZ, Francisco – “El Camino de Santiago: Circulación de hombres, mercancías e ideas”, 1994, p. 171-172; BARTHÉLEMY, Dominique – “La paix de Dieu dans le monde de la faide”, 2004; *Idem* – *El año mil y la paz de Dios: La Iglesia y la sociedad feudal*, 2005; BOUTOULLE, Frédéric – “La paix de Dieu et la Trêve de Dieu du Liber Rubeus”, 2004; JANSSEN, Sam – “A Pattern of Alternating Interests: The Peace of God in the Archdiocese of Reims in the First Half of the Eleventh Century”, 2020.

¹⁷⁸ “Episcopi, presbyteri, abbates, monachi et monache, et omnis ordo ecclesiasticus ecclesie, et res ecclesiastice, et boues quarumcumque sint, omnibus diebus in pace permaneant. Peregrini, mercatores non capiantur neque pignorentur nisi propria culpa” (HC, II, 71.1).

¹⁷⁹ “De iustitia in Compostellana ciuitate servanda” (HC, II, 68.2).

¹⁸⁰ De acordo com estes investigadores, o concílio terá acontecido em 1125 (PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Las revueltas compostelanas del siglo XII: un episodio en el nacimiento de la sociedad feudal”, 1988, p. 95).

Compostela, em 1124¹⁸¹. A estes fatores deve aditar-se o facto de o rei de Aragão continuar a ocupar território castelhano neste período¹⁸².

A evocação dos francos que encontramos nessas atas estará relacionada, primeiramente, com a Paz de Deus que se desenvolvera com mais intensidade no sul do reino de França. Além disso, é possível apurar pela análise que Jaime Justo Fernández fez das fontes desse concílio que as normas aí discutidas foram inspiradas em concílios anteriores, realizados desde o século XI e convocados em territórios “franceses”, catalães e romanos, o que justificaria também a alusão aos romanos¹⁸³. Neste caso, o vocábulo *franci* teria um sentido mais limitado do que o genérico significado de “estrangeiros” e referir-se-ia aos súbditos do rei dos francos ou, mais concretamente, aos habitantes do sul desse reino.

Dentro do espaço culturalmente “francês”, outros povos marcam presença nesta obra pela mão de Geraldo: os aquitanos, os alóbrogos e os normandos. Colocamos de parte estes últimos nesta reflexão e analisaremos as passagens que se lhes referem em conjunto com as menções aos ingleses, em virtude do conteúdo semelhante de muitas delas.

Os alóbrogos – inicialmente guerreiros e depois pacíficos camponeses – foram incorporados na província romana da Gália Narbonense e a sua cidade principal era Vienne, de acordo com Estrabão¹⁸⁴, precisamente a área de domínio do arcebispo Guido antes de ascender a papa, vários séculos depois. É um vocábulo utilizado na crónica para referir os compatriotas ou os pares de Calisto II, sendo identificados com os naturais da região da Borgonha ou com aqueles que mantinham relações estreitas com a família dirigente desse condado, o que alargava a sua proveniência, por exemplo, ao ducado borgonhês. José Campelo associou sempre o vocábulo ao Delfinado, provavelmente tendo em conta o primeiro conde de Albon a usar o título de delfim, Guido IV (1133-1142), que o autor considera já ser conde em 1120¹⁸⁵. O condado de Albon estava ligado ao de Vienne e, portanto, à Borgonha imperial.

¹⁸¹ JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 40, nota 199.

¹⁸² Leia-se o capítulo 3.3.

¹⁸³ Trata-se dos concílios de Roma, Latrão, Clermont e das províncias Narbonense, Helenense e Ausonense, entre os anos 1027 e 1123 (JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 39-40).

¹⁸⁴ Como explica Greg Woolf, citando a obra *Geografia* (WOOLF, Greg – *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*, 1998, p. 52 e 126).

¹⁸⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 271, nota 2.

Recuperando capítulos anteriormente comentados, tanto os alóbrogos como os aquitanos estão ligados a Calisto II: a eleição de Guido como papa, em 1119, foi feita primeiramente à parte dos príncipes da Borgonha que o rodeavam, “seus compatriotas” (“principum Burgundie scilicet contribulum suorum”); de facto, esse grupo que o acompanhara a Cluny opôs-se obstinadamente à sua escolha e quase espoletou um confronto armado; logo de seguida, os alóbrogos ficaram tranquilizados¹⁸⁶ e a escolha do arcebispo de Vienne como o novo pontífice acabou por ser aceite por eles e pelos aquitanos¹⁸⁷; alóbrogo é também o cunhado deste papa, Roberto Francisco, que visitou o túmulo de S. Tiago no mesmo período em peregrinação e com ele trouxe uma carta de Calisto para o prelado compostelano¹⁸⁸; quando se desenrolavam as últimas conversações, já em 1120, por intermédio do bispo Hugo com Calisto II para efetivar a transferência do arcebispado de Mérida para Compostela, encontravam-se na cúria papal em Cluny, além do abade deste mosteiro, alguns “Allobroges, nobiles contribules” do papa, tais como Hugo II, duque da Borgonha, Guido de Albon – talvez Guido IV, futuro conde de Albon, que se casou com Margarida, uma sobrinha de Calisto e filha do conde da Borgonha, Estêvão I –, e outros apoiantes da causa de Gelmírez que já haviam visitado a igreja compostelana¹⁸⁹; estes príncipes da Borgonha intercederam junto do papa, de acordo com a crónica, para que acesse ao pedido compostelano, e regozijaram-se com

¹⁸⁶ “Verum enimvero, quoniam innumero equitatu principum Burgundie scilicet contribulum suorum circumvallatus erat, necesse fuit, ut, equitatu suo ignorante, in Romanum Pontificem eligeretur (...). «(...) Vt qui Romani pastorem et dominum nostrum nobis auferre et non solum Vienensem ecclesiam, uerum, etiam totam Burgundiam atque Franciam tanto patrono priuare moliantur! (...)». Equidem, ut uerum fatear, in ea die pene Cluniaci claustra Romano sanguine maduere. Tandem transacta turba sedatisque archiepiscopo suo uendicato Allobrogibus, cardinales et ceteri, qui paulo ante aciem gladii fugientes latitauerant, ad ecclesiam beati Petri conueniunt et, quid super his acturi sunt, consulunt. Post hec, accepto consilio, omnes illius nefande uiolencie actores, nisi satisfaciant, a liminibus Sancte Ecclesie remouent. Quod cum audissent Allobroges, iam deferuescente ira, iam uiolencie reos se agnoscentes, tamquam inuiti et coacti ad satisfactionem eadem die redeunt (...)” (HC, II, 9).

¹⁸⁷ “Electo namque et consecrato Guidone Vienensi archiepiscopo, et Cluniaci in Papam Calixtum ceteris tam Romanis quam Allobrogibus quam Aquitanis clericis ac laicis, qui interfuerant, electionem et consecrationem eius approbantibus, predictus abbas Cluniacensis electionem aut consecrationem eius nec reprobare uoluit.” (HC, II, 14.1).

¹⁸⁸ “Eodem tempore, nobis adhuc Burgis morantibus, Allobros quidam uir potens nomine Robertus cognomine Franciscus, leuir Pape Calixti, causa orationis ecclesiam beati Iacobi adibat, per quem Papa Calixtus predicto Compostellane ecclesie episcopo huiusmodi litteras misit.” (HC, II, 9).

¹⁸⁹ “Postquam his atque aliis abbas animum Pape emolliuit, adhibito sibi Portugalsensi episcopo, ad cardinales conuertitur hos pollicitis, alios deprecans blanditiis, ut omnes unanimiter pro sublimatione ecclesie beati Iacobi Calixto Pape supplicent. Intererant curie Pape quidam Allobroges uiri potentes atque nobiles contribules Pape, scilicet dux Burgundie Guido de Albione et ceteri quam plures ecclesie beati Iacobi confratres, qui beatum Iacobum olim adierant et se ipsos ipsi apostolo subiugauerant.” (HC, II, 15.3).

a anuência de Calisto II¹⁹⁰. Em mais do que um excerto se atribui a estes alóbrogos a característica “potens”.

Por último, uma notícia curiosa não deixa de estar relacionada com esta temática: um monge “hispano” de origem, mas apelidado como “borgonhês”, foi enviado pelo arcebispo Bernardo de Toledo ao papa com uma carta dirigida a Calisto, enquanto este se encontrava em Saint-Gilles, supostamente da parte de Afonso Raimundes, contendo informações desprestigiantes acerca de Diego Gelmírez, na tentativa de impedir a sua ascensão a arcebispo. O conteúdo da missiva era alarmante e colocou em perigo o sucesso do então legado compostelano, o próprio cronista Geraldo – a carta acusava o bispo de Compostela de se colocar contra os direitos de Afonso Raimundes, sobrinho do papa¹⁹¹. Não é dito o nome desta figura que estava ao serviço do toledano, mas é muito sugestiva a forma como Geraldo a descreve, já que sendo conhecido como “borgonhês” seria o emissário mais idóneo para lidar com uma corte papal que parecia pejada de borgonheses, ou alóbrogos, a começar pelo próprio papa, além de que viajava em representação do filho do conde Raimundo da Borgonha. A escolha do prelado toledano parece ter sido intencional.

Em todos os trechos apresentados existe uma evidente distinção entre diferentes povos de além-Pirenéus, enquanto *franci* e *francigene* invocam uma realidade muito mais abrangente e difícil de definir. De um modo geral, há uma tendência para atribuir características positivas a todos esses grupos, direta ou indiretamente: os alóbrogos e os aquitanos aprovam a eleição de Calisto II e os primeiros são descritos como homens fortes, embora também suscitasse a violência; o mesmo povo apoia a candidatura de Gelmírez a arcebispo; o alóbrogo Roberto Francisco serve de intermediário entre o compostelano e Calisto II. Já os *franci* auxiliam na Península Ibérica em momentos diferentes contra inimigos de vários grupos hispânicos e são associados ao movimento da Paz de Deus, num período marcado por uma grande instabilidade política e social na Hispânia, enquanto os *francigene* colaboram com Gelmírez durante uma revolta

¹⁹⁰ “Quis tam ferreus, qui abbatis Cluniacensis, episcopi Portugalensis, tantorumque Burgundie principum humi prostratorum, tam dignis precibus non acquiesceret? (...). Quo audito, surgit abbas Cluniacensis, surgit episcopus Portugalensis, surrexere et alii Burgundie principes, osculato pede Pape (...).” (HC, II, 15.3).

¹⁹¹ “Interea monachus quidam Hispanus natione Burgundio nomine missus a Bernardo Toletano archiepiscopo et Sancte Romane Ecclesie legato uenit ad dominum Papam, qui litteras a rege Ildefonso nepote domini Pape se habere aiebat” (HC, II, 10).

violentíssima contra o bispo. Apenas num capítulo estes estrangeiros defendem o matrimónio de Urraca e Afonso I de Aragão, colocando-se contra a posição assumida pelo patrono da crónica. Esta imagem genericamente benéfica contraria um pouco a tendência historiográfica hispânica de se reportar aos francos de modo negativo, o que ainda transparece numa crónica contemporânea da HC, a *Historia Silensis*¹⁹².

2.1.3. Os Pirenéus, um território de fronteira

Na historiografia ibérica que se debruça sobre os séculos XI e XII, a expressão “além-Pirenéus” não se cinge a um significado com valor geográfico e habitualmente define política e culturalmente uma área que estava imediatamente depois dessas montanhas, que nessa altura se caracterizava por um emaranhado de poderes políticos. Nem sempre se estabelecera uma barreira nesta zona montanhosa, pois basta recuar ao período do Império Carolíngio para encontrarmos uma extensão do poder de Carlos Magno aquém-Pirenéus, tendo-se inclusivamente criado a Marca Hispânica para a defesa contra as ofensivas islâmicas¹⁹³. Chegados ao tempo da *Historia Compostellana*, a Catalunha estava muito voltada para a política do norte, mantendo ligações com o poder franco, embora atuando com independência. A partir de 1137, Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona, ficou noivo de Petronilha, filha de Ramiro II de Aragão, abrindo caminho a uma união com a monarquia aragonesa, mas o estabelecimento dos Pirenéus como o limite sul do reino de França só começa a verificar-se na transição do século XII para o XIII¹⁹⁴. Deve também salientar-se que esta área montanhosa não impedia uma permeabilidade entre os territórios de ambos os lados a vários níveis, como de resto permitiam as fronteiras medievais num âmbito geral. Eclesiasticamente, não havia uma divisória entre ambos os flancos. Quando em finais do século XI se discutia a restauração da metrópole de Tarragona, um dos interessados nesta questão era o arcebispo Dalmácio

¹⁹² *Historia Silensis*, 2018, p. 136-151; RUCQUOI, Adeline – “La cultura compostelana e el Camino de Santiago”, 2010, p. 106, onde a autora explica que as obras hispânicas da Alta Idade Média eram influenciadas pelas conceções de Isidoro de Sevilha e de Ildefonso de Toledo, o que se refletiu numa imagem denegrada dos francos.

¹⁹³ SABATÉ, Flocel – “La nació d'Espanya a la Catalunya medieval”, 1998.

¹⁹⁴ GAUVARD, Claude – *La France au Moyen Âge: du Ve au XV^e siècle*, 1996, p. 164 e 230. Um estudo de Esther Pascua sobre as relações entre os monarcas e a aristocracia na Península Ibérica do século XII alude também a certas ligações que se estabeleciam entre os territórios de ambos os lados dos Pirenéus. No mesmo trabalho, a autora menciona a batalha de Muret de 1213 contra os albigenses, momento em que o rei francês Filipe II se impôs verdadeiramente sobre o sul do reino (PASCUA ECHEGARAY, Esther – “South of the Pyrenees: kings, magnates and political bargaining in twelfth-century Spain”, 2001).

de Narbona (1081-1096), que considerava ter direitos sobre os sufragâneos dessa antiga província, assim como o bispo de Vich, Berenguer (1078-1100). Enquanto a questão não se resolvia, Urbano II ordenou que os bispos catalães obedecessem ao arcebispo de Narbona, ao mesmo tempo que obedeceriam ao toledano enquanto primaz¹⁹⁵. Naturalmente, não se pode esquecer também os Pirenéus enquanto zona de passagem de viajantes, em especial os peregrinos, que de várias regiões da Europa se dirigiam a Santiago de Compostela, cruzando as difíceis montanhas. Além disso, há que pensar nesta área em função da existência de culturas locais, especificamente pirenaicas, como os bascos e os catalães¹⁹⁶.

Posto isto, embora a constatação de que os Pirenéus constituem um limite territorial seja óbvia dentro da realidade do século XXI, é necessária uma reflexão mais profunda quando se denota em certos episódios da crónica compostelana uma clara diferenciação entre o espaço que estava para cá e o que estava para lá desse maciço montanhoso, o que vai muito além da simples declaração de que eram (e são) uma barreira natural de proporções consideráveis, difícil de atravessar.

A palavra “Pirenéus” propriamente dita (“Pirenaei”) só é utilizada uma vez na narrativa. Nos restantes capítulos, os cronistas empregam expressões que os tradutores livremente traduziram como o nome dessas montanhas: na maioria das vezes usa-se o verbo “transalpinare” (no caso do cronista Geraldo) ou “transpirenare” (num capítulo da autoria de Munio Afonso), indicando a passagem dos Pirenéus a partir da Hispânia; duas vezes o nome “Alpes” para referir a mesma passagem, em ambos os sentidos, que em latim significa “montes”¹⁹⁷; noutros momentos encontram-se os advérbios “ultra” e “citra” acompanhados de “portus” para nomear o espaço além e aquém dos Pirenéus; verifica-se também o uso das palavras “ultraportuensis” e “transpirenorum” para designar alguém originário de além-Pirenéus.

¹⁹⁵ Acerca do processo de restauração da metrópole de Tarragona leia-se MANSILLA REOYO, Demetrio – *Geografía Eclesiástica de España...*, 1994, vol. 2, p. 222-238 e FEIGE, Peter – “La primacia de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga”, 1991, p. 72-74.

¹⁹⁶ Algumas reflexões sobre a identidade dos Pirenéus ao longo da Idade Média podem encontrar-se em RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique – *Entre historias de la Edad Media*, 2011, p. 39-59, e em vários estudos editados em SÉNAC, Philippe (ed.) – *Frontières et espaces pyrénéens au Moyen Âge*, 1992.

¹⁹⁷ Na opinião de Patrick Gautier Dalché poderá ser também uma alusão a outra cadeia montanhosa de grande calibre – os Alpes –, o que deixa transparecer um intercâmbio toponímico entre as duas cordilheiras de que a HC não é o único exemplo na Idade Média (GAUTIER DALCHÉ, Patrick – “L'image des Pyrénées au Moyen âge”, 1992, p. 20).

Num capítulo do Livro I, os Pirenéus constituíam um limite geográfico para os ataques de muçulmanos vindos do sul da Península Ibérica, desde Sevilha e outras cidades centrais do domínio almorávida. Os muçulmanos devastavam, de acordo com o texto, toda a costa noroeste “ad Pirenaeos” por volta de 1115. Geraldo enumera algumas zonas dessa costa que eram atacadas de sul para norte, terminando em Santillana, mas deixa entrever que os atacantes se deslocariam pelo menos até ao Golfo da Biscaia, já junto aos Pirenéus¹⁹⁸. Independentemente de na realidade terem ido tão longe ou até ultrapassado essa área para norte, o cronista delineou neste capítulo toda a linha de costa da Hispânia ocidental cristã como a área de atuação do Islão nas ofensivas que perpetrava por via marítima, instituindo estas montanhas como o limite geográfico da Hispânia.

Num outro contexto, a crónica contém um importante conjunto de capítulos que descrevem deslocções de clérigos ao encontro de papas tendo em vista o engrandecimento da Igreja de Santiago de Compostela e do seu prelado, e compreendemos que há um número significativo de cidades ou instituições eclesiásticas do reino de França pelos quais aqueles passam, bem como repetidas referências à travessia dos Pirenéus. De todos os temas que motivam a menção a lugares “franceses”, o relato de viagens construído pelos cronistas é o mais frequente, e aquelas que têm maior grau de detalhe são as do próprio bispo Gelmírez, acompanhado pelos futuros cronistas Hugo e Munio Afonso numa parte do caminho, a de Geraldo, também cronista, e a jornada de Hugo, já enquanto bispo do Porto. Este foi redator apenas de um capítulo relativo ao condado portugalense, mas era demasiado próximo do meio compostelano, o que poderá ter resultado na troca de impressões com o mestre Geraldo para a inclusão da sua viagem na narrativa. O facto de estes trajetos terem sido efetuados por cónegos implicados no processo de construção da crónica – e sendo dois deles de origem “francesa” – foi determinante para a descrição pormenorizada que ficou patente na obra, especialmente no que respeita aos troços “franceses”. Esses cronistas estiveram portanto envolvidos em momentos cruciais para a ascensão da Igreja compostelana e do seu prelado – em 1105, a concessão do pálio a Gelmírez quando este foi a Roma encontrar-se com Pascoal II, um

¹⁹⁸ “Hisdem temporibus Hispalenses, Saltenses, Castellenses, Siluenses, Lisbonenses ceterique Sarraceni ab Hispali usque ad Colimbriam confinia maris incolentes naues construere consueuerant, et nauigio armata manu uenientes maritima a Colimbria usque ad Pirenaeos (...)” (HC, I, 103.1).

privilégio que era atribuído somente a arcebispos¹⁹⁹, e, a partir de 1118, são organizadas várias viagens que almejavam obter de Gelásio II e de Calisto II o arcebispado de Braga ou o de Mérida, acabando por se conseguir este segundo em 1120, num período em que a cúria papal se encontrava no reino de França, tal como nos descreve Geraldo.

As montanhas também se destacam na obra desde logo porque as viagens descritas na crónica seguiam as rotas terrestres de peregrinação. O trajeto privilegiado pelos peregrinos que se deslocavam a Santiago de Compostela ou aqueles que iam da Hispânia em peregrinação a Roma ou à Terra Santa, na época de elaboração da *HC*, era o terrestre, o que acima de tudo se devia aos melhoramentos na rede viária que desde o século XI levaram a cabo os reis hispanos, nomeadamente Sancho Ramírez de Aragão (1063-1094) e Afonso VI, empreendendo uma política de atração dos peregrinos e outros imigrantes através, por exemplo, da criação de hospitais e albergues. Até essa época, o caminho para Compostela era preferencialmente feito por via marítima, tendo como pontos de chegada lugares como Gijón, Avilés, Barcelona ou diretamente Santiago de Compostela²⁰⁰. Isto não excluía completamente os percursos marítimos, pois em mais do que um momento Gelmírez coloca como hipótese sair de Compostela por mar para visitar papas, embora forçado pela guerra em curso na Hispânia, e é sempre dissuadido pelo controlo almorávida que havia no Oceano²⁰¹.

Em 1105, Gelmírez viajava com os cónegos Pedro Anaya e Pedro Peláez, os arcebispos Oduario e Gaufrido, o cardeal capelão Hugo e Munio Afonso, que registou o acontecimento na *HC*. O trajeto que o bispo seguiu desde que saiu de Santiago de Compostela até que chegou a Roma pode encontrar-se bem delineado no mapa apresentado nos estudos de Manuel Castiñeiras, que, além do percurso descrito na obra,

¹⁹⁹ Esta deslocação teria acontecido em 1104, de acordo com a crónica compostelana, mas ficou assente que se trata do ano seguinte depois de Ludwig Vones ter demonstrado que o privilégio do pálio concedido por Pascoal II a Diego Gelmírez data de 21 de outubro de 1105 (VONES, Ludwig – *Die «Historia Compostellana» und die Kirchenpolitik des nordwestspanischen Raumes...*, 1980, p. 74 e 161; *Tumbo B de la Catedral de Santiago*, 2004, p. 525-527, doc. 280; CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “*Didacus Gelmirus*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 88-89).

²⁰⁰ RUCQUOI, Adeline – “Cluny, el camino francés y la reforma gregoriana”, 2010, p. 118; CHERUBINI, Giovanni – “I Pellegrini”, 2000, p. 544.

²⁰¹ *HC*, II, 4.1 e II, 12.2.

inclui igualmente outros locais onde o bispo terá parado, nomeadamente no troço italiano²⁰².

O que em primeiro lugar prende a atenção de quem lê os capítulos redigidos por Munio Afonso são as estreitas relações que o bispo compostelano tinha com todos os bispos, monges e abades com quem se cruzou nos lugares por onde passou em território “francês”, por oposição a um espaço perigoso que ficava para trás e sobre o qual praticamente não temos informações quanto ao caminho seguido pela comitiva. Podíamos acrescentar que obviamente há um propósito de exaltação da imagem do bispo em terras “francesas”, reforçando os seus contactos internacionais, num período em que Gelmírez pretendia receber o pálio, mas, ao mesmo tempo, a sua reputação poderia estar manchada em certos setores eclesiásticos depois do roubo das relíquias bracarenses de 1102²⁰³.

Além disso, o cronista insinua o perigo que existia ao passar por Aragão sem nunca o mencionar diretamente – apenas refere os “inimigos do rei”, que obrigam Gelmírez a percorrer trilhos “apartados e às escondidas” (“ab inimicis regis illata sibi aliqua pateretur aduersa, clanculum diuertendo incederet”). Depreendemos que esses inimigos têm que ver, nesta cronologia, com o desterro de Diego Peláez no reino aragonês, antigo bispo compostelano deposto por Afonso VI no concílio de Husillos de 1088, que nunca deixou de se considerar como o legítimo ocupante desse cargo, embora a última menção documental a essa figura date de 1104²⁰⁴. O último lugar peninsular por onde sabemos que Gelmírez passa é Burgos, cidade central da região de Castela, onde é bem recebido, e depois há um grande salto na descrição para a passagem dos Pirenéus. Percebemos claramente que não houve interesse da parte do cronista em descrever o terreno aragonês, pois talvez tivesse sido evitado, não se tendo seguido os caminhos habituais de peregrinação, tal como Munio sugeriu. A comitiva terá passado por Roncesvalles, onde havia um albergue para viajantes²⁰⁵, mas a passagem é feita “com clérigos e com

²⁰² Este mapa encontra-se em vários trabalhos deste investigador: CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “El porqué de una exposición itinerante. Diego Gelmírez, genio y espíritu viajero del Románico”, 2010, p. 21; *Idem* – “El Camino Francés en España: de Galicia a los Pirineos”, 2010; *Idem* – “Jaca, Toulouse, Conques y Roma: las huellas de los viajes de Diego Gelmírez en el arte románico compostelano”, 2013, p. 253.

²⁰³ HC, I, 15.

²⁰⁴ UBIETO ARTETA, Antonio – “El destierro del obispo compostelano Diego Peláez en Aragón”, 1951.

²⁰⁵ No mapa atrás referido dos trabalhos de Manuel Castiñeiras, assinala-se Roncesvalles após a saída de Burgos, num traço direto que evita todas as intermédias cidades do caminho de Santiago.

soldados” (“tam clericorum quam militum circumdatus transpirenauit”), o que nos indica que todo o caminho ou parte dele exigira apoio militar. Apesar disso, na região basca já se faz referência aos asilos da Igreja de Santiago e Gelmírez foi “honrado pelas pessoas mais importantes daquelas terras” (“in partes Vasconie ad honores saluitatum nostre ecclesie peruenit, tanto affectu a maioribus terrarum et a ceteris honoratus extitit”). Essa área pirenaica, integrante do antigo reino de Pamplona, mas provavelmente incluindo terras que eram à época castelhano-leonesas, apresentava já condições que o trajeto anterior não proporcionara²⁰⁶.

Depois chegou a Auch, cujo arcebispo, nessa altura Raimundo II de Pardiac (1096-1118)²⁰⁷, o recebeu “com uma grande procissão e grandes honras” (“eum cum summa processione honorabiliter suscepit”). Aqui o compostelano celebrou missa, certamente na catedral de Auch, e permaneceu na cidade três dias, saindo ao fim desse tempo com “grande veneração” (“cum ampliori ueneratione”). Passou por “asilos e senhorios de Santiago” (“per saluitates et honores beati Iacobi”) e chegou a Toulouse, “rodeado de honras” (“summo cum honore”), lugar onde Munio Afonso e Gaufrido se separaram do grupo, seguindo para Roma, pois naquela cidade o bispo apercebeu-se de que inimigos de Afonso VI poderiam causar-lhe problemas – esta indicação, que apenas podemos associar de novo a Diego Peláez, é o único momento desagradável da estadia da comitiva em terras “francesas”. Gelmírez provavelmente encontrou-se com o bispo de Toulouse, Isarn (1072-1105) ou Amelius Raimundo de Puy (1105-1139). A sua comitiva seguiu caminho até ao mosteiro de São Pedro de Moissac, um “porto tranquilo” (“quasi ad tranquillitatis portum”), e também neste lugar Gelmírez foi muito bem recebido (“cum officio sacre processionis digne et laudabiliter susceptus”). Continuaram com alguns membros desse mosteiro até à cidade de Cahors, cujo bispo, Géraud III de Cardaillac (1083-1112)²⁰⁸, previamente notificado da chegada do compostelano, lhe preparou uma receção digna (“hunc uenientem congrua ueneratione gaudens suscepit”). Esta cidade albergava a catedral de Saint-Etienne, onde poderá ter entrado. Depois, os monges e o

²⁰⁶ Consulte-se o capítulo 3.3 acerca da repartição do reino de Pamplona, em 1076, entre Afonso VI e Sancho Ramírez.

²⁰⁷ RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011, p. 169.

²⁰⁸ RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011, p. 169.

abade do mosteiro de São Pedro de Uzerche receberam-no “não menos honrosamente” (“non minus honorificentius susceptus est”). A comitiva visitou de seguida Limoges, onde, explica Munio Afonso, estava o corpo de São Marcial, pelo que podemos entender que teriam estado na famosa abadia dedicada ao santo, um dos centros de peregrinação mais importantes da Cristandade ocidental. E o percurso continuou com “obséquios sucessivos” (“sequentium obsequiorum”) por São Leonardo – provavelmente outra importante igreja de peregrinação da época, a de Saint-Léonard-de-Noblat²⁰⁹ –, Santa Valéria – ao que tudo indica, o mosteiro fundado em Chambon-sur-Voueiz, no século IX, para albergar as relíquias de Santa Valéria –, e *Salvimum*, onde estaria a abadia de Saint-Savin-sur-Gartempe²¹⁰.

Finalmente chegou a Cluny. Além de esta abadia ser o destino da primeira parte do percurso do bispo, é também, ou talvez por isso, o último território em solo “francês” a ser mencionado por Munio Afonso, já que o seguinte – Maurienne – se encontrava já dependente do Império, e o cronista muda de capítulo para narrar a segunda parte da viagem, feita novamente sob um clima arriscado até se chegar a Roma, devido à hostilidade entre Pascoal II e Henrique IV ou já o V²¹¹. Quiçá Munio Afonso, consciente ou inconscientemente, transplantasse para o plano da narrativa a entrada numa outra realidade política com a mudança de capítulo.

Anos mais tarde, em 1118, um sobrinho do bispo, Pedro, e outro cónego também de nome Pedro, foram enviados ao papa Gelásio II. Embora viajassem como peregrinos, para despistar os inimigos aragoneses, foram roubados por eles e o primeiro, por ser parente

²⁰⁹ O culto a este santo estava já bem difundido de um modo geral no Ocidente europeu na época da redação da *Historia Compostellana*, embora com menos incidência na Hispânia, como se pode ler em ESPAÑOL, Francesca – “Culte et iconographie de Saint Léonard en Espagne”, 2003.

²¹⁰ Como explicamos no quadro 3, seguimos a ideia de Adeline Rucquoi, que questionou se *Salvimum* poderia tratar-se de Saint-Savin (RUCQUI, Adeline – “«De grammaticorum schola»: La tradición cultural compostelana en el siglo XII”, 2005, p. 19). Se a nossa opção estiver correta, entre Limoges e Cluny, de acordo com o percurso que seguia o bispo compostelano, este apenas teria de fazer um pequeno desvio para oeste.

²¹¹ A jornada do bispo de Compostela até Cluny é narrada no capítulo I, 16, do qual retirámos os excertos apresentados no texto. No capítulo seguinte, Munio Afonso registou que “(...) ubi pre timore Teutonici imperatoris, qui tunc temporis euntibus ad dominum Papam insidias intenderat, militari habitu indutus uariis laboribus Romam profectus est.” (HC, I, 17.1). Na verdade, é um pouco dúbio se o cronista se refere a Henrique IV, que só morreu em 1106, mas que em 1105 já tinha perdido peso político para o seu filho, Henrique V, que se colocara contra o pai e se assumira como o legítimo rei, embora ainda não tivesse sido coroado imperador, mesmo quando Munio escrevia, entre 1109 e 1110 (ESTEPA DÍEZ, Carlos – *Instituciones y poderes en la Europa medieval: imperios, reinos y principados*, 2017, p. 149-150; FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 86).

de Gelmírez, foi aprisionado quando passavam por Castrojeriz, situado no caminho de Santiago. Somente o seu companheiro conseguiu passar os Pirenéus (“Alpes transiit”), tendo já Maguelone como destino, onde se encontrava o papa²¹². Como temos vindo a assinalar neste estudo, Gelmírez procurava assegurar a herança de Afonso Raimundes, colocando-se contra o matrimónio do aragonês com Urraca, e este fator contextualiza este episódio e marcará os excertos que apresentaremos de seguida.

Ainda no mesmo ano, o bispo de Ourense e o próprio cronista Geraldo preparavam-se para a complicada travessia dos Pirenéus (“transalpinare”) para visitar o papa Gelásio II e lhe entregar uma importante soma de dinheiro da parte da Igreja compostelana. Era perigoso fazê-lo, pois teriam de passar pelo reino de Aragão, o que comportava riscos para aqueles que se posicionavam contra o rei Afonso I, o *Batalhador*, e de facto a viagem foi interrompida²¹³.

Após esta falha, o próprio bispo compostelano prepara a viagem para estar presente no concílio que se celebraria em Clermont, na Auvérnia, já em 1119, convocado por Gelásio II. O cardeal-presbítero de S. Lourenço em Dâmaso e legado papal Deusdedit também viajaria ao encontro do papa e chegou a ser ameaçado no caminho pelas espias aragonesas, que sabiam que Gelmírez pretendia atravessar os Pirenéus (“transalpinare”) com muito dinheiro²¹⁴.

Geraldo acaba por conseguir efetivar a passagem dos Pirenéus numa outra tentativa, desta vez para se reunir com Calisto II, e pela mesma altura o faz também Bernardo, sacristão do mosteiro de Carrión, que foi encarregue de fazer atravessar o dinheiro necessário (“ad transalpinandum”) para negociar com o Papado. Mas o relato da travessia do cronista demonstra todas as cautelas que era imperativo ter no espaço aragonês e, após informar que passara as montanhas (“transalpinauimus”) por Port-de-Cize (nome

²¹² “Postquam nuntii, scilicet uterque Petrus, alter ecclesie nostre prior et alter cardinalis, uenerunt Castrum Soricis, licet sub specie peregrinorum iter agerent, statim Aragonenses predones in eos manus iniecerunt. Auferuntur eis centum et uiginti uncie auri, auferuntur eis equitature, uestes, argentum, monete et quecumque necessaria itineri preparauerant. Prior, quoniam potentior et famosior erat, utpote nepos episcopi sancti Iacobi, compedibus astringitur. (...) Denique cum neque sua neque aliorum intercessione, ut prior solueretur, apud regem impetrare posset, Alpes transiit et Papam Gelasium, quem Magalone applicuisse audierat, adiit suos suique complicitas casus referens.” (HC, II, 4.2). Gelásio II esteve em Maguelone na segunda metade de novembro de 1118 (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 249).

²¹³ “Bene quidam actum est, quod priores nuntii in Castro Soricis capti sunt, et multo melius et utilius uobis erit, si isti capti fuerint, qui etiam ad damnum regis Aragonensis transalpinare moluntur” (HC, II, 6.2).

²¹⁴ “Innotuit nobis episcopum sancti Iacobi uelle transalpinare et infinitam pecuniam aliam secum delaturum, <et> aliam huic cardinali ad transferendum iam comisisse (...)” (HC, II, 8.2).

medieval atribuído à passagem junto a Roncesvalles²¹⁵), Geraldo regista, num pequeno desabafo, a dificuldade que o caminho lhe proporcionou até aí (“Quantum uero corporis mei laborem quantamque animi mei anxietatem in hac Caribdis euasione passus fuerim, cum recordor [...]”), tendo chegado depois “finalmente” a *Morlanum* (“Tandem ueniens Morlanum [...]”) – Morlanne ou Morlaàs²¹⁶ –, onde nitidamente já se encontrava livre de perigo. Aqui esperou durante bastante tempo (“diutius”) pelo sacristão de Carrión, Bernardo, e por Estêvão, um monge de Cluny, que também tinham sido enviados ao papa Calisto II²¹⁷. Mas não chegaram a encontrar-se ali e Geraldo seguiu para Montpellier, onde encontrou o bispo de Maguelone, que o acompanhou a ver o papa. Este regressava da Auvérnia pelos montes que havia entre Le Puy (Le Puy-en-Velay) e Nîmes, provavelmente em finais de maio de 1119. O certo é que Geraldo esteve com o pontífice em Saint-Gilles (Saint-Gilles-du-Gard), onde Calisto II permaneceu nos dias 18 e 19 de junho daquele ano²¹⁸. A comitiva papal e Geraldo dirigiram-se depois a Toulouse, onde se celebrou um concílio em julho²¹⁹ e onde também esteve presente o abade de Cluny. Em Toulouse fizeram-se algumas aproximações ao papa para perceber até que ponto estava disposto a conceder o arcebispado de Braga a Santiago de Compostela²²⁰.

²¹⁵ SIGAL, Pierre André – “La frontière pyrénéenne d'après le *Guide du Pèlerin de Saint-Jacques*”, 1992, p. 40.

²¹⁶ Os tradutores têm dúvidas quanto à tradução da palavra latina *Morlanum* (*Historia Compostelana*, 1994, p. 317, nota 90; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 259, nota 4). Veja-se o quadro 2.

²¹⁷ HC, II, 10.

²¹⁸ Para a itinerância da corte de Calisto II nesse momento veja-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 260-261 e STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 69-74. O texto neste ponto é um pouco dúbio e a sua interpretação é dificultada pelas traduções que se fizeram, bem como pelas indicações de alguns investigadores. No original lê-se “Cum predicti monachi more nimis indulgent, arrepto itinere, Calixtum Papam cum episcopo Magalonensi, quem apud Montem Pesulanum inueni, adeo. Ille quidem ab Aluernia, ubi cum Vilielmoduce Equitanie colloquium habuerat, per montana, que sunt inter Podium et Nemausum, remeabat. (...) P. Anaiade, A. Didacide, qui Ierosolimim redeuntes apud sanctum Egidium in curia domini Pape me inuenerant, enarraui.” (HC, II, 10). O pronome “ille” respeitará ao papa Calisto, que se teria encontrado com o duque da Aquitânia na Auvérnia (onde efetivamente esteve), tendo-se depois dirigido para sul através dos montes entre Le Puy e Nîmes, possivelmente os montes Cévennes (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 260, nota 1; STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 72). Ambos os tradutores dão a entender que quem regressava da Auvérnia era o bispo de Maguelone e que Geraldo passou também por aqueles montes na companhia do papa, tal como entendeu Mary Stroll (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 243-244).

²¹⁹ O concílio teve início a 8 de julho e nele foram tomadas algumas disposições relacionadas com a reforma eclesíastica (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 72-74).

²²⁰ “Celebrato denique Tolose concilio nobisque cum abbate Cluniacensi et cum episcopo Lascurrensi insistentibus, tu, quidnam animi dominus Papa circa petitionis nostre intentionem haberet (...)” (HC, II, 11.1).

Apesar de não se acrescentarem mais detalhes à sua estadia em Montpellier, encontramos num outro capítulo a narração do envio da “benção” da parte de Gelmírez a Calisto II, isto é, o pagamento pela concessão do privilégio da trasladação da dignidade metropolitana de Mérida para Santiago de Compostela e da legacia sobre as províncias de Braga e de Mérida. O já arcebispo compostelano aproveitou a ida de cruzados galegos para Jerusalém para fazer passar o dinheiro em segurança pelo reino de Aragão, pois não seria provável que os aragoneses desconfiassem de cruzados, que, além disso, viajavam armados. A troca do dinheiro deu-se em Montpellier, onde os cruzados galegos o entregaram a monges cluniacenses, que o transportaram depois a Cluny²²¹. Se este lugar foi o escolhido para entregar o dinheiro a um grupo de monges, que depois tranquilamente o fariam chegar ao destino, seria certamente pela segurança que proporcionava a uma transação desta natureza.

Na derradeira viagem que se fez para alcançar o arcebispado, realizada pelo bispo Hugo do Porto, entre 1119 e 1120, com Cluny como destino final²²², o prelado portugalense disfarçou-se do melhor modo possível, vestido como um pobre e simulando estar doente para poder viajar em segurança (“*pannosis atque uillissimis indumentis indutus*”; “*nunc cecus, nunc claudus, nunc facie quasi paralisi detorsa*”). De facto, A. Pérez, que o acompanhava, foi preso em Burgos, mas Hugo tinha-se-lhe adiantado no caminho, apesar das emboscadas que lhe foram preparadas (“*latenter prepararentur insidie*”)²²³. Parou em Logronho, onde se escondeu entre os peregrinos que estavam na cidade (“*inter alios latitans peregrinos*”) e foi alertado por um seu conhecido acerca das intenções nefastas do rei de Aragão (“*Noster enim rex Aragonensis interdixit omnibus ecclesie beati Iacobi clericis transitum per regnum suum*”), a que Hugo respondeu que o aragonês temia um exército de francos, como se viu anteriormente²²⁴. O bispo continuou a viagem, passando pelo reino de Aragão “como por meio de Caribdis” (“*per medium Caribdis*”), e chegou a *Morlanum* “como quem escapa de um naufrágio” (“*sicut qui*

²²¹ “Pape, subtilissimi atque perspicacissimi ingenii dispositio! Sic per Aragonensis tyranni regnum indempnes transierunt et usque ad Montem Pessulanum predictam pecuniam detulerunt. Quam ibidem monachi Cluniacenses accipientes, sicut stabilitum fuerat, Cluniacum asportarunt.” (*HC*, II, 16.1).

²²² MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco – “As viagens de um bispo do século XII: D. Hugo do Porto (1112/1114-1136)”, texto submetido e em avaliação para o volume *Do burgo do bispo à cidade dos mercadores*.

²²³ *HC*, II, 13.1.

²²⁴ *HC*, II, 13.2.

nafragium euadit”). Ali repousou dois dias, embora os aragoneses fossem no seu encalço (“Aragonenses persecutores (...) requirebant eum, ut caperent”)²²⁵. Ainda assim, é sugestivo que Geraldo tenha descrito o alívio de Hugo quando chegou a esse lugar, sobretudo porque ele próprio também tinha por lá passado uns meses antes – foi o primeiro sítio mencionado depois do cruzamento dos Pirenéus e aí esperou algum tempo pelos seus companheiros. Supomos, por isso, que Hugo tenha passado por Port-de-Cize antes de chegar a *Morlanum*, tal como fez Geraldo. Note-se, aliás, a relação entre Caribdis, o monstro marinho que representa Aragão, e a referência ao naufrágio. Quando o bispo portugalense chegou a Cluny, encontrou Calisto II²²⁶.

Gelmírez enviou ainda dois cónegos compostelanos (Pedro Fulcón e A. Pérez) para que acompanhassem Hugo nas conversações com o papa, pois não lhe parecia adequado que o bispo do Porto tivesse passado sozinho o maciço montanhoso (“solum transalpinasse”). Esses clérigos atravessaram o reino de Aragão vestidos de peregrinos, para evitarem ser capturados, como tinha acontecido anteriormente com o mesmo A. Pérez. Os dois encontraram Hugo na cúria papal²²⁷.

No regresso de Hugo da abadia borgonhesa, Geraldo inicia o relato já em Oloron (Oloron-Sainte-Marie), onde o bispo do Porto, que ia acompanhado pelo cardeal romano Boso, se deteve algum tempo doente (“(...) ad Olorensem ciuitatem reuersus est, ubi correctus febribus aliquandiu morabatur”)²²⁸. Para estar nesta cidade, que se encontrava num dos caminhos de peregrinação que procediam de Arles, Montpellier e Toulouse, é possível que tivesse passado por alguma destas cidades também. A entrada mais comum nos Pirenéus após Oloron, seguindo a *via tolosana*, era por Somport e, de seguida, Jaca, até o caminho confluir com um outro trajeto em Puente la Reina. Embora José Campelo

²²⁵ HC, II, 13.3.

²²⁶ Hugo viajou para Cluny no inverno, entre 1119 e 1120. Chegou à cúria de Calisto II entre 31 de dezembro de 1119 e 7 de janeiro do ano seguinte, período em que o papa esteve em Cluny (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 266, nota 3).

²²⁷ “Interea predictus ecclesie beati Iacobi episcopus P. Fulconidem et A. Petridem eiusdem ecclesie canonicos misit ad Calixtum Papam, ut una cum Portugalensi episcopo ecclesie sue tractarent negocia. Molesté namque ferebat Portugalensem episcopum quasi solum transalpinasse. Predictus A., qui olim Burgis captus fuerat, a captione iam euaserat. Qui duo sub specie latentes peregrinorum per Aragonensis regis regnum nimia hyemis ingruente intemperie transeuntes ad curiam Pape usque perueniunt et inueniunt Portugalensem episcopum letum et hilarem et uoti sui fere iam compotem.” (HC, II, 16.1).

²²⁸ HC, II, 20.1.

tenha considerado que tentava entrar por Roncesvalles²²⁹, o texto indica que havia aragoneses preparados para anunciar a chegada do bispo a Jaca²³⁰.

Apesar de Hugo ter regressado “à Hispânia pelos Pirenéus” (“per Alpes ad Hispaniam”) depois de Oloron, recuou até Auch e depois seguiu para Baiona para evitar locais críticos do reino de Aragão, percebendo que o perigo estava iminente (“Sapienter itaque usus consilio Portugalensis episcopus confestim iter suum reciprocatur rediens ad ciuitatem Auxum et ab Auxo ad Labordensem ciuitatem”). Entrou novamente pelos Pirenéus, mas desta vez direcionando o seu caminho por Guipúscoa, Navarra, Biscaia e Astúrias, “junto ao mar que rompe contra as últimas rochas da Hispânia” (“preter mare, quod extremis Hispanie rupibus alliditur”)²³¹. O facto de Auch se encontrar desviada do caminho para Baiona, desde Oloron, levou José Campelo a pensar que Hugo ainda não tinha planeado bem esta viagem de regresso²³². Provavelmente o bispo refletia sobre a melhor maneira de atravessar os Pirenéus sem ser capturado pelos que eram leais ao *Batalhador*, e seguindo a *via tolosana* saiu de Oloron para Auch, onde Gelmírez também estanciara quando ia para Cluny, em 1105. Talvez Hugo, efetivamente sem ainda ter um plano concreto, tivesse escolhido um lugar que era habitual para os compostelanos repousarem. A decisão que tomou foi sair das rotas habituais de peregrinação ao dirigir-se para Baiona e atravessar os Pirenéus pela região mais ocidental, ou seja, por Navarra e pelas áreas bascas, que embora ocupadas por Aragão, nitidamente não apresentavam um perigo tão palpável, caso contrário o bispo não teria feito tal desvio²³³. Do mesmo modo, Gelmírez foi bem recebido na região basca, depois de um trajeto peninsular complicado. Hugo só voltou a encarregar na “publica uia” (o caminho de peregrinação para Santiago de Compostela) quando chegou a Carrión²³⁴.

²²⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 278, nota 3.

²³⁰ “Quippe cum eo ibant exploratores ob hoc a rege Aragonensi et ab episcopo Yaccensi missi, qui illius aduentum uel lacce uel Stelle uel alias prenuntiarent, ut caperetur.” (*HC*, II, 20.1).

²³¹ “Denique sanitati restitutus cum per Alpes ad Hispaniam reditum faceret, presensit pluribus in locis preparatam esse sibi pedicam (...) Alpes ingreditur; inde per Ispuciam et per Nauarram et per Bisciam et per Asturiam preter mare, quod extremis Hispanie rupibus alliditur, nunc eques nunc pedes preterit.” (*HC*, II, 20.1).

²³² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 279, nota 3.

²³³ Segundo o autor do *Guia do Peregrino*, o quinto livro do *Liber Sancti Iacobi*, contemporâneo da *HC*, Baiona já faz parte da região basca (*Liber Sancti Iacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 516).

²³⁴ “(...) Carrionem usque peruenit. Sicque publice uie redditus producit Dei gratia incolumis Compostellam usque remeavit (...).” (*HC*, II, 20.1).

Neste último excerto, há considerações que não serão mais do que meras reflexões acerca da geografia – a Hispânia, enquanto Península Ibérica, começava (ou terminava) nos Pirenéus, onde se encontram as “últimas rochas da Hispânia”.

Todavia, outras indicações desse episódio, assim como das restantes passagens redigidas por Geraldo e do capítulo da autoria de Munio Afonso, revelam os Pirenéus como mais do que uma pura divisão entre regiões de cariz geográfico ou como uma mera zona de passagem durante uma jornada. O que nos permite retirar tal conclusão é o contexto político que se vivia na Hispânia em 1105 e em 1118-1120, caracterizado por uma oposição entre o reino leonês e o aragonês: no primeiro caso, só encontramos como explicação a inimizade de Diego Peláez relativamente a Afonso VI e a Diego Gelmírez; no segundo, o conflito peninsular do reinado de Urraca, quase omnipresente nas reflexões que temos vindo a elaborar, que perturbava a circulação, pelo reino de Aragão, dos cónegos compostelanos ou simpatizantes com os interesses políticos e eclesiásticos de Gelmírez. Além disso, depois da rebelião de 1116-1117, alguns compostelanos, tanto cónegos como laicos, foram desterrados, de acordo com a *HC*, para Castela e a Terra de Campos, onde tinham contacto com as espias aragonesas que serviam Afonso I²³⁵.

Nestes trajetos, o modo como se viajava é muito relevante: Gelmírez era acompanhado por soldados, enquanto outros clérigos se disfarçavam de peregrinos, como Hugo, que inclusivamente fingiu ser doente e pobre. Em todos os casos em que se consegue passar os Pirenéus para norte (pois há algumas desistências), a narrativa deixa transparecer uma sensação de alívio, havendo vários lugares imediatamente posteriores aos Pirenéus que se repetem em diferentes viagens, nos quais os viajantes se detinham durante mais tempo, como Auch, Montpellier e *Morlanum*. Diríamos mesmo que um dos momentos principais destes trajetos, a par do próprio destino, era a travessia das montanhas, especialmente quando em questão estava o envio de somas avultadas de dinheiro que deveriam chegar inteiras ao sumo pontífice e que tinham de passar por um reino de Aragão hostil. Os perigos que os clérigos corriam ao entrarem em solo aragonês são constantemente colocados em evidência por Geraldo e são levemente sugeridos por Munio Afonso. Em duas ocasiões – implicitamente com Gelmírez e expressamente com

²³⁵ “Verebatur enim episcopus et canonici, ne illi tam canonici quam ciues, qui erant exules a Compostellana urbe propter supradictam seditionem et in partibus Campanie atque Castelle morabantur, talia prescirent et ut ecclesie beati Iacobi eiusque episcopo obsessent atque iter legatorum impedirent, predonibus regis Aragonensis rem, prout gerebatur, patefacerent.” (*HC*, II, 4.2).

Hugo – há desvios intencionais dos caminhos de peregrinação usuais que passavam pelo coração do poder aragonês. Apesar de em certas ocasiões alguns aragoneses atravessarem as montanhas em perseguição das personagens da crónica, o que se retém destes capítulos é a segurança que estes clérigos sentiam além-Pirenéus, que indica a existência de diferenças políticas substanciais entre um lado e o outro do maciço montanhoso, embora o espaço que se encontrava para lá do reino de Aragão não seja evocado e não se fale sequer de reinos ou principados. Estes episódios contêm, portanto, os primeiros indícios de uma fronteira política²³⁶.

Não já a propósito de fronteiras, mas ainda acerca da imagem que se tinha dos lugares do reino de França, no primeiro capítulo que Geraldo dedica ao relato do levantamento dos cidadãos compostelanos de 1116-1117, o redator sublinha a ameaça que pairava sobre o bispo e todos os que estavam com ele, incluindo o próprio cronista, pelo que registou que nesse momento “preferia estar em Beauvais”²³⁷, expressão que foi sempre associada ao seu lugar de origem pelos investigadores que estudaram a autoria da *HC*. Aqui importa-nos estabelecer um paralelo entre as observações anteriores e esta expressão de Geraldo, escrita quando passava por um momento muito turbulento em Santiago de Compostela, o que o levou a pensar num lugar em que estaria seguro – um lugar francês.

Nos episódios redigidos pelo cronista Pedro Marcio há novas formas de referir os Pirenéus, embora todas relacionadas com os projetos artísticos de Gelmírez para a construção e decoração da catedral compostelana. No primeiro capítulo, o redator incluiu a notícia de que o arcebispo, em 1125, contratara um mestre estrangeiro ou de além-Pirenéus (“magistrum Ultraportuensem”) para construir dois sinos grandes e dois pequenos, já que a igreja carecia destes ornamentos depois da revolta de 1116-1117, que os destruíra²³⁸. O mesmo cronista (re)criou um discurso que Gelmírez teria proferido

²³⁶ Estes sinais não são evidentes no *Guia do Peregrino*, estudado por Pierre Sigal. Segundo este autor, os Pirenéus são uma fronteira geográfica entre a França e a Espanha, mas não existe na obra “une coupure radicale sur le plain politique” (SIGAL, Pierre André – “La frontière pyrénéenne d’après le *Guide du Pèlerin de Saint-Jacques*”, 1992, p. 43).

²³⁷ “dicitur de crastino in crastinum se ire expugnatum et perditum eum et omnes qui cum eo erant. Siquidem ut uerum fatear, ego, quia cum eo eram, timui et malle esse Beluaci, eo tamen non absente” (*HC*, I, 109.4).

²³⁸ “Suam igitur ecclesiam bonis et competentibus signis indigere aspiciens, quemdam magistrum Ultraportuensem significare artis peritum taliata ei solidata retinuit, et duo maiora signa, duo uero minora ad decus et utilitatem sue ecclesie fieri precepit.” (*HC*, II, 77). Emma Falque traduziu a expressão “magistrum Ultraportuensem” como “mestre estrangeiro”, enquanto Manuel Suárez e José Campelo traduziram como “ultramontano”, embora em nota haja a indicação de que era sinónimo de alguém estrangeiro ou de além-Pirenéus (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 382, nota 2).

numa assembleia de cónegos em 1124, quando se projetaram o claustro e as dependências da catedral²³⁹. O prelado terá começado por declarar que a igreja gozava de grande fama em ambos os lados dos Pirenéus (“ultra portus et citra portus”), mas que não conseguia acompanhar as bonitas igrejas de além-Pirenéus (“sedes ultra portus”) no que respeitava a certos elementos arquitetónicos ou decorativos, que ele próprio e alguns cónegos tiveram oportunidade de admirar quando viajaram ao estrangeiro (“peregre”). O arcebispo referia-se, em concreto, à ausência de um claustro e de dependências no edifício, com os quais era urgente ornamentar a igreja compostelana, de modo a que não suscitasse as más línguas nem da parte dos vizinhos nem da parte dos estrangeiros (“neque a vicinis neque ab extraneis”). Esta questão era particularmente relevante quando Santiago de Compostela contava já com uma afluência muito significativa de peregrinos, que conheceriam aqueles elementos presentes noutros santuários ao longo dos caminhos de peregrinação que conduziam a Santiago²⁴⁰.

Os termos encontrados neste primeiro capítulo do Livro III remetem, em primeiro lugar, para igrejas que não pertenciam à Hispânia, pois encontravam-se do outro lado das montanhas, espaço que era “estrangeiro”. Os diferentes territórios políticos cristãos dentro da Hispânia pertenciam, no imaginário de quem escrevia em Compostela, a uma mesma cultura hispânica. Esta ideia também está patente, de certo modo, na demarcação que Geraldo faz entre os soldados que são hispanos e aqueles que são *transpirenorum*.

O arcebispo compostelano referia, neste discurso de 1124, viagens realizadas para o engrandecimento da sua Igreja, algumas das quais já analisámos. A relação dessas viagens com a arte da catedral compostelana é um tema que levou à produção de uma abundante

²³⁹ Sobre a discussão em torno da data da projeção do claustro consulte-se *Historia Compostelana*, 1994, p. 493-494, nota 4.

²⁴⁰ “(...) Illa tamen ecclesia nullum adhuc claustrum, nullam competentem officinam habebat nec erat edifiitiis ornata aut decorata sicut Vltraportuenses ecclesie, que minoris honoris sunt et pauciores redditus habent (...). «Fratres, nostra ecclesia non nostris, sed Dei gratia et nostri patroni beatissimi apostoli Iacobi meritis maximi et celeberrimi nominis est et ultra portus et citra portus pro ditissima et nobilissima reputatur. Nullum tamen claustrum, nullam bonam officinam adhuc habet; quelibet sedes ultra p ortus pulciora et ualentiora hedificia habet quam nostra, sicuti ego ante episcopatum et post commodis nostre ecclesie exigentibus peregre profectus in multis et diuersis locis propriis oculis uidi et uos, qui peregre profecti estis, quod ego dico uerissimum esse, eque ut ego nostis. Et certe tam sanctum locum, tam diuitem et tam famosum carere hedificiis et mihi et uobis maximum dedecus est. Quapropter uestre fraternitatis dilectionem obnixius imploro, ut citius consilium unanimiter ineamus, quomodo claustra et officinas conuenientes ad Dei et nostre ecclesie honorem edificemus, quatinus misericordiam apud Deum bene operando citius consequamur, et ut neque a uicinis neque ab extraneis iusto ore uituperemur (...).” (HC, III, 1).

literatura por historiadores de arte e arqueólogos. Estes estudiosos colocaram em evidência o período áureo da produção artística em Santiago de Compostela, identificado como a época da “arte gelmiriana” e iniciado logo após a eleição de Gelmírez como bispo, sendo muito devedor das viagens que o prelado e os seus legados realizaram, o que elevou Compostela ao lugar de promotora do românico no Ocidente europeu, sobretudo na primeira metade do século XII. Há, contudo, divergências na abordagem dos intercâmbios artísticos que se desenvolveram neste período²⁴¹. Existem investigadores que privilegiam a influência da arte “francesa” que se fez sentir na “espanhola” e outros que consideram o contrário; alguns destacam um género de arte específico dentro do alargado estilo românico, desenvolvido ao longo dos caminhos de peregrinação que conduziam a Compostela, visível nas chamadas “igrejas de peregrinação” – Saint-Martin de Tours (hoje desaparecida), Sainte-Foy de Conques, Saint-Sernin de Toulouse, Saint-Martial de Limoges e a própria catedral de Santiago de Compostela. Estas caracterizam-se, desde logo, pela grande dimensão, por uma larga nave central, um amplo transepto e um espaçoso deambulatório em redor da capela maior, capaz de albergar muitos peregrinos. Esta teoria, porém, tem sido posta em causa nos últimos anos por autores que privilegiam as características específicas do românico, tal como a ideia de uma importação pura da arte praticada em “França” para as igrejas hispânicas não tem tido grandes apoios nas investigações mais recentes²⁴². Ainda dentro do espaço “francês”, certos estudiosos veem

²⁴¹ Face aos inúmeros estudos que existem sobre este tema e em virtude das várias teorias que se desenvolveram acerca dos intercâmbios artísticos, citamos apenas alguns trabalhos mais relevantes, os quais, além de apresentarem os avanços mais recentes da investigação, contêm também alguns estados da arte elucidativos sobre esta temática: DURLIAT, Marcel – *La sculpture romane de la Route de Saint-Jacques: de Conques à Compostelle*, 1990; *Idem* – “Les chemins de Saint-Jacques et l'art: l'architecture et la sculpture”, 1985, p. 155-164; MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – “El arte del camino de Santiago”, 1991; YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – “Diego Gelmírez y los inicios del Románico en Galicia”, 2013; WILLIAMS, John – “¿Arquitectura del Camino de Santiago?”, 2008; PRACHE, Anne – “Les sources françaises de l'architecture de Saint-Jacques-de-Compostelle”, 2003, p. 263-275. Referimos também a obra monumental dirigida por Manuel Castiñeiras a propósito de uma exposição itinerante realizada em 2010, que inclui trabalhos de diversos autores que incidem na arte da catedral de Santiago de Compostela e nas suas ligações com a arte francesa e a italiana, muitos dos quais serviram de apoio às reflexões que se expõem neste estudo (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*, 2010). Sublinhe-se igualmente o próprio trabalho de Manuel Castiñeiras dedicado às influências artísticas verificadas entre a catedral compostelana e outras igrejas contemporâneas, não só francesas ou italianas, mas também de Jerusalém (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010; *Idem* – “Jaca, Toulouse, Conques y Roma: las huellas de los viajes de Diego Gelmírez en el arte románico compostelano”, 2013).

²⁴² Por exemplo, Anne Prache contesta a ideia da existência de uma escola artística das “grandes igrejas de peregrinação”, preferindo a expressão “grupo de Santiago” (PRACHE, Anne – “Les sources françaises de l'architecture de Saint-Jacques-de-Compostelle”, 2003, p. 263-275).

os santuários do sul de França como líderes da arte deste período, enquanto outros creem que Cluny teve um papel primordial neste contexto²⁴³. Existem ainda trabalhos que chamam a atenção para o lugar que a Itália ocupa no desenvolvimento do românico, designadamente a partir da reforma dita “gregoriana” impulsionada por Roma, que se fez sentir igualmente no plano artístico, mesmo que estas ideias viessem a ser objeto de críticas²⁴⁴.

Perante esta diversidade de ideias que ressaltam da historiografia, pode pelo menos afirmar-se, seguindo preferentemente a posição de estudiosos como Marcel Durliat e Manuel Castiñeiras, que existe uma “linguagem artística similar” (de acordo com as palavras do segundo) num conjunto de igrejas que se encontravam dispersas geograficamente, e que a influência entre elas foi mútua, para a qual contribuíram os caminhos de peregrinação e a deslocação de artistas ao longo dessas vias²⁴⁵.

Cingindo-nos às notícias da crónica compostelana, ficamos a conhecer em pormenor alguns lugares e santuários pelos quais tanto o prelado como outros clérigos compostelanos passaram. Sabemos que Geraldo estivera em Saint-Gilles, um importante ponto de passagem num dos caminhos que conduziam a Santiago, onde havia um importante santuário. Hugo estivera em Cluny e aqui certamente observara as obras que

²⁴³ QUINTAVALLE, Arturo Carlo – “Reforma Gregoriana y orígenes del Románico”, 2010, p. 204-205. Sobre o papel de Cluny na arte e as suas relações com Compostela leia-se também GABRIEL Y GALÁN, José Luis Senra – “El arte del Camino de Santiago y Cluny”, 2010, p. 250-259.

²⁴⁴ QUINTAVALLE, Arturo Carlo – “Reforma Gregoriana y orígenes del Románico”, 2010, p. 204-231. Este autor dedica este texto ao românico italiano, constatando que a Itália foi tendencialmente posta de parte pela historiografia ocidental que se dedica ao estudo deste estilo de arte. Sublinha a interferência da Reforma “gregoriana” em muitas basílicas italianas, dentro do contexto mais alargado do enfrentamento da Igreja com o Império na segunda metade do século XI. O denominador comum das igrejas românicas do Ocidente seria o “diálogo com a Antiguidade”, sugerido pela Igreja de Roma. No entanto, a existência de uma “Reforma Gregoriana”, tal como a historiografia tradicional a entendeu, tem sido revista em trabalhos mais recentes. Consultem-se os seguintes estudos acerca do uso do conceito de “arte gregoriana” ou “reformada”: ALTET, X. Barral i – “Arte medievale e Riforma gregoriana. Riflessioni su un problema storiografico”, 2010 e CHEVALIER, Pascale; RAUWEL, Alain – “Architecture, liturgie et idéologie de la réforme en France méridionale”, 2013.

²⁴⁵ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “*Didacus Gelmirus*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 54; DURLIAT, Marcel – *La sculpture romane de la Route de Saint-Jacques: de Conques à Compostelle*, 1990, p. 211. Além das similitudes artísticas entre diferentes igrejas salientadas pela historiografia, devem referir-se as capelas da catedral compostelana dedicadas a alguns santos que evocavam os santuários franceses e italianos, como Sainte-Foy de Conques ou São Pedro de Roma, que os peregrinos poderiam venerar pelos vários caminhos e que constituem uma prova adicional das influências que as viagens de clérigos de Santiago de Compostela e os percursos de peregrinação operavam na construção de edifícios religiosos (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Topographie sacrée, liturgie pascale et reliques dans les grands centres de pèlerinage...”, 2003, p. 28-36).

decorriam no edifício Cluny III e ainda parte da igreja Cluny II²⁴⁶. Outros legados compostelanos foram a Roma, como o cardeal Pedro Fulcón, o arcediogo Pedro Elías e o cónego Afonso Pérez, que em 1124 procuravam obter do papa Calisto II o privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela²⁴⁷. Na mesma altura, outros cónegos também se encontravam em Itália – Pedro Astruáriz e Paio Yáñez, que visitavam a Apúlia e a Sicília, para angariar fundos dos fiéis para as obras da catedral, e no seu regresso passaram por Pavia, a uns 35 km de Milão²⁴⁸. À Terra Santa dirigiram-se compostelanos como Pedro Anáyaz e Pedro Díaz (ou A. Díaz), que em 1119 regressavam de Jerusalém, onde provavelmente contactaram com basílicas paleocristãs²⁴⁹.

No que toca ao próprio arcebispo, estão documentadas duas deslocações para fora da Península Ibérica que tiveram Roma como destino, a primeira em 1100, altura em que foi investido como subdiácono, e a segunda em 1105, cujo percurso conhecemos através das palavras da HC²⁵⁰. Estas viagens foram o mote, aliás, para a exposição itinerante realizada em 2010 em Paris, no Vaticano e em Santiago de Compostela, e para a edição do respetivo catálogo, uma monografia dirigida por Manuel Castiñeiras com um conjunto de estudos que destacaram a relevância destes trajetos para o desenvolvimento das obras na catedral compostelana, ao permitirem reter certas ideias e técnicas que se aperfeiçoavam em edifícios religiosos estrangeiros²⁵¹.

Durante a sua segunda jornada, depois de sair de Cluny, o bispo passou por Maurienne e pela cidade de Susa, antes de chegar a Roma, onde recebeu o pálio na igreja de São

²⁴⁶ GABRIEL Y GALÁN, José Luis Senra – “El arte del Camino de Santiago y Cluny”, 2010.

²⁴⁷ Acerca deste assunto leia-se todo o capítulo II, 64.

²⁴⁸ HC, II, 64.6.

²⁴⁹ HC, II, 10. Sobre a confusão na identificação de um dos clérigos leia-se *Historia Compostelana*, 1994, p. 318, nota 97.

²⁵⁰ Não sabemos o caminho que seguiu em 1100, embora alguns autores avancem hipóteses: Manuel Castiñeiras crê que Gelmírez seguiu por terra a *via tolosana*, enquanto Adeline Rucquoi acredita numa rota marítima desde Barcelona até Itália, pois terá evitado Marselha, que estava na posse do cardeal Ricardo, um rival (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “El porqué de una exposición itinerante. Diego Gelmírez, genio y espíritu viajero del Románico”, 2010, p. 21; RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011, p. 168). Consulte-se ainda a hipotética descrição dessa viagem, tanto em texto como em registo cartográfico, em CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Jaca, Toulouse, Conques y Roma: las huellas de los viajes de Diego Gelmírez en el arte románico compostelano”, 2013, p. 253, 259-269.

²⁵¹ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*, 2010. Anos antes, uma outra exposição colocou também a tónica nos intercâmbios culturais relacionados com a peregrinação e resultou num catálogo dirigido por Serafín Moralejo (*Santiago, Camiño de Europa. Culto y Cultura en la Peregrinación a Compostela...*, 1993).

Lourenço²⁵², pelo que a passagem pelo território italiano não beneficia de grandes detalhes. Centrando-nos por isso em “França”, Gelmírez esteve em Toulouse, onde é provável que tenha visitado a basílica de Saint-Sernin. Nessa visita o bispo só poderá ter visto uma parte da igreja, designadamente a abside, o transepto e uma boa parte da Porte Miègeville. Ainda nessa cidade, na catedral de Saint-Étienne, o claustro tinha começado a ser construído em 1100²⁵³. Visitou depois a abadia de São Pedro de Moissac, que nesse momento estava em construção, mas contava já com um claustro, finalizado em 1100, que Serafín Moralejo considerou como uma boa hipótese para as inspirações de Diego Gelmírez, nomeadamente pela iconografia que privilegiava os apóstolos²⁵⁴. De seguida passou por Cahors e pelo mosteiro de São Pedro de Uzerche, consagrado em 1085, e pela cidade de Limoges, onde terá parado na abadia de Saint-Martial, hoje desaparecida. Seguiu para Saint-Léonard-de-Noblat, Santa Valéria – talvez visitando o mosteiro fundado em Chambon-sur-Voueiz – e para *Salvimum*, provavelmente a abadia de Saint-Savin-sur-Gartempe. Finalmente chegou a Cluny, num momento em que decorriam as obras do edifício Cluny III. Apesar de o seu novo claustro começar a ser construído por volta de 1120, os planos para a sua concretização poderiam ser muito anteriores. Além disso, muitos trabalhadores das obras da terceira igreja, na década de 30, vieram trabalhar para a Península Ibérica, nomeadamente para o noroeste. E não podemos esquecer o impacto que teve a segunda igreja da abadia, que o bispo certamente presenciou em parte. Cluny teve um grande peso na escultura devido ao ênfase litúrgico que promovia²⁵⁵.

²⁵² O relato desta viagem encontra-se nos capítulos I, 16 e I, 17. A igreja é difícil de localizar; veja-se o quadro 3.

²⁵³ RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011, p. 169.

²⁵⁴ MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – “El patronazgo artístico del arzobispo Gelmírez (1100-1140): su reflejo en la obra e imagen de Santiago”, 1987, p. 261 e 272; CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Topographie sacrée, liturgie pascalle et reliques dans les grands centres de pèlerinage...”, 2003, p. 47; HOFMAN, Jean-Marc; CHATAIN, Annaig – “El viaje de Diego Gelmírez a través de las colecciones del musée des Monuments français, París”, 2010, p. 285-287. Os claustros funcionavam como construções inerentes à vida em comum do clero, que a Reforma “gregoriana” pretendia regularizar, e eram projetados de acordo com a codificação beneditina. Neste contexto, Cluny teria um importante papel, nomeadamente através do envio de monges que iam para as catedrais reformar o clero (QUINTAVALLE, Arturo Carlo – “Reforma Gregoriana y orígenes del Románico”, 2010, p. 207-298; GABRIEL Y GALÁN, José Luis Senra – “El arte del Camino de santiago y cluny”, 2010, p. 256). Por sua vez, os escultores que trabalharam no claustro de Moissac poderiam ter vindo das obras da basílica de Toulouse (HOFMAN, Jean-Marc; CHATAIN, Annaig – “El viaje de Diego Gelmírez a través de las colecciones del musée des Monuments français, París”, 2010, p. 286).

²⁵⁵ GABRIEL Y GALÁN, José Luis Senra – “El arte del Camino de santiago y Cluny”, 2010, p. 252-259; HENRIET, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne», 2003, p. 418-421.

O discurso de Gelmírez apresentado na *HC*, mesmo que seja uma criação de Pedro Marcio, sugere a existência de uma permuta de ideias no plano artístico entre Compostela e igrejas de “ultra portus”, conhecidas do meio compostelano e que remetem para a área que se estende depois dos Pirenéus. Com efeito, o que retemos de diversas notícias da crónica são as referências a diversos lugares e santuários do sul do reino de França na descrição de algumas viagens, que não se podem comparar, em quantidade e em qualidade, à atenção que se confere à Itália ou mesmo à Terra Santa. Simultaneamente, podemos encarar as igrejas de “citra portus” como pertencendo a uma mesma identidade cultural hispânica, onde Gelmírez não encontrava o estilo artístico que pretendia²⁵⁶.

Ao longo destas reflexões, os Pirenéus que emergem da *Historia Compostellana* são um território de fronteira em diferentes sentidos: sem dúvida constituem um limite geográfico da *Hispania*, o que se depreende de investidas islâmicas que não se prolongavam para lá das montanhas, assim como do momento em que Hugo entra pelos Pirenéus, pela zona marítima, junto às “últimas rochas da Hispânia”. As montanhas são também uma fronteira cultural entre a Península cristã e um espaço além-Pirenéus, cujas igrejas e soldados eram “estrangeiros” em relação ao ambiente hispânico. Esta fronteira era, porém, suficientemente diluída no que às influências artísticas dizia respeito. Por último, os riscos que diversos viajantes contrários às posições políticas do rei de Aragão sentiam ao passar pelo seu reino eram quase imediatamente superados assim que conseguiam passar os Pirenéus. O espaço em que entravam proporcionava-lhes uma segurança que não tinham deste lado do maciço montanhoso, pelo que os Pirenéus, enquanto zona de fronteira, ganham igualmente nesta obra uma dimensão política.

2.1.4. Os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela

Um dos aspetos mais visíveis que retirámos das anteriores observações são os muitos lugares “franceses” mencionados nas rotas descritas na crónica compostelana que também constam no *Guia do peregrino*. Este é o nome com que habitualmente se designa

²⁵⁶ Também encontramos esta oposição cultural na épica do século XII, concretamente na que se reporta ao mito de Roncesvalles, o qual, ao recuperar o passado do Império Carolíngio, estabelece um antagonismo entre os valores da cultura europeia ou carolíngios e os de culturas locais, como os bascos. Esta oposição acabou por se converter numa antítese entre a cultura cristã e a islâmica, mas permaneceu a ideia de que “en el mundo de la épica europea del siglo XII, los Pirineos eran un territorio de frontera” (RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique – *Entre historias de la Edad Media*, 2011, p. 44-47).

o quinto livro do *Liber Sancti Iacobi*, contemporâneo da *Historia Compostellana* e à partida composto também em meio compostelano, sob a supervisão de Gelmírez. O V Livro foi provavelmente redigido, inteiramente ou em parte, por Aymeric Picaud, clérigo oriundo da região do Poitou, por volta de 1137. Juntamente com a obra que estudamos, constitui um valioso testemunho das relações que se estabeleciam entre a “França” e a Hispânia neste período²⁵⁷. Embora o objetivo desta investigação não seja o de estabelecer comparações exaustivas entre a *HC* e outras obras literárias coetâneas, impõe-se a necessidade de tecer breves comentários sobre algumas informações semelhantes dos dois textos.

O *Guia* descreve os trajetos que os peregrinos a caminho de Santiago de Compostela poderiam seguir e os santuários que, ao longo desses caminhos, poderiam visitar, o que levou os investigadores a concluir que tais percursos estavam já instituídos no século XII. São descritas quatro rotas principais que atravessam o espaço “francês” e que, já na Hispânia, se reúnem numa só, em Puente la Reina. Observando o conteúdo desse livro e as descrições da *HC* que analisámos, percebemos que os viajantes da crónica compostelana seguiram uma das vias ao passarem por Saint-Léonard-de-Noblat, na região do Limousin, por onde também se chegaria a Saint-Martial de Limoges; outra levou-os a Moissac e provavelmente também a Cahors; atravessaram uma terceira na passagem por Saint-Gilles, Montpellier e Toulouse, que ligaria igualmente Oloron e Auch; em Port-de-Cize, a habitual passagem dos Pirenéus por Roncesvalles, que também surge na *HC*, culminavam três dos caminhos que atravessavam a França.

Estes clérigos seguiam esses trajetos na direção oposta, que também levava a outros centros de peregrinação, como Roma e Jerusalém, mas o seu principal objetivo era levar a cabo alguns negócios da Igreja compostelana, embora a passagem por alguns daqueles

²⁵⁷ Uma recente edição latina do *Liber Sancti Iacobi*, obra tão relevante no panorama literário compostelano do século XII, ficou a cargo de Klaus Herbers e Manuel Santos Noia (*Liber Sancti Iacobi. Codex Calixtinus*, 1998). A primeira tradução para o castelhano, datada de 1951, da responsabilidade de Abelardo Moralejo, Casimiro Torres e Julio Feo, sofreu várias reedições ao longo do tempo. A bibliografia disponível acerca do livro é prolixa. Referimos somente uma pequena parte dela, onde se podem consultar informações relativamente à estrutura, à cronologia da redação e aos responsáveis pela sua composição: DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “El texto y la traducción textual del Calixtino”, 1987; LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Diego Gelmírez, las raíces del *Liber Sancti Jacobi* y el Códice Calixtino”, 2013. Além destes estudos específicos, as obras dedicadas às peregrinações jacobitas dos séculos XI e XII, muitas das quais são apresentadas neste trabalho, mencionam invariavelmente os 4 caminhos de peregrinação que vêm descritos no *Guia do Peregrino* e, a propósito disso, elencam vários dados sobre a obra. Acerca dos caminhos franceses leia-se, entre muitos outros, VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1949, tomo II, p. 43-67.

santuários tivesse igualmente o propósito de acumular algumas relíquias para a basílica compostelana²⁵⁸. Isto é mais nítido com Diego Gelmírez, que passa por inúmeras igrejas dedicadas a santos presentes nas rotas de peregrinação descritas no *Guia* e, quando chega a Limoges, Munio Afonso explica que se sabia que ali se encontrava o corpo de São Marcial (“ubi corpus sancti Martialis re uera esse cognoscitur”²⁵⁹). Além disso, os itinerários percorridos pelos peregrinos, por onde passavam viajantes de muitas outras categorias sociais, como cavaleiros e mercadores, assentavam numa rede viária romana já concebida vários séculos antes²⁶⁰, pelo que seriam sobejamente conhecidos.

De qualquer modo, a concordância entre o *Guia* e a *HC* em muitos trajetos reforça a ideia de que a primeira obra teria sofrido uma influência decisiva do ambiente compostelano ou mesmo do próprio arcebispo Gelmírez. Conjuntamente, procurava-se lançar na *HC* uma propaganda dos lugares que conduziam a Compostela, ainda que não fosse esse o seu principal objetivo²⁶¹, e mesmo que na maior parte dos casos os caminhos fossem percorridos em sentido contrário, tendo como finalidade assuntos que ultrapassavam muito a peregrinação. Contudo, esses cónegos não deixavam de procurar a glorificação da sua sé nessas viagens e os caminhos que seguiam, ao serem descritos na crónica, eram assim validados em sentido inverso. É na *HC* que aparece pela primeira vez o nome “Francigeno itinere”²⁶² para designar o caminho percorrido na Hispânia pelos peregrinos em direção à catedral compostelana, também designado na obra como “via pública” (“publica uia”).

2.1.5. Cluny, “capital de toda a vida monástica”

Entre todos os diferentes pontos “franceses” que assomam da *HC*, há um que se destaca: a abadia de Cluny, não só porque aparece mais vezes, mas porque tem um estatuto mais elevado do que qualquer outra instituição similar do seu tempo. No século

²⁵⁸ RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011, p. 169.

²⁵⁹ *HC*, I, 16.4.

²⁶⁰ CARRASCO, Juan – “El Camino de Santiago y la peregrinación en la Europa medieval”, 2011, p. 18.

²⁶¹ Sobre as peregrinações a Santiago de Compostela na *HC* veja-se FALQUE REY, Emma – “Las peregrinaciones a Santiago en la Historia Compostelana”, 1998 e *Idem* – “Peregrinos y peregrinación a Compostela y Jerusalén en el s. XII a la luz de la *Historia Compostelana*”, 2013.

²⁶² *HC*, I, 30. RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011, p. 159-160.

XI, Cluny era o grande centro monástico europeu do Ocidente. Estava sob a proteção de Roma desde a sua fundação, em 909/910, e contava com inúmeras casas monásticas a ele ligadas. No caso hispânico, a primeira doação à abadia de que há registo data de 1073, quando Afonso VI lhe entregou o mosteiro de Santo Isidoro de Dueñas²⁶³. De um modo geral, a historiografia sempre associou Cluny ao movimento de “Reforma” promovido por Roma e sublinhou repetidamente o papel dos monges cluniacenses neste contexto²⁶⁴. Efetivamente, chega à Hispânia um número considerável destes monges em finais do século XI para ocupar cargos eclesiásticos em importantes sés. Compostela não escapa a esta leva de cluniacenses, tendo tido Dalmácio como bispo entre 1094 e 1095. A bibliografia que estuda a ligação de Cluny com a Península Ibérica centra-se sobretudo no monaquismo ibérico sujeito à abadia, nas relações desta com os reis leoneses, desde Fernando o *Magno* (1037-1065), e na influência que terá tido na introdução do rito romano na Igreja hispânica²⁶⁵.

Por outro lado, a historiografia mais recente tem questionado a supremacia de Cluny em determinadas questões, designadamente naquelas que se relacionam com a Hispânia: em particular, a promoção que terá feito do caminho de Santiago e a preponderância que terá tido na introdução da “Reforma Gregoriana” na Península Ibérica. Adeline Rucquoi e Patrick Henriët pronunciaram-se sobre estes aspetos, tendo a primeira enfatizado o papel dos reis hispanos no desenvolvimento dos caminhos de peregrinação para Santiago de Compostela e atribuído ao cardeal Ricardo, abade de S. Vítor de Marselha, a ação

²⁶³ REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008, p. 152-153.

²⁶⁴ Sobre as mais recentes perspetivas acerca da ligação do Papado a Cluny e, de um modo geral, ao monaquismo beneditino, veja-se RENZI, Francesco Renzi – “O monaquismo Beneditino e o papado da reforma: influências recíprocas”, 2022 e CANTARELLA, Glauco Maria – “Cluny”, 2020.

²⁶⁵ Cluny estimulou uma intensa produção historiográfica. Dentro dos temas hispânicos deve citar-se a investigação de José Mattoso sobre esta temática, plasmada em vários trabalhos (como *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, 1968, tese de Doutoramento traduzida para português com o título *O monaquismo ibérico e Cluny*, 2002), e a de Antonio Linage Conde sobre o monaquismo beneditino ibérico e, particularmente, a sua relação com Cluny (entre as diversas publicações, “Presencia de Cluny en el oeste peninsular”, 1995). Consulte-se também OURSEL, Raymond – “Cluny y el Camino”, 1993, bem como o conjunto de estudos de Charles J. Bishko acerca do monaquismo hispânico, incidindo sobretudo na relação entre a Hispânia e Cluny (BISHKO, Charles Julian – *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*, 1984). Mais recentemente, salienta-se REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008 e ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “La introducción de Cluny en Galicia: ritmos y resistencias”, 2015.

principal para a alteração do rito no reino de Leão e Castela. O segundo questionou também o papel que Cluny teve nas peregrinações²⁶⁶.

“Capital de toda a vida monástica” é uma parte do título desse trabalho de Henriët, dedicado às relações entre Cluny e Santiago de Compostela no século XII e baseado, em parte, na imagem que a *HC* espelha dessas relações²⁶⁷. Seguimos esse texto para algumas das observações aqui apresentadas e tentamos acrescentar outras leituras. Com efeito, esta crónica reflete muito bem as interações entre estes dois centros da Cristandade latina, apesar de o fazer num momento em que, como explicam os estudiosos desta abadia beneditina, o esplendor de Cluny começava a decair. Entre diversos aspetos, salienta-se o surgimento de outros movimentos monásticos no século XII, além de uma grave crise económica que abalou a Ordem cluniacense depois da morte de Hugo (1049-1109), o abade sob cuja administração a instituição atingiu o seu apogeu. Contudo, não é essa a ideia que transparece nesta obra compostelana. Cluny é exaltada ao máximo como grande centro monástico do Ocidente, sobretudo no tempo de Pôncio de Melgueil (1109-1122), enquanto Hugo, o abade mais destacado pela historiografia a par de Odilon, aparece apenas num episódio. Porém, a atenção que o texto conferiu a Cluny pode explicar-se facilmente.

A expressão “caput totius monastice religionis” foi incluída por Munio Afonso no relato da viagem de Gelmírez em 1105 com destino a Roma, quando o prelado fez um desvio para Cluny. Este é o primeiro episódio em que temos acesso a informações sobre a abadia ou o seu abade, excetuando as referências à origem do bispo Dalmácio²⁶⁸. Continuando uma descrição que vinha desde o início da viagem de Gelmírez, o cronista comenta o especial carinho com que o compostelano foi recebido no mosteiro (“uariis ordinibus processionum interuenientibus familiaris ac specialius est susceptus”), acrescentando que Cluny “superava todos os mosteiros em santa religiosidade, em

²⁶⁶ Estas ideias são expostas em HENRIËT, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne», 2003 e RUCQUOI, Adeline – “Cluny, el camino francés y la reforma gregoriana”, 2010.

²⁶⁷ HENRIËT, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”, 2003. O mesmo autor escreveu um artigo sobre a produção historiográfica espanhola desde a Idade Média ao século XX acerca de Cluny (HENRIËT, Patrick – “Moines envahisseurs ou moines civilisateurs? Cluny dans l’historiographie espagnole (XIII^e-XX^e siècles)”, 2000), no qual podemos constatar a generalizada boa imagem que esta ordem tinha na historiografia medieval, pelo menos até ao século XII.

²⁶⁸ Dalmácio é mencionado como antigo monge cluniacense em *HC*, I, 5.1 e II, 1.

caridade e em dignidade” (“Sicut enim qualitate sancte religionis ac quantitate caritativae dignitatis Cluniacum ab omnibus monasteriis fere distare cognoscimus (...)”). A relação do bispo com o abade Hugo era próxima – estavam unidos “pelo privilégio do amor” (“priuilegio amoris”). Gelmírez interrogou o abade sobre a disposição do Papado nesse momento relativamente à Igreja compostelana, preparando assim a chegada a Roma, onde pretendia estreitar relações com Pascoal II – além de desejar receber o pálio, era possível que houvesse um certo descontentamento na cúria papal depois do roubo das relíquias bracarenses que o compostelano levava a cabo em 1102²⁶⁹. Com efeito, o discurso que Munio Afonso apresentou do abade Hugo insinua este aspeto, e explicitamente demonstra que a Santa Sé nunca mais esquecera a má receção de um legado romano proporcionada por um bispo de Compostela anterior a Gelmírez²⁷⁰. No entanto, o abade encoraja o prelado a solicitar a dignidade do pálio²⁷¹.

O abade cluniacense estava muito bem informado quanto à imagem que em Roma circulava sobre a Igreja de Santiago de Compostela, o que justificaria o desvio que a comitiva de Gelmírez fez no caminho para Roma, mas Ermelindo Portela alerta também para as manobras políticas que nessa altura decorriam tendo em vista a sucessão de Afonso VI, nas quais estava implicado o conde da Galiza, Raimundo, próximo de Gelmírez, o conde portugalense, Henrique, e provavelmente o próprio bispo compostelano. Relembre-se o envolvimento à distância do abade Hugo no pacto sucessório entre esses dois condes, nomeadamente através de um seu enviado, Dalmácio Geret, nos primeiros anos do século XII, muito provavelmente em 1105, no mesmo ano em que Gelmírez viajara a Cluny²⁷². A par de todas estas teorias, era indispensável incluir um encontro de Gelmírez com Hugo na crónica pelo simples facto de o abade ser uma das personagens eclesiásticas mais ilustres do seu tempo.

²⁶⁹ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 42-44.

²⁷⁰ Sobre isto leia-se o capítulo 2.2.

²⁷¹ A estadia de Diego Gelmírez em Cluny é narrada em I, 16.5, de onde se retiraram as passagens expostas no texto.

²⁷² PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 43. Leia-se igualmente BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 32, nota 81, onde se apresentam vários estudos dedicados ao pacto sucessório, que causou grande debate historiográfico, nomeadamente no que respeita à sua datação, e p. 37-39, onde se comenta a relação entre Diego Gelmírez e o conde Raimundo, bem como os interesses que o bispo teria em participar nas negociações acerca da sucessão de Afonso VI.

Deve notar-se, além disso, que muitos mosteiros por onde passou Gelmírez eram casas que tinham ligações a Cluny, como Moissac, São Marcial de Limoges e São Pedro de Uzerche²⁷³. Do mesmo modo, depois de saírem da grande abadia borgonhesa, percorreram “mosteiros e possessões dos cluniacenses” (“per cellas et possessiones Cluniacensium”) até aos vales de Maurienne. Este percurso levou Jean-Marc Hofman e Annaig Chatain a constatar que se tratou “de una sucesión de etapas que lo llevaron de un santuario cluniacense a otro, hasta la abadía madre de Cluny”²⁷⁴.

Depois deste acontecimento, só voltamos a ter notícias de Cluny no Livro II²⁷⁵, que reúne a maior parte dos capítulos em que a abadia ou o seu abade são referidos, especialmente naqueles que se centram entre 1118 e 1120, da autoria de Geraldo, que dão conta das negociações entre Compostela e o Papado para a elevação de Gelmírez a arcebispo. Novamente, a obra foca Cluny como um dos agentes envolvidos nos interesses compostelanos junto do papa, nesse momento Calisto II, que fora eleito precisamente em Cluny, numa altura em que já eram enviados legados para sondar o Papado acerca das aspirações compostelanas. A eleição de Calisto veio facilitar a concessão a Compostela da tão almejada dignidade arcebispal, desde logo pela relação familiar que Calisto tinha com Afonso Raimundes. Geraldo escreve então um capítulo a relatar as condições em que se dera aquela eleição papal, contando, como mencionámos, com a decisiva ajuda de

²⁷³ Tradicionalmente liga-se o mosteiro de Uzerche a Cluny, embora a instituição não conste no estudo sobre os priorados cluniacenses de Dietrich Poeck (POECK, Dietrich W. – *Cluniacensis ecclesia: der cluniacensische Klosterverband: (10.-12. Jahrhundert)*, 1998).

²⁷⁴ HOFMAN, Jean-Marc; CHATAIN, Annaig – “El viaje de Diego Gelmírez a través de las colecciones del musée des Monuments français, París”, 2010, p. 280. Perante esta descrição da HC, Carlos Reglero de la Fuente enfatiza a hospitalidade que Cluny prestava aos viajantes distintos que passavam pelas casas suas subordinadas, mas sublinha também as boas relações que a ordem mantinha com o bispo compostelano em particular, chegando os monges a conceder-lhe uma missa de aniversário após a sua morte (REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008, p. 352-353; HC, I, 16.5).

²⁷⁵ Charles Bishko sugeriu que ainda no Livro I apareceria Pôncio, o *abbas clusensis* que visitara a Península no contexto da luta pelo trono de Leão e Castela, podendo tratar-se de uma abreviatura para “cluniacense”, embora seja mais ou menos unânime, pelo menos desde a publicação da edição crítica da HC por Emma Falque, em 1988, que esse *abbas* era Hermengardo, proveniente da abadia de São Miguel da Chiusa (Piemonte, Itália) (BISHKO, Charles Julian – “The Spanish Journey of Abbot Ponce of Cluny”. In *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*, 1984, anteriormente publicado em *Ricerche di Storia Religiosa I (Studi in Onore di Giorgio La Piana)*, Roma, 1957). Sobre este dilema consulte-se igualmente CANTARELLA, Glauco Maria – “Per un riesame della legazione papale in Spagna nel 1112”, 1996 e REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008, p. 201-202.

uma testemunha ocular, Bernardo, prior de São Zoilo de Carrión de los Condes, que tinha sido enviado previamente por Gelmírez ao papa Gelásio II²⁷⁶.

Contudo, a relação entre o abade e o novo papa não era boa inicialmente e o papel de Cluny na narrativa é ainda mais significativo quando é focada esta relação, uma vez que influenciava diretamente o sucesso ou o fracasso da empresa de Diego Gelmírez. Já tivemos oportunidade de comentar a hesitação do abade cluniacense em reconhecer de imediato a eleição de Calisto, o que tornou o ambiente entre ele e o novo papa pouco amistoso. Uma vez que Geraldo descreve estes acontecimentos apoiado no testemunho do prior Bernardo, a versão plasmada na obra de que a iniciativa de enviar legados a Roma coube a Pôncio e que esse facto criou um mal-estar entre eles é verosímil. Na verdade, o próprio abade era igualmente um possível sucessor de Gelásio II²⁷⁷ e as diferenças entre ambos os candidatos continuariam durante o pontificado de Calisto II, quando se verificaram vários desacordos entre eles, designadamente em assuntos em que o papa tomava posições contrárias aos interesses de Cluny nos conflitos que a abadia mantinha com outras instituições, em particular os bispados de Maguelone e de Auch²⁷⁸.

O próprio Geraldo esteve com ambos em 1119 e pôde constatar que havia uma distância entre eles, o que dificultou a sua missão de conseguir um privilégio para a sua Igreja, já que nas mãos de Pôncio “estava a maior parte dos assuntos” da sé compostelana²⁷⁹. Apesar de tudo, Pôncio continuou a apoiar os compostelanos: a missiva enviada por Bernardo de Toledo a Calisto II, acusando Gelmírez de se opor ao herdeiro do trono leonês, circulava inicialmente apenas entre os clérigos próximos do papa, mas o abade cluniacense, que acabou por ter acesso ao seu conteúdo, confidenciou o mesmo ao legado Geraldo²⁸⁰; no concílio de Toulouse, em julho de 1119, o mesmo cônego procurou por todos os meios saber junto do abade se Calisto estava disposto a ceder às

²⁷⁶ Leia-se o subcapítulo 2.1.1. A eleição de Calisto II é narrada em *HC*, II, 9.

²⁷⁷ Como a própria crónica descreve em II, 9: “(...) aduenit predictus Vienensis ecclesie archiepiscopus. Et hunc aut Pontium Cluniacensem abbatem, filium Merguliensis comitis, in Romanum Pontificem eligi Papa Gelasius adhuc uiuens, iam tamen in confinio mortis positus, clero ac populo Romano predixerat.”

²⁷⁸ Além disso, ao contrário dos seus antecessores, Calisto II não tinha sido monge e favoreceu mais o episcopado do que o monaquismo beneditino (DUBY, Georges – *Le Moyen Âge*..., 1987, p. 193 e 218). No capítulo II, 14.1 vêm descritas estas polémicas entre o abade cluniacense e o papa.

²⁷⁹ “Iterum obuiabat petitioni nostre, quod inter Papam Calixtum et Pontium Cluniacensem abbatem, in quo negotii ecclesie nostre summa partim sita erat, non nimis firma amicitia habebatur (...)” (*HC*, II, 10).

²⁸⁰ “He autem littere nulli nisi precordialissimis Pape ostendebantur. Quas cum quadam die abbas Cluniacensis ad uidendum forte sibi retinisset, ostendit eas etiam et mihi.” (*HC*, II, 10).

reivindicações do prelado compostelano, mas o ambiente propício não estava ainda totalmente criado – o papa argumentava que era imperativa a presença de Gelmírez junto dele –, pelo que o cronista entregou ao papa uma parte do dinheiro que já tinha com ele e deixou com Pôncio uma arca com ouro para que a guardasse, enquanto aguardavam melhores condições²⁸¹.

A posição do abade cluniacense em relação à Santa Sé era tão relevante para o meio compostelano que Geraldo dedicou um capítulo inteiro (II, 14) à sua reconciliação com o papa. Em 1120, quando Calisto visitou de novo Cluny²⁸², o ambiente mudou, e Geraldo soube muito bem apresentar um dos motivos mais prementes para tal aproximação, pois também jogava a favor dos interesses compostelanos: o papa lidava nesse momento com a oposição de Maurício “Burdino”, antigo arcebispo bracarense, conflito em que o apoio do mosteiro de Cluny, o mais relevante “de todas as igrejas das Gálias”, era determinante²⁸³.

Esta reconciliação coincidiu com a chegada do bispo Hugo do Porto à abadia para continuar a procurar junto do papa a exaltação de Compostela e foi decisiva, ou pelo menos a crónica dá a entender que foi, para a concretização dos desejos de Diego Gelmírez. Note-se também que Calisto II contava já com um ano de pontificado, o que o tornava mais idóneo para a concessão de um privilégio tão importante a Compostela. Logo à chegada de Hugo, foi inclusivamente necessário que o bispo do Porto dissesse as contrassenhas combinadas a Pôncio para se identificar e para que lhe fosse entregue o dinheiro que Geraldo havia deixado com o abade uns meses antes, o que denota uma

²⁸¹ “Celebrato denique Tolose concilio nobisque cum abbate Cluniacensi et cum episcopo Lascurrensi insistentibus, tu, quidnam animi dominus Papa circa petitionis nostre intentionem haberet (...)” (HC, II, 11.1). “Hec atque alia postquam Papa Calixtus nobis aperuit, ne eo insalutato reuerteremur, uiginti uncias auri ei attribuimus, archam uero auream cum predictis morabitinis et cetera Cluniacensi abbati ad reseruandum commendauimus.” (HC, II, 11.2).

²⁸² Esteve em Cluny entre 31 de dezembro de 1119 e 7 de janeiro de 1120 (*Historia Compostelana*, 1994, p. 325, nota 124).

²⁸³ “Enimuero, ut uerum fatear, omnes Galliarum ecclesias sanctitate ac caritate Cluniacense precellit atque supereminet monasterium. Eapropter Calixto Pape opere pretium erat Cluniacense monasterium esse sibi precordialissimum, utpote cameram et assedam suam; nempe ad confundendum matris Romane Ecclesie incestatorem, scilicet Burdinum Teutonici tiranii idolum, ad refrenandam eiusdem tiranni tyrannidem abbas Cluniacensis cum Cluniacensis monasterii conuentu Romane Ecclesie utilis et necessarius erat necnon ad confirmandum Sancte Ecclesie statum et ad extirpandum pestifere hereseos simulacrum.” (HC, II, 14.2).

grande proximidade entre Cluny e Compostela²⁸⁴. Dois capítulos depois, Geraldo inclui um suposto discurso do abade dirigido ao papa, onde lhe roga que exalte a Igreja compostelana, apresentando o argumento principal de que era apenas um bispado, embora albergasse o corpo de um apóstolo, e insinuando o desejo de se obter o arcebispado bracarense, mas, se tal não fosse possível, pelo menos o de Mérida, cidade que estava em poder dos muçulmanos. Como se tal discurso não chegasse, o abade procurou convencer igualmente os cardeais que se encontravam presentes da justa causa compostelana²⁸⁵. Geraldo não podia ser mais explícito ao declarar que a esperança deste projeto estava com o abade de Cluny e que a sua amizade com Calisto favoreceu enormemente a causa de Gelmírez²⁸⁶.

Ainda neste contexto, deve sublinhar-se o papel que o texto atribui aos monges cluniacenses como participantes nos negócios compostelanos, particularmente no que respeita às transações financeiras que os selavam. Os privilégios conseguidos por Diego Gelmírez requereram uma quantia elevada de dinheiro que Geraldo não se coíbe de detalhar. Esse dinheiro fora enviado já em negociações anteriores à viagem final de Hugo, e, depois de este cumprir finalmente a missão que o conduzira a Cluny, uma nova soma foi enviada de Santiago de Compostela. Não raras vezes esse dinheiro era confiado a monges cluniacenses ou ao próprio abade. Em 1118, decide-se que Bernardo, prior de São Zoilo de Carrión, um dos principais priorados sujeitos a Cluny²⁸⁷, transportaria até à cúria papal um certo montante. A opção foi tomada, de acordo com a narrativa, precisamente devido a essa filiação e, uma vez que nesse momento o rei aragonês controlava Carrión, Bernardo poderia tranquilamente alegar que se dirigia aos Pirenéus para ir a Cluny ao serviço do seu priorado²⁸⁸. Este é um indício de que estas deslocações

²⁸⁴ “Predicto etiam Cluniacensi abbati litteras et intersignia, que necessaria erant, contulit. Sane necesse erat, ut abbas Cluniacensis Hugonem Portugalensem episcopum sciret esse nuntium episcopi sancti Iacobi et pecuniam, quam sibi reseruandam conmisseramus, ei attribueret. Quod ita factum est.” (HC, II, 13.3).

²⁸⁵ HC, II, 15.2 e II, 15.3.

²⁸⁶ “Quippe in abbate Cluniacensi spes atque ancora negotii sui sita erat (...).” (HC, II, 15.1); “Verum enimvero dilectionis phedus inter eum et Cluniacensem abbatem factum causam nostram secundauit et ecclesie nostre utilitatis fructum generauit.” (HC, II, 15.2).

²⁸⁷ O priorado fora doado à Ordem cluniacense em 1076 (RUCQUOI, Adeline – “Cluny, el camino francés y la reforma gregoriana”, 2010, p. 116). Sobre os mosteiros cluniacenses em território hispânico consulte-se REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008, em especial p. 476-507.

²⁸⁸ “Libere enim per regnum regis Aragonensis quasi Cluniacum adeundo transire poterat. Cenobium manque sancti Zoyli, cui preerat, erat in potestate regis Aragonensis (...). Quem cum a uinculis illis, datis pro eo sexaginta marcis argenti, abstraxisset, litteras, quas ferebamus, et quinquaginta uncias auri et mulam

a Cluny eram prática corrente por parte de eclesiásticos dirigentes de instituições hispânicas ligadas à abadia. Um ano depois, Geraldo esperava em *Morlanum* a chegada do sacristão Bernardo do mesmo priorado e de um outro monge chamado Estêvão, *camerarius* cluniacense, encarregados de transportar algum dinheiro que Gelmírez enviava ao papa. É interessante verificar que Geraldo explica que, apesar de serem monges cluniacenses, tinham receio de atravessar o reino de Aragão²⁸⁹, ao contrário do que anteriormente dissera em relação ao prior Bernardo. Depreende-se que as relações entre Aragão e Cluny eram muito positivas, mas não o suficiente para tranquilizar os cluniacenses que serviam Santiago de Compostela. O próprio abade Pôncio também fica com uma grande quantidade de dinheiro entregue por Geraldo²⁹⁰. Estando ainda Hugo em Cluny, como atrás foi comentado, alguns cruzados galegos entregaram em Montpellier uma soma de dinheiro a monges cluniacenses, que deveriam fazê-lo chegar ao papa. Este era já o montante que deveria ser entregue após o sucesso de Hugo e, quando chegou a Cluny, foi cedido diretamente ao *camerarius* cluniacense, Estêvão²⁹¹. Estas sucessivas entregas de dinheiro a monges cluniacenses levaram Patrick Henriët a considerar que a abadia funcionava para Compostela como um autêntico banco²⁹².

Nos episódios seguintes, Cluny deixa de estar envolvida em negócios da sé compostelana com os papas, mas os seus membros permanecem como mediadores noutros assuntos que respeitam diretamente a Diego Gelmírez. Concretamente, participam no conflito intermitente entre o arcebispo e a rainha Urraca nos anos 1120-1121 que Geraldo descreve com detalhe. A rainha jurou amizade e fidelidade ao prelado na presença de alguns cluniacenses que nesse momento se encontravam em Santiago de

meam predicto priori Carrionensi Palencie dedimus, et sic ad Papam Gelasium iter adgressus est.” (HC, II, 6.3).

²⁸⁹ “Commisimus autem pecuniam huic negotio necessariam (...). Bernardo Carrionensis ecclesie sacriste ad transalpinandum. (...). Tandem ueniens Morlanum Bernardum predictum sacristam cum Stephano Cluniacensi camerario ibidem diutius prestolatus sum. Ipsi enim, licet Cluniacenses monachi, per regnum Aragonensis tyranni transire metuebant.” (HC, II, 10).

²⁹⁰ HC, II, 11.2.

²⁹¹ “Quam ibidem monachi Cluniacenses accipientes, sicut stabilitum fuerat, Cluniacum asportarunt. Ubi cum predictus uterque P. abbatem Cluniacensem, episcopum Portugalensem, Stephanum de Bisontio, Calixti Pape camerarium, inuenisset, predictam benedictionem eidem Stephano camerario uice Pape tribuerunt.” (HC, II, 16.1). Sobre os camareiros de Cluny neste período leia-se REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008, p. 606-609.

²⁹² HENRIËT, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”, 2003, p. 448.

Compostela – Henrique, abade de São João de Angely, cuja abadia estava submetida a Cluny, e novamente o *camerarius* Estêvão²⁹³. O cronista acrescenta que estes intercessores tinham o dever de denunciar a rainha junto do papa, do abade de Cluny e de outras autoridades eclesiásticas e laicas se Urraca quebrasse o juramento²⁹⁴. Alguns capítulos depois, um outro monge de Cluny, chamado Geraldo, foi igualmente testemunha de um pacto entre ambos²⁹⁵. No entanto, a fragilidade desta aliança leva o compostelano a recorrer às altas instâncias internacionais. O receio pela posição de Afonso Raimundes é nítido – Geraldo inclui uma série de cartas dirigidas a Gelmírez, atrás mencionadas, da parte do papa Calisto II, dos cardeais romanos Deusdedit e Boso, do duque da Aquitânia Guilherme IX, da condessa da Flandres Clemência e, claro, do abade cluniacense Pôncio²⁹⁶. Na carta do abade não há referências explícitas aos problemas que sucediam na Hispânia, mas a sequência de missivas, algumas das quais aludem aos intervenientes no confronto entre reinos hispânicos, leva-nos a crer que o arcebispo tinha escrito a Pôncio para relatar os últimos acontecimentos. Efetivamente, Pôncio refere que recebeu mensageiros da parte de Gelmírez (“fratres nostri a uobis uenientes”) mas simplesmente renova os votos de amizade com o arcebispo e, num tom muito vago, insinua um pedido de apoio financeiro ou uma doação de alguma propriedade (“omne bonum placitum uoluntatis uestre nobis mandare poteritis”)²⁹⁷.

A amizade entre Urraca e Gelmírez desaba e a rainha prende o prelado quando ambos regressavam de uma expedição militar ao condado portugalense, em 1121. Geraldo inclui

²⁹³ Além da proximidade com Calisto II, Larghi Gerardo aponta as relações que existiriam entre estes monges e o duque da Aquitânia, bem como a própria participação de Guilherme IX no entendimento entre o arcebispo e a rainha (GERARDO, Larghi – “El trovador y la reina. Guillermo IX de Aquitania y Urraca de León...”, 2022).

²⁹⁴ “In presentia itaque ac testimonio abbatis Angeliacensis atque camerarii Cluniacensis, qui tum temporis Compostelle aderant, regina concordie fedus cum archiepiscopo stabiliendo sanxit et se ei fidelem et a micam coram predictis testibus fore spondit. (...) Precibus quoque regine huius federis conditioni additum est, quod, si regina horum rea quolibet dolo haberetur, abbas Angeliacensis et camerarius Cluniacensis, utpote tante reuerentie tanteque scientie persone, domino Pape, abbati Cluniacensi, episcopis, regibus atque principibus terre tanti federis seriem tanteque prodicionis abhorrendum facinus proclamarent (...).” (HC, II, 29). A participação dos dois cluniacenses é recordada em HC, II, 39.

²⁹⁵ “Quidam quoque Cluniacensis monachus, Girardus nomine, nuper inter archiepiscopum et reginam sanxerat federum conexiones, adeo quod archiepiscopum reddiderat de timido fortem, de suspecto constantem.” (HC, II, 39).

²⁹⁶ Cartas que podem ser consultadas do capítulo II, 31 ao II, 34. Este conjunto de documentos faz igualmente parte de um grupo mais vasto de cartas, algumas referidas adiante, que tinham em vista revelar o prestígio do arcebispo junto de figuras internacionais, tendo em conta o seu aprisionamento pela rainha Urraca (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 81).

²⁹⁷ HC, II, 34.1.

então um novo conjunto de missivas do papa Calisto II dirigidas a várias personalidades laicas e eclesiásticas sobre a libertação do arcebispo. Estas cartas resultaram das conversações que o seu sobrinho Pedro, estudante em França, como vimos, encetou em Cluny, após ter sido informado da prisão do tio. A intervenção do abade e da própria comunidade cluniacense foi uma primeira etapa antes da exposição do problema a Calisto II, para que incitasse a rainha a libertar Gelmírez²⁹⁸. A estas cartas consideramos relevante acrescentar outra de Pôncio, inserida uns capítulos antes, na qual o abade alude às “atribulações” (“tribulationum”) e “guerras” (“guerris”) que atormentavam o prelado, aproveitando para o convidar a visitar Cluny e novamente insinuando que Gelmírez presenteava a comunidade com “favores” (“beneficiis”)²⁹⁹.

Neste âmbito, é interessante notar a ideia de alguns investigadores de que as doações de instituições hispânicas feitas a Cluny, nomeadamente na zona galaico-portuguesa, estavam intrinsecamente ligadas ao cenário político que nesse momento caracterizava a Hispânia; dever-se-iam mais a esse fator do que aos interesses cluniacenses na Península Ibérica, pois através das doações os monarcas e outros senhores procuravam o apoio da abadia para a sua causa, neste caso contra Aragão. Diego Gelmírez não foi autor de nenhuma doação, mas foi testemunha da de São Martinho de Jubia feita por Pedro Froilaz de Trava e os seus irmãos em 1113. Só na Galiza, entre o início do governo de Gelmírez e o ano de 1127, um ano após a morte de Urraca, há seis doações de mosteiros a Cluny: São Salvador de Villafrió, São Vicente de Pombeiro, São Martinho de Jubia, Santa Maria de Ferreira, São Pedro de Valverde e São Salvador de Budiño³⁰⁰. Contudo, apenas duas destas propriedades são mencionadas no texto – com muitas dúvidas –, mas nenhuma

²⁹⁸ “Post hec consilio atque auxilio abbatis Cluniacensis conuentusque necnon principum Francie atque Burgundie, qui summa dilectione Compostellanum amplectebantur archiepiscopum adiit Papam Calixtum, ostendens ei eiusmodi piaculum, quod Urraca Hispanie regina fecisset in Compostellane sedis archiepiscopum et Sancte Romane Ecclesie legatum (...)” (HC, II, 49.1). Estas cartas de Calisto II foram incluídas em II, 48; JL 6927-6930 (Melfi, 7 de outubro de 1121) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CLII-CLVI, cols. 1219-1222.

²⁹⁹ HC, II, 44.2.

³⁰⁰ HENRIET, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”, 2003, p. 413-414, 444-445. Sobre a concessão destas propriedades e as respetivas motivações consulte-se o trabalho de Charles Bishko, primeiramente publicado em 1965 na revista *Studia Monastica*, vol. VII, e posteriormente reeditado em 1984 no conjunto de estudos intitulado *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300* (BISHKO, Charles Julian – “The Cluniac Priors of Galicia and Portugal: Their acquisition and Administration, 1075-c. 1230”, 1984, p. 305-356). De um modo geral para o reinado de Urraca consulte-se REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008, p. 171-175.

nesse contexto³⁰¹. De um modo geral, não podemos deixar de notar o silêncio que pesa na narrativa sobre os mosteiros peninsulares que eram doados à comunidade. A única instituição hispânica que a crónica associa a Cluny é São Zoilo de Carrión e fá-lo sob o pretexto de uma hipotética visita a Cluny pelo seu prior devido a uma questão que envolvia diretamente Compostela. Este desinteresse dos cronistas pelas doações que iam sendo feitas à comunidade cluniacense é, em parte, compreensível – Gelmírez não foi autor direto desses legados, além de que as instituições galegas ligadas a Cluny estavam longe do principal caminho de peregrinação³⁰², o que abona a favor da posição de Adeline Rucquoi acerca da sobrevalorização que a historiografia tradicional fez da abadia relativamente à organização das rotas de peregrinação.

No Livro III, o abade de Cluny é já Pedro o *Venerável* (1122-1156). Apesar da mudança de liderança, a relação entre essa instituição e Compostela permaneceu pautada pela amizade, ainda que as referências que Pedro Marcio lhe fez sejam mais fugazes. Uma carta do abade Pedro enviada ao compostelano, com grande probabilidade em 1131³⁰³, tem um teor semelhante às do seu antecessor, pois refere somente a estima que unia os dois homens e a atenção que Gelmírez habitualmente concedia a Cluny, sobretudo em relação ao que estava na Hispânia (“solitam rebus nostris, que circa uos sunt, benignitatem impendere non desistatis”)³⁰⁴. Esta carta foi inserida por Pedro Marcio entre outras, tal como nos casos anteriores havia feito Geraldo, embora agora não respeitassem todas ao mesmo assunto – Gelmírez recebeu correspondência do papa Inocêncio II, do chanceler romano Aimerico e do cardeal-presbítero de S. Clemente, Humberto, a propósito do cisma da Igreja que se instalou na década de 30, apesar de pelo menos uma do papa aludir de forma direta a desentendimentos entre Diego Gelmírez e o arcebispo de Braga, Paio Mendes; outra carta de Estêvão, patriarca de Jerusalém, também pedia ao arcebispo a concessão de uma propriedade e referia benefícios concedidos previamente³⁰⁵.

³⁰¹ A propriedade designada *budanense* foi adquirida pela Igreja compostelana. Vejam-se os quadros 6 e 8.

³⁰² ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “La introducción de Cluny en Galicia: ritmos y resistencias”, 2015, p. 102-103.

³⁰³ HENRIET, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”, 2003, p. 444. As cartas de Inocêncio II que acompanham a do abade datam de 1131: JL 7449 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, cols. 76-77; JL 7475 (Beauvais, 19 de maio de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XLVI, col. 96.

³⁰⁴ HC, III, 26.2.

³⁰⁵ Cartas inseridas nos capítulos III, 25, III, 26 e III, 27.

A última informação que temos de Cluny encontra-se na exposição do concílio de Burgos de outubro de 1136. O assunto a que a *HC* dá mais destaque é a condenação e excomunhão de Guilherme, o principal instigador da revolta dos compostelanos contra Gelmírez nesse ano relatada por Pedro Marcio. Terminado o concílio, intervêm uns monges cluniacenses, portadores de cartas do abade Pedro para Guido, cardeal-diácono de S. Cosme e Damião, e para o imperador Afonso VII, que inicialmente pendiam para os revoltosos, motivados pelo dinheiro que estes ofereciam para a deposição de Gelmírez do seu cargo. As cartas do abade incitavam o monarca e o cardeal romano a interceder a favor da Gelmírez e contribuíram para alterar a disposição em relação à posição do arcebispo³⁰⁶.

Manuel Rodríguez de la Peña contemplou a existência de uma “estrecha vinculación ideológica de la *Historia Compostelana* con el espíritu cluniacense”, referindo-se sobretudo a Geraldo, que considerou ser criador de um “discurso histórico filocluniacense”³⁰⁷. Esta ideia foi de certo modo atenuada por Patrick Henriët, que acentuou o interesse compostelano em exaltar Cluny para seu próprio benefício. De facto, é acima de tudo esta perceção que retiramos do texto, sem podermos negar, porém, a predileção dos cronistas, em particular de Geraldo, pelos ambientes “franceses”, aspeto que ficou demonstrado em várias passagens da sua autoria. É inegável que a crónica projeta uma imagem muito favorável de Cluny e dos seus abades, mas isso é verdade apenas nos casos em que a abadia se entrelaça da forma mais direta possível com Gelmírez e a sua Igreja, nomeadamente interferindo nos negócios da diocese e nos problemas pessoais do seu prelado. A sua função principal no texto é constituir-se como instrumento de exaltação da sé de Santiago de Compostela e de Gelmírez. Os comentários sobre a comunidade cluniacense na *HC* estão concentrados entre 1118 e 1121, estando

³⁰⁶ “In eodem autem die, finito concilio, ecce quidam pontifex et prior Cluniacensis fulgore scientie satis inbuti et moribus decorati e personis honesti aduenerunt et quasdam litteras a Cluniacensi abbate delegatas, archiepiscopo ignorante, Romano cardinali occulte dederunt, ut propter Cluniacensis cenobii pastorem et eius congregationem archiepiscopum Compostellanum dominum et consortium eorum et orationibus et benefactis receptum honestissime tractaret et amore et eorum dilectione inter ceteros magnam reuerentiam cum humilitate exhiberet, alioquin proclamationem super eo Pape faceret, si benivolentiam et obsequium non solito more exhiberet.” (*HC*, III, 49.2). A revolta contra Gelmírez é narrada por Pedro Marcio nos capítulos III, 46, III, 47 e III, 48.

³⁰⁷ RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – “Ideología política y crónicas monásticas: la concepción cluniacense de la realeza en la España del siglo XII”, 2000, p. 708-720. O autor analisa esta questão depois, mais concretamente, a partir da conceção da realeza que Geraldo apresenta na crónica compostelana.

relacionados com a ascensão de Gelmírez a arcebispo, processo no qual Cluny serviu de mediadora entre Santiago de Compostela e o Papado, quer na negociação do privilégio, quer na receção de elevadas quantias monetárias, ou com o conflito político interno da Hispânia, mas somente quando este implicava diretamente o enfrentamento entre Gelmírez e a rainha. O prelado também se serve do mosteiro em 1105, quando procura o suporte do abade Hugo no início do seu episcopado, para conseguir o pálio junto do papa, e em 1136, quando o abade Pedro o apoia junto de Afonso VII num momento tumultuoso em que Gelmírez poderia ser afastado do seu cargo. Os contactos entre o Papado e Cluny eram estreitos e a abadia borgonhesa era o meio mais eficaz e próximo a Diego Gelmírez para ficar a saber o que deveria esperar das intenções dos papas em relação às suas aspirações, tal como tinha poder para interceder junto dos monarcas leoneses relativamente à sua relação com o prelado de Compostela.

Por seu lado, verifica-se um interesse muito dissimulado da parte dos abades cluniacenses em usufruir de benefícios financeiros da parte da diocese compostelana. Recorde-se a quantidade de dinheiro que Gelmírez confiava ao abade e aos monges, o que nos leva a crer que nem todo faria parte de pagamentos a serem efetuados ao papa, e que uma porção seria destinada à própria Ordem³⁰⁸.

Em suma, como constatou Patrick Henriët, esta boa relação entre as duas instituições foi em parte “uma construção historiográfica”, mas também resultou dos interesses que ambas tinham uma na outra, e o retrato de Cluny que se encontra na *Historia Compostellana* explica-se, acima de tudo, pela aliança que ajudava Compostela a liderar a Igreja peninsular³⁰⁹. Este autor fez uma interessante comparação entre a descrição de Cluny por Munio Afonso como “capital de toda a vida monástica” e a de Geraldo como a mais importante “igreja das Gálias” – o primeiro falava num âmbito universal, mas restrito ao mundo monástico, o que excluía a Igreja de Santiago de Compostela da subordinação à abadia; já o segundo mencionava Cluny como igreja, mas com supremacia nas Gálias, o que deixava espaço para que a supremacia na Hispânia coubesse à Igreja

³⁰⁸ Patrick Henriët sugere que as cartas dos abades de Cluny insinuam precisamente esses contributos de Diego Gelmírez (HENRIËT, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”, 2003, p. 447-448).

³⁰⁹ HENRIËT, Patrick – “Moines envahisseurs ou moines civilisateurs? Cluny dans l’historiographie espagnole (XIII^e-XX^e siècles)”, 2000, p. 138 e *Idem* – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”, 2003, p. 439.

compostelana³¹⁰. Para Adeline Rucquoi, na mesma linha de pensamento, mais do que pró-francês, Gelmírez era pró-Compostela, daí que a *HC* exalte determinadas fações “francesas”, talvez a mais visível Cluny, instituição na qual se apoiava, tal como fazia no Papado e em Jerusalém, para que Compostela se tornasse independente da sé de Toledo e se colocasse no mesmo patamar de Roma e Jerusalém³¹¹. Poderíamos acrescentar que suplantar Braga e atingir os seus objetivos políticos eram fatores que estavam também no horizonte de Diego Gelmírez ao procurar o suporte cluniacense.

³¹⁰ HENRIET, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”, 2003, p. 438.

³¹¹ RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”, 2011.

2.2. O Império Romano-Germânico, Roma e a Itália normanda

As referências toponímicas que se encontram na *HC* no âmbito do Império Romano-Germânico são muito escassas. Algumas cidades imperiais surgem como locais de emissão de documentos da chancelaria papal e situam-se junto à fronteira com o reino de França, pelo que não contribuem de modo significativo para uma reflexão aprofundada em torno da conceção geográfica dos cronistas compostelanos, embora nos indiquem que os clérigos da Igreja de Santiago acompanhariam a corte papal em vários desses lugares³¹². Os territórios alemães propriamente ditos são quase ignorados na narrativa, mas o mesmo não acontece com os italianos, caracterizados no final do século XI e nas primeiras décadas do XII por uma profunda heterogeneidade política e social: a Itália a norte de Roma pertencia aos vastos domínios dos imperadores germânicos, mas continha várias cidades tendentes a um governo independente – as chamadas *Comuni*; em Roma e nos territórios adjacentes o poder era disputado entre os imperadores, os papas e as famílias aristocráticas; o sul de Itália, normando, ia-se unificando politicamente, embora fosse muito diversificado a nível sócio-cultural devido à presença de comunidades muçulmanas, gregas e latinas.

A proximidade geográfica existente entre a Itália e o nordeste da Península Ibérica facilitava o desenvolvimento de relações entre esses espaços. Entre os vários exemplos dessas ligações estão a abertura hispânica às disposições romanas, nomeadamente ao novo rito, implantado em primeiro lugar em Aragão³¹³, e a cooperação cristã contra os muçulmanos – as cidades de Génova e Pisa, tal como Rogério II da Sicília (1105-1154), foram chamadas a intervir no combate ao domínio islâmico pelo arcebispo de Tarragona, Olegário (1118-1134), e os navios pisanos participaram na tentativa de “reconquista” de Maiorca por volta de 1114³¹⁴. A *HC* demonstra como o noroeste peninsular interagiu igualmente com diferentes territórios da Itália com regularidade, e não apenas com o Papado.

³¹² É o caso de Crest (*HC*, II, 9; II, 17) e Valence (*HC*, II, 16.2; II, 18.1; II, 18.2).

³¹³ SMITH, Damian J. – “Sancho Ramírez and the roman rite”, 1996.

³¹⁴ McCRANK, Lawrence J. – “Norman crusaders in the Catalan reconquest: Robert Burdet and the principality of Tarragona, 1129-1155”, 1981, p. 71; MOLLAT, Michel – “Notes sur la vie maritime en Galice au XII^e siècle d’après l’«Historia Compostellana»”, 1964, p. 536.

Especificamente no que respeita aos contactos com Roma, muitos trabalhos acerca da Igreja peninsular abordam as interações entre as sés compostelana e romana e recorrem em abundância à *HC* para o tempo de Diego Gelmírez³¹⁵. No entanto, seria importante analisar esta fonte a partir de todas as suas alusões à Igreja romana, pois existem em grande número, bem como através dos documentos pontifícios transcritos, não só para compreender as ligações eclesásticas compostelanas (e hispânicas) com a Santa Sé, como também desvendar alguns assuntos internacionais que implicavam o Papado. Esse extenso estudo ultrapassaria a finalidade primordial da presente tese³¹⁶, pelo que o objetivo das reflexões que se seguem nos primeiros três subcapítulos não é apresentar uma análise sistematizada acerca dos tópicos aí abordados – as relações entre Compostela e o Papado, as desavenças entre esta instituição e os imperadores germânicos e o cisma da Igreja de 1130-1138 –, mas antes observar as menções concretas a Roma, ignorando muitas outras que, indicando a Igreja Romana, se referem mais à comunidade de crentes do que à diocese. Por outro lado, uma vez que o topónimo “Roma” assume muitas vezes a conotação com a instituição do Papado, muitos dos resultados apresentados incidem inevitavelmente sobre questões de natureza eclesástica.

2.2.1. Roma e Compostela – a afirmação de Diego Gelmírez na Igreja hispânica

O tratamento dos trechos que mencionam “Roma” demonstra, antes de tudo, como a crónica demarca bem dois períodos, correspondentes a duas representações da interação entre a Igreja romana e a sé compostelana – o governo gelmiriano, glorioso e marcado por boas relações entre Compostela e a Santa Sé, contraposto à época precedente, durante a qual a diocese de Iria-Compostela sofreu algumas adversidades e não era bem vista pelo Papado³¹⁷. Para caracterizar este tempo sobressaem na narrativa dois episódios – a

³¹⁵ DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval: iglesia y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*, 2008, especialmente p. 295-415; PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 21-121; HERBERS, Klaus; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (ed.) – *Roma y la Península ibérica en la alta Edad Media...*, 2009.

³¹⁶ Uma obra recente, de que tivemos conhecimento numa fase final da investigação e à qual não tivemos acesso, centra-se nos contactos entre Roma e Compostela: EGEA LAPINA, Henrique – *Remover Roma por Santiago: o conflito entre Roma e Santiago á luz da Historia Compostellana*, 2022.

³¹⁷ Esta interpretação, baseada sobretudo nas referências à cidade de Roma, é corroborada pela leitura de Fernando López Alsina, construída a partir da quantidade e da natureza dos documentos de Pascoal II inseridos por Munio Afonso na obra: “El libro de Munio Alfonso proponía con claridad los nuevos fundamentos de la apostolicidad de Compostela. La inclusión literal de treinta documentos pontificios del papa reinante Pascual II testimoniaba y difundía el cambio sincero y radical de la actitud de Compostela

desavença entre o rei Afonso VI e o bispo Diego Peláez (1070-1088) e a atitude arrogante de um bispo compostelano anónimo em relação a um cardeal romano, também ele não identificado, apesar de alguns investigadores terem pensado poder tratar-se de Hugo Cândido³¹⁸.

Peláez fora deposto do seu cargo no concílio de Husillos (1088) e substituído por Pedro, abade do mosteiro de Cardena (1088-1090), cuja eleição teve intervenção régia e foi aprovada por um legado romano enviado à Hispânia, o cardeal Ricardo, que presidiu ao mencionado concílio³¹⁹. Os motivos desta querela não parecem estar absolutamente esclarecidos: por um lado, o bispo é associado às sublevações do final do século XI, em concreto à revolta que deflagrou na Galiza contra Afonso VI, liderada pelo conde Rodrigo Ovêquiz como reação à união dos reinos ibéricos ocidentais sob a autoridade daquele monarca, como nos informa Richard Fletcher³²⁰. Por outro, a explicação para o afastamento de Peláez poderia ser a sua resistência à introdução do rito romano na Península Ibérica, tal como acontecera com outros bispos hispanos, como defende Joana Gomes³²¹. A versão que consta na *HC*, que talvez se possa relacionar com aquela revolta galega, sugere que o bispo pretendia entregar o governo da Galiza ao rei dos ingleses e dos normandos, Guilherme I de Inglaterra (1066-1087)³²², subtraindo-o à soberania de Afonso VI. No entanto, Geraldo não se compromete com essa história ao não assegurar a sua autenticidade e explicando que circulava por iniciativa dos inimigos do bispo. Assim, simultaneamente, o redator justificou a ação do rei leonês e não acusou diretamente o bispo³²³.

hacia el pontificado y la iglesia romana. No era una apostolicidad sin Roma, sino con Roma: la actitud dócil, humilde y filial de la hija respecto a la madre” (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 68).

³¹⁸ KEHR, Paul – “El Papado y los reinos de Navarra y Aragón hasta mediados del siglo XII”, 1946, p. 94, nota 37; FLETCHER, Richard A. – “Las iglesias del reino de León y sus relaciones con Roma en la Alta Edad Media hasta el concilio IV de Letrán de 1215”, 1994, p. 465.

³¹⁹ Algumas informações gerais sobre os cardeais romanos entre o século XI e o XII podem ser consultadas em HÜLS, Rudolf – *Kardinäle, Klerus und Kirchen Roms: 1049-1130*, 1977.

³²⁰ FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 32-33.

³²¹ Joana Gomes analisou o modo com a *HC* trata esta deposição episcopal. Completamos essas observações com os capítulos que informam quanto à visão de Roma sobre o assunto (GOMES, Maria Joana Matos – *O Rei na escrita. As múltiplas faces de Afonso VI (séculos XI e XII)*, 2016, p. 164-167).

³²² Leia-se o subcapítulo 2.3 para mais detalhes acerca da inclusão deste episódio na *HC* e a menção ao rei inglês.

³²³ “Quidam enim eius inimici inuidie zelo dixerunt, quod Gallicie regnum prodere regi Anglorum et Normannorum et auferre regi Hispanorum satageret. Quod circumquaque vulgatum utrum uerum fuerit an non, non est modo nostre materiei.” (*HC*, II, 2).

Munio Afonso comenta como o assunto foi tratado em Roma: Urbano II considerou que o cardeal Ricardo não tinha poder para aprovar a eleição de Pedro de Cardeña e que Diego Peláez fora deposto injustamente³²⁴. Richard Fletcher aludiu à deposição do legado Ricardo pelo papa anterior, Vítor III (1086-1087)³²⁵, o que justificaria este comentário do cónego compostelano. Ainda assim, poderíamos entender das palavras do cronista que, para o papa, o seu representante na Hispânia não poderia autorizar uma eleição episcopal promovida por um laico – o rei Afonso VI –, que afastara um bispo e nomeara outro para o seu lugar. Como bem assinalou Ermelindo Portela, Munio Afonso retrata nos primeiros capítulos da obra o modo como os bispos eram colocados na diocese compostelana sem se darem explicações a Roma. De facto, Afonso VI habitualmente controlava as nomeações episcopais do seu reino, mas a partir do caso de Peláez a sé romana passara a tentar assumir essa função: Pedro de Cardeña foi destituído no concílio de Leão de 1090 presidido por um novo cardeal, Rainerio, futuro papa Pascoal II, abrindo-se a possibilidade da eleição de um outro prelado, que viria a ser o cluniacense Dalmácio³²⁶.

Diego Peláez esteve preso durante vários anos e, depois da morte de Dalmácio (1095), já se encontrando livre, empreendeu viagem a Roma para procurar fazer valer os seus direitos. Afonso VI enviou igualmente os seus representantes à cúria papal por volta de 1099, destacando-os com o intuito de visitarem Urbano II, apesar de, na realidade, terem encontrado em Roma Pascoal II, que, contrariando a decisão do seu antecessor, se pronunciou contra o direito de Peláez de ocupar o assento episcopal³²⁷.

³²⁴ “Ea propter his demum Rome uentilatis predictus Ricardus Sancte Romane Ecclesie cardinalis atque legatus confusionis atque ignominie iaculo confossus est. Nimirum Papa Vrbanus atque Sancta Romana Ecclesia admodum obiurgauit atque confudit, utpote qui predictum Compostellanensem episcopum captioni mancipatum preiudicio grauauerat et iniuste deposuerat, proinde ipse quoque legatione, qua talia presumpserat, priuatus est.” (HC, I, 3.1).

³²⁵ FLETCHER, Richard A. – “Las iglesias del reino de León y sus relaciones con Roma en la Alta Edad Media hasta el concilio IV de Letrán de 1215”, 1994, p. 467.

³²⁶ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 24-27; FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 48-49; *Idem* – “Las iglesias del reino de León y sus relaciones con Roma en la Alta Edad Media hasta el concilio IV de Letrán de 1215”, 1994, p. 467-468; DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010, p. 490-494.

³²⁷ “Dominus itaque Didacus Pelaiz predictus episcopus a captione regis iam liberatus audiens sanctissimum Dalmacium episcopum nature debita persoluisse et hunc alium totum honorem non pontificali dignitate sed uicaria potestate pro tempore obtinere Romam per cita festinatione petiit ibique pontificalem dignitatem se iniuste amisisse et uim passum fuisse importunis clamoribus conquestus est. (...) excellentissimus idem rex Adefonsus uolens diffinire prefati negotii causas tam diutina protelatione agitatas misit Romam nuntios suos cum clericis huius ecclesie suas rationes contra eundem Didacum Pelaiz, calunias adhuc in eum iniuste deuoluentem, propalatuos et pertractuos. Qui Romam pia intentione peruenientes bone memorie Papam Vrbanum, ad quem mittebantur, defunctum et Paschalem ei in honorem

O rei sai triunfante deste problema, o que concorda com a imagem extremamente positiva que a crónica dele expõe. Contudo, ao mesmo tempo e independentemente de o monarca ou outros laicos continuarem a ter, na prática, uma ingerência muito visível na gestão dos cargos episcopais do reino castelhano-leonês, já se lê na *HC* a tentativa de colocar a sé romana como a última instância nessa matéria; a crónica pretende demonstrar que os papas tinham o poder de dispor sobre as questões eclesiásticas da Península Ibérica.

Um segundo episódio anterior ao governo de Gelmírez, referido duas vezes na obra, é a caricata afronta que um bispo compostelano comete contra um cardeal romano enviado à Hispânia. Chegando este à Galiza, destacou os seus mensageiros para que anunciassem a sua chegada ao bispo e este declarou-lhes que os representantes da sua Igreja deveriam usufruir do mesmo tipo de receção em Roma que receberiam os cardeais romanos em Compostela. A primeira vez que tal é recordado no texto é pela mão de Munio Afonso, quando conta como Gelmírez se preparava para receber o pálio, em 1105 – o abade cluniacense, Hugo, relata este acontecimento ao prelado de Compostela³²⁸. Num segundo momento, Geraldo prepara-se para registar as várias viagens que se realizaram a partir de 1118 com o intuito de se obter a dignidade metropolítica, que, segundo o cronista, já se tinha tentado precisamente naquela viagem de 1105. Geraldo acrescenta que um legado romano visitara a Hispânia nos tempos em que vigorava a lei toledana com o objetivo de verificar que “costume eclesiástico” (“consuetudinis ecclesiastice”) se praticava ali. O redator não hesita em explicar que esta arrogância de um bispo compostelano de querer igualar a sua sé à romana prejudicava a Igreja compostelana junto do Papado ainda no momento presente³²⁹.

iam subrogatum inuenerunt.” (*HC*, I, 7.1). As cartas de Pascoal II sobre o assunto constam em *HC*, I, 7.2 e 7.3; JL 5810-5811 (Latrão, 29 de dezembro de 1099) = PL CLXIII, Paschalis II papae eps. IV-V, cols. 33-34.

³²⁸ “«Ite – inquit – ad huius ecclesie cardinalis et tantum obediencie honorisque Romane ecclesie cardinalibus exhibeant, quantum eis postea Romani cardinales uersa uice Rome exhibituri sunt.»” (*HC*, I, 16.6).

³²⁹ “Tempore siquidem Toletane legis quidam cardinalis atque legatus Sancte Romane Ecclesie uenit in Hispaniam, ut uideret, quid scientie, quid religionis, quidue consuetudinis ecclesiastice ibi haberetur. Cumque uenisset in Gallitiam, nuntios suos, ut decebat, ad episcopum loci illius Compostellam premisit. Episcopus autem Compostellanus, accersito uno de thesaurariis ecclesie beati Iacobi: «Ecce», inquit, «adest cardinalis Romane Ecclesie. Vade et, quantum obsequii impendit tibi Rome, tantumdem impendas ei Compostelle. Quantum famulata est tibi Romana Ecclesia, tantumdem famuletur ei Compostellana Ecclesia». Quod dictum nullo sale conditum, immo magno supercilii pondere suffarcinatum Romana

Este episódio foi inserido por ambos os cronistas no relato de dois acontecimentos extremamente importantes para Diego Gelmírez – a receção do pálio e a elevação de Compostela a arcebispado foram duas das suas maiores conquistas –, pelo que se depreende quão profundamente esta história marcava as relações entre Compostela e Roma, de tal modo que ainda no século XII, em dois momentos diferentes – 1105 e 1118/1120 – continuava a assombrar a diocese compostelana e a constituir um obstáculo para os intentos de Gelmírez junto do Papado. No entanto, se realmente aconteceu não é o fator mais relevante, pois este incidente na verdade representava um mal-estar entre as duas sés que se poderia justificar pela alegada ambição de Compostela de ascender a um patamar próximo do de Roma na Cristandade latina, nomeadamente o lugar de sé patriarcal. A diocese galega contava com o forte argumento da presença do corpo do apóstolo S. Tiago na catedral compostelana – o próprio cronista Geraldo evoca-o como um fundamento para os receios de Roma relativamente às aspirações desta Igreja³³⁰. Com efeito, nos inícios do século X, a diocese começa a ser apelidada de “sedes apostolica”, num período em que, no Ocidente, tal designação apenas era aplicada à Igreja romana, o que levou o papa Leão IX a excomungar Crescónio, bispo de Iria, no concílio de Reims de 1049. É interessante constatar que esta notícia está presente na narrativa de Anselmo de Reims, a *Historia dedicationis ecclesiae S. Remigii apud Remos*, a qual informa que o papa excomungou “o arcebispo de Santiago da Galiza”³³¹. Iria-Compostela não era um arcebispado em meados do século XI, mas esta simples afirmação diz-nos muito sobre a relevância que esta sé tinha no quadro eclesiástico ocidental, para quem escrevia no espaço além-Pirenéus. Esta visão de Compostela como uma diocese central no Ocidente já no século XI também se denota no pensamento peninsular: em 1086, foi produzido o mapa-mundo de Beato do Burgo de Osma que contém uma geografia da evangelização do mundo e representa a Igreja compostelana maior do que a de Roma, validando a ideia

Ecclesia usque in hodiernum diem habet pre oculis, et rememoratum sepius ecclesie beati Iacobi obfuit et obest.” (HC, II, 1).

³³⁰ “Verebatur siquidem Romana ecclesia ne Compostellana ecclesia tanto subnixa apostolo, adeptis iuribus ecclesiastice dignitatis, assumeret sibi apicem et privilegium honoris in occidentalibus ecclesiis et, sicut Romana preerat ecclesia et dominabatur ceteris ecclesiis propter Apostolum suum. Quod Romana ecclesie et tunc nimium uerebatur et usque hodie ueretur et precauet in futurum.” (HC, II, 3.3).

³³¹ DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010, p. 251-254, 383-385 e LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Años Santos Romanos y Años Santos Compostelanos”, 1999, p. 214-215.

da pregação de S. Tiago na Península Ibérica³³². A *HC* não adere a esta tese, defendendo a pregação deste apóstolo em Jerusalém e a vinda do seu corpo para a Galiza, pactuando implicitamente com a ideia de que a Igreja da Hispânia fora fundada por ação de homens apostólicos enviados desde Roma. Vista por esta perspetiva, a apostolicidade de Compostela, pela presença do corpo, era aceite por Roma³³³, mas, como indica Geraldo, ainda no século XII se sentiam os ânimos impacientados.

As tentativas de “imitar” Roma continuarão no tempo de Diego Gelmírez. Como explica Fernando López Alsina, o bispo introduzirá em Compostela “pautas de conducta y de organización romanas, propias de una sede apostólica”, estando protegido pelo reconhecimento da apostolicidade da sua diocese pela Santa Sé. O prelado procurou estabelecer diversos costumes romanos, como se pode apreender através da própria *HC*, entre os quais a instituição de sete cardeais-presbíteros³³⁴.

Além destas reflexões sobre a relação concreta entre Compostela e Roma, os episódios descritos na *HC* também deixam transparecer a tentativa de estender a influência romana sobre a Península Ibérica, nomeadamente sobre o reino de Leão e Castela, no que respeitava a duas questões fundamentais para a Igreja romana neste período: o controlo das eleições episcopais por eclesiásticos e a uniformização do rito³³⁵;

³³² DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010, p. 113-114, 386.

³³³ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Años Santos Romanos y Años Santos Compostelanos”, 1999, p. 215-216 e DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010, p. 389-391. No primeiro capítulo da crónica, Munio Afonso relata a vinda do corpo de S. Tiago desde Jerusalém até à Galiza. A apostolicidade de Compostela, em virtude das relíquias do apóstolo, é reconhecida por Urbano II no documento outorgado ao bispo Dalmácio em 1095 (*HC*, I, 5.2; JL 5601 (Privas, 5 de Dezembro de 1095) = PL CLI, Urbani II papae ep. CLXVI, cols. 440-441).

³³⁴ LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Años Santos Romanos y Años Santos Compostelanos”, 1999, p. 215-216, onde se indicam outras medidas incorporadas na diocese compostelana à semelhança da sé romana. Sobre a instituição dos cardeais-presbíteros vejam-se as bulas de Pascoal II insertas em *HC*, I, 13, I, 44 (JL 6042 (Latrão, 24 de outubro de 1105) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CLIX, col. 170) e *HC*, I, 45 (JL 6208 (Benevento, 30 de outubro de 1108) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCLXII, col. 247; *Historia Compostelana*..., 1950, p. 101). O primeiro documento não tem data e poderá não ser autêntico, de acordo com Pascual Galindo Romeo (GALINDO ROMEO, Pascual – *La diplomática en la “Historia Compostelana” (siglo XII)*, 1945, p. 12, nota 15). Leiam-se igualmente as indicações de José Campelo, que apontou para o ano 1104 (*Historia Compostelana*..., 1950, p. 44, nota 2) e de Richard Fletcher, que acreditou tratar-se de 1101 (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 170).

³³⁵ Sobre a introdução do rito romano na Península Ibérica, e particularmente no reino de Leão e Castela, leiam-se os estudos reunidos em REILLY, Bernard F. (ed.) – *Santiago, Saint-Denis, and Saint-Peter, The Reception of the Roman Liturgy in León-Castile in 1080*, 1985, além de DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010, p. 403-484 e RUCQUOI, Adeline – “Cluny, el camino francés y la reforma gregoriana”, 2010.

revelam de igual modo um possível mal-estar da parte do bispo compostelano incógnito relativamente a essa manifestação de autoridade. Ambos os episódios são referidos por dois cronistas, que escreviam em cronologias não muito distantes uma da outra mas, ainda assim, diferentes, o que demonstra a importância que as duas histórias tinham no meio compostelano e aproximam o tempo de Diego Gelmírez aos novos preceitos romanos.

É preciso notar, porém, que este esforço de difundir o Primado de Roma nos reinos ibéricos cristãos, e mesmo a frequência dos contactos entre ambos os espaços, são realidades mais ou menos recentes em relação ao tempo da escrita da *HC*, uma vez que apenas se tornaram realmente efetivos a partir da segunda metade do século XI, em especial desde o pontificado de Gregório VII. Durante séculos, tal como ficou patente na investigação de Thomas Deswarte, a Igreja hispânica gozara de grande independência face ao controlo do Papado³³⁶, tal como as restantes Igrejas do Ocidente europeu na generalidade.

Em relação a Compostela, a *HC* induz a pensar que o episcopado gelmiriano abalou definitivamente os indícios de resistências às reformas que emanavam de Roma e impulsionou os contactos entre as duas Igrejas. Os capítulos da responsabilidade de Munio Afonso dedicados à prelazia de Diego Gelmírez centram-se nos anos 1100-1110 e, por aqueles que contêm menções a Roma, podemos interpretar a primeira década do seu governo como um período de grande proximidade com o Papado. São inúmeras as cartas enviadas por Pascoal II a Gelmírez ou a outros hispanos que foram reproduzidas na crónica e são várias as viagens que se relatam com destino a Roma, incluindo duas do próprio prelado, tendo em vista a obtenção de reconhecimento e privilégios por parte daquele pontífice³³⁷. São as primeiras afirmações de Gelmírez como o novo bispo de Compostela, não só externamente, junto da Santa Sé, por forma a criar um contraste com governos anteriores que, como vimos, não pautaram pela tranquilidade, mas também

³³⁶ DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010. Em concreto sobre a relação da Igreja do reino de Leão e Castela com o Papado na época da *HC* consulte-se também FLETCHER, Richard A. – “Las iglesias del reino de León y sus relaciones con Roma en la Alta Edad Media hasta el concilio IV de Letrán de 1215”, 1994.

³³⁷ Isto também se deve, em grande medida, à natureza do trabalho de Munio Afonso, que privilegiou a inclusão de documentos que contextualizassem a história da sé compostelana, contrariamente a Geraldo, que preferiu a construção de uma narrativa e alargou o âmbito dos temas tratados. Relativamente à procura de privilégios e benefícios junto dos sumos pontífices nesta época por parte dos bispos castelhano-leoneses leia-se FLETCHER, Richard A. – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*, 1978, p. 188 e seguintes.

dentro da hierarquia eclesiástica peninsular face a outras dioceses com as quais se desenvolviam diferendos nestes primeiros anos, especialmente Mondonhedo e Braga.

Em rigor, o primeiro contacto direto de Gelmírez com Roma é a sua visita à cidade em 1100 “para orar” (“orationis gratia”), antes de ser eleito bispo. Tratou-se certamente de uma peregrinação, mas não só: durante a sua estadia, foi ordenado subdiácono. A atribuição desta prerrogativa e o estreitamento das relações com Pascoal II terão sido uma mais-valia para a sua eleição como bispo, que, segundo Munio, já estava a ser programada antes da viagem³³⁸. Mais do que isso, nessa jornada Gelmírez teria contactado com Guido de Vienne, irmão do conde Raimundo, tal como se recorda a propósito da eleição daquele como papa Calisto II, o que poderá ter tido uma influência decisiva na corte romana para favorecer a eleição de Gelmírez como bispo³³⁹. O cronista inclui a carta do papa dirigida à Igreja compostelana, datada de 18 de março de 1100, que comenta já a possibilidade de Gelmírez ser promovido a bispo³⁴⁰.

Ainda nesse ano, a 1 de julho, concretizou-se a eleição episcopal³⁴¹. Colocou-se então a hipótese de o novo bispo realizar uma segunda viagem a Roma para ser consagrado, uma vez que desde 1095, em virtude do privilégio atribuído por Urbano II a Dalmácio, Compostela estava isenta de metropolitano, pelo que os seus bispos eleitos deveriam ser consagrados pelo papa. Contudo, a viagem não se realizou devido aos perigos que ameaçavam o recém eleito prelado compostelano e os aliados do rei Afonso VI – Diego Peláez já se encontrava em Aragão, protegido pelo rei Pedro I (1094-1104). Ao invés, são enviados legados ao papa para explicar a situação e pedir alternativas para a consagração de Gelmírez³⁴². As cartas emitidas desde a cúria papal, estacionada nesse momento em

³³⁸ “(...) qui orationis gratia limina beati Petri adiuerat, ubi ad ordinem subdiaconatus promotus est, usque ad aduentum eius electionem fieri modis omnibus distulimus (...)” (HC, I, 8.1).

³³⁹ “Quippe inter predictum Viene archiepiscopum et hunc ecclesie sancti Iacobi episcopum magne dilectionis conexio a preteritis fuerat, tum quia olim ambo simul Romam adierant (...)” (HC, II, 9). Richard Fletcher considerou que este encontro entre Guido e Gelmírez acontecera em 1100 (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 109-110).

³⁴⁰ “(...) quem in Apostolice Sedis gremio subdiaconum ordinatum uestre caritati remittimus (...) quin deinceps largiente Domino suis temporibus ad sacros ordines debeat promoueri.” (HC, I, 8.2); JL 5822 (Roma, 18 de março de 1100) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XI, col. 36.

³⁴¹ Sobre a eleição e a consagração de Diego Gelmírez consulte-se VONES, Ludwig – *Die «Historia Compostellana»...*, 1980, p. 100-148 e FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 109-114.

³⁴² “(...) quia eundem electum Rome consecrandum iuxta privilegium predecessoris sui domini Dalmatii cognoueramus, ne suorum hostium dolosis insidiis in eundo uel in redeundo forte caperetur, interruptentibus suspiriis ualde doluimus. Didacus quippe Pelaiz ex-episcopus et eius propinqui cum

Melfi, não chegam a Compostela no tempo devido, pelo que são enviados novos mensageiros, entre os quais Munio Afonso, que trazem finalmente as disposições do papa, que já se encontrava em Latrão³⁴³. Gelmírez só foi consagrado, assim, a 21 de abril de 1101.

À parte o facto de Compostela estar subordinada à Santa Sé em virtude da sua isenção de metropolitano, estas ligações iniciais com Roma continuam a revelar o papel que a sé romana reivindicava nas eleições episcopais e a disponibilidade do meio compostelano em reconhecer essa autoridade. Ultrapassadas estas questões formais, o compostelano trata de continuar de imediato os contactos com Roma para obter algumas garantias. As primeiras, entre os anos 1101 e 1103, constituem uma evidente afirmação de Compostela relativamente a Braga, sobretudo tendo em conta a recente reconstituição da metrópole bracarense pelos anos 1099-1100³⁴⁴: em primeiro lugar, Gelmírez procura que a isenção de Compostela – diocese anteriormente sujeita a Braga – fosse confirmada por Pascoal II, e entre os legados enviados a Roma para tratar este assunto encontra-se novamente Munio Afonso³⁴⁵. Este privilégio, tal como o anterior obtido por Dalmácio, mencionava também, genericamente, as propriedades que haviam sido doadas à diocese de Iria até 1095 e que, desde então, deveriam pertencer na íntegra a Santiago de Compostela³⁴⁶. Em segundo lugar, Gelmírez conseguiu, por intermédio dos seus representantes em Roma, entre os quais Hugo, futuro bispo do Porto, um documento datado de 1 de maio de 1103,

domino Petro Aragoniensium rege, per cuius regnum ipsi electo transeundum erat, morabantur et ideo gloriosus rex Ildefonsus et beati Iacobi ecclesia nequaquam eum Romam ire consecrandum permittebant captionis periculum a supra dictis hostibus ille metuentes.” (HC, I, 9.1). “(...) Romam sollicite iuimus et diuina interueniente clementia has litteras ampliori collectione descriptas summo labore detulimus.” (HC, I, 10.1).

³⁴³ Pascoal II propôs que fosse consagrado pelo bispo de Maguelone ou pelo de Burgos, que também estava diretamente sujeito ao sumo pontífice (HC, I, 9.2, 9.3, 9.4, 10.2 e 10.3; JL 5839-5840 (Melfi, 14 de outubro de 1100) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XXV-XXVI, cols. 44-45 e JL 5860-5862 (Latrão, 25 de março de 1101) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XLI-XLIII, cols. 63-64).

³⁴⁴ Assim justifica Ermelindo Portela (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 31). Sobre a chegada de Geraldo a Braga e a restauração da metrópole bracarense leia-se AMARAL, Luís Carlos – “A Vinda de São Geraldo para Braga...”, 2011, p. 157-192.

³⁴⁵ “In primo etenim anno sui pontificatus me nondum thesaurarium cum quodam Gaufrido archidiacono Romam sollicitus delegauit, ut priuilegium, quod predecessor eius Dalmatius a domino Urbano sancte memorie Romano episcopo de libertate ecclesie impetrauerat, sanctissimus dominus Papa Paschalis, qui ei successerat, auctoritatis robore confirmaret et confirmando aliqua ecclesie nostre utilia subministraret.” (HC, I, 11).

³⁴⁶ O privilégio obtido por Dalmácio encontra-se em HC, I, 5.2 (JL 5601 (Privas, 5 de dezembro de 1095) = PL CLI, Urbani II papae ep. CLXVI, cols. 440-441). A confirmação do mesmo conseguida por Diego Gelmírez pode ler-se em HC, I, 12 (JL 5880 (Latrão, 31 de dezembro de 1101) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. LVI, cols. 78-79).

que estendia a proteção direta que a Igreja romana tinha sobre Compostela a todas as igrejas que pertencessem ao senhorio de Santiago, mesmo que situadas noutras dioceses, reforçando a autoridade de Gelmírez sobre essas propriedades e sobrepondo-a à dos demais prelados³⁴⁷. Claramente o compostelano tinha em mente, entre outras possessões, aquelas que se situavam na diocese bracarense – as igrejas de S. Vítor e de S. Frutuoso e a vila da Correlhã. Com efeito, o capítulo que sucede à cópia do privilégio de Pascoal contém a célebre *translatio*, narrada precisamente por Hugo, respeitante ao roubo de algumas relíquias bracarenses ocorrido em 1102, levadas para Compostela por Diego Gelmírez³⁴⁸. Ambos os documentos visavam proteger, tendo em conta o seu enquadramento na *HC*, a ação que o prelado levou a cabo.

Em 1105, Gelmírez realiza a segunda viagem à sede papal para solicitar o pálio. Este objetivo não é inicialmente explícito – Munio Afonso apenas regista que o bispo se encontrou com o rei Afonso VI e que ficou acordado entre ambos que Gelmírez iria a Roma “para conseguir alguma dignidade” (“impetrande alicuius dignitatis”)³⁴⁹. Quando finalmente chega ao destino – o que nenhum bispo compostelano anterior tinha feito voluntariamente, segundo o cronista –, foi-lhe entregue o pálio, privilégio “que tanto havia desejado” (“ualde desiderauit”)³⁵⁰. O cronista dá a entender, por isso, que fora algo

³⁴⁷ “Iterum amore beati Iacobi succensus et huius precedentis impetrationis odore excitatus duos ex canonicis nostris, uidelicet Hugonem et Didacum, pro honore et reuerentia sue ecclesie Romam misit et has subscriptas litteras ab eis redeuntibus suscipiens successoribus suis reliquit.” (*HC*, I, 14.1). O privilégio outorgado por Pascoal II é incluído por Munio Afonso em *HC*, I, 14.2 e consta nos registos papais com a data de 1103 (JL 5942 (Latrão, 1 de maio de 1103) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XCIII, col. 113), ao contrário das notas de José Campelo e de Emma Falque, que indicam o ano de 1102 (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 45, nota 1; *Historia Compostelana*, 1994, p. 94, nota 147). Esta informação invalida o que foi dito no trabalho já desenvolvido sobre a *Historia Compostellana*, BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 86, onde se afirmou que o documento datava de 1102 e não fora encontrado nas fontes habitualmente consultadas para a identificação dos diplomas pontifícios. Além disso, considerou-se que teria antecedido o “pio latrocínio” como forma de o acautelar, quando na verdade foi posterior a esse acontecimento. De qualquer modo, não deixará de estar relacionado com o evento.

³⁴⁸ Episódio relatado em *HC*, I, 15. BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 81-94.

³⁴⁹ “Qui de diuersis negotiis colloquentes tacita assertione disposuerunt, ut ipse diuine pietatis confidentia roboratus cum quibusdam canonicorum suorum gratia impetrande alicuius dignitatis Romam peteret et, ne ab inimicis regis illata sibi aliqua pateretur aduersa, clanculum diuertendo incederet.” (*HC*, I, 16.1).

³⁵⁰ “Cum autem sacrum intraret palatium, quia nullus episcoporum huius ecclesie Rome sponte fuerat, tanto affectu precordialissime dilectionis dominus Papa hunc suscepit, quod, si subtilius consideremus, paucissimos ita suscepisse arbitramur (...). Tandem superna cooperante gratia palleum, quod ualde desiderauit, in ecclesia sancti Laurentii ab altari iuxta Romanam consuetudinem de Dei misericordia confidens religiose accepit et per hoc subsequens priuilegium sancti Iacobi ecclesie in perpetuum tradidit.” (*HC*, I, 17.1). O privilégio da concessão do pálio consta em *HC*, I, 17.2; JL 5986 (Latrão, 31 de outubro de

planeado, e também devemos inserir esta jornada no contexto da relação entre Compostela e Braga após a ocorrência do “pio latrocínio”, tal como referimos no capítulo anterior. Provavelmente devido à ação de Geraldo, arcebispo de Braga (1097/1099-1108), Pascoal II reagira ao roubo das relíquias com uma bula que, embora não instigasse o compostelano a devolver o tesouro, intimava-o a restituir ao bracarense as propriedades que tinha em Braga. Este documento naturalmente não consta na *HC*³⁵¹, mas depreendemos por ele que a imagem de Compostela que circularia em Roma nesse momento estaria maculada, ainda que pela narrativa tenhamos simplesmente a impressão de que essa imagem era fruto de desentendimentos anteriores a Gelmírez, tal como nos explica Munio Afonso através da construção do discurso do abade Hugo de Cluny. O objetivo principal desta viagem, assim como da anterior, segundo Ermelindo Portela, era “procurar la alianza estable de los papas”, o que na sua opinião foi conseguido³⁵².

Depois desta intensa atividade em Roma, Munio Afonso suspende as alusões à cidade e direciona a sua atenção para questões internas da sé compostelana, nomeadamente relacionadas com a atividade de Gelmírez de construção e restauração de património e com algumas doações de propriedades feitas à sua diocese. Roma só volta a aparecer no horizonte deste cronista quando o conflito surgido em 1102 entre Compostela e a sé de Mondonhedo sobe de tom por volta de 1110³⁵³. Nessa altura são enviados mensageiros compostelanos a Pascoal II para lhe apresentarem a querela acerca da posse dos arceprebendados de Bezoucos, Trasancos, Seaya, Labacengos e Arros, que apenas foi resolvida definitivamente em 1122, quando o próprio Munio Afonso era bispo de Mondonhedo³⁵⁴. A bula de Pascoal II, *Sicut iniusta*, de 21 de abril de 1110, é de certo modo uma continuidade dos documentos anteriores concedidos pelo mesmo pontífice – o papa confirma a Compostela todos os territórios que pertenceram anteriormente à

1104) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CXXI, cols. 132-134. Ludwig Vones considerou que data de 21 de outubro de 1105, o que colocaria a viagem do bispo compostelano a ter acontecido nesse ano (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “*Didacus Gelmirus*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 88-89).

³⁵¹ A bula *Et fratrum relatione*, de 1 de abril de 1103, encontra-se publicada no *Liber Fidei (Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae)*, 1965, tomo I, p. 7-8, doc. 4).

³⁵² PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 46.

³⁵³ Para se compreender o desenvolvimento do problema veja-se PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 48-49 e FLETCHER, Richard A. – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*, 1978, p. 191-193.

³⁵⁴ Este tema, tanto na narração de Munio Afonso como na documentação inserta por este cronista, é tratado do capítulo I, 34 ao I, 36 e tem continuação em capítulos posteriores da responsabilidade de Geraldo.

diocese de Iria. Contudo, ao contrário dos primeiros diplomas, neste são detalhados lugares, incluindo os arciprestados que eram disputados com Mondonhedo e as propriedades portucalenses, que eram objeto de discórdia com Braga³⁵⁵.

O contínuo envio de legados a Roma entre 1102 e 1110 para resolver o diferendo com Mondonhedo é sublinhado por Munio Afonso, que dá grande destaque ao recurso que Compostela tinha no Papado³⁵⁶. Quando Geraldo recupera este tema ao tratar da retoma do conflito com o próprio Munio enquanto bispo de Mondonhedo, no ano 1122, recorda como Gelmírez tinha gastado muito dinheiro ao enviar legados a Roma repetidas vezes³⁵⁷.

Assim que Geraldo assume a responsabilidade no trabalho de composição da obra, as menções a Roma tornam-se esbatidas e muitas das informações que apresentamos de seguida não são fruto de referências diretas à cidade, apesar de serem relevantes para compreendermos as interações que se iam mantendo com o Papado. As lacunares alusões à cidade feitas por Geraldo explicam-se pela conjuntura que este cronista trata na crónica: por um lado, o período de 1109 a 1118 é marcado mais preementemente na *HC* pelas preocupações políticas de Gelmírez que envolviam o reino de Leão e Castela e, em particular, a Galiza: a morte de Afonso VI e a sua sucessão conturbada, a guerra peninsular entre Urraca e o rei de Aragão, a relação do bispo com a rainha e a segurança de Afonso Raimundes, assim como a revolta compostelana que ocorreu em 1116-1117. Por outro lado, quando a partir de 1118 foi necessário prosseguir com maior intensidade o diálogo com o Papado, os pontífices que sucederam a Pascoal II – Gelásio II e Calisto II – não se encontravam em Roma, mas no reino de França, como vimos.

³⁵⁵ *HC*, I, 36; JL 6264 (Latrão, 21 de Abril de 1110) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCXCVI, cols. 272-273. Acerca da relação da bula de Pascoal II com as propriedades que Compostela tinha na diocese de Braga e o acordo que Gelmírez fez com o arcebispo Maurício leia-se BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 113-117. Fernando López Alsina crê que este respaldo de Roma pelo ano de 1110 também teria que ver com a instabilidade política dos primeiros anos do reinado de Urraca (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 62).

³⁵⁶ “Quarum quidem preceptione tam nos quam ipsi apud Kal. Octob. Romam magna festinatione iuimus (...)” (*HC*, I, 34.7). “Acceptis itaque tam Toletani archiepiscopi quam etiam totius concilii litteris, idem episcopus suum archidiaconum, nomine Gaufridum, super hoc negotio Romam direxit et, quia Minduniensis ecclesie nuncii defuerunt, dominus Papa non determinavit iudicium, sed Toletano archiepiscopo per has litteras determinandum commisit.” (*HC*, I, 34.9). “Accepta ergo tam clericorum quam populi obedientia prefatus episcopus duos de clericis suis, Gaufridum uidelicet eiusdem ecclesie archidiaconum et Petrum capellanum, super huiusmodi omnibus citato calle Romam direxit, qui a domino Papa subsequentes litteras huic negotio finem imponentes asportarunt.” (*HC*, I, 36).

³⁵⁷ “(...) qua in re noster archiepiscopus, ut adipisceretur, quod sue ecclesie esse astruebatur, frequenter clericos suos Romam delegando non modicas expenderat pecunias (...)” (*HC*, II, 56.1).

A propósito do conflito com Aragão, a intervenção papal é timidamente mencionada. Há somente duas missivas de Pascoal II copiadas pelo cronista que se referem à contenda – concretamente, ao casamento incestuoso e às desordens que se espalhavam por Leão e Castela. Uma encontra-se incompleta e tem data incerta³⁵⁸ e a outra data de 14 de abril de 1113³⁵⁹. Apesar de Geraldo registar que, face à violência do aragonês, Gelmírez contactara várias vezes o papa para que enviasse um representante que examinasse a situação da Hispânia e obrigasse o *Batalhador* à paz ou o castigasse, não há referências diretas a idas a Roma e apenas somos informados sobre a chegada de Hermengardo, o abade de São Miguel da Chiusa, abadia situada no Piemonte (Itália), enviado por Pascoal II à Hispânia, em 1112³⁶⁰. Este abade encontrou-se com o aragonês e com Urraca em Carrión, onde a rainha tinha o marido cercado. Proibiu-os de voltar ao matrimónio – que era considerado ilegítimo pela Igreja mercê do parentesco de ambos – e instou a que se terminassem os atos de violência. Dirigiu-se depois à Galiza, onde esteve com Gelmírez em Compostela, que o informou sobre a situação que se vivia na Hispânia desde a morte de Afonso VI³⁶¹. Não se deixa de evocar a autoridade de Roma neste assunto, explicitamente em relação a Urraca, que temia as consequências de ordem espiritual que a Igreja lhe poderia impor ao estar casada com um parente³⁶², mas podemos afirmar também que aquela autoridade era muito desejada por Diego Gelmírez para dar resposta aos seus propósitos políticos: assegurar a herança de Afonso Raimundes e garantir que a Galiza fosse independente, pelo menos, de soberania aragonesa. Todavia, Geraldo não realça demasiado o papel de Roma nestes problemas, exceto no longo capítulo que redige sobre a intervenção do abade Hermengardo, que não teve nenhum efeito prático, pois no capítulo seguinte o casal reconcilia-se e separa-se de novo, dando continuidade à guerra.

³⁵⁸ *HC*, I, 47. A carta é datada, consoante os investigadores, de 1109 ou 1110 (*Historia Compostelana*, 1994, p. 156, nota 407; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 104-105; JL 6279 (c. 1110) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCCVII, col. 280).

³⁵⁹ *HC*, I, 89.3; JL 6350 (14 de abril de 1113) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCCLXIV, cols. 321-322.

³⁶⁰ “His igitur atque aliis Romanus Pontifex a Compostellane sedis episcopo multotiens suppliciter ammonitus uenerabilem personam, scilicet Clusensem abbatem, ad Hispanos misit.” (*HC*, I, 79.2). Sobre a identidade deste abade consulte-se o subcapítulo 2.1.5.

³⁶¹ Todo o capítulo I, 79 narra a intervenção de Hermengardo no conflito entre Urraca e Afonso I.

³⁶² “(...) quocirca quoniam fas et leges talia prohibebant, Romane auctoritati satisfacere non repugnabat; nouerat enim quod sub specie penitentie Deum offendere est penitentie aditum denegare.” (*HC*, I, 79.3). As famílias dos dois monarcas entroncavam em Sancho III de Navarra (1004-1035).

Em 1114 existem já algumas movimentações no sentido de se procurar a dignidade arcebispal para Santiago de Compostela³⁶³. Através de uma carta de Pascoal II e de outra do chanceler romano João de Gaeta, dirigidas ao bispo, compreendemos que Gelmírez já tinha enviado legados a Roma para solicitar essa prerrogativa³⁶⁴. Ambos dissuadem o compostelano das suas intenções, uma vez que as guerras que assolavam a Hispânia não permitiam alterações eclesiásticas da ordem que Gelmírez pretendia. Por João de Gaeta ficamos a saber que o pontífice se ausentara de Roma, atrasando as conversações, mas que estas incluíam, pelo menos, a trasladação da dignidade de Mérida para Compostela³⁶⁵. Contudo, é preciso contemplar a hipótese de que a de Braga também fosse mencionada pelos legados compostelanos na cúria papal neste período, dados os acontecimentos do ano de 1114: ambas as missivas são copiadas por Geraldo após o cronista redigir a notícia acerca do concílio celebrado em Compostela a 17 de novembro desse ano, que congregou bispos sufragâneos de Braga: os prelados das dioceses galegas de Mondonhede, Tui, Lugo e Ourense e o bispo Hugo do Porto, que constituíram uma irmandade e prometeram reunir-se anualmente em Santiago de Compostela. Este concílio realizou-se durante um período em que os arcebispos de Braga e de Toledo, Maurício e Bernardo, estavam desavindos, tendo o primeiro sido suspenso na sequência de uma querela em torno da diocese de Leão³⁶⁶. Em 1115, Gelmírez enviou a Roma o seu habitual aliado, o bispo Hugo, e um outro clérigo, Lourenço, pois insistia em elevar a sua Igreja³⁶⁷. No entanto, as cartas que estes clérigos trouxeram de Pascoal II, emitidas em Benevento a 15 e a 20

³⁶³ Na realidade, segundo crê Fernando López Alsina, já em 1110 há insinuações nesse sentido numa carta de Pascoal II, que foi copiada por Munio Afonso para a *HC*: “Petitionem, quam nobis tam uestra quam ex cleri et populi parte ecclesie uestre filii, G. archidiaconus et Petrus capellanus, qui ad nos missi sunt, suggesserunt, ad presens implere non possumus, sicut idem nuntii uobis poterunt uiuis uocibus intimare.” (*HC*, I, 37.1). LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 62; JL 6265 (abril de 1110) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCXCVII, col. 273.

³⁶⁴ Apenas a missiva papal está datada, pelo que supomos que a do chanceler teria uma data aproximada (*HC*, I, 101.3; JL 6397 (Latrão, 24 de junho de 1114) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCCXCIII, col. 356). A carta do chanceler romano pode ler-se em *HC*, I, 101.4.

³⁶⁵ “Illud enim parum quod Christiani tenent de prouincia Emerite, Toletanus episcopus possidet, quem hoc tempore in tanta compressione perturbare peccatum est.” (*HC*, I, 101.4).

³⁶⁶ A notícia sobre esta reunião de bispos vem narrada em *HC*, I, 101.1 e 101.2. BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 121-125. Veja-se igualmente o subcapítulo 3.3 acerca do problema que respeitava à diocese leonesa.

³⁶⁷ “Licet predictus episcopus cum canonicorum suorum consilio tot et tantis anhelaret ad sublimationem ecclesie, non preter misit tamen quin nuntios suos Romam delegaret, uidelicet Hugonem Portugalensem episcopum, qui prius ecclesie beati Iacobi archidiaconus fuerat, et L. clericum suum (...).” (*HC*, I, 105.1).

de agosto daquele ano, não mencionam petição alguma do compostelano³⁶⁸. De qualquer modo, Diego Gelmírez claramente aproveitava as circunstâncias em que se encontrava o arcebispo bracarense para fazer frente à autoridade de Braga e talvez até diminuí-la em seu proveito.

Após o período conturbadíssimo de 1116-1117, só no Livro II a narrativa mergulha definitivamente nas intensas conversações entre Compostela e o Papado para elevar a diocese de Gelmírez a arcebispado, que decorrem na sua grande maioria nas Gálias³⁶⁹. Das alusões a Roma presentes na crónica durante o período de 1118-1120, concluímos que Geraldo lança um olhar para o passado e recorda as relações diplomáticas entre Roma e Compostela em dois sentidos: em primeiro lugar, realça os esforços que Gelmírez vinha fazendo praticamente desde que fora eleito bispo para conseguir aquele privilégio e reforça que nenhum antecessor tinha desejado tão alta dignidade – inclusivamente já o tinha tentado quando fora a Roma em 1105³⁷⁰. Em segundo lugar, o cronista faz interessantes observações sobre a visão que o Papado tinha da Igreja compostelana até esse período, assegurando que aqueles contactos que Gelmírez estabelecera com a sede papal e a sua humildade tinham eliminado uma rivalidade que Roma sentia em relação a Compostela, visto os pontífices considerarem que a diocese galega se comportava como sua igual e não como sua subordinada. É neste contexto que Geraldo comenta o episódio pela primeira vez mencionado por Munio Afonso sobre a arrogância de um bispo compostelano em relação a um cardeal romano e refere a apostolicidade de Santiago de Compostela como um fator determinante para o crescimento dos temores da sé romana³⁷¹.

³⁶⁸ *HC*, I, 105.2 (JL 6466 (Benevento, 20 de agosto de 1115) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDXXXV, col. 387) e *HC*, I, 106 (JL 6462 (Benevento, 15 de agosto de 1115) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDXXXII, col. 385).

³⁶⁹ Num primeiro momento alguns clérigos ainda foram a Itália – Gelásio II envia uma carta a Gelmírez desde Ferentino (*HC*, II, 3.5; JL 6645 (Ferentino, 16 de junho de 1118) = PL CLXIII, Gelasius II papae ep. XI, col. 494).

³⁷⁰ “Hac igitur compunctus intentione olim Romam petierat et Papam Paschalem obnixius precibus compulerat, ut inferret archiepiscopatum ecclesie beati Iacobi. Sed, quoniam tunc id impetrare non potuit, uix et cum magno sudore pallium impetrauit (sicut superius in hoc registro scriptum est), quod erat iam signum et desponsio future rei.” (*HC*, II, 3.2). “Nempe Natiuitatis Dominice anno M.C.IV ex quo a Papa Pascali pallium Rome adeptus fuerat, quot quibusque modis potuit ad adipiscendum ecclesie beati Iacobi archiepiscopatum aspirauerat. Sepius namque Romanam curiam per amicos et per nuntios suos uisitando excellentissimo Romano Pontifici atque cardinalibus uniuerseque Romane curie exhibuerat obsequium, sicut superius partim scriptum est.” (*HC*, II, 19).

³⁷¹ “Verebatur siquidem Romana ecclesia ne Compostellana ecclesia tanto subnixta apostolo, adeptis iuribus ecclesiastice dignitatis, assumeret sibi apicem et priuilegium honoris in occidentalibus ecclesiis et, sicut Romana preerat ecclesia et dominabatur ceteris ecclesiis propter Apostolum suum. Quod Romana ecclesie et tunc nimium uerebatur et usque hodie ueretur et precauet in futurum. Sed predictus episcopus

Se o redator procura representar Diego Gelmírez como o prelado que colocou um ponto final a essa imagem negativa criada em Roma, a verdade é que este bispo poderia ter contribuído para algumas desconfianças surgidas no seio da cúria papal, pelo menos no tempo de Honório II, como veremos de seguida, devido à notoriedade que ia acrescentando à sua Igreja através de inúmeros benefícios concedidos pelos papas.

A ambição mais urgente de Gelmírez parece satisfeita depois do célebre encontro de Hugo e Calisto II em 1120, em Cluny, que resultou na elevação de Compostela a arcebispado. No entanto, Geraldo copia para a crónica diversas cartas desse papa e de cardeais romanos sobre variados assuntos, duas das quais são particularmente relevantes para compreendermos as aspirações compostelanas desse momento – uma missiva papal emitida em Tivoli em junho de 1121 diz-nos que Gelmírez continuava a desejar a dignidade de Braga³⁷² e uma carta de Deusdedit, cardeal-presbítero de S. Lourenço em Dâmaso, insinua que o arcebispo pretendia algo mais do aquilo que já tinha, o que, de acordo com Emma Falque, poderia ser a primazia da Hispânia que o toledano detinha, ainda que tal nunca seja diretamente dito na crónica³⁷³. Assim, percebemos que mesmo depois de 1120 continuavam a ser enviados emissários compostelanos com regularidade à cúria papal que itinerava pelas Gálias e por Itália³⁷⁴.

Excetuando o conflito com Mondonhedo, retomado em 1122 e atrás apresentado, Roma volta a surgir no texto enquanto destino de legados compostelanos quando Gelmírez pretende que a sua legacia sobre as províncias de Braga e de Mérida fosse

cum canonicis suis quot quibusque modis illius odii et inuidie stimulos, quando Rome interfuit, remouerit, quot quibusque modis per nuntios suos postea Romanam curiam uisitauerit, quantaque humilitate quantumque obsequium domino Pape atque Romane Ecclesie cardinalibus impenderit, exitus rei patefecit. Adeptus est enim cardinalias in ecclesia beati Iacobi et ceteras ecclesiasticas dignitates.” (HC, II, 3.3). “Denique predictus ecclesie beati Iacobi archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus tantam Romane Ecclesie exhibuit humilitatem, quatinus, licet pre ceteris Hispaniarum ecclesiis honore et diuitiis sua polleret ecclesia, omnes tamen humilitate et obsequio circa Romanam Ecclesiam transcendit.” (HC, II, 19). Em HC, II, 1 é relatado o incidente entre o prelado de Iria-Compostela e o representante do papa.

³⁷² “De Bracarense autem charitati tue taliter respondemus. Sicut in partibus uestris fama est et sicut in missis ad nos per P. canonicum et cappellanum tue ecclesie litteris ostendisti, ecclesiam Bracarensem opprimere et tibi eius dignitatem uendicare nimium concupiscis.” (HC, II, 43). JL 6911 (Tiburtino, 21 de junho de 1121) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CXXXVII, cols. 1210-1211.

³⁷³ “De cetero uobis mando, sicut uester confrater et per omnia uobis fidelissimus, quatenus amodo domino nostro C. et curie ita seruiatis, ut et, que obtinetis, obtineatis et, que nondum habetis, habeatis.” (HC, II, 44.1). *Historia Compostelana*, 1994, p. 371, nota 264.

³⁷⁴ O êxito da obtenção da dignidade arcebispal costuma ser considerado como a grande conquista de Gelmírez, após a qual o seu governo tendeu para a decadência, mas para Ermelindo Portela esse privilégio seria apenas uma etapa a que se seguiriam outras, ainda que o prelado acabasse por não conseguir o que pretendia – isto é, a legacia sobre toda a Hispânia e, eventualmente, a primazia da Hispânia (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 62).

confirmada, bem como a dignidade metropolítica de Mérida em regime de perpetuidade. Numa primeira carta com a data de 6 de março de 1123 – uma falsificação, segundo Ludwig Vones³⁷⁵ –, Calisto II parece confirmar o primeiro privilégio. Poucos capítulos depois, o último que Geraldo redige, o cronista conta como Gelmírez enviou novos legados a Roma, não só com cartas suas, mas também da parte do rei e da rainha³⁷⁶, e é emitido um segundo documento em São Fabiano que confirma novamente a legacia de Diego Gelmírez a 29 de novembro de 1123³⁷⁷. Quanto à perpetuidade da dignidade metropolítica de Mérida, Calisto II enviou no mesmo ano uma bula provisória da qual falta a parte final³⁷⁸, para que fosse alterada no que Gelmírez considerasse oportuno, e Pedro Marcio, no capítulo seguinte, copiou a bula oficial, enviada um ano depois³⁷⁹. Este redator, quando assume a continuação do relato de Geraldo, começa precisamente por completar as informações acerca das viagens realizadas a Roma para obter estes privilégios, acrescentando que nessa cidade Gelmírez tinha “amigos e familiares” (“Amicos quoque suos et familiares”) a quem enviou cartas onde pedia que o ajudassem a atingir os seus objetivos³⁸⁰.

³⁷⁵ *Historia Compostelana*, 1994, p. 414, nota 407; VONES, Ludwig – *Die «Historia Compostellana» und die Kirchenpolitik des nordwestspanischen Raumes. 1070-1130...*, 1980, p. 445-451. JL 7020 (Latrão, 6 de março de 1123) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCV, col. 1269. *HC*, II, 60.

³⁷⁶ “Licet archiepiscopus D. inter tot tribulationum turbines positus uexaretur et secularium negotiorum difficultatibus undique circumueniretur, de proficuo tamen et exaltatione sue ecclesie plurimum sollicitus legatos suos P. Fulconis et P. Helie, alterum ecclesie beati Iacobi capellanum, alterum uero archidiaconum, Romam cum sua benedictione, quadringentis scilicet aureis, et cum suis et ex parte regis et regine supplicatoriis litteris necessariis itineris sibi traditis, destinavit (...).” (*HC*, II, 63.1).

³⁷⁷ *HC*, II, 63.2; JL 7085 (São Fabiano, 29 de novembro de 1123) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCXXXVIII, col. 1299.

³⁷⁸ *HC*, II, 63.4.

³⁷⁹ *HC*, II, 64.7; JL 7160 (Latrão, 23 de Junho de 1124) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCLXX, cols. 1321-1322. Os dois documentos têm algumas diferenças entre eles assinaladas por Emma Falque nas suas notas (*Historia Compostelana*, 1994, p. 430-431).

³⁸⁰ “(...) et idcirco metuens, ne sua ecclesia supradicta dignitate priuata et exuta de metropoli efficeretur suffraganea, legatos suos Petrum Fulconis cardinalem et Petrum Helie archidiaconum suum cum sua benedictione, quadringentis scilicet aureis, omnibus necessariis totius itineris eis ambobus ad plenum collatis, Romam destinans dominum Papam per litteras suas supplici et humili uoce rogauit, quatinus metropolitane Emeritane sedis dignitatem, quam Compostellane ecclesie, ut dictum est, ad tempus concesserat, eidem ecclesie ob beati Iacobi reuerentiam in perpetuum obtinendam atque possidendam concederet et concessam auctoritatis sue priuilegio sanciret et confirmaret. Amicos quoque suos et familiares, quos tunc temporis Rome habebat, litteris suis destinatis, obnixius deprecatus est, quatinus sui factores et adiutores in hoc negotio esse satagerent. Legati ergo post inmensos itineris labores et multas anxietates Romam tandem peruenere et maiorem quadringentorum aureorum partem primum domino Pape, ipsius pedes deosculantes et eum ex parte domini archiepiscopi Didaci humilliter salutantes, presentauerunt (...).” (*HC*, II, 64.3).

Deve notar-se que, quando os legados de Gelmírez levaram o documento provisório a Calisto II para que fosse selado, parte do dinheiro que transportavam perdeu-se pelo caminho, pelo que foi necessário repor as vinte e sete onças de ouro que faltavam utilizando uma porção do montante recolhido por outros cónegos que tinham passado uma temporada no sul de Itália a recolher dinheiro junto dos fiéis do apóstolo para as obras da catedral. Nessa altura regressavam à Hispânia e encontravam-se já em Pavia, que dista de Roma uns 600 km a norte. Um dos emissários que se encontravam na cúria papal, Afonso Pérez, deslocou-se a Pavia para resolver o problema que tinham em mãos³⁸¹. De Roma a Pavia e no regresso a Roma, Afonso percorreu uma distância muito significativa, e devem ser realçados os contactos que se mantinham entre cónegos de Santiago de Compostela não só a grandes distâncias da sua Igreja, como também a grandes distâncias uns dos outros, de modo a concluir fielmente os negócios de que eram incumbidos.

Depois de Pedro Marcio completar o relato de Geraldo, o novo redator refere-se a Roma frequentes vezes, principalmente porque vários prelados recorrem à Igreja romana para que interferisse em conflitos eclesiásticos hispânicos. Gelmírez entrou desde logo em discórdia com Toledo após ser nomeado legado papal nas províncias de Braga e de Mérida em 1120, já que Bernardo possuía o direito da legacia sobre toda a Hispânia, pelo que os dois prelados viam, assim, as suas jurisdições sobrepostas. O toledano proibiu então os prelados de Braga e de Coimbra de obedecerem ao compostelano e interditou o próprio Gelmírez de celebrar concílios sem o seu consentimento. Inclusivamente consagrou o bispo de Salamanca, que era sufragâneo de Compostela desde aquele ano, e atraía o prelado de Coimbra para a sua alçada, que, teoricamente, também deveria

³⁸¹ “(...) trecentas auri uncias ipsi Pape et ceteris Romanis suis familiaribus ex caritate et benivolentia direxit, legatos quoque suos P. Fulconis cardinalem, qui priuilegium attulerat dissigillatum, et Anfonsum Petridem beati Iacobi canonicum Romam cum ipso priuilegio remisit (...) quarum amissio maximo impedimento et maxime disturbance legatis domini Compostellani postea extitit, nam cum Romam peruenissent et supradictum priuilegium a domino Papa sigillatum esset et confirmatum, pecuniam illam, quam a peregrinis saluam acceperant, domino Pape et aliis, quibus distribuenda erat, distribuerunt (...)” (HC, II, 64.5). “Quod cum domini Compostellani supradicti legati supradicta de causa Rome conmorantes comperissent, inito consilio inter se statuerunt, ut altero eorum, Petro Fulconis scilicet cardinali, Rome remanente, alter scilicet Anfonsum Petrides ad eos Papiam ueniret, XXVII uncias auri, que sibi de trecentis unciis defecerant, mutuatorie uel aliquo alio modo ab eis extorturus (...). Illi uero nichil de eius uerbis dubitantes constituerunt, ut alter sui cum ipso Adefonso Petride ad supradictum cardinalem Romam ueniret, quicquid ipsi legati postulabant exsecuturus; et cum Anfonsum Petrides Romam cum ipso suo concanónico reuersus esset, ipse et Petrus Fulconis cardinalis XXVII uncias auri ab illo acceperunt et eas domino Pape et aliis, quibus erant distribuende, distribuerunt (...)” (HC, II, 64.6).

responder a Compostela. Os dois trocaram correspondência sobre este assunto³⁸² e Gelmírez enviou legados a Roma para que se queixassem da ingerência do toledano nos seus direitos³⁸³, o que resultou em duas missivas dirigidas ao bispo de Salamanca e ao de Coimbra, nas quais Calisto instigava a que obedecessem ao arcebispo compostelano. Se atentarmos à data dos documentos – 24 de junho de 1124³⁸⁴ – percebemos que foram expedidos um dia após a data da confirmação da legacia, embora em Orte, que fica a uns 80 km a norte de Roma, onde havia sido emitido esse privilégio. Isto significa que os legados que viajaram para Roma para apresentarem a querela com Toledo seriam os mesmos que desejavam obter aquela confirmação, ainda que Pedro Marcio simplesmente explique que esta discórdia decorria quando se procurava a validação do diploma³⁸⁵. Com efeito, as duas questões estariam relacionadas – Gelmírez pretendia confirmar o seu direito face aos problemas que começava a ter com Bernardo na década de 20 e, segundo a *HC*, Calisto II intercedia sempre a favor do compostelano. É importante relembrar que a inclinação deste papa por Santiago de Compostela, como foi sublinhado no capítulo anterior, se explicava em parte pela sua relação familiar com Afonso Raimundes e pela conjuntura difícil em torno da eleição do arcebispo de Braga, Maurício, como “antipapa” Gregório VIII (1118-1121), o que naturalmente favoreceu Diego Gelmírez quando se tornou arcebispo poucos anos antes.

O papa interfere igualmente na consagração do bispo eleito de Burgos, devido às turbulências que ainda havia com o rei de Aragão, que se opunha à dita consagração, tarefa que confia a Gelmírez. Burgos, tal como Compostela, estava isenta de metropolitano, e obedecia diretamente à Igreja romana. Calisto envia o cardeal Deusdedit

³⁸² *HC*, II, 65 e 66.

³⁸³ “Eodem fere tempore, quod D. Compostellanus supradictas litteras ad Toletanum direxit, legatos suos Romam destinavit domini Pape C. super ipso Toletano iuste et rationabiliter conquesturus, quod sue dignitatis terminos in Salamantini consecratione contra sacrorum canonum decreta usurpasset, et in subtractione Colimbriensis et aliorum episcoporum atque abbatum patenter et manifeste iniurasset.” (*HC*, II, 66.5).

³⁸⁴ *HC*, II, 67.1 e 67.4. JL 7161 (Orte, 24 de junho de 1124) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCLXXI, cols. 1322-1323 e JL 7162 (Orte, 24 de junho de 1124) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCLXXII, col. 1323. Na crónica compostelana (I, 67.4), a carta dirigida a Gonçalo de Coimbra foi expedida desde Latrão, no dia 23.

³⁸⁵ “Eo tempore, quo supra memorati legati pro hoc priuilegio insigillando et confirmando Romam profecti sunt, maxima dissensio inter dominum Compostellanum et dominum Toletanum exorta erat.” (*HC*, II, 65).

para que resolvesse este assunto, depois de receber legados da Igreja de Burgos em Roma³⁸⁶.

A morte desse pontífice e a eleição de Honório II trarão um período difícil para Gelmírez, que não conseguirá alcançar respostas positivas de Roma, como até então estaria habituado³⁸⁷. Na transição entre papas, o arcebispo envia de novo cônegos em representação da sua sé à cúria papal e troca correspondência com o cardeal Deusdedit, pela qual não é claro quais seriam os seus objetivos, mas leves sugestões indicam-nos que Gelmírez, ao saber da morte do papa que mais o protegera em dezembro de 1124³⁸⁸, pretendia que fosse garantida, da parte de Honório, a inalterabilidade dos privilégios conseguidos anteriormente. Deusdedit mostra-se disponível para trabalhar a favor dos seus desejos³⁸⁹. Gelmírez responde ao cardeal que já havia enviado emissários a Roma quando as cartas daquele chegaram a Compostela e que estes levavam dinheiro, o que é mais uma prova de que se pretendia a renovação dos anteriores privilégios³⁹⁰. Uma carta

³⁸⁶ “(...) Romane ecclesie cardinalis Deusdedit a latere ipsius Pape delegatus in partes Hispanas uenit, Hispanie regionis ecclesias sollicitè uisitaturus et earum saluti atque utilitati sagaciter prouisurus. Cui uenienti prefatus Papa Burgensis ecclesie legatos, qui tunc temporis Rome aderant, commisit et ei per obedientiam apostolica auctoritate precepit, ut Burgensis ecclesie sue, que pastoris fulcimento uiduata in magno labore atque tribulatione diutine permanserat, utilitati prouideret et ipsius electum, cui us electio iam quinquennis erat, in episcopum consecrari satageret (...)” (HC, II, 70.1).

³⁸⁷ O pontificado de Honório II foi, ao invés, um período benéfico para o arcebispo de Toledo, que do papa recebeu a renovação da dignidade do pálio e da primazia em toda a Hispânia em 1125 (MARTÍ BONET, José María – *Roma y las iglesias particulares en la concesión del palio a los obispos y arzobispos de Occidente...*, 1976, p. 206-207). Muito recentemente, Enrico Veneziani escreveu sobre este papa (VENEZIANI, Enrico – *The Papacy and Ecclesiology of Honorius II (1124-1130)...*, 2023).

³⁸⁸ Morreu a 13 de dezembro de 1124 e Honório foi eleito no dia 21 (*Historia Compostelana*, 1994, p. 450, notas 521 e 522).

³⁸⁹ “Hisdem fere temporibus Sancte Romane Ecclesie cardinalis Deusdedit huiusmodi litteras ad dominum archiepiscopum Roma direxit (...). Quam siquidem in proximo in uestra melioranda legatione, clementissime, ac in renouandis priuilegiis uestris uolumus, ut cognoscatis, pro quibus nempe has dirigimus litteras, ut festinos ad haec curanda Romane curie per nos ilico delegetis nuntios. Preterea, felicissime domine, pietatem indissolubilem uestram flagitamus obnixe, ut casubblam, de qua sepiissime uos rogauimus (...)” (HC, II, 74.1). “(...) Quapropter diuina pietas preclara non multum suam ecclesiam pastore uiduatam sciuit, sed Honorium cito in eadem constituit presulem, ad quem, uenerande amice, consulo uobis honestos citius destinare legatos, ut de bono in melius priuilegia utique uestra per me notrosque amicos renouare possitis. Preterea, clementissime pater, magnitudinem uestram captamus sollicitare, ut casubblam diu a nobis desideratam per eosdem legatos uel per alios (...)” (HC, II, 76.1).

³⁹⁰ “Ad hec uestre memorie beatitudini suggerimus nostram deuotionem uestre ebdomade substantiolam per legatos, quos nuper Romam misimus, uestre sanctitati fideliter direxisse, quos ut benigne et honorifice suscipiatis et nostras uices apud dominum Papam sollicitè agatis, uestram discretionem summopere deprecamur. De casulla autem, cuius mentionem nobis per uestras litteras fecistis, ad presens fieri non potest quod postulastis, quia, quando uestre sanctitatis littere ad nos peruenerunt, legati nostri iam diu iter Romanum arripuerant (...)” (HC, II, 74.2). “(...) potius ad puri et ueri amoris inpendium respiciatis et nostras et nostre ecclesie uices in curia et apud domini Pape maiestatem boni patris et patroni exemplo agere studeatis. De cetero uestre memorie beatitudini suggerimus nostram mediocritatem uestre celsitudinis litteras IIII. Nonas Augusti recepisse et eas leto et iocundo animo perlegisse. Nos autem legatos nostros

de Aimerico, talvez o cardeal-diácono de Santa Maria Nova, menciona o contínuo esforço para responder às suas aspirações³⁹¹. Estes cardeais funcionariam como uma ponte importante entre Compostela e os sumos pontífices, neste caso Honório, que não estava inclinado a aceder aos pedidos compostelanos.

Efetivamente, o papa dirigiu ao compostelano várias cartas em 1126, referindo que ainda não tinha decidido o que fazer quanto às suas petições – que não nos são reveladas – e aludindo às más notícias que circulavam a seu respeito, concretamente o abuso da dignidade do pálio³⁹². Esta reticência poderia explicar-se pela inimizade entre Compostela e outras dioceses hispânicas e na sequência da visita de Bernardo de Toledo e de Gonçalo de Coimbra à cúria romana, que os legados compostelanos encontraram marcada por opiniões muito contrárias a Gelmírez³⁹³. Este ambiente bastante desfavorável também é sugerido quando Pedro Marcio, sem ser claro quanto ao conteúdo das petições gelmirianas, menciona mais do que uma vez que os emissários compostelanos regressaram das suas viagens sem conseguirem nada³⁹⁴. O cronista não esconde também a urgência que Gelmírez tinha em ver respostas de Honório, pois não conseguindo esperar o legado *a latere* que lhe fora prometido para tratar dos assuntos da sua Igreja, enviou novos legados que lhe trouxeram outra carta do cardeal Aimerico³⁹⁵.

Pelos anos 1128-1130 é repetida a difamação dos “inimigos” de Gelmírez na cúria papal. Desta vez eles não são identificados, mas no texto vêm especificadas as suas queixas: acusavam o compostelano de se vestir e de receber as oferendas dos peregrinos

cumbenedictione nostra et uestre ebdomade redditu, XV diebus post Pascha transactis, Romam miseramus, quia de morte domini et patris nostri uenerande memorie Pape Calixti iam audieramus, et idcirco, donec illis legatis redeuntibus alios miserimus, uestre petitioni ad presens consulere non ualemus (...).” (HC, II, 76.2).

³⁹¹ HC, II, 83.4.

³⁹² As cartas de Honório encontram-se em HC, II, 83.2, II, 83.3 (JL 7236-7237 (Latrão, 10 de janeiro de 1126) = PL CLXVI, Honorius II papae ep. XXXIII-XXXIV, col. 1246) e II, 84.3 (JL 7274 (1126) = PL CLXVI, Honorius II papae ep. L, col. 1269). A segunda carta tem a data, na HC (II, 83.3), de 13 de julho de 1126.

³⁹³ “Totam etenim curiam tum temporis inuenit contra Compostellanum turbatam, quia eius emuli, Toletanus archiepiscopus et Colimbriensis episcopus, ibi tunc aderant et multa fictitia atque falsa de Compostellano auribus domini Pape et per totam curiam instillauerant.” (HC, II, 83.1). As acusações estariam relacionadas, segundo José Campelo, com o édito geral promulgado por Gelmírez e referente a toda a Hispânia (HC, II, 78.2), que excedia os seus poderes (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 394).

³⁹⁴ “Has alias litteras attulerunt alii legati ad ipsum Compostellanum a curia, nichilo impetrato, redeuntes.” (HC, II, 83.3). “Mortuo beatissimo Papa Calixto II, dominus Compostellanus legatos suos ad eius successorem nomine Honorium destinauit, que infecto illo negotio, cuius causa ierant, regressi sunt (...).” (HC, III, 5.1).

³⁹⁵ HC, III, 5.1 e 5.2.

como um papa. Confirma-se que esta ideia circulava e que não tinha desaparecido com Gelmírez, ao contrário do que pretendia explicar o cronista Geraldo. Honório II ficou alarmado e enviou Humberto, cardeal-presbítero de S. Clemente, “desde a cidade de Roma” (“a Romana ciuitate”) para que investigasse o assunto, legado que chegou à Hispânia no outono de 1129³⁹⁶ e concluiu que as denúncias eram falsas, de acordo com a narrativa. Posto isto, Pedro Marcio é direto: face a estes incidentes, Gelmírez incubiu os seus emissários de, junto do papa, negarem as acusações que faziam contra si e, parecendo ignorar a atmosfera que lhe era adversa, não teve pudor em solicitar “a legacia de toda a Hispânia” (“totius Hispanie legationem”). Os enviados levaram dinheiro na sua viagem, pois era necessário “acalmar a cúria” (“in sedanda curia”)³⁹⁷. O pontífice respondeu que a atribuição dessa regalia estava dependente da avaliação que o seu enviado, Humberto, fizesse da situação na Hispânia. E um novo dado surge: Gelmírez desentendera-se, desta vez, com Paio Mendes, arcebispo de Braga, que consagrara o bispo de Coimbra, Bernardo, contra os direitos de Compostela. O papa escreveu então ao bracarense sobre a falha que cometera³⁹⁸.

A querela entre Compostela e Braga acerca da jurisdição sobre Coimbra continua no pontificado de Inocêncio II. Algumas das cartas do novo pontífice presentes na crónica incidem neste assunto, bem como o conflito sobre as propriedades bracarenses³⁹⁹. No entanto, após noticiar a morte de Honório e a eleição de Inocêncio, as várias missivas que

³⁹⁶ *Historia Compostelana*, 1994, p. 513, nota 63.

³⁹⁷ “Defuncto uenerande recordationis Papa Calixto, Honorius in honorem, curia exigente, ei successit. Apud quem emuli et detractores inuidia atque maliuolentia ducti dominum Conpostellanum grauiter accusauerunt eum in suis indumentis et oblationibus peregrinorum recipiendis apostolico more uti imprudenter astruentes. (...) proprium etiam legatum ipsius rei exquirende causa a Romana ciuitate, Compostellano ignorante, Compostellam direxit et emulorum detractorem episcoporum et ipsius legati testimonio omnimodo falsam esse probauit, unde eius animus sedatus est ab indignatione contra Conpostellanum habita reuocatus. (...) legatos suos canonicos et kardinales Petrum Fulconis et Martinum Petridem, partim ut inuidorum detracti obuiarent, partim ut totius Hispanie legationem a domino Papa sibi postularent, misit. (...) Ducentos etenim et uiginti morabitos domino Pape contulerunt, octoginta uero in sedanda curia erogauerunt, et preter equidem supradictam apostolici benedictionem et curie sedationem decem et quatuor marchas argenti et decem aureos, partim in procurationem prefatorum legatorum, partim in rebus ad eorum iter pertinentibus erogauit. (...)” (*HC*, III, 10.1).

³⁹⁸ Honório comenta estas questões em três missivas, nenhuma das quais tem data na *HC*, mas os estudiosos inserem-nas entre os anos de 1128 e de 1130 (*HC*, III, 10.2, 10.3 e 10.5, respetivamente JL 7382 = PL CLXVI, Honorius II papae ep. XCVII, col. 1302; JL 7383 = PL CLXVI, Honorius II papae ep. XCVIII, cols. 1302-1303; JL 7381 = PL CLXVI, Honorius II papae ep. XCVI, col. 1301-1302). Migne apresenta para todas o ano de 1129. Leiam-se também as notas de Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 509, nota 46 e p. 510, notas 48 e 52).

³⁹⁹ O conflito com Braga retratado na *HC* relativamente à diocese conimbricense e ao senhorio compostelano em Portugal é comentado em BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 136-143, 149-153.

Pedro Marcio inclui do recente papa não mencionam a concessão da legacia sobre toda a Hispânia, concernindo somente o cisma que dividia a Cristandade nesse momento e outros assuntos da Igreja hispânica. Há um claro adormecimento da luta pela obtenção de mais privilégios que Gelmírez parecia ter levado a cabo durante os anteriores pontificados, pelo menos no que transparece da *HC*. Em duas cartas datadas de 1134, uma das quais de 3 de maio, enviadas desde Pisa, Inocêncio refere que Gelmírez não dava notícias há bastante tempo⁴⁰⁰. Pedro Marcio, porém, num dos títulos que antecede uma das cartas de Inocêncio, informa que foram enviados legados a Roma e que de lá trouxeram uma carta do papa⁴⁰¹, o que é curiosíssimo tendo em conta que esse documento viera de Pisa. O destino da viagem realizada a Itália é reduzido a Roma, embora, na realidade, também tenha existido um encontro com Anacleto II, que escreveu uma carta ao compostelano a 22 de abril de 1134, emitida em Latrão, na qual referia igualmente a falta de comunicação de Gelmírez⁴⁰². O silêncio do compostelano mencionado por ambos os pontífices provavelmente devia-se ao próprio cisma, pois embora o cronista deixasse claro desde o início do relato deste problema que Inocêncio era o papa legítimo e Anacleto o ilícito, ele escrevia quase duas décadas depois dos acontecimentos (em 1145-1149), e em 1134 ainda não seria absolutamente claro em Santiago de Compostela qual dos pontífices venceria. Aliás, estes documentos provam que foram encetados contactos com os dois papas exatamente na mesma altura.

De qualquer modo, além da querela com Braga, não há mais notícias sobre o privilégio da legacia, outras dignidades ou alterações com outras dioceses, e cessam as referências a Roma enquanto garante do respeito pelas jurisdições de cada sé hispânica. Apenas em 1136 Roma aparece novamente como um recurso para a resolução de

⁴⁰⁰ “Miramur autem quoniam, elapso tanto tempore, de statu et incolomitate tua nullam nobis certitudinem reddidisti.” (*HC*, III, 38.2; JL 7653 (Pisa, 3 de maio de 1134) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CLV, cols. 203-204). “Quia pius filius matris sue in necessitate posite obliuisci non debet, mirari non destitimus, quoniam tanto tempore Sancte Romane Ecclesie ministrare solatia distulisti. (...) Tua itaque interest, ita in beati Petriseruitio et amore persistere, ita te deuotum et humilem beati Petri filium in omnibus exhibere, ut magis ac magis in tuis opportunitatibus exaudiri a sede apostolica et honorari merearis.” (*HC*, III, 42; JL 7665 (Pisa, 1134) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CLXIII, cols. 213-214).

⁴⁰¹ “Dominus Compostellanus tunc temporis misit nuntios suos Romam et has litteras domino Compostellano inde detulerunt (...).” (*HC*, III, 42).

⁴⁰² “Propter nimiam caritatis dilectionem, qua personam tuam diligimus et ab ea uicissim diligimus nichilominus credimus, sedis apostolice litteras tibi iam frequentius destinauimus fiduciam de te talem habentes, qui et tuis nos sepius epistolis et nuntiis uisitare deberes. Verum tu, frater in Christo carissime, nescimus, quo torpore detentus nulla a te aliquando suscipere rescripta meruimus.” (*HC*, III, 38.3; JL 8426 (Latrão, 22 de abril de 1134)).

problemas envolvendo o arcebispo e a revolta compostelana desse ano levantada contra ele. O imperador Afonso VII fora aliciado com dinheiro pelos conspiradores para que destituisse o arcebispo e, aconselhado por Guido, cardeal-diácono de S. Cosme e Damião, que visitava a Hispânia nesse período, recorreu a Roma para que o papa e a cúria romana se inteirassem da questão⁴⁰³. No concílio de Burgos ficou acordado que os revoltosos pediriam perdão em Roma pelos seus atos contra Gelmírez, tendo este escrito cartas ao papa sobre o assunto⁴⁰⁴. Este problema não ficou completamente resolvido, pois mais tarde – ainda não tinham passado dois anos, de acordo com a crónica – o imperador voltou a dar ouvidos aos traidores que o próprio tinha antes repudiado, que lhe ofereceram de novo dinheiro para que privasse o arcebispo do seu senhorio e do seu cargo⁴⁰⁵. Gelmírez reuniu com os cardeais e os restantes clérigos compostelanos, que o aconselharam a excomungar Afonso e a não tolerar tais afrontas do imperador, prometendo seguir o prelado até onde fosse possível, inclusivamente a Roma para expor o assunto⁴⁰⁶.

Pedro Marcio menciona ainda Roma algumas vezes para recordar o esforço de Gelmírez, tanto económico como diplomático, para alcançar determinadas regalias, nomeadamente o arcebispado, bem como o trabalho dos seus representantes na sede papal. Neste contexto, a guerra com Aragão é novamente mencionada como um obstáculo nas prévias negociações, pelo receio que provocava nos legados que viajavam e o dinheiro que se perdia pelos assaltos no caminho para a cidade eterna⁴⁰⁷. Pedro Fulcón, que tinha

⁴⁰³ “(...) Hoc audiens imperator moleste sustulit et cum cardinale consiliatus fuit, ut quendam suum clericum facundum, Boso nomine, nuncupatum, apostolico et suis notum, Romam dirigeret et circa consilium Pape super hoc negotio faceret. Quo audito, imperator licet eum piguit, sermoni eius acquieuit et, ut cardinalis dixerat, sic fieri conlaudavit. Interim imperator cardinali intimavit, ut, donec Boso Roma rediret, uniuersas Hispanie ecclesias peragraret et pastores regimen animarum tenentes, ut interessent concilio, ammoneret.” (HC, III, 46.3).

⁴⁰⁴ “(...) et insuper hoc edictum nullo modo frangendum inter se constituerunt ut, licet quandoque penitere uellent, nisi preueniente morte numquam ad satisfactionem recipere presumerent, sed, ut decebat, audientiam Romanam cum litteris Compostellani archiepiscopi de tanto crimine postularent.” (HC, III, 49.1).

⁴⁰⁵ HC, III, 53.

⁴⁰⁶ “(...) ipsi uero omnia sua relinquentes, ubicumque ir uellet uel Romam uel in exilium, ut iustitiam super hoc negotio acquireret, ei unanimiter adhererent et in morte eum non dimittentes animas suas cum eo insimul ponerent.” (HC, III, 54).

⁴⁰⁷ “Quantum autem dominus Compostellanus in supra memorata dignitate ad utilitatem et honorem sue ecclesie acquirenda laborauit et quot et quanta de proprio et beati Iacobi thesauro erogauerit aut in Romano itinere captis suis legatis inrecuperabiliter amiserit, si ego per singula explicare et ad memoriam reducere temptauero, si Maronica uel Tulliana facundia mihi inesset, minime et id sufficere posset. Multis etenim difficultatibus circumueniebatur, quibus et in hoc et in aliis ecclesiasticis negotiis impediabatur. Regis quippe Aragonensis guerra eum ineffabiliter disturbabat, cuius metu ipsius legati nisi cum summo periculo et summo timore Romam adire non audebant (...).” (HC, II, 68.1).

negociado com Calisto a confirmação da legacia e a concessão da perpetuidade da dignidade metropolítica de Mérida, foi recompensado por Gelmírez por tê-lo servido fielmente em Roma com duas propriedades na terra de Salnés e a igreja de Santa Anastacia⁴⁰⁸. O mesmo cônego é referido numa carta do cardeal Guido, que elogia o trabalho desempenhado na Igreja romana, e o próprio papa Inocêncio menciona a defesa que fez dos interesses de Santiago de Compostela. Também esta carta é expedida em Pisa e antecedida pelo título “carta de Roma”⁴⁰⁹.

O topónimo Roma e algumas referências indiretas que lhe são inerentes, como “cúria romana” ou “Igreja romana”, demonstram a existência de contactos extremamente frequentes entre Compostela e o Papado durante o episcopado de Diego Gelmírez, quase ininterruptos até à década de 30 do século XII, período em que a narrativa tende a diminuir as menções à cidade ou à cúria pontifícia. Esses contactos são habitualmente retratados através das inúmeras viagens de cônegos compostelanos a Roma referidas na obra. “Ir a Roma” é uma expressão sinónima de “visitar a cúria papal”, e é tão utilizada que os cronistas a empregam muitas vezes para descrever jornadas que tiveram como resultado documentos emitidos em diferentes lugares de Itália, alguns deles bastante longe de Roma, como é o caso de Benevento (1115), São Fabiano (1123), Pisa (1134) e, em menor medida, Orte (1124). Esta situação só não se verifica quando os papas se encontravam para lá dos Alpes, sobretudo a partir de 1118, mas enquanto residiam na península itálica, independentemente da cidade em que estivessem, mesmo que esta fosse desconhecida aos representantes de Gelmírez ou que estes acompanhassem a corte pontifícia pela Itália, importa reter que os cronistas não consideravam relevante especificar esses lugares e encaravam sempre Roma como a morada dos papas.

⁴⁰⁸ “Supradictam uero ecclesiam et illas duas hereditates cuidam suo cardinali Petro Fulconis in pheodum ipse Compostellanus munifica manu tradidit, quia ipse cardinalis in eius seruitio et in itinere Romano multum et fideliter laborauerat.” (HC, II, 82.3). Sobre esta igreja, consultem-se as informações do quadro 6.

⁴⁰⁹ “De cetero filium nostrum P. Fulconem ecclesie tue capellanum, qui pro tuo honore atque seruitio in Romana Ecclesia sepius laborauit tibiue ualde fidelis et deuotus existit, tua benignitas attentius habeat commendatum.” (HC, III, 45.1; JL 7735 (Pisa, 27 de dezembro de 1135) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CXCVIII, cols. 249-250). “Litteras cardinalis Rome Compostellano archiepiscopo destinatas (...) Quam frequenter et quam deuote P. Fulco ecclesie beati Iacobi capellanus sicut bonus et utilis filius pro tuo seruitio laborauerit, et nos aperte cognouimus et tu per exhibitionem operis potuisti plenius experiri (...)” (HC, III, 45.2).

Essas viagens podem ser agrupadas em períodos concretos, consoante as ambições de Compostela. A primeira etapa corresponde à primeira década do governo gelmiriano (1100-1110), descrita por Munio Afonso, em que as referências a Roma denotam uma urgência de Diego Gelmírez em procurar afirmar a sua imagem junto do Papado e em recorrer à sua autoridade para resolver os desentendimentos eclesiásticos locais, em concreto com as dioceses de Braga e de Mondonhede, o que na crónica resulta invariavelmente em respostas favoráveis de Pascoal II em relação a Compostela. São incluídos nos primeiros capítulos documentos essenciais que beneficiam a diocese compostelana.

Em 1112-1113, o poder romano para interferir na guerra peninsular é referido levemente na narrativa e constatam-se, no período de 1114-1115, as primeiras tentativas para solicitar a dignidade arcebispal. Com este objetivo, as interações mais continuadas com o Papado concentram-se em 1118-1120, mas numa época em que Gelásio II e Calisto II se encontravam nas Gálias. Contudo, as viagens já realizadas a Roma são recordadas por Geraldo para realçar a ação apaziguadora do bispo no que dizia respeito aos receios romanos relativamente às ambições compostelanas e para destacar os seus anteriores esforços em elevar a sua sé, do mesmo modo que Pedro Marcio faz em alguns capítulos.

Entre 1123 e 1124, o arcebispo procura em Roma a confirmação de privilégios que conseguira previamente de Calisto II, num momento em que são tomadas medidas por parte de Toledo para minar a influência compostelana. De 1125 a 1130, durante o pontificado de Honório II, Gelmírez não consegue a renovação de privilégios antigos nem a atribuição de novos, mas não desiste das suas demandas, o que já não se pode afirmar para a época do cisma com Inocêncio e Anacleto, durante a qual não só diminuem as referências a Roma (onde se encontra o segundo “papa” em grande parte do tempo), como também as menções à procura de benefícios junto do Papado. Apenas em 1136, quando o cargo de Gelmírez é colocado em causa pelos seus oponentes, Roma volta a constituir na narrativa um lugar de amparo da sua posição no reino castelhano-leonês.

Estes dados só ficariam completos com uma análise profunda de toda a documentação papal existente na fonte⁴¹⁰. Mas estas reflexões já demonstram o quão necessário era o

⁴¹⁰ Existem vários trabalhos sobre os documentos da *Historia Compostellana*, entre os quais as bulas papais e a correspondência de papas trocada com Diego Gelmírez e outras personalidades hispanas (GARRIGÓS, A. Xavier – “La actuación del arzobispo Gelmírez a través de los documentos de la «Historia Compostelana»”, 1943; GALINDO ROMEO, Pascual – *La diplomática en la “Historia Compostelana”*

aval de Roma, especialmente em momentos conturbados dentro da Hispânia e, em particular, entre dioceses do reino de Leão e Castela. Como seria de esperar desta narrativa, a Igreja romana respalda quase sempre a sé compostelana. Com efeito, há uma clara dicotomia entre o tempo presente – o de Gelmírez – e o precedente, em que Compostela é vista como uma igual de Roma, apesar de Pedro Marcio não ser capaz (ou não ter a pretensão) de esconder o difícil diálogo que o arcebispo manteve com o papa Honório II, que nitidamente contrasta com as relações anteriores descritas por Munio Afonso e Geraldo⁴¹¹. De qualquer modo, Gelmírez procurou constantemente afirmar-se no quadro eclesiástico hispânico, e de modo muito especial no do Reino de Leão e Castela, e para isso o contacto com Roma era essencial, ultrapassando a mera demonstração de obediência em relação à líder da Igreja ocidental, ao mesmo tempo que esta tentava intervir ou não na resolução de contendas eclesiásticas em função das suas próprias exigências.

2.2.2. O confronto entre o Império e o Papado

A relação que os imperadores Henrique IV (1084-1106) e Henrique V (1106-1125) mantiveram com os papas seus contemporâneos é um dos temas mais abordados na historiografia que incide no Império germânico ou na Igreja da segunda metade do século XI e primeira do XII. Dentro deste período complexo e no âmbito dessa temática, os estudiosos dão especial destaque à questão que ficou conhecida como “Querela das Investiduras”, balizada entre o pontificado de Gregório VII (1073-1085) e a Concordata de Worms conseguida no tempo de Calisto II, em 1122. O costume dos reis e dos imperadores de escolherem o episcopado dos territórios que governavam colidia com os

(*siglo XII*), 1945; FREIRE CAMANIEL, José – “Las cartas de la Historia Compostelana”, 2001; DE LAS HERAS, Amélie – “L’*Historia Compostellana*: l’évêque en action au miroir des lettres (premier quart du XII^e siècle)”, 2018).

⁴¹¹ Ermelindo Portela considera que os contactos de Gelmírez com a sé romana foram “permanentes e fluidos” e proporcionaram ao prelado “cobertura, en más de una ocasión, para la acción política” (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 63-68), embora a leitura de Fernando López Alsina seja mais sensata quando afirma, a propósito dos capítulos da responsabilidade de Pedro Marcio, que “A lo largo del texto se advierte un progresivo abandono del tratamiento narrativo del tema de las relaciones del arzobispo Gelmírez con la curia romana, lo cual obedece probablemente, no a una interrupción de las mismas, sino a una inexistencia de resultados positivos en las negociaciones y peticiones de la iglesia compostelana.” (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 89-90).

crescentes esforços da Igreja para rejeitar a interferência laica nas eleições episcopais⁴¹². Contudo, a querela era paralela a outras questões que marcavam as reformas promovidas pela Igreja nessa época, entre elas o combate à simonia e a defesa do celibato dos clérigos⁴¹³. Neste sentido, havia prelados que, embora apoiassem algumas das reformas, se posicionavam contra o papa no controlo das investiduras, sobretudo porque eram favorecidos pelo poder laico com bens que seriam postos em causa, segundo os preceitos de Roma. Em sentido contrário, alguns membros da aristocracia eclesiástica alemã e italiana colocavam-se do lado do Papado pela oposição que mantinham aos imperadores. Com efeito, o confronto em torno das eleições dos prelados ultrapassava o antagonismo entre Império e Igreja, existindo dissensões dentro dos próprios meios eclesiásticos e um aproveitamento do problema por parte das autoridades locais do Império germânico, designadamente as das províncias alemãs, da qual se destacava a Saxónia, que enveredavam por tendências descentralizadoras frente ao poder imperial⁴¹⁴.

⁴¹² O gatilho para o estalar do confronto direto é comumente identificado com a escolha do prelado de Milão, que Henrique IV procurava assegurar na década de 70 do século XI, embora o conflito sobre as investiduras tivesse sido uma consequência da contenda já em curso entre o papa e os bispos alemães, que começaram a rejeitar as interferências romanas. Um dos momentos mais relevantes desta tensão foi a penitência de Henrique em frente ao castelo de Canossa durante três dias, em janeiro de 1077, esperando o perdão de Gregório VII, alojado nessa fortaleza. O papa não só o excomungara como também fora o primeiro pontífice a depor um rei. Este episódio foi interpretado ora no sentido da humilhação do imperador, ora no da sua vitória. Na realidade, parte do episcopado alemão, por medo de um acordo entre ambos, elegeu outro rei no lugar de Henrique, Rudolfo da Suábia. Mais prudentemente, Francesco Renzi e Enrico Veneziani consideram que tanto o papa como Henrique IV saíram derrotados em Canossa, pois os dois dependiam de outros poderes para conseguirem afirmar-se (RENZI, Francesco; VENEZIANI, Enrico – “Alcune note sulla Riforma della Chiesa Romana nel pienomedioevo (secoli XI-XII)”, 2020, p. 27; CANTARELLA, Glauco Maria – *Gregorio VII*, 2018, p. 7-9, 50-63, 91, 128-129, 173-295, 303-304; *Idem* – “Alla ricerca della Riforma (Età) gregoriana”, 2023). Leia-se também BLUMENTHAL, Uta-Renate – “Canossa and Royal Ideology in 1077: Two Unknown Manuscripts of *De penitentia regis Salomonis*”, 1998 e D'ACUNTO, Nicolangelo – *La Lotta per le Investiture. Una rivoluzione medievale (998-1122)*, 2020, p. 9-26.

⁴¹³ A expressão “Reforma Gregoriana”, instituída pela tradição historiográfica, tem sido questionada em diversas investigações. Retirada do nome de Gregório VII (1073-1085), é utilizada na realidade para designar um movimento que iniciou antes deste pontificado e se prolongou muito depois, que começou devido à intervenção do poder imperial e que se caracterizou por várias reformas. Para compreender o quadro político e eclesiástico europeu em que se insere consulte-se RENZI, Francesco; VENEZIANI, Enrico – “Alcune note sulla Riforma della Chiesa Romana nel pienomedioevo (secoli XI-XII)”, 2020. Estes autores consideram que a expressão “Reforma Gregoriana” se aplica apenas ao período de Gregório VII, tal como tinha ficado patente em CAPITANI, Ovidio – “Esiste un'età gregoriana?...”, 1965. Richard Fletcher também se pronunciou sobre o conceito (FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 195-196).

⁴¹⁴ Acerca do confronto entre o Império e a Igreja em torno das investiduras dos prelados, que à semelhança da “Reforma Gregoriana” foi um tema muitas vezes tratado com perspetivas limitadas, algumas delas profundamente marcadas por certas ideologias religiosas ou políticas, leia-se TELLENBACH, Gerd – *Church, State and Christian society at the time of the Investiture Contest*, 1966 (1ª edição: 1936); ARNOLD, Benjamin – *Medieval Germany, 500-1300. A political interpretation*, 1997, p. 96-103;

A *HC* fornece-nos alguns dados para a interação conflituosa entre os pontífices e os imperadores germânicos desta cronologia, mas analisaremos este tópico apenas com base nas referências toponímicas, das quais as mais numerosas são as relativas a Roma. Na crónica compostelana, este confronto entrelaça-se com os interesses gelmirianos, sobretudo durante a luta que Henrique V manteve contra três papas: Pascoal II, Gelásio II e Calisto II. A primeira vez em que o texto alude a essa difícil relação é a propósito da viagem de Diego Gelmírez a Roma, em 1105. O bispo entra em domínio imperial pelo condado de Maurienne, junto à fronteira com o reino de França, e é acompanhado pelo conde Humberto, mas o tom da narrativa altera-se assim que o prelado chega à cidade de Susa, na atual Itália. Esta cidade, que não ficava longe daquele condado – situa-se a uns 80 km a leste de Saint-Jean-de-Maurienne e a uns 55 km a oeste de Turim –, já apresentava um ambiente bem mais perigoso do que o espaço anteriormente percorrido para aqueles que apoiavam Pascoal II contra Henrique V⁴¹⁵, designado por Munio Afonso como “Teutonicus imperator”: a partir daí, Gelmírez teve de se disfarçar de soldado para seguir o seu caminho com maior segurança⁴¹⁶. Como atrás se explicou, esta tensão contrastava com a hospitalidade que o espaço “francês” oferecera ao compostelano.

Apresentadas as hostilidades, a narrativa não volta a transparecer a instabilidade que caracterizava as interações de Pascoal II com o imperador exceto em duas fugazes notícias presentes na correspondência deste papa. Em duas missivas, Pascoal convida os prelados hispanos para concílios em Roma, tendo em vista o diálogo sobre a contenda que travava com o poder imperial: um ocorrido em 1102⁴¹⁷, apesar de alguns investigadores pensarem

BLUMENTHAL, Uta-Renate – *The Investiture Controversy: Church and Monarchy from the ninth to the twelfth century*, especialmente capítulos 4 e 5; ESTEPA DÍEZ, Carlos – *Instituciones y poderes en la Europa medieval: imperios, reinos y principados*, 2017, capítulo 3; HAVERKAMP, Alfred – *Medieval Germany, 1056-1273*, 1988, p. 101-135; LEYSER, Karl Y. – *Medieval Germany and its neighbours: 900-1250*, 1982, p. 138-160 (sobretudo acerca do debate ideológico que se desenvolveu na segunda metade do século XI e na primeira do XII). Os estudos de Uta-Renate Blumenthal elucidam quanto à oposição que parte do clero demonstrou frente a Pascoal II neste contexto (“Opposition to Pope Paschal II: Some Comments on the Lateran Council of 1112” e “Paschal II and the Roman Primacy”, publicados em *Papal Reform and Canon Law in the 11th and the 12th centuries*, 1998).

⁴¹⁵ Ou ainda o seu pai, Henrique IV, como explicámos no subcapítulo 2.1.3.

⁴¹⁶ “Deinde sancte congregationis benedictionibus munitus per cellas et possessiones Cluniacensium obedientiarum usque ad ualles Maurianenses Domino auxiliante peruenit. Ibi etiam uenerabilis comes Umbertus eum honorifice suscipiens usque ad urbem Sensiam cum summa ueneratione perduxit, ubi pre timore Teutonici imperatoris, qui tunc temporis euntibus ad dominum Papam insidias intenderat, militari habitu indutus uariis laboribus Romam profectus est.” (*HC*, I, 17.1).

⁴¹⁷ “Quantum ueritatis hostibus terrorem, quantam ecclesie fortitudinem sinodalis concilii procinctus comparet, dilectio uestra cognoscit. (...) Hortamur ergo strenuitatem uestram, ut omni occasione seposita, conuocatis dioceseos uestrarum abbatibus, in predicto tempore ad Urbem conuenire curetis.” (*HC*, I, 40).

tratar-se do concílio de Latrão de 7 de março de 1110⁴¹⁸, e outro em 1116. No primeiro encontro, caso se tratasse do que teve lugar em 1102, o papa proibiu tanto a investidura laica como a homenagem, tal como havia feito o seu antecessor, Urbano II, em Clermont, embora mais tarde tivesse recuado nessa decisão⁴¹⁹. Na carta sobre a segunda reunião de bispos, Pascoal refere diretamente “as investiduras dos episcopados e abadias, que já faz tempo assumiram os laicos” (“inuestituris episcopatum uel abbatiarum, quas sibi iam dudum assumpserunt laici”)⁴²⁰.

Apesar destes indícios de que os problemas prosseguiam, o ambiente instável só volta a ser mencionado narrativa após a eleição de Gelásio II em janeiro de 1118, papa que teve de fugir de Roma para o reino de França. Como se viu pormenorizadamente no capítulo anterior, estes acontecimentos internacionais estão bem decalcados na narrativa devido às várias viagens realizadas por enviados compostelanos entre 1118 e 1120 com o objetivo de elevarem a sé de Santiago de Compostela a arcebispado. Geraldo escreve um capítulo para explicar a atmosfera que imperava em Roma quando Gelásio foi eleito e a sua fuga, recuando ao período de Pascoal para dizer que este papa tinha excomungado Henrique V⁴²¹. A morte deste papa parece um catalisador dos acontecimentos tal como são narrados por Geraldo, já que a eleição do cardeal João de Gaeta como Gelásio II precipitou a vinda de Henrique a Roma, que desejava eleger um pontífice da sua

⁴¹⁸ Antonio López Ferreiro e José Freire Camaniel dataram o documento de 1109 com o argumento de que Geraldo, morrendo em 5 de dezembro desse ano, poderia ainda ter recebido a carta (LÓPEZ FERREIRO, António – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 309; FREIRE CAMANIEL, José – “Las cartas de la Historia Compostelana”, 2001, p. 351). Na verdade, o prelado faleceu em 1108, pois Maurício já era arcebispo de Braga a 5 de fevereiro do ano seguinte (sobre a confusão em relação ao primeiro documento que data a presença de Maurício em Braga como arcebispo veja-se AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga ...*, 2007, p. 421, nota 213). Portanto, a data certa será a que é avançada por Jaffé-Loewenfeld e Migne, que supõem tratar-se do concílio de Latrão ocorrido em 1102, e que datam a carta papal de 1101 (JL 5882 (Latrão, 31 de Dezembro de 1101) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. LVIII, col. 80).

⁴¹⁹ BLUMENTHAL, Uta-Renate – “The correspondence of Pope Paschal II and Guido of Vienne, 1111-1116”, 1998, p. 1-2.

⁴²⁰ “Sane pri inuestituris episcopatum uel abbatiarum, quas sibi iam dudum assumpserunt laici, tantum in ecclesie scandalum est exortum, ut ad scisma processerit. (...) Rogamus et precipimus, ut de prouinciis singulis, ui sapientiores uel religiosiores per Dei gratiam cognoscuntur episcopi et de parochiis abbates siue clerici Sripturis Sanctis et institutis ecclesiasticis eruditi, IV Non. proximi Martii nobiscum in urbe Roma studeant omnimodis conuenire (...)” (HC, I, 106; JL 6462 (Benevento, 15 de agosto de 1115) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDXXXII, col. 385).

⁴²¹ Esta afirmação é difícil de explicar, pois esta excomunhão nunca aconteceu. O cronista poderia ter confundido Henrique V com o seu pai, que tinha sido excomungado por Gregório VII e novamente por Pascoal II, em 1102 (FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 85). Ou seria uma simples invenção do autor para servir a completa adesão da crónica compostelana aos interesses do Papado neste contexto internacional?

influência. Para lhe escapar, Gelásio dirigiu-se então para o mar, através do rio Tibre, e chegou a Maguelone⁴²². A propósito desta viagem, comentámos como a crónica nos sugere a diminuição do poder de Henrique V na região aquém-Ródano.

Daqui para a frente, a corte papal tardará em regressar à sua cidade oficial. Maurício de Braga tinha sido escolhido como “papa” em março de 1118 através de Henrique V, tomando o nome de Gregório VIII, eleição que será sempre associada no texto a esse imperador⁴²³. De facto, este acontecimento é várias vezes repetido por Geraldo durante o relato do período em que se procura alcançar o arcebispado. Como já se analisou numa investigação anterior, esta questão era de grande relevância para Compostela, pois a ascensão de Maurício ao Papado por intermédio do poder imperial, vivamente condenada pelo meio eclesiástico em que a obra nasceu, deveria ser lembrada para manchar a imagem da Igreja de Braga num momento em que Compostela lutava com tanto afinho para trasladar, se possível, a dignidade metropolítica bracarense para a sua diocese⁴²⁴.

A eleição de Calisto II ocorre fora de solo romano, na abadia de Cluny, e é levada a cabo pelos cardeais que acompanharam Gelásio até às Gálias. No entanto, requer a aprovação do clero e do povo de Roma. Um dos cardeais-bispos presentes em Cluny em

⁴²² “Cur autem Papa ille Gelasius Romam deseruerit et ad Galliarum partes nauigio transmeauerit, causa hec est.” (HC, II, 4.2). “Postquam Iohannes Gagetanus, qui et Gelasius, a clero et a populo Romano in Romanum pontificem electus et consecratus fuit, Henricus, Teutonicorum rex Romanorum imperator, quem Papa Paschalis, quia in se manum mittere ausus fuerat et Romane Ecclesie multa aduersa intulerat, excommunicauit, ut audiuit Paschalem iura nature persoluisse, celeri cursu Romam uenit. Regalia namque et ecclesiastica sibi mancipari et manu tenere, donec pro consilio et uelle suo pontifex ibi fieret, satagebat. Vt uero audiuit Iohannem cardinalem et cancellarium Romane Ecclesie iam Papam esse Gelasium nomine, moleste tulit. Nichilominus tamen ad urbem properat. Quod ut nuntiatum est Pape Gelasio et Romane Ecclesie cardinalibus, uidelicet Teutonicum tyrannum ex improviso tamque celeriter Romam aduolare, timor irruir in eos. (...) Quod postquam compertum est Gelasio Pape, relicto predicto tyranno Rome, nauim cum quadam parte cardinalium ceterorumque Romanorum ingreditur et per Tiberim se alto comittit adimplens (...)” (HC, II, 5). Na realidade, a versão oficial dos acontecimentos demonstra que Gelásio fugiu uma primeira vez para Gaeta, regressando depois a Roma e, sendo atacado pela família dos Frangipani, fugiu definitivamente para o reino de França, passando antes por outros lugares de Itália (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 51-57 e ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*, 1940, p. 42-43).

⁴²³ “Quo Mauricio uiolentia regis Teutonicorum in Papam electo, alter in locum eius Brachare electus est, uidelicet Pelagius Menindiz, quidam idiota, qui eundem honorem beati Iacobi uiolenter detinebat.” (HC, I, 117). “Peperit enim Bracarensis ecclesia flagitiosum scandalum in Romanam ecclesiam, scilicet Mauritium, qui incestauit thorum matris sue Sancte Romane Ecclesie et sacrilego Teutonicorum imperatori consentiens statutus est ab eo in ecclesia idolum ad interitum et ad confusionem suam, quem omnis catholica abhominatur atque detestatur ecclesia.” (HC, II, 3.4). “(...) Mauricium scilicet Teutonici tyranni ydolum (...)” (HC, II, 14.1). “(...) nempe ad confundendum matris Romane Ecclesie incestatorem, scilicet Burdinum Teutonici tyranni idolum (...)” (HC, II, 14.2).

⁴²⁴ BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 125-131.

1119, o de Porto-Santa Rufina, foi enviado a Roma para anunciar a escolha de um novo pontífice⁴²⁵, decisão que, como vimos, teria sido tomada pelo abade cluniacense Pôncio. O clero e o povo romanos aprovaram Calisto e condenaram Maurício, que nessa altura já não teria o apoio do imperador⁴²⁶.

O encontro em Reims de outubro de 1119 mencionado na *HC*, um dos concílios celebrados por Calisto enquanto permanecia no reino de França, teve grande projeção internacional e centrou-se na questão das investiduras⁴²⁷. Também na narrativa se confere grande destaque ao encontro, embora isso se deva acima de tudo à importância que a presença de Gelmírez em Reims tinha para o meio compostelano, de modo a desbloquear a concessão da dignidade arcebispal. Contudo, também se deve atentar no carácter internacional dessa reunião conciliar – ainda que o seu propósito não seja diretamente referido na crónica – e na insistência do papa para que o compostelano nela comparecesse, o que denota a urgência do recém eleito pontífice de reunir o máximo de apoios possível contra o imperador⁴²⁸.

Calisto chega a Roma somente um ano e meio depois da sua eleição⁴²⁹. O próprio endereça uma carta a Gelmírez emitida em Latrão, no último dia do ano de 1120, na qual relata uma parte do seu itinerário após a chegada à cidade eterna: de Roma dirigiu-se para Benevento e depois à Apúlia, em concreto a Bari. Nessas regiões recebeu a “homenagem e fidelidade” (“homagium et fidelitatem”) de vários aristocratas, entre os quais o duque da Apúlia – nesta época, Guilherme (1111-1127) – e o príncipe de Cápuia – Jordan II

⁴²⁵ “Postea Portuensis episcopus cum quibusdam Romam mittitur, ut Pape Gelasii obitum nuntiet et catholicis Romane Ecclesie fratribus Calixti Pape electionem atque consecrationem notificet. Quod ut innotuit, clero et populo Romano admodum eis perplacuit, laudantes atque confirmantes, quod fratres sui tam utiliter Romane Ecclesie prouiderant et tam idoneum pastorem sibi preelegerant.” (*HC*, II, 9).

⁴²⁶ “«Precurrant nuncii Romam, qui fratribus nostris in Christo dissolutionem Pape Gelasii notificent, notum quoque faciant illis, quid de confratre nostro Vienensi archiepiscopo a Romanis cardinalibus, ab episcopis, a clericis, etiam a laicis Cluniaci factum fuerit. Quod si clerus et populus Romanus illius electionem atque consecrationem laudauerint, post illos nostra interest laudare et eorum ditioni obedire». Hanc Cluniacensi abbatis sententiam complures Galliarum episcopi collaudabant. Postquam itaque clerus ac populus Romanus Calixti Pape electionem atque consecrationem conlaudauerunt et Mauricium scilicet Teutonici tyranni ydolum execrati sunt, abbas Cluniacensis et ceteri episcopi aut abbates Galliarum Calixtum Papam, utpote ad apostolici culminis dignitatem iuste promotum, uenerati sunt.” (*HC*, II, 14.1). Segundo Carl Erdmann, foi ainda em 1118 que Gregório VIII deixou de ter relevância nos acontecimentos, após a saída de Henrique V de Roma (ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*, 1940, p. 70).

⁴²⁷ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 74. Nesse concílio estiveram presentes bispos hispanos e alemães (*Historia Compostelana*, 1994, p. 320, nota 104).

⁴²⁸ *HC*, II, 11 e 12.

⁴²⁹ Para os itinerários de Guido após a sua eleição como papa, antes de chegar a Roma e após a sua entrada na cidade, quando realizou uma viagem pelo sul de Itália, veja-se STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 72-74, 289-328.

(1120-1127)⁴³⁰ –, regressando depois a Roma, liberta dos seus inimigos⁴³¹. Com efeito, quando Calisto chegou à cidade em Junho de 1120, Maurício já de lá saíra, mudando-se para Sutri. Uma outra carta do cardeal romano Boso informa que “Burdino” fora capturado pelo papa e reconduzido para Roma⁴³², o que teve lugar em abril de 1121, em Sutri, tendo sido humilhado publicamente durante a sua entrada naquela cidade⁴³³. Por fim, Calisto dirige uma carta ao sobrinho, Afonso Raimundes, onde comunica que tinha o amparo e a sujeição dos fiéis “dentro e fora de Roma” (“infra urbem et extra urbem”) e igualmente “por toda a Itália” (“per totam Italiam”)⁴³⁴. Leva a data de 7 de outubro de 1121, ou seja, meio ano após a captura de Gregório VIII⁴³⁵.

Esta correspondência encontrada na *HC*, que é inserida por Geraldo certamente com o pressuposto de sublinhar os interesses de Gelmírez – a primeira carta menciona a relação privilegiada do prelado com o infante, a segunda refere as “irregularidades da Hispânia” (“in partibus Hispanie enormitatibus”) e a terceira alude à prisão do arcebispo compostelano por iniciativa da rainha Urraca –, não deixa de conter preciosas informações sobre acontecimentos extrapeninsulares. Por ela compreendemos que os ânimos estavam apaziguados e que Calisto recuperava o controlo de alguns territórios ou, pelo menos, conquistara a cooperação dos seus governantes, em especial das regiões de Cápua e da Apúlia, de domínio normando, que procuravam aliar-se ao papa, naturalmente para fazer frente ao poder imperial. Benevento, também mencionada pelo pontífice, tinha grande importância estratégica por constituir um enclave romano dentro dos domínios normandos, onde os papas frequentemente se refugiavam, embora Rogério II procurasse

⁴³⁰ Mary Stroll enumera outros príncipes de estatuto inferior ao dos mencionados por Calisto que também prestaram homenagem ao papa (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 321).

⁴³¹ “Nos siquidem postquam in urbe honorificentissime suscepti fuimus, in Beneventanas partes et inde in Apuliam usque Barum descendimus. Apulie ducem, Capue principem et alios comites et barones terre in homagium et fidelitatem suscepimus. Ad urbem postea prospere redeunt, beati Petri ecclesiam, quam fideles nostri de inimicorum manibus liberauerant, uisitauimus.” (*HC*, II, 27; JL 6877 (Latrão, 31 de dezembro de 1120) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CXIV, cols. 1190-1191).

⁴³² “Burdinum a domino Papa captum et Romam, sicut meruit, deportatum ab his, qui se uidisse testantur, audiuius.” (*HC*, II, 41).

⁴³³ Sobre o período em que Maurício foi “antipapa” leia-se RENZI, Francesco – *Mauricius Bracaraensis archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae...*, 2021, p. 33-37. Acerca do episódio da chegada de Maurício a Roma consulte-se TWYMAN, Susan – “Papal Adventus at Rome in the Twelfth Century”, 1996, p. 241-242.

⁴³⁴ “Gratias etiam ei referimus, quia infra urbem et extra urbem necnon et per totam Italiam fideles ecclesia ita nobis uniti sunt, quod omnes nostre parent humiliter uoluntati.” (*HC*, II, 48.5).

⁴³⁵ JL 6930 (Melfi, 7 de outubro de 1121) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CLVI, cols. 1221-1222.

mais tarde colocar o lugar sob o seu controlo direto⁴³⁶. O espaço mais importante, porém, era a cidade de Roma, mas o papa especifica que o seu poder não estava confinado à cidade, ultrapassando os seus limites e inclusivamente estendendo-se a toda a Itália, numa lógica centrífuga que nos revela Roma como o centro de Itália. Embora não saibamos em que consistia este topónimo do seu ponto de vista – se se tratava de uma noção geográfica referente à península itálica, dos Alpes até à Apúlia, ou se era uma noção mais política, englobando também a Sicília, associada ao sul da parte continental –, esta observação é importantíssima no que respeita à territorialização do poder papal, patenteando como o conflito entre a Igreja e o Império também se refletia na disputa por territórios. E o espaço onde Calisto tinha apoio, numa altura em que ainda não havia um acordo formal com Henrique V, era “toda a Itália”, onde parecia haver maior proximidade com o sul. Ainda que a expressão “regnum Italiae” fosse normalmente aplicada, neste período, ao centro-norte da península itálica, em nenhum momento da crónica existe o termo “regnum”, pelo que não podemos avançar com segurança a que se refere a palavra que encontramos nesse documento. De qualquer modo, Mary Stroll sublinhou a disparidade entre o período que Calisto passou em Roma e aquele que passou no sul, depois de ter entrado em Itália, pois esteve durante mais tempo nos territórios normandos, vassalos de Roma desde 1053, o que denunciava as suas prioridades. Além disso, a autora constatou como a relação dos anteriores sumos pontífices com essas áreas era um pouco diferente da que Calisto II implementava, uma vez que Urbano II, Pascoal II e Gelásio II repetidamente se dirigiram para lá como fugitivos, enquanto Calisto II chegara lá “with the goal of establishing peace and strengthening papal rule”⁴³⁷.

Mesmo se atendermos ao espaço a norte de Roma – que Calisto ignorou na sua carta –, onde teoricamente dominavam os imperadores germânicos, há que considerar a perda de força do poder imperial que aí se verificava face à emergência da autoridade papal. Muito embora a Lombardia declarasse genericamente o seu apoio a Henrique V, o papa

⁴³⁶ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 314-318; RENZI, Francesco – *Mauricius Bracarensis archiepiscopus...*, 2021, p. 119. Glauco Maria Cantarella escreveu igualmente sobre a relação entre os normandos e o Papado em “I normanni e la Chiesa di Roma. Aspetti e momenti”, 2014.

⁴³⁷ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 326. No entanto, Calisto II empreendeu uma segunda expedição ao sul italiano que não correu tão bem como a primeira (*Ibidem*, p. 341-354).

fora aí bem recebido em 1120⁴³⁸. Apesar de os imperadores procurarem impor a sua soberania nas cidades do norte de Itália, há poucas notícias de legados imperiais destacados para essas regiões neste período e escassas referências à jurisdição régia exercida nesse espaço. Algumas dessas cidades tinham já uma larga autonomia e coligar-se-iam mais tarde, durante o governo de Frederico I (1152-1190), na Liga Lombarda. Além disso, os imperadores, que nesta cronologia provinham das províncias alemãs, só verdadeiramente podiam intitular-se “imperatores” após a sua coroação pelo papa, embora já antes reinassem na Alemanha⁴³⁹. Na *HC* há uma tendência para associar os imperadores à Alemanha através do modo como são designados – o mais mencionado, Henrique V, é “tiranus” na maioria das vezes e, menos frequentemente, “imperator” e “rex”, mas quase sempre é um governante “Teutonicus” ou “Teutonicorum”, vocábulo muito utilizado na época pelos opositores dos imperadores que pretendiam anular o poder imperial em território italiano; apenas uma vez Geraldo o designa também como “Romanorum imperator”. Esta perspetiva da crónica, de quem alinha sem dúvida pela fação papal, seguia a tendência de outras fontes mais ou menos contemporâneas no que respeita à terminologia usada para nomear os imperadores, e talvez pretendesse anular o poder universal de Henrique V, que fora coroado imperador em 1111 por Pascoal II e novamente em 1117, por Maurício “Burdino”⁴⁴⁰. Geraldo, que trata estes temas, poderia desejar confinar o imperador dos teutões à Alemanha, deixando a Itália para o domínio do papa⁴⁴¹. Por outro lado, poderia aludir simplesmente à origem de Henrique, mas se observarmos as menções a Lotário, também ele alemão, ainda que seja muito pouco referido, nunca é associado aos teutões, sendo sempre apelidado de “Romanorum rex”, tanto na narrativa como na correspondência pontifícia, talvez porque demonstrara a sua

⁴³⁸ STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 289.

⁴³⁹ DUBY, Georges – *La época de las catedrales. Arte y sociedad, 980-1420*, 2016, p. 38 e FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 106-107.

⁴⁴⁰ ARNOLD, Benjamin – *Medieval Germany, 500-1300. A political interpretation*, 1997, p. 1-12, onde se esclarecem os conceitos de “teutão”, “germânico” e “alemão”. A ligação da palavra “teutonicus” à Alemanha no contexto da “Querela das Investiduras” também é abordada em MONNET, Pierre – “Allemagne”, 2016, p. 41. Os reis alemães eleitos eram designados “rex romanorum” desde meados do século XI (ARNOLD, Benjamin – *Medieval Germany, 500-1300. A political interpretation*, 1997, p. 105).

⁴⁴¹ Embora esta fosse a aspiração dos papas, era muito difícil concretizá-la na realidade da época (MACCARRONE, Michele – “Papato e regno di Sicilia nel primo anno di pontificato di Innocenzo III”, 1995, p. 169).

colaboração com Inocêncio II contra o “antipapa” Anacleto II, alinhando, assim, pelo partido defendido no texto de Pedro Marcio⁴⁴².

Em 1122, Calisto II e Henrique V conseguem um compromisso com a Concordata de Worms⁴⁴³. Este acontecimento não é mencionado na crónica, mas reflete-se na narrativa, já que após 1121 não há novas menções ao assunto e, além disso, não se refere Roma a propósito de problemas internacionais até Pedro Marcio dedicar vários capítulos do Livro III ao cisma que dividiu a Igreja, entre 1130 e 1138.

Esta breve exposição permite concluir que os desentendimentos entre as cortes papal e imperial na primeiras décadas do século XII apenas são verdadeiramente valorizados na *HC* quando estão em causa benefícios de extraordinária importância para Diego Gelmírez e a sua diocese. São apresentados no texto pela primeira vez como cenário de fundo da viagem do prelado em 1105 para receber a dignidade do pálio em Roma, altura em que o espaço percorrido a partir da cidade de Susa – isto é, a partir da zona dos Alpes – apresentava riscos para os opositores da causa imperial. Junto à fronteira com o reino de França, em Maurienne, esses receios ainda não eram evidentes. Depois do relato deste episódio, não obstante a inclusão de duas missivas de Pascoal II relacionadas com a tensão que mantinha com Henrique V, não se volta a sublinhar esta questão até à eleição de Gelásio II em 1118, que coincide com o início das conversações mais obstinadas para elevar a sé compostelana no panorama eclesiástico hispânico. As inquietações relativamente àqueles problemas internacionais estão muito presentes nos primeiros capítulos do Livro II, por um lado porque a cúria pontifícia foi obrigada a sair de Roma para o reino de França, o que é detalhadamente explicado devido às viagens realizadas nessa altura para contactar os papas, e, por outro lado, porque Maurício de Braga esteve implicado nos acontecimentos, e a sua eleição como “antipapa” do partido de Henrique V favorecia Compostela junto do campo contrário.

Após Gelmírez conseguir este objetivo com sucesso, encontramos na crónica somente cartas da cúria romana que mencionam alguns dos últimos acontecimentos relativos à querela. Embora não sendo fruto da criação direta do cronista Geraldo, essas notícias são

⁴⁴² Para todas as designações dos imperadores referidos na *HC* veja-se o quadro 9 relativo aos gentílicos.

⁴⁴³ Os termos deste acordo estão resumidos em BLUMENTHAL, Uta-Renate – *The Investiture Controversy: Church and Monarchy from the ninth to the twelfth century*, 1988, p. 173.

extremamente importantes. Nessa documentação está patente a ideia da dilatação do poder papal por toda a Itália que Calisto II pretendia difundir. Se tal indicasse uma noção ampla de Itália, começando esta nos Alpes, onde existiria uma demonstração de apoio a esse papa, isso significaria que o perigo colocado nessa zona por altura de 1105 – ou, em última análise, em 1109-1110, quando Munio Afonso escrevia – estava ultrapassado, ficando os territórios além-Alpes, ou seja, as províncias alemãs, para a tutela de Henrique V. Esta ideia é reforçada pela forma como os imperadores são intitulados na narrativa, pois na maioria das vezes são associados exclusivamente aos teutões. Além disso, Calisto II vai recolhendo apoios especialmente no sul de Itália, que era controlado pelos normandos vassalos de Roma, e naturalmente há um visível realce desta cidade, de onde irradia o poder do Papa, de onde este tem de se retirar em exílio e para onde regressa quando triunfa: Pascoal organiza concílios na cidade para tratar das perturbações dentro da Igreja e com a corte imperial; Gelásio sai de Roma com a aproximação do imperador, sem a possibilidade de se refugiar noutro lugar italiano, visto dirigir-se diretamente, segundo a *HC*, para Maguelone; Calisto é escolhido em Cluny, mas essa escolha fica dependente do aval romano; o mesmo papa chega finalmente a Roma meses depois, viaja pelo sul de Itália e regressa à cidade, já pacificada; Gregório VIII é aprisionado e devolvido a Roma, para concluir a vitória de Calisto; este pontífice reconhece essa vitória, tanto dentro como fora da cidade.

De todas as informações que se reuniram a partir de topónimos, deve notar-se que o confronto especificamente relativo às investidas só é mencionado de modo explícito numa carta de Pascoal II. De resto, o texto não nos elucida quanto a este ou outros problemas mais profundos que estavam na origem dos desentendimentos, revelando simplesmente o mal-estar que imperava sobretudo em território italiano, sempre por responsabilidade dos imperadores, que pretendiam oprimir os pontífices. Neste sentido, o confronto é exposto na *HC* sob a forma de uma disputa pelo controlo do espaço em Itália.

2.2.3. O cisma na Igreja de 1130-1138

A dupla eleição papal que aconteceu em Roma em 1130 suscitou muitas interpretações por parte dos historiadores. Algumas leituras sobre o problema ponderavam a existência de uma luta pelo poder entre duas famílias aristocráticas

romanas, que mantinham linhas de pensamento diferentes, nomeadamente em relação à disputa pelo controlo das investidas episcopais, que continuava a existir do ponto de vista ideológico – os Pierleoni, de onde provinha Anacleto II, que se opunham à Concordata de Worms, e os Frangipani, que apoiavam Inocêncio II, posicionados do lado imperial⁴⁴⁴. Além disso, Inocêncio teria a cooperação de cardeais mais novos, sobretudo originários do norte de Itália, enquanto Anacleto alinharia com os mais velhos, vindos do sul de Itália ou de Roma⁴⁴⁵. Contudo, não é tão claro para outros estudiosos que duas tendências existentes dentro da Igreja tivessem determinado as duas eleições e enveredou-se por outras interpretações, que incidiam designadamente no próprio desenvolvimento da eleição como a origem da discórdia⁴⁴⁶.

À semelhança das observações que se têm vindo a fazer, este tópico será analisado a partir das referências toponímicas da *HC*, que, para Ermelindo Portela, contém o “relato más completo y detallado de la doble elección”⁴⁴⁷.

Quando Pedro Marcio introduz o tema, toma já um partido: depois da morte de Honório II, fizeram-se duas eleições na Igreja romana, uma legítima – a de Inocêncio – e outra não – a de Anacleto. O cronista prudentemente explica que Gelmírez não sabia qual

⁴⁴⁴ Acerca da família dos Frangipani vejam-se os trabalhos de Matthias Thumser, como “Die Frangipane. Abriß der Geschichte einer Adelsfamilie im hochmittelalterlichen Rom”, 1991; “Frangipane, Leone”, 1998; “Frangipane, Cencio”, 1998.

⁴⁴⁵ KLEWITZ, Hans-Walter – “Das Ende des Reformpapsttums”, 1939; SCHMALE, Franz Josef – *Studien zum Schisma des Jahres 1130*, 1961.

⁴⁴⁶ As teorias de Hans-Walter Klewitz e Franz Schmale foram primeiramente criticadas por Pier Palumbo (PALUMBO, Pier Fausto – *Lo scisma del MCXXX. I precedenti, la vicenda romana e le ripercussioni europee della lotta tra Anacleto ed Innocenzo II*, 1942), cujas ideias foram seguidas mais tarde por diversos historiadores (consulte-se, por exemplo, ROBINSON, Ian S. – *The papacy 1073–1198. Continuity and innovation*, 1990 e CANTARELLA, Glauco Maria – *Manuale della fine del mondo...*, 2015). S. Anzoise alerta para a necessidade de se observar todo o quadro em que se deu o acontecimento e elabora um detalhado estado da arte sobre o tema, desde que este começou a ser estudado na segunda metade do século XIX (ANZOISE, S. – “Lo scisma del 1130: aspetti e prospettive di un lungo dibattito storiografico”, 2011). Francesco Renzi e Enrico Veneziani preferem enfatizar o próprio processo eleitoral como a origem do cisma, mais do que as diferentes tendências ideológicas que poderiam existir na época (RENZI, Francesco; VENEZIANI, Enrico – “Alcune note sulla Riforma della Chiesa Romana nel pienomedioevo (secoli XI-XII)”, 2020, p. 18-19). Para Mary Stroll, o cisma deve ser entendido como um problema de natureza política e não religiosa, induzido por uma propaganda criada contra Anacleto II, muito relacionada com sentimentos antijudaicos. A mesma autora critica a oposição que se costuma estabelecer entre duas gerações de cardeais, que teria ditado a dupla eleição (STROLL, Mary – *The Jewish Pope: Ideology and Politics in the Papal Schism of 1130*, 1987).

⁴⁴⁷ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 65. Para este acontecimento é também essencial uma carta de Pedro, bispo de Porto-Santa Rufina (KRAUSE, Hans-Georg – *Das Papstwahldekret von 1059 und seine Rolle im Investiturstreit*, 1960, p. 271-275). Consulte-se igualmente VENEZIANI, Enrico; RENZI, Francesco – “Reframing the lives of Gelasius II, Calixtus II and Honorius II in the context of the 1130 Schism”, 2024.

dos papas era o católico, pelo que enviou legados à cúria romana para que se informassem quanto às eleições. Efetivamente, ainda no mesmo capítulo e já no seguinte há várias cartas de Inocêncio de 1130, algumas delas emitidas em Génova⁴⁴⁸, ou seja, após a sua fuga da cidade de Roma. Estas cartas dizem respeito a problemas que interessavam particularmente a Compostela, em especial as que são dirigidas a Paio Mendes, com quem Gelmírez se debatia nesse momento acerca da autoridade que ambos procuravam exercer sobre a diocese de Coimbra e o senhorio compostelano situado na diocese de Braga. Pelo contrário, a carta de Anacleto de 10 de abril de 1130, emitida em Roma, não toma nenhuma disposição quanto à Igreja hispânica⁴⁴⁹, mas nesse texto o papa afirma que o apoio de Gelmírez – que, por inerência, lhe daria o apoio dos restantes prelados hispanos – lhe era indispensável para segurar o Papado. Pedro Marcio afiança que o compostelano ignorou esta missiva, sabendo que Anacleto era cismático⁴⁵⁰. No entanto, a realidade provavelmente seria outra, pois percebe-se como Gelmírez enviou legados para consultarem ambos os papas, que os dois tinham os seus apoiantes e que nenhum deles era já um verdadeiro vencedor, sobretudo quando essas cartas datam de 1130, quando o cisma estava ainda no início. Não seria evidente, em Compostela, qual deles era o legítimo, embora esta reflexão não esteja de acordo com o pensamento de Ermelindo Portela, para quem os cónegos compostelanos tomaram partido por Inocêncio II após a chegada dos enviados de Gelmírez, que se tinham inteirado sobre o processo de eleição papal⁴⁵¹, nem siga completamente a ideia de Carl Erdmann, segundo a qual todo o Ocidente optara pelo partido daquele papa⁴⁵². Como esperamos demonstrar de seguida, a decisão do compostelano poderia ter levado mais tempo a ganhar forma.

⁴⁴⁸ HC, III, 21 (JL 7418-7419 (1130) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. X-XI, cols. 59-60) e HC, III, 22 (JL 7415-7417 (Génova, 2 de agosto de 1130) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. VII-IX, cols. 58-59).

⁴⁴⁹ HC, III, 23.2; JL 8374 (Roma/São Pedro, 10 de abril de 1130).

⁴⁵⁰ “Post obitum beate memorie Pape Honorii maxima dissensio de substitutione alius Pape in Romana ciuitate exorta est. (...) Quod ydolum formatum prefatum electum a ciuitate eiecit et in sede apostolica quasi Papa remansit. Et quia plane nouerat domini Compostellani fauorem et beniuolentiam ad retinendum Papatum fore sibi necessarium, et per se, per eius consilium et potentiam alios Hyspaniarum episcopos ad sui fauorem acquisiturum, huiusmodi litteras deprecatorias ad eum per proprios nuntios non rogatus neque aliqua legatione premonitus destinauit. Compostellanus autem eum scismaticum et non canonice electum sciens litteras eius omnino uilipendit, nec uisis ipsis litteris a tramite ueritatis deuiare uoluit.” (HC, III, 23.1).

⁴⁵¹ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 64-65.

⁴⁵² ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*, 1935, p. 36.

Por outros registos de Inocêncio, compreendemos que este pontífice tomava um percurso em direção a norte, cada vez se distanciando mais de Roma – passando primeiro pelo Trastevere, na margem direita do rio Tibre⁴⁵³, esteve em Pisa e depois deslocou-se para Génova⁴⁵⁴; é nesta cidade que os legados de Gelmírez o encontram, trazendo as cartas atrás mencionadas e levando-lhe uma quantia de dinheiro, que teria que ver com as petições compostelanas do momento: o conflito com Braga e talvez a legacia em toda a Hispânia. Pedro Marcio informa que o sumo pontífice fora para Génova com quase toda a cúria, enquanto Compostela recebia também notícias sobre Anacleto, enviadas pelo clero e pelo povo romanos, que davam conta do desenvolvimento das eleições dos dois papas, defendendo o partido de Pierleoni ao focarem a alegada ilegalidade da eleição de Inocêncio, feita antes de Honório ser sepultado, o que ia contra as normas eclesíásticas. Dão conta também da fuga de Inocêncio para o Trastevere, encarada como uma expulsão de Roma feita pelo seu oponente. A única pessoa que surge do lado de Inocêncio é o cardeal Aimerico; inclusivamente a família dos Frangipani, que inicialmente o amparara, passara para o lado oposto⁴⁵⁵.

Como sabemos, acabaria por entrar no reino de França ainda no ano de 1130. Fora de Itália, Inocêncio procura apoio internacional, reunindo-se com vários monarcas. Um desses encontros é com o “Romanorum rex”, Lotário III (1125/1133-1137), no final de 1130 ou inícios do ano seguinte, em Liège, uma das cidades mais importantes do Império

⁴⁵³ O Trastevere é atualmente um bairro em Roma, mas no século XII a sua pertença à cidade não é clara. Leia-se CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di – “Sulle prime attestazioni dei nomi dei rioni nel medioevo”, 2014; *Idem* – “Circoscrizioni ecclesiastiche nel medioevo alto e centrale: Il territorio tra organizzazione e rappresentazione”, 2008, p. 78; *Idem* – *Il Clero di Roma nel Medioevo. Istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*, 2002, p. 107.

⁴⁵⁴ Para os documentos do ano de 1130 consultem-se os *Regesta* de Philippus Jaffé e S. Loewenfeld (*Regesta pontificum romanorum ab condita ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII*, 1885, tomo I, p. 841-845).

⁴⁵⁵ “(...) dominus Innocentius malignantium furori resistere non ualens uniuersa fere comitante curia Genuam nauigio uenit, ibique primum Conpostellani archiepiscopi nuntii benedictionem spontaneam, scilicet XL marcas puri argenti defferentes, ei cum gaudio occurrerunt.” (*HC*, III, 25.1). “(...) cum omni Romane urbis clero et populo, qui apud sanctum Marchum conuenerant, obitum Pape expectantes, ut eum, sicut mos est, <secundum> antiquam Romani ordinis normam honorifice sepelirent, audito quia Papa Honorius iam esset mortuus et sepultus, deliberato consilio expetente populo cum honoratorum consensu pari et communi uoto dominum Petrum filium Petri Leonis, kardinalem presbiterum tituli sancti Calixti, in Papam Anacletum prestante Domino unanimiter concorditer ac feliciter elegerunt (...). Proinde nos, coadunato fratrum nostrorum episcoporum cardinalium cum omnibus palatii ordinibus, abbatum quoque omnium et priorum, qui Rome sunt, cum archipresbiteris et cuncto clero conuentu plenario, laudantibus uniuersis, in eosdem scismaticos excommunicationis sententiam Spiritus Sancti iudicio promulgauimus (...).” (*HC*, III, 23.5).

e com cujos cônegos os clérigos de Compostela já tinham contactado em 1056⁴⁵⁶. Ali o soberano dispôs-se a tratar com os “arcebispos, bispos e príncipes da sua terra” (“archiepiscopis, episcopis et principibus terre sue”) e com o papa sobre “a paz da Igreja e a salvação do reino” (“de pace Ecclesie et salute regni”)⁴⁵⁷. O termo “da sua terra” é demasiado vago, mas poderá referir-se em concreto à região alemã, numa altura em que Lotário ainda não tinha sido coroado imperador (o que só aconteceu em 1133), embora Pedro Marcio escrevesse entre 1145 e 1149, uma distância temporal suficiente para mesclar certos acontecimentos. Com efeito, em Liège, Lotário e Inocêncio encontraram-se com os bispos metropolitanos de Mainz, Magdeburgo, Salzburgo e Colónia, representantes, respetivamente, das regiões da Francónia, Saxónia, Baviera e Lotaríngia⁴⁵⁸. E, em outubro de 1130, em Wurzburg, Lotário reuniu um concílio onde esteve presente o episcopado alemão, que apoiou Inocêncio⁴⁵⁹. Por seu lado, o sumo pontífice convocou também um concílio que se realizaria em Reims, que efetivamente aconteceu em 1131. Ao convidar os prelados das regiões da Hispânia, França, Normandia, Inglaterra, Alemanha e Lotaríngia⁴⁶⁰, a missiva do papa abarca quase toda a Cristandade latina, excluindo-se a Itália e o sul do reino de França, embora tivesse presidido a um concílio em Clermont, a sul do Loire, em novembro de 1130, ainda no primeiro ano do cisma⁴⁶¹. Efetivamente, os legados de Anacleto limitavam-se ao território normando e à Aquitânia⁴⁶².

⁴⁵⁶ Há registo da oferenda de um braço do apóstolo a Liège (RUCQUOI, Adeline – “Santiago de Compostela y Europa: ¿Intercambios? ¿Identidad?”, 2013, p. 28 e PÉRICARD-MÉA, Denise – *Compostelle et cultes de Saint Jacques au Moyen Âge*, 2000, p. 98).

⁴⁵⁷ “Peractis itaque cum prefatis regibus que ad utilitatem Dei spectare cognouimus, Leodium properamus; ibi enim gloriosus filius noster Lothar. Romanorum rex de pace Ecclesie et salute regni cum archiepiscopis, episcopis et principibus terre sue nobiscum disposuit pertractare.” (HC, III, 25.2; JL 7449 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, cols. 76-77). “(...) dominus Papa Innocentius Lotharium Romanorum regem eiusque obtimates de pace Ecclesie et salute regni allocuturus Leodium ire non distulit.” (HC, III, 27.1).

⁴⁵⁸ ARNOLD, Benjamin – *Medieval Germany, 500-1300. A political interpretation*, 1997, p.68, onde o autor indica que a reunião se deu em 1131.

⁴⁵⁹ *Historia Compostelana*, 1994, p. 536, nota 136.

⁴⁶⁰ “Ideo fratres et filios nostros archiepiscopos, episcopos, abbates et alios religiosos ac sapientes uiros Alamanie, Lotharingie, Francie, Normanie, Anglie et Hispanie conuocare decreuimus”. (HC, III, 27.2; JL 7475 (Beauvais, 19 de maio de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XLVI, col. 96).

⁴⁶¹ HC, III, 25.2; JL 7449 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, cols. 76-77.

⁴⁶² ANZOISE, S. – “Lo scisma del 1130: aspetti e prospettive di un lungo dibattito storiografico”, 2011, p. 39.

Embora Lotário, ao contrário dos seus antecessores, nunca seja designado nesta narrativa como “teutão”, mas sim “rei dos romanos”, é numa das principais cidades do Império que o rei germânico recebe Inocêncio, além de que tanto os bispos da Alemanha como os da Lotaríngia são convidados desse papa para uma reunião conciliar, ao contrário dos prelados italianos, que não são mencionados, ainda que o papa tivesse passado algum tempo no norte de Itália. O cisma ia-se materializando no espaço, havendo posições diferentes relativamente à contenda eclesiástica entre a Itália (especialmente Roma e o sul), ligada a Anacleto, e as províncias alemãs, do lado imperial⁴⁶³.

Note-se também a especificidade da distinção entre a Alemanha e a Lotaríngia na carta de Inocêncio. Este último território indicava todo o antigo reino de Lotário II do século IX ou provavelmente a Alta Lorena, na parte sul daquele reino, que no século XII passou a ser designada simplesmente como Lorena. Para o bispo Otto de Freising, contemporâneo destes acontecimentos, a Alemanha e a Lotaríngia eram dois espaços diferentes, correspondendo o primeiro à região da Suábia⁴⁶⁴. Por outro lado, não era incomum, nos autores medievais, a menção a dois topónimos indicar a parte e o todo, como os casos “Hispania” e “Galiza”⁴⁶⁵, que não cremos que se aplique à distinção entre a França e outros territórios, como vimos no capítulo precedente, embora no caso alemão seja algo dúbio.

Pedro Marcio denunciara contactos comerciais entre a Galiza e os “mercatores Lotarienses”, expressão traduzida por José Campelo e Emma Falque como “mercadores da Lorena”, possivelmente da Alta Lorena, que desembarcaram no porto do apóstolo S. Tiago – ou seja, junto a Padrón – e se dirigiram para Compostela, onde pretendiam vender mercadorias⁴⁶⁶. A informação é preciosa por ser a única na fonte que atesta a existência

⁴⁶³ Por outro lado, Lotário procurou ter uma presença mais efetiva nos territórios imperiais italianos, inclusivamente conduzindo expedições até ao território normando, tomando lugares como Benevento e Bari (FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 121).

⁴⁶⁴ ARNOLD, Benjamin – *Medieval Germany, 500-1300. A political interpretation*, 1997, p. 6, 37-39 e 55-57. O sentimento de individualidade da Lotaríngia também é evidenciado em REUTER, Timothy – “The making of England and Germany, 850-1050: points of comparison and difference”, 2022, p. 54-55. Sobre a Lotaríngia e a Lorena leiam-se também as entradas de Michel Parisse “Lorraine” e “Lotharingie” do *Dictionnaire du Moyen Âge*, 2016, p. 848-849.

⁴⁶⁵ MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 72-78. Esta questão volta a ser tratada no subcapítulo 3.2.

⁴⁶⁶ “(...) Mercatores enim Anglicos et Lotarienses, qui ad portum beati Iacobi apostoli cum suis mercibus uendendis nauigio uenerant, in uia, qui uiatores Patrono Conpostellam ducit, armata multitudine inuasit eosque a inuentis et a mercibus, quas Conpostellam apportabant uendendas, omnino expoliavit (...).” (HC, III, 18).

de intercâmbios entre Compostela e essas regiões imperiais do norte da Europa⁴⁶⁷. Estes seriam mais frequentes, porém, do que a *HC* demonstra, uma vez que no tesouro compostelano da época constava uma cruz de estilo renano⁴⁶⁸. Por seu lado, anos antes, Geraldo escrevera o importante capítulo em que ficaram plasmadas todas as grandes províncias da Cristandade latina, entre as quais a Alemanha⁴⁶⁹, sendo este o único testemunho presente na narrativa da devoção ao apóstolo nesse espaço, embora haja para a época muitos indícios do forte culto a S. Tiago na Alemanha⁴⁷⁰. Provavelmente o termo assumiria neste capítulo um sentido amplo e geográfico – equivalente, por exemplo, ao da Gália –, incluindo até, talvez, a Lorena. Esta perspectiva alargada de Geraldo divergia de alguns contemporâneos provenientes das regiões da atual Alemanha ou de outros que conheciam melhor essa geografia, tal como se pode depreender da visão de Otto de Freising e da carta de Inocêncio presente na *HC*, papa que se deslocara, como vimos, pela zona de Liège.

Pedro Marcio volta a dar notícias sobre o cisma ao transcrever duas cartas, uma de cada papa, emitidas em dias próximos no ano de 1134⁴⁷¹. É interessante verificar que ambos declaram a Diego Gelmírez que o prelado há muito não os contactava⁴⁷². O cronista diz que as cartas foram enviadas pelos papas através dos seus mensageiros⁴⁷³, mas não se pode descartar a hipótese de que o arcebispo enviasse legados a ambos os pontífices quando já tinham passado 4 anos desde a dupla eleição, até porque as cartas são enviadas com poucos dias de diferença, com um conteúdo semelhante, sugerindo essa

⁴⁶⁷ Embora Michel Mollat tenha afirmado que eram comerciantes de tecidos que vinham da Flandres (“Notes sur la vie maritime en Galice au XII^e siècle d’après l’«*Historia Compostellana*»”, 1964, p. 535). Jean Gautier Dalché questionou igualmente se não poderiam ser flamengos (*Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 1979, p. 87).

⁴⁶⁸ RUCQUOI, Adeline – “La cultura compostelana e el Camino de Santiago”, 2010, p. 107.

⁴⁶⁹ “Respondetur illis hunc esse beatum Iacobum Domini et Saluatoris nostri apostolum, Iohannis apostoli et euangeliste fratrem et utrumque Zebedei filium, cuius corpus in Gallecie finibus habetur humatum, quem Gallia, Anglia, Latium, Alemania omnesque Christicolarum prouincie et precipue Hispania ueneratur utpote patronum et protutorem suum. Discit insuper stirps Hismaelitica quod idem Iacobus Hierosolimis sub Herode passus et Galleciam fuerat aduectus”. (*HC*, II, 50.1).

⁴⁷⁰ HERBERS, Klaus – “Las peregrinaciones alemanas a Santiago de Compostela y los vestigios del culto jacobeo en Alemania”, 1993.

⁴⁷¹ JL 8426 (Latrão, 22 de abril de 1134) e JL 7653 (Pisa, 3 de maio de 1134) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CLV, cols. 203-204.

⁴⁷² “Miramur autem quoniam, elapso tanto tempore, de statu et incolomitate tua nullam nobis certitudinem reddidisti.” (*HC*, III, 38.2). “Verum tu, frater in Christo carissime, nescimus, quo torpore detentus nulla a te aliquando suscipere rescripta meruimus.” (*HC*, III, 38.3).

⁴⁷³ “Vterque autem partem suam tueri contendens domino D. Compostellano archiepiscopo (...) huiusmodi litteras diuersis nuntiis, quorum alter de altero ignorabat, eodem die simul delegauerunt.” (*HC*, III, 38.1).

possibilidade⁴⁷⁴. De qualquer modo, é significativo que o cronista incluísse ambas as missivas; não seria ainda categórico, em Santiago de Compostela, qual dos dois deveria ser apoiado, ou pelo menos não haveria um corte radical com a facção de Anacleto, e ambos mantinham a esperança de receberem o suporte do arcebispo compostelano, apesar do número muito superior de cartas de Inocêncio que Pedro Marcio incluiu na obra.

Nessa altura, Inocêncio encontrava-se em Pisa, depois de já ter passado por Roma, acompanhado de Lotário, e de ter de fugir novamente da cidade depois da saída do rei germânico⁴⁷⁵. O papa estaria a referir-se a acontecimentos muito anteriores, do verão de 1132, em que um exército de Lotário chegara a Roma, forçando o refúgio de Anacleto para que pudesse ser coroado imperador por Inocêncio, o que efetivamente aconteceu no verão seguinte; pouco depois da partida do imperador, Rogério da Sicília obrigara Inocêncio a abandonar Roma⁴⁷⁶. Se atentarmos na correspondência deste pontífice, desde o final de 1133 que emite cartas desde Pisa permanentemente, e já aqui estivera em março desse ano, como compreendemos a partir de duas cartas introduzidas na *HC*; outras duas são enviadas dessa cidade em 1134 e em 1135, ainda que no título que antecede a de 1135 leiamos “carta de Roma destinada ao arcebispo” (“Litteras Rome destinatas Compostellano archiepiscopo”)⁴⁷⁷. Só no final de 1137 Inocêncio começa a expedir missivas de Roma, tendo permanecido em Pisa pelo menos desde o final de 1133 até

⁴⁷⁴ Richard Fletcher pensou o mesmo, sublinhando o facto de ambos os papas continuarem a procurar o diálogo com *Gelmírez* vários anos passados desde a dupla eleição e avançando outras justificações que alinham mais pela historiografia tradicional, de acordo com as quais o arcebispo seria um apoiante natural de Anacleto II numa fase inicial (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 217-219). Para Ermelindo Portela, o prelado imediatamente aderiu à geração mais jovem, que alinhava com Inocêncio, apesar de se opor aos monges negros (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 64-65).

⁴⁷⁵ “Alter uero Innocentius ab urbe uiolenter expulsus Pisis habitans aduersarii partem attenuare et suam uerisimiliter approbare non desistebat.” (*HC*, III, 38.1). “Post discessum itaque karissimi filii nostri Lotharii imperatoris Augusti nos, qui subiectis ouibus providere debemus, ne forte heedem lupis rapacibus uiderentur exponi, de diuine protectionis tegmine magis quam humani auxilii robore confidentes cum ipsis in urbe mansimus. (...) urbe egredientes Pisas peruenimus, ibique cum fratribus nostris commorantes que ad honorem Ecclesie pertinent propensius operamur.” (*HC*, III, 38.2).

⁴⁷⁶ FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 120-121.

⁴⁷⁷ *HC*, III, 30 (JL 7610-7611 (Pisa, 1 de março de 1133) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CXXIX-CXXX, cols. 171-172). *HC*, III, 42 (JL 7665 (Pisa, 1134) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CLXIII, cols. 213-214). *HC*, III, 45.1 (JL 7735 (Pisa, 27 de dezembro de 1135) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CXCVIII, cols. 249-250).

fevereiro de 1137⁴⁷⁸. No início do cisma, estivera em Génova. Assim, podemos concluir que circulava mais ou menos livremente pelo norte de Itália, especificamente pelas comunas italianas, além de ter estado na região alemã do Império, sendo amparado não só por Lotário como também pelo rei de França e o de Inglaterra.

Por seu lado, Anacleto tinha, além de Roma em determinados momentos, o apoio de Rogério, apelidado por Pedro Marcio como “duque” e pelo pontífice como “rei da Sicília”⁴⁷⁹. Com efeito, o “antipapa” coroara Rogério rei em 1130 através de um seu representante, em Palermo, ocasião em que os diferentes territórios normandos se unificaram, do mesmo modo que Inocêncio viria a fazer três anos depois com Lotário⁴⁸⁰ – ambos os papas, que procuravam destronar o seu opositor, e ambos os soberanos, que visavam ascender politicamente, retiravam dividendos das suas alianças. Mas Pedro Marcio aparentemente não reconhecia a realeza de Rogério, mesmo escrevendo num período em que esta já estava bem consolidada, preferindo referir-se-lhe como “duque” – efetivamente, Rogério era, a partir de 1130, rei da Sicília, duque da Apúlia e Príncipe de Cápua (1130-1154), mas não se deve ignorar a opção do cronista por um dos títulos menores⁴⁸¹. Talvez esta escolha se explicasse pelo seu alinhamento com Anacleto II.

Na revolta compostelana que em 1136 se levantou contra Gelmírez parecia finalmente definitivo em Santiago de Compostela que Inocêncio era o papa pelo qual se deveria alinhar, ou Pedro Marcio optou por revelar a partir desse ano somente os contactos estabelecidos com Inocêncio II. Quando o clérigo Boso é enviado ao papa por Afonso VII e pelo cardeal Guido, que visitava a Hispânia, para que o informasse sobre a desordem que se instalara na cidade compostelana, o papa em questão não é mencionado – diz-se

⁴⁷⁸ Consultem-se os *Regesta* de Philippus Jaffé e S. Loewenfeld desde o final de 1133 até ao final do ano de 1137 (*Regesta pontificum romanorum ab condita ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII*, 1885, tomo I, p. 861-878).

⁴⁷⁹ “Petrus namque Leonis, Rogerii ducis fauore, partim superba sui generis potestate, prime sedis cathedram obtinens multimoda uerborum compositione cause sue iustitiam arguere conabatur.” (*HC*, III, 38.1). “Nos per Dei gratiam cum fratribus et filiis nostris episcopis, presbyteris ac diaconibus cardinalibus clero urbis uniuerso et populo, qui nobis, sicut ab initio fecit, indiuidua caritate coheret, sani et prospere sumus. (...) fidelium nostrorum, precipue karissimi filii nostri R. Sicilie regis (...).” (*HC*, III, 38.3).

⁴⁸⁰ FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 105. Sobre o domínio normando na Itália existe já uma abundante bibliografia, da qual destacamos CANTARELLA, Glauco Maria – *La Sicilia e i Normanni. Le fonti del mito*, 1989 e remetemos para os estudos apresentados em DRELL, Joanna H. – “Normans”, 2004, vol. 2, p. 775-780.

⁴⁸¹ Acerca de Rogério II existe uma recente monografia de Glauco Maria Cantarella, *Ruggero II*, 2020.

simplesmente que o clérigo seria enviado a Roma⁴⁸². Ora em Roma, nesse ano, permanecia Anacleto, enquanto Inocêncio estava em Pisa. O redator também nos informa de que um cidadão de Pisa, que vinha em peregrinação a Santiago de Compostela antes de se realizar o concílio de Burgos de outubro de 1136, regressou à sua terra e relatou ao papa a situação complicada que presenciara em Compostela⁴⁸³, desvendando-nos, deste modo, a identidade do pontífice. Após o relato do cidadão pisano, o cronista coloca nas palavras de Inocêncio e dos seus cardeais que “a Igreja romana sofrera inumeráveis adversidades e desgraças, e agora por último perdera o seu braço direito” (“«Hactenus Romana ecclesia innumeras aduersitates et erumnas pertulit et nunc ad ultimum brachium dextrum amisit»”)⁴⁸⁴. Pedro Marcio exalta ao máximo o arcebispo com a construção deste pequeno discurso. O próprio cardeal Guido regressou da Hispânia com dinheiro da parte de Gelmírez para a cúria romana e expôs também a situação a Inocêncio⁴⁸⁵. A reação do papa não podia ser imediata, visto que a Igreja romana se encontrava “coibida pelas perseguições” (“persecutionibus coacta erat”)⁴⁸⁶.

No capítulo seguinte, o cronista insere uma carta de Inocêncio já emitida em *Bibione Castro* – a uns 77 km a este de Pisa⁴⁸⁷ –, em março de 1137, bem como uma missiva de Aimerico, que era apoiante daquele pontífice, e outra de Guido⁴⁸⁸. Ambos os cardeais falam de Arias, o enviado de Gelmírez, que, de acordo com Aimerico, se comportou honestamente na cúria do papa e, de acordo com Guido, atuou bem “em Itália” (“in

⁴⁸² “(...) Hoc audiens imperator moleste sustulit et cum cardinale consiliatus fuit, ut quendam suum clericum facundum, Boso nomine, nuncupatum, apostolico et suis notum, Romam dirigeret et circa consilium Pape super hoc negotio faceret.” (HC, III, 46.3).

⁴⁸³ “Contigit equidem ut, antequam generale concilium fieret, quidam Pisanus ad limina beati Iacobi ueniens de peregrinatione rediret et que propriis oculis in altari beati Iacobi uiderat et auditu perceperat de altari beati Iacobi persecutoribus et sui pastoris lapidatoribus et de conspiratione quorundam ciuium facta aduersus archiepiscopum siue imperatore archiepiscopi depositionem mediante auri argentique magnitudine, Pape per ordinem notificauit.” (HC, III, 49.7).

⁴⁸⁴ HC, III, 49.7.

⁴⁸⁵ “Tunc ad Romane ecclesie decorem et ut semper magnificaret Compostellanam sedem et quia numquam cessauit a largitatis bonitate, de proprio, scilicet de trecentis aureis, cardinalem adiuuit ex caritate; et sic adiutus et filius ex dilectione et obsequio factus a partibus Hispanie recessit.” (HC, III, 49.5).

⁴⁸⁶ “Post hec cardinalis de Hispania remeans hec eadem, que dicta fuerant, Pape et omnibus Romane curie seriatim narrauit. Tunc aduersus imperatorem et eosdem proditores Papa terribiliter insurgere uoluit, sed, quia tunc temporis Romana ecclesia persecutionibus coacta erat in aduersitate, ne scandalum maius oriretur ecclesie, distulit facere, ut cum opportunum tempus immineret, terribilem ultionis excommunicationem exerceret.” (HC, III, 49.7).

⁴⁸⁷ Sobre este topónimo veja-se o quadro 7.

⁴⁸⁸ HC, III, 50; JL 7831 (*In Bibione castro*, 10 de março de 1137) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CCLXX, col. 323.

partibus Ytalie”)⁴⁸⁹. Novamente se menciona a Itália num documento lavrado na cúria romana, mas desta vez sabemos que Inocêncio, dentro do território cisalpino, se deslocava entre lugares do norte, sobretudo estanciando em Pisa e também em Génova, não passando para sul de Roma. Deduzimos que o conceito, nesse documento, não fosse tão dilatado como noutras passagens, mas poderia igualmente pretender sublinhar o direito de Inocêncio de governar todo o território italiano.

No derradeiro capítulo da obra há uma referência ao concílio que Inocêncio convocou para a cidade de Roma – o II Concílio de Latrão, celebrado em 1139. Pedro Marcio indica que o seu objetivo era tratar, entre outros assuntos, sobre “o estado da Igreja” (“de statu Sancte Dei Ecclesie”) e para assinalar o “caminho da verdade” (“uiam ueritatis”), acrescentando que a Igreja de Roma já se encontrava em paz depois de um período atribulado⁴⁹⁰. Compreendemos que esta observação diz respeito à morte de Anacleto a 25 de janeiro de 1138, que colocou um ponto final no cisma⁴⁹¹, confirmado oficialmente nesse concílio de Latrão, onde Inocêncio excomungou Rogério II, apesar de mais tarde reconhecer o reino normando.

O cisma que Pedro Marcio reproduz na *HC* é um problema cuja evolução se pode observar a partir do espaço desde o primeiro momento em que é apresentado, ainda que frequentemente tenhamos de recorrer à correspondência de ambas as cúrias para se perceberem as itinerâncias dos pontífices e os territórios que os apoiavam, de modo a completar a informação que o cronista nos transmite.

De Génova, Inocêncio distancia-se de Roma até se refugiar no reino de França. Visita também Liège, ganha a proteção de Lotário III e convoca um concílio com prelados da Alemanha e da Lotaríngia, ignorando os de Itália. Quando regressa a Roma, tem de recuar

⁴⁸⁹ “apud nos honestate conuersatus esse cognoscitur” (*HC*, III, 50.2). “in partibus Ytalie bene est conuersatus” (*HC*, III, 50.3).

⁴⁹⁰ “Lascurrensis episcopus (...) archiepiscopos, necnon Hyspanie episcopos et abbates religiosos et precipue dominum D. Compostellanum archiepiscopum (...) in urbe Romana omni occasione postposita, ad concilium strenuissime inuitauit hac uidelicet conditione, ut, quoniam Romana Ecclesia, que diu fuerat turbata et ab ingrato populo conculcata, diuina clementia opitulante iam persistebat in pace et dilecta tranquillitate, uenerandus Papa Sancte Ecclesie pastores curam animarum a Deo tenentes sollicite aduocabat, ut de statu Sancte Dei Ecclesie et sue utilitatis et totius Christianitatis reuelatione et Mohabitarum oppressione cum eis, Deo propitiante et opitulante, unanimiter tractaret et tenebras ignorantie opere et sermone illuminando uiam ueritatis et sancte religionis demonstraret.” (*HC*, III, 57).

⁴⁹¹ Apesar de alguns cardeais terem elegido o “antipapa” Vítor IV em março de 1138, do qual não sobreviveram sólidos vestígios (CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di – “Vittore IV, antipapa”, 2020).

novamente para Pisa, enquanto Anacleto permanece naquela cidade durante largo tempo e é secundado por Rogério II. Contudo, encontrando-se Inocêncio já em Itália, o clérigo Boso é enviado a Roma para comunicar com o papa, quando na realidade acabam por se estabelecer contactos em Pisa, embora não tenhamos conhecimento de que outros legados de Compostela tenham visitado Anacleto em Roma nesse momento. Esta cidade representa aqui, novamente, a cúria papal – a oficial, na perspetiva da obra compostelana –, independentemente de esta não se encontrar de facto em Roma.

A Cristandade ocidental é dividida em duas partes, sendo a de Inocêncio indiscutivelmente a mais forte, já que Anacleto se isolava em Roma e no território a sul desta cidade. A Itália divide-se também em dois, pelo que a expressão “Itália” utilizada num documento escrito na corte afeta a Inocêncio é difícil de interpretar, uma vez que este pontífice não circulava a sul de Roma. Neste sentido, relembra-nos o mesmo termo empregue por Calisto II e a sua necessidade de assumir um poder alargado em todo o espaço italiano, ainda que a realidade pudesse ser menos otimista. Assim, os dois problemas principais envolvendo a Igreja retratados na *HC* – o confronto entre o Império e o Papado e o cisma da década 30 – traduzem-se espacialmente nos territórios italianos.

Relativamente à Alemanha, há diferentes conceções em função de quem utiliza a palavra. A propósito do cisma, entendemos que esse espaço e a Lotaríngia se distinguiam para Inocêncio, enquanto Geraldo usara o termo “Alemanha” noutro momento num sentido mais dilatado, pelo que o vocábulo poderia ter um significado volátil consoante o contexto em que era aplicado. O papa, que inclusivamente estivera em Liège, discernia com maior detalhe essas regiões. Todavia, não se podem negar os conhecimentos que em Compostela havia dessas zonas mais distantes, nomeadamente através dos contactos comerciais com a Lorena e com os peregrinos que vinham da Alemanha.

Por último, a decisão de Gelmírez de aderir abertamente a uma das facções em confronto poderia ter demorado mais tempo do que aquele que Pedro Marcio dá a entender. Aliás, nota-se algum interesse deste redator na divisão que se instalara na Igreja na década de 30, pois se em vários momentos as alusões ao conflito são motivadas por problemas que Diego Gelmírez travava na Hispânia – concretamente, com Paio Mendes de Braga e com os burgueses compostelanos –, há outros em que simplesmente o assunto é apresentado sem nenhuma ligação a temas hispânicos. Era indispensável, naturalmente, fazer do arcebispo de Santiago de Compostela um “recurso” internacional para ambos os

partidos do cisma, criando ao mesmo tempo o artifício de que desde o início o prelado alinhara pela fação que seria triunfante.

2.2.4. O culto de S. Tiago e os caminhos de peregrinação em Itália

O culto de S. Tiago fora da Península Ibérica é especialmente sublinhado no importante capítulo escrito por Geraldo sobre as regiões cristãs da Europa que veneravam o apóstolo, entre as quais a Itália (“Latium”)⁴⁹². De novo é incerto o espaço em concreto que se deve identificar com este vocábulo, mas há outros sinais no texto da veneração jacobea tanto no norte como no sul de Itália, incluindo a Sicília, pelo que a palavra representaria, neste capítulo, um conjunto vasto de territórios que fazem parte do que hoje é a Itália. Pedro Marcio informa-nos de que, por volta de 1136, um cidadão de Pisa peregrinou até Santiago de Compostela. O seu estatuto social seria elevado, uma vez que, no seu regresso, comunicou a Inocêncio II a revolta que se vivia na Galiza nesse ano e, para tal ter ficado registado na crónica, poderia ter também alguma ligação ao cabido compostelano⁴⁹³. O mesmo cronista redigiu uma passagem onde conta como dois cónegos compostelanos, Pedro Astruáriz e Paio Yáñez, angariaram contribuições dos fiéis de S. Tiago na Apúlia e na Sicília para financiar as obras da catedral compostelana, o que poderá ter resultado na concessão de propriedades à diocese em alguns lugares italianos, como Bari⁴⁹⁴. Quando em 1124 se procurava em Roma, junto de Calisto II, que o privilégio definitivo da trasladação da dignidade metropolítica de Mérida para Compostela, em perpetuidade, fosse selado pelo papa, aqueles cónegos encontravam-se já em Pavia, não longe de Milão, de regresso à Galiza, e ajudaram a repor as 27 onças que faltavam aos colegas que estavam com o papa, necessárias para concluir a transação com a cúria papal. Como se compreende, a quantia amealhada era muito significativa para que fosse possível completar esse pagamento e, certamente, ainda manter uma soma considerável para levar até Compostela, o que denota a grande fama do apóstolo e da catedral compostelana nesse espaço. Além disso, chama a atenção o facto de o redator ter

⁴⁹² HC, II, 50.1.

⁴⁹³ “(...) Pisanus ad limina beati Iacobi ueniens de peregrinatione (...)” (HC, III, 49.7).

⁴⁹⁴ Ainda no século XII são confirmadas à sé compostelana por Alexandre III várias propriedades, algumas das quais no sul de Itália (*Tumbo B de la Catedral de Santiago*, 2004, p. 527-531, doc. 281 e p. 543-547, doc. 285). Segundo Francisco Pérez Rodríguez, este é o único testemunho de compostelanos a pedirem donativos com esta finalidade longe da sua residência (PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco J. – “Viajes y desplazamientos de los canónigos de Santiago en la Edad Media (siglos XII-XIV)”, 1997, p. 343).

especificado que os cónegos foram enviados àquelas terras do sul e que, depois de terem percorrido os “limites dessas províncias” (“finibus illarum prouinciarum”), planearam o regresso a casa⁴⁹⁵. Há uma leve sugestão de que foram destacados propositadamente para essas regiões, caso contrário o cronista não teria a necessidade de as realçar, sobretudo quando o encontro entre os cónegos que regressavam à Galiza e o que vinha de Roma já acontecera em Pavia, a muitos quilómetros de distância das zonas meridionais da Apúlia e da Sicília.

Este é o único momento em que se indica explicitamente na narrativa que cónegos da Igreja de Santiago contactaram pessoalmente com o sul de Itália, um espaço que se situava já no limite entre o Ocidente europeu e Bizâncio e que, na realidade, mesclava elementos árabes e bizantinos, além da sua cultura latina⁴⁹⁶. É interessante que Gelmírez tivesse encarregado dois dos seus clérigos de visitar esses lugares quando não temos notícias, na crónica, de que a mesma tarefa fosse levada a cabo em territórios mais próximos de Compostela. Contudo, também se deve ter em conta, como alerta sensatamente Manuel Castiñeiras, que Calisto II viajara por essas regiões poucos anos antes, como o próprio deu a conhecer numa carta incluída na *HC* e atrás apresentada, tendo estado em vários lugares como Bari e Cápua no ano de 1120, além de ter visitado muitos outros em 1121⁴⁹⁷. Com efeito, Pedro Astruáriz e Paio Yáñez já tinham sido enviados para terras italianas dois anos antes de 1124, de acordo com Pedro Marcio (“in Apuliam et in Ciciliam biennio iam transacto profecti fuerant”), mas este período poderia ser maior. E se realmente acompanhavam o pontífice, teriam o objetivo não só de recolher esmolas como também de tratar de negócios com Calisto, que nessa altura se relacionariam com a tentativa de Gelmírez de suplantar as dioceses rivais de Braga e de Toledo – demonstrámos atrás como depois de 1120 o arcebispo continuava a desejar a metrópole de Braga e, possivelmente, a primazia da Hispânia, pertencente ao toledano Bernardo. Essas viagens também

⁴⁹⁵ “Erant autem tunc temporis duo canonici beati Iacobi P. Astrarides et Pelagius Iohannides in partibus illis, qui in Apuliam et in Ciciliam biennio iam transacto profecti fuerant, auxilium ad opus ecclesie beati Iacobi a fidelibus peturi. Et illi equidem duo canonici finibus illarum prouinciarum, querendo quod dictum est, perlustratis, in patriam suam reuerti iam disposuerant, et reuertentes Papiam usque iam peruenerant.” (*HC*, II, 64.6).

⁴⁹⁶ CIGGAAR, Krijnie Nelly – *Western travellers to Constantinople...*, 1996, p. 281-294 e FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 104-105.

⁴⁹⁷ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 36. STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 351-354.

significariam que os clérigos haviam contactado com a política normanda, uma vez que Calisto explicara na sua carta que se encontrara com os governantes dos principados de Cápua e da Apúlia⁴⁹⁸.

Além disso, vários indícios do culto jacobeu em Itália neste período, quer a sul quer a norte, poderiam motivar a realização dessa viagem. Rosa Vázquez reuniu diversos sinais que acusam a existência de uma devoção que se ia construindo em torno do apóstolo de Compostela já no século XI, sobretudo nos lugares que se situavam nas vias de peregrinação italianas. Pistoia, não muito longe de Pisa, recebeu uma relíquia de S. Tiago pelos anos 40 do século XII, que poderia ter sido doada ainda por Gelmírez, que trocou correspondência com o bispo da cidade, Atto, sobre a relíquia⁴⁹⁹, apesar de infelizmente esta cidade não ser mencionada na crónica. Contudo, se de facto Gelmírez foi o autor desta doação, o ato atesta o programa político e religioso profundamente ensaiado pelo prelado para dinamizar a peregrinação jacobea, mesmo em lugares distantes de Compostela. Há registo, porém, do trabalho de Rainerio de Pistoia como mestre na escola compostelana no ano de 1134⁵⁰⁰. Também San Jacopo d'Altupascio era já no século XI um importante hospital de peregrinos situado a uns 20 km a leste de Lucca, junto à *via francigena*, e acolheria tanto os que se deslocavam para Roma como aqueles que seguiam para Compostela. Existem ainda interessantes estudos realizados na área da antroponímia que revelam o grande uso do nome “S. Tiago” na região da Toscana durante o tempo em que Diego Gelmírez esteve à frente da diocese compostelana. No caso de Roma, algumas notícias atestam a devoção ao apóstolo na cidade no século XI e pensa-se que o prelado compostelano teria concedido outra relíquia de S. Tiago à basílica e igreja titular de São Crisógono, possivelmente doada a Calisto II aquando da elevação de Compostela a arcebispado. Embora Roma venerasse as suas próprias relíquias, Rosa Vázquez considera que Gelmírez contribuiu para a afirmação do culto jacobeu na cidade eterna⁵⁰¹. Há ainda

⁴⁹⁸ HC, II, 27.

⁴⁹⁹ KROCHALIS, Jeanne – “Pistoia”, 2004, vol. 2, p. 918; VÁZQUEZ, Rosa – “Gelmírez y el culto jacobeo en Italia”, 2010, p. 272-273; GAI, Lucia – “El camino italiano de Santiago”, 1993, p. 315-318.

⁵⁰⁰ Além de Guido, também italiano, já na década de 50 (LÓPEZ FERREIRO, António – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo IV, p. 172 e 216; DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”, 1971, p. 193; RUCQUOI, Adeline – “«De grammaticorum schola»: La tradición cultural compostelana en el siglo XII”, 2005).

⁵⁰¹ As várias informações sobre a devoção ao apóstolo S. Tiago presente em Itália foram retiradas de VÁZQUEZ, Rosa – “Gelmírez y el culto jacobeo en Italia”, 2010.

notícia da devoção de S. Tiago na região das Marcas⁵⁰². Relativamente ao sul de Itália, há indícios deste culto na Apúlia – a igreja de Sant’Angelo de Calarotto em Mottola, na província de Taranto, era provavelmente dedicada ao apóstolo no século XII, segundo nos informa Manuel Castiñeiras⁵⁰³, e deve ter-se em conta a cidade de Bari como um dos grandes centros urbanos de onde partia o *iter compostellanum* para os que se dirigiam à Galiza vindos do sul de Itália ou mesmo do Oriente, já nos inícios do século XII⁵⁰⁴.

Na viagem de retorno, os clérigos de Compostela pararam em Pavia – aqui encontraram-se com Afonso Pérez, um dos responsáveis pelas negociações que decorriam com Calisto em Roma. Efetivamente, Pavia era uma das cidades habituais dos caminhos de peregrinação em Itália neste período e talvez por isso tenha sido escolhida por esses enviados como um ponto de paragem durante a sua viagem. Sabemos igualmente que Gelmírez passara por Susa na jornada até Roma em 1105, embora não tenhamos mais informações na crónica sobre o percurso que tomou até ao seu destino, mas teria muito provavelmente parado em Pavia após a estadia naquela cidade. Partindo de alguns registos de itinerários de diferentes períodos da Idade Média, Debra Birch concluiu que do século IX ao XIII os caminhos que levavam a Roma não mudaram significativamente. Existiam diferentes rotas que, passados os Alpes, habitualmente convergiam em Vercelli e seguiam o caminho mais comum daí até Pavia, Piacenza e Parma. Os peregrinos que passavam em Susa vinham da passagem de Mont Cenís e do vale de Maurienne, tal como Gelmírez fizera. O interesse em passar pelo território de Maurienne justificava-se pela presença em Saint-Jean-de-Maurienne de relíquias de São João Batista, designadamente um dedo de acordo com um testemunho mais tardio em relação à *HC*, o de Alberto de Stade⁵⁰⁵. A passagem de Mont Cenís, onde havia um hospício instalado no mosteiro de Novalesa

⁵⁰² MASCANZONI, Leardo – *San Giacomo: il guerriero e il pellegrino. Il culto iacobeo tra la Spagna e l’esarcato (secc. XI-XV)*, 2000, p. 98, 242 e 314; RENZI, Francesco – *Nascita di una signoria monastica cistercense...*, 2011, p. 69-70 e nota 170; *Tumbo B de la Catedral de Santiago*, 2004, p. 671-672, doc. 371.

⁵⁰³ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “*Didacus Gelmirius*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 57-58.

⁵⁰⁴ Sobre o caminho italiano que se seguia para Compostela leia-se GAI, Lucia – “El camino italiano de Santiago”, 1993. Existem também informações acerca de itinerários com destino à Terra Santa e à Península Ibérica em MUR I RAURELL, Anna; LEPORE, Michele; ANZIVINO Antonio – *Sulle Orme dei Calatrava...*, 2007.

⁵⁰⁵ BIRCH, Debra – *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: continuity and change*, 1998, p. 54.

desde o século IX, e o acesso pelo Grande São Bernardo eram muito utilizados nos séculos XII e XIII, pois ligavam diretamente a Itália às feiras de Champagne⁵⁰⁶.

Antes de chegar a Roma, Lucca era um lugar de paragem, onde Gregório residia nos primeiros anos do século XII, futuro cardeal-presbítero de São Crisógono e autor do *Polycarpus*, uma coleção de textos sobre direito canónico dedicada a Diego Gelmírez entre 1109 e 1113, na qual o autor dá a entender que os dois se tinham conhecido anteriormente – segundo Ermelindo Portela, o encontro teria acontecido numa das viagens que Gelmírez realizara a Roma (que para Richard Fletcher teria sido a segunda, no ano de 1105). Esta hipótese é de certa forma corroborada por Manuel Castiñeiras quando o autor apresenta Lucca como uma das cidades onde Gelmírez teria parado nesse ano, passando antes por lugares como Pavia⁵⁰⁷.

No sul, além de Bari, outras cidades contavam com importantes santuários, como Monte Cassino e Benevento, pelo que seriam centros recetores de peregrinos que os cónegos compostelanos poderiam ter visitado no seu périplo pelo sul de Itália. Outros lugares eram igualmente trilhados por viajantes que pretendiam atingir a Terra Santa, como Cápuia, Melfi, Brindisi e Otranto. Esta última cidade, a par de Bari, era dotada de hospícios para o repouso dos peregrinos⁵⁰⁸. Na Sicília, os cónegos provavelmente percorreram a cidade multicultural de Palermo e, claro, Messina, que está na convergência entre o continente e a ilha. Aliás, a presença de clérigos compostelanos nessa região, que poderia ter-se repetido no passado, ajuda a explicar as várias menções que Munio Afonso e Geraldo fazem aos dois monstros marinhos da mitologia grega que habitavam o Estreito de Messina, Caribdis⁵⁰⁹ e Cila⁵¹⁰. Obviamente conhecê-los-iam de alguma literatura clássica⁵¹¹, mas não se exclui a ideia de que cónegos com quem contactavam tivessem

⁵⁰⁶ DITCHBURN, D. – “The larger towns of Europe”, 2003, p. 131-132, onde se apresentam cartografados vários lugares de travessia nos Alpes. Sobre as rotas na zona italiana encontram-se informações em WEBB, Dianna – *Medieval European pilgrimage, c. 700-c. 1500*, 2002, p. 128-135.

⁵⁰⁷ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Jaca, Toulouse, Conques y Roma: las huellas de los viajes de Diego Gelmírez en el arte románico compostelano”, 2013, p. 263-265, onde o autor apresenta outras possibilidades para o itinerário seguido pelo bispo. FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 115-116. PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 70.

⁵⁰⁸ BIRCH, Debra – *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: continuity and change*, 1998, p. 38-55, 61-65 e WEBB, Dianna – *Medieval European pilgrimage, c. 700-c. 1500*, 2002, p. 133.

⁵⁰⁹ HC, I, 1.1; II, 10; II, 12.3; II, 13.3; II, 42.7.

⁵¹⁰ HC, I, 1.1; II, 10.

⁵¹¹ E também em Santo Isidoro de Sevilha, que se refere ao segundo dos monstros nas *Etimologías* (ISIDORO DE SEVILHA, Santo – *Etimologías*, 1983, vol. II, p. 52-53). Consultem-se igualmente as

conhecimento pela sua própria experiência do perigo dessa zona, especialmente para os navios, que amiúde aí naufragavam. Além disso, outros eclesiásticos de Compostela que pretendiam visitar Jerusalém ou os cruzados que também para lá se dirigiam, vindos da Galiza, embarcariam nos portos italianos do sul mais comuns para aceder à Terra Santa por via marítima, pelo que seriam lugares já bem conhecidos dos compostelanos. Na *HC* pode ler-se que Pedro Anáyaz e Pedro Díaz foram a Jerusalém e daí regressavam em 1119, tendo talvez passado pelo sul de Itália⁵¹². No mesmo ano, alguns cruzados galegos iniciaram uma jornada com o intuito de alcançarem a Terra Santa⁵¹³. Havia ainda mosteiros na região da Apúlia ligados à Hispânia no século XII, como é o caso do de Sant’Angelo de Orsara⁵¹⁴.

Os contactos entre Compostela e a Itália também são denunciados pelas ideias incutidas nos escultores e arquitetos da época, retiradas de vários monumentos italianos e realçadas pelos historiadores de arte, nomeadamente Serafín Moralejo e Manuel Castiñeiras⁵¹⁵. Pela *HC* sabemos somente que, em Roma, Gelmírez esteve na igreja de São Lourenço, provavelmente a de Extramuros, edifício que terá influenciado a decoração da catedral compostelana, em concreto o trabalho do Mestre da *Porta Francigena*. Na sua anterior viagem em 1100, a visita a outras construções teria inspirado a produção do Mestre “de las Columnas Entorchadas”. Entre as várias similitudes entre as ornamentações romanas e a basílica de Compostela, o baldaquino é um dos elementos mais destacados pela historiografia. Há igualmente vestígios de arte românica apuliana na catedral compostelana⁵¹⁶ e outros elementos que se encontravam em Módena e em

indicações de Pierre Grimal no *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*, 1951 (“Scylla”, p. 417-418).

⁵¹² *HC*, II, 10. CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “El porqué de una exposición itinerante. Diego Gelmírez, genio y espíritu viajero del Románico”, 2010, p. 23.

⁵¹³ *HC*, II, 16.1.

⁵¹⁴ RENZI, Francesco – *Mauricius Bracarensis archiepiscopus...*, 2021, p. 30.

⁵¹⁵ Ainda que o primeiro prefira não aplicar a expressão “intercâmbios artísticos” às relações que existem entre a catedral compostelana e alguns edifícios romanos (MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – “El patronazgo artístico del arzobispo Gelmírez (1100-1140): su reflejo en la obra e imagen de Santiago”, 1987, p. 266-272). Sobre as informações que se seguem, além desse trabalho e de outros do mesmo autor, leia-se QUINTAVALLE, Arturo Carlo – “Reforma Gregoriana y orígenes del Románico”, 2010, p. 204-231 e as várias publicações de Manuel Castiñeiras, entre as quais “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 15-51; “Jaca, Toulouse, Conques y Roma: las huellas de los viajes de Diego Gelmírez en el arte románico compostelano”, 2013, p. 245-298; “*Didacus Gelmirius*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 32-99. Acerca da crítica do conceito de “arte da Reforma Gregoriana” veja-se o subcapítulo 2.1.3.

⁵¹⁶ O trabalho de Belli D’Elia, “L’eredità inconsapevole della scultura romanica meridionale”, 1998, é dedicado à arte do sul de Itália.

Cremona. Por fim, não poderíamos esquecer a capela da basílica dedicada a São Nicolau de Bari, inicialmente situada no transepto e finalizada por volta de 1107 – registos que se cruzam com o excerto que relata a presença de compostelanos nesses territórios italianos. De facto, em 1122 – pela mesma altura em que os cónegos itineravam pela Apúlia –, Gelmírez consagrou um segundo altar dedicado ao santo de Bari, tal como indica a *HC*⁵¹⁷. Bari albergava um grande santuário da Cristandade, pelo que se deveria incluir na catedral de Compostela uma referência a esse santo protetor dos viajantes e dos escolares que fora levado para Bari em 1087, após a conquista normanda. De facto, há a menção no sermão *Veneranda dies* (*Codex Calixtinus*) a peregrinos vindos da Apúlia que visitavam o apóstolo da Galiza, tal como a viajantes toscanos, sicilianos e italianos, numa curiosa enumeração em que estes últimos se distinguem dos restantes⁵¹⁸.

Por fim, deve reconhecer-se que a *HC* não dá relevância à peregrinação a Roma. Somente Gelmírez se dirige à cidade “para rezar”. Ao invés, o texto transmite a ideia de que todo o sul de Itália tinha fiéis de S. Tiago dispostos a contribuir para a construção da basílica compostelana. Obviamente Gelmírez pretendia incrementar a peregrinação jacobea, canalizando para Compostela o maior número de peregrinos possível e, consequentemente, de recursos, rivalizando no Ocidente com Roma, e daí o quase silêncio que emana da narrativa sobre a peregrinação romana. Contudo, não se pode dizer que a crónica contenha uma imagem negativa desta cidade ou de outras italianas, ao contrário do sermão *Veneranda dies*, que veicula uma má representação de lugares de Itália que se poderia explicar pela tentativa de Compostela de suplantar Roma na peregrinação e, inclusivamente, Jerusalém, para onde se ia passando também pelo sul de Itália⁵¹⁹. Esta competição com grandes santuários cristãos também se encontra no *Livro dos Milagres*, do mesmo conjunto literário do *Codex Calixtinus*, no qual se relatam milagres em terras italianas atribuídos a S. Tiago ou relacionados com a peregrinação ao seu túmulo – como a cura de um cavaleiro da Apúlia através de uma vieira em 1106 –, que funcionavam

⁵¹⁷ *HC*, II, 54.

⁵¹⁸ *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 199. CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 26, 36-37 e *Idem*– “*Didacus Gelmirius*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 55-57, 60-61.

⁵¹⁹ Vários autores referem-se a esta ideia tendo em conta a enumeração de cidades francesas e italianas, às quais se atribuem características negativas, sendo as segundas mais numerosas do que as primeiras (*Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 223). Roma também surge nesse texto com um estatuto inferior ao de Santiago de Compostela. Veja-se a bibliografia da nota seguinte.

como um incentivo à realização de uma viagem de agradecimento até à Galiza⁵²⁰. De facto, no século XII a peregrinação a Roma decaía por comparação com o afluxo de peregrinos a Compostela e a Jerusalém, o que se deveria em grande parte ao movimento das Cruzadas e da “Reconquista” e, para infortúnio de Roma, aos esforços empregues no conflito que vigorava com os imperadores germânicos⁵²¹, a que se poderia acrescentar a política gelmiriana promotora da peregrinação jacobea.

Os elementos recolhidos pela historiografia relativamente ao interesse de Gelmírez pela Itália, nomeadamente no que respeita à arte, ao culto jacobeu e aos caminhos de peregrinação, anteviam uma maior referência a lugares italianos na *HC*. No entanto, existem escassas informações sobre eles ou os trajetos percorridos por compostelanos nesse espaço, que nos são sobretudo fornecidas por Pedro Marcio, datando do período após a ascensão de Gelmírez a arcebispo, sendo completadas por outros elementos incluídos pelos cronistas anteriores⁵²². De qualquer modo, a tática da *Historia Compostellana* parece ir ao encontro da transmissão das boas relações de Compostela com a generalidade dos territórios que compunham a Itália, tal como veremos de seguida em outros âmbitos.

⁵²⁰ *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 358, 359, 362 e 363. DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Las tres grandes peregrinaciones vistas desde Santiago”, 1999 e CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “*Didacus Gelmirius*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 55-58.

⁵²¹ BIRCH, Debra – *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: continuity and change*, 1998, p. 150-186.

⁵²² Curiosamente, como observa Fernando López Alsina, que atribui parte do Livro II e todo o Livro III a este redator, Pedro Marcio apresenta uma familiaridade com as condições climáticas próprias de algumas zonas de Itália – “In tempore hiemis Euro flante et Borea comitante non densiores atque spiores gutte aque funduntur, quam super altare et summum pontificem et cimbolium lapides fundebantur.” (*HC*, III, 47.4). Também é interessante verificar que vários estudiosos da autoria da crónica compostelana anteriores a este investigador haviam levantado a hipótese de que o mestre Rainerio, natural de Pistoia, fosse um dos cronistas que se seguiram a Geraldo. Nesse caso, o mestre italiano escreveria precisamente o excerto atrás apresentado (LÓPEZ FERREIRO, António – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo IV, p. 171-172; FERNÁNDEZ ALMUZARA, Eugenio – “En torno a la ‘Crónica Compostelana’”, 1942, p. 356; LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 96).

2.2.5. Itália – uma geografia do saber

a) A construção naval em Génova e Pisa

Uma temática recorrente na obra são os ataques dos sarracenos contra cristãos por via marítima. Além da destruição que provocavam, faziam muitos cativos e era um problema com o qual o prelado se debatia periodicamente, tal como os seus antecessores. Em mais do que um capítulo há referências à necessidade de dar resposta a estas ofensivas com uma frota de guerra capaz de navegar no mar alto, e os galegos não estavam aptos para construí-la – eram necessários barcos de vela. Para introduzir essa prática, Gelmírez volta-se para três cidades portuárias extrapeninsulares – Arles, Pisa e Génova –, às quais envia mensageiros e das quais se salientam na narrativa as duas italianas, onde “havia os melhores construtores de barcos e marinheiros muito experientes que não ficavam atrás de Palinuro, o piloto de Eneias” (“Ibi namque obtimi nauium artifices nauteque peritissimi, qui Palinuro Enee naute non cederent, habebantur”)⁵²³. Não se tratava apenas da construção de barcos, mas também da capacidade de os manejar⁵²⁴.

Destaca-se primeiramente Génova, de onde veio Ougério ou Augerio⁵²⁵, capitão de expedições contra os sarracenos e responsável pela construção de dois barcos, que exigiu custos elevados. O genovês contratado pelo prelado aparece em dois capítulos da autoria de Geraldo, muito semelhantes no conteúdo, embora com variações em alguns detalhes: o primeiro refere-se ao ano de 1115 e o segundo é possivelmente uma reelaboração do anterior numa parte inicial, contendo notícias posteriores a 1120 numa segunda parte. Neste se diz que, devido ao sucesso dos contrataques cristãos, os sarracenos interromperam as ofensivas durante algum tempo, retomando-as só quando conseguiram reunir um grande número de barcos⁵²⁶.

⁵²³ HC, I, 103.3.

⁵²⁴ Em várias publicações, como *L'Europe et la mer* (1993), Michel Mollat investigou aprofundadamente a relação das comunidades com o mar em diferentes regiões da Europa, abordando também os contributos italianos neste domínio.

⁵²⁵ De acordo com a leitura de Michel Mollat, Ougério não deveria ter nascido no seio de uma família importante, pois isso implicaria assinalar o nome da mesma, como habitualmente acontecia com os genoveses do século XII (MOLLAT, Michel – “Notes sur la vie maritime en Galice au XII^e siècle d’après l’«Historia Compostellana»”, 1964, p. 536).

⁵²⁶ “Predictus itaque episcopus incircumscrip̃ta Dei prouidentia fultus et Christianorum captiuitate compunctus nuntios suos Pisam atque Genuam direxit. Ibi namque obtimi nauium artifices nauteque peritissimi, qui Palinuro Enee naute non cederent, habebantur. Quos prescripti nuntii plurimorum munerum pollicitis pauere et ut naues constructum in Galliciam proficiscantur conuocare. Nec mora, artifices nauium a Genua ciuitate Conpostellam ad episcopum ueniunt et, ut duas biremes ei construant, cum eo determinato

Anos mais tarde, Pedro Marcio atribui relevo à cidade de Pisa. O redator elabora uma história idêntica às anteriores e desta vez somos informados de que foi construída uma birreme, entregue depois a um jovem oriundo de Pisa, Frixón, para que a navegasse e liderasse uma investida contra os islâmicos, o que aconteceu depois de Gelmírez alcançar o arcebispado, ou seja, depois de 1120. O facto de se repetir este acontecimento indica a perseverança dos assaltos muçulmanos e a contínua necessidade de lhes dar resposta no mar, embora a construção de novos barcos tivesse também uma outra explicação: os que se tinham construído no passado – talvez aqueles a que se referira Geraldo – tinham sido destruídos como consequência da negligência dos habitantes de Padrón⁵²⁷. Pedro Marcio repete o que já escrevera no Livro II e o que registara Geraldo, indicando no Livro III que Gelmírez pagou bastante a “hábeis artesãos” (“peritos artifices”) para construir “barcos de assombrosa velocidade” (“mire uelocitatis naues”), aditando que a madeira destes se havia deteriorado, o que levou o prelado a contratar um segundo artesão e outros “de diversas regiões” (“diuersarum regionum”)⁵²⁸.

Ambas as cidades do norte de Itália, rivais no século XII, atingiram uma autonomia política relativamente ao poder imperial e eram potentados comerciais e marítimos, e nessa qualidade detinham um papel importante no Mediterrâneo, inclusivamente aliando-se ao Império Bizantino contra os seus inimigos, entre os quais os normandos, ou auxiliando estes contra os muçulmanos. Asseguravam a ligação entre o Ocidente e o Oriente também através do transporte de cruzados em navios e sobrepunham-se aos

prius pretio paciscuntur (...). Magno itaque admodum sumptu factis duabus biremibus, quas uulgo galeas uocat, Irienses, ascito sibi altero Palinuro earumdem scilicet nauium artifice nomine Ougerio, precepto et ammonitione episcopi Sarracenis uices redditum eunt.” (HC, I, 103.3). “Quapropter predictus beati Iacobi archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus dolore paterno compunctus, quoniam in partibus Gallicie homines nautice artis periti non habebantur, Arelatum, Genuam et Pisam nuntios suos miserat, qui ad se peritissimos nauium artifices illinc uenire facerent. Quid plura? Genuensis nomine Augerius peritissimus nauium artifex duas naues, que uulgo «galere» dicuntur, in Iria composuit, in quarum compositione archiepiscopus multam pecuniam multasque dispensas expendit. Eodem igitur anno, quo facte fuerunt, Irienses iussu et admonitione archiepiscopi cum nauita suo predicto Ougerio armati naues ingrediuntur, terram Sarracenorum adeunt et uersa uice trucidant, captiuant, incendunt, succidunt.” (HC, II, 21).

⁵²⁷ “Post archiepiscop<atus> adeptionem idem archiepiscopus Amorreorum guerram sue terre circa maritimas partes multum nocere annuatim uidens, ad exaltationem Christianorum et depressionem Sarracenorum sollerti et ualde utili consilio usus est. Birremem namque, que uulgariter galea uocatur, multo sumptu fieri fecit factamque cuidam inuueni nomine Frixoni Pisana ciuitate oriundo, probo et nautice artis peritissimo, tradidit, cum qua Amorreorum terram nauigio inquietaret. (...) In tempore quoque sui episcopatus duas galeas eadem intentione fieri fecit. Sed Patroniensium, quibus ad custodiendum ab illo commisse fuerunt culpa et negligentia destructe et anullate sunt, ante tamen quam destructe essent, Amorreis multa incomoda intulerunt.” (HC, II, 75).

⁵²⁸ HC, III, 28. Leia-se igualmente o capítulo III, 29.2.

demais burgos europeus contemporâneos tanto na sua organização como no número de habitantes que albergavam – estima-se que Génova contasse com uma população à volta de 80 000 habitantes entre 1100 e 1300 e que Pisa atingisse entre 11 000 a 15 000 por volta de 1150⁵²⁹. Diego Gelmírez reconheceu-lhes esse estatuto e não hesitou em servir-se dessa experiência italiana, da qual também teria conhecimento, possivelmente, a partir das feiras de Santiago de Compostela onde a presença italiana, em especial a genovesa, era apreciável durante a primeira metade do século XII⁵³⁰. O prelado era movido por uma causa que captava a sua atenção em determinados momentos – a defesa da Galiza que passava, em certa medida, pela guerra marítima contra os sarracenos e outros povos, como os ingleses, contra os quais a armada gelmiriana também terá sido útil, armada que é tida como a primeira da História do reino de Leão e Castela⁵³¹.

b) A medicina de Salerno

Duas fugazes notícias da *HC* revelam que Diego Gelmírez contactava com um médico de Salerno chamado Roberto. Os dados sobre esta figura são parcos e a sua associação à cidade não nos revela explicitamente que provinha desse território normando, mas teria sobretudo que ver com a sua formação e profissão. Salerno era conhecida, de facto, pelo ensino da medicina, que teria adquirido precisamente em finais do século XI e no século XII um carácter mais efetivo e organizado, acompanhando as importantes obras subordinadas à ciência médica que se escreviam nessa época. Antonio López Ferreiro insinuou que este médico teria vindo de Salerno para ensinar em Compostela, mas esta não é uma conclusão que se possa retirar das menções a Roberto na crónica. Manuel Díaz y Díaz declarou simplesmente que poderia ter sido um peregrino ou um acompanhante do cardeal Deusdedit à Hispânia⁵³². Além disso, as relações entre a Itália meridional e o

⁵²⁹ EPSTEIN, Steven; GORSE, George – “Genoa”, 2004, vol. 1, p. 399-405; ROTHRAUFF, Elizabeth P. – “Pisa”, 2004, vol. 2, p. 899-907; CIGGAAR, Krijnie Nelly – *Western travellers to Constantinople...*, 1996, p. 246 e 271; FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*, 1995, p. 77; DITCHEBURN, D. – “The larger towns of Europe”, 2003, p. 132-133. Havia feitorias de genoveses na costa oriental peninsular. Nesta zona do Mediterrâneo partilhavam a hegemonia com os muçulmanos (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*, 1996, p. 289).

⁵³⁰ MOLLAT, Michel – “Notes sur la vie maritime en Galice au XII^e siècle d’après l’Historia Compostelana”, 1964, p. 537.

⁵³¹ BURGOA FERNÁNDEZ, Juan José – “La armada gallega de Diego Gelmírez”, 2012.

⁵³² DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”, 1971, p. 197; LÓPEZ FERREIRO, António – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 256; D’ANGELO, Edoardo – “*Scuola medica salernitana*”, 2005. KRISTELLER, Paul Oskar – *Studi sulla scuola medica salernitana*, 1986.

reino de Leão e Castela estão também patentes no plano político, como se constata pelo casamento de Elvira, filha de Afonso VI, com Rogério da Sicília⁵³³, o que facilitaria outros intercâmbios, como a chegada de Roberto ao noroeste da Hispânia.

A sua proximidade a Gelmírez e o seu envolvimento nos contactos de Compostela com a Santa Sé é notório: na primeira notícia que dele temos, o médico seria um dos acompanhantes que integrariam a comitiva do bispo com destino à Auvérnia, juntamente com o cardeal romano Deusdedit, para assistir ao concílio de Clermont em 1119, onde se encontraria com Gelásio II⁵³⁴. Como vimos antes, a viagem acabou por não acontecer e o cardeal seguiu caminho sozinho. Roberto é também referido por esse cardeal numa carta dirigida ao compostelano, na qual envia cumprimentos ao médico⁵³⁵. Em ambas as passagens vemos como Roberto e Deusdedit se relacionavam entre si, mas apenas podemos observar que o primeiro poderia prestar serviços de medicina em Santiago de Compostela ou, quiçá, ser o médico pessoal de Gelmírez, além de que parecia servir de mediador entre o bispo e a cúria romana, tarefa para a qual talvez ajudasse a sua proveniência italiana⁵³⁶.

c) Lombardos responsáveis pelo *repositorium* e pela Casa da Moeda

Tanto Geraldo como Munio Afonso manifestam a existência de lombardos na cidade de Santiago de Compostela, bem integrados e constituindo o grupo de cidadãos da cidade. Embora não tenhamos informações sobre a sua concreta origem geográfica, os redatores compostelanos assimilariam os lombardos a mercadores e banqueiros provenientes, provavelmente, do norte de Itália.

O primeiro cronista comenta como Diego Gelmírez, para fugir à ira dos cidadãos de Carrión apoiantes do rei de Aragão, se disfarçou com uma capa vermelha e um chapéu, imitando o estilo dos “lombardos” (“Longobardorum”)⁵³⁷. Estes testemunhos juntam-se

⁵³³ CANTARELLA, Glauco Maria – “Una regina invisibile: Elvira di Sicilia (1103-1135)”, 2019.

⁵³⁴ “Nobiscum quoque, qui non erant canonici, scilicet magister Raucelinus, Robertus Salemitanus medicus et ceteri clerici cum sua turba militum atque clientum.” (HC, II, 8.1).

⁵³⁵ “Petrum cardinalem et Robertum Salernitanum saluta.” (HC, II, 33).

⁵³⁶ Este elo entre a Itália e a Hispânia levou Francesco Renzi a refletir sobre os muitos detalhes acerca de Maurício “Burdino” contidos num texto redigido por Romualdo II Guarna, arcebispo de Salerno na segunda metade do século XII. Este poderia ter tido acesso às informações de que dispunha graças a esses contactos, de que é exemplo o médico Roberto (RENZI, Francesco – *Mauricius Bracarensis archiepiscopus...*, 2021, p. 55).

⁵³⁷ “(...) sed diuina gratia protegente quodam rubeo pallio coopertus et pilleo more Longobardorum obumbratus euasit.” (HC, I, 90.3).

aos do *Codex Calixtinus*, onde, como se constatou, há uma enumeração de diferentes povos que habitavam a Itália e que afluíam a Santiago de Compostela, onde se reconhecia, por isso, a existência de diversas identidades culturais “italianas”⁵³⁸.

A convivência com lombardos na Galiza e mesmo no reino de Leão e Castela é ratificada por um registo anterior de Munio Afonso, onde consta que Gelmírez recebera de Afonso VI o direito de cunhar moeda livremente, serviço cuja administração entregou ao lombardo Randulfo, encarregue de evitar a falsificação de moeda⁵³⁹. Este apresentou queixa ao rei Afonso contra dois compatriotas seus (“*ciuibus suis*”), os irmãos João e Gaufrido, que por conselho de Gelmírez serviam como *repositarii* a filha do monarca, Urraca, e o conde Pedro Froilaz de Trava, isto é, estavam encarregues do tesouro ou dos bens dessas personagens⁵⁴⁰. Sabemos que eram cidadãos compostelanos, pois face ao problema surgido com Randulfo, Afonso VI reconheceu ao bispo o privilégio de ser o único a exercer a justiça sobre eles⁵⁴¹. Nos dois casos verifica-se uma tendência para atribuir cargos relacionados com a gestão de moeda e de bens importantes a lombardos, que não seria, portanto, uma mera coincidência. De resto, os italianos estariam na origem do grande impulso da banca e do comércio internacional a partir do século XIII⁵⁴².

⁵³⁸ Há também notícias da presença de lombardos na região oriental da Península Ibérica (CUADRADA, Coral – “Presencia y expansión de los mercaderes italianos en la península ibérica (siglos XII-XIV)”, 2003).

⁵³⁹ Segundo Antonio López Ferreiro, não se trataria da concessão deste direito a Santiago de Compostela, que acontecera anteriormente, mas antes da atribuição de algumas liberdades relacionadas com o funcionamento da Casa da Moeda (LÓPEZ FERREIRO, António – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 278-282).

⁵⁴⁰ “Recepta ergo, sicuti patula cordis aure superius audistis, omnino libere moneta, eiusdem presulis summa sollertia omnibus suis nummulariis Randulfum maiori ingenio peditum cum magna cautela preposuit, cuius custodie omne monete dominium, ne falsificaretur, attribuit. Qui Tandulfus per secretam sepefati pontificis iussionem in discretis auribus piissimi regis Ildefonsi de duobus ciuibus suis, Iohanne uidelicet Longobardo et eius fratre Gaufrido, querelam opposuit, quorum alterum, Iohannem scilicet regis filie repositarium, eadem regina per iussionem et summam presulis rogationem collegeret, alterum uero Petrus consul ab eodem pontifice non dissimili ratione susceperat, quorum potestate uallatos tunc temporis episcopus iustificare non poterat.” (HC, I, 28.1).

⁵⁴¹ “(...) rex omnium ciuium dominationem tam sue filie quam etiam consuli in perpetuum abstulit, dicendo ab auis et proauis suis ea legis concessione dominium ecclesie beati Iacobi fuisse concessum, quod nullum hom<inu>m nec aliquod ius in ciuitate habere deberent, et tradidit eos pontifici iudicandos ut suos.” (HC, I, 28.1). Os motivos da querela não são muito explícitos. Talvez tivesse que ver com o próprio ofício de Randulfo, vigia da falsificação de moeda. Leia-se também LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 272, nota 392.

⁵⁴² O papel dos italianos no comércio europeu, e em concreto o dos lombardos, é estudado por Yves Renouard em *Études d'histoire médiévale*, 1968.

Contudo, já no século XII, em Santiago de Compostela, a riqueza que a cidade acumulava elevou a importância dos cambistas, que se organizaram num grémio⁵⁴³.

Deve acima de tudo sublinhar-se como Diego Gelmírez saía facilmente do âmbito peninsular para procurar os melhores especialistas em determinadas áreas do saber, designadamente a arte de navegar e a construção de navios de guerra, a medicina e a experiência financeira, que encontrava em italianos de diversas proveniências, atestando assim a constância das ligações do noroeste peninsular com diferentes lugares de Itália nos primeiros anos do século XII.

⁵⁴³ VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1948, tomo I, p. 493-494.

2.3. Ingleses e normandos – piratas, mercadores, bárbaros e cristãos

Os compositores da *HC* redigiram alguns capítulos com as suas impressões dos povos inglês e normando, que recebem um tratamento similar no texto, sendo-lhes atribuídas características e atividades idênticas, quer sejam mencionados nos mesmos episódios ou separadamente. Inclusive, durante parte do período a que a *HC* se reporta, os habitantes de Inglaterra e da Normandia foram súbditos do mesmo monarca, ainda que nem sempre seja claro que os vocábulos atribuídos àqueles grupos étnicos tenham este sentido tão limitado. Deste modo, optou-se por concentrar no mesmo conjunto de reflexões as referências a ambos os povos e àqueles dois territórios.

Como é sabido, o termo “normandos” nem sempre designa nas narrativas hispânicas os habitantes da Normandia, sendo utilizado para referir os povos nórdicos que devastavam a costa atlântica da Península Ibérica entre os séculos IX e XI. Com efeito, este vocábulo não é estanque e evolui ao longo da Idade Média. Originalmente vindos da Escandinávia, os normandos (“os homens do Norte”), ou também conhecidos como “vikings” pela tradição latina – denominação que tem vindo a ser considerada desadequada por não constituir um termo étnico⁵⁴⁴ –, espalharam-se pela Europa e pelo Oriente desde o final do século VIII⁵⁴⁵, dedicando-se a atividades comerciais e de pirataria e assentando comunidades em determinados territórios. Ainda que vistos como rudes e violentos pela literatura produzida pelos seus inimigos, nomeadamente clérigos inseridos nas populações atacadas por estes pagãos, há trabalhos que procuram desconstruir a

⁵⁴⁴ Sobre os termos “normando” e “viking” encontram-se informações em PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 16-18; NEVEUX, François – “Normandie”, 2016; *Idem* – “Normands”, 2016; MAILLEFER, Jean-Marie – “Vikings”, 2016; ALMAZÁN, Vicente – “Los Vikingos en Europa y Galicia”, 2002, p. 91; MOSKOWICH, Isabel – “El mito vikingo...”, 2002; DUMVILLE, David N. – “Images of the Viking in the Eleventh-Century Latin Literature”, 2002, p. 250, nota 2; SMYTH, Alfred P. – “The Emergence of English identity, 700-1000”, 2002; MORALES ROMERO, Eduardo – *Historia de los vikingos en España...*, 2004, p. 29-32.

⁵⁴⁵ Em concreto, tem-se o ano de 793 como o marco do início da “era viking”, ano que é atribuído ao famoso ataque realizado ao mosteiro de Lindisfarne, em Inglaterra. Esta era terminaria com a união do reino de Inglaterra e do ducado da Normandia ou a conversão dos normandos ao Cristianismo durante o século XI, especificando Isabel Moskowich que o seu fim foi assinalado pela batalha de Stamford Bridge, que teve lugar três semanas antes da de Hastings, em 1066 (MOSKOWICH, Isabel – “El mito vikingo...”, 2002, p. 56). Hélio Pires baliza este período entre 789 e 1086 (PIRES, Hélio – “De norte para sul: os vikings em Portugal”, 2018, p. 111).

imagem excessivamente negativa que deles se tem ainda na atualidade ou alertar para a necessidade de contextualizar eventuais exageros dos escritos clericais⁵⁴⁶.

Muitas incursões à Península Ibérica foram organizadas pelos normandos. Na Galiza, o litoral estava particularmente exposto às suas investidas, por um lado porque a região era um ponto de passagem no trajeto que conduzia ao Mediterrâneo, onde se comercializavam valiosos produtos, e, por outro, porque a fama de Santiago de Compostela e das suas riquezas começou a seu tempo a difundir-se igualmente pelas terras do norte da Europa, onde a Galiza se tornou conhecida nas fontes escritas como *Jacobsland*, pelo menos após as primeiras expedições⁵⁴⁷. O primeiro encontro entre normandos e galegos está documentado em diversas fontes de diferentes proveniências, tanto cristãs como muçulmanas, que permitem concluir que em 844, no reinado de Ramiro I (842-859), chegaram os primeiros navios nórdicos à costa galega⁵⁴⁸.

Os normandos desenvolveram grandes contactos, nem sempre pacíficos, com as ilhas anglo-saxónicas, e um dos territórios que mais floresceu com a sua presença deu origem ao ducado da Normandia, resultado da concessão de terras em torno de Rouen feita pelo rei de França Carlos, o *Simple*, ao chefe “viking” Rollo, em 911. Os normandos passam a designar então os duques aí estabelecidos e, posteriormente, todos os habitantes deste principado. O rei dinamarquês Knut o *Grande* (1016-1035) dominou um conjunto de territórios que incluíam a Inglaterra, embora este império não tivesse sobrevivido à morte

⁵⁴⁶ D'HAENENS, Albert – *Les invasions normandes, une catastrophe?*, 1970; MOSKOWICH, Isabel – “El mito vikingo...”, 2002. A época “viking” foi investigada por E. Roesdahl e D. M. Wilson (veja-se, por exemplo, *From Viking to Crusader: The Scandinavians and Europe, 800-1200*, 1992). Há que destacar também os contributos desses viajantes para o desenvolvimento da navegação, da construção naval e das ligações comerciais que se estabeleceram entre várias regiões europeias (JOCHENS, Jenny – “Viking Age”, 2000 e *Idem* – “Viking discoveries and settlements: the Faeroe Islands, Iceland, Greenland and Vinland”, 2000). Sobre as regiões escandinavas ocupadas pelos “vikings”, os seus costumes e as diferentes fontes que os descrevem consulte-se igualmente ALMAZÁN, Vicente – “Los Vikingos en Europa y Galicia”, 2002; MORALES ROMERO, Eduardo – *Historia de los vikingos en España...*, 2004, p. 87-122; PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 21-54; ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 79-84; MARQUES, André Evangelista; BARROCA, Mário Jorge; AMARAL, Luís Carlos – “As incursões vikings no Norte de Portugal”, 2018.

⁵⁴⁷ Como explica Hélio Pires, seria difícil que, pelo menos durante o século IX, os povos nórdicos tivessem conhecimento da existência do túmulo de S. Tiago (PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 50). A Galiza e a Hispânia recebiam igualmente outros nomes (ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 8).

⁵⁴⁸ Sobre esta primeira chegada consulte-se URÍA RÍU, Juan – “Los normandos en las costas del reino de Asturias en el reinado de Ramiro I (844)”, 1955, e ainda ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 85-89; ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 7-39; MORALES ROMERO, Eduardo – *Historia de los vikingos en España...*, 2004, p. 127-147; PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 52-67.

do monarca, e, chegado o ano de 1066, o duque normando Guilherme conquistou o reino de Inglaterra (1066-1087), unindo os dois territórios e contribuindo para a introdução da cultura “francesa” e de aristocratas normandos na região insular⁵⁴⁹. Nessa mesma altura, outros normandos encontravam-se já no sul de Itália e iam estabelecendo um controlo cada vez mais efetivo nesse espaço, terminando com o domínio político lombardo, muçulmano e bizantino até se instituir o reino da Sicília, em 1130, sob Rogério II⁵⁵⁰.

É importante notar que a *HC* é frequentemente usada pelos investigadores que se debruçam sobre a presença normanda na Península Ibérica. Na crónica encontram-se os nomes “Normani” ou “Normanigenae”, seguindo uma das tendências das fontes hispano-latinas⁵⁵¹. Porém, os normandos constituem por vezes um grupo difícil de definir no texto quanto à sua identidade e ao espaço a que se vinculavam, na medida em que são mencionados em diferentes cronologias e em contextos antagónicos, independentemente da variante da palavra usada, pelo que a representação que deles consta na narrativa é volátil. Como veremos de seguida, diversos investigadores pronunciaram-se, direta ou indiretamente, sobre o conceito de “normando” na *HC*, correlacionado com o de “inglês” em episódios mais ou menos contemporâneos da redação desta crónica, embora não exista um estudo sistemático sobre todas as referências a estes grupos presentes na fonte, que aqui se estabelece por forma a anotar outras reflexões sobre o modo como os cronistas compostelanos concebiam estes povos.

As primeiras notícias registadas na crónica acerca dos “Normani” referem-se às comuns invasões escandinavas verificadas ao longo da costa atlântica europeia antes do século XII, as quais tiveram grande impacto no litoral galego. Estes episódios são redigidos por Munio Afonso na sua pequena introdução aos episcopados anteriores ao governo de Diego Gelmírez e situam-se cronologicamente no tempo dos bispos Sisnando

⁵⁴⁹ Acerca da situação política inglesa e normanda deste período e dos primeiros anos do século XII consulte-se BARTLETT, Robert – *England under the Norman and Angevin kings, 1075-1225*, 2006, p. 4-54 e p. 102-103 sobre os laços entre a Inglaterra e a Escandinávia, sobretudo comerciais, que começam a diminuir nesta época. Relativamente ao Império Plantageneta formado em meados do século XII veja-se AURELL, Martin – *The Plantagenet Empire, 1154-1224*, 2007. Ainda acerca da expansão dos “vikings” no Norte da Europa leia-se MOLLAT, Michel – *A Europa e o mar*, 1995, p. 60-74.

⁵⁵⁰ CANTARELLA, Glauco Maria – *Ruggero II*, 2020.

⁵⁵¹ “Normani”, tal como “Lormanni”, “Lordomani” e “Leodemanni”, são os nomes atribuídos aos “vikings” nas fontes hispano-latinas (ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 82), enquanto “Dani” ou “Nort(h)manni” eram palavras utilizadas por autores francos e anglo-saxónicos (MAILLEFER, Jean-Marie – “Vikings”, 2016). Para uma maior variedade de termos usados em diversas fontes cristãs e hispano-árabes veja-se MORALES ROMERO, Eduardo – *Historia de los vikingos en España...*, 2004, p. 32.

II (952-968) e Crescónio (1037-1066)⁵⁵². Estes acontecimentos podem ser atestados por várias fontes hispânicas cristãs e muçulmanas, que confirmam a destruição provocada por estas razias e cujo conteúdo foi confrontado com outras fontes nórdicas mais tardias. No primeiro caso, os atacantes chegados à Galiza seriam auxiliares dos duques da Normandia, nomeadamente Ricardo I (942-996), que solicitou um contingente de “vikings” não cristianizados da Noruega e da Dinamarca em seu auxílio nos confrontos que o opunham ao rei de França. Muitos seguiram para sul, em direção à Península Ibérica, concretamente grupos de dinamarqueses pagãos que partiram da Normandia em 966 e atingiram a Galiza. Dois anos depois, outra invasão foi liderada pelo dinamarquês Gunderedo, que partiu de uma zona incerta, expedição a que se refere a *HC*, bem como a *Crónica de Sampiro* e o *Chronicon Iriense*⁵⁵³. Já no século XI, num período em que os povos escandinavos estavam em processo de cristianização, muitas das depredações sofridas pelos galegos eram cometidas por cristãos, embora estes ainda praticassem costumes antigos.

Na narrativa compostelana, o bispo Sisnando II, afastado da cátedra de Iria pelo rei Sancho I (956-966), recuperou o seu lugar após a morte desse rei e morreu numa investida normanda no ano de 968, portanto, já sob o reinado de Ramiro III (966-985). No relato de Munio Afonso, a morte de Sisnando parece justificada pela sua conduta não muito exemplar⁵⁵⁴. Os atacantes entraram pelo porto de Juncaria e chegaram até Iria, saqueando

⁵⁵² Ainda que Fernando Alonso Romero refira que desde 844 até meados do século XII quase todos os anos os galegos testemunhavam a chegada de barcos nórdicos (ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 65), vários historiadores organizam essas viagens em quatro grandes vagas do século IX ao XI, pelo que as que são descritas na *HC* se situariam no contexto das duas últimas – as dos anos 966-971 e 1008-1038. Relativamente ao ano da morte de Crescónio, a crónica compostelana indica o de 1068 (I, 2.10).

⁵⁵³ Duas publicações de Fernando Alonso Romero são especialmente dedicadas a esta incursão normanda na Galiza (ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017; *Idem* – “La navegación e itinerario del ejército normando de Gunderedo (968-969)”, 2018). Acerca da mesma cronologia leia-se ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 97-108; FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, 1999, p. 37-40; MORALES ROMERO, Eduardo – *Historia de los vikingos en España...*, 2004, p. 175-193; PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 87-97.

⁵⁵⁴ A crónica não esclarece os motivos do afastamento de Sisnando e a sua breve substituição pelo monge de Celanova S. Rosendo, em 966. Leia-se ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 79-86 e PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 88-89, onde o autor explica a teoria partilhada por diversos estudiosos de que a deposição do bispo nunca aconteceu. O ano da morte de Sisnando não encontrou unanimidade na historiografia, uma vez que alguns dataram o acontecimento de 970 (por exemplo, Reinhart Dozy em *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Âge*, 1860, tomo II, p. 309-311). O de 968 parece ser, porém, o mais consensual, estando de acordo com as informações da *HC*.

essa região, tendo o bispo morrido em Fornelos⁵⁵⁵. Alguns destes lugares são difíceis de localizar no mapa: o porto de Juncaria situar-se-ia junto ao castelo de Torres de Oeste, ou seja, os normandos teriam entrado pela ria de Arousa e subido o rio Ulla até atingir Iria⁵⁵⁶. Já o topónimo “Fornelos”, onde se deu a batalha em que morreu o prelado, oferece maior dificuldade de identificação, na medida em que implicaria uma grande deslocação das tropas para uma área a sul de Iria, segundo a opção de José Campelo, embora tal não seja inverosímil. Fernando Alonso Romero, contudo, admite que Fornelos é uma pequena aldeia próxima de Santiago de Compostela⁵⁵⁷. Deve dizer-se que este trajeto coincide com o retratado no *Chronicon Iriense*, onde também se atribui a Sisnando a iniciativa de uma série de trabalhos de fortificação para proteger a cidade de Compostela. O texto da crónica compostelana não acrescenta mais pormenores à descrição, mas sabe-se por outros documentos que, após este encontro em que o bispo morreu, os invasores saquearam boa parte da Galiza e aqui permaneceram uns dois ou três anos. Vicente Almazán informa-nos que, depois destes acontecimentos, “o período vikingo acaba o seu apogeu em Galicia”, que esteve prestes a transformar-se numa “Normandía hispánica”, comparação considerada desproporcionada por Hélio Pires, que somente vê nos acontecimentos de 968 “um ataque excecional, tanto pela duração como pela extensão da área afetada”⁵⁵⁸.

Relativamente ao segundo episódio, Munio Afonso criou uma imagem muito favorável de Crescónio, que surge na narrativa como um bispo guerreiro que terminou

⁵⁵⁵ “Cumque Normani ex portu, qui Iuncarie dicitur, uenientes et Hiliam tendentes partes istas depredarent, idem Sisnandus a ciuitate exiit et sui exercitus robore circumuallatus in die mediantis Quadragesime usque ad predium, quod dicitur Fornellos, eos est insecutus, ubi pugnam aggressionis acerrime cum eis incipiens sanctissimi Reodesindi maledictionis sagitta percussus casu interueniente occissus est IIII Kl. Aprilis era I^a. VI^a.” (HC, I, 2.6).

⁵⁵⁶ Nesse trajeto, numa zona mais próxima do mar, existe também o lugar Junqueras, referido num outro capítulo do texto, possivelmente situado no concelho de A Proba do Caramiñal, Corunha (veja-se o quadro 5). Fernando Alonso Romero procura localizar o porto de Juncaria e acredita que estaria em A Vacariza, Corunha, próximo do castelo de Torres de Oeste (ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p.130-134, 144, 145 e *Idem* – “La navegación e itinerario del ejército normando de Gunderedo (968-969)”, 2018, p. 72-82). Sobre o mesmo lugar veja-se PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 91.

⁵⁵⁷ Poderia tratar-se de Fornelos de Montes, Pontevedra (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 26, nota 5 e p. 129, nota 3), embora Fernando Alonso Romero descarte essa possibilidade devido à grande distância a que se encontrava de Santiago de Compostela, situando o lugar mais próximo desta cidade (ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 136, 141-143, 157-159 e *Idem* – “La navegación e itinerario del ejército normando de Gunderedo (968-969)”, 2018, p. 72-82). Para outras hipóteses veja-se PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 92.

⁵⁵⁸ ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 100 e PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 96-97. Existe inclusive a possibilidade de estes normandos terem penetrado até à região da Terra de Campos (GARCÍA LOSQUINO, Irene – “Los vikingos en la Península Ibérica: Nuevas perspectivas sobre piratas y mercenarios en la segunda mitad del siglo X”, 2018).

com a ameaça normanda na Galiza – pelo menos temporariamente –, tanto através do seu forte exército como pela atividade de construção e reforço de fortalezas que protegiam a cidade de Santiago de Compostela, entre as quais o castelo de Torres de Oeste⁵⁵⁹. Contudo, não é narrada nenhuma ofensiva concreta vinda do norte da Europa, embora haja outros relatos sobre a chegada à Galiza do dinamarquês Ulf pela mesma altura, apelidado como o *Galego* nas fontes nórdicas por ter devastado várias vezes esta região, e sobre o conde galego Rodrigo Romariz, que teria sido ajudado por um grupo de nórdicos num levantamento contra o rei Bermudo III de Leão (1028-1037)⁵⁶⁰.

Munio Afonso parece ter dado a entender que estas razias na Galiza teriam cessado após o governo de Crescónio, “que acabara por completo com os normandos” (“Normanos (...) funditus extinxit”), embora, segundo Reinhardt Dozy, estas palavras não devam ser tomadas à letra porque o cronista galego tenderia a exagerar o sucesso de um bispo de Iria, tal como as fontes escandinavas hiperbolizariam o êxito do partido contrário⁵⁶¹. Esta dúvida levantada pela fonte também é comentada por Hélio Pires, que prefere pensar em algumas vitórias de Crescónio frente aos normandos que vinham assaltando a Galiza desde anos anteriores⁵⁶². De facto, apesar de não haver mais nenhum registo na *HC* de que normandos tivessem atacado a Galiza, não se interrompem as informações sobre eles na narrativa de Geraldo com um tom depreciativo.

⁵⁵⁹ “Gresconius igitur nobilissimo genere ortus tante nobilitatis lampade resplenduit, quod sue militie circumspecta strenuitate Normanos, qui hanc terram inuaserant, funditus extinxit et edificia murorum turriumque ad muniendam urbem Compostelle construxit (...) castellum Honesti, quod ad defensionem Christianitatis construxerat (...)” (*HC*, I, 2.10). Os prelados dedicavam-se igualmente a tarefas militares desde há vários séculos (PRINZ, Friedrich – “King, clergy, and war at the time of the Carolingians”, 1979).

⁵⁶⁰ Existe também um documento que registou a ajuda prestada por “vikings” a Rodrigo Romariz contra um grupo de bascos (ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 109-120). Sobre a investida normanda que envolveu Crescónio leia-se igualmente FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, 1999, p. 58-59; PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 146-152. No início do século XI, antes do bispado de Crescónio, deu-se o violento ataque normando à cidade de Tui, que ditou a trasladação desta diocese para a compostelana, em 1024, por iniciativa de Afonso V (DOZY, Reinhardt – *Recherches sur l’histoire et la littérature de l’Espagne pendant le Moyen Âge*, 1860, tomo 2, p. 315-517; LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 238). Do mesmo período conhece-se a presença destes povos em território hispânico muçulmano, nomeadamente naquele que hoje é português (AZEVEDO, Rui Pinto de – “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016”, 1974; PIRES, Hélio – “De norte para sul: os vikings em Portugal”, 2018; MORALES ROMERO, Eduardo – *Historia de los vikingos en España...*, 2004, p. 195-213).

⁵⁶¹ DOZY, Reinhardt – *Recherches sur l’histoire et la littérature de l’Espagne pendant le Moyen Âge*, 1860, tomo 2, p. 331.

⁵⁶² PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 150.

O cronista relembra que o estado de ruína do castelo de Torres de Oeste levava os hispanos a rezear que os “povos ingleses, normandos ou outros povos bárbaros” (“ne Anglice uel Normamnigene siue alie barbare gentes”) atacassem a Galiza a partir dessa zona, ou seja, entrando pela ria de Arousa e seguindo até Padrón, Iria e Compostela, percurso padronizado das investidas normandas dos séculos precedentes⁵⁶³. Ainda no tempo do conde Raimundo – entre os anos 1100 e 1107, os coincidentes com a prelaia de Gelmírez –, este bispo levava a cabo a reconstrução desse castelo, que Crescónio fortificara e que era propriedade dos bispos compostelanos desde o reinado de Afonso V (999-1028)⁵⁶⁴. Contudo, este apontamento de Geraldo baseou-se num capítulo anterior de Munio Afonso – que não mencionou nenhum povo além dos muçulmanos como a causa da reedificação do castelo – e serviu, na verdade, de introdução a um relato de uma investida muçulmana ocorrida por volta de 1122 contra essa fortaleza⁵⁶⁵. Com efeito, os

⁵⁶³ Este trajeto era já frequentado por povos antigos; o próprio corpo de S. Tiago chegou à Galiza por essa via, de acordo com a tradição, estando o castelo de Torres de Oeste localizado numa zona extremamente estratégica (ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 66).

⁵⁶⁴ Joana Gomes analisa este episódio a par do patrocínio do bispo da construção das embarcações de guerra. Efetivamente, Diego Gelmírez assumiu a iniciativa que deveria caber aos monarcas leoneses, utilizando o seu próprio dinheiro. Afonso VI ordenara a destruição de Torres de Oeste, como informa a *HC*, e Gelmírez contrariou esta decisão, preferindo fortificar o castelo, o que para Joana Gomes “resulta em primeira mão da generosidade de Gelmírez” (GOMES, Maria Joana Matos – *O Rei na escrita...*, 2016, p. 154-155). Esta atividade, porém, teria de ser autorizada pelo rei, que “controlava toda a estratégia defensiva y ofensiva del reino” (DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Catoira en la Historia”, 2002, p. 35). Jean Gautier Dalché considerou que a recusa de Afonso VI poderia explicar-se com o receio de que Gelmírez tivesse em mente mais do que a defesa contra o exterior e visasse o reforço do seu próprio poder (GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Chateaux en Galice: le temoignage de *L’Historia Compostellana*”, 1986, p. 242). Sobre as origens romanas deste castelo, a sua função defensiva na época medieval, que muito se devia à chegada dos normandos, e a etimologia do seu nome podem consultar-se NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. – “Los orígenes y el carácter del asentamiento de Torres de Oeste, a la luz del testimonio arqueológico”, 2002; DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Catoira en la Historia”, 2002; SINGUL, Francisco – *Diego Gelmírez, señor de Torres de Oeste*, 2014. Outros castelos e muralhas foram fortificadas no mesmo contexto da vinda de invasores do Norte (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 234).

⁵⁶⁵ “Ex precepto namque regis Hispanie rustici a Triacastella usque ad Oceanum mare conueniebant ad hedificandos muros castelli nomine Honesti, qui sine calcis liniamento constructi ex minutis lapidibus tratibus interpositis ruinam assidue minabantur. Verebantur nimirum Hispani, ne Anglice uel Normamnigene siue alie barbare gentes ex hac parte nauigio Galliciam aggredirentur. Quippe Honestum quasi quedam clauis atque sigillum est Gallicie. Quod si extere gentes hunc locum sibi preriperent, munitione ibidem composita Galliciam inuadere atque depopulari pre manibus haberent.” (*HC*, II, 23). No capítulo seguinte (II, 24) narra-se a chegada de muçulmanos a Torres de Oeste e em II, 21 já se tinha mencionado a ação de Ougerio, o genovês construtor de barcos, para empreender a guerra por mar contra os muçulmanos. A importância de Torres de Oeste para a defesa do território galego é atestada noutras passagens da *HC*. Também de acordo com Munio Afonso a fortaleza era frequentemente destruída e reparada pela população para fazer frente aos sarracenos, tendo Gelmírez empreendido uma grande obra de reconstrução, usando para isso os seus próprios recursos (*HC*, I, 33).

muçulmanos vindos do sul da Hispânia constituíam a grande ameaça exterior para a Galiza no período em que Gelmírez era bispo de Santiago de Compostela, o que faria ecoar na memória dos galegos ou de quem escrevia na Galiza as histórias que circulavam de razias passadas, e talvez por isso o cronista comesse por explicar que o castelo defendia o território galego contra povos do Norte. No entanto, Geraldo não menciona apenas os normandos, como fez Munio Afonso, mas acrescenta os ingleses e genericamente outros povos bárbaros, o que pode ser entendido simplesmente como “estrangeiros” ou mesmo “incivilizados”. Poderá esta observação somente deixar entrever as reminiscências de ataques sofridos num tempo mais distante e remeter para uma imagem negativa e generalizada que na Galiza se tinha dos habitantes do norte da Europa, ou a introdução dos ingleses no texto anuncia uma continuidade de acometidas executadas por povos dessas regiões na época de Diego Gelmírez, embora em moldes diferentes dos que foram registados pelo anterior cronista?

Efetivamente, os ingleses são protagonistas de um evento ocorrido pelos anos 1111-1112. Nesse episódio, Geraldo menciona que uns piratas mercenários “vindos das terras de Inglaterra” (“ab Anglie partibus uenientes”) estavam ao serviço dos galegos pró-aragoneses Pelayo Gudesteiz e Rabinado Núñez e provocaram grande destruição da região costeira galega. Esses “Anglici pirate” iam a caminho de Jerusalém, o que em princípio indica que seriam também cruzados, fazendo lembrar aqueles que, passando pela Península Ibérica, eram recrutados pelas elites hispanas cristãs para as suas ofensivas frente aos muçulmanos, como a famosa de 1147, que resultou na conquista definitiva de Lisboa⁵⁶⁶. Ou, por outro lado, leva-nos a recordar as incursões “vikings” mais antigas, frequentes num período de grande instabilidade política e social na Galiza que era aproveitada pelos invasores que se aliavam a uma das fações em conflito, por vezes envolvendo a própria monarquia, como se verificou com o conde galego Rodrigo Romariz⁵⁶⁷. Num novo contexto de instabilidade, desta vez fruto da guerra em curso com Aragão, a intervenção de forças externas na política galega volta a verificar-se.

⁵⁶⁶ LAY, Stephen – *The reconquest Kings of Portugal: Political and cultural Reorientation on the medieval Frontier*, 2009, p. 91-102; WILSON, Jonathan – “The Enigma of the *De Expugnacione Lyxbonensi*”, 2017; MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, 2006, p. 167-179.

⁵⁶⁷ Esta associação de normandos a fações cristãs em confronto não é exclusiva da Galiza, acontecendo em diferentes regiões europeias, das quais é exemplo a Irlanda (ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 120; ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 89).

A condição de piratas que Geraldo lhes atribui não é clara, uma vez que, posicionando-se contra Gelmírez no auxílio a galegos inimigos do bispo, a imagem que deles se criaria seria sempre negativa. Todavia, essa palavra é repetida várias vezes ao longo do capítulo e a representação dos ingleses vai mais além, registando o cronista que não conheciam a “doçura da piedade” (“nullius pietatis melle”) e atuavam “como se fossem Almorávidas” (“ac si essent Moabite”), estabelecendo-se novamente uma aproximação, desta vez direta, ao perigo mais conhecido dos galegos no momento⁵⁶⁸. É importante referir que conduziam barcos à vela, tipo de embarcação que o prelado pretendeu construir com os conhecimentos italianos para combater os muçulmanos, concretamente em 1115 e depois de 1120, mas estes não seriam, na realidade, os únicos adversários marítimos na mira do bispo⁵⁶⁹. Isto obriga-nos a pensar que os contactos com as cidades italianas, tendo em vista a construção de barcos preparados para a guerra, poderiam ser anteriores às datas em que se estabeleceram as lides contra os inimigos islâmicos descritas na crónica.

Com efeito, na segunda parte do capítulo é relatada uma batalha naval entre os piratas ingleses e os marinheiros irienses e outros vindos de Lanzada, bem como a vitória dos galegos. O local dos acontecimentos não é mencionado, mas, uma vez que no capítulo anterior a rainha Urraca pedira ao bispo que cercasse dois castelos junto à costa onde se refugiavam os rebeldes galegos – o de Ponte Sampaio e o de Darbo, na atual província de Pontevedra, próximos de Vigo⁵⁷⁰ –, é provável que a batalha se desse nessa zona⁵⁷¹. O êxito dos combatentes de Gelmírez permitiu ao prelado obrigar os invasores, através de um juramento, “a não incomodarem mais os cristãos” (“ne amplius Christianorum

⁵⁶⁸ A comparação dos normandos com os muçulmanos verifica-se também noutros textos relativos a uma época anterior, onde por vezes a sua violência ultrapassa em intensidade a muçulmana (ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 89).

⁵⁶⁹ “Eodem tempore P. Godestides et R. Nunides piratas pretio conductos sibi in auxilium assumpserant, qui ab Anglie partibus uenientes causa adeundi Ierosolimam Hesperiam attigerant; et hac de causa eos sibi assumpserant, ut illorum auxilio muniti ipsi adiacentes partes depredando et depopulando inquietarent et Anglici pirate, utpote gens nullius pietatis melle condita, remota et mari finitima pessundarent et atrocitatis sue rabiem exercerent. Quod haud aliter accidit, equidem Anglici ex inproiso cursu uelifero maris confinia inuadentes hos trucidabant, illos denudantes omnibus bonis suis priuabant, alios, ac si essent Moabite, captos et cathenatos ad redemptionem cogeabant, quin etiam nimia pecunie cupiditate obcecati, proh nefas!” (HC, I, 76.1).

⁵⁷⁰ HC, I, 75. No capítulo I, 77 os mesmos castelos são cercados pelas tropas de Gelmírez. Para a identificação destes edifícios veja-se o quadro 7.

⁵⁷¹ Hélio Pires propôs igualmente esse cenário (PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 179-182).

inquietatores essent”)⁵⁷². Esta expressão é muito sugestiva, pois se antes eram comparados aos muçulmanos, agora são diretamente afastados da religião cristã. Se pensarmos na Inglaterra do século XII, o espaço estava há muito tempo cristianizado, além de que existe a sugestão de que estes ingleses seriam cruzados. A própria Escandinávia, além da Finlândia e da Islândia, já se encontrava nesta época cristianizada, embora não há tanto tempo e sabendo que a transição religiosa era aí visível, acima de tudo, nas elites dirigentes, prevalecendo ainda a prática do paganismo junto de alguns habitantes⁵⁷³. Novamente deparamos com esta questão: seria mais uma representação intencional de um inimigo externo pela mão de Geraldo, influenciada por lembranças de razias pagãs antigas ou pelos ataques muçulmanos vivenciados nesse século, ou tratou-se realmente de um acontecimento envolvendo um povo oficialmente cristão, embora mais familiarizado com a sua cultura ancestral? No centro deste enigma reside o que Geraldo entendia com a palavra “ingleses”, questão que já foi discutida por vários investigadores, que a procuraram aclarar recorrendo a outras fontes, nomeadamente nórdicas e sobretudo muito posteriores em relação à crónica compostelana, o que deve ser devidamente considerado. Encontraram semelhanças entre os comentários de Geraldo e alguns episódios daquelas conhecidas sagas, ainda que algumas confusões tivessem resultado dessas tentativas de encontrar pontos de contacto entre as informações dos vários textos.

Vicente Almazán mencionou apenas que os ajudantes dos dois condes galegos referidos por Geraldo eram noruegueses não completamente cristianizados estabelecidos em Inglaterra⁵⁷⁴. Mais minucioso, Reinhart Dozy procurara explicar extensivamente, no

⁵⁷² “Victoria super piratis eorumque absolutio: (...) Quos ubi Irienses ceterique in quadam semota parte litoris uiderunt, procul dubio Anglicos piratas fore arbitrari sunt (...). Anglici quoque cadem faciebant, sed impediende reatu aut ad armandum aut ad remigandum uix illis tempus sufficebat (...). Igitur hos telis transuerberant, hos lapidibus obruunt, illos iunctis manibus post terga uiuere permittunt et ingredientes Anglicorum piratarum biremem et alias duas naues, quas Pelagius Godestides et Rabinatus Nunides Anglicis in auxilium dederant, inceptum iter peragunt tantoque triumpho letantes captiuos secum ducunt et ad supradictam obsidionem tendunt (...). Cum autem predicti uictores se littori applicuissent, episcopus uidens Anglicos captos et uinctos, flentes et eiulantes, paterna pietate compunctus misericordia motus est, habebat enim in thesauro memorie scriptum (...). Acceptis itaque in portionem captiuis, ipse episcopus eos iuramento astrinxit, ne amplius Christianorum inquietatores essent aut tale quid.” (HC, I, 76.2).

⁵⁷³ A Suécia foi a última das regiões escandinavas a aceitar plenamente o Cristianismo, em finais do século XI e inícios do XII (WINROTH, Anders – *The Conversion of Scandinavia...*, 2012; PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 155-159). Sobre os intercâmbios culturais entre a Escandinávia e outras regiões do Ocidente europeu a partir do século XII, e a correlacionada inserção das várias províncias escandinavas na Cristandade ocidental, leiam-se os diversos estudos de ERIKSEN, Stefka Georgieva (ed.) – *Intellectual culture in medieval Scandinavia, c. 1100-1350*, 2016.

⁵⁷⁴ ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavia...*, 1986, p. 117.

século XIX, que entre a segunda metade do século XI e a segunda metade do XII continuaram a chegar piratas à Península Ibérica, descendentes dos “vikings” que tinham participado nas expedições dos séculos precedentes. Eram dinamarqueses e, em especial, noruegueses que estavam instalados nas ilhas Órcades, no Mar do Norte, a norte da atual Escócia, que o autor identificou com os “Anglici” e “Normanigenae” mencionados na *HC* no tempo de Diego Gelmírez, descartando completamente a possibilidade de serem anglo-normandos dos domínios de Guilherme I ou dos seus descendentes. Apesar de já cristianizados, tinham conservado a sua cultura pagã e, ao dirigirem-se para a Terra Santa como cruzados, dedicavam-se à pilhagem nas regiões costeiras. O historiador supôs inclusivamente que a incursão dos anos 1111-1112 fosse liderada por Hacon Paalsson, que governava uma boa parte das Órcades, e que alguns dos seus companheiros teriam participado na conjura dos nobres galegos que Geraldo narra⁵⁷⁵.

Já Paul Riant, escrevendo muito pouco tempo depois de Reinhart Dozy, embora concordando que nesta época eram preparadas viagens a partir daquelas ilhas, considerou que não seria necessário procurar na expedição de Hacon, que situa no ano de 1120, os eventos que na *HC* acontecem em 1111-1112. Por outro lado, ponderou que por volta de 1120 Gelmírez mandou reforçar o castelo de Torres de Oeste para defender o território galego contra os normandos que, provavelmente, deveriam ser alguns dos que foram repelidos em 1111, chamados ingleses por Geraldo. Fez notar, do mesmo modo que Fernando Alonso Romero e Jaime Ferreiro Alemparte, que existe uma grande semelhança entre esse acontecimento da *HC* e o registo de uma saga islandesa da segunda metade do século XIII, onde se lê que um dos contingentes que partiu das Órcades com destino ao Oriente, em 1152, parou na Galiza⁵⁷⁶. Aí os cruzados atacaram um senhor estrangeiro chamado Godefroy/Gudifrey, cujo castelo foi tomado em prol dos habitantes pobres e tiranizados por ele, os quais prometeram ao chefe nórdico abrir um mercado durante alguns dias. Jaime Ferreiro Alemparte, independentemente da realidade dos acontecimentos, procurou justificar os dois relatos: enquanto a saga pretende legitimar uma ação contra um lugar cristão, a benevolência de Diego Gelmírez demonstrada na libertação dos piratas retratada na *HC* deve enquadrar-se na conjuntura da época, em que

⁵⁷⁵ DOZY, Reinhardt – *Recherches sur l’histoire et la littérature de l’Espagne pendant le Moyen Âge*, 1860, tomo 2, p. 331-352.

⁵⁷⁶ Rumou ao Oriente em 1155, de acordo com Hélio Pires (PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 164).

as comunidades do Norte que empreendiam estas expedições contribuíam decisivamente para o progresso da “Reconquista”; segundo Ermelindo Portela, o bispo teria tido em conta a importância de cruzados como esses na criação do reino latino de Jerusalém⁵⁷⁷. Paul Riant reconheceu que o senhor estrangeiro mencionado na narrativa nórdica poderia ser o Pelayo Gudesteiz que aparece na crónica compostelana, hipótese que não tem fundamento pela diferença abissal na cronologia de ambos os relatos, que Fernando Alonso Romero procurou destrinçar ao evocar que o registo islandês tinha tido como fonte outro texto do mesmo século que se refere ao rei norueguês Sigurd, chegado à Galiza em 1107 ou 1108, tendo sido este então o verdadeiro autor do acordo com os galegos contra Gudesteiz, segundo esse investigador⁵⁷⁸. Esta possibilidade também é difícil de se aceitar, pois, em primeiro lugar, os desentendimentos entre Urraca e Afonso I só começaram depois de 1109 – até se poderia admitir se houvesse um ligeiro acerto de datas a apontar relativamente à expedição de Sigurd – e, em segundo lugar, as histórias são diferentes, facto a que nem este estudioso nem Paul Riant aparentemente deram relevância: os ingleses apoiaram Gudesteiz, não o atacaram, o que também poderia explicar-se, em última análise, pela distância a que os textos nórdicos estavam dos acontecimentos aí narrados ou por uma confusão da própria HC.

Por seu turno, F. R. Cordero Carrete também viu na armada de Sigurd a autoria do ataque de 1111-1112, cronologia em que retornava do Oriente. Esta jornada está bem documentada em numerosas fontes, das quais o estudioso apresenta um pequeno excerto traduzido na parte que comenta a estadia de Sigurd na Galiza: tendo partido da Noruega e passado uma temporada em Inglaterra⁵⁷⁹, chegou à Galiza por volta de 1107-1108 e aí permaneceu um inverno, estabelecendo um acordo com um senhor da região para se poder abastecer livremente de víveres do mercado. Instalando-se a carestia, Sigurd apoderou-se

⁵⁷⁷ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 103.

⁵⁷⁸ RIAnt, Paul – *Expéditions et pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte au temps des Croisades*, 1865, p. 237-254, onde o autor informa acerca de três expedições que no século XII partiram das ilhas Órcades, a última das quais fez uma paragem na Galiza. FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, 1999, p. 66-70; ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 87; *Idem* – “La navegación e itinerario del ejército normando de Gunderedo (968-969)”, 2018, p. 61. Fernando Alonso Romero aponta o capítulo 47 da HC para indicar a referência a Gudesteiz, mas não compreendemos a que alusão se refere. O capítulo da crónica que analisamos é o I, 76.

⁵⁷⁹ Paul Riant refere igualmente que Sigurd contactou com Henrique I de Inglaterra (RIANT, Paul – *Expéditions et pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte au temps des Croisades*, 1865, p. 179).

do castelo desse senhor e da abundante comida que lá havia, seguindo depois viagem até Jerusalém e combatendo muçulmanos pelo caminho, acontecimentos que, de facto, coincidem no essencial com o relato da Cruzada dos anos 50. F. R. Cordero Carrete avançou então a teoria de que no regresso à sua terra, em 1111 ou 1112, alguns companheiros de Sigurd teriam protagonizado o episódio que Geraldo atribuiu a piratas ingleses⁵⁸⁰.

Esta suposição é contestada por Jaime Ferreiro Alemparte, que argumentou que esse regresso se fez por via terrestre, tendo todos os barcos da frota de Sigurd sido doados ao imperador de Bizâncio⁵⁸¹. A isto só podemos acrescentar que na *HC* se diz que os piratas vinham de Inglaterra para ir a Jerusalém (“ab Anglie partibus uenientes causa adeundi Ierosolimam”), mas, como admite F. R. Cordero Carrete, quer as datas da *HC* quer as das restantes fontes estrangeiras são muito inseguras, pelo que a própria presença de Sigurd na Galiza poderia identificar-se com o acontecimento narrado pelo cronista compostelano, tal como propôs Fernando Alonso Romero. De qualquer modo, importa advertir que F. R. Cordero Carrete reconheceu a veracidade da tese que aponta as Órcades como a origem das expedições nórdicas deste período, uma vez que Sigurd herdara do seu pai o governo das ilhas, que pertenciam à Noruega⁵⁸².

Hélio Pires viu no silêncio da *HC* em torno da presença de Sigurd na Galiza a possibilidade de o senhor atacado pelo chefe nórdico ser o próprio Gelmírez, acontecimento que dificilmente seria registado na crónica laudatória do bispo⁵⁸³. Poderia também admitir-se que esses acontecimentos se passaram numa zona galega afastada de Santiago de Compostela ou sem qualquer interferência na vida de Diego Gelmírez e na segurança da cidade, pelo que não teriam sido considerados relevantes para serem registados pormenorizadamente na história do bispo⁵⁸⁴. No entanto, deve fixar-se acima

⁵⁸⁰ CORDERO CARRETE, F.R. – “Datos para la Historia Compostelana en una saga del siglo XII”, 1961. Sobre a mesma expedição de Sigurd e a sua passagem pela Galiza leia-se ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 129-131 e DOZY, Reinhardt – *Recherches sur l’histoire et la littérature de l’Espagne pendant le Moyen Âge*, 1860, tomo 2, p. 340-343.

⁵⁸¹ FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, 1999, p. 62-65.

⁵⁸² CORDERO CARRETE, F.R. – “Datos para la Historia Compostelana en una saga del siglo XII”, 1961; RIAANT, Paul – *Expéditions et pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte au temps des Croisades*, 1865, p. 174-175.

⁵⁸³ PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 160-166.

⁵⁸⁴ Segundo Vicente Almazán, o castelo atacado nas sagas encontrar-se-ia em Ponte Sampaio, em Pontevedra (a partir de ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 87), enquanto Jaime Ferreiro Alemparte propôs o castelo de Faro, na Corunha (ALEMPARTE,

de tudo que, relativamente aos ingleses, Hélios Pires ponderou o problema do modo que nos parece ser o mais acertado, questionando se a Inglaterra de onde vinham esses piratas e cruzados seria a sua terra natal ou apenas uma escala na sua viagem em direção ao Sul, querendo “ingleses” significar de modo genérico “homens do norte da Europa”⁵⁸⁵.

Não enveredando por analogias muito detalhadas, Richard Fletcher relacionou apenas o comentário genérico de Geraldo acerca dos “ingleses, normandos e outros povos bárbaros” com a chegada de Sigurd à Galiza, que poderia ter causado temor nas populações, e vendo nas palavras do cronista uma simples alusão a um perigo do norte da Europa que era constante ainda no tempo de Gelmírez. Todavia, relativamente ao episódio de 1111-1112, não questionou a designação de “piratas ingleses” apresentada pelo cónego compostelano, tal como não o fez Ermelindo Portela⁵⁸⁶. O biógrafo de Diego Gelmírez, aliás, difere substancialmente de todas as teorias anteriores, explicando somente que o castelo de Torres de Oeste não sofreu o ataque de nórdicos ferozes no episcopado de Gelmírez, período em que os homens do Norte que chegavam à Galiza eram pacíficos mercadores, como aqueles que pretendiam regressar à Normandia num episódio já analisado; os reais inimigos externos dos galegos eram os muçulmanos e essa era uma das grandes preocupações do bispo⁵⁸⁷.

Mais do que pretender associá-lo a episódios concretos, podemos ver na chegada de Sigurd ao noroeste peninsular um testemunho real de outras expedições nórdicas que passariam nessa época por esta região com destino à Terra Santa e que motivariam comentários genéricos, como aqueles que Geraldo fez sobre os povos bárbaros, tal como sugeriu Richard Fletcher⁵⁸⁸, ou construções narrativas mais específicas, como o episódio

Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, 1999, p. 62-65) e Paul Riant acreditou que a frota atracara em Ferrol, perto dessa fortaleza (RIANT, Paul – *Expéditions et pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte au temps des Croisades*, 1865, p. 180).

⁵⁸⁵ PIRES, Hélios – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 179-182.

⁵⁸⁶ FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult...*, 1984, p. 247-248; PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 181.

⁵⁸⁷ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 281-282.

⁵⁸⁸ Essas expedições frequentes poderiam estar também na origem da lenda de São Gonçalo, o bispo de Mondonhedo que teria afundado milagrosamente vários barcos normandos numa data imprecisa. O acontecimento associado a esta lenda, que não tem fundamento documental na Idade Média, é difícil de situar cronologicamente, uma vez que na diocese de Mondonhedo, que se saiba, só existiu um bispo com o nome Gonçalo entre 1070 e 1112 – Gonçalo Froiláz, que disputou alguns arciprestados com Gelmírez (ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, 1999, p. 40-41; ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X...*, 2017, p. 19-34; PIRES, Hélios – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 192-194). Não podemos esquecer que,

dos piratas ingleses, o que nos levaria a refletir sobre o conceito de “ingleses”, pensando-o como bastante ampliado e não circunscrito ao reino de Inglaterra, como apontou Hélios Pires. Além disso, deve notar-se que a *HC* nunca cita os nomes dos chefes destas viagens, qualquer que seja a sua cronologia⁵⁸⁹, pelo que não é estranho que Sigurd não figure no texto, nem mesmo enquanto peregrino visitante do túmulo de S. Tiago, condição que muitos estudiosos afirmam ao discorrerem sobre a sua passagem pela Galiza com base nos escritos nórdicos, mas que não é certa⁵⁹⁰.

De qualquer modo, devem também lembrar-se as primeiras peregrinações escandinavas e aquelas organizadas a partir das ilhas britânicas em direção a Santiago de Compostela, cujas primeiras notícias de peregrinos conhecidos datam precisamente da segunda metade do século XI e, sobretudo, da primeira metade do XII. Um dos exemplos mais notórios foi o da visita de Matilde, filha de Henrique I de Inglaterra (1100/1106-1135) e viúva do imperador Henrique V (1106-1125), que chegou à cidade em 1125, embora não se tivesse escrito uma palavra sobre o assunto na crónica. Mas o que convém sublinhar é o facto de que muitos desses peregrinos, além de portadores de costumes decerto ainda tidos como pagãos no meio galego, combinavam a atividade de peregrinação com a de pirataria, o que contribuiria para a imagem criada por Geraldo. Um desses casos foi o do anglo-saxão Godrico de Finchale, chegado à Galiza em 1110, identificado como mercador, peregrino e, em algumas fontes, também como pirata⁵⁹¹.

no concílio de Palência de 1113, a sede de Mondonhede foi trasladada de San Martín de Mondonhede para Villamayor de Val de Brea (*Vallibria*) devido à exposição aos ataques muçulmanos, mas também, provavelmente, de normandos (CHAO ESPINA, Enrique – *Los normandos en Galicia y otros temas medievales*, 1977).

⁵⁸⁹ Isto não era estranho às fontes peninsulares, sobretudo porque a maioria das incursões era repentina (PIRES, Hélios – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 89-90), o que, contudo, não foi o caso da de Sigurd.

⁵⁹⁰ Por exemplo, ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 129. Constance Storrs classificou Sigurd como o primeiro peregrino vindo de Inglaterra documentado que teve como destino Santiago de Compostela (STORRS, Constance Mary – *Jacobean pilgrims from England to St. James of Compostella...*, 1994, p. 89, 133 e 157). F. R. Cordero Carrete afirmou que, apesar da tradição na Noruega de se considerar Sigurd como um peregrino que passou por Santiago de Compostela, este rei não consta nos documentos compostelanos (CORDERO CARRETE, F.R. – “Datos para la Historia Compostelana en una saga del siglo XII”, 1961). Jaime Ferreiro Alemparte aproveitou o silêncio das crónicas hispânicas sobre o assunto para ponderar a improbabilidade de Sigurd ter estado em Compostela (ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, 1999, p. 64, nota 88).

⁵⁹¹ Além do citado trabalho de Constance Storrs, consulte-se Derek Lomax, que tem várias publicações no âmbito deste tema, onde enumera alguns peregrinos normandos e outros propriamente ingleses dos séculos XI e XII (por exemplo, LOMAX, Derek – “Los peregrinos ingleses a Santiago”, 1993; *Idem* – “Algunos peregrinos ingleses a Santiago en la Edad Media”, 1970). Acerca das peregrinações escandinavas veja-se ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica...*, 1986, p. 125-131, 143-153. Na mesma obra, na

Certamente um dos grupos mais numerosos de ingleses avistados junto a Santiago de Compostela foi o conjunto de cruzados que se dirigia para Jerusalém no contexto da Segunda Cruzada e que participou na conquista cristã de Lisboa, em 1147. Estes navios contavam também com cruzados provenientes de outras zonas do norte da Europa (como normandos, flamengos e alemães) que desembarcaram na foz do rio Tambre⁵⁹². Pedro Marcio, que nesta altura escrevia alguns dos capítulos da *HC*, terá assistido à sua chegada, e esta assídua presença de peregrinos do norte europeu, em particular partindo de Inglaterra, seguramente motivou Geraldo a incluir esta região nas que prestavam culto ao apóstolo da cidade de Compostela⁵⁹³.

Todavia, a maioria das teorias apresentadas não acolhe a ideia de que os ingleses e normandos mencionados na *HC* no contexto do século XII fossem os anglo-normandos do reino conjunto de Inglaterra e da Normandia, mas constatou-se que as explicações avançadas não tiveram em conta outros episódios em que os dois povos são referidos nesta crónica, que naturalmente não eram objeto de estudo dessas investigações. Julgamos essencial analisar essas outras passagens para se compreender melhor as referências de Geraldo.

Se numa carta de Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez o papa refere Henrique I como “rex Anglorum”⁵⁹⁴, restringindo o termo “ingleses” ao sentido de súbditos desse rei, Geraldo faz algo similar ao expor a hipotética conjura do bispo Diego Peláez com o “rei dos ingleses e normandos” (“regi Anglorum et Normannorum”) para lhe entregar a Galiza, retirando-a ao domínio do rei leonês Afonso VI, conspiração que, de acordo com o cronista, era comentada pelos inimigos do prelado⁵⁹⁵. Peláez foi bispo entre 1070 e 1088, o que coincidiu com o governo de Guilherme o *Conquistador* (1066-1087), que anexou a Inglaterra ao seu ducado da Normandia, e, no máximo, com os primeiros meses do reinado de Guilherme II o *Vermelho* (1087-1100), período em que os dois territórios estiveram separados. Em 1088 reuniu-se o concílio de Husillos, em que o prelado fora

p. 118, Vicente Almazán comentou que a prática da pirataria persistiria entrelaçada com a chegada dos primeiros peregrinos das regiões do norte da Europa a Santiago de Compostela.

⁵⁹² LOMAX, Derek – “Los peregrinos ingleses a Santiago”, 1993.

⁵⁹³ *HC*, II, 50.1.

⁵⁹⁴ *HC*, III, 25.2 (JL 5344 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, cols. 76-77).

⁵⁹⁵ “Quidam enim eius inimici inuidie zelo dixerunt, quod Gallicie regnum prodere regi Anglorum et Normannorum et auferre regi Hispanorum satageret.” (*HC*, II, 2).

afastado depois de já se encontrar preso há algum tempo, pelo que a conspiração, a ter acontecido, teria implicado Guilherme I, tal como mencionado pelos investigadores que se referem a esta passagem da narrativa compostelana, muito discutida na historiografia por não se encontrarem evidências sólidas de que pudesse realmente ter havido uma negociação deste género com o rei anglo-normando. Os próprios motivos do afastamento do bispo da sua sé nunca ficaram totalmente elucidados⁵⁹⁶.

Aceita-se que Antonio López Ferreiro foi o primeiro a estabelecer uma ligação entre a deposição de Peláez, o comentário de Geraldo e a revolta galega surgida em Lugo e liderada por Rodrigo Ovéquiz contra Afonso VI em meados da década de 80 do século XI, baseando-se o historiador num suposto noivado entre Garcia II da Galiza, nessa altura enclausurado, e uma filha de Guilherme I. O investigador inclinou-se, contudo, para a inocência do bispo relativamente à alegada traição que cometera contra Afonso VI⁵⁹⁷. Ramón Menéndez Pidal seguiu esta pista, apesar de não aludir ao noivado, afirmando inclusivamente que o propósito de Peláez e de Ovéquiz, embora fracassado, demonstra que “la atracción entre Inglaterra y Portugal comienza mucho antes de la existencia de este reino, ensayándose en Galicia”⁵⁹⁸.

Esta associação foi contrariada por alguns estudiosos, entre eles Ermelindo Portela e José Andrade Cernadas, que não consideraram seguro especular sobre estes contactos entre Peláez e o rei de Inglaterra. Ambos alertaram para a conquista da capital dos godos em 1085 por Afonso VI e a consequente restauração da sé de Toledo, que retirou destaque a Compostela como sé maior do reino de Leão, situação que inquietaria o bispo compostelano⁵⁹⁹.

⁵⁹⁶ Acerca do tratamento em Roma que recebeu este assunto leia-se o subcapítulo 2.2.1.

⁵⁹⁷ LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo 3, p. 157-160, sobretudo p. 159, nota 2, onde o autor avançou duas hipóteses que explicariam a acusação registada na HC: por um lado, os normandos nunca deixaram de devastar o litoral galego, como demonstrara Reinhardt Dozy, e poderiam ter algo que ver com a possível conjura do bispo de Iria-Compostela. Por outro lado, as negociações com Guilherme I poderiam ter acontecido, tal como sucedera com o imperador Henrique IV, cuja irmã esteve para casar com Garcia II. F. R. Cordero Carrete, que estudou mais tarde esta presumível união a partir de algumas crónicas, concluiu que existia verosimilhança nessa teoria (CORDERO CARRETE, F.R. – “De los esponsales de una hija de Guillermo el Conquistador con un Rey de Galicia”, 1952).

⁵⁹⁸ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *La España del Cid*, 1969, vol. I, p. 346-347.

⁵⁹⁹ Embora Ermelindo Portela alerte para o facto de o cronista Geraldo remeter para os conflitos internos da Galiza como a causa do afastamento de Peláez, não considera que os documentos disponíveis sustentem a ideia desse casamento, alguns dos quais foram depois considerados falsos (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 126-135). Do mesmo autor, o texto “Galicia y la monarquía leonesa” (1988) analisa a revolta galega e o envolvimento de Rodrigo

Bernard Reilly acreditou que Diego Peláez foi o único bispo envolvido na rebelião antiafonsina e que tinha como objetivo libertar Garcia, enclausurado desde 1073, como reação ao casamento de Urraca com Raimundo de Borgonha, união que implicaria uma ingerência política estrangeira na Galiza, mas acerca da informação avançada pelo cronista Geraldo opinou que seria muito improvável que Guilherme I estivesse preocupado com esta região hispânica quando tinha outros problemas para resolver em territórios mais próximos dos seus. Contudo, não descartou a hipótese de que os revoltosos pensassem nos direitos de uma filha de Guilherme com a qual Garcia poderia ter estado para casar, acrescentando que a crónica compostelana é demasiado valiosa para ignorar inteiramente as suas insinuações⁶⁰⁰, tal como alertou Richard Fletcher⁶⁰¹.

Face a todos estes argumentos, gostaríamos apenas de notar que, tendo em consideração a ideia bastante difundida de que os ingleses e normandos de certos episódios da crónica seriam habitantes das Órcades ou de outras províncias nórdicas, e uma vez que o nome de Guilherme não vem especificado no texto, ninguém, que saibamos, contemplou a possibilidade de que a história acerca de Diego Peláez pudesse resultar de alguma conversa com um rei nórdico tendo em vista o usufruto de apoio militar numa eventual revolta contra o monarca leonês, não se tratando propriamente do rei anglo-normando nem de uma conjura bem definida para entregar o reino da Galiza a uma força estrangeira. Apenas Antonio López Ferreiro anotou, a nosso ver acertadamente enquanto hipótese, que uma explicação para essa insinuação (que o historiador considerou caluniosa) seriam as devastações normandas que continuavam a suceder nesse período no território galego, onde os invasores faziam várias exigências⁶⁰². A única informação que poderíamos aditar a esta reflexão advém de um documento datado de 1086, uma doação do mosteiro de São Julião de Mondonhede feita por Froila Peres Bermudes ao mosteiro

Ovêquiz nos acontecimentos. A ideia da oposição de Diego Peláez à introdução do rito romano na Galiza como a causa do desagrado de Afonso VI, que Joana Gomes concebe como possibilidade, não é partilhada por José Andrade Cernadas (GOMES, Joana – *O Rei na escrita. As múltiplas faces de Afonso VI (séculos XI e XII)*, 2016, p. 164-167; ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “El episcopado iriense del primer Diego: contexto, fuentes y perfil biográfico”, 2014). Também Eloy Benito Ruano ponderou que o casamento entre Garcia II e uma princesa anglo-normanda era uma conclusão insegura (BENITO RUANO, Eloy – “¿Galicia por Guillermo el Conquistador?”, 2004).

⁶⁰⁰ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 195-200.

⁶⁰¹ FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult...*, 1984, p. 32-33.

⁶⁰² LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo 3, p. 159, nota 2.

de São Martinho de Juvia, em virtude da destruição da região em que se situava aquela instituição, provocada por “vikings”⁶⁰³. Isto não nos diz nada sobre o ano do ataque, mas talvez este coincidissem com a prelazia de Diego Peláez.

Simplificando, esta história até poderia constituir apenas uma adaptação das notícias que circulavam desde largo tempo sobre a coligação de alguns setores da aristocracia galega com grupos nórdicos em momentos de instabilidade política e social, como era o caso no tempo do governo deste prelado. Embora não se comprometendo com os boatos relacionados com Diego Peláez, Geraldo não deixa de os projectar na narrativa, o que poderia muito bem ser premeditado para se concertar com a imagem pouco abonatória que a obra veicula acerca deste bispo.

À parte a identidade do monarca mencionado por Geraldo ou as razões que conduziram à deposição de Diego Peláez, importa reter que, sendo verdadeira ou não, a ideia das relações políticas entre alguns galegos e anglo-normandos e/ou escandinavos está presente na *HC*. Estas existiam no plano artístico muito provavelmente já na segunda metade do século XI, nomeadamente através dos contactos com arquitetos anglo-normandos⁶⁰⁴, e às observações daquele cronista devem juntar-se outros testemunhos da crónica onde estes grupos são mencionados, testemunhos que se inserem na esfera das ligações económicas entre a Galiza e as regiões do norte da Europa.

É precisamente a propósito desses contactos que se encontra na *HC* a única associação direta entre os normandos e a Normandia. Por volta de 1120, um conjunto de mercadores normandos (“Normanorum institorum”) afluíram por mar junto à Galiza e planeou o seu regresso à Normandia (“in Normaniam repedare properabat”). A referência ao retorno a esse principado indica, sem grande margem para dúvidas, que a palavra “normandos” designa neste capítulo um conjunto de comerciantes originários da Normandia. Além do episódio sugerir as interações comerciais que existiam naquele período entre normandos e galegos, revela-nos igualmente, como já foi analisado, que as ligações entre ambos os povos eram tão pacíficas que serviram para que Gelmírez gerasse o rumor de que o dinheiro que deveria seguir para a corte de Calisto II, aquando da promoção do prelado a

⁶⁰³ PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 152.

⁶⁰⁴ Os arquitetos que trabalharam no projeto da catedral compostelana nos anos 70 do século XI, Bernardus e Rodbertus, poderiam ser ingleses ou normandos (RUCQUOI, Adeline – “La cultura compostelana e el Camino de Santiago”, 2010, p. 101).

arcebispo, seria transportado por esse grupo até à Normandia e desde aí até Cluny, na Borgonha⁶⁰⁵.

Uma caracterização muito próxima desta é feita por Pedro Marcio, que se refere a alguns mercadores ingleses entre capítulos que narram acontecimentos do ano 1130. A história registada por este cronista inverte completamente o relato de Geraldo sobre os piratas vindos de Inglaterra que se conjuraram com os senhores galegos. Pedro Marcio retrata os comerciantes ingleses chegados ao porto de Santiago – provavelmente Pontecesures, junto a Padrón⁶⁰⁶ – como vítimas de uma acometida do conde García Pérez de Trava, que os despojou dos produtos que levavam no caminho de Padrón até Compostela. Diego Gelmírez tomou medidas para punir o filho do conde Pedro Froiláz e foi possível devolver as mercadorias aos respetivos negociantes, as quais, segundo o cronista, valiam quase 22 mil marcos de prata⁶⁰⁷. Apesar das interessantes diferenças relativamente ao capítulo escrito por Geraldo, ambos os episódios seguem um padrão: auxiliando senhores galegos ou sendo atacados por eles, os ingleses surgem na *HC* no meio de conflitos internos da Galiza em que o prelado compostelano emerge sempre como vitorioso, resolvendo com justiça os problemas criados por galegos insurgentes e ora atacando o povo estrangeiro, ora defendendo-o.

Apesar de estas serem as únicas passagens da *HC* sobre intercâmbios mercantis com ingleses e normandos, estas atividades comerciais eram frequentes e misturavam-se por vezes com as viagens de peregrinação, nomeadamente por via marítima, cujas rotas que chegavam do Norte até à Galiza eram tão frequentadas pelos ingleses – por exemplo, através do transporte de vinho francês⁶⁰⁸ – que o geógrafo árabe al-Idrisi registou, em

⁶⁰⁵ “Quomodo autem tot et tanta mitterentur, subtilissimo egebat ingenio. Tunc temporibus nauis quedam Normanorum institorum, que uento exagitata barbarorum oceano Agarenorum oberruerat, castello Honesto applicuerat et in Normaniam repedare properabat. Per hos institores predictus sancti Iacobi episcopus supradictam pecuniam se missurum simulauit uidelicet sapienti usus consilio. Gens namque Galliciana huiusmodi consiliorum secreta scire inhiat, et eorum perpauci sunt qui comissa sibi fideliter retineant. Idcirco sciti fuit consilii, ut aliud eis specie tenus ostenderetur et aliud fieret. Recedentibus denique Normanigenis fama sepius ficti significatrix asseruit episcopum pretaxatam pecuniam nauigio transmisisse in Normaniam et a Normania Cluniacum, sicque quorundam concanonicorum nostrorum delusa est dolosa intentio; qui, si rescuissent rem, prout gesta fuit, utpote pleni rimarum citius effluere<n>t.” (*HC*, II, 16.1). Leia-se o subcapítulo 2.1, onde se comenta igualmente este episódio.

⁶⁰⁶ Veja-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 445 e o quadro 5.

⁶⁰⁷ “Mercatores enim Anglicos et Lotarienses, qui ad portum beati Iacobi apostoli cum suis mercibus uendendis nauigio uenerant, in uia, qui uiatores Patrono Conpostellam ducit, armata multitudine inuasit eosque a inuentis et a mercibus, quas Conpostellam apportabant uendendas, omnino expoliavit.” (*HC*, III, 18).

⁶⁰⁸ STALLEY, Roger – “Pèlerinage maritime a Saint-Jacques”, 1985, p. 123.

meados do século XII, que as águas da baía da Biscaia eram conhecidas como o mar dos ingleses⁶⁰⁹.

Como última observação deve dizer-se que, não obstante a união política da Inglaterra e da Normandia nos primeiros anos do século XII, os dois territórios mantêm a sua própria identidade na crónica compostelana, tal como já se verificou em algumas passagens, sobretudo de documentos papais, que revelam uma distinção entre principados do reino de França – a Aquitânia, a Borgonha, a própria França – e entre os domínios do Império Germânico, designadamente a Lotaríngia e a Alemanha. Os convites para o concílio de Clermont (1119), convocado por Gelásio II, e para o de Reims (1131), presidido por Inocêncio II, alargavam-se aos prelados da Normandia e da Inglaterra⁶¹⁰. Nesta última conjuntura, Henrique I de Inglaterra é apoiante de Inocêncio II contra Anacleto II durante o cisma da Igreja dos anos 30 e, em 1131, encontrou-se com o primeiro em Chartres, como sabemos a partir de uma carta desse pontífice copiada por Pedro Marcio⁶¹¹.

Deve notar-se que as relações entre o Papado e o reino de Inglaterra nem sempre eram salutareis. Em concreto, o monarca inglês procurava veementemente manter a Igreja inglesa independente de qualquer interferência romana, impedindo a entrada no seu reino de legados papais *a latere* e proibindo prelados ingleses de irem a Roma. Mantinha, além disso, uma aliança com o imperador germânico, Henrique V, que durou vários anos⁶¹². Contudo, estes meandros da política eclesiástica de Henrique I não são visíveis na crónica compostelana e os exemplos que dela se retiraram, mesmo que motivados por notícias vindas dos círculos papais, demonstram que nem Geraldo nem Pedro Marcio excluem os territórios governados por esse monarca de uma Cristandade latina envolvida nos assuntos referentes ao papa, representação dissonante dos ingleses praticamente não cristãos descritos pelo redator “francês”. Mais do que isso, como já foi dito, a Inglaterra

⁶⁰⁹ STORRS, Constance Mary – *Jacobean pilgrims from England to St. James of Compostella...*, 1994, p. 104; *Geografía de España del Edrisí*, 1881, p. 79.

⁶¹⁰ HC, II, 5 e III, 27.2 (JL 7475 (Beauvais, 19 de maio de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XLVI, col. 96).

⁶¹¹ “Postmodum uero illustris rex Anglorum Hen. apud Carnotum presentiam suam humiliter nobis exhibuit et suum consilium et auxilium ad ecclesie liberationem promittens nobis et fratribus nostris de bonis suis solatia ministravit.” (HC, III, 25.2; JL 5344 (Châlons, 16 de fevereiro de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XXVIII, cols. 76-77).

⁶¹² Neste contexto, concretamente durante o governo de Calisto II, foi intensa a disputa entre York e a Cantuária pela primazia na Igreja de Inglaterra (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124)*..., 2004, p. 77-176).

é vista como uma das áreas cristãs europeias que veneram S. Tiago, juntamente com a Gália, a Itália, a Alemanha e a Hispânia.

Esta análise, cujo propósito era o de organizar algumas ideias expostas pela historiografia ao longo dos anos e acrescentar-lhes outros pontos de vista ainda não explorados, deixou talvez em aberto mais questões do que forneceu respostas, e sobretudo reforçou a complexidade da terminologia empregue nesta época para denominar alguns grupos étnicos do norte da Europa. Tentaremos sintetizar as percepções essenciais deixadas pela crónica compostelana sobre este tópico.

As primeiras referências aos normandos na *HC* assinalam sem dúvida algumas das invasões do território galego perpetradas por escandinavos e, possivelmente, já alguns normandos do principado da Normandia, quiçá acompanhados também por marinheiros das ilhas britânicas. Sobretudo no século XI, mesclavam-se elementos pagãos e cristãos na constituição destas expedições. Apenas outras fontes nos fornecem pistas quanto à origem concreta dos atacantes em cada caso, pois o termo usado por Munio Afonso, seguindo a inclinação de outras crónicas hispânicas, é demasiado genérico e não nos revela identidades ou geografias específicas⁶¹³. Podemos somente afirmar que este cronista só utiliza essa palavra neste contexto, narrando acontecimentos de uma época muito distante do momento em que escrevia, por isso o que registou resultou do recurso à memória, tanto a escrita – provavelmente servindo-se de narrativas anteriores, como o *Chronicon Iriense* –, como a memória coletiva dos galegos seus contemporâneos⁶¹⁴. Nos seus episódios destaca-se o papel de bispos guerreiros nos séculos X e XI, bem como a relevância do castelo de Torres de Oeste na defesa da Galiza. Este cronista não manifesta nenhuma instabilidade que se vivesse no presente provocada por estes povos do norte da Europa, declarando inclusivamente que o bispo Crescónio terminara com a ameaça

⁶¹³ A palavra “northmen”, presente em fontes anglo-saxónicas entre o ano 800 e o 1000, designa normalmente os noruegueses, com quem os ingleses não tinham tanto contacto, pois conheciam melhor os “danes” da Dinamarca, existindo, portanto, um maior detalhe na identificação desses diferentes povos em textos produzidos com maior proximidade dos mesmos, tal como estudado por Alfred Smyth. Por outro lado, também acontecia que o vocábulo “danes” era aplicado para nomear grupos de diferentes origens da Escandinávia, precisamente devido à convivência mais frequente que existia nas ilhas britânicas com os invasores da Dinamarca (SMYTH, Alfred P. – “The Emergence of English identity, 700-1000”, 2002).

⁶¹⁴ As consequências das invasões normandas marcaram de tal maneira a memória dos galegos, designadamente na área em torno de Torres de Oeste, que ainda hoje se relembram todos os anos esses acontecimentos em Catoira, Pontevedra, no primeiro domingo de agosto, com uma encenação das invasões “vikings”.

normanda. Parece uma alusão a um ciclo que se fechara no século anterior à composição da *HC*, embora pudesse constituir também um reforço do poder desse prelado de Iria-Compostela.

Na sua parte da obra, Geraldo reaviva a questão, insinuando um medo que persistiria na Galiza e que continuaria a ameaçar em especial a zona em torno do castelo de Torres de Oeste, que conduzia até Santiago de Compostela, o que levou Diego Gelmírez a dar início aos trabalhos de reforço da fortaleza, ação que foi igualmente motivada pelo perigo muçulmano. Contudo, há mais elementos a ter em conta na narrativa do cronista “francês” e noutros capítulos da obra que se afastam muito dos capítulos de Munio Afonso.

Em primeiro lugar, não se trata simplesmente de normandos, mas também de ingleses, que ora surgem a par dos anteriores, sendo ambos considerados bárbaros, ora protagonizam individualmente uma investida contra os galegos apoiantes de Urraca nos conflitos internos da Hispânia. Neste episódio, a sua caracterização é muito sugestiva: seriam cruzados com destino a Jerusalém e, ao mesmo tempo, afastavam-se consideravelmente do Cristianismo na ótica de Geraldo; eram também piratas, violentos e tinham modos de atuar semelhantes aos muçulmanos no contexto da guerra marítima.

Em segundo lugar, a construção desta imagem contrasta muito com a representação que consta noutros capítulos dos mesmos povos e da própria Inglaterra. São notórias as relações pacíficas e comerciais que se estabeleciam entre galegos e normandos no século XII, às quais se acrescentam os contactos da mesma natureza que na Galiza se desenvolviam com os ingleses, como nos informa Pedro Marcio no Livro III. Além disso, pressupõe-se a grande presença de peregrinos ingleses em Santiago de Compostela, já que o reino de Inglaterra compunha a Cristandade que prestava culto ao apóstolo da Galiza, bem como era representado por um rei, Henrique I, completamente integrado nas dinâmicas da política eclesiástica do Ocidente europeu, independentemente da sintonia que tinha ou não com as vontades do Papado. A dificuldade adensa-se quando estes gentílicos são utilizados num sentido restrito, sendo associados ao reino de Inglaterra e ao ducado da Normandia. Isto verifica-se nas referências aos reis dos ingleses e normandos, sendo uma delas bem explícita – Henrique I é “rex Anglorum”, expressão por si só esclarecedora do conceito de “ingleses” que contém; essa delimitação é também visível na alusão aos normandos que pretendiam regressar à Normandia. Face à

discrepância no discurso de Geraldo e à diversidade de informações da crónica, podemos fazer algumas observações.

Por um lado, não são de descartar as teorias de alguns investigadores, segundo as quais os ingleses e normandos invasores dos capítulos deste cónego seriam na verdade habitantes noruegueses das ilhas Órcades, oficialmente cristãos embora impregnados de costumes pagãos. Neste sentido, pela proximidade geográfica, supomos que estas ilhas poderiam ser entendidas na Galiza como a Inglaterra – pois é dito que os piratas vinham desse espaço –, enquanto os grupos com quem os galegos contactavam pacificamente, bem como aqueles que estavam sujeitos a determinados monarcas dos séculos XI e XII, eram os anglo-normandos propriamente ditos. Teríamos de admitir, assim sendo, que as palavras “normando”, “Inglaterra” e acima de tudo “inglês” eram utilizadas com diferentes aceções em episódios do século XII.

Por outro lado, não há nenhuma incongruência em simplesmente constatar que em todos os casos Geraldo pensava em anglo-normandos, que uma parte deles criava algum perigo na Galiza ao atuarem como cruzados e/ou piratas violentos, e que estes coexistiam com outros contrerrâneos que eram meros mercadores e peregrinos. Do mesmo modo, a Inglaterra e o seu rei pertenciam à Cristandade devota a S. Tiago e, simultaneamente, este espaço constituía a origem de povos bárbaros e muito pouco cristãos.

Devemos ainda considerar a aculturação de anglo-saxónicos e escandinavos em séculos anteriores⁶¹⁵, bem como a de ingleses e normandos no tempo da criação da *HC*, e a distância a que todos estes grupos estavam da realidade mais familiar ao noroeste peninsular, tanto geográfica como cultural – os territórios melhor conhecidos dos cronistas compostelanos são o francês e o italiano⁶¹⁶. Estes fatores em conjunto favoreceriam a perceção algo confusa da identidade desses vários grupos e a consequente elaboração de trechos narrativos em que eles são representados de modo idêntico. Isto denota-se especialmente em expressões como “ingleses, normandos e outros povos

⁶¹⁵ Alfred Smyth informa acerca desta interação cultural entre os “danes” e os ingleses, processo facilitado pela gradual cristianização dos primeiros e por alguns elementos da cultura germânica que ambos tinham em comum (SMYTH, Alfred P. – “The Emergence of English identity, 700-1000”, 2002).

⁶¹⁶ A distância geográfica não é obviamente um critério determinante para a perceção da alteridade sob esta perspetiva. Dentro das próprias ilhas britânicas, e também no século XII, os habitantes do reino de Inglaterra, ou pelo menos as suas elites, consideravam os povos vizinhos, entre os quais os irlandeses, como bárbaros (GILLINGHAM, John – *The English in the Twelfth Century: Imperialism, National Identity and Political Values*, 2000, sobretudo p. 41-58).

bárbaros” e para esta imagem contribuiria decisivamente uma mescla entre o passado negro pintado por Munio Afonso, imputado a normandos impetuosos, e o presente, já marcado por peregrinos e cruzados que vinham das mesmas regiões ou outras próximas. Assim, “ingleses” pode constituir um termo indeterminado em alguns episódios da *HC*, empregue para designar “homens do Norte”, como propôs Hélio Pires, tal como funcionava o vocábulo “normandos” em descrições de cronologias anteriores. Nesses casos, os capítulos analisados demonstram uma perspetiva negativa que no noroeste peninsular se tinha acerca de regiões que estavam nos confins da Cristandade em relação à Galiza, algumas das quais tinham um pé no mundo cristão e outro num mundo que ainda sobrevivia à imposição da religião cristã. Como bem observou Hélio Pires, o episódio dos piratas ingleses redigido por Geraldo “torna claras as dificuldades de análise derivadas da assimilação e integração dos nórdicos na Europa cristã”⁶¹⁷.

De qualquer modo, pode dizer-se com certeza que o conceito de “normando” evolui na *HC*, ajustando-se o gentílico às alterações geopolíticas da época. É utilizado por Munio Afonso como uma alusão a pagãos ou povos pouco cristianizados do norte da Europa, nomeadamente escandinavos, e por Geraldo já com a intenção, pelo menos em certos episódios, de os ligar à Normandia e associar aos ingleses⁶¹⁸. De facto, e independentemente do sentido exato dos termos, a união dos ingleses aos normandos na perspetiva compostelana, e sobretudo na de Geraldo, é muito notória a vários níveis em episódios contemporâneos da redação da *HC*: ela é evidente no plano político; ambos partilham características culturais; há ainda semelhanças na exposição dos contactos comerciais que estabeleciam na Galiza.

Por fim, devem assinalar-se duas tendências da narrativa neste contexto. A primeira tem que ver com a convivência que os galegos desenvolvem com povos que atingem o seu território por via marítima. Quer sejam relações pacíficas e de índole mercantil, quer

⁶¹⁷ PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza...*, 2019, p. 181. Consultem-se ainda as observações de Patrick Gautier Dalché em “Comment penser l’Océan? Modes de connaissance des *finis orbis terrarum* du Nord-Ouest (de l’Antiquité au XIII^e siècle)”, 1988.

⁶¹⁸ Isto está de acordo com a propensão que algumas fontes dessas regiões do Norte começam a demonstrar para especificar as diferentes comunidades consoante as suas origens territoriais. Sobre o uso da palavra “normandos” no contexto das cruzadas, Paul Riant declarou que, por altura da Segunda Cruzada, o termo designava as gentes da Normandia, ao mesmo tempo que os escandinavos começavam a ser nomeados pelos seus nomes mais concretos, enquanto em 1095 a palavra “normandos” era ainda dúbia (RIANT, Paul – *Expéditions et pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte au temps des Croisades*, 1865, p. 222-224).

haja guerra e destruição, o mar está quase sempre presente nos episódios em que se alude a normandos ou ingleses. Sublinhe-se, contudo, que este elemento constitui mais vezes uma fonte de perigo se àqueles povos acrescentarmos os muçulmanos, e que isto se deve também ao desconhecido que o mar representava para as populações costeiras galegas, num período em que a vida marítima da Galiza estava ainda muito limitada a atividades desenvolvidas junto ao litoral, como a pesca⁶¹⁹, apesar dos importantes melhoramentos que Gelmírez conferiu à sua frota bélica. Este temor do mar, concebido como fonte de caos oposta ao mundo ordenado cristão, era comum, de resto, a todo o litoral atlântico e mediterrânico da Cristandade da época, em parte devido às razias muçulmanas e normandas⁶²⁰. Esta condição ajuda também a compreender por que razão lemos na narrativa que os ingleses não deveriam “incomodar os cristãos”.

A segunda tendência verifica-se na contínua ingerência de normandos e ingleses na política galega, tanto a potencialmente fictícia – representada por uma suposta conjura de Diego Peláez com o rei anglo-normando – como aquela que é expressamente narrada, centrada na ajuda inglesa prestada a condes galegos contrários a Gelmírez e à rainha Urraca. A estes dados poderíamos acrescentar o infortúnio de alguns mercadores ingleses roubados por um elemento da família dos Trava. Nos dois primeiros casos, os que são expressivos do ponto de vista da associação premeditada de poderes estrangeiros e forças locais galegas, essa interferência é relatada contra a fação sustentada pela crónica compostelana, e indica que no final do século XI e inícios do XII se mantinha uma prática que, como sabemos por outras fontes, já acontecia com os normandos de uma época anterior.

⁶¹⁹ MOLLAT, Michel – “Notes sur la vie maritime en Galice au XII^e siècle d’après l’«Historia Compostellana»”, 1964, p. 539.

⁶²⁰ É visível, por exemplo, em escritos eclesiásticos portugueses do século XII (KRUS, Luís – “O imaginário português e os medos do mar”, 1998).

2.4. Os dois extremos do Mediterrâneo – os contactos entre a Hispânia e Jerusalém

No século XII, muitos cristãos deslocavam-se de Ocidente para Oriente, rumo à Terra Santa. Seguiam uma tradição secular que os movia a visitarem os Santos Lugares⁶²¹ e que recebeu um enorme impulso após ocorrerem grandes alterações geopolíticas no Médio Oriente, nomeadamente a conquista cristã de Jerusalém em 1099, na sequência de vagas sucessivas de peregrinos armados que ansiavam combater os “infiéis”⁶²². Este ímpeto decorria também de outros fatores, como o considerável aumento demográfico que se verificou nesse período no Ocidente, mas teve como impulso fundamental a prédica do papa Urbano II no concílio de Clermont de 1095, que incitou à luta contra os inimigos da fé cristã no Oriente, como resultado do pedido de ajuda do imperador bizantino Aleixo I (1081-1118) face à ameaça turca. Na análise deste discurso a partir das diferentes fontes em que se conservou até hoje, os historiadores questionam se o pontífice teria ou não Jerusalém e os Santos Lugares como meta ou se o apelo que lançou teria um alcance mais abrangente⁶²³. O certo é que, após a realização do concílio, desencadeou-se um movimento que ficou conhecido como a Primeira Cruzada (1096-1099)⁶²⁴, a que se seguiram vários outros. Esse primeiro, muito facilitado pelas discórdias entre muçulmanos, teve como consequência imediata a formação de quatro principados cristãos – o condado de Edessa, o principado de Antioquia, o condado de Trípoli e o reino de Jerusalém –, que constituíam enclaves isolados, rodeados de muçulmanos, e eram

⁶²¹ Vários relatos de peregrinações com destino a Jerusalém anteriores ao século XII são analisados em MICHEAU, Françoise – “Les itinéraires maritimes et continentaux des pèlerinages vers Jérusalem”, 1979 e GRABOÏS, Aryeh – *Le pèlerin occidental en Terre Sainte au Moyen Age*, 1998. Esta última monografia é um estudo muito completo da peregrinação jerosolimitana desde o século IV ao XV.

⁶²² Não era tanto uma luta contra o Islão, mas genericamente um combate levado a cabo contra os “infiéis”: “Não sendo um dos motivos principais da cruzada, a conversão dos infiéis surgia, pois, como um dos seus resultados mais esperados” (OLIVEIRA, Luís Filipe – “Os tempos da cruzada, da conversão e do martírio”, 2020, p. 45).

⁶²³ Diferentes posições quanto ao papel que Jerusalém teve na Primeira Cruzada podem encontrar-se em COWDREY, H. E. J. – *Popes, Monks and Crusaders*, 1984, estudos XVI e XVII; FLORI, Jean – “Jerusalém y las Cruzadas”, 2003, p. 408-410; LOCK, Peter – *The Routledge companion to the Crusades*, 2006, p. 139; CARDINI, Franco – “Cruzada y peregrinación”, 1992, p. 117. Este último autor entende o início da Primeira Cruzada como tendo sido “imprevisto e quase casual” (*Idem* – “As cruzadas e o reino de Jerusalém”, 2013, p. 46). De qualquer modo, a ideia de uma expedição ao Oriente não era uma novidade de Urbano II (RENZI, Francesco – “A Cristianização da guerra na Idade Média (séculos VI-XI)”, 2023).

⁶²⁴ Sobre o desenvolvimento da Primeira Cruzada e as motivações dos primeiros cruzados consultem-se, entre outros, os trabalhos de Jonathan Riley-Smith: *The First Crusade and the idea of the Crusading*, publicado pela primeira vez em 1986; *The First Crusaders, 1095-1131*, 1997.

dirigidos por chefes ocidentais, conhecidos no Oriente como francos. Neste contexto era necessário incentivar a imigração da Europa e a contínua defesa destes territórios, pelo que várias expedições militares foram organizadas a partir do Ocidente – na qual se insere, por exemplo, a de Sigurd⁶²⁵ –, bem como nasceram as Ordens Religioso-Militares: a do Templo e a do Hospital, criadas na Terra Santa na primeira metade do século XII para prestar apoio ao crescente fluxo de peregrinos. A presença dos hospitalários na Galiza está documentada pela primeira vez já nesse período, embora no final da vida de Diego Gelmírez⁶²⁶.

Os termos “Cruzada” e “cruzado” foram amplamente discutidos pela historiografia e muitas vezes analisados em correlação com o conceito de peregrinação, de Guerra Santa e de “Reconquista”. Embora sejam vocábulos sobretudo associados às peregrinações armadas que se deslocavam para o Médio Oriente e aos soldados peregrinos que as compunham, alguns investigadores preferiram pensar no conceito de “Cruzada” como sendo lato, aplicável aos combates contra inimigos da fé cristã realizados em diferentes cronologias e geografias, como os enfrentamentos ocorridos na Península Ibérica contra os muçulmanos. Ao mesmo tempo, importa saber que essas palavras não existiam quando se iniciou a Primeira Cruzada propriamente dita, só começando a ser utilizadas mais tarde, ao longo do século XII, sob as formas “crucesignati” e “crucesignatus”. Esses fenómenos eram portanto entendidos como peregrinações, empregando-se os termos “peregrinatio”, “iter” e “peregrini”. Na crónica compostelana, tal como já estudado por Emma Falque,

⁶²⁵ Acerca da ocupação da Síria e da Palestina pelos cristãos ocidentais após o sucesso da Primeira Cruzada, as várias expedições vindas da Europa que se realizaram na sua sequência e a situação dos cristãos nesse espaço nos primeiros anos do século XII consulte-se BALARD, Michel – “Communes italiennes, pouvoir et habitants des États Francs de Syrie-Palestine au XII^e siècle”, 1993; RILEY-SMITH, Jonathan (ed.) – *The Atlas of the Crusades*, 1991, p. 35 e 37; CARDINI, Franco – “As cruzadas e o reino de Jerusalém”, 2013; LOCK, Peter – *The Routledge companion to the Crusades*, 2006, p. 139-150; CHAMBERLAIN, Michael – “Military Patronage States and Political Economy of the Frontier, 1000-1250”, 2005, p. 148-149. Adrian Boas ofereceu um contributo arqueológico para o conhecimento da cidade de Jerusalém durante a ocupação cristã na Idade Média (BOAS, Adrian J. – *Jerusalem in the time of the crusades...*, 2001), enquanto Amin Maalouf dedicou um livro a este tema sob a perspetiva árabe, recorrendo principalmente a fontes de historiadores e cronistas árabes deste período (MAALOUF, Amin – *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, 2001. Publicado pela primeira vez com o título *Les Croisades vues par les Arabes*, 1983).

⁶²⁶ GARCÍA TATO, Isidro (ed.) – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén...*, 2004, tomo I, p. 15 e 110-111, doc. 5. Trata-se da confirmação de uma propriedade da Ordem do Hospital feita por Afonso I, rei de Portugal, datada do ano de 1140, o que indica que antes desta data a Ordem já estava instalada em território galego.

usam-se as expressões “Ierosolimitanum iter” ou “Itherosolimitana expeditio”, “profectio” e “uisitatio”, muitas vezes sem entendermos se estava em causa um propósito militar⁶²⁷.

No seguimento destes acontecimentos, cabe destacar que no Mediterrâneo, normalmente pensado como um espaço de convergência de culturas, a dimensão bélica e

⁶²⁷ FALQUE REY, Emma – “Peregrinos y peregrinación a Compostela y Jerusalén en el s. XII a la luz de la *Historia Compostelana*”, 2013, especialmente a nota 10, informações que se podem completar com o quadro 2. Sobre a terminologia usada em diferentes períodos da Idade Média para mencionar estes movimentos veja-se CARDINI, Franco – “Cruzada y peregrinación”, 1992, p. 117; NIERMEYER, Jan Frederik – *Mediae Latinitatis Lexicon Minus*, 2002, vol. I, p. 371-372; WEBER, Benjamin – “El término cruzada y sus usos en la Edad Media. La asimilación lingüística como proceso de legitimación”, 2016.

Alguns dos estudiosos que mais se debruçaram sobre o tema das Cruzadas, num período mais recuado, foram René Grousset (GROUSSET, René – *Histoire des croisades et du royaume franc de Jérusalem*, publicado em três volumes pela primeira vez entre 1934 e 1936), Steven Runciman (RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas*, 1992-1995, publicado inicialmente em três volumes de 1951 a 1954) e Joshua Prawer (*Histoire du royaume latin de Jérusalem*, 1969-1970). De uma geração posterior destacam-se Franco Cardini, Jonathan Riley-Smith, Jean Flori e Christopher Tyerman. Realçamos algumas das suas investigações mais relevantes, algumas das quais tocam a análise dos conceitos de “Cruzada” e de “cruzados”: RILEY-SMITH, Louise; RILEY-SMITH, Jonathan – *The Crusades: Idea and reality, 1095-1274*, 1981; RILEY-SMITH, Jonathan – *The First Crusade and the idea of the Crusading*, publicado pela primeira vez em 1986; CARDINI, Franco – *Crociate tra il mito e la storia*, 1971; FLORI, Jean – *La Guerre sainte: la formation de l'idée de croisade dans l'Occident chrétien*, 2001; TYERMAN, Christopher – *The World of the Crusades*, 2019.

Relativamente à discussão em torno daqueles termos e a sua relação com as ideias de peregrinação, Guerra Santa e “Reconquista” existem muitas publicações. Leiam-se, além dos anteriores, alguns dos estudos compilados em *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, idéologie et religion dans l'espace méditerranéen latin (XI^e-XIII^e siècle)*, 2006 (designadamente DESWARTE, Thomas – “Entre historiographie et histoire: aux origines de la guerre sainte en Occident”; BRONISCH, Alexander Pierre – “En busca de la guerra santa. Consideraciones acerca de un concepto muy amplio (el caso de la Península Ibérica, siglos VII-XI)”; DEMURGER, Alain – “La papauté entre croisade et guerre sainte (fin XI^e – début XIII^e siècle)”; FLORI, Jean – “La formation des concepts de guerre sainte et de croisade aux XI^e et XII^e siècles: prédication papale et motivations chevaleresques” – estes dois últimos com úteis considerações acerca da terminologia usada em fontes da época para evocar estes movimentos). Além desses, TYERMAN, Christopher – *The invention of the Crusades*, 1998; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Definición de cruzada: estado de la cuestión”, 2009; COWDREY, H. E. J. – *Popes, Monks and Crusaders*, 1984, estudo XVII, p. 233; HEHL, Ernst-Dieter – “Cruzada y peregrinación bajo el signo de la *Imitatio Christi*”, 1999, onde o autor questiona a ideia da Cruzada como peregrinação armada; LOCK, Peter – *The Routledge companion to the Crusades*, 2006, p. 289-308; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa Medieval”, 1992, p. 34-37; VETERE, Benedetto – “Europa Mediterránea: Peregrinos y guerreros, peregrinos guerreros”, 2010; SIGAL Pierre André – *Les marcheurs de Dieu: pèlerinages et pèlerins au Moyen Age*, 1974, sobretudo p. 5-47, onde se comentam as várias dimensões da peregrinação. Edmond Labande defendeu uma distinção entre cruzados e peregrinos dentro do grupo de viajantes que visitavam Jerusalém no século XII (por exemplo, em LABANDE, Edmond René – “Recherches sur les pèlerins dans l'Europe des XI^e et XII^e siècles”, 1958), visão que Bernard Hamilton considerou anacrónica, pois tal diferenciação não existiria à época (HAMILTON, Bernard – “The way to Rome and Jerusalem pilgrim routes from France and Germany at the time of the crusades”, 1999). Sobre as origens da ideia de Cruzada no pensamento medieval ainda é habitualmente citado o antigo estudo de Carl Erdmann, *Alle origini dell'idea di crociata*, 1996 (1^a edição: 1935).

Alguns estados da arte esclarecedores destes temas, abordando várias perspetivas de investigação e os historiadores que mais contribuíram para o seu desenvolvimento, podem encontrar-se em RILEY-SMITH, Jonathan – “History, the Crusades and the Latin East, 1095-1204: a personal view”, 1993; BRONISCH, Alexander Pierre – *Reconquista y guerra santa: la concepción de la guerra en la España cristiana desde los visigodos hasta comienzos del siglo XII*, 2006, p. 277-318; RODRÍGUEZ GARCÍA, José Manuel – “Historiografía de las Cruzadas”, 2000.

de oposição entre cristãos e muçulmanos intensificou-se nos séculos XI e XII, mas através desse espaço também se incrementaram os contactos entre Ocidente e Oriente na perspectiva cristã. As relações entre Compostela e Jerusalém são o melhor exemplo da aproximação entre os dois extremos do Mediterrâneo, e o contexto de elaboração da *HC* em Santiago de Compostela coincidiu com o auge destas alterações: já no concílio de Clermont de 1095 esteve presente o bispo compostelano Dalmácio, que provavelmente assistiu à prédica de Urbano II; logo em 1100, um ano após a tomada de Jerusalém aos muçulmanos, Gelmírez foi eleito bispo; a Segunda Cruzada (1146-1149) decorreu durante o período de atividade de Pedro Marcio; a Galiza, acompanhando a tendência geral europeia, assistiu à saída de muitos peregrinos e cruzados em direção à Terra Santa e encontrava-se numa das rotas que levavam viajantes do norte da Europa ao Oriente. Existia ainda uma “peregrinação circular” que conduzia os visitantes da basílica compostelana ao Santo Sepulcro, unindo os dois lugares⁶²⁸. Veremos de que modo esta conjuntura se refletiu na redação da obra, atendendo especialmente ao modo como são utilizadas no texto as informações relativas a Jerusalém, aos que partiam para visitar a cidade (ou que tinham intenção de o fazer) e às notícias que de lá chegavam.

2.4.1. A trasladação das relíquias de S. Tiago de Jerusalém para Compostela

Começemos por ter em mente que a cidade de Jerusalém ocupa um lugar muito especial na ideologia cristã enquanto espaço da ação de Jesus e dos apóstolos. Particularmente no caso de Santiago de Compostela, a relevância daquele lugar está presente no próprio desenvolvimento da cidade galega, que teve origem no descobrimento do sepulcro de S. Tiago no século IX, apóstolo que morrera em Jerusalém no ano 44, segundo a tradição bíblica, e cujo corpo se trasladara depois para a Galiza. A relação entre Compostela e Jerusalém começa a desenhar-se, portanto, com as narrativas que se construíram para cimentar esses acontecimentos e interligá-los, pelo que se deve apresentar em primeiro lugar as menções que se fazem à Cidade Santa na *HC* a propósito de relíquias jacobitas que chegaram a Compostela.

A ligação entre os dois lugares radica, antes de tudo, no elo entre S. Tiago e a Hispânia, onde o apóstolo teria pregado segundo uma tradição que circulava na época

⁶²⁸ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 40.

visigoda, a par de outra, de acordo com a qual teria pregado apenas em Jerusalém. A esta última tese adere a HC⁶²⁹, onde Munio Afonso conta o martírio do apóstolo nessa cidade, decapitado a mando de Herodes, e a consequente trasladação do seu corpo para a Hispânia, segundo a vontade do próprio transmitida em vida aos seus seguidores. Alguns deles fizeram desembarcar o corpo no porto de Iria e sepultaram-no em Compostela⁶³⁰. A *passio* e a *translatio* foram depois recordadas por Geraldo num capítulo onde relata a aprendizagem de um muçulmano acerca dos dados principais da vida do apóstolo e onde refere que se lhe prestava culto em várias regiões cristãs europeias⁶³¹.

A *revelatio* ou *inventio* do seu túmulo na primeira metade do século IX, durante o reinado de Afonso II (791-842), em território da diocese de Iria, dirigida nessa altura pelo bispo Teodomiro, fortaleceu a ligação entre S. Tiago e a Hispânia, lançando as bases para a transformação de Compostela num dos principais centros de peregrinação da Cristandade. Já em vida de Gelmírez estavam assentes no Ocidente europeu várias rotas percorridas assiduamente por muitos peregrinos. No tempo que imediatamente se seguiu à descoberta do sepulcro apostólico, este acontecimento teve um profundo significado na Hispânia cristã, onde os poderes político e eclesiástico do reino asturiano procuravam alargar o território cristão para sul e reerguer a Igreja hispânica do caos lançado pela invasão muçulmana da Península Ibérica⁶³².

⁶²⁹ Alguns manuscritos mais tardios da HC têm o acrescento de que S. Tiago pregara também na Hispânia, conforme manteve Enrique Flórez na sua edição da crónica (*Historia Compostellana siue de rebus gestis D. Didaci Gelmirez, primi Compostellani Archiepiscopi*, 1765, p. 6 e *Historia Compostelana*, 1994, p. 66-67, nota 19).

⁶³⁰ Segundo Fernando López Alsina, Munio Afonso escrevera também os 3 primeiros capítulos da crónica, embora na edição crítica latina da obra de 1988 Emma Falque tenha registado que a *translatio* teria sido incluída na narrativa por Geraldo, a partir de um relato que dataria talvez do século X (*Historia Compostellana*, 1988, p. xxiv). Sobre o texto que transmite a tradição da trasladação de S. Tiago de Jerusalém para Compostela – a *Epístola do Papa Leão* – leia-se DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “La Carta del Papa León acerca de la translación de los restos del apóstol Santiago desde Jerusalén a Compostela”, 2008 e LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela ...*, 2015, p. 128-134. “(...) beatus Iacobus, sancti Iohannis Apostoli et Euangeliste frater, Iherosolimis remansit uerbum Dei predicaturus ibique ab Herode ob Christi confessionem et Catholice fidei assertionem decollatus primus omnium apostolorum subiit martyrium (...). Cuius equidem beatissimi Apostoli corpus uenerandum Iudei maliuolentia et inuidia ducti nec sepelire uoluerunt nec a Christianis qui tunc temporis Iherosolimis conuersabantur sepelire permiserunt, sed sicut Leo Papa in epistola, quam de eius passione et ipsius corporis in Hispaniam translatione, ad Hispanos destinauit, affirmat (...). Sed illius discipuli ab illo uiuente premoniti quatenus corpus suum in Hispanicam regionem transferrent tumulandum, totum corpus cum capite (...) peruenerunt.” (HC, I, 1.1).

⁶³¹ “Discit insuper stirps Hismaelítica quod idem Iacobus Hierosolimis sub Herode passus et Galleciam fuerat aduectus.” (HC, II, 50.1).

⁶³² Sobre as teorias em torno do espaço em que pregou S. Tiago, as fontes que relatam a descoberta do túmulo e o seu significado para a Igreja do reino asturiano leia-se LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad*

O achado do túmulo foi também registado na crónica compostelana por Munio Afonso⁶³³, mas interessa-nos sobretudo a precisão importante do seu relato da *translatio*: o corpo de S. Tiago fora trazido por alguns dos seus discípulos “com a cabeça” (“cum capite”). Este pormenor foi acrescentado a outros relatos da trasladação e em documentos compostelanos a partir de 1116, e Munio Afonso incluiu-o já em 1109-1110 na *HC*⁶³⁴. Estas alterações explicam-se enquanto reação ao regresso de Maurício, bispo de Coimbra, à Hispânia, em 1108, vindo da Terra Santa alegadamente acompanhado da cabeça de S. Tiago Maior. Este acontecimento entrava em contradição com a veneração que se fazia ao apóstolo em Compostela, onde se acreditava que o seu corpo se encontrava inteiro.

Esta viagem de Maurício é relatada em três fontes, mas apenas a *HC* menciona a descoberta da cabeça de S. Tiago, de modo aparentemente incompatível com a descrição anterior⁶³⁵. A ida do bispo a Jerusalém, a sua descoberta da relíquia e a trajetória do tesouro até chegar ao mosteiro de São Zoilo, às mãos de Urraca e finalmente às de Diego Gelmírez, em 1116, são acontecimentos que ficaram registados na obra por Geraldo⁶³⁶. Primeiramente aceitou-se que a cabeça pertencia a S. Tiago Maior (Zebedeu) – o cronista escreveu que um eremita transmitira a Maurício que a cabeça deveria ser levada para o lugar onde se encontrava o seu corpo; alguns anos depois, Gelmírez entra triunfalmente

de Santiago de Compostela..., 2015, p. 105-151. Ainda sobre a *translatio* e a *inventio* consulte-se YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – “Historiografía e iconografía del Apóstol Santiago: vita, translatio e inventio”, 2008.

⁶³³ *HC*, I, 2.1.

⁶³⁴ Emma Falque e Fernando López Alsina assinalam a importância desta precisão (*Historia Compostelana*, 1994, p. 67, nota 22 e p. 266, nota 732; LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela...*, 2015, p. 58).

⁶³⁵ As outras fontes que informam sobre esta viagem são a *Vita Tellonis*, cuja versão latina foi traduzida para português por Aires Augusto Nascimento (*Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra...*, 1998, p. 54-137), e a *Qualiter Tabula s. Basilii*. Sobre as informações que oferecem estes dois relatos, assim como os seus pontos de contacto e as diferenças relativamente ao testemunho da *Historia Compostellana*, consulte-se RENZI, Francesco – “Dal Portogallo alla Terra Santa. Gli itinerari di Maurizio «Burdino» (secoli XI-XII)”, 2018.

⁶³⁶ Citamos alguns excertos que contêm menções a Jerusalém: “De inventione capitis beati Iacobi: Mauricius itaque Colimbriensis episcopus, qui postea Bracharensis archiepiscopus nunc autem Papa Guibertus, dudum adiit Iherosolimam ibique diutius commoratus est fabricans equidem quandam ecclesiam prope Iherosolimam (...). Quadam denique nocte tempestiva ceteris absentibus, clauso ecclesie hostio, aggrediuntur altare lignibus, quos secum furtim attulerant, et fodientes in altum sub altari, sicut audierant, inveniunt uas quoddam eburneum et intus aliud argenteum plenum reliquiis. Quod accipientes discedunt cum episcopo suo noctu et adeunt ciuitatem sanctam Iherosolimam fugientes (...). Postea peracto non modici temporis curriculo regina V. Carrione suscepta est et rex Aragonensis expulsus est. Que ut nouit caput beati Iacobi, quod M. episcopus Iherosolimis attulerat, in ecclesia sancti Zoyli esse, ipsamet illud cum ceteris reliquiis abhinc abstraxit et asportauit Legionem collocans in ecclesia sancti Isidori”. (*HC*, I, 112.2).

em Compostela com o tesouro, oferecido pela rainha, fazendo a população acreditar que levava consigo a cabeça do apóstolo da cidade. Com o tempo, a inconsistência desta ideia com a crença de que esse corpo tinha chegado inteiro à Hispânia levou o bispo compostelano a aderir à tese de que a cabeça trazida por Maurício correspondia a S. Tiago Menor (Alfeu). Fernando López Alsina acredita que Gelmírez pretendeu provisoriamente que se acreditasse na autenticidade da relíquia de S. Tiago Maior de forma a que a revolta dos burgueses compostelanos, que enfrentava nesse ano de 1116, acalmasse momentaneamente⁶³⁷.

A viagem de Maurício à Terra Santa demonstra dois fatores importantes do ponto de vista histórico: por um lado, testemunha que os contactos entre os vários territórios da Cristandade se iam consolidando numa época em que se verifica um aumento demográfico e um incremento das viagens. As peregrinações têm um papel decisivo neste contexto, sobretudo as que tinham o Médio Oriente como meta, pois alargaram substancialmente o âmbito geográfico da expansão cristã na área conhecida na historiografia como *Outremer*⁶³⁸. Por outro lado, o episódio atesta o interesse pela procura de relíquias, fenómeno que é transversal a toda a Idade Média e a várias geografias, mas que se revela especialmente importante após a conquista de Jerusalém pelos cristãos no final do século XI, que facilitou a saída destas preciosidades do Oriente para o Ocidente e estimulou grandes santuários a ambicionar possuir relíquias ligadas à vida de Cristo⁶³⁹.

⁶³⁷ LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela...*, 2015, p. 58. Passou a acreditar-se depois, com efeito, que a cabeça em causa era a de S. Tiago Menor, hoje conservada num relicário do século XIV (*Historia Compostelana*, 1994, p. 265, nota 727). Sobre a relação entre o relato da trasladação do corpo de S. Tiago e a viagem de Maurício no século XII leia-se também FALQUE REY, Emma – “Peregrinos y peregrinación a Compostela y Jerusalén en el s. XII a la luz de la *Historia Compostelana*”, 2013, p. 422-426.

⁶³⁸ RUSSO, Luigi – *I crociati in Terrasanta. Una nuova storia (1095-1291)*, 2018, p. 32; NORWICH, John Julius – *The Middle Sea: A History of the Mediterranean*, 2006, p. 119. Investigador do percurso de vida de Maurício, Francesco Renzi evidencia cabalmente como a trajetória desta personagem demonstra a ligação que existia entre vários territórios da Cristandade, desmantelando a ideia de que alguns deles seriam meras periferias, como é exemplo a Hispânia (RENZI, Francesco – *Mauricius Bracaraensis archiepiscopus...*, 2021).

⁶³⁹ Maria Teresa Veloso refere-se ao esforço financeiro do bispo de Coimbra que estaria por detrás da aquisição de várias relíquias muito valiosas (VELOSO, Maria Teresa Nobre – “D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa”, 2006). Saliente-se o estudo de Paula Pinto Costa e Renata Nascimento sobre o uso político que se fazia das relíquias na Idade Média e a sua importância na cultura europeia medieval, nomeadamente as que provinham da Terra Santa (COSTA, Paula Pinto; NASCIMTO, Renata Cristina de Sousa – *A Visibilidade do Sagrado. Relíquias Cristãs na Idade Média*, 2021 (1ª edição: 2017)). Igualmente sobre trasladações de relíquias no período medieval e o género literário da *translatio* veja-se GEARY, Patrick J. – *Furta sacra: Thefts of relics in the Central Middle Ages*, 1990.

No plano narrativo, a história de Maurício é importante para sublinhar a superioridade de Compostela sobre Braga, em concreto no que respeita à posse de relíquias, já visível no “pio latrocinio” ocorrido em 1102 e registado na *HC* por Hugo, por volta de 1109. Num outro trabalho procurámos estabelecer uma relação entre os dois episódios e explicar que, concretamente no que respeita ao bispo de Coimbra, depois arcebispo de Braga e “antipapa” Gregório VIII, a história escrita por Geraldo deveria ser entendida no sentido da condenação do ato de Maurício, que pretendia levar para “Portugal” – quiçá até para Braga⁶⁴⁰ – um tesouro que por direito pertencia a Compostela, principalmente tendo em conta que o prelado caíra em desgraça aos olhos dos redatores da *HC* ao ser nomeado “antipapa” apoiante de Henrique V, cargo que ocupou de 1118 a 1121. Lembre-se que Geraldo começou a trabalhar na crónica a partir desse último ano⁶⁴¹.

Além disso, observando a função de Jerusalém nos capítulos mencionados, esta cidade é um lugar de onde transitam relíquias para Compostela, transição que acontece tanto num passado remoto como no tempo em que nasce a *HC*. A trasladação do corpo de S. Tiago nos inícios do Cristianismo, contada na crónica por Munio Afonso, conferiu a Compostela a sua centralidade na Cristandade enquanto pujante destino de peregrinos e poderosa diocese hispânica, que conseguiu ascender a arcebispado e pretendia ascender também a patriarcado durante o governo de Gelmírez, que de acordo com Geraldo desejava esse privilégio já desde os primeiros anos do seu governo, pela altura em que adquiriu o pálio⁶⁴². Nesta mesma época, procurou-se renovar a glória da cidade galega

⁶⁴⁰ A peregrinação de Maurício à Terra Santa foi encarada por alguns estudiosos como apoiada ou pensada pelo arcebispo Geraldo de Braga depois de esta sé ter sido despojada de várias e importantes relíquias na sequência do *pium latrocinium*, ocorrido em 1102 (REAL, Manuel Luís – “O projeto da catedral de Braga...”, 1990, vol. I, p. 476; AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga...*, 2007, p. 419-420).

⁶⁴¹ BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 80-101, onde se analisou o significado do episódio de Maurício no contexto da relação conflituosa entre Compostela e Braga e a sua ligação com o “pio latrocinio” de 1102.

⁶⁴² A aspiração a sé patriarcal seria anterior a este governo, já se encontrando implícita no título de “sedes apostolica” aplicado à diocese compostelana no século X (DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape...*, 2010, p. 253). Na *HC* pode ler-se o desalento de Diego Gelmírez ao refletir sobre as Igrejas do seu tempo que possuíam o corpo de um apóstolo, as quais correspondiam ao Papado, a um arcebispado ou a um patriarcado, enquanto a sua era apenas um bispado: “Considerauerat quod, ubi cumque terrarum alicuius apostoli corpus requiesceret, ibi aut Papatus aut patriarchatus aut ad minus archiepiscopatus erat, excepta ecclesia beati Iacobi. Quod quasi opprobriosum atque iniuriosum ei uidebatur (...).” (*HC*, II, 3.2). Vários autores pronunciaram-se sobre o desejo deste prelado, o qual, que saibamos, apenas está expresso nessa passagem da crónica compostelana e noutras de modo implícito, como nas seguintes palavras de Pascoal II proferidas a Gelmírez quando a este foi concedido o pálio, segundo escreveu o cronista Geraldo: “Digna quidem, karissime frater, intentio tua. Magna et exaudienda est petitio tua, si tempus et locum nobis Deus dederit. Dignum namque est, ut ecclesia beati Iacobi archiepiscopatu aut etiam

por intermédio de uma nova *translatio* criada por Geraldo para se incluir na *HC*, segundo a qual outra relíquia do apóstolo é transferida de Jerusalém para Compostela. O cronista narra detalhadamente a descoberta da cabeça de S. Tiago Maior na Terra Santa por uma figura que se sabia ter estado nesse território e que, à época da redação deste texto, tinha já atingido uma ampla projeção internacional, não obstante a sua ascensão a “antipapa” ser profundamente condenada na narrativa. Esta servia, porém, para legitimar a proveniência da relíquia e o seu reconhecimento como a verdadeira cabeça de S. Tiago Maior, cujo lugar de descanso não deveria ser Jerusalém, mas sim Compostela, como se pode deduzir das palavras do eremita, que, sem referir cidades, alude indiretamente a Compostela ao declarar que a cabeça pertencia ao sítio onde se encontrava o corpo correspondente. Sendo Jerusalém um patriarcado e Compostela um bispado no tempo destes alegados acontecimentos, esta descoberta naquela cidade tinha um forte simbolismo, significando senão a superação da Cidade Santa pela diocese galega, pelo menos a igualdade de ambas as cidades em prestígio. Deste modo, além de se poder explicar pelo momento conturbado que se vivia em 1116 na cidade compostelana e pelo confronto que esta mantinha com Braga, esta construção literária de Geraldo após a ascensão da sé compostelana a arcebispado pretendia assim fazer acreditar que a condição de bispado que Compostela tinha era ainda menos dignificante precisamente quando a diocese passara a possuir o corpo completo de um apóstolo, tendo portanto direito a ser promovida a um estatuto superior, provavelmente o mesmo que Jerusalém detinha. Isto ajuda a perceber melhor a aparente contradição que existe na *HC* entre a narrativa de Geraldo e a *translatio* de Munio Afonso.

maiori dinitate decoretur.” (*HC*, II, 3.2). Fernando López Alsina chegou a referir que a política eclesiástica de Gelmírez tinha como última finalidade transformar a sua diocese no grande patriarcado do Ocidente (LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La Sede Compostelana y la Catedral de Santiago en la Edad Media”, 1993, p. 39-40. Veja-se também *Idem* – “Diego Gelmírez, las raíces del *Liber Sancti Jacobi* y el Códice Calixtino”, 2013, p. 345; DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Las tres grandes peregrinaciones vistas desde Santiago”, 1999, p. 91; VONES, Ludwig – “Diego Xelmírez et les courants de la politique ecclésiastique de son temps”, 2013, p. 115). No mesmo excerto da *HC* e no *Liber Sancti Iacobi* existem reflexos da teoria dos três patriarcados, que adviriam de uma referência bíblica relativa aos três apóstolos mais próximos de Cristo – Pedro no centro, Tiago no Ocidente e João no Oriente (Éfeso) (DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Las tres grandes peregrinaciones vistas desde Santiago”, 1999, p. 95; CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Topographie sacrée, liturgie pascalle et reliques dans les grands centres de pèlerinage: Saint-Jacques-de-Compostetelle, Saint-Isidore-de-León et Saint-Étienne-de-Ribas-de-Sil”, 2003, p. 31).

2.4.2. Partida de peregrinos e cruzados da Galiza para Jerusalém

Maurício foi um dos exemplos conhecidos de peregrinos que se ausentaram do noroeste peninsular para rumarem a Jerusalém na primeira metade do século XII. Há notícias de outras personagens que o fizeram no mesmo período⁶⁴³. A *HC* dá-nos a conhecer a partida de alguns clérigos de Compostela com destino ao Médio Oriente, bem como de condes importantes da Galiza.

Algumas dessas viagens são aproveitadas por Gelmírez para dar seguimento a negócios que decorriam com a cúria papal, quer esta estivesse em Itália ou nas Gálias. Numa das primeiras, que visavam a negociação do arcebispado, o bispo enviou dois cónegos compostelanos na primeira metade de 1118 ao papa Gelásio II, por esta altura ainda em Itália. O cardeal Pedro Díaz e o tesoureiro Pedro Anáyaz iam como peregrinos a Jerusalém e encontraram-se com o pontífice no caminho⁶⁴⁴. A conjuntura desse período era favorável a Compostela, pois o papa era João de Gaeta, anterior chanceler e legado papal na Hispânia, e conhecia bem as aspirações de Gelmírez. Segundo Geraldo, Gelásio II estava muito inclinado a aceder às pretensões do compostelano, concretamente a trasladação da metrópole de Braga para Compostela, tendo em conta a situação que se vivia na Igreja nessa altura: precisamente em 1118, o antigo arcebispo bracarense Maurício “Burdino” fora eleito “antipapa” Gregório VIII, apoiando a facção imperial⁶⁴⁵.

Neste momento interessa-nos atentar no modo como Geraldo teceu o discurso do papa dirigido aos dois cónegos. Gelásio II comunicou-lhes que o real objetivo que os movia a passar pela sua corte era a peregrinação que faziam ao sepulcro do Senhor e não o assunto que com ele discutiram. Incitando-os a continuar a viagem até ao seu destino, informou-os igualmente de que aguardaria que o bispo compostelano enviasse legados para com ele tratarem da elevação da sé de Compostela, pedido a que certamente daria uma resposta

⁶⁴³ Sobre peregrinos jerosolimitanos que ao longo da Idade Média partiram do Ocidente peninsular, nomeadamente do território que hoje é português, leia-se MARQUES José – “Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa”, 2001. Consulte-se igualmente MARTINS, Mário – *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, 1957, p. 125-146 e FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín – *Espanoles en las Cruzadas*, 1986, este último sobretudo numa perspectiva militar. Outros trabalhos assinalados nas notas seguintes centram-se em exemplos galegos.

⁶⁴⁴ “Cumque tunc temporis duo de canonicis ecclesie nostre Ierosolimam adirent, scilicet Petrus Didacides et Petrus Anaiades, alter cardinalis et alter thesaurarius, iniunxit eis episcopis, ut cum Papa Gelasio de adipiscendo archiepiscopatu tractarent.” (*HC*, II, 3.4). O lugar não é especificado e não é certo que Gelásio II estivesse em Roma nesse momento, pois a carta que Geraldo inseriu na crónica logo de seguida foi emitida em Ferentino, lugar situado a 75 km a sudeste de Roma (JL 6645 (Ferentino, 16 de junho de 1118) = PL CLXIII, Gelasius II papae ep. XI, col. 494).

⁶⁴⁵ *HC*, II, 3.4.

positiva⁶⁴⁶. Estas palavras soam irónicas ao leitor que algumas linhas antes lera que Gelmírez encarregara especificamente esses peregrinos de negociarem com o papa a concessão da dignidade arcebispal. Ermelindo Portela supôs que seria um incentivo do Papado à peregrinação de hispanos ao Oriente, um sinal positivo depois dos primeiros indícios negativos que aparecem na crónica a respeito da posição de Roma face à corrente de peregrinos e cruzados que saíam da Hispânia, deixando-a à mercê dos muçulmanos⁶⁴⁷. Contudo, cremos que haverá outra conclusão a retirar desta passagem.

Claro que este discurso poderia muito bem ter uma base verdadeira, sendo uma reprodução do que os peregrinos contaram no seu regresso a Compostela. Neste caso, mais do que um incentivo à peregrinação jerosolimitana, o papa parece transmitir uma crítica implícita à conduta de Gelmírez, que misturava assuntos eclesiásticos com objetivos que pertenciam estritamente ao foro espiritual. Contudo, a carta de Gelásio II que se copiou de seguida não menciona nenhuma ajuda que se pudesse fornecer a Gelmírez ou revela sequer uma inclinação para negociar com o bispo, não obstante parecer aludir aos acontecimentos que envolviam Gregório VIII. Lamenta a sua própria situação e pede apoio ao prelado compostelano num momento difícil que a Igreja atravessava, o que se traduziria, antes de tudo, em dinheiro⁶⁴⁸. De facto, em resposta a esta missiva, o bispo apressou-se a enviar dois mensageiros com uma contribuição financeira, que depararam com percalços durante a viagem⁶⁴⁹. Todavia, retém-se que Geraldo pretenderia sobretudo demonstrar a inclinação papal em despojar Braga de um privilégio para o conceder a Compostela, mas como na realidade tal não poderia ser feito, ou ser feito prontamente, o cronista concebeu uma boa justificação para a demora de Gelásio II, que, como o autor sabia quando escrevia, acabou por morrer sem que tivesse dado resposta à pretensão de Gelmírez.

Com efeito, apesar da suposta advertência de Gelásio II, os negócios do bispo continuaram entrelaçados com a peregrinação a Jerusalém, como se pode ler noutros capítulos da *HC*. Aparentemente, os mesmos cônegos encontraram-se com Geraldo na

⁶⁴⁶ “Ceterum uos non causa huius legationis, sed peregrinationis uestre huc uenistis. Ite ad sepulchrum Domini, quo ire proposuistis, et quidem si nuntios suos ad nos episcopus uester super hoc miserit, plenarie et pro uelle suo ei respondebimus.” (*HC*, II, 3.4).

⁶⁴⁷ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 107-109.

⁶⁴⁸ *HC*, II, 3.5; JL 6645 (Ferentino, 16 de Junho de 1118) = PL CLXIII, Gelasius II papae ep. XI, col. 494.

⁶⁴⁹ *HC*, II, 4.

cúria de Calisto II, que estava em Saint-Gilles em junho de 1119, quando regressavam da Terra Santa. Parecem os mesmos, embora haja uma pequena alteração num dos nomes, que não sabemos se poderá ser um engano – em vez de Pedro Díaz, neste segundo capítulo trata-se de A. Díaz⁶⁵⁰. É possível que estes peregrinos acabassem por passar de qualquer modo por Saint-Gilles no caminho de regresso, mas é importante notar que pararam junto de Geraldo, na cúria do papa, o que parece ter sido propositado para ajudar o seu colega na discussão da elevação de Compostela a arcebispado, sobretudo porque já antes tinham sido incumbidos de tratar deste assunto. Nesse momento, juntamente com o cronista, presenciaram a chegada de cartas de Toledo dirigidas a Calisto II, escritas em nome do pequeno rei Afonso, acusatórias da conduta de Gelmírez, nomeadamente de que o rei carecia de proteção e que estava em risco de perder o trono por culpa do bispo compostelano – uma notória tentativa do arcebispo Bernardo de impedir a subida do seu rival na hierarquia eclesiástica hispânica⁶⁵¹. Note-se ainda como novamente se verifica que os cônegos compostelanos, mesmo que muito distantes uns dos outros, comunicavam entre si relativamente aos negócios do seu bispo, combinando juntar-se quando tal parecia necessário⁶⁵².

Alcançado este objetivo em 1120, o bispo precisou de concluir as conversações com Calisto II por intermédio do envio de uma grande soma de dinheiro⁶⁵³. Para que fosse seguro fazê-la passar por Aragão, Gelmírez enviou-a através de vários galegos que iam a Jerusalém como cruzados (“accepta cruce”). Foram escolhidos dois especialmente “hábeis e muito astutos” (“articulosis atque admodum uersipellibus”): um deles, Pedro, era “fratri arcario”⁶⁵⁴, e o outro, Pedro Yáñez, seria futuro cônego. Os dois distribuíram o dinheiro (várias onças de ouro) pelos seus companheiros, e a cada um destes calhou um

⁶⁵⁰ Arias Díaz, segundo Antonio López Ferreiro (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo 3, p. 516; *Historia Compostelana*, 1994, p. 318, nota 97).

⁶⁵¹ “In quibus quid animi erga ecclesiam beati Iacobi et erga eius episcopum Toletanus archiepiscopus haberet, satis comperi <et> earum quoque intellectum consociis meis et coadiutoribus, scilicet P. Anaiade, A. Didacide, qui Ierosolimis redeuntes apud sanctum Egidium in curia domini Pape me inuenerant, enarraui.” (HC, II, 10).

⁶⁵² Tal como já observado no subcapítulo 2.2 a propósito do espaço italiano.

⁶⁵³ Leia-se FLETCHER, Richard A. – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*, 1978, p. 212-213 sobre o custo dos privilégios concedidos pela Santa Sé ao episcopado leonês.

⁶⁵⁴ Talvez encarregado de guardar as arcas relacionadas com as obras da catedral (*Historia Compostelana*, 1994, p. 332, nota 145; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 274, nota 1; LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo 3, p. 527).

número de onças correspondente aos anos de penitência de que ficariam livres – supomos que se trataria de uma espécie de benefício espiritual concedido por Gelmírez como compensação pelo auxílio prestado, e tendo também em conta que iam em peregrinação. Atravessaram o reino de Aragão e entregaram o dinheiro em Montpellier a monges cluniacenses, que depois o levaram a Cluny⁶⁵⁵. A importância daquela cidade do sul do reino de França enquanto lugar de segurança para uma troca deste género foi já comentada. Deve agora acrescentar-se que este é o único momento em que os peregrinos, por forma a continuarem o seu caminho até à Terra Santa, delegam noutros a tarefa de prosseguir a missão ordenada pelo bispo, pois ir até Cluny implicaria um desvio desnecessário no caminho terrestre que estavam a seguir até ao Oriente, o que não aconteceria nos restantes casos que aqui se analisam. O percurso habitual nesta época dos que iam da Hispânia até Jerusalém era feito por terra, sobretudo até ao sul de Itália, donde poderiam embarcar em portos apulianos. Como se viu nos capítulos anteriores, também os emissários compostelanos propriamente ditos percorriam o sul de França e a Itália para atingirem a corte papal. Gelmírez limitava-se a aproveitar as jornadas que forçosamente passariam pelos lugares onde se encontravam os papas, mesmo que fossem necessários pequenos desvios⁶⁵⁶.

Também é importante atentar na terminologia utilizada. Geraldo escreveu que os galegos, “accepta cruce”, iam a Jerusalém. Esta expressão foi traduzida como “cruzados” por Emma Falque, que alude em nota ao fenómeno das cruzadas⁶⁵⁷, e como “cruzando-se galegos” por Manuel Suárez e José Campelo. Embora não corresponda à habitual designação de “cruzado” que começou a aparecer nos textos do século XII –

⁶⁵⁵ “Tandem compluribus Gallicianis, accepta cruce, Iherosolimam adeuntibus, predictus episcopus uir perspicacissimi ingenii predictam pecuniam duobus articulosis atque admodum uersipellibus, scilicet P. fratri arcario et P. Iohannide, qui postea factus est noster concanonicus, ad deferendum commisit. Illi autem consilio et admonitione ipsius episcopi sub specie penitentie illi X auri uncias, alii VIII, alii VIII, alii V et sic de ceteris sub fide distribuerunt. Quot cuique uncias auri ad ferendum commendauerunt, a tot eum penitentie annis soluerunt. Pape, subtilissimi atque perspicacissimi ingenii dispositio! Sic per Aragonensis tiranni regnum indempnes transierunt et usque ad Montem Pessulanum predictam pecuniam detulerunt.” (HC, II, 16.1).

⁶⁵⁶ BIRCH, Debra – *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: continuity and change*, 1998, p. 38-55, 61-65; WEBB, Dianna – *Medieval European pilgrimage, c. 700-c. 1500*, 2002, p. 128-147. O caminho que se percorria entre o século IX e o início do século XI era marítimo, partindo da Itália até ao Egito. A conversão da Hungria ao Cristianismo no século XI é o fator habitualmente tido como determinante para que se comesasse a tomar percursos terrestres (MICHEAU, Françoise – “Les itinéraires maritimes et continentaux des pèlerinages vers Jérusalem”, 1979).

⁶⁵⁷ *Historia Compostelana*, 1994, p. 332, nota 144.

“crucesignatus” –, não quer dizer que Geraldo não concebesse já essa ideia nos primeiros anos desse século com uma locução aproximada. Por outro lado, traduzida à letra, a expressão significa “aceite” ou “tomada a cruz”, e assim poderia ser mais abrangente e indicar apenas a penitência que simbolizava a peregrinação que conduzia aos Santos Lugares, em particular ao Santo Sepulcro, remetendo para a imitação de Cristo no seu sofrimento⁶⁵⁸.

Um caso semelhante acontece poucos anos mais tarde, em 1124. Sabemos graças a Pedro Marcio que, depois de obter a confirmação da legacia, Gelmírez enviou a Calisto II o privilégio provisório que este pontífice lhe fizera chegar, para que fosse selado. Com este documento também teria de seguir a quantia de dinheiro apropriada, mas enquanto o privilégio foi enviado através de dois clérigos compostelanos – o cardeal Pedro Fulcón e o cônego Afonso Pérez –, o dinheiro (300 onças de ouro) foi entregue a peregrinos “conhecidos e fiéis” (“peregrinis notis et fidelibus”). Desta vez o perigo aragonês é mencionado diretamente: o rei Afonso I prendia todos os que passassem pelo seu reino vindos da Galiza ou de Castela – entenda-se, em especial os apoiantes de Gelmírez, nomeadamente simples legados com o objetivo concreto de favorecer a Igreja compostelana; os peregrinos a caminho de Jerusalém ficavam a salvo da fúria do aragonês. Contudo, nesta ocasião a medida do bispo não foi suficiente, pois um dos peregrinos foi assaltado por ladrões e perdeu-se uma parte do dinheiro, embora não se especifique que estes eram aragoneses, atuando por motivos políticos⁶⁵⁹.

Destas passagens compreende-se que se favorecia Compostela mesmo indo ao Oriente. Não existe propriamente um incentivo da peregrinação a Jerusalém por si só, mas antes um aproveitamento dessas viagens, cujo itinerário seguia um determinado percurso coincidente no essencial com o dos habituais legados de Gelmírez. Estas viagens já estariam planeadas e o prelado procuraria advertidamente aqueles que partiam da

⁶⁵⁸ HEHL, Ernst-Dieter – “Cruzada y peregrinación bajo el signo de la *Imitatio Christi*”, 1999. As palavras de Geraldo têm ainda uma similitude com a expressão “crucem assumere”, que aparece em fontes contemporâneas da HC (WEBER, Benjamin – “El término cruzada y sus usos en la Edad Media. La asimilación lingüística como proceso de legitimación”, 2016).

⁶⁵⁹ “Benedictionem autem supradictam non ipsis legatis commisit deferendam sed potius peregrinis notis et fidelibus, metuens, ne, si ipsi legati eam secum deferrent, incurso captionis in itinere periculo eam omnino amitterent. Aragonensis quippe rex domino Compostellano domine regine V. causa, quam manu tenebat et cui amicabatur tunc temporis, mirabiliter inimicabatur et, quoscumque de Gallecia aut Castellana patria in itinere deprendere poterat, omnes preter Iherosolimitanos male tractari et expoliari faciebat. Sed unus peregrinorum XXVII uncias auri, quas in capa sua deferebat consutas, cum ipsa capa a latronibus in itinere exutus amisit (...).” (HC, II, 64.5).

Galiza como peregrinos em direção aos lugares associados a Cristo, uma forma de contornar um problema de grande insegurança que os seus enviados costumavam viver ao passarem pelo reino de Aragão, uma vez que não seria tão provável que os inimigos aragoneses atacassem peregrinos ou cruzados que iam para a Terra Santa se considerassem que este era o seu único objetivo. Os redatores tendem a referir peregrinos ou cruzados que já eram conhecidos do bispo e que possuíam certas características que os distinguíam entre os demais; eram grupos seletos, constituídos por pessoas competentes e dissimuladas, que encaixavam melhor nas missões pretendidas, designadamente a discussão da elevação de Compostela a arcebispado entre 1118 e 1119, a conclusão desta negociação através do envio de dinheiro em 1120, e, por fim, a cofirmação do mesmo privilégio em 1124.

Um outro conjunto de capítulos respeita à ida de galegos laicos para Jerusalém, provavelmente movidos não apenas por um objetivo religioso, mas também militar. Um deles é apenas identificado no texto como “infância Pedro”, que fez uma doação à Igreja compostelana em 1134 – uma parte da igreja de Santa Maria de Trasmonte – quando preparava uma viagem com destino a Jerusalém⁶⁶⁰. Estas doações feitas a igrejas ou mosteiros por ocasião de peregrinações à Terra Santa eram habituais nesta época⁶⁶¹. Antonio López Ferreiro afirmou que Pedro poderia ser irmão de Fernão Peres de Trava, que efetivamente também doou uma parte daquela igreja a Diego Gelmírez⁶⁶². Neste caso, a peregrinação ao Oriente teve um efeito prático muito benéfico, pois reverteu numa propriedade para a diocese compostelana.

As restantes notícias indicam-nos dois membros da aristocracia galega que estiveram em Jerusalém e que prestaram determinado auxílio aos reis leoneses em dois momentos de desacordo entre estes e Diego Gelmírez. Ambos os episódios apresentam muitas semelhanças. No primeiro caso, o prelado contribuiu para a expedição militar da rainha

⁶⁶⁰ “Iuxta idem igitur tempus dominus Compostellanus quandam portionem ecclesie sancte Marie de Transmonte, uidelicet de duabus partibus quarte VI integram ad Dei et sue ecclesie honorem a Petro infanzone tunc temporis ituro Ierosolymam provide et sagaciter impetrauit et pro confirmanda testamenti donatione III marchas puri argenti ei in robore caritative et alacriter concessit sub era M^a.C^a.LXXII. et quot VIII Kal. Decembris.” (HC, III, 40.3).

⁶⁶¹ Vejam-se os exemplos galegos elencados em FERNÁNDEZ DE VIANA Y VIEITES, José Ignacio – “Documentos sobre peregrinos gallegos a Jerusalén en la Edad Media”, 1991, bem como o trabalho de Ángel González Rodríguez, “Galicia y los Santos Lugares en el Medievo”, 1957.

⁶⁶² LÓPEZ FERREIRO, António – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo 4, p. 192-193; HC, III, 40.

Urraca contra a sua irmã Teresa, em 1121, acompanhando-a na invasão ao condado portugalense com um exército, episódio descrito detalhadamente por Geraldo. No regresso à Galiza, deu-se uma reviravolta nos acontecimentos e Urraca aprisionou o arcebispo, tomando dois dos seus castelos – Torres de Oeste e Lanzada –, uma vez que precisava muito de dinheiro; a sangria financeira que a guerra com Aragão gerava certamente estaria na origem desta necessidade. As ações da rainha foram efetuadas com o apoio de alguns colaboradores, entre os quais o conde Rodrigo, o único a que Geraldo associa uma informação concreta além do seu nome: “tinha regressado há pouco de Jerusalém” (“perhendie Iherosollmis redierat”). Juntamente com os restantes, tinha préstamos de Gelmírez e tinha-lhe prestado juramento de lealdade⁶⁶³. Não é possível identificar este conde com certeza – José Campelo e Nicolas Jaspert pensaram que se tratava de Rodrigo Velaz, conde de Sarria, que se acredita ter estado no Oriente por volta de 1119 ou pouco depois⁶⁶⁴. Sabe-se que Rodrigo Pérez de Trava, filho de Pedro Froilaz de Trava, também esteve em Jerusalém, segundo Ermelindo Portela por duas vezes, ainda que somente date a segunda do ano de 1138⁶⁶⁵.

No segundo caso, Pedro Marcio relata uma outra invasão do condado portugalense ocorrida em 1127, desta vez por iniciativa de Afonso VII. O rei foi igualmente acompanhado por Gelmírez e usufruiu da contribuição que o arcebispo fez de guerreiros⁶⁶⁶. Após o regresso aos seus domínios, o monarca foi aliciado por inimigos do prelado que queriam ver Gelmírez despojado do senhorio de Santiago. Por sua vez, Afonso VII precisava de dinheiro, pois à semelhança da sua mãe tinha que lidar com uma grande instabilidade política e militar nos seus territórios, no seu caso relacionada com o início do seu reinado, marcado por algumas insurreições, como era o caso das

⁶⁶³ “Huius sceleratissime prodicionis habuit regina complices et coadiutores comitem Rodericum, qui perhendie Iherosollmis redierat (...)” (HC, II, 42.2). A expedição militar realizada em território portugalense e a prisão de Gelmírez são acontecimentos narrados nos capítulos II, 40 e II, 42.

⁶⁶⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 289, nota 5; JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 155 (artigo que reproduz os conteúdos de um texto anterior, *Idem* – “«Pro nobis, qui pro vobis oramus, orate». Die Kathedralkapitel von Compostela und Jerusalem in der ersten Hälfte des 12. Jahrhunderts”, 1999); TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, Margarita C. – “Cruzados y peregrinos leoneses y castellanos en Tierra Santa (ss. XI-XII)”, 1999, p. 71-72.

⁶⁶⁵ JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 155; PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 110-111.

⁶⁶⁶ Contado em II, 85. Para uma análise deste episódio e do anterior consulte-se BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 54-59.

protagonizadas pela condessa-rainha de Portugal, sua tia. Assim, o rei exigiu a Gelmírez uma soma muito elevada de dinheiro, que foi aumentando progressivamente ao longo do relato de Pedro Marcio, e ameaçou prender algumas pessoas próximas do prelado; ainda assim, os traidores ofereceram-lhe uma quantia superior em troca do afastamento de Gelmírez do seu senhorio. Foi nesse momento que Afonso VII decidiu aconselhar-se junto de um homem sábio, um “conde de Jerusalém, homem probo e honesto”, que se pronunciou a favor do prelado e afirmou que ele próprio presenciara a maldade da mãe do rei, Urraca, contra Gelmírez⁶⁶⁷.

Apesar de o seu nome não nos ser revelado, Antonio López Ferreiro pensou tratar-se de Fernão Peres de Trava, que estivera duas vezes em Jerusalém e que tinha grande influência junto de Afonso VII. Este conde viajara em 1147 e em 1153, pelo que só a primeira peregrinação poderia ser do conhecimento de Pedro Marcio, que participou na composição da *HC* até 1149⁶⁶⁸. Emma Falque acrescenta como hipóteses o conde Rodrigo, o anterior cúmplice da rainha, ou o infanção Pedro acima mencionado⁶⁶⁹. O certo é que seria galego ou estaria próximo da corte régia, pois o conhecimento que tinha dos acontecimentos da Galiza é notório.

Da mesma família dos Trava, outros membros foram a Jerusalém ou pelo menos expressaram esse desejo através de doações⁶⁷⁰. Estes vários indícios em torno desta

⁶⁶⁷ “(...) rex discedens quemdam comitem Ierosolimitanum probum et honestum uirum, seorsum uocauit eumque per fidem et per amicitiam quam sibi debebat et per hominum, quod sibi fecerat, rogauit et monuit, quatinus sanum sibi et rectum consilium super quodam negotio daret neue a tramite ueritatis aliqua occasione deuiaret (...).” (*HC*, II, 86.5). A negociação entre o rei e o arcebispo é narrada em II, 86 e II, 87.

⁶⁶⁸ Da primeira vez Fernão Peres talvez tivesse aproveitado a frota de cruzados ingleses que aportara à costa peninsular no ano de 1147 (LÓPEZ SANGIL, José Luis – *La nobleza altomedieval gallega: la familia Froilaz-Traba*, 2002, p. 97-98). Antonio López Ferreiro indicou o ano de 1152 para a segunda viagem do conde galego (LÓPEZ FERREIRO, António – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo 4, p. 132 e p. 268-269, nota 2).

⁶⁶⁹ FALQUE REY, Emma – “Peregrinos y peregrinación a Compostela y Jerusalén en el s. XII a la luz de la *Historia Compostelana*”, 2013, p. 421.

⁶⁷⁰ Por exemplo Menendo Rodríguez, primo de Fernão Peres, juntamente com a sua mãe, Guncina González, tinha intenção de peregrinar à Terra Santa, fazendo a propósito deste plano uma doação ao mosteiro de São João de Caaveiro, em 1133, mas não sabemos se a viagem chegou a realizar-se (FERNÁNDEZ DE VIANA Y VIEITES, José Ignacio – “Documentos sobre peregrinos gallegos a Jerusalén en la Edad Media”, 1991, onde se elencam galegos que nos séculos XII e XIII foram à Terra Santa com base em fontes documentais inéditas até esse momento, editadas nos apêndices do artigo, nomeadamente doações e testamentos). Torres Sevilla-Quñones de León salienta precisamente as viagens ao Oriente de peregrinos e cruzados das famílias mais destacadas do reino castelhano-leonês, como os Trava e os Lara, muito ligadas à família real através de casamentos e implicadas na implantação da Ordem do Templo em Leão, Castela e Portugal (TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, Margarita C. – “Cruzados y peregrinos leoneses y castellanos en Tierra Santa (ss. XI-XII)”, 1999). Sobre a família dos

família provam a importância que tinha para os Trava a visita ao Santo Sepulcro, ao qual faziam várias ofertas. Nicolas Jaspert considera que esta tendência tinha que ver com os conflitos que alguns membros do grupo mantinham com Gelmírez e a necessidade de procurarem outros centros de espiritualidade que não Santiago de Compostela⁶⁷¹, enquanto Manuel Castiñeiras evoca os intercâmbios entre Compostela e Jerusalém permitidos pela presença de nobres importantes em ambos os santuários, como Rodrigo Pérez de Trava⁶⁷². Estes intercâmbios refletiam-se, entre outras aspetos, nas similitudes entre elementos artísticos da catedral compostelana e outros da Terra Santa e de Bizâncio⁶⁷³.

Tendo em conta as várias peregrinações realizadas por pessoas da família mais importante da Galiza nesta época, a probabilidade de algum dos nobres referidos na crónica compostelana pertencer aos Trava é muito elevada. Notamos que de um modo geral a historiografia procura identificá-los, mas com os dados de que dispomos não se podem retirar mais conclusões do que as hipóteses atrás referidas. No que respeita à *HC*, e em particular aos dois últimos capítulos mencionados, é relevante observar, em primeiro lugar, que há uma diferença significativa entre as duas histórias que tem que ver com a posição que cada um destes galegos toma relativamente a Gelmírez: enquanto o conde Rodrigo participa numa conjura contra o prelado, o conde de Jerusalém anónimo defende-o junto do monarca. Em segundo lugar, destaca-se a tendência, quer de Geraldo quer de Pedro Marcio, de precisarem que ambos os aristocratas tinham estado em Jerusalém, selecionando essa informação para acrescentarem à identificação desses galegos, mesmo que esse facto pudesse ser posterior ao episódio narrado. Fazem-no ao relatar momentos em que os reis de Leão e Castela precisavam de auxílio, tanto prático como de aconselhamento, em dois episódios que são idênticos em vários aspetos. A sua presença em Jerusalém, fosse pela realização de uma das mais importantes peregrinações do período ou pela participação na defesa ou alargamento dos territórios latinos no Oriente,

Trava consulte-se LÓPEZ SANGIL, José Luis – *La nobleza altomedieval gallega: la familia Froilaz-Traba*, 2002.

⁶⁷¹ JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 159-161.

⁶⁷² CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 46-48.

⁶⁷³ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “*Didacus Gelmirus*, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”, 2010, p. 86-87 e RUCQUOI, Adeline – “La cultura compostelana e el Camino de Santiago”, 2010, p. 107.

constituiria um fator de prestígio social que os destacaria e lhes conferiria influência, particularmente quando estava em causa a relação delicada entre os monarcas leoneses e o prelado compostelano, independentemente da posição que tomassem quanto ao destino deste último.

A consciência de que as viagens a Jerusalém tinham determinados objetivos que eram louváveis e deveriam ser constantemente lembrados poderia ter incutido também em Gelmírez o dever de libertar os piratas ingleses após a batalha em que saíram derrotados pelos galegos, deixando-os partir para a Terra Santa⁶⁷⁴. Ermelindo Portela lembrou a importância destes cruzados do norte da Europa na criação do reino latino de Jerusalém como uma condição que Gelmírez tivesse ponderado para ter tomado essa decisão, assim como destacou este episódio como um momento em que os ideais de Cruzada e de “Reconquista” se cruzam na *HC*, ainda que “bajo la curiosa forma de la piratería”, tendo em conta que tanto os muçulmanos como os cruzados ingleses eram vistos como piratas pelos cronistas compostelanos, naquilo a que o autor chama os “efectos materiales de Cruzada y Reconquista” visíveis na crónica⁶⁷⁵.

Por último, é curioso que na *HC* não haja referências à peregrinação feita em sentido inverso, de Jerusalém para Compostela. Quando Geraldo fala do culto ao apóstolo fora da Hispânia, não alude a territórios a leste da Alemanha e da Itália. Já no *Liber Sancti Iacobi* diz-se que entre os peregrinos que visitavam a cidade galega encontravam-se os de Jerusalém, os de Antioquia e outros vindos de territórios orientais⁶⁷⁶. Na mesma obra incluiu-se a lenda do peregrino grego que viera de Jerusalém até Compostela, onde teve uma visão de S. Tiago como cavaleiro, que lhe revelou que a conquista cristã de Coimbra estava na iminência de acontecer, o que efetivamente teve lugar no ano de 1064, pelas tropas de Fernando I, reforçando assim a ajuda que este apóstolo conferia à luta contra os muçulmanos em território peninsular⁶⁷⁷. Esta notícia, presente também na *Historia Silensis*, obra escrita, à semelhança do *Liber*, na primeira metade do século XII⁶⁷⁸, numa

⁶⁷⁴ *HC*, I, 76. Leia-se o subcapítulo 2.3.

⁶⁷⁵ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 103-106.

⁶⁷⁶ *Liber Sancti Iacobi: Codex Calixtinus*, 1951, Livro I, cap. 17, p. 199.

⁶⁷⁷ *Liber Sancti Iacobi: Codex Calixtinus*, 1951, Livro II, cap. 19; JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 151.

⁶⁷⁸ GOMES, Joana – “Reis e Santos na historiografia dinástica em Leão e Castela (1120-1194)”, 2020, p. 46; *Historia Silensis*, 2018, p. 213-216.

época em que a peregrinação ao Oriente e a devoção ao Santo Sepulcro aumentavam consideravelmente, atesta a vantagem de Compostela face à Cidade Santa. Apesar de não existirem episódios idênticos na *HC*, não podemos deixar de notar como certos capítulos nos transmitem um estímulo à peregrinação compostelana e à luta contra os “infiéis” em território hispânico em detrimento da peregrinação jerosolimitana, como se verá de seguida.

2.4.3. Desencorajamento da ida a Jerusalém e incentivo da peregrinação compostelana e da Cruzada hispânica

Se por um lado a crónica compostelana tem vários registos de peregrinos galegos que foram ou tinham intenção de ir a Jerusalém, existindo, inclusivamente, um nítido aproveitamento dessas viagens por parte de Diego Gelmírez para estabelecer contactos com os pontífices, por outro lado verifica-se em alguns capítulos um desencorajamento dessas peregrinações estimulado pelo Papado e pelo próprio prelado compostelano.

Na parte da crónica composta por Munio Afonso existem algumas admoestações de Pascoal II relativamente aos hispanos que partiam para Jerusalém, nos primeiros anos do episcopado de Gelmírez, tendo em conta o perigo almorávida que era permanente na Península Ibérica. Algumas cartas datam de 1100 e 1101, sendo a primeira que é incluída na obra dirigida a clérigos galegos a quem o papa comunica que proibia laicos e eclesiásticos da sua zona de irem a Jerusalém⁶⁷⁹. É mais provável que o papa pensasse não tanto na Galiza, mas antes na Hispânia ou no reino de Leão e Castela de um modo geral, e, de facto, a segunda missiva é já enviada ao rei Afonso VI, onde se repete a proibição, e aqui não há dúvida de que a mensagem era endereçada aos súbditos do monarca leonês. É importante referir que, segundo o manuscrito que Emma Falque seguiu para a sua edição crítica, Pascoal II vira soldados hispanos em trânsito para Jerusalém⁶⁸⁰. Além disso, o pontífice refere que o rei de Leão e Castela o informara sobre a situação

⁶⁷⁹ “Porro sicut militibus, ita etiam clericis uestrarum partium interdicimus, ne occasione Iherosolimitane uisionis ecclesiam et prouinciam suam deserere presumant, quam Moabitarum feritas tam frequenter impugnat.” (*HC*, I, 9.2; JL 5839 (Melfi, 14 de outubro de 1100) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XXV, col. 45). O mesmo se pode ler em I, 10.2, pois o papa escreveu uma nova carta quando soube que a primeira não tinha chegado ao destino (JL 5861 (Ladrão, 25 de março de 1101) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XLII, cols. 63-64).

⁶⁸⁰ Confira-se a outra opção de leitura desta passagem nas notas de Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 88, nota 125 e *Historia Compostellana*, 1988, p. 25).

dos seus territórios⁶⁸¹, o que talvez tenha levado alguns autores a pensar que o monarca teria pedido ao papa que interviesse no sentido de interditar a movimentação de cruzados hispanos, tendo em conta a ameaça muçulmana na Península Ibérica⁶⁸².

O mesmo papa repete estes apelos numa outra carta dirigida a todos os súbditos do rei Afonso VI, cuja data não é consensual⁶⁸³. O tom de Pascoal II é desta vez mais veemente e volta a referir que viu hispanos em direção ao Oriente⁶⁸⁴. Esta missiva vem precedida na crónica por um texto possivelmente redigido na cúria romana, que menciona o mesmo assunto⁶⁸⁵.

A inclusão de várias cartas de Pascoal II sobre este tema poderia revelar da parte de Munio Afonso uma preocupação com a situação que se vivia na região de fronteira nos primeiros anos do século XII, embora a transcrição de documentos seja característica do estilo deste cronista, havendo uma grande diversidade temática nas missivas papais que Munio copiou. De qualquer modo, existia de facto nesta época uma tendência dos papas para incitar à guerra frente ao Islão em solo hispânico em troca de promessas espirituais, o que levou muitos investigadores a refletir sobre a comparação que o Papado estabeleceria entre Cruzada no Oriente e “Reconquista” na Península Ibérica, ou mesmo

⁶⁸¹ “Vnde regni tui et proximorum tuorum finibus prouidentes milites uestros, quos uidimus, ire Ierusalem prohibuimus. (...) Porro quod de captiuitate Christianorum significasti uehementius affecti sumus (...)” (HC, I, 9.4; JL 5840 (Melfi, 14 de outubro de 1100) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XXVI, col. 45).

⁶⁸² Torres Sevilla-Quiñones de León, citando Fernández de Navarrete (TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, Margarita C. – “Cruzados y peregrinos leoneses y castellanos en Tierra Santa (ss. XI-XII)”, 1999, p. 70; FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín – *Espanoles en las Cruzadas*, 1986, p. 37-38).

⁶⁸³ José Campelo considerou que provavelmente era de 1109, após o desastre de Uclés do ano anterior (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 96, nota 2). Martín Fernández de Navarrete aludiu igualmente a uma bula de 1109, embora com a data de 8 de abril, que repetiria admoestações feitas em 1100 e 1105 (FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín – *Espanoles en las Cruzadas*, 1986, p. 37-38). Por seu lado, Migne e Jaffé-Loewenfeld acreditaram datar-se de 1101. Neste caso teria sido enviada no mesmo dia da carta do capítulo I, 10.2 (JL 5863 (Latrão, 25 de março de 1101) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XLIV, cols. 64-65).

⁶⁸⁴ “Magnum uestre salutis dispendium facitis, quod Apostolice Sedis preceptis obedire contempnit. Scripsimus enim uobis preterito tempore, ne Iherosolimitane expeditionis occasione partes uestras desereretis, que Maurorum et Mohabitarum cotidianis incursionibus impugnantur; non parum enim in discessu uestro illorum tyrannidem occidentalibus partibus formidamus. Qua de re nos partium uestrarum tam clericos tam laicos, quos uidere potuimus, a Ierosolimitana profectioe desistere et ad patriam suam redire precipimus.” (HC, I, 39).

⁶⁸⁵ “Sed antequam ad alia transeamus, de militibus, qui causa Iherosolimitane uisitationis loca uestra Maurorum incursionibus deuastanda relinquebant, sicut litteras prius suscepimus, sic eas non immerito in serie libri preponimus.” (HC, I, 38). Sobre a origem deste texto leia-se *Historia Compostelana*, 1994, p. 146, nota 354 e *Historia Compostelana...*, 1950, p. 95 e 96.

sobre a possibilidade de os papas pregarem uma Cruzada hispânica⁶⁸⁶. De qualquer modo, a chamada de Urbano II em Clermont teria tido um grande impacto na Hispânia, tendo em conta a necessidade de Pascoal II proibir várias vezes a deslocação de hispanos para o Médio Oriente⁶⁸⁷.

Aquela equiparação acaba por ser assumida abertamente por Calisto II com a bula *Pastoralis officii*⁶⁸⁸ e no I Concílio de Latrão, em 1123, onde estiveram presentes pelo menos três bispos de dioceses hispânicas – o de Tarragona, o de Segóvia e o de Lugo⁶⁸⁹. É na sequência destes acontecimentos que, segundo vários historiadores, Gelmírez teria feito o mesmo num concílio compostelano realizado a 18 de janeiro de 1125⁶⁹⁰. Neste encontro o arcebispo teria pregado uma Cruzada hispânica, não deixando de estabelecer um paralelo com aquela que decorria no Oriente. Pedro Marcio informa o leitor dessa

⁶⁸⁶ Para alguns autores, a formação da ideia de Cruzada hispânica e do peregrino guerreiro, nomeadamente em contexto peninsular, seria anterior ao concílio de Clermont de 1095 (VETERE, Benedetto – “Europa Mediterránea: Peregrinos y guerreros, peregrinos guerreros”, 2010, p. 99-100, onde o investigador se refere à importância que opera a guerra peninsular no pensamento de Alexandre II e de Gregório VII; LOMAX, Derek – *The Reconquest of Spain*, 1978, p. 58-60, onde se sugere que a batalha de Barbastro de 1064 tinha já as características de uma Cruzada; FLORI, Jean – “Jerusalén y las Cruzadas”, 2003, p. 406). Richard Fletcher, ao refletir sobre o conceito de “Reconquista” e de Cruzada e a posição de Diego Gelmírez neste contexto, não aceitou que se pudesse considerar a guerra contra o Islão no espaço peninsular como uma Cruzada antes do final do século XI, uma vez que apenas Urbano II e Pascoal II teriam começado a conceber essa luta como idêntica à que decorria na Palestina e na Síria. Essa comparação seria abertamente declarada mais tarde por Calisto II e só nos anos 40 do século XII os hispanos se considerariam a si próprios como cruzados (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult...*, 1984, p. 297-299. Consulte-se igualmente *Idem* – “Reconquest and crusade in Spain c. 1050-1150”, 1987). Alexander Bronisch publicou vários estudos acerca do conceito de Guerra Santa na Península Ibérica, como o já citado *Reconquista y guerra santa: la concepción de la guerra en la España cristiana desde los visigodos hasta comienzos del siglo XII*, 2006. Acerca da aproximação entre Cruzada e “Reconquista” leia-se ainda WEBER, Benjamin – “El término cruzada y sus usos en la Edad Media. La asimilación lingüística como proceso de legitimación”, 2016 e RODRÍGUEZ GARCÍA, José Manuel – “Historiografía de las Cruzadas”, 2000.

⁶⁸⁷ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 107-109.

⁶⁸⁸ O documento tem data incerta: MANSILLA, Demetrio – *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965-1216)*, 1955, p. 79-80, doc. 62; JL 7116 (Latrão, 2 de abril, 1121-1124) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCXLIX, col. 1305.

⁶⁸⁹ FLETCHER, Richard A. – “Reconquest and crusade in Spain c. 1050-1150”, 1987, p. 43.

⁶⁹⁰ Na interpretação de Fernando López Alsina seria o ano de 1126. Para o autor, é excecional que Gelmírez concedesse esta indulgência pela autoridade do apóstolo S. Tiago, mas utiliza-a para confrontar com uma expressão da *Chronica Adefonsis Imperatoris*, onde se diz que Afonso VII começou a reinar em 1126, “no santo tempo de um ano jubileu” (“beato iubilei anni tempore” (CAI, 1990, p. 150)), uma possível referência àquele concílio, ocorrido no terceiro ano do arcebispado de Gelmírez, como diz a *HC*. Fernando López Alsina entendeu tratar-se do terceiro ano desde a confirmação da concessão do arcebispado a Compostela por Calisto II, em 1124 (LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Años Santos Romanos y Años Santos Compostelanos”, 1999, p. 224-225). Vários santuários solicitaram indulgências ao Papado ao longo da Idade Média para a celebração de anos jubileus (WEBB, Dianna – *Medieval European pilgrimage, c. 700-c. 1500*, 2002, p. 30).

intenção do prelado, resumindo os assuntos tratados na reunião⁶⁹¹, e copia de seguida o édito relativo ao concílio, onde se pode ler o apelo a que se abrisse um caminho até ao Sepulcro do Senhor nas regiões da Hispânia, caminho que era “mais breve e menos laborioso” (“breuius et multo minus laboriosum”), atribuindo-se indulgências plenárias a quem participasse na jornada ou tivesse capacidade para enviar combatentes⁶⁹².

O texto não está isento de dúvidas e foi interpretado por vários autores. Richard Fletcher considerou que se tratara de um chamamento à Cruzada na Hispânia sem precedentes⁶⁹³. De acordo com Goñi Gaztambide, constituiu uma promoção da “Reconquista” a partir da valorização do Santo Sepulcro de Jerusalém em vez do santuário compostelano, o que nos parece pouco provável⁶⁹⁴. José Luis Martín viu neste discurso a intenção de que se conquistasse Mérida, indispensável para preservar a dignidade metropolitana que a sé de Compostela tinha desde 1120, vendo nesta Cruzada uma luta de índole pessoal⁶⁹⁵. Manuel Díaz y Díaz detetou neste concílio alusões à peregrinação compostelana devido às referências ao perdão que se conseguiria como se se fosse a Jerusalém, preferindo-se a Cruzada hispânica como forma de lutar contra os muçulmanos⁶⁹⁶. Numa outra perspetiva, Carlos de Ayala Martínez e Ermelindo Portela tomaram mais à letra o conteúdo do édito. O primeiro encarou este concílio como a “apoteose de Gelmírez”, que pretendia afirmar-se como líder da Igreja hispânica ao assumir a luta contra o muçulmano, incitando a uma Cruzada na Hispânia a partir da qual

⁶⁹¹ “Postremo expeditionem super Mauris ad depressionem et confusionem paganismi et ad exaltationem atque edificationem Christianismi in eo concilio uiua uoce predicauit, laudauit et commendauit et, omnibus in eam expeditionem accept penitencia ituris, plenariam omnium suorum peccatorum absolutionem auctoritate Omnipotentis Dei Patris et Filii et Spiritus Sancti et beatorum apostolorum Petri et Pauli atque Iacobi omniumque sanctorum concessit.” (HC, II, 78.1).

⁶⁹² “Abicientes itaque opera tenebrarum et importabile diaboli iugum iustitie operibus instudeamus et arma lucis iuxta apostoli monitionem unanimiter induamur et, quemadmodum milites Christi, fideles Sancte Ecclesie filii iter Iherosolimitanum multo labore et multi sanguinis effusione aperuerunt, ita et nos Christi milites efficiamur et, eius hostibus debellatis pessimis Sarracenis, iter, quod per Hispanie partes breuius et multo minus laboriosum est, ad idem Domini sepulchrum ipsius subueniente gratia aperiamus.” (HC, II, 78.2).

⁶⁹³ FLETCHER, Richard A. – “Reconquest and crusade in Spain c. 1050-1150”, 1987, p. 43; JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 43; JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 153.

⁶⁹⁴ GOÑI GAZTAMBIDE, J. – *Historia de la bula de la cruzada en España*, 1958, p. 79-80, citado por Ermelindo Portela (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 119).

⁶⁹⁵ MARTÍN, José-Luis – “Reconquista y cruzada”, 1996, p. 227-228.

⁶⁹⁶ Acrescenta que a expressão “Sepulcro do Senhor” que consta no édito não é clara, uma vez que poderia significar Deus ou S. Tiago, mas sobre isto não temos dúvidas de que se trata da primeira hipótese, tal como aparece ao longo da obra (DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Las tres grandes peregrinaciones vistas desde Santiago”, 1999).

se libertaria a Terra Santa⁶⁹⁷. Para o segundo, mais do que uma aproximação entre Cruzada e “Reconquista”, ficara patente no concílio como os dois fenómenos se identificavam, aludindo-se à guerra peninsular enquanto forma de se atingir Jerusalém, presumivelmente visando incursões no al-Andalus e a sua continuação por via marítima até à Palestina. Ermelindo Portela aventa até que o cronista responsável por esta parte da obra poderia conhecer alguns planos para se avançar na conquista de território, uma vez que já escrevia nos anos 40 e, efetivamente, verificaram-se nesta altura sucessos militares cristãos relevantes⁶⁹⁸.

Por nosso lado, cremos que uma outra hipótese seria entender o discurso de Gelmírez no sentido figurativo, sobretudo se tivermos em consideração as notícias da *HC* que apresentaremos de seguida, onde se pretende desviar a atenção da ida à Terra Santa e direcioná-la para a Hispânia e Compostela. Assim, empreender a guerra contra os inimigos do Cristianismo dentro da Península Ibérica seria um outro meio de atingir Jerusalém, isto é, espiritualmente. Um meio sem dúvida mais rápido, pois não era necessário partir numa longa jornada, já que havia muçulmanos muito mais perto contra os quais se poderia lutar. E, com efeito, o arcebispo concedia compensações a quem estivesse disposto a participar na empresa, as mesmas que atribuiria se, na realidade, os hispanos fossem ao Oriente. Inclino-nos, por isso, a concordar com a opinião de Jaime Justo Fernández, que não interpreta o texto de forma literal, mas atenta principalmente na menção à concessão de indulgências⁶⁹⁹. Este mecanismo foi utilizado por outras figuras do espaço peninsular no mesmo período, nomeadamente Afonso Henriques, que pretendia ter efetivos que defendessem o seu território na fronteira⁷⁰⁰.

A outorga de benefícios espirituais já havia sido referida por Gelmírez num concílio anterior, realizado na primavera de 1124. Dessa vez eram concedidos a todos os que na Hispânia morressem ao acometerem contra um violador da Paz de Deus ou ao

⁶⁹⁷ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 413-415.

⁶⁹⁸ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 118-121. As ideias expostas nesta monografia acerca da relação entre “Reconquista” e Cruzada já tinham sido desenvolvidas em PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Compostela y Jerusalén: Reconquista y cruzada en el tiempo de Diego Gelmírez”, 2006.

⁶⁹⁹ JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 42-43.

⁷⁰⁰ MARQUES José – “Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa”, 2001, p. 119.

renunciarem às armas no mesmo contexto, “como se morressem a caminho de Jerusalém” (“ac si in Hierosolimitano itinere mortuus esset”)⁷⁰¹. Quem se pronunciou sobre este discurso vê nele semelhanças com o de 1125, desde logo pela comparação que se faz com Jerusalém, que interligaria as ideias de Cruzada e de “Reconquista”, embora alguns investigadores não acreditem no interesse de Diego Gelmírez na guerra peninsular junto à fronteira⁷⁰². Além disso, deve notar-se que em ambas as ocasiões o prelado extravasa os limites do seu poder, pregando em 1125 para todo o povo cristão e proclamando a Paz de Deus em 1124 a todo o reino da Hispânia, quando era apenas legado papal nas províncias de Mérida e de Braga⁷⁰³. Neste sentido, Bernard Reilly notou que o arcebispo aspiraria a possuir a legacia em toda a Península Ibérica ou a dignidade de primaz⁷⁰⁴. Por seu turno, Ermelindo Portela entendeu que o prelado se dirigia intencionalmente ao reino da Hispânia, isto é, ao espaço que pertencia ao domínio dos reis⁷⁰⁵.

⁷⁰¹ “Si autem aliquis de euntibus super eum in hac obedientia mortuus fuerit, ita sit absolutus ab omnibus suis peccatis, de quibus penitentiam iam accepit uel acceperit, ac si in Hierosolimitano itinere mortuus esset, nisi excommunicatus sit. Similiter si aliquis armis abrenuntians pro obedientie et supradictae pacis observatione ab inimicis suis mortuus fuerit, supradictam remissionem habeat, et qui eum interfecerit, homicidium domini terre duplicet et penitentia eius duplicetur et nunquam in patria sua peniteat, sed eat in exilium (...).” (HC, II, 71.1). Veja-se o subcapítulo 2.1.2, onde se analisa a referência aos francos no discurso de Gelmírez proferido neste concílio.

⁷⁰² Esses, em particular, evocam a distância a que a Galiza e o arcebispo compostelano estavam da zona fronteiriça com o Islão (JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 42-43), enquanto outros sublinham a ligação de Gelmírez à “Reconquista” (RODAMILANS RAMOS, Fernando – “Los concilios legatinos de Diego Gelmírez (1121-1125)”, 2020, p. 111-114; PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 102, 115, 117. Acerca da orientação do prelado de Compostela relativamente à guerra contra os Almorávidas e a realização da Cruzada, bem como o “programa ideológico” que Ermelindo Portela atribui aos dois concílios, leia-se *Ibidem*, p. 99-121). A posição de Richard Fletcher é mais conciliadora, uma vez que, por um lado, não duvida de que Gelmírez tivesse pregado uma Cruzada, e, por outro, não considera que o prelado se pudesse classificar como um cruzado ou sequer como apoiante da ideia de S. Tiago como patrono da “Reconquista”, ideias que surgem na Hispânia, segundo o autor, após a sua morte (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult...*, 1984, p. 298-299). Os dois concílios foram também analisados em PALLARES, María del Carmen [et al.] – “La Tierra de Santiago, espacio de poder (siglos XII y XIII)”, 1992, p. 148-150, nomeadamente a ligação entre Paz de Deus e Cruzada.

⁷⁰³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 383, nota 2; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 415; JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 34-41. Sobre a natureza do concílio de 1125, José Barreiro Fernández afirma que se tentou que fosse “nacional” (BARREIRO FERNÁNDEZ, José R. – “Concilios provinciales compostelanos”, 1970, p. 517) e Fernando Rodamilans Ramos refere a sua dimensão “universal”, provavelmente em resposta a uma bula de Calisto II, onde o papa promulgava uma Cruzada hispânica, além de que em janeiro de 1125 Gelmírez era na prática o único legado papal na Hispânia, encontrando-se a sé toledana vacante nesse momento e Olegário de Tarragona ausente da Península Ibérica (RODAMILANS RAMOS, Fernando – “Los concilios legatinos de Diego Gelmírez (1121-1125)”, 2020, p. 111-114).

⁷⁰⁴ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 197-198.

⁷⁰⁵ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 120.

Por volta de 1129 – tendo em conta as datas de outros acontecimentos relatados em capítulos próximos –, vemos Gelmírez a persuadir Bernardo, o tesoureiro da sua Igreja, a desistir da viagem a Jerusalém. Pedro Marcio explica que o arcebispo receava que as obras da catedral sofressem com a ausência do tesoureiro, mas nitidamente se pode ler como Gelmírez substituiu aquela peregrinação por privilégios para a sua própria sé: aquilo que Bernardo quisesse doar ao Santo Sepulcro e a outros Lugares Santos seria feito através de mensageiros, enquanto o dinheiro que gastaria na jornada seria empregue na compra de um ornamento para a catedral de Compostela. O tesoureiro seguiu esse conselho e adquiriu um valioso cálice de ouro vindo de Toledo. Em contrapartida, recebeu de Gelmírez as mesmas prerrogativas que teria se tivesse peregrinado até à Terra Santa, sendo absolvido dos seus pecados⁷⁰⁶. Embora não haja uma referência direta à peregrinação compostelana, depreende-se deste episódio um desincentivo a que se fosse a Jerusalém, ao mesmo tempo que se promovia as oferendas ao santuário jacobeu⁷⁰⁷.

Paralelamente, a devoção ao Santo Sepulcro e a Jerusalém era favorecida em Compostela pelo arcebispo através da sua vasta atividade de restauração de edifícios, entre os quais se contava uma igreja dedicada ao Santo Sepulcro, situada no lugar que antes se chamava Otero de Potros e onde hoje se encontra a igreja de Santa Susana, onde se depositaram as relíquias desta santa trazidas desde Braga em 1102⁷⁰⁸. A difusão deste culto em Santiago de Compostela significaria na *HC*, para Ermelindo Portela, um “testimonio temprano de la recepción y la acogida de los ideales de la Cruzada”⁷⁰⁹.

⁷⁰⁶ “Beati Iacobi ecclesie thesaurarius nomine B. Ierosolimam ire in Dei obsequium et suorum excessuum remissionem disposuit. (...) Illi namque consuluit, ut quicquid sancto sepulcro et aliis sacris locis Ierosolime adiacentibus propria manu erat collaturus, totum illud per fideles nuntios illuc destinaret et de inpensa, quam in uia erat facturus, quoddam ornamentum honorabile et pretiosum ad Dei et beati Iacobi honorem et seruitium emeret (...). Quo facto, eum in plenario conuentu ab omnibus peccatis absoluit, sicuti illi, qui in itinere Ierosolimitano laborantes absolui solent, et totum ecclesie beati Iacobi opus illi in suorum peccatorum remissionem tractandum et disponendum et anteriorandum commisit.” (*HC*, III, 8). O projeto de Bernardo de realizar esta peregrinação é novamente referido no capítulo seguinte: “Cum supradictus thesaurarius in curia regali ante Ierosolimitani itineris dispositionem domini Conpostellani consilio moraretur (...)” (*HC*, III, 9).

⁷⁰⁷ É possível que houvesse outros fatores em causa, como as relações tensas com Bizâncio ou problemas que surgiam entre a Igreja de Roma e o reino cristão de Jerusalém (DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Las tres grandes peregrinaciones vistas desde Santiago”, 1999).

⁷⁰⁸ *HC*, I, 15.5 e I, 19.

⁷⁰⁹ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140...)*, 2016, p. 112; JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 158.

Observando novamente o *Liber Sancti Iacobi*, verificamos serem relatados alguns milagres de S. Tiago relacionados com peregrinos que se dirigiam ou vinham de Jerusalém⁷¹⁰. Nas palavras de Nicolas Jaspert, “la ciudad santa fue utilizada para subrayar tanto la amplitud geográfica de la devoción a Santiago como la importancia de su culto”⁷¹¹. Da mesma opinião, Manuel Díaz y Díaz assinalou como Roma e Jerusalém se encontram em segundo plano na literatura jacobea, designadamente no *Liber* e na *HC*, de modo a que a peregrinação compostelana se realce⁷¹². No caso desta crónica, diríamos que os sinais são mais explícitos e que ultrapassam o âmbito da peregrinação estritamente espiritual. Num momento inicial, durante os primeiros anos do episcopado gelmiriano, existem proibições papais, em concreto de Pascoal II, a que se empreendesse a viagem à Cidade Santa, perante o perigo almorávida na Hispânia. Entre 1124 e 1129, não existindo uma proibição em sentido literal, o próprio arcebispo procura reter os hispanos na Península Ibérica através da concessão dos mesmos benefícios espirituais de que usufruíam os peregrinos que iam a Jerusalém, de modo a que beneficiassem Compostela – até no sentido material –, contribuíssem para a manutenção da Paz de Deus na Hispânia ou lutassem contra os muçulmanos hispanos⁷¹³. A isso deve acrescentar-se a óbvia necessidade de Gelmírez de se afirmar como primeira figura da Igreja hispânica, quando durante o pontificado de Honório II era difícil alcançar mais privilégios. À primeira vista, estas medidas simbolicamente prejudiciais para o Santo Sepulcro contrastam com o conteúdo de duas cartas enviadas pelos patriarcas de Jerusalém ao arcebispo. Mas a sua inserção pelos cronistas compostelanos na obra obedece a uma lógica que facilmente se compreende⁷¹⁴.

⁷¹⁰ *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, Livro II, caps. 7, 8, 9 e 10.

⁷¹¹ JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 166-168, onde o autor também comenta a possível relação do *Liber Sancti Iacobi* com Jerusalém e o clero da cidade.

⁷¹² DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Las tres grandes peregrinaciones vistas desde Santiago”, 1999. Sobre a concorrência que existia entre os três principais centros de peregrinação no século XII – Roma, Jerusalém e Compostela –, bem como entre outros menores, leia-se BIRCH, Debra – *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: continuity and change*, 1998, p. 150-186.

⁷¹³ Os benefícios espirituais outorgados por ocasião da peregrinação a Jerusalém começam na primeira metade do século XII a estender-se à peregrinação compostelana (FONSECA, Cosimo Damiano – “«Spiritualium gratiarum munera... perpetuo concesserant». Indulgenze e Pellegrinaggi”, 1999). O regime de indulgências compostelano foi-se construindo progressivamente desde essa época à semelhança do romano (LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Años Santos Romanos y Años Santos Compostelanos”, 1999, p. 224-225).

⁷¹⁴ “Puede que la relacion entre ambas comunidades no fuera exclusivamente de apoyo desinteresado, sino que estuviera tambien influida por propias aspiraciones y segundas intenciones.” (JASPERT, Nicolas

2.4.4. De Jerusalém para Compostela: a correspondência dos patriarcas jerosolimitanos dirigida a Diego Gelmírez

Geraldo e Pedro Marcio transcreveram para a crónica compostelana, respetivamente, uma carta de Veramundo ou Gormundo de Picquigny (1118-1128), escrita no início da década de 20⁷¹⁵, e outra de Estêvão de la Ferté ou de Chartres (1128-1130), enviada no final dessa década⁷¹⁶, patriarcas de Jerusalém contemporâneos do reinado de Balduíno II (1118-1131).

No primeiro caso, o patriarca realça a situação difícil em que se encontravam os cristãos em Jerusalém, constituindo esta carta um valioso documento que nos fornece informações em primeira mão da realidade que se vivia no Médio Oriente após o sucesso da Primeira Cruzada. Fica claro que os cristãos dos Estados latinos que se criaram após 1099, e particularmente a Cidade Santa, eram constantemente intimidados por muçulmanos ao seu redor. Veramundo enumera alguns dos lugares donde essa ameaça era mais séria, mencionando a posição geográfica de cada um relativamente à de Jerusalém, sublinhando, deste modo, que a cidade se encontrava rodeada de inimigos: “pelo Oriente está a Babilónia, pelo Ocidente Ascalão, na costa do mar Assur e pelo setentrião Damasco” (“Ab Oriente namque est Babylon, ab Occidente Ascalon, in littore maris Assur, Damascus a Septemtrione”) – respetivamente, Bagdade (atual capital do Iraque), Ascalão (Israel), Tiro (no atual Líbano) e Damasco (capital da Síria)⁷¹⁷. Por todo o documento encontramos expressões dramáticas⁷¹⁸ e apelos reiterados a que se enviasse

– “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 166).

⁷¹⁵ Talvez 1120, segundo Jean Richard (RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”, 1976).

⁷¹⁶ 1130, de acordo com Jean Richard (RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”, 1976). Manuel Castiñeiras propôs o ano de 1129 (CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 46-47).

⁷¹⁷ Jean Richard explica que não se deve confundir a Assur com Arsuf, que fica também junto ao Mar Mediterrâneo, mas mais a sul, assim como não se deve identificar a Babilónia com a cidade do Cairo, como habitualmente acontece nos documentos da época, pois seria difícil compreender que o lugar tivesse sido situado a leste de Jerusalém nesse documento (RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”, 1976, p. 426-430). Veja-se igualmente o quadro 2.

⁷¹⁸ Citamos alguns excertos mais elucidativos: “Quid referemus hostiles incursus? Vndique Sarracenis uallamur. Ab Oriente namque est Babylon, ab Occidente Ascalon, in littore maris Assur, Damascus a Septemtrione. Quid perfida regna et cetera innumerabilia sine intermissione nos impugnantia narremus? Quotidie inuadimur, quotidie trucidamur, captiuamur, priuati capitibus, feris et auibus tradimur, uelut oues uendimur. Quid multa? Pro nomine Iesu antequam ciuitatem sanctam Iherusalem et Crucem Dominicam et sanctissimum Christi Sepulcrum deseramus, mori parati sumus. (...) perueniat ad uos intolerabilis planctus

ajuda do Ocidente para fazer face às dificuldades, ajuda que seria militar, em primeiro lugar, mas provavelmente também financeira⁷¹⁹.

Embora devamos evidentemente atender à hiperbolização do discurso, que visava persuadir ao envio de auxílio, que deve ter sido igualmente solicitado a outras autoridades políticas e eclesiásticas ocidentais, é verdade que as circunstâncias que se viviam neste período eram particularmente difíceis. Jean Richard estabeleceu um paralelismo entre esta carta e as decisões que se tomaram no concílio da Naplouse de 16 de janeiro de 1120, onde se discutiram as contrariedades que a sociedade cristã enfrentava no Oriente: havia pobreza, fome e carência de contingentes armados que proporcionassem segurança às populações⁷²⁰. A reação muçulmana à ocupação cristã fazia-se sentir, começando nas camadas religiosas de cidades como Alepo e Damasco, esta última mencionada na missiva do patriarca⁷²¹. Outras importantes cidades costeiras dominadas por muçulmanos, também referidas por Veramundo, eram cobiçadas pelos cristãos: Tiro, um dos principais portos de mar que dependiam do Egito, foi conquistada já em 1124 e Ascalão apenas em 1153, apesar de outros lugares serem perdidos para os muçulmanos nesse período, como Edessa, em 1144⁷²².

O conteúdo da carta do patriarca seguinte, Estêvão, é completamente distinto do anterior. Poderíamos dizer que é uma carta cujo único propósito é o de tratar de negócios com a sé compostelana, e que estes já eram antigos, pois Estêvão começava por agradecer os benefícios que Gelmírez tantas vezes concedera ao Santo Sepulcro, pedindo de seguida que lhe fosse entregue a igreja de Nogueira, situada na diocese de Compostela. Mencionava igualmente o seu enviado, o clérigo Aimerico, que certamente estaria

pauperum per plateas Iherusalem iacentium (...). Nemo enim a muris Iherusalem aut a ceteris locis audet exire, nisi cum armata manu militum aut peditum spatio unius miliarii et eo minus (...).” (HC, II, 28).

⁷¹⁹ “Ergo, dilectissime frater, cum clero et populo uobis conmisso laborate, ut in exercitum Christi ueniatis nobisque celerrime succurratis, aut, si ipsi uenire non potestis, transmittite, quod ualetis. (...) Venite, uenite. Quicumque in nostrorum auxilium uenerint, omnium peccatorum unde penitentiam acceperint, uincula auxilio Dei relaxamus et imponimus super humeros Agni, qui tollit peccata mundi.” (HC, II, 28).

⁷²⁰ RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”, 1976, p. 426-430.

⁷²¹ ELISSÉEFF, Nikita – “The Reaction of the Syrian muslims after the foundation of the first Latin Kingdom of Jerusalem”, 1993.

⁷²² RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”, 1976; HAMILTON, Bernard – “The way to Rome and Jerusalem pilgrim routes from France and Germany at the time of the crusades”, 1999, p. 137; RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas*, 1993, vol. II, p. 16, 135-138, 177-190, 270-271. Os muçulmanos ganharam uma nova força durante o reinado de Saladino, a partir dos anos 70 do século XII, acabando por recuperar Jerusalém em 1187.

incumbido de recolher rendas e propriedades para o Santo Sepulcro, quiçá não somente junto de Diego Gelmírez⁷²³. Alguns autores destacam igualmente o desejo expresso por Estevão de formar uma “confraternitas” entre as duas Igrejas⁷²⁴.

José Campelo sugeriu que a igreja referida no documento se tratava do mosteiro de Santa Maria de Nogueira, que se contava entre as possessões que o Santo Sepulcro tinha na diocese galega enumeradas numa bula de Honório II de 4 de setembro de 1128 (*Habitantes in domum*), embora esta instituição seja muito difícil de situar. Manuel Castiñeiras acabou por identificá-la com uma igreja em Cambados, na província de Pontevedra⁷²⁵.

Jean Richard viu no conteúdo desta missiva uma continuidade da carta anterior, na medida em que, alguns anos após os rogos de Veramundo, o patriarca jerosolimitano e o Santo Sepulcro passaram a beneficiar de várias propriedades em todas as dioceses da Hispânia e do sul do reino de “França”, plasmadas naquela bula papal. Algumas delas encontravam-se na diocese compostelana, incluindo a igreja de Nogueira⁷²⁶. Também da década de 20 temos conhecimento de um clérigo do Santo Sepulcro, Bertrando, que tinha estado na zona da Catalunha, onde recebera doações⁷²⁷.

Este diálogo seria alimentado igualmente pelo prelado da sé de Compostela. Às ajudas militares e financeiras que o Oriente requeria podemos juntar o desejo do Ocidente de possuir relíquias vindas de Jerusalém, nomeadamente ligadas à vida de Cristo, que muito prestigiavam grandes santuários que competiam com a Terra Santa, como Roma e Compostela. Esta ideia foi desenvolvida por Manuel Castiñeiras, que admitiu que Gelmírez teria interesses em comunicar com os patriarcas muito devido a esta procura de

⁷²³ “Paternitati uestre emeritas laudes et gratias exsoluimus de subuentione et beneficio uestro nobis caritatiue sepius collato. (...) Item rogamus, ut ei ecclesiam de Noguere, que in uestra diocesi est, cum omnibus apendiciis suis (...)” (*HC*, III, 26.1).

⁷²⁴ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 46-47; JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 162-164.

⁷²⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 459, nota 2; CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 46-47. Consulte-se o documento em JL 7318 (Benevento, 4 de setembro de 1128) = PL CLXVI, Honorius II papae ep. LXXII, cols. 1281-1284.

⁷²⁶ RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”, 1976 e JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 158-159.

⁷²⁷ JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 157.

engrandecimento da sua catedral. Com efeito, como relata a *HC*, Urraca ofereceu a Gelmírez outras relíquias vindas de Jerusalém além da cabeça de S. Tiago, entre elas um pedaço do sepulcro de Cristo, também trazido por Maurício em 1108 e deixado no mosteiro de São Zoilo⁷²⁸. Aquele investigador avança ainda que um *Lignum Crucis* de prata⁷²⁹, oferenda da rainha e hoje conservado numa das capelas da catedral, foi provavelmente um presente de Estêvão, enviado através de Aimerico⁷³⁰.

Nicolas Jaspert estabeleceu também um paralelismo entre a querela que o patriarcado de Jerusalém mantinha com o de Antioquia e aquela que a sé compostelana mantinha com a de Toledo, destacando os estreitos contactos que existiam entre Toledo e Antioquia, por um lado, e entre Compostela e Jerusalém, por outro, apontando um alinhamento dos vários poderes eclesiásticos nas suas relações consoante os seus interesses. Um deles, segundo o autor, seria a vontade de Compostela de se converter em patriarcado para se sobrepor a Toledo⁷³¹.

Como é habitual nesta obra, não conhecemos as cartas que circularam em sentido contrário, nem eventuais pedidos que Gelmírez fizesse, por seu turno, aos patriarcas. Mas recordemos que pouco antes da chegada da missiva de Veramundo, entre 1118 e 1119, dois cónegos compostelanos estiveram em Jerusalém, e que este mesmo patriarca referiu na sua carta um correspondente, nomeado apenas pela letra R., que lhe trouxera notícias de Compostela⁷³². Da parte de Gelmírez, os contactos eram certamente promovidos.

Do ponto de vista dos compiladores da crónica compostelana, a inclusão destas cartas na obra é muito relevante. À semelhança de outros documentos similares que têm vindo a ser referidos nos capítulos anteriores – como os redigidos pelos papas ou pelo abade de Cluny –, que muitas vezes são inseridos na crónica próximos uns dos outros, as missivas vindas do Oriente ajudavam a criar a imagem do poderoso arcebispo compostelano a quem chegava correspondência de várias figuras importantes da Cristandade. Como

⁷²⁸ *HC*, I, 112.2.

⁷²⁹ *HC*, II, 57.

⁷³⁰ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”, 2010, p. 46-48; *Idem* – “Topographie sacrée, liturgie pascalle et reliques dans les grands centres de pèlerinage: Saint-Jacques-de-Compostelle, Saint-Isidore-de-León et Saint-Étienne-de-Ribas-de-Sil”, 2003, p. 38-39.

⁷³¹ JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 168.

⁷³² “Vestre bonitatis et prudentie fama sepe ad nostras aures peruenit, sed nuper adueniente fratre nostro R. et eadem nobis referente et his maiora, ardentius uestre sanctitatis amor in cordibus nostris inoleuit.” (*HC*, II, 28).

tivemos oportunidade de mencionar, a carta de Veramundo antecedia várias outras e todas foram copiadas numa parte da obra que faz referência à relação instável de Gelmírez com Urraca, ou mesmo de inimizade, em 1120-1121, enquanto a de Estêvão era contemporânea de desentendimentos entre Compostela e Braga no final dos anos 20, num momento em que Gelmírez tinha dificuldades em afirmar-se nos seus interesses junto de Honório II⁷³³. Pretendia-se igualmente que se pensasse em Gelmírez como o grande recurso dos seus contemporâneos mais importantes nas suas aspirações, e o caso dos patriarcas de Jerusalém exemplifica muito bem este propósito: embora em situações distintas, ambos escrevem com o intuito de pedir algo ao prelado compostelano. Não esqueçamos, por fim, que um dos objetivos de Gelmírez era o de ascender a patriarca. Embora não conseguindo o seu intento, é muito expressivo que dois eclesiásticos dessa categoria superior à de Gelmírez – o patriarca era a cabeça da hierarquia eclesiástica do Oriente latino – apelassem à sua magnanimidade através de duas cartas que, como declarou Nicolas Jaspert, colocavam a Igreja compostelana como “una hermana de las grandes iglesias patriarcales de la cristiandad”⁷³⁴. A instauração de um patriarcado em Jerusalém após a conquista cristã desta cidade, segundo Manuel Castiñeiras, teria alimentado a pretensão gelmiriana de subir ao mesmo patamar⁷³⁵.

Estes dois documentos são na verdade os únicos testemunhos na *HC* que nos oferecem uma visão diretamente focada em Jerusalém. Por um lado, revelam como era imperativo promover a imigração ocidental para territórios políticos formados há relativamente pouco tempo, que enfrentavam uma constante ameaça muçulmana. Por outro, servem de exemplo para se compreenderem melhor as relações entre o Santo Sepulcro e algumas dioceses ocidentais, concretamente no âmbito da concessão de patrimónios. Os restantes episódios em que Jerusalém é mencionada permitem perceber acima de tudo algumas dinâmicas hispânicas, em particular galegas, ainda que demonstrem simultaneamente como a cidade era bastante atrativa na primeira metade do século XII – a crónica

⁷³³ Veja-se o subcapítulo 2.1.5.

⁷³⁴ JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”, 2008, p. 166-167.

⁷³⁵ CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Topographie sacrée, liturgie pascale et reliques dans les grands centres de pèlerinage: Saint-Jacques-de-Compostelle, Saint-Isidore-de-León et Saint-Étienne-de-Ribas-de-Sil”, 2003, p. 31.

compostelana é contemporânea de uma fase de intensa deslocação de europeus para o Oriente, e a partir dela deduz-se que nesse grupo havia muitos viajantes que partiam da Galiza. À parte esse aspeto, procura-se proteger os negócios de Gelmírez através de peregrinos e cruzados galegos, cuja viagem a Jerusalém ganhava assim duas dimensões – a espiritual/penitencial e a negocial; esta cidade era um importante recurso de relíquias jacobitas, que conferiam prestígio a Compostela e legitimavam as suas pretensões do momento; especialmente no caso dos potenciais cruzados, empreender a viagem ao Oriente era um fator que deveria ser destacado quando se lhes fazia referência no texto, quer fossem galegos ou oriundos de regiões a norte da Península Ibérica; tenta-se desviar a atenção da Cruzada na Terra Santa para a guerra peninsular entre cristãos e muçulmanos hispanos, além de se promover, desse modo, a peregrinação a Compostela. Neste contexto, Jerusalém surge como uma meta abstrata que os hispanos podiam atingir sem saírem dos seus territórios, o que era encorajado através da concessão de privilégios idênticos aos que eram atribuídos aos peregrinos jerosolimitanos.

Convém realçar, por último, que Geraldo e Pedro Marcio são os cronistas que mais vezes mencionam Jerusalém, e que os capítulos do segundo são mais frequentes. Enquanto Geraldo, em 1121-1124, parece especialmente preocupado em justificar a ambição de Gelmírez de alcançar o arcebispado ou o patriarcado, Pedro Marcio, escrevendo entre 1145 e 1149, presenciou um período em que se vivia um grande entusiasmo em torno da convocatória para a Segunda Cruzada e que assistiu a uma importante vaga de conquistas territoriais cristãs na Hispânia. Esta conjuntura poderá ter influenciado o teor dos episódios que construiu, ora marcados por incentivos a que se permanecesse no espaço ibérico, ora por menções à ida de galegos a Jerusalém.

3. A Península Ibérica

Os dados toponímicos recolhidos do espaço peninsular são naturalmente muito superiores em relação aos que foram estudados nos capítulos precedentes. Centrar-nos-emos nestas observações iniciais nos dados dos anexos apresentados no final do trabalho, de modo a dar algum sentido à imensa informação aí disponível através da sua análise quantitativa.

Avaliando em primeiro lugar os corónimos, apurou-se que o nome *Hispania* é o que aparece em maior número de capítulos – 82 no total, incluindo outras expressões próximas, como Hespéria (3 capítulos) e Ibéria (5). Contudo, como veremos, estes conceitos não equivalem sempre ao mesmo âmbito territorial. A Galiza encontra-se assinalada em quase tantos capítulos como a Hispânia (81), apresentando uma frequência muito superior em relação ao segundo território mais referido, a Terra de Campos (24), que é seguido de Portugal (21) e Castela (16)⁷³⁶. Muito menos presentes estão a Estremadura (8), as Astúrias (5), Aragão (2) e Leão (1), bem como pequenos territórios alternadamente castelhano-leoneses e aragoneses nesta cronologia, como a Biscaia, Guipúscoa e Navarra, todos mencionados apenas uma vez. A região basca – que abarcava aqueles dois primeiros – também se encontra registada uma vez no texto, embora os bascos apareçam num segundo capítulo. Desde já podemos afirmar que fora da Galiza os cronistas dedicam maior atenção aos territórios que fazem fronteira com aquele onde se encontram – Portugal e a Terra de Campos, atendendo a que “Leão” é quase inexistente na narrativa como região – e revelam pouco interesse pela zona a sul do Douro e pelo norte da península, especialmente as zonas pirenaicas, não obstante a alusão a alguns topónimos nessas áreas. No entanto, as menções aos respetivos povos invertem parte destas tendências: sendo também superiores no caso galego – 21 capítulos aludem aos galegos (enquanto apenas 10 referem os hispanos ou iberos) –, em 12 foram mencionados os aragoneses, em 9 os castelhanos, em 3 os leoneses e os portugalenses e em 2 os habitantes da Terra de Campos. Aragoneses e castelhanos emergem no discurso acima de

⁷³⁶ A nossa contabilização difere um pouco de outra feita por Ermelindo Portela e María Pallares Méndez (PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 72). Como explicado no capítulo 1, tivemos em conta o número de capítulos em que um mesmo topónimo é referido e não o número total de referências, e incluímos nesta avaliação o território da Terra de Campos. Consulte-se o quadro 4.

tudo a propósito da guerra peninsular iniciada depois de 1109, elevando a frequência das alusões comparativamente aos restantes gentílicos.

No que respeita aos dirigentes ou figuras importantes de cada território, Aragão destaca-se dos restantes, compensando as raras ocasiões em que aparece na fonte como topónimo: 41 capítulos mencionam reis aragoneses, quase todos relativos a Afonso I, sem dúvida como consequência da guerra que este movia contra Urraca e mais tarde contra Afonso VII; um refere o seu antecessor Pedro I e outro García Ramírez, na verdade rei de Navarra, mas erradamente designado como rei de Aragão por Pedro Marcio. Em 20 capítulos são referidos reis da(s) Hispânia(s) ou hispanos, ainda que muitos outros nomeiem monarcas pelo nome ou pela simples designação de *rex/regina* e *imperator*, que o leitor identifica imediatamente com os reis castelhano-leoneses. Em terceiro lugar encontram-se os líderes do espaço que se ia autonomizando cada vez mais de Leão e Castela: a condessa-rainha Teresa surge em 8 capítulos e o seu filho, Afonso Henriques, em 2. Nas demais regiões apenas se referem 3 condes da Galiza – entre os quais Raimundo e Pedro Froilaz de Trava –, 1 cônsul de Castela – Pedro González de Lara – e por duas vezes se cita um conde das Astúrias – o irmão do anterior, Rodrigo González de Lara. Além do conde borgonhês, que tinha poder sobre toda a Galiza de aquém e além Minho, são alguns dos membros das linhagens mais destacadas da aristocracia peninsular deste período – os Lara e os Trava – que recebem a designação de “conde” ou “cônsul” acompanhada de um território concreto⁷³⁷.

Os dados dos quadros 5, 6, 7, 8 e 9 foram organizados nos mapas, nos gráficos 5-8 e na tabela 2. Numa primeira observação da representação gráfica, ressalta imediatamente a óbvia concentração de pontos na Galiza, que corresponde ao espaço compreendido entre o mar e a área montanhosa que inclui o monte Cebrero. A sul, prolonga-se até ao Minho. Em toda esta região existem 311 referências diferentes passíveis de serem localizadas ou seguramente situadas – enquanto todo o restante espaço peninsular conta com 72. Essa porção volumosa corresponde a 81% do total de menções toponímicas da Península

⁷³⁷ Há outros condes e cônsules na narrativa sem que se lhes atribua um território – por exemplo Henrique, o conde portugalense, é *consul* (HC, I, 48). Os dois títulos atuam como sinónimos na HC (CAMPELO, José – “Introducción”, 1950, p. CXLIII). Veja-se também SÁNCHEZ DE MORA, Antonio – *La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara* (ss. XI-XIII), 2003, tomo I, p. 568-574. Por outro lado, uma mesma dignidade aplicada a diferentes nobres não refletia a natureza semelhante do seu poder, sobretudo na Galiza, como são exemplos Raimundo e Pedro Froilaz, ambos *comites* (ESTEPA DÍEZ, Carlos – “Las tenencias en Castilla y León en los siglos XI al XIII”, 2018, p. 44 e 55).

Ibérica. Em território galego os pontos dividem-se mais ou menos uniformemente, com uma natural incidência na área que rodeia Santiago de Compostela e, aí, na parte ocidental próxima do mar, a norte e a sul do rio Ulla. Há também uma concentração de cidades de referência no nordeste da atual província da Corunha. Estes numerosos lugares têm origem, em grande medida, na quantidade elevada de menções a instituições eclesiásticas e *uillae*. A propósito desta disposição dos topónimos deve alertar-se para a localização do senhorio do bispo compostelano, situado entre os rios Ulla e Tambre, para as doações de alguns membros da família dos Trava à diocese compostelana, constituídas por diversas propriedades estabelecidas no território corunhês, e para determinados arciprestados compostelanos que foram disputados com a sé de Mondonhede também nesta região, como Bezoucos, Labacengos, Arros e Trasancos. Estas informações, porém, requerem um estudo mais aprofundado que, como explicámos no início, não poderemos fazer aqui.

De um modo geral, e excetuando Torres de Oeste e as sedes de bispado (ou antigas sedes, no caso de Iria), os topónimos galegos mais referidos correspondem a pequenos territórios, comarcas ou arciprestados da diocese compostelana: Salnés (11 capítulos), Montaos (9), Postmarcos (8), Tabeirós (8), Bezoucos (6), Nendos (6), Deza (5), Seaya (5) e Trasancos (5). No espaço exterior à Galiza, deixando novamente de parte os burgos principais que detalharemos à frente, só encontramos uma contagem semelhante na Correlhã (6) – parte integrante do senhorio compostelano situado em Portugal – e em Viadangos (5) – local entre Leão e Astorga onde decorreu uma importante batalha entre galegos e aragoneses, em 1111. Por outro lado, as inúmeras referências às *uillae*⁷³⁸ no território galego – além de categorias muito pouco presentes, como *hereditas*⁷³⁹ – evocam um espaço senhorial e rural que não encontramos no resto da Península Ibérica simplesmente porque o grau de detalhe na Galiza é muito superior, acima de tudo decorrente das diversas propriedades adquiridas pela sé compostelana.

⁷³⁸ Acerca do sentido que assume no texto veja-se CAMPELO, José – “Introducción”, 1950, p. CL. De um modo geral tratava-se de uma unidade de exploração agrária. Na Alta Idade Média a palavra apresentava diversas especificidades, elencadas em BARREIRO SOMOZA, José – *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)*, 1987, p. 135-150. Para mais significados do termo consulte-se NIERMEYER, Jan Frederik; KIEFT, C. Van de (ed.) – *Mediae latinitatis lexicon minus*, 2002, vol. II, p. 1434-1436.

⁷³⁹ Em muitos casos designa uma herdade ou propriedade normalmente rústica (PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (ed.) – *Lexicon latinitatis Medii Aevi Regni Legionis (s. VIII-1230) imperfectum...*, 2010, p. 353-354, apesar de este dicionário não ter em consideração documentação galega).

Nesta área há ainda um conjunto significativo de castelos, tanto no interior como no litoral – chama-se a atenção para os 18 capítulos que mencionam o de Torres de Oeste, principal defensor do senhorio do bispo –, enquanto o restante espaço peninsular tem alguns castelos sobretudo ao longo do caminho de Santiago e apenas 3 a sul dessa linha. Não estudaremos em particular esta categoria de lugares – já existem trabalhos com bons resultados sobre o tema⁷⁴⁰ –, mas avançamos mesmo assim algumas sucintas considerações que nos parecem importantes. Em primeiro lugar, algumas alusões a estes locais fortificados não têm que ver com cenários de guerra, podendo evocar espaços de encontro entre personagens (caso de Sepúlveda) ou demonstrar a preocupação em salientar as fortificações que pertenciam ao domínio do bispo de Santiago de Compostela (como Torres de Oeste e Lanzada). Em segundo lugar, relativamente aos encontros bélicos ou à tensão existente entre forças contrárias, os episódios que envolvem fortalezas são muito diversos, sendo os mais reiterados o confronto entre cristãos e muçulmanos (visível em vários castelos galegos do litoral, especialmente Torres de Oeste e Lanzada, e em Berlanga, no Douro); a ameaça de povos não hispanos à Galiza; a guerra interna entre fações galegas (por exemplo, as referências a Castrelo do Minho), inserida no conflito mais vasto entre Urraca e Afonso I (que disputaram o castelo de Burgos); outros antagonismos mais ou menos regionais, como a ofensiva de Gelmírez e de Urraca promovida contra Teresa de Portugal (refugiada em Lanhoso) ou os desentendimentos entre o prelado compostelano e outras personagens galegas ou com a própria rainha (caso do castelo de Faro).

A cartografia revela também de modo evidente como se aglomeram diversos pontos ao longo do caminho de peregrinação que ligava Santiago de Compostela aos Pirenéus. Os conjuntos Leão-Terra de Campos-Castela e Aragão-Navarra-Catalunha são sobretudo compostos por essa rota. O primeiro corresponde à área que começa no Cebrero e termina em Logronho, e demarca-se pelo curso do Douro, a sul, abrangendo os topónimos que se situam nesta linha, apesar de as menções entre o caminho de Santiago e o Douro serem mais escassas e espaçadas. Tenha-se em consideração que Afonso I de Aragão ocupou uma parte considerável da Terra de Campos e de Castela no período narrado na obra, mas

⁷⁴⁰ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “De la función de los castillos en el tiempo y los espacios de Diego Gelmírez”, 2013 e SOLÍS PARGA, Pilar – “El tratamiento de los castillos en la *Historia Compostelana*”, 1990.

ilegitimamente na ótica de quem a escreveu, pelo que aqui não entendemos essas zonas como espaço aragonês. O total de lugares aí localizados perfaz 34, o que se traduz apenas em 9% do total de referências toponímicas da península. Ainda assim, é o segundo grupo mais mencionado depois da Galiza. Quanto ao oriente da península a lacuna é notória, não só na parte cristã, como também na muçulmana. Nas regiões de Aragão, Navarra e Catalunha, consideradas a leste do rio Ebro, referem-se 7 topónimos, cuja maior parte se encontra no antigo reino de Pamplona. O espaço tradicionalmente aragonês conta somente com Jaca e Saragoça e os condados catalães não receberam mais do que uma referência ao arcebispo de Tarragona.

Ao longo da rota de peregrinação, de Compostela a Pamplona e a Jaca, encontravam-se os burgos mais importantes da época, preparados para a passagem de peregrinos e outros viajantes. Além da cidade apostólica, Astorga, Burgos e Leão recebem a categoria de *ciuitas* e esta última também é classificada como *urbs*. Próximas do caminho principal, mas também muito frequentadas nas viagens, eram Lugo e Palência, ambas *ciuitas* e *urbs*. Fora desta direção este-oeste ainda se designam *ciuitas* Braga e Tui, no noroeste, e Zamora, Segóvia e Mérida, a sul⁷⁴¹.

A norte da linha Cebrero-Logronho há um enorme vazio. As Astúrias contam somente com 4 referências toponímicas, quase todas junto à costa. Excetuando Oviedo, todas têm que ver com os ataques de piratas muçulmanos. A sul do caminho de Santiago os topónimos dispersam, principalmente entre o Douro e o Tejo. Este espaço, que abarca a Estremadura e a zona circundante de Toledo, áreas conquistadas e/ou organizadas pelos cristãos numa época mais ou menos recente relativamente à da redação do texto, tem tantas menções diferentes como Portugal (10) e mais de metade delas respeita acima de tudo aos prelados ou às dioceses da região – Salamanca, Ávila, Segóvia, Toledo, Granada (Granadilla?) e Sigüenza, sendo Toledo a mais polivalente, pois também é referida como a cidade propriamente dita e como *regnum*. Alguns lugares, apesar de terem uma parca presença no texto, devem o seu registo ao contacto entre cristãos e muçulmanos ou referem-se apenas a estes últimos (além de Toledo, Medinaceli e Alcalá de Henares). A ocidente de Zamora, o espaço é desprovido de menções até atingir o litoral português,

⁷⁴¹ Denominamos estes e outros centros urbanos genericamente como cidades ou burgos, mas há que entender que nesta época apresentavam graus e tipos de desenvolvimento diferente. Estas questões são explicadas em GAUTIER DALCHÉ, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 1979, p. 67-96.

com início a sul do Minho. Com efeito, com a exceção de Idanha, que está entre o Mondego e o Tejo e na zona interior, os lugares portugalenses alinham-se no ocidente, próximos do Atlântico, e acumulam-se em Braga e ao seu redor. Nesta cidade e um pouco a norte situavam-se algumas propriedades de Compostela e três dos topónimos marcados em Portugal correspondem a três importantes dioceses peninsulares – Braga, Porto e Coimbra.

Denominámos al-Andalus todo o território a sul do Tejo, que abrange os lugares que sempre foram islâmicos durante a maior parte do período narrado na fonte, incluindo Lisboa, tomada pelos almorávidas no final do século XI. Considerámos cristãos os topónimos conquistados durante o mesmo período, alguns dos quais são mencionados como tal no texto – Saragoça e Alcalá de Henares, tomados em 1118. O espaço muçulmano, com um total de 7 topónimos, está essencialmente representado no litoral ou nas suas imediações – com a exceção de Mérida –, sobretudo na zona em contacto com o Atlântico. Almeria, junto ao Mediterrâneo, é o ponto islâmico mais oriental que encontramos na narrativa. Note-se que muitas dessas menções são feitas sob a forma de gentílicos, como “Siluenses” (Silves) e “Saltenses” (ilha de Saltés), que, de resto, é uma característica da escrita de Geraldo⁷⁴². É interessante constatar que muitas das referências ao litoral da Península Ibérica justificam-se pela pirataria islâmica, originária destes lugares do al-Andalus e direccionada para variados locais costeiros – quase todos os asturianos que surgem no texto, além de áreas portugalenses e galegas. A proximidade de Santiago de Compostela em relação ao mar terá contribuído também para este conhecimento do espaço litoral.

A geografia eclesiástica peninsular está bem representada na *HC*, sendo mencionadas quase todas as dioceses definitivamente restauradas na primeira metade do século XII ou os seus bispos, incluindo uma sé cuja identificação não é absolutamente segura – a referência ao bispo de Granada poderá explicar-se pela trasladação da sé de Cória para Granadilla, atual município de Zarza de Granadilla (província de Cáceres)⁷⁴³. Ficaram somente por mencionar várias dioceses da província metropolitana de Tarragona⁷⁴⁴. As cidades mais citadas no texto são também sedes de diocese, embora nem todas tenham

⁷⁴² Consulte-se o quadro 9.

⁷⁴³ Veja-se o quadro 8.

⁷⁴⁴ Lembre-se que algumas antigas sés episcopais não tinham ainda prelado próprio e ficaram adstritas a outras, como são exemplos Viseu e Lamego, anexadas a Coimbra no período estudado.

um papel proeminente na crónica. Os prelados das áreas navarra, aragonesa e catalã (Pamplona, Jaca, Tarragona e Saragoça) têm muito menos referências em relação aos restantes. Os arcebispos de Braga aparecem em 27 capítulos, enquanto os de Toledo, nomeadamente Bernardo, em 32, resultado esperado por gerirem províncias metropolitanas e desenvolverem atritos com Compostela. Sobressai também Mondonhedo, cujos prelados são mencionados em 33 capítulos, número que também se explica por conflitos travados com Diego Gelmírez. Os bispos mais nomeados depois destes são galegos e um é portugalense – Lugo (24), Ourense (22), Tui (21) e Porto (21), este último, Hugo, manifestamente próximo do meio compostelano. Os três seguintes presidiam a sés que ficaram sob a alçada de Compostela a partir de 1120 – Salamanca (18), Coimbra (15) e Ávila (12).

Sem considerar estas dignidades e observando apenas os nomes que indicam cidades ou dioceses/províncias eclesiásticas, não contando com Compostela, Braga é o topónimo mais referido (29 capítulos), seguido de Leão, a capital régia (26), Iria, antigo centro diocesano e *portus* localizado à entrada do senhorio compostelano, junto ao Ulla (23), Mérida, de onde se trasladou a metrópole para Compostela (18), e Burgos, principal cidade castelhana (18). Toledo, incluindo o reino de Toledo conquistado em 1085, conta apenas com 9 capítulos, o mesmo número que Lugo e Tui, ficando atrás de Astorga (10) e Palência (10). A esta lista devem acrescentar-se duas importantes cidades monásticas, Carrión de los Condes e Sahagún, nomeadas em 12 e 11 capítulos respetivamente. Estes números alertam para as relações desenvolvidas no noroeste peninsular – note-se que Braga está mais presente no texto do que Leão – e confirmam a importância que o eixo este-oeste do caminho de Santiago tinha para os redatores da *HC*, que não focalizam tanto a ação na larga região de fronteira entre o Islão e a Cristandade.

Em Carrión situava-se o mosteiro cluniacense de São Zoilo, presente em 4 capítulos, enquanto o seu prior é referido em 1. O abade de Sahagún também é mencionado no texto (4 capítulos). Entre os motivos díspares que estão por detrás destas alusões convém destacar o envolvimento de ambos na tensão entre o lado castelhano-leonês e o aragonês. Ainda no centro do reino de Leão e Castela encontram-se algumas fundações com grande importância no panorama peninsular, apesar de serem pouco referidas: os mosteiros de Santo Isidoro e a abadia de Santa Maria de Husillos contam somente com uma alusão, bem como Nájera, cujo prior (do mosteiro de Santa Maria la Real) também surge num

capítulo. Em relação a Santo Isidoro, poderíamos adiantar uma inclinação para colocar a catedral de Santiago de Compostela a suplantando o mosteiro onde tendencialmente se enterravam os monarcas leoneses. Além destes, são indicados na narrativa inúmeros outros mosteiros e igrejas, especialmente na Galiza, onde se destacam o mosteiro de São Paio de Sabugueira (4 capítulos), o de São Martinho de Pinario (5) e o de São Paio de Antealtares (6), todos situados em Compostela ou próximos da cidade e relacionados com assuntos diversos, como a construção ou reparação dos edifícios, o modo como eram geridos, a compra e venda de propriedades ou os cenários que povoam o relato da revolta compostelana de 1116-1117. Não se pode afirmar, portanto, que o universo monástico hispânico tenha despertado grande interesse nos cónegos de Santiago de Compostela, ressalvando a área galega onde, ainda assim, a grande maioria dos diversos mosteiros é referida em poucos capítulos ou em apenas um. De qualquer modo, o tema merece um estudo próprio que esclareça mais aprofundadamente estas leituras. Por último, no caso português é o senhorio compostelano que motiva repetidas alusões a duas das instituições eclesiásticas mais referidas no texto, as igrejas de São Vítor e de São Frutuoso (4 capítulos).

De um modo geral, e ao contrário do registo que se fez do espaço extrapeninsular, na Península Ibérica o cenário atrás descrito resulta em grande parte da narrativa dos cronistas. Ainda assim, há mais documentos a citar os nomes “Galiza” e “Portugal” por comparação com as restantes regiões hispânicas. A primeira não carece de explicações, mas a segunda revela o tratamento de questões regionais na fonte que interessavam a Santiago de Compostela, direta ou indiretamente, como a prisão do prelado Paio Mendes pela condessa Teresa e as propriedades portugalenses que Gelmírez disputava com os arcebispos de Braga. No que toca aos lugares georreferenciáveis, mais de metade das menções (66%) foi retirada apenas da narrativa dos cónegos compostelanos, enquanto 13% aparece só em documentos. Entre os diplomas copiados para a crónica já não há uma preponderância dos papais (ainda que o seu número seja notável), mas antes um certo equilíbrio entre esses e os documentos hispânicos, designadamente régios (em especial de Afonso VII), atas de concílios eclesiásticos – que contêm muitas alusões a prelados – e cartas de doação ou permuta de herdades – estes últimos mais numerosos no caso das instituições eclesiásticas e das *uillae* galegas. Todavia, 65% do total de referências na Galiza é consequência do texto dos cronistas. Já o caso português constitui uma exceção

neste domínio, uma vez que 7 das 10 referências textuais constam tanto na narrativa como na documentação, quer a peninsular quer a produzida na chancelaria papal. Estes números explicam-se pelas querelas eclesiásticas entre Compostela e Braga, e em menor medida pelas que envolviam Gelmírez e a sé de Coimbra, bem como pela disputa do senhorio compostelano.

Atentando exclusivamente à narrativa dos cronistas, Geraldo é o único redator que refere todos os reinos ou territórios. Quanto à distribuição dos topónimos por áreas, Munio Afonso reporta-se a menos regiões diferentes por comparação com Geraldo e Pedro Marcio. O tesoureiro compostelano refere no seu texto 112 topónimos diferentes, mais de metade dos quais é galega (97, enquanto os dos demais territórios perfazem um total de 18). Do mesmo modo, Geraldo faz 233 referências toponímicas diversas, cuja maioria é galega (181 face às 52 da restante península). Em relação a Pedro Marcio, ainda que este cónego tenha uma natural preferência pela área galega, a diferença entre esta e as demais peninsulares (39 topónimos contra 28) é muito menor do que nos outros cronistas. Depois da Galiza, todos desviam a atenção para a região que vai de Leão a Castela, mas há que sublinhar que o al-Andalus é o terceiro território com maior número de referências no texto de Geraldo, embora apresente um número próximo dos grupos territoriais seguintes.

Esta leitura preliminar será de seguida suportada e enquadrada por uma análise do discurso, que contextualizará com maior pormenor as menções da crónica mais relevantes para a nossa investigação.

3.1. O espaço peninsular disputado por cristãos e muçulmanos

No quadro que se desenhou no capítulo anterior ficou claro como o conflito que se desenrolava entre cristãos e muçulmanos no espaço peninsular se colocava por vezes no plano extrapeninsular, quer através das exortações de Pascoal II para que os guerreiros hispanos não partissem para a Cruzada em Jerusalém, de modo a defenderem o seu próprio território contra os inimigos da fé⁷⁴⁵, quer através do mesmo estímulo que o próprio Diego Gelmírez expressava em concílios compostelanos, o que na prática se traduzia na concessão de benefícios espirituais semelhantes aos dos peregrinos jerosolimitanos⁷⁴⁶. Pode dizer-se, assim, que a guerra peninsular e a guerra do Médio Oriente eram vistas como duas faces da mesma moeda, compartilhando o mesmo objetivo, embora a primeira devesse ser prioritária para os súbditos dos reinos cristãos da Península Ibérica.

Acrescente-se a esses exemplos o último capítulo da crónica, onde Pedro Marcio anunciou a realização do II Concílio de Latrão, celebrado por Inocêncio II em 1139, para o qual Gelmírez foi convidado, mas ao qual certamente não assistiu. A reunião colocou um fim, formalmente, ao cisma da Igreja que decorrera entre 1130 e 1138, mas além deste assunto a reunião trataria, de acordo com o cronista, sobre a “opressão dos almorávidas” (“Mohabitarum oppressione”)⁷⁴⁷. A escolha desse termo por Pedro Marcio remete para a realidade peninsular ou, de modo mais abrangente, para um espaço lato a sudoeste de Itália – o al-Andalus e o Norte de África ocidental, onde dominava a dinastia berbere

⁷⁴⁵ As inúmeras bulas de indulgência atribuídas pelos papas desde a segunda metade do século XI aos que combatessem o Islão na Península Ibérica, bem como as proibições dos hispanos de irem a Jerusalém anunciadas pelo Papado, conduziram Charles Bishko a apontar esta instituição como a principal promotora da “Reconquista” (BISHKO, Charles Julian – “The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095-1492”, 1980, p. 399). Carlos de Ayala Martínez, por seu turno, expõe como a partir do século XI coexistiam na Península Ibérica duas concepções da “Reconquista”: a mais antiga, segundo a qual a direção dessa guerra cabia aos reis hispanos enquanto legítimos restauradores de uma ordem anterior; a outra era concebida pelo Papado e estava ligada à ideia de Cruzada (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Reconquista, Cruzada y Órdenes Militares”, 2007).

⁷⁴⁶ HC, I, 9.2; 10.2; 38; 39; II, 71.1; 78.1; 78.2. Todos estes excertos foram detalhadamente comentados no subcapítulo 2.4, onde também se indicaram as missivas de Pascoal II.

⁷⁴⁷ “(...) in urbe Romana omni occasione postposita, ad concilium strenuissime inuitavit hac uidelicet conditione, ut, quoniam Romana Ecclesia, que diu fuerat turbata et ab ingrato populo conculcata, diuina clementia opitulante iam persistebat in pace et dilecta tranquillitate, uenerandus Papa Sancte Ecclesie pastores curam animarum a Deo tenentes sollicite aduocabat, ut de statu Sancte Dei Ecclesie et sue utilitatis et totius Christianitatis reuelatione et Mohabitarum oppressione cum eis, Deo propitiante et opi tulante, unanimiter tractaret et tenebras ignorantie opere et sermone illuminando uiam ueritatis et sancte religionis demonstraret.” (HC, III, 57).

almorávida desde o século anterior. Não temos registo de que a convocatória para aquele concílio tenha chegado à Hispânia por carta⁷⁴⁸, mas o texto diz-nos que foi trazida pelo bispo de Lescar, legado *a latere* enviado à Península Ibérica. É importante não esquecer que Roma estava relativamente próxima do domínio almorávida e que a presença muçulmana nas ilhas Baleares, por exemplo, foi uma realidade até ao século XIII, pelo que o olhar do Papado se voltaria muito para os seus inimigos a Ocidente quando se pensava em promover a supremacia da Cristandade⁷⁴⁹.

Olharemos agora para as passagens da crónica compostelana que se centram no conflito a nível interno, começando por observar como desde o início da obra a resposta cristã à ocupação muçulmana da Península Ibérica se interliga com a origem do culto a S. Tiago. No primeiro capítulo, no qual Munio Afonso narra a chegada do corpo do apóstolo à Galiza, o cronista explica também como o local do seu sepultamento permaneceu na obscuridade, não só durante a presença dos sarracenos na Hispânia, mas também durante muito tempo “depois da restauração” (“post restitutionem”). Depreende-se que a palavra “restitutio” indica a recuperação da unidade religiosa cristã, pelo menos para o norte da Península ou para a Galiza, onde o túmulo apostólico apenas se revelou no tempo de Teodomiro, bispo de Iria, na primeira metade do século IX. Logo de seguida, o cronista concretiza o âmbito geográfico, mas sem deixar de o subordinar à região do Noroeste peninsular, referindo como Deus decidiu transformar o reino da Hispânia, anulando aí o culto dos gentios e edificando a fé cristã, e lembrando como o rei Miro (570-583) foi o primeiro monarca a constituir dioceses na Hispânia “segundo a norma da igreja romana” (“iuxta Romane ecclesie normam”), isto é, a converter-se ao catolicismo⁷⁵⁰. Assim, Munio Afonso sublinha como a fé cristã foi interrompida pela

⁷⁴⁸ Nenhuma missiva contendo tal convocatória foi encontrada nos registos da correspondência de Inocêncio II.

⁷⁴⁹ Sobre a relação entre o mundo muçulmano e Roma pode citar-se a recente tese de Doutoramento de Francesco Battaglini *Uno sguardo sull'Islam dalla cattedra di Pietro. Il mondo islamico negli epistolari papali da Martino I ad Alessandro III*, 2022, em particular p. 19-71.

⁷⁵⁰ “In toto igitur tempore Sarracenorum et longo etiam tempore post restitutionem fidelium ueneranda beati Apostoli tumba, nullius Christiani accessu frequentata, fruticum siluarumque spissitudine mansit diutissime cooperta nullique usque ad tempus Teodomiri Hiriensis episcopi fuit reuelata aut cognita. Sed quando omnipotenti Deo placuit ecclesiam suam laborantem uisitare et eius aduersitatem in prosperitatis tranquillitatem misericorditer conuertere, tempus statim suo potenti imperio mutauit, regnum Hispanie transtulit et, gentili superstitione per regionem Hispanicam conculcata et prorsus annullata, Christi sui nomen atque fidem inibi suscitauit.” (HC, I, 1.2). “Ante autem illius pestis expulsionem Miro bone memorie rex diuina dispensatione regni scepra suscipiens primus Pontificales sedes per Hispanie prouincias iuxta Romane ecclesie normam, diuina gratia inspirante, constituit (...).” (HC, I, 1.3).

invasão islâmica da Península, que impediu o conhecimento da presença do corpo de S. Tiago em território galego, o que foi finalmente possibilitado pela restauração do catolicismo romano, primitivamente instituído na Hispânia a partir da antiga Galécia sueva⁷⁵¹. Como afirma Ermelindo Portela, justificava-se deste modo o prolongado desconhecimento da existência da sepultura de S. Tiago⁷⁵², e Munio Afonso fazia-o associando diretamente a sua “revelatio” à “restitutio” de uma situação criada pelos suevos, ignorando, por isso, o passado godo da Hispânia⁷⁵³.

E tal como o afastamento do Islão do solo hispânico permitiu o surgimento do culto de S. Tiago, os bispos de Compostela contribuíram, mais do que todos os outros prelados hispanos, para o prosseguimento da luta contra os “infieis”, ainda que tal decorresse de um mau princípio, de acordo com o pensamento de Geraldo. O cronista “francês” deixou claro que os bispos compostelanos tinham tido um papel militar relevante, liderando o seu próprio exército, situação que deu origem ao ditado galego “Bispo de Santiago, báculo e balestra”⁷⁵⁴, mas esta alusão à união do ofício episcopal e do militar é feita no seguimento da constatação de que esses prelados “atuavam como príncipes” (“quasi principes fuerant”), embora isto adviesse do poder reforçado de que gozavam na Igreja hispânica em virtude de várias concessões régias, reconhecedoras da importância da presença do túmulo do apóstolo em Compostela⁷⁵⁵. Geraldo critica implicitamente, por isso, o afastamento dos bispos da sua orientação exclusivamente espiritual para se dedicarem a atividades próprias do poder político e militar⁷⁵⁶.

⁷⁵¹ Nos finais do século XI abandonou-se praticamente a ideia unitária de origem visigoda, que acabou por ser recuperada posteriormente pela historiografia castelhana (MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis – “La monarquía leonesa. Fernando I y Alfonso VI (1037-1109)”, 1995, p. 477). Sobre as referências ao rei Miro na *HC* e no *Chronicon Iriense* leia-se GOMES, Joana; RENZI, Francesco – “Miro, King of the Suevi (d. 583), and ecclesiastical identities in northwestern Hispania (eleventh-twelfth centuries)”, 2022.

⁷⁵² PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)...*, 2016, p. 100.

⁷⁵³ Por sua vez, Geraldo refere o “rei godo Teodomiro”, sob cujo governo a diocese de Lugo assumiu temporariamente as funções de diocese metropolitana (*HC*, II, 15).

⁷⁵⁴ “Cum rex Hispanorum ad extirpandam perfidorum Hysmahelitarum gentem cum exercitu suo irrueret, episcopus ecclesie sancti Iacobi cum toto sui regni exercitu nullatenus se absentabat. Demum, ut uerum plenius enucleemus, pontifices ecclesie beati Iacobi soliti fuerant militaribus armis protecti ad bella etiam incedere et Sarracenorum audaciam durius retundere, unde apud Gallecos inoleuit hoc prouerbium: «Episcopus sancti Iacobi baculus et balista.»” (*HC*, II, 1).

⁷⁵⁵ “Quicumque igitur fere usque ad tempus predicti episcopi in ecclesia beati Iacobi cathedre pontificali prefuerant, non tantum episcopi, sed quasi principes fuerant (...).” (*HC*, II, 1).

⁷⁵⁶ Como vimos no subcapítulo 2.3, alguns bispos de Iria-Compostela tiveram uma faceta nitidamente militar, como Sisnando II e, sobretudo, Crescónio, que reagiram contra a ameaça normanda no litoral galego. De resto, a junção do ofício episcopal e do militar pelos bispos era habitual na Europa Ocidental desde o início da Idade Média (PRINZ, Friedrich – “King, clergy, and war at the time of the Carolingians”, 1979). Sobre a noção medieval e cristã de “guerra santa” leia-se RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Alejandro

Contudo, quem lê a crónica compostelana não poderia ficar mais com a impressão de que “por más que Giraldo intente apartar la ballesta, él mismo y sus colegas ofrecen abundantes evidencias de que el dicho popular entre los galaicos es perfectamente aplicable al personaje sobre el que escriben”, como afirma Ermelindo Portela⁷⁵⁷, cuja biografia deste pontífice tem como título “*Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*” (2016). Em muitos capítulos o prelado surge em diferentes cenários de guerra, não só contra muçulmanos, mas também, as mais das vezes, contra inimigos cristãos, além de que incita a enfrentamentos armados – por exemplo, no concílio de 1125, onde se promove a luta contra o Islão – e contribui de diferentes formas para o sucesso militar da sua facção no conflito em causa, seja através da fortificação de castelos, seja com o envio de homens e de dinheiro para as campanhas régias.

Concretamente no que concerne à guerra contra os muçulmanos, temos também conhecimento da sua preocupação por uma carta do arcebispo Anselmo de Cantuária (1093-1109), não copiada na *HC*, em que este respondia ao apelo do compostelano para que se enviassem soldados para o combate contra aqueles inimigos. O arcebispo explicou, porém, que naquele momento a Inglaterra não estava em condições de ajudar nesse sentido⁷⁵⁸. Atentemos em como durante os primeiros anos do governo de Gelmírez, que coincidem com a segunda metade do de Anselmo, a Hispânia recebeu as já referidas cartas de Pascoal II a proibirem a saída de cruzados hispanos com destino a Jerusalém, e do mesmo período data a grande derrota sofrida pelos cristãos em Uclés, em 1108, também mencionada na crónica. De facto, a reunificação política do al-Andalus sob a dinastia almorávida na segunda metade do século XI, que colocou um fim à dispersão dos primeiros reinos de taifas, ofereceu dificuldades aos cristãos no final desse século e nos primeiros anos do seguinte⁷⁵⁹.

Por outro lado, há quem se tenha pronunciado sobre o desinteresse do prelado compostelano na guerra que decorria na região de fronteira, uma vez que a Galiza estava

– “Anatema y guerra santa: apuntes en torno a la recepción medieval de la narrativa bíblica de *bellum sacrum*”, 2021.

⁷⁵⁷ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140) ...*, 2016, p. 11-17. Da mesma opinião é Francisco García Fitz (GARCÍA FITZ, Francisco – “La Reconquista: un estado de la cuestión”, 2009, p. 196-197).

⁷⁵⁸ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140) ...*, 2016, p. 106-107.

⁷⁵⁹ Vários investigadores olham igualmente o século XII como uma época de indeterminação e de um aparente equilíbrio de forças (por exemplo, LÓPEZ ALEJÁNDREZ, Gema – “La Península Ibérica en el siglo XII: hacia una nueva relación de fuerzas”, 2012).

demasiado longe dela⁷⁶⁰. Mas a *HC* fornece-nos várias informações da guerra que se travava contra o Islão, que decorria sob diversas formas e em diversos cenários. Sistematizaremos essas notícias para se compreender qual era o interesse de os redatores as incluírem na crónica, atribuindo especial atenção ao modo como os muçulmanos são caracterizados e à forma como os cronistas conceberam o espaço peninsular no contexto deste confronto⁷⁶¹.

Antes de apresentar essas passagens, é fundamental que se façam algumas considerações prévias sobre três conceitos adstritos à territorialidade, diretamente ligados ao estudo da Idade Média peninsular e relacionados entre si – referimo-nos à “Reconquista”, ao (re)povoamento e à conceção medieval de fronteira, noções longamente discutidas em inúmeras publicações, sobretudo espanholas. A produção historiográfica relevante sobre estes temas já tem sido elencada por vários investigadores, para cujos trabalhos se remeterá sempre que for oportuno.

3.1.1. “Reconquista”, (re)povoamento e fronteira na Idade Média peninsular

Enquanto a palavra “fronteira” surgiu na Idade Média, ainda que com um sentido primordial diferente do que aquele que lhe damos hoje, o termo “Reconquista” é uma criação do final do século XVIII e a sua aplicação foi frequente nos dois séculos seguintes, primeiro fruto da emergência da ideia de Estado-Nação e das invasões napoleónicas, e

⁷⁶⁰ JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”, 2001, p. 42-43. A interação de Gelmírez com os piratas almorávidas e a relação entre os ideais de Cruzada e de “Reconquista” levam Ermelindo Portela a não concordar com essa perspetiva (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)...*, 2016, p. 117).

⁷⁶¹ Charles Bishko fez um elenco dos acontecimentos mais importantes da “Reconquista”, em todas as suas frentes, até ao final da Idade Média (para a época contemporânea da *HC* veja-se BISHKO, Charles Julian – “The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095-1492”, 1980, p. 396-411). Segundo este autor, a partir dos últimos anos do século XI sobrevêm três fatores decisivos para o curso da guerra com o Islão na Península Ibérica, coincidentes com o período em que Gelmírez esteve no poder: o crescimento acelerado dos povos ibéricos cristãos, que levou à procura de novas terras e de poder; em segundo lugar, o conflito dos reinos cristãos com três sucessivos impérios do norte de África (os almorávidas, os almóadas e, mais tarde, os merínidas); em terceiro lugar, o movimento de Cruzada lançado a partir de 1095. Na mesma linha de pensamento, Ermelindo Portela considera que o movimento da “Reconquista” acompanhou o movimento geral da expansão europeia durante os séculos centrais da Idade Média, do qual as Cruzadas constituíram outro exemplo (PORTELA SILVA, Ermelindo – “Del Duero al Tajo”, 1985, p. 85). Por seu lado, Manuel González Jiménez observou como a partir de finais do século XI a ideia de “Reconquista” se viu influenciada pela difusão da ideia de Cruzada, embora aquela não se possa considerar como uma simples manifestação hispânica da Cruzada (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos”, 2003, p. 167). Acerca da vertente militar da “Reconquista” – entre outros aspetos, as estratégias empregues nas batalhas, o financiamento da guerra e a gestão dos recursos com finalidades bélicas – leia-se GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam...*, 2005.

depois devido ao seu aproveitamento pelo Franquismo enquanto aspirante à unidade nacional espanhola. Procurou-se então o forjar de uma identidade espanhola una na ideia da luta medieval pela recuperação de um território *de iure* cristão face ao invasor islâmico. Desenrolaram-se, porém, extensos debates académicos que refletiram sobre a origem do vocábulo, a sua ligação ao discurso de textos medievais e os seus usos políticos e ideológicos em períodos históricos mais ou menos recentes⁷⁶². Se ainda podemos encontrar um cunho nacionalista no pensamento de Ramón Menéndez Pidal e de Claudio Sánchez-Albornoz⁷⁶³, apesar do seu claro distanciamento do Franquismo, alguns historiadores posteriores questionaram o uso da palavra “Reconquista” para evocar uma realidade medieval, por tal não existir na Idade Média⁷⁶⁴. Outros entenderam ser suficiente a presença de ideias aproximadas ao sentido desse vocábulo em textos medievais hispânicos – como a de “restauração”, que podemos encontrar no termo “restitutio” da *HC* – para considerar que o seu uso na atualidade, para nomear a intenção de recuperar um território pelos cristãos, não é desadequado⁷⁶⁵.

⁷⁶² Para uma história da utilização deste conceito consultem-se as diversas publicações de Martín Ríos Saloma, por exemplo “La Reconquista: génesis de un mito historiográfico”, 2008; *La Reconquista. Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)*, 2011; “Usos políticos e historiográficos del concepto de Reconquista”, 2011, bem como GARCÍA-SANJUÁN, Alejandro – “Rejecting al-Andalus, exalting the Reconquista: historical memory in contemporary Spain”, 2018 e ORDÓÑEZ CUEVAS, Andrea María – “La Reconquista: construcción de un mito identitario...”, 2020. Leiam-se ainda os estudos citados de seguida, onde se encontram alguns estados da arte sobre o tema e outras questões com ele relacionadas, como o povoamento, a fronteira e a Cruzada: GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “Introducción: espacio, sociedad y organización medievales en nuestra tradición historiográfica”, 1985; GARCÍA FITZ, Francisco – “La Reconquista: un estado de la cuestión”, 2009; LADERO QUESADA, Miguel – “Reconquista y definiciones de frontera”, 1998; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Reconquista, Cruzada y Órdenes Militares”, 2007; BRONISH, Alexander Pierre – *Reconquista y guerra santa...*, 2006.

⁷⁶³ Em especial *Los españoles en la Historia*, de Ramón Menéndez Pidal, publicado pela primeira vez em 1947, e *España: Un enigma histórico*, de Claudio Sánchez-Albornoz, de 1956. Da mesma geração, mas ainda incontornável no que respeita à conceção da Espanha medieval e da “Reconquista”, deve citar-se *El concepto de España en la Edad Media*, de Antonio Maravall, editado primeiramente em 1954, ano em que o mesmo autor publicou também o artigo intitulado “La idea de reconquista en España durante la Edad Media”.

⁷⁶⁴ Além dos trabalhos de Martín Ríos Saloma acima referidos, entre outros do mesmo investigador, leia-se também DESWARTE, Thomas – *De la destruction à la restauration...*, 2003; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “¿Reconquista o reconquistas? La legitimación de la guerra santa peninsular”, 2020. Alguns autores consideraram mais correto pensar em “conquista” como alternativa a “Reconquista” (BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, 1978, p. 234. Sobre as ideias que expressaram sobre o conceito leia-se *Ibidem*, p. 231-278). Do lado português, ainda que tivesse menos força, a ideia clássica da “Reconquista” difundida no século XX foi contestada, por exemplo, por José Mattoso (MATTOSO, José – “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, 1997, p. 393-395).

⁷⁶⁵ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “¿Es todavía España un ‘enigma histórico’?...”, 1998; GARCÍA FITZ, Francisco – “La Reconquista: un estado de la cuestión”, 2009; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos”, 2003, que resumiu o problema do seguinte modo: “a una ideología se le pide no que sea verdadera o falsa, sino que sea operativa. (...) lo que

Com efeito, o neogoticismo difundido por algumas obras cronísticas medievais, primeiramente as redigidas no reino asturiano a partir dos finais do século IX, e, mais tarde, as que nasceram nos reinos leonês e castelhano nos séculos XII e XIII, demonstrava uma ligação entre os monarcas visigodos e os asturianos e leoneses tendo em vista a legitimação do poder régio e da guerra levada a cabo contra o Islão, entendida enquanto luta pela recuperação do território perdido e pela restauração das instituições, nomeadamente as eclesiásticas⁷⁶⁶. Diego Gelmírez e os seus contemporâneos viveram uma conjuntura em que o antagonismo entre ambos os lados se intensificou, após a chegada dos almorávidas à Hispânia, o que contribuiu para o reaparecimento da ideologia neogótica. No que respeita aos textos produzidos em Santiago de Compostela no século XII, podemos considerar algumas das suas reflexões como transmissoras da ideia de “Reconquista”, embora não propriamente das ideias neogóticas a ela associadas, no sentido em que essa linha de pensamento excluía Compostela e o seu apóstolo de qualquer hegemonia sobre a Hispânia, destacando, ao invés, o lugar de Toledo, tal como explicou Carlos de Ayala Martínez. Acerca da posição do prelado compostelano neste âmbito, o investigador esclareceu como o *Codex Calixtinus* (na sua *Historia Turpini* ou *Pseudo-Turpin*) expressa uma conceção de “Reconquista” relacionada com Carlos Magno, libertador da Península Ibérica do jugo muçulmano e simultaneamente peregrino jacobeu, e com uma Hispânia, portanto, subordinada ao apóstolo S. Tiago e, por extensão, ao bispo de Compostela. Por seu lado, a *Historia Compostellana* relata, como já vimos, a pregação de uma Cruzada hispânica por Diego Gelmírez no concílio realizado em Compostela, em 1125, onde o arcebispo se arrogou do direito de o fazer para o conjunto da Península

hoy entendemos por *reconquista* desborda con mucho el significado y las implicaciones que solían atribuir a este concepto los historiadores de décadas pasadas” (*Ibidem*, p. 169).

⁷⁶⁶ Sobre o discurso de legitimação do poder dos reis hispanos veiculado pela cronística ibérica, concretamente aquele influenciado pelas ideias neogóticas, consulte-se MENEGHELLO MATTE, Raimundo – “Una aproximación al linaje y la guerra...”, 2013; RUCQUOI, Adeline – “Les Wisigoths fondement de la «nation Espagne»”, 1992; LE MORVAN, Gaël – “Reinos e imperio: la *Historia legionensis* (llamada *silensis*) y la reivindicación leonesa de la herencia visigótica”, 2012; HENRIET, Patrick – “L’espace et le temps hispaniques vus et construits par les clercs (IX^e-XIII^e siècle)”, 2003, p. 98-100; HILLGARTH, J. N. – “Los visigodos en la historia y en la leyenda en el Reino de León”, 2007. No caso aragonês, a estratégia de legitimação da guerra contra o Islão não passava tanto pela invocação do passado godo, mas antes pela promoção das relações com a Santa Sé, processo que se expressava através da arte (GARCÍA GARCÍA, Francisco de Asís – “Dogma, ritual y contienda: arte y frontera en el Reino de Aragón a finales del siglo XI”, 2012).

Ibérica ou, pelo menos, do reino de Leão e Castela⁷⁶⁷. Acrescentemos o excerto já analisado em que a “restitutio” do espaço peninsular se relaciona intimamente com o desabrochar do culto jacobeu na Galiza, território onde se iniciara a adesão à fé católica no tempo do rei suevo Miro.

Convencionou-se empregar a palavra “Reconquista” com o significado de expansão territorial dos reinos cristãos peninsulares contra o Islão, não apenas enquanto mero processo militar, mas implicando também a integração dos territórios conquistados e das respetivas comunidades nas várias monarquias a diferentes níveis, nomeadamente através do povoamento e da restauração das instituições eclesiásticas⁷⁶⁸. É com esta aceção que utilizaremos a palavra nesta investigação, realçando, contudo, o seu valor contemporâneo com o uso das aspas, e tendo presente que ainda hoje se discute a sua aplicação⁷⁶⁹. Deve também ter-se em conta que embora existissem motivações religiosas, sobretudo nos períodos em que a luta assumia um maior radicalismo, o principal motor da “Reconquista” era de carácter político-territorial, além de que não se podem excluir os fatores sociais e económicos⁷⁷⁰.

Enquanto parte integrante do desenvolvimento da “Reconquista”, o povoamento é um conceito igualmente discutido na historiografia, sobretudo desde que se começou a colocar em causa a célebre teoria do “Ermamento” – o completo despovoamento da zona de fronteira ao longo do vale do Douro entre cristãos e muçulmanos –, desenvolvida principalmente por Claudio Sánchez-Albornoz⁷⁷¹. Embora ultrapassado o entendimento

⁷⁶⁷ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “¿Reconquista o reconquistas? La legitimación de la guerra santa peninsular”, 2020, p. 13-14.

⁷⁶⁸ GARCÍA FITZ, Francisco – “La Reconquista: un estado de la cuestión”, 2009, p. 152-161.

⁷⁶⁹ Algumas publicações recentes revelam como a historiografia continua a debater o emprego do termo “Reconquista”, bem como o seu conteúdo, como aquelas que se reuniram em AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; PALACIOS ONTALVA, Santiago (coord.) – *La Reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa Peninsular*, 2019.

⁷⁷⁰ Na ótica de Richard Fletcher, a “Reconquista” é acima de tudo um movimento de conquista impulsionado por fatores como a pressão demográfica, as mudanças climáticas, o desenvolvimento da tecnologia militar e a necessidade de adquirir gado (FLETCHER, Richard A. – “Reconquest and crusade in Spain c. 1050-1150”, 1987, p. 46-47).

⁷⁷¹ *Despoblación y repoblación del valle del Duero*, 1966. Acerca da discussão em torno desta tese ao longo dos anos leia-se AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga...*, 2007, p. 48-55. Charles Bishko (“The Castilian plainsman...”, 1980, p. 47) salientou alguns autores, além de Claudio Sánchez-Albornoz, que viram a “Reconquista” como um movimento de repovoamento de territórios vazios, além da sua vertente política e militar, tanto na região castelhana-leonesa como na aragonesa, como José María Lacarra (LACARRA, José María – “La reconquista y repoblación del valle del Ebro”, 1951) e Julio González (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – “Repoblación de la ‘Extremadura’ leonesa”, 1943). Ángel Barrios García procurou demonstrar, através do estudo da toponímia, como muitas povoações existiam antes do final do século XI a sul do Douro (BARRIOS

do vale do Douro como uma região absolutamente desabitada, não é afastada a ideia de que o povoamento era aí mais escasso⁷⁷². Há que esclarecer também que as regiões atravessadas por este rio são distintas, nomeadamente a zona do Entre Douro e Minho. De qualquer modo, os trabalhos sobre este tema – dos quais destacamos os que foram desenvolvidos por José Ángel García de Cortázar –, não todos exclusivamente centrados na região do Douro, mas alguns também dedicados à zona do Ebro, pensam o (re)povoamento no sentido da organização social do espaço recentemente conquistado, da sua ocupação e exploração agrícola, da adaptação dos novos habitantes vindos das regiões nortenhas, da ordenação eclesiástica, da definição das normas administrativas dos centros urbanos (instituídas pelos *fueros*) e da constituição de uma sociedade de fronteira típica das regiões recém-adquiridas⁷⁷³.

Para olhar esses diferentes vetores relacionados com o espaço fronteiriço há que entender também em que consiste o conceito de “fronteira”, que começa precisamente a construir-se na Idade Média, em contexto peninsular. Pode remontar-se ao século XIX, marcado por um acérrimo interesse pelos nacionalismos, o espoletar do estudo das

GARCÍA, Ángel – “Toponomástica e historia. Notas sobre la despoblación en la zona meridional del Duero”, 1982).

⁷⁷² PORTELA SILVA, Ermelindo – “Del Duero al Tajo”, 1985, p. 96.

⁷⁷³ BISHKO, Charles Julian – “The Castilian as plainsman...”, 1980; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Frontier and settlement in the kingdom of Castile (1085-1350)”, 1989; GACTO FERNÁNDEZ, María Trinidad – *Estructura de la población de la Extremadura leonesa en los siglos XII y XIII*, 1977; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Del Duero al Tajo”, 1985; GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”, 1993; *Idem* – “Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII”, 1999; LEDESMA, María Luisa – “La sociedad de frontera en Aragón (Siglos XII y XIII)”, 1993; SÉNAC, Philippe – “Du hisn musulman au «castrum» chrétien...”, 1998; MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Tolède, fin XI^e-début XII^e siècle...”, 1998; LALIENA CORBERA, Carlos – “Expansión territorial, ruptura social y desarrollo de la sociedad feudal en el Valle del Ebro, 1080-1120”, 1998; *Idem* – “Frontera y conquista feudal en el valle del Ebro desde una perspectiva local...”, 2005; DíEZ HERRERA, Carmen – “La organización social del espacio entre la cordillera Cantábrica y el Duero...”, 1999; MONSALVO ANTÓN, José María – “Frontera pionera, monarquía en expansión y formación de los concejos de villa y tierra...”, 2003; SÁNCHEZ BADIOLA, Juan José – “La administración territorial en el oriente leonés...”, 2003; UTRILLA UTRILLA, Juan Fernando – “La sociedad de frontera en el Aragón Meridional en los siglos XII y XIII...”, 2012; LACARRA, José María – “Les villes-frontière dans l’Espagne des XI^e et XII^e siècles”, 1963; RUIZ DE LA PEÑA, J. Ignacio – “Ciudades y sociedades urbanas en la frontera castellano-leonesa (1085-1250, circa)”, 1993; MARTÍN MARTÍN, José Luis – “Repoblación de la Transierra (s. XII y XIII)”, 1979; BARRIOS GARCÍA, Ángel – *Estructuras agrarias y de poder en Castilla...*, 1983; VILLAR GARCÍA, Luis Miguel – *La Extremadura castellano-leonesa...*, 1986; PASTOR DE TOGNERI, Reyna – *Del Islam al Cristianismo...*, 1985 (1^a edição: 1975). Este último é um ensaio dedicado à transformação da formação económico-social do al-Andalus naquela trazida pela expansão cristã, concretamente no caso de Toledo, onde, segundo a autora, pela primeira vez se fez sentir o choque entre os dois modelos. Leia-se também ECHEVARRÍA, Ana – “La transformación del espacio islámico (siglos XI-XIII)”, 2003, sobretudo acerca das várias formas de cristianização do espaço em Castela, como a transformação das mesquitas em igrejas.

fronteiras na Europa, particularmente da sua génese no período medieval. Nos primeiros anos do século XX, a publicação do agora clássico estudo de Lucien Febvre (“Frontière: le mot et la notion”) representa o primeiro contributo relevante para a análise do conceito⁷⁷⁴. Atualmente, o número de trabalhos sobre a ideia de “fronteira”, sob variadas perspetivas e concretamente para a Idade Média peninsular, é já significativo, e pode dividir-se a abordagem historiográfica ao tema em duas perspetivas: por um lado, o estudo das diversas fronteiras peninsulares, as suas diferentes dimensões e a sua evolução durante a época medieval, e muitos autores focaram-se, neste sentido, no caso da fronteira entre a Cristandade e o Islão⁷⁷⁵. Por outro lado, a análise do vocábulo propriamente dito, no mesmo contexto medieval peninsular, o que envolve estudar a sua origem nas fontes escritas, os contextos em que é utilizado e com que sentidos foi empregue, aliando a perspetiva histórica à filológica. Neste último aspeto, ressalta o trabalho de Philippe Sénac, que publicou diferentes estudos sobre a noção de “fronteira” no reino de Aragão⁷⁷⁶.

Como nos informa este autor, o vocábulo surge pela primeira vez nesse reino em meados do século XI. A palavra, proveniente do latim “frons, frontis” (“frente”), aparece no testamento do rei Ramiro I (1035-1063), datado de 1059, onde representa uma fronteira com os muçulmanos. Até este momento eram utilizados nas fontes latinas vários termos com significados próximos, mas cada um com um sentido particular, como “limes” (linha divisória entre terras), “fines” (terras que se situavam no extremo de um

⁷⁷⁴ “Frontière: le mot et la notion”, 1982. Publicado pela primeira vez em 1928, o trabalho centra-se, sobretudo, no território francês e respeita aos séculos finais da Idade Média e à época Moderna, mas diversas investigações sobre a “fronteira” em cronologias anteriores e em geografias diferentes, nomeadamente acerca da Península Ibérica, foram devedoras desse estudo ou tiveram-no como referência.

⁷⁷⁵ Há que ter em conta a existência de várias fronteiras no Ocidente medieval e, designadamente, na Hispânia – eclesiásticas, económicas, culturais, etc. Além de alguns dos estudos citados neste capítulo, que se pronunciam sobre várias questões relacionadas com o avanço da fronteira cristã, leia-se SABATÉ, Flocel – “Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII)”, 2007 e BAZZANA, André – “El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media”, 1997.

⁷⁷⁶ Das publicações de Philippe Sénac refira-se, por exemplo, “La frontera aragonesa en los siglos XI y XII. Pro defensionem christianorum et confusionem sarracenorum” (2009), que tomou como base documentação aragonesa dos séculos XI e XII, nomeadamente proveniente da chancelaria régia. Trata-se de um elucidativo estudo sobre os significados que a palavra “fronteira” poderia assumir e o contexto histórico em que o conceito se desenvolveu. Juan Antonio Barrio Barrio, muito embora se dedique em particular ao reino de Valência entre os séculos XIII e XIV, centra-se neste conceito na Idade Média peninsular em grande parte do seu artigo, recorrendo não só a documentação, mas também a textos cronísticos (BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media...”, 2011-2013). Já Michel Zimmermann analisa o conceito de “marca hispânica” em vários documentos e crónicas medievais, por exemplo francas, e a sua evolução ao longo do tempo (ZIMMERMANN, Michel – “Le concept de *Marca hispánica* et l’importance de la frontière dans la formation de la Catalogne”, 1991 e *Idem* – “Le rôle de la frontière dans la formation de la Catalogne (IX-XII^{ème} siècle)”, 1993).

domínio, uma herança do Império Romano) e ainda “extrematura”, para designar em particular o espaço além do qual se situava o território ocupado pelos muçulmanos, palavra que perdurava na época da criação da *HC*⁷⁷⁷. “Fronteira” é usado concretamente em momentos em que o confronto entre ambos os flancos se intensifica, conquanto a historiografia tenha defendido que o espaço de fronteira, num sentido medieval amplo, deve ser entendido não apenas como envolto no ambiente militar e de hostilidade face ao inimigo, mas também como uma região em que se estabelecia convivência⁷⁷⁸.

De acordo com a investigação de Philippe Sénac, a palavra não é utilizada em Aragão relativamente a outros territórios cristãos vizinhos, embora Juan Barrio Barrio tenha encontrado alguns exemplos, a partir do século XIV, em que estabelece uma demarcação entre cristãos⁷⁷⁹. O mesmo autor encontrou uma primeira referência ao vocábulo latino – *frontaria* – num documento galego de 941, num contexto relativo a limites de propriedades agrárias, alusão anterior, portanto, ao testamento de Ramiro I⁷⁸⁰. Juan Barrio Barrio chama a atenção para a origem da palavra, que se forma sob três variantes: a sua forma em língua romance – “frontera” –, a sua forma latina – *frontaria* – e a sua forma árabe – *al-farantira*. Este último termo começa a ser utilizado no século XIII; até este período, os islâmicos consideravam três zonas fronteiriças na Península Ibérica – a zona portuguesa, mais ocidental (*al-Ṭagr al-garbī*), a central ou castelhana (*al-Ṭagr alawsatī*) e a oriental (*al-Ṭagr al-šarqī*)⁷⁸¹. Portanto, tanto cristãos como muçulmanos começaram a entender o espaço peninsular de um modo diferente e a conceber as suas zonas fronteiriças de uma nova maneira, passando a aplicar este novo conceito.

⁷⁷⁷ SÉNAC, Philippe – “La frontera aragonesa en los siglos XI y XII...”, 2009, p. 153-155; BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media...”, 2011-2013, p. 43.

⁷⁷⁸ BAZZANA, André – “El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media”, 1997, p. 46; BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre; SÉNAC, Philippe – “La Frontière dans l’Espagne Médiévale”, 1992.

⁷⁷⁹ Trata-se da Gobernación de Orihuela, no reino de Valência (BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media...”, 2011-2013, p. 54-57).

⁷⁸⁰ Em documentação leonesa, a primeira menção a “*frontaria*” encontrada data de 1209 e refere-se ao limite de um reino. Em Castela, o termo “frontera” surge já a propósito do avanço dos cristãos no território da Andaluzia (BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media...”, 2011-2013, p. 48-51; *Idem* – “Origen, evolución y significado del término ‘frontaria’ en Península ibérica”, 2011).

⁷⁸¹ BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media...”, 2011-2013, p. 47. Ainda sobre a ideia de “fronteira” na Península Ibérica na perspectiva muçulmana veja-se CHALMETA, Pedro – “El concepto de Ṭagr”, 1991; BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre – “L frontière du *Sarq al-Andalus*”, 1991; SÉNAC, Philippe – *La frontière et les hommes (VIII^e-XII^e siècle)...*, 2000, p. 109-114.

No essencial, o termo “fronteira”, quando remete para a região de combate que separava o Islão da Cristandade, acompanha a própria história peninsular medieval, não evocando uma linha estável e desenhada por fortificações, ainda que os castelos fossem construídos, naturalmente, nas regiões fronteiriças. É antes um vocábulo que designa, nos séculos centrais da Idade Média, uma zona sempre irregular e fluída, ao mesmo tempo que a intensificação do confronto nesse período, designadamente na região do Tejo, contribuiu para a formação mais acentuada da ideia de “limite”. De qualquer modo, a fronteira do reino de Granada tornou-se efetivamente uma linha divisória precisa e fortificada, que separava o reduto muçulmano ibérico do resto da Península cristã⁷⁸².

Quanto ao estudo da conceção de “fronteira” em fontes narrativas medievais, destacamos o trabalho antigo, mas essencial, de Jean Gautier Dalché. Centrando-se na *Chronica Adefonsi Imperatoris*, de meados do século XII, examina diversas passagens dedicadas à luta de Afonso VII contra os almorávidas, e ainda que tal palavra não apareça na obra, assim como não parece estar presente nas restantes produções literárias contemporâneas, existem termos, como “extremitas” e “extremum”, que apontam para uma região fronteiriça claramente definida⁷⁸³. Relativamente à *Historia Compostellana*, uma publicação da autoria de María Pallares Méndez e Ermelindo Portela discute as diferentes fronteiras que os seus cronistas incluíram na narrativa, uma das quais é a grande divisão entre cristãos e muçulmanos. No relato compostelano, esta é a fronteira que é caracterizada mais vincadamente, no sentido da marcação de diferenças entre dois grupos, tanto morais como físicas, ainda que se trate de uma zona inconstante⁷⁸⁴, como as próximas considerações demonstrarão.

3.1.2. O território castelhano-leonês

As referências ao confronto que se desenrolava no extenso e móvel território fronteiriço entre o reino de Leão e Castela e o al-Andalus podem dividir-se, quanto à cronologia dos episódios, em dois grupos: alguns têm datas anteriores à subida de

⁷⁸² GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Islam et Chrétienté en Espagne au XIIe siècle...”, 1959, p. 183. A perspectiva de Flocel Sabaté é um pouco diferente, porquanto considera que a região de fronteira dá lugar a uma linha entre as duas civilizações no início do século XI (SABATÉ, Flocel – “Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII)”, 2007, p. 75).

⁷⁸³ GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Islam et Chrétienté en Espagne au XIIe siècle...”, 1959.

⁷⁸⁴ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 65-68.

Gelmírez ao cargo episcopal e o seu espaço de ação é o território mais ocidental do reino, ainda asturiano ou leonês no caso das cronologias mais recuadas. No período contemporâneo da redação da *HC* e do governo do prelado, a narrativa desvia a atenção para lugares do centro e do leste do reino, onde se destacam quatro topónimos – Toledo (embora também se recorde a conquista do reino toledano, em 1085), Mérida, Alcalá de Henares e o castelo de Berlanga –, ora a propósito da guerra que efetivamente acontecia, ora devido à que se pretendia fazer do lado cristão.

A menção ao episódio mais antigo aparece numa carta de Pascoal II enviada a Gelmírez, em 1103, a propósito do conflito que este mantinha com o bispo de Mondonhedo sobre os arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Seaya, Labacengos e Arros⁷⁸⁵. O papa recebeu mensageiros desta Igreja, segundo os quais a sua diocese possuía pacificamente parte daqueles arciprestados durante quarenta anos, depois de a terra que os envolvia ter sido subtraída ao poder dos sarracenos⁷⁸⁶. Não sabemos o que significaria para os contemporâneos dos contendentes a expressão “terra illa”; provavelmente tratar-se-ia de uma menção ao território a norte do Douro, nunca verdadeiramente ocupado pelo Islão, embora totalmente recuperado política e militarmente pelos cristãos já no século IX. O que se retém da carta papal, porém, é a conceção do período em que esse território havia passado para domínio cristão como referência temporal para determinar o direito histórico da sé de Mondonhedo à posse daquelas circunscrições eclesiásticas.

Do final do século X, Munio Afonso recorda o famoso ataque perpetrado por Almançor a Santiago de Compostela no tempo do bispo de Iria Pedro de Mezonzo e do rei Bermudo II de Leão (984-999). Este episódio foi inserido num conjunto de pequenos relatos sobre os bispos irienses que antecederam Diego Gelmírez enquanto acontecimento marcante do bispado de Pedro e também do reinado de Bermudo II, tendo em conta a grande destruição que os sarracenos causaram na igreja compostelana, com a exceção do altar. O caudilho muçulmano da época do Califado de Córdoba levou a cabo dezenas de

⁷⁸⁵ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)...*, 2016, p. 48-49 e FLETCHER, Richard A. – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*, 1978, p. 191-193.

⁷⁸⁶ “Venientes uero ad nos nuper Minduniensis ecclesie clerici dixerunt per annos XL, postquam terra illa de manibus Sarracenorum erepta est, prefatam ecclesiam quiete archipresbiteratus illos possedissee.” (*HC*, I, 34.6). JL 5950 (Latrão, 15 de outubro de 1103) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XCVIII, col. 117.

campanhas militares contra território cristão, sendo aquela contra Compostela, ocorrida em 997, uma das mais famosas⁷⁸⁷.

Na *HC* lemos que o seu exército foi trazido por alguns senhores da terra, dos quais se identifica Rodrigo Velázquez, pai do bispo Pelayo I, antecessor de Pedro⁷⁸⁸. No subcapítulo anterior, conta-se como Bermudo II afastou Pelayo da cátedra pelo seu comportamento pouco digno do ofício que detinha⁷⁸⁹, e somos levados a inferir que existia uma relação de causa-efeito entre os dois acontecimentos no entender de Munio Afonso. Contudo, a associação de Rodrigo a Almanzor não é correta, pois o conde galego morreu em 977, vários anos antes do ataque muçulmano e mesmo antes de Bermudo II subir ao trono. Poderia ser um lapso do cronista ou foi uma associação intencional? Sabe-se que o partido da família de Pelayo apoiava a candidatura de Ramiro III contra a de Bermudo, e efetivamente existem sinais da adesão de um grupo de cristãos às tropas do muçulmano, que teria como objetivo uma sublevação contra este monarca leonês⁷⁹⁰, mas cujos propósitos políticos seriam mais fortes do que uma simples vingança pelo afastamento de Pelayo da diocese iriense. O redator compostelano parece ter aproveitado a oposição da família deste bispo ao rei para a ligar à ameaça exterior de Almanzor contra o reino de Leão, transformando ambas num único problema que tinha como centro a cidade de Compostela, onde de facto a destruição foi notória, e retratando o reinado de Bermudo II, de modo algo subliminar, como instável⁷⁹¹. Neste sentido, note-se como este

⁷⁸⁷ Mais de 50 expedições militares foram dirigidas por Almanzor num período de 25 anos, várias delas contra destacadas cidades cristãs (MOLINA, Luis – “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”, 1981; RUIZ ASECIO, J. M. – “Campañas de Almanzor contra el reino de León (981-986)”, 1968). Sobre as suas campanhas em território “português” consulte-se SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – In finibus Gallecie. *A Reconquista no actual território português...*, 2016, p. 136-142 e AZEVEDO, Rui Pinto de – “A expedição de Almanzor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016”, 1974.

⁷⁸⁸ “Interea Rudericus Velasqui et pater prefati episcopi cum ceteris consulibus huius terre Sarracenos cum duce eorum Almezor in partes istas duxit. Qui Compostellam uenientes maiorem partem parietum beati Iacobi ecclesie preter eius sanctissimum altare penitus destruxerunt.” (*HC*, I, 2.8).

⁷⁸⁹ A justificação para o afastamento de Pelayo é discutida (MARTÍN, José-Luis – “Pelayo Rodríguez, obispo de Santiago (977–985)”, 1965).

⁷⁹⁰ Sobre a relação entre a família de Rodrigo Velázquez e Bermudo II consulte-se MARTÍN, José-Luis – “Pelayo Rodríguez, obispo de Santiago (977–985)”, 1965, p. 471. Este autor não questiona o problema da data da morte de Rodrigo, relatando simplesmente a versão da *HC* (*Ibidem*, p. 468, nota 8).

⁷⁹¹ PEINADO, Narciso – “La expedición de Almanzor a Santiago de Compostela en 997”, 1952, p. 288-290, onde são referidos alguns condes leoneses que se aliaram ao muçulmano. Apesar de não os identificar, José Alexandre Sousa guia-se por uma fonte muçulmana onde se narra como as forças de uns e de outros se congregaram em Viseu e que o castelo de Lamego foi tomado, talvez sugerindo uma divisão da aristocracia desse território relativamente às alianças com forças islâmicas (SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – In finibus Gallecie. *A Reconquista no actual território português...*, 2016, p. 140).

testemunho de uma aliança entre elites cristãs do território ocidental leonês e forças externas, independentemente da sua total veracidade, é similar a outros referidos na narrativa⁷⁹².

Interessa igualmente seguir o relato de Munio Afonso no que respeita aos atos violentos cometidos pelo muçulmano, que não ficaram impunes, pois como consequência dessa violência os seus soldados foram assolados pela disenteria, que matou muitos deles. Além disso, quando Almançor soube quem era o apóstolo S. Tiago, fugiu arrependido e acabou por morrer em Medinaceli, à época em território muçulmano, na sequência de uma doença e enquanto fugia⁷⁹³. Sabemos, na verdade, que morreu em 1002, cinco anos depois da destruição de Compostela, mas é importante atentar na relação que o cronista faz entre a ação do exército islâmico e a doença de que sofre e, depois, entre o reconhecimento do apóstolo por Almançor e o arrependimento, a fuga, a doença e a morte deste líder militar. O autor compostelano transformou assim a desgraça que sobreveio sobre Compostela e a patente inferioridade militar cristã numa superiorização do apóstolo S. Tiago e da sua cidade frente a um poderoso inimigo, sobretudo um que tanto tinha marcado os cristãos hispanos pela sua crueldade⁷⁹⁴.

Já no tempo de Diego Gelmírez, embora ainda antes de este ser bispo, dá-se um confronto entre tropas cristãs e muçulmanas, segundo o texto nos arredores de Lisboa (“prope Olisbonam”), nos finais de 1094 ou inícios de 1095⁷⁹⁵. O futuro prelado acompanhou o conde da Galiza, Raimundo, enquanto seu chanceler e notário até à região de fronteira. Este relato muito provavelmente corresponde à expedição que Raimundo lançou em resposta à conquista almorávida de Lisboa, em 1094. Este acontecimento é relevante na crónica, pois Gelmírez assistiu à dura derrota dos cristãos e esteve ele próprio em perigo – Geraldo escreveu que os sarracenos eram numerosos e muitos cristãos foram

⁷⁹² Veja-se o subcapítulo 2.3.

⁷⁹³ “(...) tante audacie penitudinem gerens fugam obstinate iniit et in fugiendo repentino languore percussus apud Metinacelim, ubi sepultus est, animam suam sinui Mafometh infeliciter commendauit.” (HC, I, 2.8). A fortaleza de Medinaceli foi tomada pelos cristãos em 1104 (REILLY, Bernard F. – *Las Españas medievales*, 1996, p. 135).

⁷⁹⁴ Outros relatos indicam como Almançor ofereceu proteção ao túmulo do apóstolo durante a incursão na cidade (PEINADO, Narciso – “La expedición de Almanzor a Santiago de Compostela en 997”, 1952, p. 292).

⁷⁹⁵ As opiniões sobre a cronologia do acontecimento divergem entre uma e a outra opção (por exemplo, GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam...*, 2005, p. 78; REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 119; AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, 2012, p. 115-116; *Historia Compostelana*, 1994, p. 391, nota 317).

mortos ou capturados. A sua sobrevivência foi incluída na narrativa sob a forma de um milagre jacobeu⁷⁹⁶, acompanhando outros *miracula* descritos por este cronista no mesmo capítulo, nos quais Gelmírez, encontrando-se em situações arriscadas, conseguiu sempre escapar com vida. Este em particular sublinha o seu favorecimento por Deus face à superioridade islâmica, do mesmo modo que esta superioridade no tempo de Almançor, um século antes, fora atenuada pelas consequências que se abateram sobre o exército muçulmano.

Sendo Gelmírez bispo, a narrativa não volta a focalizar confrontos diretos na zona de fronteira no extremo ocidental do reino – excetuando as alusões à pirataria –, talvez porque nesse período a “Reconquista” cabia aos condes portucalenses, deixando de constituir uma preocupação primordial do prelado. De facto, a última referência à guerra nessa área corresponde a uma época em que Raimundo ainda tinha poder sobre os territórios galego e portucalense⁷⁹⁷.

Deslocando a atenção para a outra extremidade do reino, encontramos o castelo de Berlanga (atual município de Berlanga do Douro, na província de Sória) ameaçado por muçulmanos em 1113, de acordo com a narrativa numa altura em que as forças de Urraca, que incluíam soldados galegos, se encontravam em Burgos, preparadas para combater os aragoneses que ocupavam o castelo da cidade. Após esta campanha, os galegos pretendiam regressar à sua terra, acompanhados por Diego Gelmírez, mas Urraca considerou imperativo que se deslocassem primeiro a Berlanga para responderem à ofensiva muçulmana⁷⁹⁸. Face à insistência das tropas em não obedecer à ordem régia, a monarca permitiu-lhes o regresso a casa, embora uma parte dos galegos, conduzidos por importantes condes (incluindo um irmão do bispo), se tivesse deslocado até ao castelo, sem que tivesse encontrado lá os almorávidas que esperava⁷⁹⁹. Este evento parece ter sido

⁷⁹⁶ “Cum igitur idem archiepiscopus ante episcopatum post primam uidelicet honoris beati Iacobi preposituram in procinctum cum comite R. et cum optimatibus Galletie ad extirpandam tenderet perfidiam gentilium, Sarraceni collectis undique uiribus Christicolarum castra prope Olisbonam circumdantes immensa obsederunt bellatorum multitudine.” (HC, II, 53.1).

⁷⁹⁷ Como analisou Ermelindo Portela a partir dos documentos redigidos por Diego Gelmírez enquanto notário do conde, o futuro prelado apresenta o poder de Raimundo como emanando diretamente de Deus e não do rei, manifestando, assim, o prolongamento da ideia de soberania que vinha desde o tempo de Garcia II como rei desse território, que integrava “Portucale” e Coimbra (PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez. Los años de preparación (1065-1100)”, 2007, p. 130-133).

⁷⁹⁸ Bernard Reilly identificou estes muçulmanos com os de Saragoça (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 93-94).

⁷⁹⁹ “Quod ubi regine conpertum est, ad castra uenit et eos obnixius a proposito recessus reducere temptabat. Volebat enim illos ad castellum Barlancam mittere, quod Mohabite obsederant. Omnes autem

selecionado por Geraldo não tanto pelo interesse que tinha informar sobre uma incursão islâmica em território cristão, mas mais para salientar a obstinação dos galegos em não continuarem a servir militarmente a rainha contra uma outra ameaça, após a campanha recente que tinham movido contra os aragoneses, e, simultaneamente, sublinhar a bravura de alguns membros desse exército galego ao aceitarem defender um território que, ainda que fizesse parte do reino leonês, não era a Galiza. De facto, esperar-se-ia que os castelhanos ou elementos da Estremadura (que, aliás, tinham também estado em Burgos) fossem em primeiro lugar acudir a Berlanga. No fundo, as palavras do cronista, tal como noutros momentos, sugerem o enfraquecimento da autoridade de Urraca⁸⁰⁰, cuja relação com os galegos e mesmo com Gelmírez é retratada na *HC* como inconstante, ao mesmo tempo que os galegos são caracterizados como mais fortes do que os castelhanos noutras passagens.

O acontecimento demonstra também como esta região do Douro oriental, mais próxima do al-Andalus, estava bastante exposta às razias almorávidas. Ao chegarem até Berlanga, os muçulmanos aproximavam-se de alguns centros cristãos importantes, como Osma (a 26 km) e Burgos (a 138 km). Com efeito, os primeiros anos do reinado de Urraca assistiram ao avanço almorávida, sobretudo no vale do Tejo, mas também mais a norte, em torno de Guadalajara e Madrid, e um dos momentos de maior insegurança viveu-se precisamente no ano de 1113. Para essa instabilidade certamente teria contribuído a guerra que decorria entre Urraca e Afonso I de Aragão⁸⁰¹. Este episódio demonstra isso

unanimiter domine sue precibus nolentes acquiescere propensius discedere properabant.” (*HC*, I, 90.1). “Comes autem Petrus cum quadam parte suorum militum comesque R. et M. Pelagides, necnon M. Gelmirides, episcopi beati Iacobi frater, cum quadam parte suorum fratrisque sui militum et alii quam plures Gallicie proceres Barlancham ad obsidionem Mohabitarum tetenderunt et non inuenientes eos ibi reuersi sunt.” (*HC*, I, 90.3).

⁸⁰⁰ Pelo contrário, Bernard Reilly não interpretou este episódio como um sinal da fraqueza de Urraca: “Having captured Burgos, the queen also felt strong enough to divert some of her forces to relieve the castle of Berlanga” (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 93-94).

⁸⁰¹ Esta conjuntura, que marcou o reinado de Urraca, levou a que a defesa da região de fronteira ficasse a cargo das milícias urbanas das cidades fronteiriças. Toledo, em particular, esteve repetidas vezes em perigo durante este período atribulado da política interna leonesa (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 162-167). Na perspetiva de Reyna Pastor, a frente com os almorávidas ficou mesmo abandonada durante este reinado, só sendo realmente retomada a ofensiva cristã com Afonso VII (PASTOR DE TOGNERI, Reyna – *Del Islam al Cristianismo...*, 1985, p. 92). Contudo, Bernard Reilly sublinha como também houve algumas conquistas enquanto Urraca era rainha, como Atiença e Sigüenza, não longe de Berlanga do Douro (REILLY, Bernard F. – *Las Españas medievales*, 1996, p. 148; *Idem* – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 177-179). Nos combates que se travaram contra o Islão nos vários reinos ibéricos, entre os séculos XI e XIII, as tropas organizadas nos concelhos, nomeadamente os da Estremadura castelhano-leonesa, tiveram um papel decisivo (POWERS,

mesmo, pois a ação decorre logo após um importante encontro bélico entre os dois monarcas e revela a necessidade de Urraca de apoio militar para um outro conflito que ameaçava igualmente a integridade territorial do seu reino.

A 140 km a sudoeste de Berlanga do Douro encontra-se Alcalá de Henares, tomada pelos cristãos em 1118⁸⁰². Temos conhecimento do evento através da reprodução de uma conversa entre Calisto II e o próprio cronista Geraldo, enviado à cúria itinerante do papa, que se encontrava em Saint-Gilles, em 1119. O legado pretendia solicitar a dignidade metropolítica para Compostela e o papa quis saber se o seu sobrinho, Afonso Raimundes, já tinha capturado aquela cidade⁸⁰³. Naturalmente havia um interesse do Papado no desenrolar da “cruzada hispânica”, sobretudo quando um dos envolvidos era o próprio sobrinho do pontífice. Contudo, aparentemente o protagonista desta campanha em particular fora Bernardo, arcebispo de Toledo, que dirigira uma força local contra o exército almorávida⁸⁰⁴. Na *HC*, o silêncio em torno do papel que o toledano tivera e a preferência pela alusão ao infante, que poderá ter estado presente no acontecimento, facilmente se compreende pela inimizade existente entre Gelmírez e Bernardo, sobretudo quando o primeiro estava prestes a subir na hierarquia eclesiástica peninsular e era necessário transmitir no discurso cronístico o interesse de Calisto II pela Hispânia, não pela via do arcebispo de Toledo, mas pelos mensageiros compostelanos, que neste caso representariam o contacto próximo de Gelmírez com o pequeno Afonso. Este diálogo inserido por Geraldo, verídico ou inventado, tem um valor acrescido quando no mesmo capítulo lemos que nessa altura chegara às mãos de Calisto II uma carta de Bernardo de Toledo, escrita em nome de Afonso Raimundes, onde se acusava Gelmírez de colocar em perigo a posição do filho da rainha como herdeiro do trono⁸⁰⁵. É necessário recordar que

James F. – *A society organized for war: the iberian municipal militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*, 1988).

⁸⁰² Na altura ainda Alcalá la Vieja, depois Alcalá de Henares a partir da prelazia de Rodrigo Jiménez de Rada (BOLOIX GALLARDO, Bárbara. – “La taifa de Toledo en el siglo XI...”, 2001, p. 37-38).

⁸⁰³ “De nepote autem suo, quoniam hunc propemodum diligebat, qualiter se haberet, an adhuc cepisset Alcala, quod olim obsederat et etiam ceperat, ei propensius perscrutanti sufficienter responsum est.” (*HC*, II, 10).

⁸⁰⁴ GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam...*, 2005, p. 80, nota 17; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 130. Teoricamente, Afonso Raimundes governava Toledo desde 1117 e passaria a fazê-lo *de facto* após a morte do arcebispo Bernardo, em 1125 (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 230).

⁸⁰⁵ “Simulata namque ratione rex puer Pape patruo suo conquerebatur, dicens se puerum patre atque tutore carentem per episcopum sancti iacobi Hispanie regnum amittere et eum, in quibuscumque poterat, sibi aduersari (...).” (*HC*, II, 10).

nesta altura a tutela de Afonso pertencia ao toledano e à fação castelhana, depois de ter estado vários anos nas mãos de galegos⁸⁰⁶.

Ao contrário de Alcalá, Mérida nunca foi conquistada aos muçulmanos na época em que a *HC* foi redigida. Esta cidade constitui, porém, uma referência importante na crónica enquanto lugar que haveria brevemente de ser adquirido pelos cristãos, acima de tudo tendo em conta as aspirações eclesiásticas de Diego Gelmírez, pelo que o assunto é várias vezes mencionado no Livro II. De facto, este prelado foi promovido a arcebispo em 1120 através da transferência da dignidade metropolítica de Mérida para Santiago de Compostela, ainda que a primeira hipótese avançada pelo seu círculo de apoiantes, entre os quais o bispo Hugo do Porto e o abade Pôncio de Cluny, fosse a dignidade bracarense. Num diálogo entre o abade cluniacense e o papa Calisto II, elaborado por Geraldo, a proposta que o primeiro expôs é feita por aquela ordem de prioridades, acabando por se mencionar Mérida, cidade que perdera a fé cristã depois de assolada pela força dos sarracenos⁸⁰⁷. Quando o papa finalmente acede ao pedido de Gelmírez – altura em que lhe concede também o direito a ser legado pontifício nas províncias de Braga e de Mérida –, o documento relativo à dignidade metropolítica que é enviado para Compostela reforça que apenas três dioceses da província emeritense estavam sob domínio cristão: Coimbra, Salamanca e Ávila, que passavam nesse momento a ser sufragâneas de Compostela⁸⁰⁸.

No entanto, esse documento referia a concessão do privilégio em regime temporário, isto é, até que a cidade de Mérida passasse a ser cristã. Assim, em 1123 e em 1124 procurou-se a confirmação dessa prerrogativa junto de Calisto II, mas de modo a que fosse concedida perpetuamente, pertencendo a Compostela mesmo após a conquista da cidade, pedido ao qual o papa acedeu⁸⁰⁹. Do mesmo modo, o senhorio da cidade – que

⁸⁰⁶ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998, p. 11.

⁸⁰⁷ “Saltem Emeritensis ecclesie metropolim, que Sarracenorum feritate depopulata Christiane fidei cultum amisit, Compostellane ecclesie beati Iacobi in posterum donare et apostolicam ecclesiam archiepiscopatus dignitate sublimare digneris.” (*HC*, II, 15.2).

⁸⁰⁸ “Cum enim inter nobilis Hispaniarum ciuitates et ipsa nobilis appareret, ita diuina dispositione mutatis temporibus Moabitarum siue Maurorum est tradita potestati, ut in ea et pontificalis gloria et Christiane fidei dignitas deperierit. Ipse quoque suffraganee ciuitates, exceptis dumtaxat tribus, Colimbria uidelicet et Salamantica atque Auila, in quibus adhuc per Dei gratiam episcopalis cathedra perseuerat, eadem tyrannide occupate a sua similiter gloria exciderunt.” (*HC*, II, 16.2; JL 6823 (Valence, 26 de fevereiro de 1120) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. LXXIX, cols. 1168-1169).

⁸⁰⁹ Um primeiro documento é provisório, onde se lê: “Fraternitatis igitur tue petitionibus annuentes Compostellane beati Iacobi ecclesie, cuius in ea uenerandissimum corpus est positum, ob ipsius a Deo dilecti apostoli reuerentiam archiepiscopalis cathedre dignitatem, quam ei ad tempus concesseramus, donec

pertencia à jurisdição real – foi atribuído ao arcebispo por Afonso VII em 1129, tendo igualmente em vista o momento em que a cidade seria conquistada, concessão que também foi feita em regime de perpetuidade e cujo documento menciona que Mérida ainda estava em poder dos sarracenos, embora se acreditasse que os cristãos rapidamente a teriam em seu poder⁸¹⁰. O prelado conseguiu assim, para ele e para os seus sucessores, todos os direitos sobre a Igreja de Mérida e os seus termos, castelos e pertenças⁸¹¹, além de já ser metropolitano da vasta província eclesiástica emeritense.

Todavia, as alterações na Igreja hispânica ocorridas em 1120 começaram a gerar conflitos de jurisdição entre Gelmírez e o arcebispo de Toledo. Em concreto, Bernardo consagrou o bispo de Salamanca, que passara a ser sufragâneo de Compostela naquela data, e proibiu os prelados de Braga e de Coimbra de obedecerem a Gelmírez, que era metropolitano do segundo e exercia autoridade sobre ambos enquanto legado pontifício nas províncias bracarense e emeritense⁸¹². Por seu lado, Bernardo fora nomeado anos antes legado pontifício em toda a Hispânia e procurou demonstrar a Gelmírez que diversos papas lhe haviam concedido certas prerrogativas, anteriores à que o compostelano conseguira ver confirmada em 1124. Em particular, Calisto II concedera-lhe um privilégio que lhe conferia jurisdição sobre as dioceses que tinham perdido os seus metropolitanos após a invasão islâmica da Península Ibérica. Consequentemente, considerava ter direito a consagrar o bispo de Salamanca e culpava Gelmírez por ter consagrado o de Ávila⁸¹³. É possível que os papas atribuíssem regalias a estes prelados sem um conhecimento profundo das realidades hispânicas – mesmo Calisto II, cujo

Emeritana ciuitas Christianorum dominio redderetur, presentis pagine auctoritate in perpetuum obtinendam confirmamus, ut eadem opulentissima quondam et famosi nominis Emeritana ciuitas, que nunc peccatis exigentibus ab impia Sarracenorum tyrannide possidetur, Compostellane ciuitati sicut sue metropoli perpetuis maneatsubiecta temporibus.” (HC, II, 63.4). O privilégio definitivo é já inserido por Pedro Marcio no capítulo seguinte (HC, II, 64.7).

⁸¹⁰ “(...) idcirco ego Adefonsus Dei gratia Hispanie imperator una cum coniuge mea regina domina Beringaria, archiepiscoporum, episcoporum ac principum terre consilio, qui Palentino concilio interfuerunt, ad Dei et beatissimi Iacobi apostoli patroni nostri honorem et debitam sublimationem salubre duxi hanc seriem testamenti facere de ciuitate Hemeretensi nunc temporis a Sarracenis possessa quam Dei opitulante potentia in proximo nos credimus habituros, deuicta et expulsa Sarracenorum infideli spurcitia (...)” (HC, III, 7.5; *Tumbo A de la catedral de Santiago*, 1998, p. 214-215, doc. 101). Vejam-se outros exemplos desta perspectiva cristã da “reconquista” de cidades em MARAVALL, José Antonio – “La idea de Reconquista en España durante la Edad Media”, 1954, p. 22-23.

⁸¹¹ *Historia Compostelana*, 1994, p. 504, nota 32.

⁸¹² HC, II, 65.

⁸¹³ “Illarum etiam ciuitatum dioceses, que Sarracenis inuadentibus metropolitanos proprios perdiderunt, uestre ditioni eo tenore subicimus, ut, quoad sine propriis extiterint metropolitanis, tibi ut proprio subiaceant et obediant. (...)” (HC, II, 66.2).

contacto com a Península Ibérica era relativamente próximo – e, por isso, muitos desses documentos contradiziam-se uns aos outros.

No sentido estritamente político, a cidade mais importante neste contexto é sem dúvida Toledo. A primeira alusão é de Munio Afonso e destaca a cidade, de imediato, como um centro do reino castelhano-leonês, que estava em risco de se perder face a um ataque islâmico – trata-se do desastre de Uclés de 1108, no qual o infante Sancho perdeu a vida⁸¹⁴. Seguindo o texto compostelano, a Sancho estava confiado o domínio de Toledo por decisão de Afonso VI e foram atacados acampamentos e povoações desse domínio (“castra et oppida Toletum subiacentia”), o que resultou na perda do herdeiro do trono de Leão e Castela. O cronista identifica o inimigo invasor com os almorávidas, “os quais o calor do sol faz semelhantes aos etíopes” (“Moabite, quos estus solis facit Ethiopibus similes”)⁸¹⁵, descrevendo a aparência destes muçulmanos originários do Norte de África através de uma comparação com os habitantes de uma província africana mais a sul, denominados “etíopes” desde a Antiguidade⁸¹⁶.

Apesar de não se referir em concreto o lugar onde decorreu o encontro das duas forças, compreendemos que o autor alude aos acontecimentos ocorridos em Uclés, que se encontra a uns 110 km a leste de Toledo, a simbólica antiga capital dos godos, aquela que

⁸¹⁴ As fontes árabes sugerem uma rendição da cidade de Uclés e um posterior combate entre os exércitos cristão e muçulmano, com a vitória do segundo (SLAUGHTER, John E. – “De nuevo sobre la batalla de Uclés”, 1974-1979, p. 396 e seguintes). Para uma análise dos acontecimentos que envolveram a perda de Uclés leia-se também MIRANDA, Ambrosio Huici – *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas*, 1956, p. 103-134. Bernard Reilly suspeitou que Toledo fora entregue a Sancho por Afonso VI em Leão, em dezembro de 1107, e que o herdeiro do trono teria ido de Leão até Toledo para organizar uma campanha contra os almorávidas ainda nesse ano, sem a companhia do rei (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 348-353). De qualquer modo, Afonso VI preparava-se para um ataque a Toledo há alguns anos, pois havia um equilíbrio precário na fronteira, e fê-lo não apenas do ponto de vista militar. Por exemplo, incumbiu por essa altura o conde Raimundo do povoamento de Ávila e Salamanca, para reforçar a zona de fronteira (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 121-122). Depois do sucedido em Uclés, o monarca ainda se deslocou duas vezes ao sul, em 1108 e 1109, para se inteirar da capacidade de defesa da cidade (*Ibidem*, p. 158).

⁸¹⁵ “(...) Moabite, quos estus solis facit Ethiopibus similes, castra et oppida Toletum subiacentia acris solito inuaserunt et, interfectis hominibus, qui eorum obstabant fortitudini, quia robore militum suorum uallati nulla hostium spicula formidabant, ibi quasi in summa positi tranquillitate sua tentoria firmauerunt. Quod cum filio regis, Sanctio scilicet, fuisset auditum, cuius custodie secundum patris imperium Toleti dominium erat commissum, assumpta nobilitate consulum, estipatus probitate et militia uirorum nobilium ad fugandos hostes sue patrie destructores celeriter est profectus.” (*HC*, I, 29).

⁸¹⁶ Esta informação da *HC*, como propõe Ron Barkai, visava rebaixar o inimigo, que não teria um tom de pele tão escuro como os etíopes (BARKAI, Ron – *Cristianos y musulmanes en la España medieval...*, 1991, p. 139). Também se deve atentar na etimologia da palavra “etíope” (*Aethiops*), cujo significado é “rosto queimado”. Nas *Etimologias*, de Isidoro de Sevilha, a Etiópia é a região de África que fica mais próxima do sol (ISIDORO DE SEVILHA, Santo – *Etimologías*, 1983, vol. II, p. 187, 189, 191).

se temia perder acima de tudo e que os atacantes teriam em vista como objetivo principal nessa ocasião⁸¹⁷. Também não podemos ignorar que a geografia destes territórios não seria profundamente conhecida pelos cronistas de Santiago de Compostela, e daí a referência à principal cidade daquela região fronteiriça.

Depois desta pesada derrota, o texto atribui a Diego Gelmírez a única reação do flanco cristão. O bispo dirigiu-se a Toledo, tendo reunido muitos soldados e sendo acompanhado por Urraca, e escoraçou os inimigos, que eram em grande número⁸¹⁸. Como bem observou Bernard Reilly, o prelado terá respondido a uma solicitação régia, que terá sido dirigida a muitos outros guerreiros do reino de Afonso VI face àquela emergência⁸¹⁹. Mas a imagem da *HC* é a do seu patrono como remediador de uma situação que poderia tornar-se ainda mais catastrófica se resultasse na perda de Toledo, enquanto a atitude do monarca é completamente omissa no tempo que imediatamente se seguiu ao desastre, bem como a do arcebispo toledano, Bernardo, que nunca aparece neste relato⁸²⁰, além de que a filha do rei somente acompanha Gelmírez.

Depois de passar alguns dias doente, Gelmírez recuou para Segóvia, onde se encontrava o rei. Nesta cidade, o prelado pediu repetidamente ao soberano que lhe concedesse a escritura relativa ao direito a cunhar moeda, a que Afonso VI respondeu que primeiro visitaria as muralhas de Toledo, e depois iria em peregrinação a Compostela, onde acederia ao desejo do bispo⁸²¹. A apresentação das duas cidades por esta ordem tem

⁸¹⁷ Embora John Slaughter não considere que o combate em Uclés tenha tido graves consequências para os cristãos ou que tivesse sido um triunfo para os muçumanos (SLAUGHTER, John E. – “De nuevo sobre la batalla de Uclés”, 1974-1979, p. 393). Já Francisco García Fitz comenta como a perda de Uclés redundou no derrube do sistema defensivo cristão que se situava a sul do Tejo; não se perdeu somente esse lugar fortificado, mas também outros locais no sul como Cuenca, Huete e Oreja, além de que Toledo passou a estar muito insegura (GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam...*, 2005, p. 78-80, 107, 145, 182-184, 235-239, 296-297, 308-309). Sobre esta situação de permanente insegurança leia-se também REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 220-221, 293-295, 348-353; *Idem* – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 124, 248; GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Islam et Chrétienté en Espagne au XIIe siècle...”, 1959, p. 204.

⁸¹⁸ “Cuius igitur audita pernicie et uirorum nobilium clade percepta, prudentia presulis suorum militum multitudinem collegit et cum filia regis Urraca ad loca, que Mauri inuaserant, desideratus aduenit. Vnde fugata hostium multitudine ualida eum egrimonia protinus est insecuta.” (*HC*, I, 29).

⁸¹⁹ O investigador calculou que terão decorrido 5 semanas desde a peleja em Uclés até à chegada de Diego Gelmírez a Toledo (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 351-352).

⁸²⁰ É importante notar que Bernardo não passaria muito tempo na cidade toledana (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 225-226).

⁸²¹ “(...) et Segobiam ciuitatem, que regis presentia latebatur, quam citius potuit, intrauit (...). Primitus, inquit, Toleti menia uisurus adibo et tunc sub habitu peregrinationis gratanti animo peram accipiam et recto tramite eundo beati Iacobi, patroni et tutoris mei, limina diu michi desiderata uisitare curabo.” (*HC*, I, 29).

relevância no discurso, acima de tudo porque não é provável que o monarca tenha realmente visitado Compostela, e também porque não foi preciso esperar tanto para receber tal privilégio, que prontamente se adquiriu em Segóvia⁸²². Primeiro o rei iria a Toledo, onde a sua preocupação concreta era avaliar o estado do sistema defensivo de uma importante cidade no sentido político, evidentemente devido aos últimos acontecimentos; não sendo esta visita suficiente na perspetiva de quem escrevia, convinha acrescentar o desejo de Afonso VI de visitar Compostela, enquanto grande cidade dos domínios leoneses no sentido espiritual. Depois daquela catástrofe, à qual o prelado tinha respondido militarmente, a realização de uma peregrinação até ao túmulo de S. Tiago era uma forma de amparo e fortalecimento da causa cristã, e uma estratégia do redator para destacar Gelmírez e a sua sé, até pela ausência do arcebispo Bernardo nesta história, pois a restauração da diocese em 1086 como arcebispado e a transformação de Bernardo em primaz das Hispânicas não eram condições favoráveis a Compostela. É também essencial sublinhar que o monarca atribuiu ao bispo compostelano um direito importantíssimo num momento em que a apreensão fundamental de Afonso VI seria a defesa de Toledo, pelo que era imprescindível acentuar esta vitória na narrativa.

Geraldo demonstra-nos como da grande cidade do Tejo partiam ofensivas cristãs para sul. Alguns meses depois do combate em Uclés, na primavera de 1109, organizou-se uma expedição contra os muçulmanos em Toledo, onde se reuniram quase todos os principais poderosos da Hispânia (“Omnes fere consules aliosque in Hispania principatum tenentes”), o que aparentava ser a preparação de uma forte resposta militar à derrota do ano anterior⁸²³. Na mesma altura, Afonso VI proclamou Urraca como sua herdeira e atribuiu a Galiza a Afonso Raimundes no caso de a sua filha se casar novamente, tal como já havia feito em Leão, em 1107. Além disso, o pequeno Afonso herdaria todo o reino,

⁸²² Para Bernard Reilly, o monarca não chegou a ir a Compostela, caso contrário teria sido registado na HC (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 352-353). O bispo obteve o direito a cunhar moeda em 1105 e recebeu a escritura relativa ao mesmo só em 1108 (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A.M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 278-284 e apêndice xxiii, p. 70-73). Veja-se HC, I, 28 e *Tumbo A de la catedral de Santiago*, 1998, p. 167-169, doc. 72.

⁸²³ Esta reunião é referida noutras fontes cronísticas (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 361-362). Toledo seria alternadamente um lugar ameaçado pelos almorávidas e um ponto de partida das invasões castelhano-leonesas em direção à Andaluzia muçulmana (*Idem – Las Españas medievales*, 1996, p. 135).

legado pelo seu avô, à morte da sua mãe⁸²⁴. Estes acontecimentos são relatados pela própria Urraca por volta do verão de 1111, ou num discurso proferido ao conde Fernando (cuja identidade é discutida⁸²⁵), ou numa carta a ele dirigida⁸²⁶, num período em que Afonso Raimundes estava preso pelos galegos que se lhe opunham e em que Gelmírez planeava coroá-lo como rei (da Galiza ou de Leão⁸²⁷).

É significativa a ligação, em Toledo, entre a preparação de um ataque aos almorávidas e a preparação da sucessão do rei leonês, que provavelmente sentiria a morte próxima e efetivamente viria a morrer nessa cidade, no dia 1 de julho de 1109. O reino delegava-se nesse momento na cidade a partir da qual se esperava que fosse alargado pela guerra contra o inimigo islâmico. Mas não podia deixar de se incluir uma referência à Galiza no discurso de Urraca: o futuro deste território após a morte de Afonso VI fora inicialmente discutido em 1107, em Leão, e repetia-se em Toledo dois anos depois, ou assim fez crer o cronista. O facto de a rainha não ter mencionado a presença de Gelmírez em Toledo, em 1109, em princípio deve tomar-se como uma indicação de que o prelado não se deslocara até lá, ou Geraldo tê-lo-ia mencionado⁸²⁸.

⁸²⁴ “Tibi etenim notum est et omnibus Hispanie regnum incolentibus quoniam pater meus imperator Adefonsus, appropinquante sui transitus hora, mihi apud Toletum regnum totum tradidit et filio meo Adefonso nepoti suo Gallitiam, si maritum susciperem, et post obitum meum totius ei dominium regni iure hereditario testatus est. Omnes ergo fere consules aliosque in Hispania principatum tenentes, qui tunc temporis in expeditionem contra Moabitas profecti Toletum conuenerant (...)” (HC, I, 64.1). No capítulo I, 46 Geraldo narra o que se discutiu em Leão – o pequeno Afonso ficaria com a Galiza se Urraca entretanto casasse. Esse casamento teria efetivamente sido pensado pelo rei depois da morte do seu filho Sancho, em 1108, tendo o rei leonês escolhido o soberano aragonês para marido da sua filha, o que fora aprovado em Toledo no ano seguinte (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 125, 158).

⁸²⁵ Alguns autores acreditaram tratar-se de um filho do rei Garcia da Galiza. Esta hipótese foi levantada em primeiro lugar por Antonio López Ferreiro (*Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 360). Foi posteriormente apoiada por alguns investigadores, como Bernard Reilly (*The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 222), e rejeitada por outros (SALAZAR ACHA, Jaime de – “El linaje castellano de Castro en el siglo XII: consideraciones e hipótesis sobre su origen”, 1991). Leia-se ainda PORTELA SILVA, Ermelindo – *García II de Galicia. El Rey y el reino (1065-1090)*, 2001, p. 38-39.

⁸²⁶ Consultem-se as notas de Emma Falque em *Historia Compostelana*, 1994, p. 169-170, notas 437-439.

⁸²⁷ Quanto à interpretação dessa coroação, dizem uns que foi coroado rei da Galiza e outros como rei de Leão e Castela. Ermelindo Portela comenta com segurança que se trata da segunda hipótese. Leia-se PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)...*, 2016, p. 175 e a análise que o investigador dedicou à conjuntura em que se insere o acontecimento em *Idem* – “Diego Gelmírez y el trono de Hispânia...”, 2013, p. 45-74.

⁸²⁸ De acordo com Manuel Recuero Astray, a HC indica que a Coroa de Leão e Castela foi entregue a Urraca em 1109, em Leão, onde estiveram o bispo Diego Gelmírez e outros prelados e magnates, embora o excerto da crónica que se encontra em nota corresponda a este que analisamos, relativo a Toledo. Na realidade, a obra não refere a presença de Gelmírez em Toledo, e a proclamação que Afonso VI faz da sua filha como herdeira do trono ocorre nesta cidade (RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 12).

O primeiro capítulo da autoria deste cronista recua no tempo e alude precisamente à conquista de Toledo por Afonso VI. A queda de uma das mais desenvolvidas urbes muçulmanas peninsulares às mãos dos cristãos em maio de 1085 foi facilitada pela instabilidade política que existia um pouco por todo o al-Andalus, que obrigou o governante da taifa toledana a solicitar ajuda ao rei leonês. Assim, a cidade foi oferecida a Afonso VI pelo seu homólogo muçulmano em troca de auxílio na obtenção de Valência⁸²⁹. Este sucesso do rei leonês é considerado, de um modo geral, o maior feito do seu reinado – tendo vindo alterar, inclusivamente, a sua intitulação régia⁸³⁰ –, mas teve igualmente como consequência direta a entrada dos almorávidas na Península Ibérica, vindos do norte de África, chamados pelos reis taifas que temiam o avanço de Afonso VI. A chegada deste grupo muçulmano à Hispânia viria transformar a relação de forças com os cristãos, nomeadamente terminando com o regime de párias, que até aí tinha desgastado as taifas e revertera em ganhos financeiros para Leão, aplicados, em parte, no combate a esses mesmos reinos islâmicos, e suspendendo a intromissão do monarca cristão nos desentendimentos muçulmanos. A unificação política do al-Andalus facilitou também uma recuperação de parte do território adquirido por Afonso VI, apesar de Toledo, colocada várias vezes em perigo, nunca ter sido retomada pelos seus inimigos⁸³¹.

No capítulo de Geraldo são enumeradas algumas qualidades de Afonso VI e o combate aos sarracenos é a primeira que é destacada⁸³². O cronista registou que o rei afastou o reino de Toledo (“Regnum Toleti”) do culto dos gentios – não a cidade, mas o

⁸²⁹ Sobre este acontecimento marcante no movimento da “Reconquista” veja-se GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam...*, 2005, p. 120-121, 269; *Idem* – *Relaciones políticas y guerra...*, 2002, p. 25-76; REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 104-112; VIGUERA MOLÍNS, María Jesús – *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes...*, 1992, p. 53-58. Acerca da chegada dos almorávidas e do seu conflito com os muçulmanos da Península Ibérica leia-se CHALMETA, Pedro – “Acerca de los Almorávides”, 1998.

⁸³⁰ A documentação que se refere a Afonso VI passa a incluir, a partir de então, expressões como “reinante em Toledo” (MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis – “La monarquía leonesa. Fernando I y Alfonso VI (1037-1109)”, 1995, p. 433; GOMES, Joana – *O Rei na escrita...*, 2016, p. 96, nota 429).

⁸³¹ Leia-se LACARRA, José María – “Aspectos económicos de la sumisión de los reinos de taifas (1010-1102)”, 1981 sobre a relação entre as várias entidades políticas hispânicas cristãs e os reinos de taifas no século XI, nomeadamente a nível económico (no que dizia respeito ao pagamento das párias e a sua aplicação pelos cristãos). Na opinião de Bernard Reilly, as párias seriam também úteis para os pagamentos que se faziam a Cluny, os quais ter-se-iam ressentido da alteração das relações entre cristãos e muçulmanos a partir de 1085 (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 210-213).

⁸³² O elogio de Afonso VI na crónica compostelana, como indica Joana Gomes, teria também a função de legitimar a decisão do monarca de conceder a Galiza a Afonso Raimundes, que Geraldo menciona no mesmo capítulo, além de se pretender estabelecer um contraste entre o reinado do conquistador de Toledo e o de Urraca (GOMES, Joana – *O Rei na escrita...*, 2016, p. 23-25).

reino, sendo esta a única passagem na *HC* em que Toledo é explicitamente *regnum* –, bem como o território que está além do Douro (“castella, ciuitates et oppida, que ultra decursum Dorii fluminis esse noscuntur”)⁸³³. De um lado, a aquisição da cidade de Toledo pressupôs a integração no reino de Leão e Castela do território que se estendia a sul das montanhas do Sistema Central até ao Tejo – a Transierra –, correspondente a uma boa parte da antiga taifa muçulmana, o que significou um ganho de terreno muito apreciável⁸³⁴. Do outro lado, poderíamos entender a menção ao espaço que começava no Douro como uma outra forma de referir a Estremadura – termo que, na sua origem, significava “extrema Durii”, a zona além da fronteira que se formou pelo Douro, no século X, entre espaços dominados pela monarquia leonesa e pelo al-Andalus, ou que simplesmente deriva de “extremum” (fronteira)⁸³⁵. No século XII, já parte integrante do reino castelhano-leonês, era entendida como o território que se estendia do Douro ao Sistema Central⁸³⁶. Eram “dois subespaços geográfico-históricos” que para José Ángel García de Cortázar só ficariam definitivamente adquiridos – isto é, verdadeiramente ocupados e organizados – depois da vitória cristã das Navas de Tolosa, em 1212⁸³⁷.

⁸³³ “Regnum etenim Toleti, castella, ciuitates et oppida, que ultra decursum Dorii fluminis esse noscuntur, in quibus christiane professionis religio tenetur et obseruatur, a cultura gentium numina uana colentium penitus euacuauit.” (*HC*, I, 46). Ron Barkai interpretou este excerto não no sentido da eliminação do culto muçulmano, mas antes do fim da liturgia moçárabe (BARKAI, Ron – *Cristianos y musulmanes en la España medieval...*, 1991, p. 120).

⁸³⁴ Além disso, a economia da cidade era próspera e o seu número de habitantes – cerca de 28 000 –, bem como a sua densidade populacional, era superior ao de qualquer outra cidade cristã da altura. Por outro lado, o imenso espaço que se acrescentou ao reino castelhano-leonês trazia algumas dificuldades de dominação (MONSALVO ANTÓN, José María – “Frontera pionera, monarquía en expansión y formación de los concejos de villa y tierra...”, 2003, p. 54). Todavia, a cidade recebeu muitos ocupantes oriundos de todas as grandes regiões do reino de Leão e Castela e mesmo de além-Pirenéus (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 111-112). Sobre as dimensões da taifa original veja-se BOLOIX GALLARDO, Bárbara. – “La taifa de Toledo en el siglo XI...”, 2001, e acerca da sua situação política após a dissolução do Califado de Córdoba consulte-se WASSERSTEIN, David J. – “The emergence of the Taifa Kingdom of Toledo”, 2000.

⁸³⁵ Como preferem Gonzalo Martínez Díez (MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Las comunidades de villa y tierra de la Extremadura castellana...*, 1983, p. 24-27) e Emilio Mitre Fernández (MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – “La Cristiandad Medieval y la Formulación Fronterizas”, 1997, p. 32). Ainda sobre o conceito de Estremadura consulte-se VILLAR GARCÍA, Luis Miguel – *La Extremadura castellano-leonesa...*, 1986, p. 21-39.

⁸³⁶ O conceito não correspondia exclusivamente ao território castelhano-leonês, aplicando-se igualmente às restantes regiões fronteiriças de outras entidades cristãs da Península Ibérica. Também surge, por exemplo, em documentação aragonesa (LEDESMA, María Luisa – “La sociedad de frontera en Aragón (Siglos XII y XIII)”, 1993, p. 32 e SÉNAC, Philippe – *La frontière et les hommes (VIII^e-XII^e siècle)...*, 2000, p. 388-389).

⁸³⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”, 1993, p. 64-65. Já Ermelindo Portela considerou a conquista de Toledo como o mote para a ocupação permanente da Estremadura, tal como a vitória em Navas de Tolosa assegurou o domínio da Transierra. O autor destaca o período entre

Podemos encontrar alusões à demarcação de ambos na *Chronica Adefonsi Imperatoris*, contemporânea da HC, tal como já demonstrado por Ignacio Ruiz de la Peña e Jean Gautier Dalché⁸³⁸, e a crónica compostelana faz o mesmo com outras expressões aproximadas: para quem escrevia em Santiago de Compostela, o território conquistado ou organizado por Afonso VI começava no Douro e dividia-se geograficamente entre o reino de Toledo e a região além-Douro propriamente dita. Assim, Ermelindo Portela viu nas palavras de Geraldo o enaltecimento do “conquistador de Toledo” e do “organizador de la Extremadura”⁸³⁹.

Efetivamente, quando Afonso VI subiu ao trono, na segunda metade do século XI, a região que compunha a Estremadura já era oficialmente cristã, mas foi sendo anexada progressivamente ao seu reino pela sua efetiva ocupação e integração do ponto de vista institucional⁸⁴⁰. No entanto, como explicam José Mínguez e José Ángel García de Cortázar, o Douro não perderia a sua condição de fronteira, desta vez entre sociedades com modelos diferentes de organização social e jurídica. Genericamente, a sul fazia-se

1085 e 1212, durante o qual decorreu a real “Reconquista”. Após a conquista de Toledo, tornar-se-ia mais clara a intenção do monarca de continuar a atividade reconquistadora, embora a chegada dos almorávidas viesse alterar a situação (PORTELA SILVA, Ermelindo – “Del Duero al Tajo”, 1985, p. 91-94). A batalha de Navas de Tolosa é habitualmente considerada como o ponto de viragem mais decisivo na relação de forças entre a Cristandade e o Islão no espaço peninsular (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 17-18).

⁸³⁸ RUIZ DE LA PEÑA, J. Ignacio – “Ciudades y sociedades urbanas en la frontera castellano-leonesa (1085-1250, circa)”, 1993, p. 84, nota 8; GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Islam et Chrétienté en Espagne au XIIe siècle...”, 1959, p. 197. Atente-se, por exemplo, na seguinte passagem da *Chronica Adefonsi Imperatoris*: “(...) qui quotidie debellabant totam Extrematuram usque ad flumen Dorium. Et ipsi qui erant in Aurelia per singulos dies debellabant Toletum et ceteras urbes, que sunt trans Serram (...)” (CAI, 1990, p. 201).

⁸³⁹ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)...*, 2016, p. 165. Veja-se o mapa de Bernard Reilly, onde está bem demarcada a área de atuação de Afonso VI para lá do Douro (REILLY, Bernard F. – *Las Españas medievales*, 1996, p. 293).

⁸⁴⁰ Desenvolve-se uma sociedade de fronteira entre os séculos IX e X no vale do Douro, que a partir do reinado de Afonso III se tenta organizar e integrar no reino, embora de maneira ainda muito incipiente. Conquanto não estivesse deserto, era um espaço pouco povoado, e começa a constituir-se como a Estremadura, composta por comunidades de “villa y tierra”, no reinado de Afonso VI (GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”, 1993, p. 54-61). Veja-se PORTELA SILVA, Ermelindo – “Del Duero al Tajo”, 1985, p. 95, onde um mapa mostra as áreas de povoamento no tempo de Afonso VI, envolvendo cidades como Salamanca, Ávila, Segóvia, Madrid e Talavera. Sobre o povoamento no tempo de Afonso VI consulte-se também REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 117, 123-124, 202, 229-230, 306-307, autor que destaca o esforço de ocupação da Estremadura como um dos maiores objetivos deste rei. Para o reinado de Afonso VII veja-se RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 65-69 e REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998, p. 274-288. Acerca da formação dos chamados concelhos de “villa y tierra” no extenso território compreendido entre o Douro e o Tejo consulte-se o utilíssimo estudo de José María Monsalvo Antón (“Frontera pionera, monarquía en expansión y formación de los concejos de villa y tierra...”, 2003).

sentir com maior intensidade a autoridade de poderes locais, enquanto a norte era mais evidente o poder da monarquia. No panorama económico-social, cidades como Salamanca, Segóvia e Ávila – as típicas “cidades-fronteira” de José Lacarra – desenvolveram-se a par da necessidade de povoamento e tinham uma economia centrada no espólio de guerra e nas grandes explorações agrícolas; aí sobressaía uma sociedade de fronteira marcada por cavaleiros, por oposição às cidades a norte do rio, povoadas por burgueses e influenciadas pelo mundo ultrapirenaico⁸⁴¹.

Neste capítulo da crónica compostelana, o Douro ainda emerge como fronteira. Não se distinguem apenas dois espaços a sul do rio, distingue-se também o que estava a sul daquele que estava a norte do mesmo rio; diferencia-se aquele que compunha o reino leonês desde um passado distante de outro que somente no reinado de Afonso VI começava verdadeiramente a ser assimilado a esse conjunto político, processo no qual se pode destacar a restauração das sés conquistadas, pois seria um assunto mais sensível aos cónegos que compunham o *scriptorium* compostelano. Esta consciência está patente noutras obras cronísticas dos séculos XII e XIII, cujos autores continuam a pensar o Douro como um limite bem desenhado entre dois espaços distintos e respetivas populações⁸⁴². Simultaneamente, é interessante verificar que a Estremadura é mencionada em alguns capítulos da *HC* – traduzida por José Campelo como “fronteira” ou “extremo”⁸⁴³ – e sobrevém quase sempre no texto voltada para os problemas que decorriam durante o reinado de Urraca, designadamente a contenda que a rainha travava com o rei de Aragão. Os súbditos dessa região são chamados a intervir no conflito, tal como os galegos, os asturianos e os castelhanos. Deste modo, não obstante se olhar o

⁸⁴¹ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”, 1993, p. 51-62 e MÍNGUEZ, José María – “El reino de Alfonso VI: Fronteras interiores y exteriores”, 2012. Acerca do desenvolvimento destas cidades, a sua administração, organização interna, composição social e a função dos *fueros* veja-se MONSALVO ANTÓN, José María – “Frontera pionera, monarquía en expansión y formación de los concejos de villa y tierra...”, 2003; RUIZ DE LA PEÑA, J. Ignacio – “Ciudades y sociedades urbanas en la frontera castellano-leonesa (1085-1250, circa)”, 1993; LACARRA, José María – “Les villes-frontière dans l’Espagne des XI^e et XII^e siècles”, 1963; *Idem* – “Las ciudades fronterizas en la España de los siglos XI y XII”, 1981. Em concreto sobre Ávila, leia-se o estudo de Angel Barrios García (BARRIOS GARCÍA, Ángel – *Estructuras agrarias y de poder en Castilla...*, 1983).

⁸⁴² GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”, 1993, p. 51-62 e MÍNGUEZ, José María – “El reino de Alfonso VI: Fronteras interiores y exteriores”, 2012.

⁸⁴³ A Estremadura ou a “fronteira” é mencionada em *HC*, I, 73.4; I, 83.1; I, 84.2; I, 89.1; I, 101.2; I, 108.1; I, 109.1; I, 117.

Douro como uma fronteira, a Estremadura era concebida como um espaço plenamente incorporado no complexo político castelhano-leonês, e o seu estatuto, pelo menos em relação à guerra entre os dois reinos cristãos, era análogo ao da Galiza, Astúrias e Castela⁸⁴⁴.

A “Reconquista” não motiva a menção a novas cidades ou territórios, mas Afonso VI é relacionado noutros capítulos com essa guerra, que de novo se retrata como tendo avançado a bom ritmo durante este reinado. No sermão que Gelmírez proferiu a 24 de junho de 1113, numa igreja junto a Burgos, onde se reuniram várias pessoas importantes do reino, o prelado caracterizou o governo de Afonso VI como um tempo marcado pelo afastamento dos “mouros almorávidas e outros inimigos vizinhos” (“Mauri Mohabite ceterique finitimi hostes”), enquanto o momento presente, em que detinham o poder Urraca e o seu filho Afonso, estava marcado pela discórdia⁸⁴⁵. No ano de 1113, a tensão entre Urraca e Afonso o *Batalhador* era alta. Podemos deduzir das palavras do bispo que esta ausência de paz não permitia um bom desempenho num outro cenário de guerra, aquela que decorria contra os muçulmanos. O cronista Geraldo, através das palavras do bispo compostelano, espelhou uma sensação de permanente insegurança que sem dúvida se viveria nos primeiros anos do governo de Urraca, reforçando essa descrição com uma comparação entre esse tempo e o reinado anterior, aos seus olhos próspero no que respeitava à guerra externa. Os inimigos mencionados no discurso, que deveriam ser expulsos da pátria mas cujo ímpeto o reino castelhano-leonês não era capaz de suportar, identificar-se-iam tanto com os aragoneses como com os almorávidas, que por vezes ameaçavam em simultâneo⁸⁴⁶. No capítulo anterior, narra-se como uns e outros estavam

⁸⁴⁴ Esta leitura geral proporcionada pela fonte não significa que dentro de cada região não houvesse apoiantes de Afonso I, como já anteriormente se constatou. Mesmo dentro de uma só cidade, grupos sociais diferentes apoiavam fações distintas nesta guerra, uma vez que essas alianças lhes permitiam lutar pelas suas próprias aspirações dentro da cidade. Em Ávila, na Estremadura, os guerreiros ligaram-se a Urraca e os mercadores e artesãos juntaram-se ao aragonês (BARRIOS GARCÍA, Ángel – *Estructuras agrarias y de poder en Castilla...*, 1983, vol. 1, p. 192-193). Sobre este tema leia-se o subcapítulo 3.3.

⁸⁴⁵ “(...) eiusdem quoque regis tempore Mauri Mohabite ceterique finitimi hostes nobis cessere, et eorum municipia nostre dominationi subiugauimus. Postquam autem rex A. persoluens iura nature filie sue regina V. atque nepoti suo paruulo regi A. regnum suum tradidit et ad eos imperii sceptrum iure pertransit, illico discordia cepit pullulare.” (HC, I, 86.2).

⁸⁴⁶ “Attamen, quamquam iusta causa patrocínio suffulti simus, quamquam hostes a patrie finibus, quod iustum est, expellere uelimus, qui prius triumphatores fuimus, modo a paucis quamplures superamur. (...) Nos innumera turba uallati impetum hostium nostrorum ferre non ualemus.” (HC, I, 86.2).

aliados contra Urraca em Burgos⁸⁴⁷ e, uns capítulos à frente, relata-se como o castelo de Berlanga era ameaçado por almorávidas, após os aragoneses terem rendido o castelo que retinham em Burgos⁸⁴⁸. Este cronista registou também que o *Batalhador* perseguia a Igreja e destruía a Hispânia como se fossem os próprios sarracenos a fazê-lo⁸⁴⁹, e a mesma ilação poder-se-ia retirar das já referidas atas do concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez, a 20 de abril de 1124, no qual o prelado aludiu à Paz de Deus, que no contexto da Hispânia poderia justificar-se de diferentes maneiras⁸⁵⁰. Mesmo que em 1124 a controvérsia com Aragão não estivesse no seu ponto alto, ainda se recolhe do texto uma certa sensação de insegurança que só com a subida de Afonso VII ao trono, em 1126, parece ter desaparecido⁸⁵¹.

A imagem de Afonso VI enquanto promotor da “Reconquista” é-nos ainda transmitida por uma carta de Honório II endereçada a Afonso VII, datada de 1129, onde o papa afirmava que aquele monarca vencera muitas vezes os sarracenos⁸⁵². Por seu lado, Pedro Marcio não realça a atividade guerreira de Afonso VII contra o al-Andalus, informando simplesmente que empreendeu uma expedição contra os sarracenos, acompanhado por um grande exército⁸⁵³. Este episódio pode situar-se em 1133⁸⁵⁴, ano em que o rei liderou um exército até ao vale do Guadalquivir, passando por Sevilha e, ainda mais a sul, por Cádiz e Jerez. Podem contar-se várias campanhas castelhano-leonesas organizadas ao longo dos anos 30, embora não tenham resultado em anexações territoriais, o que apenas se verificou a partir do final dessa década e do início da seguinte,

⁸⁴⁷ “(...) in superiori uero castellum situm est, quod hinc natura loci illinc muro atque turribus satis munitum conspicitur. In hoc rebelles Aragonenses cum Sarracenis, quos rex ibi miserat, e turbem sibi subditam depopulabantur et adiacentes partes depredabantur.” (HC, I, 85).

⁸⁴⁸ HC, I, 90.1.

⁸⁴⁹ “Preterea tantam ecclesie persecutionem, tantam Hispanie attritionem, quantam nec Sarraceni, si sui iuris esset, ei intulissent.” (HC, I, 79.1).

⁸⁵⁰ HC, II, 71.1. Leia-se o subcapítulo 2.1 e o 2.4, onde se analisam alguns aspetos relacionados com este concílio.

⁸⁵¹ Em HC, II, 70, capítulo anterior às atas aqui mencionadas, Pedro Marcio ainda alude a essa conjuntura instável. Em II, 85 diz-se que Afonso VII expulsou o aragonês de Castela.

⁸⁵² “Quanto affectu quantaque deuotione auus tuus illustris memorie rex A. beatum Petrum et Sanctam Romanam Ecclesiam dilexerit, interroga seniores tuos et dicent tibi, quod ob hoc uictoria sibi a celesti numine prestita Sarracenos Christiani nominis inimicos sepe preliando deuicit.” (HC, III, 10.3). JL 7383 (1129) = PL CLXVI, Honorius II papae ep. XCVIII, cols. 1302-1303.

⁸⁵³ “Rex interim, sicut iam consilio suorum baronum disposuerat, cum magno et innumerabili comitum, principum, militum quoque et peditum exercitu, super Sarracenos in expeditionem iter suum imperialiter direxit.” (HC, III, 39.4).

⁸⁵⁴ Data desse ano o desentendimento entre Gelmírez e o chanceler do rei, Bernardo, ao qual se alude em HC, III, 32 e III, 39.

período em que Afonso VII foi definitivamente superior ao inimigo almorávida, cronologia que já não é retratada na *HC*⁸⁵⁵.

3.1.3. A frente aragonesa

Relativamente ao flanco aragonês, a expansão territorial para sul e a evolução da sociedade aragonesa que lhe estava associada estão muito presentes na historiografia que se produziu sobre a História de Aragão dos séculos XI e XII, nomeadamente por investigadores como Carlos Laliena Corbera, José María Lacarra, Antonio Ubieto Arteta e Philippe Sénac. Efetivamente, aquele período destacou-se por um alargamento muito significativo deste reino na região do vale do Ebro, principalmente a partir de Sancho Ramírez (1063-1094) e durante o governo dos seus sucessores, Pedro I (1094-1104) e Afonso I (1104-1134). O *Batalhador*, sobretudo, ficou muito conhecido pela sua atividade guerreira e com ele a superfície territorial do reino aragonês duplicou, aproximando-se, assim, da dimensão atual da comunidade autónoma de Aragão⁸⁵⁶. Algumas das mais importantes conquistas do final do século XI e do início do seguinte foram Huesca (1096), Barbastro (1100)⁸⁵⁷ e Saragoça (1118), esta última referida na *HC*.

O cerco a esta cidade é um acontecimento colateral na crónica e o único que é mencionado no contexto do confronto entre cristãos e muçulmanos na região oriental da Península Ibérica. Geraldo faz uma sucinta descrição da presença de Afonso I às portas de Saragoça, vitorioso depois de ter sido coadjuvado por um “exercitus Francorum” e de ter submetido os muçulmanos da cidade a uma fome prolongada. A referência ao acontecimento surge quando o cronista narra que um dos enviados de Gelmírez, de nome Pedro, que se ia encontrar com Gelásio II, se dirigiu a Afonso I para tentar que um seu companheiro fosse libertado, um sobrinho do bispo que fora preso em Castrojeriz por

⁸⁵⁵ REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 239; GARCÍA FITZ, Francisco – *Relaciones políticas y guerra...*, 2002, p. 77-107.

⁸⁵⁶ Sobre as conquistas territoriais de Afonso I leia-se UBIETO ARTETA, Antonio – *Historia de Aragón. La formación territorial*, 1981, p. 141-199.

⁸⁵⁷ UBIETO ARTETA, Antonio – *Historia de Aragón. La formación territorial*, 1981, p. 84-99, 115-133; REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 134-148, 191; GARCÍA GARCÍA, Francisco de Asís – “Dogma, ritual y contienda: arte y frontera en el Reino de Aragón a finales del siglo XI”, 2012, p. 218; ECHEVARRÍA, Ana; MARTÍN VISO, Iñaki – *La Península Ibérica en la Edad Media (700-1250)*, 2020. Barbastro já tinha sido alvo de uma importante ofensiva militar cristã em 1064 (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Definición de cruzada: estado de la cuestión”, 2009, p. 234).

aragoneses⁸⁵⁸. O importante para o redator era registar que os legados compostelanos, que nessa altura eram com frequência enviados à cúria papal para discutir a promoção de Compostela a arcebispado, sofriam constantemente estes abusos por parte dos aragoneses, o que, como já se viu, é um tema recorrente em vários capítulos de Geraldo. Deste modo, o propósito de Pedro é o foco da ação e a notícia da queda de Saragoça apenas se justifica por esse facto, não tendo nenhuma outra função na narrativa, exceto servir como cenário de fundo das peripécias dos enviados do prelado.

No entanto, o acrescento do autor demonstra o impacto que a conquista de uma das grandes cidades do Ebro teve nos cristãos hispanos contemporâneos, mesmo nos que estavam na zona mais ocidental da Península Ibérica, que neste caso contaram com uma testemunha ocular de tão importante acontecimento. Com efeito, o êxito é habitualmente considerado como a conquista cristã mais relevante daquela época depois da de Toledo⁸⁵⁹. Saragoça fora um importante reino muçulmano ocupado pelos almorávidas apenas em 1110 e, tal como Toledo, a sua passagem para o domínio cristão pressupôs o ganho de uma grande extensão de território⁸⁶⁰. Depois deste evento, o *Batalhador* continuou a alargar o seu reino, tomando logo no ano seguinte Belchite, Tudela e Tاراçona⁸⁶¹. Ainda que de modo sintético, Geraldo esclarece tudo o que de verdadeiramente relevante foi observado por Pedro nesse momento: a vitória de Afonso I, o auxílio de um exército vindo de além-Pirenéus e o cerco que, deduzimos pela informação, terminou em rendição depois de uma fome prolongada.

A presença de soldados não hispanos neste assédio militar não constituiu um acontecimento inédito, pois a ajuda ultrapirenaica em contexto bélico peninsular já se verificara anteriormente, por exemplo com Pedro I⁸⁶². Relativamente à queda de

⁸⁵⁸ “Eo tempore rex ille Aragonensis Cesaraugustam cum exercitu Francorum obsederat. Post hec autem cepit eam, Sarracenis coactis fame ad deditionem” (HC, II, 4.2).

⁸⁵⁹ REILLY, Bernard F. – *Las Españas medievales*, 1996, p. 149; *Idem* – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 183.

⁸⁶⁰ LACARRA, José María – *Alfonso el Batallador*, 1978, p. 65-82; UBIETO ARTETA, Antonio – *Historia de Aragón. La formación territorial*, 1981, p. 156.

⁸⁶¹ LEDESMA, María Luisa – “La sociedad de frontera en Aragón (Siglos XII y XIII)”, 1993, p. 32; LALIENA CORBERA, Carlos – “*Larga stipendia et optima praedia...*”, 2000; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 133.

⁸⁶² REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 304; *Idem* – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 134-148; *Idem* – *Las Españas medievales*, 1996, p. 144. Contudo, Charles Bishko referiu que a intervenção estrangeira na Península Ibérica, neste contexto, se verificou sobretudo nos séculos XII e XIII (BISHKO, Charles Julian – “The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095-1492”, 1980, p. 400).

Saragoça, este auxílio foi muito importante e diversas fontes referem a participação de militares provenientes de várias regiões do reino de França, nomeadamente do sul, dos quais se poderia destacar o visconde Gastón de Béarn, mas há também menções a soldados originários de áreas mais a norte, como os normandos. Afonso I mantinha uma relação com várias figuras de além-Pirenéus, quer familiar, quer de vassalagem, como no caso dos viscondes de Béarn, de Bigorre, de Labourd e de Béziers, ou com os senhores da Gasconha e do Poitou. A novidade que introduziu nestes intercâmbios foi a concessão de inúmeros privilégios, propriedades e cargos a várias dessas personagens. De facto, os “franceses” não foram apenas colaboradores na guerra, pois cooperaram também, de diferentes formas, no processo de ocupação do espaço que se ia adquirindo⁸⁶³.

Esta vitória aragonesa é habitualmente relacionada com a realização de um concílio em Toulouse, no mesmo ano, onde foi aprovada a expedição na Hispânia contra os muçulmanos com as honras de “cruzada”, o que pressupôs uma mobilização geral e levou alguns estudiosos a verem na grande afluência de “franceses” a Saragoça uma consequência daquele concílio. Além disso, aí estiveram presentes prelados de um e do outro lado dos Pirenéus, embora todos de origem “francesa”. Por outro lado, algumas fontes cristãs e muçulmanas indicam que o próprio monarca aragonês pedira ajuda a militares de além-Pirenéus⁸⁶⁴. Por último, para essa afluência teria também contribuído a elevada adesão de guerreiros do atual sul de França à Primeira Cruzada (1096-1099), que estariam ainda imbuídos do espírito de luta contra o inimigo da fé cristã⁸⁶⁵.

A HC menciona ainda, muito indiretamente, como o reino de Saragoça era frágil face ao poder militar cristão antes deste cerco, num período anterior à sua submissão aos

⁸⁶³ Acerca da queda de Saragoça às mãos dos cristãos e do contributo ultrapirenaico para esta campanha consulte-se LEMA PUEYO, José Ángel – *Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*, 2008, p. 121-133; LACARRA, José María – “La conquista de Zaragoza por Alfonso I”, 1947; *Idem* – “Los franceses en la Reconquista y repoblación del valle del Ebro en tiempos de Alfonso el Batallador”, 1981; UTRILLA UTRILLA, Juan Fernando – “Conquista, guerra santa y territorialidad en el reino de Aragón...”, 2007, p. 116. Segundo Bernard Reilly, o número de cavaleiros “franceses” seria superior ao de aragoneses (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 194-195).

⁸⁶⁴ UBIETO ARTETA, Antonio – *Historia de Aragón. La formación territorial*, 1981, p. 149-150; LACARRA, José María – “La conquista de Zaragoza por Alfonso I”, 1947, p. 78-82; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 113-1134; *Idem* – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 194.

⁸⁶⁵ Soldados de além-Pirenéus já tinham participado na ofensiva contra Barbastro, em 1064 (TYERMAN, Christopher – *The World of the Crusades*, 2019, p. 289). Veja-se igualmente RUSSO, Luigi – *I crociati in Terrasanta. Una nuova storia (1095-1291)*, 2018 e RILEY-SMITH, Jonathan – *The First Crusaders, 1095-1131*, 1997.

almorávidas, pois ficamos a saber que o tesouro da Igreja de Santiago de Compostela possuía uma peça de prata que pertencera a “Almostaim, rei dos sarracenos” (“Almostani regis Sarracenorum”)⁸⁶⁶, possivelmente Almostaim II da taifa de Saragoça (1085-1110), morto em 1110 num combate contra cristãos⁸⁶⁷. No entender de Antonio López Ferreiro, a peça teria chegado a Compostela através da rainha Urraca⁸⁶⁸, mas esta referência não deixa de sugerir também as ligações que existiam entre o ocidente e o oriente da Península Ibérica.

3.1.4. A pirataria no litoral peninsular

O habitual afastamento de Diego Gelmírez do contacto real com muçulmanos na região de fronteira com o al-Andalus contrasta na narrativa com a proximidade que o prelado tinha com os piratas almorávidas que chegavam ao litoral galego⁸⁶⁹. A destruição do território e o aprisionamento de cristãos são reiteradamente descritos na obra, embora alguns capítulos refiram os mesmos acontecimentos, o que testemunha como a situação era preocupante para o bispo e para as populações costeiras. Em cinco dos capítulos apresentados de seguida, os muçulmanos são associados à prática da pirataria ou diretamente designados como piratas⁸⁷⁰, enquanto um barco construído pelo pisano Frixón, utilizado pelos cristãos irienses, é denominado “navio pirata”⁸⁷¹, pois do lado cristão a resposta à ofensiva islâmica era dada na mesma medida, embora nunca se lhe atribua o início das hostilidades. O bispo de Compostela recorreu mais do que uma vez aos conhecimentos italianos em técnicas de navegação e construção naval, de modo a conseguir igualar a ferocidade dos almorávidas, que era comparável à de povos que

⁸⁶⁶ “Paucis itaque admodum huius consilii complicitibus mensa rotunda argentea, que uulgo intremissa uocabatur, que fuerat Almostani regis Sarracenorum, continens XL marchas argenti (...)” (HC, II, 16.1).

⁸⁶⁷ UBIETO ARTETA, Antonio – *Historia de Aragón. La formación territorial*, 1981, p. 143-144.

⁸⁶⁸ LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 525-526.

⁸⁶⁹ Acerca da posição de Diego Gelmírez relativamente à guerra que decorria em território peninsular contra o Islão leia-se PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)*..., 2016, p. 99-121, onde o biógrafo do prelado compostelano expõe a relação que existe na HC entre o ideal de Cruzada e o de “Reconquista”, salientando como a pirataria no litoral galego é a forma preferencial dos cronistas para retratarem a luta contra os muçulmanos. Algumas dessas ideias podem encontrar-se também em PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Compostela y Jerusalén: Reconquista y cruzada en el tiempo de Diego Gelmírez”, 2006.

⁸⁷⁰ HC, I, 76; II, 4; II, 15; II, 75; III, 28.

⁸⁷¹ “nauis piratica” (HC, II, 29.2).

chegavam à Galiza vindos do norte da Europa⁸⁷². Nas próximas considerações sistematizar-se-ão todas as passagens que mencionam a presença muçulmana na orla marítima do noroeste peninsular, atentando em especial à caracterização que se faz do espaço de onde provinham os piratas e da região de fronteira na costa ocidental peninsular, bem como dos confrontos com os cristãos.

Munio Afonso dedicou apenas um capítulo a este problema, onde anunciou a frequência dos ataques muçulmanos à Galiza e a decisão do bispo compostelano de reabilitar o castelo de Torres de Oeste. A crueldade e maliciosa astúcia que lhes atribui⁸⁷³ são características lembradas por Geraldo quando os compara aos piratas ingleses⁸⁷⁴. Este mesmo cronista refere igualmente a reconstrução de Torres de Oeste por vários bispos de Iria para proteger o território galego dos ataques cometidos a partir do mar⁸⁷⁵, como efetivamente aconteceu no início da década de 20⁸⁷⁶.

Geraldo esclareceu de onde era habitual virem os piratas muçulmanos com a intenção de saquear, com bastante pormenor para quem escrevia a uma distância considerável do sul da Península Ibérica. No entanto, podemos imaginar que a minúcia do redator confirma a frequência das incursões islâmicas e atesta possivelmente um contacto de proximidade que lhe permitiu distinguir diversas origens dentro do conjunto político do al-Andalus almorávida. Através de gentílicos, Geraldo identificou, do ponto mais oriental para o mais ocidental, os “Hispalenses” (Sevilha), os “Saltenses” (da ilha de Saltés, em frente a Huelva), os “Castellenses” (possivelmente originários de Cacela, hoje Cacela Velha, no concelho de Vila Real de Santo António⁸⁷⁷), os “Silvenses” (Silves) e os

⁸⁷² Vejam-se, respetivamente, os subcapítulos 2.2 e 2.3.

⁸⁷³ “Ismahelitarum seu icia”; “Hismahelitarum subdola uersutia”; “(...) si forte Mohabite quam etiam Hismahelite se alicunde quoquo modo ad id castrum applicarent, aut lapidibus et acutis sudibus desuper iactis obruentur aut a militibus, qui ibi sub tranquillitatis custodia permanerent, captionis aut mortis periculo procul dubio urgerentur.” (HC, I, 33).

⁸⁷⁴ “Quod haud aliter accidit, equidem Anglici ex inproviso cursu uelifero maris confinia inuadentes hos trucidabant, illos denudantes omnibus bonis suis priuabant, alios, ac si essent Moabite, captos et cathenatos ad redemptionem cogeabant, quin etiam nimia pecunie cupiditate obcecati, pro nefas!” (HC, I, 76.1).

⁸⁷⁵ HC, II, 23.

⁸⁷⁶ “Verebatur enim, ne aut Sarraceni aut alie gentes ex insperato predictum castellum ingrederentur et circum circa beati Iacobi prouinciam impie edomarent.” (HC, II, 24). José Campelo situou os acontecimentos no ano de 1122 (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 286, nota 1). Acima de tudo, os castelos estão relacionados na HC com a guerra interna, e apenas algumas vezes se apresentam associados a confrontos com o exterior (PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “De la función de los castillos en el tiempo y los espacios de Diego Gelmírez”, 2013, p. 193).

⁸⁷⁷ Seguimos a explicação de José Campelo relativamente a Cacela (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 281), embora o autor tenha proposto anteriormente que seriam os muçulmanos de Granada, cuja capital

“Lisbonenses” (Lisboa), além de outros sarracenos que, genericamente, viviam no litoral “desde Sevilha até Coimbra” (“ab Hispali usque ad Colimbriam”)⁸⁷⁸. Posteriormente, volta a mencionar-se como essas incursões eram habituais desde os tempos do rei Afonso VI, e que os inimigos vinham de Sevilha, Lisboa e Almeria⁸⁷⁹. Esta última cidade é um dado novo, que recua vários quilómetros para leste o limite da procedência dos almorávidas – Almeria encontra-se a 400 km de Sevilha.

Convém salientar que estes lugares estavam já, naquela época, integrados no espaço politicamente unificado sob o domínio almorávida desde o final do século XI. Contudo, estas cidades eram suficientemente proeminentes, como Lisboa, ou indicavam até antigas capitais de reinos de taifas, como Almeria, Silves e Sevilha, tendo sido esta última uma das mais poderosas, e a ilha de Saltés, um destacado enclave da taifa de Huelva, conhecida pela sua prosperidade económica e marítima. No que concerne a Cacela, o lugar não se encontrava longe da antiga taifa de Santa Maria de Algarve⁸⁸⁰. Continuava a persistir, portanto, uma forte individualidade desses velhos centros políticos do sudoeste peninsular de um tempo anterior à chegada dos almorávidas.

Como explicação dos motivos que levaram Gelmírez a procurar ajuda em Pisa e em Génova, e da vinda do construtor de barcos genovês Ougério para a Galiza por volta de 1115⁸⁸¹, Geraldo enumera em pormenor os territórios que costumavam ser assaltados, decalcando o noroeste peninsular desde a sua fronteira sul até ao seu limite norte: os muçulmanos que viviam entre Sevilha e Coimbra devastavam o litoral desde esta cidade até aos Pirenéus⁸⁸². Coimbra representa nesta passagem, portanto, o limite entre a

era *Castila* ou *Castilia* (*Ibidem*, p. 192, nota 2). Como adverte Emma Falque, o texto menciona os “sarracenos que habitam a costa desde Sevilha até Coimbra”, o que naturalmente exclui Granada (*Historia Compostelana*, 1994, p. 245, nota 670), mas num outro capítulo Geraldo refere muçulmanos que vinham de Almeria, cidade que fica a leste de Granada, hipótese que, portanto, não seria totalmente descabida.

⁸⁷⁸ “Hisdem temporibus Hispalenses, Saltenses, Castellenses, Siluenses, Lisbonenses ceterique Sarraceni ab Hispali usque ad Colimbriam confinia maris incolentes naues construere consueuerant (...)” (*HC*, I, 103.1).

⁸⁷⁹ “A temporibus A. regis bone memorie Sarraceni ab Hispali, ab Almaria, Olisbona et a ceteris locis mari finitimis nauigio in Galliciam uenire consueuerant.” (*HC*, II, 21).

⁸⁸⁰ Sobre as taifas do sudoeste peninsular, absorvidas pela poderosa taifa de Sevilha, veja-se VIGUERA MOLÍNS, María Jesús – “Historia Política”, 1994, p. 101-104. Uma história política do al-Andalus desde o início do século XI até meados do XIII pode encontrar-se em *Idem* – *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes...*, 1992, em especial p. 95-101 e 145-151 sobre os reinos de taifas a que aqui se alude.

⁸⁸¹ *HC*, I, 103.2 e 103.3.

⁸⁸² “(...) nauigio armata manu uenientes maritima a Colimbria usque ad Pirenaeos, uidelicet Portugalliam, Morracios, Saliniensium fines, Pistomarchos, Gentines, Nemancos, Sonariam, Salagiam, Bregantinos, Nemitos, Prucios, Bisancos, Trasancos, Viuariam, Ourios, Nauiam, ceterosque maritimos Asturum fines terramque sancte Iuliane depopulando uastabant.” (*HC*, I, 103.1).

Hispania cristã e o Islão⁸⁸³, indicando como a fronteira se mantinha sensivelmente na zona do Mondego na área ocidental. Num outro capítulo, os muçulmanos percorriam a costa “desde o rio Douro até ao Ulla, desde o Ulla até às Astúrias e mais além” (“a flumine Dorio usque ad Vliam et ab Ulia usque ad Asturias et ultra”)⁸⁸⁴, em que o Douro representa novamente uma fronteira com o al-Andalus, enquanto num capítulo anterior o redator fora mais rigoroso, indicando que a destruição começava desde Coimbra.

Em vários dos capítulos que Geraldo redigiu sobre os esforços de Compostela em ascender a arcebispado, as menções aos muçulmanos multiplicam-se, em paralelo com as referências à insegurança que estava associada nesses tempos à passagem pelo reino aragonês. Primeiro lê-se que Gelmírez não poderia encontrar-se com Gelásio II, quer devido à ameaça aragonesa quer à dos “piratas ismaelitas” e dos seus vinte barcos⁸⁸⁵; depois, quando o bispo se preparava para ir a Reims, convocado por Calisto II, não conseguiu empreender a viagem por via marítima devido aos “senhores do mar” (“dominus maris”), que chegando em vinte embarcações matavam cristãos e faziam outros prisioneiros; por terra, reitera Geraldo, o rei aragonês impedia a passagem⁸⁸⁶; finalmente, encontrando-se Hugo em Cluny, onde recebeu a resposta final do papa sobre a petição do compostelano, o bispo do Porto justificou a ausência de Gelmírez na cúria de Calisto II com os mesmos dois motivos, aludindo de novo aos vinte barcos dos piratas⁸⁸⁷. Já depois de conseguido o privilégio, em 1120, o arcebispo aproveita a chegada

⁸⁸³ BARROS, Mariana Fonseca – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019, p. 132. Esta cidade foi cercada pelos almorávidas em 1117, mas desde então não voltaria a ser seriamente ameaçada (REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 176).

⁸⁸⁴ “Preterea XX naues Sarracenorum, que captiuatum et trucidatum Christianos uenerant, tunc temporis prouincie beati Iacobi applicauerant. Qui a flumine Dorio usque ad Vliam et ab Ulia usque ad Asturias et ultra usquequaque Oceani maris littora depopulantes Christianos hos interficiebant, alios captiuabant, maris confinia circumquaque, utpote dominus maris, pro suis habebant.” (HC, II, 12.2).

⁸⁸⁵ “Ego quidem libentissime presentiam Gelasii Pape, qui et ecclesie nostre et noster amicus est, adirem et credo ecclesie nostre archiepisopatum ab eo impetrarem, sed iter michi utrimque obtrusum est. Hinc enim nostrum mare Oceanum pirate Hismahelitarum non minus quam cum uiginti nauibus obsident, illinc propter guerras et regni Hispanie perturbationes per terram minime patet nobis aditus.” (HC, II, 4.1).

⁸⁸⁶ “Sed quoniam per medias acies Hispanie predonum, per municipia tyrannorum, per Aragonensis regis regnum transire non erat ei oportunum (...). Preterea XX naues Sarracenorum, que captiuatum et trucidatum Christianos uenerant, tunc temporis prouincie beati Iacobi applicauerant. Qui a flumine Dorio usque ad Vliam et ab Ulia usque ad Asturias et ultra usquequaque Oceani maris littora depopulantes Christianos hos interficiebant, alios captiuabant, maris confinia circumquaque, utpote dominus maris, pro suis habebant. Tandem episcopus noster dissuasui regine et quorundam nostrorum concanonicorum metuendo etiam, ne in manus Hismaelitarum incideret, ab itinere, quod se facturum in Galliam predestinauerat, pedem retraxit.” (HC, II, 12.2).

⁸⁸⁷ “Postquam autem uenit Portugalensis referens episcopum sancti Iacobi ad Calixtum Papam inpresentiarum nullatenus uenire posse, tum quoniam Aragonensis tyrannus per regnum suum transeundi

à costa de um barco de normandos mercadores para lançar o boato de que o pagamento que deveria seguir até à cúria de Calisto II seria levado por esse grupo, que, “empurrado pelo vento, tinha errado pelo oceano dos bárbaros agarenos”, e tendo chegado à Galiza, tinha pressa em regressar à Normandia⁸⁸⁸. Menciona-se ainda uma outra vez a chegada de piratas de Lisboa e de Sevilha em vinte barcos depois daquela data⁸⁸⁹.

A concentração de notícias deste género no período entre 1118 e 1120 lança a suspeita de que estes anos foram particularmente difíceis no que dizia respeito à segurança no mar no ocidente peninsular. Por outro lado, a repetição de alguns elementos na construção destes episódios – entre eles destaca-se a alusão à chegada de muçulmanos em duas dezenas de embarcações – sugere, como alternativa, que poderá ter-se tratado de um único acontecimento marcante nessa cronologia, que o cronista desdobrou em várias referências para sublinhar o impacto das consequências que teve a incursão de tão grande número de piratas, ou para intensificar a justificação da permanência de Diego Gelmírez na Galiza, para o que também contribuía as constantes menções à guerra com Aragão. Aliás, note-se como a comparação entre o perigo aragonês e o islâmico é explícita em algumas destas passagens, enquanto outros excertos atrás analisados apenas insinuavam essa ideia. Estas duas ameaças, quando diretamente associadas à insegurança das fronteiras da Hispânia, permitem identificar este topónimo com o reino leonês⁸⁹⁰.

Pedro Marcio também se pronuncia sobre a presença almorávida junto à Galiza, embora o faça recorrendo a elementos que já tinham sido avançados pelo cronista anterior, aos quais acrescentou outros detalhes. Relembra que Gelmírez mandara construir dois barcos no tempo do seu episcopado e que, sendo já arcebispo, contratou os serviços de um especialista de Pisa na arte náutica, chamado Frixón, para que conduzisse uma birreme até à terra dos muçulmanos, o que aparentemente tornou a região marítima “completamente segura” (“penitus secura”) e converteu os sarracenos, antes piratas, em

minime ei licentiam concedebat, tum quia XX naues piratarum Hismahelitarum mare Oceanum tenebant obsessum, Romani, pretaxata spe cassati, molesti tulerunt.” (HC, II, 15.1).

⁸⁸⁸ “Quomodo autem tot et tanta mitterentur, subtilissimo egebat ingenio. Tunc temporibus naui quedam Normanorum institorum, que uento exagitata barbarorum oceano Agarenorum oberruerat, castello Honesto applicuerat et in Normaniam repedare properabat.” (HC, II, 16.1).

⁸⁸⁹ “Quodam denique tempore Sarraceni Hispalenses et Olisbonenses in uiginti nauibus prouinciam beati Iacobi inuadunt et multitudine sua uallati circumquaque depopulantur.” (HC, II, 21).

⁸⁹⁰ GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 110-111.

“butim dos cristãos” (“Christianorum preda”)⁸⁹¹. Num episódio em particular, informa que um mouro foi preso para ser trocado por um elevado resgate, o que aponta para que fosse algum dirigente muito importante⁸⁹². Por fim, existe a notícia de que Gelmírez se encontrava junto ao castelo de Torres de Oeste com um grande exército para combater um assalto de sarracenos, quando chegaram uma carta de Inocêncio II e outra de Anacleto II, datadas ambas de 1134⁸⁹³.

3.1.5. Os milagres de S. Tiago e os “infiéis” – castigo e salvação

Quando Almançor tomou conhecimento da identidade do santo que repousava na catedral de Compostela, depois de o seu exército a destruir, fugiu arrependido, ficou doente e acabou por morrer⁸⁹⁴. Como se procurou demonstrar no início deste capítulo, a sequência desses acontecimentos é descrita com a intencionalidade de sublinhar um desígnio do apóstolo, que castigou os muçulmanos pelos seus atos, mas ao mesmo tempo demonstrar como até o inimigo se submetia à sua veneração através do arrependimento. Também Gelmírez foi salvo de cair nas mãos dos sarracenos, em Lisboa⁸⁹⁵, mas S. Tiago revelava-se igualmente a favor dos “infiéis”, como nos conta Geraldo.

Pelo ano de 1121, enquanto Gelmírez se encontrava preso a mando da rainha Urraca, um grupo de muçulmanos conduzido por um guia cristão, conhecedor da “língua ismaelítica”⁸⁹⁶, dirigiu-se para Santiago de Compostela, onde se encontraria com Urraca e o seu filho Afonso. Não é indiferente que tal reunião acontecesse em Compostela, desde

⁸⁹¹ “Post archiepiscop<atus> adeptionem idem archiepiscopus Amorreorum guerram sue terre circa maritimas partes multum nocere annuatim uidens, ad exaltationem Christianorum et depressionem Sarracenorum sollerti et ualde utili consilio usus est. (...) Et sic prouidentia et consilio domini archiepiscopi terra maritima, que a Sarracenis per singulos annos prius fuerat depreda et deuastata, penitus secura permansit, et Sarraceni, qui eius terre predones et deuastatores annuatim extiterant, Christianorum preda per Dei gratiam facti sunt.” (HC, II, 75). “Post obitum uenerande memorie regis A. domini D. archiepiscopo Compostellane sedis cathedram obtinente, sicut in precedenti uolumine scripsimus, uiolenta Sarracenorum manus Gallecie fines piratico nauigio inuadere cepit et Christiane religionis statum non mediocriter labefactare annuatim consuevit. (...)” (HC, III, 28).

⁸⁹² “(...) Facta autem iuste et regulariter prede diuisione, dominus archiepiscopus XXV marchas argenti et unum maurum, magno pretio redimendum, pro parte sua iuxta equitatis regulam habuit.” (HC, III, 29.2).

⁸⁹³ “Vterque autem partem suam tueri contendens domino D. Compostellano archiepiscopo, qui tunc temporis pro repellenda Sarracenorum rabie apud castrum Honestum cum magno exercitu militum et infinito numero peditum manebat, huiusmodi litteras diuersis nuntiis, quorum alter de altero ignorabat, eodem die simul delegauerunt.” (HC, III, 38.1). JL 7653 (Pisa, 3 de maio de 1134) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. CLV, cols. 203-204 e JL 8426 (Latrão, 22 de abril de 1134).

⁸⁹⁴ HC, I, 2.8.

⁸⁹⁵ HC, II, 53.1.

⁸⁹⁶ “Ad hec centurio lingua Hismaelitica (...) inquit” (HC, II, 50.2).

logo para a revelar como uma cidade capital onde se desenvolviam importantes acontecimentos para a política do reino, e também para fazer coincidir o evento com a prisão do arcebispo, a sua libertação e a ação do apóstolo no desenrolar dos acontecimentos.

Os mensageiros – discretos e ilustres (“uiros discretos atque illustres”), qualidades contrastantes com as dos episódios vistos antes – foram enviados pelo “rei dos sarracenos, chamado Ali, que tinha poder sobre os agarenos de um lado e do outro do mar da Ibéria” (“Sarracenorum rex Ali nomine, qui et citra mare et trans mare Hyberie septrum habet in Agarenos”), para encetar contactos diplomáticos com os monarcas leoneses⁸⁹⁷. Salienta-se, desde logo, a consciência que se tinha em Compostela do poder almorávida, do seu detentor – à partida o emir Ali ibn Yusuf (1106-1143) – e da geografia em que se fazia sentir – tanto na Hispânia como no Norte de África⁸⁹⁸.

Durante o caminho, os enviados ismaelitas – o nome mais usado neste capítulo – demonstraram curiosidade, em primeiro lugar, para compreender o que levava uma multidão de peregrinos a dirigir-se com tanta devoção àquela cidade, sendo informados pelo companheiro cristão acerca de todas as nações que veneravam o apóstolo S. Tiago. Já na catedral compostelana, o seu espanto foi notório, pois reconheceram que tal edifício não tinha paralelo em todo o espaço que dominavam, isto é, de um lado e do outro do seu mar (“Infra et citra nostrum mare”). Ali quiseram saber que género de auxílio o apóstolo proporcionava àqueles que o reverenciavam, e foram forçados a admitir que os milagres que S. Tiago era capaz de produzir não se comparavam a nada que Maomé pudesse fazer⁸⁹⁹, acentuando-se assim a preeminência do santo cristão sobre o profeta muçulmano.

⁸⁹⁷ “Sarracenorum rex Ali nomine, qui et citra mare et trans mare Hyberie septrum habet in Agarenos, miserat Hismaelitas nuntios, uiros discretos atque illustres, ad reginam Vrracam eiusque filium legationis gratia. Qui cum iter carperent ad occidentem, audito quod regina cum filio suo in Gallecie moraretur finibus, uident peregrinos Christicolas quam plures ad beatum Iacobum orationis causa euntes et redeuntes, et admirantes sciscitantur centurionem Petrum nomine, quem Christianum producem et manutentorem inter Christianos habebant, qui et eorum lingua satis peritus erat. «Quisnam», inquit, «iste est quem Christianorum multitudo tanta frequentat deuotione? (...)» (HC, II, 50.1).

⁸⁹⁸ *Historia Compostelana*, 1994, p. 383, nota 296; *Historia Compostellana...*, 1950, p. 320, nota 1. “de um lado e do outro do Estreito” é a tradução de Emma Falque para a expressão “citra mare et trans mare Hyberie”, que é habitual nas crónicas medievais que se referem aos almorávidas. Seguimos a tradução literal do latim, tal como José Campelo e Manuel Suárez.

⁸⁹⁹ “«Pape», inquit, «quam nobile quamque gloriosum Iacobi uestri precellit edificium! Infra et citra nostrum mare non uidimus huic comparandum.» (...) Ad hec stupent atque mirantur Hismaelite et Nicholaum suum, suum scilicet Mafomet, nil tale posse fatentur (...)» (HC, II, 50.2).

Apesar de o grupo começar, posteriormente, a demonstrar algum ceticismo em relação ao poder do apóstolo, a libertação de Gelmírez da prisão da rainha nessa mesma altura foi interpretada como um milagre jacobeu, e aceite como tal pelos ismaelitas, já completamente convencidos da força de S. Tiago⁹⁰⁰. A culminar esta sucessão de interações entre muçulmanos e cristãos, e como aqueles permaneceram durante mais tempo em Compostela, um deles solicitou ajuda ao santo para se curar de um abcesso que lhe crescera no pescoço, tendo recuperado do mal que sofria por um milagre. Geraldo terminou o capítulo com uma mensagem moral, sublinhando a bondade do apóstolo junto dos muçulmanos, tão dignos de a receber como os cristãos. Assim, S. Tiago foi glorificado “pelos fiéis e pelos infiéis”, e o seu exemplo de misericórdia deveria ser seguido por todos⁹⁰¹.

Estes episódios foram construídos com o óbvio intuito de destacar o apóstolo S. Tiago, ora capaz de infligir doença, ora de a curar, ou ainda de suscitar o interesse do “infiel” pelos seus poderes miraculosos, e não tanto o de atribuir intencionalmente traços positivos ao muçulmano. Quer provoque arrependimento, veneração ou agradecimento por uma ajuda prestada, o santo é reconhecido pelo adversário, até ao ponto de este admitir que era superior às suas referências religiosas, constatação que, feita pelo próprio, desacredita duplamente a sua religião. Esta imagem vai ao encontro daquela que se construiu em alguns textos hagiográficos contemporâneos da *HC* estudados por Patrick Henriët, nos quais se retratam muçulmanos reconhecedores de santos cristãos⁹⁰². No entanto, não se pode negar que no conjunto de subcapítulos da crónica compostelana que se referem aos milagres do apóstolo há um apelo notório à benevolência e até misericórdia que se deve mostrar para com o outro, pois S. Tiago acolhia todos sob a sua proteção, independentemente da sua fé, desde que se lhe submetessem e o reconhecessem, mesmo

⁹⁰⁰ *HC*, II, 50.3 e 50.4.

⁹⁰¹ “Vix peracta oratione apostematis conglutinatio exinanitur. Hismaelita incolumitati restituitur.” (*HC*, II, 50.5). “Quid plura? Collaudabatur atque magnificatur a fidelibus et ab infidelibus beatus Iacobus apostolus, ut puta patrocinator clementissimus. (...) O quanta Dei pietas, qui per apostolum suum etiam infidelibus miracula potentie sue exhibet! (...) Quam misericordiam nos quoque presto habere in omnibus et ubique mereamur, ipso propitio qui est fons misericordie.” (*HC*, II, 50.6).

⁹⁰² HENRIËT, Patrick – “Remarques sur la présence des musulmans dans l’hagiographie hispano-latine des VIIIe-XIIIe siècles”, 2015. Algumas imagens do muçulmano criadas em crónicas do mesmo período legitimam este adversário, referindo aspetos como as alianças entre líderes cristãos e muçulmanos (MIRANDA GARCÍA, Fermín – “Legitimar al enemigo (musulmán) en las crónicas hispanocristianas (Ss. XI-XII)”, 2015). Outros textos no conjunto de capítulos de AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular...*, 2015 tratam a representação do muçulmano e a guerra contra o Islão em fontes narrativas medievais.

aqueles contra quem se lutava sob o seu signo, como demonstra o *Codex Calixtinus*⁹⁰³. Não era um santo adorado apenas no Ocidente cristão, como se começou por dizer no início do capítulo, mas era-o também no espaço ocupado pelos que professavam o Islão.

Finalmente, do ponto de vista político, não se pode deixar de observar como se retrata a convivência pacífica entre líderes de um e do outro lado da fronteira. Esta ambivalência de relações não é incomum na historiografia ibérica, oscilando-se entre a ênfase do inimigo da fé e a diplomacia, embora, de um modo geral, a imagem do muçulmano em textos peninsulares tenha evoluído no sentido negativo, passando a destacar-se a oposição religiosa nos séculos XII e XIII, e ao mesmo tempo a detalhar-se melhor o outro com o recurso a um vocabulário mais diversificado, tal como é exemplo a *HC*⁹⁰⁴.

3.1.6. Um inimigo com variados nomes

Com efeito, os muçulmanos são referidos na *HC* em 40 capítulos sob várias designações, que se repetem quase todas em mais do que um capítulo, além de que alguns episódios incluem mais do que um nome diferente: os cronistas compostelanos alternam entre agarenos, moabitais (almorávidas), amorreus, gentios, infiéis, ismaelitas, mouros, pagãos e sarracenos⁹⁰⁵. Tal como acontece noutras fontes cronísticas e litúrgicas do

⁹⁰³ *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, Livro II, cap. 19. Esta ajuda conferida à “Reconquista” também é mencionada na *Historia Silensis* (BARKAI, Ron – *Cristianos y musulmanes en la España medieval...*, 1991, p. 116).

⁹⁰⁴ ZIMMERMANN, Michel – “Le rôle de la frontière dans la formation de la Catalogne (IX-XII^{ème} siècle)”, 1993, p. 11-13; *Idem* – “L’image du musulman et son utilisation en Catalogne du IX^e au XII^e siècle”, 1986. Ron Barkai estudou minuciosamente como se constrói a alteridade na historiografia medieval, tanto peninsular como extrapeninsular, e quer cristã, quer muçulmana. Aí ficou perceptível como a *Historia Compostellana* foi redigida num período em que a Hispânia cristã vacilava “entre la Cruzada y la posibilidad de una coexistencia cristiano-musulmana” (BARKAI, Ron – *Cristianos y musulmanes en la España medieval...*, 1991, p. 106). Fora do âmbito peninsular, o retrato do muçulmano nem sempre foi tão desfavorável nessa cronologia. Podemos encontrar múltiplos exemplos do respeito e da compreensão do outro, bem como de um esbatimento da diferença religiosa, nas obras de Wolfram von Eschenbach (1170-1220), *Parzival* (*Parsifal*, tradução para português de A. R. Schmidt Patier, 2006) e *Willehalm* (*Willehalm*, introdução e tradução para inglês de Charles E. Passage, 1977). Sobre a segunda leia-se PEREIRA, Marta Inês Nunes – *A representação de cristãos e pagãos...*, 2004. Acerca da imagem do muçulmano criada pelos cristãos na Idade Média veja-se ainda SÉNAC, Philippe – *L’image de l’autre, histoire l’Occident médiéval face à l’Islam*, 1983.

⁹⁰⁵ Para acompanhar a análise que se segue vejam-se em simultâneo as informações do gráfico 9 e do quadro 11. Acerca dos termos utilizados pelos autores cristãos para referir o inimigo muçulmano – termo que, tal como o de “Islão”, apenas surgiu no Ocidente no século XVI – leia-se LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo – “Textos y contextos de las primeras impresiones sobre los árabes en la Península ibérica”, 2011; MIRANDA GARCÍA, Fermín – “Legitimar al enemigo (musulmán) en las crónicas hispanocristianas (ss. XI-XII)”, 2015, p. 250-251; MAÍLLO SALGADO, Felipe – *Vocabulario de Historia árabe e islámica*, 1996; RÍOS SALOMA, Martín F. – “La «Reconquista»: una aspiración peninsular?...”, 2008.

mesmo período, várias destas palavras são retiradas da Bíblia e algumas apontam para a origem étnica ou cultural do inimigo, nomeadamente a sua origem árabe, como “israelitas” (descendentes de Ismael, filho da escrava Agar e de Abraão, antepassado das tribos árabes) e “agarenos” (descendentes de Agar), enquanto “sarracenos” é o termo mais usado no Ocidente cristão para referir em geral os muçulmanos⁹⁰⁶. Vários autores cristãos do século XII referem em concreto o seu adversário do momento, os almorávidas (do árabe *al-murabitun*, aquele que vive no *ribat*, eremitério fortificado vinculado ao dever da guerra santa), uma dinastia berbere nascida de um movimento marcado pelo fundamentalismo religioso, que nessa cronologia liderava o Magrebe e o al-Andalus, onde subjugou as taifas do século XI⁹⁰⁷. Nas fontes cristãs estes são designados como “moabitas”, aludindo-se, portanto, a uma metáfora bíblica para retratar o conflito entre cristãos e muçulmanos daquela época, concebendo-se os primeiros como o povo de Israel e os segundos como os moabitas que por vezes combatiam os israelitas⁹⁰⁸. Do mesmo modo, o termo “amorreus” deriva da Bíblia e remete para a disputa entre israelitas e esse povo inimigo. O vocábulo “mouros” poderia indiciar, sobretudo, a proveniência berbere dos muçulmanos⁹⁰⁹, e existe ainda um outro conjunto de denominações de carácter religioso – “gentios”, “infiéis” e “pagãos” – que se referem à sua exclusão do Cristianismo, normalmente num sentido muito pejorativo. A este propósito deve assinalar-se que neste período o Islão não era ainda considerado como uma outra religião para os cristãos, nem as Cruzadas tinham como primeiro objetivo a conversão dos seus

⁹⁰⁶ Alguns autores cristãos associavam os sarracenos a uma suposta evocação dos próprios muçulmanos, que se identificariam como filhos de Sara, a legítima esposa de Abraão (MICHEAU, Françoise – “Sarrasins”, 1997, tomo II, p. 1395, onde se explicam outras origens da palavra). Isidoro de Sevilha, contemporâneo do advento do Islão, alude aos sarracenos com esta aceção, explicando que também assumiam o nome de ismaelitas ou agarenos (ISIDORO DE SEVILHA, Santo – *Etimologías*, 1982, vol. I, p. 743, 749-751).

⁹⁰⁷ MAÍLLO SALGADO, Felipe – *Vocabulario de Historia árabe e islámica*, 1996, p. 34 e 201; VIGUERA MOLÍNS, María J. – *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes...*, 1992, p. 15-16, 155-201; REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos...*, 1996, p. 129-134.

⁹⁰⁸ GARCÍA GARCÍA, Francisco de Asís – “Dogma, ritual y contienda: arte y frontera en el Reino de Aragón a finales del siglo XI”, 2012, p. 234-237. Acerca da *Chronica Adefonsi Imperatoris* consulte-se RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Alejandro – “Anatema y guerra santa: apuntes en torno a la recepción medieval de la narrativa bíblica de *bellum sacrum*”, 2021, p. 95-101. A tradução preferencial do latim de Emma Falque é “almorávidas”, enquanto José Campelo e Manuel Suárez traduziram a palavra, na maior parte das vezes, como “moabitas”.

⁹⁰⁹ Deriva do adjetivo latino “maurus, -a, -um” relativo ao habitante da Mauritânia, embora na Idade Média fosse usado num sentido mais alargado (COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 1981, tomo IV, p. 151-153; PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (ed.) – *Lexicon latinitatis Medii Aevi Regni Legionis (s. VIII-1230) imperfectum...*, 2010, p. 467-468, dicionário que não abarca, porém, documentação galega).

adeptos, e essa terminologia depreciativa explica-se em grande medida por esta razão⁹¹⁰. Por outro lado, nesta mesma época cresce também o conhecimento acerca do muçulmano em algumas áreas da Cristandade. Neste sentido, há que mencionar a iniciativa do abade de Cluny, Pedro o *Venerável*, de encomendar a tradução do Corão para latim, mesmo que tal tivesse como objetivo a refutação dos princípios do Islão através do debate intelectual⁹¹¹.

Ainda que todos aqueles nomes indiquem os islâmicos, é importante notar como apresentam cunhos distintos, e que nem todos atuariam como sinónimos, possivelmente evocando grupos diferentes dentro do Islão. Com efeito, a sociedade do al-Andalus era composta por várias fações das quais sobressaíam os árabes, os berberes e os próprios andaluzes, mesmo que a língua e a cultura comum a todas fossem árabes⁹¹². Neste sentido, é particularmente elucidativa uma expressão de Munio Afonso, que alerta para a distinção entre os ismaelitas e os almorávidas – tanto uns como outros poderiam aproximar-se do castelo de Torres de Oeste (“si forte Mohabite quam etiam Hismahelite se alicunde quoquo modo ad id castrum applicarent”⁹¹³). De acordo com Ron Barkai, “agarenos” e ismaelitas” são designações que na *HC* representam os andaluzes, que os autores nitidamente discernem dos almorávidas⁹¹⁴.

Além disso, podem assinalar-se algumas tendências nesta narrativa que ajudam a compreender mais claramente a perceção que os redatores da *HC* e os seus contemporâneos tinham dos muçulmanos. Em primeiro lugar, encontra-se uma maior variedade de vocábulos para os mencionar quando representam um perigo no mar para os galegos, utilizando-se neste caso 8 das 9 designações empregues em toda a crónica para nomear os muçulmanos, associando-se especialmente o termo “pirata” ao de “ismaelita”. Quando se refere a tensão ou a guerra que se travava na fronteira, ou simplesmente se aponta a ocupação da Península Ibérica pelo Islão, aparecem na narrativa 6 formas

⁹¹⁰ OLIVEIRA, Luís Filipe – “Os tempos da cruzada, da conversão e do martírio”, 2020, p. 45; KEDAR, Benjamin Z. – *Crusade and Mission: European Approaches Toward the Muslims*, 1984; RENZI, Francesco – “A Cristianização da guerra na Idade Média (séculos VI-XI)”, 2023.

⁹¹¹ CARDINI, Franco – *Europe et Islam. Histoire d'un malentendu*, 2002, p. 131 e seguintes; IOGNA PRAT, Dominique – *Order and Exclusion: Cluny and Christendom Face Heresy, Judaism, and Islam (1000-1150)*, 2002, p. 332-357; SÉNAC, Philippe – *L'image de l'autre, histoire l'Occident médiéval face à l'Islam*, 1983, p. 109-113.

⁹¹² CHEJNE, Anwar G. – *Muslim Spain...*, 1974, p. 110-120, 133-135; MARÍN, Manuela – *Individuo y sociedad en Al-Andalus*, 1992, p. 15-62.

⁹¹³ *HC*, I, 33.

⁹¹⁴ BARKAI, Ron – *Cristianos y musulmanes en la España medieval...*, 1991, p. 139-140.

diferentes. É também interessante constatar que os termos registados nos capítulos que respeitam ao reconhecimento do apóstolo S. Tiago por muçulmanos apresentam um sentido mais pejorativo em relação a este grupo, ou indicam apenas a sua não pertença à fé cristã (gentios e infiéis), denotando o contraste entre os verdadeiros cristãos e os islâmicos que esporadicamente se rendiam ao culto do apóstolo. Deste modo, consoante o tema sobre o qual se pretendia escrever, os autores da crónica tinham preferências por uma ou outra terminologia, alargando-a quando o contacto com o adversário era mais próximo.

Em segundo lugar, há discrepâncias a nível quantitativo no emprego de todas estas designações. Mesmo que a palavra “israelita” esteja presente somente em 15% dos capítulos, esta é a mais polivalente de todas, aparecendo em todos os contextos em que se alude a muçulmanos, sendo a predileta para registar algumas características próprias do grupo, como “o seu Maomé” e a “língua israelítica”. Por seu turno, “sarracenos” é a mais utilizada na crónica (39% dos capítulos), tanto por parte dos cronistas como em documentos lavrados na cúria papal, destacando-se a sua presença em excertos que referem líderes políticos (o emir almorávida Ali e o rei da taifa de Saragoça, Almorávida II). “Almorávidas” é o segundo vocábulo mais mencionado na obra (16%), sendo-o igualmente pelos redatores compostelanos e pelos papas; a esse povo em concreto são atribuídas determinadas características físicas (“os quais o calor do sol faz semelhantes aos etíopes”). Assim, podemos dizer que se optava preferencialmente por termos que indicassem a caracterização política, étnica ou cultural dos muçulmanos, e com menos frequência se lhes referia com termos depreciativos ou indicativos da sua descrença na fé cristã, embora a maioria dos capítulos os caracterize negativamente com diversas expressões e adjetivos.

As anteriores reflexões permitem retirar algumas ilações acerca da perspetiva que os autores da *HC* tinham da interação entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica. Richard Fletcher mencionou como as crónicas compostas entre meados do século XI e meados do XII, no norte do reino de Leão e Castela – ou seja, mais ou menos próximas da crónica compostelana tanto na cronologia como na geografia em que foram redigidas –, não atribuem demasiada importância à guerra de “Reconquista”, talvez porque a zona

de guerra estava suficientemente afastada da região em que nasceram⁹¹⁵. Pelo mesmo motivo, outros autores, como começámos por dizer no início, referem o desinteresse de Gelmírez por essa guerra. Como esperamos ter deixado claro, não é exato afirmar que este bispo era indiferente ao combate que se fazia ao Islão, embora no que diz respeito a esta fonte devamos atentar nas diferentes formas de descrever essa guerra e nos diversos cenários em que ela decorria.

De facto, verifica-se um desequilíbrio entre o conflito que se desenrola nas regiões de fronteira – nomeadamente na castelhano-leonesa, uma vez que a aragonesa é quase ausente da narrativa – e o que acontece ao longo do litoral do noroeste peninsular, sobretudo na costa da Galiza⁹¹⁶. Desde logo, a diferença tem que ver com a natureza de ambos os confrontos, pois o primeiro visava a conquista de território pelas duas partes e o segundo caracterizava-se por atos de pirataria (saque, destruição de território e aprisionamento de inimigos) cometidos por ambas as fações. Além disso, o papel de Gelmírez não é o mesmo numa e noutra situação. Na Galiza, onde o bispo domina, a sua ação bélica é muito mais palpável, em concreto para defender o senhorio da sua Igreja. Aí, os galegos, em especial as populações costeiras, estabelecem um contacto próximo com os piratas almorávidas e há que lhes proporcionar segurança. O prelado compostelano lidera várias tarefas para a defesa do seu território, contratando especialistas italianos na construção naval, congregando a sua frota para lançar contraofensivas em espaço islâmico, supervisionando a fortificação do castelo de Torres de Oeste e acompanhando ele mesmo o seu exército preparado para combater. Em território galego, os monarcas leoneses não têm qualquer interferência face à guerra marítima, pelo contrário, Afonso VI preferia destruir as Torres de Oeste, enquanto o bispo insistiu para que fossem robustecidas.

⁹¹⁵ Em concreto, o *Chronicon Iriense*, composto em Santiago de Compostela por volta de 1090, e a *Crónica do Bispo Don Pelayo*, da diocese de Oviedo, redigida talvez na segunda década do século XII. A *Historia Silensis* confere mais atenção à “Reconquista” e a *Chronica Adefonsi Imperatoris* olha para a guerra contra o Islão como uma atividade importante do reinado de Afonso VII, de acordo com a visão de Richard Fletcher (FLETCHER, Richard A. – “Reconquest and crusade in Spain c. 1050-1150”, 1987, p. 34-41).

⁹¹⁶ Apesar de estabelecermos esta diferenciação na nossa análise, María Pallares Méndez e Ermelindo Portela arriscaram dizer, a propósito da pirataria muçulmana, que “no se aleja mucho de la realidad decir que, en tales circunstancias, el «extremo» está en la ría de Vigo o en la de Arosa, escenarios de los asaltos musulmanes” (PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 67).

Por seu turno, a intervenção direta do prelado na guerra da região de fronteira é pouco visível. Apenas uma vez reage militarmente, acompanhado de Urraca, sendo, aliás, o único interveniente na resposta à ameaça sobre Toledo, e encontra-se também noutra zona fronteiriça, junto a Lisboa, alguns anos antes de ser bispo, mas sem desempenhar qualquer papel militar. Outros protagonistas são associados no texto à guerra de “Reconquista” propriamente dita, entre eles Afonso VI, o conde Raimundo, o seu filho Afonso Raimundes, enquanto infante e, posteriormente, como rei Afonso VII, Afonso I de Aragão e, de um modo geral, os galegos, dos quais se destacam alguns condes mais importantes. Estas iniciativas são sobretudo régias, mas também, por vezes, condaís, e Gelmírez cooperava principalmente a nível ideológico – por exemplo, através dos concílios em que tratava sobre a paz e a guerra do reino.

No entanto, quando o texto se volta para a fronteira, muitos dos episódios criados pelos cronistas têm uma função específica no discurso, quer se trate de uma vantagem cristã ou islâmica: a resposta à investida de Almançor é relatada sob a forma de uma intervenção divina de S. Tiago, que ditou a doença e a morte daquele caudilho e de muitos dos seus militares, transformando-se, assim, a destruição da cidade compostelana na glorificação do seu apóstolo; este também intervém na batalha que se deu perto de Lisboa, salvando Gelmírez de uma morte que parecia certa e convertendo uma grande derrota cristã num milagre jacobeu; tanto Gelmírez como a sua Igreja são exaltados após o desastre em Uclés, que colocou Toledo em perigo, mas que contou com a pronta ação militar do bispo; com a ameaça muçulmana junto ao Douro, no castelo de Berlanga, destaca-se a valentia dos galegos, que tanto estavam preparados para combater os aragoneses como os inimigos da sua fé; a vitória sobre Alcalá é uma notícia subtil e não tem relevância do ponto de vista da “Reconquista”, mas é acrescentada ao relato para frisar que existia proximidade entre Gelmírez e Afonso Raimundes e que esta era reconhecida pelo Papado, de modo a contrariar os boatos maliciosos lançados pelo arcebispo de Toledo; a conquista de Saragoça pelo rei aragonês contextualiza a passagem de um enviado do prelado de Compostela por essa cidade, o qual pretendia libertar um companheiro preso às mãos de aragoneses, representados constantemente como um obstáculo às aspirações de Gelmírez; por fim, as referências a Mérida servem estas mesmas aspirações. A ocupação islâmica desta cidade leva a que se crie na *HC* um discurso otimista, que projeta a sua conquista num futuro próximo, não só por parte dos

redatores, que ansiavam o pleno exercício das funções eclesiásticas de Diego Gelmírez ou dos seus sucessores, mas também da parte da monarquia, através do documento de Afonso VII que veiculava a ideia de que Mérida se situava num espaço que por direito deveria ser cristão.

Por outro lado, o facto de uma sé estar sob domínio muçulmano criava discórdia entre dioceses já restauradas a norte do Tejo, que procuravam exercer a jurisdição que no passado coubera àquela. Simultaneamente, a conquista de um território constituía um marco importante na consciência dos cristãos, a partir do qual começava o normal funcionamento das instituições eclesiásticas, como podemos observar no argumento dos representantes da sé de Mondonhede enviados a Pascoal II para o persuadir de que um grupo de arciprestados pertencera a esse bispado durante algum tempo, após a recuperação do território ao Islão. Por conseguinte, este texto, escrito por cónegos, reflete como a perturbação e a restauração da organização eclesiástica da Hispânia eram entendidas como duas das consequências mais visíveis da presença islâmica neste espaço ou do seu afastamento, do mesmo modo que o próprio culto jacobeu só desabrochou após o restabelecimento da religião cristã.

De um modo geral, a guerra com o Islão, independentemente do cenário em que ocorra, é apresentada como uma autêntica guerra de avanço e de recuo no território, de perdas nas razias sofridas e de ganhos naquelas cometidas⁹¹⁷. Existe algum equilíbrio entre as duas forças nos combates junto à fronteira, não se escondendo uma clara superioridade islâmica em alguns acontecimentos marcantes, assim como se relatam algumas importantes vitórias cristãs, sendo o reinado de Afonso VI retratado como um período marcado pela primazia cristã, por oposição ao de Urraca e mesmo aos primeiros anos do governo de Afonso VII, monarca que só surge uma vez simplesmente preparando uma expedição. No entanto, como se pôde constatar, as derrotas ou as situações de perigo para os cristãos são sempre minimizadas, seja por intervenção divina de S. Tiago, da ação do próprio Gelmírez ou dos galegos, da mesma forma que se submete o muçulmano ao cristão através do reconhecimento que o primeiro faz de vários milagres do apóstolo. Já no espaço marítimo galego, as investidas almorávidas são descritas como repetitivas e os

⁹¹⁷ Na perspetiva de Ron Barkai, a luta contra o Islão retratada na *HC* é essencialmente defensiva e não reconquistadora, avaliando por determinadas expressões que na fonte remetem para a ideia de “proteção” e de “defesa” (BARKAI, Ron – *Cristianos y musulmanes en la España medieval...*, 1991, p. 123).

seus efeitos são trágicos para os cristãos, mas a réplica de Diego Gelmírez, embora pontual, é certa e inflige o mesmo grau de sofrimento nos adversários. Todavia, o Islão constitui uma ameaça elevada e constante às fronteiras do reino castelhano-leonês, e nesse sentido os muçulmanos são comparados com outros inimigos que provocavam a mesma sensação de insegurança, como os povos do norte da Europa, que colocavam em risco a integridade do espaço marítimo do reino, e os aragoneses, que durante o reinado de Urraca investiam contra a fronteira castelhano-leonesa no leste.

Alguns dos episódios analisados, todos escritos por Geraldo, oferecem vários elementos que elucidam quanto à conceção geográfica deste redator e, por extensão, das elites da Igreja de Santiago de Compostela, da Galiza ou mesmo do reino leonês acerca de vários territórios da Península Ibérica. Relativamente ao extenso espaço fronteiriço que separava o conjunto político de Leão e Castela do al-Andalus, entre o Douro e o Tejo, o cronista divide-o em duas partes: o território além-Douro propriamente dito e o reino de Toledo. De ambas o rei Afonso VI expulsou os muçulmanos, o que se deve entender que aconteceu tanto através da ocupação e da restauração das instituições cristãs, no primeiro caso, como pela via militar, no segundo. Assim, o Douro assume ainda, simbolicamente, o papel de um marco territorial entre os mundos cristão e islâmico ou representa, na realidade, um limite entre o reino leonês e um território que tinha sido acrescentado a essa entidade política no século anterior, e que conservava ainda diferenças significativas para se lhe atribuir uma identidade própria, embora não devamos esquecer que esta região de fronteira ainda era instável, como comprova o ataque a Berlanga mencionado na crónica. A mesma forma de pensar o Douro está presente nas considerações que se fazem sobre os estragos dos piratas almorávidas, que se começam a fazer sentir a partir daquele rio. Esta perspetiva assemelha-se à de outras obras redigidas aquém-Douro, como a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, estudada por Jean Gautier Dalché⁹¹⁸. Isto não invalida que o espaço que começava para lá deste rio surja noutros capítulos da *HC*, sob o nome de Estremadura ou “fronteira”, como uma área do reino

⁹¹⁸ Segundo este autor, no final do século XI um muçulmano não se sentiria estrangeiro em Toledo, Talavera ou Madrid, mas um galego ou um asturiano sentiriam que pertenciam a um mundo diferente se passassem o Douro (GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Islam et Chrétienté en Espagne au XIIe siècle...”, 1959, p. 190-191). Observe-se esta expressão da *Chronica Adefonsi Imperatoris*: “mementote qualiter rex domnus Adefonsus et patres nostri bellando ceperunt Toletum et omne regnum usque ad flumen Dorii (...)” (CAI, 1990, p. 210).

embrenhada nos seus problemas políticos durante o reinado de Urraca, análoga às restantes que participam na guerra contra Aragão. Apesar disso, o texto também coloca a fronteira, no ocidente, em Coimbra.

Na orla marítima da Península Ibérica, Geraldo desenha uma linha desde Almeria até aos Pirenéus pelo lado ocidental, abarcando várias cidades de onde vinham piratas muçulmanos e várias regiões que estes atacavam. Muitas vezes recorrendo ao gentílico, o cronista revela-nos os lugares do al-Andalus que estavam mais desenvolvidos no que toca ao domínio do mar, atestando que entre Almeria e Lisboa havia uma série de centros urbanos islâmicos prósperos, muitos antigas capitais de reinos de taifas, e que em Compostela era possível distinguir essas várias origens entre os piratas que ali chegavam.

Sobressaem ainda algumas cidades pela frequência com que são mencionadas neste contexto: Toledo, centro evidentemente destacado – mas contra o qual se procura salientar Santiago de Compostela pela sua importância espiritual –, sobretudo no período de 1108-1109, quando esteve seriamente ameaçado e de onde se organizaram ofensivas cristãs para sul, e durante o reinado de Afonso VI, enquanto grande conquista deste monarca; Mérida, no domínio eclesiástico, referida ao longo da década de 20, por se tornar um dos territórios de expressão do poder de Gelmírez, mesmo que ocupada pelo Islão; Lisboa e Sevilha são dois dos centros mais temidos pelos cristãos, pois daí provinham mais vezes piratas. Além disso, Lisboa também representa a guerra na fronteira no extremo ocidental da Península Ibérica, enquanto Saragoça o representa no extremo oriental, entre o final do século XI e os primeiros anos do XII.

Posto isto, pode dizer-se que o detalhe geográfico é muito maior nos capítulos em que se narra a chegada dos almorávidas por mar ao norte da Península Ibérica do que naqueles que aludem ao conflito na zona de fronteira, assim como se especificam os lugares de origem dos inimigos quando se relatam ataques à Galiza, o que não acontece nos restantes episódios.

3.2. A “versatilidade” dos termos *Hispania* e *hispani*

A palavra “Hispania” não assume um significado único na *HC*, tal como acontece noutras fontes escritas medievais. Ora representa o espaço peninsular – nem sempre abarcando o al-Andalus –, ora reduz a sua aceção para o reino castelhano-leonês. Em várias passagens, porém, é muito imprecisa. Os diferentes sentidos que os autores da crónica lhe atribuem foram já discutidos em algumas publicações. Umas abordam o tema de maneira esporádica, como complemento do seu objeto de estudo central: em meados do século anterior, Antonio Maravall dedicou uma importante monografia ao exercício do poder na Península Ibérica ao longo da Idade Média e a determinados conceitos com ele relacionados, concretamente o de “reino” e o de *Hispania*⁹¹⁹. Mais recentemente, Hélène Sirantoine desenvolveu um estudo acerca da evolução da ideologia imperial no território peninsular, bem como do significado da expressão *regnum Hispaniae*⁹²⁰. Outros trabalhos são inteiramente dedicados à *HC*, embora uns reflitam sobre o conceito de *Hispania* enquanto questão colateral e outros o tenham como objeto principal de análise. No primeiro grupo inserem-se o artigo de Ermelindo Portela sobre a coroação régia de Afonso Raimundes em 1111, por Diego Gelmírez, na catedral de Santiago de Compostela, narrada na crónica⁹²¹, e a biografia deste bispo do mesmo autor⁹²². No segundo incluem-se o estudo também publicado por Ermelindo Portela, em conjunto com María Pallares Méndez, debruçado sobre as diversas fronteiras que assomam no discurso compostelano e, em correlação com esse tópico, sobre os diferentes entendimentos da ideia de “Hispania”⁹²³, assim como o estudo comparativo de Ángel Gordo Molina e Juan Gerter Urrutia acerca deste conceito na *Historia Compostellana* e nas contemporâneas

⁹¹⁹ Na sua monografia *El concepto de España en la Edad Media*, publicada em 1954 (citar-se-á a 4ª edição, de 1997), o autor utilizou variada documentação e diversas fontes cronísticas, de diferentes territórios hispânicos e de outros extrapeninsulares, das quais a *HC* é amiúde citada. Destaca-se um capítulo especialmente relevante que foi publicado no mesmo ano na *Revista de Estudios Políticos*, sob o título “El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media”.

⁹²⁰ Em concreto sobre a *HC* veja-se SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 264, nota 239 e p. 366-372.

⁹²¹ O autor opina que Afonso Raimundes foi coroado rei de Leão e não da Galiza, como grande parte dos estudiosos concebera até então (PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013).

⁹²² Sobre o reino da Hispania leia-se PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 82-99.

⁹²³ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostellana”, 1996.

*Crónicas Anónimas de Sahagún*⁹²⁴. Ao longo do presente capítulo apoiar-nos-emos no contributo destas investigações, validando-o ou questionando-o, e complementando-o com excertos da crónica pouco ou nada explorados.

Um outro conjunto de estudos é fundamental para se conhecer a evolução que o vocábulo sofreu desde a sua origem e ao longo dos séculos medievais⁹²⁵. Importa reter, como adverte Miguel Ladero Quesada, que “Es un error (...) suponer que España era sólo un concepto geográfico”⁹²⁶. Começando precisamente por apresentar um sentido geográfico ajustado à Península Ibérica, adquiriu uma dimensão administrativa com a integração desse espaço no Império Romano⁹²⁷ e, mais tarde, assimilou-se progressivamente ao reino dos visigodos, que alargaram o seu domínio a todo o conjunto peninsular, enquanto as suas gentes se foram identificando como *hispani*. O *regnum Gothorum* tornou-se então o *regnum Hispaniae*, transformação conceptual que não se suprimiu com o desaparecimento desse reino depois da invasão islâmica de 711. A cronística asturiana recorreu ao termo *Hispania* para referir tanto o domínio muçulmano – algo que ainda se verificava no século XII – como o antigo reino visigótico⁹²⁸. O

⁹²⁴ GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012.

⁹²⁵ Relativamente à evolução do significado do termo *Hispania* e do conceito de *regnum Hispaniae* podem consultar-se ISLA FREZ, Amancio – *Memoria, culto y monarquía hispánica entre los siglos X y XII*, 2006, p. 166-184; LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Unidad y diversidad en la España medieval. En torno a la idea de nación, patria y estado”, 2005; *Idem* – “Integración y regionalización en la Europa Medieval”, 2001, p. 32; MARROQUÍN, Besga Armando – “España y Edad Media. Sobre el uso del nombre de ‘España’ en las historias medievales”, 2010; *Idem* – “La hispanización de España”, 2012; MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los españoles en la Historia*, 1959, p. 116-135; SABATÉ, Flocel; FONSECA, Luís Adão da – “The Spain that never was: the Iberian Peninsula from its peripheries”, 2015, p. 13-15; SIRANTOINE Hélène – “Memoria construida, memoria destruida...”, 2010; *Idem* – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 176-188; PÉREZ MARINAS, Iván – “Regnum Gothorum y Regnum Hispaniae en las crónicas hispano-cristianas de los siglos VIII y IX...”, 2013; GARCÍA MORENO, Luis A. – “La idea de España en la época goda”, 2005; HILLGARTH, Jocelyn N. – “Spanish historiography and Iberian reality”, 1985.

⁹²⁶ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Unidad y diversidad en la España medieval. En torno a la idea de nación, patria y estado”, 2005, p. 22.

⁹²⁷ No que respeita ao conceito de Ibéria e de Hispânia na Antiguidade leia-se BLANCO ROBLES, Fernando – “From Iberia to Hispania: the formation of an identity in Antiquity”, 2020; DOMÍNGUEZ MONEDERO, Adolfo J. – “Los términos Iberia e iberos en las fuentes grecolatinas...”, 1983; REI, António – *O louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval...*, 2007. A palavra “Hespéria”, também usada na HC, aparece em vários autores latinos, como Virgílio, com diferentes sentidos. Remetendo para o Ocidente, indicava muitas vezes a Itália, mas também a Península Ibérica (ARTIGAS, Esther; RIQUER, Alejandra de – “Hispania, Hiberia y Hesperia en los poetas latinos”, 1993). A *Chronica Pseudo-Isidoriana*, de meados do século XII, expõe a sua própria explicação acerca da etimologia destes vocábulos (MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis – “La monarquía leonesa. Fernando I y Alfonso VI (1037-1109)”, 1995, p. 417; *La chronica gothorum pseudo-isidoriana (ms. Paris BN 6113)*, 2000, p. 112-113).

⁹²⁸ Alguns estudos revelam que a *Historia Silensis*, também escrita na primeira metade do século XII, emprega a expressão “reino da Hispânia” com diferentes aceções: ora remetendo para o âmbito de poder

neogoticismo recuperou o seu sentido totalizante, sobretudo a partir de Afonso VI, quando toma forma uma projeção teórica do poder régio em toda a Península Ibérica, tendo não só em conta as alterações que se verificaram nas intitulações régias, mas também determinadas ações concretas deste rei, como a sujeição de alguns reis de taifas mediante o pagamento das párias e a política de expansão territorial em relação aos seus vizinhos, quer cristãos, quer muçulmanos. Isto resultou, por exemplo, na anexação de territórios navarros e de terras islâmicas ao reino castelhano-leonês, que era então o mais poderoso de todo o espaço peninsular, posição que já detivera no início do século XI o espaço dominado pelo seu avô, Sancho III de Navarra (1004-1035). Durante o final deste século e a primeira metade do seguinte, coexistiram vários significados do termo que, além do seu sentido alargado, podia equivaler também ao reino concreto de Afonso VI. A associação entre o *regnum Hispaniae* e o reino leonês começara já, de resto, no final do século X⁹²⁹, e não obstante a fragmentação política no norte cristão, a ideia totalizante do conceito manteve-se, até o império de Afonso VII se institucionalizar⁹³⁰, continuando a ser reconhecida nas obras historiográficas de carácter universal do século XIII, como as de Lucas de Tuy, Rodrigo Jiménez de Rada e Afonso X, que dedicaram boa parte dos seus trabalhos às origens da Hispânia e à época dos visigodos.

A “versatilidade” da palavra *Hispania* vai um pouco mais longe, podendo o seu significado estender-se até para lá dos Pirenéus, até ao rio Ródano e às zonas de Arles e de Narbona, o que, para Antonio Maravall, se deve sobretudo aos contactos promovidos

visigótico, ora para o de Afonso VI, enquanto a *Crónica* de Sampiro, incorporada na anterior, utiliza a palavra *Hispania* para mencionar o al-Andalus (ESCALONA, Julio – “La geografía de la *Historia Legionensis* (antes llamada *Silensis*). Ensayo de análisis”, 2012; MARTIN, Georges – “Toponimia y “avidez de los reyes”: doble lexicalización de los territorios hispanos en la *Historia legionensis* (llamada *silensis*)”, 2012).

⁹²⁹ No final do século X, um documento de Bermudo II (984-999) designa pela primeira vez o reino leonês pela expressão *regnum Hispaniae*. Nos últimos anos do reinado de Fernando I, multiplicam-se os diplomas régios onde a Hispânia é uma terra com unidade cristã, e num deles o monarca governa em toda a Hispânia, embora a inclusão do al-Andalus nesse conceito seja dúbia neste caso, uma vez que o rei recebia párias de reinos de taifas, uma prática que traduzia uma forma de domínio do rei cristão sobre o espaço muçulmano (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 180).

⁹³⁰ Apesar de a *Hispania* ter um sentido total com Afonso VII, alguns documentos deste rei referem-se à palavra de modo mais restrito. De qualquer modo, este rei encarnou a figura do imperador por excelência, reunindo mais poder do que os restantes reis peninsulares, no enquadramento da conceção feudal do poder (MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 239 e 437-459. Sobre este monarca leia-se igualmente RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979 e REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998).

pela política catalã e aragonesa⁹³¹. Os autores medievais usavam ainda o plural *Hispaniae* como alternativa ao singular, e também o encontraremos em alguns excertos da crónica. Aquele investigador descreveu-o como um hábito de escrita que procedia de uma tradição culta própria dos meios eclesiásticos, um “gosto literário” cujo sentido não divergia do singular e não espelhava reais divisões políticas da Idade Média. Verificava-se muito, por exemplo, nas referências às Gálias⁹³², que esta crónica também contém. Por outro lado, Maria do Rosário Ferreira lembrou que esta prática poderia constituir uma reminiscência da divisão administrativa romana entre a Hispânia Citerior e a Ulterior, assinalando, no presente dos autores da Idade Média, a separação entre o norte cristão e o sul muçulmano, ou a realidade decomposta dos vários reinos cristãos, que se desejaria superar submetendo as Hispânicas a um único governante⁹³³. Na crónica compostelana a influência das designações antigas no pensamento medieval verifica-se ainda no nome “celtibero” adjudicado a Afonso I de Aragão, que remetia para o nordeste da península. Atente-se que é usado para mencionar a sua entrada na Galiza, em 1110⁹³⁴.

A pretensão de subordinar o espaço hispânico a um único líder está expressa, desde logo, no emprego dos títulos de *rex/regina* e *imperator/imperatrix Hispaniae* ou *Hispaniarum*, usados nas chancelarias de Afonso VI, Urraca e Afonso VII. O título imperial associado àquele topónimo e usado na primeira pessoa foi uma novidade instituída no reinado de Afonso VI, que começou a denominar-se *imperator totius Hispanie* em 1077⁹³⁵, apesar de variarem as combinações toponímicas inseridas no seu

⁹³¹ MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 91-92.

⁹³² MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 63-70. Por outro lado, Charles Bishko assinalou a diferença, nos documentos papais, entre o singular *Hispania* – que o autor julgou ser usado para designar apenas o reino de Leão e Castela – e o plural *Hispaniae* – que incluiria Aragão (BISHKO, Charles Julian – “The Spanish Journey of Abbot Ponce of Cluny”, 1984, p. 314, nota 9).

⁹³³ FERREIRA, Maria do Rosário – “‘Terra de Espanha’: A Medieval Iberian Utopia”, 2009, artigo especialmente focado na imagem da Espanha patente nos primeiros trabalhos historiográficos peninsulares escritos em língua vernácula, do final do século XIII à primeira metade do XIV. É interessante notar que Plínio tanto utiliza o singular como o plural, o primeiro com uma aceção geográfica e o segundo no sentido político-administrativo, em virtude da divisão romana da Península Ibérica em três partes: a Hispânia Ulterior Bética, a Hispânia Ulterior Lusitânia e a Hispânia Citerior Tarraconense (CIPRÉS, Pilar – “Los datos geográficos como fuente histórica. Plinio e Hispania: algunas cuestiones sobre el ordenamiento de su descripción geográfica”, 2020, p. 266-267).

⁹³⁴ “Seuus igitur Celtiberus Gallitiam furibundus intrauit (...)” (*HC*, I, 64.3).

⁹³⁵ Levantadas algumas dúvidas quanto ao documento datado de 1077, Hélène Sirantoine defende que se deve esperar pelo ano seguinte para aceitar definitivamente a adoção deste título. Apresenta igualmente várias teorias explicativas da alteração da norma até então usada na chancelaria, entre elas os desentendimentos que o rei tinha com o Papado (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 198).

título. Esta inovação pressupunha a extensão da soberania régia sobre toda a Península Ibérica, incluindo a terra muçulmana, expondo a aspiração de restaurar a unidade hispânica. Surgiram outras designações nessa época, como a de “rei das três religiões” e a de *imperator super omnes Hyspanie nationes*, bem como se reconheceu o seu poder sobre os cristãos e pagãos em todos os reinos da Hispânia, denunciando a diversidade de povos sobre os quais o monarca tinha poder⁹³⁶. No caso de Afonso VII é importante destacar a coroação imperial de 1135 e a homenagem que lhe prestaram diversos líderes cristãos peninsulares, o muçulmano Zafadola – que esteve presente naquela coroação⁹³⁷ – e um conjunto de senhores de territórios pirenaicos ou extrapeninsulares, entre eles o conde de Toulouse e o de Narbona⁹³⁸.

Além da descendência de Afonso VI, também Afonso I de Aragão se denominou *imperator Hispaniae* em virtude do seu casamento com Urraca. O poder que lhe conferiu a carta de doação da esposa era considerável, mas ambos receberam o direito de exercer

⁹³⁶ Acerca da ideologia imperial peninsular e, em particular, sobre os títulos de Afonso VI, veja-se SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 217-222 e seguintes; FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier – “La construcción teórica del poder en la primera Edad Media”, 2019, p. 107-129; ISLA FREZ, Amancio – *Memoria, culto y monarquía hispánica entre los siglos X y XII*, 2006, p. 131-184; GAMBRA, Andrés – *Alfonso VI: cancillería, curia e imperio. I. Estudio*, 1997, p. 671-714, bem como o segundo volume deste estudo, que contém uma coleção de documentos do monarca; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La idea de imperio antes y después de Alfonso VI”, 2011.

⁹³⁷ Estavam também presentes García Ramírez de Navarra, Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona, e outros magnates “franceses”. Sobre a coroação imperial em Leão leia-se RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979, p. 130-133 e UBIETO ARTETA, Antonio – “Navarra-Aragón y la idea Imperial de Alfonso VII de Castilla”, 1956, p. 47. Manuel Recuero Astray seguiu a ideia de que o império não tinha aplicação prática antes do século XI. Entre outros aspetos, antes desse período os reis não tinham uma superioridade hierárquica sobre os demais, embora no reino de Leão se comesçassem a criar as condições para o que viria a apresentar-se como um verdadeiro império institucional, uma unidade composta por uma diversidade de territórios que já tinham uma personalidade própria, sobre os quais assentava o poder de um governante capaz de os dirigir a todos. Só com Afonso VII se teria atingido esse patamar. O seu império tinha um verdadeiro carácter hispânico, visível, por exemplo, na presença de elementos dos territórios mais orientais da península na cúria leonesa, como a Catalunha e Navarra (RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979, p. 34, 137, 143-147). Também Hélène Sirantoine observou que “El imperio de Alfonso VII es panhispánico, pero la estructura que el monarca intenta crear es feudal”, ao contrário do que havia sido o império do seu avô, que pretendia dominar toda a Hispânia, enquanto Afonso VII almejara ser senhor de todos os monarcas hispanos (SIRANTOINE Hélène – “Memoria construída, memoria destruída...”, 2010, p. 242). Ainda acerca da ideia imperial leonesa e de alguns estudiosos que se dedicaram a esta temática consulte-se GORDO MOLINA, Ángel G. – “Una revisión de los conceptos de “regnum” e “imperium” en la historiografía del reino leonés”, 2004.

⁹³⁸ MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 85-87. Especialmente sobre a homenagem prestada pelo rei de Navarra, assim como as diferenças que existiam entre esta cerimónia na Hispânia e além-Pirenéus, veja-se GRASSOTTI, Hilda – “Homenaje de García Ramírez a Alfonso VII”, 1964.

soberania nos territórios do outro⁹³⁹. Mesmo após a separação definitiva do casal – provavelmente em 1114⁹⁴⁰ –, o monarca aragonês continuou a ostentar esse título, primeiro enquanto rival da rainha castelhano-leonesa, mantendo as suas pretensões às terras que esta herdara do pai, e depois como opositor de Afonso VII, renunciando ao seu uso apenas em 1127⁹⁴¹.

Há que relembrar que a governação destes quatro monarcas é contemporânea da redação da *HC*. Havia uma proximidade, aliás, entre alguns clérigos da Igreja de Santiago de Compostela e a chancelaria castelhano-leonesa desde pelo menos o final do século XI, o que poderá ter influenciado a formulação de algumas expressões que encontramos na narrativa. Essa transferência entre instituições foi ratificada em 1127, quando Afonso VII outorgou a Diego Gelmírez a liberdade de escolher clérigos da sua Igreja para ocuparem os cargos de capelão e chanceler⁹⁴². Se atentarmos nas intitulações régias referidas na *HC* associadas a topónimos, enquanto Teresa é “rainha de Portugal”, Afonso I é quase sempre “o aragonês”, uma vez “rei de Aragão” e outra “rei dos aragoneses”, e García Ramírez é rei de Navarra – embora erradamente Pedro Marcio tenha escrito “rei de Aragão”⁹⁴³ –, tanto este cronista como Geraldo designam Afonso VI, Urraca e Afonso VII como *rex* ou *regina* da Hispânia ou das Hispânicas, consoante os reinados a que se reportam⁹⁴⁴. Nos

⁹³⁹ SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 272-284; RAMOS Y LOSCERTALES, José María – “La sucesión del rey Alfonso VI”, 1936-1941; ANDRÉS LASO, Rebeca – “El matrimonio de Urraca I de León-Castilla con Alfonso I de Aragón y Pamplona. La carta de arras premonitória del fracaso conyugal”, 2008.

⁹⁴⁰ Rodrigo Jiménez de Rada refere o repúdio de Urraca pelo marido, que pode ser datado deste ano (LEMA PUEYO, José Ángel – *Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*, 2008, p. 287-288).

⁹⁴¹ Além de demonstrar o seu poderio sobre toda a Hispânia, o rei aragonês também se intitulava reinante em territórios específicos do reino herdado por Urraca, por exemplo em Castela (MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 444-445; SIRANTOINE Hélène – “Memoria construída, memória destruída...”, 2010, p. 225-226, 232-234; *Idem* – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 272-284).

⁹⁴² *HC*, II, 87.7. A partir de 1135, um dos chanceleres poderá ter sido o cronista Geraldo (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 320). Consulte-se também FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 261-262, 281-282 e REILLY, Bernard F. – “The chancery of Alfonso VII of León-Castile: The period 1116-1135 reconsidered”, 1976.

⁹⁴³ Veja-se o quadro 8.

⁹⁴⁴ “Adefonso catholico rege Hyspanie” (*HC*, II, 23); Vrraca Hispanie regina (*HC*, II, 49.1); “Vrraca (...) Hispaniarum regina” (*HC*, II, 61.1); Adefonsus Hispaniarum rex (*HC*, III, 7.1; III, 15); A. Hispaniarum rex (*HC*, III, 12); Hispaniarum rex (*HC*, III, 17.1). O primeiro caso refere-se a Afonso VI, logo o topónimo é associado ao seu título de *rex* uma vez na narrativa, pela mão de Geraldo, ao contrário do que afirmou Hélène Sirantoine, que não encontrou na fonte nenhum exemplo do poder de Afonso VI sobre a Hispânia, exceto numa carta papal, que referiremos adiante (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 264).

documentos emitidos pelos monarcas e copiados para a obra, observamos que Urraca e Afonso Raimundes se intitulam uma vez, em conjunto, *rex e regina Hispaniae*, e que Afonso VII se nomeia sempre *imperator* em sete diplomas, indistintamente da Hispânia ou das Hispânias, mesmo antes da coroação imperial de 1135⁹⁴⁵. Assim, quando aquele topónimo está associado aos títulos, o de imperador só é aplicado a Afonso VII e na primeira pessoa – isto é, em documentos –, ainda que noutros momentos este rei seja referido na narrativa simplesmente como *imperator*⁹⁴⁶, designação que também se atribui ao seu avô⁹⁴⁷.

Outra categoria de documentos que encontramos na crónica provém da chancelaria papal. Estes são dirigidos a Afonso VI, a Afonso Raimundes ainda sendo infante (ou a Diego Gelmírez, mencionando o herdeiro do trono) ou já a Afonso VII, e neles avô e neto são sempre “reis das Hispânias”⁹⁴⁸. Como elucidou Hélène Sirantoine, esta fórmula, sem aludir à condição de imperador, era uma tendência seguida pelas fontes extrapeninsulares, designadamente as cluniacenses e as papais, onde o título de *imperator* estava reservado para o imperador germânico⁹⁴⁹.

⁹⁴⁵ “A. et domina V. Dei gratia Hispanie rex et regina” (HC, II, 73.2); “Adefonsus Dei gratia Hispaniarum imperator (...) Hispanie imperator” (HC, II, 92); A. Hispanie imperator (HC, II, 93.2); Adefonsus Hispanie imperator (HC, III, 7.5); Adefonsus Hispanie imperator (HC, III, 31); A. Hispanie imperator (HC, III, 34.5); A. Hispaniarum imperator (HC, III, 43.4); Adefonsus Hispaniarum imperator (HC, III, 56.1); A. totius Hispanie imperator (HC, III, 56.2).

⁹⁴⁶ Concretamente sobre o título imperial de Afonso VII na HC consulte-se SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 366-372. A investigadora salientou a emergência progressiva do seu uso na crónica, mas advertiu que tal não é propriamente uma forma de louvar o rei, apenas o modo correto de o designar.

⁹⁴⁷ Além da HC, mais três narrativas do século XII aludem a Afonso VI como imperador: a *Historia Silensis*, o *Chronicon Lusitanum* e a *Historia Roderici* (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 243; *Historia Silensis*, 2018, por exemplo p. 162 e 200).

⁹⁴⁸ Ildefonso Hispaniarum rex (HC, I, 7.2; II, 16.2: respetivamente, JL 5810 (Latrão, 29 de dezembro de 1099) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. IV, col. 33; JL 6823 (Valence, 26 de fevereiro de 1120) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. LXXIX, cols. 1168-1169, ainda que Emma Falque tenha considerado que 1120 foi um ano bissexto, datando o privilégio do dia 27 de fevereiro); A. Hispaniarum rex (HC, I, 9.4; JL 5840 (Melfi, 14 de outubro de 1100) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. XXVI, col. 45); Yspaniarum rex (HC, II, 48.5; JL 6930 (Melfi, 7 de outubro de 1121) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. CLVI, cols. 1221-1222); A. Hispaniarum rex (HC, III, 10.3; JL 7383 (1129) = PL CLXVI, Honorius II papae ep. XCVIII, cols. 1302-1303).

⁹⁴⁹ Um documento de Urbano II é interessante, porquanto denomina Afonso VI “rei da Hispânia Citerior” (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 226-229; GAMBRA, Andrés – *Alfonso VI: cancellería, curia e imperio. I. Estudio*, 1997, p. 691; JL 5653 (mosteiro de Santo Egídio, 15 de julho de 1096) = PL CLI, Urbani II papae ep. CCL, cols. 471-472). Acerca das designações que lhe eram atribuídas em várias partes da Península Ibérica leia-se SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 229-233.

Naturalmente, estas opções dos cronistas de Santiago de Compostela passam também por uma conceção neogótica do poder régio leonês, pensado como herdeiro do visigótico, como declararam María Pallares Méndez e Ermelindo Portela, em virtude da qual o reino cujo centro é Leão tem uma projeção ampla na Península Ibérica – ao contrário do que afirmou Carlos de Ayala Martínez relativamente ao conceito de *Reconquista* que podemos retirar da narrativa, segundo este autor destituído do ideal neogótico⁹⁵⁰. O *regnum Hispaniae* é associado, portanto, à dinastia de Afonso VI, mas esta ideia coexiste no texto com a tradição política feudal e a hierarquização dos reinos peninsulares, que atinge o auge com o império de Afonso VII⁹⁵¹. Além disso, procuraremos demonstrar que existe um fator conjuntural determinante para que em muitos capítulos se identifique não apenas o *regnum Hispaniae*, mas também outras expressões mais vagas, com os domínios de Afonso VI e da sua descendência, deixando de parte o conjunto dominado pelo rei aragonês. Referimo-nos à guerra peninsular que espoletou entre Urraca e Afonso I de Aragão, um dos temas mais longamente narrados no texto por Geraldo⁹⁵². Começaremos por observar as passagens que, na forma de discursos de personagens criados ou reproduzidos pelo cronista, pretendem destacar os direitos dos sucessores de Afonso VI face à reivindicação do rei aragonês ao trono de Leão e Castela após o casamento com Urraca⁹⁵³.

Dois desses excertos são palavras da própria rainha. Esta comunicou ao conde Fernando – possivelmente filho de Garcia II da Galiza⁹⁵⁴ – que era sabido pelos que habitavam o reino da Hispânia (“omnibus Hispanie regnum incolentibus”) que ela o recebera de Afonso VI em Toledo (“regnum totum tradidit”; “totius ei dominium regni iure hereditario testatus est”), ideia que reafirma poucos capítulos depois, e que Afonso

⁹⁵⁰ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “¿Reconquista o reconquistas? La legitimación de la guerra santa peninsular”, 2020, p. 13-14.

⁹⁵¹ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 70-71; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013, p. 65-67 e 73.

⁹⁵² O retrato deste período conturbado na HC encontra-se explicado em PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 164-185.

⁹⁵³ A par da HC, as coevas *Crónicas Anónimas de Sahagún* veiculam uma propaganda anti-aragonesa. A linguagem utilizada para descrever as ações do rei de Aragão é inclusivamente muito próxima em ambas as obras (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval: iglesia y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*, 2008, p. 372 e seguintes).

⁹⁵⁴ Possibilidade primeiramente mencionada por Antonio López Ferreiro, como explicado no subcapítulo 3.1.

Raimundes o herdaria após a sua morte⁹⁵⁵. Nessa ocasião, reunidos os poderosos da Hispânia para lutar contra os almorávidas (“in Hispania principatum tenentes”), o rei submeteu-os ao poder de Urraca e instou a filha a que seguisse sempre o conselho desses nobres. A rainha justificou assim a realização do casamento com o rei de Aragão: fora aconselhada pela aristocracia depois da morte do seu pai e casou contra a sua vontade⁹⁵⁶, leitura que destoa da tradição historiográfica castelhano-leonesa, que atribui diretamente a decisão a Afonso VI⁹⁵⁷. Urraca lamentou ainda que regiões como a Terra de Campos e Castela fossem assoladas por incêndios e mortes e que não houvesse canto da Ibéria (“Hyberie angulus”) que não fosse atingido por essas perturbações⁹⁵⁸.

As duas intervenções de Urraca acompanham, na ordem de capítulos selecionada por Geraldo, a descrição de acontecimentos do ano de 1111, em concreto a desordem que o

⁹⁵⁵ “Tibi etenim notum est et omnibus Hispanie regnum incolentibus quoniam pater meus imperator Adefonsus, appropinquante sui transitus hora, mihi apud Toletum regnum totum tradidit et filio meo Adefonso nepoti suo Gallitiam, si maritum susiperem, et post obitum meum totius ei dominium regni iure hereditario testatus est.” (HC, I, 64.1). “(...) Hyspanie regnum a patre meo A. feliciter obtentum (...)” (HC, I, 69).

⁹⁵⁶ “Omnes ergo fere consules aliosque in Hispania principatum tenentes, qui tunc temporis in expeditionem contra Moabitas profecti Toletum conuenerant (...) ante se uenire iussit eorumque famulatum meo benigne subdidit imperio meamque personam et regnum eorundem fideli custodie diligenter commendauit interminans et admonens ne quid graue uel arduum preter eorum uoluntatem et commune consilium ullo modo disponere presumerem. (...) secundum eorum dispositionem et arbitrium inuita nupserim cruento pialtico Aragonensi tyranno (...)” (HC, I, 64.1). A ideia de que o reino da Hispânia ficaria privado de rei depois da morte de Afonso VI, e que isso teria motivado a nobreza a forçar o casamento de Urraca com o rei de Aragão, também fora comunicada pela rainha ao abade de São Miguel da Chiusa, representante do papa Pascoal II, segundo conta Geraldo no capítulo I, 79.3, onde o redator optou pela expressão “Hiberos proceres”.

⁹⁵⁷ Esta foi a visão dos acontecimentos que prevaleceu. Contudo, a sucessão conturbada de Afonso VI e os problemas do início do reinado de Urraca, o seu casamento com Afonso I e a ameaça ao poder de Afonso Raimundes sobre a Galiza e sobre o reino leonês são questões para as quais a HC é fundamental, sobretudo por conter uma visão contemporânea desses eventos, embora devamos ter em conta que é partidária. Lembre-se também que Gómez González, conde de Lara, foi outro potencial marido para a herdeira do trono leonês contemplado na altura. Acerca destes problemas leia-se RAMOS Y LOSCERTALES, José María – “La sucesión del rey Alfonso VI”, 1936-1941, que, além da HC, se serve de outras obras cronísticas essenciais para o conhecimento destes temas. Manuel Recuero Astray admitiu que a pressão almorávida esteve na origem da decisão de Afonso VI de escolher o soberano aragonês como genro, além do desejo de construir um verdadeiro império hispânico (RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979, p. 43-45). Por sua vez, Rebeca Andrés Laso crê que o que preocupava mais o monarca leonês era a ameaça almorávida (ANDRÉS LASO, Rebeca – “El matrimonio de Urraca I de León-Castilla con Alfonso I de Aragón y Pamplona...”, 2008, p. 28-29). Consulte-se ainda, sobre o casamento de Urraca com Afonso I e a guerra com Aragão, REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 356-363 e *Idem – The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 45-118.

⁹⁵⁸ “Postremo nullus latet Hyberie angulus, qui tanti furoris strepitu uel perturbatione non moueatur.” (HC, I, 64.3). “Ibéria”, usada a partir do século XIII em obras historiográficas que se reportam às origens da Península Ibérica, é dúbia quando usada na HC. Antonio Maravall admitiu que por vezes parece ser de sentido total e noutras é reservada ao Ocidente (MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 56-57).

Batalhador criava, incluindo maus-tratos à própria rainha, e a vitória da facção aragonesa na batalha de Viadangos, que colocou em perigo o infante Afonso⁹⁵⁹. Dois anos depois, durante a movimentação do exército galego para prestar auxílio a Urraca, dois clérigos compostelanos foram enviados por Diego Gelmírez à rainha para esclarecerem a sua lealdade aos galegos, constantemente questionada na narrativa. De acordo com Geraldo, os dois transmitiram-lhe que os súbditos da Galiza se tinham mostrado como os mais fiéis entre todos os povos dos seus domínios depois de o rei de Aragão começar a inquietar o reino da Hispânia, legado a ela e ao seu filho por Afonso VI (“Hyspanie regnum (...) quod nobilissimus rex A. (...) reliquid”)⁹⁶⁰.

Os dois discursos seguintes pertencem ao bispo compostelano. Depois do relato de confrontos entre as tropas de ambos os lados e da descrição da tensão na cidade de Burgos⁹⁶¹, Geraldo descreve uma missa celebrada em 1113, nessa cidade, por Gelmírez. O seu público está identificado no texto: assistiram à missa na igreja de São João os habitantes da cidade, a rainha com os seus próceres, os castelhanos e o exército galego, todos apoiantes do partido de Urraca⁹⁶². Durante a cerimónia, o prelado declarou que Afonso VI governara o reino da Hispânia (“rex A. (...) Hispanie regnum rexit”) e que o deixara à sua filha e ao seu neto (“regnum suum tradidit”). O bispo exaltou este reinado, contrastando-o com a discórdia que nasceu após a morte de Afonso VI, mas reiterou que tanto Urraca como Afonso Raimundes deveriam possuir por direito esse reino e que tal não deveria ser entregue a outros (“ad alios transferri iure non potest”) – insinuando, sem dúvida, o monarca aragonês⁹⁶³. O subtítulo que antecede este sermão, provavelmente incluído na obra por Pedro Marcio anos depois do trabalho de Geraldo, refere-se ao discurso que o bispo proferiu sobre “o estado do reino da Hispânia” (“Sermo episcopi de statu regni Hispanie”). Geraldo fez também uma introdução à intervenção do bispo, que

⁹⁵⁹ Capítulos 64-69 do Livro I. Sobre a cronologia dos dois episódios e o facto de a primeira declaração poder constar numa carta dirigida ao conde Fernando veja-se *Historia Compostelana*, 1994, p. 170, nota 439 e p. 178, nota 460; FALQUE REY, Emma – “Los discursos de la *Historia Compostelana*”, 1991.

⁹⁶⁰ “(...) postquam rex Aragonensis Hyspanie regnum cepit inquietare, quod nobilissimus rex A. pater tuus tibi ac filio tuo paruulo regi A. reliquid (...)”. (HC, I, 84.2).

⁹⁶¹ Capítulos 83-85 do Livro I.

⁹⁶² HC, I, 86.1. O apoio que a rainha tinha em Burgos é mencionado no capítulo I, 85.

⁹⁶³ “Nostis, fratres karissimi, quam nobilissimus rex A. cultor iustitie fuerit et, quandiu Hispanie regnum rexit, status Sancte Ecclesie in sui uigore feliciter floruerit. (...) Postquam autem rex A. persoluens iura nature filie sue regina V. atque nepoti suo paruulo regi A. regnum suum tradidit et ad eos imperii sceptrum iure pertransit, illico discordia cepit pullulare. (...) Scimus equidem, quoniam regina V. filiusque eius rex A. regnum sibi deditum iure habere debent hisque uiuentibus huius principatus ad ali os transferri iure non potest.” (HC, I, 86.2).

trataria acerca da “caduca sorte da Hispânia” (“caducam Hispanie sortem”) e da “debilidade dos hispanos” (“de Hispanorum imbecillitate”). O próprio bispo referiu que os príncipes da Hispânia (“principes omnesque Hyspanie proceres”), na sequência da confusão que se criara, foram reduzidos à inação⁹⁶⁴.

Uma outra intervenção de Gelmírez, ainda mais esclarecedora, situa-se no ano de 1112, quando o prelado conversava com o enviado papal Hermengardo, abade de São Miguel da Chiusa. Geraldo representa o bispo a enaltecer novamente o reino da Hispânia sob o governo de Afonso VI (“Hispanie regnum (...) floruit”) e a condenar o posterior casamento de Urraca com Afonso I, que fizera desaparecer a glória dos próceres hispanos (“Hyspanorum procerum gloriam in laborem et erumpnam conuersam”) e a estabilidade das igrejas das Hispânias (“Hyspaniarum ecclesias ab illo Aragonensi uiolatas et destructas”)⁹⁶⁵. Noutro passo lê-se que o rei aragonês aprisionava e matava heróis da Ibéria (“Hiberie heroes”)⁹⁶⁶ e que não havia possibilidade de paz enquanto ele reinasse na Hispânia (“Aragonensi tyranno in Hyspania regnante”). Era, pois, necessário arrebatá-la ao seu domínio, como se a arrancassem das mandíbulas de um cruel leão (“Hyspaniam de ore cruentuli leonis eruere”), separando os dois monarcas e incitando o *Batalhador* a que deixasse de inquietar o reino da Hispânia que Afonso VI, enquanto vivia, legara à sua filha e ao seu neto (“Hispanie regnum, quod nobilissimus rex A., dum adhuc uiueret, filie sue regine V. et nepoti suo paruulo regi A. eiusdem regine filio tradidit, inquietare

⁹⁶⁴ “Deinde caducam Hispanie sortem considerans de statu Sancte Ecclesie, de Hispanorum imbecillitate plenius cepit tractare (...)” (HC, I, 86.1). “(...) Statim Ecclesie iura penitus uiolata, duces, principes omnesque Hyspanie proceres confracti et ad ignaue titulum redacti sunt.” (HC, I, 86.2). Hélène Sirantoine também identificou o reino castelhano-leonês com o *regnum Hispaniae* deste capítulo, além dos já analisados I, 64, 69 e 84 (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 243, nota 239).

⁹⁶⁵ “Et quidem, uenerabilissime frater, in temporibus nobilissimi regis A. Hispanie regnum diuitiarum gloria et non modica fertilitate nimium et plusquam nimium floruit et illo regnante pax, fides, leges, iura uiguerunt. Quo defuncto, postquam A. rex Aragonensis in illicitum ruens consanguineam suam V. reginam predicti regis A. filiam in matrimonium sumpsit, omnia supra dicta in contraria conuersa sunt. Quid enim referam Hyspanorum procerum gloriam in laborem et erumpnam conuersam et pauperes fame, nuditate omnique calamitate opressos? Quid referam Hyspaniarum ecclesias ab illo Aragonensi uiolatas et destructas, diuina et humana ab eodem temerata?” (HC, I, 79.5).

⁹⁶⁶ Multiplicam-se as acusações feitas a Afonso I: “Interea predictus episcopus uidens discordie tumultum magis magisque multiplicari et Aragonensem tyrannum feritatis sue impetu fere totam Hispaniam depopulari, pro totius patrie pace sollicitus Sancte Romane Ecclesie Pontifici iterum iterumque litteras miserat (...). Preter hec ostendens ei que et qualia predictus Aragonensis in eisdem partibus ambitione regni fecisset, quot et quanta mala tyrannidis rabie succensus Hispanis intulisset, uidelicet diuina et humana ab eo audacter temerata, Hispaniarum ecclesias grauiter conturbatas, ecclesiarum thesauros uiolenter direptos et earum hereditates et predia distracta; duces omnesque Hiberie heroes, alios ab eodem uinculis ferreisque catenis astrictos, alios gladio peremptos (...). Preterea tantam ecclesie persecutionem, tantam Hispanie attritionem, quantam nec Sarraceni, si sui iuris esset, ei intulissent.” (HC, I, 79.1).

desistat”). A exortação final do bispo é bastante elucidativa: referindo-se explicitamente a Afonso I, instigou a que tivesse o que era seu e deixasse o que não lhe pertencia (“sua habeat, aliena relinquat”)⁹⁶⁷.

Não restam dúvidas de que o *regnum Hispaniae* destes capítulos é o reino castelhano-leonês, herdado de Afonso VI por Urraca e por Afonso Raimundes, embora a rainha refira que o filho o receberia depois da sua morte e os restantes excertos pareçam indicar um legado conjunto, enquanto outras fontes consideram Urraca como a única sucessora legítima⁹⁶⁸. A associação daquele conceito ao espaço de Leão e Castela na crónica é partilhada por todos os investigadores enunciados no início deste capítulo. Mesmo Antonio Maravall apontou a tendência da crónica compostelana para limitar essa expressão à parte ocidental da Península Ibérica durante o reinado de Urraca⁹⁶⁹. Contudo, não vemos nenhuma razão para entender que o mesmo não se aplica aos governos do seu pai e do seu filho. Os trechos analisados até agora, aliás, interligam estas três personagens e o *regnum Hispaniae*, ainda que numa cronologia muito específica do governo de Urraca, aquela onde houve maior indefinição no controlo do espaço. Outras expressões utilizadas no mesmo contexto – “Hispânia” e “Ibéria” – recebem o mesmo significado.

Gelmírez não colocou em causa o governo do *Batalhador* nos seus domínios, pelo contrário, incitou a que se limitasse ao espaço que lhe pertencia, isto é, ao reino que herdara do irmão, Pedro I, no qual a narrativa em nenhum momento reconhece a autoridade de Urraca por via do casamento com o aragonês, embora tal lhe tivesse sido concedido pela carta de arras de Afonso I⁹⁷⁰. Ao mesmo tempo, quando Gelmírez

⁹⁶⁷ “(...) ut finem tot et tantis malis dignetur imponere et Hispaniam de ore cruentuli leonis eruere (...) ministri Domini pluribus et intolerabilibus contumeliis opprimuntur, principes, duces omnesque Hispaniarum proceres in contumeliam rediguntur. Denique Aragonensi tyranno in Hispania regnante pax et concordia prorsus effugabuntur. (...) regem illum Aragonensem hortare et hortanto compelle, ut consanguinitatis reatu se amplius pollui pertimescat et Hispanie regnum, quod nobilissimus rex A., dum adhuc uiueret, filie sue regine V. et nepoti suo paruulo regi A. eiusdem regine filio tradidit, inquietare desistat; sua habeat, aliena relinquat.” (HC, I, 79.5). O legado do *regnum Hispaniae* por Afonso VI à sua descendência fora também referido em HC, I, 79.3.

⁹⁶⁸ RAMOS Y LOSCERTALES, José María – “La sucesión del rey Alfonso VI”, 1936-1941, p. 58, 91-96.

⁹⁶⁹ A ideia geral do autor, porém, é a de que existia uma noção una da Hispânia independentemente da existência de uma unidade política; existiam vários reinos sob a constância do *regnum Hispaniae* (MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 410-411 e 444; *Idem* – “El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media”, 1954; *Idem* – *Estudios de historia del pensamiento español*, 1967, especialmente p. 77-78).

⁹⁷⁰ GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”, 2011, p. 325-333; RAMOS Y LOSCERTALES, José María – “La sucesión del rey Alfonso VI”, 1936-1941; ANDRÉS LASO, Rebeca – “El matrimonio de Urraca I de León-Castilla con Alfonso I de Aragón y Pamplona. La

mencionou que este reinava na Hispânia, fê-lo referindo-se-lhe não como um dos reis do conjunto peninsular – um dos *reges Hispaniae* de outras fontes⁹⁷¹ –, mas sim como rei intruso do espaço castelhano-leonês. O seu casamento com a sucessora deste soberano era, por isso, fortemente censurado.

A solução para o problema passava, pois, pela anulação do matrimónio. Um argumento usado pelos meios eclesiásticos que se posicionavam contra esta união era a consanguinidade – os cônjuges partilhavam Sancho III de Navarra como antepassado. Gelmírez transmitiu a Hermengardo a urgência em separar o casal e, noutro capítulo, recorreu à proximidade familiar entre os dois soberanos para alertar que este casamento era um crime para as terras da Hispânia (“*Hyspanie finibus*”), ameaçando com a excomunhão aqueles que o apoiassem⁹⁷². Evidentemente, os motivos mais prementes eram políticos, encobertos sob a capa do cânone eclesiástico, e a união só era realmente considerada uma infração para o meio compostelano na medida em que colocava em risco a posição de Afonso Raimundes como herdeiro do conquistador de Toledo, pelo que as terras da Hispânia afetadas pelo casamento que o bispo menciona, mais do que corresponderem genericamente às terras peninsulares, são de novo conotadas com o reino de Leão e Castela.

Assim devemos entender igualmente a própria descrição da guerra na Hispânia, retratada como provocada pelo rei de Aragão. A ela assistiu Geraldo⁹⁷³ e, da forma como era sentida pelo meio compostelano afeto a Urraca e a Afonso Raimundes, não poderia ter outra dimensão que não a do reino castelhano-leonês. Muitos capítulos de Geraldo aludem à destruição das igrejas da Hispânia e à fragilidade da sua aristocracia e o facto de o cronista usar com frequência a simples palavra *Hispania* nestas descrições⁹⁷⁴

carta de arras premonitória del fracaso conyugal”, 2008; LEMA PUEYO, José Ángel – *Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*, 2008, p. 253-257.

⁹⁷¹ MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media”, 1954, p. 81, 96.

⁹⁷² “Ammoniti itaque resipiscite et tantum nefas Hyspanie finibus inolere prohibete.” (HC, I, 89.2). Ermelindo Portela examinou o conteúdo deste discurso do prelado, bem como do que foi proferido na igreja de São João, em Burgos, avaliando a evolução do pensamento político de Diego Gelmírez (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 70-77).

⁹⁷³ Geraldo terá chegado a Compostela nos últimos anos da década 1100-1110 (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 70).

⁹⁷⁴ Além de muitos outros capítulos citados ao longo destas páginas, leiam-se os seguintes: “Veruntamen quamquam discordie tumultus supradicti tyranni absentia nimis suffocaretur, Hispanie tamen in magna parte sui inquietabat.” (HC, I, 80); “Tandem ueniens in Hispaniam collocuit uenerabiliter reliquias illas Carrione apud sanctum Zoilum. Vidit enim Hispaniam assiduo discordie tumultu perturbatam

desperta algumas hesitações na sua interpretação, como admitiram María Pallares Méndez e Ermelindo Portela, ainda que acreditem que as investidas do *Batalhador* revelam a existência de uma marca fronteiriça entre o reino de Aragão e os domínios de Urraca⁹⁷⁵. Também Ángel Gordo Molina e Juan Gerter Urrutia opinam que a *Hispania* é o *imperium Legionense*, com a exclusão de Aragão, em virtude do conflito em curso – mas sublinhe-se que nem sempre é esse o caso, como tentaremos elucidar⁹⁷⁶. Já Antonio Maravall julgou que a guerra afetava a Hispânia inteira, enquanto espaço peninsular cristão, do mesmo modo que a paz que vigorou com Afonso VI respeitava a todo esse conjunto⁹⁷⁷.

Além das intervenções do bispo compostelano que indicam abertamente a diferença substancial que separava o tempo de Afonso VI e de Urraca, essa oposição é logo estabelecida por Geraldo quando inicia a redação da crónica: aquele monarca emergira como luz e escudo na Hispânia (“lux et clipeus Hispanis extitit horis”) e após a sua morte surgiram em todo o seu reino (“per totam regni eius latitudinem”) a guerra, a sedição e a fome, associando-se mais uma vez a ideia de Hispânia ao reino do conquistador de Toledo⁹⁷⁸. Também no tempo de Afonso VI os soldados castelhanos eram os mais destacados da Hispânia (“Hyspania sibi preclariores elegerat”), liderados pelo monarca contra os seus inimigos, tendo perdido o seu vigor depois da sua morte. Embora aqui não possamos ver com nitidez que se alude ao reino, está implícita a menção aos inimigos cristãos do reino castelhano-leonês, além dos almorávidas, até porque esta declaração surge depois de se descrever o medo que os castelhanos sentiam dos aragoneses nos

et timuit ne quo casu tanto thesauro spoliaretur.” (*HC*, I, 112.2). Quanto às dúvidas que levanta este último excerto, sobre a chegada do bispo de Coimbra, Maurício, à Península Ibérica, veja-se o subcapítulo 3.3.

⁹⁷⁵ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 68-71.

⁹⁷⁶ E excluindo igualmente o al-Andalus, devido à ameaça que os almorávidas apresentam às fronteiras do reino leonês (GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El *Imperium Legionense* como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 109-113). Contudo, como veremos, o espaço ocupado pelos muçulmanos também pode ser considerado como a Hispânia ou a Ibéria.

⁹⁷⁷ “(...) cuando las crónicas hablan de la paz que reinó con Alfonso VI o de los disturbios que con Alfonso el Batallador acontecieron en España, no tenemos por qué identificar esta España con el reino leonés-castellano, porque se parte de la idea de que lo que de un rey hispánico viene puede alcanzar a España entera.” (MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media”, 1954, p. 139; *Idem* – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 85-86).

⁹⁷⁸ “Cum autem fere biennium pertransisset, is rex Alfonsus moritur grauitate doloris, qui lux et clipeus Hispanis extitit horis (...). Inde etiam per totam regni eius latitudinem bellum, seditio et fames exoritur (...).” (*HC*, I, 47).

primeiros anos do reinado de Urraca⁹⁷⁹. No que toca à desordem que marcou o início deste governo, destaque-se, além das já analisadas intervenções da rainha e do bispo, a resposta que o conde Fernando terá dado a Urraca depois do seu desabafo: o rei de Aragão era a causa de todo o mal da Hispânia (“totius mali causam esse et Hyspanie detrimentum”) e não se deveria depositar esperança nele⁹⁸⁰. Urraca podia submeter ao seu poder grande parte da Hispânia (“non modicam partem Hyspanie”), governando cidades e castelos do seu *regnum*, mas o aragonês, embora momentaneamente expulso, prosseguia os ataques a territórios como Castela, a Terra de Campos e a Estremadura⁹⁸¹.

Neste cenário, a Igreja compostelana apoiava a causa de Urraca, não só num plano teórico – como se viu nos diferentes discursos analisados, nomeadamente nos do prelado –, mas também num sentido prático: além de se recorrer ao Papado para a resolução do conflito e de se mobilizar um exército de galegos para a guerra, esta é financiada pelo tesouro da Igreja, de onde saiu uma quantidade considerável de ouro e de prata para que Urraca lutasse contra o pior devastador da Hispânia (“pessimum Hyspanie uastatorem”) e afastasse o perturbador de todo o reino (“Ad (...) effugandum totius regni perturbatorem”)⁹⁸². De acordo com a versão da crónica, Gelmírez foi também o responsável pela decisão de se reunir um concílio eclesiástico em Palência (“sinodale collegium”)⁹⁸³. A 25 de outubro de 1113 reuniram-se nessa cidade os bispos, abades,

⁹⁷⁹ “Illos utique Hyspania sibi preclariores elegerat et ad bella fortiores mittere non formidabat, tunc nimirum temporis rex A. illorum dux atque princeps erat et uirtutis sue atque probitatis formam in eos quasi in specialiores et precordiales heredes transferre studebat.” (HC, I, 83.2).

⁹⁸⁰ “(...) regem Aragonensem totius mali causam esse et Hyspanie detrimentum nullamque salutis spem in eo nos expectare insinuasti.” (HC, I, 65.1).

⁹⁸¹ “Dum regina V. super ciuitates, oppida et quam plurima castella sui regni regnaret et, expulso Aragonensi ab his, qui periurii reatum incurrere noluerant, ut supra diximus, non modicam partem Hyspanie suo principatui subiugasset, Aragonensis tyrannus armata manu militum nunc Castellam, nunc Campos, nunc Extremitatem inuadebat (...).” (HC, I, 83.1).

⁹⁸² “Ad debellandum itaque pessimum Hyspanie uastatorem et effugandum totius regni perturbatorem de thesauro sancti Iacobi centum untias auri et CC marcas argenti regine postulanti spontanea uoluntate preceperunt dari.” (HC, I, 71). Também o bispo de Oviedo, Pelayo, contribuiu financeiramente para a guerra que Urraca travava (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval: iglesia y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*, 2008, p. 377).

⁹⁸³ Entendido como uma cúria geral do reino por Carlos de Ayala Martínez (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval: iglesia y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*, 2008, p. 381). A distinção entre uns e outros seria recente nesse período (GAMBRA, Andrés – *Alfonso VI: cancellería, curia e imperio. I. Estudio*, 1997, p. 538-540). Contudo, muitas vezes os assuntos estritamente eclesiásticos mesclam-se com outros de diferente natureza nas assembleias que são descritas na HC, nas quais participavam por vezes os monarcas ou outros poderosos leigos. Para a realização do concílio de Palência também teriam contribuído o papa Pascoal II e o arcebispo Guido de Vienne, apesar de a crónica não os mencionar (RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Imperio hispánico”, 2011, p. 346).

príncipes e condes da(s) Hispânia(s) (“omnes Hispaniarum pontifices, abbates, duces, principes, comites”; “Hispaniarum episcopis, abbatibus”; “Hyspanie principibus”) para discutir a situação calamitosa que se instalara (“Hispaniarum oppressionibus atque angustiis”; “Hyspanie calamitates”), mas o alcance do topónimo neste caso é questionável. O concílio foi presidido por Bernardo, arcebispo de Toledo, e o compostelano não esteve presente, desculpando-se com a insegurança da viagem⁹⁸⁴. Embora esta reunião pudesse ter tido como objetivo o encontro das figuras mais poderosas do reino de Urraca, só temos conhecimento da presença de quatro bispos, além da rainha e do tratamento de questões eclesiásticas⁹⁸⁵. A mesma dúvida reside noutros capítulos idênticos: alguns nobres participaram num juramento entre os dois cônjuges – numa derradeira tentativa de reconciliação do casal em 1112 –, sendo originários de Burgos, Nájera, Carrión, Palência, Leão e de outras partes da Hispânia (“alii Hyspanie procures”) ⁹⁸⁶. Também no reinado de Afonso VII se alude aos príncipes ou ao episcopado da Hispânia, que se colocam junto do rei em diferentes circunstâncias, sem que se possa definir com firmeza a sua identidade⁹⁸⁷.

⁹⁸⁴ Pelo menos foram convidados o de Ourense e o de Mondonhedo, bem como o de Oviedo: “Tunc uenerabilissimus pater illi acquiescens aduocauit episcopos, qui intererant, scilicet Auriensem, Ouetensem, Minduniensem, cum quibus archiepiscopus atque sancti Iacobi episcopus diutius colloquentes Ecclesie iura penitus uiolata, Hyspaniam Aragonensi tyrannide undique deuastatam atque desolatam, una doluerunt (...) ad quod omnes Hispaniarum pontifices, abbates, duces, principes, comites ceterique primates octo diebus ante uenturam festiuitatem omnium Sanctorum in Palentinam urbem possent conuenire (...). Que res regine omnibusque Hyspanie principibus supra modum placuit.” (HC, I, 88). “Anno M.C.XIII. dominice Incarnationis B. Toletanus archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus sinodale collegium VIII K. Nouemb. Palentie celebravit et de Hispaniarum oppressionibus atque angustiis et de ecclesiarum subuersionibus atque calamitatibus plenius pertractauit.” (HC, I, 92). “In predicto Palencie concilio B. Toletanus archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus una cum plerisque Hispaniarum episcopis, abbatibus, pro modo et tempore iustitie examinationem saluberius edisserendo, rapinas, incendia, cedas ceterasque Hyspanie calamitates de die in diem crebrius ingruere doluit.” (HC, I, 97). Relativamente à ausência de Diego Gelmírez, Bernard Reilly supôs que terá havido um desentendimento entre o bispo e Urraca ou Bernardo, embora isso não seja perceptível pelo relato compostelano (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 93-95).

⁹⁸⁵ GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – “Concilios y sínodos en el ordenamiento jurídico del reino de León”, 1988, p. 407-408.

⁹⁸⁶ “(...) Palentini (...). Igitur Burgenses, Nazarei, Carrionenses, Legionenses atque alii Hyspanie procures apud Sanctum Facundum ad supra dictum Aragonensem conueniunt et ei, quod prius diffinitum pactum transgrederetur et reginam omnino iniuriaret, ostendunt.” (HC, I, 80).

⁹⁸⁷ Na sequência da rebeldia da condessa portugalense, Teresa, em 1127, o monarca repudiou a atitude da sua tia e nisto foi apoiado pelos príncipes das Hispânias: “Vnde rex A. et fere omnes Hispaniarum principes eius parti fauentes non modicum irati sunt.” (HC, II, 85.1). Vários anos depois, Afonso VII prometeu fidelidade a Gelmírez na presença dos condes e príncipes da Hispânia: “(...) imperator a Compostellana urbe recessit et discedens coram comitibus et Hyspanie principibus et beati Iacobi canonicis cunctis assistentibus necnon eiusdem ecclesie cardinalibus et ceteris, de quibus longum est numerare de singulis (...)” (HC, III, 53.2). Num privilégio outorgado ao arcebispo compostelano lê-se que o rei tinha o consentimento dos outros prelados da Hispânia e de todos os seus cônsules e príncipes: “(...) una cum

Um outro tópico que emerge recorrentemente neste contexto são as viagens de cónegos compostelanos e do próprio bispo para além-Pirenéus e as dificuldades que o conflito em curso lhes impunha, entre 1118 e 1120. Nos capítulos que narram esses percursos, repetidamente lemos que a contenda atingia a Hispânia ou o reino da Hispânia (“regni Hispanie perturbationes”; “discordie in Hispania”; “Hispanie predonum”), mas a interdição de circulação imposta aos cónegos compostelanos apenas dizia respeito ao reino de Aragão (“A. rex Aragonensis (...) per regnum suum transeundi licentiam interdicat”; “licentiam transeundi per regnum suum inpetrarent”; “per Aragonensis regis regnum transire non erat ei oportunum”)⁹⁸⁸. Não é que a separação entre a *Hispania* e o reino de Afonso I, clara no terceiro destes exemplos (II, 12.2), nos indique automaticamente que o cronista refere duas entidades diferentes, embora o mais plausível seja que essa Hispânia continue a significar Leão e Castela. Deve lembrar-se, como verificou Antonio Maravall, que muitos casos semelhantes constituem uma tradição narrativa medieval de mencionar o todo e o particular numa mesma frase, uso que podemos encontrar na *HC* noutras ocasiões de forma mais explícita, por exemplo numa missiva de Pascoal II, que escreve aos laicos da Hispânia e da Galiza sobre os casos de incesto que eram abundantes nestas regiões⁹⁸⁹. Efetivamente, o cronista menciona também o perigo de passar pela “Caribdis da Hispânia” (“Hispanie Caribdis”)⁹⁹⁰, invocando o monstro marinho do Estreito de Messina que provocava naufrágios às embarcações para aludir a Aragão, a maior ameaça da Península Ibérica à época para as viagens terrestres dos clérigos compostelanos, metáfora a que recorre noutras passagens.

consensu archiepiscopi domini Didaci eiusdem ecclesie ceterorumque Hispanie presulum et omnium consulum atque principum proprio robore confirmo.” (*HC*, III, 31).

⁹⁸⁸ “(...) illinc propter guerras et regni Hispanie perturbationes per terram minime patet nobis aditus. Ad hec A. rex Aragonensis ecclesie nostre et nobis inimicatur et per regnum suum transeundi licentiam interdicat.” (*HC*, II, 4.1). “Pro eo neque guerrarum et discordie in Hispania tumultus neque regis Aragonensis odium eum ab itinere reuocabat. Premisit tamen litteras suas ad episcopum Iaccensem et ad priorem Nazarensem, ut sibi apud regem Aragonensem licentiam transeundi per regnum suum inpetrarent.” (*HC*, II, 8.1). Sed quoniam per medias acies Hispanie predonum, per municipia tyrannorum, per Aragonensis regis regnum transire non erat ei oportunum (...).” (*HC*, II, 12.2).

⁹⁸⁹ MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 72-78. “P. episcopus seruus seruorum Dei principibus, militibus ac ceteris laicis per Hispaniam et Gallitiam salutem et apostolicam benedictionem.” (*HC*, I, 42; JL 5987 (Latrão, 31 de outubro de 1104) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CXXII, col. 134, ainda que José Campelo tenha proposto o ano de 1109 (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 98, nota 6). Por lapso, Emma Falque datou o documento, na tradução da crónica, do dia 1 de outubro (*Historia Compostelana*, 1994, p. 148).

⁹⁹⁰ “Quispiam autem canonicorum ecclesie beati Iacobi, quem fama quanticumque nominis celebrem fecisset, per fauces hiantium, per medium Hispanie Caribdis transire nullo modo presumebat.” (*HC*, II, 12.3).

Neste caso, a Hispânia já parece assumir uma extensão à escala peninsular, pelo menos a cristã. De qualquer modo, importa extrair dos anteriores exemplos que Geraldo continua a conferir a Aragão uma independência política vincada relativamente aos territórios que se encontravam sob o governo de Urraca, uma vez que aquele reino apresentava um perigo muito concreto para os cónegos de Santiago de Compostela que circulavam com frequência, ainda que a região de fronteira entre os dois domínios estivesse neste período especialmente volátil devido à progressão de Afonso I para Ocidente, alternada com a sua expulsão para os seus territórios orientais. Que lugares pertenciam ou deveriam pertencer à sua esfera de poder, na perspetiva compostelana, é uma questão que recuperaremos no capítulo seguinte.

Apesar de não se questionar a legitimidade de Urraca para reinar, enquanto sucessora de Afonso VI, em vários momentos Geraldo emprega uma linguagem misógina e atribui à rainha ações prejudiciais à paz da Hispânia, atestando a sua incapacidade para governar bem⁹⁹¹, sobretudo quando a sua relação com Diego Gelmírez se deteriora. Conferimos esta caracterização quando o cronista descreve os atritos entre os dois pelo ano de 1116, destacando a projeção do poder de Urraca sobre o *regnum Hispaniae*, não obstante esta apresentar qualidades que considera femininas e, por isso, inadequadas para o gerir (“animum (...) femineum et eneruem”)⁹⁹². Em 1121, a rainha chegou a aprisionar o arcebispo, revelando-se, portanto, “perturbadora de toda a Hispânia” (“totius Hispanie perturbatricem”)⁹⁹³. Pelo mesmo motivo, o cronista acusa-a de destruir o reino ibérico (“regnum pessundedisset Hiberum”), por exemplo através do despojamento das igrejas

⁹⁹¹ A caracterização negativa de Urraca em fontes narrativas suas contemporâneas e posteriores, bem como da sua meia-irmã Teresa, condessa-rainha de Portugal, foi objeto de estudo de diversos investigadores que procuraram desvendar uma outra imagem destas mulheres sob a representação misógina mais aparente deixada pelos clérigos que escreveram sobre os seus governos. Além das biografias que já se produziram sobre estas duas poderosas líderes do século XII (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982; GORDO MOLINA, Ángel G.; MELO CARRASCO, Diego – *La Reina Urraca I (1109-1126)...*, 2018; AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, 2012), outros trabalhos mais curtos debruçam-se sobre a temática do poder feminino na Idade Média a partir do estudo das duas irmãs (FERREIRA, Maria do Rosário – “Urraca e Teresa: o paradigma perdido”, 2010; CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria – “El perfil político de Urraca y Teresa, hijas de Alfonso VI”, 1996; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da; DIAS, Isabel de Barros – “Metamorfoses de Urraca de Castela-Leão e de Teresa de Portugal...”, 2007; GORDO MOLINA, Ángel G. – “Urraca I de León y Teresa de Portugal..”, 2008).

⁹⁹² “(...) quoniam eius animus ad regendum in pace et iustitia Hispanie regnum femineum et eneruem nouerat (...)” (HC, I, 102.1).

⁹⁹³ “Confestim tota ciuitas conuolat ad ecclesiam, flent, eiulant tantum in dominum et in archiepiscopum suum fraudem intentam, reginam apostatricem pacis et fidei uiolatricem et totius Hispanie perturbatricem appellant.” (HC, II, 42.3).

de dinheiro e da destruição de cidades e castelos⁹⁹⁴. Isto não invalida que as decisões importantes devessem ser concertadas com a rainha, que tinha o reino da Hispânia (“Hispanie regnum tenebat”), como as viagens que se planeavam a partir de 1118 para negociar com os sumos pontífices a elevação de Gelmírez a arcebispo⁹⁹⁵.

Não se faz alusão à autoridade de Afonso Raimundes neste caso, como se a verdadeira soberania coubesse a Urraca. Mas, na verdade, Geraldo sublinha reiteradamente o intuito principal de Gelmírez e dos seus aliados: manter intacta, no acesso ao trono castelhano-leonês, a linha sucessória que desde Afonso VI desembocava em Afonso Raimundes. Segundo Ermelindo Portela, o menino fora já coroado rei de Leão em 1111 por Diego Gelmírez, na catedral de Santiago de Compostela, enquanto grande parte dos estudiosos o considerou coroado rei da Galiza⁹⁹⁶. Depois deste relato, o cronista estabelece uma ligação entre a posição fragilizada do infante e o destino da Hispânia aquando da pesada derrota dos galegos em Viadangos frente aos aragoneses, no mesmo ano. O bispo temeu que Afonso Raimundes, recentemente ungido por ele, morresse ou fosse capturado, arruinando toda a Hispânia (“totius Hispanie destructionem”), pelo que se apressou a garantir um lugar seguro para o infante⁹⁹⁷. É também em vários capítulos que sucedem à coroação do infante, atrás citados, que se cria uma relação entre ele e o legado de Afonso VI do *regnum Hispaniae*. Mais tarde, Bernardo de Toledo, adversário eclesiástico de Gelmírez, procurava o mesmo objetivo ao escrever a Calisto II, em 1120, a quem manifestou o receio de que Afonso Raimundes perdesse o reino da Hispânia pela

⁹⁹⁴ “Cum eius indefessa uoracitas regnum pessundedisset Hiberum, restabat ecclesia beati Iacobi et eius honores, quos predicta Iezabel depredare ardebat (...)” (HC, II, 53.7).

⁹⁹⁵ “Fertur ad ora uulgi illos V. reginam adire, que eo tempore Hispanie regnum tenebat cuius<que> consensu atque consilio hec fiebant.” (HC, II, 4.2). Nas palavras de Ermelindo Portela, “Desde el comienzo al final de la crónica, sus diferentes autores dejan bien claro que el reino de Hispania es el ámbito político principal en que se desenvuelve su vida y la de las personas sobre las que escriben, aquel en que han de tomarse y se toman las decisiones últimas que afectan a todo el entramado de las relaciones de poder.” (PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013, p. 63-64).

⁹⁹⁶ PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013. Antes deste investigador, já Fernando López Alsina fizera esta leitura e Richard Fletcher manifestara as suas dúvidas quanto a Afonso Raimundes ter sido coroado rei da Galiza, acreditando antes que teria sido elevado a um governo associado com a sua mãe (LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La singularidad de Galicia en la Edad Media”, 2005; FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 134-135). O acontecimento está descrito em HC, I, 66.

⁹⁹⁷ “Cum autem cognouisset episcopus fortunam belli in contrariam cedere partem, maiori timore et cura super regem, quem nouiter unxerat, quam super propria sui corporis persona sollicitabatur; non solum enim mortem eius uel captionem, uerum etiam totius Hispanie destructionem euenire metuebat.” (HC, I, 68.2).

irresponsabilidade do prelado compostelano, que, na sua ótica, não protegia os interesses do menino⁹⁹⁸ – revelação de Geraldo que, evidentemente, demonstra os obstáculos que Santiago de Compostela enfrentava para se tornar um arcebispado, mas simultaneamente um propósito político comum entre as altas figuras eclesiásticas do reino.

Paralelamente a este objetivo maior, um outro é destacado no texto: o redator começa a sua narrativa precisamente por relatar como em 1107, após a morte de Raimundo, Afonso VI deixara ao neto o governo do território galego se a sua mãe casasse novamente⁹⁹⁹. Ángel Gordo Molina e Diego Melo Carrasco lembraram, com sentido, que em 1107 Afonso VI terá querido afirmar uma herança para o seu neto tendo em conta que nessa altura ainda tinha assegurada a de Leão nas mãos do infante Sancho. No entanto, defenderam que o neto teria a Galiza enquanto tenente, com um poder emanado do poder régio, estando Urraca num patamar superior da hierarquia, desde que não casasse. No fundo, o concílio de Leão teria confirmado Urraca como sucessora do marido no território galego¹⁰⁰⁰. Já em 1109, sendo esta a principal herdeira de Afonso VI, o infante ficaria com a Galiza como dependente da sua mãe quando esta subisse ao trono, e tendo a rainha casado com o monarca aragonês, o infante via os seus direitos ao domínio do reino ultrapassados por um eventual herdeiro do casal. Assim, Geraldo teria adaptado as disposições de 1107 para a situação criada em 1109, altura em que o objetivo passaria a ser garantir para Afonso Raimundes não apenas a Galiza, mas o próprio reino castelhano-leonês¹⁰⁰¹. A posição de José Ramos y Loscertales é próxima desta: viu na composição da crónica uma contradição, pois por um lado a narrativa defende que o infante herdaria a Galiza por vontade do avô, e por outro que herdara todo o reino também por determinação de Afonso VI. Deste modo, Geraldo procuraria justificar a rebelião galega que se dera para proteger os direitos sucessórios de Afonso Raimundes, ameaçados depois

⁹⁹⁸ “Simulata namque ratione rex puer Pape patruo suo conquerebatur, dicens se puerum patre atque tutore carentem per episcopum sancti Iacobi Hispanie regnum amittere et eum, in quibuscumque poterat, sibi aduersari (...)” (HC, II, 10).

⁹⁹⁹ HC, I, 46.

¹⁰⁰⁰ Ideia que também segue Richard Fletcher, que apresenta alguns documentos posteriores ao suposto concílio de Leão em que Urraca se intitula imperatriz ou senhora de toda a Galiza (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 125).

¹⁰⁰¹ GORDO MOLINA, Ángel G.; MELO CARRASCO, Diego – *La Reina Urraca I (1109-1126)*..., 2018, p. 41, 53-56. Rebeca Andrés Laso tem uma visão similar do concílio de 1107 (ANDRÉS LASO, Rebeca – “El matrimonio de Urraca I de León-Castilla con Alfonso I de Aragón y Pamplona. La carta de arras premonitoria del fracaso conyugal”, 2008, p. 35). Leia-se ainda FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 125-126.

do casamento, com o mesmo fundamento que utilizou para explicar a atribuição do território galego ao infante¹⁰⁰². O matrimónio de Urraca afastava-o da posse da Galiza na primeira situação, e do trono de Leão na segunda.

Estas leituras podem complementar-se com alguns pormenores. Em primeiro lugar, os excertos que indicam Afonso Raimundes como herdeiro de Afonso VI correspondem todos, como vimos, ao período dos confrontos mais intensos relatados por Geraldo, altura em que o casal por vezes se reconciliava e o direito do menino ao trono de Leão e Castela estava em causa. Sucodem também, na organização dos capítulos da obra, à descrição da coroação do infante como rei, possivelmente de Leão, em Santiago de Compostela. Em segundo lugar, depois de a reunião de 1107 ser narrada pela primeira vez, antes de Geraldo iniciar o relato da guerra, com a exceção da própria rainha, que em 1111 afirma que o pai deixara a Galiza ao infante para sublinhar que somente ela tinha direito ao reino leonês¹⁰⁰³, aquele concílio só volta a ser lembrado depois de 1114, quando o casal já estava definitivamente separado e o perigo de gerar descendência era pequeno, apesar de a Galiza ser considerada um reino na narrativa desde os primeiros momentos de tensão¹⁰⁰⁴. Todavia, após 1114, o problema principal relatado pelo cronista, além da ocupação indevida de territórios por Afonso I, era a relação instável entre Urraca e o filho. A ameaça vinha da própria rainha, ou assim quis o redator pintar a sua história, deixando transparecer o receio de que a monarca não deixaria ao infante o governo da Galiza. Isto pode ter instigado os meios galegos que protegiam Afonso Raimundes a desejar uma Galiza independente sob o seu poder ou mesmo o afastamento de Urraca do trono castelhano-leonês a favor do filho, possibilidades que por vezes se manifestam em simultâneo, sobretudo em capítulos que narram episódios datados de 1116, altura em que a rainha procura reprimir o bispo compostelano, segundo a *HC*. Nesse período, grande parte dos poderosos da Hispânia seguiam o menino (“non modica pars procerum Hyspanie”), o que prejudicava a monarca, que temia ficar sem o cetro de todo o reino (“tocius regni sceptrum”), embora no mesmo capítulo o próprio Afonso Raimundes aluda ao concílio de Leão e se narre a ambição de subtrair o reino da Galiza ao poder da rainha

¹⁰⁰² RAMOS Y LOSCERTALES, José María – “La sucesión del rey Alfonso VI”, 1936-1941, p. 44-46.

¹⁰⁰³ *HC*, I, 64.1.

¹⁰⁰⁴ Relativamente à consideração da Galiza como reino leia-se o subcapítulo 3.3.8.

para o entregar ao pequeno Afonso¹⁰⁰⁵. A discórdia entre Urraca e o infante abalava a paz na Hispânia (“in Hispania pacem non haberi”)¹⁰⁰⁶ e, neste cenário, Gelmírez é representado como o homem capaz de acautelar a concórdia entre os dois, caso contrário perder-se-ia não só o reino da Hispânia, mas também o da Galiza (“Hispanie et Gallicie regnum perderetur”). A Hispânia regozijou-se com a reconciliação (“Gaudet Hispania”), pois assim ficava afiançada a oposição ao aragonês e o governo do pequeno rei no lugar que teve o seu avô e o seu pai¹⁰⁰⁷ – ou seja, no trono do reino da Hispânia e ao comando da Galiza. Em 1119 ressurgem estes intentos: o papa Calisto II procurou exercer alguma pressão em Diego Gelmírez aquando da concessão do arcebispado, lembrando aquele concílio de 1107, onde o próprio estivera presente quando era arcebispo de Vienne, e exortando Gelmírez a reclamar o reino da Galiza para o sobrinho¹⁰⁰⁸. Refere-se também de modo direto o receio da rainha de que, no mesmo período, familiares do seu filho de além-Pirenéus reivindicassem para ele o *regnum Hispaniae* de maneira independente (“liberum conferre moliretur”)¹⁰⁰⁹.

A crónica testemunha igualmente a reconciliação entre mãe e filho em 1116 e a consequente repartição territorial do poder entre ambos, ainda que não se especifiquem

¹⁰⁰⁵ “(...) quem puerum commorantem in Extremitatem comes P. Froylaz et non modica pars procerum Hispanie sequebatur. Quod regine ualde molestum erat: timebat enim ne sic ascendendo totius regni sceptrum adipisceretur ea nolente nulla siquidem fides regni sociis.” (HC, I, 108.1). O reino da Galiza é mencionado no capítulo I, 108.2, no qual se relembram os direitos do infante assegurados em Leão, em 1107. Em I, 102.1 Geraldo já clarifica que este reino deveria estar submetido a Afonso Raimundes e em I, 109 relata o regresso do infante à Galiza, vindo da Estremadura, momento em que Urraca receia ter perdido o controlo sobre aquele território.

¹⁰⁰⁶ “Sciebat enim in Hispania pacem non haberi, quamdiu discordia foret inter reginam et filium suum.” (HC, I, 112.3).

¹⁰⁰⁷ “Quippe per alium inter reginam et filium suum non poterat fieri reconciliatio et, nisi fieret, Hispanie et Gallicie regnum perderetur. (...) Episcopus multis odio habetur, quia ad pacem nititur, quia Hispanie regno iam fere perditio pacem reddere elaborat. (...) Gaudet Hispania reconciliatione matris et filii et paci future congratulatur (...). Desiderant omnes regem A., licet puerum, et in loco aui et patris sui eum regnare peroptant, ut uestigia pacis et iusticie nobilissimi regis A. et comitis Raimundi imitetur. Exsecrant regem Aragonensem et se fore ei infestos, si hunc A. regem habeant, pollicentur.” (HC, I, 113.1).

¹⁰⁰⁸ HC, II, 11.1. No ano seguinte, o papa relembra o concílio numa carta (HC, II, 31.2; JL 6828 (Veneriis, 4 de março de 1120) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. LXXXIV, col. 1171). Mary Stroll viu em Gelmírez um apoiante de uma Galiza independente sob o governo de Afonso VII e em Calisto II um adepto do afastamento de Urraca do poder, nomeadamente pela presença de agentes deste papa em Compostela neste período, além de se basear no conteúdo da carta papal citada (STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*, 2004, p. 253-256). Relembre-se o que ficou registado no subcapítulo 2.1.5 acerca da participação de figuras cluniacenses nos entendimentos entre Urraca e o arcebispo compostelano.

¹⁰⁰⁹ “Quidam etiam instillauerant regine, quod predictus episcopus Galliarum partes idcirco adire uolebat, quatinus Hispanie regnum regi A. filio regine, adductis secum eiusdem regis contribulibus, liberum conferre moliretur.” (HC, II, 12.2).

as áreas que ficariam na tutela de cada um¹⁰¹⁰. Ainda que Francisco Fernández Conde tenha alegado ser possível verificar, através da documentação, que o jovem estava vinculado à governação da Galiza e de Toledo e que Urraca exercia soberania nas restantes partes do reino, entre 1116 e 1123 – embora os exemplos discriminados em nota não permitam uma conclusão tão assertiva¹⁰¹¹ –, vários investigadores consideraram que Urraca continuou a exercer soberania na Galiza¹⁰¹² e outros não reconheceram sequer que tivesse havido uma distribuição de territórios, preferindo ver nas declarações da *HC* a indicação de uma partilha de governo, no sentido da *praeparatio* de Afonso Raimundes enquanto herdeiro da rainha, que continuava a ser soberana em todos os seus domínios¹⁰¹³.

Os atritos entre ambos prolongar-se-iam, pois Pedro Marcio ainda recorda que em 1125, um ano antes da morte de Urraca, Gelmírez decidiu celebrar um concílio em Compostela onde tratou de diferentes assuntos, incluindo a paz entre a rainha e o rei Afonso, prejudicial ao *regnum Hispaniae*¹⁰¹⁴. Por outro lado, depois de este assumir definitivamente o trono, em 1126, a imagem que este cronista constrói do seu poder sobre a Hispânia expõe também uma vertente menos abonatória. Este rei obteve o reino da Hispânia depois da morte de Urraca (“*regnum Hispanie obtinuit*”) e desde então retirava muito dinheiro à Igreja compostelana¹⁰¹⁵, crítica que também se fizera à rainha. Quase no

¹⁰¹⁰ “(...) qualiter inter matrem et filium uera reconciliatio fieret et quantum regni quisque sibi haberet et que reconciliationis uere pignora inter eos forent. (...) Determinatur etiam, quantum regni regina sibi et puer sibi proprie habeat, et, ut inuicem pro posse, prout cuique necesse fuerit, opitulentur.” (*HC*, I, 113.1). Encontraram-se com a rainha em Sahagún representantes do seu filho, incluindo o bispo, para discutirem os termos do acordo.

¹⁰¹¹ FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier – “La construcción teórica del poder en la primera Edad Media”, 2019, p. 139.

¹⁰¹² PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 203; FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, 1984, p. 142-143; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 114-116. Manuel Recuero Astray interpretou que Afonso Raimundes exercia autoridade na Estremadura e em Toledo, anulando nessas regiões a soberania que o *Batalhador* nelas exercia desde a morte de Afonso VI, e que depois da sua ida para as zonas fronteiriças Diego Gelmírez se convertera no verdadeiro senhor da Galiza, comentando que a crónica compostelana refere a delegação de poder de Urraca no bispo (RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979, p. 60-69).

¹⁰¹³ GORDO MOLINA, Ángel G.; MELO CARRASCO, Diego – *La Reina Urraca I (1109-1126)...*, 2018, p. 126-133. Antonio Maravall simplesmente designou mãe e filho como “reis associados” a propósito da partilha do poder entre ambos (MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media”, 1954, p. 111).

¹⁰¹⁴ “Item uenerabilis archiepiscopus regnum Hispanie ex discordia A. regis et matris eius regine V. conturbari et deuastari non modicum dolens (...) de pace inter supradictum regem A. et suam matrem reginam, ut et inter ceteros principes inuicem discordantes, prouide et sagaciter tractauit.” (*HC*, II, 78.1).

¹⁰¹⁵ “Postquam A., Hispaniarum rex, nepos uenerande memorie regis A., cum quo Compostellanus stabilem habuerat pacem et fidelem amicitiam, matre sua regina domina V. defuncta, regnum Hispanie

final da obra, o redator observa de novo como este rei dominava toda a Hispânia (“totam Hispaniam”), mesmo que tal fosse verdade graças ao apoio de Gelmírez¹⁰¹⁶, subordinando o monarca, assim, ao papel que o prelado compostelano desempenhara como seu protetor. A exaltação que alguns quiseram ver da figura de Afonso VII na *HC* não é completamente exata¹⁰¹⁷.

Vejamos agora como a contenda peninsular opera também no texto como justificação para acontecimentos de diversa índole. Quando Geraldo recupera a discussão entre Compostela e Mondonhedo acerca dos direitos à posse de certos arciprestados, só terminada em 1122, explica o seu adiamento com as guerras da Hispânia¹⁰¹⁸. Vários anos depois, Pedro Marcio recorda a discórdia que surgiu por todo o reino da Hispânia depois da morte de Afonso VI, de modo a enquadrar a perda do senhorio compostelano na diocese de Astorga¹⁰¹⁹. Este cronista introduz também a pretensão de Afonso VII de organizar um concílio em Palência, em 1129, com todos os eclesiásticos e laicos da Hispânia, mencionando a instabilidade que se verificava neste espaço depois da morte da sua mãe e do seu avô¹⁰²⁰. De facto, no início do seu reinado, Afonso VII teve de enfrentar algumas insurreições e ainda não tinha recuperado a totalidade dos territórios perdidos para Aragão¹⁰²¹, mas não se pode dizer que em 1129 a perturbação de que fala o cronista se equiparasse à que Geraldo trata na sua parte da obra, surgida após o desaparecimento

obtinuit (...).” (*HC*, III, 12). Antonio Maravall considerou que este é um exemplo claro do uso concomitante do singular e do plural da palavra *Hispania* (MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 66-67), mas não podemos deixar de reparar que Pedro Marcio volta a evidenciar o poder deste monarca em toda a Hispânia ou no reino da Hispânia paralelamente ao seu título de *rex Hispaniarum* (*HC*, III, 7.1).

¹⁰¹⁶ “(...) sed ipsemet facere recusauerat, quia multa beneficia illi impenderat et in fonte baptismatis eum regenerauerat et coram sanctissimi apostoli altare armauerat et ad ultimum suo domino totam Hispaniam per eum subpeditauerat. (...) ut in tranquillitate et pace Hispaniam protegeret, quadringentas marchas argenti promisit. (...)” (*HC*, III, 49.3).

¹⁰¹⁷ GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 116-177.

¹⁰¹⁸ “Huius rei diffinito ingruente per Hispaniam guerrarum tumultu multis temporibus sopita remanserat.” (*HC*, II, 56.1).

¹⁰¹⁹ “Post uenerabilis recordationis regis Adefonsi obitum multe tribulationes et multe discordie per totius Hispanie regnum ita obhorte sunt, ut tota terra prorsus conturbaretur et de optima et copiosissima in pessimam et flagiciosissimam conuerteretur.” (*HC*, III, 4).

¹⁰²⁰ “Adefonsus, Hispaniarum rex, uenerande memorie A. regis nepos, et illustris regine domine V. et egregii ducis Raimundi filius, totam fere Hispaniam post mortem sui aui et sue matris conturbatam esse uidens concilium in Palentina ciuitate (...) disposuit. Omnes igitur Hispanie episcopos, abbates, comites et principes et terrarum potestates ad id concilium inuitauit, ut iuxta eorum consilium et arbitrium urticas scelerum, que post mortem sui aui prefati regis et post obitum sue matris predictae regine in Hispania exorte fuerant (...)” (*HC*, III, 7.1).

¹⁰²¹ Este assunto é tratado no subcapítulo 3.3.

de Afonso VI. Como se pode concluir a partir dos cânones do concílio que se incluíram no texto, a reunião tratou sobretudo questões gerais da Igreja e da sociedade, como o concubinato e a excomunhão¹⁰²². Pedro Marcio alude a uma desordem que atingiu variados domínios, cujos efeitos se prolongaram no tempo ou simplesmente foram tão marcantes anos antes que constituíam a justificação natural para o que ainda se encontrava desorganizado no tempo de Afonso VII. Sobre este concílio deve também referir-se a observação de Gonzalo Martínez Díez em relação às figuras convocadas para participarem no encontro, provenientes “de las tierras de España, denominación con la que los autores de la *Historia Compostellana* designaban al reino de León”¹⁰²³. Neste caso provavelmente seria assim, mas, como desenvolveremos adiante, a palavra nem sempre apresenta indiscutivelmente um significado tão restrito.

Em determinados episódios, a *Hispania* ou o gentílico *hispani* estão vinculados a épocas anteriores à que é tratada em grande parte do texto. As propriedades e privilégios adquiridos pela diocese compostelana por meio de outorgas régias antigas são mencionados em duas cartas de Pascoal II transcritas por Munio Afonso. O papa alude aos reis dos hispanos antecessores de Afonso VI (“Hispanorum reges (...) Al. presentis predecessores”) que estabeleceram o pagamento dos votos de Santiago à Igreja compostelana¹⁰²⁴ e confirma, noutro documento, várias possessões da diocese doadas pelos anteriores reis dos hispanos (“a superioribus Hispanorum regibus”) ¹⁰²⁵.

A primeira prerrogativa foi instituída pelo rei leonês Ramiro II (931-950), segundo a versão do *Chronicon Iriense*; o voto deveria ser pago entre o Oceano e o rio Pisuerga, o que, como explicou Fernando López Alsina, balizava pela zona oriental um território

¹⁰²² Os cânones podem ler-se em *HC*, III, 7.3. A *HC* é a única fonte que dá a conhecer este concílio (GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – “Concilios y sínodos en el ordenamiento jurídico del reino de León”, 1988, p. 426-427; RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 732-734).

¹⁰²³ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Legislación conciliar del reino astur (718-910) e del reino de León (910-1230)*, 2009, p. 273.

¹⁰²⁴ “(...) ut nulli unquam persone facultas sit beati Iacobi ecclesie censum illum qualibet occasione subtrahere, quem Hispanorum reges quondam nobilis memorie, Al. presentis predecessores, pro salute totius provincie statuerunt a flumine uidelicet Pisorgo usque ad littus Oceani annuatim ex singulis boum paribus persoluendum (...)” (*HC*, I, 12; JL 5880 (Latrão, 31 de dezembro de 1101) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. LVI, cols. 78-79).

¹⁰²⁵ “Confirmamus etiam uobis oppida seu predia, que a superioribus Hispanorum regibus data sunt (...)” (*HC*, I, 36; JL 6264 (Latrão, 21 de abril de 1110) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCXCVII, cols. 272-273).

próximo ao da antiga província eclesiástica bracarense¹⁰²⁶. Deve assinalar-se que, em 1130, Inocêncio II confirma à sé compostelana o privilégio dos Votos de Santiago e ordena o seu pagamento numa carta endereçada aos prelados eleitos na Hispânia (“per Hispaniam”)¹⁰²⁷. Quem foi enviado ao papa para expor este assunto considerou que se deveria substituir a anterior formulação do rei Ramiro II por uma expressão mais genérica, cujo alcance geográfico é difícil de precisar neste caso. Não se pode deixar de notar que Pedro Marcio, responsável pela inclusão do documento de Inocêncio II, forjou um documento em meados do século XII, poucos anos após o término da crónica compostelana, no qual se afirma que o Voto fora instituído em toda a Hispânia¹⁰²⁸. Talvez a deturpação dos aspetos que seriam introduzidos no seu novo Privilégio dos Votos tivesse começado alguns anos antes, em 1130, aquando de alguma visita de clérigos compostelanos ao Papado.

No segundo diploma atrás citado nomeiam-se algumas propriedades: o castelo de Torres de Oeste passou para a alçada dos bispos compostelanos desde o reinado de Afonso V (999-1028)¹⁰²⁹; o da Lanzada foi construído por Sisnando II (952-968)¹⁰³⁰ e o de Faro foi concedido por Bermudo II (984-999), em 991¹⁰³¹; as igrejas portugalenses de S. Vítor e S. Frutuoso foram doadas ou confirmadas por Afonso III (866-911) e a vila da Correlhã foi legada por Ordonho II (914-924), concessão confirmada depois por Fernando I (1037-1065), que reconheceu igualmente à sé compostelana o domínio direto sobre as vilas da Correlhã, Braga, Montélios e outras¹⁰³².

¹⁰²⁶ Esta informação consta na missiva de Pascoal II e no *Chronicon Iriense*. Um segundo diploma dos votos, forjado por Pedro Marcio, apresenta imensas incongruências e difere nas informações contidas naquelas fontes. Sobre esta questão leia-se LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 181-193.

¹⁰²⁷ “Innocentius episcopus seruus seruorum Dei uenerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis per Hispaniam constitutis (...)” (HC, III, 22.3; JL 7417 (Génova, 2 de agosto de 1130) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. IX, col. 59).

¹⁰²⁸ LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 181-193.

¹⁰²⁹ *Tumbo A de la catedral de Santiago*, 1998, p. 152-154, doc. 64.

¹⁰³⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 2.

¹⁰³¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 2; *Historia Compostelana*, 1994, p. 522, nota 81. Sobre os três castelos consultem-se igualmente as observações de José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. CXXXIII-CXXXIV.

¹⁰³² Estas informações encontram-se explicadas com maior detalhe em AMARAL, Luís Carlos – “Organização eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho...”, 1999, p. 334-335; *Idem* – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga...*, 2007, p. 58-59; COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro...”, 1990, p. 394-406. *Tumbo A de la catedral de Santiago*, 1998, p. 61-62, doc. 10; p. 71-74, doc. 18; p. 85-86, doc. 26; p. 87-88, doc. 27; p. 161, doc. 68; p. 162-163, doc. 69.

Num excerto da autoria de Geraldo lê-se que desde a revelação do corpo do apóstolo os reis das Hispânicas (“Hispaniarum reges”) beneficiaram os bispos de Iria-Compostela com o exercício do poder senhorial num território ao redor da igreja¹⁰³³. Sabemos que esse território circular se tornou cada vez maior com as concessões sucessivas de Afonso II (791-842), Ordonho I (850-866) e Ordonho II (914-924)¹⁰³⁴.

Dentro do que se conseguiu apurar, as doações de que falam os documentos pontifícios e a prerrogativa mencionada por Geraldo foram concedidos ainda no período asturiano ou nos primeiros anos do reino com sede em Leão, e poucos casos datam já do início do século XI. Além destes exemplos, esse redator e o seguinte, Pedro Marcio, pronunciam-se sobre determinadas práticas, já antigas, que pautavam a relação entre os reis dos hispanos e os bispos de Iria-Compostela, pelo que se depreende que também estes seriam soberanos asturianos ou leoneses: o primeiro refere o costume daqueles bispos de auxiliarem militarmente esses monarcas (“rex Hispanorum”)¹⁰³⁵ e o segundo relembra que era habitual estes indicarem vigários para a administração do senhorio compostelano durante as vacâncias episcopais (“Hispanorum regum consuetudo fuit”)¹⁰³⁶.

Em dois episódios redigidos por Munio Afonso, porém, temos referências concretas a reinados em que o centro de poder ainda se situava em Oviedo: o rei Afonso II o *Casto* (791-842) reinava na Hispânia (“in Hispania regnabat”) quando o túmulo do apóstolo S. Tiago foi descoberto¹⁰³⁷ e o bispo iriense Adaulfo II foi acusado de sodomia pelos seus inimigos na presença do rei que estava à frente da Hispânia (“Yspanie preerat”)¹⁰³⁸, rei

¹⁰³³ “Ex quo namque corpus beati Iacobi ibidem reuelatum magnis innumerisque claruit miraculis, Hispaniarum reges ecclesiam beati Iacobi pre ceteris ob amorem tanti apostoli honorabilem fecere et regii iuris potestatem predicto apostolo circumquaque concessere (...)” (HC, II, 1).

¹⁰³⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. CXXV; LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 134-144; *Tumbo A de la catedral de Santiago*, 1998, p. 49-51, doc. 1; p. 52-53, doc. 2; p. 89-92, doc. 28.

¹⁰³⁵ “Cum rex Hispanorum ad extirpandam perfidorum Hysmahelitarum gentem cum exercitu suo irrueret, episcopus ecclesie sancti Iacobi cum toto sui regni exercitu nullatenus se absentabat.” (HC, II, 1).

¹⁰³⁶ O latim é dúbio na expressão utilizada, que pode significar “reis hispanos” ou “reis dos hispanos”: “Sicut ego, qui hec scripsi, a domino Compostellano non semel sed sepenumero audiui, quod Hispanorum regum consuetudo fuit, ut mortuo ecclesie beati Iacobi episcopo uicarios suos in Compostellana ciuitate et per totum ipsius apostoli honorem constituerent et, electione successuri episcopi ad libitum suum dilata, totum illum honorem triennium uel quadriennium potestatiue obtinerent.” (HC, II, 91). O próprio Diego Gelmírez administrou o senhorio compostelano antes e depois do episcopado de Dalmácio, entre 1093 e 1094 e, posteriormente, entre 1096 e 1100.

¹⁰³⁷ “(...) Deo gratia referens Casti regis Ildefonsi, qui tunc in Hispania regnabat (...)” (HC, I, 2.1).

¹⁰³⁸ “Secundus quoque Adaulfus pontificalis ordinis regimen suscipiens tanto interne uisionis desiderio succensus extitit, quod pre inuidia a quibusdam hostium suorum de Sodomitico uitio in presentia regis, qui tunc temporis Yspanie preerat, accusatus fuit.” (HC, I, 2.2).

que, segundo Antonio López Ferreiro, era Afonso III (866-911)¹⁰³⁹. É interessante notar, contudo, que estas figuras não são reis da Hispânia, antes reinam nesse âmbito ou lideram-no¹⁰⁴⁰, mantendo-se, de qualquer modo, a sua relação com a Igreja compostelana.

Não existe, por isso, um *regnum Hispaniae* declaradamente associado ao reino asturiano. Mas é relevante observar ainda a narração de Munio Afonso que antecede o relato da revelação do túmulo apostólico, pois é o único momento em que se utiliza essa expressão no contexto do início da ocupação islâmica da Península Ibérica e do lançamento da “Reconquista”. Como informámos no capítulo anterior, o redator explica que o sepulcro do apóstolo ficara incógnito depois da invasão muçulmana, sendo revelado no tempo do bispo Teodomiro, e prepara a descrição dessa descoberta realçando que primeiro Deus transformara o reino da Hispânia (“*regnum Hispanie transtulit*”) e anulara o culto muçulmano na região hispânica (“*per regionem Hispanicam*”)¹⁰⁴¹. Esta aclaração é um tanto duvidosa, ainda que não tivesse inquietado outros estudiosos que a assinalaram. Para Hélène Sirantoine, o *regnum Hispaniae* neste capítulo respeita ao reino visigótico, verificando-se uma evolução do conceito na crónica, que passa depois a designar o reino castelhano-leonês¹⁰⁴², como cremos ter esclarecido através de diversos exemplos. Para Ermelindo Portela, esse reino e a região hispânica constituem o espaço onde ocorre a revelação do túmulo, isto é, onde dominam os reis de Oviedo, devendo relacionar-se esta passagem com aquela onde se lê que Afonso II reinava na Hispânia¹⁰⁴³. Como também procurámos explicar, Munio Afonso ligou no mesmo capítulo a *revelatio* do corpo de S. Tiago à *restitutio* de um catolicismo que fora instituído na Galécia sueva com o rei Miro, o primeiro monarca a constituir dioceses nas províncias da Hispânia (“*per*

¹⁰³⁹ LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1899, tomo II, p. 155-156.

¹⁰⁴⁰ Em certa medida, esta regra lembra a tendência geral da documentação produzida até ao advento do reinado de Afonso VI, na qual os monarcas eram reis “em Oviedo” e depois “em Leão”, além de muitas outras combinações toponímicas, e que depois deu lugar à forma “rei de” (ESTEPA DÍEZ, Carlos – “Castilla de Condado a Reino”, 2007, p. 37-38).

¹⁰⁴¹ “(...) *regnum Hispanie transtulit et, gentili superstitione per regionem Hispanicam conculcata et prorsus annullata, Christi sui nomen atque fidem inibi suscitavit.*” (*HC*, I, 1.2).

¹⁰⁴² SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 264, nota 239. Emma Falque optou por traduzir a segunda expressão como “anulou o culto religioso dos gentios em toda a Espanha”, o que altera um pouco o sentido original da frase (*Historia Compostelana*, 1994, p. 68).

¹⁰⁴³ PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013, p. 64-65; *Idem* – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 87.

Hispanie provincias”) segundo a norma da Igreja romana¹⁰⁴⁴, referindo a situação anterior à invasão muçulmana sem tocar no tempo godo. Além disso, Deus transformou o reino e concedeu-lhe a religião cristã, mas isso não era válido para todo o espaço peninsular, muito menos no tempo de Teodomiro e de Afonso II. O importante para o cronista era dizer que a “verdadeira” fé fora devolvida à zona galega, que se integrara no reino asturiano, possivelmente o *regnum Hispaniae* que ele cita, onde posteriormente se revelou o corpo de S. Tiago. Apesar de este excerto não ser completamente claro, aproximamo-nos da leitura que fez Ermelindo Portela.

Quando em 1125 Diego Gelmírez apelou à realização de uma cruzada nas regiões da Hispânia (“per Hispanie partes”)¹⁰⁴⁵, não referiu o *regnum Hispaniae*. Esta expressão surge, de facto, na introdução que Pedro Marcio faz ao discurso do arcebispo, mas em correlação com as discórdias entre Urraca e Afonso Raimundes e respeitando, portanto, ao reino que estes geriam. Já a anterior formulação direciona-nos para a Península Ibérica como um todo ou mesmo para o sul muçulmano, onde verdadeiramente ocorreria a expedição contra os inimigos, ainda que a sua motivação fosse, naturalmente, a recuperação de um espaço peninsular que estivera unificado sob a mesma fé¹⁰⁴⁶.

Com efeito, o desejo de reconstituir uma geografia eclesiástica que existia antes de 711 e que foi alterada depois dessa data está presente no texto. Isso é nítido quando se pretende trasladar a dignidade metropolitana de Mérida para Santiago de Compostela. Na

¹⁰⁴⁴ “Ante autem illius pestis expulsionem Miro bone memorie rex diuina dispensatione regni sceptras suscipiens primus Pontificales sedes per Hispanie provincias iuxta Romane ecclesie normam, diuina gratia inspirante, constituit (...)” (HC, I, 1.3). Este apontamento de Munio Afonso também deve ser entendido à luz da época em que a sé de Compostela, sob o governo de Gelmírez, aspirava a receber benefícios do Papado, uma vez que alinhava a diocese com a ortodoxia romana, sob a qual colocava a fundação da sé de Iria, recuando-a ao passado suevo. A passagem poderá aludir igualmente à rejeição do arianismo ou do priscilianismo, apesar de tal provavelmente ter acontecido alguns anos antes do governo de Miro (GOMES, Joana; RENZI, Francesco – “Miro, King of the Suevi (d. 583), and ecclesiastical identities in northwestern Hispania (eleventh-twelfth centuries)”, 2022). Acrescente-se que Miro e o seu antecessor, Teodomiro, são considerados o mesmo monarca em algumas fontes galegas da Alta Idade Média (DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. – *El reino suevo (411-585)*, 2011, p. 138-152).

¹⁰⁴⁵ “Abicientes itaque opera tenebrarum et importabile diaboli iugum iustitie operibus instudeamus et arma lucis iuxta apostoli monitionem unanimiter induamur et, quemadmodum milites Christi, fideles Sancte Ecclesie filii iter Iherosolimitanum multo labore et multi sanguinis effusione aperuerunt, ita et nos Christi milites efficiamur et, eius hostibus debellatis pessimis Sarracenis, iter, quod per Hispanie partes breuius et multo minus laboriosum est, ad idem Domini sepulchrum ipsius subueniente gratia aperiamus.” (HC, II, 78.2). Leia-se o subcapítulo 2.4.

¹⁰⁴⁶ Antonio Maravall relaciona a palavra “Espanha” com todo o processo da “Reconquista” – esse espaço é o âmbito desta e simultaneamente o seu fim. Cada governante entenderia o seu território como pertencente a Espanha e esta designaria igualmente o espaço muçulmano, pois toda ela seria considerada legitimamente cristã e, como tal, deveria ser recuperada (MARAVALL, José Antonio – “La idea de Reconquista en España durante la Edad Media”, 1954).

bula de 1120, que concedeu a Diego Gelmírez o título de arcebispo, pode ler-se que Mérida era uma “nobre cidade entre as nobres cidades das Hispânicas” (“Cum enim inter nobilis Hispaniarum ciuitates et ipsa nobilis appareret”) e estava nesse momento ocupada pelos muçulmanos, tendo aí desaparecido a dignidade da fé cristã. Assim, consentia Calisto II que se trasladasse a província eclesiástica que lhe estava associada para a diocese de Santiago de Compostela¹⁰⁴⁷. As *Hispaniae* do documento englobam o al-Andalus ou referem-se a um passado anterior à invasão islâmica da Península Ibérica, representando neste caso o conjunto peninsular em que vigorava a unificação visigótica ou até um anterior, pois não deixa de ser válido que *Emerita Augusta* era uma das principais cidades da Hispânia romana.

Considere-se agora um capítulo que alude às características da geografia física da Hispânia e que permite identificá-la com a Península Ibérica total, ou, em última análise, com toda a sua extensão cristã. Quando em 1120 o bispo Hugo concluiu a sua missão em Cluny, conquistando a dignidade de arcebispo para Diego Gelmírez, planeou o seu regresso à Península Ibérica. Tal como as viagens que aqui iniciavam, aquelas de retorno eram pensadas em função das ameaças do rei de Aragão, e esta em particular foi marcada por hesitações na escolha do percurso. Hugo “fez o regresso à Hispânia pelos Pirenéus” (“per Alpes ad Hispaniam reditum faceret”), embora tivesse consciência dos perigos que lhe eram preparados pelo *Batalhador*, sobretudo quando chegasse a cidades como Jaca e Estella, o que o fez recuar para Auch e Baiona¹⁰⁴⁸. Esta última já integra a região basca, de acordo com o *Guia do Peregrino*¹⁰⁴⁹, embora na *HC* apenas se refira que o bispo, a partir deste ponto, seguiu acompanhado por um conhecedor da língua dos bascos e de caminhos não tão centrais, entrando novamente “pelos Pirenéus” (“Alpes ingreditur”) e passando por diversos territórios como Guipúscoa, Navarra, Biscaia e Astúrias, “junto ao mar que rompe contra as últimas rochas da Hispânia” (“preter mare, quod extremis

¹⁰⁴⁷ “(...) sicut et Emeritane ciuitati constat peccatis exigentibus accidisse. Cum enim inter nobilis Hispaniarum ciuitates et ipsa nobilis appareret, ita diuina dispositione mutatis temporibus Moabitarum siue Maurorum est tradita potestati, ut in ea et pontificalis gloria et Christiane fidei dignitas deperierit.” (*HC*, II, 16.2; JL 6823 (Valence, 26 de fevereiro de 1120) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. LXXIX, cols. 1168-1169).

¹⁰⁴⁸ Sobre os percursos escolhidos pelos clérigos compostelanos a norte dos Pirenéus veja-se o subcapítulo 2.1.

¹⁰⁴⁹ *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 516.

Hispanie rupibus alliditur”)¹⁰⁵⁰. O reino aragonês nuclear encontrava-se, portanto, dentro da Hispânia¹⁰⁵¹, assim como territórios que Afonso I ocupava nesse período, como Navarra, Guipúscoa e Biscaia¹⁰⁵². Todas estas terras, além das Astúrias, são descritas como as mais extremas da Hispânia, cujo limite geográfico são os Pirenéus.

A estas montanhas opõe-se o mar como extremo sul da Ibéria. Se num excerto de Pedro Marcio encontramos a expressão “de um e do outro lado dos Pirenéus” (“ultra portus et citra portus”)¹⁰⁵³, Geraldo escreve também que o emir Ali tinha poder “de um e do outro lado do mar da Ibéria” (“citra mare et trans mare Hyberie”) – expressão que Emma Falque optou por traduzir como “de um lado e do outro do Estreito”¹⁰⁵⁴. Com grande probabilidade referindo-se ao Mediterrâneo, Geraldo desenha um outro limite do espaço peninsular. Esta fronteira física não correspondia, portanto, a uma fronteira política, mas tal já não se pode dizer dos Pirenéus, tendo em conta as observações feitas no subcapítulo 2.1 – ultrapassadas as montanhas para norte, a inquietude suscitada pelo rei aragonês deixava de se fazer sentir. Reconhece-se a autoridade islâmica na Ibéria, mas uma vez que Ali governava somente uma parte dela, perguntamo-nos de novo se este vocábulo tem aqui um sentido mais restrito. De facto, embora não transcreva as palavras

¹⁰⁵⁰ “Circa id temporis predictus Portugalensis episcopus repedare uolens in Hispaniam cum B. cardinali atque legato Romane Ecclesie a Papa Calixto ad Hiberos misso usque ad Olorensem ciuitatem reuersus est, ubi correctus febribus aliquandiu morabatur. Denique sanitati restitutus cum per Alpes ad Hispaniam reditum faceret, presensit pluribus in locis preparatam esse sibi pedicam. Quippe cum eo ibant exploratores ob hoc a rege Aragonensi et ab episcopo Yaccensi missi, qui illius aduentum uel lacce uel Stelle uel alias prenuntiarent, ut caperetur. (...) rediens ad ciuitatem Auxum et ab Auxo ad Labordensem ciuitatem. Tunc depositis pontificalibus uestibus cum duobus uernulis, adhibito sibi quodam indigena, qui et barbaram linguam Basc[l]orum et uiam per inuia nouerat, Alpes ingreditur; inde per Ispuciam et per Nauarram et per Biscaiam et per Asturiam preter mare, quod extremis Hispanie rupibus alliditur, nunc eques nunc pedes preterit.” (HC, II, 20.1). O desejo de regressar à Hispânia e o medo que se tinha do rei de Aragão já tinham sido referidos no capítulo II, 16.1: “Post hec cum episcopus Portugalensis reuerti uellet in Hispaniam, sed per Aragonensis tiranni regnum repedare non auderet (...)”.

¹⁰⁵¹ Como já foi sucintamente explicado por Ermelindo Portela e María Pallares Méndez (PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 68-69).

¹⁰⁵² Relativamente a Guipúscoa, em 1076 Afonso VI ocupara a parte ocidental, enquanto Sancho Ramírez de Aragão ficara com a oriental. Veja-se MONREAL ZIA, Gregorio – “El Señorío de Vizcaya: origen, naturaleza jurídica. Estructura institucional”, 1973, p. 129-134; LACARRA, José María – “El senhorio de Vizcaya y el reino de Navarra en el siglo XII”, 1972, p. 40-42; SESMERO, Francisco – “Los primeros Señores de Vizcaya. Historia y Leyenda”, 1972, p. 61-63, 84-85; GAMBRA, Andrés – *Alfonso VI: cancillería, curia e imperio. I. Estudio*, 1997, p. 79-81, 700-702; MARROQUÍN, Besga Armando – “El reparto del reino de Pamplona del año 1076”, 2011. Leia-se o subcapítulo 3.3 acerca da repartição do reino de Pamplona entre os dois monarcas.

¹⁰⁵³ HC, III, 1.

¹⁰⁵⁴ “Sarracenorum rex Ali nomine, qui et citra mare et trans mare Hyberie septrum habet in Agarenos (...)” (HC, II, 50.1).

que indicam o mar, Antonio Maravall considerou que a expressão alude apenas ao território muçulmano na península¹⁰⁵⁵, mas a referência ao mar, tal como a menção aos Pirenéus no exemplo anterior, leva-nos a ponderar que os vocábulos *Hispania* e *Hyberia* destes dois capítulos são, antes de tudo, um conceito geográfico.

Dois outros episódios de Geraldo levantam também alguns obstáculos à interpretação dos termos toponímicos empregues. No primeiro, um grupo de piratas vindos de Inglaterra chegou à Hespéria (“*Hesperiam attigerant*”), tendo-se unido a rebeldes galegos opositores de Gelmírez em 1111-1112¹⁰⁵⁶. Por um lado, o cronista relata a chegada de ingleses ao litoral peninsular, e assim temos de encarar que a expressão isolada coloca em oposição estes supostos cruzados a caminho de Jerusalém, vindos de um território extrapeninsular, com a Península Ibérica. Por outro, o problema em questão afetava em primeiro lugar a Galiza e, por extensão, as fronteiras marítimas do reino castelhano-leonês, contra o qual se posicionaram os adversários do bispo, aliados aos cruzados, ao desafiarem também o poder de Urraca.

No segundo capítulo, os hispanos temiam (“*Verebantur nimirum Hispani*”) que povos ingleses, normandos ou outros bárbaros entrassem pela Galiza vindos do mar. No mesmo episódio também o rei da Hispânia, Afonso VI (“*Hyspanie rex*”), receava esse perigo e dispôs, como consequência, que se reconstruísse periodicamente o castelo de Torres de Oeste para proteção da Galiza¹⁰⁵⁷. Novamente existe uma oposição entre os hispanos e povos não hispanos, mas a menção ao monarca castelhano-leonês admite também que os *hispani* pudessem ser os seus súbditos, de resto os únicos prejudicados pela chegada de grupos estrangeiros hostis à costa ocidental. Embora o coletivo seja algo impreciso, deve notar-se que o que atacava a Galiza atacava os hispanos de um modo geral.

A antítese entre o hispano e o extrapeninsular está mais evidente no único capítulo em que se atribui o étnico *hispanus* a uma só pessoa, um monge “hispano de origem, mas

¹⁰⁵⁵ MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 229-230.

¹⁰⁵⁶ “*Eodem tempore P. Godestides et R. Nunides piratas pretio conductos sibi in auxilium assumpserant, qui ab Anglie partibus uenientes causa adeundi Ierosolimam Hesperiam attigerant (...)*” (*HC*, I, 76.1). Leia-se o subcapítulo 2.3 acerca deste conluio.

¹⁰⁵⁷ “*Verebantur nimirum Hispani, ne Anglice uel Normamnigene siue alie barbare gentes ex hac parte nauigio Galliciam aggredierentur. (...) Quod Hyspanie rex ueritus dederat edictum, ut agricole a ripa fluuii nomine Issi usque ad mare bis in anno ex consuetudine Honesti muros facile casuros atque ruinosos rehedicatum tempore stabilito conuenirent.*” (*HC*, II, 23).

conhecido como borgonhês” (“Hispanus natione Burgundio nomine”)¹⁰⁵⁸, encarregado por Bernardo de Toledo de se dirigir à corte de Calisto II, que em 1119 se encontrava nas Gálias, repleta de alóbrogos, contrerrâneos do papa da Borgonha¹⁰⁵⁹. O conceito de nação era habitualmente usado na Idade Média com o sentido que lhe atribuíra Isidoro de Sevilha. Como informou Miguel Ladero Quesada, para Isidoro *natio* definia “un amplio grupo de gentes que formaban a modo de un gran linaje, por su origen y evolución comunes”, embora o termo fosse flexível no seu significado¹⁰⁶⁰. Não conhecendo a identidade do monge mencionado por Geraldo, não podemos ir mais longe do que reconhecer o contraste que o cónego estabeleceu, numa mesma pessoa, entre a sua proveniência hispânica e uma característica que o assemelhava a alguém de além-Pirenéus, pelo que *hispanus* não será um conceito conectado, neste exemplo, com nenhum território em particular dentro da Península Ibérica. Neste sentido, deveria questionar-se a tese principal do artigo de Ángel Gordo Molina e Juan Gerter Urrutia que identifica o conjunto de povos com centro político em Leão com a nação hispânica, tanto na *HC* como nas *Crónicas Anónimas de Sahagún*, tomando como base a designação de Isidoro. No que respeita à crónica compostelana, já vimos como a Hispânia se assimila ao reino leonês em muitos casos, mas o único momento em que há uma ligação direta entre o termo *natio* e o *hispanus* é neste capítulo que aqui apresentamos, que expõe certas particularidades.

A ambiguidade deste gentílico ainda se verifica numa anotação de Geraldo sobre a época em que a Hispânia seguia a lei toledana (“Hispania Toletanam (...) legem recipiebat”), quando quase todo esse espaço (“tota fere Hispania”) era ignorante¹⁰⁶¹ e nenhum bispo dos hispanos (“nullus (...) Hispanorum episcopus”) prestava culto a Roma. Logo depois o redator informa que Afonso VI entregou aos hispanos a lei romana (“A. rex (...) Romanam legem (...) Hispanis contradidit”), pelo que entre eles se

¹⁰⁵⁸ “Interea monachus quidam Hispanus natione Burgundio nomine missus a Bernardo Toletano archiepiscopo et Sancte Romane Ecclesie legato uenit ad dominum Papam, qui litteras a rege Ildefonso nepote domini Pape se habere aiebat.” (*HC*, II, 10).

¹⁰⁵⁹ Consulte-se o subcapítulo 2.1.

¹⁰⁶⁰ LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Unidad y diversidad en la España medieval. En torno a la idea de nación, patria y estado”, 2005, p. 20. “Gens est multitudo ab uno principio orta, sive ab alia natione secundum propriam collectionem distincta, ut Graeciae, Asiae. Hinc el gentilitas dicitur. Gens autem appellata propter generationes familiarum, id est a gignendo, sicut natio a nascendo” (ISIDORO DE SEVILHA, Santo – “De gentium uocabulis”. In *Etimologías*, 1983, vol. I, p. 742-743).

¹⁰⁶¹ Não esqueçamos que há quem interprete estas observações do cronista relativas à ignorância do clero hispano, e em particular do compostelano, como estritamente relacionadas com a prática do rito moçárabe e não com a educação propriamente dita dos eclesiásticos, que nos parece uma outra possibilidade de análise, tal como procurámos demonstrar em 2.1.

desenvolveram as forças da Santa Igreja (“Sancta Ecclesie uires in Hispanis pullulare ceperunt”)¹⁰⁶². A autoridade de Afonso VI para introduzir essa nova liturgia limitava-se aos seus domínios¹⁰⁶³ e, efetivamente, a reforma eclesiástica em curso realizou-se a diferentes ritmos no reino de Leão e Castela e no de Aragão, sendo introduzida no primeiro em 1080 e no segundo em 1071¹⁰⁶⁴.

A este exemplo acrescenta-se outro similar, redigido no início da obra por Munio Afonso e também relativo à política eclesiástica de Afonso VI. O cronista comentou que o monarca afastou Diego Peláez do assento episcopal compostelano e nomeou um monge de Cardeña, Pedro, para ocupar o seu lugar, seguindo também a vontade dos homens sábios da Hespéria (“sapientum uirorum Hesperie”)¹⁰⁶⁵.

Ambas as passagens abrangem territórios e pessoas em teoria submetidas a Afonso VI, mas que, tal como noutros trechos já vistos, poderiam ser designados por palavras que alargavam a soberania deste rei a um espaço mais vasto. Em relação aos *hispani*, Amancio Isla Frez não encontrou fórmulas em que estejam sob o domínio de Afonso VI, embora Hélène Sirantoine refira um documento do meio navarro-aragonês em que o monarca é *imperante Hispanis*, mas sem que se possa elaborar uma leitura convicta sobre esse exemplo¹⁰⁶⁶.

Por outro lado, no mesmo capítulo que alude à transição da liturgia, Geraldo acrescenta que um cardeal romano, anónimo, visitara a Hispânia (“uenit in Hispaniam”)

¹⁰⁶² “Nec mirum, cum tunc temporis tota fere Hispania rudis et illiterata esset; nullus equidem Hispanorum episcopus Sancte Romane Ecclesie matri nostre seruicii uel obedientie quicquam tunc reddebat. Hispania Toletanam non Romanam legem recipiebat. Sed postquam A. rex bone memorie Romanam legem Romanasque consuetudines Hispanis contradidit, ex tunc, utcumque oblitterata quadam nebula inscientie, Sancta Ecclesie uires in Hispanis pullulare ceperunt.” (HC, II, 1).

¹⁰⁶³ Além da HC, as *Crónicas Anónimas de Sahagún* e a *Crónica do Bispo Don Pelayo* sugerem que a mudança de rito partiu da iniciativa régia (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 193; *Crónica del Obispo don Pelayo*, 1924, p. 80).

¹⁰⁶⁴ Sobre a introdução do rito romano em Aragão e em Leão e Castela leia-se DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010, p. 353- 368, 403-484 e p. 382 acerca deste episódio da HC. Ainda em relação ao reino leonês veja-se REILLY, Bernard F. (ed.) – *Santiago, Saint-Denis, and Saint-Peter, The Reception of the Roman Liturgy in León-Castile in 1080*, 1985; RUCQUOI, Adeline – “Cluny, el camino francés y la reforma gregoriana”, 2010; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval: iglesia y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*, 2008, p. 295-322.

¹⁰⁶⁵ “Rex autem Adefonsus communi consilio sapientum uirorum Hesperie quemdam abbatem Cardiniensis monasterii nomine Petrum huic apostolice pretulit ecclesie (...).” (HC, I, 3.1). Quanto à relação de Afonso VI e da Igreja castelhano-leonesa com Roma leia-se o subcapítulo 2.2.

¹⁰⁶⁶ ISLA FREZ, Amancio – *Memoria, culto y monarquía hispánica entre los siglos X y XII*, 2006, p. 154; SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 232.

antes daquela mudança, para avaliar qual a norma que aí era seguida¹⁰⁶⁷. Outras notícias de representantes expressamente enviados à Hispânia pelo Papado abundam na fonte, muitos dos quais eram legados *a latere*, e em todas elas o topónimo parece adotar o sentido mais amplo, concorrendo em alguns capítulos com um significado mais restrito da mesma palavra, escrita com outros propósitos. De acordo com Geraldo, o pleito entre Compostela e Mondonhede fora tratado em vários concílios na Hispânia (“per Hispaniam”) na presença de cardeais romanos, ainda que não tivesse sido resolvido até se chegar ao ano de 1122¹⁰⁶⁸. Excetuando esta informação genérica e o cardeal anónimo já referido, os restantes mensageiros são conhecidos pelo nome ou pela sua inicial: Rainerio, antes de ser papa com o nome de Pascoal II, tinha sido legado na Hispânia (“in Hispania”), sendo nesse período cardeal-presbítero de S. Clemente¹⁰⁶⁹. Em 1112, o abade de São Miguel da Chiusa, Hermengardo, foi enviado aos hispanos (“ad Hyspanos”), segundo o texto com o objetivo de intervir nos desentendimentos entre Urraca e Afonso I. Encontrou toda a Hispânia (“totam Hispaniam”) em discórdia e convidou todos os bispos das Hispânias (“omnes Hyspaniarum pontifices”) para assistirem a um concílio do papa Pascoal II, bem como representantes dos dois monarcas para, junto do pontífice, acordarem os termos do restabelecimento da paz nas regiões da Hispânia (“Hispanie finibus”)¹⁰⁷⁰. Em 1118, Gelásio II destacou mensageiros para vários territórios da

¹⁰⁶⁷ “Tempore siquidem Toletane legis quidam cardinalis atque legatus Sancte Romane Ecclesie uenit in Hispaniam, ut uideret, quid scientie, quid religionis, quidue consuetudinis ecclesiastice ibi haberetur (...)” (HC, II, 1). Também não temos a cronologia precisa da sua missão. Na segunda metade do século XI, estas matérias foram tratadas na Hispânia pelos legados pontifícios Hugo Cândido, cardeal-presbítero de S. Clemente, e Ricardo, abade de S. Vítor de Marselha (DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l’Espagne et Rome (586-1085)*, 2010, p. 353-368; MASSETTI, Francesco – “Ugo Candido, noto anche come Ugo di Remiremont”, 2020). Relembre-se que Paul Kehr ponderou que a referência da HC poderia respeitar a Hugo Cândido (KEHR, Paul – “El Papado y los reinos de Navarra y Aragón hasta mediados del siglo XII”, 1946, p. 94, nota 37). Sobre os representantes papais na Península Ibérica, nomeadamente durante a segunda metade do século XI e a primeira do XII, leia-se RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018.

¹⁰⁶⁸ “In multis quoque conciliis per Hispaniam celebratis in presentia Romanorum cardinalium et legatorum super hoc multotiens conuentum est (...)”. (HC, II, 56.1).

¹⁰⁶⁹ “Hic Paschalis ante Papatus adeptionem Ranerius dictus in Hispania fuerat iam legatus (...)” (HC, I, 7).

¹⁰⁷⁰ “His igitur atque aliis Romanus Pontifex a Compostellane sedis episcopo multotiens suppliciter ammonitus uenerabilem personam, scilicet Clusensem abbatem, ad Hyspanos misit. Qui ab eodem legis magistro litteras secum attulit, quatinus omnes Hyspaniarum pontifices usque ad proximam beate Marie festiuitatem ad presentiam ipsius Pape conuenirent et Aragonensis regis et nobilis regine V. nuntios secum ducerent, ut, utriusque causa plenius indagata, tantis cladibus, Deo auxiliante, finis imponeretur et Hispanie finibus pax et tranquillitas reformaretur.” (HC, I, 79.2). “Supradictus itaque Clusensis abbas Occidentales partes ingrediens et multo plura et nefandiora quam, quod audierat, uidet totamque Hispaniam discordie stimulo perturbatam inuenit. (...) Preterea Clusensis abbas litteras a Romano Pontifice directas

Cristandade, destinando Deusdedit, cardeal-presbítero de S. Lourenço em Dâmaso, à Hispânia (“in Hispaniam”). Este cardeal estava encarregue de convidar os prelados das Hispânias (“Hispanie episcopos”; “Hispaniarum episcopos”) para o concílio em Clermont¹⁰⁷¹ e foi escolhido por Calisto II, em 1123¹⁰⁷², para visitar as igrejas das regiões hispânicas (“in partes Hispanas uenit”; “Hispane regionis ecclesias”), tendo entrado nos territórios hispânicos (“Hispanas partes ingrediens”), passando em particular pela igreja de Burgos antes de chegar a Compostela¹⁰⁷³. O próprio dirigiu uma carta a Gelmírez onde se intitula “legado das Hispânias” (“Hispaniarum legatus”) ¹⁰⁷⁴. Desta vez, o seu principal intuito seria o de dar solução à falta de prelado na diocese de Burgos, mas Deusdedit não deixou de visitar “Portugal”, nomeadamente Braga, e a região da Terra de Campos¹⁰⁷⁵. Ainda no tempo de Calisto II, Boso, cardeal-presbítero de Santa Anastácia, foi enviado aos iberos (“ad Hiberos misso”), acompanhando Hugo quando este regressava de Cluny, em 1120, pelo menos num percurso inicial¹⁰⁷⁶. Este cardeal esteve presente, no ano seguinte, na consagração do bispo de Ávila, em Compostela, altura em que, na presença de bispos dos territórios portugalense, galego e leonês, dos reis de Leão e Castela e de príncipes da Galiza, se discutiu sobre o estado da Igreja e do *regnum Hispaniae*. Aí se

Hispaniarum episcopis tradidit et eos ad supradictam sinodum tempore determinato inuitauit (...).” (HC, I, 79.3).

¹⁰⁷¹ “Misit itaque nuncios suos in Aquitaniam, in Franciam, in Normaniam, in Flandriam, in Angliam et circumquaque. De cardinalibus autem suis unum nomine Deusdedit misit in Hispaniam, qui Hispanie episcopos ad predictum concilium inuitaret.” (HC, II, 5). “Eodem tempore predictus cardinalis, scilicet Deusdedit, quem, ut prediximus, ad inuitandos Hispaniarum episcopos ad concilium Aluernie Papa Gelasius miserat (...).” (HC, II, 7.1).

¹⁰⁷² Tanto José Campelo como Emma Falque consideraram que se trata do mesmo legado nos dois capítulos (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 372, nota 3; *Historia Compostelana*, 1994, p. 441, nota 495), embora Antonio López Ferreiro tivesse tido a opinião contrária (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo IV, p. 97).

¹⁰⁷³ “(...) quidam Romane ecclesie cardinalis Deusdedit a latere ipsius Pape delegatus in partes Hispanas uenit, Hispane regionis ecclesias sollicite uisitaturus et earum saluti atque utilitati sagaciter prouisurus. (...) Cardinalis itaque supradictus Hispanas partes ingrediens ad Burgensem ciuitatem Burgensis ecclesie legatis committantibus uenit (...).” (HC, II, 70.1).

¹⁰⁷⁴ “Deusdedit Sancte Romane Ecclesie presbiter cardinalis et Hispaniarum legatus (...).” (HC, II, 70.2).

¹⁰⁷⁵ “Hoc et aliis negotiis Compostelle deliberatis, accepta a domino Compostellano benedictione, Compostella egressus Bracharam et per partes Portugalenses in Campanas partes profectus est (...).” (HC, II, 70.1).

¹⁰⁷⁶ “Circa id temporis predictus Portugalensis episcopus repedare uolens in Hispaniam cum B. cardinali atque legato Romane Ecclesie a Papa Calixto ad Hiberos misso (...).” (HC, II, 20.1). Um trabalho de Andrea Mariani e Francesco Renzi (submetido e em avaliação para o volume *Do burgo do bispo à cidade dos mercadores*) contém úteis informações acerca das várias viagens realizadas por Hugo: MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco – “As viagens de um bispo do século XII: D. Hugo do Porto (1112/1114-1136)”. Sobre o trabalho de Boso na Hispânia consulte-se RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 634-659, 682-694.

decidiu igualmente celebrar um concílio em Sahagún – realizado em agosto de 1121 –, para o qual foram convocados os bispos de Burgos até ao Oceano (“a Burgis usque ad Oceanum”)¹⁰⁷⁷. O objetivo era ratificar as decisões tomadas em Compostela sobre as irregularidades das regiões da Hispânia (“in partibus Hispanie enormitatibus”), que nesta altura, a avaliar pelo conteúdo dos capítulos escritos por Geraldo nesta parte, tinham que ver acima de tudo com a discórdia entre Urraca e o arcebispo compostelano¹⁰⁷⁸.

Já no Livro III existem várias alusões à intenção de Honório II de enviar Humberto, cardeal-presbítero de S. Clemente, à Hispânia (“in Hispaniam”; “ad partes Hispanie”; “in partes Hispanas”). O emissário chegou em 1129 e também fez um desvio para o condado portugalense após uma visita a Compostela, celebrando depois um concílio em Carrión, já em 1130, para o qual foram convidados vários prelados da Hispânia (“episcopis atque abbatibus Hispanie”). Afonso VII, “rex Hispaniarum”, assistiu ao encontro e falou previamente com Gelmírez sobre que assuntos tratar relativamente ao seu reino, como o seu próprio casamento com a rainha Berenguela, com quem tinha um certo grau de parentesco. Efetivamente, tomaram-se decisões relativas à Igreja e ao reino da Hispânia (“Hispani regni”)¹⁰⁷⁹, sendo depostos os bispos de Oviedo, de Salamanca e de Leão, e o concílio contou ainda com a presença do arcebispo de Tarragona, Olegário (1118-1134)¹⁰⁸⁰. Finalmente, Inocêncio II incumbiu alguns representantes de viajarem às regiões

¹⁰⁷⁷ “(...) de statu Sancte Ecclesie et Hispanie regni admodum pertractauerunt. (...) Ad quod concilium omnes episcopi et abbates a Burgis usque ad Oceanum uocati sunt.” (HC, II, 38). No capítulo anterior vêm descritos os prelados que assistiram à consagração do de Ávila: estavam à frente das dioceses de Segóvia, Braga, Porto, Tui, Ourense, Lugo e Mondonhede, além de Gelmírez (HC, II, 37.1). “Preterea memorie non excidat, quod de disponendis negotiis ecclesiasticis et emendandis tot in partibus Hispanie enormitatibus ad beati Iacobi et uestrum specialiter consilium accedentes concilii locum et diem statuimus (...)” (HC, II, 41). Antonio García y García identificou como presentes no encontro, pelo menos, os prelados de Salamanca, Mondonhede, Ourense, Leão, Oviedo e Tui (GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – “Concilios y sínodos en el ordenamiento jurídico del reino de León”, 1988, p. 418-419).

¹⁰⁷⁸ A reunião de bispos, que não contou com a presença de Gelmírez, tratou de questões de disciplina eclesiástica e de desentendimentos entre os prelados do Porto e de Coimbra (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval: iglesias y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*, 2008, p. 405-407; GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – “Concilios y sínodos en el ordenamiento jurídico del reino de León”, 1988, p. 418-419; RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 684-692).

¹⁰⁷⁹ Também Hélène Sirantoine encarou este *regnum Hispaniae* (III, 14.2) como o de Leão e Castela (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 264, nota 239).

¹⁰⁸⁰ “Eos tamen benigne et honorifice suscepit et per illos domino Conpostellano mandauit, quod legatum de latere suo in Hispaniam dirigeret (...)” (HC, III, 5.1). “Ait enim quod ipsa legatio cuidam kardinali Romano in curia concessa fuerat et ipse kardinalis iter suum in Hispaniam iam diu arripuerat.” (HC, III, 10.1). “Verum nos dilectum filium nostrum Hu. cardinalem presbiterum de latere nostro ad partes Hispanie missum destinauimus et ei uices nostras commisimus.” (HC, III, 10.2; JL 7382 (1129) = PL

mais ocidentais da Cristandade: o subdiácono apenas conhecido como G. veio à Hispânia (“in Hispaniam”; “ad partes Hispanie”) e convidou os seus prelados para o concílio de Reims, realizado em 1131¹⁰⁸¹. O bispo de Lescar, Guido de Lons (1115-1141)¹⁰⁸², viajou à Hispânia (“in Hispaniam”) para anunciar o II Concílio de Latrão, de 1139¹⁰⁸³. Por ocasião dos desentendimentos entre Gelmírez e o rei, que antecederam a revolta que estalou em Compostela em 1136 contra o arcebispo, Inocêncio II destinou à península Guido de Vico, cardeal-diácono de S. Cosme e Damião, que já tinha percorrido a Hispânia anteriormente (“Hispaniam uisitauerat”). Por conselho de Afonso VII, visitou “todas as igrejas da Hispânia” (“uniuersas Hispanie ecclesias”)¹⁰⁸⁴ e marcou presença no concílio de Burgos desse ano, que reuniu o episcopado da Hispânia após a revolta compostelana¹⁰⁸⁵, que a crónica indica como o principal assunto aí tratado, apesar de também referir a consagração do bispo eleito de Saragoça por Gelmírez¹⁰⁸⁶. Abandonando

CLXVI, Honorius II papae ep. XCVII, col. 1302). O papa anuncia o mesmo a Afonso VII, “Hispaniarum rex”, em *HC*, III, 10.3; JL 7383 (1129) = PL CLXVI, Honorius II papae ep. XCVIII, cols. 1302-1303. “(...) et ille Hubertum uenerabilem uirum kardinalem et presbiterum a suo latere in partes Hispanas destinauit (...)”. (*HC*, III, 14.1). “Quibus preuisis et pertractatis, fratribus in unum conuenientibus, concilium in monasterio sancti Zoili II Nonas Februarii celebrauerunt, in quo multa ad honorem et utilitatem Sancte Ecclesie et Hispani regni pertinentia stabilierunt et confirmauerunt.” (*HC*, III, 14.2). “In Karrirensi concilio a Romane sedis legato kardinali et presbitero domino Huberto, archiepiscopis, episcopis atque abbatibus Hispanie in unum conuocatis, Adefonso etiam Hispaniarum rege et multis comittibus aliisque potestatibus presentibus (...)” (*HC*, III, 15). No concílio de Carrión discutiram-se também os limites da diocese de Segóvia (RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 735-737).

¹⁰⁸¹ “Quapropter quemdam Romane Ecclesie subdiaconum G. nomine, qui archiepiscopos, episcopos et abbates ad tanti conuentus celebrationem uocaret, de latere suo in Hispaniam transmittere curauit (...)” (*HC*, III, 27.1). O cardeal Aimerico escreve a Gelmírez a informar sobre o mesmo: “Huius itaque caritatis fiducia inducti karissimum nostrum G., Sancte Romane Ecclesie subdiaconum, quem dominus Papa pro beati Petri seruitio duxit ad partes Hispanie delegandum, uestre benignitati attentius commendamus.” (*HC*, III, 27.3). O cardeal Humberto seguiu-lhes o exemplo (III, 27.4). Fernando Rodamilans acredita tratar-se de Guido de Vico, futuro cardeal romano que veio de novo, mais tarde, à Península Ibérica (RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 747-748).

¹⁰⁸² RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 678.

¹⁰⁸³ “(...) Lascurrensis episcopus, Romane ecclesie legatus et a latere domini Pape Innocentii in Hispaniam missus (...)” (*HC*, III, 57).

¹⁰⁸⁴ “Tunc comites et episcopi presentes imperatori consuluerunt, ut pro cardinale, scilicet Guidone nomine, legato Romane Ecclesie, quem iam bene nouerat et, nondum biennio transacto, Hispaniam uisitauerat et cui non erat cordi in partes Hispanie per decem annorum decursum uenire, sine mora et remota omni occasione dirigeret. (...) occidentalem ecclesiam uisitauit (...). Interim imperator cardinali intimauit, ut, donec Boso Roma rediret, uniuersas Hispanie ecclesias peragraret et pastores regimen animarum tenetes, ut interessent concilio, anmoneret.” (*HC*, III, 46.3). O cardeal foi também mencionado em III, 39 e III, 43.

¹⁰⁸⁵ “(...) honestius ceteris Hispanie episcopis ad perfinitum concilium Burgis celebrandum infirmus et a scelerosis in altare sanctissimi apostoli lapidatus tetendit (...)” (*HC*, III, 49.1).

¹⁰⁸⁶ *HC*, III, 49.6.

as regiões da Hispânia (“a partibus Hispanie”; “de Hispania”), Guido regressou à cúria papal¹⁰⁸⁷.

É importante sublinhar, em primeiro lugar, que a crónica demonstra como estes mensageiros eram continuamente enviados à Península Ibérica neste período, algo que começara a ser frequente apenas em meados do século XI, quando se incrementaram os contactos com o Papado. Em segundo lugar, os cronistas não seguem uma regra quando informam sobre a sua vinda. Estes emissários tanto visitavam as regiões da Hispânia como simplesmente a Hispânia, ou eram enviados aos hispanos ou aos iberos, sem que isso pareça alterar o sentido do texto – os papas destacavam legados para os representarem na Península Ibérica, sendo-lhes confiada a legacia *in Hispania* independentemente das regiões que aqui visitassem¹⁰⁸⁸. Na narrativa dispomos somente de três informações sobre a parte oriental da península neste contexto: a referência a Afonso I de Aragão, a propósito da crise política peninsular e da chegada de Hermengardo; a menção à presença em Carrión de los Condes do arcebispo de Tarragona, Olegário, cuja sé, do condado de Barcelona, tinha sob a sua alçada dioceses catalãs e navarro-aragonesas¹⁰⁸⁹; a consagração do bispo de Saragoça por Diego Gelmírez, em 1136. De resto, os concílios hispânicos relatados foram sempre realizados em cidades centrais do reino castelhano-leonês (Carrión, Sahagún e Burgos). Neles, por vezes, discutiram-se questões que respeitavam ao *regnum Hispaniae* ou há notícia da comparência de Urraca ou de Afonso VII. Quando se relata o itinerário que os legados adotaram, este não ultrapassa a esfera daquele reino

¹⁰⁸⁷ “(...) et sic adiutus et filius ex dilectione et obsequio factus a partibus Hispanie recessit.” (HC, III, 49.5). “Post hec cardinalis de Hispania remeans hec eadem, que dicta fuerant, Pape et omnibus Romane curie seriatim narravit.” (HC, III, 49.7). Sobre a presença de Guido na Hispânia em 1134 e 1136 leia-se RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 749 e seguintes.

¹⁰⁸⁸ Por vezes eram discutidas matérias somente na parte oriental da península, em assembleias com eclesiásticos e laicos de ambos os lados dos Pirenéus, sob a presidência dos condes de Barcelona ou dos reis de Aragão (MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 85-99). Sobre os contactos entre o Papado e a Península Ibérica têm sido citadas no presente estudo diversas publicações, às quais se podem acrescentar, abordando diferentes perspectivas, KEHR, Paul – “El Papado y los reinos de Navarra y Aragón hasta mediados del siglo XII”, 1946; RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018; FRIED, Johannes – *Der päpstlicher Schutz für Laienfürsten...*, 1980; WIEDEMANN, Benedict G. E. – *Papal Overlordship and European Princes, 1000-1270*, 2002; *Idem* – “The kingdom of Portugal, homage and papal ‘fiefdom’ in the second half of the twelfth Century”, 2015; VENEZIANI, Enrico – “Cum enim sit ecclesie Romane vassallus...”, 2023.

¹⁰⁸⁹ Acerca da complexa restauração de Tarragona veja-se MANSILLA REOYO, Demetrio – *Geografía Eclesiástica de España...*, 1994, vol. 2, p. 222-238 e FEIGE, Peter – “La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga”, 1991, p. 72-74.

– tanto Deusdedit como Humberto saem da Galiza em direção ao condado portugalense, seguindo depois para a Terra de Campos. Os problemas eclesiásticos que se resolveram foram na maioria relativos a Igrejas ocidentais. Por uma vez, relaciona-se o reino da Hispânia com prelados de terras situadas entre Burgos e o Oceano, o único momento em que não se alude aos bispos *Hispaniae* ou *Hispaniarum*, definindo-se mais concretamente a sua origem castelhano-leonesa.

Na realidade, a crónica omite muitos assuntos respeitantes ao conjunto catalão e aragonês. Rainerio tinha sido encarregue de tratar, entre outros assuntos, sobre a restauração da diocese metropolitana de Tarragona¹⁰⁹⁰. Como advertiu Paul Kehr, a abadia de São Miguel da Chiusa possuía mosteiros na diocese de Girona desde meados do século XI, o que teria constituído o motivo principal da visita deste abade, e discutiu-se no concílio de Burgos, em 1136, os limites diocesanos entre as dioceses de Tarragona, Osma, Saragoça e Sigüenza, além da jurisdição de bispos aragoneses sobre territórios castelhanos e de outras questões aragonesas¹⁰⁹¹. Guido, o bispo de Lescar, celebrou um concílio em Pamplona, no ano de 1139¹⁰⁹². Nada disto é particularmente significativo, uma vez que a Igreja da parte oriental peninsular está pouco presente no texto de um modo geral, não integrando as preocupações principais do bispo compostelano. A representação de Aragão na narrativa, aliás, está totalmente condicionada pela contenda que envolvia Afonso I. Os redatores limitam-se a elencar os episódios mais importantes para o meio compostelano relacionados com a chegada dos mandatários papais, sem nunca reduzirem, neste enquadramento, o sentido lato dos termos *Hispania*, *hispani* e outros similares. Esse sentido estava em consonância com aquele que era seguido pela chancelaria papal, como se pode verificar pelas inúmeras missivas aí emitidas e copiadas para a HC, cujos destinatários são genericamente prelados e laicos da Hispânia, quando não são nomeados pela diocese que tinham a seu cargo. Alguns documentos solicitam a

¹⁰⁹⁰ RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 449 e seguintes.

¹⁰⁹¹ KEHR, Paul – “El Papado y los reinos de Navarra y Aragón hasta mediados del siglo XII”, 1946, p. 150, nota 149 e p. 163; GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – “Concilios y sínodos en el ordenamiento jurídico del reino de León”, 1988, p. 432-434; RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 754 e seguintes.

¹⁰⁹² MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “La restauración de la monarquía navarra y las Órdenes Militares (1134-1194)”, 2002, p. 858. Este prelado foi incumbido de outras missões na Península Ibérica por parte de vários pontífices (RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III...*, 2018, p. 678 e seguintes, 771-772).

presença de bispos peninsulares em determinados concílios, embora sejam detalhados relativamente a outros territórios da Cristandade¹⁰⁹³. Outros diplomas, datados entre 1113 e 1121, aludem ao conflito entre os reinos ibéricos¹⁰⁹⁴ ou a assuntos que respeitam, em concreto, à parte ocidental da península¹⁰⁹⁵. Apenas Pascoal II se dirige a laicos da Galiza e da Hispânia em simultâneo¹⁰⁹⁶ e Gelásio II endereça uma carta a Gelmírez, onde convida os prelados da Hispânia para o concílio de Clermont e simultaneamente isenta o compostelano de assistir ao encontro, pois ele estava ocupado com os assuntos “daquele reino” (“*illius regni*”)¹⁰⁹⁷, provavelmente reconhecendo uma porção territorial menor do que toda a península.

¹⁰⁹³ Pascoal II convocou prelados da Hispânia para o concílio de Latrão de 1116: “*P. episcopus seruus seruorum Dei dilectis fratribus archiepiscopis, episcopis, abbatibus siue clericis per Hispaniam salutem et apostolicam benedictionem (...)*”. (*HC*, I, 106; JL 6462 (Benevento, 15 de agosto de 1115) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDXXXII, col. 385). Gelásio II fez o mesmo para o concílio de Clermont, agendado para o dia 1 de março de 1119: “*Vocaturi igitur ad concilium, quod Kal. Martii, auxiliante Deo, Aluernie celebrare deliberauimus, confratres nostros episcopos Hispanie, te solo excepto, inuitamus, quia illius regni negotia in manibus tuis pendent (...)*”. (*HC*, II, 7.2; JL 6661 (Maguelone, 17 de novembro de 1118) = PL CLXIII, Gelasius II papae ep. XXI, cols. 503-504). Leia-se também o capítulo II, 5, onde Geraldo refere que o pontífice chamava a Clermont os bispos da Aquitânia, da França, da Normandia, da Flandres e de Inglaterra. Inocêncio II requereu a presença de clérigos de diversos territórios cristãos no concílio de Reims, de 1131, incluindo da Hispânia: “*Ideo fratres et filios nostros archiepiscopos, episcopos, abbates et alios religiosos ac sapientes uiros Alamanie, Lotharingie, Francie, Normanie, Anglie et Hispanie conuocare decreuimus*”. (*HC*, III, 27.2; JL 7475 (Beauvais, 19 de maio de 1131) = PL CLXXIX, Innocentius II papae ep. XLVI, col. 96).

¹⁰⁹⁴ Pascoal II escreveu aos prelados hispanos acerca da violência que grassava na “sua terra”: “*(...) litteras inferius scriptas a domino Papa omnibus Hyspaniarum pontificibus missas illis ostendit*”; “*P. episcopus seruus seruorum Dei uenerabilibus fratribus B. primati et ceteris episcopis et principibus Hyspanie salutem et apostolicam benedictionem (...)*”. (*HC*, I, 89.3; JL 6350 (Latrão, 14 de abril de 1113) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CCCLXIV, cols. 321-322).

¹⁰⁹⁵ Calisto II recordou a reunião que acontecera em Leão, em 1107, a que o próprio assistira quando era ainda arcebispo de Vienne e onde Afonso VI havia entregado a Galiza a Afonso Raimundes: “*Calixtus episcopus seruus seruorum Dei dilectis fratribus et filiis episcopis, principibus, comitibus, militibus et ceteris fidelibus per Yspaniam salutem et apostolicam benedictionem. Egregie memorie Ildefonsus rex defuncto genero nobilis recordationis Raimundo comite, fratre nostro, filium eius regem instituit et regnum ei per iuramenta potentium stabiliiuit, prout uos ipsi certius cognouistis*”. (*HC*, II, 31.2; JL 6828 (*Veneriis*, 4 de março de 1120) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. LXXXIV, col. 1171). O mesmo papa proibiu os ofícios religiosos nos territórios de Urraca enquanto esta mantivesse o arcebispo compostelano retido: “*Calixtus episcopus seruus seruorum Dei uenerabilibus fratribus archiepiscopis et episcopis per Yspaniam salutem et apostolicam benedictionem (...)*”. (*HC*, II, 48.3; JL 6928 (Melfi, 7 de outubro de 1121) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. CLIV, cols. 1220-1221). O próprio Geraldo refere no capítulo seguinte que o papa enviou uma carta à Hispânia e aos seus bispos. Algumas personalidades foram o destinatário de Calisto II, como Diego Gelmírez, Bernardo de Toledo, Urraca e Afonso Raimundes: “*Has quidem litteras miserat papa Calixtus (...)* ceterisque per Hispaniam episcopis (...). Papa per Hispaniam delegauerat litteras.” (*HC*, II, 49.1).

¹⁰⁹⁶ *HC*, I, 42; JL 5987 (Latrão, 31 de outubro de 1104) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CXXII, col. 134.

¹⁰⁹⁷ “*Vocaturi igitur ad concilium, quod Kal. Martii, auxiliante Deo, Aluernie celebrare deliberauimus, confratres nostros episcopos Hispanie, te solo excepto, inuitamus, quia illius regni negotia in manibus tuis pendent (...)*”. (*HC*, II, 7.2; JL 6661 (Maguelone, 17 de novembro de 1118) = PL CLXIII, Gelasius II papae ep. XXI, cols. 503-504).

O vocabulário é mais variado quando a preponderância de Diego Gelmírez na esfera peninsular é ressaltada. Em relação aos contactos do arcebispo com o Papado e à sua posição eclesiástica na Península Ibérica, sobressai a pretensão de Pedro Marcio de alargar as competências do prelado, sobretudo depois de 1124, período em que cresce o conflito com o arcebispo de Toledo e em que Gelmírez nunca conseguiu ver reconfirmada a legacia papal nas províncias de Braga e de Mérida. O arcebispo conversa com o cardeal Deusdedit sobre o estado das igrejas hispânicas (“Hispanarum ecclesiarum”) ainda em 1123¹⁰⁹⁸, é o garante da adesão dos restantes bispos das Hispânicas (“alios Hyspaniarum episcopos”) à causa de Anacleto II contra Inocêncio II¹⁰⁹⁹ na década de 30 (segundo esperava o “antipapa”), e é a “cabeça da Hispânia” (“caput Hispanie”) que o bispo de Lescar convida para o concílio de Latrão de 1139¹¹⁰⁰.

Noutros exemplos, Diego Gelmírez avulta entre as elites peninsulares através da preeminência que lhe atribuem altas figuras da época: a rainha Urraca elegia o arcebispo entre todos os prelados e outros homens prudentes da Hespéria (“Hesperie”). O seu conselho era necessário para dominar os galegos, pois se estes se virassem contra ela,

¹⁰⁹⁸ “Cum ergo cardinalis et dominus Compostellanus in colloquium uenissent et statum Hispanarum ecclesiarum diligenter egissent (...)” (HC, II, 70.1).

¹⁰⁹⁹ “Et quia plane nouerat domini Compostellani fauorem et beniuolentiam ad retinendum Papatum fore sibi necessarium, et per se, per eius consilium et potentiam alios Hyspaniarum episcopos ad sui fauorem acquisiturum (...)” (HC, III, 23.1). Ángel Gordo Molina e Juan Gerter Urrutia consideraram que em grande parte do Livro III as cartas enviadas a partir de Roma são dirigidas a Gelmírez para serem difundidas por toda a Espanha, o que significaria que Compostela era a conexão direta entre o império de Leão e os pontífices em virtude da legacia de que o seu arcebispo gozava (GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 117). Em primeiro lugar, Gelmírez fora apenas legado nas províncias de Mérida e de Braga, pois a legacia total pertencia a Toledo (pelo menos até 1125), e neste período não conseguia que lhe confirmassem esse privilégio. Em segundo lugar, em todo o Livro III apenas se encontrou uma carta de Anacleto II, onde se solicita que a mensagem fosse lida “nos seus territórios” e distribuída “a outras partes”, nunca se referindo topónimos (“Rogamus ergo ut coram omnibus, qui in partibus tuis sunt, pulice legi facias et ad partes alias dirigas transcribendas.” (HC, III, 23.2; JL 8374 (Roma/São Pedro, 10 de abril de 1130)). Logo depois, um subtítulo, provavelmente acrescentado por próprio Pedro Marcio, antecede outra carta que deveria ser distribuída pelas Hispânicas (“Has alias litteras de sue electione actione eidem Conpostellano direxit, ut per Hispanias destinaret eas legendo.” (HC, III, 23.3)), o que devemos entender como uma ideia do autor e não vinda de Roma. A missiva em questão tem como remetente o povo de Roma e é dirigida a Gelmírez, novamente sem se especificarem topónimos (“Vniuersus Romane urbis clerus e populus Conpostellano archiepiscopo D. et omnibus fidelibus ad quoscumque littere iste peruenerint, salutem in Domino et spiritum fidei et intellectus.” (HC, III, 23.3.)).

¹¹⁰⁰ “(...) et precipue dominum D. Compostellanum archiepiscopum, caput Hispanie et suorum episcoporum sibi suffragantium principem (...)” (HC, III, 57). No entanto, Gelmírez não assistiu ao concílio, que contou com a presença do arcebispo de Braga, João Peculiar, e do arcebispo de Toledo, Raimundo (FEIGE, Peter – “La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga”, 1991, p. 87.)

quase toda a Ibéria (“tota fere Hiberia”) seguiria esse exemplo¹¹⁰¹. Do mesmo modo, Afonso VII interveio no desentendimento entre o seu chanceler, Bernardo, e o arcebispo compostelano, afirmando que nenhum canto das Hispânicas (“nullus Hispaniarum angulus”) ignorava com quanto amor Gelmírez tinha educado esse funcionário¹¹⁰². Fora da Península Ibérica, o duque da Aquitânia, Guilherme IX, encaminhou uma carta para o prelado onde reconheceu a sua relevância na proteção da herança de Afonso Raimundes, pois era superior em dignidade e em poder em relação a todos os outros da sua condição na Ibéria (“quos Hiberia continet”)¹¹⁰³. A acreditar na autenticidade deste documento, trata-se do único extrapeninsular copiado para a obra que contém o termo “Ibéria”, possivelmente empregue, tal como os restantes, para elevar Diego Gelmírez à figura mais relevante da Península Ibérica.

Contudo, nos dois concílios compostelanos, de 1124 e de 1125, o poder do arcebispo projeta-se em concreto no *regnum Hispaniae*. No primeiro, Gelmírez proclamou a paz de Deus no reino de Urraca¹¹⁰⁴, e, no seguinte, um dos seus objetivos era resolver a discórdia entre a rainha e o filho, que agitava o reino da Hispânia¹¹⁰⁵. Também na segunda metade da década de 30 Gelmírez foi aconselhado por alguns apoiantes a excomungar Afonso VII e o seu reino (“regnum et Hispanie imperium”), devido à pressão do monarca junto da Igreja compostelana para a concessão de ajuda financeira, apesar de o arcebispo ter recusado por saber que, se o fizesse, coisas piores se abateriam sobre a Hispânia (“deteriora in Hispania insurgerent”)¹¹⁰⁶. Naturalmente, decretar a paz de Deus ou a

¹¹⁰¹ “Si regine aduersari inciperent, tota fere Hiberia rebellione quateretur. (...) Te patrem, te patronum super omnes Hesperie pontifices ac prudentes michi prepono, tuum consilium tuumque auxilium usquequaque mihi necessarium uideo nec nisi te amico et coadiutore Gallecos prodicionis ac rebellionis face partim succensos edomare possum.” (HC, II, 59.1).

¹¹⁰² “Quanto dilectionis uinculo archiepiscopus te amplexus fuerit, quanto dudum amore educauerit et que etiam erga te exhibuerit et que pro te hucusque tolerauerit, nullus Hispaniarum angulus ignorat.” (HC, III, 39.3).

¹¹⁰³ “Nunc autem peruigilem uestri curam, quem multum diligo, quod re ipsa experiri poteritis, qui omnes, quos Hiberia continet, uestri ordinis dignitate et potentia precellitis (...)” (HC, II, 34.2).

¹¹⁰⁴ “Et quoniam peccatis exigentibus regnum Hispanie adeo turbatum uidit (...). Madamus igitur et apostolica auctoritate constituimus ut, suprema iuuante clementia, pax Dei, que apud Romanos et Francos et alias fideles nationes obseruatur, in toto Hispanie regno ab omnibus Christianis inuiolabiliter teneatur (...)” (HC, II, 71.1).

¹¹⁰⁵ “Item uenerabilis archiepiscopus regnum Hispanie ex discordia A. regis et matris eius regine V. conturbari et deuastari non modicum dolens (...) de pace inter supradictum regem A. et suam matrem reginam, ut et inter ceteros principes inuicem discordantes, prouide et sagaciter tractauit.” (HC, II, 78.1).

¹¹⁰⁶ “(...) si regnum et Hispanie imperium gladio excommunicationis percuteret, Ecclesie inde detrimentum incurreret et omnis turba fidelium beatum Iacobum causa peregrinationis uisitare recusaret et quicumque defunctus inhumatus humi sine commendatione iaceret, et etiam deteriora in Hispania insurgerent (...)” (HC, III, 54).

excomunhão em todos os domínios de Urraca e de Afonso VII excedia largamente a autoridade do prelado.

Também a Igreja de Santiago de Compostela e o seu clero são enaltecidos na *HC*, mas sempre em relação às restantes sés da(s) Hispânia(s) ou entre os hispanos, embora em vários capítulos o seu lugar destacado se deva aos benefícios concedidos pelos reis asturianos ou leoneses¹¹⁰⁷. Outros excertos podem agrupar-se em função das fases mais relevantes da ascensão de Diego Gelmírez na hierarquia eclesiástica peninsular ou de acordo com os momentos em que a sua posição foi mais ameaçada. Primeiro, antes da sua eleição como bispo, Pascoal II declarou que nenhum canto das Hispânias (“Hispaniarum angulus”) ignorava as muitas adversidades que suportava a Igreja compostelana pela ausência de pastor¹¹⁰⁸. Durante o seu episcopado, a sé que geria resplandecia sobre as demais das Hispânias (“omnes Hispaniarum ecclesias”) pela excelência dos seus cónegos¹¹⁰⁹, que o bispo elevou entre os restantes da Hispânia (“in Hispania”) pela educação e concessão de cargos e honras, entre eles os que participaram na conspiração de 1136¹¹¹⁰. No período em que Gelmírez procurava ser promovido a arcebispo, Geraldo sublinha bem como João de Gaeta, depois eleito papa Gelásio II, fora chanceler de Pascoal II e conhecia, portanto, os interesses de cada uma das sés das Hispânias, que tinha em especial no seu coração (“Hispaniarum ecclesias”),

¹¹⁰⁷ “Ex quo namque corpus beati Iacobi ibidem reuelatum magnis innumerisque claruit miraculis, Hispaniarum reges ecclesiam beati Iacobi pre ceteris ob amorem tanti apostoli honorabilem fecere et regii iuris potestatem predicto apostolo circumquaque concessere, quippe ut, que tanti apostoli presentia ceteris apud Hispanos precellebat ecclesiis, ecclesia eadem prediorum, hereditatum et ceterorum, que fuerant regii iuris, precelleret et potestate. Tanto igitur honoris culmine pontifices in ecclesia beati Iacobi pre ceteris episcopis Hispanie regiam potentiam a regibus habebant.” (*HC*, II, 1). “Alii reges, tui antecessores, uiri timorati et religiosi, istum locum et istam ecclesiam pre aliis omnibus Hispanie locis et ecclesiis diuino et beati Iacobi amore dilexerunt et honorauerunt et exaltauerunt, istam ecclesiam publicis et priuatis largitionibus munifice ditauerunt.” (*HC*, II, 87.2). O próprio rei Afonso VII discursou, segundo Pedro Marcio, desta maneira: “(...) quia istam ecclesiam, cuius canonicatum et beneficium iam recepi et habeo, pre omnibus Hispanie ecclesiis diligam et diligo et eam contra suos aduersarios et emulos pro posse meo defendam et manu tenebo.” (*HC*, II, 87.7). “Tunc imperator animaduertens Compostellanam ecclesiam sceptrum et caput sui imperii tanto pondere nepharie consuetudinis oppresisse, et quam decorare, exaltare reuerentiusque inter ceteras ecclesias Hispanie debuerat tractare (...)” (*HC*, III, 52).

¹¹⁰⁸ “Quantis iam diu calamitatibus pro pastoris absentia beati Iacobi fatigetur ecclesia, Hispaniarum angulus iam nullis ignorat.” (*HC*, I, 7.3; JL 5811 (Latrão, 29 de dezembro de 1099) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. V, col. 34).

¹¹⁰⁹ “Illam nimirum ecclesiam super omnes Hispaniarum ecclesias in excellentia cleri, in personarum uenustate dignum erat coruscare, que totius Occidentis partes beati Iacobi Apostoli presentia irradiabat.” (*HC*, I, 81.1).

¹¹¹⁰ “Hii autem non de quibuslibet canonicorum fuerunt, uerum hii precipue, quos pater uenerande memorie pro filiis adobtauerat et adeo honoribus ac dignitatibus prouexerat, quod in prosperitate temporali nemo eis sui ordinis in Hispania equipollebat.” (*HC*, III, 46.2).

nomeadamente a compostelana, que era a mais prestigiosa¹¹¹¹. Depois de conseguida a dignidade, o cronista refere como a diocese compostelana superava as restantes das Hispânicas (“ceteris Hispaniarum ecclesiis”) em honra e riquezas, sendo em simultâneo a mais humilde de todas em relação a Roma¹¹¹².

Face à sobreposição de jurisdições de Compostela e de Toledo, cuja contenda subiu de tom em 1123-1124, altura em que Gelmírez conseguiu a confirmação da legacia nas províncias de Mérida e Braga e o seu adversário retinha a dignidade de legado em toda a Hispânia, Pedro Marcio procura defender a posição do seu patrono com duas cartas de Calisto II, onde o papa afirmava que a Igreja de Santiago de Compostela era gloriosa nas regiões das Hispânicas (“in Hispaniarum partibus”)¹¹¹³. É essencial salientar que é neste período que a legacia do toledano sobre toda a Hispânia é reconhecida uma única vez pelo cronista (“totius Hispanie legationem”)¹¹¹⁴. No início da obra, uma carta de Pascoal II pedia informações a Bernardo sobre a situação das Hispânicas (“de statu (...) Hispaniarum”), levando-nos a acreditar que este pedido foi feito ao toledano na sua qualidade de legado¹¹¹⁵. Depois, aquando do conflito com Gelmírez, o próprio arcebispo de Toledo alude à sua autoridade sobre todos os prelados das Hispânicas enquanto legado da Igreja romana, alegando que nenhum se excluía de lhe obedecer por ordem do papa

¹¹¹¹ “Ipse namque Gelasius cum fuisset Romane Ecclesie cardinalis et cancellarius, multotiens cum predecessore suo id negotii tractauerat et, quid cuique ecclesie Hispaniarum congrueret, callebat.” (HC, II, 3.4); “Qui Gelasius fere totius orbis ecclesias earumque pastores nouerat et, quid cuique congrueret, bene sciebat. Precipue Hispaniarum ecclesias eorumque rectores in promptuario sui pectoris habebat. Inter quas ecclesiam beati Iacobi apostoli (...)” (HC, II, 4.1).

¹¹¹² “Denique predictus ecclesie beati Iacobi archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus tantam Romane Ecclesie exhibuit humilitatem, quatinus, licet pre ceteris Hispaniarum ecclesiis honore et diuitiis sua polleret ecclesia, omnes tamen humilitate et obsequio circa Romanam Ecclesiam transcendit.” (HC, II, 19).

¹¹¹³ “Quoniam in Hispaniarum partibus Compostellana ecclesia ob uenerandum beati Iacobi apostoli corpus gloriosa et insignis habetur (...)” (HC, II, 67.1; JL 7161 (Orte, 24 de junho de 1124) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCLXXI, cols. 1322-1323). O mesmo se diz na carta do capítulo II, 67.4; JL 7162 (Orte, 24 de junho de 1124) = PL CLXIII, Callistus II papae ep. CCLXXII, col. 1323.

¹¹¹⁴ “Toletanus etenim totius Hispanie legationem diutine obtinuerat (...)” (HC, II, 65).

¹¹¹⁵ “Litteras dilectionis tue breues omnino recepinus, in quibus preter causam, qui inter ecclesias sancti Iacobi et Mindunienses agitur, nil aliud de statu nobis Hispaniarum dicere uoluisti.” (HC, I, 35.1). É difícil dizer que seria uma alusão específica aos conflitos no interior do império de Leão, como entenderam Ángel Gordo Molina e Juan Gerter Urrutia (GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 108). Esta carta data antes de 1109, ou antes da segunda metade de 1108. José Campelo, considerando que nela se alude ao concílio de Leão de 1107, datou-a da primeira metade de 1108 (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 88), mas Jaffé-Loewenfeld e Migne registaram o ano de 1106 (JL 6087 (1106) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CLXXXVII, cols. 193-194).

Calisto II (“archiepiscopis per Hispanias constitutis atque episcopis, abbatibus”)¹¹¹⁶. Peter Feige notou que Bernardo exigira a Gelmírez a obediência que se prestava a um primaz e não a um legado papal. O toledano em nenhum momento refere a sua condição de primaz nesse documento, mas ignora a dignidade de legado de Gelmírez. Por seu lado, o compostelano não reconhece a primazia de Bernardo e reforça que a sua diocese era isenta¹¹¹⁷. Alguns anos mais tarde, Gelmírez deu mostras de ambicionar a legacia em toda a Hispânia (“totius Hispanie legationem”), e para isso enviou legados e dinheiro a Honório II, embora nunca o tivesse conseguido¹¹¹⁸. Quanto à dignidade de primaz do toledano, em nenhum momento a narrativa a confirma, limitando-se Geraldo a insinuar que o seu mentor desejaria esse privilégio depois de ter alcançado o arcebispado¹¹¹⁹. Somente o arcebispo Raimundo se intitula primaz das Hispânicas (“primas Hyspaniarum”) numa carta que enviou a Diego Gelmírez, em 1135, sobre a consagração de um bispo¹¹²⁰. Tanto uma dignidade como a outra correspondem a uma geografia eclesiástica hispânica que cobre todo o tecido peninsular cristão, dilatando-se por vezes, inclusivamente, para lá dos Pirenéus. A primazia de Bernardo em todo o espaço peninsular foi-lhe concedida em 1088 por Urbano II¹¹²¹, que dois anos depois impôs temporariamente que os bispos

¹¹¹⁶ “Miramur unde ad modum super uestre calliditatis sensu tam presumtuose uos agere, presertim cum uos ignarum non credimus litteras domini Pape Calixti archiepiscopis per Hispanias constitutis atque episcopis, abbatibus et prepositis clericali etiam ordini atque laicali generaliter destinatas uidisse, in quibus nec uestri nec alterius personam excepit, ut mihi tamquam Romane sedis legato et Romani Pontificis uicario obedientiam et reuerentiam exhiberent et uocati ad sinodum, ut que emendanda essent nostri consilio emendarent, unanimiter accederent.” (HC, II, 66.1).

¹¹¹⁷ HC, II, 66.3 e 66.4.

¹¹¹⁸ “(...) legatos suos canonicos et kardinales Petrum Fulconis et Martinum Petridem, partim ut inuidorum detractiōi obuiarent, partim ut totius Hispanie legationem a domino Papa sibi postularent, misit. (...) Cumque sui itineris causam exposuissent et imposturam detractorum omnino falsam esse multis modis ostendissent, dominus Papa beniuole respondit multum sibi placere dominum Compostellanum Hispanie legationem habere sed id inpresentiarum fieri non posse.” (HC, III, 10.1).

¹¹¹⁹ HC, II, 19. É desta opinião Ermelindo Portela (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez* (c. 1065-1140). *El báculo y la ballesta*, 2016, p. 62, nota 31).

¹¹²⁰ “R., Deo utinam propitio primas Hyspaniarum, Toletane sedis archiepiscopus cum episcopis P. Segobiensi et B. Zamorensi domino D. Compostellano [metropolitano] salutem et dilectionem (...)” (HC, III, 43.3).

¹¹²¹ Numa carta enviada ao rei Afonso VI, Urbano II declarou Bernardo primaz “em todos os reinos das Hispânicas”, e noutra endereçada ao abade cluniacense designou-o como primaz “de todos os bispos que havia nas Hispânicas”. Esta decisão foi também comunicada “ao arcebispo tarraconense e aos restantes das Hispânicas”. Em 1088 exercia a função de metropolitano tarraconense o bispo de Vich e não havia mais arcebispos, pois Braga não estava ainda restaurada (FEIGE, Peter – “La primacia de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga”, 1991, p. 68). Sobre este assunto leia-se igualmente RIVERA RECIO, Juan Francisco – “Primado de Toledo o Primado de las Españas”, 1973. Em 1139, o sucessor de Bernardo, Raimundo, conseguiu a primeira ordem papal dirigida a todos os prelados da Hispânia para que lhe obedecessem como primaz, quase meio século depois da restauração da primazia

da província de Tarragona obedecessem ao arcebispo de Narbona como metropolitano e se submetessem ao de Toledo como primaz e, passados três anos, nomeou Bernardo legado papal na Hispânia e em Narbona¹¹²².

A Igreja compostelana ainda se diferenciava das outras sés hispânicas noutros sentidos. O bispo organizou a construção de um altar em honra de S. Paulo, que, de acordo com a explicação de Geraldo, tinha pouca devoção nas igrejas da Hispânia (“in ecclesiis Hispanie”)¹¹²³. Se lembrarmos como Gelmírez gostaria de imitar as instituições de além-Pirenéus no que respeitava à decoração do claustro da sua catedral, também neste exemplo poderíamos comparar a igreja compostelana entre as outras peninsulares, o que evidenciaria de novo a existência da ideia de uma cultura tipicamente hispânica em relação à ornamentação das igrejas e à sua estrutura¹¹²⁴. Já Afonso VII sabia que “em toda a Hispânia” (“in tota Hispania”) o lugar onde melhor se venderia uma peça valiosa era Santiago de Compostela, provavelmente tendo em conta a afluência de peregrinos cujas contribuições enchiam o tesouro da catedral, que por sua vez era utilizado para promover a peregrinação. Com efeito, Gelmírez aconselhou o seu tesoureiro a comprar o cálice de ouro do rei para adornar a sua igreja, em troca da sua desistência de uma peregrinação à Terra Santa¹¹²⁵.

Resta demonstrar que a importância de Compostela se deve mais do que uma vez, nestes exemplos, à presença do corpo do apóstolo S. Tiago na catedral. Este foi trazido da Terra Santa para a Hispânia (“in Hispaniam”; “in Hispanicam regionem”) e a pseudo-epístola do papa Leão que relata esse acontecimento é dirigida aos hispanos (“ad Hispanos”)¹¹²⁶. Pascoal II atribuiu o pálio a Gelmírez, começando por anunciar que se

por Urbano II (FEIGE Peter – “La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga”, 1991, p. 88).

¹¹²² Uma prerrogativa que, na visão de Peter Feige, implicava maior submissão do que a anterior (FEIGE, Peter – “La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga”, 1991, p. 72-74). Sobre o conflito de Toledo com Braga e Compostela leia-se, além do anterior, MARQUES, José – “O problema da primazia arquiépiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?”, 1999 e SOTO RÁBANOS, José Maria – “Braga y Toledo en la polémica primacial”, 1990.

¹¹²³ “Super porticum etiam ecclesie sancti Iacobi, per quam itur in Villare Miluorum, edificauit altare in honore beati Benedicti, beato quoque Paulo, quoniam raro in ecclesiis Hispanie eius memoria habebatur (...).” (HC, II, 55).

¹¹²⁴ Sobre este tópico teceram-se algumas considerações em 2.1.

¹¹²⁵ “Hoc autem ideo fecit, quia nullum locum in tota Hispania, ubi melius uenderetur, esse nouerat.” (HC, III, 8).

¹¹²⁶ “Cuius equidem beatissimi Apostoli corpus uenerandum Iudei maliuolentia et inuidia ducti nec sepelire uoluerunt nec a Christianis qui tunc temporis Iherosolimis conuersabantur sepelire permiserunt, sed sicut Leo Papa in epistola, quam de eius passione et ipsius corporis in Hispaniam translatione, ad

acreditava que o corpo fora levado para as regiões das Hispânias (“in partes Hispaniarum”)¹¹²⁷. Geraldo não hesita em estender o seu culto a todas as províncias da Cristandade ocidental, destacando a Hispânia entre elas (“precipue Hispania”)¹¹²⁸. No entanto, nestas declarações do cronista é mesmo plausível que se incluísse o al-Andalus, tendo em conta o capítulo em que vêm escritas, onde é relatado o milagre de S. Tiago em benefício de um sarraceno. Em alguns documentos do século XI, em particular de Afonso VI, toda a Hispânia se submete a S. Tiago, e o mesmo acontece em relação a Santo Isidoro¹¹²⁹. Nestas passagens da *HC* não há que questionar a alargada extensão do conceito – S. Tiago preside a toda a Península Ibérica, aonde foi destinado após a sua morte. Contudo, isto deve ser conciliado com a leitura que se fez da própria *revelatio* do corpo do apóstolo, que aconteceu, na ótica do texto, após a transformação do *regnum Hispaniae* – quiçá o asturiano – e da *restitutio* da fé cristã, pela primeira vez instaurada na Hispânia na sua versão católica/ortodoxa pela mão de um rei suevo, no território da Galécia.

Apesar das muitas incertezas que resultaram das anteriores reflexões, é possível reunir algumas perceções menos dubitáveis sobre os modos como os cronistas compostelanos utilizam os vocábulos “Hispânia”, “Ibéria” e “Hespéria”, tal como “hispanos” e “iberos”, que veem o seu alcance geográfico ser aumentado ou reduzido na narrativa em função do que se pretende realçar.

Primeiramente constata-se que o conceito de *regnum Hispaniae* se adapta quase sempre às fronteiras do reino de Leão e Castela dos reinados de Afonso VI, Urraca e

Hispanos destinavit, affirmat (...). Sed illius discipuli ab illo uiuente premoniti quatenus corpus suum in Hispanicam regionem transferrent tumultandum, totum corpus cum capite, teste Leone Papa, nocturno tempore arripientes litus adusque maris citato calle peruenerunt; dumque ibi de nauigio, quo in Hispaniam transmearent, solliciti essent (...).” (*HC*, I, 1.1).

¹¹²⁷ “Iacobi Apostoli corpus in partes Hispaniarum allatum occidentalis credit (...).” (*HC*, I, 17.2; JL 5986 (Latrão, 31 de outubro de 1104) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CXXI, cols. 132-134).

¹¹²⁸ “Respondetur illis hunc esse beatum Iacobum Domini et Saluatoris nostri apostolum, Iohannis apostoli et euangeliste fratrem et utrumque Zebedei filium, cuius corpus in Gallecie finibus habetur humatum, quem Gallia, Anglia, Latium, Alemania omnesque Christicolarum prouincie et precipue Hispania ueneratur utpote patronum et protutorem suum.” (*HC*, II, 50.1).

¹¹²⁹ Dois documentos deste monarca relacionam a existência de um reino hispânico com a unificação cristã da Península Ibérica por S. Tiago (SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*, 2012, p. 180 e 215). Um documento de meados do século XI refere Santo Isidoro como *totius Hispaniae doctor* (ISLA FREZ, Amancio – *Memoria, culto y monarquía hispánica entre los siglos X y XII*, 2006, p. 145-146).

Afonso VII, a que estão adstritos os redatores, e possivelmente equivale, no capítulo inicial da obra, à partida escrito por Munio Afonso, ao precedente reino asturiano, onde se restaurou a fé cristã e se revelou o túmulo de S. Tiago. Os monarcas deste período recuado, bem como da época do reino leonês anterior à dos reis protagonistas da crónica, são mencionados por vezes de forma indeterminada, outras vezes implícita e em poucas ocasiões expressamente definida. Dois reis asturianos referidos pelo nome reinam na Hispânia ou estão ao seu comando, mas as restantes alusões fazem-se genericamente aos *reges Hispanorum* ou *Hispaniarum*, em documentos papais ou no texto construído pelos cronistas. São líderes que se relacionavam de diferentes maneiras com a Igreja de Iria-Compostela, e que por informações adicionais sabemos que controlavam um domínio territorial específico, do qual o castelhano-leonês contemporâneo da narrativa é herdeiro. Não se trata, portanto, de uma forma de mencionar diversos governantes com autoridade sobre diferentes territórios que cobriam um mesmo âmbito unitário peninsular, outrora submetido a um único rei, que Antonio Maravall identificou na expressão *reges Hispaniae* empregue na Idade Média¹¹³⁰. Relativamente ao título de rei da Hispânia ou das Hispânias, a HC reserva-o para os três monarcas do final do século XI e da primeira metade do XII que governam o *regnum Hispaniae*.

Esta expressão está presente no texto em cronologias e circunstâncias determinadas, na maior parte das vezes narradas por Geraldo. Uma primeira concentração de menções encontra-se em episódios datados entre 1111 e 1113, todos relacionados com a guerra entre Urraca e Afonso I, depois de relatados os tumultos iniciais na Galiza entre as diferentes fações do conflito e a mudança de lealdade de Diego Gelmírez, que acabou por se posicionar no mesmo campo do conde Pedro Froilaz de Trava contra o casamento régio, representado como forçado pela aristocracia castelhano-leonesa. Nestes anos intercalavam-se os entendimentos e o afastamento do casal. Ocorreram batalhas e cercos fora do território galego a que a crónica dá destaque e em que o que estava em causa, na perspetiva do redator, era a sucessão ao trono castelhano-leonês, reclamada pelo rei de Aragão e ameaçada pela eventual descendência da sua união com a filha de Afonso VI. Por conseguinte, pretende-se assegurar a linhagem deste monarca na liderança do *regnum Hispaniae*, recordando-se repetidamente que este conjunto foi legado por sua iniciativa à

¹¹³⁰ MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los «Reinos de España» en la Edad Media”, 1954.

sua filha e ao seu neto e que Afonso I não deveria exercer nenhum tipo de autoridade nele, mas não há nenhuma indicação de que Urraca tivesse poder sobre a parte aragonesa, silenciando-se a co-soberania que ambos os reis tinham nos domínios do outro. Há dois representantes de duas entidades políticas em confronto e é esta oposição que determina que o reino da Hispânia esteja tão bem definido na narrativa de Geraldo. Esta expressão é mencionada pelo cronista paralelamente a outras, como simplesmente “Hispânia” e “Ibéria”, que refletiriam uma extensão geográfica maior se escritas noutros contextos. Contudo, nestes capítulos todas funcionam como sinónimas e apresentam-se apenas como dignificadoras do espaço político mais importante da península cristã do momento, aquele em que se move Diego Gelmírez. Certamente decorrem do ideal neogótico que alguns autores viram arreigado na obra e que divisamos nos títulos atribuídos no texto aos três monarcas castelhano-leoneses, mas não cremos que correspondam, no plano narrativo, a uma real tentativa de validar o domínio desses reis sobre a totalidade peninsular cristã, sobretudo relativamente a Urraca. Reforçam, além disso, a desordem provocada pelo rei de Aragão no reino castelhano-leonês, que é tão marcante que ainda é relembrada no reinado de Afonso VII por Pedro Marcio.

Nas referências que se seguem ao ano de 1114, o *regnum Hispaniae* jamais deixa de ter esta extensão territorial, continuando a despontar no discurso como vinculado a Urraca, a Afonso Raimundes ou aos dois em simultâneo. Está submetido a Urraca – uma vez também como *regnum Hiberum* –, tanto para explicar as decisões que se tomavam em relação à diocese compostelana como para sublinhar a incapacidade da rainha como mulher para assumir uma posição de liderança, neste caso sempre que a sua relação com Diego Gelmírez chegava ao ponto de rutura, o que se verificou em 1116 e em 1121. Relativamente a Afonso Raimundes, o infante começa a aparecer associado ao reino ou ao destino da Hispânia a partir da sua coroação como rei, em 1111. A batalha de Viadangos, desse mesmo ano, é o momento inaugural dessa ligação, uma vez que colocou em perigo, na ótica do cronista, o filho da rainha e, como consequência, a própria Hispânia. Depois disso, o seu afastamento da rainha em 1116 – a que se seguiu uma aparente partilha territorial ou de governo entre os dois – e o incremento dos contactos entre Compostela e o Papado desenvolvidos, em 1119-1120, em territórios de além-Pirenéus – especialmente com Calisto II, tio de Afonso Raimundes –, são fatores decisivos para colocar o reino da Hispânia, e por vezes também o da Galiza, sob o poder

do jovem rei, sugerindo o desejo de relegar Urraca para uma posição secundária. Em 1125, o reino continua ameaçado pela discórdia entre ambos, e quando Afonso VII chega ao trono depois da morte de sua mãe, o domínio que exerce sobre ele ou simplesmente sobre a Hispânia é alicerçado, segundo Pedro Marcio, no apoio que o arcebispo compostelano lhe ofereceu desde o início ou contrapesado por abusos que o monarca não poupava à Igreja de Santiago de Compostela.

Posto isto, é seguro afirmar que o *regnum Hispaniae* está muito ligado, no discurso compostelano, a situações em que a sua integridade é ameaçada, primeiro por forças alheias à descendência de Afonso VI, depois pela forma de governar de Urraca ou pelo desacordo entre ela e o infante, que, convertido em rei Afonso VII, dirige esse reino com contrapartidas, recebendo uma caracterização menos positiva pela mão de Pedro Marcio do que aquela que Geraldo criara dele quando era infante. Nestes cenários, Diego Gelmírez aparece mais do que uma vez com influência direta sobre o reino, ora como promotor da paz, ora com o poder de o excomungar.

Noutros âmbitos encontramos formas diferentes de designar este espaço político ou os seus habitantes: o domínio de Afonso VI também se estende sobre a Hespéria, cujos melhores representantes o aconselham acerca da escolha de um bispo compostelano, e sobre os hispanos, a quem o monarca concede o novo rito imposto por Roma.

O reino de Aragão insere-se num perímetro concreto, excecional e ilicitamente alargado para Ocidente, como se verá no capítulo seguinte. Nos episódios para já analisados, as viagens realizadas entre 1118 e 1120 por legados compostelanos demonstram como a partir do território controlado por Afonso I a passagem de quem vinha de Ocidente era facilmente impedida. Aragão é, assim, a Caribdis da Hispânia, esta já como Península Ibérica, embora o seu rei interfira de modo prejudicial na Hispânia, isto é, no reino de Leão e Castela.

De facto, em muitos capítulos tanto esta palavra como outras ajustam-se ao conjunto ibérico, à sua metade cristã ou talvez apenas à sua parte muçulmana. A geografia peninsular é desenhada a norte pelos Pirenéus e pelo mar da Cantábria. A entrada do bispo do Porto na Hispânia revela como Aragão e outros territórios ocupados pelo seu rei fazem parte desse espaço. A sul, outro mar divide a Ibéria e o Norte de África, duas áreas controladas pela mesma autoridade almorávida. O domínio muçulmano deve ser combatido nas regiões da Hispânia, e nas Hispânias distinguia-se a cidade de Mérida,

entregue ao Islão. Procura-se por vezes identificar o que é peninsular face ao que é exterior a este âmbito territorial, por exemplo nos episódios em que a Hespéria e os hispanos se opõem aos povos bárbaros do norte da Europa, ou na caracterização do monge que reunia simultaneamente uma *natio* hispânica e uma característica extrapeninsular.

No plano eclesiástico, os termos que se estudam tendem igualmente a apresentar um sentido alargado. São enviados representantes dos sumos pontífices à Hispânia (ou aos hispanos e iberos) que tratam de diversos assuntos normalmente relativos à parte ocidental da península, o que constitui apenas uma parcela das tarefas de que eram incumbidos. Mesmo que às vezes haja alguma imprecisão na definição de quem se convidada para os concílios – eram genericamente chamados prelados da(s) Hispânia(s) – ou até se concretizem os assuntos discutidos nessas reuniões – alguns respeitavam ao *regnum Hispaniae* –, essa Hispânia não deixa de ser peninsular, o que está em concordância de um modo geral com os documentos papais inseridos na obra que se dirigem a religiosos ou príncipes da Hispânia.

Apesar de em alguns episódios a posição de Gelmírez ser destacada num contexto político, em muitos outros, e em especial no que toca à diocese de Santiago de Compostela e aos seus cónegos, o destaque que recebem tem muito que ver com a geografia eclesiástica da época, pensada com uma projeção peninsular. Isto está desde logo patente nos cargos concedidos ao arcebispo toledano, que era primaz das Hispânias e legado na Hispânia, condições que são praticamente ignoradas no texto, ao mesmo tempo que se procura atribuir um lugar cimeiro a Gelmírez, à sua Igreja e ao seu clero na(s) Hispânia(s), na Hespéria ou na Ibéria, sobretudo com Pedro Marcio, que escreve sobre acontecimentos sucedidos desde 1124, o início do declínio da carreira do compostelano. Esta leitura é propiciada pela própria veneração do apóstolo S. Tiago, que se estendia a toda a Península Ibérica, incluindo o al-Andalus.

3.3. Fronteiras e identidades nos reinos cristãos peninsulares

O percurso que se tem vindo a fazer pelos topónimos da *HC* culmina na Hispânia cristã. As inúmeras referências geográficas relativas a este espaço suscitaram várias reflexões sobre a existência de algumas fronteiras entre territórios, bem como permitiram analisar alguns traços de identidade conferidos pelos cronistas compostelanos, em particular Geraldo, a determinadas regiões e grupos.

Em relação ao primeiro tópico, julgamos essencial ter em consideração o conceito medieval de fronteira, exposto no subcapítulo 3.1, e acrescentar nestas notas introdutórias outras observações e indicações bibliográficas sobre o tema. O carácter incerto da divisão entre o Islão e a Cristandade na Península Ibérica é válido para outro género de fronteiras do mesmo período, no mesmo espaço peninsular e em todo o Ocidente medieval. Destaquemos a natureza diversa das áreas raianas da Idade Média – além dos limites políticos, havia fronteiras eclesiásticas, económicas e culturais, que se sobrepunham e não tinham de coincidir¹¹³¹.

A fronteira política, significativa para os monarcas, não tinha grande influência na vida quotidiana das populações a nível económico ou social. Os senhores poderiam ser súbditos de dois reis ou mudavam de vínculos feudais em relação ao seu senhor, mesmo que este fosse o rei¹¹³². Num outro sentido, a existência de alfândegas ou de várias fronteiras económicas senhoriais dentro de um reino obstaculizava com mais impacto as trocas comerciais do que os limites entre monarquias. Além disso, deve entender-se a

¹¹³¹ BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media...”, 2011-2013, p. 43; BAZZANA, André – “El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media”, 1997, p. 36, 45-46; BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 35. O estudo de André Bazzana, investigador reputado nesta temática, é de carácter mais geral do que os restantes, porquanto reflete sobre o conceito de fronteira e as várias fronteiras que existiam na Península Ibérica medieval. Já o trabalho de Carlos Barros Guimeráns, embora muito focado no século XV, comenta o carácter fluído da fronteira medieval entre a Galiza e Portugal. José Marques ofereceu uma perspetiva geral desta raia ao longo da Idade Média, nomeadamente sobre o setor social (MARQUES, José – “A Fronteira do Minho. Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média”, 2004). Leia-se ainda TOUBERT, Pierre – “Frontière et frontières: un objet historique”, 1992; RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique – “La frontera en la España medieval: una historia cultural”, 2011; BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre; SÉNAC, Philippe – “La Frontière dans l’Espagne Médiévale”, 1992; SABATÉ, Flocel – “Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII)”, 2007.

¹¹³² “mientras la frontera no se moderniza, sobrevive la idea feudal de negociar la fidelidad con el rey del que más favores se podían obtener” (BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 30-31).

Idade Média como uma época em que os poderes político e eclesiástico disputavam interesses e geografias diferentes.

A separação entre a Galiza e Portugal, contemporânea dos redatores da *HC* e que analisaremos com maior detalhe de seguida, é um exemplo especialmente elucidativo da medievalidade das fronteiras, devido à enorme ligação que se constituiu durante muito tempo entre ambos os territórios desde o estabelecimento da Galiza altomedieval, quando estavam ainda unidos nessa mesma entidade territorial¹¹³³. A progressiva independência de Portugal relativamente ao reino de Leão não desfez os laços culturais e sociais entre as comunidades de um lado e do outro da raia, que perduraram no tempo. Mesmo depois da batalha de S. Mamede de 1128, a presença de galegos em Portugal e de portugueses na Galiza mantém-se¹¹³⁴. A afinidade entre uns e outros verificava-se também na fala e na escrita do galaico-português, na celebração reiterada de casamentos entre portugueses e galegos, tanto na Galiza como em Portugal, e na atuação unificadora da diocese de Tui entre as duas populações¹¹³⁵. Com efeito, Carlos Barros Guimeráns refere que “la frontera política recién creada no afectaba a las fronteras eclesiásticas”¹¹³⁶. Ainda que seja verdade para um período inicial, não se deixará de aludir a certas passagens da *Historia Compostellana* que denunciam uma desarmonia entre as jurisdições de Braga e de Compostela e a constituição do rio Minho como fronteira política entre Portugal e a Galiza, uma ideia que teria significado apenas na mente de algumas figuras do poder¹¹³⁷.

O mesmo investigador alerta ainda para a importância do estudo das mentalidades quando se analisa a conceção de fronteira medieval. No caso galaico-português, a consolidação da fronteira nos séculos finais da Idade Média tem muito que ver com certas

¹¹³³ Acerca da evolução política e territorial de Portugal e da Galiza ao longo da Idade Média leia-se BALIÑAS PÉREZ, Carlos – “La ‘estremadura’ gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”, 1998; *Idem* – *Do mito á realidade. A definición social e territorial de Galicia na Alta Idade Media (séculos VIII e IX)*, 1992; LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La singularidad de Galicia en la Edad Media”, 2005; RENZI, Francesco; GOMES, Joana – “La frontiera occidentale dell’Hispania...”, 2020 e a abundante bibliografia aí apresentada.

¹¹³⁴ MATTOSO, José – “A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença”, 1985; BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994; PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – “De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia medieval (séculos XII a XV)”, 2010, especialmente p. 915-916.

¹¹³⁵ BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 28-29, 33; MARQUES, José – “A Fronteira do Minho...”, 2004.

¹¹³⁶ BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 30.

¹¹³⁷ BARROS, Mariana Fonseca – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019.

conjunturas de hostilidade entre o reino de Portugal e o de Castela, nomeadamente o período de 1383-85 e o seu momento mais destacado de antagonismo – a batalha de Aljubarrota – e, um século depois, a batalha de Toro. Nestes períodos criaram-se sentimentos de inimizade entre portugueses e galegos que contribuíram, segundo o investigador, para a consolidação da fronteira minhota e de uma consciência de identidade coletiva, hostilidade que, porém, já se fazia sentir, mesmo que esporadicamente, entre os dirigentes de ambos os territórios desde o século XII¹¹³⁸, como denuncia a crónica compostelana. O carácter permeável das fronteiras termina verdadeiramente com o despontar do Estado moderno, que as torna fechadas e encerra as pequenas fronteiras senhoriais¹¹³⁹.

O ponto de partida para a nossa investigação acerca desta temática é o artigo de María Pallares Méndez e Ermelindo Portela, várias vezes mencionado neste trabalho. As diversas fronteiras traçadas no discurso da *HC* que aí se dão a conhecer serão aqui desenvolvidas e aclaradas à luz de mais dados presentes na crónica, com as exceções da região pirenaica – analisada no subcapítulo 2.1 –, da fronteira entre cristãos e muçulmanos – abordada nas considerações do subcapítulo 3.1 – e dos limites do senhorio de Santiago, que deixámos de parte tendo em conta outros estudos realizados sobre o território¹¹⁴⁰. Assim, procederemos a um exame mais pormenorizado das zonas limítrofes entre o *regnum Hispaniae* e o reino de Aragão, dos limites da Galiza – designadamente com Portugal, com o restante conjunto castelhano-leonês e com grupos exteriores ao espaço peninsular ou alheios à Cristandade –, além de outras regiões fronteiriças dentro de Portugal. Estas várias áreas têm naturezas distintas e diferentes graus de consolidação, e o seu estudo proporciona “un encuentro con los poderes de la sociedad medieval”: o poder papal (que se fazia sentir no combate ao Islão), o régio e o senhorial¹¹⁴¹.

¹¹³⁸ BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 37-39; MARQUES, José – “A Fronteira do Minho...”, 2004, p. 702-703.

¹¹³⁹ BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 36; BAZZANA, André – “El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media”, 1997, p. 46;

¹¹⁴⁰ PALLARES, María del Carmen [et al.] – “La Tierra de Santiago, espacio de poder (siglos XII y XIII), 1992; PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 74-75. Para diversos aspetos relacionados com o senhorio de Santiago veja-se BARREIRO SOMOZA, José – *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)*, 1987, em especial p. 326-329 sobre os seus limites geográficos.

¹¹⁴¹ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 77-78; BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 35.

Todavía, convém ressaltar que a Idade Média assistiu a um crescimento da consciência da identidade dos diferentes espaços políticos e dos seus limites. Nesse processo ganhou relevo a alteridade – “El establecimiento de una línea fronteriza suponía la aceptación y reconocimiento mutuo de cada una de las partes de dicho contorno fronterizo y el asumir un *statu quo* territorial a partir de un determinado momento”¹¹⁴². Diferentes fronteiras pressupõem diferentes identidades, e “toda identidad es producto de una relación dialéctica entre dos procesos de construcción y percepción del sujeto (individual o colectivo), encarnados en un «yo» y un «otro/s»”¹¹⁴³. É importante referir que a maior parte das observações que se seguem partem da análise de comentários do “francês” Geraldo. Outro clérigo cuja contribuição se revelou essencial para as próximas leituras, direta ou indiretamente – o arcediogo Hugo, futuro bispo do Porto –, também viria das Gálias. As percepções que constam na *HC* acerca de diversas realidades hispânicas resultam, assim, de um equilíbrio entre origens exteriores à Península Ibérica e uma visão própria do círculo eclesiástico de Diego Gelmírez. Destacaremos as características mais marcantes atribuídas a determinadas áreas da parte cristã da Península Ibérica, sobretudo a Galiza, Castela e os territórios do norte da Hispânia.

No que concerne a Aragão e a Portugal, há que fazer desde já alguns comentários adicionais, visto que não se aprofundará a representação destes territórios na obra: no primeiro caso porque Aragão e Afonso I são mencionados nesta investigação desde os primeiros capítulos, e no segundo devido aos estudos que já se levaram a cabo sobre a imagem de conjunto presente na *HC* do território português e dos seus dirigentes políticos e eclesiásticos¹¹⁴⁴.

Como topónimo, Aragão é muito pouco referido (2 capítulos¹¹⁴⁵), mas as referências indiretas ao reino, e sobretudo ao seu rei, são quase contínuas na parte do Livro I escrita por Geraldo e no início do Livro II, da autoria do mesmo cronista. No total, Afonso I é mencionado em 39 capítulos e os aragoneses em 12, sempre no contexto da guerra com

¹¹⁴² BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media...”, 2011-2013, p. 52.

¹¹⁴³ JARA FUENTE, José Antonio – “Introducción: memoria de una identidad (de identidades). Castilla en la Edad Media”, 2010, p. 9. Consulte-se também RUIZ GÓMEZ, Francisco – “Identidad en la Edad Media: la culpa y la pena”, 2010. Ambos os capítulos contêm informações sobre o conceito de “identidade” na Idade Média.

¹¹⁴⁴ BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018 e *Idem* – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019.

¹¹⁴⁵ *HC*, I, 73.3 e I, 101.2.

Urraca – e no fim contra o seu filho, embora este período seja superficialmente relatado por Pedro Marcio. Enquanto no primeiro Livro este assunto é um dos principais tratados por Geraldo, no segundo permanece na narrativa como pano de fundo de acontecimentos narrados maioritariamente no plano eclesiástico – trata-se de uma fase de crescimento da diocese compostelana que requeria permanentes contactos com Roma, dificultados pela presença aragonesa em diversos pontos principais da rota que conduzia aos Pirenéus. A única exceção é a menção ao rei Pedro I (1094-1104), que acolhera o bispo Diego Peláez, afastado da cátedra compostelana¹¹⁴⁶. Nesta conjuntura, as contrariedades que Diego Gelmírez enfrentou para atravessar o reino de Aragão já se faziam sentir, o que constituía um prenúncio do que se seguiria depois da morte de Afonso VI.

Como consequência da perspectiva contrária a Afonso I em que assenta o relato compostelano, tanto este monarca como os aragoneses recebem constantes epítetos pejorativos¹¹⁴⁷, dos quais destacamos o de “tirano”, que, conforme explicou Antonio Maravall, começa a ser aplicado nas crónicas do início do século XII aos reis que abusavam do poder, enquanto anteriormente estava mais conotado com a usurpação de um poder que não lhes pertencia¹¹⁴⁸. A crónica refere-o ainda como “batalhador”, nome que viria a identificá-lo para a posteridade¹¹⁴⁹.

No que respeita a Portugal, procuraremos apenas examinar questões relacionadas com a geografia do território, recuperadas de análises anteriores, mas que devem ser afinadas, desenvolvidas e, em certos aspetos, retificadas. Numa perspectiva global e lembrando os principais contributos desses trabalhos, “Portugal” foi considerado pelos cónegos de Compostela como um território algo marginal para os temas que abordavam, embora com uma identidade política própria e diferenciada da galega, e não obstante escassos episódios nos quais os seus governantes tinham um papel central. Contudo, a Igreja de Braga, por se tratar da maior opositora de Compostela além da sé de Toledo, tem um papel essencial na crónica, servindo o intuito do texto de exaltar o lugar da diocese

¹¹⁴⁶ HC, I, 9.1.

¹¹⁴⁷ Apenas no Livro I encontram-se expressões como “perfidus Aragonensis” (HC, I, 68.1); “totius regni perturbatorem” (I, 71); “impius Aragonensis” (I, 73.2); “Aragonensis malignus” (I, 73.2); “Aragonensis efferus” (I, 73.3); “ferox Aragonensis” (I, 80); “Aragonensis hostis” (I, 84.2); “miser Aragonensis” (I, 79.2); “Aragonensis lupi” (I, 79.5); “Aragonensis tyrannus” (I, 80); “rebelles Aragonenses” (I, 85).

¹¹⁴⁸ Segundo o autor, fruto da influência dos clérigos das Gálias (MARAVALL, José Antonio – *Estudios de historia del pensamiento español...*, 1967, p. 43-44).

¹¹⁴⁹ HC, I, 79 e II, 53.

compostelana na Igreja peninsular e na Cristandade, mesmo que individualmente os prelados bracarenses nem sempre sejam personagens principais da ação. A obra reflete também um processo de individualização de Portugal que estava em curso, focando particularmente o governo da condessa-rainha Teresa, período retratado como uma fase de amadurecimento político do espaço “português” e de definição do rio Minho como zona de fronteira com a Galiza, tópico que aqui retomaremos. Com Afonso Henriques, a autonomia do território está mais bem consolidada e espelha o tempo do registo dos acontecimentos pelo cónego Pedro Marcio, que considerou a influência galega mais difícil de aqui se fazer sentir.

3.3.1. A fronteira marítima do Noroeste peninsular

A Ocidente e a Norte, o reino castelhano-leonês delimita-se pelo mar, pertencendo grande parte desta fronteira à Galiza. Trata-se de uma zona de contacto entre a Península Ibérica cristã e outros povos e culturas – ora grupos extrapeninsulares, ora muçulmanos hispanos.

Citaram-se já nos subcapítulos 2.2, 2.3 e 3.1 os excertos que evidenciam as características desta fronteira marítima. Aí ficou patente que Diego Gelmírez implementou grandes esforços na segurança da faixa costeira galega, designadamente procurando a experiência italiana na construção e condução de barcos de guerra, fundamental para combater os povos inimigos que chegavam à costa. O convívio entre muçulmanos e galegos ao longo da orla marítima é sempre assinalado por encontros bélicos e algumas batalhas são detalhadas, nas quais sobressaem os marinheiros de Iria. Outros grupos hostis atingiam a costa do Noroeste peninsular procedendo do Norte da Europa, já desde séculos anteriores. Alguns imiscuíam-se na política galega, mas com outros os galegos tinham uma relação pacífica e comercial.

Recorde-se também o papel importante de três castelos na proteção desta fronteira. Muitas outras fortalezas galegas junto ao mar são mencionadas na crónica¹¹⁵⁰, mas as que aparecem diretamente relacionadas com esta temática, algumas delas atacadas por forças externas, são a da Lanzada, a de Ponte Sampaio (ou São Paio de Lodo) e, especialmente,

¹¹⁵⁰ Sobre os castelos mencionados na *HC* leia-se PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “De la función de los castillos en el tiempo y los espacios de Diego Gelmírez”, 2013 e SOLÍS PARGA, Pilar – “El tratamiento de los castillos en la *Historia Compostelana*”, 1990.

Torres de Oeste, situada numa posição estratégica à entrada do rio Ulla, protegendo, portanto, o senhorio da Igreja de Santiago. Este castelo tinha igualmente outro significado para Gelmírez, uma vez que fora governado por seu pai, Gelmirio, na segunda metade do século XI¹¹⁵¹.

Acrescente-se agora alguns dados relativos à segmentação que Geraldo faz deste espaço litoral a partir da chegada de piratas sarracenos. O redator enumera em pormenor os territórios que costumavam ser assaltados, decalcando o Noroeste peninsular desde a sua fronteira sul – Coimbra – até ao seu limite norte – os Pirenéus (“a Colimbria usque ad Pirenaeos”)¹¹⁵². Entre esses dois termos, a maior parte dos topónimos que é alvo de ataques islâmicos corresponde aos arciprestados da sé compostelana que confinavam com o mar no século XII, ou às antigas paróquias dessa diocese que existiam na Alta Idade Média, como é o caso de Morrazo, Salnés, Postmarcos, Entines, Nemancos, Soneira, Seaya, Bergantiños, Nendos, Pruzos, Bezoucos e Trasancos¹¹⁵³. Estas divisões territoriais eclesiásticas são mencionadas por ordem, de sul para norte e de ocidente para oriente, no sentido do trajeto seguido pelos piratas, que estabeleciam pontos de apoio em várias ilhas distribuídas junto à costa ocidental da Galiza, a norte e a sul do couto da Igreja compostelana, para descanso e reparação dos barcos¹¹⁵⁴. O nível de detalhe de Geraldo é elevado na Galiza e diminui nos extremos da enumeração. Na região das Astúrias e da atual Cantábria são mencionados poucos topónimos, como Ourias e Navia, empregando-se inclusivamente a expressão vaga “outros povos marítimos das Astúrias e da terra de

¹¹⁵¹ HC, II, 2.

¹¹⁵² “(...) nauigio armata manu uenientes maritima a Colimbria usque ad Pirenaeos, uidelicet Portugalliam, Morracios, Saliniensium fines, Pistomarchos, Gentines, Nemancos, Sonariam, Salagiam, Bregantinos, Nemitos, Prucios, Bisancos, Trasancos, Viuariam, Ourios, Nauiam, ceterosque maritimos Asturum fines terramque sancte Iuliane depopulando uastabant.” (HC, I, 103.1).

¹¹⁵³ LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela...*, 2015, p. 161-181, em especial os mapas das páginas 172 e 173.

¹¹⁵⁴ Apenas não nos foi possível localizar a ilha de “Flamia”. As restantes correspondem às ilhas de Ons, Sálvora, Arosa, Creba (ou Quebra) e ao cabo de Monte Louro: “Ad insulas namque, que prope sunt, scilicet Flamiam, Aonios, Saluaram, Aroucam, Creuiam, Montemque Lauros cursum destinantes ibi sedem suam figebant, ibique se ipsos nauesque suas ab itineris labore reficiebant.” (HC, I, 103.1). Por volta de 1120, algumas das embarcações oriundas de Lisboa e de Sevilha estacionaram nas ilhas de Ons, Sálvora e “Flamia”: “Tandem ceteris ad propria redeuntibus quatuor naues remanserant, hic in insulis, scilicet Onus, Saluara, Flammia more indulgebant.” (HC, II, 21).

Santillana” (“ceterosque maritimos Asturum fines terramque sancte Iuliane”)¹¹⁵⁵. No caso português também não abundam pormenores, como se verá adiante.

Num outro capítulo, a percepção deste espaço é-nos transmitida numa versão resumida da anterior, mais pensada em função de rios, mas ao mesmo tempo menos detalhada: os muçulmanos percorriam a costa “desde o rio Douro até ao Ulla, desde o Ulla até às Astúrias e mais além” (“a flumine Dorio usque ad Vliam et ab Ulia usque ad Asturias et ultra”)¹¹⁵⁶. O espaço é dividido agora em duas partes e o Ulla marca, sem dúvida, o início do senhorio do bispo compostelano, que no litoral se delimitava entre esse rio e o Tambre, que desaguam, respetivamente, nas rias de Arousa e de Muros e Noya¹¹⁵⁷. Esta seria a parcela que mais custaria a Gelmírez ver ameaçada, e daí a devastação dos piratas prolongava-se genericamente até às Astúrias, enquanto no excerto anterior o marco se encontrava nos Pirenéus. Do mesmo modo, a sul, Geraldo recua a raia de Coimbra para o Douro, rio que, como vimos anteriormente, tem uma relevância particular neste texto, como noutros medievais, não só enquanto divisória entre as duas civilizações, mas também entre duas sociedades cristãs distintas. O seu carácter marcadamente fronteiriço já vinha detrás, porquanto constituía um limite no passado, primeiro entre as províncias romanas da Galécia e da Tarraconense e, mais tarde, entre a Galécia e a Lusitânia. Voltaremos ao Douro quando atentarmos no território “português”.

3.3.2. O rio Minho, fronteira entre a Galiza e Portugal

Os anos em que se escreveu a crónica compostelana acompanharam a consolidação de uma nova fronteira no espaço peninsular. Em 1096 o rei Afonso VI havia separado o território controlado pelos condes Raimundo e Urraca, confiando os domínios a sul do Minho ao conde Henrique, casado com a sua outra filha, Teresa. A narrativa reflete já

¹¹⁵⁵ A *Chronica Adefonsi Imperatoris* também regista a chegada de piratas muçulmanos às Astúrias e outras regiões ocidentais, bem como Constantinopla, vindos de Almeria (CAI, 1990, p. 246-247; CALLEJA PUERTA, Miguel – “Asturias y los asturianos en la *Chronica Adefonsi Imperatoris*”, 1995-1996, p. 197).

¹¹⁵⁶ “Preterea XX naues Sarracenorum, que captiuatum et trucidatum Christianos uenerant, tunc temporis prouincie beati Iacobi applicauerant. Qui a flumine Dorio usque ad Vliam et ab Ulia usque ad Asturias et ultra usquequaque Oceani maris littora depopulantes Christianos hos interficiebant, alios captiuabant, maris confinia circumquaque, utpote dominus maris, pro suis habebant.” (HC, II, 12.2).

¹¹⁵⁷ A rainha Urraca reconheceu, em 1120, o domínio jurisdicional do bispo compostelano no território situado entre os rios Tambre e Ulla (BARREIRO SOMOZA, José – *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)*, 1987, p. 326-329).

esta realidade¹¹⁵⁸. Os episódios em que o Minho tem uma função raiana mais evidente são aqueles em que Diego Gelmírez atravessa o rio para sul ou se aproxima da sua margem do lado galego. Em 1094, antes de ser bispo, estivera junto a Lisboa com o conde Raimundo aquando da disputa da área circundante entre cristãos e sarracenos¹¹⁵⁹. Nessa altura, porém, Raimundo era senhor de toda a faixa ocidental do reino de Afonso VI.

A primeira vez em que explicitamente se diz que o bispo ultrapassou o rio alude ao ano de 1102, quando, sob o pretexto de que inspecionaria o senhorio da sua diocese situado em terras portucalenses – as igrejas de São Vítor e São Frutuoso, em Braga, e a vila da Correlhã, em Ponte de Lima –, roubou várias relíquias dessas igrejas bracarenses, além da de Santa Susana. O episódio é uma *translatio*¹¹⁶⁰, ficou conhecido pela expressão *pium latrocinium* que encontramos na crónica¹¹⁶¹ e insere-se no vasto contexto do enfrentamento entre as sés de Braga e Compostela¹¹⁶². Ao ser levado pelo Minho, o tesouro acalmou as suas águas e passou tranquilamente para a Galiza, tendo como destino Santiago de Compostela, aprovando, deste modo, a sua trasladação¹¹⁶³. O arcediogo compostelano Hugo, mais tarde bispo do Porto e narrador destes acontecimentos sete anos depois de ocorrerem¹¹⁶⁴, declara que Gelmírez se juntou às relíquias quando soube que já

¹¹⁵⁸ BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 55-56 e *Idem* – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019, p. 137 e 142.

¹¹⁵⁹ HC, II, 53.1.

¹¹⁶⁰ GEARY, Patrick J. – *Furta sacra: Thefts of relics in the Central Middle Ages*, 1990.

¹¹⁶¹ HC, I, 15.3.

¹¹⁶² A relação entre este episódio e o enfrentamento entre as duas sés na HC foi mencionada em BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 81-93. A interpretação de Ermelindo Portelas sobre o período em que Hugo escreveu este capítulo é essencial para se compreender o significado político do texto (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculoy la ballesta*, 2016, p. 31-42 e *Idem* – “La piedad impía. Sobre el uso político del culto a las reliquias”, 2014, p. 101-107). Relativamente ao contexto eclesiástico em que ocorreu o “pio latrocínio”, sobretudo o processo de restauração da dignidade metropolitana de Braga, leia-se FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopales...*, 1928, tomo I, p. 213-221; ERDMANN, Carl – *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, 1935, p. 15-19; FEIGE, Peter – “La primacia de Toledo...”, 1991, p. 74-77; AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga...*, 2007, p. 395-410; *Idem* – “A Vinda de São Geraldo para Braga...”, 2011, p. 175-192; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI...*, 1988, p. 273 e seguintes; MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”, 2000.

¹¹⁶³ “(...) Flumen equidem ante tam asperimis per tres dies inhorruerat procellis, quod nullis nauibus transiri posset. At postquam sanctorum corpora supra ripam fluminis imposita fuerunt, eorum reuerentiam fluuius sensisse uisus est, nam, grauis aure asperitate summota erisque intemperie euanescente, transferendis sanctis tantam transfretandi facultatem flumen exhibuisse perhibetur, quantam ipsius planicies aque subministrare potuit, que sedatis fluctibus tam magna ferebatur tranquillitate, ut nec modica fluctuatione unda quateretur (...).” (HC, I, 15.3).

¹¹⁶⁴ Sobre a participação de Hugo na composição da crónica enquanto autor deste episódio consulte-se LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela...*, 2015, p. 63-65.

tinham atravessado o Minho e se encontravam em segurança, uma vez que o rio separava Portugal da Galiza (“fluuius enim iste Portugalensem terram disternat a Gallitia”)¹¹⁶⁵, o que foi interpretado por Emma Falque como uma evidência da origem não galega de Hugo por se tratar de uma observação óbvia¹¹⁶⁶. Todavia, tal afirmação não seria tão desnecessária, mesmo para os seus contemporâneos do território galaico-portugalense. Os outros excertos que demonstram a existência de uma fronteira no Minho são escritos pelo “francês” Geraldo e refletem o pensamento de uma das principais figuras políticas galegas da época, que havia sido, além disso, chanceler do conde Raimundo antes de 1096. Nunca o Minho tinha desempenhado o papel de fronteira e a Galiza, que não há muito tempo tinha sido um reino, era pela primeira vez cortada em duas partes. Assim, na primeira metade do século XII, esta realidade constituía ainda uma novidade nas mentalidades, e os cónegos de Compostela tratam-na como tal¹¹⁶⁷.

Vários anos depois, em 1118, o arcebispo de Braga, Paio Mendes da Maia, recusou comparecer num encontro de prelados em Tui para discutir a posse do referido senhorio compostelano. Chegando até à margem do Minho, discursou para o outro lado do rio (“Qui causa huius examinationis ueniens noluit tamen inire iudicium nec etiam transmeare Mineum, sed ueniens usque ad ripam Minei”), onde estava Gelmírez, dizendo que não o atravessaria e que não devolveria a Santiago de Compostela os lugares em litígio¹¹⁶⁸. Geraldo retrata um cenário sugestivo em que um prelado compostelano e um bracarense se confrontam, cada um na orla do Minho do território a que pertence. Eclesiasticamente o rio não constituía um limite entre dioceses, pois a de Tui estendia-se para sul até ao Lima e era sufragânea de Braga, que presidia a todas as sés galegas, exceto

¹¹⁶⁵ “Audiens autem episcopus, quia iam Minei fluuium sancti transissent et in tuto loco positi essent (fluuius enim iste Portugalensem terram disternat a Gallitia), preparatis omnibus, que preparanda erant, ad monasterium, ubi sancti erant positi, (...) nuncios suos clero et populo Compostellano premisit, ut eis sanctorum aduentum nunciarent et, qualiter deberent suscipi iusione episcopi, ammonerent.” (HC, I, 15.4).

¹¹⁶⁶ FALQUE REY, Emma – “Introducción”, 1994, p. 12.

¹¹⁶⁷ Posição também defendida em PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 76. O espaço situado entre o Minho e o Mondego constituiu, nas palavras de Carlos Balinas Pérez, uma “tierra de nadie” entre cristãos e muçulmanos apenas no período que imediatamente se seguiu à invasão islâmica (BALINAS PÉREZ, Carlos – “La ‘estremadura’ gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”, 1998, p. 143).

¹¹⁶⁸ “(...) medietatem successor eius Pelagius uiolentie fultus retinebat. Qui causa huius examinationis ueniens noluit tamen inire iudicium nec etiam transmeare Mineum, sed ueniens usque ad ripam Minei ait: «Qui tenet nunc, teneat. Ego enim neque Tudem transmeabo neque eorum episcoporum iudicium inibo». Inde reuersus Bracharam uiolenta manu inuasit aliam predicti medietatem honoris, que erat canonicorum sancti Iacobi.” (HC, II, 6.1).

à de Compostela, mas a relutância de Paio Mendes em cruzar o rio marcava uma posição política do arcebispo, que do lado galego estaria já num espaço independente da autoridade de Teresa.

Em 1121, “Portugal” foi invadido pelas tropas de Urraca e de Diego Gelmírez, compostas por irienses e compostelanos, que se posicionaram de um lado do rio, enquanto do outro acampou o exército de Teresa¹¹⁶⁹. Geraldo descreve como o prelado alertou a rainha leonesa: o Minho era como um muro para os portugalenses (“hostibus nostris est tamquam murus”); atravessando-o, o exército invasor poderia vencê-los¹¹⁷⁰. Terminada a expedição, o arcebispo foi aconselhado pela própria condessa portugalense a permanecer em algum dos seus castelos ou a regressar a Compostela num dos seus barcos, pois se cruzasse o Minho com a rainha poderia ser preso¹¹⁷¹. Gelmírez ignorou o aviso e passou para a Galiza, embora pela região de Ourense e de Limia, chegando até Celanova e à localidade de Castela, onde efetivamente Urraca o separou dos seus soldados nas duas margens do rio, mas já em território galego¹¹⁷². Contudo, o Minho a que se referia Teresa marcava a fronteira entre o seu território e a Galiza do lado ocidental. No flanco sul tinha poder para proteger Gelmírez da irmã, mas a norte nada poderia fazer para impedir a cilada de Urraca.

Foi também nesta ocasião que o arcebispo, antes de ser preso, aproveitou para visitar novamente o senhorio da sua Igreja – ou talvez fosse essa a sua motivação principal para acompanhar a rainha a Portugal¹¹⁷³. Deste modo, contam-se três capítulos em que o Minho assoma como fronteira ao mesmo tempo que estão em discussão as propriedades disputadas entre Compostela e Braga. Atribuídas à diocese galega entre os séculos IX e

¹¹⁶⁹ “Hinc exercitus archiepiscopi et regine considebat, illinc Portugalensium.” (HC, II, 40).

¹¹⁷⁰ “Tunc archiepiscopus: «Si Portugalensium», inquit, «exercitum inaudendi nobis detur copia, uictoria est in manibus nostris. Ceterum Mineus utrumque disternat exercitum et hostibus nostris est tamquam murus» (...).” (HC, II, 40).

¹¹⁷¹ “Qua propter ad quodlibet meorum, ne capiatur, confugiat castellorum; sin autem in nauibus meis ad suam repedet ciuitatem. Alioquin, ex quo Mineum transmeabit, mancipabitur captioni.” (HC, II, 42.1).

¹¹⁷² “Tunc regina, utpote doli artifex, magistra sceleris, precepit diluculo milites archiepiscopi Mineum transmeare. Ipsa uero cum rege filio suo et cum archiepiscopo post remansit. Hoc autem machinabant, ne cum manus iniiceret in archiepiscopum, milites tanto facinori possent contraire” (HC, II, 42). Ao contrário do que se afirmou em estudos anteriores, o arcebispo não foi preso em Portugal, mas já na parte galega da raia seca (BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 56 e 137 e *Idem* – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019, p. 137).

¹¹⁷³ “Illis quoque diebus idem archiepiscopus recuperavit in Portugallia honorem beati Iacobi, scilicet Bracharam, medietatem Cornelianae et cetera, et recuperata distribuit uillicis suis.” (HC, II, 42.1).

X, Compostela possuía-as nos primeiros anos do século XII num território que se ia desligando politicamente da Galiza¹¹⁷⁴. Estes são os primeiros sinais de que se desejava ajustar a geografia política portugalense à eclesiástica bracarense, política já seguida por Henrique e, sobretudo, pelo seu filho, apoiado pelos poderosos prelados Paio Mendes da Maia e João Peculiar¹¹⁷⁵. A *HC* não esconde essa circunstância, pelo contrário, mas procura sublinhar com veemência o direito de Gelmírez ao senhorio e a presença do bispo em Portugal para o controlar.

Convém explicar igualmente que, do ponto de vista político e militar e de acordo com Geraldo, a incursão contra Teresa em 1121 foi motivada pela ocupação ilegítima de alguns lugares além-Minho pela condessa-rainha, dos quais se especifica Tui. Foi também até este lugar que Urraca e o arcebispo de Compostela conduziram o seu exército antes de entrarem em Portugal. Foi novamente Tui que provocou a ira de Afonso VII contra a sua tia, em 1127, quando Teresa ordenou a construção de novas fortificações em lugares galegos, um ato que estava reservado à autoridade régia¹¹⁷⁶. Em 1137, Afonso Henriques também ocupou a cidade¹¹⁷⁷ e já havia invadido a Galiza no início da década de 30¹¹⁷⁸. Em dois destes episódios de Pedro Marcio, escritos depois de 1143, o novo redator não alude ao Minho, mas o grau de autonomia que atribui à região portuguesa é maior ao entendê-la já como reino. Escrevia num período em que Portugal era reconhecido como tal por Leão e Castela¹¹⁷⁹, apesar de o primeiro rei português continuar a causar problemas além-Minho até por volta de 1169. Com efeito, Carlos Barros Guimeráns entende que esta fronteira passou por duas grandes fases na Idade Média: até 1169 era bastante instável e deve ser entendida como uma região fronteira, mais do que como uma linha divisória;

¹¹⁷⁴ Veja-se o subcapítulo 3.2. relativamente às propriedades disputadas entre Compostela e Braga.

¹¹⁷⁵ AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga...*, 2007, p. 384-410, 458-459; *Idem* – “A Vinda de São Geraldo para Braga...”, 2011, p. 157-192; MATTOSO, José – “1096-1325”, 1997, p. 36-39; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “Portugal no reino de León...”, 1993, p. 587-588; MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”, 2000, p. 132 e 138. Sobre a influência política que Paio Mendes exerceu no governo de Afonso Henriques consulte-se MATTOSO, José – D. Afonso Henriques, 2006, p. 48-50.

¹¹⁷⁶ “(...) fines Galletie armato exercitu inaudabat et ciuitates atque castra Portugalie adiacentia, Tudam scilicet et alia, suo iuri atque dominio uiolenter subiugabat. Municipia etiam noua in ipsa terra ad inquietandam et deuastandam patriam et ad rebellandum regi edificari faciebat.” (*HC*, II, 85.1).

¹¹⁷⁷ “(...) parato suo exercitu terram imperatoris intrauit et bellica manu Tudensem ciuitatem uiolenter obtinuit et quedam castra furtim per quendam comitem accepit.” (*HC*, III, 51).

¹¹⁷⁸ *HC*, III, 24.

¹¹⁷⁹ Afonso VII reconheceu Portugal como reino em 1143 e Pedro Marcio trabalhou na *HC* entre 1145 e 1149 (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela...*, 2015, p. 82-99).

após esse ano, ficou relativamente definida entre os domínios dos monarcas castelhano-leonês e português a nível político, depois de Afonso Henriques ceder definitivamente os territórios galegos de Toronho, Límia e Tui a Fernando II. O Tratado de Alcanices de 1297 representa um outro marco na história medieval desta fronteira¹¹⁸⁰.

Além dos episódios bélicos, o topónimo Tui aparece ainda noutros momentos relacionado com “Portugal”: por Tui passaram as relíquias bracarenses roubadas¹¹⁸¹; aí assinaram um pacto o arcebispo Maurício e Gelmírez, em 1109, segundo o qual o bracarense recebia o senhorio compostelano a sul do Minho para o governar em nome do bispo de Compostela¹¹⁸²; na mesma altura decidiu-se que a consagração dos bispos de Mondonhede e do Porto por Maurício teria lugar em Tui, apesar de ter acontecido mais a norte, na igreja de Lérez¹¹⁸³; Paio Mendes não quis dirigir-se à cidade para defender a sua posição relativamente às propriedades compostelanas.

Resta assinalar a ligação de Teresa ao senhor de Toronho, Gómez Núñez, cujo senhorio tinha uma dimensão que equivalia mais ou menos à atual diocese de Tui, com a exceção da própria cidade, que pertencia ao bispo. O galego apoiava Afonso Raimundes e rebelou-se contra Urraca, que foi cercada no castelo de Sobroso, em Toronho, pelas hostes de Pedro Froilaz de Trava e de Teresa, no ano de 1116¹¹⁸⁴. O acontecimento é revelador do posicionamento da condessa do lado da família dos Trava, que protegia o infante, mas demonstra também a aliança que mantinha com um senhor que controlava terras junto ao Minho, uma outra maneira de prolongar a sua ingerência para lá da fronteira, e que Gómez Núñez, por seu lado, preferia coligar-se com Teresa do que com Urraca, apesar de também se ter aliado a Leão e Castela noutras ocasiões¹¹⁸⁵. Na verdade, tanto Teresa como Afonso Henriques alargavam por vezes o seu domínio aos condados

¹¹⁸⁰ MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*, 2006, p. 221; BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”, 1994, p. 29; MARQUES, José – “A Fronteira do Minho...”, 2004.

¹¹⁸¹ “Quo audito uir summe prudencie et pietatis eximie ueritus ne qua occasione seu uiolentia pretiosam sarcinam amitteret, cuidam fideli archidiacono suo sanctorum corpora commissit et, quomodo ea per occultos tramites ad Tudensem deferret ciuitatem, sapientibus uerbis eum instruxit.” (HC, I, 15.3).

¹¹⁸² “Hoc scriptum fecit Mauritius Bracharensis archiepiscopus predicto sancti Iacobi episcopo in Tudensi ciuitate, quando accepit ab eo prestimonium quod inferius scriptum est era I^a.C^a. XLVII et quod XVI Kal. Octobris.” (HC, I, 81.3).

¹¹⁸³ “Facta utriusque electione, dominus Mauritius Bracharensis archiepiscopus eorum consecrationem Tude fieri disposuit.” (HC, I, 81.2). A consagração dos bispos por Maurício é narrada no capítulo I, 82.

¹¹⁸⁴ HC, I, 111.1.

¹¹⁸⁵ BARTON, Simon – *The aristocracy in twelfth-century León and Castile*, 1997, p. 256.

de Limia e Toronho¹¹⁸⁶. O primeiro, localizado junto a Portugal do lado da atual província de Ourense, era governado por Menendo Núñez, que também se opôs a Urraca nesse ano, como conta Geraldo¹¹⁸⁷.

Nos episódios que destacam a fronteira no Minho, este rio tem um papel claro: proporciona segurança a determinados elementos no texto, nem sempre garantida – às relíquias e ao próprio Gelmírez, ao arcebispo Paio Mendes, aos portucalenses, que são atacados pela transposição da barreira por um exército inimigo, e de novo ao prelado compostelano, que é preso porque não aceita a proteção que Teresa estava disposta a dar-lhe aquém-Minho. Consolidava-se assim a Galiza que vingaria no tempo e onde Diego Gelmírez dominava. Ao mesmo tempo, considerando a passagem dos governantes portucalenses para lá do rio como indevida e registando a resposta dos monarcas castelhano-leoneses, sempre prontos a controlar a Galiza, os cronistas representam o Minho como uma verdadeira fronteira medieval, isto é, uma região mais ou menos instável onde eram disputados territórios.

3.3.3. Demarcação de territórios em Portugal

Se ficou perceptível que para quem observa Portugal desde Santiago de Compostela esse espaço começava no Minho na última etapa do seu curso – ou, melhor, deveria começar neste rio –, por vezes não é tão nítido onde terminava. De facto, a palavra “Portugal” nem sempre parece assumir o significado lato que vemos, por exemplo, nos títulos atribuídos no texto a Teresa, que é infanta, senhora ou rainha de Portugal¹¹⁸⁸.

¹¹⁸⁶ A atividade da condessa portucalense Teresa e de Afonso Henriques no sul da Galiza não se limitava à esfera militar, e incluía também doações a igrejas galegas e a concessão de benefícios a habitantes de terras a norte do rio Minho. Sobre esta temática consulte-se BAQUERO MORENO, Humberto – “As origens da nacionalidade portuguesa”, 2005, p. 150; ANDRADE, Amélia Aguiar – “A Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste”, 1996; GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés – “A perspectiva galega”, 2014, p. 231-242; GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés; OLIVERA SERRANO, Cesar; BLANCO-RAJOY, Rosario Valdés – “As fortalezas de fronteira (senhorial/régia) na Galiza e em Portugal”, 2014, p. 284-288; MARQUES, José – “A Fronteira do Minho...”, 2004, p. 700-702; AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, 2012, p. 210-233; MATTOSO, José – D. Afonso Henriques, 2006, p. 98-104. Para uma perspectiva geral da conjuntura que integra a formação da fronteira entre os territórios portucalense e galego leia-se também FLÓREZ DÍAZ, Javier – *En busca de una frontera entre Galicia y Portugal: Las tierras miñotas en los siglos XI-XII*, 2016-2017 e BALIÑAS PÉREZ, Carlos – “La ‘estremadura’ gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”, 1998, p. 139-162. 174-194.

¹¹⁸⁷ HC, I, 107.1. Embora os condes de Toronho e de Limia se colocassem no texto a favor do filho de Urraca, aparecem igualmente no séquito da rainha no capítulo I, 117, que refere o sucessor de Menendo, Afonso Núñez.

¹¹⁸⁸ BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 44-63. Consulte-se igualmente o quadro 8.

O condado que Henrique e Teresa receberam de Afonso VI estendia-se em 1095-1096, aproximadamente, do Minho ao Mondego, sendo a região entre este rio e o Tejo várias vezes atacada pelos muçulmanos nesta cronologia¹¹⁸⁹. No entanto, ao longo da primeira metade do século XII, as elites continuavam a pensar este território dividido em dois – o condado portugalense propriamente dito, ou “Portugal”, ia até ao Douro, e o conimbricense tinha jurisdição a sul deste rio. Henrique aparece algumas vezes com poder sobre ambos os territórios, assim como acontecerá mais tarde com Fernão Peres de Trava¹¹⁹⁰. Em meados do século XX, Paulo Merêa afirmara que, pelo menos na Galiza, a região a sul do Lima já era nomeada de um modo geral por “Portugal” na primeira metade do século X, ideia aceite posteriormente, por exemplo por Humberto Baquero Moreno, que atribuiu ao século IX, em particular ao reinado de Afonso III, uma forma de pensar o território a sul do Minho já diferente em relação ao resto da Galiza¹¹⁹¹. Esta visão historiográfica tradicional portuguesa foi questionada por Carlos Baliñas Pérez, que não encontrou indícios tão precoces para se fazer tais leituras, admitindo que só no século XI *Portugale* se circunscrevia entre o Lima e o Douro e se ia progressivamente assimilando a todo o conjunto que terminava no Mondego. Por outro lado, a sul do Douro o território apresentava já características diferenciadoras da restante Galiza no século anterior, chegando inclusivamente a ser designado como “Estremadura”¹¹⁹². A região a norte do Lima seria incorporada na órbita de “Portugal” na segunda metade do século XI, como supôs Paulo Merêa, provavelmente como resultado de alterações impostas por Fernando I. Já a zona meridional portugalense era balizada ora pelo Douro, ora pelo Vouga, alongando-se a seguir o território de Coimbra¹¹⁹³.

Na HC encontra-se um documento transcrito por Geraldo que lembra ainda este modo de perceber Portugal. Trata-se do pacto que se estabeleceu entre Maurício, arcebispo de Braga, e Diego Gelmírez, a 16 de setembro de 1109, que atribuiu ao bracarense metade

¹¹⁸⁹ Um documento datado de 1097 refere Portugal estendido até ao Tejo (BALIÑAS PÉREZ, Carlos – “La ‘estremadura’ gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”, p. 162).

¹¹⁹⁰ MERÊA, Paulo – “De ‘Portucale’ (civitas) ao Portugal de D. Henrique”, 2006, p. 264-265; MATTOSO, José – “O Condado Portucalense”, 1983, p. 21-22; *Idem* – *A Identidade Nacional*, 1998, p. 38-39; BAQUERO MORENO, Humberto – “As origens da nacionalidade portuguesa”, 2005, p. 139-141.

¹¹⁹¹ BAQUERO MORENO, Humberto – “As origens da nacionalidade portuguesa”, 2005.

¹¹⁹² BALIÑAS PÉREZ, Carlos – “La ‘estremadura’ gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”, 1998, p. 149-158.

¹¹⁹³ MERÊA, Paulo – “De ‘Portucale’ (civitas) ao Portugal de D. Henrique”, 2006, p. 240-242 e 255-257.

das propriedades compostelanas “como préstamo”¹¹⁹⁴. Na escritura lê-se que as possessões se situavam na terra de Portugal, desde o Lima até ao Douro (“in Portugalensi terra a flumine Limie usque in Dorium”), embora na realidade estivessem concentradas em Braga e na Correlhã (Ponte de Lima)¹¹⁹⁵. Geraldo refere-se a este pacto reduzindo a fórmula do diploma à expressão “metade de Braga” e “metade da Correlhã”¹¹⁹⁶, o que também não deixa de ser um exagero, pois em Braga tratava-se somente de duas igrejas. Pretendia-se, naturalmente, conferir alguma dimensão ao poder compostelano em relação a Braga.

No caso do documento, a referência espacial é fruto do pensamento galaico-portugalense de um modo geral, mesmo que alguns dos intervenientes no acordo não tivessem essa origem. No que respeita às circunscrições eclesiásticas, o Lima dividia as dioceses de Braga e de Tui¹¹⁹⁷, o que poderia levar a concluir que, deste modo, se especificava a posse de propriedades por Compostela na sé bracarense. Por outro lado, aceita-se uma outra leitura mais plausível ou complementar da anterior, tendo em conta a menção concreta à “Portugalensi terra”, a referência ao Douro como a fronteira sul e o facto de o Lima ter sido em tempos o limite norte do território portugalense: a seleção de uma porção territorial no conjunto “português”, dotando-a de identidade e denominando-a “Portugal”, o que admite, por conseguinte, a existência de outro território com características próprias que existia depois do Douro.

Este rio marca também o limite da destruição provocada pelos exércitos de Urraca e Gelmírez em 1121 (“castra usque ad Dorium protenderunt”), quando Teresa já tinha sido

¹¹⁹⁴ Antonio López Ferreiro datou o pacto do ano 1110 (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 434). Sobre a revogabilidade do pacto leia-se GRASSOTTI, Hilda – *Las Instituciones feudo-vasalláticas...*, 1969, tomo II, p. 594, 605-606, 635-636, onde também se pode encontrar a transcrição do documento (p. 605); PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *El Dominio del Cabildo Catedral de Santiago de Compostela en la Edad Media (Siglos XII-XIV)*, 1994, p. 38-39. A inclusão do assunto na HC foi tratada em BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 113-117.

¹¹⁹⁵ “(...) medietatem possessionum et hereditatum, quas habet ecclesia sancti Iacobi in Portugalensi terra a flumine Limie usque in Dorium, scilicet medietatem ecclesie sancti Victoris et sancti Fructuosi cum omnibus appendiciis suis et medietatem uille, que uocatur Corneliana (...).” (HC, I, 81.3). Esta citação é, portanto, de um documento confirmado por clérigos das sés de Braga e de Compostela e não se trata de palavras do cronista Geraldo, como erradamente se disse em BARROS, Mariana Fonseca – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019, p. 130.

¹¹⁹⁶ HC, I, 81.2.

¹¹⁹⁷ MARQUES, José – “O Entre Minho e Lima: da diocese de Tui à diocese de Ceuta”, 2007.

cercada em Lanhoso, junto a Braga¹¹⁹⁸. A declaração de Geraldo talvez seja excessiva, pois o intuito principal era demonstrar o poder militar do arcebispo de Compostela a sul do Minho, mas é significativo que o redator estabeleça novamente nesse rio uma fronteira, pois independentemente de ter acontecido ou não, o espaço que se destaca nesse episódio corresponde de novo ao antigo condado de *Portucale*.

Recuperemos outros episódios de Pedro Marcio examinados no capítulo anterior, nos quais alguns cardeais romanos visitam a Península Ibérica. Em 1123, Deusdedit saiu de Compostela, seguiu para Braga e, pelas terras de Portugal, foi até à Terra de Campos (“Bracharam et per partes Portugalenses in Campanas partes profectus est”)¹¹⁹⁹. Humberto, enviado em 1129, esteve em Compostela e dirigiu-se depois a Portugal, desviando o seu percurso até chegar a Carrión (“discedens Portugalliam adiit et, flexo itinere, Karrionem”)¹²⁰⁰. Pelo trajeto que seguiram depois de saírem de Portugal não é provável que estes legados se alongassem além do Douro. Acrescente-se também que Braga era a sede de uma metrópole eclesiástica e seria esse o objetivo principal dos dois representantes papais.

Além de o Douro marcar o início da ação povoadora e militar de Afonso VI, é também a partir deste rio (“a flumine Dorio”), como vimos atrás, que iniciavam os ataques marítimos muçulmanos¹²⁰¹. O rigor de Geraldo fora maior num capítulo anterior, onde indicara que a destruição começava desde Coimbra (“a Colimbria”) e continuava para norte, atingindo “Portugallia”. Logo depois refere Morrazo, além da ria de Vigo, ou seja, onde terminava a diocese de Tui e começava a de Compostela¹²⁰². Não é claro o que Geraldo entendia com o termo “Portugal” neste caso. As áreas atacadas poderiam ser a

¹¹⁹⁸ “Post hec non modica parte Portugalie uendicata archiepiscopus et regina obsederunt ipsam Portugallie reginam in castro nomine Laniosio et castra usque ad Dorium protenderunt.” (HC, II, 42.1).

¹¹⁹⁹ “Hoc et aliis negotiis Compostelle deliberatis, accepta a domino Compostellano benedictione, Compostella egressus Bracharam et per partes Portugalenses in Campanas partes profectus est et apud Vallem Oriti concilium, conuocatis fratribus, diuina preueniente gratia, celebravit.” (HC, II, 70.1)

¹²⁰⁰ “Hic cardinalis Conpostellam ueniens a domino Conpostellano beniuole et acurate est receptus et diligenter atque honorifice pertractatus, ibique VIII dies est commoratus. Unde discedens Portugalliam adiit et, flexo itinere, Karrionem.” (HC, III, 14.1).

¹²⁰¹ “Qui a flumine Dorio usque ad Vliam et ab Ulia usque ad Asturias (...)” (HC, II, 12.2).

¹²⁰² “(...) nauigio armata manu uenientes maritima a Colimbria usque ad Pirenaeos, uidelicet Portugalliam, Morracios (...) depopulando uastabant.” (HC, I, 103.1). José Campelo sugeriu que neste excerto Portugal se prolongava até Vigo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 193), mas a crónica compostelana, como temos vindo a demonstrar, empurra o poder dos dirigentes portugalenses para sul do Minho.

de Coimbra e a de Portugal¹²⁰³, ao invés de todo o conjunto português, sobretudo se o Douro constitui um limite noutra capítulo idêntico¹²⁰⁴. Deste modo, teríamos de considerar que a terra conimbricense era ainda encarada em Santiago de Compostela como um pouco alheada do espaço a norte do Douro, o que parece perfeitamente consonante com todos os restantes episódios que atrás apresentámos¹²⁰⁵. De qualquer modo, no âmbito da organização da Igreja peninsular procura-se integrar Coimbra nas habituais relações diocesanas a partir do momento em que Calisto II outorga a Gelmírez a dignidade de arcebispo e um conjunto de dioceses sufragâneas, incluindo a conimbricense, que escapara ao domínio muçulmano¹²⁰⁶. Desta situação decorrem as menções aos bispos de Coimbra, Gonçalo Pais de Paiva (1109-1128) e Bernardo (1128-1146), e aos atritos desenvolvidos entre Compostela e Braga¹²⁰⁷.

3.3.4. Os limites orientais da Galiza – uma fronteira com a Terra de Campos?

A Oriente, os confins da Galiza são os montes, que de resto ainda hoje separam a atual Galiza da província de Leão. Diversas menções na crónica atestam que se entra no território galego e dele se sai através de uma área montanhosa já no século XII. Nem sempre é evidente a região que confina com a galega, mas vários excertos sugerem que os montes dividem a Galiza da Terra de Campos. Este território é tradicionalmente entendido como uma área intermédia entre Leão e Castela, mais ou menos delimitada pelo rio Cea, a Ocidente, e pelo Pisuerga, a Oriente, pelo menos desde a morte de Fernando I (1065), sendo objeto de disputa entre leoneses e castelhanos, sobretudo na

¹²⁰³ BARROS, Mariana Fonseca – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”, 2019, p. 131.

¹²⁰⁴ Note-se, além disso, que apesar de as sés do Porto e de Coimbra discutirem os seus limites neste período, acordou-se mais do que uma vez que o Douro assinalava a raia entre as duas (CUNHA, Maria Cristina – “Os limites da Diocese do Porto com as suas vizinhas de Braga e Coimbra: problemas e soluções”, 2017).

¹²⁰⁵ Há que considerar a este propósito o universo moçárabe, da região a sul do Douro, que culturalmente apresentava características específicas (REI, António – “Literatura Moçárabe. Memória de uma cultura de resistência (Séculos VIII-XII)”, 2007).

¹²⁰⁶ HC, II, 16.2; JL 6823 (Valence, 26 de fevereiro de 1120) = PL CLXIII, Calixtus II papae ep. LXXIX, cols. 1168-1169. No entanto, deve ter-se em consideração que a posição do Papado sobre Coimbra foi muito ambígua até meados do século XII. Inclusive Calisto II tomou disposições diferentes acerca desta diocese, atribuindo-a a Compostela e a Braga alternadamente ao longo do seu pontificado, e assim também procedeu Inocêncio II (*Livro Preto*, 1999, p. 813, doc. 604; ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*, doc. 7, 21, 30, 40 e 50, p. 160, 174-177, 188-189, 198-203, 215-217; *Liber Fidei*, 1965, tomo I, p. 249, doc. 216).

¹²⁰⁷ BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 149-153.

zona desse último rio, antes da união dos reinos com Afonso VI, que, de acordo com a *Historia Silensis*, herdara o reino de Leão e os Campos Góticos. Incluiria, assim, lugares como Sahagún, Carrión de los Condes e Palência¹²⁰⁸. O *Guia do Peregrino* e outros documentos do século XII, como informa Pascual Martínez Sopena, diferenciam os territórios de Leão – que começava no Cebrero – e o da Terra de Campos – que ia até ao Pisuerga¹²⁰⁹. Na narrativa compostelana, porém, a extensão desta região parece maior do que aquela que se encontra noutras fontes desta época.

Um ponto de paragem habitual à entrada da Galiza, para quem percorria o caminho de Santiago, era o monte Cebrero, ao qual se faz uma única e breve referência relativa à aquisição de um burgo pela Igreja compostelana¹²¹⁰. Outros episódios reportam genericamente as transições que se faziam pelos montes, aludindo por vezes à dificuldade da sua passagem. Foi através dos seus ásperos desfiladeiros (“per angustas et asperas fauces montium”) que passou o abade de São Miguel da Chiusa quando chegou à Galiza, em 1112¹²¹¹, e Urraca atravessou-os (“regina transpirenante”) depois de sair de Compostela e de passar por Lugo, em 1116¹²¹².

Os exércitos que a rainha conseguia reunir na Galiza para as suas expedições contra Afonso I na Terra de Campos e em Castela transpõem também este relevo agreste. Em

¹²⁰⁸ Ainda que Antonio Ubieta Arteta tenha referido que a partilha do reino de Fernando I que se seguiu à sua morte se baseia essencialmente na *Historia Silensis*, e tenha considerado que Carrión fazia parte de Castela (UBIETO ARTETA, Antonio – “El sentimiento antileonés en el Cantar de Mio Cid”, 1980; *Historia Silensis*, 2018, p. 227). Pascual Martínez Sopena considera que Carrión era o ponto central da Terra de Campos (MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Tierra de Campos y León”, 1994, p. 193). As dissensões ressurgiram depois da morte de Afonso VII, ainda que a divisão de reinos que se estabeleceu nesse período tivesse outra configuração (GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – “Fijación de la frontera castellano-leonesa en el siglo XII”, 1982; GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César – “La multiplicación de los reinos (1035-1072)”, 2011, p. 261-269).

¹²⁰⁹ O investigador também estuda a articulação do espaço nessas duas regiões numa perspetiva económica (MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Tierra de Campos y León”, 1994). Veja-se também GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Castilla”, 1994, p. 160.

¹²¹⁰ “Denique in monte Zebruario burgo Paturnelo ab Oueco Sancio impetrato (...)” (HC, I, 31.6). *Historia Compostelana...*, 1950, p. 79, nota 3. Relembre-se que a melhor fonte desta época para conhecer o caminho de Santiago é o *Guia do Peregrino*. Quanto ao caminho principal, aos secundários e ao desenvolvimento dos burgos ao longo da rota central leia-se LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La formación medieval de España...*, 2004, p. 106-121.

¹²¹¹ “His ita dispositis, abbas ad Gallitie partes proficistur et per angustas et asperas fauces montium Gallitiam ingreditur.” (HC, I, 79.4).

¹²¹² “Peracto iuramento pacis et federe stabilito inter episcopum et reginam, regina reuertitur Lucum (...). Postea regina transpirenante predictus episcopus non inmemor pacti sui misit canonicos et milites suos ad reginam, qui reciperent iuramentum preelectorum principum Legionis, Campanie atque Castelle.” (HC, I, 107.4).

1111-1112 as tropas galegas passaram por caminhos cansativos e zonas frias antes de chegarem a Astorga (“per grauia quidem itinera et laboriosos montes frigidisque”)¹²¹³. O bispo não prosseguiu até esta cidade, separando-se da expedição em Triacastela e regressando à Galiza para a pacificar¹²¹⁴. Por seu lado, sabendo que a rainha tinha atravessado os montes (“Alpes transcendisse”) e que não regressaria facilmente à Galiza, Pelayo Gudesteiz e Rabinado Muñiz, dois nobres galegos identificados como fiéis a Afonso I, juntaram-se a outros rebeldes, como Arias Pérez, que estavam desterrados nas fronteiras da Galiza (“ad portus et extremos Gallicie fines”), sublevando-se contra Urraca e o pequeno Afonso Raimundes¹²¹⁵. O exército do bispo fê-los dispersar e refugiar em castelos ou em íngremes montes (“prerupta montium”)¹²¹⁶. Alguns dos insubordinados fugiram para os confins da Galiza (“ad portus Gallicie”) depois de o bispo recuperar os castelos indevidamente ocupados por forças desleais à rainha¹²¹⁷. Nestes casos é difícil perceber se os montes que deram guarida a alguns dos traidores e os limites do território galego onde outros estavam proscritos são a mesma região. De facto, as áreas escarpadas de um modo geral serviam como refúgio noutras situações de ameaça. Num dos muitos episódios ilustrativos da pirataria sarracena, Geraldo informa que uma parte da população cristã encontrava abrigo nessas regiões (“ad montana confugerant”), sem que se perceba nitidamente se se deslocariam até à fronteira interior da Galiza¹²¹⁸.

Novamente em 1113 um exército galego saiu da Galiza em direção à Terra de Campos (“ad Campos proficiscitur”) – provavelmente pelo Cebrero –, mas foi alertado de que as intenções da rainha não eram sinceras e hesitou em socorrê-la. O bispo procurou acalmar os ânimos e o grupo atingiu Astorga, enquanto dois cónegos foram enviados a Urraca

¹²¹³ “Susceptis ergo regina castellis a proditoribus perfidis in era I^a.C.XLIX. congregauit exercitum Galletie et ad regem expugnandum Aragonensem profecta est per grauia quidem itinera et laboriosos montes frigidisque niuibis et glacie preterite hiemis, que anno illo asperime inhorruerat, usque ad Astoricam ciuitatem peruentum est.” (HC, I, 73.1).

¹²¹⁴ “Interea ecclesie beati Iacobi unerabilis episcopus ad propria remeauit; ille siquidem a supradicta expeditione Triacastelle consilio regine omniumque Gallicie primatum discesserat, ut pacem et concordiam Gallitie reformaret, dum regina ad bellandum Aragonensem tyrannum properaret.” (HC, I, 74.1).

¹²¹⁵ “Eodem tempore Pelagius Gudesteides et Rabinatus Munides, postquam reginam Alpes transcendisse et ad Gallicie partes non facile redditum facturam esse audierant, non modica itineris parte profligata ad castella sua reuersi sunt et, qualiter regine V. et filio suo paruulo regi Adefonso (...) rebellare possent, machinati sunt. (...) exules ad portus et extremos Gallicie fines confugerant.” (HC, I, 74.1).

¹²¹⁶ “(...) castellorum munitione priuati prerupta montium conscendunt ibique latuerunt.” (HC, I, 74.2).

¹²¹⁷ “(...) A. Petrides et P. Arides (...) in montibus latitantes (...) ad portus Gallicie confugerunt.” (HC, I, 77).

¹²¹⁸ “Paucos tamen homines captiuauere. Alii enim ad montana confugerant.” (HC, II, 21).

para a advertir de que os soldados galegos poderiam inverter o caminho e não voltar a passar as montanhas da Galiza (“Alpes non transcendent”)¹²¹⁹. No entanto, o exército participou numa bem-sucedida expedição em Burgos, após o que as tropas empreenderam o regresso à sua terra, onde Nezano Gudesteides controlava o castelo de Santa Maria de Autares e procurava impedir a entrada na Galiza a quem passava pelas montanhas (“Gallitie montana ingredientibus”)¹²²⁰.

Este castelo, que estava situado junto ao Cebrero numa localização que hoje pertenceria já à província de Leão, tinha a função de controlar a entrada dos transeuntes que vinham pelo caminho de Santiago e se dirigiam sobretudo a Compostela. Em 1072, os constrangimentos financeiros provocados aos viajantes por quem controlava a fortaleza obrigaram Afonso VI a emitir um diploma que cessasse esses abusos e facilitasse a circulação dos peregrinos que vinham não só de outros territórios hispânicos, como também de além-Pirenéus¹²²¹. A *HC* evidencia que depois da morte deste monarca o domínio em Santa Maria de Autares continuava a ser crucial para o controlo de quem entrava na Galiza, apesar de a notícia de Geraldo se referir a uma conjuntura muito concreta de oposição entre apoiantes e adversários de Afonso I de Aragão no território galego.

Em dois dos capítulos citados vemos como dois lugares situados à entrada ou à saída da Galiza eram Triacastela e Lugo, o primeiro no percurso de peregrinação central e o segundo num trajeto secundário. Ambos ofereciam condições de hospitalidade¹²²² e outros exemplos do texto permitem constatar que ora se passava por um, ora pelo outro. Triacastela é um município atualmente localizado na província de Lugo, apenas a 20 km a oeste de Pedrafita de Cebrero e a 47 km a sudeste da cidade de Lugo. Provavelmente

¹²¹⁹ “Igitur tertio Kalendarum Iunii uenerabilis episcopus beati Iacobi, necnon comes Petrus totaque militia Gallitie in expeditionem egressa est et ad Campos proficiscitur. (...) Deinde transactis aliquot diebus cum iam fauces Gallitie egressi essent, omnes unanimiter reuerti uoluere et regine maledicentes nec auxilium impendere nec ulterius ad eam uenire statuere. (...) Cum autem Astoricam uenissent (...)” (*HC*, I, 84.1). “Ceterum, postquam reuersi fuerint, ut hinc in expeditionem ueniant, Gallitie Alpes non transcendent.” (*HC*, I, 84.2).

¹²²⁰ “Sane ille castellum sancte Marie de Octaris tenebat et omnibus Gallitie montana ingredientibus per fauces montium et concaua uallium aditum prohibere poterat.” (*HC*, I, 90.3).

¹²²¹ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “De la función de los castillos en el tiempo y los espacios de Diego Gelmírez”, 2013, p. 191-192; PORTELA SILVA, Ermelindo – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Galicia”, 1994, p. 230.

¹²²² VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1949, tomo II, p. 26-27.

era já um núcleo urbano à época ou estava a desenvolver-se como tal¹²²³. Viajando com destino a Palência, em 1113, Gelmírez parou em Triacastela e foi persuadido por alguns nobres galegos a não continuar o caminho para a Terra de Campos, uma região particularmente perigosa nesse período conturbado, sobretudo tendo em conta que nesse verão tropas galegas se tinham dirigido para lá na companhia do prelado para combater o aragonês, pelo que a sua presença nestas terras só era recomendada se fosse escoltada por soldados (“si Campanie partes absque armate manus clipeo adire presumpseris”)¹²²⁴. Em 1116, a receção de Afonso Raimundes na Galiza como um rei levou a rainha a reunir um exército antes de Triacastela que chegou até Mellid, a meio caminho entre aquele lugar e Santiago de Compostela na via de peregrinação¹²²⁵. Geraldo menciona ainda que Afonso VI dispusera que os camponeses do território localizado entre o Oceano e Triacastela se dedicassem periodicamente à reconstrução do castelo de Torres de Oeste¹²²⁶, que, como sabemos, era um dos mais importantes para a defesa da Galiza. Todavia, no mesmo capítulo a ideia repete-se, mas impõe-se o limite entre o mar e o rio Iso, cujo curso corre a uns 90 km a ocidente de Triacastela (“a ripa fluuii nomine Issi usque ad mare”), desta vez evocando os limites da terra do bispo compostelano que Urraca estabelecerá anos depois¹²²⁷.

Depois de coroar Afonso Raimundes como rei em Santiago de Compostela, em 1111, Diego Gelmírez tinha intenção de o levar a Leão, onde seria aclamado. Passaram por Lugo, embora este trajeto se explicasse acima de tudo pelo facto de a cidade apoiar o rei aragonês¹²²⁸. Havia que reprimir as forças adversárias dessa cidade, cuja rendição,

¹²²³ PORTELA SILVA, Ermelindo – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Galicia”, 1994, p. 236-237.

¹²²⁴ “Ipse namque preterite etatis tempore, coadunato undique exercitu, ad debellandum Aragonensem Campaniam adierat. (...) Predictus tamen episcopus ad generale sinodum iter aggrediens Triacastellam peruenit. Verum enim uero comes R. necnon comes M. conplures Gallicie optimates illum adeuntes, quatinus ab incepto labore desisteret, hortantur et deprecantur dicentes: «Scimus equidem, uenerabilissime pater, si Campanie partes absque armate manus clipeo adire presumpseris et te a truculenta hostium uiolentia grauiter inquietari (...)».” (HC, I, 92.1).

¹²²⁵ “Coadunato itaque exercitu cis Triacastellam, regina uenit Melidium cum predictis consulibus et cum proceribus suis (...)”. (HC, I, 109.2).

¹²²⁶ “Ex precepto namque regis Hispanie rustici a Triacastella usque ad Oceanum mare conueniebant ad hedificandos muros castelli nomine Honesti (...)”. (HC, II, 23).

¹²²⁷ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 74; PALLARES, María del Carmen [et al.] – “La Tierra de Santiago, espacio de poder (siglos XII y XIII), 1992, p. 134-135.

¹²²⁸ “Sed quoniam adhuc quidem de diuersis partibus in Lucensi ciuitate congregati iniustitiam Aragonensis tyranni stolida presumptione sustentabant (...). Euntes igitur ad ciuitatem Lucensibus legatos premiserunt, quatinus aut ciuitatem regi redderent aut se, si possent defendere pararent (...) maluerunt se

segundo Antonio López Ferreiro, terminou com o domínio aragonês na Galiza¹²²⁹. No ano seguinte¹²³⁰, Urraca deslocou-se à Galiza percorrendo as Astúrias, Oviedo e Lugo, onde decidiu seguir até Compostela, provavelmente vinda de Leão¹²³¹. Por fim, em 1126, Gelmírez saiu da Galiza por Lugo em direção a Leão, onde era esperado para coroar Afonso VII após a morte da rainha, chegando até Astorga antes de atingir a capital régia¹²³².

De facto, uma ideia recorrente no texto é a de que o primeiro grande burgo que se encontrava, ao percorrer o caminho de Santiago e ao deixar a Galiza, era Astorga. Este lugar tem um papel especial na crónica, pois é várias vezes apresentado como seguro para os galegos que estavam fora do seu território, mas suficientemente perto dele para se acharem protegidos, sempre em cenários bélicos. A sua lealdade a Urraca parece ter sido predominante enquanto decorreu o conflito com o rei aragonês, como certificam as *Crónicas Anónimas de Sahagún*¹²³³. Na *HC*, depois da batalha de Viadangos, entre Astorga e Leão, ocorrida em 1111, foi na primeira das cidades que Gelmírez e os feridos da refrega se refugiaram, descrevendo-a Geraldo como a sua “salvação e consolo” (“salutis portus et singulare solatium”)¹²³⁴. Não muito depois detiveram-se por duas vezes em Astorga soldados vindos da Galiza para se juntarem a Urraca, numa primeira vez para

regi et ciuitatem reddere, quam contra suum naturalem dominum aliquid, quod eius turbaret uoluntatem, committere.” (*HC*, I, 67).

¹²²⁹ LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 365. Lugo foi a única cidade galega que declarou apoio ao *Batalhador* (GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”, 2011, p. 328-329).

¹²³⁰ Ainda segundo o mesmo autor, Urraca chegou a Compostela em abril de 1112 (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 371).

¹²³¹ “Ad asperos itaque Astures montesque lapidosos iter aggrediens per Ouetum transitum fecit. Cumque ad Lucensem peruenisset ciuitatem, diuina conpunctione eius uiscera sunt commota ad hoc, ut causa penitentie beati Iacobi limina uisitare satageret.” (*HC*, I, 69). Manuel Rodrigues Lapa supôs que Urraca se encontraria em Leão, de onde partiu para Santiago de Compostela (LAPA, Manuel Rodrigues – “Subsídios para o esclarecimento de uma baralhada histórica: o caso de Castela e de Orcellón”, 1967). Veja-se o quadro 7 e as considerações aí feitas sobre a localização do castelo de Orcellón.

¹²³² “Compostella igitur taliter egressus ad Lucensem ciuitatem in die sabbati perueniens a domino Petro Lucensi episcopo et ipsius ciuitatis clero atque populo in processione benigne et decenter susceptus est (...). Postera die a Lucensi ciuitate egressus cum ad Asturiensem ciuitatem V^a feria dominica Cena peruenisset (...). Asturicensi quoque ciuitate (...) egrediens in uigilia dominice Resurrectionis Legionem tandem perueniens (...).” (*HC*, II, 80.2). Na realidade, Afonso VII foi coroado em Leão pelo bispo dessa diocese, Diego (1112-1130) (RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 349).

¹²³³ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 333.

¹²³⁴ “(...) restituit seque in Astoricam ciuitatem recepit, ubi per triduum uulneratos in prelio dispersosque collegit factus communis omnium salutis portus et singulare solatium.” (*HC*, I, 68.2).

descansarem e repararem materiais de guerra – embora as tropas de Afonso I tivessem cercado a cidade¹²³⁵ – e numa segunda para aguardarem notícias da rainha¹²³⁶. O facto de ter estado submetida ao conde portugalense Henrique neste período não foi considerado relevante para ser registado na *HC*, nem tão pouco os efetivos militares que este conde conduziu a Astorga para auxiliarem a rainha no primeiro dos casos¹²³⁷. Como se analisou noutro estudo, a figura de Henrique na narrativa é muito apagada¹²³⁸, mas pode deduzir-se por estes episódios que o conde era visto como alguém capaz de proporcionar segurança aos galegos, pelo menos nesta fase da guerra.

Em vários dos capítulos anteriores, alguns grupos que saíam da Galiza atingiam a Terra de Campos, embora nunca seja mencionado se o faziam passando por uma região intermédia. O mesmo acontece noutras passagens. Numa nova campanha contra o rei de Aragão, em 1118, soldados galegos chegaram àquele território (“peruentum est in Campaniam”) e seguiram até à Estremadura, embora Gelmírez tivesse permanecido em Palência¹²³⁹. Em 1123, o cardeal romano Deusdedit saiu de Compostela, seguiu para Braga e, pelas terras de Portugal, foi até a Terra de Campos (“egressus Bracharam et per partes Portugalenses in Campanas partes profectus est”). Em Valladolid, a sul de Palência, celebrou um concílio¹²⁴⁰. Neste episódio, é o condado portugalense que parece ser vizinho da Terra de Campos, tendo o legado provavelmente passado por Zamora no seu trajeto.

¹²³⁵ “(...) usque ad Astoricam ciuitatem peruentum est. Dumque in eadem ciuitate pedites et mancipia reficerent ea, que in itinere debilitata fuerant, et uiatica necessaria prepararent (...)” (*HC*, I, 73.1) “Talium, ut dictum est, exercitu stipatus erat Aragonensis malignus et ecce contra Astoricam proficiscens ex improviso apparere uideretur inter fructeta montium cum ingenti turba militum, que intra flumen Orbicum ab Astorica prospiciuntur, et accedens prope ciuitatem castra metatus est et mansionem fecit.” (*HC*, I, 73.2).

¹²³⁶ “Cum autem Astoricam uenissent et supra dicta pro ueris habuissent, mira presulis prudentia optimates exercitus conuocat et cum illis, quid predicta significant, pertractat.” (*HC*, I, 84.1).

¹²³⁷ GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”, 2011, p. 331; *Historia compostelana*, 1994, p. 181, nota 474.

¹²³⁸ BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 29-43.

¹²³⁹ “Tandem peruentum est in Campaniam et coadunatis Legionensibus, Campestribus, Castellanis, Asturicensibus, itur in Extremitatem. Predictus autem episcopis remansit Palentie, dato exercitu suo regine, quia patiebatur in tibia sua et quia noluit interesse prediis et rapinis pauperum.” (*HC*, I, 117).

¹²⁴⁰ *HC*, II, 70.1. Datado de 1124 por Carlos de Ayala Martínez (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 409-413).

A crónica anuncia a morte de duas das suas personagens centrais neste território: a da rainha, em 1126¹²⁴¹ – Urraca faleceu em Saldaña ou perto desse lugar¹²⁴², a norte de Sahagún e de Carrión de los Condes – e a de Raimundo da Borgonha, em 1107. Diego Gelmírez teve conhecimento da morte do conde em Grajal, junto a Sahagún, quando estava em viagem para resolver uma dissensão eclesiástica e chegou à Terra de Campos¹²⁴³.

Nesta zona a Igreja compostelana possuía senhorios que eram inspecionados por Gelmírez. Nas suas vistorias, o bispo passava por Astorga e Leão (“partes Campanie (...) uisitaret (...) per Astoricam et Legionem (...) transitum faceret”), onde apurou que os albergues que existiam para dar assistência aos viajantes do caminho de Santiago se encontravam em más condições, o que o levou a encetar nesses lugares uma intensa atividade de reconstrução¹²⁴⁴. Foi igualmente na Terra de Campos que o prelado se apresentou a Urraca, e em Leão a rainha presenteou-o com a cabeça de S. Tiago, em 1116, trazida alguns anos antes de Jerusalém pelo bispo Maurício e levada mais tarde para a igreja de Santo Isidoro (“adiit apud Canpaniam (...) Legionem uentum est”)¹²⁴⁵. Em nenhum dos dois episódios há uma correspondência direta entre o território e as cidades de Astorga e Leão, mas a referência à Terra de Campos seria desnecessária se não fosse esse o caso, sobretudo no segundo excerto.

¹²⁴¹ HC, II, 80.2.

¹²⁴² RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 348; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 200-201.

¹²⁴³ “Cum autem in partibus Campanie eius notus fuisset aduentus, quoniam uir illustrissimus consul R., quem natura et morum dignitas inter Occidentales non parum exornauerat, apud uillam Gralialium secus Sanctum Facundum positam graui egrimonie languore detinebatur (...)” (HC, I, 26).

¹²⁴⁴ “Idem quoque episcopus quanta in Francigeno itinere uigili exercitio condiderit (...). Construxit namque burgum Cacauellos (...). Denique cum partes Campanie pro adipiscendis sue ecclesie honoribus sepius uisitaret, et cum per Astoricam et Legionem sepiissime transitum faceret et in propriis beati Iacobi mansionibus locum requiescendi minime repperisset (destructe etenim et omnino inculte humanis uisibus apparebant) (...)” (HC, I, 30). Neste excerto Munio Afonso refere-se igualmente à preocupação do bispo compostelano com o caminho “francês” (“Francigeno itinere”) e alude à reconstrução do burgo de Cacabelos, em 1108. Vários anos depois, a importância do senhorio que a Igreja de Compostela tinha no episcopado de Astorga é lembrada por Pedro Marcio: “Vnde contigit, ut ecclesia beati Iacobi honorem, quem in episcopatu Asturicensi habebat, per multos anos ammitteret et nichil fere proficui inde haberet.” (HC, III, 4). Consulte-se PASSINI, Jean – “El espacio urbano a lo largo del Camino de Santiago”, 1994 e RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, J. Ignacio – “Repoblación y sociedades urbanas en el Camino de Santiago”, 1994 sobre os núcleos urbanos ao longo do caminho jacobeu em Espanha.

¹²⁴⁵ “Igitur episcopus arrepto itinere reginam adiit apud Canpaniam (...). Postquam Legionem uentum est, regina predictum episcopum pretiosissimo munere decorauit, uidelicet capite beati Iacobi Apostoli, de quo seriem altius ordiamur.” (HC, I, 112.1).

Finalmente, em 1119, Gelmírez iniciou uma jornada com destino a Reims, tendo parado em Sahagún ao saber que o cardeal Deusdedit, que seguia à sua frente, fora abordado por inimigos aragoneses. Geraldo acrescenta que o bispo tinha alcançado a Terra de Campos e que decidiu desistir do seu plano face aos perigos que o esperavam (“uenit ad Sanctum Facundum (...) usque ad Campaniam (...) uenerat”)¹²⁴⁶. Como se verá a seguir, a partir de Sahagún a via de peregrinação estava fortemente controlada por aragoneses. Aí começava uma extensa área perigosa para a circulação dos partidários de Urraca.

3.3.5. A fronteira entre o reino castelhano-leonês e o de Aragão durante os reinados de Urraca e de Afonso I

Apesar de a *HC* ser amiúde consultada para se compreender este período crítico da História peninsular, as informações que dispõe acerca da definição de espaços de poder entre Urraca e Afonso I nunca foram sistematizadas. Procuraremos analisar este tópico atendendo somente às referências feitas a topónimos peninsulares.

Uma das ideias principais que se procurou sublinhar no subcapítulo 3.2 é a redução dos limites da *Hispania* em determinados capítulos da crónica compostelana, e em especial do *regnum Hispaniae*, ao reino de Leão e Castela. A soberania de Afonso I de Aragão dentro destas fronteiras, que o monarca adquirira por via do casamento com Urraca, é considerada ilícita na ótica da *HC*, que condena com insistência essa união. Como se constatou anteriormente, a narrativa repete que Afonso VI legou o reino da Hispânia a Urraca e ao seu neto. Por conseguinte, as fronteiras do reino que Geraldo teria em consideração ao escrever sobre o reinado de Urraca corresponderiam aos limites que os domínios do seu pai tinham em 1109, e que haviam atingido a sua extensão máxima em 1076, depois do assassinato do rei navarro Sancho Garcia IV (1054-1076) e da divisão do seu reino entre o monarca castelhano-leonês e o rei de Aragão, Sancho Ramírez. O primeiro ocupara a região de La Rioja e os territórios bascos de Álava, da Biscaia e da Guipúscoa ocidental; Castela passara a estender-se para oriente sensivelmente até ao rio Ebro, incluindo Logronho – segundo Bernard Reilly, inicialmente ia até Puente la Reina,

¹²⁴⁶ “Postquam episcopus noster una nobiscum uenit ad Sanctum Facundum (...)” (*HC*, II, 8.2) “At tamen quoniam usque ad Campaniam idem episcopus iam uenerat, reginam V. adire eidem episcopo uisum est congruum. Illa quidem tunc temporis Burgis erat et a Sancto Facundo usque Burgis uia satis periculosa et predonum manibus plena habebatur.” (*HC*, II, 8.3).

para lá desse rio. O rei aragonês adquirira o restante território navarro, incluindo o centro político de Pamplona. Embora por ele prestasse homenagem ao monarca leonês, passou a ostentar o título de “rei dos aragoneses e pamploneses”, mantido por Afonso I¹²⁴⁷.

Numa única passagem, Geraldo registou que o limite entre Castela e Aragão no tempo de Urraca deveria ser Logronho. Ao recordar a batalha de Viadangos de 1111 entre galegos e aragoneses¹²⁴⁸, explica que o exército da Galiza foi ao encontro do de Afonso I porque para cá da ponte de Logronho (“citra pontem Gronii”) não era justo que esse rei ocupasse território¹²⁴⁹. Este episódio confirma que o redator concebia o reino de Urraca como aquele que se formara em 1076. É curioso que ainda no final do século XV o viajante Arnold von Harff, oriundo de Colónia, encarou Logronho como a entrada da Hispânia, onde começava a ser utilizada outra moeda, diferente da navarra¹²⁵⁰. Já o *Guia do Peregrino*, mais ou menos contemporâneo da HC, situa o início da terra dos hispanos depois dos Montes de Oca, para quem vinha dos Pirenéus¹²⁵¹. Também o coevo autor árabe al-Idrisi considerou que, seguindo o caminho compostelano, Nájera era a primeira cidade castelhana depois do território navarro¹²⁵². Todos estes lugares se situam próximos uns dos outros, mas Logronho é o mais oriental.

Muitos outros capítulos da HC oferecem pormenores sobre cidades que estavam ocupadas por aragoneses a ocidente da que se situava junto ao Ebro, e sobre outras que apenas se desorganizaram nos primeiros tempos do conflito. Esta desorganização foi visível tanto a nível político como eclesiástico, designadamente através da destruição de património e da violência contra prelados e abades opositores do aragonês, testemunhadas pela HC, e da substituição de dirigentes dos seus cargos administrativos por pessoas

¹²⁴⁷ MARROQUÍN, Besga Armando – “El reparto del reino de Pamplona del año 1076”, 2011; MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “Del reino de Pamplona al reino de Navarra”, 2002; UBIETO ARTETA, Antonio – “Las fronteras de Navarra”, 1953 (artigo que contém mapas esclarecedores da evolução do território navarro); REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 87-92.

¹²⁴⁸ A batalha é mencionada em HC, I, 68.1; I, 73.2; I, 84.2; I, 87; II, 53.5.

¹²⁴⁹ “(...) nempe a non modica citra pontem Gronii parte regni regem expellere Aragonensem, quam uiolenter atque fraudulenter usurpauerat, iustum et sanctum fore arbitrabatur.” (HC, II, 53.5). A ponte de Logronho foi construída ou restaurada a mando de Afonso VI (GAUTIER DALCHÉ, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 1979, p. 74).

¹²⁵⁰ VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1949, tomo II, p. 149.

¹²⁵¹ *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 522-523.

¹²⁵² MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “Villas nuevas y planificación urbana en la Castilla medieval”, 2009, p. 469.

favoráveis ao aragonês. No campo económico-social, algumas sublevações burguesas em determinadas cidades de Leão e Castela, ou de cavaleiros nos núcleos da área de fronteira com o Islão, estiveram estreitamente ligadas à crise política instalada.

Ao longo do caminho de Santiago, as notícias de sobressaltos entre Compostela e Sahagún datam do início da guerra e não refletem uma efetiva ocupação de território por parte do rei de Aragão. Na *HC* destaca-se a batalha de Viadangos (1111), que dista apenas 20 km de Leão – Geraldo menciona a proximidade da batalha em relação à capital do reino¹²⁵³ – e o episódio em Astorga (1112), onde os aragoneses cercaram as tropas da rainha. Houve leoneses que se juntaram ao exército de Afonso I¹²⁵⁴ e os seus príncipes aprovaram o casamento entre os dois governantes, a par dos de Burgos, Astorga, Carrión, Palência e Nájera¹²⁵⁵. De qualquer modo, a cidade de Leão não foi ocupada pelo rei de Aragão por muito tempo e os seus burgueses aliaram-se a Urraca e não ao seu adversário, ao contrário do que se verificou noutros burgos¹²⁵⁶. Relativamente à interferência de Afonso I na Igreja, a sé de Leão ficou privada de prelado¹²⁵⁷, questão retratada por outras fontes, tanto cronísticas como documentais. Maurício de Braga, tomado por alguns investigadores como partidário do aragonês, teria ocupado brevemente o cargo em 1112, embora a situação seja muito confusa e a própria *HC* não lance muita luz sobre o caso¹²⁵⁸.

Na Galiza, embora os tumultos se façam sentir ao longo de todo o reinado de Urraca, estes acontecem entre galegos – de um lado os apoiantes do infante e do outro os defensores do casamento da rainha com o aragonês ou, posteriormente, do poder da rainha

¹²⁵³ “Verum postquam ad fontem de Angos, prope scilicet Legionensem ciuitatem, uentum est, adest eis obuia Aragonensis cum copiosa militum atque peditum multitudine.” (*HC*, II, 53.5).

¹²⁵⁴ *HC*, I, 73.2.

¹²⁵⁵ “Verumtamen illi subdole concordatione interfuerant duces et principes, Burgenses, Nazarei, Carrionenses, Palentini, Legionenses et alii conplures (...)” (*HC*, I, 80).

¹²⁵⁶ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 331-332.

¹²⁵⁷ “Hinc est quod Burgensem episcopum et Legionensem a suis sedibus sue uiolentia tyrannidis expulit.” (*HC*, I, 64.2); I, 79.1; 79.5.

¹²⁵⁸ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 374-376; RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 21-22; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 230-231. Maurício poderia ter simplesmente procurado interferir na eleição de um novo bispo para Leão (AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga...*, 2007, p. 427-431). Richard Fletcher e Alberto Navarro consideraram que Maurício usurpou a diocese leonesa por um curto espaço de tempo (FLETCHER, Richard A. – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*, p. 69; NAVARRO BAENA, Alberto – *El cabildo catedral de León: clero, monarquía y sociedad (1073-1289)*, 2022, p. 138-139). Sobre este episódio na *HC* (I, 99) consulte-se BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 117-121.

face ao do seu filho¹²⁵⁹. Geraldo anotou a prisão do bispo de Ourense¹²⁶⁰ e a presença de Afonso I no território em 1110¹²⁶¹, que talvez tenha motivado o acontecimento anterior. O ano de 1110 é o que ficou registado no texto com maior turbulência, quando Gelmírez ainda não tinha definido a sua lealdade a Afonso Raimundes e o confronto entre galegos é mais desenvolvido na obra. No mesmo ano, Urraca ainda era apoiada na Rioja e esteve algumas temporadas nos domínios do marido, onde também passara a ter soberania, ainda que este facto seja completamente ignorado por Geraldo¹²⁶². Ao mesmo tempo, Afonso I ia deixando guarnições em fortalezas do reino de Urraca e intervindo na sua organização eclesiástica, o que terá provocado uma reação da esposa, já aliada à poderosa família castelhana dos Lara. Em 1111 iniciaram os desentendimentos entre o casal e a última reaproximação dos dois aconteceu em 1112, altura em que Afonso I começou a ocupar território castelhano-leonês em hostilidade contra a rainha¹²⁶³.

Este domínio prolongou-se no tempo, chegando os dois monarcas a estabelecer acordos de delimitação do espaço controlado por cada um. Bernard Reilly estimou que em 1117 os aragoneses dominariam desde Carrión, tendo o *Batalhador* desistido de subjugar Sahagún e Leão e tendo cessado desde então as notícias de conflitos permanentes, com algumas exceções – por exemplo, em 1121 o rei colocou um cerco a Tardajos, a ocidente de Burgos. O mesmo autor supôs que em 1122 ou 1123 o aragonês teria pactuado com Afonso Raimundes, representado pelos arcebispos Bernardo e Diego Gelmírez, conseguindo que o lado do infante concordasse em não atacar as tropas aragonesas em território castelhano-leonês (designadamente Carrión, Castrojeriz e Burgos), comprometendo-se ele próprio a não pressionar o espaço além-Douro nem

¹²⁵⁹ Sobre o retrato na *HC* deste período instável na Galiza e a posição política de Diego Gelmírez consulte-se PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)*..., 2016, p. 164-185.

¹²⁶⁰ *HC*, I, 79.5.

¹²⁶¹ Afonso I atacou o castelo de Monterroso (*HC*, I, 64), informação também avançada pela *Primeira Crónica Anónima de Sahagún* (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)*..., 2016, p. 168).

¹²⁶² Por volta de 1110, Urraca percorreu os domínios navarro-aragoneses para receber homenagem dos seus senhores, tal como fazia o marido nos territórios castelhano-leoneses (GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”, 2011, p. 325-333). Leia-se ainda RAMOS Y LOSCERTALES, José María – “La sucesión del rey Alfonso VI”, 1936-1941; ANDRÉS LASO, Rebeca – “El matrimonio de Urraca I de León-Castilla con Alfonso I de Aragón y Pamplona. La carta de arras premonitória del fracaso conyugal”, 2008; LEMA PUEYO, José Ángel – *Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*, 2008, p. 257-271.

¹²⁶³ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 66 e seguintes; RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993.

Toledo¹²⁶⁴. Foram desenhados alguns mapas do domínio territorial de Afonso I: o de Antonio Ubieta Arteta refere-se genericamente ao reinado do *Batalhador* e coloca Carrión como limite ocidental do seu reino, que englobava Castrojeriz, Burgos e uma grande área a norte e a sul daquela cidade¹²⁶⁵. Bernard Reilly representou a alteração da geografia política peninsular entre 1114 e 1126, ano da morte de Urraca. Na primeira conjuntura, o aragonês ainda controlava Sahagún e um extenso território a sul do Douro, compreendendo Segóvia, Madrid e Toledo, embora não conseguisse estabelecer-se na região intermédia de Palência e Valladolid. Aquando do falecimento da rainha, o reino de Afonso I estendia-se até Carrión e deixara de envolver a zona a sul do Douro¹²⁶⁶.

Pelo curso deste rio e a sul dessa linha, a crónica compostelana atesta menos dificuldades. No que diz respeito a Zamora, as notícias são díspares e em grande parte relacionadas com a área ocidental do reino castelhano-leonês: o conde Raimundo adoece na cidade¹²⁶⁷; o bracarense Paio Mendes refugia-se aqui durante um período de hostilidade com Teresa¹²⁶⁸; Afonso VII encontra-se em Zamora quando Gelmírez pretendia coroá-lo¹²⁶⁹; o mesmo rei reside na cidade quando lhe chega a informação de que Afonso Henriques invadira a Galiza¹²⁷⁰. Num único capítulo referente aos primeiros anos do confronto, Geraldo narra que Zamora cooperou com Afonso I¹²⁷¹. Em Segóvia, a rainha teve de enfrentar uma revolta de cidadãos em 1118 quando foi à Estremadura estabelecer o controlo da região contra o domínio do *Batalhador*¹²⁷². As restantes

¹²⁶⁴ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998, p. 9; *Idem* – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 120-123, 162-163, 172-173; José María Lacarra mencionou a realização de um acordo entre os dois monarcas em 1120, cujos contornos não são bem conhecidos (LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 83). Sobre os entendimentos entre os dois monarcas veja-se também LEMA PUEYO, José Ángel – *Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*, 2008, p. 300-312.

¹²⁶⁵ UBIETO ARTETA, Antonio – “Las fronteras de Navarra”, 1953.

¹²⁶⁶ Vejam-se os mapas da monografia de Bernard Reilly dedicada à rainha Urraca (*The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982).

¹²⁶⁷ HC, I, 24.

¹²⁶⁸ HC, II, 52. AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A condessa-rainha: Teresa*, 2012, p. 215-220.

¹²⁶⁹ HC, II, 80.3.

¹²⁷⁰ HC, III, 51.

¹²⁷¹ HC, I, 73.2.

¹²⁷² “(...) cum ab archiepiscopo differretur et ante consecrationem Bracharensis electi iudicium super honore illo non fieret, orta seditione in eadem ciuitate Segobiana contra reginam eiusque exercitum, dilatatum est hoc negotium.” (HC, I, 117). Em abril de 1114, Segóvia entregava-se a Afonso I e, em 1118-1119, o rei ainda controlava as terras dessa zona. Nesta altura Afonso Raimundes já entrara na Estremadura (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998, p. 286; GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”, 2011, p. 332-333; LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 83).

referências a Segóvia explicam-se pela presença de Afonso VI na cidade e pela concessão ao bispo de Compostela, nesse lugar, da escritura relativa à cunhagem de moeda, em 1108¹²⁷³. Ávila e Salamanca apenas têm relevância no texto enquanto dioceses sufragâneas de Gelmírez a partir de 1120. O arcebispo procura manter a sua autoridade sobre elas intacta face ao arcebispo de Toledo¹²⁷⁴, embora também tenha sido registado que, no início da década de 20, o bispo de Salamanca vivia em Santiago de Compostela por ter sido afastado da sua sé pelo *Batalhador*¹²⁷⁵. Bernardo de Toledo sofreu o mesmo destino, sendo este o único apontamento neste contexto relativamente a esta diocese¹²⁷⁶. Também o prelado de Osma, Raimundo (1109-1125¹²⁷⁷), foi aprisionado¹²⁷⁸.

Uma leitura aprofundada da narrativa de Geraldo revela que, pelo menos a partir de 1118, é depois de Sahagún que se verifica a ocupação aragonesa, o que está em concordância com o pacto que Afonso I e Urraca teriam feito no ano anterior. Esta questão é tratada na crónica por ser esse o ano em que diversas delegações começam a ser enviadas às Gálias em nome de Gelmírez, e as ameaças que encontram no caminho desde Sahagún repetem-se em diversos capítulos. Este lugar ainda é representado como um espaço mais ou menos acolhedor a partir de 1118, onde várias personagens, entre elas o cronista Geraldo, fazem uma pausa na viagem, por vezes desistindo de a prosseguir (“uenissemus ad Sanctum Facundum (...) decreuimus (...) pedem retrahere”)¹²⁷⁹. Para avançar de Sahagún até Burgos, trajeto que era perigoso (“a Sancto Facundo usque Burgis uia satis periculosa”), o bispo compostelano precisou de uma escolta de soldados e de permanecer quase um mês em Palência, que se desloca para sul do caminho de Santiago que liga

¹²⁷³ HC, I, 29; II, 92; III, 13.

¹²⁷⁴ Em particular sobre as querelas com Bernardo de Toledo vejam-se os capítulos II, 65-67. Afonso I interveio igualmente através da instalação de navarros e aragoneses na Estremadura, por exemplo em Salamanca (LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 83).

¹²⁷⁵ HC, II, 52.

¹²⁷⁶ HC, I, 64.2 e I, 79.1.

¹²⁷⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. XCVIII.

¹²⁷⁸ HC, I, 79.1 e I, 79.5. A intervenção do rei aragonês em várias sés castelhano-leonesas teria acontecido por volta de 1111 (GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”, 2011, p. 311).

¹²⁷⁹ “Nos autem, adhuc modica itineris parte profligata, cum uenissemus ad Sanctum Facundum, audito atque comperto tam obstinate nocte dieque parari nobis insidias, decreuimus potius ab incepto pedem retrahere, quam nos atque nostra in fauces hiantium hostium iri perditum.” (HC, II, 6.3). “Postquam episcopus noster una nobiscum uenit ad Sanctum Facundum, Deus dedit Romanus cardinalis, qui ibi eum prestolaturus erat, iam precesserat. Audierat namque quod rex Aragonensis per regnum suum transeundi licentiam episcopo sancti Iacobi nequaquam concedebat, quod, ut cardinalis impetrare ualeret, citius maturauerat. Verum preter spem ei accidit, nam neque pretaxatam licentiam adeptus, est et sibimet ipsi etiam timuit.” (HC, II, 8.2).

diretamente aqueles dois lugares¹²⁸⁰. Esta cidade também é um desvio da rota principal de peregrinação para outras personagens (“a Sancto Facundo rediens Palentiam”)¹²⁸¹. Ainda assim, o texto dá conta de que nos primeiros anos da guerra cidadãos de Palência e de Sahagún se juntaram às forças do *Batalhador*¹²⁸², e que tanto uma cidade como a outra viram os seus líderes eclesiásticos expulsos por este rei¹²⁸³, aspetos que são documentados por outras fontes. Um dos acontecimentos mais conhecidos é o do alinhamento dos burgueses de Sahagún com o aragonês contra Urraca, entre 1111 e 1117, e a insurreição que levaram a cabo contra o seu abade. Domingo, substituído em 1111 por um irmão de Afonso I, Ramiro o *Monge*, e em 1114 por um primo do aragonês, recuperou o seu lugar em 1116, bem como o controlo sobre os burgueses revoltosos, graças à intervenção do papa Pascoal II. Em Palência, o bispo Pedro foi aprisionado¹²⁸⁴.

¹²⁸⁰ “At tamen quoniam usque ad Campaniam idem episcopus iam uenerat, reginam V. adire eidem episcopo uisum est congruum. Illa quidem tunc temporis Burgis erat et a Sancto Facundo usque Burgis uia satis periculosa et predonum manibus plena habebatur. Per aliquantum itaque temporis commoratus apud Sanctum Facundum assumpta manu comprouincialium militum uenit usque Palentiam ibidem ferme per mensem moratus conductu Palentini episcopi atque militum regine Burgis peruenit et a regina honorifice susceptus est.” (HC, II, 8.3).

¹²⁸¹ “Quem cum a uinculis illis, datis pro eo sexaginta marcis argenti, abstraxisset, litteras, quas ferebamus, et quinquaginta uncias auri et mulam meam predicto priori Carrionensi Palencie dedimus, et sic ad Papam Gelasium iter adgressus est. Nos autem ad propria reuersi sumus.” (HC, II, 6.3). “Denique episcopus nostro reuerso cum regina Palentiam et dehinc ad Sanctum Facundum (...). Ego autem, commissis equitibus meis predicto leuiro Pape Calixti, qui iam a sancto Iacobo redibat, a Sancto Facundo rediens Palentiam (...).” (HC, II, 10).

¹²⁸² “Inter hec igitur hostis impius Aragonensis innumerabilem exercitum latenter congregauerat. Conuenerunt namque Nazareni et Burgenses, Palentini, Carrionenses, Cemorani, Legionenses et qui de Sancto Facundo unanimiter exierant, quorum equidem corda diabolica peruersione ita stimulauerat, ut eum, qui sine lege fidei christiane atque iustitia etatem suam agere decreuerat, prona uoluntate sequerentur eiusque iussionibus libenter obedirent.” (HC, I, 73.2). O *Batalhador* chegou a controlar Sahagún em 1111-1112 (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998, p. 291-292; RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 21).

¹²⁸³ “In Palentinum etiam manus iniecit, quem sub christiane fidei tenore ad se uenire preceperat, et sic per fraudem eum et dolositatem cepit. (...) et abbatem sancti Facundi a proprio fugauit cenobio, in cuius locum sacrilegum fratrem suum omni remota religione et iustitia intronizauit.” (HC, I, 64.2). HC, I, 79.1; I, 79.5.

¹²⁸⁴ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 375-377; RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 26-27; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 101 e 113; GAUTIER DALCHÉ, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 1979, p. 213-221. Os burgueses de Sahagún aproveitaram as dissensões entre Urraca e Afonso I para se revoltarem contra o abade, tal como os cidadãos de Santiago de Compostela aproveitaram o conflito de Urraca com Gelmírez em 1116-1117 (CARLÉ, María del Carmen – “La sociedad castellano-leonesa”, 1995, p. 313-341). As *Crónicas Anónimas de Sahagún* retratam esta questão. Sobre a revolta compostelana leia-se também BARREIRO SOMOZA, José – *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)*, 1987, p. 276-281 e a bibliografia incluída no subcapítulo 2.1.2.

A principal cidade castelhana neste período era Burgos. Capital do condado de Castela desde 950 e, posteriormente, do reino castelhano sob o domínio de Fernando I, elevou-se também ao patamar da mais importante cidade episcopal castelhana com a trasladação da sé de Oca em 1075¹²⁸⁵. Segundo o testemunho da *HC*, a posição do *Batalhador* nesta cidade nem sempre foi incontestável, e desde o início do conflito Burgos aparece como objeto de uma disputa tenaz entre os dois monarcas. Afonso I recrutou burgueses da cidade para apoiarem a sua facção¹²⁸⁶ e um dos episódios mais relevantes da *HC* deste período informa-nos acerca do controlo do castelo por aragoneses, apesar de a cidade ser a favor da rainha, cujas tropas procuraram restabelecer o seu domínio na fortaleza em 1113. O aragonês aproximou-se do burgo para dar assistência à sua guarnição, temendo perder Castela se perdesse o controlo do castelo (“Si enim huius castelli confugio careret, totius Castelle expers fieret”), mas foi detido por um exército galego em Atapuerca, a uns 16 km para leste¹²⁸⁷, e os aragoneses perderam a fortaleza por falta de auxílio do seu rei¹²⁸⁸. No mesmo ano, desenrolaram-se em Burgos atividades de diplomacia e propaganda: Gelmírez proferiu o discurso já analisado na igreja de São João, contra Aragão e a favor da rainha e do infante¹²⁸⁹, e encontrou na cidade mensageiros de Afonso I que procuravam, por seu turno, defender o casamento real, levando o bispo a fazer uma nova intervenção pública contra o matrimónio¹²⁹⁰. Encontrava-se igualmente na cidade Bernardo de Toledo, com quem Gelmírez acordou a realização de um concílio em Palência¹²⁹¹.

¹²⁸⁵ MONSALVO ANTÓN, José María – “Los espacios del poder en la ciudad medieval. Impresiones a partir de cuatro casos: León, Burgos, Ávila y Salamanca”, 2002, p. 103.

¹²⁸⁶ *HC*, I, 73.2.

¹²⁸⁷ “Dum hec plenius tractarentur et sol ad occasum dimergeretur, ecce adest nuntius referens regine regem Aragonensem in proxima die cum multo milite Burgos uenturum et castellum, quod adhuc tyrannus ille retinebat, uiris, armis, stipendiis muniturum; quod si fieret, et Gallicie exercitus ad obsidionem illius frustra properaret et Aragonensis predo per longa tempora solitum confugium non amitteret. Nempe Burgis ciuitas in latere montis posita regine fauebat.” (*HC*, I, 85). “Si enim huius castelli confugio careret, totius Castelle expers fieret (...)” (*HC*, I, 87).

¹²⁸⁸ “Transactis XV prefinitis diebus, Aragonenses regine castelli deditionem faciunt. O quantam quamque preclaram militie laudem Gallicianis dies illa contulit, in qua belliger Aragonensis illis cessit!” (*HC*, I, 90.1).

¹²⁸⁹ *HC*, I, 86.

¹²⁹⁰ “Quadam itaque die postquam Burgis discesserunt Toletanus archiepiscopus (...) Aragonensis legatos in medio palatii inuenit. Hi reginam ad nefandum conubium regis compellebant et Burgenses eam sub simulate pacis nomine ad illud idem inuitabant.” (*HC*, I, 89.1).

¹²⁹¹ “Eodem tempore B. Toletanus archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus Burgos uenit, quem beati Iacobi episcopus adiit et eius reuerendam paternitatem obsecrauit, ut de statu Ecclesie, que funditus euertebatur, et de pacis reformatione tractaret.” (*HC*, I, 88).

Burgos foi entretanto recuperada pelo *Batalhador* e, embora Geraldo informe acerca da presença da rainha na cidade em 1119¹²⁹², um cónego compostelano foi aqui preso nesse ano, enquanto o bispo Hugo conseguiu escapar ileso¹²⁹³. Bernard Reilly não aceitou estas informações sem questionar se os responsáveis pela prisão tinham sido realmente aragoneses por considerar que a rainha mantinha um relativo domínio na cidade naquele ano, em que a pior contestação ao seu governo teria passado¹²⁹⁴. Além disso, como noutros casos, a diocese viu-se desde cedo privada do seu prelado. Depois da morte do bispo Pascoal, em 1118, a consagração de Jimeno será obstaculizada por Afonso I, questão que só ficou resolvida em 1123, de acordo com a crónica¹²⁹⁵.

Na trajetória entre Sahagún e Burgos, ao longo do caminho de Santiago e a norte de Palência, despontam duas cidades que à época tinham já importância: Carrión de los Condes e Castrojeriz, cuja insegurança é demonstrada por Geraldo. O redator justifica a necessidade de fazer alterações nos percursos que em circunstâncias normais incluiriam os dois lugares, onde Afonso I teve tenências durante um longo tempo, tal como em Burgos¹²⁹⁶.

Carrión foi uma das várias cidades cujos burgueses manifestaram apoio ao aragonês logo em 1111-1112¹²⁹⁷. Na mesma altura, o rei de Aragão foi cercado na cidade pelas tropas de Urraca¹²⁹⁸. Aparentemente a rainha conseguiu repor a sua autoridade neste

¹²⁹² HC, II, 8.3

¹²⁹³ “Predictus autem A., cum uenisset Burgis, captus atque ibidem retentus est, ablatis que secum ferebat.” (HC, II, 13.1).

¹²⁹⁴ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 139-140.

¹²⁹⁵ “Hinc est quod Burgensem episcopum et Legionensem a suis sedibus sue uiolentia tyrannidis expulit.” (HC, I, 64.2). “Cardinalis itaque supradictus Hispanas partes ingrediens ad Burgensem ciuitatem Burgensis ecclesie legatis committantibus uenit et ipsam ecclesiam magnis persecutionibus atque tribulationibus laborantem et fere desolatam inuenit. (...) Sed quia ipsa consecratio Aragonensis regis metu, qui ipsum electum impugnabat, in partibus illis fieri non poterat, ipsi electo Compostellam ire a domino Compostellano se precipiente ordinandum iniuncxit.” (HC, II, 70.1); I, 79.1; I, 79.5; II, 71.2. AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 400; REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 233-235.

¹²⁹⁶ UBIETO ARTETA, Antonio – “Las fronteras de Navarra”, 1953, p. 75; LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 82. Em Carrión, o conde Beltrán, ao serviço de Afonso I, ocupou a tenência de Pedro Ansúrez. Em Castrojeriz esteve nas mesmas funções Iñigo Jiménez de Aniezo, que dominou também na Estremadura (ESTEPA DÍEZ, Carlos – “Las tenencias en Castilla y León en los siglos XI al XIII”, 2018, p. 45-46 e seguintes acerca deste período e do de Afonso VII).

¹²⁹⁷ HC, I, 73.2.

¹²⁹⁸ “Quo audito Aragonensis efferus, uana, quam expectabat, spe frustratus et tamquam Herodes a Magis illus, anxio metu trepidus, diffidentia et insomni cura fatigatus, uenienti nocte clam ab obsidione furtim cum exercitu suo discessit et in Carrionem aufugit.” (HC, I, 73.3). “(...) castra sua et tentoria

lugar, onde mensageiros do bispo de Compostela a encontraram em 1113 para sondar as suas intenções relativamente ao exército galego, que, mais apaziguado, acabou por seguir de Astorga até Carrión¹²⁹⁹. Contudo, ao regressarem de Burgos no mesmo ano em direção à Galiza, a passagem por Carrión foi muito atribulada. O prelado compostelano enfrentou uma forte oposição dos burgueses, que continuavam a demonstrar a sua preferência pelo casamento de Urraca com o aragonês; Gelmírez foi obrigado a disfarçar-se para seguir caminho¹³⁰⁰. Em 1118, não há qualquer dúvida, a avaliar pelas considerações de Geraldo, de que a cidade era aragonesa (“Cenobium namque sancti Zoyli (...) erat in potestate regis Aragonensis”). Daí o prior do mosteiro de São Zoilo ter sido escolhido para mensageiro de Gelmírez, uma vez que podia circular livremente por território aragonês como se viajasse para Cluny em representação do seu cenóbio cluniacense¹³⁰¹. Por outro lado, em 1120, quando Hugo regressava de Cluny por Navarra e pelas Astúrias, retomou a *uia publica* em Carrión, provavelmente descendo para sul desde Santillana¹³⁰². Uma boa parte do caminho de Santiago em áreas controladas por Aragão, incluindo todo o troço castelhano, foi assim evitada, tendo o bispo do Porto voltado ao trilho principal na região limítrofe entre os dois reinos nesse período. Durante o reinado de Afonso VII, cessam as menções à cidade deste teor e Carrión é muito referida a propósito da estância da corte deste rei e dos seus encontros com Diego Gelmírez¹³⁰³.

suumque exercitum circumponens eum Carrione obsedit obsessumque diuturno tempore tenuit.” (HC, I, 73.4).

¹²⁹⁹ “Qui discedentes Carrione reginam inueniunt et paternis monitis instructi sic eam allocuti sunt (...).” (HC, I, 84.2). “Postquam Carrionem, ubi regina morabatur, uentum est, tentoria sua secus fluuium, qui Carrion dicitur, in pratis uirentibus posuerunt.” (HC, I, 85).

¹³⁰⁰ “Postquam Galliciani Carrionem uenerunt, Carrionenses, audito supradicto anathemate, pontificem tenere querebant; sed diuina gratia protegente quodam rubeo pallio coopertus et pilleo more Longobardorum obumbratus euasit.” (HC, I, 90.3). *Historia Compostelana*, 1994, p. 218, nota 578.

¹³⁰¹ “Tandem accepto consilio, accersitur a regina B. prior Carrionensis et negotii nostri series ei aperitur. (...) Libere enim per regnum regis Aragonensis quasi Cluniacum adeundo transire poterat. Cenobium namque sancti Zoyli, cui preerat, erat in potestate regis Aragonensis.” (HC, II, 6.3).

¹³⁰² “Verum enimvero Portugalensis episcopus nec locorum asperitatem nec incolarum atrocitatem nec brachiorum Oceani circumquaque porrectorum tumentem seuitiam pertimescens beati quippe apostoli Iacobi confisus suffragiis per deuia montium, uallium atque marium Carrionem usque peruenit. Sicque publice uie redditus (...)” (HC, II, 20.1). A hipótese de Hugo ter descido a Carrión desde Santillana, como propôs Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 338, nota 165), também tinha sido aventada em VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1949, tomo II, p. 15-16, onde se apresenta o caminho que o bispo terá percorrido até chegar a Carrión.

¹³⁰³ HC, III, 7.6; 14.1; 14.2; 15; 32; 39.2. Burgos é palco do importante concílio de 1136 (III, 49) e Castrojeriz não é sequer referida no reinado de Afonso VII.

Verifica-se que algumas passagens atestam a gravidade da situação neste burgo em anos diferentes, mas todas dizem respeito à crise instalada desde o início do reinado de Urraca. Assim, o relato de Geraldo sobre o regresso do bispo Maurício da Terra Santa, acompanhado da cabeça de S. Tiago, levanta algumas objeções. O cronista menciona que o prelado deixou a relíquia no mosteiro de São Zoilo, em Carrión de los Condes, onde ficaria em segurança num período em que a Hispânia estava bastante alvoroçada (“Hispaniam assiduo discordie tumultu perturbata”). Acrescenta que, anos mais tarde, Afonso I foi expulso da cidade e Urraca se apoderou do tesouro, levando-o para Leão e oferecendo-o depois a Gelmírez, que o levou para Compostela em 1116¹³⁰⁴. Desde logo, Maurício regressou à Península Ibérica em 1108, antes da morte de Afonso VI e de a crise política se instalar¹³⁰⁵. Já estava em Portugal em março desse ano, antes de se dar o desastre de Uclés, onde morreu o herdeiro ao trono leonês, Sancho, ocorrido no final de maio¹³⁰⁶. O cronista poderá ter esbatido a distância cronológica entre os acontecimentos, que não era grande, para explicar como a relíquia foi deixada naquele mosteiro, e posteriormente adquirida por Urraca e entregue a Gelmírez. Com efeito, a entrada do bispo em Compostela com a cabeça do apóstolo em 1116 foi indispensável para acalmar as sublevações que despontavam contra ele na cidade, e isto era o que de verdadeiramente importante se deveria registar. Em segundo lugar, deve questionar-se por que razão Geraldo terá escolhido São Zoilo para guardião das relíquias se pretendia realçar a guerra e sabendo que a Terra de Campos era especialmente afetada por ela, em concreto Carrión, uma das cidades mais instáveis. Como se viu, São Zoilo era considerado seguro pelos correspondentes compostelanos, já que o seu prior era favorável à causa gelmiriana¹³⁰⁷.

¹³⁰⁴ “Tandem ueniens in Hispaniam collocavit uenerabiliter reliquias illas Carrione apud sanctum Zoilum, Vidit enim Hispaniam assiduo discordie tumultu perturbata et timuit ne quo casu tanto thesauro spoliaretur. Postea peracto non modici temporis curriculo regina V. Carrione suscepta est et rex Aragonensis expulsus est.” (HC, I, 112.2).

¹³⁰⁵ Aspeto que já fora notado por Carlos Reglero de la Fuente em *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*, 2008, p. 338-339.

¹³⁰⁶ Uma outra fonte relata que a relíquia foi trazida para a Hispânia por Pedro Afonso, abade do mosteiro de Santa Maria de Carvoeiro, com o consentimento do arcebispo de Braga, Paio Mendes, e que em Burgos o tesouro foi arrebatado por Urraca (COSTA, Avelino de Jesus da – “Subsídios Hagiográficos”, 1960-1961, p. 233-243).

¹³⁰⁷ É muito interessante notar que uma fonte proveniente do mosteiro de Saint-Germain-des-Près, pouco posterior à HC, coincide com esta crónica relativamente à paragem de Maurício no mosteiro de São Zoilo e ao motivo por que o fez, o que poderia indicar a existência de um intercâmbio entre a instituição parisiense e a compostelana, como chamou a atenção Francesco Renzi (RENZI, Francesco – “Dal Portogallo alla Terra Santa. Gli itinerari di Maurizio «Burdino» (secoli XI-XII)”, 2018; *Idem* – “Da

Geraldo teria atribuído o mesmo pensamento ao bispo de Coimbra para construir a sua história.

Castrojeriz, outrora um dos centros da itinerância da corte de Afonso VI¹³⁰⁸, é referida pela primeira vez na conjuntura que se desenrolou depois da morte do rei no ano 1111, quando Pedro Froilaz de Trava aprisionou junto a esse lugar alguns galegos que se opunham a Afonso Raimundes, depois de ser aconselhado pelo conde Henrique¹³⁰⁹. Em 1118, Castrojeriz já é caracterizada como uma “cova de ladrões” e um “tabernáculo de demónios” (“spelunca latronum (...) tabernaculum demoniorum”), tendo os aragoneses capturado e assaltado mensageiros do bispo de Santiago de Compostela nesta cidade¹³¹⁰. A povoação é considerada na mesma ocasião como uma das entradas do reino de Aragão (“aditus regni regis Aragonensis”), e depois dela Geraldo enumera, de ocidente para oriente, Villafranca, Nájera, Logronho, Estella, Puente la Reina, Pamplona e Jaca¹³¹¹. Todos estes topónimos correspondem a destacados núcleos urbanos do caminho de Santiago e quase todos pertenceram ao antigo reino de Pamplona, com a exceção de Castrojeriz, dos domínios castelhano-leoneses, e de Jaca, que sempre integrara o condado

Coimbra a Constantinopoli fino a Cluny. Il viaggio di Maurizio "Burdino" e la donazione della Croce all'abate Ponzio di Melgueil (1104-1112)", 2019).

¹³⁰⁸ “Cumque inde egredierentur omni festinatione, ad castrum Soricism, ubi dominus rex A. erat, peruenerunt et in eius curia Burgensem episcopum inuenerunt.” (HC, I, 34.7).

¹³⁰⁹ “Unde uehementi merore affecti consulem Enricum, prefati pueri auunculum, celeriter arcessientes, quid ex hoc rei euentu acturi essent, diligenti cura consuluerunt. Cuius prudenti consilio fortiter excitatus consul Petrus quosdam ex illis, qui iusiurandum filio comitis mentiebantur, iuxta Castrum Soricism in itinere cepit et cum eis in Galletiam celeri cursu regreditur.” (HC, I, 48). Uma análise deste episódio a propósito da referência ao conde Henrique pode ler-se em BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 29-43, onde se apresentam outras propostas para a cronologia dos acontecimentos. De acordo com Ermelindo Portela, estes situam-se no fim do ano de 1110 (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)*..., p. 169), enquanto Bernard Reilly datou este episódio do fim do verão de 1110 (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 69-73).

¹³¹⁰ “At illi continuo notum faciunt hominibus regis Aragonensis, qui tenebant castellum nomine Castrum Soricism, per quod predicti nuntii transituri erant. Est enim in medio publice uie. Quid plura? Postquam nuntii, scilicet uterque Petrus, alter ecclesie nostre prior et alter cardinalis, uenerunt Castrum Soricism, licet sub specie peregrinorum iter agerent, statim Aragonenses predones in eos manus iniecerunt. Auferuntur eis centum et uiginti uncie auri, auferuntur eis equitature, uestes, argentum, monete et quecumque necessaria itineri preparauerant. Prior, quoniam potentior et famosior erat, utpote nepos episcopi sancti Iacobi, compedibus astringitur.” (HC, II, 4.2). “Nimirum illi atque monachis suis Castrum Soricism, ubi erat spelunca latronum, inmo tabernaculum demoniorum, impune adire et de prioris liberatione agere licebat.” (HC, II, 6.3).

¹³¹¹ “Qui etiam, itinere nostro comperto, ut nobis quoque, sicut prioribus nunciis fecerant, pedicam preparent litteras suas ad Castrum Soricism, ad Villam Francam, Nazaram, Gronium, Stellam, ad Pontem Regine, Pampiloniam, Iacam miserunt in hec uerba: «Quicumque aditus regni regis Aragonensis tenetis, quicumque utilitatem uestri regis queritis, ecce Didacus Auriensis episcopus et Girardus didascalus episcopi sancti Iacobi cum infinita pecunia Papam Gelasium adeunt. Cauete ne quoquo modo per regnum Aragonie transeant (...).” (HC, II, 6.2).

de Aragão e, posteriormente, o reino aragonês, do qual era capital no tempo de Sancho Ramírez¹³¹². Villafranca de Montes de Oca, entre Burgos e Nájera, estivera na zona de fronteira entre Castela e Aragão durante boa parte do século XI. Nájera e Logronho, como se disse atrás, foram anexadas por Afonso VI em 1076, e daí para oriente o território foi incorporado no reino de Sancho Ramírez. Geraldo seleciona, assim, uma antiga zona fronteira entre os dois reinos e demonstra como o poder aragonês se tinha propagado para ocidente. Aqueles dois monarcas deram um especial impulso ao desenvolvimento desta área, promovendo a fixação das populações e, especificamente, de comunidades de francos. O *fuero* de Jaca serviu de modelo a outros burgos, que estavam preparados para o acolhimento de peregrinos. A Logronho Afonso VI concedera um *fuero* de francos em 1095¹³¹³, Nájera albergava um hospital e Jaca e Pamplona contavam com albergarias nas suas catedrais. Jaca possuía, além disso, uma igreja e um bairro dedicados a Santiago. Estella aparece nos registos desde o final do século XI como uma etapa do caminho de Santiago, e em Puente la Reina convergiam as duas rotas que saíam dos Pirenéus: Roncesvalles-Pamplona e Canfranc-Jaca¹³¹⁴. Puente la Reina não é novamente referida na narrativa compostelana, mas sobre as restantes cidades há outros dados.

Villafranca já estava sob controlo aragonês em 1113, pois aí encontrava-se o rei de Aragão quando tomou conhecimento da aproximação de um exército galego que atingiu Atapuerca, apenas a uns 20 km a oeste¹³¹⁵. Em Nájera, Afonso I encontrou adesão ao seu

¹³¹² REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 91.

¹³¹³ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Castilla”, 1994, p. 173.

¹³¹⁴ LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 93-95; VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1948, tomo I, p. 469-497 e 1949, tomo II, p. 11-42, 109-355. Consulte-se GARCÍA TURZA, Javier – “Los espacios de poder en La Rioja medieval”, 2002 acerca da evolução do território de La Rioja ao longo da Idade Média. Sobre o camino jacobeu nos territórios navarro e aragonês veja-se, respetivamente, MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio histórico navarro”, 1994 e LALIENA CORBERA, Carlos – “La articulación del espacio aragonés y el Camino de Santiago”, 1994, que também fornece informações sobre o povoamento em Aragão, antes e depois do desenvolvimento do caminho de peregrinação. Relativamente à proteção jurídica do peregrino e a hospitalidade ao longo da Idade Média são úteis as considerações em VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1948, tomo I, p. 255-399. As alterações impostas neste trajeto, no século XI, por Sancho III de Navarra, Sancho Ramírez de Aragão e Afonso VI são mencionadas em *Ibidem*, 1949, tomo II, p. 11-42. Ainda sobre o desenvolvimento urbano na Hispânia cristã, em particular em Leão e Castela, leia-se MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “Villas nuevas y planificación urbana en la Castilla medieval”, 2009 e GAUTIER DALCHÉ, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 1979, p. 67-96.

¹³¹⁵ “Postquam Aragonensi ad mensam in Villa Francha residenti Gallicianos adesse et amore Martis in occursum eius ruere nuntiatum est (...)” (HC, I, 87).

partido nos primeiros momentos do conflito¹³¹⁶ e, a partir de 1118, a cidade já é pensada como aragonesa: Gelmírez optou por solicitar ao prior de Nájera e ao bispo de Jaca que intercedessem junto do rei de Aragão para que este lhe concedesse permissão para atravessar o seu reino¹³¹⁷. No entanto, não parece que da parte deste último houvesse condescendência, já que dois anos depois o bispo Estêvão (1099-1130)¹³¹⁸ se mostrou adverso quando Hugo regressava de Cluny, intervindo na preparação de emboscadas ao prelado do Porto em Jaca e em Estella¹³¹⁹. Já o prelado de Pamplona aconselhara Hugo no sentido de evitar os riscos criados pelo seu homólogo de Jaca e pelo rei aragonês¹³²⁰. Em 1119, o bispo pamplonês era Guilherme Gastón (1115-1122¹³²¹), mas Munio Afonso indica que um seu antecessor, muito provavelmente Pedro I de Roda (1083-1115¹³²²), tinha já contactado com Gelmírez no início do episcopado do compostelano, estando presente na consagração do altar de Santa Fé na catedral de Santiago de Compostela¹³²³.

Quanto a Logronho, Geraldo apenas alude ao lugar quando escreve sobre a crise política do reinado de Urraca, situando-o, como vimos, no limite do reino que deveria pertencer a esta rainha. Esta observação do cronista indica-nos como essa cidade, Villafranca de Montes de Oca, Nájera e Castrojeriz, quatro das “portas de Aragão” em 1118, eram naturalmente consideradas aragonesas de modo ilegítimo, não tendo, por conseguinte, a mesma categoria que as restantes “entradas” do reino mencionadas a oriente do Ebro. O próprio cronista, na sua digressão às Gálias, fizera um desvio para sul depois de sair de Santo Domingo de la Calzada – lugar também vocacionado para a

¹³¹⁶ HC, I, 73.2.

¹³¹⁷ “Premisit tamen litteras suas ad episcopum Iaccensem et ad priorem Nazarensem, ut sibi apud regem Aragonensem licentiam transeundi per regnum suum inpetrarent.” (HC, II, 8.1).

¹³¹⁸ Jaca era uma diocese unida à de Huesca.

¹³¹⁹ “Quippe cum eo ibant exploratores ob hoc a rege Aragonensi et ab episcopo Yaccensi missi, qui illius aduentum uel lacce uel Stelle uel alias prenuntiarent, ut caperetur.” (HC, II, 20.1).

¹³²⁰ “Sed Pampilonensis atque Lascurrensis episcopi, quibus Aragonensis regis tyrannis admodum nota erat, Portugalensi episcopo dissuadebant, ne in manus inimicorum suorum prescius incideret.” (HC, II, 20.1).

¹³²¹ LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 98.

¹³²² *Historia Compostelana...*, 1950, p. XCVIII.

¹³²³ “(...) rogatus precibus Petri Panpilonensis episcopi condescendit, cui altare sancte Fidis ad consecrandum cum ingenti ueneratione concessit.” (HC, I, 19). O bispo Pedro tinha sido monge na abadia de Santa Fé de Conques, à qual concedeu várias igrejas em Navarra (LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 98). Houve igualmente intercâmbios de trabalhadores entre as duas catedrais. Por exemplo, o mestre de obras da igreja compostelana, Estêvão, trabalhou também na de Pamplona (FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult...*, 1984, p. 175).

hospitalidade do peregrino¹³²⁴ –, percorrendo Ezcaray e Anguiano, zonas montanhosas que parecem ter evitado pelo menos a cidade de Nájera e possivelmente também Logronho, como dá a entender o redator, que voltou ao caminho de Santiago em parte incerta e passou os Pirenéus por Roncesvalles¹³²⁵. Pouco tempo depois, o bispo do Porto optou por não se esquivar a Logronho, embora viajasse disfarçado. Encontrou-se com um residente dessa cidade, com grande sigilo, que afirmou conhecer bem a proibição que o seu rei aragonês (“Noster (...) rex Aragonensis”) tinha decretado aos clérigos compostelanos¹³²⁶.

O perigo de atravessar Aragão vindo da Galiza ou de Castela mantém-se ainda entre 1123 e 1124, quando alguns cónegos compostelanos viajam para conseguir a trasladação definitiva da dignidade metropolítica de Mérida para Compostela¹³²⁷. Depois de Afonso VII subir ao trono, Pedro Marcio refere genericamente que o monarca expulsou o rei de Aragão de Castela (“rege Aragonensium a Castella ui expulso atque fugato”) quando passava um ano e meio depois da morte de Urraca, ou seja, algures em 1127. O cronista relaciona esse acontecimento com outro coevo no extremo ocidental do reino – um desentendimento com a tia do rei, Teresa de Portugal¹³²⁸. Com ela firmou as pazes de Ricovado e com Afonso I estabeleceu o tratado de Tâmara, sobre o qual as fontes oferecem informações distintas¹³²⁹. Na realidade, só mais tarde, depois da morte do *Batalhador*, o rei recuperou totalmente La Rioja e recebeu homenagem de García

¹³²⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Castilla”, 1994, p. 173 e PASSINI, Jean – “El espacio urbano a lo largo del Camino de Santiago”, 1994, p. 252-253.

¹³²⁵ “Post hec uenimus ad sanctum Dominicum et ab hinc per ardua montium, per concaua uallium preter prerruptas rupes Caratie iter agentes et per ualles Angulane transeuntes citra Gronium publice uie reddimur.” (HC, II, 10)

¹³²⁶ “Post hec idem episcopus ueniens Gronium inter alios latitans peregrinos apud quendam burgensem hospitatus est (...). Noster enim rex Aragonensis interdixit omnibus ecclesie beati Iacobi clericis transitum per regnum suum et interminatus est ianitoribus suis, ne quis illorum hac transierit.” (HC, II, 13,2).

¹³²⁷ HC, II, 64.5.

¹³²⁸ “Anno integro et dimidio post mortem regine domine V. transacto, in era I.C.LXIII. quot Idus martii rex A. illius regine filius iam XX et unum annum habens, rege Aragonensium a Castella ui expulso atque fugato, inmensam cum sua amita Portugalensi regina nomine T. discordiam habuit.” (HC, II, 85.1).

¹³²⁹ O mosteiro de Sahagún e a diocese de Compostela financiaram as campanhas do rei em Castela contra o *Batalhador* durante 1127, o que tornou possível recuperar Burgos e Carrión, bem como submeter muitos lugares na Terra de Campos. Com Teresa de Portugal, o monarca firmou as pazes de Ricovado, que pressupunham o reconhecimento da sua recente coroação, embora não garantissem a submissão definitiva do território portugalense (RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 350-351). Acerca da recuperação de Castela, a política de atração dos Lara e o tratado de Tâmara consulte-se *Idem – Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979, p. 85-107.

Ramírez de Navarra, em 1135, pela Biscaia e outros territórios, bem como do rei de Aragão Ramiro II pela região de Saragoça, no ano seguinte, aspetos que tornam incontestável o título *imperator Hispaniarum*¹³³⁰. A *Chronica Adefonsi Imperatoris* relata também que em 1127 Afonso VII recuperou Burgos, Carrión e Villafranca, mas Castrojeriz permaneceu aragonesa até 1131¹³³¹.

Com efeito, Pedro Marcio parecia ter encerrado o problema aragonês no ano de 1127, mas a verdade é que volta a mencionar, situando no início da década de 30, a insubordinação do *Batalhador* na Terra de Campos e em Castela, paralela à do conde Pedro González de Lara nas mesmas regiões e à do seu primo Afonso Henriques no flanco ocidental¹³³². Em 1137, novos sinais de subversão por parte do infante portugalense ocorrem em simultâneo à revolta do rei de Navarra, García Ramírez, embora Pedro Marcio o mencione como rei de Aragão¹³³³. Não sabemos se a confusão é acidental ou

¹³³⁰ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La idea de imperio antes y después de Alfonso VI”, 2011, p. 19. A expressão, porém, aparece pela primeira vez já em 1126 (CALLEJA-PUERTA, Miguel – “Documentación cancelleresca y territorialización del poder: los espacios del rey en los diplomas de Alfonso VII (1116-1157)”, 2018, p. 22).

¹³³¹ CAI, 1990, p. 153, 161-162. REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*, 1998, p. 13-14, 21-23, 37, 45-47; LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*, 1976, p. 84-87, 104, 125; GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”, 2011, p. 339; RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979, p. 91, 153 e 157; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La idea de imperio antes y después de Alfonso VI”, 2011, p. 19. De acordo com Paul Kehr, no concílio de Burgos de 1136 discutiram-se os limites diocesanos entre Taraçona, Osma, Saragoça e Sigüenza, o que constituiu uma forma de estabelecer as fronteiras políticas entre Castela e Aragão. Afonso VII ficou reconhecido como soberano do *regnum cesaraugustanum*, unido à Coroa aragonesa-catalã (KEHR Paul – “El Papado y los reinos de Navarra y Aragón hasta mediados del siglo XII”, 1946). O mesmo disse Antonio Ubieto Arteta (UBIETO ARTETA, Antonio – *Historia de Aragón. La formación territorial*, 1981, p. 212). Sobre as fronteiras do reino de Aragão com Navarra e Castela no final do reinado de Urraca e no período que se seguiu leia-se igualmente *Ibidem*, p. 181-184 e 203-212.

¹³³² “Portugalensis infans (...) uitio superbie elatus regis dominationi subici noluit, sed adepto honore contra eum arroganter intumuit. Cumque rex in Campanis et Castellanis partibus diuersis negociis detemptus, utpote contra Aragonensem regem et comitem Larensem P. Gundisaluidem (...)” (HC, III, 24.1). Sobre os desentendimentos entre Afonso VII e alguns setores da aristocracia castelhano-leonesa, particularmente os Lara, leia-se BARTON, Simon – *The aristocracy in twelfth-century León and Castile*, 1997, p. 112-115. A rebelião desta família durou ainda entre 1129 e 1130 (RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 350-351). Efetivamente, a HC testemunha hostilidades posteriores a 1126. Pedro González teria mostrado uma inclinação para a paz com o *Batalhador* para proteger as suas próprias terras (SÁNCHEZ DE MORA, Antonio – *La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara (ss. XI-XIII)*, 2003, tomo I, p. 90-91).

¹³³³ “(...) infans Portugalensis, qui coniurationem aduersus imperatorem cum rege Garsia Aragonensi fecerat, postquam imperatorem uexari ab eodem rege Garsia audiuit ac ei magna negotia imminere cognouit, regno Portugalensi contemptum esse non pertulit, sed parato suo exercitu terram imperatoris intrauit et bellica manu Tudensem ciuitatem uiolenter obtinuit et quedam castra furtim per quendam comitem accepit.” (HC, III, 51). A *Chronica Adefonsi Imperatoris* também alude ao conluio entre García Ramírez e Afonso Henriques (CAI, 1990, p. 184 e seguintes; UBIETO ARTETA, Antonio – “Navarra-Aragón y la idea Imperial de Alfonso VII de Castilla”, 1956, p. 54-56; REILLY, Bernard F. – *The kingdom*

intencional, mas a guerra com Aragão durante o reinado de Urraca e a dificuldade que o seu filho teve para recuperar o seu reino nos primeiros anos de governo terá tido certamente algum impacto. Por outro lado, se se tratar de um lapso, demonstra também como Navarra e Aragão, só separados desde a morte de Afonso I (1134), poderiam constituir ainda uma mesma identidade política para quem escrevia em Compostela.

A esses problemas juntava-se a rebelião dos castelhanos Lara, que ganharam grande prestígio durante o reinado de Urraca, de quem Pedro González tinha dois filhos que poderiam disputar o trono leonês¹³³⁴. Geraldo já tinha alertado, anos antes, para o poder que Pedro González vinha a adquirir na Terra de Campos e em Castela em virtude da relação que mantinha com a rainha, referindo-se concretamente ao ano de 1119. O castelhano fora capturado por Gutierre Fernández, senhor de Castrojeriz e provavelmente oriundo da nobreza leonesa que pretendia reagir ao excessivo peso da castelhana, como propôs Antonio Sánchez de Mora¹³³⁵, enquanto Bernard Reilly julgou possível o envolvimento do bispo nestes acontecimentos¹³³⁶. Já em 1116 Geraldo assinalara o conde de Castela (“consul Castelle”) como testemunha do pacto que associava Afonso Raimundes ao poder da sua mãe¹³³⁷.

3.3.6. Periferias do norte

Em observações anteriores comentámos como a região das Astúrias era a última que sofria as incursões de piratas sarracenos e uma das primeiras por onde Hugo passou ao

of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157, 1998, p. 58; RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*, 1979, p. 156-163). O rei de Navarra teria como objetivo recuperar o reino de Saragoça, inicialmente uma tenência sua, mas entregue posteriormente aos aragoneses pelo imperador leonês (RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 355). Sobre a subida de García Ramírez ao poder e a posição do Papado em relação a este acontecimento consulte-se MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “La restauración de la monarquía navarra y las Órdenes Militares (1134-1194)”, 2002.

¹³³⁴ BARTON, Simon – *The aristocracy in twelfth-century León and Castile*, 1997, p. 280. Antonio Sánchez de Mora não contemplou a possibilidade de essa descendência constituir um perigo para o poder de Afonso VII (SÁNCHEZ DE MORA, Antonio – *La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara* (ss. XI-XIII), 2003, tomo I, p. 97).

¹³³⁵ “(...) Comes iste P., ut rumor aiebat, firmissima amoris cathena V. regine obsequi solitus erat, et ab ea Castellam et non modicam partem Campanie tenebat.” (HC, II, 8.3). SÁNCHEZ DE MORA, Antonio – *La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara* (ss. XI-XIII), 2003, tomo I, p. 82-95. Sobre as tenências de Pedro e Rodrigo González, muitas das quais faziam fronteira com o espaço ocupado por Afonso I, leia-se *Ibidem*, p. 605-610, bem como os anexos do tomo II.

¹³³⁶ REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*, 1996, p. 179.

¹³³⁷ “Mittitur consul Castelle P. Gundisaluides cum episcopo beati Iacobi et cum ceteris legatis ad regem puerum, qui determinati pacti sint testes et tanti federis fideiussores.” (HC, I, 113.1).

entrar na Península Ibérica, além de Navarra e da região basca, concretamente a Biscaia e Guipúscoa. O território basco foi também percorrido por Diego Gelmírez na sua viagem com destino a Roma.

As Astúrias eram um território plenamente integrado no reino castelhano-leonês¹³³⁸, mas a narrativa não nos esclarece quanto ao poder político que dominava as restantes áreas pirenaicas. É conhecida a dilatação do reino aragonês sob Afonso I em todo o território navarro e basco – relembre-se que a Biscaia e as partes ocidentais de Guipúscoa e de Navarra tinham sido de Afonso VI desde 1076, embora a Navarra mencionada por Geraldo talvez se cingisse ao território nuclear que incluía Pamplona, fração aragonesa a partir do mesmo ano¹³³⁹. A lealdade do senhor da Biscaia e de La Rioja, o conde Diego López, pendia para Urraca e Afonso Raimundes e provavelmente por isso foi afastado dos seus senhorios e substituído por apoiantes do aragonês em 1113 e 1116¹³⁴⁰.

No entanto, como se demonstrou antes, a insegurança que se sentia ao longo da via de peregrinação não era tão notória no norte do reino de Aragão, talvez por se tratar de áreas remotas. Por estarem afastadas do principal caminho de Santiago e serem pouco conhecidas no meio compostelano, eram nitidamente vistas como periferias em Compostela e quem as governava oficialmente não seria um assunto capital, embora seja possível que se considerasse Urraca como a soberana legítima de grande parte desses territórios no tempo da viagem de Hugo, cuja narração de Geraldo é a mais marcante da crónica. Ainda assim, a caracterização da região basca no texto não é linear: Munio Afonso descreve como o bispo compostelano foi bem recebido no território pelas suas gentes e como aí havia asilos da Igreja de Santiago¹³⁴¹ (“in partes Vasconie ad honores salutatum nostre ecclesie peruenit, tanto affectu a maioribus terrarum et a ceteris honoratus extitit”)¹³⁴². Em 1105, o perigo da região central aragonesa justificava-se pelo

¹³³⁸ Soledad Suárez Beltrán esclareceu que a monarquia começou a separar-se dos assuntos asturianos a partir do governo de Afonso VI, que delegou nos bispos de Oviedo a gestão do território (SUÁREZ BELTRÁN, Soledad – “Los orígenes medievales del particularismo asturiano”, 2005, p. 93).

¹³³⁹ Um documento do mosteiro de San Millán de la Cogolla proclama Afonso I como poder “na Navarra inteira”. Poderia tratar-se de uma visão da história política recente que remetia para as fronteiras anteriores a 1076, portanto apelando ao antigo reino de Pamplona, na ótica de José Lema Pueyo (LEMA PUEYO, José Ángel – *Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*, 2008, p. 303).

¹³⁴⁰ LACARRA, José María – “El señorío de Vizcaya y el reino de Navarra en el siglo XII”, 1972, p. 40-41; SESMERO, Francisco – “Los primeros Señores de Vizcaya. Historia y Leyenda”, 1972, p. 61-63, 84-85.

¹³⁴¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 51.

¹³⁴² HC, I, 16.1.

exílio de um antecessor de Gelmírez, o bispo Diego Peláez, mas grande parte das zonas vascófonas ainda pertencia a Leão e Castela; da redação do cronista galego transparece, por isso, um maior grau de familiaridade com esse território¹³⁴³. Já a exposição de Geraldo, decerto influenciada pela descrição do próprio Hugo, que fugia às emboscadas aragonesas em 1120, contém vários juízos depreciativos. O cronista insiste em como eram regiões distanciadas (*illis montium remotis atque inuiis locis*) e demonstra como era necessário levar um nativo dessa área, conhecedor da língua basca que lá se falava e dos seus caminhos recônditos, que não estavam isentos de perigos (*“indigena, qui et barbaram linguam Basc[lorum] et uiam per inuia nouerat”*). O território era habitado por homens maldosos e – repete – falantes de uma língua desconhecida (*“homines truces ignote lingue ad quodlibet nefas prompti habitant”*). O bispo portugalense terá percorrido a costa desde que saiu de Baiona até provavelmente Santillana, após o que desceu até Carrión. Ao longo desse percurso, o mar entrava pela terra, criando braços de água, o que efetivamente corresponde a esta faixa costeira, retalhada por vários cursos de água que desaguardam no Atlântico. O redator demonstra a dificuldade que o seu companheiro passou a percorrer essas províncias separadas por um mar crispado e habitadas por comunidades pouco amigáveis (*“nec locorum asperitatem nec incolarum atrocitatem nec brachiorum Oceani circumquaque porrectorum tumentem seuitiam pertimescens”*)¹³⁴⁴.

Soledad Suárez Beltrán notou que este género de representações do espaço nortenho da Hispânia, que se repete nos escritos medievais, teria origem na esbatida romanização desses territórios¹³⁴⁵. Contemporâneo da crónica compostelana, o *Liber Sancti Iacobi* tem

¹³⁴³ Munio Afonso escreveu os primeiros capítulos da crónica nos anos 1109 e 1110, período em que havia ainda uma relativa normalidade nas relações entre Urraca e o *Batalhador* (LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela...*, 2015, p. 56-59).

¹³⁴⁴ “Tunc depositis pontificalibus uestibus cum duobus uernulis, adhibito sibi quodam indigena, qui et barbaram linguam Basc[lorum] et uiam per inuia nouerat, Alpes ingreditur; inde per Isupciam et per Nauarram et per Biscaiam et per Asturiam preter mare, quod extremis Hispanie rupibus alliditur, nunc eques nunc pedes preterit. In illis montium remotis atque inuiis locis homines truces ignote lingue ad quodlibet nefas prompti habitant, nec inmerito locis asperrimis atque inamenis homines efferi atque effrenes habentur, quippe hec semita inuia per rupes, per dumeta, per loca deserta uiam ostendebat. Preterea mare ibi quedam brachia sua ad determinandum prouincias porrexerat et iter illac agentibus chaos magnum firmatum est. Verum enimvero Portugalensis episcopus nec locorum asperitatem nec incolarum atrocitatem nec brachiorum Oceani circumquaque porrectorum tumentem seuitiam pertimescens beati quippe apostoli Iacobi confisus suffragiis per deuia montium, uallium atque marium Carrionem usque peruenit. Sicque publice uie redditus (...).” (*HC*, II, 20.1).

¹³⁴⁵ SUÁREZ BELTRÁN, Soledad – “Los orígenes medievales del particularismo asturiano”, 2005. Contudo, Besga Armando Marroquín faz uma dura crítica a esta ideia, sublinhando que a romanização das terras bascas foi apenas diferente e tardia comparativamente com a restante península (MARROQUÍN, Besga Armando – “La hispanización de España”, 2012, sobretudo a primeira nota do trabalho).

os navarros em desconsideração, qualificando-os como “impi”, e a terra dos bascos – que no texto incluía Baiona – era de língua bárbara. Embora diferencie uns e outros, esta fonte considera-os semelhantes em vários aspetos, como a língua¹³⁴⁶. Mais tarde, Alonso de Palência (1423-1492) retratará os asturianos como um povo feroz e preguiçoso¹³⁴⁷.

Acrescente-se que, apesar de Hugo ter escolhido deliberadamente este trajeto por um motivo alheio ao culto prestado em importantes centros religiosos da época, este caminho começava a constituir-se nesta altura como um atalho secundário de peregrinação, ainda pouco frequentado, que interligava o culto jacobeu com o de S. Salvador de Oviedo. Este santuário já recebia no século XII muitos peregrinos que tinham Compostela como meta final, mas que se desviavam do percurso principal desde Leão para Oviedo¹³⁴⁸.

No entanto, a importância de Oviedo na crónica é diminuta: como lugar, apenas há uma referência à passagem de Urraca pela cidade¹³⁴⁹; as demais menções são feitas aos seus bispos¹³⁵⁰. Tendo perdido importância no início do século X com a transferência da sede régia para Leão, apesar de Afonso VI ter contribuído para o seu ressurgimento, Oviedo demorou a recuperar¹³⁵¹.

De um modo geral, estas terras do extremo norte hispânico não são bem definidas territorialmente na *HC*, nem os limites entre as Astúrias e a Galiza. O topónimo Astúrias integrava uma vasta área que noutras fontes do mesmo período é fragmentada. Rodrigo González de Lara é nomeado conde das Astúrias quando o era especificamente da região de Santillana¹³⁵², do mesmo modo que Hugo visitou as Astúrias não tendo atingido, em

¹³⁴⁶ VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1948, tomo I, p. 178-179, 204; *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 516-522.

¹³⁴⁷ SUÁREZ BELTRÁN, Soledad – “Los orígenes medievales del particularismo asturiano”, 2005, p. 88-89.

¹³⁴⁸ SUÁREZ BELTRÁN, Soledad – “El Camino de Santiago como elemento articulador del espacio en la Asturias medieval”, 1994, p. 215-216; VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, 1949, tomo II, p. 11-34, 497-547. GAUTIER DALCHÉ, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*, 1979, p. 80-84. Urraca deveria ter tomado este percurso, de Leão a Oviedo, no capítulo I, 69 da *HC*. O desenvolvimento urbano da fachada atlântica no norte peninsular começaria a ser mais intenso depois da morte de Afonso VII (SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica del norte peninsular”, 2009).

¹³⁴⁹ *HC*, I, 69.

¹³⁵⁰ Veja-se o quadro 8.

¹³⁵¹ Sobre Oviedo leia-se ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, María – “La función de centralidad de la ciudad de Oviedo en la Edad Media”, 2005.

¹³⁵² *HC*, II, 92 e III, 17.2. SÁNCHEZ DE MORA, Antonio – *La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara (ss. XI-XIII)*, 2003, tomo I, p. 102. Por exemplo, uma narrativa coeva da *HC*, a *Chronica Adefonsi Imperatoris*, faz uma distinção entre as Astúrias de Santillana e as de Oviedo (*CAI*,

princípio, as terras a ocidente de Santillana. Por outro lado, há um capítulo em que se distingue esta terra das Astúrias¹³⁵³. Ainda assim e de um modo geral, estas terras extremas afiguram-se inclusivamente mescladas no pensamento compostelano quanto às características das suas gentes¹³⁵⁴ e como territórios afastados do núcleo central do reino. Neste sentido, deve referir-se o recolhimento de um bispo iriense para as Astúrias em meados do século IX: Adaulfo II, que seguia uma vida santa e provou a sua inocência de um crime de que foi acusado pelos seus adversários, preferiu afastar-se da vida terrena¹³⁵⁵. A sua escolha, referida por Munio Afonso, encaixa neste quadro, embora diga respeito a um tempo em que a monarquia ainda era asturiana, com centro em Oviedo¹³⁵⁶. Por outro lado, no século XII os asturianos são incluídos nos grupos que compõem o reino de Urraca e que participam ativamente na guerra contra o rei aragonês, apesar de não se lhes atribuir nenhum particular destaque nesse contexto.

3.3.7. A cidade de Leão, centro político do reino da Hispânia, e os diferentes territórios do reino

As notícias sobre Leão relativamente aos desentendimentos entre os monarcas peninsulares não vão além do ano de 1113 e, apesar de refletirem o caos instalado, não têm o peso que apresentam algumas passagens sobre outras cidades, tal como se analisou no subcapítulo 3.3.5. Em 1118, a ameaça aragonesa nessa região tinha desaparecido. Excetuando esses excertos, a cidade de Leão aparece diversas vezes no texto como centro político do reino da Hispânia nos três reinados retratados, mesmo durante os tempos mais conturbados do governo de Urraca. No tempo de Afonso VI, a cidade foi palco de

1990, p. 160 e 170; CALLEJA PUERTA, Miguel – “Asturias y los asturianos en la Chronica Adefonsi Imperatoris”, 1995-1996, p. 200-201. Este artigo deixa patente que a crónica do imperador tem alguns dados sobre a relação entre a aristocracia asturiana e Afonso VII).

¹³⁵³ “(...) ceterosque maritimos Asturum fines terramque sancte Iuliane depopulando uastabant.” (HC, I, 103.1).

¹³⁵⁴ Uma síntese das diferenças entre pamploneses, navarros e bascos e da evolução do território navarro ao longo do período medieval pode ler-se em MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “Conformación medieval del reino de Navarra”, 2007. O topónimo “Navarra” também foi usado como sinónimo do reino de Pamplona pelo menos desde a segunda metade do século XI.

¹³⁵⁵ “Ipse autem iuxta Apostolum pro malis bona reddens eis misericorditer indulsit et eadem hora sui pontificatus dignitatem dimittens Asturienses partes huius fugitiue uite transitoria postpositurus solique Deo seruiturus intrauit, ubi exemplum sancte conuersationis aliis relinquens in era DCCCC^a III nature debita persoluit.” (HC, I, 2.2).

¹³⁵⁶ Outro cronista do século XII, o bispo Pelayo de Oviedo, informa que Adaulfo se havia retirado para a sua pátria (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1899, tomo II, p. 157).

reuniões e concílios, dos quais o mais importante é o de 1107, onde o rei terá legado a Galiza ao seu neto após a morte de Raimundo¹³⁵⁷. Depois da coroação de Afonso Raimundes, em 1111, o infante deveria seguir para Leão (“Legionem suum ducerent regem”), onde se reuniria com os próceres castelhanos (“una cum omnibus Castellanis primatibus”), que o deveriam ajudar a recuperar o seu reino, embora a tentativa tivesse falhado¹³⁵⁸. Tratar-se-ia de um plano para o recém-ungido rei ser aclamado na capital régia, mas é curioso que Geraldo encare a nobreza da região como castelhana. Mais tarde, em 1116, Urraca regressou à cidade leonesa ao sair de Compostela, o que sugere que aquela seria a sua residência mais frequente¹³⁵⁹, e, no mesmo ano, entregou a Gelmírez a cabeça de S. Tiago, que levava de São Zoilo para Santo Isidoro – mosteiro que, apesar de ter grande relevância no panorama religioso peninsular do período, não recebe mais considerações dos cronistas compostelanos¹³⁶⁰. Relativamente a este aspeto, perguntamos se não terá que ver com uma procura de suplantar este tradicional local de enterramento dos monarcas leoneses, substituindo neste sentido a sua importância pela de Santiago de Compostela. Com efeito, Diego Gelmírez teria conseguido do rei Afonso VII, da sua irmã, a infanta Sancha Raimundes, e da condessa Teresa a promessa de receberem sepultura na catedral compostelana, segundo o testemunho da crónica¹³⁶¹. Neste último caso, o texto revela igualmente a ambição de ultrapassar em prestígio a sé rival de Braga. Mesmo em relação à relíquia de S. Tiago, se a instituição leonesa a albergou, deixou de a possuir em favor da igreja compostelana.

Leão reaparece no final do reinado de Urraca quando Gelmírez foi chamado à cidade pelo arcebispo de Toledo e, tendo recusado comparecer, lembrou a Bernardo que os dois

¹³⁵⁷ Referido em *HC*, I, 34.9; 46; 64.2; 108.2; II, 11.1. Carlos de Ayala Martínez também entende este concílio como a última reunião conciliar do reinado de Afonso VI, servindo-se de indícios documentais posteriores (AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 364-365). Atente-se nas informações disponíveis em GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – “Concilios y sínodos en el ordenamiento jurídico del reino de León”, 1988, p. 404-406. REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, 1988, p. 342-343.

¹³⁵⁸ “Altera autem die, que prima post eius sublimationem illuxit, conuenerunt omnes ante pontificem consilium ineuntes, ut Legionem suam ducerent regem ibique eo cum matre collocato totum eius ditioni regnum submittere una cum omnibus Castellanis primatibus niterentur.” (*HC*, I, 67). I, 68.1.

¹³⁵⁹ “Tandem apud Compostellam parum commorans Legionem reuersa est.” (*HC*, I, 111.1).

¹³⁶⁰ “Que ut nouit caput beati Iacobi, quod M. episcopus Iherosolimis attulerat, in ecclesia sancti Zoyli esse, ipsamet illud cum ceteris reliquiis abhinc abstraxit et asportauit Legionem collocans in ecclesia sancti Isidori.” (*HC*, I, 112.2).

¹³⁶¹ *HC*, II, 87, 88 e 89.

já antes estavam convocados para se apresentarem à rainha em Leão¹³⁶². A coroação de Afonso VII deveria acontecer na capital pela mão de Gelmírez, segundo a versão da *HC*. O corpo da falecida rainha encontrava-se na cidade e Gelmírez celebrou aí uma missa em honra de Urraca¹³⁶³. Durante o governo do novo monarca, o arcebispo de Compostela foi várias vezes recebido em Leão¹³⁶⁴. Finalmente, a conexão do poder régio com a toponímia, quase sempre concretizada no título de *rex Hispaniae* e nas suas variantes, é apresentada num documento de Afonso VII com a formulação “Afonso, reinando na cidade de Leão e em Toledo” (“in Legionensi ciuitate et apud Toletum regnante”), a única deste género em toda a obra¹³⁶⁵.

Os capítulos mencionados referem Leão enquanto cidade e, algumas vezes, o topónimo é acompanhado da categoria de *ciuitas*. Por outro lado, quase não tem expressão enquanto território, do mesmo modo que os leoneses estão pouco presentes na crónica enquanto povo. Ermelindo Portela já tinha mencionado essa circunstância, explicando que Leão é essencialmente o centro de poder na narrativa compostelana, nunca sendo designado como reino e apresentando uma projeção territorial alargada somente num capítulo¹³⁶⁶ (embora consideremos que se aplica a mais do que um, como se verá adiante). De um modo geral, Pascual Martínez Sopena apontou a redução dos limites do território

¹³⁶² “Proinde uestre suggerimus et suggerendo precipimus strenuitati, ut de his omnibus nobis satisfactorum dominica prima post octauas Pasche Legionem ueniat et pro primatu obedientiam, quam sacri canones metropolitanis primabus suis exhibere precipiunt, nobis exhibeatis.” (*HC*, II, 66.2). “Ad hec uestre memorie suggerimus, quod ad colloquium inter uos et nos domina regina mediatrice apud Legionem determinato tempore constitutum eramus ituri et pacem atque pristinam amicitiam sapientum consilio uobiscum reformaturi (...).” (*HC*, II, 66.4).

¹³⁶³ “(...) quatinus maturato itinere Legionem proficisceretur, ut ipsum regem ibi coronaret et consilium de amministrazione et reconciliatione et dispositione regni ad honorem et utilitatem Sancte Ecclesie ei conferret. Legionensis etenim ciuitas iam tum temporis regalis iuris erat, quia eam consilio et auxilio ciuium et principum terre adquisierat. (...) Altera die uigilia et missa pro anima regine domine V., que ibi tumultu iacebat, celebrata, pontificalibus insignibus ornatus ad sepulchrum eius cum crucibus et turibulis ueniens debitas obsequias pro remedio et salute eius anime ecclesiastico more peregit.” (*HC*, II, 80.2). Bernard Reilly explicou que Afonso VII não foi de imediato reconhecido como rei quando chegou a Leão porque a cidade apoiava Pedro González de Lara e o seu irmão Rodrigo González, conde das Astúrias de Santillana (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 201).

¹³⁶⁴ *HC*, III, 14.1; 24.1; 24.2.

¹³⁶⁵ “(...) A. rege, uenerabilis memorie ducis Raimundi et regine domine V. filio in Legionensi ciuitate et apud Toletum regnante (...).” (*HC*, III, 6). No entanto, entenda-se que a intitulação régia não era o mesmo que as fórmulas de expressão de domínio, normalmente escritas junto da data dos documentos, como é o caso do exemplo citado (CALLEJA-PUERTA, Miguel – “Documentación cancelleresca y territorialización del poder: los espacios del rey en los diplomas de Alfonso VII (1116-1157)”, 2018). A este propósito convém acrescentar que Toledo começa a aparecer antes de Leão na sequência de topónimos das fórmulas de expressão de domínio de Afonso VII por volta de 1135, ano da sua coroação imperial, embora a ordem dos nomes tenha alterado conforme os chanceleres do seu reinado (*Ibidem*, p. 24-25 e seguintes).

¹³⁶⁶ PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140)...*, 2016, p. 84-87.

leonês no século XII¹³⁶⁷. A atribuição de um mesmo nome a uma cidade, que é sede régia, e a um território cria algumas dúvidas. Amancio Isla Frez comentou as referências a Leão em alguns documentos de Ramiro III (966-985), explicando que o sentido atribuído ao topónimo é mais político do que geográfico: Leão é o lugar do trono. Ao mesmo tempo, outras menções têm significados amplos, como a passagem da *Historia Silensis*, em que Afonso VI ficou com o reino de Leão depois da morte do seu pai¹³⁶⁸.

Jose Luis Martín Martín expôs a tendência da historiografia hispânica dos séculos XI-XIII para defender uma unidade submetida ao reino de Leão ou ao de Castela, consoante os patrocínios sob os quais escreviam, sobretudo a produzida entre meados do século XII e meados do seguinte – período em que as duas entidades estiveram separadas (1157-1230)¹³⁶⁹. Por seu turno, Fernando Luís Corral referiu que a luta entre Sancho II de Castela e Afonso VI de Leão motivou a representação na cronística de divergências entre leoneses e castelhanos¹³⁷⁰. Naturalmente que uns e outros mantiveram semelhanças e diferenças nos séculos centrais da Idade Média, não obstante as sucessivas uniões e separações de Leão e de Castela. As discrepâncias entre os dois povos já se verificavam nos séculos IX e X, por exemplo a nível jurídico e a respeito do idioma e da organização social, que acompanharam, evidentemente, a individualidade política de cada um. Castela acabou por assumir uma hegemonia crescente no conjunto hispânico depois de ascender a reino, em 1065¹³⁷¹, e os dois territórios voltaram a separar-se em 1157, à morte de Afonso VII¹³⁷².

¹³⁶⁷ MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Tierra de Campos y León”, 1994, p. 198. O mesmo autor dedicou uma monografia à região da Terra de Campos ocidental, nomeadamente ao seu povoamento (*La Tierra de Campos Occidental. Poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII*, 1985). Existe um estudo similar de Carlos Reglero de la Fuente sobre o povoamento e a organização do espaço num pequeno território da região, os Montes de Torozos, que abarcam a zona localizada entre Palência e Valladolid (*Espacio y poder en la Castilla medieval. Los Montes de Torozos (siglos X-XIV)*, 1994).

¹³⁶⁸ *Historia Silensis*, 2018, p. 227. ISLA FREZ, Amancio – *Memoria, culto y monarquía hispánica entre los siglos X y XII*, 2006, p. 140-142. Sobre esta fonte, bem como a *Crónica* de Sampiro e a referência a Leão, consulte-se também MARTÍN, Georges – “Toponimia y “avidez de los reyes”: doble lexicalización de los territorios hispanos en la *Historia legionensis* (llamada *silensis*)”, 2012

¹³⁶⁹ MARTÍN MARTÍN, Jose Luis – “León y Castilla: dos reinos y una Corona”, 2005.

¹³⁷⁰ LUIS CORRAL, Fernando – “Leoneses y castellanos en el cerco de Zamora”, 2005, p. 403-404 e seguintes.

¹³⁷¹ MARTÍN MARTÍN, Jose Luis – “León y Castilla: dos reinos y una Corona”, 2005.

¹³⁷² RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 69-75.

Não se deve esquecer que a *HC* foi escrita num período em que Leão e Castela estavam unidos sob a mesma Coroa, e que a narrativa denomina todo esse reino, composto igualmente por outras regiões, como *regnum Hispaniae*. Contudo, os diferentes territórios do reino recebem tratamentos distintos. O de Leão sofre um quase total eclipse, sendo provavelmente substituído pela Terra de Campos, que, como procurámos atestar, revela na crónica uma propensão para se seguir à Galiza durante o percurso de algumas personagens. Do mesmo modo, há uma valorização do povo e da aristocracia castelhana comparativamente aos leoneses, já visível no capítulo que conta a frustrada aclamação de Afonso Raimundes como rei em Leão, onde os castelhanos lhe serviriam de suporte à sujeição do restante reino à sua autoridade.

A maior parte das passagens que aludem às diferentes regiões do reino castelhano-leonês muitas vezes abrange a Terra de Campos e raramente inclui Leão. Em primeiro lugar, esta situação explica-se pelas áreas onde o rei aragonês estabeleceu um domínio mais ou menos permanente – Castela, a Terra de Campos e a Estremadura¹³⁷³ –, em linha com os burgos que aparecem anexados ao seu reino ou com maior intervenção da sua parte. Especialmente as duas primeiras são aquelas onde existe maior grau de devastação¹³⁷⁴, e uma vez também se refere a desorganização na Estremadura¹³⁷⁵. Apesar da presença de Afonso Raimundes neste território – assinalada em dois capítulos datados de 1116¹³⁷⁶ –, recorde-se que o aragonês só terá renunciado à Estremadura nos primeiros anos da década de 20. À usurpação de territórios por Afonso I junta-se a inimizade que existia na Terra de Campos e em Castela por parte de exilados da revolta compostelana

¹³⁷³ “Interea rex Aragonensis uidens rabiem suam nichil proficere et municipia, que aut in Castella aut in Campania aut in Extremitate habebat, quedam ab hostibus suis capi, quedam diuturna obsidione claudi, legatos ad reginam mittit et pacis federa requirit.” (*HC*, I, 89.1).

¹³⁷⁴ “(...) facto autem discidio ruptoque pudendo mihi matrimonio, statim incendia, cedes et rapinas, homicidia, prodiones, bella per Campos et Castellam passim exorta sunt.” (*HC*, I, 64.3). “Ecce iterum, quoniam Aragonie predonem Castellam, Canpos et sibi finitima deuastate et castella sua armis, stipendiis munire audierunt (...)” (*HC*, I, 84.2); I, 92.1. “Tandem peruentum est in Campaniam et coadunatis Legionensibus, Campestribus, Castellanis, Asturicensibus, itur in Extremitatem.” (*HC*, I, 117). A propósito deste último excerto, Antonio López Ferreiro julgou que o exército de Urraca se encaminhou para a zona de fronteira com Aragão e não com o Islão, que é o sentido habitualmente conferido à palavra “Estremadura” no texto (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 496). Avaliando pelas observações feitas em 3.3.5 acerca da extensão do território aragonês para ocidente, esta opinião não parece totalmente descabida, mas julgamos que o sentido do termo se mantém neste caso idêntico ao dos restantes, isto é, o território além do Douro.

¹³⁷⁵ “(...) Aragonensis tyrannus armata manu militum nunc Castellam, nunc Campos, nunc Extremitatem inuadebat, ferro, flamma omnia deuastabat, agricolas hos gladio confodiebat, illos iunctis manibus post terga captos ducebat.” (*HC*, I, 83.1).

¹³⁷⁶ *HC*, I, 108 e I, 109.

de 1116-1117, dispostos a denunciar os partidários de Urraca e do filho ao monarca aragonês, designadamente os que vinham de Compostela¹³⁷⁷.

Neste contexto da guerra intervêm por vezes os leoneses ou menciona-se o território leonês, num total de 4 capítulos, o mesmo número das alusões às Astúrias e/ou aos asturianos no mesmo âmbito, logo atrás da Estremadura, que surge em 5 capítulos. Todos os restantes territórios são frequentemente referidos – à exceção do topónimo “Portugal”, ignorado neste quadro particular do reinado de Urraca. Recuando no tempo, Afonso VI chamava para a guerra galegos, castelhanos e asturianos, recompensando-os pelos serviços prestados¹³⁷⁸. Os apoios que a sua sucessora reunia para combater o rei aragonês, inclusivamente para a formação do seu exército, vinham da Galiza, Castela, Astúrias, Terra de Campos e Estremadura¹³⁷⁹. Somente numa ocasião Geraldo acrescenta aos anteriores territórios também o de Leão¹³⁸⁰. O casamento que em 1113 ainda parecia ser um objetivo de Afonso I foi discutido em Burgos, onde se haviam reunido galegos, asturianos, castelhanos, leoneses e a gente da Terra de Campos, que poderiam ser convencidos a ceder à proposta dos legados aragoneses¹³⁸¹, enquanto num capítulo anterior Geraldo explicara que o rei de Aragão foi amparado pelos habitantes da Estremadura e da Terra de Campos, além dos leoneses e castelhanos, ao contrário dos galegos, que sempre se opuseram a tal decisão¹³⁸². As alianças entre o bispo e a rainha e entre esta e o seu filho – em 1116 e em 1121 – são testemunhadas pelos principais

¹³⁷⁷ “Verebatur enim episcopus et canonici, ne illi tam canonici quam ciues, qui erant exules a Compostellana urbe propter supradictam seditionem et in partibus Campanie atque Castelle morabantur, talia prescirent et ut ecclesie beati Iacobi eiusque episcopo obsessent atque iter legatorum impedirent, predonibus regis Aragonensis rem, prout gerebatur, patefacere.” (HC, II, 4.2).

¹³⁷⁸ “Nempe nobilissimus rex A. pater tuus, cum Gallicianos, Astures, Castellanos et quoscumque sui regni milites ad bellorum exercitia conuocaret, alios honoribus ditabat, aliorum beneuolentiam captabat.” (HC, I, 84.2).

¹³⁷⁹ “Dumque in eadem ciuitate pedites et mancipia reficerent ea, que in itinere debilitata fuerant, et uiatica necessaria prepararent communi consilio heroum suos regina nuntios pro Castellanis et Asturibus ceterisque per Campaniam fidelibus suis direxit.” (HC, I, 73.1). “Mane autem facto regina cum fidis Gallicianorum proceribus foras in planum egressa est suosque dirigens legatos iussit ad se uenire Castellanos et Astures et quoscumque fideles sibi per Campos et Extrema habere uidebatur (...).” (HC, I, 73.4).

¹³⁸⁰ HC, I, 117.

¹³⁸¹ “Quorum sacrilegis colloquiis complures ac precipue Francigene condescenderant, quippe Galliciani, Astures, Legionenses, Campani, Castellani eiusdem ciuitatis incole alique complures conuenerant (...).” (HC, I, 89.1).

¹³⁸² “Cum enim Castellani, Legionenses, necnon Camporum atque Extremature gens innumera cessissent et fortune fauorem sequentes Aragonensem tyrannum regem sibi preposuissent, Galliciani tibi atque inclite proli tue fidele obsequium indesinenter suppeditauerunt et multo maiora multoque grauiora sustinuerunt.” (HC, I, 84.2).

representantes de diversos territórios do reino de Urraca, as mais das vezes da Galiza, Castela e Terra de Campos¹³⁸³. Numa única vez Geraldo inclui Leão, mesmo que para referir um pacto a que já aludira sem abarcar esse território¹³⁸⁴.

Resta observar o trecho que provavelmente mais capta a atenção no que respeita à ausência do território de Leão na narrativa: a transcrição dos decretos discutidos no concílio de Leão de 18 de outubro de 1114 – reunido no contexto da crise entre os reinos hispânicos –, e promulgados no concílio de Compostela de 17 de novembro desse mesmo ano. As medidas anunciadas deveriam ser observadas na Terra de Campos, em Castela, em Portugal, na Galiza, nas Estremaduras e em Aragão (“in Campis et in Castella, quam in Portugali et in Gallecia, necnon in Extremitatibus, et Aragonia”)¹³⁸⁵, expressão que abarca quase todas as principais áreas cristãs peninsulares.

O autor do *Guia do Peregrino* teceu algumas considerações sobre territórios hispânicos, tendo pensado a terra dos hispanos como constituída por Castela e Terra de Campos. A ocidente desta região encontrava-se a terra de Leão e depois do monte Cebrero entrava-se na Galiza¹³⁸⁶. Esta conceção do espaço não está muito distante da que se encontra na *HC*, apesar de as fronteiras entre os territórios não estarem muito bem definidas. Mesmo que Leão se conceba como território, parece secundarizado, nessa passagem, relativamente a Castela e à Terra de Campos.

Atente-se igualmente na relevância dos castelhanos na narrativa, apenas ultrapassada pela dos galegos, como veremos no subcapítulo seguinte. Foram os castelhanos que com

¹³⁸³ “Tandem regina episcopum et procures suos ad federis unionem reuocat eique cum XX optimis baronum Gallitie, Castelle et Campanie huiusmodi pactum et iuramentum facit.” (*HC*, I, 102.2). “Creditur ei, utpote tanto patrono, qui ad pacem semper nititur, ceterisque legatis; fiunt reconciliationis federa et huius concordie pactum iureiurando sancitur: hinc et illinc dantur iuratores, triginta ex hac parte et XXX et alia, qui meliores inuenti sunt in Gallitia uel in Canpania.” (*HC*, I, 113.1). “Hoc modo omnes fere Gallicie, Campanie et Castelle principes illexerat et eos iureiurando sibi obligauerat (...)” (*HC*, II, 39).

¹³⁸⁴ “Preterea, ut pactum illud firmitus et indissolubilius haberetur, pepigit regina predicto episcopo XX de potentioribus Gallicie, Legionis et Campanie et Castelle, quos elegerit episcopus eadem iuratos, et hac conditione sollerter ab episcopo interposita, si regina, priusquam egrederetur a Gallicia, X preelectos Gallitie non daret ad iusiurandum et totidem preelectos Legionis, Campanie et Castelle usque ad prefinitum terminum, predictum pactum dissolueretur et regina periurii rea haberetur. (...) Postea regina transpirenante predictus episcopus non inmemor pacti sui misit canonicos et milites suos ad reginam, qui reciperent iuramentum preelectorum principum Legionis, Campanie atque Castelle.” (*HC*, I, 107.4).

¹³⁸⁵ “Illi autem, qui neglexerint, tam in Campis et in Castella, quam in Portugali et in Gallecia, necnon in Extremitatibus, et Aragonia anathemati subiacebunt, et in eorum terra uel dominatione diuinum officium nullatenus celebrabitur preter penitentiam et baptisterium.” (*HC*, I, 101.2). Acerca do que se discutiu no concílio de Leão leia-se AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval...*, 2008, p. 386-388.

¹³⁸⁶ *Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus*, 1951, p. 522-523.

audácia (“ferociter”) saíram ao combate contra o exército aragonês que se aproximava de Astorga, derrotando-o valentemente e obrigando-o a recuar para Carrión¹³⁸⁷. No entanto, o retrato deste grupo altera-se logo no capítulo seguinte em que são mencionados. Passam a ser cobardes (“perterriti”), contrastando com a valentia dos galegos e com os próprios castelhanos no tempo de Afonso VI, quando se mostravam enérgicos na guerra (“milites Castellani bellorum studio maxime desudabant et periculi atque laboris patientes erant”), mas no tempo de Urraca eram alvo da chacota dos aragoneses e dos soldados de além-Pirenéus, que os acusavam de ser efeminados (“femineos milites”). Chegaram a recusar auxiliar militarmente a rainha e sublinha-se o medo que tinham dos aragoneses¹³⁸⁸. Apesar de terem estado presentes na expedição de Burgos – pelo menos assistiram ao discurso de Gelmírez¹³⁸⁹ –, não seguiram o apelo da monarca para que lutassem contra o aragonês, tendo sido os galegos a fazê-lo, protegendo Castela¹³⁹⁰. A ideia de que eram galegos quem defendia Castela é repetida mais à frente (“cum strenua Gallicie uirtus Castellam (...) protexit”)¹³⁹¹. Nestas informações genéricas não são citados nomes em concreto, mas a *Chronica Adefonsi Imperatoris* refere a recusa dos condes Pedro e Rodrigo González de Lara em lutar contra Afonso I no tempo de Afonso VII¹³⁹². A

¹³⁸⁷ “Veruntamen Castellani, quos in plano tentoria sua posuisse paulo superius memorauimus, audientes quod Aragonenses ad hostilem exercitum adiuuandum festinarent, confestim ad arma cucurrerunt et ueloces ascendentes equos uiam, qua uenturi erant, ferociter occuparunt (...)” (HC, I, 73.3).

¹³⁸⁸ “At Castellani audito nomine Aragonensium perterriti nec se nec sua defendere poterant et ad bellicos tumultus sudare omnino recusabant; et quoniam de illis mentionem agere cepi, formidolosam militiam eorum non pretereo.” (HC, I, 83.1) “Tempore siquidem nobilissimi regis A., regis Fredenandi f., milites Castellani bellorum studio maxime desudabant et periculi atque laboris patientes erant (...). Verum enimvero mortuo rege A., qui probitatis Compostellanorum lampas et clipeus existerat, illis omnia in deterius conuersa sunt (...). Quapropter Aragonenses et quidam transpirenorum militum, qui auxilio regis intererant, Castellanis impropria atque ludibria inferentes eos femineos milites uocabant et eos amplius nec castra tueri, nec bellorum tumultu incitari censebant, cum mille quingentis cederent et centum super ducentis triumpharent.” (HC, I, 83.2). “Ad Castellanos, ut sibi auxilium afferent, sine intermissione legatos mittebat, quorum alios abesse, alios Aragonensium faciem ualde pertimescere uidebat, et pre nimia mentis indignatione multoties hos in risum pertrahebat.” (HC, I, 83.3). “(...) Castellanos trepidos et ad omne belli studium imbecilles, hostes adesse et undique regnum eius deuastare.” (HC, I, 83.4) No capítulo I, 83.2 pode ler-se, na edição de Emma Falque, que Afonso VI era o escudo dos compostelanos (“Compostellanorum (...) clipeus”), embora a mesma investigadora tenha traduzido “escudo dos castelhanos”, como consta na edição de Enrique Flórez (“Castellanorum (...) clypeus”).

¹³⁸⁹ HC, I, 86.1.

¹³⁹⁰ “Strenui milites Castelle hostes fines suos inuadere uident, et, quamquam aliorum munimine fulti, eis ire obuiam formidant. At ubi Gallicianis relatum est, subito arma capiunt et predicto hosti ire obuiam stimulante audacia ruunt.” (HC, I, 87).

¹³⁹¹ “Sed multo preclarius multoque iocundius fuit, cum strenua Gallicie uirtus Castellam eiusque milites ab impetu hostium protexit et Aragonensis castelli deditionem facere coegit.” (HC, I, 90.1).

¹³⁹² SÁNCHEZ DE MORA, Antonio – *La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara (ss. XI-XIII)*, 2003, tomo I, p. 573. CAI, 1990, p. 152 e 154.

imagem destes poderosos senhores noutros passos da narrativa compostelana é negativa, pelo que a caracterização dos castelhanos em geral durante a guerra com Aragão poderia ter sido ditada pela visão que alguns galegos tinham dessa linhagem.

Por último, é de notar a completa ausência de “Portugal” neste contexto a partir de referências diretas a topónimos. Existem algumas menções aos seus dirigentes já referidas neste trabalho: o conselho do conde Henrique a Pedro Froilaz por volta de 1111, alusão muito pouco detalhada e que suscita dúvidas¹³⁹³; o envolvimento de Teresa no cerco de Sobroso à rainha, sua irmã, cinco anos depois¹³⁹⁴; a condessa-rainha tinha apoio nas Gálias contra Afonso I, ou seja, desempenhava também um papel como filha de Afonso VI na guerra peninsular¹³⁹⁵. Esta participação, contudo, não é clara no sentido da proteção do *regnum Hispaniae*. De facto, o envolvimento dos condes portugalenses foi muito mais notório do que a narrativa deixa conhecer: Henrique alterou a sua lealdade no conflito instalado, participando ativamente na guerra ora como aliado de Urraca, ora de Afonso I, e recebendo alguns territórios em virtude desse jogo político. Nos primeiros anos do reinado de Urraca, Henrique possuía Zamora, Astorga, Salamanca e talvez Ávila¹³⁹⁶. Após a sua morte, Teresa continuou a dominar em Zamora e Salamanca, pelo menos inicialmente¹³⁹⁷. Todavia, na perspetiva compostelana, os condes portugalenses deveriam estar confinados a um espaço mais restrito.

3.3.8. A Galiza e os galegos

A Galiza ganha uma importância no discurso compostelano que seria de esperar. É a pátria de Diego Gelmírez¹³⁹⁸ e este é o bispo mais eminente do território. Aqui procurou

¹³⁹³ HC, I, 48.

¹³⁹⁴ HC, I, 111.1.

¹³⁹⁵ HC, II, 13.2. Leia-se o subcapítulo 2.1.

¹³⁹⁶ RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”, 1993, p. 20-21; MATTOSO, José – “1096-1325”, 1997, p. 43-44. Sobre o pacto sucessório e o interesse dos condes Henrique, Teresa e Raimundo na sucessão ao trono leonês consulte-se REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI...*, 1988, p. 247-254, 327-363; *Idem* – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 30-31, 49 54, 356-358; ESTEFÂNIO, Abel – “Proposta de aclaração do «pacto sucessório» à luz de novos dados”, 2014; SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “Portugal no reino de León...”, 1993, p. 589-593, além de outra bibliografia apresentada em BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*, 2018, p. 29-43.

¹³⁹⁷ REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, 1982, p. 83-86, além dos mapas que constam neste livro.

¹³⁹⁸ HC, II, 2. Sobre o conceito medieval de “pátria” veja-se LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Unidad y diversidad en la España medieval. En torno a la idea de nación, patria y estado”, 2005 – o termo

projetar mais diretamente o seu poder e neste espaço decorre grande parte da ação narrada pelos cronistas. O culto ao apóstolo S. Tiago em Compostela é um fator que também distingue a Galiza no conjunto hispânico¹³⁹⁹. Na impossibilidade de analisar todas as passagens que referem a região, foram selecionadas as que permitem conhecer o poder que aí se exercia, a sua conceção como reino e a caracterização dos galegos, as quais, juntando-se aos capítulos que desenham as suas fronteiras, são as que melhor lhe concedem identidade na fonte.

De facto, além da sua relevância qualitativa, a Galiza é o território peninsular referido em maior número de capítulos da *HC* depois da própria Hispânia. Já o reino da Galiza é mencionado em 14 capítulos¹⁴⁰⁰ e o da Hispânia (incluindo o *regnum Hiberum*) em 19¹⁴⁰¹, embora nunca se aluda a reis da Galiza. Este território é, portanto, um reino sem rei¹⁴⁰² que também se integra no da Hispânia e está sujeito às decisões dos seus monarcas. As circunstâncias em que tal categoria lhe é atribuída na narrativa devem ser devidamente enquadradas, assim como as alusões às figuras que têm poder sobre este espaço.

A autoridade de Afonso VI foi delegada em Raimundo da Borgonha em 1090/91, o que conservou uma certa individualização política na Galiza depois do afastamento do rei Garcia II em 1073, sob o qual o território fora efetivamente um reino independente¹⁴⁰³.

era utilizado no sentido de “terra dos antepassados”. Noutro capítulo os galegos pretendem regressar à sua pátria: “(...) Tandem discedunt Galliciani et ad patriam iter egredientes supre dictum episcopum ducem et patronum sibi sociari congratulantur(...)” (*HC*, I, 90.3). A palavra aparece ainda associada a outros âmbitos territoriais (por exemplo a Portugal, em III, 24) e exige um estudo mais aturado da sua utilização na crónica compostelana. Encontram-se algumas considerações sobre este tópico em GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 104.

¹³⁹⁹ “Respondetur illis hunc esse beatum Iacobum Domini et Saluatoris nostri apostolum, Iohannis apostoli et euangeliste fratrem et utrumque Zebedei filium, cuius corpus in Gallecie finibus habetur humatum (...)” (*HC*, II, 50.1).

¹⁴⁰⁰ Na edição da crónica de Enrique Flórez, o capítulo I, 23 também refere a Galiza como *regnum* (*Historia Compostellana...*, 1765, p. 60). Emma Falque substituiu a palavra por *regimen* (*Historia Compostellana*, 1988, p. 51).

¹⁴⁰¹ Esta contabilização também difere ligeiramente da que consta no trabalho de Ermelindo Portela (PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013, p. 63-64).

¹⁴⁰² PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostellana”, 1996.

¹⁴⁰³ Sobre estas figuras veja-se BARÓN FARALDO, Andrés – *Raimundo de Borgoña, conde de Galicia...*, 2017; PORTELA SILVA, Ermelindo – *García II de Galicia. El Rey y el reino (1065-1090)*, 2001; ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “Fuentes documentales para el estudio del Rey García de Galicia”, 1997; *Idem* – “El rey García de Galicia en las fuentes historiográficas medievales”, 1998. O poder de Raimundo em toda a Galiza foi entendido como uma macrotenência por Carlos Estepa Díez (“Las tenencias en Castilla y León en los siglos XI al XIII”, 2018, p. 42).

Um pesado silêncio cai sobre esta figura na crónica compostelana, partidária do seu irmão Afonso VI, que o aprisionou, e apenas temos acesso a uma vaga informação desses tempos conturbados pela referência a Diego Peláez, bispo compostelano entre 1070 e 1088, acusado pelos seus inimigos de planejar entregar o reino da Galiza ao rei dos ingleses e dos normandos, tirando-o a Afonso VI¹⁴⁰⁴. Não obstante as muitas dúvidas que existem em torno desta obscura declaração, expostas no subcapítulo 2.3, deve agora constatar-se que esta é a única vez que a Galiza é designada como reino fora do intervalo cronológico do reinado de Urraca, referindo-se Geraldo ao período que se seguiu ao aprisionamento de Garcia II e à integração da Galiza no complexo castelhano-leonês, altura em que uma conspiração deste género, a ser bem sucedida, teria restaurado a independência do território relativamente a Leão e Castela sob um outro monarca. A ideia de um reino galego, tal como estivera submetido a Garcia II, está subtilmente presente no excerto, mas a primeira referência a um governante da Galiza é feita ao conde Raimundo, de quem Diego Gelmírez foi chanceler e notário antes de ser bispo¹⁴⁰⁵.

Em 4 capítulos o conde é diretamente mencionado como tendo autoridade na Galiza, 3 dos quais transmitem o efetivo exercício do poder por parte de um representante régio – Raimundo (“*Galletie regimen optinente*”) publicou um édito relativo à proteção da atividade mercantil dos compostelanos, em 1095, confirmado pelo rei¹⁴⁰⁶; interveio na escolha de Diego Gelmírez como administrador do senhorio de Santiago depois da morte de Dalmácio, em 1096, juntamente com o rei Afonso VI; os dois governantes aprovaram também a escolha de Gelmírez para bispo¹⁴⁰⁷; o conde, “*totius Gallicie domino*”, foi

¹⁴⁰⁴ “*Quidam enim eius inimici inuidie zelo dixerunt, quod Gallicie regnum prodere regi Anglorum et Normannorum et auferre regi Hispanorum satageret.*” (HC, II, 2). O subcapítulo 2.3 apresenta bibliografia sobre este tema.

¹⁴⁰⁵ PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez. Los años de preparación (1065-1100)”, 2007.

¹⁴⁰⁶ “*Supradicto namque consule Raimundo, qui tam ingenii claritate quam generis nobilitate inter Occidentales emicuit, Galletie regimen optinente, inter Compostellanos ciues contra nobiles terrarum principes magnam dissensionem ortam esse cognoscimus (...) idem uir summe prudentie et sapientie consul R. finem inponere cupiens, astante non modica turba militum et uirorum nobilium, tale edictum fecit (...).*” (HC, I, 23). O documento foi publicado em LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, apêndice VII, p. 36-38 e *Tumbo A de la catedral de Santiago*, 1998, p. 171-172, doc. 74.

¹⁴⁰⁷ “*(...) A. rex bone memorie et comes Raymundus gener ipsius regis, qui tunc Galletiam et Portugalensem terram et honores possidebat et regebat (...) cum consilio canonicorum prefecerunt eum ecclesie et honori beati Iacobi prepositum. (...) Cumque postea clerus et populus ecclesie beati Iacobi eligeret sibi episcopum, consilio eiusdem regis A. et comitis Raymundi atque Gallicie principum predictus Didacus electus est in episcopum.*” (HC, II, 2). A sua primeira nomeação como administrador do senhorio fora mencionada por Munio Afonso, que não aludiu à intervenção do rei Afonso VI (HC, I, 4).

consultado por Gelmírez, já bispo (portanto, entre 1100 e 1107), acerca do reforço do castelo de Torres de Oeste, altura em que o prelado sondou igualmente o rei de Leão e Castela¹⁴⁰⁸. No episódio datado de 1096, Geraldo revela igualmente o seu domínio em Portugal (“Galletiam et Portugalensem terram et honores possidebat et regebat”), precisamente aquele em que refere a possibilidade de o reino galego ter estado na iminência de ser governado por um rei estrangeiro. Naturalmente a Galiza que existia no tempo de Garcia II e nos anos subsequentes incluía as terras a sul do Minho, e foi desta forma que o território passou para o domínio de Raimundo. A exatidão do cronista ao distinguir os dois territórios governados pelo conde borgonhês poderia ser motivada pela anterior alusão ao período em que ambos estavam unidos, além de que foi também nessa data que a parte “portuguesa” foi separada da Galiza nuclear e entregue ao conde Henrique. Era uma última menção ao poder alargado de Raimundo.

Num quarto excerto, o importante episódio de dezembro de 1107, a linhagem do conde na Galiza é assegurada por decisão de Afonso VI (“Omne equidem Galletie regimen et ius pueri pater optinuit”), que nomeia diretamente o seu filho Afonso Raimundes seu herdeiro e implicitamente a sua mulher, Urraca, ao impor-lhe a condição de não contrair um segundo matrimónio¹⁴⁰⁹. Depois deste relato, a reunião em Leão, que contou com a presença de Gelmírez, de nobres galegos e de Guido, arcebispo de Vienne, é lembrada por Geraldo em mais quatro ocasiões, sempre em momentos decisivos, tal como se explicou no capítulo anterior¹⁴¹⁰.

¹⁴⁰⁸ “Vnde predictus archiepiscopus et Sancte Romane Ecclesie legatus admodum compatiens, participato consilio cum Adefonso catholico rege Hyspanie et cum genero eius comite Raimundo totius Gallicie domino necnon cum canonicis beati Iacobi et cum principibus Gallicie, predictum castellum firmissimo muro clausit et turribus excelsis muniuit (...).” (HC, II, 23).

¹⁴⁰⁹ “Omne equidem Galletie regimen et ius pueri pater optinuit et ideo omnes uos, qui eius iura et honores eo uiuo tenuistis et eo mortuo adhuc tenetis, filio eius, nepoti meo, procul dubio famulatos exhibeo et totam ei Galletiam concedo, si eius mater Urraca uirum ducere uoluerit (...).” (HC, I, 46). Xosé Manuel Sánchez Sánchez julgou como possibilidade Afonso VI ter visto no seu neto a continuidade do reino da Galiza que existira com García II, mas vários autores discordam desta posição, como ficou explicado em 3.2 (“La proyección política de Alfonso VII: un análisis comparativo de la *Chronica Adefonsi Imperatoris* y la *Historia Compostellana*”, 2001).

¹⁴¹⁰ Esta decisão do monarca e o juramento dos nobres galegos são lembrados por Urraca (HC, I, 64.1), pelo próprio Afonso Raimundes (I, 108.2), pelo papa Calisto II, tio do infante (II, 11.1) e uma vez pela voz do cronista Geraldo (I, 109.2).

Munio Afonso faz uma ligação indireta entre o topónimo e a condição de reino¹⁴¹¹, mas é no texto composto por Geraldo que o reino da Galiza é expressamente indicado. Além da transcrição já analisada, referente ao final do século XI, as restantes citações do texto revelam sempre o reino da Galiza correlacionado com as personagens que o governavam, que o deveriam governar ou que desejariam submetê-lo ao seu poder, na perspetiva do autor. Muitas delas apresentam Gelmírez como a figura a quem se atribui o verdadeiro domínio da região após a morte de Raimundo e de Afonso VI: Gelmírez aceita juntar-se à irmandade – coligação de nobres favoráveis à união de Urraca com o aragonês – para salvar o reino da Galiza¹⁴¹² logo em 1109-1110 e, depois, passa a combatê-la movido pelo mesmo objetivo¹⁴¹³. A prisão do bispo pela irmandade é aproveitada por Geraldo para a classificar como uma traição e justificar as opções do seu mentor, que nesse momento de fragilidade é o governador de toda a Galiza¹⁴¹⁴. A sua sobrevivência na batalha de Viadangos, em 1111, permite ao redator afirmar que era o bispo quem consolidava o reino da Galiza, dividido por forças que combatiam entre si¹⁴¹⁵. As tropas galegas destacadas para prestar auxílio à rainha na guerra contra Aragão, reunidas graças ao conselho de Gelmírez, a luz de toda a Galiza¹⁴¹⁶, preferem recuar e defender o seu reino quando a lealdade de Urraca é duvidosa¹⁴¹⁷. O bispo promulgou decretos para a

¹⁴¹¹ “Quippe cum eius discretionis intuitus totius Galletie sanctimoniales sine regulari districtione uacare intueretur (nullum etenim sanctimonialium monasterium intra tanti regni latitudinem habebatur (...)).” (HC, I, 21).

¹⁴¹² “Qua securitate uallati a concordie unione animum semouebant, a quibus Compostellanus episcopus summo opere inuitatus et multa prece efflagitatus solatium tante germanitatis hac intentione suscepit, quatinus pacem et stabilitatem ecclesie conseruaret et saluti totius regni Galletie indefessa sollicitudine inuigilaret et eis dissuadendo et uiolate fidei periculum ostendendo modis omnibus, quibus posset, consuli concordaret.” (HC, I, 47).

¹⁴¹³ “Qualiter equidem uestre uirtutis gratia, uestra prudentia Gallicie regnum defenderitis et qualiter P. Gudestidem et Rabinadum Nunidem et A. Petridem et alios proditores a regno meo et a regno filii mei regis A., quod sibi usurpabant (...).” (HC, I, 75.1).

¹⁴¹⁴ “Vos etenim, quibus nuper in sinistro latere ingenii uena salire putabatur, quando tam egregium tamque potentem uirum, totius uidelicet Galletie gubernatorem, malo ingenio et fraude uestri horrendi criminis circumuendo cepistis, quali pactione postea id factum dissolueretur, non prius indefessa sollicitudine excogitastis.” (HC, I, 57).

¹⁴¹⁵ “Galletie regnum, licet ex parte diuisum, consolabatur atque consolidabat.” (HC, II, 53.5).

¹⁴¹⁶ “(...) is etenim totius Gallitie lampas omnibus patrociniis impendebat et huius consilium Gallicianis fore placitum regina procul dubio nouerat et, quicquid ipse Gallitie proceribus consuleret, aut uix aut numquam aliter fieret.” (HC, I, 83.3).

¹⁴¹⁷ “(...) in Gallitiam reuerti, se regnumque tuum tueri uolunt, tibi filioque tuo fideles erunt.” (HC, I, 84.2).

proteção dos pobres do senhorio de Santiago face à desordem que então se vivia, excerto em que é nomeado como o patrono da Galiza¹⁴¹⁸.

A partir de 1116, era a rainha que colocava em risco a autoridade do filho no reino da Galiza – que deveria pertencer ao infante (“regis Il. dominio Gallicie regnum debere subiici”)¹⁴¹⁹ – e o texto procura demonstrar como o poder de Urraca neste território só existia por intermédio de Diego Gelmírez. Nesta cronologia, o prelado é apontado como a âncora deste reino durante os tumultos em Santiago de Compostela, a cabeça e o espelho da Galiza, a esperança que garantia a reconciliação entre mãe e filho, e a quem Urraca delegou “o primado da Galiza”, nomeando Gelmírez seu representante na região¹⁴²⁰. Mais tarde, também Afonso VII investirá o prelado com autoridade para governar o território em seu nome, acima de tudo porque, como explica Pedro Marcio, o rei necessitava que o arcebispo controlasse a rebeldia de nobres galegos que lhe eram contrários¹⁴²¹.

Antes do entendimento entre os dois reis leoneses, Afonso Raimundes terá relembrado ter direito ao reino da Galiza, uma vez que a mãe tinha casado uma segunda

¹⁴¹⁸ “Circa id fere temporis predictus Gallicie patronus pietatis oculo oppressiones atque angustias pauperum, plebem calumpniis et iniuriis afflictam, prouinciam beati Iacobi grauius assidue rapacitatis inquietatione pessundatam misericorditer respiciens paterne pietatis sollicitudinem adhibuit iniustasque populorum oppressiones releuare summo opere studuit.” (HC, I, 95). O diploma encontra-se publicado em HC, I, 96 e em LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, apêndice XXX, p. 86-92.

¹⁴¹⁹ “(...) et quoniam filii eius regis Il. dominio Gallicie regnum debere subiici, si iusticia, prout decebat, polleret, sciebat, animum suum ab eiusdem regine fauore aliquatenus remouerat.” (HC, I, 102.1). Richard Fletcher datou este episódio de 1114, acrescentando que corresponde à primeira vez em que aparece na crónica a expressão “reino da Galiza” – o que já demonstrámos não ser verdade –, um sinal de que Gelmírez pretendia conceder a Afonso Raimundes, já coroado rei, um reino (FLETCHER, Richard A. – *Saint James’s Catapult...*, 1984, p. 137-139). Enrique Flórez situou este capítulo em 1115 (*Historia Compostellana...*, 1765, p. 194). cremos que os acontecimentos narrados em I, 102 se repetem em I, 107, e que todos têm a data de 1116. Contudo, convém alertar para a falta de segurança cronológica na HC e para a leitura de Ermelindo Portela, que acreditou tratar-se de duas versões diferentes da conceção do poder sobre a Galiza, plasmadas por Geraldo: tendo o jovem rei como líder do território galego ou tendo o bispo como seu dirigente (PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*, 2016, p. 191-198).

¹⁴²⁰ “(...) per episcopum enim nouerat se uel habere uel amittere regnum Gallitie, quippe caput et speculum Gallicie est episcopus et ecclesia beati Iacobi, et huius regni spes in eo sita est.” (HC, I, 107.1). “Reuerende pater, cuius patrocinio uertitur Gallicie regnum, quem solum post obitum patris mei regis A. habeo patronum, supplicando precor sanctitatem tuam, ne inducas animum credere uerbis nugigerulorum neue susurronibus prebeas assensum. (...) Hunc enim oportet pro me preesse Gallitie et iustitie iura tueri; si quid discordie inter duces aut principes Gallicie ortum fuerit, hic reuocabite eos ad pacem, hunc amplector, hunc ueneror pre omnibus episcopis regni mei.” (HC, I, 107.3). “Pollicetur etiam ei primatum Gallitie (...)” (HC, I, 107.4). “(...) ab eadem enim regina et honorifice susceptus est et deinceps pro uerissimo patrono apud eam habitus est, quippe in eo totius regni Gallitie anchora sita erat, quod reginam minime latebat.” (HC, I, 112.1). “Quippe per alium inter reginam et filium suum non poterat fieri reconciliatio et, nisi fieret, Hispanie et Gallicie regnum perderetur.” (HC, I, 113.1).

¹⁴²¹ HC, II, 84.1.

vez¹⁴²², e, consequentemente, Urraca temeu perder a soberania sobre o território¹⁴²³. É nessa altura que o jovem é aclamado rei ao regressar da Estremadura à Galiza. Também Calisto II terá referido, em 1119, que o reino galego deveria ser comandado pelo sobrinho¹⁴²⁴. No mesmo período, a rainha receava que o prelado compostelano se ausentasse da Galiza, pois assim a paz desapareceria¹⁴²⁵. Dois anos depois, Gelmírez retirou o reino da Galiza aos rebeldes galegos para aí assegurar a soberania da rainha, momento que antecede a sua prisão por Urraca (1121)¹⁴²⁶; o bispo volta a fazê-lo em 1123¹⁴²⁷.

Estas apreciações de Geraldo indicam que este espaço é por vezes considerado um reino desde o desaparecimento de Afonso VI e a formação de dois grupos galegos rivais. É assim mencionado várias vezes ao longo da descrição de conjunturas difíceis do reinado de Urraca, nomeadamente o início da crise política e o tempo em que durou o casamento real, com ruturas e entendimentos, entre os anos 1109 e 1113, e desde 1116 até ao início da década de 20, período de desentendimentos entre Gelmírez e Urraca – um dos principais objetivos do bispo era o controlo do senhorio de Santiago, centro de discussão com a rainha em vários momentos de tensão¹⁴²⁸ – e em que o infante passou a ser tutelado pelo arcebispo toledano e outros grupos castelhanos na Estremadura¹⁴²⁹. Quando Afonso

¹⁴²² “Ceterum hanc conditionem rex dominus A. auus meus interposuit, si regina mater mea thoro uiduitatis contenta maneret, totius Gallicie regnum in manibus uestris et patrui mei Vianensis archiepiscopi eius dominio subiugaretur; si uero maritale fedus iniret, rediret ad me regnum Gallicie, hoc ipsa mater mea et omnes Gallicie proceres sanxerunt iureiurando (...)” (HC, I, 108.2).

¹⁴²³ “(...) sibi ipsi diffidens Gallicie regnum omnino amisisse timet. (...) Reuerende pater, quamquam nequitia et imperitia mea exigit me priuari a regno Gallicie et illud ad alium transferri, parcendum est tamen sexui. (...) Vocat Gallicie proceres periuros, quicunque regi puero Gallicie regnum iurauerint, si non adiuuent eum ad acquirendum et retinendum idem regnum.” (HC, I, 109.2).

¹⁴²⁴ “Rogamus et eum, ut nepotem nostrum regem Ildefonsum, sicut ab eius rudimentis incepit, uiriliter atque constanter adiuuet et regnum Gallicie, quod auus suus rex Adefonsus apud Legionensem ciuitatem me et domino uestro presente ei attribuit, saltem deinceps ei uendicet.” (HC, II, 11.1).

¹⁴²⁵ “Regina quoque, postquam itineris audiuit apparatus, considerans totam fere Gallitiam per absentiam episcopi sancti Iacobi desolari et absente tali pacis tutore atque patrono Galleciam truculente rabiei morsibus dilaniari, predictum episcopum predictum iter aggredi penitus dissuasit atque prohibuit.” (HC, II, 12.2).

¹⁴²⁶ “Sciebat enim, quod, nisi per archiepiscopum, Gallicie regnum nullatenus habere poterat.” (HC, II, 29). “Ex hoc autem federe inter archiepiscopum et reginam fidelitatis atque amicitie gratia adeo conualuit, quod Galletie regnum a rebellium tyrannorum rabie archiepiscopus eripuit.” (HC, II, 30).

¹⁴²⁷ “Nunc uerbis dulcifluis, nunc immensis archiepiscopum alliciebat promissis, Gallecie regnum eius ditioni subiciens, consules ac principes ipsius imperio subiugans. (...) sine eius auxilio Galleciam suo posse penitus frenare imperio uidebat.” (HC, II, 59.1).

¹⁴²⁸ PALLARES, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La reina Urraca y el obispo Gelmírez. Nabot contra Jezabel”, 2003.

¹⁴²⁹ Acerca da atividade do jovem Afonso na Estremadura vejam-se as considerações de Richard Fletcher (FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult...*, 1984, p. 253-254). Xosé Manuel Sánchez

VII herda o reino da Hispânia, a Galiza não mais é referida como reino por Pedro Marcio. Parece então claro que Geraldo transmite a conceção de uma Galiza independente ao escrever sobre um reinado que sobejamente critica, marcado por uma forte instabilidade em variados domínios, pensando em Afonso Raimundes como o seu líder e em Gelmírez como o seu real governador, provavelmente enquanto o infante fosse menor. Foram aproveitadas as disposições tomadas pelo seu avô depois da morte de Raimundo, que não estariam direcionadas para a criação de um reino, para alimentar este ideal. A primeira vez que aparece no texto a expressão *regnum Galletiae* corresponde ao capítulo que se segue ao relato da decisão de Afonso VI acerca da posição do neto na Galiza. No entanto, como se indicou atrás, do ponto de vista do discurso o que se apreende é o objetivo maior do prelado de colocar Afonso Raimundes no trono de Leão e Castela, o que não invalida que se idealizasse um reino galego autónomo enquanto a sua mãe reinava, como já mencionara Ermelindo Portela¹⁴³⁰.

Este investigador observou também que o território mantém uma relação vertical e hierarquizada com o reino da Hispânia, o que se verifica, por exemplo, na legitimidade que a rainha conferiu ao bispo para o governar¹⁴³¹, o que confirma como o reino da Galiza só era uma realidade no plano teórico. Do mesmo modo, Richard Fletcher considerou que a turbulência na Galiza durante o reinado de Urraca não atingiu o nível das revoltas da segunda metade do século XI contra o poder central¹⁴³².

Deve esclarecer-se que esta projeção, que contava com uma longa tradição – a Galiza usufruía da condição de reino não só no tempo de García II, mas também durante o

Sánchez aventou igualmente que o bispo de Compostela procurava exercer influência junto de Afonso contra uma “castellanización del poder” (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel – “La proyección política de Alfonso VII: un análisis comparativo de la *Chronica Adefonsi Imperatoris* y la *Historia Compostellana*”, 2001, p. 149).

¹⁴³⁰ PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”, 2013, p. 68-71.

¹⁴³¹ *Ibidem*, p. 70-74. Por seu turno, Ángel Gordo Molina e Juan Gerter Urrutia entenderam que a Hispânia e a Galiza são nações colocadas na mesma categoria na obra, não se acentuando explicitamente a preeminência de uma sobre a outra, leitura que não parece ser a mais adequada (GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El *Imperium Legionense* como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 122). Do mesmo modo, é muito difícil entender o que queria dizer Antonio Maravall quando afirmou que para a crónica compostelana “el reino de España es Galicia y lo que con Galicia está”, pois não apresenta nenhum capítulo que elucide esta ideia (MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*, 1997, p. 110).

¹⁴³² FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult...*, 1984, p. 156.

período suevo¹⁴³³ –, não abrangeria Portugal no tempo de Urraca. A individualidade que este território já tem na narrativa de Geraldo exclui essa hipótese. De qualquer forma, é importante distinguir a ideia do reino da Galiza e a do reino de Portugal, pois não são empregues na obra com o mesmo pressuposto nem pelo mesmo cronista. As terras a sul do Minho são um reino na narrativa de Pedro Marcio, que procurou sublinhar a relação de vassalagem que Teresa tinha com Afonso VII (“nullum seruitium de regno, quod ab illo tenere debebat, exhibere dignabatur”)¹⁴³⁴, mas que para o tempo de Afonso Henriques considerou explicitamente que o primo do rei governava o reino de Portugal (“regno Portugalensi contemptum esse non pertulit”)¹⁴³⁵. A Galiza era um reino na memória dos contemporâneos de Gelmírez e é-o no discurso de Geraldo, embora com uma configuração diversa da que tivera em tempos, para fazer frente a um poder régio considerado fraco pelo mesmo cónego; o reino de Portugal constituía uma situação nova, mas real, à época em que escrevia Pedro Marcio, entre 1145 e 1149, depois de Afonso VII o ter reconhecido como tal.

Outra conclusão do artigo de María Pallares Méndez e Ermelindo Portela é a importância que os nobres galegos têm na crónica, constituindo o “grupo politicamente mais significativo da Galiza”¹⁴³⁶. Estes são frequentemente referidos como um conjunto indefinido e, por vezes também, individualmente. A Gelmírez segue-se, como protetor de Afonso Raimundes, Pedro Froilaz de Trava, que é uma vez designado como conde da Galiza num documento não hispânico¹⁴³⁷, e os seus filhos, que nem sempre estavam nas boas graças do bispo. O adversário principal do prelado e dos Trava é Arias Pérez, “cavaleiro da Galiza”¹⁴³⁸, o suporte fundamental do partido aragonês em território galego,

¹⁴³³ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 72.

¹⁴³⁴ “(...) rex A. (...) immensam cum sua amita Portugalensi regina nomine T. discordiam habuit. Illa enim fastu superbie elata terminos iustitie egrediebatur et nullum seruitium de regno, quod ab illo tenere debebat, exhibere dignabatur (...).” (HC, II, 85.1).

¹⁴³⁵ HC, III, 51.

¹⁴³⁶ PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”, 1996, p. 73. Sobre a relação da aristocracia galega e de outros grupos de poder na Galiza com a monarquia leonesa, neste período, veja-se PORTELA SILVA, Ermelindo – “Galicia y la monarquía leonesa”, 1988.

¹⁴³⁷ Trata-se de uma carta do duque da Aquitânia (HC, II, 34).

¹⁴³⁸ HC, III, 2.

sendo, portanto, considerado traidor¹⁴³⁹. As situações que mais se repetem em relação ao grupo aristocrático galego têm que ver precisamente com a instabilidade política que a fonte retrata ao longo de todo o reinado de Urraca, bem como com a participação na tomada de decisões importantes para a política do seu território, entre as quais a escolha de Gelmírez como bispo¹⁴⁴⁰, o concílio de Leão de 1107, a coroação de Afonso Raimundes como rei e alguns pactos celebrados entre Urraca e o infante ou entre o bispo e a rainha.

Determinadas observações genéricas de Geraldo, porém, parecem respeitar ao conjunto dos galegos, que apresentam costumes e características próprias. O redator observava uma comunidade que era alheia à sua origem e, ao mesmo tempo, a mais familiar comparativamente com as restantes hispânicas. É através dele que os traços culturais galegos são evidentes na *HC*, tal como já demonstraram Ángel Gordo Molina e Juna Gerter Urrutia¹⁴⁴¹. O cronista descreve o costume de observar o voo das aves, praticado pelos soldados de Gelmírez quando o seu mentor está prestes a ser traído pela “irmandade”. Contudo, o prelado reprova essa atitude, que constituía claramente uma herança de costumes pagãos, e entende-se, assim, que esta seria própria dos grupos sociais mais baixos ou, pelo menos, iletrados, e que não era bem vista pelo clero instruído¹⁴⁴². Divisamos igualmente através deste cronista o limitado desenvolvimento dos conhecimentos marítimos dos galegos, sobretudo quando comparados com os italianos. Neste contexto era utilizada a palavra “galera” pelo povo para indicar um tipo de embarcação¹⁴⁴³, o que denuncia que a língua que se falava correntemente na Galiza teria algumas particularidades. Munio Afonso já tinha registado que uma das terras da sé compostelana se chamava, na sua língua, Montaos (“Montanos nostro uocabulo uocitatur”)¹⁴⁴⁴. De significado mais incerto é a descrição que Geraldo faz da receção que Afonso Raimundes recebeu na Galiza em 1116 “segundo o costume” desta terra¹⁴⁴⁵.

¹⁴³⁹ Em relação a Arias Pérez e a Pedro Froilaz consulte-se FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult...*, 1984, p. 36-42 e 157-162. Ainda sobre o conde de Trava, LÓPEZ SANGIL, José Luis – *La nobleza altomedieval gallega: la familia Froilaz-Traba*, 2002, p. 20-42.

¹⁴⁴⁰ *HC*, I, 8 e II, 2.

¹⁴⁴¹ GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 122 e seguintes.

¹⁴⁴² *HC*, I, 49.2.

¹⁴⁴³ “(...) quas uulgus galeas uocat (...)” (*HC*, I, 103.3). *Galea*, *ae* significa, originalmente, capacete ou casco.

¹⁴⁴⁴ *HC*, I, 3.2.

¹⁴⁴⁵ *HC*, I, 109.1.

Num outro conjunto de capítulos, Geraldo denigre o coletivo galego, invariavelmente quando uma parte dele se coloca contra as opções políticas do bispo de Compostela. Isso é visível na revolta dos burgueses compostelanos contra o poder exercido pelo seu senhor e nos desentendimentos entre o bispo e a rainha, muitas vezes justificados com a malícia galega, ou entre Urraca e Afonso Raimundes, pois a lealdade dos galegos oscilava entre um e outro. O juramento de fidelidade feito ao infante em 1107 pelos nobres galegos é rapidamente esquecido pelos adversários de Pedro Froilaz poucos anos depois. O secretismo que envolvia as viagens realizadas por cónegos de Santiago de Compostela, especialmente quando se transportava dinheiro para a cúria papal, era em parte justificado pelos revoltosos galegos expulsos da cidade em 1116-1117, que esperavam atrair os mensageiros do bispo. Nestes temas, todo o povo de um modo geral é caracterizado como oportunista, pouco confiável, muitas vezes traidor e adulator dos poderosos. Por vezes é o pensamento do bispo que transmite estes juízos, embora ele próprio fosse um galego. Talvez isso fizesse Geraldo esclarecer numa ocasião que não pretendia ofender os bons galegos ao acusar as falhas desse grupo¹⁴⁴⁶.

Em contraste, o exército galego é o melhor dos que Urraca consegue agregar. Pela sua valentia opõe-se à cobardia do castelhano¹⁴⁴⁷ e a sua prestação em Viadangos é diversas vezes recordada na narrativa, por se tratar de uma batalha em que, apesar da derrota contra os aragoneses, a bravura demonstrada pelos galegos é tal que o próprio rei de Aragão a teme na iminência de combates posteriores¹⁴⁴⁸. São igualmente os súbditos mais fiéis de Urraca, o que permite realçar a deslealdade da rainha em relação ao grupo¹⁴⁴⁹.

Por fim, destaquem-se algumas notícias sobre a sociedade e a vida religiosa da Galiza. Por um lado, Gelmírez desejou remediar os roubos que pareciam constituir uma prática comum entre os galegos¹⁴⁵⁰. Por outro, procurou um lugar adequado para instalar as monjas, que, de acordo com Munio Afonso, não seguiam uma regra na Galiza¹⁴⁵¹. O redator informa acerca da construção do mosteiro de Santa Maria de Conjo, que ficava

¹⁴⁴⁶ HC, I, 47 e seguintes; 108.3; 109.2; 109.3; 111.3; 114.13; II, 4.2; 16.1; 39.

¹⁴⁴⁷ HC, I, 90.

¹⁴⁴⁸ HC, I, 68; I, 73; I, 87.

¹⁴⁴⁹ HC, I, 84.

¹⁴⁵⁰ HC, II, 53.2.

¹⁴⁵¹ As palavras do cronista referem-se mais à ausência de regras canónicas que regulassem a vida das monjas do que à falta de um espaço físico onde estas pudessem morar (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 242).

junto a Compostela¹⁴⁵², e Pedro Marcio divulga a instalação nessa instituição de uma comunidade de monjas em setembro de 1129¹⁴⁵³. Além disso, o incesto era um costume que o clero tentava combater e que afetaria genericamente a Hispânia e, de modo particular, a Galiza, como sugere uma missiva de Pascoal II¹⁴⁵⁴.

Com esta exposição podemos agora delinear uma visão global de todo o espaço cristão peninsular descrito pelos cronistas compostelanos. Num mapa mental da Península Ibérica poderiam traçar-se dois eixos: um no sentido norte-sul, construído pelas relações da Galiza com Portugal, com o sul islâmico e, em menor grau, com o norte europeu, e outro horizontal – o dominante –, ordenador das relações da Galiza com o centro do poder régio e conector de Santiago de Compostela com o espaço de além-Pirenéus, no sentido este-oeste que o caminho de peregrinação adotava¹⁴⁵⁵.

No primeiro caso, a Galiza, e em especial Compostela, contactavam com áreas que não faziam parte do *regnum Hispaniae* ou que gradualmente iam deixando de o fazer. Naturalmente que esses contactos também diziam respeito aos reis castelhano-leoneses – acima de tudo a disputa de territórios no sul da Galiza –, mas de um modo geral são questões regionais na crónica. Em grande parte dos exemplos citados, estas relações são problemáticas. Por um lado, devido ao conflito que se desenvolve com Portugal em duas vertentes: a militar, em virtude da ocupação de terras a norte do Minho pelos dirigentes portugalenses ou da influência que estes procuravam estabelecer nessa região (destaca-se Tui e Toronho); e a eclesiástica, criada pelo confronto entre Braga e Compostela em relação ao senhorio que a sé compostelana tinha em terras portugalenses, que revela o início do choque entre as geografias política e eclesiástica no Noroeste peninsular. Estes dois contextos são aproveitados por Hugo e por Geraldo para representarem uma fronteira no Minho, e Pedro Marcio, que já não a refere diretamente, torna-a implícita com o relato da insubordinação do território portugalense promovido à categoria de reino.

¹⁴⁵² HC, I, 21.

¹⁴⁵³ HC, III, 11.

¹⁴⁵⁴ HC, I, 42; JL 5987 (Latrão, 31 de outubro de 1104) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CXXII, col. 134.

¹⁴⁵⁵ Esta disposição do espaço era diferente da de séculos precedentes e da época que se seguiria, em que a importância do caminho de Santiago como articulador do espaço se perderá (GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Castilla”, 1994 e SUÁREZ BELTRÁN, Soledad – “El Camino de Santiago como elemento articulador del espacio en la Asturias medieval”, 1994).

Por outro lado, a ameaça islâmica na Galiza permite concluir que Geraldo tem uma visão eclesiástica do espaço litoral galego, concebendo-o a partir das divisões da diocese compostelana que são atacadas – os arciprestados ou as antigas paróquias, e o senhorio do bispo, que naturalmente é mais realçado. A sul, no espaço portugalense, formam-se dois blocos divididos pelo Douro. Outros episódios sobre temas diferentes, tanto de Geraldo como de Pedro Marcio, sugerem esta dualidade, em que a parte meridional é muito ignorada ou considerada a propósito dos contactos com os muçulmanos, e a setentrional é tida como voltada para as relações com o norte cristão, onde o bispo de Compostela atua política e eclesiasticamente e onde os legados papais levam a cabo as suas visitas. Estas observações obrigam a repensar o significado da palavra “Portugal” na narrativa. De qualquer modo, é a zona ocidental e litoral do território que sobressai no texto¹⁴⁵⁶.

De ocidente a oriente, o caminho de Santiago liga as regiões centrais do *regnum Hispaniae* e Aragão, embora não seja a peregrinação o que mais motiva os cronistas a referirem-se a estes contactos. Esta era simplesmente a rota que todos os viajantes seguiam e é através das deslocações das personagens e dos exércitos na *HC* que compreendemos como se concebia este espaço. Em particular, questionamos a perceção que os cônegos de Compostela tinham da Terra de Campos, estendida pelo menos até Valladolid e Palência e integrando Sahagún e Carrión, mas cujos limites ocidentais poderiam ir até Astorga e confrontar com a região galega, o que tem algum cabimento se atentarmos na escassez de alusões ao território leonês. Independentemente disso, a Galiza é o território mais bem definido na obra no que respeita aos seus limites geográficos e a leste delimita-se por uma zona montanhosa que divide apenas duas regiões de um mesmo reino. Esta divisão não tem a dimensão política ou militar que encontramos noutras fronteiras peninsulares, mas apresenta um carácter cultural e social, assemelhando-se em certa medida ao Douro neste sentido, ainda que este separasse duas sociedades distintas. Com efeito, o território galego apresenta marcas culturais próprias, que são sobretudo o produto da construção de um cronista que não é hispano.

¹⁴⁵⁶ No interior há uma única referência a Idanha, diocese sufragânea de Compostela desde 1120, embora por restaurar. Corresponhia ao antigo bispado da Egitânia do reino visigodo. Na crónica compostelana, o bispo de Salamanca, Munio, foi afastado da sua diocese e retirou-se para Idanha em 1130-1131 (*HC*, III, 35). *Historia Compostelana...*, 1950, p. 474.

Além disso, a articulação do espaço nesta direção horizontal é muito perceptível a partir da narração que Geraldo faz da crise política do reinado de Urraca. O confronto com o rei de Aragão denuncia o limite oriental que o *regnum Hispaniae* deveria ter nesse período – a cidade de Logronho. O espaço desde o Ebro até Carrión, e ao longo da rota de peregrinação, é considerado usurpado por Afonso I, o que deixa de lado territórios a norte desta faixa em espaço castelhano e a sul, como a cidade de Palência. Esta é uma nova geografia política instalada na Hispânia cristã em 1118, que acaba por reverter no reinado de Afonso VII, ainda que Pedro Marcio não revele pormenores sobre o reajuste da fronteira entre os dois reinos. Antes daquela data desenrola-se a fase mais agitada do governo de Urraca, quando a indefinição da soberania dos dois monarcas em Leão e Castela é maior. Assim, a crónica testemunha alterações geopolíticas da península que aconteciam quase em simultâneo à sua redação.

Nesta época, a rota tão percorrida por peregrinos compostelanos dá lugar à transição de exércitos num e noutro sentido, fazendo de muitos burgos hispânicos não tanto lugares de hospitalidade, mas antes pontos inseguros onde ocorrem prisões, assaltos, cercos e batalhas. A contemporânea *Chronica Adefonsi Imperatoris* também atesta a importância estratégica destes núcleos urbanos que, como explica José Ángel García de Cortázar, “mostrarán menos su condición de albergue de acogida y más la de fortaleza desde la que ejercer un poder”¹⁴⁵⁷.

A norte e a sul deste traço central há poucos topónimos envolvidos nestes problemas do reino de Leão e Castela. As áreas além do Douro e as Astúrias aparecem afastadas do poder central, ainda que sejam mencionadas neste contexto como um todo. Ao segundo caso acrescentam-se os territórios navarro e basco, isolados da restante Hispânia, tanto pela sua geografia como pelas características das suas comunidades.

A oposição entre Urraca e Afonso I leva ainda Geraldo a retratar várias “nacionalidades” hispânicas, todas pertencentes a um conjunto político mais vasto. Todas contribuem, embora em medidas diferentes, para a proteção desse conjunto contra uma força inimiga que também fazia parte da Hispânia, mas não do reino da Hispânia, cujo centro político agregador é a cidade de Leão. Galegos, castelhanos, asturianos e os povos da Estremadura e da Terra de Campos ganham relevo na narrativa, especialmente os dois

¹⁴⁵⁷ GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Castilla”, 1994, p. 180.

primeiros, que têm uma caracterização mais vincada¹⁴⁵⁸. Não obstante o sentimento de união entre todas estas entidades que as movia a lutar pela integridade territorial do reino, Castela ganha uma má imagem quando recusa combater os aragoneses, provavelmente como resultado da perspectiva que Geraldo tinha da cedência de certas elites castelhanas à ocupação de uma força externa. A integração da Galiza no *regnum Hispaniae* é muito evidente no empenho dos galegos em expulsarem os aragoneses da região castelhana – aspeto também revelador da superioridade da aristocracia galega. Ao mesmo tempo, é durante o governo de Urraca que toma corpo a recuperação de uma antiga independência do espaço, moldada à geografia do século XII. Por outro lado, a Galiza também é assumida como um espaço nobiliárquico, à semelhança de Castela. Em ambos sobressai a sua aristocracia mais relevante, tanto por bons como por maus motivos. Também no âmbito da guerra peninsular é muito notória a ausência de referências diretas a Portugal, que confirma uma conceção do reino da Hispânia cada vez mais desligado do conjunto portugalense, governado por infantes ou reis¹⁴⁵⁹.

Esta representação de Geraldo é complementada pelo panorama projetado por Pedro Marcio. Este cronista narrou o fim da ingerência aragonesa em terras de Leão e Castela inserida numa visão de conjunto das ameaças que Afonso VII enfrentava no início do seu reinado: a insubordinação de Afonso Henriques, de García Ramírez e da família dos Lara, ou seja, focos de tensão nas fronteiras do reino castelhano-leonês com outros poderes cristãos e problemas dentro do próprio reino, provocados novamente por um setor importante da aristocracia castelhana.

¹⁴⁵⁸ Tal como já evidenciado por Ángel Gordo Molina e Juan Gerter Urrutia, a Galiza e Castela emergem na *HC* como construções culturais (GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El Imperium Legionense como la nación hispana en el siglo XII...”, 2012, p. 124-125). Sobre a identidade de Castela em Rodrigo Jiménez de Rada, autor da *Historia de rebus Hispaniae* um século depois, consulte-se MARTIN, Georges – “La invención de Castilla (Rodrigo Jiménez de Rada, Historia de rebus Hispaniae, V). Identidade, patria y mentalidades políticas”. 2006.

¹⁴⁵⁹ Atente-se nas declarações de Joana Gomes sobre as diferenças entre a parte da obra escrita e compilada por Munio Afonso e aquela trabalhada por Geraldo, nomeadamente em relação à importância que Afonso VI tem no discurso: “(...) o *Registrum* de Munio Afonso corresponde à *estoria* da consolidação do senhorio compostelano no tempo de Diego Gelmires. Quando Geraldo assume o papel de redator, ocorre uma mudança na natureza dos assuntos tratados, que exigem uma reflexão sobre questões sucessórias e debates sobre a identidade e a definição de “fronteiras”, já não do senhorio compostelano, mas dos diferentes reinos ibéricos (...) obrigam a um alargamento da temática da crónica da *res compostelana* para a *res publica*.” (GOMES, Joana – *O Rei na escrita...*, 2016, p. 188, nota 744).

Conclusões

Nas últimas considerações deste trabalho distanciaremos a lente que fomos aproximando em cada um dos capítulos precedentes e destacaremos os elementos essenciais que resultaram das anteriores reflexões, de modo a visualizarmos o quadro criado na *HC*, no seu conjunto, dos territórios com os quais vários representantes da Igreja de Santiago de Compostela contactaram, direta ou indiretamente, nos primeiros decénios do século XII. Salientamos, porém, que nem todas as ilações constituem em si uma novidade, mas julgamos que, em conjunto com outras, trazem novos sentidos ao modo de pensarmos o ambiente cultural compostelano, e que todas estão sujeitas a outras abordagens da narrativa capazes de produzir interpretações diversas.

Observando em primeiro lugar as zonas mais afastadas deste meio, apercebemo-nos que algumas delas são pontos de referência para Diego Gelmírez em função das áreas de conhecimento em que eram especializadas ou do género de relações que estabeleciam com a sé compostelana, a Galiza ou a Península Ibérica em geral. Cultural e artisticamente, o prelado encontra inspiração na França propriamente dita, que supomos identificada no texto com o território do norte do reino francês, bem como na larga extensão territorial do sul das Gálias. Estes dois espaços não têm limites precisos na crónica, mas possuem características específicas e o primeiro está ligado ao rei dos francos. Está igualmente associado à filosofia, à gramática e, possivelmente também, à retórica, o que nos leva a pensar no desenvolvimento das escolas catedralícias e, posteriormente, no desabrochar das universidades. O segundo caso demarca-se no discurso pela excelência da arte das suas catedrais e da técnica dos respetivos mestres. De algumas cidades marítimas italianas – sobretudo Pisa e Génova, mas poderíamos estender o espaço pelo Mediterrâneo até Arles – Compostela importa a experiência dos seus marinheiros e construtores de barcos adaptados à guerra. Assim, Gelmírez investe na preparação dos seus cónegos no estrangeiro e incorpora os conhecimentos destes vários territórios na sua escola, na construção da sua catedral e na formação da sua frota, sendo caracterizado como promotor cultural de uma Igreja que se ia identificando como única na Hispânia, assim como impulsor da proteção de toda a Galiza.

Ainda vindos do espaço italiano encontramos em Compostela lombardos a quem foi confiado o cargo de gerir a Casa da Moeda e o tesouro de determinados protagonistas da

crónica, além de um médico que vinha de Salerno e mantinha uma relação estreita com o bispo e um cardeal romano. No âmbito comercial, a Galiza entra em contacto com o norte da Europa. Ingleses, normandos e *lotarienses* – à partida mercadores da Lorena – chegam ao noroeste peninsular por via marítima.

Cluny é algumas vezes mencionada como uma instituição líder no sentido espiritual, mas é acima de tudo Jerusalém que está ligada à religiosidade. As relíquias que de lá chegavam, desde logo o corpo e a cabeça – em conjunto ou em separado – do apóstolo que repousa em Compostela, e os peregrinos e cruzados que para lá partiam vão construindo na narrativa um foco de orientação da espiritualidade da época e um modelo de peregrinação para o cristão, em concreto o hispano. A luta que decorria na Península Ibérica entre cristãos e muçulmanos toma como paradigma a Cruzada direcionada para o Oriente, tanto a nível ideológico como prático, por exemplo no que respeita à concessão de indulgências. As viagens para a Terra Santa são colocadas no plano internacional, partindo da Galiza e também de Inglaterra, e sendo objeto de intervenção por parte do Papado. Funcionam como um fator de distinção social no seio da nobreza galega, mas, simultaneamente, não são incentivadas, aliás, são por vezes desaconselhadas para se reterem recursos humanos e financeiros usados na guerra hispânica e na valorização da peregrinação compostelana. São igualmente instrumentalizadas a favor de Santiago de Compostela, proporcionando a esta Igreja o desenvolvimento de negócios com a Santa Sé tendo em vista elevados privilégios, designadamente através do transporte mais ou menos seguro de dinheiro através de regiões temidas pelos viajantes. Jerusalém é ainda fonte de prestígio para a cidade galega na medida em que as relíquias lá adquiridas lhe permitem competir no contexto ibérico com outras sés e ambicionar regalias junto dos papas, uma das quais – o Patriarcado – detida pela Cidade Santa.

Por seu lado, a peregrinação a Roma é quase silenciada, já que somente Gelmírez se deslocou à cidade uma vez para rezar. Pelo contrário, do sul de Itália chegam a Compostela contribuições de devotos de S. Tiago, e de Pisa temos notícia da vinda de um peregrino. Além disso, enquanto sede do poder papal, Roma é sobretudo o destino das negociações compostelanas. O texto procura rebater a ideia de que a diocese de Compostela era como uma igual da Igreja romana durante o episcopado de Gelmírez, sem, contudo, esconder as aspirações que, na sua ótica, eram legítimas e ajustadas ao estatuto da sé apostólica. A relação entre as duas Igrejas e entre Roma e o reino leonês no

século XI, marcada por desentendimentos, dá lugar a uma caracterização extremamente positiva da Santa Sé no tempo de Gelmírez, por vezes adulatória, em que a instituição é representada como ordenadora dos princípios que deveriam reger a Igreja hispânica, as relações diocesanas e a territorialização dos poderes. É retratada como necessária não só à afirmação de Compostela, mas também de outras sés peninsulares, gerindo os conflitos locais, acedendo ou não às suas petições, mesmo que por vezes as decisões emanadas de Roma fossem contraditórias ou nem sempre cumpridas com rigor. O bispo compostelano compreendeu muito bem os objetivos de Roma e tentou colocar-se em consonância com eles, coordenando uma obra que veicula a supremacia do Papado sobre a vida política e eclesiástica na península – destaca-se a aceitação do rito romano e a condenação da lei toledana, a gestão das eleições episcopais (este aspeto não tão bem conseguido) e os alertas relativos aos casamentos incestuosos. Procura-se o auxílio papal na guerra entre os reinos ibéricos e em momentos de fragilidade do bispo. Neste contexto, são relatados contactos permanentes entre a Hispânia e Roma através de legados papais e legados compostelanos – entre eles vários redatores da obra, como Geraldo, Hugo e Munio Afonso. As contrariedades antigas são evidenciadas quando o prelado de Santiago de Compostela sondava os sumos pontífices com o intuito de progredir na sua carreira eclesiástica, nomeadamente quando tentou adquirir o pálio e o título de arcebispo. É essencial ter presente que o retrato de uma proximidade entre Compostela e Roma legitimava a sé de Diego Gelmírez, particularmente tendo em conta o privilégio que este pretendia e que conseguira de Calisto II, apesar de não se esconder um período negativo durante o pontificado de Honório II.

Tanto Roma como a Itália de um modo geral são também algumas das principais áreas de ação dos papas, especialmente numa época em que a instabilidade no seio e em torno do Papado é alta, devido aos desacordos entre esta instituição, os imperadores germânicos e a Igreja imperial, e à disputa pela liderança da Cristandade por mais do que um papa. Estes conflitos são compreendidos no texto, em grande medida, através do espaço. Os territórios que os papas percorrem, onde estão em segurança ou não e onde recolhem apoios revelam como os vários poderes cristãos se vão posicionando na política da época. Na altura do cisma de 1130-1138, todo o espaço ocidental tem a sua orientação – talvez não tão instantânea como usualmente se faz crer, pelo menos no caso compostelano. Durante o conflito entre a Igreja e o Império anterior a 1122, os territórios onde se faz

sentir a preponderância do poder imperial concentram-se na Alemanha (mas o título de *teutonicus imperator* desaparece depois de Henrique V, quando a posição da crônica passa a estar em harmonia com a do seu sucessor, Lotário III) ou iniciam para lá do Ródano ou a partir dos Alpes. Tanto neste caso como no do cisma parece haver em Itália uma dicotomia norte-sul, pois os territórios normandos vão tomando opções políticas distintas das do norte italiano, demonstrando apoio a uma das fações em confronto. Do ponto de vista papal, não bastava dominar Roma, ainda que este fosse o objetivo primordial, e a Itália parece sempre mencionada como um todo, mesmo que a realidade fosse menos abrangente. Roma, intencionalmente ou não, substitui todo o espaço italiano, aspecto visível nas deslocações que partiam da Península Ibérica e que tinham essa cidade como destino, mas que na verdade poderiam terminar noutras paragens em Itália.

Tanto as viagens de mensageiros compostelanos e do próprio bispo de Compostela como as itinerâncias dos pontífices romanos permitem entender o espaço ultrapirenaico e aquém-Ródano como seguro e acolhedor. Fugidos ao reino aragonês ou ao poder imperial germânico, uns e outros encontram a tranquilidade passando os Pirenéus ou aquele rio. Existe uma similitude em certas referências ao imperador germânico e ao rei de Aragão, até na terminologia usada para os mencionar (palavras depreciativas, como “tirano”, são frequentes). Em concreto para os representantes de Gelmírez, esta área permite-lhes repousar durante doenças e proceder a transações financeiras com segurança. Vários territórios das Gálias são retratados como aliados de diferentes papas e vão suportando as ambições políticas e eclesiásticas do prelado. Neste sentido têm grande relevância no discurso alguns povos, instituições e territórios: Cluny, enquanto intermediária entre Compostela e o Papado, e entre o bispo e o poder político leonês, é uma abadia de confiança que faz circular dinheiro ou é depositária das quantias enviadas pelo bispo; os alóbrogos e a Borgonha, bem como a Aquitânia e a Flandres, pela sua associação a Calisto II e/ou a Afonso Raimundes, são interessados na proteção do herdeiro do trono leonês durante os confrontos entre sua mãe, a rainha Urraca, e Afonso I, rei de Aragão. O texto procura ligar o infante constantemente a Gelmírez, por sua vez empenhado em ser promovido a arcebispo, e a alguns setores da aristocracia galega, contra uma facção castelhana representada pelo arcebispo rival Bernardo de Toledo. A concessão do privilégio ao compostelano seria facilitada pela eleição de Guido de Vienne como papa Calisto II, tio do pequeno Afonso. Estes três fatores interligam-se

profundamente na narrativa. As relações familiares de Afonso Raimundes com os mais altos representantes de várias zonas das Gálias são sobretudo lembradas, assim, no período entre 1118 e 1121.

A referência ao elemento militar é importante, sendo os exércitos ou os apoios de francos evocados para a iminência de uma luta armada pelo acesso ao trono de Leão e Castela. Também os alóbrogos assumem uma nítida faceta militar no momento da escolha de Guido como papa sucessor de Gelásio II. Por outro lado, nem sempre os exércitos de *ultra portus* ou *francorum* alinham pelo partido da crónica, pois auxiliam noutros momentos o rei de Aragão em distintas frentes de guerra, denunciando também uma proximidade entre a região oriental peninsular e os territórios de além-Pirenéus. Constatase, deste modo, a grande interferência dessas áreas na Hispânia a nível político e militar.

Ao mesmo tempo, reiteradamente deparamos com apelos das figuras mais importantes do período ao apoio do prelado compostelano em diferentes matérias e nem sempre de modo muito explícito. Tanto os abades cluniacenses como os patriarcas de Jerusalém e os vários papas solicitavam contribuições financeiras ou a concessão de propriedades. No caso do Papado, os contactos com Gelmírez visavam também sustentar a sua posição contra os adversários que os pontífices romanos tinham de derrubar, embora provavelmente resultassem acima de tudo de conversações iniciadas por cónegos compostelanos com outros propósitos. Deve notar-se que a correspondência que se ia trocando está muito bem enquadrada na obra, uma vez que muitas das cartas das elites estrangeiras estão inseridas em cronologias em que a posição do bispo na política leonesa ou na Igreja hispânica enfraquecia. Isto sugere uma disposição dos conteúdos na crónica pensada pelos cronistas para responder a situações concretas.

Por conseguinte, muitos destes territórios extrapeninsulares são representados na *HC*, em diferentes medidas, para servir a Hispânia e/ou exaltar Santiago de Compostela. Particularmente no que concerne à admiração pelo mundo “francês”, que inúmeros investigadores sublinharam em relação a este bispo, não há dúvida que diversas passagens refletem uma predileção dos redatores e do patrono da obra por esse âmbito cultural, mas em vários aspetos ela justifica-se pelas conjunturas narradas e pelos objetivos do texto.

De qualquer modo, convém perceber que a contínua circulação de correspondentes – alguns com a acrescida condição de peregrinos – fazia chegar a este lugar do *finis terrae* todas as notícias mais importantes da época respeitantes aos mais variados assuntos, e

que Gelmírez acompanhava as várias dinâmicas e tendências extrapeninsulares mais relevantes do seu tempo. Naturalmente, algumas questões internacionais entrelaçam-se na crónica com problemas locais que envolviam Gelmírez, como querelas eclesiásticas hispânicas ou os problemas políticos do reino de Leão e Castela – como são exemplo a luta pela concessão do arcebispado, a ocupação de território castelhano-leonês por Afonso I, a fuga de Gelásio II de Roma para as Gálias e a eleição de Calisto II em Cluny, devido ao enfrentamento com o imperador Henrique V. Alguns acontecimentos que à primeira vista parecem colaterais em relação à intenção dos cronistas fazem também parte do seu intuito. A descrição da relação entre Pôncio e Guido, depois Calisto II, e entre a Igreja ultrapirenaica e a abadia de Cluny, faz todo o sentido atendendo a que, na ótica compostelana, Diego Gelmírez não tinha as mesmas hipóteses de ser arcebispo se lidasse diretamente com o Papado, sem a influência cluniacense. Em qualquer caso, os testemunhos em primeira mão de muitos acontecimentos fazem da *HC* uma fonte imprescindível para a compreensão de alguns temas, bem como a correspondência que se copiou para a obra, que com frequência contém depoimentos sobre situações marcantes da altura – saliente-se os relatos da dupla eleição papal em 1130 e das circunstâncias precárias em que viviam os cristãos em Jerusalém na década de 20. Relativamente aos mensageiros de Gelmírez, é importante referir as comunicações permanentes entre eles a grandes distâncias uns dos outros, que os mantinham a par do que se ia discutindo sobre a sua Igreja em diferentes pontos da Cristandade.

Um outro mundo exterior é percecionado desde a Galiza não através de viagens de galegos, mas pela chegada de grupos não hispanos ou não cristãos à orla marítima do noroeste peninsular. Este é um cenário de contacto com outras culturas que proporciona trocas comerciais, ainda que as mais das vezes seja uma área onde os galegos comunicam com comunidades hostis. Ingleses e normandos – também mercadores – e muçulmanos são povos caracterizados de maneira semelhante, misturando-se no discurso a pirataria com o paganismo. As batalhas navais têm um peso relevante na atividade guerreira de Diego Gelmírez, e a força demonstrada por bispos anteriores também é um fator a ser destacado. A segurança, nesta região, está entregue ao episcopado de Iria-Compostela. A ambiguidade no retrato do norte da Europa é talvez motivada pela distância geográfica ou pela aproximação de realidades antigas a realidades presentes, relacionadas com as mesmas áreas geográficas. As elites, contudo, integram-se na normalidade do mundo

cristão e do culto a S. Tiago. Em menor medida, também alguns representantes do governo almorávida e o próprio Almançor se rendem à força do apóstolo. Na cidade de Compostela desenrolam-se igualmente ações diplomáticas entre os poderes cristão e muçulmano. No entanto, não se pode dizer que o grau de conhecimento que se tem de uns e de outros seja semelhante. A guerra com o Islão na costa galega, que parecia mais frequente do que a chegada de grupos do norte da Cristandade e exigia um contacto próximo, permitia que na Galiza se conhecesse melhor o adversário islâmico, enquanto as comunidades nórdicas são descritas de forma mais confusa. Todos os cronistas principais da obra se pronunciam sobre a ameaça muçulmana no litoral e Geraldo oferece pormenores acerca da geografia almorávida e do poderio marítimo de algumas das suas cidades costeiras. As designações atribuídas a este inimigo são também mais variadas, mas a terminologia é provavelmente escolhida em função do que os redatores pretendem demonstrar. De facto, os muçulmanos são caracterizados de muitas formas que ultrapassam a mera evidência do seu afastamento da fé cristã, sendo elencadas particularidades políticas, culturais e mesmo físicas.

Diego Gelmírez demonstra interesse em promover o combate na Hispânia contra o Islão em regiões mais afastadas da Galiza, embora tivesse ele próprio avançado poucas vezes até à zona fronteiriça de confronto – o Tejo –, quando está em causa para os cristãos a perda ou o risco de perda de cidades importantes: Lisboa e Toledo, respetivamente. A disputa de territórios nas regiões limítrofes implica sempre de alguma maneira o bispo, os galegos ou os cónegos da sé compostelana, e estas personagens podem participar ativamente ou não no conflito, podendo o episódio funcionar simplesmente como pano de fundo de uma história principal. As cenas narradas revertem geralmente a favor desses vários elementos ou da própria sé de Santiago de Compostela, quer se trate de vitórias ou de derrotas. Contudo, o que verdadeiramente se apreende do texto é o frágil equilíbrio entre os dois lados, que contraria um pouco a superioridade cristã que foi distintiva do reinado de Afonso VI.

A ocupação muçulmana de uma parte da Hispânia e a progressão cristã para sul têm grande impacto no modo como os dirigentes das várias dioceses pensam a organização eclesiástica peninsular. A conquista de território aos islâmicos é uma referência temporal para alguns, que fazem remontar os seus direitos ao momento em que os sarracenos foram expulsos da área em questão, ou constitui uma oportunidade para outros, que vão

alargando a sua jurisdição a dioceses que se iam restaurando, mas que não tinham um prelado metropolitano. Esta situação também gerava atritos entre dioceses, e Compostela terá de enfrentar a oposição de outras poderosas Igrejas hispânicas depois de se tornar metropolitana de algumas sés a sul do Douro que outrora pertenceram a Mérida, cidade que ainda era muçulmana.

No que respeita à parte cristã da península, encontram-se bem demarcados na narrativa três reinos: o da Hispânia – Leão e Castela, com centro na cidade leonesa, herdeiro do asturiano e ao qual se ligam os criadores da *HC* –, o de Aragão e o de Portugal, este último emergente. As fronteiras entre eles estão bem definidas na perspetiva de quem escreve, mesmo que não fossem respeitadas. No caso de Portugal, o limite com a Galiza situa-se no rio Minho, embora a zona oriental não esteja precisa, relatando-se, contudo, uma proximidade de figuras portugalenses com Zamora. No caso aragonês, em virtude do conflito que ocupa grande parte da ação narrada, a fronteira é muito instável, apesar de percebermos que deveria situar-se em Logronho, ou seja, pela zona do Ebro. Afonso I estendeu-a quase até Sahagún, pela linha do caminho de peregrinação compostelano. No início do reinado de Afonso VII, os dois flancos são referidos em simultâneo – no lado oriental também incluindo Navarra, que, entretanto, recuperou a sua autonomia de Aragão –, denunciando ameaças conjuntas à noção de império hispânico que começava a construir-se.

O reino da Hispânia é visto como uma composição de povos diversos, todos identificados com o poder central de Leão e com o propósito comum de anularem a autoridade aragonesa nos territórios que eram atacados por Afonso I. Esta é, com efeito, a condição que mais vezes propicia a alusão a esses grupos: galegos, castelhanos, asturianos e as comunidades da Terra de Campos e da Estremadura (menos vezes referem-se os leoneses) formam um grande agregado político, apesar de se distinguirem entre si. Quanto aos portugueses, embora não sejam mencionados juntamente com os anteriores, o confronto que experienciam na região de fronteira minhota acontece num âmbito regional, contra o prelado, os irienses e os compostelanos, mesmo que conte com a presença dos monarcas leoneses. Por conseguinte, procura-se acertar os limites territoriais tanto com portugueses como com aragoneses. Há outros enfrentamentos na crónica que envolvem os reis, mas esses servem somente para repor a autoridade régia num determinado território ou sobre certas fações nobiliárquicas. Isso é visível na necessidade

de dominar a rebeldia de alguns galegos e castelhanos em desarmonia com a orientação política leonesa.

Portanto, que a Galiza respondia a Leão é uma questão indubitável, mas não deixa de ser verdade que em Compostela se idealizava um reino da Galiza, nomeadamente na década de 20 do século XII – quando escrevia Geraldo –, que nunca se materializou. A independência do território é condenada na crónica com a implícita associação do bispo Diego Peláez à subtração da Galiza a Afonso VI para ser governada por um rei estrangeiro, mas cria-se essa possibilidade face às circunstâncias que se viviam no reinado de Urraca (único período em que a Galiza é *regnum* no texto): em concreto, a incerteza quanto a quem ocuparia o trono leonês, cobiçado pelo monarca de Aragão, a instabilidade que também decorria no âmbito social, a desorganização da Igreja hispânica, a proeminência castelhana sobre o herdeiro Afonso Raimundes numa determinada altura do conflito e os afastamentos intermitentes entre a rainha e o prelado. Ao mesmo tempo, a autonomia galega com Garcia II e, de modo diferente, com Raimundo, estava ainda bem viva na memória dos participantes nos acontecimentos relatados. A mesma conjuntura do reinado de Urraca determina um discurso de Geraldo algo receoso sobre o futuro do reino da Hispânia. Embora tivesse estado vacilante, Diego Gelmírez procurou gerir praticamente desde o início do conflito o percurso do infante, avançando para a sua coroação – a partir da qual Afonso Raimundes passa a ligar-se, no texto, à Hispânia –, bem como participar ativamente na guerra com o envio de homens e dinheiro, discursos condenatórios da união entre os dois monarcas, a invocação da intervenção romana nos problemas e, posteriormente também, a canalização de apoio ultrapirenaico. É neste contexto que se pode pensar numa liderança da Galiza independente da autoridade de Leão, como um projeto paralelo que asseguraria a posição de Gelmírez se tudo o resto falhasse.

Não obstante os vários poderes peninsulares e povos que se vão destacando, existe também uma identidade hispana comum, perceptível através da oposição entre a *Hispania* e o espaço exterior, pela menção à geografia física e eclesiástica da Península Ibérica e a certos dados culturais, artísticos e sociais, por exemplo ligados à arquitetura e decoração de igrejas e à composição dos exércitos, que opõem na obra o que pertence a *ultra* ou *citra portus*. Os Pirenéus têm, portanto, uma identidade vincadamente fronteiriça, obviamente no que toca à geografia da península, mas ela também é evidente pelo

contraste entre a cultura e a sociedade hispânicas e as ultrapirenaicas, e pela diminuição da angústia que os viajantes fugidos às perseguições aragonesas experimentam quando ultrapassam as montanhas, que insinua a baliza da autoridade aragonesa. Além disso, o termo *Hispania* também pode assumir na crónica um sentido lato, ajustando-se à totalidade peninsular, ao conjunto do espaço cristão ou, menos frequentemente, remetendo para a parte muçulmana. Para estes significados mais alargados contribuem igualmente a guerra movida contra os muçulmanos, a devoção ao apóstolo S. Tiago, a importância de Gelmírez e da sua sé no panorama ibérico e o envio de legados papais à Península Ibérica.

Dentro do todo hispânico diferentes regiões ganham identidade, desenhando-se fronteiras, com maior ou menor nitidez, sem um cunho político. Constituem divisões simplesmente regionais, mas por vezes também com um forte pendor cultural ou social. Identificam-se como limítrofes os montes a oriente da Galiza, separando este espaço do resto do reino leonês. Em particular, sugere-se uma divisão com o território da Terra de Campos, disposição geográfica que até agora, que saibamos, não encontrou paralelo nos textos medievais e que avançamos aqui como uma possibilidade. Para cá dos montes, os galegos possuem características específicas, tal como os castelhanos, cuja cidade central é Burgos e cujo território é defendido pelos galegos, tanto contra Aragão como contra o Islão. A norte, territórios pouco explorados são vistos com uma certa ambivalência. Os habitantes das áreas basca e navarra, durante muito tempo aragonesas, são bastante inferiorizados no texto, notando-se um certo embate civilizacional e atributos próprios, como a língua, mas não se deixa de evocar aí alguns apoios à Igreja compostelana, como o bispo de Pamplona. São áreas, juntamente com as Astúrias, aproveitadas para escapar a caminhos centrais que passavam pelo território aragonês nuclear.

Conquanto esteja nitidamente assente que o Minho é o limite norte de Portugal, enquanto espaço dominado pelos governantes portucalenses, este conjunto pode fracionar-se noutras partes mais pequenas, lembrando terras antigas: a norte pelo Lima; a sul pelo Douro ou pela região de Coimbra. Quanto à raia entre o espaço cristão e o muçulmano, esta alterna no discurso, nas regiões ocidentais e centrais da Hispânia, entre o Tejo, o Mondego e o Douro, enquanto na parte oriental da península a fronteira avança para sul pela zona do Ebro. O Douro é especialmente concebido como fronteira no contexto de oposição ao Islão. Duas extensas áreas começam além deste rio no núcleo do

reino castelhano-leonês – a Estremadura e o território em torno de Toledo, também referido como reino, mas sem autonomia na obra. Mesmo que estes espaços e o território conimbricense estivessem formalmente dominados por cristãos, são ainda observados com distanciamento relativamente às zonas do norte, integradas no reino leonês e na estrutura eclesiástica há muito mais tempo, o que nos permite inferir que o Douro era considerado também como limite entre sociedades distintas. Apesar de não decorrer muita ação nestas zonas meridionais, o interesse que Gelmírez tinha nelas não era diminuto, pois a primeira província eclesiástica compostelana foi formada graças a três dioceses situadas a sul do Douro.

Dois aspetos finais devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, a *HC* possibilitou várias propostas interpretativas aqui expostas graças às muitas descrições da movimentação de diversas personagens, que percorriam diferentes caminhos da Europa do século XII, na maior parte das vezes as rotas de peregrinação “francesas” e o principal trajeto hispânico do período. Este intenso trânsito de pessoas foi acima de tudo fundamental para compreender as delimitações que os cronistas colocavam entre territórios diferenciados, mas quando às transições se associam sensações de segurança ou perigo, as fronteiras ganham uma natureza política ou dividem espaços de influência diferentes. No Minho, a raia sobressai no texto pela interferência portugalense em Tui e noutros locais situados além do rio, vista como ilegítima, e pelas propriedades que Gelmírez tentava administrar em Portugal. Registam-se algumas vezes impressões de inquietação atribuídas a figuras que pretendiam ou receavam passar o rio nos dois sentidos. Estas verificam-se ainda nas referências ao Ródano, aos Pirenéus e à inconstante zona que separava o reino castelhano-leonês de Aragão enquanto durou a guerra entre as duas monarquias. Estas fronteiras vão sendo assimiladas à medida que se deslocam exércitos, mensageiros e outras figuras importantes. Os caminhos são continuamente desviados, tanto num como no outro sentido, e a própria logística associada aos riscos das viagens – sobretudo o modo de vestir – é um dado relevante, na medida em que é possível perceber que autoridades dominavam determinados territórios em função das opções políticas que os viandantes representavam.

Em segundo lugar, esta investigação permitiu afinar o sentido de alguns termos ou alertar para a sua ambiguidade, e questionar a dimensão de certos territórios, como Leão e Terra de Campos. Cremos ter avançado algumas ideias relativamente aos significados

das palavras “França”, “Gália” e “Portugal”, embora não possamos deixar de assinalar as dúvidas que continuam a provocar muitas outras, como “Alemanha”, “Inglaterra” e “inglês”, ou mesmo “Itália”. Gostaríamos principalmente de evidenciar a necessidade de contextualizar muito bem os episódios que contêm os conceitos que pretendemos estudar em fontes narrativas, e de observar os acontecimentos e as características que lhes estão inerentes, de modo a poder distinguir com maior acuidade a aceção que lhes era atribuída à época da escrita.

Bibliografia

Fontes impressas:

BRUEL, Alexandre (ed.) – *Recueil des chartes de l'Abbaye de Cluny*. Paris: Imprimerie Nationale, 1894. vol. 5.

Chronica Adefonsi Imperatoris. Edição e estudo de Antonio Maya Sánchez. In *Chronica hispana saeculi XII, Pars I*. Turnhout: Brepols, 1990. *Corpus Christianorum, Continuatio Medievalis*. vol. 71.

Crónica del Obispo don Pelayo. Edição de B. Sánchez Alonso. Madrid: Centro de Estudios Históricos; Imprenta de los sucesores de Hernando, 1924.

ESCHENBACH, Wolfram von – *Willehalm*. In *The Middle High German Poem of Willehalm by Wolfram of Eschenbach*. Introdução e tradução para inglês de Charles E. Passage. Nova Iorque: Frederick Ungar Publishing Co., 1977.

ESCHENBACH, Wolfram von – *Parsifal*. Tradução para português de A. R. Schmidt Patier. 3ª edição. São Paulo: Antroposófica, 2006.

GARCÍA TATO, Isidro (ed.) – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y edición documental. Tomo 1: Época medieval*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Xunta de Galicia; Instituto de Estudios Gallegos «Padre Sarmiento», 2004.

Geografía de España del Edrisí. Estudo e tradução de Eduardo Saavedra. Madrid: Imprenta de Fortanet, 1881.

Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure. Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Historia Compostelana. Introdução, tradução, notas e índices de Emma Falque Rey. Madrid: Ediciones Akal, 1994.

Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez, primer arzobispo de Santiago. Introdução, tradução e notas de Manuel Suárez e José Campelo. Santiago de Compostela: Editorial Porto, 1950.

Historia Compostellana. Edição crítica de Emma Falque Rey. Turnhout: Brepols, 1988. *Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis*. vol. 70.

Historia Compostellana siue de rebus gestis D. Didaci Gelmirez, primi Compostellani Archiepiscopi. Edição de Enrique Flórez. In *España Sagrada*. Madrid, 1765. vol. XX, p. 1-598. (reimpressa em 1965, Madrid; 2ª edição: 1791).

Historia Silensis. Edição e estudo de Juan A. Estévez Sola. In *Chronica hispana saeculi XII, Pars III*. Turnhout: Brepols, 2018. *Corpus Christianorum, Continuatio Medievalis*. vol. 71B.

ISIDORO DE SEVILHA, Santo – *Etimologías*. Edição bilingue preparada por José Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero. Madrid: La Editorial Católica, 1982-1983. 2 vols.

La chronica gothorum pseudo-isidoriana (ms. Paris BN 6113). Edição crítica, tradução e estudo de Fernando González Muñoz. Toxosoutos, 2000.

Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae. Edição crítica de Avelino de Jesus da Costa. Braga: Junta Distrital de Braga, 1965. tomo I.

Liber Sancti Jacobi: Codex Calixtinus. Tradução de A. Moralejo, C. Torres e J. Feo. Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951.

Liber Sancti Iacobi. Codex Calixtinus. Edição de Klaus Herbers e Manuel Santos Noia. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1998.

Livro preto: cartulário da Sé de Coimbra. Edição crítica de Avelino de Jesus da Costa e Manuel Augusto Rodrigues. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

Patrologia Latina. Edição de J.-P. Migne. Paris, 1853, 1854, 1855. vols. CLI, CLXIII, CLXVI e CLXXIX.

Regesta pontificum romanorum ab condita ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII. Edidit Philippus Jaffé. Editionem secundam correctam et auctam auspiciis Gulielmi Wattenbach. Curaverunt S. Loewenfeld, F. Kaltenbrunner, P. Ewald. Leipzig: Veit, 1885-1889. 2 vols.

Tumbo A de la catedral de Santiago. Estudo e edição de Manuel Lucas Álvarez. Santiago de Compostela: Seminario de Estudios Galegos; Cabildo de la S.A.M.I. Catedra, 1998.

Tumbo B de la Catedral de Santiago. Estudo e edição de María Teresa González Balasch. Santiago de Compostela: Seminario de Estudios Galegos; Cabildo de la S.A.M.I. Catedral, 2004.

Estudos:

ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia-Scandinavica. Introducción ó estudio das relacións galaico-escandinavas durante a Idade Media*. Vigo: Galaxia, 1986.

ALMAZÁN, Vicente – “Los Vikingos en Europa y Galicia”. In NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. [et al.] – *Catoira na historia*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, Servicio de Publicaciones, 2002. p. 91-112.

ALONSO ROMERO, Fernando – *Los Normandos en Galicia durante el siglo X. Antecedentes, naves, itinerarios, obispos y castillos*. Santiago de Compostela: Andavira Editora, 2017.

ALONSO ROMERO, Fernando – “La navegación e itinerario del ejército normando de Gunthered (968-969)”. In BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (coord.) – *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM, 2018. p. 53-85.

ALTET, X. Barral i – “Arte medieval e Riforma gregoriana. Riflessioni su un problema storiografico”. *Hortus Artium Medievalium*. Vol. 16 (2010), p. 73-82.

ALVARADO PLANAS, Javier – “La influencia germánica en el vocabulario de la España medieval”. In GAMBRA, Andrés; SUÁREZ, Fernando (coord.) – *Alfonso VI: “Imperator totius orbis Hispanie”*. Madrid: Sanz y Torres, 2011. p. 31-49.

ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, María – “La función de centralidad de la ciudad de Oviedo en la Edad Media”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales, 2003*. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 377-390.

AMARAL, Luís Carlos – “Organização eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: o caso da Diocese de Braga (sécs. IX-XII)”. In GARCÍA DE CORTÁZAR, J. Á (ed.) – *Del Cantábrico al Duero: trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. Santander: Universidad de Cantabria; Parlamento de Cantabria, 1999.

AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: [Edição de Autor], 2007.

AMARAL, Luís Carlos – “A Vinda de São Geraldo para Braga e a nova restauração da diocese”. In *IX Centenário de S. Geraldo (1108-2008)*. Braga: Faculdade de Teologia, 2011. p. 157-192.

AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário J. – *A condessa-rainha: Teresa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “A Estratégia Afonsina na Fronteira Noroeste”. In 2º *Congresso Histórico de Guimarães. Atas do congresso*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996. vol. 2, p. 81-93.

ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “Fuentes documentales para el estudio del Rey García de Galicia”. *Minus*. Nº 6 (1997), p. 41-50.

ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “El rey García de Galicia en las fuentes historiográficas medievales”. In PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (coord.) – *II Congreso Hispánico de Latín Medieval: actas (León, 11-14 de noviembre de 1997)*. León: Universidad de León, 1998. vol.1, p. 211-216.

ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “El episcopado iriense del primer Diego: contexto, fuentes y perfil biográfico”. In SENRA, J. L. (ed.) – *En el principio: génesis de la catedral románica de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Teófilo Ediciones, 2014. p. 10-29.

ANDRADE CERNADAS, José Miguel – “La introducción de Cluny en Galicia: ritmos y resistencias”. *Studia Monastica*. Nº 57, 1 (2015), p. 91-109.

ANDRÉS LASO, Rebeca – “El matrimonio de Urraca I de León-Castilla con Alfonso I de Aragón y Pamplona. La carta de arras premonitoria del fracaso conyugal”. *Intus-legere: historia*. Año 2, nº 1 (2008), p. 25-42.

ANZOISE, S. – “Lo scisma del 1130: aspetti e prospettive di un lungo dibattito storiografico”. *Archivum Historiae Pontificiae*. Vol. 49 (2011), p. 7-49.

ARES GONZÁLEZ, José Manuel – “Aproximación ós Proemios e Discursos da Historia Compostellana en termos de retórica clásica”. In NASCIMENTO, Aires A.; RIBEIRO, Cristina Almeida (org.) – *Actas do IV Congreso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (Lisboa, 1-5 de Outubro de 1991)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993. vol. 3, p. 181-185.

ARNOLD, Benjamin – *Medieval Germany, 500-1300. A political interpretation*. Londres: Macmillan Press, 1997.

ARTIGAS, Esther; RIQUER, Alejandra de – “Hispania, Hiberia y Hesperia en los poetas latinos”. *Fortunatae*. Nº 5 (1993), p. 193-214.

ASTARITA, Carlos – “Luchas burguesas en el siglo XII. Realidades y proyecciones históricas”. *Anales De Historia Antigua, Medieval Y Moderna*. Vol. 44 (2012). <https://doi.org/10.34096/ahamm.v44.2589>.

AURELL, Martin – *The Plantagenet Empire, 1154-1224*. Tradução de David Crouch. Londres: Pearson Education, 2007.

AURELL CARDONA, Jaume – *La historiografía medieval: entre la historia y la literatura*. Valência: Publicacions de la Universitat de València, 2016.

AUTRAND, F. – “Le service public”. In FAVIER, Jean (dir.) – *La France médiévale*. Paris: Fayard, 1983. p. 285-303.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Reconquista, Cruzada y Órdenes Militares”. In SARASA SÁNCHEZ, Esteban (coord.) – *Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII. De la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad)*. *Actas del Congreso celebrado los días 16, 17 y 18 de noviembre de 2005, en Ejea de los Caballeros, Sos del Rey Católico y Uncastillo (Zaragoza)*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 2007. p. 23-37.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Sacerdocio y Reino en la España Altomedieval: iglesia y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*. Madrid: Sílex, 2008.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “Definición de cruzada: estado de la cuestión”. *Clío & Crimen*. Nº 6 (2009), p. 220-223.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular: bases ideológicas e doutrinárias de um confronto (séculos X-XIV)*. Lisboa: Edições Colibri; Universidade Autónoma de Madrid, 2015.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; PALACIOS ONTALVA, Santiago (coord.) – *La Reconquista. Ideología y justificación de la Guerra Santa Peninsular*. Madrid: La Ergastula, 2019.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – “¿Reconquista o reconquistas? La legitimación de la guerra santa peninsular”. *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*. Nº 32 (2020), p. 3-20.

AZEVEDO, Rui Pinto de – “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo 14 (1974), p. 73-93.

BALARD, Michel – “Communes italiennes, pouvoir et habitants des États Francs de Syrie-Palestine au XII^e siècle”. In SHATZMILLER, Maya (ed.) – *Crusaders and Muslims in twelfth-century Syria*. Leiden; Nova Iorque; Köln: E. J. Brill, 1993. p. 43-64.

BALIÑAS PÉREZ, Carlos – *Do mito á realidade. A definición social e territorial de Galicia na Alta Idade Media (séculos VIII e IX)*. Santiago de Compostela: Fundación Universitaria de Cultura, 1992.

BALIÑAS PÉREZ, Carlos – “La ‘estremadura’ gallega altomedieval y los orígenes de Portugal”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. II^a série, vol. XV, tomo I (1998), p. 139-162.

BAQUERO MORENO, Humberto – “As orígens da nacionalidade portuguesa”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales, 2003*. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 137-152.

BARBER, M. C. – “Angevins and capetians in the late twelfth century”. In MACKAY, A.; DITCHBURN, D. (eds.) – *Atlas of Medieval Europe*. London: Routledge, 2003. p. 70-72.

BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo – *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1978.

BARKAI, Ron – *Cristianos y musulmanes en la España medieval (el enemigo en el espejo)*. Tradução de M. Bar-Kochba e A. Komay. 2^a edição. Madrid: Ediciones RIALP, 1991.

BARÓN FARALDO, Andrés – *Raimundo de Borgoña, conde de Galicia. Política y relaciones de poder en el occidente peninsular (1093-1107)*. Valladolid: Glyphos, 2017.

BARREIRO FERNÁNDEZ, José R. – “Concilios provinciales compostelanos”. *Compostellanum*. Vol. 15, nº 4 (1970), p. 511-552.

BARREIRO SOMOZA, José – “Valoración de la «Historia Compostelana» como fuente histórica”. In OTERO PEDRAYO, Ramón (dir.) – *Gran Enciclopedia Gallega*. Santiago- Gijón, 1974. tomo XVII, p. 130-132.

BARREIRO SOMOZA, José – *El Señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (Siglos IX-XIII)*. Corunha: Diputación Provincial, 1987.

BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “Origen, evolución y significado del término ‘frontaria’ en Península ibérica”. In MARTÍNEZ GÁZQUEZ, José; CRUZ PALMA, Óscar de la; FERRERO HERNÁNDEZ, Cándida (ed.) – *Estudios de latín medieval*

hispanico. *Actas del V Congreso Internacional de Latín Medieval Hispánico*. Barcelona, 7-10 de septiembre de 2009. Firenze: Sismel, Edizioni del Galluzzo, 2011. p. 979-987.

BARRIO BARRIO, Juan Antonio – “El concepto de frontera en la Edad Media. La frontera meridional del reino de Valencia. Siglos XIII-XV”. *Sharq Al-Andalus: Estudios mudéjares y moriscos*. Nº 20 (2011-2013), p. 41-65.

BARRIOS GARCÍA, Ángel – “Toponomástica e historia. Notas sobre la despoblación en la zona meridional del Duero”. *En la España medieval*. Nº2 (1982), p. 115-134.

BARRIOS GARCÍA, Ángel – *Estructuras agrarias y de poder en Castilla: el ejemplo de Ávila (1085-1320)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, Institución Gran Duque de Alba, 1983. vol. 1.

BARROS, Mariana Fonseca – *A imagem de “Portugal” na Historia Compostellana (século XII)*. 2018. Tese de Mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BARROS, Mariana Fonseca – “Reflexões sobre a representação do espaço ‘português’ na *Historia Compostellana*”. *História. Revista da FLUP*. Porto. IV Série, vol. 9, nº 1 (2019), p. 127-146.

BARROS GUIMERÁNS, Carlos – “La frontera medieval entre Galicia y Portugal”. *Medievalismo*. Vol. 4 (1994), p. 27-39.

BARTHÉLEMY, Dominique – “La paix de Dieu dans le monde de la faide”. In BONASSIE, Pierre; TOUBERT, Pierre (eds.) – *Hommes et sociétés dans l’Europe de l’an mil*. Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2004. p. 307-315.

BARTHÉLEMY, Dominique – *El año mil y la paz de Dios: La Iglesia y la sociedad feudal*. Granada: Universidad de Granada – Universidad de Valencia, 2005. p. 318-341.

BARTLETT, Robert – *England under the Norman and Angevin kings, 1075-1225*. 2ª edição. Oxford: Clarendon Press, 2006.

BARTON, Simon – *The aristocracy in twelfth-century León and Castile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BASTOS, Filipe Ferreira – *O reino de Portugal em Lucas de Tuy e em Rodrigo Jiménez de Rada*. 2018. Tese de Mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BATTAGLINI, Francesco – *Uno sguardo sull'Islam dalla cattedra di Pietro. Il mondo islamico negli epistolari papali da Martino I ad Alessandro III*. Roma: Università Europea di Roma, 2022. Tese de Doutoramento.

BAUTIER, R.-H. – “La royauté”. In FAVIER, Jean (dir.) – *La France médiévale*. Paris: Fayard, 1983. p. 149-181.

BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre – “L frontière du *Sarq al-Andalus*”. In *La marche supérieure d'Al-Andalus et l'occident chrétien. Actes recueillis et présentés par Philippe Sénac*. Madrid: Casa de Velázquez; Universidad de Zaragoza, 1991. p. 77-88.

BAZZANA, André; GUICHARD, Pierre; SÉNAC, Philippe – “La Frontière dans l’Espagne Médiévale”. In POISSON, Jean-Michel (ed.) – *Castrum 4: Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge. Actes du colloque d’Erice – Trapani (Italie) tenu du 18 au 25 septembre 1988*. Madrid: Casa de Velázquez; Roma: École Française de Rome, 1992. p. 35-59.

BAZZANA, André – “El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media”. In SEGURA ARTERO, Pedro (coord.) – *Actas del Congreso La frontera oriental nazarí como sujeto histórico (s. XIII-XVI): Lorca-Vera, 22 a 24 de noviembre de 1994*. Almeria: Instituto de Estudios Almerienses, 1997. p. 25-46.

BELLI D’ELIA, P. – “L’eredità inconsapevole della scultura romanica meridionale”. In *Eredità della Magna Grecia. Atti del trentacinquesimo convegno di studi sulla Magna Grecia, Taranto, 6-10 ottobre 1995*. Nápoles: 1998. p. 205-225.

BENITO RUANO, Eloy – “¿Galicia por Guillermo el Conquistador?”. *Anuario de Estudios Atlánticos*. Nº50-1 (2004), p. 213-217.

BENSON, Robert L.; CONSTABLE, Giles (eds.) – *Renaissance and renewal in the twelfth century*. Toronto: University of Toronto Press, 1991.

BIRCH, Debra – *Pilgrimage to Rome in the Middle Ages: continuity and change*. Woodbridge: The Boydell Press, 1998.

BISHKO, Charles Julian – “The Spanish and Portuguese Reconquest, 1095-1492”. In *Studies in Medieval Spanish Frontier History*. Londres: Variorum Reprints, 1980. p. 396-

456. (Originalmente publicado em HAZARD, Harry W. (ed.) – *A History of the Crusades*. Madison: University of Wisconsin Press, 1975. vol. III. p. 396-456).

BISHKO, Charles Julian – “The Castilian as plainsman: the medieval ranching frontier in La Mancha and Extremadura”. In *Studies in Medieval Spanish Frontier History*. Londres: Variorum Reprints, 1980. p. 47-69. (Originalmente publicado em LEWIS, Archibald R.; McGANN, Thomas F. (ed.) – *The New World Looks At Its History*. Austin: University of Texas Press, 1963. p. 47-69.

BISHKO, Charles Julian – *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*. London: Variorum Reprints, 1984.

BISHKO, Charles Julian – “The Spanish Journey of Abbot Ponce of Cluny”. In *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*. London: Variorum Reprints, 1984. p. 311-319.

BISHKO, Charles Julian – “The Cluniac Priories of Galicia and Portugal: Their adquisition and Administration, 1075-c. 1230”. In *Spanish and Portuguese Monastic History 600-1300*. London: Variorum Reprints, 1984. p. 305-356.

BISSON, Thomas N. – *Medieval France and her Pyrenean neighbours. Studies in Early Institutional History*. Londres; Ronceverte: Hambledon Press, 1989.

BLANCO ROBLES, Fernando – “From Iberia to Hispania: the formation of an identity in Antiquity”. *Hispania Antiqua. Revista de Historia Antigua*. Nº 44 (2020), p. 316-338.

BLOCH, Marc – *A Sociedade Feudal*. Tradução de Liz Silva. 2ª edição. Lisboa: Edições 70, 1998.

BLUMENTHAL, Uta-Renate – *The Investiture Controversy: Church and Monarchy from the ninth to the twelfth century*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

BLUMENTHAL, Uta-Renate – “Canossa and Royal Ideology in 1077: Two Unknown Manuscripts of *De penitentia regis Salomonis*”. In *Papal Reform and Canon Law in the 11th and the 12th centuries*. Aldershot: Ashgate, 1998. p. 91-96.

BLUMENTHAL, Uta-Renate – “Opposition to Pope Paschal II: Some Comments on the Lateran Council of 1112”. In *Papal Reform and Canon Law in the 11th and the 12th centuries*. Aldershot: Ashgate, 1998. p. 82-98.

BLUMENTHAL, Uta-Renate – “Paschal II and the Roman Primacy”. In *Papal Reform and Canon Law in the 11th and the 12th centuries*. Aldershot: Ashgate, 1998. p. 67-92.

BLUMENTHAL, Uta-Renate – “The correspondence of Pope Paschal II and Guido of Vienne, 1111-1116”. In *Papal Reform and Canon Law in the 11th and the 12th centuries*. Aldershot: Ashgate, 1998. p. 1-11.

BOAS, Adrian J. – *Jerusalem in the time of the crusades: society, landscape and art in the Holy City under Frankish rule*. Londres: Routledge, 2001.

BOLOIX GALLARDO, Bárbara – “La taifa de Toledo en el siglo XI: Aproximación a sus límites y extensión territorial”. *Tulaytula: Revista de la Asociación de Amigos del Toledo Islámico*. Nº 8 (2001), p. 23-57.

BONNASSIE, P. – “Du Rhône à la Galice: genèse et modalités du régime feudal”. In *Structures féodales et féodalisme dans l'Occident méditerranéen (X^e-XIII^e siècles). Bilan et perspectives de recherches. Actes du Colloque de Rome (10-13 octobre 1978)*. Roma: École Française de Rome, 1980. p. 17-55.

BOUTOULLE, Frédéric – “La paix de Dieu et la Trêve de Dieu du Liber Rubeus”. In CABANOT, Jean; MARQUETTE, Jean-Bernard (eds.) – *L'Église et la société dans le diocèse de Dax aux XI^e et XII^e siècles*. Dax: Comité d'études sur l'histoire et l'art de la Gascogne, 2004. p. 47-72.

BRONISCH, Alexander Pierre – *Reconquista y guerra santa: la concepción de la guerra en la España cristiana desde los visigodos hasta comienzos del siglo XII*. Tradução de Máximo Diago Hernando. Granada: Universidad de Granada, 2006.

BRONISCH, Alexander Pierre – “En busca de la guerra santa. Consideraciones acerca de un concepto muy amplio (el caso de la Península Ibérica, siglos VII-XI)”. In BALOUP, Daniel; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, idéologie et religion dans l'espace méditerranéen latin (XI^e-XIII^e siècle)*. Actes du Colloque international tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) du 11 au 13 avril 2005. Toulouse: CNRS-Université de Toulouse-Le Mirail, 2006. p. 91-113.

BROWN, T. S. – “France and its Principalities, c. 1000”. In MACKAY, A.; DITCHBURN, D. (eds.) – *Atlas of Medieval Europe*. London: Routledge, 2003. p. 28-30.

BRUGUIÈRE, M.-B. – “Un mythe historique: «L'impérialisme capétien» dans le Midi aux XIIe et XIIIe siècles”. *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*. Tomo 97, nº 171 (1985), p. 245-267.

BUR, Michel – “Les principautés”. In FAVIER, Jean (dir.) – *La France médiévale*. Paris: Fayard, 1983. p. 239-263.

BURGOA FERNÁNDEZ, Juan José – “La armada gallega de Diego Gelmírez”. *Nalgures*. Nº 8 (2012), p. 75-114.

CALLEJA-PUERTA, Miguel – “Asturias y los asturianos en la Chronica Adefonsi Imperatoris”. *Asturiensia medievalia*. Nº 8 (1995-1996), p. 173-203.

CALLEJA-PUERTA, Miguel – “Documentación cancilleresca y territorialización del poder: los espacios del rey en los diplomas de Alfonso VII (1116-1157)”. In ARIAS GUILLÉN, Fernando; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (eds.) – *Los espacios del rey: poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2018. p. 19-37.

CAMPELO, José – “Introducción”. In *Historia Compostelana, o sea Hechos de D. Diego Gelmírez, primer arzobispo de Santiago*. Introdução e notas de José Campelo. Santiago de Compostela: Editorial Porto, 1950. p. V-CLI.

CANTARELLA, Glauco Maria – *La Sicilia e i Normanni. Le fonti del mito*. Bolonha: Pàtron Editore, 1989.

CANTARELLA, Glauco Maria – “Per un riesame della legazione papale in Spagna nel 1112”. *Hispania Sacra*. Vol. 48, nº 98 (1996), p. 561-567.

CANTARELLA, Glauco Maria – *Pasquale II e il suo tempo*. Napoli: Liguori, 1997.

CANTARELLA, Glauco Maria – “Pasquale II”. In *Enciclopedia dei Papi*. 2000. [Consultado em 13/04/2023]. Disponível em [https://www.treccani.it/enciclopedia/pasquale-ii_\(Enciclopedia-dei-Papi\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/pasquale-ii_(Enciclopedia-dei-Papi)).

CANTARELLA, Glauco Maria – “I normanni e la Chiesa di Roma. Aspetti e momenti”. In *Chiese Locali e Chiese regionali nell'Alto Medioevo: Spoleto, 4-9 aprile 2013*. Espoleto: CISAM, 2014. p. 377-406.

CANTARELLA, Glauco Maria – *Manuale della fine del mondo. Il travaglio dell'Europa medievale*. Turim: Einaudi, 2015.

CANTARELLA, Glauco Maria – *Gregorio VII*. Roma: Salerno Editrice, 2018.

CANTARELLA, Glauco Maria – “Una regina invisibile: Elvira di Sicilia (1103-1135)”. *Anales de historia antigua, medieval y moderna*. N°53 (2019), p. 69-80.

CANTARELLA, Glauco Maria – *Ruggero II*. Roma: Salerno Editrice, 2020.

CANTARELLA, Glauco Maria – “Cluny”. In CANTARELLA, Glauco Maria – (ed.) – *I castelli della preghiera*. Roma: Carocci, 2020. p. 15-63.

CANTARELLA, Glauco Maria – “Alla ricerca della Riforma (Età) gregoriana”. *Lusitania Sacra*. N° 48 (2023), p. 19-34.

CAPITANI, Ovidio – “Esiste un’età gregoriana? Considerazioni sulle tendenze di una storiografia medievistica”. *Rivista di storia e letteratura religiosa*. 1 (1965), p. 454-481.

CARDINI, Franco – *Crociate tra il mito e la storia*. Roma: Istituto di Cultura Nova Civita, 1971.

CARDINI, Franco – “Cruzada y peregrinación”. In *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente Medieval. XVIII Semana de Estudios Medievales. Estella, 22 a 26 de Julio de 1991*. Pamplona: Gobierno de Navarra Departamento de Educación y Cultura, 1992. p. 115-120.

CARDINI, Franco – *Europe et Islam. Histoire d’un malentendu*. Tradução de Jean-Pierre Bardos. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CARDINI, Franco – “As cruzadas e o reino de Jerusalém”. In ECO, Humberto (org.) – *Idade Média. Catedrais, Cavaleiros e Cidades*. Alfragide: Dom Quixote, 2013. vol. II, p. 44-49.

CARLÉ, María del Carmen – “La sociedad castellano-leonesa”. In *Los reinos cristianos en los siglos XI y XII. Economías, sociedades, instituciones*. In JOVER ZAMORA, José María (dir.) – *Historia de España Menéndez Pidal*. 2ª edição. Madrid: Espasa Calpe, S. A., 1995. tomo X-1, p. 241-397.

CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di – *Il Clero di Roma nel Medioevo. Istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*. Roma: Viella, 2002.

CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di – “Circoscrizioni ecclesiastiche nel medioevo alto e centrale: Il territorio tra organizzazione e rappresentazione”. In ROYO, Manuel; HUBERT, Étienne; BÉRENGER, Agnès (coord.) – *“Rome des quartiers”: des vici aux rioni. Cadres institutionnels, pratiques sociales, et requalifications entre antiquité et époque moderne*. Paris: De Boccard, 2008. p. 77-88.

CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di – “Sulle prime attestazioni dei nomi dei rioni nel medioevo”. *Strenna dei Romanisti*. Parte 1 (2014), p. 73-84.

CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso di – “Vittore IV, antipapa”. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 99 (2020). [Consultado em 27/06/2023]. Disponível em https://www.treccani.it/enciclopedia/antipapa-vittore-iv_res-cc14aafb-2816-11eb-aba9-00271042e8d9_%28Dizionario-Biografico%29/.

CARRASCO, Juan – “El Camino de Santiago y la peregrinación en la Europa medieval”. *Cuadernos de la Cátedra de Patrimonio y Arte Navarro*. Nº 5 (2011), p. 11-24.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Topographie sacrée, liturgie pascalle et reliques dans les grands centres de pèlerinage: Saint-Jacques-de-Compostelle, Saint-Isidore-de-León et Saint-Étienne-de-Ribas-de-Sil”. *Les cahiers de Saint-Michel de Cuxa*. Vol. 34 (2003), p. 27-49.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “Compostela, Bari y Jerusalén: tras las huellas de una cultura figurativa en los Caminos de Peregrinación”. *Ad Limina. Revista de Investigación del Camino de Santiago y de las Peregrinaciones*. Vol. I, nº 1 (2010), p. 15-51.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “El Camino Francés en España: de Galicia a los Pirineos”. *L'estampille. L'objet d'art. Compostela y Europa*. Nº 49 (2010), p. 16-25.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio – “El porqué de una exposición itinerante. Diego Gelmírez, genio y espíritu viajero del Románico”. In CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010. p. 16-29.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “Didacus Gelmirius, patrono de las artes. El largo camino de Compostela: de periferia a centro del Románico”. In CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La*

historia de Diego Gelmírez. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010. p. 32-99.

CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António – “Jaca, Toulouse, Conques y Roma: las huellas de los viajes de Diego Gelmírez en el arte románico compostelano”. In *O século de Xelmírez*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013. p. 245-298.

CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria – “El perfil político de Urraca y Teresa, hijas de Alfonso VI”. In *Actas do 2º Congreso histórico de Guimarães*. Guimarães: Universidade do Minho, 1996. vol. 2, p. 7-23.

CHALMETA, Pedro – “El concepto de Tagr”. In *La marche supérieure d'Al-Andalus et l'occident chrétien. Actes recueillis et présentés par Philippe Sénac*. Madrid: Casa de Velázquez; Universidad de Zaragoza, 1991. p. 15-28.

CHALMETA, Pedro – “Acerca de los Almorávides”. In LALIENA, Carlos; UTRILLA, Juan F. (eds.) – *De Toledo a Huesca. Sociedades medievales en transición a finales del siglo XI (1080-1100)*. Saragoça: Institución “Fernando el Católico”, 1998. p. 93-99.

CHAMBERLAIN, Michael – “Military Patronage States and Political Economy of the Frontier, 1000-1250”. In CHOUEIRI, Youssef M. (ed.) – *A Companion to the History of the Middle East*. Blackwell Publishing, 2005. p. 135-153.

CHAO ESPINA, Enrique – *Los normandos en Galicia y otros temas medievales*. 2ª edição. A Corunha: Gráfinsa, 1977.

CHARTIER, Roger – *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger – *El mundo como representación: estudios sobre historia cultural*. Tradução de Claudia Ferrari. Barcelona: Gedisa, 1992.

CHÉDEVILLE, André – *La France au Moyen Âge*. 4ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

CHEJNE, Anwar G. – *Muslim Spain: its history and culture*. Minneapolis: University of Minnesota, 1974.

CHÉLINI, J. – “Monastères”. In FAVIER, Jean (dir.) – *La France médiévale*. Paris: Fayard, 1983. p. 217-237.

CHERUBINI, Giovanni – “I Pellegrini”. In GENSINI, Sergio (coord.) – *Viaggiare nel Medioevo*. Pisa; Roma: Pacini; San Miniato Pisa; Centro di Studi sulla Civiltà del Tardo Medioevo; Ministero per i beni e le attività culturali, Ufficio centrale per i beni archivistici, 2000. p. 537-566.

CHEVALIER, Pascale; RAUWEL, Alain – “Architecture, liturgie et idéologie de la réforme en France méridionale”. In FOURNIÉ, M.; LE BLÉVEC, D.; MAZEL, F. – *La réforme «grégorienne» dans le Midi (milieu XIe-début XIIIe siècle)*. Toulouse: Éditions Privat, 2013. p. 157-178.

CIGGAAR, Krijnie Nelly – *Western travellers to Constantinople. The West and Byzantium, 962-1204: cultural and political relations*. Leiden; Nova Iorque; Köln: Brill, 1996.

CIPRÉS, Pilar – “Los datos geográficos como fuente histórica. Plinio e Hispania: algunas cuestiones sobre el ordenamiento de su descripción geográfica”. In CASTRO-PÁEZ, Encarnación; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (dir.) – *Geografía y cartografía de la Antigüedad al Renacimiento: estudios en honor de Francesco Prontera*. Alcalá de Henares; Sevilha: Editorial Universidad de Alcalá, Editorial Universidad de Sevilla, 2020. p. 263-284.

COELHO, Filomena Lopes – “O Espaço e a História: cartografia dos topónimos da *Crónica de 1419*”. *Estudos Medievais*. Nº 5-6 (1984-1985), p. 91-128.

CORDERO CARRETE, F.R. – “De los esponsales de una hija de Guillermo el Conquistador con un Rey de Galicia”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Fasc. VII (1952), p. 55-78.

CORDERO CARRETE, F.R. – “Datos para la Historia Compostelana en una saga del siglo XII”. *Cuadernos de estudios gallegos*. Tomo 16, fasc. 48 (1961), p. 80-86.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos, 1981. vol. IV.

COSTA, Avelino de Jesus da – “Subsídios Hagiográficos”. *Lusitania Sacra*. Vol. 5 (1960-1961), p. 221-243.

COSTA, Avelino de Jesus da – “O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga”. In *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. vol. I, p.379-434.

COSTA, Paula Pinto; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa – *A Visibilidade do Sagrado. Relíquias Cristãs na Idade Média*. 2ª edição. Curitiba: Editora Appris, 2021.

COWDREY, H. E. J. – *Popes, Monks and Crusaders*. Londres: The Hambledon Press, 1984.

CUADRADA, Coral – “Presencia y expansión de los mercaderes italianos en la península ibérica (siglos XII-XIV)”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Livraria Civilização, 2003. vol II, p. 363-370.

CUNHA, Maria Cristina – “Os limites da Diocese do Porto com as suas vizinhas de Braga e Coimbra: problemas e soluções”. In AMARAL, Luís Carlos (coord.) – *Um poder entre poderes. Nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de História Religiosa, 2017. p. 145-159.

D'ACUNTO, Nicolangelo – *La Lotta per le Investiture. Una rivoluzione medievale (998-1122)*. Roma: Carocci editore, 2020.

D'ANGELO, Edoardo – “Scuola medica salernitana”. In *Enciclopedia Treccani online*. 2005. [Consultado em 25/05/2023]. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/scuola-medica-salernitana_\(Federiciana\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/scuola-medica-salernitana_(Federiciana)/).

DE LAS HERAS, Amélie – “L’*Historia Compostellana*: l’évêque en action au miroir des lettres (premier quart du XII^e siècle)”. *Cahiers de Civilisation Médiévale*. N° 241 (2018), p. 61-74.

DEMURGER, Alain – “La papauté entre croisade et guerre sainte (fin XI^e – début XIII^e siècle)”. In BALOUP, Daniel; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, idéologie et religion dans l’espace méditerranéen latin (XI^e-XIII^e siècle)*. Actes du Colloque international tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) du 11 au 13 avril 2005. Toulouse: CNRS-Université de Toulouse-Le Mirail, 2006. p. 115-131.

DESWARTE, Thomas – *De la destruction à la restauration. L’idéologie du royaume d’Oviedo-León (VIII^e-XI^e siècles)*. Turnhout: Brepols, 2003.

DESWARTE, Thomas – “Entre historiographie et histoire: aux origines de la guerre sainte en Occident”. In BALOUP, Daniel; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, idéologie et religion dans l'espace méditerranéen latin (XI^e-XIII^e siècle). Actes du Colloque international tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) du 11 au 13 avril 2005*. Toulouse: CNRS-Université de Toulouse-Le Mirail, 2006. p. 67-90.

DESWARTE, Thomas – *Une Chrétienté romaine sans pape: l'Espagne et Rome (586-1085)*. Paris: Classique Garnier, 2010.

DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. – *El reino suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Problemas de la cultura en los siglos XI-XII. La escuela episcopal de Santiago”. *Compostellanum*. Vol. XVI, nº 1-4 (1971), p. 187-200.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “La escuela episcopal de Santiago en los siglos XI-XIII”. *Liceo Franciscano*. Año 28, nº 82-84 (1975), p. 183-188.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “El texto y la traducción textual del Calixtino”. In GAI, Lucia (ed.) – *Pistoia e il Cammino di Santiago. Una dimensione europea nella Toscana medioevale. Atti del Convegno Internazionale di Studi, Pistoia, 28-29-30 settembre 1984*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1987. p. 23-55.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Las tres grandes peregrinaciones vistas desde Santiago”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo G. (dir.) – *Santiago, Roma, Jerusalén. III Actas del III Congreso Internacional de Estudios Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1999. p. 81-97.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “Catoira en la Historia”. In NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. [et al.] – *Catoira na historia*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, Servicio de Publicaciones, 2002. p. 25-41.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C. – “La Carta del Papa León acerca de la translación de los restos del apóstol Santiago desde Jerusalén a Compostela”. In *XXVI Ruta Cicloturística del Románico-Internacional, 3 febrero-22 junio 2008*. Pontevedra: Fundación Cultural Rutas del Románico, 2008. p. 165-166.

DÍEZ HERRERA, Carmen – “La organización social del espacio entre la cordillera Cantábrica y el Duero en los siglos VIII al XI: una propuesta de análisis como sociedad de frontera”. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (ed.) – *Del Cantábrico al Duero*:

trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII. [Santander]: Universidad de Cantabria; Parlamento de Cantabria, 1999. p. 123-155.

D'HAENENS, Albert – *Les invasions normandes, une catastrophe?*. Paris: Flammarion, 1970.

DITCHBURN, D. – “The larger towns of Europe”. In MACKAY, A.; DITCHBURN, D. (eds.) – *Atlas of Medieval Europe*. London: Routledge, 2003. p. 132-133.

DOMÍNGUEZ MONEDERO, Adolfo J. – “Los términos Iberia e iberos en las fuentes grecolatinas. Estudio acerca de su origen y ámbito de aplicación”. *Lucentum*. Nº 2 (1983), p. 203-224.

DOZY, Reinhardt – *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Âge*. 2ª edição. Leiden: E. J. Brill, 1860. tomo II.

DRELL, Joanna H. – “Normans”. In KLEINHENZ, Christopher (ed.) – *Medieval Italy: an encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2004. vol. 2, p. 775-780.

DUBY, Georges – *Le Moyen Âge: de Hugues Capet à Jeanne d'Arc (987-1460)*. Paris: Histoire de France Hachette, 1987.

DUBY, Georges – *La época de las catedrales. Arte y sociedad, 980-1420*. Tradução de Arturo R. Firpo. 9ª edição. Madrid: Ediciones Cátedra, 2016. (1ª edição: Paris: Gallimard, 1976).

DUCHET-SUCHAUX, G. – “Francia, Gallia et Neustria”. *Nouvelle revue d'onomastique*. Nº 21-22 (1993), p. 153-157.

DUMVILLE, David N. – “Images of the Viking in the Eleventh-Century Latin Literature”. In HERREN, Michael W.; McDONOUGH, C. J.; ARTHUR, Ross G. (ed.) – *Latin culture in the eleventh century. Proceedings of the third international conference on medieval latin studies. Cambridge, September 9-12 1998*. Turnhout: Brepols, 2002. vol. 1, p. 250-263.

DURLIAT, Marcel – “Les chemins de Saint-Jacques et l'art: l'architecture et la sculpture”. In *Santiago de Compostela. 1000 Ans de Pèlerinage Européen*. Gante: Crédit Communal, 1985. p. 155-164.

DURLIAT, Marcel – *La sculpture romane de la Route de Saint-Jacques: de Conques à Compostelle*. Mont-de-Marsan: Comité d'Études sur l'Histoire et l'Art de la Gascogne, 1990.

ECHEVARRÍA, Ana – “La transformación del espacio islámico (siglos XI-XIII)”. In HENRIET, Patrick (dir.) – *À la recherche de légitimités chrétiennes: représentations de l'espace et du temps dans l'Espagne médiévale (IX^e-XIII^e siècle)*. Actes du colloque tenu à la Casa de Velázquez (Madrid), 26-27 avril 2001. Lyon: ENS Éditions; Madrid: Casa de Velázquez, 2003. p. 53-77.

ECHEVARRÍA, Ana; MARTÍN VISO, Iñaki – *La Península Ibérica en la Edad Media (700-1250)*. Madrid: UNED, 2020.

EGEA LAPINA, Henrique – *Remover Roma por Santiago: o conflito entre Roma e Santiago á luz da Historia Compostellana*. Asociación Galega de Historiadores, 2022.

ELISSÉEFF, Nikita – “The Reaction of the Syrian muslims after the foundation of the first Latin Kingdom of Jerusalem”. In SHATZMILLER, Maya (ed.) – *Crusaders and Muslims in twelfth-century Syria*. Leiden; Nova Iorque; Köln: E. J. Brill, 1993. p. 162-172.

EPSTEIN, Steven; GORSE, George – “Genoa”. In KLEINHENZ, Christopher (ed.) – *Medieval Italy: an encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2004. vol. 1, p. 399-405.

ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlim: Weidmannsche buchhandlung, 1927.

ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1935.

ERDMANN, Carl – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1940.

ERDMANN, Carl – *Alle origini dell'idea di crociata*. Tradução de Roberto Lambertini. Espoleto: Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1996. (edição original com o título *Die Entstehung des Kreuzzugsgedankens*, 1935).

ERIKSEN, Stefka Georgieva (ed.) – *Intellectual culture in medieval Scandinavia, c. 1100-1350*. Turhout: Brepols, 2016.

ESCALONA, Julio – “La geografía de la *Historia Legionensis* (antes llamada *Silensis*). Ensayo de análisis”. *e-Spania*. Nº 14 (2012). [Consultado em 22/07/2024]. Disponível em <https://doi.org/10.4000/e-spania.21620>.

ESPAÑOL, Francesca – “Culte et iconographie de Saint Léonard en Espagne”. In RUCQUOI, Adeline (dir.) – *Saint-Jacques et la France. Actes du colloque des 18 et 19 janvier 2001 à la Fondation Singer-Polignac*. Paris: Les éditions du Cerf, 2003. p. 277-286.

ESTEFÂNIO, Abel – “Proposta de aclaração do «pacto sucessório» à luz de novos dados”. *Medievalista*. 16 (julho-dezembro de 2014). [Consultado em 21/03/2018]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/estefanio1603.html>.

ESTEPA DÍEZ, Carlos – “Castilla de Condado a Reino”. In FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina; PÉREZ GIL, Javier (coord.) – *Alfonso VI y su época. I, Los precedentes del reinado (966-1065): Sahagún (León), 4-7 de septiembre de 2006*. Leão: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2007. p. 37-67.

ESTEPA DÍEZ, Carlos – *Instituciones y poderes en la Europa medieval: imperios, reinos y principados*. Madrid: Editorial Síntesis, 2017.

ESTEPA DÍEZ, Carlos – “Las tenencias en Castilla y León en los siglos XI al XIII”. In ARIAS GUILLÉN, Fernando; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (eds.) – *Los espacios del rey: poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2018. p. 39-72.

FALQUE REY, Emma – “Introduction”. In *Historia Compostellana*. Edição crítica de Emma Falque Rey. Turnhout: Brepols, 1988. *Corpus Christianorum. Continuatio Medievalis*. vol. 70, p. IX-LXXXVIII.

FALQUE REY, Emma – “Los discursos de la *Historia Compostelana*”. In FERRERES, L. (ed.) – *Actes del IXè simposi de la Secció Catalana de la SEEC. St. Feliu de Guíxols, 13-16 d'abril de 1988. Treballs en honor de Virgilio Bejarano*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona; Secció Catalana de la SEEC, 1991. vol. I, p. 389-394.

FALQUE REY, Emma – “Introducción”. In *Historia Compostelana*. Introdução, tradução, notas e índices de Emma Falque Rey. Madrid: Ediciones Akal, 1994. p. 7-59.

FALQUE REY, Emma – “Las peregrinaciones a Santiago en la *Historia Compostelana*”. *Compostellanum*. Vol. 43, nº 1-4 (1998), p. 588-592.

FALQUE REY, Emma – “La Historia Compostelana en el panorama de la historiografía latina medieval”. In *O século de Xelmírez*. Consello da Cultura Galega, 2013. p. 461-486.

FALQUE REY, Emma – “Peregrinos y peregrinación a Compostela y Jerusalén en el s. XII a la luz de la *Historia Compostelana*”. In BELTRÁN, J. A.; ENCUESTRA, A.; FONTANA, G.; MAGALLÓN, A. I.; MARINA, R. M. (eds.) – *Otium cum dignitate: Estudios en homenaje al profesor José Javier Iso Echegoyen*. Saragoça: Universidade de Saragoça, 2013. p. 417-426.

FEBVRE, Lucien – “Frontière: le mot et la notion”. In *Pour une histoire à part entière*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1982. p. 11-24. (Primeiramente publicado em *Revue de Synthèse Historique*. Tomo XLV (1928), p. 31-44).

FEBVRE, Lucien – *A Europa: génese de uma civilização*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2001.

FEIGE, Peter – “La primacía de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España. El ejemplo de Braga”. In *La Introducción del Císter en España y Portugal*. Burgos: Editorial la Olmeda, 1991. p. 61-132.

FERNÁNDEZ ALMUZARA, Eugenio – “En torno a la ‘Crónica Compostelana’”. *Escorial: revista de cultura y letras*. Nº 17 (1942), p. 341-374.

FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier – “La construcción teórica del poder en la primera Edad Media”. In FERNÁNDEZ CONDE, Francisco Javier; MÍNGUEZ, José María; PORTELA SILVA, Ermelindo – *El reino de Hispania (siglos VIII-XII). Teoría y prácticas del poder*. Madrid: Akal, 2019. p. 15-140.

FERNÁNDEZ DE NAVARRETE, Martín – *Espanoles en las Cruzadas*. Madrid: Polifemo, 1986.

FERNÁNDEZ DE VIANA Y VIEITES, José Ignacio – “Documentos sobre peregrinos gallegos a Jerusalén en la Edad Media”. *Estudios Mindonienses*. Nº 7 (1991), p. 405-421.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, J. R. – “La presencia de francos en la Península Ibérica y su influjo lingüístico”. In LAFARGA, F.; DONAIRE FERNÁNDEZ, M. L. (coords.) – *Traducción y adaptación cultural: España-Francia*. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1991. p. 453-468.

FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*. Famalicão: Mitra Bracarense, 1928. tomo I.

FERREIRA, Maria do Rosário – “‘Terra de Espanha’: A Medieval Iberian Utopia”. *Portuguese Studies. Modern Humanities Research Association*. Vol. 25, nº 2 (2009), p. 182-198.

FERREIRA, Maria do Rosário – “Urraca e Teresa: o paradigma perdido”. In CORRAL, Esther (ed.) – *In marsupiiis peregrinorum. Circulación de textos e imaxes arredor do Camiño de Santiago na Idade Media*. Florença: Galluzzo, 2010. p. 201-214

FERREIRO ALEMPARTE, Jaime – *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1999.

FLETCHER, Richard A. – *The Episcopate in the Kingdom of León in the Twelfth Century*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

FLETCHER, Richard A. – *Saint James's Catapult. The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

FLETCHER, Richard A. – “Reconquest and crusade in Spain c. 1050-1150”. *Transactions of the Royal Historical Society*. 5ª série, vol. 37 (1987), p. 31-47.

FLETCHER, Richard A. – “Las iglesias del reino de León y sus relaciones con Roma en la Alta Edad Media hasta el concilio IV de Letrán de 1215”. In *El reino de León en la alta Edad Media*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1993. vol. IV, p. 461-495.

FLICHE, Augustin – “La primatie des Gaules depuis l'époque carolingienne jusqu'à la fin de la Querelle des Investitures (876-1121)”. *Revue Historique*. Tomo 173, fasc. 2 (1934), p. 329-342.

FLÓREZ DÍAZ, Javier – *En busca de una frontera entre Galicia y Portugal: Las tierras miñotas en los siglos XI-XII*. Universidade de Cantábria, 2016-2017.

FLORI, Jean – *La Guerre sainte: la formation de l'idée de croisade dans l'Occident chrétien*. Paris: Aubier, 2001.

FLORI, Jean – “Jerusalén y las Cruzadas”. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (ed.) – *Diccionario razonado del Occidente medieval*. Madrid: Akal, 2003. p. 401-412.

FLORI, Jean – “La formation des concepts de guerre sainte et de croisade aux XI^e et XII^e siècles: prédication papale et motivations chevaleresques”. In BALOUP, Daniel;

JOSSERAND, Philippe (eds.) – *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, idéologie et religion dans l'espace méditerranéen latin (XI^e-XIII^e siècle). Actes du Colloque international tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) du 11 au 13 avril 2005*. Toulouse: CNRS-Université de Toulouse-Le Mirail, 2006. p. 133-157.

FONSECA, Cosimo Damiano – “«*Spiritualium gratiarum munera... perpetuo concesserant*». Indulgenze e Pellegrinaggi”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo G. (dir.) – *Santiago, Roma, Jerusalén. III Actas del III Congreso Internacional de Estudios Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1999. p. 119-134.

FREIRE CAMANIEL, José – “Las cartas de la Historia Compostelana”. *Compostellanum*. Nº 46, 3-4 (julho-dezembro 2001), p. 335-456.

FREITAS, E. C. de – “Entre a *Gallia* e a *Francia*”. *Brathair*. Vol. 8, nº 1 (2008), p. 50-78.

FRIED, Johannes – *Der päpstlicher Schutz für Laienfürsten: die politische Geschichte des päpstlichen Schutzprivilegs für Laien (11.–13. Jahrhundert)*. Heidelberg: Winter, 1980.

FUHRMANN, Horst – *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*. Tradução de Timothy Reuter. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GABRIEL Y GALÁN, José Luis Senra – “El arte del Camino de Santiago y Cluny”. In CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010. p. 250-259.

GACTO FERNÁNDEZ, María Trinidad – *Estructura de la población de la Extremadura leonesa en los siglos XII y XIII*. Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos, 1977.

GAI, Lucia – “El camino italiano de Santiago”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo (dir.) – *Santiago: la Europa del peregrinaje*. Barcelona: Lunweg, 1993. p. 299-319.

GALINDO ROMEO, Pascual – *La diplomática en la “Historia Compostelana” (siglo XII)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1945.

GAMBRA, Andrés – *Alfonso VI: cancillería, curia e imperio. I. Estudio*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1997.

GAMBRA, Andrés – *Alfonso VI: cancillería, curia e imperio. II. Colección diplomática*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1997.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “Introducción: espacio, sociedad y organización medievales en nuestra tradición historiográfica”. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel [et al.] – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Editorial Ariel, 1985. p. 11-42.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa Medieval”. In *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente Medieval. XVIII Semana de Estudios Medievales. Estella, 22 a 26 de Julio de 1991*. Pamplona: Gobierno de Navarra Departamento de Educación y Cultura, 1992. p. 15-51.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “De una sociedad de frontera (el valle del Duero en el siglo X) a una frontera entre sociedades (el valle del Tajo en el siglo XII)”. In *Aragón en la Edad Media. Las sociedades de frontera en la España bajo medieval: sesiones de trabajo. II Seminario de Historia Medieval*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Árabes e Islámicos, 1993. p. 51-68.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Castilla”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 157-183.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “Organización del espacio, organización del poder entre el Cantábrico y el Duero en los siglos VIII a XIII”. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (ed.) – *Del Cantábrico al Duero: trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. Santander: Universidad de Cantabria; Parlamento de Cantabria, 1999. p. 15-48.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel – “Nacionalismos en la Edad Media; la Edad Media en los nacionalismos”. In *Nacionalismos e historia*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2005. p. 25-65.

GARCÍA FITZ, Francisco – *Relaciones políticas y guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002.

GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. 2ª edição. Sevilha: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2005.

GARCÍA FITZ, Francisco – “La Reconquista: un estado de la cuestión”. *Clio & Crimen*. Nº 6 (2009), p. 142-215.

GARCÍA GARCÍA, Francisco de Asís – “Dogma, ritual y contienda: arte y frontera en el Reino de Aragón a finales del siglo XI”. In MARTOS QUESADA, Juan; BUENO SÁNCHEZ, Marisa (eds.) – *Fronteras en discusión. La Península Ibérica en el siglo XII*. Madrid: Almudayna, 2012. p. 217-250.

GARCÍA LOSQUIÑO, Irene – “Los vikingos en la Península Ibérica: Nuevas perspectivas sobre piratas y mercenarios en la segunda mitad del siglo X”. In BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (coord.) – *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM, 2018. p. 39-52.

GARCÍA MORENO, Luis A. – “La idea de España en la época goda”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales*, 2003. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 43-60.

GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal – “El «Pacto de Unión»”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.) – *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2011. p. 317-341.

GARCÍA-SANJUÁN, Alejandro – “Rejecting al-Andalus, exalting the Reconquista: historical memory in contemporary Spain”. *Journal of Medieval Iberian Studies*. Vol. 10, nº 1 (2018), p. 127-145.

GARCÍA TURZA, Javier – “Los espacios de poder en La Rioja medieval”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *XII Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 30 de Julio al 3 de Agosto de 2001 – Los espacios de poder en la España medieval*. Logronho: Gobierno de La Rioja-Instituto de Estudios Riojanos, 2002. p. 483-509.

GARCÍA Y GARCÍA, Antonio – “Concilios y sínodos en el ordenamiento jurídico del reino de León”. In *El reino de León en la alta Edad Media. I, Cortes, concilios y fueros*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1988. p. 353-494.

GARRIGÓS, A. Xavier – “La actuación del arzobispo Gelmírez a través de los documentos de la «Historia Compostelana»”. *Hispania*. Nº 12 (1943), p. 355-408.

GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Islam et Chrétienté en Espagne au XII^e siècle: contribution à l’étude de la notion de la frontière”. *Hespéris*. Tomo XLVII (1959), p. 183-217.

GAUTIER DALCHÉ, Jean – *Historia urbana de León y Castilla en la Edad Media (siglos IX-XIII)*. Madrid: Siglo XXI de España. 1979.

GAUTIER DALCHÉ, Jean – “Châteaux en Galice: le témoignage de *L’Historia Compostellana*”. In *Homenaje a José María Lacarra*. Pamplona: Institución Príncipe de Viana, 1986. tomo 1, p. 235-249.

GAUTIER DALCHÉ, Patrick – “Comment penser l’Océan? Modes de connaissance des *finis orbis terrarum* du Nord-Ouest (de l’Antiquité au XIII^e siècle)”. In *L’Europe et l’Océan au Moyen Âge. Contribution à l’Histoire de la Navigation*. Nantes: Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur, 1988. p. 217-233.

GAUTIER DALCHÉ, Patrick – “L’image des Pyrénées au Moyen âge”. In SÉNAC, Philippe (ed.) – *Frontières et espaces pyrénéens au Moyen Âge*. Perpignan: Université de Perpignan, 1992. p. 15-37.

GAUVARD, Claude – *La France au Moyen Âge: du V^e au XV^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

GEARY, Patrick J. – *Furta sacra: Thefts of relics in the Central Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

GENET, Jean Philippe – *Le Monde au Moyen Âge: espaces, pouvoirs, civilisations*. Paris: Hachette, 1991.

GERARDO, Larghi – “El trovador y la reina. Guillermo IX de Aquitania y Urraca de León: conflicto y diplomacia en Santiago de Compostela”. *Ad Limina*. Vol. 13, n° 13 (2022), p. 87-113.

GILLINGHAM, John – *The English in the Twelfth Century: Imperialism, National Identity and Political Values*. Woodbridge: The Boydell Press, 2000.

GIORDANENGO, G. – “La féodalité”. In FAVIER, (dir.) – *La France médiévale*. Paris: Fayard, 1983. p. 183-199.

GOMES, Joana – *O Rei na escrita. As múltiplas faces de Afonso VI (séculos XI e XII)*. 2016. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GOMES, Joana – “Reis e Santos na historiografia dinástica em Leão e Castela (1120-1194)”. *Via Spiritus*. Nº 27 (2020), p. 33-57.

GOMES, Joana; RENZI, Francesco – “Miro, King of the Suevi (d. 583), and ecclesiastical identities in northwestern Hispania (eleventh-twelfth centuries)”. *Journal of Medieval Iberian Studies*. Vol. 14, nº 3 (2022), p. 399-423.

GOÑI GAZTAMBIDE, J. – *Historia de la bula de la cruzada en España*. Vitoria: Editorial del Seminario, 1958.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – “Repoblación de la ‘Extremadura’ leonesa”. *Hispania*. Nº 11 (1943), p. 195-273.

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – “Fijación de la frontera castellano-leonesa en el siglo XII”. *En la España medieval*. Nº 2 (1982), p. 411-424.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Frontier and settlement in the kingdom of Castile (1085-1350)”. In BARTLET, Robert; MACKAY, Angus (eds.) – *Medieval frontier societies*. Oxford: Clarendon Press, 1989. p. 49-74.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Sobre la ideología de la Reconquista: realidades y tópicos”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (coord.) – *Memoria, mito y realidad en la historia medieval: XIII Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 29 de julio al 2 de agosto de 2002*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2003. p. 151-170.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “La idea de imperio antes y después de Alfonso VI”. In GAMBRA, Andrés; SUÁREZ, Fernando (coord.) – *Alfonso VI: “Imperator totius orbis Hispanie”*. Madrid: Sanz y Torres, 2011. p. 11-29.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César – “La multiplicación de los reinos (1035-1072)”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.) – *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2011. p. 257-276.

GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés – “A perspectiva galega”. Tradução de Pedro Cardim. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII): um olhar peninsular sobre uma região histórica*. Porto: CEPES- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2014. p. 231-242.

GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés; OLIVERA SERRANO, Cesar; BLANCO-RAJOY, Rosario Valdés – “As fortalezas de fronteira (senhorial/régia) na Galiza e em Portugal”. Tradução de Pedro Cardim. In FONSECA, Luís Adão da (coord.) – *Entre*

Portugal e a Galiza (sécs. XI a XVII): um olhar peninsular sobre uma região histórica. Porto: CEPES- Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2014. p. 284-288.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, Ángel – “Galicia y los Santos Lugares en el Medievo”. *Compostellanum*. Vol. 2, nº 2 (1957), p. 208-217.

GORDO MOLINA, Ángel G. – “Una revisión de los conceptos de “regnum” e “imperium” en la historiografía del reino leonés”. *Intus-legere*. Vol. 1, nº 7 (2004), p. 113-121.

GORDO MOLINA, Ángel G. – “Urraca I de León y Teresa de Portugal. Las relaciones de fronteras y el ejercicio de la potestad femenina en la primera mitad del siglo XII. Jurisdicción, Imperium y Linaje”. *Intus-legere*. Año 2, nº 1 (2008), p. 9-24.

GORDO MOLINA, Ángel G.; GERTER URRUTIA, Juan Pablo – “El *Imperium Legionense* como la nación hispana en el siglo XII. Representaciones de identidad nacional en la *Historia Compostellana* y las *Crónicas Anónimas de Sahagún*”. *Iacobus: revista de estudios jacobeos e medievales*. Nº 31-32 (2012), p. 101-128.

GORDO MOLINA, Ángel G.; MELO CARRASCO, Diego – *La Reina Urraca I (1109-1126). La práctica del concepto de imperium legionense en la primera mitad del siglo XII*. Gijón: Trea; Santiago de Chile: Universidad Adolfo Ibáñez, 2018.

GOUVEIA, Mário de – “O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI e XII)”. *Lusitania Sacra*. 2ª série, tomo 25 (janeiro-junho 2012), p. 183-226.

GRABOÏS, Aryeh – “Les séjours des papes en France au XII^e siècle et leurs rapports avec le développement de la fiscalité pontificale”. *Révue d'histoire de l'Église de France*. Tomo 49, nº 146 (1963), p. 5-18.

GRABOÏS, Aryeh – *Le pèlerin occidental en Terre Sainte au Moyen Age*. Paris; Bruxelles: De Boeck Université, 1998.

GRASSOTTI, Hilda – “Homenaje de García Ramírez a Alfonso VII”. *Príncipe de Viana*. Año 25, nº 94-95 (1964), p. 57-66.

GRASSOTTI, Hilda – *Las Instituciones feudo-vasalláticas en León y Castilla*. Espoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 1969. tomo II.

GRIMAL, Pierre – “Scylla”. In *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951. p. 417-418.

GROUSSET, René – *Histoire des croisades et du royaume franc de Jérusalem*. Paris: Perrin, 1991. 3 vols. (1^a edição: 1934-1936).

GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana – *Enseñanzas, saberes y universidades en la Europa medieval*. Madrid: Editorial Síntesis, 2018.

HAMILTON, Bernard – “The way to Rome and Jerusalem pilgrim routes from France and Germany at the time of the crusades”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo G. (dir.) – *Santiago, Roma, Jerusalén. III Actas del III Congreso Internacional de Estudios Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1999. p. 135-144.

HASKINS, Charles Homer – *The Renaissance of the Twelfth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1971. (1^a edição: 1927).

HAVERKAMP, Alfred – *Medieval Germany, 1056-1273*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

HEHL, Ernst-Dieter – “Cruzada y peregrinación bajo el signo de la *Imitatio Christi*”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo G. (dir.) – *Santiago, Roma, Jerusalén. III Actas del III Congreso Internacional de Estudios Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1999. p. 145-159.

HENRIET, Patrick – “Moines envahisseurs ou moines civilisateurs? Cluny dans l’historiographie espagnole (XIII^e-XX^e siècles)”. *Revue Mabillon*. Tomo 11 (2000), p. 135-159.

HENRIET, Patrick – “«Capitale de toute vie monastique», «élevée entre toutes les églises d’Espagne». Cluny et Saint-Jacques au XII^e siècle”. In RUCQUOI, Adeline (dir.) – *Saint-Jacques et la France. Actes du colloque des 18 et 19 janvier 2001 à la Fondation Singer-Polignac*. Paris: Cerf-Histoire, 2003. p. 407-449.

HENRIET, Patrick – “L’espace et le temps hispaniques vus et construits par les clercs (IX^e-XIII^e siècle)”. In HENRIET, Patrick (dir.) – *À la recherche de légitimités chrétiennes: représentations de l’espace et du temps dans l’Espagne médiévale (IX^e-XIII^e siècle). Actes du colloque tenu à la Casa de Velázquez (Madrid), 26-27 avril 2001*. Lyon: ENS Éditions; Madrid: Casa de Velázquez, 2003. p. 81-127.

HENRIET, Patrick – “Remarques sur la présence des musulmans dans l’hagiographie hispano-latine des VIII^e-XIII^e siècles”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média*

peninsular: bases ideológicas e doutrinais de um confronto (séculos X-XIV). Lisboa: Edições Colibri; Universidade Autónoma de Madrid, 2015. p. 141-159.

HERBERS, Klaus – “Las peregrinaciones alemanas a Santiago de Compostela y los vestigios del culto jacobeo en Alemania”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo (dir.) – *Santiago: la Europa del peregrinaje*. Barcelona: Lunwerg, 1993. p. 321-355.

HERBERS, Klaus; DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago (eds.) – *Roma y la Península ibérica en la alta Edad Media. La construcción de espacios, normas y redes de relación*. León: Universidad de León, 2009.

HILLGARTH, Jocelyn N. – “Spanish historiography and Iberian reality”. *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*. Vol. 24, nº 1 (1985), p. 23-43.

HILLGARTH, Jocelyn N. – “Los visigodos en la historia y en la leyenda en el Reino de León”. In *Monarquía y sociedad en el Reino de León. De Alfonso III a Alfonso VII*. León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2007. p. 9-17

HOFMAN, Jean-Marc; CHATAIN, Annaig – “El viaje de Diego Gelmírez a través de las colecciones del musée des Monuments français, París”. In CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010. p. 280-293.

HÜLS, Rudolf – *Kardinäle, Klerus und Kirchen Roms: 1049-1130*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1977.

IOGNA PRAT, Dominique – *Order and Exclusion: Cluny and Christendom Face Heresy, Judaism, and Islam (1000-1150)*. Tradução de Graham Robert Edwards. Ithaca (Nova Iorque): Cornell University Press, 2002.

ISLA FREZ, Amancio – *Memoria, culto y monarquía hispánica entre los siglos X y XII*. Jaén: Universidad de Jaén, 2006.

JAEGER, C. S. – “Philosophy, ca. 950-ca. 1050”. *Viator*. Vol. 40, nº 1 (2009), p. 17–40.

JANSEN, Sam – “A Pattern of Alternating Interests: The Peace of God in the Archdiocese of Reims in the First Half of the Eleventh Century”. In CROSS, Peter; DENNIS, Chris; JULIAN-JONES, Melissa; SILVESTRI, Angelo (eds.) – *Episcopal power and personality in Medieval Europe, 900-1480*. Turnhout: Brepols, 2020. p. 207-219.

JARA FUENTE, José Antonio – “Introducción: memoria de una identidad (de identidades). Castilla en la Edad Media”. In ANTÓN, Isabel Alfonso; JARA FUENTE, José Antonio; MARTIN, Georges (eds.) – *Construir la identidad en la Edad Media. Poder y memoria en la Castilla de los siglos VII a XV*. Cuenca: Ediciones de la Universidad Castilla-La Mancha, 2010. p. 9-15.

JASPERT, Nicolas – “«Pro nobis, qui pro vobis oramus, orate». Die Kathedrankapitel von Compostela und Jerusalem in der ersten Hälfte des 12. Jahrhunderts”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo G. (dir.) – *Santiago, Roma, Jerusalén. III Actas del III Congreso Internacional de Estudios Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1999. p. 187-212.

JASPERT, Nicolas – “Peregrinos gallegos a Palestina y las relaciones entre los cabildos de Compostela y Jerusalén en el siglo XII”. *POTESTAS. Revista del Grupo Europeo de Investigación Histórica*. Nº 1 (2008), p. 149-169.

JOCHENS, Jenny – “Viking Age”. In FRIEDMAN, John Block; FIGG, Kristen Mossler (eds.) – *Trade, Travel and Exploration in the Middle Ages — An Encyclopedia*. Nova Iorque: Garland Publishing, 2000. p. 629-631.

JOCHENS, Jenny – “Viking discoveries and settlements: the Faeroe Islands, Iceland, Greenland and Vinland”. In FRIEDMAN, John Block; FIGG, Kristen Mossler (eds.) – *Trade, Travel and Exploration in the Middle Ages — An Encyclopedia*. Nova Iorque: Garland Publishing, 2000. p. 631-633.

JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime – “Los Concilios Compostelanos de Diego Gelmírez”. *Revista Española de Derecho Canónico*. Vol. 58, nº 150 (2001), p. 9-50.

KEDAR, Benjamin Z. – *Crusade and Mission: European Approaches Toward the Muslims*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEHR, Paul – “El Papado y los reinos de Navarra y Aragón hasta mediados del siglo XII”. Tradução de María Luisa Vázquez de Parga. In *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*. Saragoça: Escuela de Estudios Medievales, 1946. vol. II, p. 74-186. (Publicado pela primeira vez em 1928 com o título “Das Papsttum und die Königreiche Navarra und Aragon bis zur Mitte des XII Jahrhunderts”).

KLEWITZ, Hans-Walter – “Das Ende des Reformpapsttums”. *Deutsches Archiv für Geschichte des Mittelalters*. Nº 3 (1939), p. 371-412.

KRAUSE, Hans-Georg – *Das Papstwahldekret von 1059 und seine Rolle im Investiturstreit*. Roma: Abbazia di San Paolo, 1960.

KRISTELLER, Paul Oskar – *Studi sulla scuola medica salernitana*. Nápoles: Istituto italiano per gli studi filosofici, 1986.

KROCHALIS, Jeanne – “Pistoia”. In KLEINHENZ, Christopher (ed.) – *Medieval Italy: an encyclopedia*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2004. vol. 2, p. 915-920.

KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

KRUS, Luís – “O imaginário português e os medos do mar”. In NOVAES, Adauto (org.) – *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Ministério da Cultura – Fundação Nacional de Arte; Companhia das Letras, 1998. p. 95-105.

LABANDE, Edmond René – “Recherches sur les pèlerins dans l’Europe des XI^e et XII^e siècles”. *Cahiers de Civilisation médiévale*. Nº 2 (1958), p. 159-169.

LACARRA, José María – “La conquista de Zaragoza por Alfonso I”. *Al-andalus*. Vol. XII, fasc. 1 (1947), p. 65-96.

LACARRA, José María – “La reconquista y repoblación del valle del Ebro”. In *La Reconquista española y la repoblación del país*. Saragoça: Escuela de estudios medievales; Instituto de Estudios pirenaicos, 1951. p. 39-83.

LACARRA, José María – “Les villes-frontière dans l’Espagne des XI^e et XII^e siècles”. *Le Moyen Âge*. 69 (1963), p. 205-222.

LACARRA, José María – “El señorío de Vizcaya y el reino de Navarra en el siglo XII”. In *Edad Media y señoríos: el señorío de Vizcaya. Simposium que tuvo lugar en la Biblioteca Provincial de Vizcaya, los días 5, 6 y 7 de Marzo de 1971*. Bilbao: Diputación Provincial de Vizcaya, 1972. p. 37-50.

LACARRA, José María – *Historia del Reino de Navarra en la Edad Media*. Caja de Ahorros de Navarra, 1976.

LACARRA, José María – *Alfonso el Batallador*. Saragoça: Guara, 1978.

LACARRA, José María – “Aspectos económicos de la sumisión de los reinos de taifas (1010-1102)”. In *Colonización, parias, repoblación y otros estudios*. Saragoça: Anubar, 1981. p. 41-76.

LACARRA, José María – “Las ciudades fronterizas en la España de los siglos XI y XII”. In *Colonización, parias, repoblación y otros estudios*. Saragoça: Anubar, 1981. p. 95-110.

LACARRA, José María – “Los franceses en la Reconquista y repoblación del valle del Ebro en tiempos de Alfonso el Batallador”. In *Colonización, parias, repoblación y otros estudios*. Saragoça: Anubar, 1981. p. 151-168.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Reconquista y definiciones de frontera”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. II série, vol. XV, nº 1 (1998), p. 655-691.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “¿Es todavía España un ‘enigma histórico’? (Releyendo a Sánchez-Albornoz)”. In *Lecturas sobre la España histórica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1998. p. 317-341.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Integración y regionalización en la Europa Medieval”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *I Semana de Estudios Medievales: Nájera, del 6 al 11 de agosto de 1990*. Instituto de Estudios Riojanos, 2001. p. 15-36.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La formación medieval de España. Territorios, Regiones, Reinos*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – “Unidad y diversidad en la España medieval. En torno a la idea de nación, patria y estado”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales, 2003*. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 17-39.

LALIENA CORBERA, Carlos – “La articulación del espacio aragonés y el Camino de Santiago”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 85-128.

LALIENA CORBERA, Carlos – “Expansión territorial, ruptura social y desarrollo de la sociedad feudal en el Valle del Ebro, 1080-1120”. In LALIENA, Carlos; UTRILLA, Juan F. (eds.) – *De Toledo a Huesca. Sociedades medievales en transición a finales del siglo XI (1080-1100)*. Saragoça: Institución “Fernando el Católico”, 1998. p. 199-227.

LALIENA CORBERA, Carlos – “*Larga stipendia et optima praedia*: los nobles francos en Aragon au service d’Alphonse le Batailleur”. *Annales du Midi*. Tomo 112, nº 230 (2000), p. 149-169.

LALIENA CORBERA, Carlos – “Frontera y conquista feudal en el valle del Ebro desde una perspectiva local (Tauste, Zaragoza, 1086-1200)”. *Studia Historica. Historia Medieval*. Vol. 23 (2005), p. 115-138.

LAPA, Manuel Rodrigues – “Subsídios para o esclarecimento de uma baralhada histórica: o caso de Castela e de Orcellón”. *Grial*. Tomo V, nº 16 (1967), p. 185-191.

LAWRENCE, C. H. – *Medieval Monasticism*. Londres-Nova Iorque: Routledge, 2001.

LAY, Stephen – *The reconquest Kings of Portugal: Political and cultural Reorientation on the medieval Frontier*. Palgrave Macmillan, 2009.

LE GOFF, Jacques – “Las mentalidades. Una Historia ambigua”. In LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.) – *Hacer la Historia. III: Nuevos temas*. Tradução de Jem Cabanes. Barcelona: Laia, 1980. p. 81-98. (Edição original: Éditions Gallimard, 1974).

LE MORVAN, Gaël – “Reinos e imperio: la *Historia legionensis* (llamada *silensis*) y la reivindicación leonesa de la herencia visigótica”. *e-Spania*. 14 (2012). [Consultado em 24 de outubro de 2013]. Disponível em <http://journals.openedition.org/e-spania/21681>.

LEDESMA, María Luisa – “La sociedad de frontera en Aragón (Siglos XII y XIII)”. In *Aragón en la Edad Media. Las sociedades de frontera en la España bajo medieval: sesiones de trabajo. II Seminario de Historia Medieval*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Árabes e Islámicos, 1993. p. 31-50.

LEMA PUEYO, José Ángel – *Alfonso I el Batallador, rey de Aragón y Pamplona (1104-1134)*. Gijón: Ediciones Trea, 2008.

LEYSER, Karl Y. – *Medieval Germany and its neighbours: 900-1250*. Londres: Hambledon Press, 1982.

LINAGE CONDE, Antonio – “Presencia de Cluny en el oeste peninsular”. *Studia monastica*. Nº 37, 1 (1995), p. 159-192.

LINEHAN, Peter – *Historia e historiadores de la España medieval*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

LOCK, Peter – *The Routledge companion to the Crusades*. Londres: Routledge, 2006.

LODGE, Anthony – “Le clivage oc-oïl au Moyen Âge: fiction méthodologique”. *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Age*. Tomo 117, nº 2 (2005), p. 595-613.

LOMAX, Derek – “Algunos peregrinos ingleses a Santiago en la Edad Media”. *Príncipe de Viana*. Año 31, nº 118-119 (1970), p. 159-170.

LOMAX, Derek – *The Reconquest of Spain*. Londres: Longman, 1978.

LOMAX, Derek – “Los peregrinos ingleses a Santiago”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo (dir.) – *Santiago: la Europa del peregrinaje*. Barcelona: Lunwerg, 1993. p. 373-383.

LOPES, Paulo Catarino – *A visão ibérica do mundo no Livro del Conosçimiento*. 2004. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

LOPES, Paulo Catarino – “A representação do corpo dos habitantes dos confins do mundo no *Libro del Conosçimiento*”. In *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2005. p. 77-93.

LOPES, Paulo Catarino – “A cidade no *Livro do Conhecimento*”. In BARATA, Maria do Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.) – *Olhares sobre a História – Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009. p. 317-326.

LOPES, Paulo Catarino – “A concepção do espaço no *Livro do Conhecimento*”. *Memoria Europae*. I/1 (1) (Dezembro de 2015), p. 4-41.

LOPES, Paulo Catarino – “O mundo como lugar de poderes no «Livro do Conhecimento»”. *Armas e Troféus*. IX série, tomo XVII (2015), p. 139-196.

LÓPEZ ALEJÁNDREZ, Gema – “La Península Ibérica en el siglo XII: hacia una nueva relación de fuerzas”. In MARTOS QUESADA, Juan; BUENO SÁNCHEZ, Marisa (eds.) – *Fronteras en discusión. La Península Ibérica en el siglo XII*. Madrid: Almadayna, 2012. p. 23-38.

LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La Sede Compostelana y la Catedral de Santiago en la Edad Media”. In GARCÍA IGLESIAS, José Manuel (dir.) – *La Catedral de Santiago de Compostela*. Corunha: Xuntanza Editorial, 1993. p. 13-44.

LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Años Santos Romanos y Años Santos Compostelanos”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo G. (dir.) – *Santiago, Roma, Jerusalén. III Actas del III Congreso Internacional de Estudios Jacobeos*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1999. p. 213-242.

LÓPEZ ALSINA, Fernando – “La singularidad de Galicia en la Edad Media”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales*, 2003. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 61-75.

LÓPEZ ALSINA, Fernando – “Diego Gelmírez, las raíces del *Liber Sancti Jacobi* y el Códice Calixtino”. In *O século de Xelmírez*. Consello da Cultura Galega, 2013. p. 301-386.

LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. 2ª edição. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago; Universidade de Santiago de Compostela, 2015. (1ª edição: 1988).

LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Seminario Conciliar Central, 1899-1901. tomos II, III e IV.

LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo – “Textos y contextos de las primeras impresiones sobre los árabes en la Península ibérica”. In MARTÍNEZ GÁZQUEZ, José; CRUZ PALMA, Óscar de la; FERRERO HERNÁNDEZ, Cándida (ed.) – *Estudios de latín medieval hispánico. Actas del V Congreso Internacional de Latín Medieval Hispánico. Barcelona, 7-10 de septiembre de 2009*. Firenze: Sismel, Edizioni del Galluzzo, 2011. p. 891-900.

LÓPEZ SANGIL, José Luis – *La nobleza altomedieval gallega: la familia Froilaz-Traba*. A Coruña: Toxosoutos, 2002.

LUIS CORRAL, Fernando – “Leoneses y castellanos en el cerco de Zamora”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales*, 2003. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 391-410.

MAALOUF, Amin – *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. Tradução de G. Cascais Franco. 10ª edição. Lisboa: Difel, 2001. (edição original: *Les Croisades vues par les Arabes*, 1983).

MACCARRONE, Michele – “Papato e regno di Sicilia nel primo anno di pontificato di Innocenzo III”. In LAMBERTINI, Roberto (ed.) – *Nuovi studi su Innocenzo III*. Roma: Istituto storico italiano per il Medio Evo, 1995. p. 137-170.

MAILLEFER, Jean-Marie – “Vikings”. In GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2016. p. 1447-1448. (1º edição: 2002).

MAÍLLO SALGADO, Felipe – *Vocabulario de Historia árabe e islámica*. Madrid: Akal, 1996.

MANSILLA REOYO, Demetrio – *La documentación pontificia hasta Inocencio III (965-1216)*. Roma: Instituto Español de Estudios Eclesiásticos, 1955.

MANSILLA REOYO, Demetrio – *Geografía Eclesiástica de España. Estudio Histórico-Geográfico de las Diócesis*. Roma: Iglesia Nacional Española, 1994. vol. 2.

MARAVALL, José Antonio – “La idea de Reconquista en España durante la Edad Media”. *Arbor*. Tomo 28 (1954), p. 1-37.

MARAVALL, José Antonio – “El concepto de reino y los ‘Reinos de España’ en la Edad Media”. *Revista de Estudios Políticos*. Nº 73 (1954), p. 81-144.

MARAVALL, José Antonio – *Estudios de historia del pensamiento español. Serie primera: Edad Media*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica, 1967.

MARAVALL, José Antonio – *El concepto de España en la Edad Media*. 4ª edição. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997. (1ª edição: 1954).

MARENBOON, John – *Early Medieval Philosophy 480-1150: An Introduction*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 1998.

MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco – “Lettere e privilegi papali durante il pontificato di Ugo di Oporto (1112-1136). Nuovi studi ed ipotesi di ricerca”. *Cultura, espaço e Memória*. Nº 8 (2017), p. 91-107.

MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco – “The “territorialization” of the episcopal power in medieval Portugal: a study on the bullae of Popes Paschalis II and Calixtus II and the conflicts between the dioceses of Oporto, Braga and Coimbra (12th century)”. *Lusitania Sacra*. Tomo 37 (Janeiro-Junho 2018), p. 161-187.

MARIANI, Andrea; RENZI, Francesco – “As viagens de um bispo do século XII: D. Hugo do Porto (1112/1114-1136)”. In AMARAL, Luís Carlos; SILVA, A. (ed.) – *Do burgo do bispo à cidade dos mercadores*. Porto: CITCEM, no prelo.

MARÍN, Manuela – *Individuo y sociedad en Al-Andalus*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

MARQUES, André Evangelista; BARROCA, Mário Jorge; AMARAL, Luís Carlos – “As incursões vikings no Norte de Portugal”. In BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (coord.) – *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM, 2018. p. 143-184.

MARQUES, José – “O problema da primazia arquiépiscopal das Espanhas: Toledo ou Braga?”. In *Stvdivm Dilectvm: colectânea de homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida pelo seu 50º aniversário de actividade científica*. Lisboa, 1999. p. 199-222.

MARQUES, José – “Senhorio de Braga e arcebispos da independência”. *Bracara Augusta*. XLIX (2000), p. 127-174.

MARQUES, José – “Peregrinos e peregrinações medievais do ocidente peninsular nos caminhos da Terra Santa”. In RAMOS, Luís de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia (coord.) – *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. vol. II, p. 101-121.

MARQUES, José – “A Fronteira do Minho. Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média”. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. vol. II, p. 697-712.

MARQUES, José – “O Entre Minho e Lima: da diocese de Tui à diocese de Ceuta”. *Estudos Regionais*. II série, nº 1 (2007), p. 11-29.

MARROQUÍN, Besga Armando – “España y Edad Media. Sobre el uso del nombre de ‘España’ en las historias medievales”. *Letras de Deusto*. Vol. 40, nº 128 (2010), p. 9-28.

MARROQUÍN, Besga Armando – “El reparto del reino de Pamplona del año 1076”. In GAMBRA, Andrés; SUÁREZ, Fernando (coord.) – *Alfonso VI: “Imperator totius orbis Hispanie”*. Madrid: Sanz y Torres, 2011. p. 51-91.

MARROQUÍN, Besga Armando – “La hispanización de España”. *Letras de Deusto*. Vol. 42, nº 137 (2012), p. 117-156.

MARTÍ BONET, José María – *Roma y las iglesias particulares en la concesión del palio a los obispos y arzobispos de Occidente: años 513-1143*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1976.

MARTIN, Georges – “La invención de Castilla (Rodrigo Jiménez de Rada, Historia de rebus Hispaniae, V). Identidade, patria y mentalidades políticas”. 2006. [Consultado em 13/07/2024]. Disponível em <https://shs.hal.science/halshs-00113284>.

MARTIN, Georges – “Toponimia y “avidez de los reyes”: doble lexicalización de los territorios hispanos en la *Historia legionensis* (llamada *silensis*)”. Nº 14 (2012). [Consultado em 22/07/2024]. Disponível em <https://doi.org/10.4000/e-spania.21070>.

MARTÍN, José-Luis – “Pelayo Rodríguez, obispo de Santiago (977–985)”. *Anuario de estudios medievales*. Vol. 2 (1965), p. 467-477.

MARTÍN, José-Luis – “Reconquista y cruzada”. *Studia Zamorensia*. Nº 3 (1996), p. 215-241.

MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio histórico navarro”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 129-156.

MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “La restauración de la monarquía navarra y las Órdenes Militares (1134-1194)”. *Príncipe de Viana*. Año 63, nº 227 (2002), p. 851-861.

MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “Del reino de Pamplona al reino de Navarra”. *Príncipe de Viana*. Año nº 63, nº 227 (2002), p. 841-850.

MARTÍN DUQUE, Ángel J. – “Conformación medieval del reino de Navarra”. In LEIRA LÓPEZ, Xosé (ed.) – *Aulas no Camiño. Diálogos nun Camiño da Cultura Europea*. Ferrol: Universidade de Coruña, Servicio de Publicacións, 2007. p. 195-212.

MARTÍN MARTÍN, José Luis – “Repoblación de la Transierra (s. XII y XIII)”. In *Estudios dedicados a Carlos Callejo Serrano*. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres. Servicios Culturales, 1979. p. 477-497.

MARTÍN MARTÍN, Jose Luis – “León y Castilla: dos reinos y una Corona”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales, 2003*. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 106-135.

MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis – “La monarquía leonesa. Fernando I y Alfonso VI (1037-1109)”. In *El reino de León en la alta Edad Media. III, La monarquía Astur-Leonesa. De Pelayo a Alfonso VI (718-1109)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1995. p. 417-705.

MARTÍN VISO, Iñaki (ed.) – *Los procesos de formación del feudalismo: la península ibérica en el contexto europeo*. Gijón: Trea, 2023.

MARTÍNEZ, H. Salvador – *La rebelión de los burgos: crisis de estado y coyuntura social*. Madrid: Tecnos, 1992.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo – *Las comunidades de villa y tierra de la Extremadura castellana: estudio histórico-geográfico*. Madrid: Editora Nacional, 1983.

MARTÍNEZ DíEZ, Gonzalo – *Legislación conciliar del reino astur (718-910) e del reino de León (910-1230)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Caja España de Inversiones; Archivo Historico Diocesano, 2009.

MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”. *Fortunatae*. Nº 10 (1998), p. 231-245.

MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – *La Tierra de Campos Occidental. Poblamiento, poder y comunidad del siglo X al XIII*. Valladolid: Institución Cultural Simancas de la Diputación Provincial de Valladolid, 1985.

MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Tierra de Campos y León”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 185-211.

MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “Villas nuevas y planificación urbana en la Castilla medieval”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel del; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (dir.) – *Castilla y el mundo feudal: homenaje al profesor Julio Valdeón*. Valladolid: Junta de Castilla y León – Consejería de Cultura y Turismo; Universidad de Valladolid, 2009. vol. I, p. 469-484.

MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – “Les Francs. Les espaces, les lois et les noms des autres dans l’Espagne des XI^e et XII^e siècles”. In HENRIET, Patrick; DUCOS, Joëlle (dir.) – *Passages: Déplacements des hommes, circulation des textes et identités dans l’Occident médiéval: actes du colloque de Bordeaux (2-3 février 2007)*. Toulouse: FRAMESPA, 2013. p. 77-97.

MARTINS, Mário – *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*. 2^a edição. Lisboa: Edições Brotéria, 1957.

MASCANZONI, Leardo – *San Giacomo: il guerriero e il pellegrino. Il culto iacobeo tra la Spagna e l’esarcato (secc. XI-XV)*. Espoleto: CISAM, 2000.

MASSETTI, Francesco – “Ugo Candido, noto anche come Ugo di Remiremont”. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. 2020. vol. 97. [Consultado em 01/04/2024]. Disponível em [https://www.treccani.it/enciclopedia/ugo-candido-noto-anche-come-ugo-di-remiremont_\(Dizionario-Biografico\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/ugo-candido-noto-anche-come-ugo-di-remiremont_(Dizionario-Biografico)/).

MATTOSO, José – *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*. Lovaina: Publications Universitaires de Louvain, 1968.

MATTOSO, José – “Monges e Clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII)”. In *Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France. Actes du Colloque de Paris, 11-16 octobre 1982*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1983. p. 41-58.

MATTOSO, José – “O Condado Portucalense”. In SARAIVA, José Hermano (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1983. Vol. 2, p. 3-52.

MATTOSO, José – “A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença”. In *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. p. 171-196.

MATTOSO, José – “Prefácio”. In KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994. p. 7-9.

MATTOSO, José – “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. In MATTOSO, José (coord.) – *Antes de Portugal*. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. vol. I.

MATTOSO, José – “1096-1325”. In MATTOSO, José (coord.) – “A monarquia feudal (1096-1480)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. vol. II, p. 13-259.

MATTOSO, José – *A Identidade Nacional*. Gradiva, 1998.

MATTOSO, José – *O monaquismo ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

McCRANK, Lawrence J. – “Norman crusaders in the Catalan reconquest: Robert Burdet and the principality of Tarragona, 1129-1155”. *Journal of Medieval History*. Vol. 7, nº 1 (1981), p. 67-82.

McKITTERICK, Rosamond – “The Church”. In REUTER, Timothy – *The New Cambridge Medieval History. III: c. 900-c. 1024*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 130-161.

MENEGHELLO MATTE, Raimundo – “Una aproximación al linaje y la guerra como las fuentes de legitimación del poder regio en Castilla y León durante la plena Edad Media”. *Revista Chilena de Estudios Medievales*. Nº 4 (2013), p. 31-60.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *Los españoles en la Historia*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1959. (1ª edição: 1947).

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *La España del Cid*. 7ª edição. Madrid: Espasa-Calpe, 1969. vol. I. (1ª edição: 1929).

MERÊA, Paulo – “De ‘Portucale’ (civitas) ao Portugal de D. Henrique”. In *Estudos de História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006. p. 235-266. (1ª edição: Portucalense Editora, 1944).

MICHEAU, Françoise – “Les itinéraires maritimes et continentaux des pèlerinages vers Jérusalem”. In *Occident et Orient au X^e siècle: actes du IX^e Congrès de la Société des historiens médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public. Dijon, 2-4 juin, 1978*. Paris: Les Belles Lettres, 1979. p. 79-104.

MICHEAU, Françoise – “Sarrasins”. In VAUCHEZ, André (dir.) – *Dictionnaire encyclopédique du Moyen Âge*. Paris: Éditions du Cerf, 1997. tomo II, p. 1395.

MÍNGUEZ, José María – “El reino de Alfonso VI: Fronteras interiores y exteriores”. In ESTEPA DÍEZ, Carlos; FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina; RIVERA BLANCO, Javier (dir.) – *Alfonso VI y su legado. Actas del Congreso Internacional IX, Centenario de Alfonso VI (1109-2009): Sahagún, 29 de octubre al 1 de noviembre de 2009*. León: Diputación Provincial de León: Instituto Leonés de Cultura, 2012. p. 11-28.

MIRANDA, Ambrosio Huici – *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956.

MIRANDA GARCÍA, Fermín – “Legitimar al enemigo (musulmán) en las crónicas hispanocristianas (Ss. XI-XII)”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular: bases ideológicas e doutrinárias de um confronto (séculos X-XIV)*. Lisboa: Edições Colibri; Universidade Autónoma de Madrid, 2015. p. 249-269.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – “La Cristiandad Medieval y las Formulaciones Fronterizas”. In *Fronteras y fronterizos en la Historia*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Instituto Universitario de Historia Simancas, 1997. p. 7-62.

MOLÉNAT, Jean-Pierre – “Tolède, fin XI^e-début XII^e siècle: le problème de la permanence ou de l’émigration des Musulmans”. In LALIENA, Carlos; UTRILLA, Juan F. (ed.) – *De Toledo a Huesca. Sociedades medievales en transición a finales del siglo XI (1080-1100)*. Saragoça: Institución “Fernando el Católico”, 1998. p. 101-111.

MOLINA, Luis – “Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto”. *Al-Qantara. Revista de estudios árabes*. Vol. II, fascs. 1-2 (1981), p. 209-264.

MOLLAT, Michel – “Notes sur la vie maritime en Galice au XII^e siècle d’après l’«Historia Compostellana»”. *Anuario de Estudios Medievales*. Vol. 1 (1964), p. 531-540.

MOLLAT, Michel – *L'Europe et la mer*. Paris: Seuil, 1993.

MOLLAT, Michel – *A Europa e o mar*. Tradução de Maria Cândida Bulhões. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

MONNET, Pierre – “Allemagne”. In GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2016. p. 41. (1^o edição: 2002).

MONREAL ZIA, Gregorio – “El Señorío de Vizcaya: origen, naturaleza jurídica. Estructura institucional”. *Anuario de historia del derecho español*. Nº 43 (1973), p. 113-206.

MONSALVO ANTÓN, José María – “Los espacios del poder en la ciudad medieval. Impresiones a partir de cuatro casos: León, Burgos, Ávila y Salamanca”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *XII Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 30 de Julio al 3 de Agosto de 2001 – Los espacios de poder en la España medieval*. Logronho: Gobierno de La Rioja-Instituto de Estudios Riojanos, 2002. p. 97-147.

MONSALVO ANTÓN, José María – “Frontera pionera, monarquía en expansión y formación de los concejos de villa y tierra. Relaciones de poder en el realengo concejil entre el Duero y el Tajo (c. 1072-c. 1222)”. *Arqueología y Territorio Medieval*. Nº 10/2 (2003), p. 45-126.

MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – “El patronazgo artístico del arzobispo Gelmírez (1100-1140): su reflejo en la obra e imagen de Santiago”. In GAI, Lucia (ed.) – *Pistoia e il Cammino di Santiago. Una dimensione europea nella Toscana medioevale. Atti del Convegno Internazionale di Studi, Pistoia, 28-29-30 settembre 1984*. Nápoles: Edizioni Scientifiche Italiane, 1987. p. 245-272.

MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín – “El arte del camino de Santiago”. In MARTÍNEZ SÁIZ, Pablo (coord.) – *El Camino de Santiago*. Barcelona: Lunwerg, 1991. p. 17-25.

MORALEJO ÁLVAREZ, Serafín (ed.) – *Santiago, Camiño de Europa. Culto y Cultura en la Peregrinación a Compostela: Monasterio de San Martín Pinario, Santiago*, 1993. Fundación Caja de Madrid, 1993.

MORALES ROMERO, Eduardo – *Historia de los vikingos en España: ataques e incursiones contra los reinos cristianos y musulmanes de la Península Ibérica en los siglos IX-XI*. Madrid: Miraguano, 2004.

MOSKOWICH, Isabel – “El mito vikingo: el escandinavo como el «outro» en la Europa medieval”. *Cuadernos del CEMYR*. 10 (2002), p. 55-79.

MUR I RAURELL, Anna; LEPORE, Michele; ANZIVINO Antonio – *Sulle Orme dei Calatrava. I rapporti fra la Spagna e l'abbazia Sancti Angeli di Orsara di Puglia nel XII e XIII secolo*. Foggia: Pro Loco di Orsara di Puglia; Istituto Storico Austriaco di Madrid, 2007.

NAVARRO BAENA, Alberto – *El cabildo catedral de León: clero, monarquía y sociedad (1073-1289)*. Leioa: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2022.

NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. – “Los orígenes y el carácter del asentamiento de Torres de Oeste, a la luz del testimonio arqueológico”. In NAVEIRO LÓPEZ, Juan L. [et al.] – *Catoira na historia*. Pontevedra: Diputación Provincial de Pontevedra, Servicio de Publicaciones, 2002. p. 17-24.

NEVEUX, François – “Normandie”. In GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2016. p. 1000-1001. (1^o edição: 2002).

NEVEUX, François – “Normands”. In GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2016. p. 1001-1002. (1^o edição: 2002).

NIERMEYER, Jan Frederik; KIEFT, C. Van de (ed.) – *Mediae latinitatis lexicon minus*. 2^a edição revista. Leiden; Boston: Brill, 2002. 2 vols.

NORWICH, John Julius – *The Middle Sea: A History of the Mediterranean*. Londres: Vintage Books, 2006.

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Os tempos da cruzada, da conversão e do martírio”. In OLIVEIRA CAETANO, Joaquim; MACIAS, Santiago (ed.) – *Guerreiros e Mártires. A Cristandade e o Islão na formação de Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020. p. 44-53.

ORDÓÑEZ CUEVAS, Andrea María – “La Reconquista: construcción de un mito identitario. Usos políticos y discursivos de un concepto anacrónico”. *Nuestra Historia*. Nº 9 (2020), p. 55-72.

OURSEL, Raymond – “Cluny y el Camino”. In CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo (dir.) – *Santiago: la Europa del peregrinaje*. Barcelona: Lunwerk, 1993. p. 115-147.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Las revueltas compostelanas del siglo XII: un episodio en el nacimiento de la sociedad feudal”. *Sémata: Ciências Sociais e Humanidades*. Nº 1 (1988), p. 89-105.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen [et al.] – “La Tierra de Santiago, espacio de poder (siglos XII y XIII)”. In *Poder y sociedad en la Galicia medieval*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, 1992. p. 133-174.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La idea de frontera en la Historia Compostelana”. In *2º Congresso Histórico de Guimarães: actas do Congresso*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Universidade do Minho, 1996. vol. 2, p. 61-80.

PALLARES, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “La reina Urraca y el obispo Gelmírez. Nabot contra Jezabel”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Livraria Civilização, 2003. vol. II, p. 957-962.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “Compostela y Jerusalén: Reconquista y cruzada en el tiempo de Diego Gelmírez”. In MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José María; SER QUIJANO, Gregorio del (coord.). – *La Península en la Edad Media: treinta años después. Estudios dedicados a José-Luis Martín*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006. p. 271-286.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo – “De la función de los castillos en el tiempo y los espacios de Diego Gelmírez”. In CRUZ DÍAZ,

Pablo de la; CORRAL, Fernando Luis; MARTÍN VISO, Iñaki (eds.) – *El historiador y la sociedad: homenaje al profesor José M^a Mínguez*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013. p. 189-204.

PALUMBO, Pier Fausto – *Lo scisma del MCXXX. I precedenti, la vicenda romana e le ripercussioni europee della lotta tra Anacleto ed Innocenzo II*. Roma: Società Romana Storia Patria, 1942.

PARÉ, G.; BRUNET, A.; TREMBLAY, P. – *La Renaissance du XII^e siècle. Les écoles et l'enseignement*. Paris: J. Vrin; Ottawa: Institut D'Études Médiévales, 1933.

PARISSE, Michel – “Lorraine”. In GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2016. p. 848. (1^a edição: 2002).

PARISSE, Michel – “Lotharingie”. In GAUVARD, Claude; LIBERA, Alain de; ZINK, Michel (dir.) – *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 2016. p. 848-849. (1^a edição: 2002).

PASCUA ECHEGARAY, Esther – “South of the Pyrenees: kings, magnates and political bargaining in twelfth-century Spain”. *Journal of Medieval History*. 27 (2001), p. 101–120.

PASSINI, Jean – “El espacio urbano a lo largo del Camino de Santiago”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 247-269.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna – “Diego Gelmírez: una mentalidad al día. Acerca del rol de ciertas élites de poder”. In *Conflictos sociales y estancamiento económico de la España medieval*. Barcelona: Editorial Ariel, 1973. p. 103-131.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna – “Las primeras rebeliones burguesas en Castilla y León (siglo XII). Análisis histórico-social de una coyuntura”. In *Conflictos sociales y estancamiento económico en la España medieval*. Barcelona: Ariel, 1973. p. 13-101.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna – *Del Islam al Cristianismo. En las fronteras de dos formaciones económico-sociales: Toledo, siglos XI-XIII*. 2^a edição. Barcelona: Ediciones península, 1985.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna – “Sobre la construcción y la consolidación del sistema feudal castellano-leonés de los siglos XI-XII”. *Estudi General: Revista de la Facultat de Lletres de la Univesitat de Girona*. Nº 5-6 (1985-1986), p. 199-214.

PEINADO, Narciso – “La expedición de Almanzor a Santiago de Compostela en 997”. *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Letras y Nobles Artes*. Vol. 23, Nº 68 (1952), p. 288-296.

PEREIRA, Marta Inês Nunes – *A representação de cristãos e pagãos em “Das Rolandslied” de Pfaffe Konrad e no “Willehalm” de Wolfram von Eschenbach*. Porto: [Edição de Autor], 2004.

PÉREZ GONZÁLEZ, Maurilio (ed.) – *Lexicon latinitatis Medii Aevi Regni Legionis (s. VIII-1230) imperfectum. Léxico latinorromance del Reino de León (s. VIII-1230)*. Turnhout: Brepols, 2010. *Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*.

PÉREZ MARINAS, Iván – “Regnum Gothorum y Regnum Hispaniae en las crónicas hispano-cristianas de los siglos VIII y IX: continuación, fin o traslado en el relato de la conquista árabe”. *Estudios Medievales Hispánicos*. 2 (2013), p. 175-200.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – *El Dominio del Cabildo Catedral de Santiago de Compostela en la Edad Media (Siglos XII-XIV)*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, 1994.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco Javier – “Viajes y desplazamientos de los canónigos de Santiago en la Edad Media (siglos XII-XIV)”. In GARCÍA GUINEA, Miguel Ángel (dir.); HUERTA, Pedro Luis; HERNANDO, José Luis (coord.) – *Viajes y viajeros en la España medieval. Actas del V Curso de Cultura Medieval celebrado en Aguilar de Campoo (Palencia) del 20 al 23 de Septiembre de 1993*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real; Centro de Estudios del Románico; Madrid: Ediciones Polifemo, 1997. p. 331-344.

PÉRICARD-MÉA, Denise – *Compostelle et cultes de Saint Jacques au Moyen Âge*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

PIRES, Hélio – “De norte para sul: os vikings em Portugal”. In BARROCA, Mário Jorge; SILVA, Armando Coelho Ferreira da (coord.) – *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*. Porto: CITCEM, 2018. p. 111-126.

PIRES, Hélio – *Os Vikings em Portugal e na Galiza: as incursões nórdicas medievais no Ocidente Ibérico*. 4ª edição. Sintra: Zéfiro, 2019.

PIZARRO, José Augusto de Sottomayor – “De e para Portugal. A circulação de nobres na Hispânia medieval (séculos XII a XV)”. *Anuario de Estudios Medievales*. Nº 40, 2 (2010), p. 889-924.

POECK, Dietrich W. – *Cluniacensis ecclesia: der cluniacensische Klosterverband: (10.-12. Jahrhundert)*. Munique: Wilhelm Fink Verlag, 1998.

PORTELA SILVA, Ermelindo – “Del Duero al Tajo”. In GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel [et al.] – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Editorial Ariel, 1985. p. 85-122.

PORTELA SILVA, Ermelindo – “Galicia y la monarquía leonesa”. In *El Reino de León en la Alta Edad Media*. Leão: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1988. vol. VII, p. 11-70.

PORTELA SILVA, Ermelindo – “El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Galicia”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 229-245.

PORTELA SILVA, Ermelindo – *García II de Galicia. El Rey y el reino (1065-1090)*. Burgos: Editorial la Olmeda, 2001.

PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez. Los años de preparación (1065-1100)”. *Studia historica: Historia Medieval*. Vol. 25 (2007), p. 121-141.

PORTELA SILVA, Ermelindo – “Diego Gelmírez y el trono de Hispania. La coronación real del año 1111”. In *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013. p. 45-74.

PORTELA SILVA, Ermelindo – “La piedad impía. Sobre el uso político del culto a las reliquias”. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *O Imaginário Medieval. XVI Encontro Torres Vetas*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras; Instituto Alexandre Herculano, 2014. p. 101-107.

PORTELA SILVA, Ermelindo – *Diego Gelmírez (c. 1065-1140). El báculo y la ballesta*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2016.

POWERS, James F. – *A society organized for war: the iberian municipal militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*. Berkeley; Los Angeles; Londres: University of California Press, 1988.

PRACHE, Anne – “Les sources françaises de l’architecture de Saint-Jacques-de-Compostelle”. In RUCQUOI, Adeline (dir.) – *Saint-Jacques et la France. Actes du colloque des 18 et 19 janvier 2001 à la Fondation Singer-Polignac*. Paris: Les éditions du Cerf, 2003. p. 263-275.

PRAWER, Joshua – *Histoire du royaume latin de Jérusalem*. Tradução de G. Nahon. Paris: Éditions du C. N. R. S., 1969-1970. 2 vols.

PRINZ, Friedrich E. – “King, clergy and war at the time of the Carolingians”. In JONES, Charles Williams; KING, Margot H.; STEVENS, Wesley M. (ed.) – *Saints, Scholars, and Heroes: Studies in Medieval Culture in Honor of Charles W. Jones. II: Carolingian Studies*. Collegeville: Saint John’s Abbey and University, 1979. p. 301-329.

QUINTAVALLE, Arturo Carlo – “Reforma Gregoriana y orígenes del Románico”. In CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010. p. 204-231.

RAMOS Y LOSCERTALES, José María – “La sucesión del rey Alfonso VI”. *Anuario de Historia del Derecho Español*. XIII (1936-1941), p. 36-99.

REAL, Manuel Luís – “O projeto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português”. In *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Atas do congresso*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Faculdade de Teologia de Braga; Cabido metropolitano e primacial de Braga, 1990. vol. I, p. 435-511.

RECUERO ASTRAY, Manuel – *Alfonso VII, emperador: el imperio hispánico en el siglo XII*. Leão: Archivo Historico Diocesano; Caja de Ahorros y Monte de Piedad; Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1979.

RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Reino de León durante la primera mitad del siglo XII”. In *El reino de León en la alta Edad Media. IV: La monarquía (1109-1230)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1993. p. 7-76.

RECUERO ASTRAY, Manuel – “El Imperio hispánico”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.) – *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2011. p. 343-363.

REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Espacio y poder en la Castilla medieval. Los Montes de Torozos (siglos X-XIV)*. Valladolid: Editora Provincial, 1994.

REGLERO DE LA FUENTE, Carlos Manuel – *Cluny en España. Los prioratos de la provincia y sus redes sociales (1073-ca. 1270)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»; Caja España de inversiones; Archivo histórico diocesano, 2008.

REI, António – *O louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval – das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*. 2007. Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Medievais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

REI, António – “Literatura Moçárabe. Memória de uma cultura de resistência (Séculos VIII-XII)”. *Medievalista online*. Ano 4, nº 4 (2007). [Consultado em 01/07/2024]. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/1047>.

REILLY, Bernard F. – “The “Historia Compostelana”: The Genesis and Composition of a Twelfth-Century Spanish ‘Gesta’”. *Speculum*. Vol. 44, nº 1 (1969), p. 78-85.

REILLY, Bernard F. – “Existing Manuscripts of the «Historia Compostelana». Notes toward a Critical Edition”. *Manuscripta*. Vol. 15 (1971), p. 131-152.

REILLY, Bernard F. – “The chancery of Alfonso VII of León-Castile: The period 1116-1135 reconsidered”. *Speculum*. Vol. 51, nº 2 (1976), p. 143-161.

REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

REILLY, Bernard F. (ed.) – *Santiago, Saint-Denis, and Saint-Peter, The Reception of the Roman Liturgy in León-Castile in 1080*. Nova Iorque: Fordham University Press, 1985.

REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

REILLY, Bernard F. – *Cristãos e Muçulmanos. A luta pela Península Ibérica*. Tradução de Maria José Giesteira. Lisboa: Editorial Teorema, 1996.

REILLY, Bernard F. – *Las Españas medievales*. Tradução de José Manuel Álvarez Flórez. Barcelona: Península, 1996.

REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under King Alfonso VII, 1126-1157*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1998.

RENOUARD, Yves – *Études d'histoire médiévale*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1968. 2 vols.

RENZI, Francesco – *Nascita di una signoria monastica cistercense. Santa Maria di Chiaravalle di Fiastra tra XII e XIII secolo*. Epoleto: CISAM, 2011.

RENZI, Francesco – “Dal Portogallo alla Terra Santa. Gli itinerari di Maurizio «Burdino» (secoli XI-XII)”. In ROTILI, M.; EBANISTA, C. (ed.) – *Il Mediterraneo fra tarda antichità e medioevo: integrazione di culture, interscambi, pellegrinaggi. Atti del convegno di Cimitile-Santa Maria Capua Vetere, 15-16 giugno 2017*. Nápoles: Guida Editori, 2018. p. 207-218.

RENZI, Francesco – “Da Coimbra a Costantinopoli fino a Cluny. Il viaggio di Maurizio "Burdino" e la donazione della Croce all'abate Ponzio di Melgueil (1104-1112)”. In FERRERO, Marco (ed.) – *Un abate, un monastero, un Crocifisso. Ponzio di Melgueil da Cluny a Campus Sion*. Vicenza: Scriptorium, 2019. p. 19-44.

RENZI, Francesco; VENEZIANI, Enrico – “Alcune note sulla Riforma della Chiesa Romana nel pienomedioevo (secoli XI-XII)”. VS. 27 (2020), p. 5-33.

RENZI, Francesco; GOMES, Joana – “La frontiera occidentale dell'Hispania. Alla ricerca della Galizia e del Portogallo medievali (secoli VI-XII)”. In CALZONA, A.; CANTARELLA, G. M. (ed.) – *Autocoscienza del territorio, storie e miti dal mondo antico all'età moderna*. Verona: Scripta Edizioni, 2020. p. 77-91.

RENZI, Francesco – *Mauricius Bracaraensis archiepiscopus, quae est civitas Hispaniae: le fonti narrative europee sull'arcivescovo di Braga e antipapa Gregorio VIII Maurizio «Burdino» (secoli XII-XIII)*. Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021.

RENZI, Francesco – “O monaquismo Beneditino e o papado da reforma: influências recíprocas”. In *Atas do V Seminário Internacional “Ora et Labora” Refojos de Basto: leituras, textos e autores beneditinos*. Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2022. p. 131-146.

RENZI, Francesco – “A Cristianização da guerra na Idade Média (séculos VI-XI)”. *Itinerarium*. 69/229 (2023), p. 93-124.

REUTER, Timothy – “The making of England and Germany, 850-1050: points of comparison and difference”. In SMYTH, Alfred P. (ed.) – *Medieval europeans: studies in ethnic identity and national perspectives in medieval Europe*. Londres: Palgrave, 2002. p. 53-70.

REUTER, Timothy – “Introduction: reading the tenth century”. In REUTER, Timothy (ed.) – *The New Cambridge Medieval History. III: c. 900-c. 1024*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 1-24.

RIANT, Paul – *Expéditions et pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte au temps des Croisades*. Paris: Ad. Lainé et J. Havard, 1865.

RICHARD, Jean – “Quelques textes sur les premiers temps de l’Église Latine de Jérusalem”. In RICHARD, Jean – *Orient et Occident au Moyen Âge: contacts et relations (XII^e-XV^e s.)*. Londres: Variorum Reprints, 1976. p. 420-430. (Publicado originalmente em *Recueil Clovis Brunel*. Paris, 1955. II).

RILEY-SMITH, Jonathan; RILEY-SMITH, Louise – *The Crusades: Idea and reality, 1095-1274*. Londres: Edward Arnold, 1981.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The First Crusade and the idea of the Crusading*. Londres: Athlone Press, 1986.

RILEY-SMITH, Jonathan (ed.) – *The Atlas of the Crusades*. Londres: Times Books, 1991.

RILEY-SMITH, Jonathan – “History, the Crusades and the Latin East, 1095-1204: a personal view”. In SHATZMILLER, Maya (ed.) – *Crusaders and Muslims in twelfth-century Syria*. Leiden; Nova Iorque; Colónia: E. J. Brill, 1993. p. 1-17.

RILEY-SMITH, Jonathan – *The First Crusaders, 1095-1131*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RÍOS SALOMA, Martín F. – “La Reconquista: génesis de un mito historiográfico”. *Historia y Grafía*. Nº 30 (2008), p. 191-216.

RÍOS SALOMA, Martín F. – “La «Reconquista»: una aspiración peninsular? Estudio comparativo entre dos tradiciones historiográficas”. *Bulletin du centre de études médiévales d’Auxerre / BUCEMA*. Hors-série nº 2 (2008). [Consultado em 29/10/2023]. Disponível em <http://journals.openedition.org/cem/9702>.

RÍOS SALOMA, Martín F. – *La Reconquista. Una construcción historiográfica (siglos XVI-XIX)*. Madrid: Marcial Pons, 2011.

RÍOS SALOMA, Martín F. – “Usos políticos e historiográficos del concepto de Reconquista”. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*. Nº 17 (2011), p. 41-65.

RIVERA RECIO, Juan Francisco – “Primado de Toledo o Pirmado de las Españas”. In ALDEA VAQUERO, Quintin; MARÍN MARTÍNEZ, Tomas; VIVES GATELL, José (dir.) – *Diccionario de Historia Eclesiástica de España*. Madrid: Instituto Enrique Florez; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973. vol. 3, p. 2024-2027.

ROBINSON, Ian S. – *The papacy 1073–1198. Continuity and innovation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ROCHA, P. R. – “O peregrino a Santiago e a oración da Igrexa”. In MORALES ALVAREZ, Serafín (ed.) – *Santiago, Camiño de Europa. Culto e Cultura en la Peregrinación a Compostela*. Madrid: Fundación Caja de Madrid, 1993. p. 17-35.

RODAMILANS RAMOS, Fernando – *Los legados pontificios en la Península Ibérica hasta Inocencio III: génesis y evolución de una institución*. 2018. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid.

RODAMILANS RAMOS, Fernando – “Los concílios legatinos de Diego Gelmírez (1121-1125)”. In PULIDO, Manuel Lázaro; MORUJÃO, Carlos (ed.) – *Pensar la Edad Media cristiana. Concilios, conciliarismo y teología en la Edad Media... (y otros estudios)*. Madrid: Síndesis, 2020. p. 95-116.

RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – “Ideología política y crónicas monásticas: la concepción cluniacense de la realeza en la España del siglo XII”. *Anuario de Estudios Medievales*. Vol. 30, nº 2 (2000), p. 681-734.

RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro – “Anatema y guerra santa: apuntes en torno a la recepción medieval de la narrativa bíblica de *bellum sacrum*”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; GARCÍA FITZ, Francisco; PALACIOS ONTALVA, Santiago (ed.) – *Memoria y fuentes de la guerra santa peninsular (siglos X-XV)*. Gijón: Ediciones Trea, 2021. p. 77-101.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José Manuel – “Historiografía de las Cruzadas”. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, Historia Medieval*. Nº 13 (2000), p. 341-395.

ROESDAHL, Else; WILSON, David Mackenzie – *From Viking to Crusader: The Scandinavians and Europe, 800-1200*. Nova Iorque: Rizzoli, 1992.

ROTHRAUFF, Elizabeth P. – “Pisa”. In KLEINHENZ, Christopher (ed.) – *Medieval Italy: an encyclopedia*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 2004. vol. 2, p. 899-907.

RUCQUOI, Adeline – “Les Wisigoths fondement de la «nation Espagne»”. In FONTAINE, Jacques; PELLISTRANDI, Christine (dir.) – *L'Europe héritière de*

l'Espagne wisigothique: colloque international du C.N.R.S., tenu à la Fondation Singer-Polignac (Paris, 14-16 mai 1990). Madrid: Casa de Velazquez, 1992. p. 342-352.

RUCQUOI, Adeline – “«De grammaticorum schola»: La tradición cultural compostelana en el siglo XII”. In SAUCKEN, Paolo Caucci von (ed.) – *Visitandum est. Santos y cultos en el Codex Calixtinus (Actas del VIIº Congreso Internacional de Estudios Jacobeos)*. Xunta de Galicia, 2005. p. 235-254.

RUCQUOI, Adeline – “La cultura compostelana e el Camino de Santiago”. In CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010. p. 100-109.

RUCQUOI, Adeline – “Cluny, el camino francés y la reforma gregoriana”. *Medievalismo*. Nº 20 (2010) p. 97-122.

RUCQUOI, Adeline – “Diego Gelmírez: Un archevêque de Compostelle «pro-français»?”. *Ad Limina*. Vol 2, nº 2 (2011), p. 157-176.

RUCQUOI, Adeline – “Santiago de Compostela y Europa: ¿Intercambios? ¿Identidad?”. In MARTÍNEZ-MORÁS, Santiago López; MELÉNDEZ CABO, Marina; PÉREZ BARCALA, Gerardo (ed.) – *Identidad europea e intercambios culturales en el camino de Santiago (siglos XI-XV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2013. p. 27-49.

RUIZ ASENCIO, J. M. – “Campañas de Almanzor contra el reino de León (981-986)”. *Anuario de estudios medievales*. Vol. 5 (1968), p. 31-64.

RUIZ DE LA PEÑA, J. Ignacio – “Ciudades y sociedades urbanas en la frontera castellano-leonesa (1085-1250, circa)”. In *Aragón en la Edad Media. Las sociedades de frontera en la España bajo medieval: sesiones de trabajo. II Seminario de Historia Medieval*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Árabes e Islámicos, 1993. p. 81-109.

RUIZ DE LA PEÑA, J. Ignacio – “Repoblación y sociedades urbanas en el Camino de Santiago”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 271-314.

RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique – *Entre historias de la Edad Media*. Granada: Universidad de Granada, 2011.

RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique – “La frontera en la España medieval: una historia cultural”. In *Entre historias de la Edad Media*. Granada: Universidad de Granada, 2011.

RUIZ GÓMEZ, Francisco – “El Camino de Santiago: Circulación de hombres, mercancías e ideas”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *IV Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 2 al 6 de agosto de 1993*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 1994. p. 167-188.

RUIZ GÓMEZ, Francisco – “Identidad en la Edad Media: la culpa y la pena”. In ANTÓN, Isabel Alfonso; JARA FUENTE, José Antonio; MARTIN, Georges (ed.) – *Construir la identidad en la Edad Media. Poder y memoria en la Castilla de los siglos VII a XV*. Cuenca: Ediciones de la Universidad Castilla-La Mancha, 2010. p. 17-54.

RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas*. Tradução de Maria Isabel Canhoto e Maria Margarida Morgado. Lisboa: Livros Horizonte, 1993. (edição original: *A History of the Crusades*. Cambridge University Press, 1951-1954).

RUNCIMAN, Steven – *História das Cruzadas. II: O reino de Jerusalem e o Oriente Franco, 1100-1187*. Tradução de Maria Isabel Canhoto. Lisboa: Livros Horizonte, 1993. (edição original: 1952).

RUSSO, Luigi – *I crociati in Terrasanta. Una nuova storia (1095-1291)*. Roma: Carocci Editore, 2018.

SABATÉ, Flocel – “La noció d'Espanya a la Catalunya medieval”. *Acta historica et archaeologica mediaevalia*. Nº 19 (1998), p. 375-390.

SABATÉ, Flocel – “Frontera peninsular e identidad (siglos IX-XII)”. In SARASA SÁNCHEZ, Esteban (coord.) – *Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII. De la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad)*. Actas del Congreso celebrado los días 16, 17 y 18 de noviembre de 2005, en Ejea de los Caballeros, Sos del Rey Católico y Uncastillo (Zaragoza). Saragoça: Institución “Fernando el Católico”, 2007. p. 47-94.

SABATÉ, Flocel; FONSECA, Luís Adão da – “The Spain that never was: the Iberian Peninsula from its peripheries”. In SABATÉ, Flocel; FONSECA, Luís Adão da (ed.) – *Catalonia and Portugal: the Iberian Peninsula from the periphery*. Berna: Peter Lang, 2015. p. 9-41.

SALAZAR ACHA, Jaime de – “El linaje castellano de Castro en el siglo XII: consideraciones e hipótesis sobre su origen”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía*. Nº 1 (1991), p. 33-68.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *España: Un enigma histórico*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1956. 2 vols.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *Despoblación y repoblación del valle del Duero*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires; Instituto de Historia de España, 1966.

SÁNCHEZ BADIOLA, Juan José – “La administración territorial en el oriente leonés durante la Plena Edad media (1037-1230)”. In FERNÁNDEZ CATÓN, José María (dir.) – *El reino de León en la Edad Media*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”; Caja España de Inversiones; Archivo Histórico Diocesano, 2003. vol. X, p. 11-468.

SÁNCHEZ DE MORA, Antonio – *La nobleza castellana en la Plena Edad Media: el linaje de Lara (ss. XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas, 2003. 2 tomos. Tese de Doutoramento.

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Xosé Manuel – “La proyección política de Alfonso VII: un análisis comparativo de la *Chronica Adefonsi Imperatoris* y la *Historia Compostellana*”. *Edad Media: revista de Historia*. Nº 4 (2001), p. 143-155.

SCHMALE, Franz Josef – *Studien zum Schisma des Jahres 1130*. Colónia-Graz: Böhlau, 1961.

SÉNAC, Philippe – *L'image de l'autre, histoire l'Occident médiéval face à l'Islam*. Paris: Flammarion, 1983.

SÉNAC, Philippe (ed.) – *Frontières et espaces pyrénéens au Moyen Âge*. Perpignan: Université de Perpignan, 1992.

SÉNAC, Philippe – “Du hisn musulman au «castrum» chrétien: le peuplement rural de la Marche supérieure et la Reconquête aragonaise”. In LALIENA, Carlos; UTRILLA, Juan F. (ed.) – *De Toledo a Huesca. Sociedades medievales en transición a finales del siglo XI (1080-1100)*. Saragoça: Institución “Fernando el Católico”, 1998. p. 113-130.

SÉNAC, Philippe – *La frontière et les hommes (VIII^e-XII^e siècle). Le peuplement musulman au nord de l'Ebre et les débuts de la reconquête aragonaise*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000.

SÉNAC, Philippe – “La frontera aragonesa en los siglos XI y XII. Pro defensionem christianorum et confusionem sarracenorum”. *Territorio, Sociedad y Poder: revista de estudios medievales*. 4 (2009), p. 151-166.

SERGI, Giuseppe – “L’idea di medioevo”. In ARTIFONI, Enrico (ed.) – *Storia Medievale*. Roma: Donzelli, 1998. p. 3-41.

SESMERO, Francisco – “Los primeros Señores de Vizcaya. Historia y Leyenda”. In *Edad Media y señoríos: el señorío de Vizcaya. Simposium que tuvo lugar en la Biblioteca Provincial de Vizcaya, los días 5, 6 y 7 de Marzo de 1971*. Bilbao: Diputación Provincial de Vizcaya, 1972. p. 53-92.

SIGAL Pierre André – *Les marcheurs de Dieu: pèlerinages et pèlerins au Moyen Age*. Paris: Armand Colin, 1974.

SIGAL, Pierre André – “Les différents types de pèlerinages”. In *Santiago de Compostela. 1000 Ans de Pèlerinage Européen*. Gante: Crédit Communal, 1985. p. 97-101.

SIGAL, Pierre André – “La frontière pyrénéenne d'après le *Guide du Pèlerin de Saint-Jacques*”. In SÉNAC, Philippe (ed.) – *Frontières et espaces pyrénéens au Moyen Âge*. Perpignan: Université de Perpignan, 1992. p. 39-46.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – “Portugal no reino de León. Etapas de uma relação (866- 1179)”. In *El Reino de León en la Alta Edad Media. IV. La Monarquía (1109-1230)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro; Caja España de Inversiones; Caja de Ahorros y Monte de Piedad; Archivo Histórico Diocesano de León, 1993. vol. 4, p. 533-625.

SILVA, Maria João Violante Branco Marques da; DIAS, Isabel de Barros – “Metamorfoses de Urraca de Castela-Leão e de Teresa de Portugal: Construções e desconstruções das imagens de duas rainhas”. In LÓPEZ DE CASTRO, Armando; CUESTA TORRE, Luzdivina María (ed.) – *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Literatura Medieval (Universidad de León, 20 al 24 de Septiembre de 2005)*. Leão: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 2007. vol 1, p. 335-347.

SIMÕES, José – *As representações do saber. Uma visão dos letrados nas crónicas portuguesas tardomedievais*. 2019. Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora.

SIMÕES, José – “A recordação e o lugar. A construção da memória dos espaços na IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra”. In COELHO, André Madruga; SOUSA, Silvana R. Vieira de (dir.) – *Juvenes – The Middle Ages seen by young researchers*. Évora: Publicações do Cidehus, 2020. [Consultado em 07/01/2021]. Disponível em <https://books.openedition.org/cidehus/9351>.

SINCLAIR, S. – *Atlas de géographie historique de la France et de la Gaule: de la conquête Césarienne à nos jours*. Paris: SEDES, 1985.

SINGUL, Francisco – *Diego Gelmírez, señor de Torres de Oeste*. Catoira: Concello de Catoira; Madrid: Ibersaf, 2014.

SIRANTOINE Hélène – “Memoria construída, memoria destruída: la identidad monárquica a través del recuerdo de los emperadores de *Hispania* en los diplomas de los soberanos castellanos y leoneses (1065-1230)”. In ANTÓN, Isabel Alfonso; JARA FUENTE, José Antonio; MARTIN, Georges (ed.) – *Construir la identidad en la Edad Media. Poder y memoria en la Castilla de los siglos VII a XV*. Cuenca: Ediciones de la Universidad Castilla-La Mancha, 2010. p. 225-247.

SIRANTOINE, Hélène – *Imperator Hispaniae. Les idéologies impériales dans le royaume de León (IX^e-XII^e siècles)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2012.

SLAUGHTER, John E. – “De nuevo sobre la batalla de Uclés”. *Anuario de Estudios Medievales*. 9 (1974-1979), p. 393-404.

SMITH, Damian J. – “Sancho Ramírez and the roman rite”. *Studies in Church History*. Vol. 32 (1996), p. 95-105.

SMYTH, Alfred P. – “The Emergence of English identity, 700-1000”. In SMYTH, Alfred P. (ed.) – *Medieval europeans: studies in ethnic identity and national perspectives in medieval Europe*. London: Palgrave, 2002. p. 24-52.

SOLÍS PARGA, Pilar – “El tratamiento de los castillos en la *Historia Compostelana*”. In *Congreso de jóvenes historiadores y geógrafos. Actas. Celebrado en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid del 12 al 16 de diciembre de 1988*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1990. vol. 1, p. 621-630.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel – “Villas y redes portuarias en la fachada atlántica del norte peninsular”. In VAL VALDIVIESO, María Isabel del; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual (dir.) – *Castilla y el mundo feudal: homenaje al profesor Julio Valdeón*. Valladolid: Junta de Castilla y León – Consejería de Cultura y Turismo; Universidad de Valladolid, 2009. vol. I, p. 485-502.

SOTO RÁBANOS, José María – “Braga y Toledo en la polémica primacial”. In *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990. vol. II/1, p. 15-46.

SOTO RÁBANOS, José María – “Las escuelas urbanas y el renacimiento del siglo XII”. In IGLESIA DUARTE, J. I. (coord.) – *La enseñanza en la Edad Media: X Semana de Estudios Medievales, Nájera 1999*. Instituto de Estudios Riojanos, 2000. p. 207-242.

SOUSA, José Alexandre Ribeiro de – *In finibus Gallecie. A Reconquista no actual território português. O contexto de um processo dinâmico, 868-1064*. 2016. Dissertação de Mestrado em História, especialidade em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SPIEGEL, Gabrielle M. – *The past as text: the theory and practice of medieval historiography*. Baltimore-London: The John Hopkins University Press, 1997.

STALLEY, Roger – “Pèlerinage maritime a Saint-Jacques”. In *Santiago de Compostela. 1000 Ans de Pèlerinage Européen*. Gante: Crédit Communal, 1985. p. 123-128.

STORRS, Constance Mary – *Jacobean pilgrims from England to St. James of Compostella: from the early twelfth to the late fifteenth century*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1994.

STROLL, Mary – *The Jewish Pope: Ideology and Politics in the Papal Schism of 1130*. Leiden, 1987.

STROLL, Mary – *Calixtus II (1119-1124): a Pope born to rule*. Leiden-Boston: Brill, 2004.

SUÁREZ BELTRÁN, Soledad – “El Camino de Santiago como elemento articulador del espacio en la Asturias medieval”. In *El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico. XX Semana de Estudios Medievales. Estella, 26 a 30 de julio de 1993*.

Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1994. p. 213-227.

SUÁREZ BELTRÁN, Soledad – “Los orígenes medievales del particularismo asturiano”. In *Fundamentos medievales de los particularismos hispánicos. IX Congreso de Estudios Medievales*, 2003. Leão: Fundación Sánchez-Albornoz, 2005. p. 78-104.

TELLENBACH, Gerd – *Church, State and Christian society at the time of the Investiture Contest*. Tradução de R. F. Bennett. Oxford: Basil Blackwell, 1966. (1ª edição: *Libertas: Kirche und Weltordnung im Zeitalter des Investiturstreites*. W. Kohlhammer, 1936).

THUMSER, Matthias – “Die Frangipane. Abriß der Geschichte einer Adelsfamilie im hochmittelalterlichen Rom”. *Quellen und Forschungen aus italienischen Archiven und Bibliotheken*. Vol. 71 (1991), p. 106-163.

THUMSER, Matthias – “Frangipane, Leone”. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. 1998. vol. 50. [Consultado em 27/06/2023]. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/leone-frangipane_\(Dizionario-Biografico\)](http://www.treccani.it/enciclopedia/leone-frangipane_(Dizionario-Biografico)).

THUMSER, Matthias – “Frangipane, Cencio”. In *Dizionario Biografico degli Italiani*. 1998. vol. 50. [Consultado em 27/06/2023]. Disponível em http://www.treccani.it/enciclopedia/cencio-frangipane_%28Dizionario-Biografico%29/.

TORRES SEVILLA-QUIÑONES DE LEÓN, Margarita C. – “Cruzados y peregrinos leoneses y castellanos en Tierra Santa (ss. XI-XII)”. *Medievalismo*. 9 (1999), p. 63-82.

TOUBERT, Pierre – “Frontière et frontières: un objet historique”. In POISSON, Jean-Michel (ed.) – *Castrum 4: Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Âge. Seminario celebrado en Erice (Trapani) en septiembre de 1988*. Madrid: Casa de Velázquez, 1992.

TWYMAN, Susan – “Papal Adventus at Rome in the Twelfth Century”. *Historical Research*. Vol. 69, nº 170 (1996), p. 233-253.

TYERMAN, Christopher – *The invention of the Crusades*. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

TYERMAN, Christopher – *The World of the Crusades*. New Haven-Londres: Yale University Press, 2019.

UBIETO ARTETA, Antonio – “Navarra-Aragón y la idea Imperial de Alfonso VII de Castilla”. In *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*. Saragoça: Escuela de Estudios Medievales, 1946. vol. VI. p. 41-82.

UBIETO ARTETA, Antonio – “El destierro del obispo compostelano Diego Peláez en Aragón”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*. Tomo VI, fasc. XVIII (1951), p. 43-51.

UBIETO ARTETA, Antonio – “Las fronteras de Navarra”. *Príncipe de Viana*. Año nº 14, nº 50-51 (1953), p. 61-96.

UBIETO ARTETA, Antonio – “El sentimiento antileonés en el Cantar de Mío Cid”. *En la España medieval*. Nº 1 (1980), p. 557-574.

UBIETO ARTETA, Antonio – *Historia de Aragón. La formación territorial*. Saragoça: Anubar Ediciones, 1981.

ULLMANN, W. – *A short history of the Papacy in the Middle Ages*. Londres: Routledge, 2003.

URÍA RÍU, Juan – “Los normandos en las costas del reino de Asturias en el reinado de Ramiro I (844)”. *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos*. Año IX, nº XXVI (1955), p. 356-381.

UTRILLA UTRILLA, Juan Fernando – “Conquista, guerra santa y territorialidad en el reino de Aragón: hacia la construcción de un nuevo orden feudal (1064-1194)”. In SARASA SÁNCHEZ, Esteban (coord.) – *Las Cinco Villas aragonesas en la Europa de los siglos XII y XIII. De la frontera natural a las fronteras políticas y socioeconómicas (foralidad y municipalidad)*. *Actas del Congreso celebrado los días 16, 17 y 18 de noviembre de 2005, en Ejea de los Caballeros, Sos del Rey Católico y Uncastillo (Zaragoza)*. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 2007. p. 95-128.

UTRILLA UTRILLA, Juan Fernando – “La sociedad de frontera en el Aragón Meridional en los siglos XII y XIII: Cristianos, mudéjares y judíos”. In GARCÍA FITZ, Francisco; JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francsico (coord.) – *La historia peninsular en los espacios de frontera: las “Extremaduras históricas” y la “Transierra” (siglos XI - XV)*. Ediciones de la Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2012. p. 321-350.

VALCÁRCEL, Vitalino – “La historiografía latina medieval de Hispania, un quehacer de la filología latina hoy”. *HID*. Nº 32 (2005), p. 329-362.

VÁZQUEZ, Rosa – “Gelmírez y el culto jacobeo en Italia”. In CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, Manuel António (dir.) – *Compostela y Europa. La historia de Diego Gelmírez*. Santiago de Compostela: S.A. de Xestión do Plan Xacobeo; Milão: Skira, 2010. p. 270-279.

VÁZQUEZ DE PARGA, Luis – “La revolución comunal de Compostela en los años 1116 y 1117”. *Anuario de Historia del Derecho Español*. Nº 16 (1945), p. 685-703.

VÁZQUEZ DE PARGA, Luis; LACARRA, José María; URÍA RÍU, Juan – *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*. Madrid: Escuela de Estudios Medievales; Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948-1949. 2 tomos.

VELOSO, Maria Teresa Nobre – “D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa”. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006. vol. IV, p 125-135.

VENEZIANI, Enrico – *The Papacy and Ecclesiology of Honorius II (1124-1130) Church Governance after the Concordat of Worms*. Boydell Press, 2023.

VENEZIANI, Enrico – “Cum enim sit ecclesie Romane vassallus: some observations on a letter of Pope Honorius III about James I of Aragon”. *Lusitania Sacra*. Nº 48 (2023), p. 123-144.

VENEZIANI, Enrico; RENZI, Francesco – “Reframing the lives of Gelasius II, Calixtus II and Honorius II in the context of the 1130 Schism”. *Journal of Ecclesiastical History*. Vol. 75, nº 2 (2024), p. 211-230.

VERGER, J. – “Les moyens de la connaissance”. In FAVIER, Jean (dir.) – *La France médiévale*. Paris: Fayard, 1983. p. 489-507.

VETERE, Benedetto – “Europa Mediterránea: Peregrinos y guerreros, peregrinos guerreros”. *Ad Limina*. Vol. I (2010), p. 81-110.

VIANA, Mário – “A Memória Regional na Analística Portuguesa dos séculos XI e XII”. *Estudos Medievais*. Nº 10 (1993), p. 59-77.

VIGUERA MOLÍNS, María Jesús – *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

VIGUERA MOLÍNS, María Jesús – “Historia Política”. In VIGUERA MOLÍNS, María Jesús (coord.) – *Los reinos de Taifas. Al-andalus en el siglo XI*. In JOVER ZAMORA, José María (dir.) – *Historia de España de Menéndez Pidal*. Madrid: Espasa Calpe, S. A., 1994. tomo VIII-1, p. 29-129.

VILLAR GARCÍA, Luis Miguel – *La Extremadura castellano-leonesa: guerreros, clérigos y campesinos (711-1252)*. Valladolid: Junta de Castilla y León; Consejería de Educación y Cultura, 1986.

VONES, Ludwig – *Die «Historia Compostellana» und die Kirchenpolitik des nordwestspanischen Raumes. 1070-1130. Ein Beitrag zur Geschichte der Beziehungen zwischen Spanien und dem Papsttum zu Beginn des 12. Jahrhunderts*. Colónia-Viena, 1980.

VONES, Ludwig – “Diego Xelmírez et les courants de la politique ecclésiastique de son temps”. In *O século de Xelmírez*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013. p. 95-115.

WASSERSTEIN, David J. – “The emergence of the Taifa Kingdom of Toledo”. *Al-Qantara: Revista de Estudios Árabes*. Vol. 21, fasc. 1 (2000), p. 17-56.

WEBB, Dianna – *Medieval European pilgrimage, c. 700-c. 1500*. Houndmills; Nova Iorque: Palgrave, 2002.

WEBER, Benjamin – “El término cruzada y sus usos en la Edad Media. La asimilación lingüística como proceso de legitimación”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; HENRIET, Patrick; PALACIOS ONTALVA, Y. J. Santiago – *Orígenes y desarrollo de la guerra santa en la Península Ibérica. Palabras e imágenes para una legitimación (siglos X-XIV)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016. p. 221-234.

WHALEN, Brett E. – “The Papacy”. In SWANSON, R. N. (ed.) – *The Routledge History of Medieval Christianity, 1050-1500*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 5-17.

WHITE, Hayden – “The Historical Text as literary artifact”. In *Tropics of Discourse: essays in Cultural Criticism*. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 1978. p. 81-100.

WIEDEMANN, Benedict G. E. – “The kingdom of Portugal, homage and papal ‘fiefdom’ in the second half of the twelfth Century”. *Journal of Medieval History*. 41 (4) (2015), p. 432-445.

WIEDEMANN, Benedict G. E. – *Papal Overlordship and European Princes, 1000-1270*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

WILLIAMS, John – “¿Arquitectura del Camino de Santiago?”. *Quintana*. Nº 7 (2008), p. 157-177.

WILSON, Jonathan – “The Enigma of the *De Expugnatione Lyxbonensi*”. *Journal of Medieval Iberian Studies*. Vol. 9, nº 1 (2017), p. 99-129.

WINROTH, Anders – *The Conversion of Scandinavia: Vikings, Merchants and Missionaries in the Remaking of Northern Europe*. New Haven: Yale University Press, 2012.

WOOLF, Greg – *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – “Historiografía e iconografía del Apóstol Santiago: vita, translatio e inventio”. In *XXVI Ruta Cicloturística del Románico-Internacional*, 3 febrero-22 junio 2008. Pontevedra: Fundación Cultural Rutas del Románico, 2008. p. 167-172.

YZQUIERDO PERRÍN, Ramón – “Diego Gelmírez y los inicios del Románico en Galicia”. In *O século de Xelmírez*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2013. p. 207-243.

ZIMMERMANN, Michel – “L’image du musulman et son utilisation en Catalogne du IX^e au XII^e siècle”. In TUCOO-CHALA, Pierre (dir.) – *Minorités et marginaux en Espagne et dans le midi de la France (VII^e-XVIII^e siècle)*. Actes du colloque de Pau, 27-29 mai 1984. Paris: Éditions du CNRS, 1986. p. 471-496.

ZIMMERMANN, Michel – “Le concept de *Marca hispánica* et l’importance de la frontière dans la formation de la Catalogne”. In *La marche supérieure d’Al-Andalus et l’occident chrétien. Actes recueillis et présentés par Philippe Sénac*. Madrid: Casa de Velázquez; Universidad de Zaragoza, 1991. p. 29-49.

ZIMMERMANN, Michel – “Le rôle de la frontière dans la formation de la Catalogne (IX-XII^{ème} siècle)”. In *Aragón en la Edad Media. Las sociedades de frontera en la España bajo medieval: sesiones de trabajo. II Seminario de Historia Medieval*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, Departamento de Historia Medieval, Ciencias y Técnicas Historiográficas y Estudios Árabes e Islámicos, 1993. p. 7-29.

Anexos

Quadro 1 – Corónimos extrapeninsulares

Corónimo	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Alemanha	Região do Império germânico, governado nesta época por Henrique IV (1056-1106), Henrique V (1106-1125) e Lotário III (1125/1133-1137).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Alemania</i> (II, 50.1: narrativa; III, 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	2
Apúlia	Uma das regiões sob domínio normando depois da conquista da sua principal cidade, Bari, em 1071, governada mais tarde por Rogério II da Sicília (1130-1154).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Apulia</i> (II, 27: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 64.6: narrativa)	2
Aquitânia	Ducado governado pelos condes de Poitiers, Guilherme IX o <i>Trovador</i> (1086-1126) e Guilherme X (1126-1137), que englobava pequenas regiões, tais como Limousin, Auvérnia e Poitou.	Geraldo	<i>Aquitania</i> (II, 5: narrativa)	1
Auvérnia	Entidade pertencente ao ducado da Aquitânia e governada pelos condes de Auvérnia. Atual região central de França.	Geraldo	<i>Aluernia</i> (II, 1; II, 5; II, 7.1; II, 7.2; II, 8.1; II, 10: narrativa; II, 7.2: carta do papa Gelásio II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Aluerniensis concilium</i>	5

			(II, 8.2: narrativa)	
Borgonha	O condado da Borgonha estava sob domínio imperial e o ducado com o mesmo nome, entre os rios Saône e Loire, pertencia ao reino de França.	Geraldo	<i>Burgundia</i> (II, 9; II, 13.2; II, 15.3; II, 49.1: narrativa)	4
Flandres	O condado da Flandres era um feudo dos condes vassalos do rei de França e englobava cidades importantes como Bruges e Ghent.	Geraldo	<i>Flandria</i> (II, 5: narrativa)	1
França	Reino dominado pela dinastia dos Capetos: Filipe I (1060-1108), Luís VI (1108-1137) e Luís VII (1137-1180). Os monarcas tinham poder, essencialmente, no espaço em torno do eixo Paris-Orleães.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Francia</i> (I, 114.13; II, 3.1; II, 5; II, 9; II, 13.2; II, 49.1; III, 25.1: narrativa; III, 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	8
Gália	Originalmente uma entidade componente do Império Romano, o seu nome permaneceu durante a Idade Média como conceito geográfico.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Galliae</i> (II, 4.2; II, 9; II, 12.2; II, 14.1; II, 14.2; III, 25.1: narrativa) <i>Gallia</i> (II, 12.2; II, 50.1; III, 27.1: narrativa)	7
Inglaterra	O reino de Inglaterra uniu-se à Normandia com Guilherme I (1066-1087), conjunto que se separou durante o reinado de Guilherme II o Vermelho	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Anglia</i> (I, 76.1; II, 5; II, 50.1: narrativa; III 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	4

	(1087-1100), e se voltou a unir com Henrique I (1100-1135).			
Israel	Referências bíblicas.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Israel</i> (I, prólogo; I, 33; I, 86.3; II, 62.3; II, 86.3: narrativa; I, 101.4: carta do cardeal romano João de Gaeta dirigida a Diego Gelmírez)	6
Itália	O norte de Itália era um reino integrante do Império germânico, mas algumas cidades – as <i>Comuni</i> – tinham uma forte autonomia. Em Roma e nos territórios adjacentes, o poder era disputado entre os imperadores, os papas e as famílias aristocráticas. A parte sul era dominada pelos normandos e uniu-se ao reino da Sicília com Rogério II.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Italia</i> (II, 48.5: carta do papa Calisto II dirigida ao rei Afonso VII) <i>Latium</i> (II, 50.1: narrativa) <i>Ytalia</i> (III, 50.3: carta do cardeal romano Guido dirigida a Diego Gelmírez e restantes cónegos compostelanos)	3
Lotaríngia	Nome traduzido como “Lorena” por Manuel Suárez e José Campelo. O reino original da Lotaríngia de Lotário II foi dividido em 959 entre a Baixa Lorena e a Alta Lorena, que no século XII passou a ser designada simplesmente como Lorena.	Pedro Marcio	<i>Lotharingia</i> (III, 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Normandia	Ducado formado pelos “vikings” em 911, tendo como cidade mais importante	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Normania</i>	3

	Rouen. Esteve unido a Inglaterra em 1066 com Guilherme (1035-1087), separou-se deste reino com o duque Roberto II (1087-1106) e voltou a unir-se-lhe com o rei Henrique I (1106-1135).		(II, 5; II, 16.1: narrativa; III, 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	
Sicília	A Sicília foi governada pelos condes normandos Rogério I (1072-1101) e Rogério II (1105-1130), que foi proclamado rei em 1130 do Reino normando da Sicília, que englobava as regiões da Apúlia e de Calábria.	Pedro Marcio	<i>Cicilia</i> (II, 64.6: narrativa)	1

Quadro 2 – Topónimos extrapeninsulares

Topónimo	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Anagni	Atual cidade italiana na província de Frosinone.	Pedro Marcio	<i>Anagnie</i> (II, 58: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Arles	Sede de arcebispado sob domínio imperial junto à fronteira com o reino de França. Atual cidade francesa do departamento de Bouches-du-Rhône.	Geraldo	<i>Arelatum</i> (II, 21: narrativa)	1
Ascalão	Lugar no Médio Oriente sob domínio islâmico, conquistado pelos cristãos em 1153. Atual cidade de Israel.	Geraldo	<i>Ascalon</i> (II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez)	1
Assur	Lugar no Médio Oriente sob domínio islâmico. Atual Tiro, no Líbano.	Geraldo	<i>Assur</i> (II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez)	1
Auch	Sede de arcebispado na Gasconha. Atual cidade francesa do departamento de Gers.	Geraldo	<i>ciuitatem Auxum; Auxo</i> (II, 20.1: narrativa)	1
Babilónia	Território muçulmano no século XII. Atual Bagdade, capital do Iraque.	Geraldo	<i>Babylon</i> (II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez)	1

			<i>Babilonia</i> ¹⁴⁶⁰ (II, 53.7: narrativa)	
Baiona	Cidade portuária da Gasconha e sede de bispado sufragânea de Auch. Atual cidade francesa do departamento dos Pirenéus Atlânticos.	Geraldo	<i>Labordensem ciuitatem</i> (II, 20.1: narrativa)	1
Bari	Importante cidade da Apúlia, submetida em 1071 ao domínio normando por Roberto Guiscard, e mais tarde integrante do reino normando da Sicília. Atual cidade italiana.	Geraldo	<i>Barum</i> (II, 27: carta de Calisto II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Beauvais	Sede de bispado e senhorio eclesiástico situado no domínio régio dos reis Capetos. Atual cidade francesa do departamento de Oise.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Beluaci</i> (I, 109.4: narrativa; III, 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	2
Benevento	Enclave romano nos domínios normandos. Atual cidade italiana da região da Campânia.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Beneuenti</i> (I, 45; I, 105.2: cartas do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 106: carta do papa Pascoal II dirigida a todos os clérigos da Hispânia) <i>Beneuentanas partes</i> (II, 27: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez)	4

¹⁴⁶⁰ Referência bíblica.

Beueriis ¹⁴⁶¹	Bouvières, entre Crest e Gap, ou Viviers, no departamento de Ardèche ¹⁴⁶² .	Geraldo	(II, 31.2: Carta do papa Calisto II dirigida aos clérigos e laicos da Hispânia)	1
Cahors	Lugar nos principados a sul do Loire. Atual cidade francesa do departamento de Lot.	Munio Afonso	<i>Caturnicensem urbem</i> (I, 16.3: narrativa)	1
Cartago	Cidade no Norte de África dominada pelo Islão durante a redação da crónica, embora cristã no episódio narrado ¹⁴⁶³ . Corresponde à atual Tunes, na Tunísia.	Munio Afonso	<i>Cartaginensis concilii</i> (I, 41: carta do papa Pascoal II dirigida aos bispos Geraldo de Braga, Afonso de Tui e Diego Gelmírez)	1
Châlons	Corresponde a Châlons-sur-Marne, cidade episcopal próxima do domínio régio, hoje denominada Châlons-en-Champagne, cidade francesa do departamento de Marne.	Pedro Marcio	<i>Catalauni</i> (III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez; III, 25.3: carta do papa Inocêncio II dirigida ao arcebispo de Braga, Paio Mendes)	1
Chartres	Sede de bispado próxima do domínio régio dos Capetos. Atual cidade francesa do departamento de Eure-et-Loir.	Pedro Marcio	<i>Carnotum</i> (III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Clermont	Clermont-Ferrand, sede de bispado e cidade central da Auvérnia. Atual cidade	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Clarum Montem</i> (I, 5.1; I, 16.5; II, 1; II, 5; II, 8.1: narrativa; III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	6

¹⁴⁶¹ De acordo com a versão de Emma Falque, embora a de José Campelo e a de Enrique Flórez apresentem *Veneriis*.

¹⁴⁶² *Historia Compostelana*..., 1950, p. 295, nota 2; *Historia Compostelana*, 1994, p. 354, nota 211.

¹⁴⁶³ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 97, nota 1.

	francesa do departamento de Puy-de-Dôme.			
Crest	Lugar sob domínio imperial, junto à fronteira com o reino de França. Atual cidade francesa do departamento de Drôme.	Geraldo	<i>Cristam</i> (II, 9: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Castrum Cristam</i> (II, 17: carta do papa Calisto II aos bispos Gonçalo de Coimbra e Jerónimo de Salamanca)	2
Damasco	Cidade do Médio Oriente sob domínio islâmico. Atual capital da Síria.	Geraldo	<i>Damascus</i> (II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez)	1
Ferentino	Atual cidade italiana da província de Frosinone.	Geraldo	<i>Ferentini</i> (II, 3.5: carta do papa Gelásio II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Génova	Cidade sob domínio imperial, com forte poder económico e marítimo. Atual cidade da província de Génova, Itália.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Genua</i> (I, 103.3; II, 21; III, 25.1: narrativa) <i>Ienue</i> (III, 22.1; III, 22.2; III, 22.3: cartas e privilégio da confirmação dos votos enviados pelo papa Inocêncio II a Diego Gelmírez e aos prelados da Hispânia)	4

Jerusalém	Sede de Patriarcado e capital do Reino Latino de Jerusalém, constituído em 1099, depois do êxito cristão conseguido com a Primeira Cruzada. Era governado neste período por Balduíno I (1100-1118) e Balduíno II (1118-1131).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Ierosolimae/Iherosolimae/Hierosolimae</i> (I, 1.1; I, 112.2; II, 10; II, 42.2; II, 50.1: narrativa; II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez) <i>Ierosolima/Iherosolima/Ierosolyma</i> (I, 76.1; I, 112.2; II, 3.4; II, 16.1; III, 8; III, 40.3: narrativa) <i>Iherosolimitana uisio</i> (I, 9.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos bispos de Lugo, Tui e Mondonhede; I, 10.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos clérigos de Santiago de Compostela) <i>Ierusalem/Iherusalem</i> (I, 9.4: carta do papa Pascoal II dirigida ao rei Afonso VI; II, 28: narrativa e carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez) <i>Iherosolimitana uisitatio</i> (I, 38: texto possivelmente redigido na cúria romana)	18 ¹⁴⁶⁴

¹⁴⁶⁴ Nas edições de Emma Falque existe ainda o capítulo I, 17.2, onde se inclui o privilégio da concessão do pálio atribuído a Diego Gelmírez por Pascoal II com o termo *Ierusalem*, traduzido como Jerusalém. No entanto, Enrique Flórez mantém *Ecclesiae*, bem como Manuel Suárez e José Campelo, que traduziram como “igreja”. Veja-se também a *Patrologia Latina*: PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CXXI, cols. 132-134.

			<i>Ierosolimitana profectio</i> (I, 39: narrativa e bula do papa Pascoal II dirigida a todos os súbditos do rei Afonso VI) <i>Iherosolimitanum/Hierosolimitanum/Ierosolimitanum iter</i> (I, 39: narrativa e bula do papa Pascoal II dirigida a todos os súbditos do rei Afonso VI; II, 71.1: atas de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez; II, 78.2: édito de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez; III, 8; III, 9: narrativa) <i>Iherosolimitana expeditio</i> (I, 39: narrativa e bula do papa Pascoal II dirigida a todos os súbditos do rei Afonso VI)	
Le Puy	Lugar nos principados a sul do Loire. Atual cidade francesa de Le Puy-en-Velay, do departamento do Alto Loire.	Geraldo	<i>Podium</i> (II, 10: narrativa)	1
Liège	Sede de bispado sob domínio imperial, na Baixa Lorena. Atual cidade da Bélgica.	Pedro Marcio	<i>Leodium</i> (III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez; III, 27.1: narrativa)	2

Limoges	Lugar na Aquitânia, importante no caminho de Santiago devido à abadia de São Marcial. Atual cidade francesa do departamento de Alto Vienne.	Munio Afonso	<i>Lemouicum</i> ¹⁴⁶⁵ (I, 16.4: narrativa)	1
Maguelone	Sede de bispado sufragânea de Narbona. Atual Villeneuve-lès-Maguelone, cidade francesa do departamento de Hérault.	Geraldo	<i>Magalone</i> (II, 4.2; II, 5; II, 6.2; II, 6.3: narrativa; II, 7.2: carta do papa Gelásio dirigida a Diego Gelmírez)	4
Melfi ¹⁴⁶⁶	Cidade sob domínio normando, incorporada no reino normando da Sicília em 1130. Atual cidade da província de Potenza, Itália.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Melfie</i> (I, 9.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos bispos de Lugo, Tui e Mondonhede; I, 9.4: carta do papa Pascoal II dirigida a Afonso VI; II, 48.1; II, 48.2; II, 48.3; II, 48.4; II, 48.5: cartas do papa Calisto II dirigidas ao cardeal-presbítero Boso, a Bernardo, arcebispo de Toledo, aos prelados da Hispânia, à rainha Urraca e ao rei Afonso VII)	2
Montpellier	Cidade nos principados a sul do Loire. Atual cidade francesa do departamento de Hérault.	Geraldo	<i>Montem Pesulanum/Pessulanum</i> (II, 10; II, 16.1: narrativa)	2
Morlanum	Morlanne, a este de Orthez, ou Morlaàs, a nordeste de Pau ¹⁴⁶⁷ , atuais cidades	Geraldo	(II, 10; II, 13.3: narrativa)	2

¹⁴⁶⁵ LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 270, nota 2. A edição de Enrique Flórez apresenta a opção *Clemoium*.

¹⁴⁶⁶ Amalfi, de acordo com Antonio López Ferreiro (LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo IV, p. 41; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 315, nota 1).

¹⁴⁶⁷ *Historia Compostelana*, 1994, p. 317, nota 90; e *Historia Compostelana...*, 1950, p. 259, nota 4.

	francesas do departamento dos Pirenéus Atlânticos.			
Nîmes	Sob o domínio dos condes de Toulouse e sede de bispado sufragânea de Narbona. Atual cidade francesa do departamento de Gard.	Geraldo	<i>Nemausum</i> (II, 10: narrativa)	1
Oloron	Sede de bispado sufragânea de Auch, na Aquitânia. Atual Oloron-Sainte-Marie, cidade francesa do departamento dos Pirenéus Atlânticos.	Geraldo	<i>Olorensem ciuitatem</i> (II, 20.1: narrativa)	1
Orleães	Sede de bispado pertencente ao domínio Capeto. Atual cidade francesa do departamento de Loiret.	Pedro Marcio	<i>ciuitatem Aurelianensem</i> (III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Orte	Atual cidade da província de Viterbo, Itália.	Pedro Marcio	<i>territorio Ortensi</i> (II, 67.1: carta do papa Calisto II dirigida a Munio, bispo de Salamanca)	1
Pavia	Reino de Itália, sob domínio imperial. Atual cidade da província com o mesmo nome, Itália.	Pedro Marcio	<i>Papiam</i> (II, 64.6: narrativa)	1
Pisa	Cidade sob domínio imperial, com forte poder económico e marítimo. Atual cidade da província com o mesmo nome, Itália.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Pisa</i> (I, 103.3; II, 21: narrativa) <i>Pisana ciuitate</i> (II, 75: narrativa)	7

			<i>Pisae</i> (III, 30.1: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez, a Arias, bispo de Leão, e Pedro, bispo de Lugo; III, 30.2: carta do papa Inocêncio II dirigida aos prelados das províncias de Braga, Toledo e Compostela; III, 38.1: narrativa; III, 38.2; III, 42; III, 45.1: cartas do papa Inocêncio II dirigidas a Diego Gelmírez; III, 38.3: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez)	
Poitiers	Sede de bispado e capital do ducado da Aquitânia. Atual cidade francesa do departamento de Vienne.	Geraldo	<i>solidos Pictavienses</i> (II, 10: narrativa) <i>solidos Pictaviensibus</i> (II, 16.1: narrativa)	2
Privas	Lugar nos principados a sul do Loire, próximo do Ródano. Atual município francês do departamento de Ardèche.	Munio Afonso	<i>Priuatam oppidum</i> (I, 5.2: privilégio do papa Urbano II atribuído à Igreja de Santiago de Compostela – “Liberdade da igreja compostelana”)	1
Reims	Sede de arcebispado dominada pelos seus arcebispos e próxima do domínio dos reis Capetos. Atual cidade francesa do departamento de Marne.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Remis</i> (II, 11.1; III, 27.1: narrativa; II, 12.1: narrativa e carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; III, 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Remense concilium</i>	4

			(II, 12.1: narrativa e carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 12.2; II, 12.3; II, 15.1: narrativa)	
Roma	Patrimóniode São Pedro e sede da Igreja Católica Romana. Atual capital de Itália.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Roma</i> (I, 3.1; I, 7.1; I, 8.2; I, 9.1; I, 10.1; I, 11; I, 14.1; I, 16.1; I, 16.3; I, 16.6; I, 17.1; I, 34.7; I, 34.9; I, 36; I, 105.1; I, 106; II, 1; II, 3.2; II, 3.3; II, 4.2; II, 5; II, 9; II, 14.1; II, 19; II, 47; II, 56.1; II, 63.1; II, 64.3; II, 64.5; II, 64.6; II, 65; II, 66.5; II, 68.1; II, 70.1; II, 74.1; III, 35; III, 45.1; III, 45.2; III, 46.3; III, 54: narrativa; I, 8.2: carta do papa Pascoal II dirigida à sé compostelana; I, 106: carta do papa Pascoal II dirigida aos clérigos hispânicos; II, 41: carta do cardeal romano Boso dirigida a Diego Gelmírez; II, 74.2; II, 76.2: cartas de Diego Gelmírez dirigidas ao cardeal romano Deusdedit; III, 23.2: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez; III, 23.5: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez) <i>Urbs</i> (I, 40: carta do papa Pascoal II dirigida a Bernardo de Toledo, Geraldo de Braga, aos respetivos sufragâneos e a Diego Gelmírez; I, 101.4: carta do chanceler romano João de Gaeta dirigida a Diego Gelmírez; II, 27: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 48.5: carta do papa Calisto II dirigida ao rei Afonso VII; III, 23.3: carta do clero e do povo	44

			da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez; III, 38.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Romana ciuitate</i> (III, 10.1; III, 23.1: narrativa) <i>Romane urbis</i> (III, 23.3: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez; III, 57: narrativa) <i>itinere Romano</i> (II, 82.3: narrativa)	
Saint-Benoît-sur-Loire	Pertencente ao domínio régio e onde se situava a importante abadia de Saint-Benoît-sur-Loire. Atual município francês do departamento de Loiret.	Pedro Marcio	<i>sanctum Benedictum super Ligerum</i> (III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Saint-Gilles	No condado de Toulouse, governado pela família de Saint-Gilles. Atual município francês do departamento de Gard.	Geraldo	<i>sanctum Egidium</i> (II, 10: narrativa)	1
São Fabiano	Poderá ser São Fabiano, na província de Florença, Itália.	Geraldo	<i>burgo sancti Fabiani</i> (II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto,	1

			Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhedo, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga)	
Sodoma	Referência bíblica ao pecado de Sodoma.	Geraldo	<i>Sodoma</i> (I, 86.3: narrativa)	1
Susa	Lugar no Piemonte, a oeste de Turim, sob domínio imperial ¹⁴⁶⁸ . Atual município italiano da província de Turim.	Munio Afonso	<i>urbem Sensiam</i> (I, 17.1: narrativa)	1
Tivoli	Lugar situado junto ao rio Aniene, afluente do Tibre, a leste de Roma ¹⁴⁶⁹ . Atual cidade da província de Roma, Itália.	Geraldo	<i>territorio Tiburtino</i> (II, 43; II, 58: cartas do papa Calisto II dirigidas a Diego Gelmírez)	2
Toulouse ¹⁴⁷⁰	Sede de bispado sufragânea de Narbona, no condado de Toulouse. Atual cidade francesa do departamento de Haute-Garonne.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Tolosa</i> (I, 16.3; II, 10; II, 11.1: narrativa; II, 12.1: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 34.3: carta do cardeal romano Boso dirigida a Diego Gelmírez) <i>solidos de Tolosanis</i> (II, 10: narrativa)	5

¹⁴⁶⁸ Enrique Flórez supôs ser *Setia*, equivalente a *Sezza* ou *Sessa*. Veja-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 54, nota3; *Historia Compostelana*, 1994, p. 103, nota 175.

¹⁴⁶⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 310, nota 3.

¹⁴⁷⁰ Ainda que Emma Falque tenha indicado no seu índice a cidade Tolosa, em Guipúscoa (*Historia Compostelana*, 1994, p. 639).

			<i>Tolosano concilio</i> (II, 11.1: narrativa)	
Trastevere	Atual bairro em Roma, Itália, embora no século XII a sua pertença à cidade não seja clara.	Pedro Marcio	<i>Tiberim</i> (III, 23.5: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	1
Valence	Sede de bispado sufragânea de Vienne, sob domínio imperial, junto à fronteira com o reino de França. Atual cidade francesa do departamento de Drôme.	Geraldo	<i>Valentia</i> (II, 16.2: privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 18.1: privilégio da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos clérigos e laicos das províncias de Mérida e Braga; II, 18.2: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez)	2
Vienne	Sede de arcebispado sob domínio imperial, pertencente ao condado da Borgonha, junto à fronteira com o reino de França. Atual cidade francesa do departamento de Isère.	Geraldo	<i>Vienensem ecclesiam</i> (II, 9: narrativa)	1

Quadro 3 – Instituições eclesiásticas extrapeninsulares

Instituição eclesiástica	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Basílica de São João de Latrão	Património de São Pedro. Catedral da diocese de Roma, originalmente dedicada ao Salvador.	Pedro Marcio	<i>basilica Saluatoris</i> (III, 23.4: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez) <i>Basilica sancti Iohannis</i> (III, 38.3: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez)	2
Basílica de São Paulo	Património de São Pedro. Uma das basílicas principais de Roma.	Pedro Marcio	<i>Basilica sancti Pauli</i> (III, 38.3: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Basílica de São Pedro	Património de São Pedro. Uma das basílicas principais de Roma.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>beati Petri</i> (I, 8.1: narrativa) <i>beati Petri ecclesia</i> (II, 27: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>sanctum Petrum</i> (III, 23.2: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez)	3

			<i>beati Petri apostoli basilica</i> (III, 23.5: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	
Igreja de Auch	Igreja metropolitana de Santa Maria de Auch, na Gasconha.	Geraldo	<i>Metropolitane Auxensi ecclesie sancte Marie</i> (II, 14.1: narrativa)	1
Igreja de Melgueil	Melgueil era um condado em finais do século XI e primeira metade do XII ¹⁴⁷¹ , correspondendo hoje sensivelmente à cidade francesa de Mauguio, no departamento de Hérault.	Geraldo	<i>Merguliensi ecclesia</i> (II, 14.1: narrativa)	1
Igreja de Santo Adriano	Património de São Pedro. Igreja que ocupava o antigo Fórum romano.	Pedro Marcio	<i>sanctum Adrianum</i> (III, 23.3: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	1
Igreja de São Lourenço	Existem várias igrejas com este nome em Roma, por exemplo São Lourenço em Lucina, São Lourenço em Dâmaso ou a de São Lourenço Extramuros ¹⁴⁷² .	Munio Afonso	<i>ecclesia sancti Laurentii</i> (I, 17.1: narrativa)	1
Igreja de São Marcos	Património de São Pedro. Igreja dedicada a São Marcos Evangelista, situada na	Pedro Marcio	<i>sanctum Marchum</i>	1

¹⁴⁷¹ Veja-se “Condessa de Melgueil” no quadro 8.

¹⁴⁷² Uma vez que Diego Gelmírez recebe aí o privilégio do pálio, a igreja em questão deveria ser uma das mais relevantes. As 3 igrejas apontadas como possibilidade funcionavam já no início do século XII.

	atual Praça Venezia, junto ao Capitólio, Roma.		(III, 23.5: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	
Latrão	O palácio de Latrão era a residência principal dos papas em Roma, junto à basílica de São Salvador ¹⁴⁷³ .	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Laterani; Lateranum</i> (I, 7.2: carta do papa Pascoal II dirigida a Afonso VI; I, 7.3: carta do papa Pascoal II dirigida ao clero e povo compostelanos; I, 9.3: carta do papa Pascoal II dirigida a Godofredo, bispo de Maguelone; I, 10.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos clérigos de Santiago de Compostela; I, 10.3: carta do Papa Pascoal II dirigida a Afonso VI; I, 12: confirmação da isenção dos votos da diocese de Compostela, enviada a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II; I, 14.2: privilégio da liberdade das igrejas de Compostela, outorgado a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II; I, 17.2: privilégio da concessão do pálio atribuído a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II; I, 34.4; I, 34.8: cartas do papa Pascoal II dirigidas a Gonçalo, bispo de Mondonhede; I, 34.6: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 39: carta do papa Pascoal II dirigida a todos os súbditos de Afonso VI; I, 41:	25

¹⁴⁷³ Nem sempre é possível distinguir se um documento é expedido no palácio ou na basílica, que funcionavam como um complexo, pelo que todas as referências a “Latrão” se encontram na mesma entrada.

			carta do papa Pascoal II enviada aos bispos Geraldo de Braga, Afonso de Tui e Diego Gelmírez; I, 42: carta de Pascoal II dirigida aos laicos da Hispânia e da Galiza; I, 43.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos bispos Bernardo de Toledo e Diego Gelmírez; I, 43.3; I, 44: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 89.3: carta do papa Pascoal II dirigida aos todos os prelados e laicos da Hispânia; I, 99: carta do papa Pascoal II dirigida a Maurício de Braga; I, 101.3: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; II, 27; II, 44.4; II, 60: Cartas do papa Calisto II dirigidas a Diego Gelmírez; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 67.4: carta do papa Calisto II dirigida ao bispo Gonçalo de Coimbra; II, 79; II, 83.2; II, 83.3: cartas do papa Honório II dirigidas a Diego Gelmírez; III, 23.3: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez; III, 38.3: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Lateranensi palatio</i> (II, 27: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; III, 38.3: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez)	

Mosteiro de Cluny ¹⁴⁷⁴	Mosteiro situado no ducado da Borgonha, dirigido pelos abades Hugo (1049-1109), Pôncio de Melgueil (1109-1122) e Pedro o <i>Venerável</i> (1122-1156). Estava diretamente dependente da Santa Sé. A cidade francesa de Cluny, situada atualmente no departamento de Saône-et-Loire, alberga apenas uma parte da abadia.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Cluniacum; Cluniaci</i> (I, 16.5; II, 6.3; II, 9; II, 13.3; II, 14.1; II, 14.2; II, 16.1, II, 49.1: narrativa) <i>Cluniacense monasterium</i> (II, 14.2: narrativa) <i>domum Cluniacensem</i> (II, 44.2: carta do abade Pôncio de Cluny dirigida a Diego Gelmírez) <i>Cluniacensis</i> (III, 26.2: narrativa) <i>Cluniacensis cenobii</i> (III, 49.2: narrativa)	10
Mosteiro de Saint-Orens	Mosteiro atualmente em ruínas, em Villelongue, no departamento dos Altos Pirenéus, França.	Geraldo	<i>sancti Aurentii Cluniacensis monasterii</i> (II, 14.1: narrativa)	1
Mosteiro de São Gregório	Património de São Pedro. Mosteiro que se situava no Monte Celio, perto de Latrão.	Pedro Marcio	<i>monasterium sancti Gregorii</i> (III, 23.3; III, 23.4: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	1

¹⁴⁷⁴ As menções ao *Cluniacensis conuentus*, que mais propriamente se referem à congregação, não foram contabilizadas.

Mosteiro de São Pedro de Moissac	Importante abadia medieval beneditina, filiada a Cluny, situada no sul do reino de França. Situa-se hoje, com edifícios bem conservados, no departamento de Tarn-et-Garonne, França.	Munio Afonso	<i>monasterium sancti Petri de Mosiaco</i> (I, 16.3: narrativa)	1
Mosteiro de São Pedro de Uzerche	Abadia beneditina na região de Limousin. Permanece hoje a igreja de São Pedro em Uzerche, no departamento de Corrèze, França.	Munio Afonso	<i>monasterium sancti Petri Vsurgecensis</i> (I, 16.4: narrativa)	1
Salvimum	Poderá ser Saint-Savin, talvez a abadia de Saint-Savin-sur-Gartempe ¹⁴⁷⁵ . Situa-se atualmente no departamento de Vienne, França.	Munio Afonso	(I, 16.4: narrativa)	1
Santa Valéria	Talvez o mosteiro fundado em Chambon-sur-Voueiz para albergar as relíquias de Santa Valéria ¹⁴⁷⁶ . A atual igreja românica situa-se no departamento de Creuse, França.	Munio Afonso	<i>sanctam Valeriam</i> (I, 16.4: narrativa)	1

¹⁴⁷⁵ Adeline Rucquoi questionou se poderia tratar-se de Saint-Savin (RUCQUOI, Adeline – “«De grammaticorum schola»: La tradición cultural compostelana en el siglo XII”, 2005, p. 19).

¹⁴⁷⁶ Esta abadia consta no mapa que Manuel Castiñeiras apresentou do percurso seguido por Diego Gelmírez em direção a Roma, em 1105, seguindo-se a Saint-Léonard-de-Noblat (CASTIÑEIRAS, GONZÁLEZ, Manuel António – “El porqué de una exposición itinerante. Diego Gelmírez, genio y espíritu viajero del Románico”, 2010, p. 21).

Santo Sepulcro	A igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém, onde Cristo teria sido sepultado.	Hugo, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Sanctum Sepulcrum</i> (I, 15.5; III, 8: narrativa) <i>Sepulchrum Domini</i> (II, 3.4: narrativa) <i>sanctissimum Christi Sepulcrum</i> (II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez) <i>Dominici Sepulcri</i> (III, 26.1: narrativa)	5
São Leonardo	Possivelmente a igreja de peregrinação (e atual Colegiada) de Saint-Léonard-de-Noblat, cidade francesa situada no atual departamento de Haute-Vienne ¹⁴⁷⁷ .	Munio Afonso	<i>sanctum Leonardum</i> (I, 16.4: narrativa)	1

¹⁴⁷⁷ Este lugar consta no mapa de Manuel Castiñeiras (CASTIÑEIRAS, GONZÁLEZ, Manuel António – “El porqué de una exposición itinerante. Diego Gelmírez, genio y espíritu viajero del Románico”, 2010, p. 21).

Quadro 4 – Corónimos hispânicos

Corónimo	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Aragão	O reino de Aragão foi chefiado por Pedro I (1094-1104), Afonso I o <i>Batalhador</i> (1104-1134), Ramiro II o <i>Monge</i> (1134-1137) e Ramón Berenguer IV (1137-1162). Esteve unido a Navarra de 1076 a 1134 e à Catalunha a partir de 1137.	Geraldo	<i>Aragonia</i> (I, 73.3: narrativa; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114)	2
Astúrias	Uma das regiões que no século XII compunham o reino de Leão e Castela. Havia nesta época uma diferenciação entre territórios asturianos, como as Astúrias de Tineo, as de Oviedo e as de Santillana.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Asturienses partes</i> (I, 2.2; I, 2.3: narrativa) <i>Astures montes</i> (I, 69: narrativa) “ <i>maritimos Asturum fines</i> ” (I, 103.1: narrativa) <i>Asturiae; Asturia</i> (II, 12.2; II, 20.1: narrativa)	5
Biscaia	O senhorio da Biscaia foi dominado alternadamente pelos monarcas de Leão	Geraldo	<i>Biscaia</i> (II, 20.1: narrativa)	1

	e Castela e o de Aragão e, a partir de 1135, passou a ser tutelado por García Ramírez. Atualmente é uma província da comunidade autónoma do País Basco, Espanha.			
Castela	Reino unido ao de Leão de 1037 a 1157, separando-se dele novamente depois da morte de Afonso VII.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Castella</i> (I, 64.3¹⁴⁷⁸; I, 83.1; I, 83.2; I, 84.2; I, 87; I, 89.1; I, 90.1; I, 102.2; I, 107.4; II, 4.2; II, 8.3; II, 39; II, 85.1: narrativa; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114) <i>Castellana patria</i> (II, 64.5: narrativa) <i>Castellanis partibus</i> (III, 12; III, 24.1: narrativa)	16
Estremadura	Palavra que na primeira metade do século XII indicava, num sentido lato, as terras hispânicas cristãs de fronteira com o Islão, além do Douro, incluindo cidades como Salamanca. Daí que na edição de José Campelo o termo apareça	Geraldo	<i>Extrema</i> (I, 73.4: narrativa) <i>Extremitas</i> (I, 83.1; I, 89.1; I, 108.1; I, 109.1; I, 117: narrativa; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114)	8

¹⁴⁷⁸ Poderá ser um discurso de Urraca ou uma carta escrita pela rainha (*Historia Compostelana*, 1994, p. 170, nota 439).

	por vezes traduzido como “extremo”, “fronteiras” ou “fronteira”.		<i>Extremature</i> (I, 84.2: narrativa)	
Galiza	A Galiza possuía o estatuto de reino independente com García II, sendo então composto pela Galiza nuclear e o território a sul do Minho. Incorporado no reino de Afonso VI, o governo da Galiza é delegado a Raimundo da Borgonha, que o administra como conde. O território é desmembrado pelo Minho, sendo a parte sul entregue a Henrique da Borgonha em 1096 e a parte a norte desse rio permanecendo sob o poder de Raimundo. Manteve-se como legado de Afonso Raimundes.	Munio Afonso, Hugo, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Galletia</i> (I, 4; I, 8.1; I, 16.6; I, 21; I, 23 ¹⁴⁷⁹ ; I, 46; I, 47; I, 48; I, 57; I, 68.2; I, 73.1; I, 74.1; I, 79.4; I, 86.1; II, 29; II, 36; II, 52; II, 53.1; II, 53.4; II, 53.5; II, 55; II, 84.1; II, 85.1; III, 11; III, 17.1: narrativa; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114) <i>Gallecia</i> (I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114; I, 102.3: juramento de fidelidade da rainha Urraca prestado a Diego Gelmírez; II, 7.1; II, 12.2; II, 30; II, 49.1; II, 50.1; II, 53.7; II, 59.1; II, 62.1; II, 62.4; II, 64.5; II, 68.1; II, 84.1; III, 2; III, 11; III, 12; III, 24.1; III, 28; III, 52: narrativa) <i>Gallitia</i> (I, 15.4; I, 62.1; I, 62.2; I, 64.1; I, 64.3; I, 68.2; I, 69; I, 72; I, 74.1; I, 79.4; I, 82.1; I, 83.3; I, 83.4; I, 84.1; I, 84.2; I, 84.3; I, 85; I, 87; I, 90.3; I, 92.1; I, 102.1; I, 102.2; I, 107.1;	81

¹⁴⁷⁹ Em ambas as edições de Emma Falque está escrito “governo da Galiza”, ainda que as de José Campelo e Enrique Flórez apresentem “reino da Galiza”.

			I, 107.3; I, 107.4; I, 109.1; I, 109.4; I, 109.5; I, 110; I, 111.5; I, 112.1; I, 113.1; II, 1; II, 2; II, 12.2: narrativa; I, 42: carta do papa Pascoal II dirigida aos laicos da Hispânia e da Galiza) <i>Gallicia</i> (I, 62.1; I, 66; I, 68.2; I, 72; I, 74.1; I, 77; I, 85; I, 90.1; I, 90.3; I, 91; I, 92.1; I, 95; I, 102.2; I, 103.2; I, 103.3; I, 107.1; I, 107.2; I, 107.3; I, 107.4; I, 108.3; I, 109.1; I, 109.2; I, 112.1; I, 112.3; I, 113.1; I, 113.2; I, 114.1; I, 114.13; I, 115.2; I, 116.4; I, 116.5; I, 116.6; I, 117; II, 2; II, 21; II, 22; II, 23; II, 24; II, 29; II, 36; II, 38; II, 39; II, 40; II, 42.6; II, 46.7: narrativa; I, 75.1: carta da rainha Urraca dirigida a Diego Gelmírez; I, 108.2: carta de Afonso Raimundes dirigida a Diego Gelmírez) <i>regnum Galletie</i> (I, 47; II, 30; II, 53.5: narrativa) <i>regnum Gallecie</i> (II, 59.1: narrativa) <i>Gallicie regnum</i>	

			(I, 75.1: carta da rainha Urraca dirigida a Diego Gelmírez; I, 102.1; I, 107.3; I, 109.2; I, 113.1; II, 2; II, 11.1; II, 29: narrativa; I, 108.2: carta de Afonso Raimundes dirigida a Diego Gelmírez) <i>regnum Gallitie</i> (I, 107.1; I, 112.1: narrativa) <i>littora Galliciani</i> (II, 21: narrativa)	
Guipúscoa	Território basco alternadamente governado pelos monarcas leoneses e aragoneses. Afonso VII obteve a soberania sobre o território, que passou a ser tutelado por García Ramírez como seu vassalo. Atualmente é uma província da comunidade autónoma do País Basco, Espanha.	Geraldo	<i>Ispuciam</i> (II, 20.1: narrativa)	1
Hispânia	O termo assume diferentes projeções territoriais na narrativa, podendo indicar a noção geográfica de Península Ibérica, abarcando ou não a parte muçulmana, ou o domínio dos monarcas Afonso VI (1065-1109), Urraca (1109-1126) e	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Hispania/Hyspania/Yspania</i> (I, 1.1; I, 1.3; I, 2.1; I, 2.2, I, 7.1; I, 64.1; I, 65.1; I, 68.2; I, 71; I, 79.1; I, 79.2; I, 79.3; I, 79.4; I, 79.5; I, 80; I, 83.1; I, 83.2; I, 86.1; I, 88; I, 89.2; I, 97; I, 108.1; I, 112.2; I, 112.3; II, 1.1; II, 5; II, 8.1; II, 12.2; II, 12.3; II, 16.1; II, 20.1; II, 42.3; II, 49.1; II, 50.1; II, 55; II, 56.1; II, 65; II, 70.1; II,	82

	Afonso VII (1126-1157). Outros termos funcionam como sinónimos de Hispânia, como Ibéria e Hespéria.		87.2; II, 87.7; III, 5.1; III, 7.1; III, 8; III, 10.1; III, 14.1; III, 15; III, 27.1; III, 32; III, 46.2; III, 46.3; III, 49.1; III, 49.3; III, 49.5; III, 49.7; III, 52; III, 53.2; III, 54; III, 57: narrativa; I, 42: carta do papa Pascoal II dirigida aos laicos da Hispânia e da Galiza; I, 89.3; I, 106: cartas do papa Pascoal II dirigida aos prelados da Hispânia; II, 7.2: carta do papa Gelásio II dirigida a Diego Gelmírez; II, 31.2: carta do papa Calisto II dirigida aos prelados e laicos da Hispânia; II, 41: carta de Boso, cardeal romano, dirigida a Diego Gelmírez; II, 48.3: carta do papa Calisto II dirigida aos prelados da Hispânia; II, 78.2: Édito de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez; III, 10.2: carta do papa Honório II dirigida a Diego Gelmírez; III, 10.3: carta do papa Honório II dirigida ao rei Afonso VII; III, 22.3: carta do papa Inocêncio II dirigida aos prelados da Hispânia; III, 27.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez; III, 27.3: carta de Aimerico, chanceler da igreja romana, dirigida a Diego Gelmírez; III, 27.4: carta do cardeal romano Humberto dirigida a Diego Gelmírez; III, 31: privilégio concedido à diocese de Santiago de Compostela pelo rei Afonso VII) <i>Hispaniae/Hyspaniae</i>	

			(I, 7.3: carta do papa Pascoal II dirigida ao clero e povo compostelano; I, 17.2: privilégio da concessão do pálio atribuído a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II; I, 35.1: carta do papa Pascoal II dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo; I, 47; I, 79.1; I, 79.2; I, 79.3; I, 79.5; I, 81.1; I, 88; I, 89.3; I, 92.1; I, 97; II, 1.1; II, 3.4; II, 4.1; II, 7.1; II, 19; II, 85.1; III, 23.1; III, 23.3; III, 39.3: narrativa; II, 16.2: privilégio do arcebispado da província de Mérida outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 66.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez; II, 67.1: carta do papa Calisto II dirigida a Munio, bispo de Salamanca; II, 67.4: carta do papa Calisto II dirigida a Gonçalo, bispo de Coimbra) <i>Hesperia</i> (I, 3.1; I, 76.1; II, 59.1: narrativa) <i>Hyberia/Hiberia</i> (I, 64.3; I, 79.1; II, 50.1; II, 59.1: narrativa; II, 34.2: carta de Guilherme IX, duque da Aquitânia, dirigida a Diego Gelmírez) <i>Hispanica/Hispana regio</i> (I, 1.1; I, 1.2; II, 70.2: narrativa)	

			<i>regnum Hispanie/ Hyspanie</i> (I, 1.2; I, 64.1; I, 69; I, 79.3; I, 79.5; I, 84.2; I, 86.2; I, 102.1; I, 113.1; II, 4.1; II, 4.2; II, 10; II, 12.2; II, 38; II, 78.1; III, 4; III, 12: narrativa; II, 71.1: narrativa e atas de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez) <i>regnum Hispanum</i> (III, 14.2: narrativa) <i>regnum Hiberum</i> (II, 53.7: narrativa) <i>regnum et Hispanie imperium</i>¹⁴⁸⁰ (III, 54: narrativa) <i>partes Hispanae</i> (II, 70.2; III, 14.1: narrativa) <i>Ecclesiae Hispanae</i> (II, 70.2: narrativa)	

¹⁴⁸⁰ “*regnum et Hispaniae imperatorem*” na edição de Enrique Flórez, opção seguida na tradução de Manuel Suárez e José Campelo.

Leão	Reino de Leão, unido ao de Castela em finais do século XI e primeira metade do XII.	Geraldo	<i>Legionis</i> (I, 107.4: narrativa)	1
Navarra	O reino de Navarra só assume este nome a partir de 1162, sendo até aqui designado reino de Pamplona, do qual a Navarra era uma região. É dividido em 1076 entre Afonso VI de Leão e Castela e Sancho Ramírez de Aragão. Em 1134, depois da morte de Afonso I de Aragão, García Ramírez (1134-1150), o <i>Restaurador</i> , tornou-se rei de Pamplona.	Geraldo	<i>Nauarra</i> (II, 20.1: narrativa)	1
Portugal	O condado portugalense integrou a Galiza governada pelos condes Raimundo e Urraca (1090-1096). O território que se estendia a sul do Minho – integrando os antigos condados de Portucale e de Coimbra – foi atribuído a Henrique da Borgonha e a Teresa, que o governou sozinha entre 1112 e 1128, coadjuvada por Fernão Peres de Travana década de 20. Afonso Henriques (1128-1185) assumiu a chefia em 1128 e o	Hugo, Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Portugalia/Portugallia</i> (I, 15.1; I, 103.1; I, 117; II, 6.1; II, 40; II, 42.1; II, 46.1; II, 51.2; II, 53.7; II, 62.1; II, 85.1; II, 87.7; III, 14.1: narrativa) <i>Portugalenses partes</i> (I, 15.1; II, 70.1: narrativa) <i>Portugalensis pagus</i> (I, 15.2; II, 86.1: narrativa; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	21

	território foi reconhecido como reino por Afonso VII em 1143.		<i>Portugalensis terra</i> (I, 15.2; I, 15.3; I, 15.4; II, 2; III, 51: narrativa; I, 81.3: préstamo que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal; II, 46.2: documento do préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal) <i>Portugalensis patria</i> (III, 24.1: narrativa) <i>regnum Portugalense</i> (III, 51: narrativa) <i>Portugali</i> (I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114)	
Região Basca ¹⁴⁸¹	Uma das regiões que compunham o reino de Pamplona.	Munio Afonso	“<i>partes Vasconie</i>” (I, 16.1: narrativa)	1

¹⁴⁸¹ “terra de Vascónia” na tradução de Manuel Suárez e José Campelo.

Terra de Campos	Região situada entre Leão e Castela, embora na <i>HC</i> pareça um território mais alargado. Algumas das suas cidades importantes eram Palência e Carrión de los Condes.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Campania/ Canpania</i> (I, 16.1; I, 26; I, 30; I, 73.1; I, 89.1; I, 92.1; I, 102.2; I, 107.4; I, 112.1; I, 113.1; I, 117; II, 4.2; II, 8.3; II, 39; II, 80.2; II, 81.2: narrativa) <i>Campi</i> (I, 64.3; I, 73.4; I, 83.1; I, 84.1; I, 84.2; III, 53.2: narrativa; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114) <i>Canpos</i> (I, 84.2: narrativa) <i>Campanas/Campanias partes</i> (II, 70.1; III, 41: narrativa) <i>Campanis partibus</i> (III, 24.1: narrativa)	24

Quadro 5 – Topónimos hispânicos

Topónimo	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Abeancos	Lugar no concelho de Mellid, província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Auiancos</i> (I, 31.1; I, 100.4: narrativa)	2
Abegondo	Atual concelho na província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Auecundum</i> (I, 31.1: narrativa) <i>Auegundi</i> (I, 100.1: narrativa)	2
Albariza	Lugar no concelho de Noya, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Aluariza</i> (I, 70: narrativa)	1
Alcalá de Henares	Conquistada pelos cristãos em 1118. Atual cidade na comunidade autónoma de Madrid.	Geraldo	<i>Alcala</i> (II, 10: narrativa)	1
Almeria	Capital de um dos Estados de Taifas que ficou sob domínio almorávida no final do século XI. Atual cidade na comunidade autónoma da Andaluzia.	Geraldo	<i>Almaria</i> (II, 21: narrativa)	1
Amarante	Há mais do que um lugar com o mesmo nome; poderá ser Amarante, no	Geraldo	<i>Amaranti</i> (I, 94: narrativa)	1

	concelho de Oza-Cesuras, província da Corunha ¹⁴⁸² .			
Ambasmestas	Lugar na confluência dos rios Minho e Sil, no concelho de Carballo, na província de Lugo, Galiza ¹⁴⁸³ .	Geraldo	<i>Ambasmixtas</i> (I, 55: narrativa)	1
Amoeiro	Concelho na província de Ourense, Galiza.	Geraldo	“ <i>rus, uidelicet Amoarium</i> ” (I, 59: narrativa)	1
Amunio	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>Amunio</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Angeriz	Lugar no concelho de Tordoya, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>uilla Anserice</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Ango	Lugar não identificado ¹⁴⁸⁴ .	Geraldo	<i>Ango</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Aona	Lugar não identificado.	Munio Afonso	<i>Aona</i> (I, 31.8: narrativa)	1
Aquários de Insano	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>Aquários de Iusano</i> (I, 70: narrativa)	1
Aquilón	Lugar difícil de identificar ¹⁴⁸⁵ .	Geraldo	<i>uillam Aquilon</i> (I, 100.1: narrativa)	1

¹⁴⁸² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 170, nota 2.

¹⁴⁸³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 112, nota 3, embora no índice de Emma Falque seja indicada a província de Ourense (*Historia Compostelana*, 1994, p. 621).

¹⁴⁸⁴ Emma Falque considera ser Viadangos (*Historia Compostelana*, 1994, p. 640).

¹⁴⁸⁵ Pode tratar-se de um de dois lugares na província de Lugo ou de outro na província das Astúrias (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 181-182, nota 8).

Arcos	Lugar na província de Pontevedra, Galiza ¹⁴⁸⁶ .	Munio Afonso	<i>terra de Arcubus</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Arnois	San Julián de Arnois, concelho de La Estrada, na província de Pontevedra, Galiza ¹⁴⁸⁷ .	Geraldo	<i>Asnoios</i> (I, 114.13: narrativa)	1
Arosa	Ilha costeira e concelho na província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>Aroucam</i> (I, 103.1: narrativa)	1
Arquillinos	Município na província de Zamora, em Castela e Leão.	Pedro Marcio	<i>uilla Archilinos</i> (II, 81.4: narrativa)	1
Arros	Arciprestado identificado com o cabo Ortegal ou junto a Ortigueira, na província da Corunha ¹⁴⁸⁸ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Arros</i> (I, 35.4; I, 35.8: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez; II, 56.1: narrativa; II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhede acerca dos arciprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros)	3

¹⁴⁸⁶ Embora haja mais do que um com este nome na província de Pontevedra. Veja-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1.

¹⁴⁸⁷ *Historia Compostelana*, 1994, p. 280, nota 769; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 227, nota 1.

¹⁴⁸⁸ Leiam-se as indicações de José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 3) e de Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 622).

			<i>Arrons</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	
Astorga	Fez parte das reivindicações dos condes portugalenses durante os primeiros anos do século XII, que a controlaram em alguns períodos. Sede de bispado sufragânea de Braga. Atual cidade na província de Leão, em Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Astorica</i> (I, 30; I, 34.7; I, 68.2; I, 73.1; I, 73.2; I, 84.1; I, 84.2; II, 56.1: narrativa) <i>Astoricensi diocese</i> (II, 35: narrativa) <i>Asturiensem ciuitatem; Asturicensi ciuitate</i> (II, 80.2: narrativa) <i>Asturiis</i> ¹⁴⁸⁹ ; <i>episcopatu Asturicensi/Astoricensi</i> (III, 4: narrativa e pacto entre João Cídiz e Diego Gelmírez) <i>Ostorgie</i> (III, 7.1: narrativa)	10
Atapuerca	Município na província de Burgos, em Castela e Leão.	Geraldo	<i>Athaporcam</i> (I, 87: narrativa)	1

¹⁴⁸⁹ Há um erro no título do capítulo, que faz referência às Astúrias mas na realidade diz respeito a Astorga (*Historia Compostelana*, 1994, p. 498, nota 17).

Auzonio	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>Auzonio</i> (I, 70: narrativa)	1
Ávila	Sede de bispado na Estremadura sufragânea de Santiago de Compostela a partir de 1120. Raimundo ficou encarregue do seu povoamento. Foi também controlado pelos condes portucalenses. Atual cidade na província com o mesmo nome, em Castela e Leão.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Auila</i> (II, 16.2: Privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez) <i>Auilense concilium</i> (III, 34.1: carta dos clérigos e laicos de Ávila dirigida a Diego Gelmírez) <i>Auilensis ecclesie</i> (III, 34.3: narrativa e carta de Diego Gelmírez dirigida aos clérigos e laicos de Ávila)	2
Barcala	Arciprestado. Existe hoje o lugar Barcala junto ao rio Tambre, concelho de La Baña, na província da Corunha, Galiza ¹⁴⁹⁰ .	Munio Afonso	<i>Barcala</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Bastabales	Talvez seja a atual paróquia de San Salvador de Bastavales, no concelho de Brión, província da Corunha, Galiza ¹⁴⁹¹ .	Geraldo	<i>Bastavales</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1

¹⁴⁹⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93.

¹⁴⁹¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 1; *Historia Compostelana*, 1994, p. 622-623.

Bausendi	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Bausendi</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Bembejo	Arciprestado, a oeste de Dornéa e provavelmente a sul do rio Tambre ¹⁴⁹² .	Munio Afonso	<i>Bauegium</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Bembibre	Atual lugar na província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso	<i>uilla Benuiuer</i> (I, 31.7: narrativa)	1
Bergantiños	Atual comarca na província da Corunha, Galiza ¹⁴⁹³ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Brecantinos</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana) <i>Bregantinos</i> (I, 103.1: narrativa)	2
Berrimes de Insano	Lugar em Noya. Talvez Berrimes, aldeia no concelho de Lousame, província da Corunha, Galiza ¹⁴⁹⁴ .	Geraldo	<i>Verrimes de Iusano</i> (I, 70: narrativa) <i>Neruimes</i>	2

¹⁴⁹² Veja-se a nota de José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1; LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, 2015, p. 173.

¹⁴⁹³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 1.

¹⁴⁹⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 2.

			(II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	
Bezoucos	Território e arciprestado. Atual península de Bezoucos entre as rias de Puente deume e El Ferrol, na província da Corunha, Galiza ¹⁴⁹⁵ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Bisancos</i> (I, 34.1: narrativa; I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 35.6: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 94; I, 103.1; II, 56.1: narrativa; II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhedo acerca dos arciprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros)	6
Boadilla	Talvez a atual Boadilla del Camino, na província de Palência, em Castela e Leão ¹⁴⁹⁶ .	Geraldo	<i>uilla Bouadella</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Braga	Sede de arcebispado do condado portugalense – primeiramente restaurada em 1071 e definitivamente restaurada com a dignidade	Hugo, Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Brachara/Bracara</i> (I, 15.2; I, 81.2; I, 117; II, 6.1; II, 42.1; II, 70.1: narrativa; I, 46.2: préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga,	29

¹⁴⁹⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 83, nota 3.

¹⁴⁹⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 184, nota 1.

	metropolítica em 1099 –, dirigida nesta época por Geraldo (1097/1099-1108), Maurício “Burdino” (1109-1118) e Paio Mendes (1118-1137). Atual cidade portuguesa.		recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal) <i>Bracharensis/Bracarensis metropolis</i> (I, 17.2: privilégio da concessão do pálio atribuído a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II; II, 13.2: narrativa) <i>Bracarensis ciuitas</i> (I, 19: narrativa) <i>Bracharensis sedes</i> (I, 82.1: narrativa) <i>Bracharensis/Bracarensis prouincia/prouintia</i> (I, 98.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez, ao bispo Munio Mondonhedo, Afonso de Tui e Diego de Ourense; II, 16.1; II, 18; II, 19; II, 20.1; II, 52; II, 64.1; II, 65: narrativa; II, 18.1: privilégio da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos clérigos e laicos das províncias de Mérida e Braga; II, 18.2: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 63.2: Confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhedo,	

			Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga; III, 30.2: carta do papa Inocêncio II dirigida aos prelados das províncias de Braga, Toledo e Compostela) <i>Bracharensis/Bracarensis ecclesia</i> (I, 99: carta do papa Pascoal II dirigida a Maurício de Braga e carta de Bernardo de Toledo dirigida a Diego Gelmírez; II, 11.1; II, 12.3; II, 3.4; II, 15.2: narrativa; II, 43: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 66.1: carta de Bernardo de Toledo a Diego Gelmírez) <i>Bracarensis/Bracharensis archiepiscopatus</i> (II, 15.1: narrativa; III, 29.1: carta de Paio Mendes, arcebispo de Braga, dirigida a Diego Gelmírez)	
Burgos	Cidade mais importante dos condes castelhanos e, posteriormente, do reino de Castela. Sede de bispado isenta de metropolitano. Atual cidade da província com o mesmo nome, em Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Burgensis ecclesia</i> (I, 26; II, 70.1; II, 71.2: narrativa; II, 70.2: carta do cardeal romano Deusdedit dirigida a Diego Gelmírez) <i>Burgi</i> (I, 28.2; I, 85; I, 86.1; I, 88; I, 89.1; II, 8.3; II, 9; II, 13.1; II, 16.1; II, 38; III, 41; III, 49.1: narrativa) <i>Burgensis castelli</i>	18

			(I, 87; I, 90: narrativa) <i>castellum Burgos</i> (I, 91: narrativa) <i>Burgensem ciuitatem</i> (II, 70.1: narrativa) <i>Burgensi sede</i> (III, 49.6: narrativa)	
Cacabelos	Lugar no antigo Caminho de Santiago ¹⁴⁹⁷ . Atual município da província de Leão, em Castela e Leão.	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>burgum Cacauellos</i> (I, 30: narrativa) <i>Kakauellos</i> (III, 4; III, 14.3: narrativa)	3
Caldas de Cuntis	Caldas de Reyes ou Cuntis, atuais municípios na província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>Caldas de Cuntis</i> (I, 100.4 ¹⁴⁹⁸ : narrativa) <i>Termas de Contos</i> (I, 107.1: narrativa)	2

¹⁴⁹⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, nota 2 p. 76

¹⁴⁹⁸ Trata-se de uma referência a uma doação da igreja de São Julião de Caldas de Cuntis, que não foi identificada (*Historia Compostelana*, 1994, p. 237, nota 644).

Callario	Dependente do mosteiro de Calogo; lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Callario</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Callarius	Dependente do mosteiro de Calogo; lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Callarius</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Callerio	Dependente do mosteiro de Calogo; lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Callerii</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Canales	Lugar em Postmarcos, não identificado.	Geraldo	<i>Canales</i> (I, 70: narrativa)	1
Carrión	Importante cidade da Terra de Campos que albergava o mosteiro de São Zoilo. Atual cidade de Carrión de los Condes, na província de Palência, em Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Carrionensis concilium</i> (I, 34.1; I, 34.3: narrativa; I, 34.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo) <i>Carrionem</i> (I, 34.4: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 73.3; I, 85; I, 90.3; II, 20.1; III, 14.2; III, 39.2: narrativa) <i>Carrione</i> (I, 73.4; I, 84.2; I, 112.2; III, 32: narrativa) <i>Karrionem</i> (III, 7.6; III, 14.1: narrativa)	12

			<i>Karrionensis concilium</i> (III, 15: narrativa)	
Castela	Território galego que se situava na atual província de Ourense.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Castela</i> (I, 100.1: narrativa) <i>Castella</i> (I, 68.2; II, 30 ¹⁴⁹⁹ : narrativa) <i>uino castellano</i> ¹⁵⁰⁰ (III, 33.1: decreto relativo à regularização dos preços)	4
Castrofeito	Lugar no concelho de El Pino, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>uilla Castro fracto</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Castrojeriz	Município na província de Burgos, em Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo	<i>castrum Soricium</i> (I, 34.7: narrativa) <i>Castrum Soricis</i> (I, 48; II, 4.2; II, 6.2; II, 6.3; II, 7.1: narrativa)	5

¹⁴⁹⁹ O capítulo II, 30 não consta na entrada da Castela galega do índice de Emma Falque, embora se trate de uma enumeração de localidades e comarcas galegas. Enrique Flórez fez uma nota a indicar que é uma menção à Castela de Ourense (*Historia Compostellana siue de rebus gestis D. Didaci Gelmirez, primi Compostellani Archiepiscopi*, 1765, p. 315)

¹⁵⁰⁰ Traduzido como “vinho bom de Castela”, expressão interpretada como sendo uma referência à Castela galega (*Historia Compostelana*, 1994, p. 546, nota 168; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 467, nota 2).

Castrovite	Lugar no concelho de La Estrada, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁰¹ .	Geraldo	<i>Castrum Biti</i> (I, 47: narrativa)	1
Cee	Talvez Santa Maria da Cee, no concelho de Cee, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁰² .	Geraldo	<i>Ceiam</i> (I, 114.13: narrativa)	1
Céltigos	Arciprestado. Existe hoje um lugar com este nome no concelho de Santa Comba, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁰³ .	Munio Afonso	<i>Celticos</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Cerquides	Lugar no concelho de Lousame, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁰⁴ .	Geraldo	<i>Circites de Arum</i> (I, 70: narrativa) <i>Cirquites</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigria Jiménez a Diego Gelmírez)	2
Cerquitu	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla de Cerquitu</i> (I, 100.4: narrativa)	1

¹⁵⁰¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 104, nota 2.

¹⁵⁰² *Historia Compostelana*, 1994, p. 280, nota 769; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 227, nota 1. Contudo, Ricardo Martínez Ortega crê tratar-se do lugar Ceilán, na Corunha (MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 243).

¹⁵⁰³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 1.

¹⁵⁰⁴ Os tradutores tratam as duas referências indicadas como pertencendo ao mesmo lugar (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 3; *Historia Compostelana*, 1994, p. 624).

Cesar	Propriedade do mosteiro de São Paio de Sabugueira, não identificada.	Geraldo	<i>uilla Cesari</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Cirves	Lugar em Postmarcos. Talvez seja Sirves, no concelho de Ribeira, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁰⁵ .	Munio Afonso	<i>uilla Cirues</i> (I, 31.10: narrativa)	1
Coimbra	Conquistada definitivamente pelos cristãos em 1064, por Fernando I. Sede de bispado sufragânea de Compostela desde 1120, por vezes atribuída a Braga. Atual cidade portuguesa.	Geraldo	<i>Colimbria</i> (I, 103.1: narrativa; II, 16.2: privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez)	2
Cóporos	Ou Cáparos, talvez uma comarca galega ¹⁵⁰⁶ . Existe um lugar com este nome na província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso	<i>Coporos</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Corbillón	Atual paróquia de San Mamed de Corbillón, no concelho de Cambados, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁰⁷ .	Geraldo	<i>uilla de Curuellion</i> (I, 100.4: narrativa)	1

¹⁵⁰⁵ *Historia Compostelana*, 1994, p. 131, nota 309; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 80, nota 6.

¹⁵⁰⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 1.

¹⁵⁰⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 1.

Cordeiro	Paróquia e terra. Lugar no concelho de Valga, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁰⁸ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Cordarium</i> (I, 3.2; II, 62.4: narrativa)	2
Cornado	Terra junto ao rio Ulla, no concelho de Vedra, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁰⁹ .	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Cornato</i> (I, 31.10; I, 100.1; I, 100.2: narrativa; III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras) <i>Coronatum</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	4
Coronho	Lugar no concelho de Boiro, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Corronium</i> (I, 70: narrativa)	1
Correlhã	Lugar no condado portugalense e propriedade da diocese compostelana. Atual freguesia de Ponte de Lima, Portugal.	Hugo, Munio Afonso, Geraldo	<i>uilla Corneliana</i> (I, 15.3; I, 81.2; II, 6.1; II, 42.1: narrativa; I, 81.3: documento do préstamo que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos	6

¹⁵⁰⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 31, nota 1.

¹⁵⁰⁹ *Historia Compostelana*, 1994, p. 131, nota 310; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 80, nota 7 e p. 92, nota 1.

			os territórios da diocese compostelana; II, 46.2: documento do préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal)	
Curugido	Possivelmente Cruído, no concelho de Lousame, província da Corunha, Galiza ¹⁵¹⁰ .	Geraldo	(II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigria Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Cusanca	Lugar no concelho de O Irixo, província de Ourense, Galiza ¹⁵¹¹ .	Munio Afonso	<i>Cusanca</i> (I, 31.3: narrativa)	1
Dadín	Lugar na província de Ourense, Galiza ¹⁵¹² .	Munio Afonso	<i>uillam Dadin</i> (I, 31.3: narrativa)	1
Dara	Lugar não identificado.	Geraldo	“ <i>uillam, que uocatur Daram</i> ” (I, 70: narrativa)	1
Dayan	Lugar não identificado.	Geraldo	(II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigria Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Deiro	Lugar no concelho de Villanueva de Arosa, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>Deiru</i> (I, 100.4: narrativa)	1

¹⁵¹⁰ MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 244. Existe outra hipótese assinalada por José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 4).

¹⁵¹¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 78, nota 6.

¹⁵¹² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 78, nota 6.

Dena	Lugar no concelho de Meaño, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵¹³ .	Geraldo	<i>uille Dene</i> (I, 91; I, 94: narrativa)	2
Deza	Comarca na província de Pontevedra, Galiza ¹⁵¹⁴ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Deza</i> (I, 31.3; I, 100.1: narrativa) <i>Decia</i> (I, 74.1; I, 100.4; I, 111.4; II, 30: narrativa)	5
Dorma	Lugar não identificado.	Munio Afonso	(II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Dormeá	Terra. Talvez seja o lugar no concelho de Boimorto, província da Corunha, Galiza ¹⁵¹⁵ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Dormiana</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; II, 22: narrativa)	2
Dubra	Terra. Val do Dubra é um concelho na província da Corunha, Galiza ¹⁵¹⁶ .	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Dubria</i> (I, 31.7; I, 109.5: narrativa; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras)	4

¹⁵¹³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 166, nota 3.

¹⁵¹⁴ *Historia Compostelana*, 1994, p. 129, nota 302; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 78, nota 5.

¹⁵¹⁵ Embora não corresponda à descrição de Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 626).

¹⁵¹⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 79, nota 6.

El Eijo	Talvez seja Eijo, concelho de Santiago de Compostela, província da Corunha, Galiza ¹⁵¹⁷ .	Geraldo	<i>Holegium</i> (I, 90.4: narrativa)	1
Entines	Terra. Provavelmente Entíns ou Santo Ourente de Entíns, no concelho de Outes, província da Corunha, Galiza ¹⁵¹⁸ .	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>Gentines</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 103.1: narrativa) <i>terra Gentinis</i> (II, 82.2: narrativa)	3
Erimar	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uillam de Erimar</i> (I, 70: narrativa)	1
Ervedins	Talvez Ervedins no concelho de Arteixo, província da Corunha, Galiza ¹⁵¹⁹ .	Munio Afonso	<i>uillam Eruedinum</i> (I, 31.1: narrativa)	1
Estella	Lugar situado no domínio de Navarra. Município na província e comunidade autónoma de Navarra.	Geraldo	<i>Stella</i> (II, 6.2; II, 20.1: narrativa)	2
Ezcaray	Município na província e comunidade autónoma de La Rioja ¹⁵²⁰ .	Geraldo	<i>Caratie</i> (II, 10: narrativa)	1

¹⁵¹⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 165, nota 2.

¹⁵¹⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93 e p. 393, nota 4.

¹⁵¹⁹ *Historia Compostelana*, 1994, p. 128, nota 296; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 77, nota 7.

¹⁵²⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 259, nota 1.

Faro ¹⁵²¹	Corresponde à Torre de Hércules, ainda que surja no texto como terra ou comarca, atualmente na cidade e província da Corunha, Galiza ¹⁵²² .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Farensi pago</i> (I, 31.7: narrativa) <i>terra de Faro</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 100.1: narrativa)	3
Ferreiros (a)	Lugar no concelho de Boiro, província da Corunha, Galiza ¹⁵²³ .	Geraldo	<i>Ferrarios</i> (I, 70; I: narrativa)	1
Ferreiros (b)	Paróquia de San Verísimo de Ferreiros, também chamada San Breixo de Ferreiros, no concelho de El Pino, província da Corunha, Galiza ¹⁵²⁴ .	Geraldo	<i>burgus Ferrarios</i> (I, 112.3: narrativa)	1
Figueiroa	Talvez seja a paróquia de San Miguel de Figueroa, no concelho de Abegondo, província de Corunha, Galiza ¹⁵²⁵ .	Geraldo	<i>Figariola</i> (I, 93: narrativa)	1
Figueirola	Talvez seja Figueiras, lugar próximo de Vilvestro, no concelho de Santiago de	Geraldo	<i>uilla Figueirola/Figeirola</i> (I, 70: narrativa)	1

¹⁵²¹ Faro tanto pode indicar uma comarca como um castelo. Veja-se também o quadro 7.

¹⁵²² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 79, nota 5.

¹⁵²³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 128, nota 4. Embora tenha o mesmo nome que o topónimo seguinte, tudo indica que sejam dois lugares diferentes (*Historia Compostelana*, 1994, p. 626).

¹⁵²⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 215, nota 1.

¹⁵²⁵ Apesar de existirem outras possibilidades para a sua identificação (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 168, nota 4).

	Compostela, província da Corunha, Galiza ¹⁵²⁶ .			
Flamia	Ilha não identificada ¹⁵²⁷ .	Geraldo	<i>Flammia</i> (II, 21: narrativa) <i>Flamia</i> (I, 103.1: narrativa)	2
Fornelos	Talvez Fornelos de Montes, concelho na província da Pontevedra, Galiza ¹⁵²⁸ .	Munio Afonso	<i>Fornellos</i> (I, 2.6: narrativa)	1
Forno	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla de Forno</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Fuente del Roble	Talvez seja Carballo, na província da Corunha, entre Santiago e Padrón; lugar não identificado ¹⁵²⁹ .	Geraldo	<i>Fontem Quercus</i> (I, 116.3: narrativa)	1
Fusim	Poderá ser Fufín, no concelho de Vedra, Corunha, Galiza ¹⁵³⁰ .	Munio Afonso	<i>uilla Fusim</i> (I, 32: narrativa)	1
Gándara	Há vários lugares com este nome na Galiza ¹⁵³¹ .	Geraldo	<i>Gandera</i>	1

¹⁵²⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 129. As duas menções que surgem no capítulo foram entendidas como dois topónimos diferentes por Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 626).

¹⁵²⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 193, nota 3.

¹⁵²⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p.26, nota 5.

¹⁵²⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 233, nota 1. Apenas identificámos Carballo, na Corunha, muito afastado de Santiago de Compostela.

¹⁵³⁰ Junto ao rio Ulla, como indica a narrativa. Veja-se MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 234.

¹⁵³¹ Leiam-se as indicações de José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 5).

			(II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	
Gogilde	Vila e propriedade. Gogilde ou Guxilde, perto de Lérez, no concelho de Pontevedra, Galiza; não identificado ¹⁵³² .	Hugo, Munio Afonso, Geraldo	<i>Goegildum</i> (I, 15.4: narrativa) <i>Godegildum</i> (I, 22: narrativa) <i>Geogildum</i> (I, 82.2: narrativa)	3
Grajal	Grajal de Campos, município na província de Leão, em Castela e Leão.	Munio Afonso	<i>uillam Gralialium</i> (I, 26: narrativa)	1
Guldrigáns	Lugar no concelho de Cuntis, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵³³ .	Geraldo	<i>Guldreganes</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Idanha	Antigo bispado da Egitânia do reino visigodo e futura diocese da Guarda, pertencia à metrópole de Santiago de Compostela a partir de 1120. Atual povoação de Idanha-a-Velha, no distrito de Castelo Branco, Portugal.	Pedro Marcio	<i>Egitania</i> (III, 35: carta do clero da diocese de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez)	1

¹⁵³² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 49, nota 1. Apenas foi identificado Guxilde, na província de Ourense.

¹⁵³³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 11.

Insua	Lugar no concelho de Lalín, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵³⁴ .	Geraldo	Insule (I, 109.5; II, 22: narrativa)	2
Iria	Iria Flávia, no concelho de Padrón, província da Corunha, Galiza. Iria foi sede de bispado sufragânea de Braga até 1095, ano em que a sede foi transferida para Santiago de Compostela e recebeu a isenção de metropolitano.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Hiriensem portum/Hirie portum</i> (I, 1.1; III, 29.2: narrativa) <i>Hilia</i> (I, 2.6: narrativa; I, 5.2: privilégio do papa Urbano II atribuído à Igreja de Santiago de Compostela, “Liberdade da igreja compostelana”) <i>Ilia</i> (I, 2.11; I, 4; I, 22; I, 60: narrativa; I, 12: confirmação da isenção dos votos da diocese de Compostela, enviada a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II; I, 17.2: privilégio da concessão do pálio atribuído a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II) <i>Iria</i> (I, 22; I, 102.1; I, 107.2; I, 107.3; I, 114.1; I, 116.3; II, 2; II, 21; II, 53.3; II, 55; II, 62.2; III, 36.3; III, 37: narrativa) <i>Hyria</i>	23

¹⁵³⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 207, nota 3. É dúbio se consistia num lugar separado de Loño ou se formava um único topónimo, o de Insua de Loño.

			(I, 109.1: narrativa) <i>Hiliensis/Iliensis cathedra</i> (I, 5.2: privilégio do papa Urbano II atribuído à Igreja de Santiago de Compostela, “Liberdade da igreja compostelana”; I, 12: confirmação da isenção dos votos da diocese de Compostela, enviada a Diego Gelmírez pelo papa Pascoal II) <i>Iliense</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i>, do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana) <i>Hiliensis/Iliensis/Hyriensis sedes</i> (I, 2.1; III, 36.3: narrativa; I, 35.4: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	
Jaca	Sede de bispado em terras aragonesas. Atual cidade da província de Huesca, em Aragão.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Iacam</i> (II, 6.2: narrativa) <i>Iacce</i> (II, 20.1: narrativa)	3

			<i>solidis Iacensis</i> (II, 81.4: narrativa)	
Juncaria	Porto no rio Ulla, não identificado, perto de Torres de Oeste ¹⁵³⁵ .	Munio Afonso	<i>Iuncarie</i> (I, 2.6: narrativa)	1
Junqueras	Poderá tratar-se do lugar Xunqueiras no concelho de A Proba do Caramiñal, na província da Corunha, Galiza ¹⁵³⁶ .	Geraldo	<i>Iuncarias</i> (I, 70: narrativa)	1
La Mahía	Terra entre os rios Sar e Tambre ¹⁵³⁷ . Atual região de um vale que abarca alguns municípios, entre os quais Ames, na província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Amahee</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; III, 40.2: convénio entre Fernão Peres de Trava e Diego Gelmírez sobre Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades) <i>Amaea</i> (II, 2: narrativa; III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras; III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	4

¹⁵³⁵ Leiam-se as várias hipóteses apresentadas em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 26, nota 5.

¹⁵³⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 129, nota 3.

¹⁵³⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 1.

Labacengos	Arciprestado. Atual paróquia no concelho de Moeche, província da Corunha, Galiza ¹⁵³⁸ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Lauacencos</i> (I, 35.4; I, 35.8: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana) <i>Lauacengos</i> (II, 56.1: narrativa; II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhede acerca dos arciprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros)	3
Lagartones	Lugar no concelho de La Estrada, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵³⁹ .	Munio Afonso	<i>Lagartone superiori inferiori</i> (I, 31.11: narrativa) <i>Lagartones</i> (I, 32: narrativa)	2
Lañas	Atual paróquia no concelho de La Baña, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁴⁰ .	Pedro Marcio	<i>terra de Laias</i> (III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras)	1

¹⁵³⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 3.

¹⁵³⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 2.

¹⁵⁴⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 445, nota 7.

Leão	Sede de bispado, isenta de metropolitano em 1105, e capital régia. Atual cidade em Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Legio</i> (I, 3.1; I, 28.1; I, 30; I, 34.9; I, 46; I, 48; I, 64.2; I, 67; I, 68.1; I, 111.1; I, 112.1; I, 112.2; II, 80.2; II, 80.3; II, 81.3; III, 7.1; III, 14.1; III, 24.2; III, 39.5: narrativa; I, 34.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 101.1: narrativa e carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez; I, 108.2: carta de Afonso Raimundes dirigida a Diego Gelmírez; II, 66.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez; II, 66.4: carta de Diego Gelmírez dirigida a Bernardo de Toledo; III, 43.2: carta do clero e povo de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez) <i>Legionensis ecclesia</i> (I, 99: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez e carta do papa Pascoal II dirigida a Maurício de Braga) <i>concilium Legionense</i> (I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114; III, 43.4: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez) <i>Legionense</i>	26

			(II, 80.2: narrativa) <i>Legionensis ciuitas</i> (II, 11.1; II, 53.5; II, 80.2; II, 88; III, 24.1: narrativa; III, 6: privilégio concedido ao Hospital de Santiago por Diego Gelmírez) <i>urbs Legionensis</i> (III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, Pedro, bispo de Segóvia, e Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez)	
Ledigos	Município na província de Palência, em Castela e Leão ¹⁵⁴¹ .	Pedro Marcio	<i>uilla Lendicos</i> (III, 14.3: narrativa)	1
Lemos	Comarca da Terra de Lemos, onde se encontra o município de Monforte de Lemos, na província de Lugo, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Lemos</i> (I, 31.1: narrativa) <i>Lemensis prouincia</i> (I, 50: narrativa) <i>Lemados</i> (II, 30: narrativa)	3

¹⁵⁴¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 439-440, nota 2.

Libredón	Antigo nome de Santiago de Compostela ¹⁵⁴² .		<i>Liberum donum</i> (I, 1.1: narrativa)	1
Limia	Território frequentemente reivindicado por D. Teresa e Afonso Henriques. Atual comarca onde se encontra o município de Xinzo de Limia, na província de Ourense, Galiza ¹⁵⁴³ .		<i>Limia</i> (I, 107.1; II, 42.1: narrativa)	2
Lisboa	Lugar ocupado pelos Almorávidas em 1093 e conquistado pelos cristãos em 1147. Atual capital de Portugal.	Geraldo	<i>Olisbona</i> (II, 21; II, 53: narrativa)	2
Listas	Lugar em Postmarcos, não identificado.	Geraldo	<i>Listas</i> (I, 70: narrativa)	1
Logronho	Domínio de Afonso VI e, posteriormente, de Afonso o <i>Batalhador</i> . Atual cidade na província e comunidade autónoma de La Rioja.	Geraldo	<i>Gronium</i> ¹⁵⁴⁴ (II, 6.2; II, 10; II, 13.2: narrativa) <i>Gronii</i> (II, 53.5: narrativa)	4
Lois	Lugar no concelho de Rivadumia, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>uilla de Loix</i> (I, 100.4: narrativa)	1

¹⁵⁴² *Historia Compostelana*, 1994, p. 68, nota 24.

¹⁵⁴³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 199, nota 2.

¹⁵⁴⁴ Ou *Citragonium*, no capítulo II, 10 (*Historia Compostelana*, 1994, p. 316, nota 87; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 259, nota 2).

Loño ¹⁵⁴⁵	Poderá ser Loño, no concelho de Vila de Cruces, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>Laonia</i> (I, 109.5; II, 22: narrativa)	2
Lugo	Sede de bispado sufragânea de Braga. Atual cidade na província com o mesmo nome, Galiza.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Lucensis ciuitas</i> (I, 67; I, 69; II, 80.2: narrativa) <i>Lucensis ecclesia</i> (I, 97; I, 98.2; II, 15.2; III, 3: narrativa; I, 98.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez e aos bispos de Mondonhede, Tui e Ourense; II, 60: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Lucensis urbs</i> (I, 97: narrativa) <i>Lucum</i> (I, 107.4: narrativa) <i>Lucensis episcopatus</i> (III, 3: narrativa)	9

¹⁵⁴⁵ É dúbio se consistia num lugar separado de Insua ou se formava um único topónimo, o de Insua de Loño.

Lustres	Lugar no concelho de Rianxo, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁴⁶ .	Pedro Marcio	<i>uilla Lustris</i> (II, 72.1: narrativa)	1
Maranes	Talvez Marán, lugar no concelho de Caldas de Reis, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁴⁷ .	Geraldo	<i>uillam Maranes</i> (I, 93: narrativa)	1
Marín (a)	Poderá ser Marín, concelho na província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁴⁸ .	Geraldo	<i>uillam Marin</i> (I, 93: narrativa)	1
Marín (b)	Possivelmente Marín, lugar no concelho de Melide, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁴⁹ .	Munio Afonso	<i>uillam Maurim</i> (I, 31.1: narrativa)	1
Medinaceli	Município na província de Sória, em Castela e Leão.	Munio Afonso	<i>Metinacelim</i> (I, 2.8: narrativa)	1
Mellid	Concelho na província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Melidium</i> (I, 109.2: narrativa)	1
Mérida	Cidade sob domínio almorávida. A sua sede metropolitana foi trasladada para Santiago de Compostela em 1120. Atual cidade na província de Badajoz, na Estremadura.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Emeritana sedes</i> (I, prólogo; II, 63.3; II, 63.4; II, 64.3; II, 64.4; II, 64.6; II, 68; II, 70.1: narrativa) <i>Emeritana metropolis</i>	18

¹⁵⁴⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 377, nota 1.

¹⁵⁴⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 168, nota 4.

¹⁵⁴⁸ Poderia ser também o lugar Marín (b). Todavia, são duas propriedades entregues à sé compostelana por pessoas distintas.

¹⁵⁴⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 76, nota 4. Este lugar fica junto a Abeancos, como indica a narrativa.

			(II, 13.2; II, 15.3; II, 16.1; II, 20.1: narrativa; II, 63.4: Confirmação da dignidade metropolítica de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida ao arcebispo compostelano; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 67.1: carta do papa Calisto II dirigida a Munio, bispo de Salamanca; II, 67.4: carta do papa Calisto II dirigida a Gonçalo, bispo de Coimbra; III, 10.5: carta do papa Honório II dirigida a Paio Mendes, arcebispo de Braga) <i>Emeritensis/Emeretensis/Hemeretensis/Emeritana ecclesia</i> (II, 12.3; II, 15.2; II, 15.3: narrativa; II, 63.4: Confirmação da dignidade metropolítica de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida ao arcebispo compostelano; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 67.1: carta do papa Calisto II dirigida a Munio, bispo de Salamanca; II, 67.4: carta do papa Calisto II dirigida a Gonçalo, bispo de Coimbra; III, 7.5: doação do senhorio da cidade de Mérida pelo rei Afonso VII à diocese compostelana)	

			<i>prouincia Emeritae</i> (I, 101.4: carta do cardeal romano João de Gaeta dirigida a Diego Gelmírez) <i>Emeretensis/Emeritana prouincia</i> (II, 16.1; II, 19; II, 20.1; II, 52; II, 64.1; II, 65: narrativa; II, 16.2: narrativa e privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 18.1: narrativa e privilégio da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos clérigos e laicos das províncias de Mérida e Braga; II, 18.2: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhede, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga) <i>Emeritana/Emeritensis/Hemeretensis ciuitas</i> (II, 16.2: narrativa e privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 63.4: Confirmação da dignidade metropolitana de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida ao arcebispo compostelano; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para	

			Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; III, 7.4: narrativa; III, 7.5: doação do senhorio da cidade de Mérida pelo rei Afonso VII à diocese compostelana) <i>Emeretensis archiepiscopatus</i> (II, 15.3: narrativa) <i>Emerita</i> (II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez)	
Merza	Atual paróquia de Santa Maria de Merza no concelho de Vila de Cruces, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁵⁰ .	Munio Afonso	<i>Mercia</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Milladoiro	Lugar no Monte do Gozo donde se avista Santiago de Compostela, na província da Corunha, Galiza.	Hugo, Geraldo	<i>Humiliatorium</i> (I, 15.4; I, 112.3: narrativa)	2
Moimenta	Lugar no concelho de Boiro, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Monumenta</i> (I, 70: narrativa)	1

¹⁵⁵⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1.

Molnes	Possivelmente Moldes, lugar no concelho de Boborás, província de Ourense, Galiza ¹⁵⁵¹ .	Geraldo	(I, 100.1: narrativa)	1
Mondonhedo	Sede de bispado sufragânea de Braga. No concílio de Palência de 1113 a sede foi trasladada de San Martín de Mondonhedo para Villamayor de Val de Brea (<i>Vallibria</i>) devido à exposição aos ataques de normandos e muçulmanos na costa galega. Atual município na província de Lugo, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Minduniensis/Menduniensis ecclesia</i> (I, 34.6: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 34.7; I, 34.9; II, 56.1; III, 3: narrativa; II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhedo acerca dos arceprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros) <i>Vallibriensis ecclesia</i> (II, 56.1: narrativa; II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhedo acerca dos arceprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros) <i>Vallibriensis episcopatus</i> (II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhedo acerca dos arceprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros) <i>Minduniensis episcopatus</i>	3

¹⁵⁵¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 181, nota 1.

			(II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhede acerca dos arceprebendados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros; III, 3: narrativa)	
Montaos	Terra e senhorio a norte de Santiago de Compostela, entre o rio Tambre e o antigo arcediagado de Nendos. Atualmente existe a paróquia de Santa Cruz de Montaos, no concelho de Ordes, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁵² .	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Montanos; Montanis</i> (I, 3.2; I, 31.9: narrativa; I, 104.1: juramento dos condes de Monterroso e de Sarria feito a Diego Gelmírez; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i>, do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras) <i>Montana</i> (I, 109.2: narrativa) <i>Montani honoris</i> (II, 64.2: narrativa) <i>terre de Montanis; terra Montanorum</i> (II, 87.7; III, 52: narrativa)	9

¹⁵⁵² *Historia Compostelana* ..., 1950, p. 31 e p. 358, nota 3; *Historia Compostelana*, 1994, p. 425, nota 454.

Montélios	<i>Uilla</i> pertencente à diocese compostelana, em território portugalense. A Capela de São Frutuoso de Montélios localiza-se na freguesia de Real, Dume e Semelhe, em Braga, Portugal.	Geraldo	<i>Villa Montelios</i> (II, 46.2: préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal)	1
Monterroso	Senhorio de Munio Peláez, genro de Pedro Froilaz. Atual município na província de Lugo, Galiza ¹⁵⁵³ .	Geraldo	<i>Montem Rosum</i> (I, 64.3: narrativa; II, 30: narrativa)	2
Montes	Existe um lugar com este nome na província de Pontevedra e outro na província de Ourense. Existe ainda a comarca de Tabeirós-Terra de Montes, em Pontevedra, e uma antiga comarca de Terra de Montes entre Pontevedra e Ourense ¹⁵⁵⁴ .	Munio Afonso	<i>terra Montium</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Morrazo	Arciprestado na península de Morrazo, entre as rias de Vigo e Pontevedra, na província de Pontevedra, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Morracium</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	2

¹⁵⁵³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 121, nota 1.

¹⁵⁵⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1.

			<i>Morracios</i> (I, 103.1: narrativa)	
Mourentán	<i>Uilla</i> do mosteiro de São Paio de Sabugueira. Possivelmente é Mourentán no concelho de Santiago de Compostela, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁵⁵ .	Geraldo	<i>uilla Maurentani</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Nájera	Importante cidade do reino de Pamplona ocupada por Afonso VI e, depois, por Afonso o <i>Batalhador</i> . Atual município na província e comunidade autónoma de La Rioja.	Geraldo	<i>Nazarei</i> (I, 80: narrativa) <i>Nazaram</i> (II, 6.2: narrativa)	2
Navia	Comarca nas Astúrias ¹⁵⁵⁶ . Atual município na província e comunidade autónoma das Astúrias.	Geraldo	<i>Nauiam</i> (I, 103.1: narrativa)	1
Nebra	Lugar no concelho de Puerto del Son, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁵⁷ .	Pedro Marcio	<i>sanctam Mariam de Neuar</i> (II, 72.2: narrativa) <i>Nuari</i>	2

¹⁵⁵⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 181, nota 3.

¹⁵⁵⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 193, nota 2.

¹⁵⁵⁷ Conforme a explicação de José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 377, nota 2), embora coloque outras hipóteses a propósito do segundo capítulo (*Idem*, p. 486, nota 2).

			(III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	
Nemancos	Arciprestado. Território entre Corcubión e Camariñas, na província da Corunha, Galiza ¹⁵⁵⁸ .	Geraldo	<i>Nemancos</i> (I, 94; I, 103.1: narrativa)	2
Nendos	Arciprestado e território que ia da ria de Betanzos e da Corunha até ao limite com a atual província de Lugo ¹⁵⁵⁹ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Nemitos</i> (I, 31.1; I, 32; I, 93: narrativa; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 100.3; I, 103.1: narrativa) <i>Nendos</i> (I, 94: narrativa)	6
Neoma	<i>Uilla</i> em Postmarcos, não identificada.	Munio Afonso	<i>uilla Neomam</i> (I, 31.10: narrativa)	1
Nimia	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>Nimiam</i> (I, 94: narrativa)	1
Novalés	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>Nouales</i> (I, 70: narrativa)	1
Noya	Município na província da Corunha, Galiza.		<i>Nogia</i> (I, 70: narrativa)	3

¹⁵⁵⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 169-170, nota 2.

¹⁵⁵⁹ Leia-se a descrição detalhada sobre este território em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 77, nota 3.

			<i>Noia</i> (III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras) <i>terra de Nogia</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	
Oca	Lugar no concelho de La Estrada, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁶⁰ .	Geraldo	<i>Occa</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Odorio	Lugar em Postmarcos, não identificado.	Geraldo	<i>hereditatem de Odorio</i> (I, 70: narrativa)	1
Olveira	Lugar perto do Cabo Corrubedo, no concelho de Ribeira, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁶¹ .	Munio Afonso	<i>uilla Olueyram</i> (I, 31.10: narrativa)	1
Ons	Ilha na ria de Pontevedra, no concelho de Bueu, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>Aonios</i> (I, 103.1: narrativa) <i>Onus</i> ¹⁵⁶² (II, 21: narrativa)	2

¹⁵⁶⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 181, nota 2.

¹⁵⁶¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 80, nota 6.

¹⁵⁶² *Ouras*, de acordo com a edição de Enrique Flórez.

Ordiale	Possivelmente Orxás, no concelho de Lalín, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁶³ .	Geraldo	<i>uilla Ordiale</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Osma	Sede de bispado sufragânea de Toledo. Atual município da província de Sória, em Castela e Leão.	Munio Afonso	<i>Osomensis ecclesia</i> (I, 26: narrativa)	1
Otero de Potros	Lugar onde se encontra a atual igreja de Santa Susana, em Santiago de Compostela ¹⁵⁶⁴ .	Hugo, Pedro Marcio	<i>Auterium Puldrorum</i> (I, 15.5; III, 46.2: narrativa)	2
Ourense	Sede de bispado sufragânea de Braga. Atual cidade na província com o mesmo nome, Galiza.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Auriensem diocesim</i> (I, 82.2: narrativa) <i>Auriensi episcopio</i> (III, 3: narrativa)	2
Ourias	Possivelmente corresponde a Vega de Ouría, no concelho de Boal, nas Astúrias ¹⁵⁶⁵ .	Geraldo	<i>Ourios</i> ¹⁵⁶⁶ (I, 103.1: narrativa)	1
Outeiro	Lugar no território de Salnés. Possivelmente Outeiro, junto do rio Umia, na margem oposta a Romarís, no	Munio Afonso	<i>uilla Octarium</i> (I, 31.1: narrativa)	1

¹⁵⁶³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 181, nota 2.

¹⁵⁶⁴ *Historia Compostelana*, 1994, p. 99, nota 161.

¹⁵⁶⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 193, nota 1.

¹⁵⁶⁶ *Dúvios*, de acordo com a versão de Enrique Flórez.

	concelho de Meis, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁶⁷ .			
Ova	Possivelmente Opa, no concelho de Vilasantar, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁶⁸ .	Munio Afonso	<i>uillam nomine Ouam</i> (I, 31.8: narrativa)	1
Ovar	<i>Uilla</i> em Salnés; lugar não identificado.	Munio Afonso	<i>uillam Ouar</i> (I, 31.4: narrativa)	1
Oviedo	Sede de bispado isenta de metropolitano em 1105. Atual capital das Astúrias.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Ouetum</i> (I, 69: narrativa)	1
Padornelo	Lugar no concelho de Pedrafita do Cebreiro, província de Lugo, Galiza ¹⁵⁶⁹ .	Munio Afonso	<i>burgo Paturnelo</i> (I, 31.6: narrativa)	1
Padrón	Município na província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Patrono; Patroni; Patronum</i> (I, 94; I, 116.3; II, 55: narrativa)	3
Palência	Sede de bispado sufragânea de Toledo. Atual município na província com o mesmo nome, em Castela e Leão.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Palentia</i> (I, 88; I, 92.1; I, 97; I, 117; II, 8.3; II, 10; III, 7.1: narrativa; I, 92.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez; III, 7.3: decretos do concílio de Palência de 1129; III, 31: privilégio concedido à diocese de	10

¹⁵⁶⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 77, nota 8; MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 233-234.

¹⁵⁶⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 80, nota 2.

¹⁵⁶⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 79, nota 3.

			Santiago de Compostela pelo rei Afonso VII; III, 56.1: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez) <i>Palencia</i> (II, 6.3: narrativa) <i>Palentina urbs</i> (I, 88: narrativa) <i>Palentina ciuitas</i> (III, 7.1: narrativa) <i>Palentino concilio</i> (III, 7.5: doação do senhorio da cidade de Mérida pelo rei Afonso VII à diocese compostelana)	
Pamplona	Sede de bispado sufragânea de Tarragona. Atual capital da província e comunidade autónoma de Navarra.	Geraldo	<i>Pampilonia</i> (II, 6: narrativa)	1
Paradela	Lugar no concelho de Meis, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁷⁰ .	Munio Afonso	<i>Paratella uilla</i> (I, 22: narrativa)	1

¹⁵⁷⁰ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 66, nota 1.

Pastoriza	Existem vários lugares com este nome na Galiza, todos distantes das restantes propriedades mencionadas no capítulo.	Geraldo	<i>Pastoriza</i> (I, 70: narrativa)	1
Pazos	Há vários lugares galegos com este nome ¹⁵⁷¹ .	Geraldo	<i>Villam de Palatios</i> (I, 70: narrativa)	1
Penelas	Há mais do que um lugar com este nome na Galiza, um dos quais dista 8 km de Santiago de Compostela, no concelho de Teo ¹⁵⁷² .	Geraldo	<i>Penellarum</i> (I, 116.3: narrativa)	1
Piadela	Lugar no concelho de Betanzos, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁷³ .	Geraldo	<i>uilla Piavella/Piauella</i> (I, 93: narrativa)	1
Pisata	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Pisata</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Pontecesures	Porto do rio Ulla e atual município na província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	“ <i>portum, qui «de Cesuris» appellatur</i> ” (I, 65.2: narrativa)	1
Port-de-Cize	Roncesvales, em Navarra ¹⁵⁷⁴ .	Geraldo	<i>Portus Cisereos</i> ¹⁵⁷⁵ (II, 10: narrativa)	1

¹⁵⁷¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 129, nota 8.

¹⁵⁷² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 234, nota 3.

¹⁵⁷³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 6.

¹⁵⁷⁴ Na parte francesa dos Pirenéus, perto de Roncesvalles, segundo José Campelo (*Historia Compostelana*, p. 316, nota 88; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 259, nota 3).

¹⁵⁷⁵ De acordo com Emma Falque, enquanto a versão de Enrique Flórez contém *portus sidereos*, tal como a de José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 259, nota 3).

Portas	Município na província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁷⁶ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>uillam Portal</i> (I, 31.4: narrativa) <i>uilla de Portas</i> (I, 100.4: narrativa)	2
Porto	Sede de bispado sufragânea de Braga, situada no condado portucalense. Atual cidade portuguesa.	Geraldo	<i>Portugalensi ecclesia</i> (II, 13.2: narrativa)	1
Portodemouros	Lugar no concelho de Vila de Cruces, junto ao rio Ulla, na província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁷⁷ .	Munio Afonso	<i>Portum Mouri</i> (I, 25.2: narrativa)	1
Postmarcos	Antigo território entre os rios Ulla e Tambre, e entre Noya e Padrón, na atual província da Corunha, Galiza. Existe ainda o lugar Postmarcos entre as rias de Muros e de Arosa, no concelho de A Proba do Caramiñal ¹⁵⁷⁸ .	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Pistomarcis</i> (I, 22; I, 31.10; I, 70; I, 100.1: narrativa; III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras) <i>Pistomarcus</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	8

¹⁵⁷⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 78-79, nota 7.

¹⁵⁷⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 69, nota 2. Os tradutores privilegiam a leitura Porto de Mouro, embora deva tratar-se, na realidade, de Portodemouros, tal como sugere Ricardo Martínez Ortega (MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 233).

¹⁵⁷⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 65, nota 3; *Historia Compostelana*, 1994, p. 116, nota 246.

			<i>Pistomarchos</i> (I, 103.1; II, 2: narrativa)	
Pousada	Possivelmente trata-se de Pousada, no concelho de La Estrada, na província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁷⁹ .	Munio Afonso	<i>uillam Pausatam</i> (I, 31.1; I, 32: narrativa)	2
Pruzos	Arciprestado situado entre os rios Mandeo e Eume ¹⁵⁸⁰ . Existe atualmente um lugar com este nome junto ao rio Mandeo, no concelho de Irixoa, província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Prucios</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 94; I, 103.1: narrativa)	3
Puente Maceira	Lugar junto ao rio Tambre, entre Ames e Negreira, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁸¹ .	Geraldo	<i>portu de Macenaria; portu de Machanaria</i> (I, 111.3: narrativa)	1
Puente la Reina	Domínio de Afonso I de Aragão, no território navarro. Atual município na província e comunidade autónoma de Navarra.	Geraldo	<i>Pontem Regine</i> (II, 6.2: narrativa)	1

¹⁵⁷⁹ Junto a Lagartones, tal como explica o texto em I, 32. Leiam-se as duas indicações de José Campelo, que não coincidem uma com a outra (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 77, nota 6 e p. 81, nota 3).

¹⁵⁸⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 1.

¹⁵⁸¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 210, nota 2.

Puente Ulla	Lugar junto ao rio Ulla, no concelho de Vedra, a uns 20 km de Santiago de Compostela.	Munio Afonso	<i>Pontem Vlie</i> (I, 31.3: narrativa)	1
Quebra	Também designada Creba, é uma ilha na ria de Muros e Noya, no concelho de Muros, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Creuiam</i> (I, 103.1: narrativa)	1
Quintana	Lugar no território de Salnés, não identificado ¹⁵⁸² .	Munio Afonso	<i>uilla Quintana</i> (I, 31.3: narrativa)	1
Quintás	Propriedade do mosteiro de São Paio de Sabugueira. Há vários lugares galegos com este nome, e possivelmente trata-se de um no concelho de El Pino, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁸³ .	Geraldo	<i>uilla Quintanas</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Rama	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>Ramam</i> (I, 70: narrativa)	1
Rial	Há vários lugares com este nome na Galiza; não identificado.	Geraldo	<i>Rial</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Roboredo de Abajo	Lugar não identificado ¹⁵⁸⁴ .	Pedro Marcio	<i>Roboredo inferiori</i> (III, 4: pacto entre João Cádiz e Diego Gelmírez)	1
Roboredo de Arriba	Lugar não identificado.	Pedro Marcio	<i>Roboredo superiori</i>	1

¹⁵⁸² Para os diferentes lugares com este nome veja-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 78, nota 3.

¹⁵⁸³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 180, nota 3.

¹⁵⁸⁴ Relativamente a este topónimo e ao seguinte vejam-se as indicações de José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 424 e 425.

			(III, 4: pacto entre João Cídiz e Diego Gelmírez)	
Romarís	Lugar no concelho de Vilanova de Arousa, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁸⁵ .	Munio Afonso	<i>uilla Romaricium</i> (I, 31.1: narrativa)	1
Rubín	Lugar no concelho de La Estrada, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁸⁶ .	Munio Afonso	<i>uillam Ruuinum</i> (I, 31.3: narrativa)	1
Rus	Lugar no concelho de Carballo, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁸⁷ .	Geraldo	<i>uilla Rus</i> (I, 93: narrativa)	1
Sabardes	O Freixo de Sabardes, no concelho de Outes, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁸⁸ .	Geraldo, Pedro Marcio	<i>uilla Sauardes</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez; III, 37: narrativa; III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava; III, 40.2: convénio entre Fernão Peres de Trava e Diego Gelmírez sobre Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades)	3
Sahagún	Localização da importante abadia de Sahagún. Atual município na província de Leão, em Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Sanctus Facundus</i> (I, 26; I, 73.2; I, 80; I, 113.1; II, 6.3; II, 8.2; II, 8.3; II, 10; II, 38; III, 7.1; III, 14.2: narrativa; II, 45: carta do cardeal romano Boso dirigida a Diego Gelmírez)	11
Salamanca	Lugar incorporado na região da Estremadura. Sede de bispado	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Salamantica</i>	4

¹⁵⁸⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 77, nota 8.

¹⁵⁸⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 78, nota 4.

¹⁵⁸⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 168, nota 4.

¹⁵⁸⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350-351, nota 12.

	sufragânea de Mérida e, a partir de 1120, de Santiago de Compostela. Atual cidade na província do mesmo nome, em Castela e Leão.		(II, 16.2: privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; III, 43.4: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez) <i>Salamanticensis ecclesia</i> (III, 15: narrativa; III, 35: carta do clero da diocese de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.2: narrativa e carta do clero e povo de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, Pedro, bispo de Segóvia, e Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.4: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez) <i>Salamantine sedi</i> (III, 35: carta do clero da diocese de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez) <i>Salamanticense concilium</i> (III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, Pedro, bispo de Segóvia, e Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez)	
<i>Salamiri</i>	Propriedade do mosteiro de São Paio de Sabugueira; lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Salamiri</i> (I, 100.1: narrativa)	1

Salceda	Lugar no concelho de El Pino, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁸⁹ .	Geraldo	<i>Salzeta</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Salimes	Propriedade do mosteiro de São Paio de Sabugueira; lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Salimes</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Salnés	Território entre as rias de Arosa e Pontevedra ¹⁵⁹⁰ . Atualmente existe a comarca de Salnés na província de Pontevedra, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Saliniensis/Salnensis pagus</i> (I, 22; I, 102.1; II, 49.1; III, 2: narrativa) <i>territorio Salinensi/Saliniensi</i> (I, 31.1; I, 93: narrativa) <i>Salnes</i> (I, 31.3: narrativa; II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez) <i>Salinensi confinio</i> (I, 31.4: narrativa) <i>dominio Salinensi</i> (I, 31.11: narrativa) <i>Salinense</i>	11

¹⁵⁸⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 184, nota 5.

¹⁵⁹⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 66, nota 2 e p. 77, nota 8; *Historia Compostelana*, 1994, p. 117, nota 249.

			(I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana) <i>Saliniensium fines</i> (I, 103.1: narrativa) <i>Saliniensis/Salnensis terra</i> (I, 109.5; II, 82.3: narrativa)	
Sálvora	Ilha na ria de Arosa, concelho de Ribeira, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Saluara</i> (I, 103.1; II, 21: narrativa)	2
Sandrenzo	Lugar no concelho de Boiro, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁹¹ .	Geraldo	<i>Senderezum</i> (I, 70: narrativa)	1
Santa Cecília	Lugar não identificado ¹⁵⁹² .	Geraldo	<i>sanctam Ceciliam</i> ¹⁵⁹³ (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigris Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Santa Cristina de Noya ¹⁵⁹⁴	Santa Cristina de Barro, no concelho de Noya, província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>sancta Christina de Noia</i> (I, 32: narrativa; III, 40.2: convénio entre Fernão Peres de Trava e Diego Gelmírez sobre Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades)	4

¹⁵⁹¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 128, nota 4.

¹⁵⁹² Existe um lugar com este nome na Corunha, embora muito afastado das restantes propriedades mencionadas no capítulo II, 61.2 que foram identificadas.

¹⁵⁹³ *S. Eulaliam* na versão de Enrique Flórez. *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 6.

¹⁵⁹⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 4. Emma Falque trata o topónimo como se fosse uma igreja (*Historia Compostelana*, 1994, p. 631).

			<i>sancta Christina de Noya</i> (I, 114.13; II, 72.1: narrativa)	
Santa Eulalia de Bando ¹⁵⁹⁵	Lugar no concelho de Santiago de Compostela.	Munio Afonso	<i>sancte Eulalie de Bando</i> (I, 31.9: narrativa)	1
Santa Eulalia de Boiro	Boiro, possível tradução de <i>Ouorio</i> , concelho da província da Corunha, Galiza ¹⁵⁹⁶ .	Munio Afonso	<i>sancte Eulalie de Ouorio</i> (I, 31.10: narrativa)	1
Santa Eulalia de Lubre	Existe o lugar Lubre e a igreja de Santa Eulalia de Lubre no concelho de Ares, província da Corunha, Galiza ¹⁵⁹⁷ .	Pedro Marcio	<i>uilla Luure</i> (III, 37: narrativa) “ <i>uilla (...) et hereditate uocata sancta Eolalia de Lubre</i> ” (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	2
Santa Eulalia de Rivadumia	No município de Ribadumia, na província de Pontevedra, existe a igreja de Santa Baia de Ribadumia.	Geraldo	<i>sancte Eulalie in ripa Vmie</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Santa Leocricia de Sisán	Hoje San Clemente de Sisán, no concelho de Ribadumia, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁹⁸ .	Geraldo	<i>sancte Leocricie de Sicana</i> (I, 100.4: narrativa)	1

¹⁵⁹⁵ Uma igreja, de acordo com Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 636).

¹⁵⁹⁶ Hipótese levantada por José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 80, nota 5.

¹⁵⁹⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 479, nota 2.

¹⁵⁹⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 1.

Santa Maria de Besomaño	Lugar no concelho de Ribadumia, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>sancta Maria de Vesomanio</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Santa Maria de Calleirsi	Talvez Santa Maria de Caleiro, no concelho de Vilanova de Arousa, província de Pontevedra, Galiza ¹⁵⁹⁹ .	Geraldo	<i>sancte Marie de Calleirsi</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Santa Maria de Carredezello	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>sancte Marie de Carredezello</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Santa Maria de Cendam	Poderá ser Cernán no concelho de Rois, província da Corunha. Galiza ¹⁶⁰⁰ .	Geraldo	<i>sancta Maria de Cendam</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Santa Maria de Kalegio¹⁶⁰¹	Talvez Santa Maria de Teo no concelho de Teo, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>sancta Maria de Kalegio</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Santa Maria de Lanzada	Terra e também castelo ¹⁶⁰² . A Lanzada, entre Sanxenxo e O Grove, na província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>sancta Maria de Lanchata</i> (I, 75.2; I, 76.2: narrativa) <i>terra de sancta Maria de Lanchata</i> (I, 91: narrativa)	3

¹⁵⁹⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 1.

¹⁶⁰⁰ Hipótese levantada por Ricardo Martínez Ortega (MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 244). No entanto, como assinalou José Campelo, existe ainda Cendá, na Corunha, e Cendán, em Lugo (*Historia Compostelana...*, 1950, nota 10, p. 350).

¹⁶⁰¹ *Tralegio* na versão de Enrique Flórez e na tradução de Manuel Suárez e José Campelo. Leia-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 9.

¹⁶⁰² Emma Falque trata o topónimo sempre como castelo no índice (*Historia Compostelana*, 1994, p. 637). Consulte-se o quadro 7.

Santa Marina	Talvez Santa Marina de Silobre, no concelho de Fene, província da Corunha, Galiza ¹⁶⁰³ .	Pedro Marcio	<i>sancta Marina</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	1
Santillana	Santillana del Mar é um município na província e comunidade autónoma da Cantábria. Também poderá ser Astúrias de Santillana, antigo território na atual região da Cantábria que englobava uma pequena parte das Astúrias.	Geraldo	<i>terra sancte Iuliane</i> (I, 103.1: narrativa)	1
Santo Domingo	Santo Domingo de la Calzada, atual município na província e comunidade autónoma de La Rioja.	Geraldo	<i>sanctum Dominicum</i> (II, 10: narrativa)	1
Santo Tirso	Poderá ser San Tirso de Villanueva, no concelho de Malpica de Bergantiños, província da Corunha, Galiza ¹⁶⁰⁴ .	Pedro Marcio	<i>sancto Tyrso</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	1
São João de Bayón	Lugar no concelho de Vilanova de Arousa, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶⁰⁵ .	Geraldo	<i>sancto Iohanne de Boion</i> (I, 100.4: narrativa)	1
São Julião	Existem vários lugares com este nome.	Geraldo	<i>sanctum Iulianum</i>	1

¹⁶⁰³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 486, nota 4.

¹⁶⁰⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 487. Veja-se a igreja de San Tirso no quadro 6.

¹⁶⁰⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 1.

			(II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	
São Mamede de Alamir	Poderá ser o lugar da Ermida de São Mamede, no concelho de Lousame, na província da Corunha, Galiza ¹⁶⁰⁶ .	Geraldo	<i>sancto Mamete de Alamir</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1
São Martinho de Meis	Existe San Martín de Meis no concelho de Meis, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>sancti Martini de Meix</i> (I, 100.4: narrativa)	1
São Martinho de Oleiros	Lugar no concelho de Toques, província da Corunha, Galiza ¹⁶⁰⁷ .	Geraldo	<i>sanctum Martinum de Olarios</i> (I, 100.4: narrativa)	1
São Martinho de Sobrán	Lugar no concelho de Villagarcía de Arosa, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>sancti Martini de Seuerana</i> (I, 100.4: narrativa)	1
São Paio de Sabugueira ¹⁶⁰⁸	Arciprestado. Atual paróquia no concelho de Santiago de Compostela.		<i>archipresbiteratus sancti Pelagii de Circitello</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
São Pedro de Cea	Lugar no concelho de Villagarcía de Arosa, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>sancti Petri de Sena</i> (I, 100.4: narrativa)	1
São Pedro de Cervás	Lugar no concelho de Ares, província da Corunha, Galiza.	Pedro Marcio	<i>sancto Petro de Ceruales</i>	1

¹⁶⁰⁶ Segundo indica como hipótese Ricardo Martínez Ortega (MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 244), justificando que fica perto de Cruído (*Curugido*), também mencionado no texto.

¹⁶⁰⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 184, nota 5.

¹⁶⁰⁸ Veja-se também o mosteiro com o mesmo nome no quadro 6.

			(III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	
São Pedro de Crendes	Lugar no concelho de Abegondo, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>sancti Petri de Crendes</i> (I, 100.3: narrativa)	1
São Saturnino	Concelho na província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>sanctum Saturninum</i> (I, 94: narrativa)	1
São Vicente	Há vários lugares galegos com este nome, incluindo um mosteiro ¹⁶⁰⁹ .	Geraldo	<i>sanctum Vincentium</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1
São Vicente de Cespón	Lugar no concelho de Boiro, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Sanctum Vincentium de Sispalona</i> (I, 70: narrativa)	1
Sar	Possível tradução do latim. Lugar no concelho de Boiro, província da Corunha, Galiza ¹⁶¹⁰ .	Geraldo	<i>Sarram</i> (I, 70: narrativa)	1
Saragoça	Centro de um reino de taifas, ficou sob domínio almorávida em 1110. Foi conquistada em 1118 por Afonso o <i>Batalhador</i> e tornou-se sede de bispado sufragânea de Tarragona. Atual cidade na comunidade autónoma de Aragão.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Cesaraugustam</i> (II, 4.2: narrativa) <i>Saragocensis ecclesie</i> (III, 49.6: narrativa)	2

¹⁶⁰⁹ Veja-se o mosteiro de San Vicente no quadro 8.

¹⁶¹⁰ *Historia Compostelana*, 1994, p. 638.

Seaya	Arciprestado que se estendia pela costa da Malpica, abarcando lugares como Malpica de Bergantiños, na província da Corunha, Galiza ¹⁶¹¹ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Salagia</i> (I, 34.1; I, 103.1; II, 56.1: narrativa; I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhede; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i>, do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhede acerca dos arciprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros) <i>Selaya</i> (I, 94: narrativa)	5
Segóvia	Sede de bispado sufragânea de Compostela desde 1120, na região da Estremadura, junto à fronteira com o Islão. Atual cidade na província com o mesmo nome, em Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Segobia cilitas</i> (I, 29: narrativa) <i>Segobia; ciuitate Segobiana</i> (I, 117: narrativa) <i>Secobia</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana; III, 34.5: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez; III, 34.7: narrativa)	4

¹⁶¹¹ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 84.

			<i>Segouiensem ciuitatem</i> (III, 13: narrativa)	
Serantes	Possivelmente Serantes, no concelho de Outes, província da Corunha, Galiza ¹⁶¹² .	Geraldo	<i>Sarantes</i> (I, 114.13: narrativa)	1
Sevilha	Centro de um reino de taifas ocupado pelos almorávidas. Atual cidade na província com o mesmo nome, na Andaluzia.	Geraldo	<i>Hispalis</i> (I, 103.1; II, 21: narrativa)	2
Siceranes	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uillam de Siceranes</i> (I, 70: narrativa)	1
Sinales	Lugar próximo de Noya, não identificado.	Pedro Marcio	<i>uilla Sinales</i> (II, 72.1: narrativa)	1
Sionlla	Lugar situado a uns 10 km de Santiago de Compostela.	Geraldo	<i>Saionia</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Sobrada	Herdade em Salnés. Lugar no concelho de Cuntis, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶¹³ .	Geraldo	<i>Superata</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	1

¹⁶¹² De acordo com Ricardo Martínez Ortega (MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 243). José Campelo indica mais hipóteses em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 227, nota 1.

¹⁶¹³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 11.

Sobrado	Herdade entre os rios Ulla e Tambre ¹⁶¹⁴ . Existe o município de Sobrado na província da Corunha, Galiza.	Capelão Pedro, Munio Afonso	<i>hereditatem Superati</i> (I, 27: narrativa) <i>terra de Superato</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	2
Soneira	Território entre as rias de Camariñas e de Lage ¹⁶¹⁵ . Atualmente, a comarca da Terra de Soneira tem limites semelhantes.	Geraldo	<i>Sonariam</i> (I, 103.1: narrativa)	1
Soto	Lugar em Salnés, não identificado.	Munio Afonso	<i>Sautum</i> (I, 31.4: narrativa)	1
Soto de Lide	Talvez <i>Saltum de Lite</i> , pertencente ao senhorio de Santiago ¹⁶¹⁶ ; lugar não identificado.	Geraldo	<i>Sautu de Lide</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Sotolongo	<i>Uilla</i> em Deza. Lugar no concelho de Lalín, província de Pontevedra, Galiza.	Munio Afonso	<i>uillam Sautum longum</i> (I, 31.3: narrativa)	1

¹⁶¹⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1.

¹⁶¹⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 193, nota 2.

¹⁶¹⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 186, nota 2.

Tabeirós	Antigo território da diocese compostelana ¹⁶¹⁷ . Atualmente existe a comarca de Tabeirós-Terra de Montes e o lugar Tabeirós, no concelho de La Estrada, província de Pontevedra, Galiza.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Tabariolos</i> (I, 31.3; I, 31.10: narrativa) <i>Taberiolus</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i>, do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posseção de todos os territórios da diocese compostelana) <i>Taberiolos</i> (I, 74.1; I, 100.4: narrativa) <i>Taberolos</i> (II, 49.1: narrativa) <i>terra Taberiolis</i> (II, 82.1; II, 84.2; II, 87.7: narrativa)	8
Tabladella	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uillam de Tabladella</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Talavera	Atual cidade de Talavera de la Reina na província de Toledo, em Castela-Mancha.	Pedro Marcio	<i>Talauera</i> (III, 14.3: narrativa)	1

¹⁶¹⁷ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 78, nota 4, e p. 134, nota 1; *Historia Compostelana*, 1994, p. 129, nota 301.

Termas	Território que compreenderia lugares como Cuntis e Caldas de Reyes, na província de Pontevedra, Galiza ¹⁶¹⁸ .	Munio Afonso	<i>terra Termarum</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Toledo	Antiga capital do reino visigodo e centro de um reino de taifas, a cidade foi conquistada por Afonso VI em 1085. Sede de arcebispado restaurada logo depois, dirigida pelos prelados Bernardo (1086-1125) e Raimundo (1125-1152). Atual capital na província com o mesmo nome, em Castela-Mancha.		<i>Toletum</i> (I, 9.1; I, 29; I, 64.1; III, 9; III, 14.3: narrativa; III, 6: privilégio concedido ao Hospital de Santiago por Diego Gelmírez) <i>Regnum Toleti</i> (I, 46: narrativa) <i>Toletana ecclesia</i> (II, 73.2: carta dos reis Afonso VII e Urraca dirigida a Diego Gelmírez; II, 73.3: carta de Diego Gelmírez dirigida aos reis Urraca e Afonso VII) <i>Toletana prouintia</i> (III, 30.2: carta do papa Inocêncio II dirigida aos prelados das províncias de Braga, Toledo e Compostela)	9
Toronho	Senhorio laico, na fronteira com Portugal, governado por Gómez Núñez,	Geraldo	<i>Toroniam</i> (I, 111.1: narrativa)	1

¹⁶¹⁸ Leiam-se as explicações de José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1.

	frequentemente reivindicado por D. Teresa e Afonso Henriques. Os seus limites seriam semelhantes aos da atual diocese de Tui ¹⁶¹⁹ .			
Trabadelo	Lugar no antigo caminho de Santiago, junto ao rio Valcarce ¹⁶²⁰ . Atual município na província de Leão, em Castela e Leão.	Munio Afonso	<i>burgum Tabulatum</i> (I, 28.1: narrativa)	1
Trasancos	Território e arciprestado, situado entre Puente deume e Ferrol, na atual província da Corunha, Galiza ¹⁶²¹ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Trasancos</i> (I, 34.1; I, 103.1; II, 56.1: narrativa; I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 35.3: juramento de obediência de Nuño, abade do mosteiro de São Martinho de Trasancos, prestado a Diego Gelmírez; I, 35.4; I, 35.8: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhedo)	5

¹⁶¹⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 209, nota 2.

¹⁶²⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 72, nota 2.

¹⁶²¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 83, nota 3.

			acerca dos arciprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros)	
Trasmonte	Lugar no concelho de Ames, província da Corunha, Galiza ¹⁶²² .	Pedro Marcio	<i>Transmonte</i> (III, 40.2: convénio entre Fernão Peres de Trava e Diego Gelmírez sobre Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades)	1
Trauca	Poderá tratar-se de Toxa, no concelho de Silleda, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶²³ .	Geraldo	<i>Trauca</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Trevonzos	Possível tradução do latim ¹⁶²⁴ . Trevonzos é um lugar no concelho de Boiro, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Trenonzum</i> (I, 70: narrativa)	1
Triacastela	Atual município na província de Lugo, Galiza.	Geraldo	<i>Triacastella</i> (I, 74.1; I, 92.1; I, 109.2; II, 23: narrativa)	4
Troans	Santa Maria de Troans é uma paróquia no concelho de Cuntis, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶²⁵ .	Geraldo	<i>Truanes</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigria Jiménez a Diego Gelmírez)	1
Tui	Sede de bispado, sufragânea de Braga, junto ao rio Minho. A diocese estendia-se para sul até ao rio Lima. A cidade era	Hugo, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Tudensis ciuitas</i> (15, 3; I, 81.3; III, 51: narrativa)	9

¹⁶²² Veja-se também a igreja de Santa Maria de Trasmonte no quadro 6.

¹⁶²³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 181, nota 2.

¹⁶²⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 128, notas 4 e 5.

¹⁶²⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 11.

	por vezes alvo de tentativas de domínio de por parte de D. Teresa e Afonso Henriques. Atual município na província de Pontevedra, Galiza.		<i>Tudem/Tudam</i> (I, 15.3; I, 117; II, 6.1; II 40; II, 85.1: narrativa) <i>Tude</i> (I, 15.3; I, 81.2; I, 117: narrativa) <i>Tudensem diocesim</i> (I, 82.2: narrativa) <i>Tudensi parrochia</i> (III, 3: narrativa)	
Unio	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla de Vnio</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Usa	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uilla Vsa</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Valladolid	Atual cidade em Castela e Leão.	Pedro Marcio	<i>Vallem Oriti</i> (II, 70.1: narrativa)	1
Vea	Há vários lugares com este nome na província de Pontevedra, Galiza ¹⁶²⁶ .	Pedro Marcio	<i>Vereda</i> (III, 17.2: decreto de Diego Gelmírez e de alguns nobres da Galiza sobre o estado das suas terras)	2
Vellegio	<i>Uilla</i> em Deza. Lugar não identificado.	Geraldo	<i>uillam de Vellegio</i> (I, 100.4: narrativa)	1

¹⁶²⁶ Leiam-se as indicações de José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 445, nota 7.

Ventosa	Poderá ser Ventosa no concelho de Agolada, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶²⁷ .	Geraldo	<i>Ventosa</i> (I, 100.1; I, 109.5: narrativa)	2
Viadangos	Local de uma importante batalha em 1111 entre galegos e aragoneses. Atual município de Villadangos del Páramo, entre Astorga e Leão, na província de Leão, em Castela e Leão.	Geraldo	<i>Angos</i> (I, 68.1; II, 53.5: narrativa) <i>Fons de Angos</i> (I, 68.1; I, 87; II, 53.5: narrativa) <i>Fontem Angos</i> (I, 73.2: narrativa) <i>Fontem Dangos</i> (I, 84.2: narrativa)	5
Vilanova	<i>Uilla</i> em Deza. Possivelmente Vilanova, no concelho de Lalín, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶²⁸ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Villa noua</i> (I, 31.3; I, 100.4: narrativa)	2
Vilar	Há vários lugares com este nome na Galiza; não identificado.	Geraldo	<i>uillam Vilar</i> (I, 100.1: narrativa)	1

¹⁶²⁷ Seguimos em parte a explicação de José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 182, nota 1).

¹⁶²⁸ Não é certo que se trate do mesmo lugar em ambos os capítulos indicados (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 2).

<i>Villa noua de Masiti</i>	<i>Uilla</i> em Postmarcos. Possivelmente Maxide, no concelho de Lousame, província da Corunha, Galiza ¹⁶²⁹ .	Geraldo	<i>Villam nouam de Masiti</i> (I, 70: narrativa)	1
Villabella	Lugar em Salnés, não identificado.	Munio Afonso	<i>Villa bella</i> (I, 31.11: narrativa)	1
Villacovas	Lugar em Tabeirós. Existe Covas no concelho de Teo, província da Corunha, Galiza ¹⁶³⁰ .	Munio Afonso	<i>Villacouas</i> (I, 31.11: narrativa)	1
Villafranca (a)	Lugar em Noya; não identificado.	Geraldo	<i>Villam Francam</i> (I, 70: narrativa)	1
Villafranca (b)	Atual município de Villafranca de Montes de Oca, província de Burgos, em Castela de Leão ¹⁶³¹ .	Geraldo	<i>Villa Francha</i> (I, 87: narrativa) <i>Villa Franca</i> (II, 6.2: narrativa)	2
Villafredi	Lugar não identificado.	Geraldo	<i>Villafredi</i> (I, 70: narrativa)	1
Villamayor	Propriedade do mosteiro de San Pelayo de Sabugueira. Poderá tratar-se de Vilamaior, no concelho de Santiago de	Geraldo	<i>Villamaiore</i> (I, 100.1: narrativa)	1

¹⁶²⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 129, nota 1.

¹⁶³⁰ Leia-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 1.

¹⁶³¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 158, nota 2.

	Compostela, província da Corunha, Galiza ¹⁶³² .			
Villaplana	Há vários lugares galegos com o nome Vilachán ou Vilachá. Poderá tratar-se de Vilachá, no concelho de Rodeiro, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶³³ .	Munio Afonso	<i>Villa Plana</i> (I, 31.11: narrativa)	1
Villar Ruui	Propriedade do mosteiro de San Pelayo de Sabugueira. Poderá ser Vilarrube, no concelho de Valdoviño, província da Corunha, ou Rubín no concelho de La Estrada, província de Pontevedra, Galiza ¹⁶³⁴ .	Geraldo	(I, 100.1: narrativa)	1
Villaverde	Há vários lugares com este nome na Galiza.	Geraldo	<i>uillam Viridem</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Villestro	Santa Maria de Villestro, paróquia do concelho de Santiago de Compostela.	Geraldo	<i>Villiestro</i> (I, 70: narrativa)	1
Viñoa	Lugar no concelho de Lalín, província de Pontevedra, Galiza.	Munio Afonso	<i>Viniola</i> (I, 25.2: narrativa)	1

¹⁶³² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 181, nota 3.

¹⁶³³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 1.

¹⁶³⁴ São possibilidades assinaladas por José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 180, nota 3. Pode consultar-se “Rubín” neste quadro, lugar que fica mais perto do mosteiro de São Paio de Sabugueira do que Vilarrube.

Viones	Possível tradução do latim. Lugar no concelho de Abegondo, província da Corunha, Galiza.	Geraldo	<i>Viniones</i> (I, 109.5: narrativa)	1
Vivero	Comarca que deveria abarcar o território desde a ria de Viveiro, onde hoje existe um lugar com o mesmo nome, até Ribadeo, na atual província de Lugo ¹⁶³⁵ .	Geraldo	<i>Viuarium</i> (I, 103.1: narrativa)	1
Zamora	Cidade sob o domínio do conde Raimundo; fez parte das reivindicações dos condes portugalenses. Sede de bispado isenta de metropolitano desde 1120. Atual cidade na comunidade autónoma de Castela e Leão.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>ciuitas Zhamora</i> (I, 24: narrativa) <i>Numancie</i> ¹⁶³⁶ (II, 52: narrativa) <i>Scemurensis ciuitas</i> (II, 80.3: narrativa) <i>Cemorensis ciuitas</i> (III, 51: narrativa)	4

¹⁶³⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, nota 2 p. 193

¹⁶³⁶ Nas versões de Manuel Suárez/José Campelo e de Enrique Flórez está escrito *Numantiae finibus*, embora traduzida na primeira como Zamora. Assim traduz também Emma Falque, ainda que no seu índice o capítulo II, 52 respeite a Numancia, perto de Soria. Contudo, esta passagem refere-se ao afastamento de Paio Mendes, arcebispo de Braga, da sua sede e da cúria portugalense para Zamora, num momento em que as relações com D. Teresa estavam tensas, por volta do ano 1122.

Quadro 6 – Instituições eclesiásticas hispânicas

Instituição eclesiástica	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Cenóbio de São Bartolomeu	São Bartolomeu de Rebordáns, no concelho de Tui, Pontevedra.	Hugo	<i>cenobio sancti Bartholomei</i> (I, 15.3: narrativa)	1
Igreja de Abad	Igreja de Santiago de Abade, no concelho de Moeche, Corunha ¹⁶³⁷ .	Geraldo	<i>ecclesiam in Abbati</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Abegondo	Poderá ser Santa Eulalia de Abegondo, no concelho de Abegondo, Corunha ¹⁶³⁸ .	Munio Afonso	<i>Auegundo</i> (I, 32: narrativa)	1
Igreja de Barbeiros	Santa Maria de Barbeiros, no concelho de Ordes, Corunha.	Munio Afonso	<i>Baruarios</i> (I, 32: narrativa)	1
Igreja de Burgos	Primitiva igreja românica de Burgos, hoje catedral gótica.	Pedro Marcio	<i>Burgensis ecclesia</i> (II, 70.1: narrativa)	1
Igreja de Dejo	Santa Maria de Dejo, no concelho de Oleiros, Corunha.	Munio Afonso	<i>Degio</i> (I, 32: narrativa)	1
Igreja de Lérez	Mosteiro de San Salvador de Lérez, no concelho de Pontevedra.	Geraldo	<i>Lerzensem ecclesiam; Lerzium</i> (I, 82.1; I, 82.2: narrativa)	1

¹⁶³⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 169, nota 2.

¹⁶³⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 6. Consulte-se “Abegondo” no quadro 5.

Igreja de Mántaras	Santa Maria de Mántaras, no concelhode Irijoa, Corunha ¹⁶³⁹ .	Munio Afonso	<i>Aumenarias</i> (I, 32: narrativa)	1
Igreja de Morás	San Esteban de Morás, no concelho de Arteijo, Corunha ¹⁶⁴⁰ .	Munio Afonso	<i>Moralias</i> (I, 32: narrativa)	1
Igreja de Nogueira	Igreja de difícil localização ¹⁶⁴¹ .	Pedro Marcio	<i>ecclesiam de Nogueres</i> (III, 26.1; carta de Estêvão, patriarca de Jerusalém, dirigida a Diego Gelmírez)	1
Igreja de Piadela	San Esteban de Piadela, no concelho de Betanzos, Corunha ¹⁶⁴² .	Munio Afonso	<i>Piauella</i> (I, 32: narrativa)	1
Igreja de Salto	Talvez seja Santa Maria de Salto, no concelho de Vimianzo, Corunha ¹⁶⁴³ .	Geraldo	<i>in salto illam ecclesiam</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santa Anastácia	Igreja difícil de identificar. Situar-se-ia no atual concelho de Outes, Corunha ¹⁶⁴⁴ .	Pedro Marcio	<i>Ecclesiam sanctam Anastasiam</i> (II, 82.2: narrativa)	1
Igreja de Santa Cruz	Igreja em Postmarcos. Poderá ser a igreja de Santa Cruz de Lesón, no concelho da Puebla del Caramiñal, Corunha ¹⁶⁴⁵ .	Munio Afonso	<i>sancte Crucis</i> (I, 22: narrativa)	1

¹⁶³⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 6.

¹⁶⁴⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 6.

¹⁶⁴¹ Vejam-se as várias possibilidades em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 459, nota 2.

¹⁶⁴² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 6. Consulte-se o topónimo “Piadela” no quadro 5.

¹⁶⁴³ Existe a possibilidade de se tratar de Santo Tomás de Salto (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 170, nota 2).

¹⁶⁴⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 393, nota 4.

¹⁶⁴⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 65, nota 3.

Igreja de Santa Eugénia de Trasancos	Igreja não identificada.	Geraldo	<i>sanctam Eugeniam de Trasancos</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santa Eulalia	Igreja em Postmarcos. Poderá ser a igreja de Santa Eulalia de Boiro, no concelho de Boiro, Corunha ¹⁶⁴⁶ .	Munio Afonso	<i>sancte Eulalie</i> (I, 22: narrativa)	1
Igreja de Santa Eulalia de Aria	Igreja não identificada.	Geraldo	<i>ecclesie sancte Eulalie de Aria</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Igreja de Santa Eulalia de Losón	Igreja no concelho de Lalín, província de Pontevedra.	Munio Afonso	<i>sanctam ecclesiam Eolaliam de Loson</i> (I, 25.2: narrativa)	1
Igreja de Santa Leocricia	Igreja em Postmarcos; não identificada.	Munio Afonso	<i>sancte Leocritie</i> (I, 22: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria	Igreja de Santa Maria de Corticela, em Santiago de Compostela, hoje capela da catedral ¹⁶⁴⁷ .	Geraldo	<i>ecclesia beate Marie; ecclesia sancte Marie</i> (I, 114.6; I, 114.8; I, 114.9; I, 114.10: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Alba	Igreja no concelho de Pontevedra.	Munio Afonso	<i>ecclesiam sancte Marie de Elua</i> (I, 22: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Argalo	Igreja no concelho de Noya, província da Corunha.	Pedro Marcio	<i>Ecclesiam sancte Marie de Argalo</i> (II, 94: narrativa)	1

¹⁶⁴⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 65, nota 3.

¹⁶⁴⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 222, nota 1.

Igreja de Santa Maria de Castro	Igreja no concelho de Miño, província da Corunha ¹⁶⁴⁸ .	Geraldo	<i>sanctam Mariam de Castro</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Husillos	Antiga abadia de Santa Maria de Husillos. Igreja situada na província de Palência, em Castela e Leão.	Munio Afonso	<i>sanctam Mariam de Fusellos</i> (I, 3.1: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Iria	Igreja de Iria, antiga sede episcopal, província da Corunha.	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>ecclesie sancte Marie</i> (I, 2.10: narrativa) <i>Hyriensis ecclesia</i> (III, 36.3: narrativa)	2
Igreja de Santa Maria de Mauri	Igreja não identificada.	Geraldo	<i>sanctam Mariam de Mauri</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Mour	Talvez Santa Maria de Morquintián, no concelho de Mugía, Corunha ¹⁶⁴⁹ .	Geraldo	<i>sancte Marie de Mour</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Nebra	Igreja em Nebra, concelho de Puerto del Son, Corunha ¹⁶⁵⁰ .	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>sancte Marie Neuarensis</i> (I, 22: narrativa) <i>ecclesie sancte Marie de Neuar</i> (II, 72.2: narrativa)	2

¹⁶⁴⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 91, nota 2. Veja-se a igreja com o mesmo nome no quadro 8.

¹⁶⁴⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 169-170, nota 1.

¹⁶⁵⁰ Veja-se o topónimo “Nebra” no quadro 5.

Igreja de Santa Maria de Oleiros	Igreja no concelho de Oleiros, província da Corunha.	Geraldo	<i>sanctam Mariam de Olarios</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Oza	Igreja no concelho da Corunha.	Geraldo	<i>sanctam Mariam de Ozia</i> (I, 94: narrativa) <i>ecclesie sancte Marie de Aozo</i> (I, 100.1 ¹⁶⁵¹ : narrativa)	1
Igreja de Santa Maria de Trasmonte	Igreja no concelho de Ames, Corunha.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>sancta Maria de Trasmonte</i> (I, 100.1: narrativa; III, 40.2: narrativa e convénio entre Fernão Peres de Trava e Diego Gelmírez sobre Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades) <i>ecclesie sancte Marie de Trasmonte</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava; III, 40.3: narrativa)	2
Igreja de Santa Marta	Igreja pertencente ao mosteiro de São Paio de Sabugueira; não identificada.	Geraldo	<i>ecclesia sancte Marthe</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Igreja de Santa Susana	Antiga igreja junto à de São Vítor, em Braga.	Hugo	<i>Ecclesiam beate Susanne</i> (I, 15.2: narrativa)	1
Igreja da Santa e Venerável Cruz	Igreja que se situava no Monte do Gozo, em Santiago de Compostela ¹⁶⁵² . Hoje	Munio Afonso	<i>ecclesiam sancte et reuerende Crucis</i> (I, 20.1: narrativa)	1

¹⁶⁵¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 182, nota 1.

¹⁶⁵² *Historia Compostelana*, 1994, p. 110, nota 206.

	existe, neste monte, a capela de São Marcos.			
Igreja de Santiago de Franza	Igreja no concelho de Mugardos, Corunha.		<i>sanctum Iacobum de Francia</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santiago de Padrón	Igreja de Santiago de Padrón, província da Corunha, erigida no lugar em que o corpo do Apóstolo teria desembarcado.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>ecclesiolam sancti Iacobi de Patrono</i> (I, 22: narrativa) <i>ecclesiam sancti Iacobi de Patrono</i> (I, 100.1: narrativa) <i>ecclesia Patroni; Patronis</i> (II, 55; III, 36.3: narrativa)	4
Igreja de Santiago de Rivasar	Hoje Santa Marina de Rivasar, no concelho de Rois, Corunha ¹⁶⁵³ .	Geraldo	<i>sancti Iacobi de Ripa de Sar</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Igreja de Santo Antonino de Castro	Igreja não identificada.	Geraldo	<i>sancti Antonini de Castro</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Igreja de Santo Estêvão de Erines	Existe hoje a igreja de San Esteban de Eirines ou Santo Estevo de Irís, no concelho de Cabanas, província da Corunha.	Geraldo	<i>sanctum Stephanum de Erens</i> (I, 94: narrativa)	1

¹⁶⁵³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 184, nota 4.

Igreja de Santo Estêvão de Lires	Igreja no concelho de Cee, Corunha.	Geraldo	<i>sanctum Stephanum de Lires</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santo Isidoro	Atual Basílica de Santo Isidoro, na cidade de Leão.	Geraldo	<i>ecclesia sancti Isidori</i> (I, 112.2: narrativa)	1
Igreja do Santo Sepulcro	Atual igreja de Santa Susana, em Santiago de Compostela, onde se depositaram as relíquias desta santa, trazidas de Braga ¹⁶⁵⁴ .	Hugo, Munio Afonso	<i>ecclesia Sancti Sepulcri</i> (I, 15.5; I, 19: narrativa)	2
Igreja de Santo Tirso	Igreja em Seaya, talvez de San Tirso de Villanueva, no concelho de Malpica de Bergantiños, Corunha ¹⁶⁵⁵ .	Geraldo	<i>sanctum Tyrsum</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de Santo Tirso de Mabegondo	Igreja no concelho de Abegondo, província da Corunha.	Munio Afonso, Geraldo	<i>ecclesiam sancti Tirsi penes Auecundum</i> (I, 31.1: narrativa) <i>ecclesie sancti Tyrsi de Auegundo</i> (I, 100.3: narrativa)	2
Igreja de Santo Tomás Apóstolo de Ames	Possível tradução do latim ¹⁶⁵⁶ . Igreja de Santo Tomás ou Tomé de Ames, concelho de Ames, Corunha.	Geraldo	<i>ecclesiam sancti Thome apostoli de Oiames</i> (I, 100.3: narrativa)	1

¹⁶⁵⁴ *Historia Compostelana*, 1994, p 109, nota 204.

¹⁶⁵⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 170, nota 2. Veja-se também “Santo Tirso” no quadro 5.

¹⁶⁵⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 183, nota 3.

Igreja de Santo Tomé de Obra	Igreja no concelho de Vila de Cruces, Pontevedra.	Geraldo	<i>ecclesiolam sancti Tome de Ouria</i> (II, 55: narrativa)	1
Igreja de São Bento	Hoje igreja de São Bento do Campo, em Santiago de Compostela.	Geraldo	<i>ecclesiam sancti Benedicti</i> (II, 55 narrativa)	1
Igreja de São Cristóbal	Existe hoje a igreja de San Cristóbal de Borrajeiros no concelho de Agolada, província de Pontevedra ¹⁶⁵⁷ .	Geraldo	<i>ecclesie sancti Christophori</i> (I, 100.1: narrativa)	1
Igreja de São Félix/ igreja de Lovio	Igreja de San Félix de Solovio, em Santiago de Compostela ¹⁶⁵⁸ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Louium</i> (I, 2.3; I, 70: narrativa) <i>ecclesiam sancti Felicis</i> (II, 55: narrativa)	3
Igreja de São Frutuoso	Igreja do senhorio da sé compostelana situado no condado portugalense. Capela de São Frutuoso de Montélios, em Braga.	Hugo, Munio Afonso, Geraldo	<i>ecclesiam beati Fructuosi</i> (I, 15.3: narrativa) <i>ecclesie sancti Fructuosi</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 81.3: documento do préstamo que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego	4

¹⁶⁵⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, nota 1 p. 182

¹⁶⁵⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 24, nota 3. Apesar de haver designações diferentes na crónica, poderá tratar-se da mesma igreja, situada em Santiago de Compostela.

			Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal; II, 46.2: documento do préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal)	
Igreja de São João	Igreja junto a Burgos. Existem dois mosteiros dos séculos XI-XII, com o título de San Juan, nas proximidades de Burgos.	Geraldo	<i>ecclesia sancti/beati Iohannis</i> (I, 86.1: narrativa)	1
Igreja de São João de Cova	Antiga igreja hoje em ruínas, próxima de Puente Ulla, junto ao rio Ulla ¹⁶⁵⁹ , província da Corunha.	Munio Afonso	<i>ecclesiam sancti Iohannis de Coua</i> (I, 31.5: narrativa)	1
Igreja de São João de Santeles	Igreja no município de La Estrada, província de Pontevedra.	Geraldo	<i>ecclesie sancti Iohannis de Santellas</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Igreja de São Jorge de Vilanova	Igreja não identificada.	Munio Afonso	<i>ecclesia sancti Georgii Ville noue</i> (I, 31.5: narrativa)	1
Igreja de São Julião de Carantonha	Poderá ser a igreja de San Xiao de Carantoña, no concelho de Miño, Corunha ¹⁶⁶⁰ .	Geraldo	<i>sanctum Iulianum de Carantonia</i> (I, 94: narrativa)	1

¹⁶⁵⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 79, nota 2.

¹⁶⁶⁰ Junto a Leiro. Por seu lado, Emma Falque indica o concelho de Leiro na província de Ourense (*Historia Compostelana*, 1994, p. 635).

Igreja de São Mamede	Antigo mosteiro de São Mamede de Pinheiro, hoje igreja no concelho de Ames, Corunha.	Pedro capelão, Munio Afonso	<i>sancti Mametis; sancto Mamete</i> (I, 27: narrativa) <i>ecclesiam sancti Mametis</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	2
Igreja de São Miguel	Igreja em Santiago de Compostela, talvez a atual igreja de São Miguel dos Agros.	Geraldo	<i>ecclesie sancti Michaelis</i> (I, 37.2: narrativa) <i>ecclesiam sancti Michaelis</i> (II, 55: narrativa; I, 37.3: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez)	2
Igreja de São Miguel de Boullón	Possível tradução do latim. Igreja no município de Brión, província da Corunha ¹⁶⁶¹ .	Munio Afonso	<i>ecclesiam sancti Michaelis de Boione</i> (I, 22: narrativa)	1
Igreja de São Miguel de Costanella	Igreja não identificada.	Geraldo	<i>sancti Michaelis de Costanella</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Igreja de São Miguel de Resúa	Igreja que se situava junto a Santa María de Nebra. Hoje Resúa é um lugar no	Pedro Marcio	<i>ecclesiam sancti Michaelis de Rozuan</i> (II, 72.2: narrativa)	1

¹⁶⁶¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 66, nota 1.

	município de Puerto del Son, província da Corunha.			
Igreja de São Paio de Lens	Igreja no concelho de Ames, província da Corunha.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>sancto Pelagio de Lenes</i> (I, 100.1: narrativa; III, 40.2: convénio entre Fernão Peres de Trava e Diego Gelmírez sobre Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades) <i>sancti Pelagii de Lenes</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	2
Igreja de São Pedro de Cela	Igreja no concelho de Pontevedra.	Hugo	<i>ecclesiam sancti Petri de Cella</i> (I, 15.3: narrativa)	1
Igreja de São Pedro de Grandal	Igreja no concelho de Vilamaior, província da Corunha.	Geraldo	<i>sanctum Petrum de Grandal</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de São Pedro de Herbogo	Igreja no concelho de Rois, província da Corunha.	Geraldo	<i>sancti Petri de Oruego</i> (I, 100.3: narrativa)	1
Igreja de São Salvador de Cherua	Igreja em Postmarcos. Poderá ser a do Divino Salvador de Taragoña, em Rianxo, ou a de San Esteban de Queiruga, em Puerto del Son, província da Corunha ¹⁶⁶² .	Geraldo	<i>ecclesiam sancti Saluatoris de Cherua</i> (I, 100.1: narrativa)	1

¹⁶⁶² *Historia Compostelana*..., 1950, p. 181, nota 6.

Igreja de São Salvador de Pernis	Poderá ser São Pedro de Perbes, no concelho de Miño, província da Corunha ¹⁶⁶³ .	Geraldo	<i>ecclesie sancti Saluatoris de Pernis</i> (I, 94: narrativa)	1
Igreja de São Veríssimo de Arcos	Existe hoje a igreja de San Breixo de Arcos de Furcos, no concelho de Cuntis, Pontevedra ¹⁶⁶⁴ .	Munio Afonso	<i>ecclesie sancti Verissimi de Arcubus</i> (I, 31.5: narrativa)	1
Igreja de São Vítor	Igreja em Braga incluída no senhorio da sé compostelana situado no condado portugalense.	Hugo, Munio Afonso, Geraldo	<i>ecclesia sancti Victoris</i> (I, 15.2: narrativa; I, 81.3: documento do préstamo que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal; II, 46.2: documento do préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal) <i>ecclesias sanctorum Victoris et Fructuosi</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	4
Igreja de Tabladella	Igreja não identificada.	Geraldo	<i>ecclesie de Tabladella</i> (I, 100.3: narrativa)	1

¹⁶⁶³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 169, nota 2.

¹⁶⁶⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 79, nota 1.

Igreja de Tiobre	Igreja de San Martín de Tiobre, no concelho de Betanzos, Corunha ¹⁶⁶⁵ .	Munio Afonso	<i>Toiobre</i> (I, 32: narrativa)	1
Igreja de Toledo	Catedral de Toledo.	Pedro Marcio	<i>Toletana ecclesia</i> (III, 9: narrativa)	1
Mosteiro de Arcos	Arcos de la Condesa, no concelho de Caldas de Reyes, Pontevedra ¹⁶⁶⁶ .	Pedro Marcio	<i>monasterii nomine Archos</i> (III, 2: narrativa)	1
Mosteiro de Arenteiro	Mosteiro que se situava na província da Corunha ¹⁶⁶⁷ .	Munio Afonso	<i>monasterio Argentario</i> (I, 31.10: narrativa)	1
Mosteiro de Brandariz	Antigo mosteiro. Hoje existe a igreja de São Miguel de Brandariz, no concelho de Vila de Cruces, Pontevedra ¹⁶⁶⁸ .	Munio Afonso	<i>monasterii Branderitii</i> (I, 25.1: narrativa) <i>Branderitium</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	2
Mosteiro Budanense	Talvez Budiño, na atual paróquia de Santa Maria de Budiño, no concelho de El Pino, Corunha ¹⁶⁶⁹ .	Geraldo	<i>Budanense monasterium</i> (I, 100.2: narrativa)	1

¹⁶⁶⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 81, nota 6.

¹⁶⁶⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 422, nota 1.

¹⁶⁶⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 80, nota 7.

¹⁶⁶⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 68, nota 1.

¹⁶⁶⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 183, nota 1.

Mosteiro de Calogo	Antigo mosteiro no atual concelho de Vilagarcía de Arosa, Pontevedra ¹⁶⁷⁰ .	Geraldo	<i>monasterii de Calogo</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Mosteiro de Celanova	Atual mosteiro de San Salvador de Celanova, no concelho de Celanova, província de Ourense.	Munio Afonso, Geraldo	<i>monasterium Cellenoue</i> (I, 2.6: narrativa) <i>Cellam Nouam</i> (II, 42.1: narrativa)	2
Mosteiro de Chantada	Poderá ser o mosteiro de San Salvador de Asma, no concelho de Chantada, província de Lugo ¹⁶⁷¹ .	Munio Afonso	<i>monasterium de Plantata</i> (I, 26: narrativa)	1
Mosteiro de Cinis	Mosteiro de San Nicolás de Cinis, no concelho de Oza-Cesuras, província da Corunha ¹⁶⁷² .	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>Ciniense monasterium</i> (I, 38: narrativa/preâmbulo possivelmente escrito na cúria romana; I, 43.2: narrativa e carta do papa Pascoal II dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo, e a Diego Gelmírez)	2
Mosteiro de Cospindo	Existe hoje a paróquia de San Tirso de Cospindo, no concelho de Puenteceso, Corunha ¹⁶⁷³ .	Pedro Marcio	<i>monasterium de Coris Pineto</i> ¹⁶⁷⁴ (II, 69: narrativa)	1

¹⁶⁷⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 1.

¹⁶⁷¹ Poderia ser também o de Santa Maria de Pesqueiras (*Historia Compostelana*, 1994, p. 121, nota 266).

¹⁶⁷² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 99, nota 1.

¹⁶⁷³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 372, nota 2.

¹⁶⁷⁴ *Monasterium de Corispindo* na versão de Enrique Flórez e de José Campelo.

Mosteiro de Ledesma	Existe hoje a paróquia de Santa Maria de Oural, no concelho de Boqueijón, Corunha ¹⁶⁷⁵ .	Geraldo	<i>monasterii de Ledesma</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Mosteiro de Novás	Possível tradução do latim. Novás é um lugar no concelho de Vilasantar, Corunha ¹⁶⁷⁶ .	Munio Afonso	<i>monasterio Nouallis</i> (I, 31.6: narrativa)	1
Mosteiro de Piloño	Existe a igreja de Santa Maria de Piloño no concelho de Vila de Cruces, província de Pontevedra.	Munio Afonso, Geraldo	<i>monasterii Pilonii</i> (I, 25.1; I, 25.2: narrativa) <i>Pilonium</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana) <i>ecclesiam de Pilonio</i> (I, 100.1: narrativa)	3
Mosteiro de Santa Maria de Conjo	Mosteiro perto de Santiago de Compostela.	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>ecclesie de Canogio; ecclesiam sancte et intemerate Virginis Marie de Canogio</i> (I, 21: narrativa) <i>monasterii de Canogio; ecclesiam sancte Marie de Canogio</i>	2

¹⁶⁷⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 3.

¹⁶⁷⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 79, nota 4.

			(III, 11: narrativa)	
Mosteiro de Santo Estêvão de Caneda	Caneda é um atual lugar no concelho de Boqueijón, província da Corunha.	Geraldo	<i>monasterii sancti Stephani de Caneda</i> (I, 100.4: narrativa)	1
Mosteiro de Santo Estêvão de Ribas de Sil	Mosteiro situado no concelho de Nogueira de Ramuín, na província de Ourense.	Geraldo	<i>monasterium sancti Stephani Ripe Silis</i> (I, 55: narrativa)	1
Mosteiro de São Martinho de Pinarío	Mosteiro junto à catedral de Santiago de Compostela.	Munio Afonso, Geraldo	<i>“Piniarium, ubi monasterium sancti Martini ad honorem Dei constructum est”</i> (I, 2.3: narrativa) <i>monasterium de Piniario</i> (I, 19: narrativa) <i>ecclesia sancti Martini</i> (I, 19; I, 114.1; I, 114.10; I, 114.13; I, 115.1; II, 54: narrativa) <i>monasterio sancti Martini</i> (II, 54: narrativa)	5
Mosteiro de São Miguel de Escalada	Mosteiro no município de Gradefes, província de Leão.	Pedro Marcio	<i>sanctum Michaellem de Escalata</i> (II, 88: narrativa)	1

Mosteiro de São Paio de Antealtares	Mosteiro em Santiago de Compostela.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Ante altaria</i> (I, 2.3: narrativa) <i>ecclesiam sancti Pelagii</i> (I, 114.12; I, 115.1; I, 116.1: narrativa) <i>ecclesia sancti Pelagii de Antealtaria</i> (II, 55: narrativa) <i>monasterium sancti Pelagii de Antealtaria</i> (III, 20: narrativa)	6
Mosteiro de São Paio de Sabugueira	Existe uma igreja com este nome no concelho de Santiago de Compostela ¹⁶⁷⁷ .	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>monasterium sancti Pelagii de Circitello</i> (I, 31.9; I, 100.1: narrativa) <i>monasterii sancti Pelagii de Zercedelo; monasterio sancti Pelagii de Cercedello</i> (II, 90: narrativa) <i>monasterio de Zercedello; monasterio sancti Pelagii Circiliensis</i> (II, 93.1: narrativa)	4

¹⁶⁷⁷ Veja-se o topónimo com o mesmo nome no quadro 5.

Mosteiro de São Pedro	São Pedro de Afora; mosteiro em Santiago de Compostela.	Geraldo	<i>monasterii sancti Petri</i> (I, 116.3: narrativa)	1
Mosteiro de São Veríssimo	Mosteiro em Lemos; não identificado.	Munio Afonso	<i>monasterii sancti Verissimi</i> (I, 31.1: narrativa)	1
Mosteiro de São Zoilo	Mosteiro em Carrión de los Condes, província de Palência, comunidade autónoma de Castela e Leão.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>sanctum Zoilum; ecclesia sancti Zoyli</i> (I, 112.2: narrativa) <i>Cenobium sancti Zoyli</i> (II, 6.3: narrativa) <i>monasterio sancti Zoili</i> (III, 14.2: narrativa) <i>claustrum sancti Zoyli</i> (III, 39.2: narrativa)	4
Mosteiro de Sobradelo	Existe hoje a igreja do Divino Salvador de Sobradelo, no concelho de Vilagarcía de Arousa, Pontevedra ¹⁶⁷⁸ .	Geraldo	<i>ecclesie sancti Saluatoris de Sobradello</i> (I, 100.4: narrativa) <i>monasterio de Supratelio</i> (II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigría Jiménez a Diego Gelmírez)	2

¹⁶⁷⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 185, nota 1 e p. 350, nota 8.

Mosteiro de Vilarinho	Mosteiro difícil de identificar; existem vários lugares com este nome ¹⁶⁷⁹ .	Geraldo	<i>monasterium de Villarino</i> (II, 61.2: documento de doação da rainha Urraca e de Tígrida Jiméñez a Diego Gelmírez)	1

¹⁶⁷⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 350, nota 7.

Quadro 7 – Castelos e fortificações

Castelo/fortificação	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Berlanga	Castelo de Berlanga do Douro, na província de Sória, comunidade autónoma de Castela e Leão.	Geraldo	<i>castellum Barlancam</i> (I, 90.1: narrativa) <i>Barlancham</i> (I, 90.3: narrativa)	1
<i>Bibione castro</i>¹⁶⁸⁰	Poderá ser o castelo de Bibbione, situada na área controlada pelo Império; atual província de Florença, Itália.	Pedro Marcio	III, 50.1: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez	1
Burgos¹⁶⁸¹	Castelo na cidade de Burgos.	Geraldo	<i>Burgensis castelli</i> (I, 87; I, 90: narrativa) <i>castellum Burgos</i> (I, 91: narrativa)	3
Castelo do Minho	Castelo que se situaria na atual paróquia de Santa Maria de Castrelo do Minho,	Geraldo	<i>Castrum Minei</i> (I, 48: narrativa)	6

¹⁶⁸⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 506; *Historia Compostelana*, 1994, p. 588, nota 264.

¹⁶⁸¹ Veja-se o quadro 5 para o topónimo com o mesmo nome.

	no concelho de Castrelo do Minho, na província de Ourense, Galiza ¹⁶⁸² .		<i>Castellum Minei</i> (I, 49.3; I, 72; I, 85; II, 53.4: narrativa) <i>Castellam</i> (II, 42.1: narrativa)	
Castrojeriz¹⁶⁸³	Castelo em Castrojeriz, na província de Burgos, comunidade autónoma de Castela e Leão.	Geraldo	<i>castellum nomine Castrum Soricis</i> (II, 4.2: narrativa)	1
Cira	Hoje Torre de Cira, situada no concelho de Silleda, província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>castellum Ciram</i> (II, 42.3; II, 49.1: narrativa) <i>castrum de Cira; castrum Sciram/ Scirens</i> (II, 81.1; II, 81.2; II, 81.3: narrativa)	3
Darbo	Existe hoje a paróquia de Santa Maria de Darbo, no concelho de Cangas, Pontevedra. O castelo estaria situado no Monte Castelo ¹⁶⁸⁴ .	Geraldo	<i>Castellum/castrum Darauum</i> (I, 77: narrativa; I, 75.1: carta da rainha Urraca dirigida a Diego Gelmírez)	2
Espenuca	Lugar situado na paróquia de San Julián de Coirós, no concelho de Coirós,	Pedro Marcio	<i>castrum Spelunca</i> (III, 19: narrativa)	1

¹⁶⁸² *Historia Compostelana*, 1994, p. 364, nota 243 e p. 157, nota 413; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 106, nota 2 e p. 304, nota 4.

¹⁶⁸³ Veja-se o quadro 5.

¹⁶⁸⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 135, nota 1.

	Corunha, onde teria existido um castro ¹⁶⁸⁵ .			
Faro ¹⁶⁸⁶	Castelo concedido em 991 à sé compostelana ¹⁶⁸⁷ . Torre de Hércules, na Corunha.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Castellum/castrum Farum</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; II, 51.1; II, 82.1; III, 19 narrativa) <i>castello Pharo</i> (II, 51.1: narrativa)	4
Ferreira	Talvez Santa Maria de Ferreira, no concelho de Coristanco, província da Corunha ¹⁶⁸⁸ .	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Castellum Ferrarie</i> (I, 109.2; III, 16: narrativa)	2
Gravaria	Possivelmente o castelo de Grovas, que se situava no atual concelho de Melide, perto de Arzúa, província da Corunha ¹⁶⁸⁹ .	Pedro Marcio	<i>castrum Gravaria</i> ¹⁶⁹⁰ (II, 84.2: narrativa)	1

¹⁶⁸⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 446, nota 3.

¹⁶⁸⁶ Veja-se o quadro 5.

¹⁶⁸⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 2. Sobre a posse do castelo leia-se igualmente *Historia Compostelana*, 1994, p. 522, nota 81.

¹⁶⁸⁸ Outras possibilidades são apresentadas em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 205.

¹⁶⁸⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 397, nota 1.

¹⁶⁹⁰ *Grallaria* na edição de Enrique Flórez.

Lanhoso	Castelo situado no condado Portucalense, atualmente na freguesia de Póvoa de Lanhoso, distrito de Braga.	Geraldo	<i>castro Laniosio</i> (II, 42.1: narrativa)	1
Lobeira	Castelo que se situava no Monte Lobeira, no atual concelho de Villanueva de Arosa, província de Pontevedra ¹⁶⁹¹ .	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Castellum/castrum Lupparie/Luparie</i> (I, 59; I, 72; I, 74.1; I, 109.2; I, 109.5; II, 59.1; II, 62.1; II, 84.1: narrativa) <i>Luparia</i> (I, 107.1; I, 114.1: narrativa)	9
Malladas	Situado em Postmarcos; não identificado.	Geraldo	<i>Castrum de Malladas</i> (I, 70: narrativa)	1
Mansilla	Mansilla de las Mulas, na província de Leão ¹⁶⁹² .	Geraldo	<i>castello Massellie</i> (II, 8.3: narrativa)	1
Orcellón	Castelo que se situava perto de Carballiño, possivelmente no atual concelho de Boborás, na província de Ourense, Galiza ¹⁶⁹³ .	Geraldo	<i>castello Orzilione</i> (I, 68.2; I, 69: narrativa) <i>castellum Orzilionem</i>	3

¹⁶⁹¹ LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1900, tomo III, p. 354.

¹⁶⁹² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 255, nota 2.

¹⁶⁹³ Ricardo Martínez Ortega propunha que este castelo se situasse na província de Burgos (MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 234-238), mas as referências à fortaleza na crónica suscitam dúvidas que não são facilmente resolvidas e levaram a diversas opiniões de estudiosos. Os capítulos narram a batalha de Viadangos em 1111 (Villadangos del Páramo) e o que lhe sucedeu, tendo Diego Gelmírez conduzido Afonso Raimundes para junto da sua mãe, que se encontrava no “castelo de Orcellón, fortaleza que fica em Castela”. Refugia-se de seguida em Astorga, e a rainha Urraca, que deixa o filho em segurança nesse castelo, dirige-se para Santiago de Compostela, atravessando as Astúrias e passando por Oviedo e Lugo. Estes percursos do bispo e da rainha indicam que a Castela a que o texto se refere é a região de Castela e não o lugar galego. José Campelo acreditou que assim fosse (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 126, nota 1). Contudo,

			(II, 42.3: narrativa)	
Ponte Sampaio	Ou São Paio de Lodo. Lugar de pagamento de um imposto sobre a circulação de mercadorias ¹⁶⁹⁴ . Atualmente existe a paróquia de Santa Maria de Ponte Sampaio, no concelho de Pontevedra.	Munio Afonso, Geraldo	<i>sancti Pelagii de Luto</i> (I, 24; I, 75.2; I, 77; II, 21: narrativa; I, 75.1: carta da rainha Urraca dirigida a Diego Gelmírez)	4
Raneta	Castelo que se situava em Tabeirós; não identificado.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>castelli Ranete; castrum/castellum Ranetam</i> (II, 30; II, 84.2: narrativa)	2
Santa Maria de Autares	Situava-se na margem do rio Valcarce, onde existem hoje as ruínas de outro castelo, o de Sarracín, junto ao qual se encontrava o de Autares ¹⁶⁹⁵ . Atual concelho de Vega de Valcarce, província de Leão.	Geraldo	<i>castellum sancte Marie de Octaris</i> (I, 90.3: narrativa) <i>castellum sancte Marie de Oteres</i> (II, 42.4; II, 42.6: narrativa)	2

seria muito improvável que Afonso Raimundes ficasse seguro num castelo em Burgos nesta cronologia. No capítulo II, 42.3, o castelo aí mencionado ficaria junto a Carballiño, que pertence a Ourense (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 305, nota 4) e, de acordo com a narrativa, não ficaria longe do castelo de Cira. Bernard Reilly inclinou-se para que o castelo dos primeiros dois capítulos fosse galego, embora tenha admitido que, naquele período, esta área poderia considerar-se exterior à Galiza (REILLY, Bernard F. – *The kingdom of León-Castilla under Queen Urraca (1109-1126)*, p. 77-78, nota 102). Leiam-se ainda as observações de Manuel Rodrigues Lapa, cujos argumentos a favor da fortaleza galega têm bastante valor, supondo o autor que Urraca não recebeu diretamente o filho no castelo, mas voltou somente a ter a sua guarda e encontrar-se-ia em Leão, de onde partiu para Santiago de Compostela (LAPA, Manuel Rodrigues – “Subsídios para o esclarecimento de uma baralhada histórica: o caso de Castela e de Orrellón”, 1967).

¹⁶⁹⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 67-68.

¹⁶⁹⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 165, nota 1; *Historia Compostelana*, 1994, p. 366, nota 250.

Santa Maria de Lanzada	Castelo construído pelo bispo Sisnando II no século X¹⁶⁹⁶. Permanecem hoje as suas ruínas no concelho de Sanxenxo, a sul de Grove, província de Pontevedra.	Munio Afonso, Geraldo	<i>castellum sancte Marie de Lanciata</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i>, do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana) <i>castrum sancte Marie de Lanchata</i> (I, 57: narrativa) <i>sancta Maria de Lancata</i> (II, 21: narrativa) <i>castello sancte Marie de Lancada</i> (II, 24: narrativa) <i>sancta Maria de Lanzada</i> (II, 42.4: narrativa) <i>sancta Maria de Lanzata</i> (II, 49.2; II, 49.4: narrativa; II, 49.3: juramento da rainha Urraca feito a Diego Gelmírez)	6

¹⁶⁹⁶ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 93, nota 2. Veja-se o quadro 5 para a terra com o mesmo nome.

São João de Peña Corneira	Castelo que estava situado no monte de Pena Corneira, concelho de Leiro, província de Ourense ¹⁶⁹⁷ .	Geraldo, Pedro Marcio	<i>castrum sancti Iohannis de Pena Coueria</i> (I, 59: narrativa) <i>castellum sanctum Iohannem de Pena Cornaria</i> (I, 111.4: narrativa) <i>santo Iohanne de Penna Cornaria</i> (II, 84.1: narrativa) <i>castrum sanctum Iohannem de Penna Cornaria</i> (III, 2: narrativa)	4
São Jorge	Castelo que se situava no monte Pindo, concelho de Carnota, Corunha ¹⁶⁹⁸ .	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>castellum sancti Iurgii</i> (I, 3.2: narrativa) <i>castellum sancti Georgii</i> (I, 104.1: juramento dos condes de Monterroso e de Sarria feito a Diego Gelmírez; III, 16: narrativa) <i>castrum sancti Georgii; castrum beati Georgii</i> (II, 87.6: narrativa)	4

¹⁶⁹⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 115, nota 1.

¹⁶⁹⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 31, nota 1; *Historia Compostelana*, 1994, p. 479, nota 602. Sobre as terras anexas ao castelo leia-se *Historia Compostelana...*, 1950, p. 409 e LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo IV, apêndice V, p. 12-14.

Sepúlveda	Possível tradução do latim, que se referiria às muralhas de Sepúlveda, das quais se conservam algumas ruínas, na província de Segóvia, Castela e Leão ¹⁶⁹⁹ .	Pedro Marcio	<i>Setpulie castrum</i> (II, 70.1: narrativa)	1
Sobroso	Castelo que se situava no condado de Toronho ¹⁷⁰⁰ . Hoje existem ruínas bem conservadas no atual concelho de Mondariz, província de Pontevedra.	Geraldo	<i>castro Suberoso</i> (I, 111.1: narrativa)	1
Tierra	Hoje há dois lugares com o nome de Castrotierra na província de Leão: Castrotierra de la Valduerna e Castrotierra de Valmadrigr ¹⁷⁰¹ .	Pedro Marcio	<i>castrum Terram</i> (II, 82.1: narrativa)	1
Torre de Tabeirós	Não identificada, embora deva estar relacionada com o lugar Tabeirós, no atual concelho de La Estrada, Pontevedra ¹⁷⁰² .	Pedro Marcio	<i>turris Taberioli</i> (II, 84.1: narrativa)	1

¹⁶⁹⁹ LÓPEZ FERREIRO, Antonio – *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, 1901, tomo IV, p. 98; *Historia Compostelana...*, 1950, p. 374, nota 1.

¹⁷⁰⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 209, nota 2.

¹⁷⁰¹ Leiam-se as hipóteses de José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 393, nota 1.

¹⁷⁰² Veja-se “Tabeirós” no quadro 5.

Torres de Oeste	Castelo construído pelo bispo Crescónio no século XI e posteriormente reparado por Gelmírez ¹⁷⁰³ . As suas ruínas situam-se no atual concelho de Catoira, junto ao rio Ulla, província de Pontevedra.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Castellum/castrum Honestum</i> (I, 2.10; I, 33; I, 57; I, 59; I, 60; I, 75.2; I, 100.1; II, 2; II, 16.1; II, 23; II, 24; II, 42.4; II, 49.2; II, 49.4; II, 55; II, 62.2; II, 62.4; III, 38.1; III, 39.4: narrativa; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; II, 49.3: juramento da rainha Urraca feito a Diego Gelmírez)	18
Traba	Talvez se situasse na atual paróquia de Santa Maria de Trava, no concelho de Coristanco, Corunha ¹⁷⁰⁴ .	Pedro Marcio	<i>Traue</i> (III, 16: narrativa)	1

¹⁷⁰³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 28, nota 4 e p. 93, nota 2.

¹⁷⁰⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 442.

Quadro 8 – Dignidades

Dignidade	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Abade do cenóbio de São Martinho de Trasancos	Abade Nuño. Cenóbio não identificado ¹⁷⁰⁵ .	Munio Afonso	“ <i>Abbatis sancti Martini de Trasancos</i> ”; “ <i>Nuno abbas cenobii sancti Martini, quod est situm territorio Trasancos</i> ” (I, 35.3: narrativa e juramento de obediência de Nuño, abade do mosteiro de São Martinho de Trasancos, prestado a Diego Gelmírez)	1
Abade do mosteiro de Cardeña	Abade Pedro, bispo de Compostela ¹⁷⁰⁶ . Atual mosteiro de San Pedro de Cardeña, em Burgos.	Munio Afonso	“ <i>Petri Cardinensis monasterii monachi</i> ”; “ <i>Petrum nomine, Cardinensem abbatem</i> ” (I, 3.1: narrativa)	1
Abade de Chiusa	Abade Hermengardo. Abadia de São Miguel da Chiusa, situada em território imperial, na região do Piemonte, atualmente em Sant’Ambrogio di Torino, província de Turim, Itália.	Geraldo	<i>Clusensis abbas</i> (I, 79.2; I, 79.3; I, 79.4; I, 79.5: narrativa)	1

¹⁷⁰⁵ Vejam-se as informações relativas ao abade do mosteiro de São Martinho de Jubia.

¹⁷⁰⁶ *Historia Compostelana*, 1994, p. 78, nota 85.

Abade do mosteiro de Cinis	Abades Nuño e Suero. Mosteiro de San Nicolás de Cinis, no concelho de Oza-Cesuras, província da Corunha ¹⁷⁰⁷ .		<i>Abbate Ciniensi; Abbatem Ciniensi</i> (I, 43.1: narrativa e carta do papa Pascoal II dirigida aos prelados Bernardo de Toledo, Gonçalo de Mondonhedo, Pedro de Lugo e Diego Gelmírez; I, 43.3: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez) “ <i>Abbas dominus Suarius de Cines</i> ” (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava) “ <i>Suarius abbas Ciniensis monasterii</i> ” (III, 40.2: escritura de Fernão Peres de Trava relativa a Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades)	2
Abade do mosteiro de Cluny	Abadia de Cluny, no ducado da Borgonha. Abades Hugo (1049-1109), Pôncio de Melgueil (1109-1122) e Pedro o Venerável (1122-1156).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Cluniacensis abbas</i> (I, 17.1; II, 10; II, 11.1; II, 11.2; II, 13.3; II, 14.1; II, 14.2; II, 15.1; II, 15.2; II, 15.3; II, 16.1; II, 20.2; II, 29; II, 49.1; III, 49.2: narrativa) <i>Pontius Cluniacensis abbas</i> (II, 9; II, 10: narrativa) <i>P. Cluniacensis abbas</i>	15

¹⁷⁰⁷ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 99, nota 1. Veja-se o quadro 6.

			(II, 14.2; II, 15.1; II, 34.1; II, 44.2: narrativa; II, 16.2: privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; III, 26.2: carta de Pedro, abade de Cluny, dirigida a Diego Gelmírez)	
Abade do mosteiro de Cuntis	Abade Pedro. Mosteiro não identificado.	Geraldo	<i>P. abbatis Termarum</i> (I, 58: narrativa)	1
Abade do mosteiro de Mezonzo	Abade Pedro. Mosteiro de Santa Maria de Mezonzo, no concelho de Vilasantar, Corunha.	Pedro Marcio	<i>Petrus abbas de Monsontio</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	1
Abade do mosteiro de Moraime	Abade Martinho. Existe hoje a igreja de San Julián de Moraime, no concelho de Mugía, Corunha.	Pedro Marcio	<i>Abbas dominus Martinus de Moyrame</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	1
Abade de Sahagún	Abade Domingo.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>abbas Sancti Facundi</i> (I, 40: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez, a Geraldo, arcebispo de Braga e a Bernardo, arcebispo de Toledo; I, 64.2; I, 79.1; I, 79.5; III, 14.2: narrativa)	4
Abade do mosteiro de Samos	Mosteiro de São Julião de Samos, ainda ativo, no concelho de Samos, província de Lugo.	Pedro Marcio	<i>abbas Samotensis</i> (III, 14.2: narrativa)	1
Abade do mosteiro de Santo André de Espinareda	Mosteiro situado no concelho de Vejade Espinareda, província de Leão.	Geraldo	<i>Martinus sancti Andree Spinerensis monasterii</i> (II, 35: narrativa)	1

Abade de São João de Angely	Abade Henrique. Abadia situada no ducado da Aquitânia. Atualmente é o centro cultural do município francês de Saint-Jean-d'Angély, no departamento de Charente-Maritime.	Geraldo	<i>Henrico abbatē sancti Iohannis de Angeliaco; abbas Angeliacensis</i> (II, 29: narrativa) <i>En. Angeliacensem abbatem</i> (II, 39: narrativa)	2
Abade do mosteiro de São Martinho de Jubia	Abade Nuño. Mosteiro do Couto ou de São Martinho de Xubia no concelho de Narón, província da Corunha, Galiza ¹⁷⁰⁸ .	Munio Afonso	<i>Nunnus abbas cenobii sancti Martini de Iuuia</i> (I, 35.5: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Abade do mosteiro de São Martinho de Pinarío¹⁷⁰⁹	Mosteiro junto à catedral de Santiago de Compostela.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>abbas sancti Martini</i> (I, 114.6: narrativa) <i>Petrus abbas monasterii sancti Martini</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	2
Abade do mosteiro de São Paio de Antealtares	Abades Pedro e Rodrigo. Mosteiro em Santiago de Compostela.	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>“Petrus de Mosontio, uidelicet abbas de Ante altaria”</i> (I, 2.8: narrativa) <i>Rudericus abbas monasterii sancti Pelagii Antealtaris</i>	2

¹⁷⁰⁸ Provavelmente é o mesmo abade do cenóbio de São Marinho de Trasancos, que estava situado “no território de Trasancos, junto a o rio chamado Jubia” (I, 35.3). O mosteiro de São Martinho de Jubia foi localizado junto da ria da Ferrol, onde desagua o rio Jubia.

¹⁷⁰⁹ Não sabemos se a segunda referência diz respeito ao mesmo mosteiro.

			(III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	
Abade do mosteiro de São Pedro de Afora ¹⁷¹⁰	Abade João. Mosteiro em Santiago de Compostela.	Pedro Marcio	<i>Iohannes abbas monasterii sancti Petri de Foris</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	1
Abade do mosteiro de Villar Romarís	Abade Alvito. Existe atualmente a igreja de Santo Tomé de Vilarromariz no concelho de Oroso, Corunha ¹⁷¹¹ .	Pedro Marcio	<i>Aloytus abbas de Villar Romazi</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	1
Arcebispo de Auch	Arcebispo da igreja metropolitana de Santa Maria de Auch, na Gasconha.	Munio Afonso	<i>Auxensis ecclesie archiepiscopus</i> (I, 16.2: narrativa)	1
Arcebispo de Braga	Arcebispos Geraldo (1097/1099-1108), Maurício “Burdino” (1109-1118) e Paio Mendes (1118-1137).	Hugo, Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Bracharensis/ Bracarensis archiepiscopus</i> (I, 15.2; I, 81.2; I, 82.1; I, 82.2; II, 42.2; II, 43; II, 46.1; II, 52; III, 25.1; III, 25.3; III, 29.1: narrativa; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhedo, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga; III, 10.2: carta do papa Honório II dirigida a Diego Gelmírez; III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	27

¹⁷¹⁰ Consulte-se o quadro 6.

¹⁷¹¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 487, nota 3.

			<i>Bracharensis/ Bracarensis episcopus</i> (I, 81.3; II, 13.2: narrativa) <i>Bracharensis/ Bracarensis</i> (I, 98.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez, ao bispo Munio de Mondonhede, Afonso de Tui e Diego de Ourense; I, 117; II, 46.1; II, 64.1; II, 65; III, 10.5: narrativa; II, 43: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Giraldus archiepiscopus Bracarensis</i> (I, 20.6: juramento dos cónegos de Santiago de Compostela prestado a Diego Gelmírez em 1102) <i>G. Bracarensis/ Bracharensis</i> (I, 40: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez, a Geraldo, arcebispo de Braga e a Bernardo, arcebispo de Toledo; I, 41: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez, ao arcebispo Geraldo de Braga e ao bispo Afonso de Tui) <i>Mauritius Bracharensis archiepiscopus</i>	

			(I, 81.2; I, 81.3: narrativa e documento do préstamo que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal) <i>Mauricius Bracharensis archiepiscopus/ Bracharensis episcopus</i> (I, 112.2; I, 117; II, 6.1: narrativa) <i>M. Bracharensis/ Bracarensis archiepiscopus</i> (I, 99: narrativa e carta de Bernardo de Toledo dirigida a Diego Gelmírez; II, 46.1: narrativa) <i>electus Bracharensis</i> (I, 117: narrativa) <i>Pelagius Bracharensis episcopus</i> (II, 6.1: narrativa) <i>P. Bracharensis/ Bracarensis archiepiscopus</i> (II, 26; II, 37.1; II, 46.1; II, 46.2; II; 58; III, 10.4: narrativa; II, 46.2: préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal; II, 46.3:	

			préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal; II, 58: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; III, 10.5: carta do papa Honório II dirigida a Paio Mendes, arcebispo de Braga; III, 21.2; III, 21.3; III, 25.3: cartas do papa Inocêncio II dirigidas a Paio Mendes, arcebispo de Braga) <i>P. Bracharensis ecclesie minister</i> (III, 29.1: carta de Paio Mendes, arcebispo de Braga, dirigida a Diego Gelmírez)	
Arcebispo de Tarragona	Arcebispo Olegário (1118-1134). Elevação de Tarragona a arcebispado em 1118. Atual cidade na comunidade autónoma da Catalunha.	Pedro Marcio	<i>Tarragonensis archiepiscopus</i> (III, 14.2: narrativa)	1
Arcebispo de Toledo	Arcebispos Bernardo (1086-1125) e Raimundo (1125-1152).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Toletanus archiepiscopus</i> (I, 9.1; I, 34.9; I, 35.2; I, 64.2; I, 64.3; I, 79.1; I, 89.1; I, 99; I, 117; II, 10; II, 48.2; II, 65; II, 80.3; II, 83.1; III, 7.1; III, 8: narrativa; I, 34.4: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; III, 43.1: carta do bispo eleito de Salamanca, Berengário, dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.2: carta do clero e povo de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.4: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez)	32

			<i>Toletanus episcopus</i> (I, 101.4: carta do cardeal romano João de Gaeta dirigida a Diego Gelmírez) <i>Toletanus</i> (II, 63.1; II, 65; II, 66.1; II, 66.3; II, 66.5; III, 7.2; III, 9; III, 43.3: narrativa) <i>Toletanus metropolitanus</i> (I, 79.5: narrativa) <i>Bernardus Toletane sedis archiepiscopus/ Toletanus archiepiscopus</i> (I, 34.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 43.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos bispos Bernardo de Toledo e Diego Gelmírez; I, 48.3: carta do papa Calisto II dirigida aos prelados da Hispânia; I, 101.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114; II, 10; II, 49.1: narrativa)	

			<i>B. Toletane sedis archiepiscopus/ Toletanus archiepiscopus</i> (I, 35.1: carta do papa Pascoal II dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo; I, 40: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez, a Geraldo, arcebispo de Braga e a Bernardo, arcebispo de Toledo; I, 99: carta do papa Pascoal II dirigida a Maurício de Braga; I, 92.2; I, 99: cartas de Bernardo de Toledo dirigidas a Diego Gelmírez; I, 98.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez, ao bispo Munio Mondonhede, Afonso de Tui e Diego de Ourense; I, 101.1; I, 34.1; I, 88; I, 92.1; I, 97; II, 2; II, 6.1; II, 73.1: narrativa; II, 48.2: carta do papa Calisto II dirigida a Bernardo de Toledo; II, 66.1: carta de Bernardo de Toledo a Diego Gelmírez; II, 66.3: carta de Diego Gelmírez dirigida a Bernardo de Toledo) <i>Raimundus Toletanus archiepiscopus</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana) <i>R. Toletane sedis archiepiscopus/ Toletanus archiepiscopus</i> (III, 7.3: decretos do concílio de Palência de 1129; III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, Pedro, bispo de	

			Segóvia, e Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez; III, 45.1; carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	
Arcebispo de Vienne	Arcebispo Guido da Borgonha.	Geraldo	<i>Guido Vienensis archiepiscopus</i> (I, 46; II, 8.3; II, 9; II, 14.1: narrativa) <i>Viene archiepiscopum</i> (II, 9: narrativa)	4
Arcediogo de Ávila	Arcediogo Íñigo, depois promovido a bispo de Ávila.	Pedro Marcio	“ <i>domini Enechonis Aulensis ecclesie archidiaconi</i> ” (III, 34.6: narrativa)	1
Arcediogo de Braga	Vímara, arcediogo e prior da igreja de Braga.	Geraldo	“ <i>Vimara Bracharensis ecclesie prior et archidiaconus</i> ” (I, 81.3: préstamo que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal)	1
Arcediogo de Mondonhede	Arcediagos Pedro, Arias Sisnández e Bermudo.	Pedro Marcio	<i>Petrus archidiaconus Vallibriensis ecclesie</i> (II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhede, acerca dos arciprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros; II, 56.3: juramento de obediência de Munio, bispo de Mondonhede, prestado a Diego Gelmírez) <i>Arias Sisnandizi archidiaconus Vallibriensis ecclesie</i> (II, 56.2: acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhede, acerca dos arciprestados de Seaya,	2

			Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros; II, 56.3: juramento de obediência de Munio, bispo de Mondonhede, prestado a Diego Gelmírez) <i>Veremudus Vallibriensis archidiaconus</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	
Arcediago de Ourense		Pedro Marcio	<i>M. Auriensi archidiacono</i> (III, 10.3: carta do papa Honório II dirigida ao rei Afonso VII)	1
Bispo de Astorga	Bispos Paio (1097-1121) e Alón (1122-1131).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Pelagio Asturicensi</i> (I, 26: narrativa) <i>Astoricensis/ Asturicensis episcopus</i> (I, 113.1; II, 35; II, 64.1; II, 70.3; II, 71.1; II, 71.2; II, 80.2; II, 80.3: narrativa; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhede, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga) <i>P. Astoricensem</i> (II, 26: narrativa)	10

			<i>Episcopus Alo Astoricensis</i> (II, 59.3: juramento de fidelidade da rainha Urraca prestado a Diego Gelmírez)	
Bispo de Ávila	Bispos Pedro (1120-1121), Sancho (1121-1133) e Iñigo (1133-1148).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>P. electum Auilensem</i> (II, 26: narrativa) <i>S. Auilensis electus</i> (II, 37.1: narrativa) <i>Auilensis episcopi; Sancius Auilensis ecclesie ordinandus episcopus</i> (II, 37.2: narrativa e juramento de obediência de Sancho, bispo de Ávila, prestado aos metropolitanos de Santiago de Compostela) <i>Auilensis episcopus</i> (II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhede, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga; II, 64.1: narrativa; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 66.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo,	12

			dirigida a Diego Gelmírez; II, 66.4: carta de Diego Gelmírez dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo; II, 80.3; III, 15; III, 36.2: narrativa) <i>Sancius Aulensis episcopus</i> (II, 52: narrativa; II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana; III, 34.5: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez; III, 34.7: narrativa) <i>E. Aulensis ecclesie electus; E. Aulensis ecclesie in episcopum electus; Aulensis ecclesie pastorem</i> (III, 34.2; narrativa e carta do bispo eleito de Ávila, Íñigo, dirigida a Diego Gelmírez; III, 34.4: carta de Diego Gelmírez dirigida ao bispo eleito de Ávila, Íñigo) <i>Enecus sancte Aulensis ecclesie ordinandus episcopus</i> (III, 34.8: juramento de obediência de Íñigo, bispo de Ávila, prestado aos metropolitanos da diocese de Santiago de Compostela) <i>E. Aulensis</i> (III, 43.4: narrativa)	

Bispo de Burgos	Bispos Garcia (1096-1114), Pascoal (1115-1118) e Simão (1117-1139).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Burgensis episcopus</i> (I, 9.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos bispos de Lugo, Tui e Mondonhedo; I, 9.4; I, 10.3: cartas do papa Pascoal II dirigidas ao rei Afonso VI; I, 10.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos clérigos de Santiago de Compostela; I, 34.7; I, 64.2; I, 79.1; I, 79.5; II, 56.1; II, 71.1: narrativa; I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo) <i>Burgensis ecclesie G. episcopus</i> (I, 16.1; I, 34.7: narrativa) <i>Burgensis electus</i> (II, 70.1; II, 70.3; II, 71.2: narrativa; II, 70.2: narrativa e carta do cardeal romano Deusdedit dirigida a Diego Gelmírez)	9
Bispo de Coimbra	Bispos Maurício “Burdino” (1099-1108) e Gonçalo Pais de Paiva (1109-1128).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Mauricius Colimbriensis episcopus</i> (I, 112.2: narrativa) <i>Colimbriensis episcopus</i> (II, 13.2; II, 64.1; II, 65; II, 66.5; II, 67.3; II, 67.4; II, 83.1: narrativa; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhedo, Lugo,	15

			Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; III, 10.2: carta do papa Honório II dirigida a Diego Gelmírez; III, 21.3; III, 25.3: carta do papa Inocêncio II dirigida a Paio Mendes, arcebispo de Braga) <i>G. Colimbriensis/ Collibriensis episcopus</i> (II, 26; II, 52: narrativa; II, 17: carta do papa Calisto II dirigida a Gonçalo, bispo de Coimbra, e Jerónimo, bispo de Salamanca; II, 67.4: carta do papa Calisto II dirigida a Gonçalo, bispo de Coimbra; III, 10.5: carta do papa Honório II dirigida a Paio Mendes, arcebispo de Braga) <i>Colinbriensem</i> (II, 43: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Colimbriensis electi</i> (III, 10.4: narrativa)	
Bispo de Granada	Poderia ser Granada ou Granadilla, para onde se trasladara a sede de bispado de Cória. Granadilla pertence ao atual município de Zarza de Granadilla, na	Geraldo	<i>Granatensem</i> (I, 113.1: narrativa)	1

	província de Cáceres, na Estremadura ¹⁷¹² .			
Bispo de Iria	Bispos Teodomiro, André e Diego.	Munio Afonso	<i>Teodomiri Hiriensis episcopi</i> (I, 1.2: narrativa) <i>“Andream in episcopum eligens Hiriensi cathedra”</i> (I, 1.3: narrativa) <i>“Didacum, quondam Iliensis ecclesie episcopum”</i> (I, 7.2: carta do papa Pascoal II dirigida a Afonso VI) <i>Iliensi episcopo</i> (I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhede)	3
Bispo de Jaca	Bispo Estêvão (1099-1130).	Geraldo	<i>episcopum Iaccensem</i> (II, 8.1: narrativa) <i>episcopo Yaccensi</i> (II, 20.1: narrativa)	2
Bispo de Leão	Bispos Pedro (1087-1112), Diogo (1112-1130) e Arias (1130-1135).	Munio Afonso, capelão Pedro,	<i>Petrus Legionensis episcopus</i> (I, 26; I, 27: narrativa)	11

¹⁷¹² MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 242-243.

		Geraldo, Pedro Marcio	<i>Legionensis episcopus</i> (I, 64.2; I, 79.1; I, 79.5; I, 113.1; III, 14.1; III, 14.2; III, 15: narrativa) <i>Arias Legionensis episcopus</i> (III, 24.2: narrativa; III, 30.1: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez, a Arias, bispo de Leão, e a Pedro, bispo de Lugo; III, 45.1: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez) <i>A. Legionensis episcopus</i> (III, 31: privilégio concedido à diocese de Santiago de Compostela pelo rei Afonso VII) <i>Legionensis electus</i> (III, 45.1: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	
Bispo de Lescar	Bispo Guido (1114-1141). Antiga sede de bispado na região da Gasconha e atual município francês no departamento dos Pirenéus Atlânticos ¹⁷¹³ .	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Lascurrensis episcopus</i> (II, 11.1; II, 12.2; II, 20.1; III, 57: narrativa) <i>G. Lascurrensis episcopus</i> (II, 37.1: narrativa)	5

¹⁷¹³ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 261, nota 3.

Bispo de Lugo	Bispos Pedro II (1095-1113), Pedro III (1114-1133) e Guido (c.1135-1152).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Petrus Lucensis episcopus</i> (I, 4; II, 80.2: narrativa; I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114) <i>P. Lucensis episcopus</i> (I, 9.2: carta do papa Pascoal II dirigida a Pedro, bispo de Lugo, Afonso, bispo de Tui, e Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 43.1: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez, Bernardo, arcebispo de Toledo, Gonçalo, bispo de Mondonhedo, e Pedro, bispo de Lugo; II, 2; II, 6.1; II, 26; II, 37.1; III, 34.7: narrativa; III, 30.1: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez, a Arias, bispo de Leão, e a Pedro, bispo de Lugo; III, 31: privilégio concedido à diocese de Santiago de Compostela pelo rei Afonso VII) <i>Lucensis episcopus</i> (I, 97; I, 117; II, 52; II, 64.1; II, 70.3; II, 71.1; II, 80.3; III, 15: narrativa; II, 43: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez; II, 63.2: Confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhedo, Lugo,	24

			Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga) <i>Lucensis electus</i> (I, 98.1; I, 98.2: narrativa) <i>G. Lucensis episcopus</i> (III, 43.4: narrativa)	
Bispo de Maguelone		Munio Afonso, Geraldo	<i>Magalonensis episcopus</i> (I, 9.2: carta do papa Pascoal II dirigida a Pedro, bispo de Lugo, Afonso, bispo de Tui, e Gonçalo, bispo de Mondonhede; I, 9.3: carta do papa Pascoal II dirigida a Godofredo, bispo de Maguelone; I, 9.4: carta do papa Pascoal II dirigida ao rei Afonso VI; I, 10.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos clérigos de Santiago de Compostela; I, 10.3: carta do papa Pascoal II dirigida ao rei Afonso VI; II, 10; II, 14.1: narrativa; II, 34.3: carta do cardeal romano Boso dirigida a Diego Gelmírez)	5
Bispo de Mondonhede	Gonçalo (c.1070-1112) e Munio Afonso (1113-1136), tesoureiro de Santiago de Compostela e um dos autores da crónica.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Gunsaluo Minduniensi</i> (I, 4: narrativa) <i>G. Minduniensis episcopus</i> (I, 34.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhede; I, 34.4; I, 34.8: cartas do	33

			papa Pascoal II dirigidas a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; I, 43.1: carta do papa Pascoal II dirigida aos preladados Bernardo de Toledo, Gonçalo de Mondonhedo, Pedro de Lugo e Diego Gelmírez; II, 2: narrativa) <i>Munio Minduniensis episcopus</i> (I, 81.2; II, prólogo: narrativa) <i>M. Minduniensis episcopus</i> (I, 90.2: pacto entre a rainha Urraca e Diego Gelmírez; I, 97; I, 98.2; II, 26; II, 37.1; II, 52; II, 56.1; II, 57: narrativa; I, 98.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez, ao bispo Munio Mondonhedo, Afonso de Tui e Diego de Ourense) <i>Munio Vallibriensis episcopus</i> (I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114; II, 56.2: narrativa e acordo entre Diego Gelmírez e Munio, bispo de Mondonhedo, acerca dos arciprestados de Seaya, Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros; II, 56.3: juramento de obediência de Munio, bispo de Mondonhedo, prestado a Diego Gelmírez; II, 59.3: juramento de fidelidade da rainha Urraca prestado a Diego Gelmírez; II,	

			66.3: carta de Diego Gelmírez dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo; III, 34.7; III, 39.5: narrativa) <i>M. Vallibriensis/Vallimbriensis/Vallinbriensis episcopus</i> (I, 102.3: juramento de fidelidade da rainha Urraca prestado a Diego Gelmírez; I, 104.4: narrativa e juramento de fidelidade de Munio Afonso, bispo de Mondonhedo, prestado a Diego Gelmírez; II, 56.3: narrativa; I, 104.4: narrativa e juramento de fidelidade de Munio Afonso, bispo de Mondonhedo, prestado a Diego Gelmírez) <i>Minduniensis/ Menduniensis episcopus</i> (I, 34.1; I, 34.3; I, 34.7; I, 34.9; I, 82.3; I, 88; I, 89.1; I, 113.1; II, 56.1; II, 56.2; II, 70.3; II, 71.2; II, 80.2; II, 80.3; III, 3; III, 15: narrativa; I, 34.6: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo; II, 43: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Minduniensis electus</i> (I, 82.2: narrativa) <i>Vallibriensis/ Valibriensis episcopus</i>	

			(II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhede, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga; II, 64.1; II, 71.1: narrativa)	
Bispo de Osma	Bispos Raimundo (1109-1125) e Bertrando (1128-1140).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Oxomensis episcopus</i> (I, 79.1; I, 79.5: narrativa) <i>Hosmensis episcopus</i> (I, 117: narrativa) <i>Bertrandus Onoxomensis</i> ¹⁷¹⁴ <i>episcopus</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana)	3
Bispo de Óstia	Sede de bispado pertencente ao património de São Pedro, uma das 7 dioceses suburbicárias de Roma ainda atualmente.	Geraldo	<i>Hostiensi</i> (II, 9: narrativa)	1
Bispo de Ourense	Bispos Pedro (1080-c.1100), Diogo (c.1100-1132) e Martinho (1132-1156).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Petrus Auriensis</i> (I, 4: narrativa) <i>D. Auriensis episcopus</i>	22

¹⁷¹⁴ *Oxomensis* na edição de Enrique Flórez.

			(I, 20.6: juramento dos cónegos de Santiago de Compostela prestado a Diego Gelmírez em 1102; I, 97; I, 98.2; II, 2; II, 6.1; II, 6.2; II, 8.1; II, 26; II, 37.1; II, 52: narrativa; I, 98.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez, ao bispo Munio Mondonhede, Afonso de Tui e Diego de Ourense) <i>Auriensis episcopus</i> (I, 34.9; I, 79.5; I, 82.2; I, 82.3; I, 88; I, 89.1; I, 117; II, 42.2; III, 3: narrativa; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhede, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga) <i>Didacus Auriensis episcopus</i> (I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114; II, 6.1; II, 6.2: narrativa) <i>M. Auriensis episcopus</i> (III, 31: privilégio concedido à diocese de Santiago de Compostela pelo rei Afonso VII; III, 34.7: narrativa)	
Bispo de Oviedo	Bispos Paio (1101-1129/1130) e Afonso (1130-1142).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>episcopus Ouetensis</i>	7

			(I, 88; I, 89.1; I, 113.1; II, 80.2; II, 80.3; III, 14.2; III, 15: narrativa; 30.1: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez, a Arias, bispo de Leão, e a Pedro, bispo de Lugo) <i>A. Ouetensis ecclesie occupatorem</i> (III, 30.2: carta de Inocêncio II dirigida aos preladados das províncias de Braga, Toledo e Compostela)	
Bispo de Palência	Bispo Pedro (1108-1139).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Palentinus</i> (I, 64.2; I, 79.1; I, 79.5; II, 8.3; II, 80.3: narrativa) <i>P. Palentinus episcopus</i> (III, 31: privilégio concedido à diocese de Santiago de Compostela pelo rei Afonso VII)	5
Bispo de Pamplona	Bispos Pedro I de Roda (1083-1115) e Guilherme Gastón (1115-1122).	Munio Afonso, Geraldo	<i>Petrus Panpilonensis episcopus</i> (I, 19: narrativa) <i>Pampilonensis episcopus</i> (II, 20.1: narrativa)	2
Bispo do Porto	Bispo Hugo (1112/1114-1136), anteriormente cónego e arcediogo da Igreja de Santiago de Compostela, autor do capítulo I, 15 da crónica.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Hugo Portugalensis episcopus</i> (I, 81.2; I, 82.2; I, 82.3; I, 105.1; I, 117; II, prólogo; II, 12.3; II, 13.1; II, 13.2; II, 13.3; II, 15.1; II, 15.2; II, 15.3; II, 16.1; II, 20.1; II, 20.2; II, 37.1; II, 52; II, 57; II, 70.3; II, 71.1; II, 71.2: narrativa; I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114; I, 105.2: carta do papa Pascoal	21

			II dirigida a Diego Gelmírez; II, 16.2: privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 32; II, 45: cartas do cardeal romano Boso dirigida a Diego Gelmírez; II, 46.3: documento do préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhedo, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga; III, 29.1: carta de Paio Mendes, arcebispo de Braga, dirigida a Diego Gelmírez)	
Bispo do Porto (Porto Santa-Rufina)	Bispo Pedro. Sede de bispado pertencente ao património de São Pedro, uma das 7 dioceses suburbicárias de Roma ainda atualmente.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Portuensis episcopus</i> (II, 9; III, 23.1: narrativa) <i>P. Portuensis episcopus</i> (III, 23.5: Carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	2
Bispo de Salamanca	Bispo Jerónimo de Perigord (1102-1120), Geraldo (1121-1124), Munio (1124-1130), Afonso (1130-1131) e Berengário (1134-1140).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Salmanticensis/ Salamanticensis episcopus</i> (I, 117; II, 52; II, 64.1; II, 65; II, 66.5; II, 70.3; II, 71.1; II, 80.3; III, 14.2; III, 15: narrativa; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui,	18

			Ourense, Mondonhede, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez) <i>I. Salamanticensi</i> (II, 17: carta do papa Calisto II dirigida a Gonçalo, bispo de Coimbra, e Jerónimo, bispo de Salamanca) <i>G. Salamanticensis electus/episcopus</i> (II, 26, II, 57: narrativa; II, 47: narrativa e juramento de obediência de Geraldo, bispo de Salamanca, prestado a Diego Gelmírez) <i>Salamantinus episcopus</i> (II, 66.1; II, 66.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez; II, 66.3; II, 66.4: carta de Diego Gelmírez dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo; II, 66.5: narrativa; II, 79: carta do papa Honório II dirigida a Diego Gelmírez) <i>M. Salamanticensis episcopus</i>	

			(II, 67.1: narrativa e carta do papa Calisto II dirigida a Munio, bispo de Salamanca; II, 67.2: narrativa e juramento de obediência de Munio, bispo de Salamanca, prestado a Diego Gelmírez) <i>Salamanticensis electus</i> (III, 15; III, 43.1: narrativa) <i>Berengarius, sancte Salamanticensis ecclesie episcopus</i> (III, 43.5: juramento de obediência de Berengário, bispo de Salamanca, prestado a Diego Gelmírez)	
Bispo de Segóvia	Bispo Pedro (1110-1148).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>episcopus Segobia</i> (I, 117: narrativa) <i>P. Segobiensis episcopus</i> (II, 37.1: narrativa; III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, Pedro, bispo de Segóvia, e Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez) <i>Segobiensis episcopus</i> (II, 80.3: narrativa; III, 43.1: carta do bispo eleito de Salamanca, Berengário, dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.2: carta do clero e povo de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez)	6

			<i>Petrus Segobiensis episcopus</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana) <i>Segouiensis dominus P.</i> (III, 34.6: narrativa)	
Bispo de Sigüenza	Bernardo de Agén (1121-1152). Sigüenza era sede de bispado sufragânea de Toledo. Atualmente é um município na província de Guadalajara, Castela-Mancha.	Pedro Marcio	<i>Bernaldus Segontinus</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana)	1
Bispo de Tui	Bispos Auderico (1072-1100), Afonso (1100-1130) e Paio (1131-1155).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Auderico Tudensi</i> (I, 4: narrativa) <i>A. Tudensis episcopus</i> (I, 20.6: juramento dos cónegos de Santiago de Compostela prestado a Diego Gelmírez em 1102; I, 41: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez, ao arcebispo Geraldo de Braga e ao bispo Afonso de Tui; I, 97; II, 2; II, 6.1; II, 26; II, 37.1; II, 52: narrativa; I, 98.1: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez, ao bispo Munio Mondonhede, Afonso de Tui e Diego de Ourense;	21

			I, 101.2: promulgação dos cânones do concílio de Leão de 1114) <i>Alfonsi Tudensis</i> (I, 34.8: carta do papa Pascoal II dirigida a Gonçalo, bispo de Mondonhedo) <i>Tudensis episcopus</i> (I, 82.2; II, 6.2; II, 64.1; II, 70.3; II, 71.1; III, 3; III, 15: narrativa; II, 63.2: confirmação da legacia de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida aos prelados de Braga, Porto, Coimbra, Tui, Ourense, Mondonhedo, Lugo, Astorga, Ávila e Salamanca e aos abades das províncias de Mérida e Braga) <i>P. Tudensis</i> (III, 34.7; III, 43.4: narrativa)	
Bispo de Turim	Boso, cardeal romano e depois bispo de Turim, cidade sob domínio imperial.	Geraldo	“<i>Bosoni Romano cardinali et legato et postea in Taurina ciuitate episcopo</i>” (II, 57: narrativa)	1
Bispo de Zamora	Bernardo de Perigord (1121-1149).	Pedro Marcio	<i>Scemurensis/ Scemorensis</i> (II, 70.3; II, 71.1: narrativa; III, 43.1: carta do bispo eleito de Salamanca, Berengário, dirigida a Diego Gelmírez; III,	3

			43.2: carta do clero e povo de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez) <i>B. Zamorensi; Zemorensis</i> (III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, Pedro, bispo de Segóvia, e Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.4: narrativa)	
Camareiro de Cluny	Camareiro Estêvão.	Geraldo	<i>S./Stephanus Cluniacensis camerarius</i> (II, 10; II, 29; II, 39: narrativa)	3
Cardeal de Santa Susana	Cardeal Pedro Pisano ou Gherardesca. Igreja titular de Santa Susana nas Termas de Diocleciano, em Roma.	Pedro Marcio	“ <i>cardinali sancte Susane P. Pisano</i> ” (III, 23.4: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	1
Cardeal de São Calisto	Cardeal-presbítero Pedro Pierleoni, eleito “antipapa” Anacleto II. Igreja titular/basílica de Santa Maria em Trastevere.	Pedro Marcio	“ <i>Petrum filium Petri Leonis kardinalem presbiterum tituli sancti Calixti</i> ” (III, 23.5: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	1
Cardeal de São Félix	Cardeal-presbítero Pedro Díaz, do título da igreja de São Félix de Solovio, em Santiago de Compostela ¹⁷¹⁵ .	Geraldo	<i>Petrus cardinalis sancti Felicis</i> (II, 4.2: narrativa) <i>Petrus Didacides cardinalis sancti Felicis</i> (II, 7.1. narrativa)	2

¹⁷¹⁵ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 247, nota 2. Consulte-se o quadro 6 para as menções a esta igreja.

Cardeal de São Lourenço	Cardeal-presbítero Deusdedit. Igreja titular/ Basílica de São Lourenço em Dâmaso, Roma.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>D. sancti Laurentii in Damasco</i> ¹⁷¹⁶ (II, 33: carta do cardeal romano Deusdedit dirigida a Diego Gelmírez) <i>cardinalis Deusdedit sancti Laurentii</i> (II, 60: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) “ <i>D. tituli sanctorum Laurentii atque Damasi</i> ” (II, 74.1: carta do cardeal romano Deusdedit dirigida a Diego Gelmírez) “ <i>Deusdedit, Sancte Romane Ecclesie tituli sancti Laurentii cardinalis</i> ” (II, 76.1: carta do cardeal romano Deusdedit dirigida a Diego Gelmírez)	4
Conde de Albon	Conde Guido IV ¹⁷¹⁷ . Território integrante do condado de Vienne, no Império.	Geraldo	<i>Guido de Albione</i> (II, 15.3: narrativa)	1
Conde das Astúrias	Conde Rodrigo González, irmão de Pedro, conde de Lara ¹⁷¹⁸ .	Pedro Marcio	<i>Comes Rudericus de Asturias</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana)	2

¹⁷¹⁶ *in Damasco* nas edições de Manuel Suárez/José Campelo e Enrique Flórez.

¹⁷¹⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 271, nota 1.

¹⁷¹⁸ Provavelmente trata-se do mesmo conde em ambos os capítulos (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 443, nota 1).

			<i>Ruderici comitis Asturicensis</i> (III, 17.1: narrativa)	
Conde da Galiza	Condes Oveco, Pedro Froilaz de Trava e Raimundo da Borgonha.	Geraldo	<i>Ouecus Gallicie comes</i> (I, 100.3: narrativa) “ <i>comite Raimundo totius Gallicie domino</i> ” (II, 23: narrativa) “ <i>Petro Galliciensi comite</i> ” (II, 34.2: carta de Guilherme IX, duque da Aquitânia, dirigida a Diego Gelmírez)	3
Conde de Jerusalém	Possivelmente Fernão Peres de Trava, que estivera duas vezes em Jerusalém ¹⁷¹⁹ .	Pedro Marcio	<i>comitem Ierosolimitanum</i> (II, 86.5: narrativa)	1
Conde de Límia	Conde Afonso Núñez. Atualmente é uma comarca onde se encontra o município de Xinzo de Limia, na província de Ourense ¹⁷²⁰ .	Geraldo	<i>Adefonsum comitem Limiensem</i> (I, 117: narrativa)	1
Conde de Monterroso	Conde Munio Peláez.	Geraldo	<i>comes M. Pelagides de Monteroso</i>	1

¹⁷¹⁹ *Historia Compostelana*, 1994, p. 474, nota 595.

¹⁷²⁰ Veja-se também “Limia” no quadro 5.

	Monterroso é atualmente um município na província de Lugo ¹⁷²¹ .		(I, 104.1: juramento dos condes de Monterroso e de Sarria feito a Diego Gelmírez)	
Conde de Sarria	Rodrigo Vélaz. Sarria é atualmente um município na província de Lugo, Galiza.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>comes R. Velaz de Sarria</i> (I, 104.1: juramento dos condes de Monterroso e de Sarria feito a Diego Gelmírez) “ <i>comes Sarriensis, nomine Rudericus Velaz</i> ” (III, 17.1: narrativa)	2
Condessa da Flandres ¹⁷²²	Clemência, irmã de Raimundo da Borgonha.	Geraldo	<i>Flandensis comitissa</i> (II, 34.2: narrativa) <i>C. Flandensium comitissa</i> (II, 34.4: carta de Clemência, condessa da Flandres, dirigida a Diego Gelmírez)	1
Condessa de Melgueil	Mãe de Pôncio, abade de Cluny. Melgueil era um condado em finais do século XI e primeira metade do XII, correspondendo hoje sensivelmente à cidade francesa de Mauguio, no departamento de Hérault.	Geraldo	<i>Merguliensis comitisse</i> (II, 9: narrativa)	1
Cônsul de Castela	Pedro González de Lara.	Geraldo	<i>consul Castelle P. Gundisaluides</i>	1

¹⁷²¹ Veja-se o quadro 5.

¹⁷²² Consulte-se “Flandres” no quadro 1.

			(I, 113.1: narrativa)	
Diácono e cónego de Braga	Diácono Nuño.	Geraldo	<i>Nunus Bracarensis ecclesie diaconus et canonicus</i> (II, 46.3: préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal)	1
Diácono de Santo Ângelo	Cardeal-diácono Gregório Papareschi, eleito papa Inocêncio II. Igreja titular de Santo Ângelo em Pescheria, Roma.	Pedro Marcio	<i>diaconum sancti Angeli</i> (III, 23.4: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez)	1
Duque da Apúlia	Guilherme (1111-1127).	Geraldo	<i>Apulie ducem</i> (II, 27: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Duque da Aquitânia ¹⁷²³	Guilherme IX, duque da Aquitânia e conde de Poitiers (1086-1127).	Geraldo	<i>Vilielmo duce Equitanie</i> (II, 10: narrativa) <i>G. ducis Aquitanie; G. dux Aquitanorum</i> (II, 34.2: narrativa e carta de Guilherme IX, duque da Aquitânia, dirigida a Diego Gelmírez)	2
Duque da Borgonha	Hugo II (1102-1143).	Geraldo	<i>dux Burgundie</i> (II, 15.3: narrativa)	1
Imperador dos teutões e dos romanos	Na crónica, este título diz respeito a Henrique IV (1084-1106), Henrique V (1106-1125) e Lotário III (1125/1133-1137), embora no primeiro capítulo a	Munio Afonso, Geraldo	<i>Teutonicus imperator, Teutonicorum imperator</i> (I, 17.1; II, 3.4; II, 9: narrativa) <i>rex Teutonicorum</i>	

¹⁷²³ Consulte-se o quadro 1.

	identidade do imperador seja dúbia. Na edição de Manuel Suárez e José Campelo, as expressões relativas aos “teutões” foram traduzidas como “imperador” ou “tirano” da Alemanha, dos alemães ou alemão.		(I, 117: narrativa) <i>Teutonicorum tirannus, Teutonicus tirannus</i> (II, 5; II, 6.2; II, 9; II, 14.1; II, 14.2: narrativa) <i>Henricus Teutonicorum rex et Romanorum imperator</i> (II, 5: narrativa) <i>Lothar Romanorum rex</i> (III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez; III, 27.1: narrativa)	
Infante de Portugal	Afonso Henriques (1128-1185), posteriormente Afonso I, rei de Portugal.	Pedro Marcio	<i>A. Portugalensis infans</i> (III, 24.1: narrativa) <i>infans Portugalensis</i> (III, 51: narrativa)	2
Monge de Cluny	Monges Dalmácio (futuro bispo compostelano), Oto de Chantillon (mais tarde eleito papa Urbano II), Geraldo e Pedro, da abadia de Cluny.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Dalmachius/Dalmatius Cluniacensis monachus</i> (I, 5.1; II, 1: narrativa) <i>Vrbanus Cluniacensis monachus</i> (I, 16.5: narrativa) <i>“Cluniacensis monacus, Girardus nomine”</i> (II, 39: narrativa)	5

			<i>P. Cluniacensis monachus</i> (II, 66.3: carta de Diego Gelmírez dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo)	
Patriarca de Jerusalém	Veramundo ou Gormundo de Picquigny (1118-1128) e Estêvão de la Ferté ou de Chartres (1128-1130).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Veramundus patriarcha Iherusalem</i> (II, 28: narrativa e carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez) <i>S. Ierosolimitanus patriarcha; S. Ierosolimorum patriarcha</i> (III, 26.1: narrativa e carta do patriarca de Jerusalém, Estêvão, dirigida a Diego Gelmírez)	2
Presbítero da igreja de Santa Columba	Presbítero Pedro. Há mais do que uma igreja com este nome na Galiza.	Munio Afonso	<i>Petrus presbiter ecclesie sancte Columbe</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santa Eulalia de Aviño	Presbítero Pedro. Igreja difícil de identificar; poderá ser a de Santa Eulalia de Valdoviño, no concelho de Valdoviño, Corunha.	Munio Afonso	<i>Petrus presbiter ecclesie sancte Eulalie de Auinio</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santa Eulalia de Coiro	Presbítero Oduário. Igreja situada no senhorio do conde de Trava; não identificada.	Munio Afonso	<i>Oduarius presbiter ecclesie sancte Eulalie de Caurio</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1

Presbítero da igreja de Santa Eulalia de Jubia	Presbítero Diogo Fulgentiz. Igreja do senhorio do conde de Trava, não identificada ¹⁷²⁴ .	Munio Afonso	<i>Didacus Fulgentiz presbiter ecclesie sancte Eulalie de Iubia</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arceprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santa Maria de Castro	Presbítero Suero. Igreja na ria de Betanzos, no concelhode Miño, província da Corunha ¹⁷²⁵ .	Munio Afonso	<i>Suarius presbiter ecclesie sancte Marie de Castro</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arceprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santa Maria de Labacengos	Presbítero Nuño. Igreja em Labacengos, concelho de Moeche, província da Corunha ¹⁷²⁶ .	Munio Afonso	<i>Munus presbiter ecclesie sancte Marie de Lauacencos</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arceprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santa Maria Mayor	Presbítero Rodrigo. Igreja de Santa Maria Mayor del Val, no concelho de Narón, Corunha ¹⁷²⁷ .	Munio Afonso	<i>Rudericus presbiter ecclesie sancte Marie Maioris</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arceprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santa Maria de Sequeiro	Presbítero Munino.	Munio Afonso	<i>Moninus presbiter ecclesie sancte Marie de Sichario</i>	1

¹⁷²⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1.

¹⁷²⁵ *Historia Compostela...*, 1950, p. 91, nota 2.

¹⁷²⁶ Consulte-se igualmente o lugar “Labacengos” no quadro 5.

¹⁷²⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 91, nota 3.

	Poderá ser a igreja de Santa Maria de Sequeiro, no concelho de Valdoviño, Corunha.		(I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	
Presbítero da igreja de Santa Marina de Sillobre	Presbítero João. Igreja situada no senhorio do conde de Trava ¹⁷²⁸ . Existe uma igreja com este nome no concelho de Fene, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Iohannes presbiter ecclesie sancte Marine de Seliobre</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santiago de Barallobre	Presbítero Froilán. Igreja do senhorio do conde de Trava ¹⁷²⁹ . Igreja no concelho de Fene, Corunha.	Munio Afonso	<i>Froyla presbiter ecclesie sancti Iacobi de Baraliobre</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santiago de Lago	Presbítero Ero. Poderá ser a igreja de Santiago de Lago no concelho de Valdoviño, Corunha.	Munio Afonso	<i>Erus presbiter ecclesie sancti Iacobi de Laco</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São João de Piñeiro	Presbítero Paio Bermudes. Igreja que pertencia ao senhorio do conde de Trava. Existe hoje a igreja de	Munio Afonso	<i>Pelagius Veremudiz presbiter ecclesie sancti Iohannis de Pinnario</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1

¹⁷²⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1. Veja-se também “Santa Marina” no quadro 5.

¹⁷²⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1.

	San Juan de Piñeiro, em Mugardos, província da Corunha ¹⁷³⁰ .			
Presbítero da igreja de São Jorge de Mariñas	Presbítero Paio. Igreja de difícil de identificar, mas poderá tratar-se da igreja de San Xurxo da Mariña, no concelho de Ferrol, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Pelagius presbiter ecclesie sancti Georgii de Marinas</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Julião de Lamas	Presbítero Garcia. Igreja não identificada.	Munio Afonso	<i>Garsia presbiter ecclesie sancti Iuliani de Lamas</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Mamede de Larage	Presbítero Froilán. Igreja do senhorio do conde de Trava ¹⁷³¹ . Existe a igreja de San Mamed de Laraxe, no município de Cabañas, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Froyla presbiter ecclesie sancti Mametis de Laragia</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Pedro de Cervás¹⁷³²	Presbítero Paio Asmondiz. Igreja no atual concelho de Ares, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Pelagius Asmondiz presbiter ecclesie sancti Petri de Ceruales</i>	1

¹⁷³⁰ Hipótese levantada com base nas indicações de José Campelo em *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1.

¹⁷³¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90 nota 1.

¹⁷³² Veja-se “São Pedro de Cervás” no quadro 5.

			(I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	
Presbítero da igreja de São Pedro de Leija	Presbítero Froilán. Igreja no município de Narón, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Froyla presbiter ecclesie sancti Petri de Lexa</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Romão de Doniños	Presbítero Pedro. Igreja no concelho de Ferrol, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Petrus presbiter ecclesie sancti Romani de Donnius</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Salvador de Maniños	Presbítero Gutierre Osoriz. Igreja situada no senhorio do conde de Trava ¹⁷³³ . Igreja no concelho de Fene, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Gutierre Osoriz presbiter ecclesie sancti Saluatoris de Magnios</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Salvador de Serantes¹⁷³⁴	Presbítero Vímara. Igreja de São Salvador de Serantes, no concelho de Ferrol, Corunha.	Munio Afonso	<i>Vimara presbiter ecclesie sancti Saluatoris de Sarrantes et Petrus Luz</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1

¹⁷³³ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1.

¹⁷³⁴ A versão de Emma Falque contém “San Salvador de Sarrantes”.

Presbítero da igreja de São Salvador de Sillobre	Presbítero Ordonho. Igreja situada no senhorio do conde de Trava ¹⁷³⁵ . Existe a igreja de San Salvador de Fene, no concelho de Fene, junto à igreja de Santa Marina de Sillobre, na Corunha.	Munio Afonso	<i>Ordonius presbiter ecclesie sancti Saluatoris de Seliobre</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Saturnino	Presbítero Ordonho. Existe hoje a igreja de Santa Maria do Rosario, no concelho de San Saduniño, na província da Corunha ¹⁷³⁶ .	Munio Afonso	<i>Ordonius presbiter ecclesie sancti Saturnini</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de São Vicente de Meá	Presbítero Rodrigo Muñiz. Igreja situada no senhorio do conde de Trava ¹⁷³⁷ . Igreja no concelho de Mugardos, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Rudericus Muniz presbiter ecclesie sancti Vincentii de Mediano</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero do mosteiro de Santo Estêvão de Sedes	Presbítero Menindo. Existe hoje a igreja de San Esteban de Sedes, no concelho de Narón, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Menindus presbiter, prelatu monasterii sancti Stephani de Setes</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1

¹⁷³⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1.

¹⁷³⁶ Veja-se o lugar “São Saturnino” no quadro 5.

¹⁷³⁷ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1.

Presbítero do mosteiro de São Julião de Narón	Presbítero João. Existe a igreja de San Julián de Narón no concelho de Narón, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Iohannes presbiter, prelatus monasterii sancti Iuliani de Naraon</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero do mosteiro de São Mateo	Presbítero Gonçalo. San Mateo de Trasancos ¹⁷³⁸ . Existe uma igreja com este nome em Narón, província da Corunha.	Munio Afonso	<i>Gunsaluus presbiter, prelatus monasterii sancti Mathei</i> (I, 35.9: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero do mosteiro de São Vicente	Presbítero Rodrigo Sisnandiz. Mosteiro situado no senhorio do conde de Trava. Existe hoje a igreja de San Vicente de Caamouco, no concelho de Ares, província da Corunha ¹⁷³⁹ .	Munio Afonso	<i>Rudericus Sisnandiz presbiter et prelatus monasterii sancti Vincencii</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1
Presbítero da igreja de Santiago de Franza	Presbítero Vímara. Igreja do senhorio do conde de Trava ¹⁷⁴⁰ . Igreja no concelho de Mugardos, Corunha.	Munio Afonso	<i>Vimara presbiter ecclesie sancti Iacobi de Francia</i> (I, 35.7: juramento de obediência dos abades, monges, clérigos e cavaleiros dos arciprestados de Bezoucos, Trasancos, Labacengos e Arros a Diego Gelmírez)	1

¹⁷³⁸ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 91, nota 4.

¹⁷³⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, notas 1 e 2.

¹⁷⁴⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 90, nota 1. Veja-se esta igreja no quadro 6.

Primaz das Hispânicas	Raimundo, arcebispo de Toledo.	Pedro Marcio	<i>R. primas Hyspaniarum</i> (III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, de Pedro, bispo de Segóvia, e de Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez)	1
Príncipe de Cápuia	Jordan II (1120-1127). Principado normando no sul de Itália.	Geraldo	<i>Capue principem</i> (II, 27: carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Príncipe/senhora de Lobeira	Arias Pérez ¹⁷⁴¹ .	Geraldo	<i>Arias Petrides, princeps Luparie</i> (II, 29: narrativa) <i>Ariam Petridem Luparie dominum</i> (II, 42.7: narrativa)	2
Prior de Braga	Prior Pedro.	Geraldo	<i>Petrus prior Bracarensis ecclesie</i> (II, 46.3: préstamo que Paio Mendes, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal)	1
Prior de Carrión	Prior Bernardo.	Geraldo	<i>B. prior Carrionensis</i> (II, 6.3; II, 8.3: narrativa) <i>prior Carrionensis</i> (II, 9: narrativa)	3
Prior de Cluny		Pedro Marcio	<i>prior Cluniacensis</i> (III, 49.2: narrativa)	1

¹⁷⁴¹ Consulte-se o quadro 7 para o castelo de Lobeira.

Prior de Nájera	Provavelmente é uma referência ao prior do mosteiro de Santa Maria la Real.	Geraldo	<i>priorem Nazarensem</i> (II, 8.1: narrativa)	1
Prior de Nemeño	Prior Gonçalo. Existe hoje a igreja de São Tomé de Nemeño no concelho de Ponteceso, Corunha.	Pedro Marcio	<i>Gunsalus prior de Nemenio</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava)	1
Prior do Santo Sepulcro	Geraldo, prior do cabido dos cônegos do Santo Sepulcro ¹⁷⁴² .	Geraldo	<i>G. prior gloriosissimi Sepulcri</i> (II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez)	1
Prior do mosteiro de São Zoilo ¹⁷⁴³		Pedro Marcio	<i>priore sancti Zoili</i> (III, 14.2: narrativa)	1
Rainha, infanta e senhora de Portugal	Condessa-rainha D. Teresa, que governou o condado portugalense, depois da morte de D. Henrique, entre 1112 e 1128.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Portugalensium infantisse</i> (I, 99: carta de Bernardo de Toledo dirigida a Diego Gelmírez) <i>Taresia domina tocius Portugalie</i> (I, 111.1: narrativa) <i>infantisa Portugallie</i> (II, 13.2: narrativa)	8

¹⁷⁴² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 289, nota 3.

¹⁷⁴³ Veja-se o quadro 6.

			<i>Portugalensis regina/T. Portugalensis regina</i> (II, 40; II, 85.1; II, 89: narrativa; II, 58: narrativa e carta do papa Calisto II dirigida a Diego Gelmírez) <i>regina Portugalie/Portugallie; regina Portugallie T.</i> (II, 40; II, 42.1; II, 42.7: narrativa)	
Rei de Aragão	Pedro I de Aragão (1094-1104) e Afonso I, o Batalhador (1104-1134).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Petro Aragoniensium rege</i> (I, 9.1: narrativa) <i>A. rex Aragonensis</i> (I, 79.5; II, 4.1: narrativa) <i>Aragonensis</i> (I, 63; I, 68.1; I, 69; I, 71; I, 73.2; I, 73.3; I, 74.1; I, 79.1; I, 79.2; I, 79.3; I, 79.4; I, 79.5; I, 80; I, 82.1; I, 83.1; I, 83.4; I, 85; I, 87; I, 88; I, 89.1; I, 90.1; I, 92.1; II, 8.2; II, 10; II, 12.2; II, 12.3; II, 13.3; II, 15.1; II, 16.1; II, 53.5: narrativa) <i>rex Aragonensis</i> (I, 48; I, 65.1; I, 73.1; I, 79.5; I, 80; I, 83.1; I, 84.2; I, 85; I, 87; I, 89.1; I, 89.2; I, 112.2; I, 113.1; I, 117; II, 4.2; II, 6.2; II, 6.3; II, 8.1; II, 8.2; II, 10; II, 12.2; II, 13.2; II, 13.3; II, 16.1; II, 20.1; II, 52; II, 53.5; II, 64.5; II, 68.1; II, 70.1; III,	41

			24.1: narrativa; II, 34.2: carta de Guilherme IX, duque da Aquitânia, dirigida a Diego Gelmírez) <i>regulus Aragonensis</i> (I, 73.4: narrativa) <i>Aragonie rex</i> (I, 79.5: narrativa) <i>Rex Aragonensium</i> (II, 85.1: narrativa) <i>rege Garsia Aragonensi</i> (III, 51¹⁷⁴⁴: narrativa)	
Rei dos Francos	Luís VI (1108-1137).		<i>Rex Francorum</i> (III, 25.1: narrativa; III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	
Reis da Hispânia ¹⁷⁴⁵	Afonso VI (1065-1109), Urraca (1109-1126) e Afonso VII (1126-1157).	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Ildefonso/Adefonsus/A. Hispaniarum rex</i> (I, 7.2: carta do papa Pascoal II dirigida ao rei Afonso VI; I, 9.4: carta do papa Pascoal II dirigida ao rei Afonso VI; II, 16.2: Privilégio do arcebispado da província de Mérida	20

¹⁷⁴⁴ Existe um equívoco neste capítulo, pois é provável que o cronista pretendesse referir-se a García Ramírez, rei de Navarra (1134-1150).

¹⁷⁴⁵ Afonso VII é igualmente nomeado como imperador.

			dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; III, 7: narrativa; III, 10.3: carta do papa Honório II dirigida ao rei Afonso VII; III, 12; III, 15: narrativa) <i>Adefonsus Hyspanie rex</i> (II, 23: narrativa) <i>Hispanie/Hyspanie rex</i> (II, 23: narrativa) <i>Yspaniarum/Hispaniarum rex</i> (II, 48.5: carta do papa Calisto II dirigida ao rei Afonso VII; III, 17.1: narrativa) <i>rex Hispanorum</i> (II, 1.1: narrativa) <i>Vrraca Hispanie regina</i> (II, 49.1: narrativa) <i>Vrraca Hispaniarum regina</i> (II, 61.1: narrativa) “A. et domina V. Dei gratia Hispanie rex et regina”	

			(II, 73.2: cartado rei Afonso VII e da rainha Urraca dirigida a Diego Gelmírez) <i>A./Adefonsus Hispaniarum/Hyspaniarum imperator</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana; III, 43.4: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez; III, 56.1: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez) <i>A./Adefonsus Hispanie/Hyspanie imperator</i> (II, 92: privilégio de Afonso VII concedido à diocese compostelana; II, 93.2: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez; III, 7.5: doação do senhorio da cidade de Mérida pelo rei Afonso VII à diocese compostelana; III, 31: privilégio concedido à diocese de Santiago de Compostela pelo rei Afonso VII; III, 34.5: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez; III, 56.2: carta do rei Afonso VII dirigida aos cónegos e burgueses de Santiago de Compostela)	
Rei dos ingleses	Provavelmente Guilherme I (1066-1087) e, no segundo caso, Henrique I (1100-1135).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>regi Anglorum et Normannorum</i> (II, 2: narrativa) <i>rex Anglorum Hen.</i>	2

			(III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	
Rei dos Sarracenos	Almostain II, rei de Saragoça, e Ali, rei dos Almorávidas.	Geraldo	<i>Almostani regis Sarracenorum</i> (II, 16.1: narrativa) <i>Sarracenorum rex Ali nomine</i> (II, 50.1: narrativa)	2
Rei da Sicília	Rogério II, rei de 1130 até 1154.	Pedro Marcio	<i>R. Sicilie rex</i> (III, 38.3: carta do “antipapa” Anacleto II dirigida a Diego Gelmírez)	1
Sacristão da igreja de Carrión	Sacristão Bernardo.	Geraldo	<i>Bernardo Carrionensis ecclesie sacriste</i> (II, 10: narrativa)	1
Senhor de Ponte Sampaio¹⁷⁴⁶	Fernando Yáñez.	Pedro Marcio	<i>F. Iohannides sancti Pelagii de Luto dominus</i> (II, 80.1: narrativa)	1

¹⁷⁴⁶ Consulte-se o quadro 7 para o castelo de Ponte Sampaio.

Quadro 9 – Gentílicos

Gentílico	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Alóbrogos	Povo da região em torno de Vienne, incorporado na província romana da Gália Narbonense. É um vocábulo utilizado na crónica para referir os naturais da Borgonha, nomeadamente do condado.	Geraldo	<i>Allobroges</i> (II, 9; II, 14.1; II, 15.3: narrativa) <i>Allobros nomine Robertus</i> (II, 9: narrativa)	3
Aquitanos	Povo da Aquitânia.	Geraldo	<i>Aquitani</i> (II, 14.1: narrativa; II, 34.2 ¹⁷⁴⁷ : carta de Guilherme IX, duque da Aquitânia, dirigida a Diego Gelmírez)	2
Aragoneses ¹⁷⁴⁸	Povo do reino de Aragão.	Geraldo	<i>Aragonenses</i> (I, 9.1; I, 68.1; I, 73.3; I, 83.1; I, 83.2; I, 83.3; I, 85; I, 87; I, 90.1; II, 4.2; II, 6.3; II, 10; II, 13.3; II, 85.1: narrativa)	12
Astoricenses	Habitantes de Astorga (em concreto, na HC, o clero).	Geraldo	<i>Astoricenses</i> (II, 52: narrativa)	1
Asturianos	Povo das Astúrias, reino de Leão e Castela.	Geraldo	<i>Astures</i> (I, 73.1; I, 73.4; I, 84.2; I, 89.1: narrativa)	4

¹⁷⁴⁷ Título de Guilherme IX, *dux Aquitanorum*. Veja-se o quadro 8.

¹⁷⁴⁸ Para as referências ao rei aragonês consulte-se o quadro 8.

			<i>Asturicensibus</i> (I, 117 ¹⁷⁴⁹ : narrativa)	
Bascos	Povo incorporado no reino de Pamplona e na região da Gasconha.	Geraldo	<i>Basc[l]orum</i> (II, 20.1: narrativa)	1
Borgonhês	Nome atribuído a um monge hispano enviado por Bernardo, arcebispo de Toledo, ao papa Calisto II.	Geraldo	<i>monachus Burgundio nomine</i> (II, 10: narrativa)	1
Burgenses	Habitantes de Burgos.	Geraldo	I, 73.2; I, 80; I, 89.1: narrativa	3
Campani, Campestribus	Povo da Terra de Campos, reino de Leão e Castela.	Geraldo	<i>Campani</i> (I, 89.1: narrativa) <i>Campestribus</i> (I, 117: narrativa)	2
Carrionenses	Habitantes de Carrión.	Geraldo	I, 73.2; I, 80; I, 90.3: narrativa	3
Castellanis	Habitantes de Castela, na atual província de Ourense.	Geraldo	I, 116.3: narrativa	1
Castellenses	Possivelmente os muçulmanos de Cacela (domínio almorávida), hoje aldeia de Cacela Velha, freguesia de Vila Nova de	Geraldo	I, 103.1: narrativa	1

¹⁷⁴⁹ Este termo diria respeito aos habitantes de Astorga, mas pelo sentido do texto compreende-se que evoca os asturianos (*Historia Compostelana* ..., 1950, p. 237).

	Cacela, no concelho de Vila Real de Santo António ¹⁷⁵⁰ .			
Castelhanos	Povo de Castela, reino de Leão e Castela.	Geraldo	<i>Castellani</i> (I, 67; I, 73.1; I, 73.3; I, 73.4; I, 83.1; I, 83.2 ¹⁷⁵¹ ; I, 83.3; I, 83.4; I, 84.2; I, 86.1; I, 87; I, 89.1; I, 90.1; I, 117: narrativa)	9
Celtibero	Referência ao rei Afonso I de Aragão. Os Celtiberos habitariam, na fase anterior à romanização da Península Ibérica, a área correspondente a grande parte das atuais províncias de Sória, Guadalajara e Teruel.	Geraldo	<i>Celtiberus</i> (I, 64.3: narrativa)	1
Cemorani	Habitantes de Zamora.	Gerado	I, 73.2: narrativa	1
Decianis	Habitantes de Deza, na Galiza.	Geraldo	I, 116.3: narrativa	1
Etiópes	A Etiópia designava as regiões africanas mais meridionais.	Munio Afonso	<i>Ethiopibus</i> (I, 29: narrativa)	1
Flamengos	Povo do condado da Flandres.	Geraldo	<i>C. Flandensium comitissa</i> (II, 34.4 ¹⁷⁵² : carta de Clemência, condessa da Flandres, dirigida a Diego Gelmírez)	1

¹⁷⁵⁰ *Historia Compostelana* ..., 1950, p. 281. José Campelo sugeriu também que se trataria dos muçulmanos de Granada, cuja capital era *Castila* ou *Castilia* (*Idem*, p. 192, nota 2).

¹⁷⁵¹ Numa parte do texto deste capítulo, na edição latina de Emma Falque, pode ler-se que o rei Afonso VI era “Compostellanorum lampas et clipeus”, enquanto a versão de Enrique Flórez contém “Castellanorum lampas et clipeus”.

¹⁷⁵² Clemência, condessa da Flandres. Veja-se o quadro 8.

Francos	No seu sentido mais restrito – o reino dos francos – indica o reino dos reis Capetos. Num sentido lato e em contexto hispânico, os francos eram aqueles que habitavam o espaço além-Pirenéus. Deve também ter-se em conta, em fontes hispânicas desta época, a diferença entre <i>francigena</i> (estrangeiro) e <i>francigenatus</i> (oriundo de França) ¹⁷⁵³ .	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Francigene</i> (I, 89.1; I, 114.10; I, 114.11: narrativa) <i>Francigenis</i> (I, 114.10: narrativa) <i>Franci</i> (II, 4.2; II, 13.2; III, 25.1: narrativa; II, 71.1: atas de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez; III, 25.2¹⁷⁵⁴: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez)	6
Gagetanus	João de Gaeta, cardeal e chanceler da cúria papal, futuro papa Gelásio II, nascido em Gaeta, no sul da Itália.	Geraldo	<i>Iohanne Gaietano</i> (I, 101.4: narrativa) <i>Iohannes Gagetanus</i> (II, 3.4; II, 4.1; II, 5: narrativa)	4
Galegos	Povo da Galiza, reino de Leão e Castela.	Geraldo	<i>Galleci</i> (I, 46; I, 48; I, 83.3; I, 84.1; I, 85; I, 90.1; I, 90.3; II, 1; II, 53.2; II, 53.5; II, 59.1: narrativa) <i>Gallitiani</i>	21

¹⁷⁵³ ALVARADO PLANAS, Javier – “La influencia germánica en el vocabulario de la España medieval”, 2011, p. 31.

¹⁷⁵⁴ Título de Luís VI, *rex Francorum* (III, 25.1 e III, 25.2).

			(I, 68.1; I, 83.3: narrativa) <i>Galliciani</i> (I, 73.2; I, 73.4; I, 83.3; I, 83.4; I, 84.1; I, 84.2; I, 85; I, 87; I, 89.1; I, 90.1; I, 90.3; I, 103.2; I, 103.3; I, 107.1; I, 109.3; I, 111.3; I, 113.2; II, 4.2; II, 16.1: narrativa) <i>Gens Galliciana</i> (II, 16.1: narrativa)	
Genovês	Augerio ou Ougerio, construtor de barcos de Génova.	Geraldo	<i>Genuensis</i> (II, 21: narrativa)	1
<i>Hispalenses</i>	Muçulmanos de Sevilha, capital de um dos reinos de taifas submetidos aos Almorávidas.	Geraldo	I, 103.1; II, 21: narrativa	2
Hispanos/ iberos	Hispanos ou iberos são referências genéricas aos habitantes da Península Ibérica cristã. Os reis hispanos, por seu lado, indicam em concreto os monarcas leoneses de uma cronologia anterior, ou os de Leão de Castela dos séculos XI e XII.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Hispani/Hyspani</i> (I, 1.1; I, 79.1; I, 79.2; I, 79.5; I, 86.1; II, 1.1; II, 23; II, 91: narrativa; I, 12: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana) <i>Hiberi</i> (I, 79.3; II, 20.1: narrativa)	10

			<i>monachus Hispanus natione</i> (II, 10: narrativa)	
Iherosolimitani	Peregrinos que iam a Jerusalém ¹⁷⁵⁵ .	Pedro Marcio	II, 64.5: narrativa	1
Inglese	Povo do reino de Inglaterra.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Anglici</i> (I, 76.2; II, 23; III, 18: narrativa) <i>Angli</i> (II, 2 ¹⁷⁵⁶ : narrativa; III, 25.2 ¹⁷⁵⁷ : carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Anglice</i> (II, 23: narrativa)	5
Irienses	Habitantes de Iria, na Galiza.	Geraldo	<i>Irienses</i> (I, 75.2; I, 76.2; I, 103.3; II, 21; II, 40: narrativa)	5
Israelitas	Referência bíblica.	Geraldo	<i>Israelite</i> (I, 86.3: narrativa)	1
Leoneses	Povo do reino de Leão, (I, 84.2, I, 89.1 e I, 117) ou os habitantes da cidade de Leão (I, 73.2 e I, 80).	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Legionenses</i> (I, 73.2; I, 80; I, 84.2; I, 89.1; I, 117: narrativa)	5

¹⁷⁵⁵ E não os “habitantes de Jerusalém”, como consta no índice de Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 628).

¹⁷⁵⁶ Rei dos ingleses e normandos.

¹⁷⁵⁷ Título de Henrique I, *rex Anglorum*.

<i>Limianorum</i>	Habitantes de Limia, na Galiza.	Geraldo	I, 116.3: narrativa	1
<i>Lisbonenses/</i> <i>Olisbonenses</i>	Muçulmanos de Lisboa, cidade submetida aos almorávidas.	Geraldo	<i>Lisbonenses</i> (I, 103.1: narrativa) <i>Olisbonenses</i> (II, 21: narrativa)	2
Lombardos	Termo genérico para os italianos do norte de Itália.	Geraldo	<i>Longobardorum</i> I, 90.3: narrativa	1
<i>Lotarienses</i>¹⁷⁵⁸	Povo da Lorena, a parte sul do reino original da Lotaríngia, no Império.	Pedro Marcio	III, 18: narrativa	1
<i>Lucenses</i>	Habitantes de Lugo, na Galiza.	Geraldo	I, 67; I, 116.3: narrativa	2
<i>Mindunienses</i>	Habitantes de Mondonhede, na Galiza (em concreto, na fonte, os clérigos).	Munio Afonso, Geraldo	I, 35.1: carta do papa Pascoal II dirigida a Bernardo, arcebispo de Toledo; II, 56.1: narrativa	2
<i>Nazareni</i>	Habitantes de Nájera.	Geraldo	I, 73.2; I, 80: narrativa	2
Normandos	Nos autores latinos, os “normandos” começaram por designar os piratas “vikings”. Depois do estabelecimento do ducado da Normandia em 911, a mesma palavra designava os duques aí estabelecidos, estendendo-se posteriormente a todos os seus	Munio Afonso, Geraldo	<i>Normani</i> (I, 2.6; I, 2.10: narrativa) <i>Normannorum</i> (II, 2 ¹⁷⁵⁹ : narrativa) <i>Normanorum, Normanigenis</i>	4

¹⁷⁵⁸ “Mercadores da Lorena” nas traduções de Emma Falque e Manuel Suárez/José Campelo.

¹⁷⁵⁹ Rei dos ingleses e normandos.

	habitantes. Os normandos estabeleceram-se igualmente em Inglaterra, na Itália do Sul, na Sicília e na Terra Santa.		(II, 16.1: narrativa) <i>Normamnigene</i> (II, 23: narrativa)	
Palentini	Habitantes de Palência.	Geraldo	I, 73.2; I, 80: narrativa	2
Patroniensium	Habitantes de Padrón, na Galiza.	Pedro Marcio	II, 75: narrativa	1
Pisano	Referências a Pedro Pisano ou Gherardesca, cardeal de Santa Susana, e a um peregrino oriundo de Pisa.	Pedro Marcio	<i>P. Pisano</i> (III, 23.4: carta do clero e do povo da cidade de Roma dirigida a Diego Gelmírez) <i>Pisanus</i> (III, 49.7: narrativa)	2
Portucalenses	De um modo geral são os súbditos dos condes portucalenses, como se vê na própria intitulação de D. Teresa na crónica. Concretamente, os portucalenses tinham origem no Entre Douro e Minho.	Geraldo	<i>Portugalensium infantissa</i> ¹⁷⁶⁰ (I, 99: carta de Bernardo de Toledo dirigida a Diego Gelmírez) <i>Portugalenses</i> (II, 40; II, 62.1: narrativa)	3
Romanos	Gentílico utilizado nos títulos dos dirigentes do Império, bem como referência, noutra aceção, ao clero e ao povo de Roma.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Romani</i> (II, 3.3; II, 5; II, 9; II, 15.1; II, 64.5: narrativa; II, 71.1: atas de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez)	9

¹⁷⁶⁰ Título de D. Teresa.

			<i>clerus et populus Romanus</i> (II, 5; II, 9; II, 14.1: narrativa) <i>Henricus Romanorum imperator</i> (II, 5: narrativa) <i>Lothar Romanorum rex</i> (III, 25.2: carta do papa Inocêncio II dirigida a Diego Gelmírez; III, 27.1: narrativa)	
Salmantinos	Habitantes de Salamanca.	Pedro Marcio	<i>Salamantinis</i> (II, 79: carta do papa Honório II dirigida a Diego Gelmírez) <i>Salamanticenses</i> (III, 15: narrativa; III, 43.3: carta de Raimundo, arcebispo de Toledo, Pedro, bispo de Segóvia, e Bernardo, bispo de Zamora, dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.4: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez) <i>Salamanticensis clerus et populus</i> (III, 43.1: carta do bispo eleito de Salamanca, Berengário, dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.2: narrativa e carta do clero e povo de Salamanca dirigida a Diego Gelmírez; III, 43.4: carta do rei Afonso VII dirigida a Diego Gelmírez)	3

Salernitano	Referência ao médico Roberto de Salerno.	Geraldo	<i>Salernitanus</i> (II, 8.1: narrativa; II, 33: carta do cardeal romano Deusdedit dirigida a Diego Gelmírez)	2
Saltenses	Muçulmanos da ilha de Saltés, em frente a Huelva, sob domínio almorávida ¹⁷⁶¹ .	Geraldo	I, 103.1: narrativa	1
Siluenses	Muçulmanos de Silves, sob domínio almorávida ¹⁷⁶² .	Geraldo	I, 103.1: narrativa	1
Teutões	Na crónica o termo é empregue nos títulos dos dirigentes do Império germânico, referindo-se em concreto ao domínio que exerciam sobre os alemães ¹⁷⁶³ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Teutonicus; teutonici</i> (I, 17.1; I, 117; II, 3.4; II, 5; II, 6.2; II, 9; II, 14.1; II, 14.2: narrativa)	7

¹⁷⁶¹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 192, nota 2.

¹⁷⁶² *Historia Compostelana...*, 1950, p. 192, nota 2.

¹⁷⁶³ Manuel Suárez e José Campelo traduziram estas expressões como “imperador” ou “tirano” alemão, da Alemanha ou dos alemães. Veja-se o quadro 8.

Quadro 10 – Hidrónimos e orónimos

Nome	Identificação/Localização	Cronista	Designação na HC	Nº de capítulos
Anguiano	Vales de Anguiano; atual município na província e comunidade autónoma de La Rioja.	Geraldo	<i>ualles Angulane</i> (II, 10: narrativa)	1
Arnego	Rio na província de Pontevedra, Galiza.	Geraldo	<i>Ernegus fluuius</i> (I, 49.1: narrativa)	1
Avión	Possível tradução do latim. Rio afluente do Avia, na província de Ourense, Galiza ¹⁷⁶⁴ .	Munio Afonso	<i>Auium</i> (I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	1
Carrio	Monte entre os rios Deza e Arnego, na província de Pontevedra, Galiza ¹⁷⁶⁵ .	Munio Afonso	<i>Carrium; Carrio</i> (I, 25.2: narrativa)	1
Carrión	Rio na província de Palência, Castela e Leão.	Geraldo	<i>Carrion</i> (I, 85: narrativa)	1

¹⁷⁶⁴ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1.

¹⁷⁶⁵ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 69, nota 2. Existe igualmente o lugar com este nome, opção para a qual se inclina Ricardo Martínez Ortega, que considera tratar-se de uma referência à povoação e não ao monte (MARTÍNEZ ORTEGA, Ricardo – “*Historia Compostellana: Acerca de su toponimia*”, 1998, p. 233).

Cebreiro	Monte no concelho de Pedrafita do Cebreiro, província de Lugo, na fronteira da Galiza com Castela e Leão ¹⁷⁶⁶ .	Munio Afonso	<i>mons Zebruario</i> (I, 31.6: narrativa)	1
Douro	Rio que nasce na Serra de Urbión, na província de Sória, e desagua junto às cidades portuguesas do Porto e Vila Nova de Gaia.	Geraldo	<i>Dorius</i> (I, 46; II, 12.2; II, 42.1: narrativa; I, 81.3: préstamo da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez)	4
Isso	Rio na província da Corunha, Galiza.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Issi</i> (II, 23; II, 30; II, 36: narrativa) <i>Irsi</i> (II, 84.2: narrativa)	4
Jubia	Rio na província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso	<i>Iuuia</i> (I, 35.3: juramento de obediência de Nuño, abade do mosteiro de São Martinho de Trasancos, prestado a Diego Gelmírez)	1
Lima	Rio que nasce na Serra de São Mamede, na província de Ourense, e desagua junto à cidade portuguesa de Viana do Castelo.	Geraldo	<i>Limia</i> (I, 81.3: préstamo da metade das propriedades que a Igreja de Compostela tinha em Portugal que Maurício, arcebispo de Braga, recebeu de Diego Gelmírez)	1

¹⁷⁶⁶ *Historia Compostelana*..., 1950, p. 79, nota 3.

Maurienne	Vales de Maurienne. O condado de Maurienne encontrava-se sob domínio imperial, junto à fronteira com o reino de França. Atual cidade francesa de Saint-Jean-de-Maurienne no departamento de Sabóia.	Munio Afonso	<i>ualles Maurianenses</i> (I, 17.1: narrativa)	1
Minho	Rio que nasce na Serra de Meira, na província de Lugo, e desagua junto à localidade portuguesa de Caminha.	Munio Afonso, Hugo, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Mineus</i> (I, 2.9; I, 15.3, I, 15.4; I, 26; I, 49.1; I, 55; I, 74.1; II, 6.1; II, 40; II, 42.1; 42.2: narrativa; II, 61.2: doação da rainha Urraca e de Tigris Jiménez a Diego Gelmírez; III, 33.3: decreto relativo à regularização dos preços)	11
Monte do Gozo	Monte em São Marcos, próximo de Santiago de Compostela, província da Corunha.	Munio Afonso, Geraldo	<i>mons Gaudii</i> (I, 20.1; I, 112.3: narrativa)	2
Monte Louro	Monte e cabo à entrada da ria de Muros e Noya, no concelho de Muros, província da Corunha.	Geraldo	<i>Montem Lauros</i> (I, 103.1: narrativa)	1
Oceano Atlântico		Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Oceanus</i> (I, 12: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana; I, 75.2; I, 103.1; II, 15.1; II, 23; II, 38: narrativa)	12

			<i>occeanus</i> (I, 55; II, 12.2; II, 16.1; II, 20.1: narrativa)	
			<i>Atlanticum mare</i> (III, 28: narrativa)	
Órbigo	Rio nas províncias de Leão e Zamora, em Castela e Leão.	Geraldo	<i>Orbicum</i> (I, 73.2: narrativa)	1
Pedroso	Monte em Santiago de Compostela, província da Corunha.	Geraldo	<i>montis Petrosi</i> (I, 116.3: narrativa)	1
Picosacro	Monte a sul de Santiago de Compostela, concelho de Boqueijón, província da Corunha, onde havia um mosteiro com o título de San Sebastián ¹⁷⁶⁷ .	Munio Afonso, Geraldo	<i>Mons Sacer</i> (I, 32; I, 116.3; II, 49.1: narrativa; I, 36: bula <i>Sicut iniusta</i> , do papa Pascoal II, dirigida a Diego Gelmírez, confirmando a posse de todos os territórios da diocese compostelana)	4
Pirenéus ¹⁷⁶⁸	O nome concreto “Pirenéus” só é utilizado uma vez na <i>HC</i> . Os cronistas referem-se a esta área de diferentes maneiras, por exemplo sob a forma verbal <i>transalpinare</i> ou aludindo ao espaço <i>ultra portus</i> .	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Transpirenorum; transpirenei; transpirenem; transpireneis</i> (I, 83.2; II, 50.1; II, 50.2; II, 50.3; II, 50.6: narrativa) <i>Pirenaei</i> (I, 103.1: narrativa)	9

¹⁷⁶⁷ Tanto Emma Falque (*Historia Compostelana*, 1994, p. 632) como José Campelo (*Historia Compostelana...*, 1950, p. 92, nota 1) tratam este topónimo como se fosse o mosteiro.

¹⁷⁶⁸ A tradução das passagens que se referem aos Pirenéus nem sempre coincide nas duas traduções da crónica. Além disso, o nome concreto “Pirenéus” só é utilizado uma vez, apesar de ser notório que os cronistas se referem ao maciço montanhoso noutros excertos, variando muito os termos que utilizam. Optámos por incluir neste quadro todas as referências a esta área geográfica, que muitas vezes surgem sob a forma verbal “*transalpinare*”.

			<i>transalpinare</i> (II, 6.2; II, 10; II, 16.1: narrativa) <i>Alpes</i> (II, 4.2; II, 20.1: narrativa) <i>Vltraportuenses ecclesie; ultra portus/citra portus</i> (III, 1: narrativa)	
Pisuerga	Rio na Galiza.	Geraldo, Munio Afonso	<i>Pisorgo; Pisorgi</i> (I, 12: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; I, 100.3: narrativa)	2
Ródano	Rio que nasce em Valais, na Suíça, e desagua no Mar Mediterrâneo, a sul da cidade francesa de Arles. Na primeira metade do século XII marcava sensivelmente a fronteira entre o reino de França e o Império germânico.	Geraldo	<i>Rodanum</i> (II, 5; II, 6.2: narrativa)	2
Sirtes	Bancos de areia no atual golfo da Líbia, no Mar Mediterrâneo, que provocavam naufrágios.	Munio Afonso	<i>Sirtibus</i> (I, 1.1: narrativa)	1
Tabor	Referência bíblica ao monte Tabor.	Geraldo	<i>mons Thabor</i> (II, 3.2: narrativa)	1
Tambre	Rio na província da Corunha, Galiza.	Munio Afonso, capelão Pedro,	<i>Tamarem; Tamarim; Tamaram</i> (I, 4; I, 27; I, 69; I, 71; I, 91; I, 94; II, 22; III, 37: narrativa)	12

		Geraldo, Pedro Marcio	<i>Tamaris</i> (I, 31.6; I, 91; I, 113.1: narrativa) <i>Tamar</i> (I, 63: narrativa) <i>Tamare</i> (II, 42.6: narrativa)	
Tibre	Rio em Itália que atravessa Roma.	Geraldo	<i>Tiberis</i> (II, 5: narrativa)	1
Ulla	Rio galego que atravessa as províncias de Lugo, Corunha e Pontevedra.	Munio Afonso, capelão Pedro, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Vlia</i> (I, 4; I, 27; I, 31.5; I, 32; I, 65.2; I, 69; I, 71; I, 74.1; I, 91; I, 94; II, 12.2; II, 22; II, 82.1; III, 37: narrativa)	14
Valcarce	Rio na província de Leão, em Castela e Leão.	Munio Afonso	<i>Vallis Carceris</i> (I, 28.1; II, 42.6: narrativa)	2
Valeirón	Vale também chamado Quintás, a oeste de Padrón, na província da Corunha, que compreende lugares como Rois, Seira, Leroño e Oín ¹⁷⁶⁹ .	Pedro Marcio	<i>Valeiron</i> (III, 40.1: permuta entre Diego Gelmírez e Fernão Pérez de Trava; III, 40.2: convénio entre Fernão Peres de Trava e Diego Gelmírez sobre Santa Maria de Trasmonte e outras propriedades)	1

¹⁷⁶⁹ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 486, nota 2.

Vea	Vale de Vea ou Bea, situado a noroeste de La Estrada, província de Pontevedra ¹⁷⁷⁰ .	Geraldo	<i>Veia</i> (I, 100.4: narrativa)	1

¹⁷⁷⁰ *Historia Compostelana...*, 1950, p. 186, nota 2.

Quadro 11 – Muçulmanos

Termo	Identificação	Cronista	Designação na HC
Agarenos	Descendentes de Abraão e da sua serva Agar.	Geraldo	<i>Agareni</i> (II, 16.1; II, 21; II, 50.1: narrativa)
Almorávidas/moabitas	Na Bíblia, os moabitas por vezes combatiam os israelitas. O termo designa nas obras latinas contemporâneas da HC os almorávidas (do árabe <i>al-murabitun</i> , aquele que vive no <i>ribat</i> , eremitério fortificado vinculado ao dever da guerra santa). Eram uma dinastia berbere nascida de um movimento marcado pelo fundamentalismo religioso, que liderava o Magrebe e o al-Andalus, onde subjugou as taifas do século XI.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Moabite</i> (I, 9.2: carta do papa Pascoal II dirigida a Pedro, bispo de Lugo, Afonso, bispo de Tui, e Gonçalo, bispo de Mondonhede; I, 10.2: carta do papa Pascoal II dirigida aos clérigos de Santiago de Compostela; II, 16.2: Privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; I, 29; I, 64.1; I, 76.1: narrativa) <i>Mohabite</i> (I, 33; I, 86.2; I, 90.1; I, 90.3; III, 57: narrativa; I, 39: carta do papa Pascoal II dirigida aos súbditos do rei Afonso VI)
Amorreus	Povo que teve influência na região da Palestina.	Pedro Marcio	<i>Amorreorum; Amorreis</i> (II, 75: narrativa)
Gentios	Nome atribuído aos não cristãos.	Geraldo, Pedro Marcio	<i>Gentiles</i>

			(I, 103.2 ¹⁷⁷¹ ; II, 21; II, 50.3; II, 50.4; II, 50.5; II, 53.1 ¹⁷⁷² ; narrativa) <i>Gentes</i> (I, 46; II, 50.5; III, 46.2; III, 54: narrativa)
Infiéis	Nome atribuído aos não cristãos, concretamente, na <i>HC</i> , aos muçulmanos.	Geraldo	<i>Infideles</i> (I, 103.3; II, 50.4; II, 50.6: narrativa)
Ismaelitas	Descendentes de Ismael, filho da escrava Agar e de Abraão, antepassado das tribos árabes.	Munio Afonso, Geraldo	<i>Ismahelite</i> (I, 33; I, 46: narrativa) <i>Hismahelite</i> (I, 33; I, 103.3; II, 4.1; II, 15.1: narrativa) <i>Hismaelite</i> (II, 12.2; II, 21; II, 24; II 50.1; II, 50.2; II, 50.3; II, 50.4; II, 50.5; II, 50.6: narrativa) <i>stirps Hismaelitica</i> (II, 50.1: narrativa) <i>Hysmahelite</i>

¹⁷⁷¹ Também traduzido, tanto por Emma Falque como por Manuel Suárez e José Campelo, como “infiéis”.

¹⁷⁷² Termo traduzido como “sarracenos” na edição de Manuel Suárez e José Campelo.

			(II, 1: narrativa)
Mouros	Termo genérico que designava as gentes do Norte de África, em particular os habitantes da Mauritânia.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Mauri</i> (I, 29; I, 86.2; II, 78.1; III, 29.2: narrativa; I, 38: texto possivelmente redigido na cúria romana; I, 39: carta do papa Pascoal II dirigida aos súbditos do rei Afonso VI; II, 16.2: Privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez)
Pagãos	Nome atribuído aos não cristãos, concretamente, nesta crónica, aos muçulmanos.	Munio Afonso, Pedro Marcio	<i>Pagani</i> (I, 1.2: narrativa; II, 16.2: privilégio do arcebispado da província de Mérida dirigido pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 71.1: atas de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez)
Sarracenos	Termo que na <i>HC</i> designa em geral os muçulmanos.	Munio Afonso, Geraldo, Pedro Marcio	<i>Sarraceni</i> (I, 1.2; I, 2.8; I, 79.1; I, 85; I, 103.1; I, 103.3; II, 1; II, 4.2; II, 12.2; II, 15.2; II, 16.1; II, 21; II, 24; II, 50.1 II, 53.1; II, 75; III, 7.4; III, 28; III, 29.2; III, 38.1; III, 39.4: narrativa; I, 34.6: carta do papa Pascoal II dirigida a Diego Gelmírez; II, 28: carta do patriarca de Jerusalém, Veramundo, dirigida a Diego Gelmírez; II, 63.4: Confirmação da dignidade metropolitana de Diego Gelmírez – carta do papa Calisto II dirigida ao arcebispo compostelano; II, 64.7: privilégio da trasladação definitiva do arcebispado de Mérida para Compostela, outorgado pelo papa Calisto II a Diego Gelmírez; II, 66.2: carta de Bernardo, arcebispo de Toledo, dirigida a Diego Gelmírez; II, 78.2: édito

			de um concílio celebrado em Compostela por Diego Gelmírez; III, 7.5: doação do senhorio da cidade de Mérida pelo rei Afonso VII à diocese compostelana; III, 10.3: carta do papa Honório II dirigida ao rei Afonso VII)

Tabela 1 – Distribuição das referências extrapeninsulares pela narrativa e documentação

	Referência	Narrativa	Documento	Narrativa e documento
Reino de França (norte do Loire)	Beauvais			X (papa)
	Châlons		X (papa)	
	Chartres		X (papa)	
	Orleães		X (papa)	
	Reims			X (papa)
	Saint-Benoit-sur-Loire		X (papa)	
	6	0	4	2
Reino de França (sul do Loire)	Abadia de São João de Angely	X		
	Auch	X		
	Baiona	X		
	Cahors	X		

	Clermont			X (papa)
	Le Puy	X		
	Lescar	X		
	Limoges	X		
	Maguelone			X (papa)
	Melgueil	X		
	Montpellier	X		
	<i>Morlanum</i>	X		
	Mosteiro de Cluny			X (papa; abade de Cluny)
	Mosteiro de Saint-Orens	X		
	Mosteiro de São Pedro de Moissac	X		
	Mosteiro de São Pedro de Uzerche	X		
	Nîmes	X		
	Oloron	X		
	Poitiers	X		

	Privas		X (papa)	
	Saint-Gilles	X		
	<i>Salvimum</i>	X		
	Santa Valéria	X		
	São Leonardo	X		
	Toulouse			X (papa; cardeal romano)
	25	20 (80%)	1 (4%)	4 (16%)
Império germânico (aquém-Alpes)	Arles	X		
	Crest		X (papa)	
	Liège			X (papa)
	Maurienne	X		
	Valence		X (papa)	
	Vienne	X		

	6	3	2	1
Itália	Anagni		X (papa)	
	Bari		X (papa)	
	Basílica de São João de Latrão		X (clero romano)	
	Basílica de São Paulo		X (papa)	
	Basílica de São Pedro			X (papa; clero romano)
	Benevento		X (papa)	
	<i>Bibione castro</i>		X (papa)	
	Chiusa	X		
	Ferentino		X (papa)	
	Gaeta	X		

	Génova			X (papa)
	Igreja de Santo Adriano		X (clero romano)	
	Igreja de São Lourenço	X		
	Igreja de São Marcos		X (clero romano)	
	Igreja titular de Santa Susana		X (clero romano)	
	Igreja titular/ basílica de Santa Maria em Trastevere		X (clero romano)	
	Igreja titular/ Basílica de São Lourenço em Dâmaso		X (papa; cardeal romano)	
	Igreja titular de Santo Ângelo em Pescheria		X (clero romano)	
	Latrão		X (papa; clero romano)	
	Melfi		X	

		(papa)	
Mosteiro de São Gregório		X (clero romano)	
Orte		X (papa)	
Óstia	X		
Pavia	X		
Pisa			X (papa; clero romano)
Porto Santa-Rufina			X (clero romano)
Roma			X (papa; clero e cardeal romano; hispanos)
São Fabiano		X (papa)	
Susa	X		
Tivoli		X (papa)	

	Trastevere		X (clero romano)	
	Turim	X		
	Salerno			X (cardeal romano)
	33	7 (21%)	20 (61%)	6 (18%)
Médio Oriente	Ascalão		X (patriarca de Jerusalém)	
	Assur		X (patriarca de Jerusalém)	
	Babilónia		X (patriarca de Jerusalém)	
	Damasco		X (patriarca de Jerusalém)	
	Jerusalém			X (papa; patriarca de Jerusalém; hispanos)

	Santo Sepulcro			X (patriarca de Jerusalém)
	6	0	4	2
Norte de África	Cartago		X (papa)	
	1	0	1	0
TOTAL 77		30 (39%)	32 (42%)	15 (19%)

Tabela 2 – Distribuição das referências peninsulares pela narrativa e documentação

	Referência	Narrativa	Documento	Narrativa e documento
Galiza	Abeancos	X		
	Abegondo	X		
	Albariza	X		
	Amarante	X		
	Ambasmestas	X		
	Amoeiro	X		
	Angeriz	X		
	Arcos		X (papa)	
	Arnois	X		
	Arosa	X		
	Arros			X (hispanos; papa)
	Barcala		X (papa)	

	Bastables		X (hispanos)	
	Bembejo		X (papa)	
	Bembibre	X		
	Bergantiños			X (papa)
	Berrimes de Insano			X (hispanos)
	Bezoucos			X (papa; hispanos)
	Caldas de Cuntis	X		
	Canales	X		
	Carrio	X		
	Castela			X (hispanos)
	Castrofeito	X		
	Castrovite	X		
	Cebrero	X		

	Cee	X		
	Céltigos		X (papa)	
	Cerquides			X (hispanos)
	Cirves	X		
	Cóporos		X (papa)	
	Corbillón	X		
	Cordeiro	X		
	Cornado			X (papa; hispanos)
	Coronho	X		
	<i>Curugido</i>		X (hispanos)	
	Cusanca	X		
	Dadín	X		
	Deiro	X		
	Dena	X		

	Deza	X		
	Dormeá			X (papa)
	Dubra			X (papa; hispanos)
	El Eijo	X		
	Entines			X (papa)
	Ervedins	X		
	Faro			X (papa)
	Ferreiros (a)	X		
	Ferreiros (b)	X		
	Figueiroa	X		
	Figueirola	X		
	<i>Flamia</i>	X		
	Fornelos	X		
	Fuente del Roble	X		
	<i>Fusim</i>	X		

	Gándara		X (hispanos)	
	Gogilde	X		
	Guldrigáns		X (hispanos)	
	Insua	X		
	Iria			X (papa; hispanos)
	Juncaria	X		
	Junqueras	X		
	La Mahía			X (papa; hispanos)
	Labacengos			X (papa; hispanos)
	Lagartones	X		
	Lañas		X (hispanos)	
	Lemos	X		
	Limia	X		

	Listas	X		
	Lois	X		
	Loño	X		
	Lugo			X (papa; hispanos)
	Lustres	X		
	Maranes	X		
	Marín (a)	X		
	Marín (b)	X		
	Mellid	X		
	Merza		X (papa)	
	Milladoiro	X		
	Moimenta	X		
	<i>Molnes</i>	X		
	Mondonhedo			X (papa; hispanos)
	Montaos			X (papa; hispanos)

	Monte do Gozo	X		
	Monte Louro	X		
	Monterroso			X (hispanos)
	Montes		X (papa)	
	Morrazo			X (papa)
	Mourentán	X		
	Nebra			X (hispanos)
	Nemancos	X		
	Nemeño		X (hispanos)	
	Nendos			X (papa)
	Neoma	X		
	Noya			X (hispanos)

	Oca	X		
	Odorio	X		
	Olveira	X		
	Ons	X		
	<i>Ordiale</i>	X		
	Otero de Potros	X		
	Ourense			X (papa; hispanos)
	Outeiro	X		
	Ova	X		
	Ovar	X		
	Padornelo	X		
	Padrón	X		
	Paradela	X		
	Pastoriza	X		
	Pazos	X		
	Pedroso	X		
	Penelas	X		
	Piadela	X		

	Picosacro			X (papa)
	Pontecesures	X		
	Portas	X		
	Portodemouros	X		
	Postmarcos			X (papa; hispanos)
	Pousada	X		
	Pruzos			X (papa)
	Puente Maceira	X		
	Puente Ulla	X		
	Quebra	X		
	Quintana	X		
	Quintás	X		
	Rial	X		
	Romarís	X		
	Rubín	X		
	Rus	X		

	Sabardes			X (hispanos)
	Salceda	X		
	Salnés			X (hispanos; papa)
	Sálvora	X		
	Sandrenzo	X		
	Santa Cristina de Noya			X (hispanos)
	Santa Eulalia de Bando	X		
	Santa Eulalia de Boiro	X		
	Santa Eulalia de Lubre			X (hispanos)
	Santa Eulalia de Rivadumia	X		
	Santa Leocricia de Sisán	X		
	Santa Maria de Besomaño	X		
	Santa Maria de <i>Calleirsi</i>	X		
	Santa Maria de <i>Cendam</i>		X (hispanos)	

	Santa Maria de <i>Kalegio</i>		X (hispanos)	
	Santa Maria de Lanzada			X (hispanos; papa)
	Santa Marina		X (hispanos)	
	Santiago de Compostela			X (hispanos; papa; cardeal romano)
	Santo Tirso			X (hispanos)
	São João de Bayón	X		
	São Mamede de <i>Alamir</i>		X (hispanos)	
	São Martinho de Meis	X		
	São Martinho de Oleiros	X		
	São Martinho de Sobrán	X		
	São Paio de Sabugueira			X (papa)

	São Pedro de Cea	X		
	São Pedro de Cervás		X (hispanos)	
	São Pedro de Crendes	X		
	São Saturnino			X (hispanos)
	São Vicente		X (hispanos)	
	São Vicente de Cespón	X		
	Sar	X		
	Sarria			X (hispanos)
	Seaya			X (papa; hispanos)
	Serantes	X		
	<i>Sinales</i>	X		
	Sionlla	X		
	Sobrada		X (hispanos)	

	Sobrado			X (papa)
	Soneira	X		
	Soto	X		
	Soto de Lide	X		
	Sotolongo	X		
	Tabeirós			X (papa)
	Termas		X (hispanos)	
	Toronho	X		
	Trasancos			X (papa; hispanos)
	Trasmonte			X (hispanos)
	<i>Trauca</i>	X		
	Trevonzos	X		
	Triacastela	X		
	Troans		X	

			(hispanos)	
	Tui			X (papa; hispanos)
	Valdeirón		X (hispanos)	
	Vea		X (hispanos)	
	Vea (vale)	X		
	Vellegio	X		
	Ventosa	X		
	Vilanova	X		
	Vilar	X		
	<i>Villa noua de Masiti</i>	X		
	Villabella	X		
	Villacovas	X		
	Villafranca (a)	X		
	Villamayor	X		
	Villaplana	X		
	<i>Villar Ruui</i>	X		

	Villaverde	X		
	Villestro	X		
	Viñoa	X		
	Viones	X		
	Vivero	X		
	Cenóbio de São Bartolomeu	X		
	Igreja de Abad	X		
	Igreja de Barbeiros	X		
	Igreja de Dejo	X		
	Igreja de Lérez	X		
	Igreja de Mántaras	X		
	Igreja de Morás	X		
	Igreja de Nogueira		X (patriarca de Jerusalém)	
	Igreja de Piadela	X		
	Igreja de Salto	X		
	Igreja de Santa Anastácia	X		
	Igreja de Santa Columba		X (hispanos)	

	Igreja de Santa Cruz	X		
	Igreja de Santa Eulalia de Aviño		X (hispanos)	
	Igreja de Santa Eulalia de Losón	X		
	Igreja de Santa Leocricia	X		
	Igreja de Santa Maria	X		
	Igreja de Santa Maria de Alba	X		
	Igreja de Santa Maria de Argalo	X		
	Igreja de Santa Maria de Castro			X (hispanos)
	Igreja de Santa Maria Mayor		X (hispanos)	
	Igreja de Santa Maria de Mour	X		
	Igreja de Santa Maria de Oleiros	X		
	Igreja de Santa Maria de Oza	X		
	Igreja de Santa Maria de Sequeiro		X (hispanos)	
	Igreja de Santa Marina de Sillobre		X (hispanos)	

	Igreja da Santa e Venerável Cruz	X		
	Igreja de Santiago de Barallobre		X (hispanos)	
	Igreja de Santiago de Franza			X (hispanos)
	Igreja de Santiago de Lago		X (hispanos)	
	Igreja de Santiago de Rivasar	X		
	Igreja de Santo Estêvão de Erines	X		
	Igreja de Santo Estêvão de Lires	X		
	Igreja do Santo Sepulcro	X		
	Igreja de Santo Tirso de Mabegondo	X		
	Igreja de Santo Tomás Apóstolo de Ames	X		
	Igreja de Santo Tomé de Obra	X		
	Igreja de São Bento	X		
	Igreja de São Cristóbal	X		
	Igreja de São Félix/ de Lovio	X		
	Igreja de São João de Cova	X		
	Igreja de São João de Piñeiro		X	

			(hispanos)	
	Igreja de São João de Santeles	X		
	Igreja de São Jorge de Mariñas		X (hispanos)	
	Igreja de São Julião de Carantonha	X		
	Igreja de São Mamede			X (hispanos)
	Igreja de São Mamede de Larage		X (hispanos)	
	Igreja de São Miguel			X (papa)
	Igreja de São Miguel de Boullón	X		
	Igreja de São Miguel de Resúa	X		
	Igreja de São Paio de Lens			X (hispanos)
	Igreja de São Pedro de Cela	X		
	Igreja de São Pedro de Grandal	X		
	Igreja de São Pedro de Herbogo	X		
	Igreja de São Pedro de Leija		X	

			(hispanos)	
	Igreja de São Romão de Doniños		X (hispanos)	
	Igreja de São Salvador de <i>Cherua</i>	X		
	Igreja de São Salvador de Maniños		X (hispanos)	
	Igreja de São Salvador de Pernis	X		
	Igreja de São Salvador de Serantes		X (hispanos)	
	Igreja de São Salvador de Sillobre		X (hispanos)	
	Igreja de São Vicente de Meá		X (hispanos)	
	Igreja de São Veríssimo de Arcos	X		
	Igreja de Tiobre	X		
	Mosteiro de Arcos	X		
	Mosteiro de Arenteiro	X		
	Mosteiro de Brandariz			X (papa)

	Mosteiro <i>Budanense</i>	X		
	Mosteiro de Calogo	X		
	Mosteiro de Celanova	X		
	Mosteiro de Chantada	X		
	Mosteiro de Cinis			X (papa; hispanos)
	Mosteiro de Cospindo	X		
	Mosteiro de Ledesma	X		
	Mosteiro de Mezonzo			X (hispanos)
	Mosteiro de Moraima		X (hispanos)	
	Mosteiro de Novás	X		
	Mosteiro de Piloño			X (papa)
	Mosteiro de Samos	X		
	Mosteiro de Santa Maria de Conjo	X		
	Mosteiro de Santo Estêvão de Caneda	X		
	Mosteiro de Santo Estêvão de Ribas de Sil	X		

	Mosteiro de Santo Estêvão de Sedes		X (hispanos)	
	Mosteiro de São Julião de Narón		X (hispanos)	
	Mosteiro de São Martinho de Jubia		X (hispanos)	
	Mosteiro de São Martinho de Pinario			X (hispanos)
	Mosteiro de São Mateo		X (hispanos)	
	Mosteiro de São Paio de Antealtares			X (hispanos)
	Mosteiro de São Pedro de Afora			X (hispanos)
	Mosteiro de São Veríssimo	X		
	Mosteiro de Sobradelo			X (hispanos)
	Mosteiro de São Vicente		X (hispanos)	

	Mosteiro de Vilarinho		X (hispanos)	
	Mosteiro de Villar de Romarís		X (hispanos)	
	Castelo do Minho (castelo)	X		
	Cira (castelo)	X		
	Darbo (castelo)			X (hispanos)
	Espenunca (castelo)	X		
	Ferreira (castelo)	X		
	Gravaria (castelo)	X		
	Lobeira (castelo)	X		
	Malladas (castelo)	X		
	Orcellón (castelo)	X		
	Ponte Sampaio (castelo)			X (hispanos)
	Raneta (castelo)	X		
	Santa Maria de Autares (castelo)	X		
	São João de Peña Corneira (castelo)	X		

	São Jorge (castelo)			X (hispanos)
	Sobroso (castelo)	X		
	Torres de Oeste (castelo)			X (hispanos; papa)
	Traba (castelo)	X		
	311	203 (65%)	49 (16%)	59 (19%)
al-Andalus	Almeria	X		
	Lisboa	X		
	Mérida			X (papa; cardeal romano; hispanos)
	Sevilha	X		
	Cacela	X		
	Saltés	X		
	Silves	X		
	7	6	0	1
Aragão, Navarra e Catalunha	Estella	X		
	Jaca	X		

	Pamplona	X		
	Port-de-Cize/Roncesvales	X		
	Puente la Reina	X		
	Saragoça	X		
	Tarragona	X		
	7	7	0	0
Entre Douro e Tejo	Alcalá de Henares	X		
	Ávila			X (papa; hispanos)
	Granada (Zarza de Granadilla)	X		
	Medinaceli	X		
	Salamanca			X (papa; hispanos)
	Segóvia			X (hispanos)
	Talavera	X		
	Toledo			X (papa; cardeal romano; hispanos)

	Sepúlveda	X		
	Sigüenza		X (hispanos)	
	10	5	1	4
Leão, Terra de Campos e Castela	Anguiano	X		
	Arquillinos	X		
	Astorga			X (hispanos; papa)
	Atapuerca	X		
	Boadilla	X		
	Burgos			X (cardeal romano; papa)
	Cacabelos	X		
	Carrión			X (papa; hispanos)
	Castrojeriz	X		
	Ezcaray	X		
	Grajal	X		

Leão			X (hispanos; papa)
Ledigos	X		
Logronho	X		
Nájera	X		
Osma			X (hispanos)
Palência			X (hispanos)
Sahagún			X (cardeal romano; papa)
Santo Domingo	X		
Trabadelo	X		
Valladolid	X		
Viadangos	X		
Villafranca de Montes de Oca	X		
Zamora			X (hispanos)
Igreja de Santa Maria de Husillos	X		

	Igreja de Santo Isidoro	X		
	Igreja de São João (Burgos)	X		
	Mosteiro de São Miguel de Escalada	X		
	Mosteiro de São Zoilo	X		
	Mosteiro de Cardeña	X		
	Mosteiro de Santo André de Espinareda	X		
	Berlanga (castelo)	X		
	Mansilla (castelo)	X		
	Tierra (castelo)	X		
	34	26 (76%)	0	8 (24%)
Portugal	Braga			X (hispanos; papa)
	Coimbra			X (papa)
	Correlhã			X (hispanos; papa)
	Idanha		X (hispanos)	
	Montélios			X

				(hispanos)
	Porto			X (hispanos; cardeal romano; papa)
	Igreja de Santa Susana	X		
	Igreja de São Frutuoso			X (hispanos; papa)
	Igreja de São Vítor			X (hispanos; papa)
	Lanhoso (castelo)	X		
	10	2	1	7
Astúrias	Navia	X		
	Ourias	X		
	Oviedo			X (papa)
	Santillana	X		
	4	3	0	1
TOTAL 383		252 (66%)	51 (13%)	80 (21%)

Gráfico 1 – Referências extrapeninsulares (%)

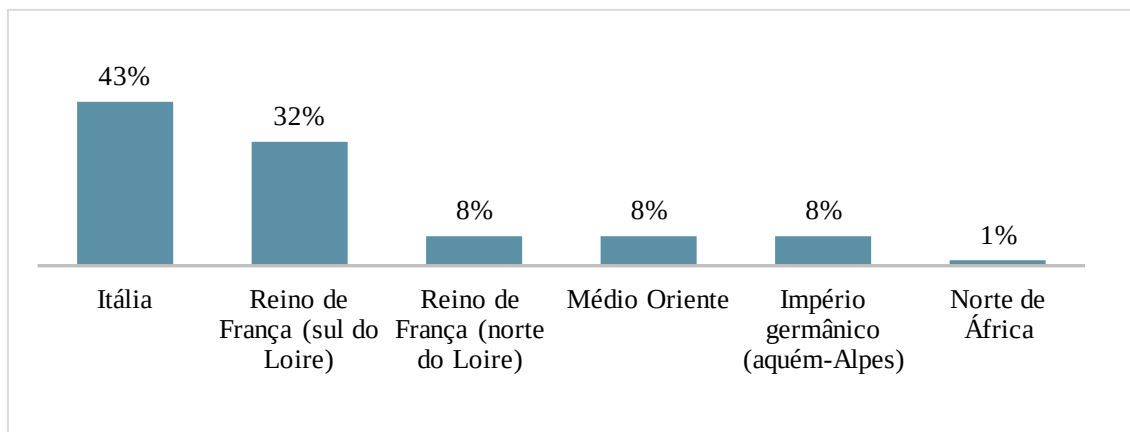


Gráfico 2 – Referências extrapeninsulares na narrativa de Munio Afonso

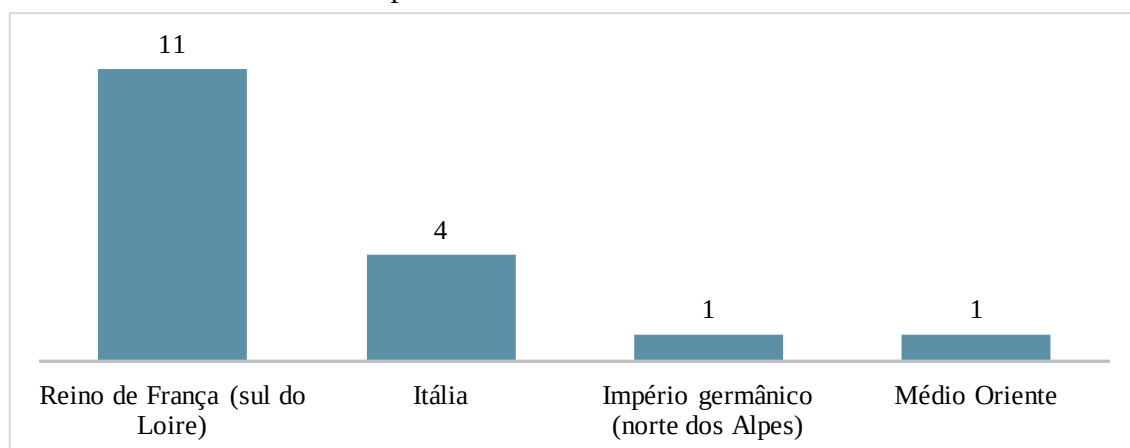


Gráfico 3 – Referências extrapeninsulares na narrativa de Geraldo

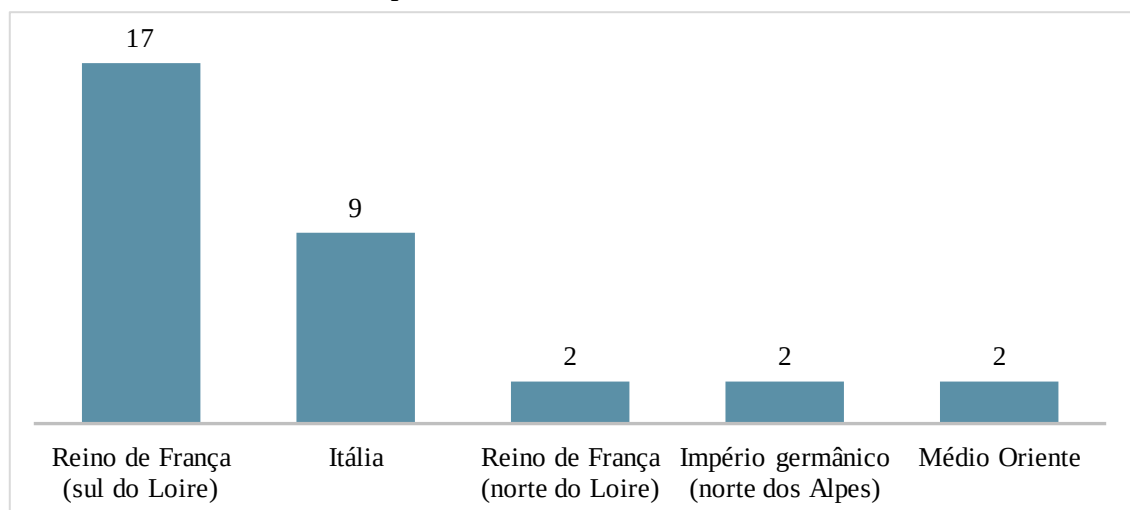


Gráfico 4 – Referências extrapeninsulares na narrativa de Pedro Marcio

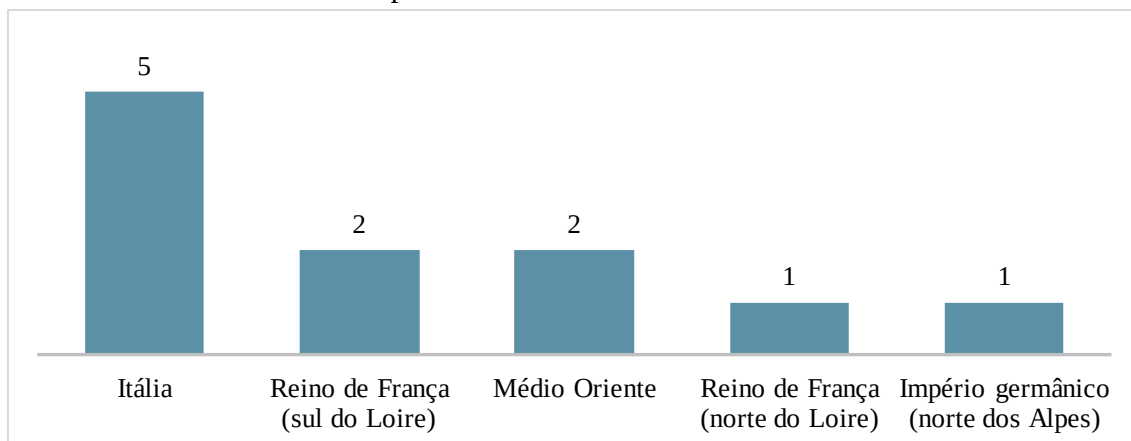


Gráfico 5 – Referências peninsulares (%)

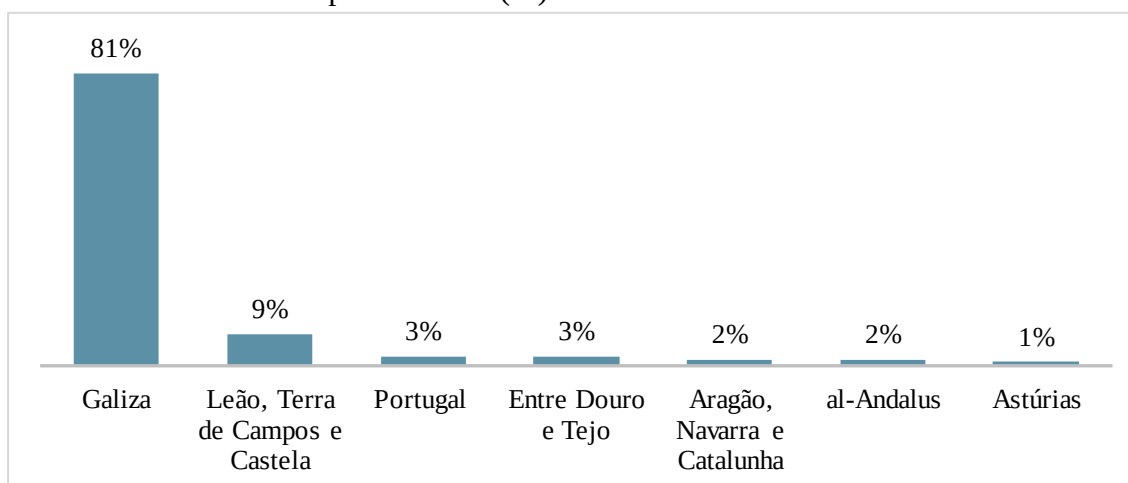


Gráfico 6 – Referências peninsulares na narrativa de Munio Afonso

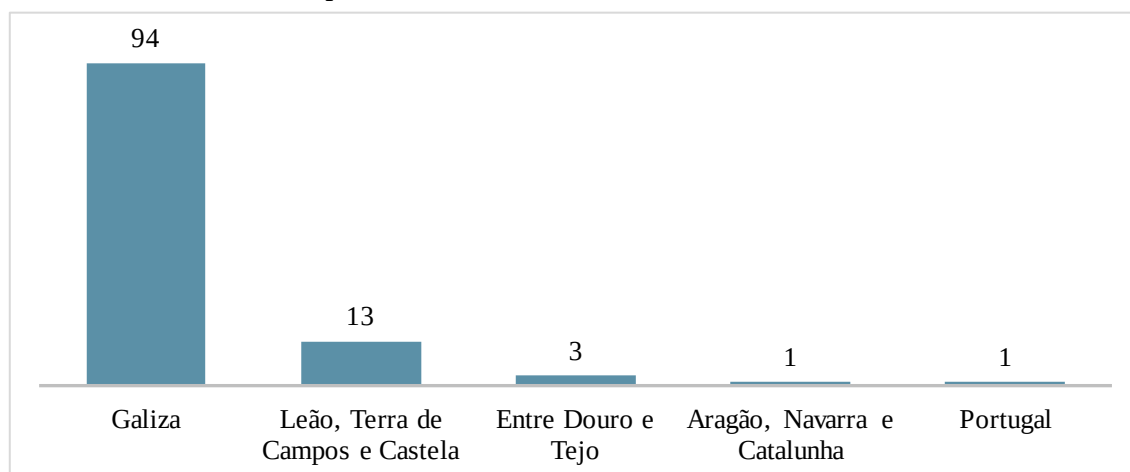


Gráfico 7 – Referências peninsulares na narrativa de Geraldo

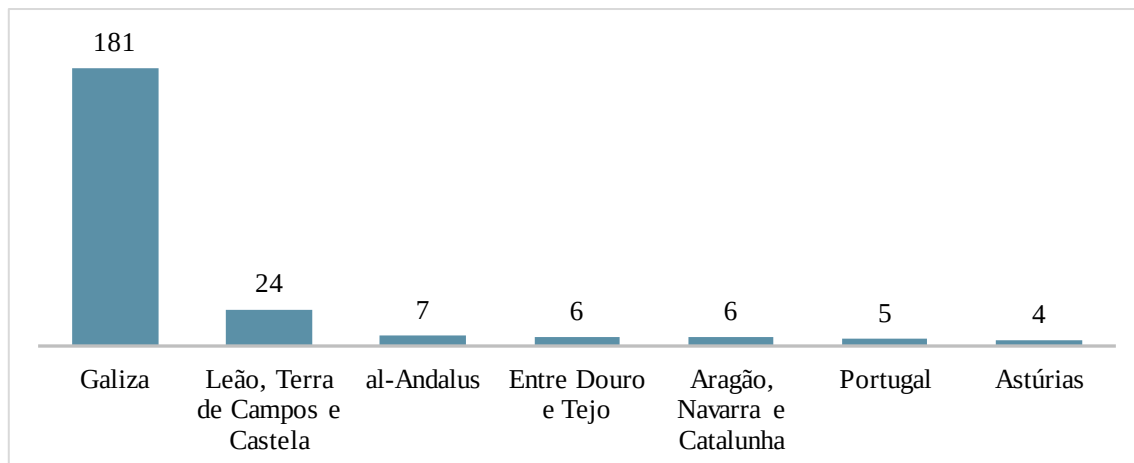


Gráfico 8 – Referências peninsulares na narrativa de Pedro Marcio

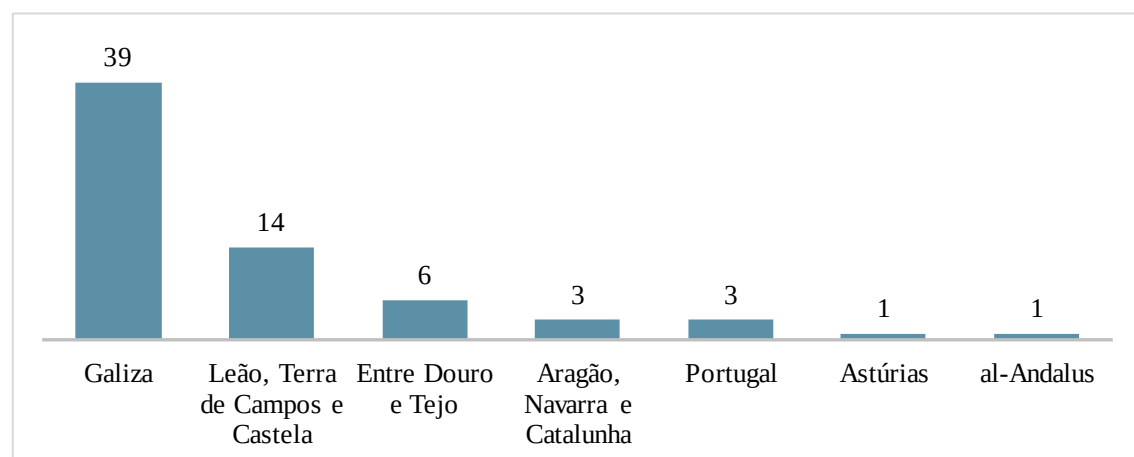
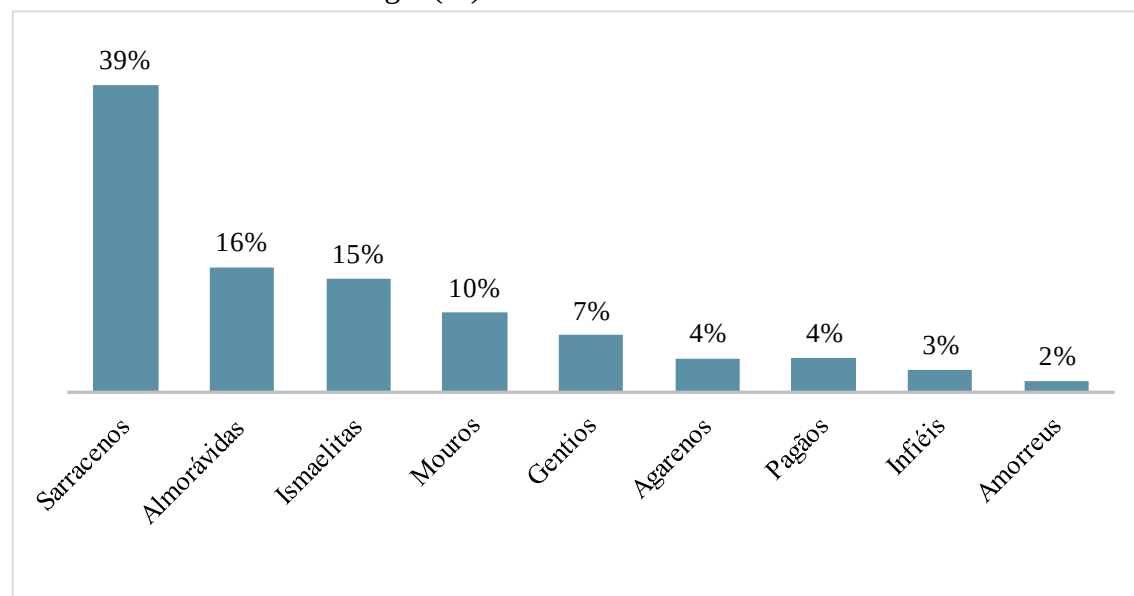
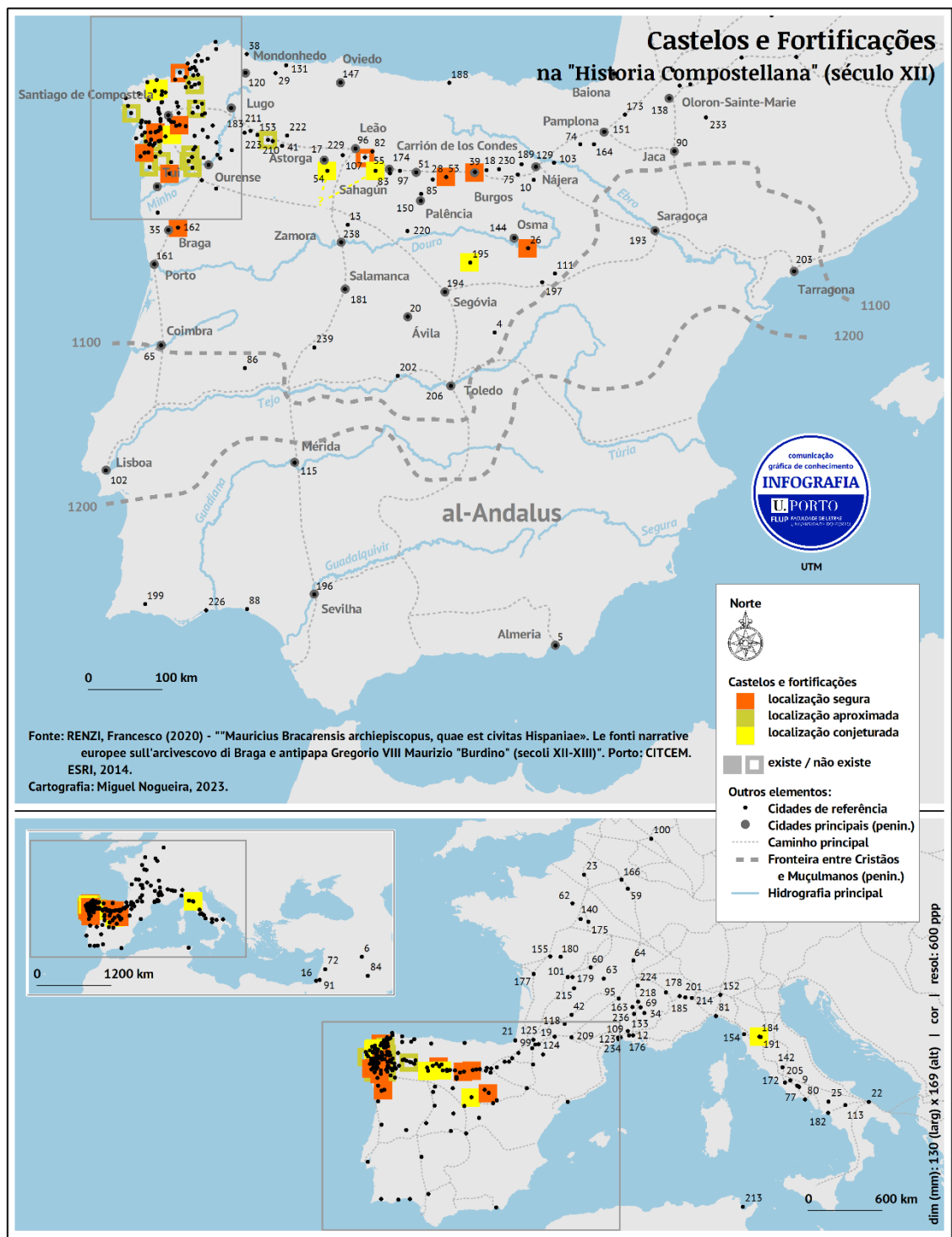


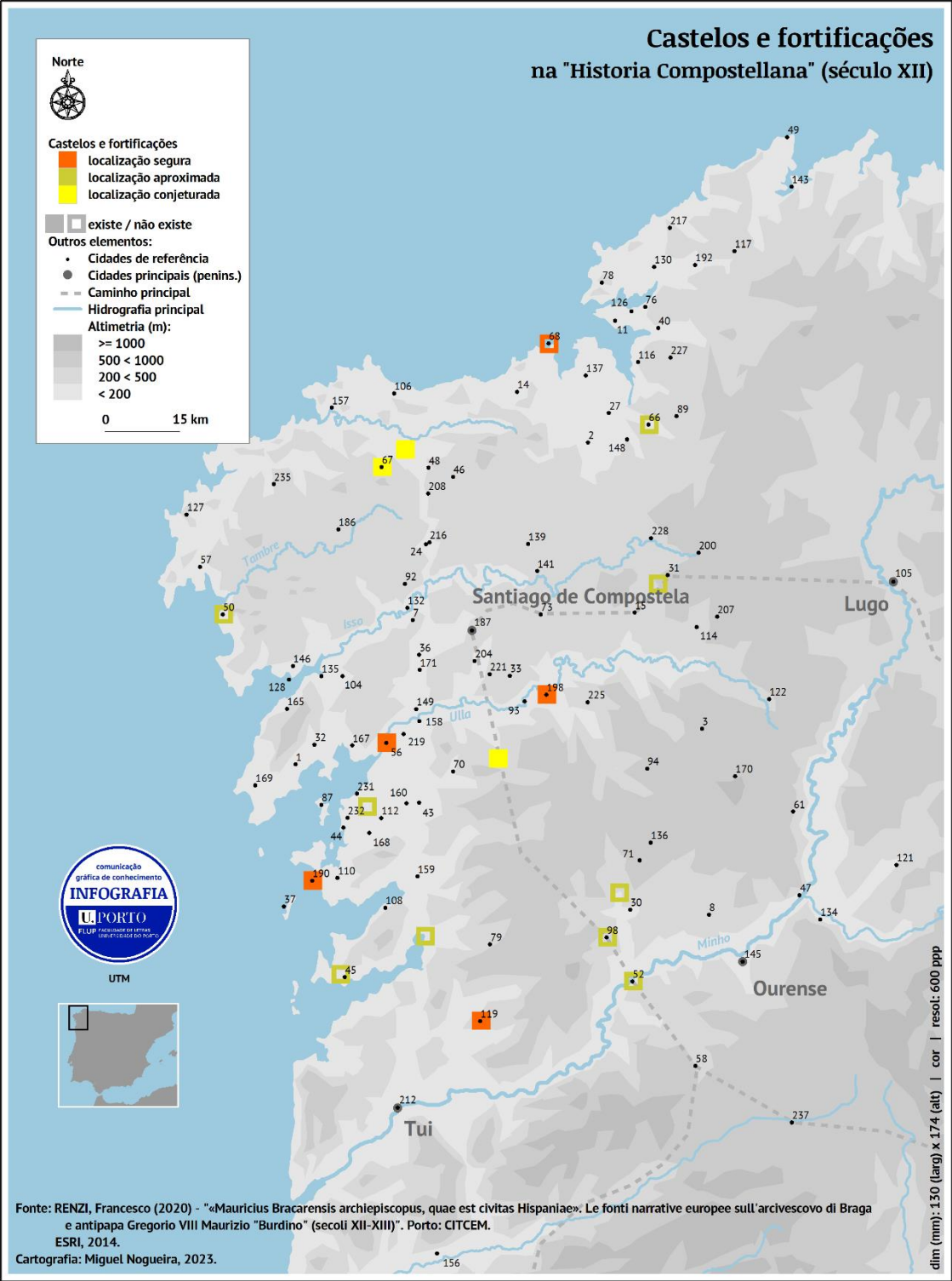
Gráfico 9 – Islão - terminologia (%)



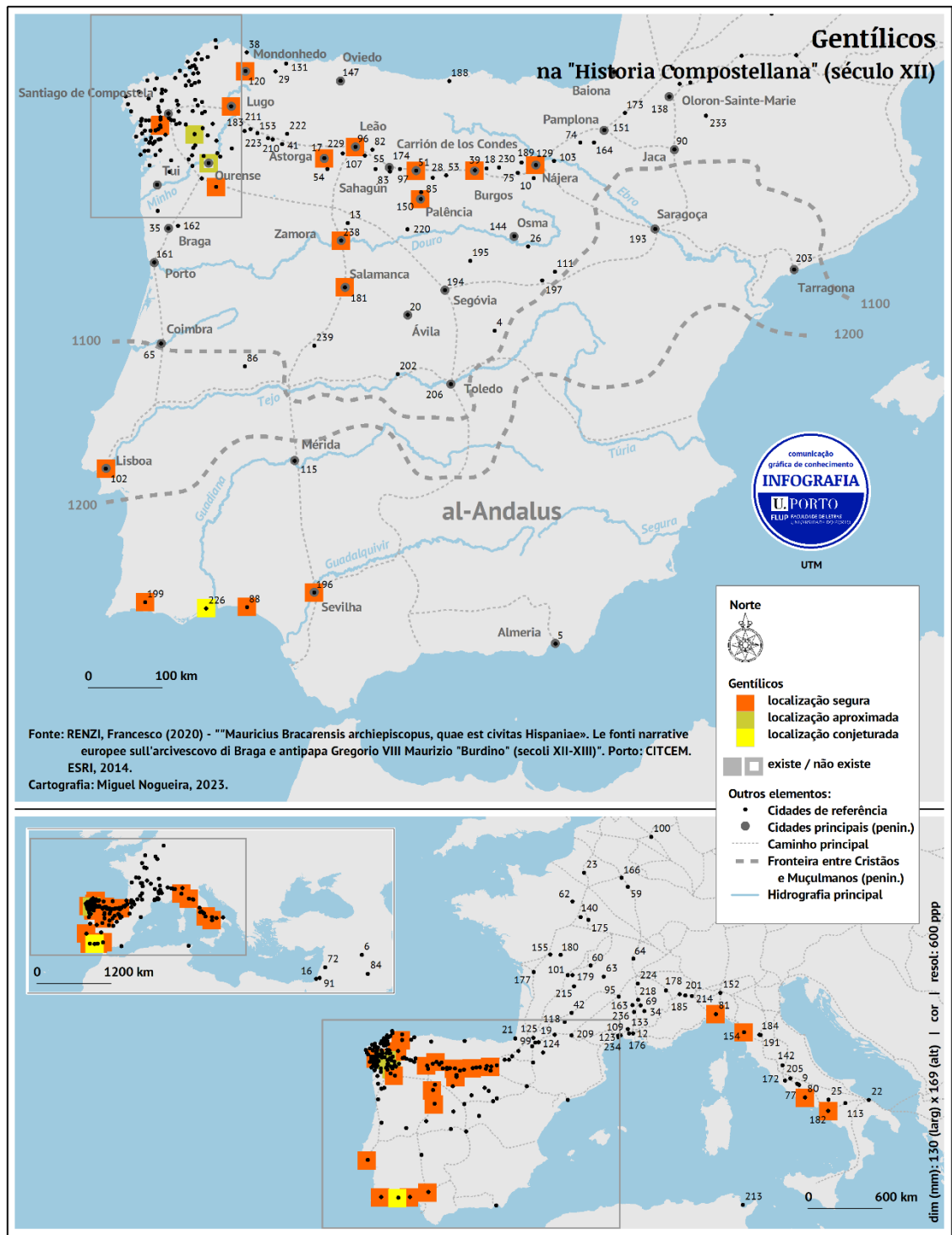
Mapa 1 – Castelos e fortificações



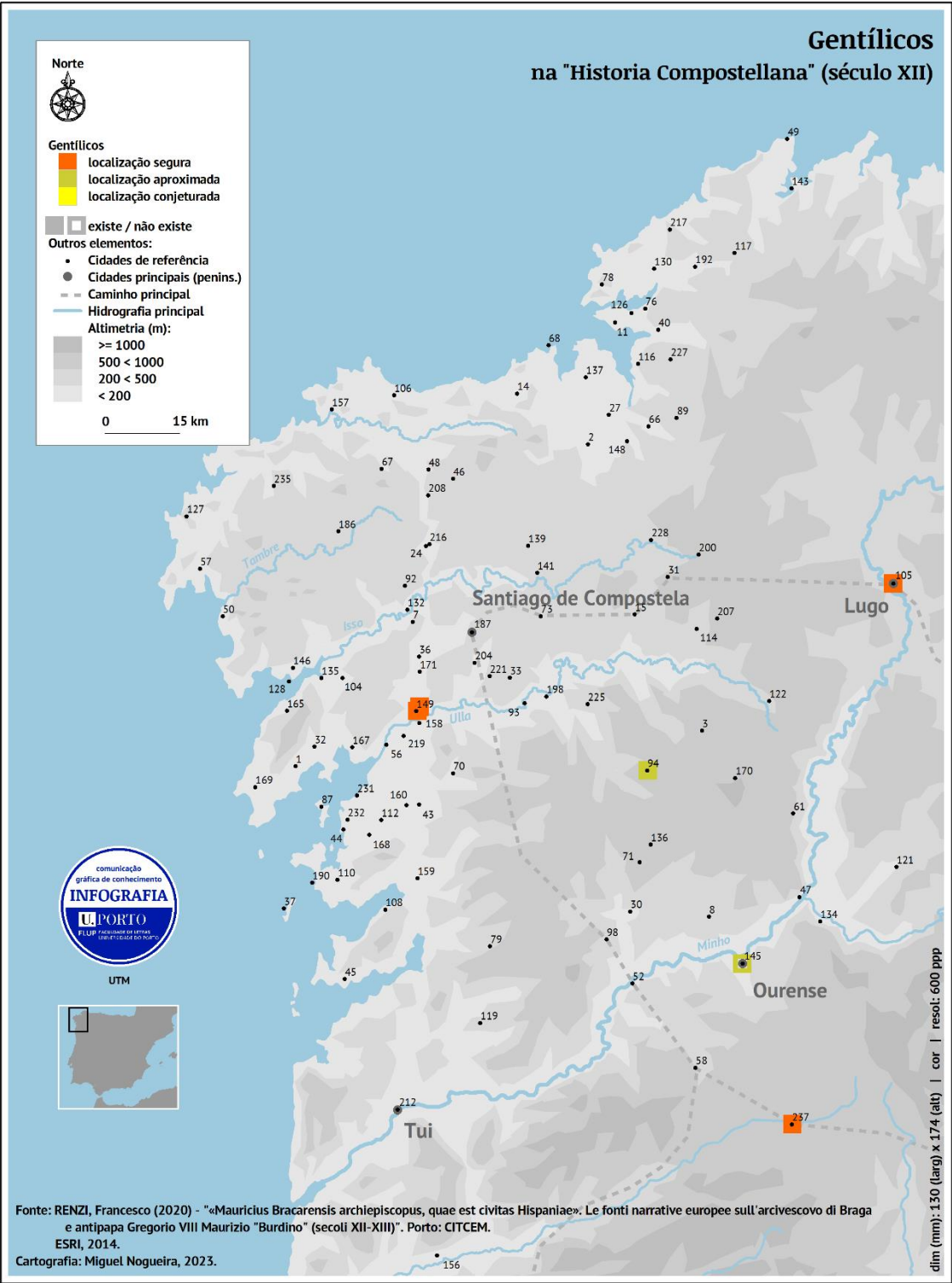
Mapa 2 – Castelos e fortificações (Galiza)



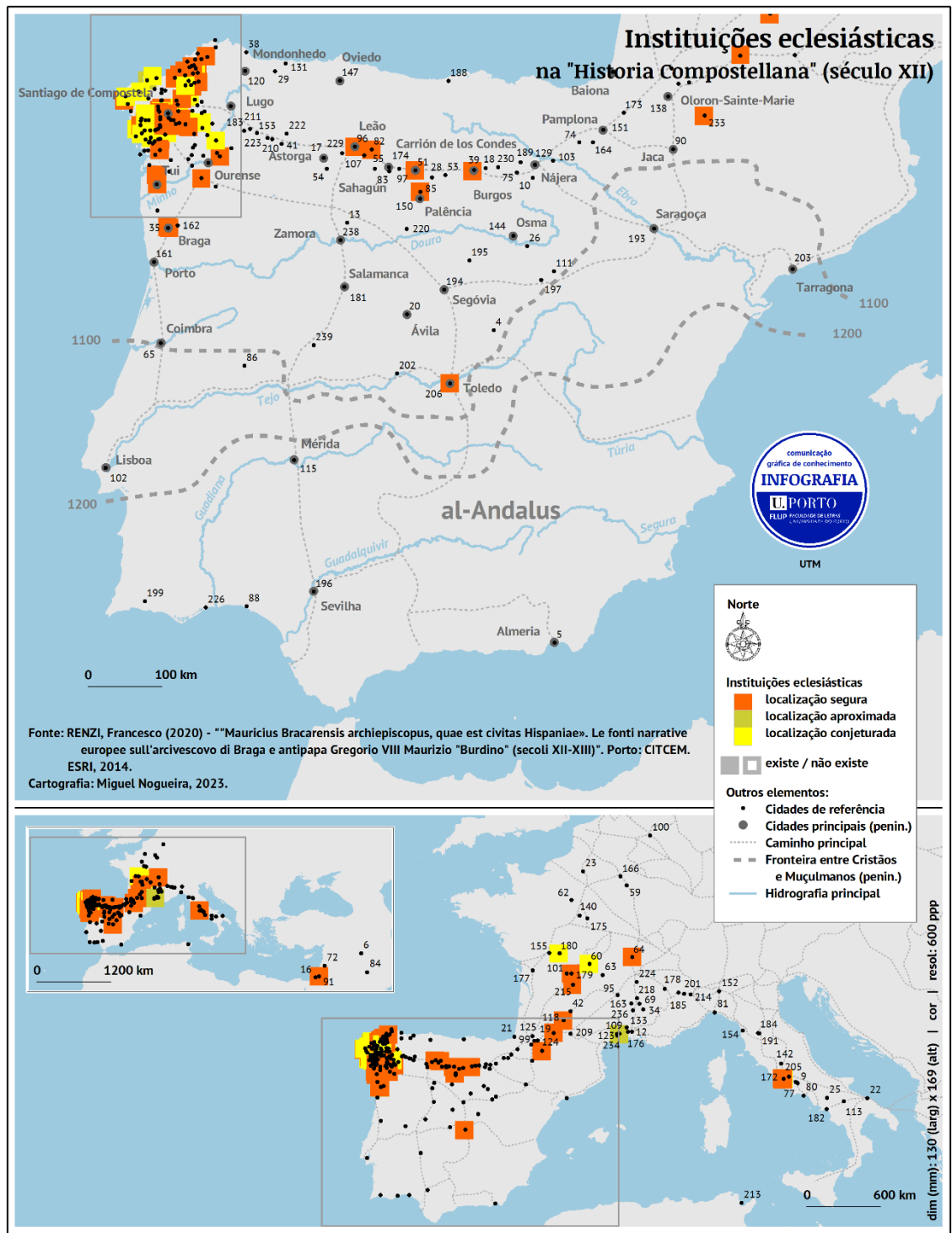
Mapa 3 – Gentílicos



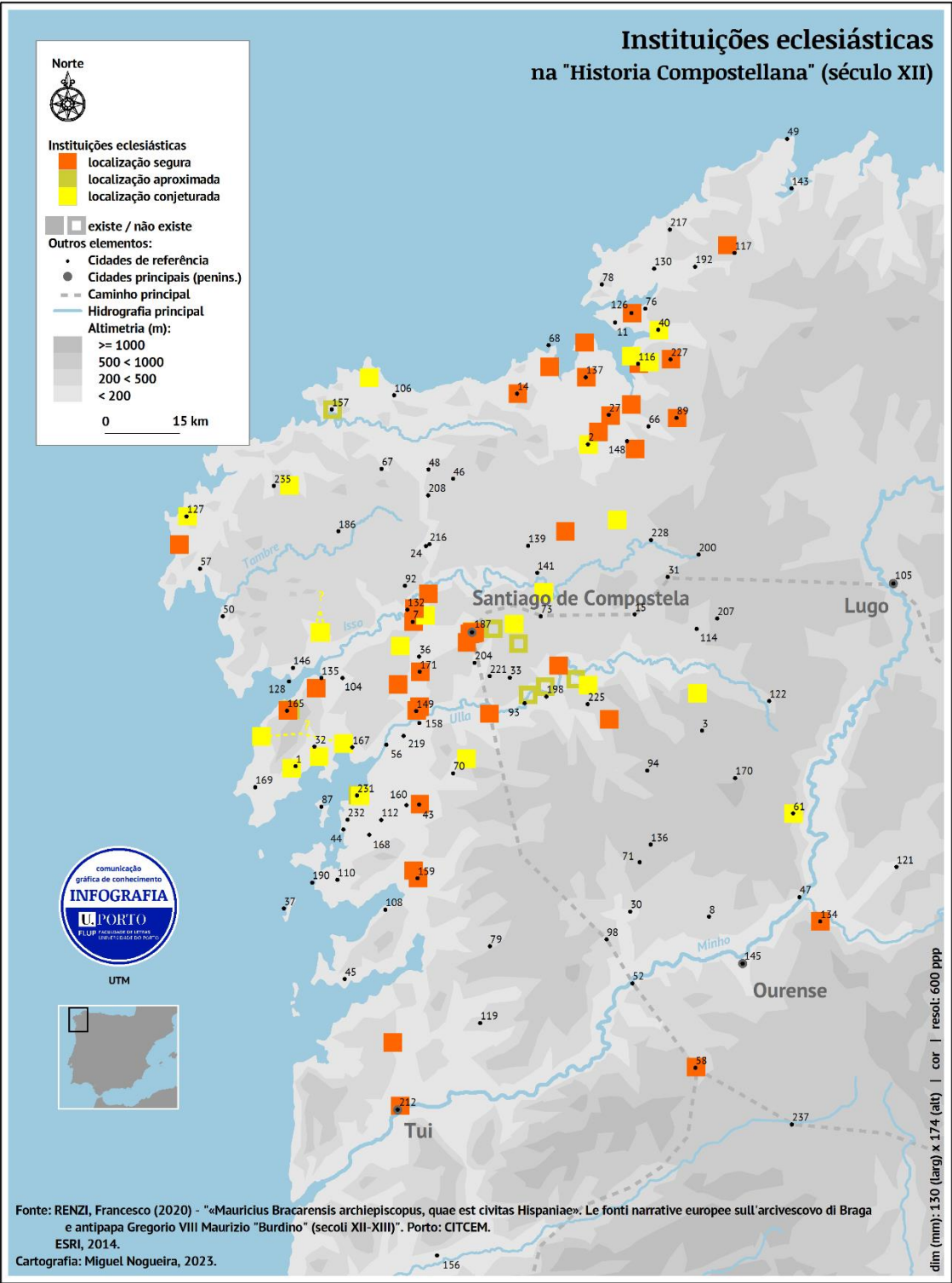
Mapa 4 – Gentílicos (Galiza)



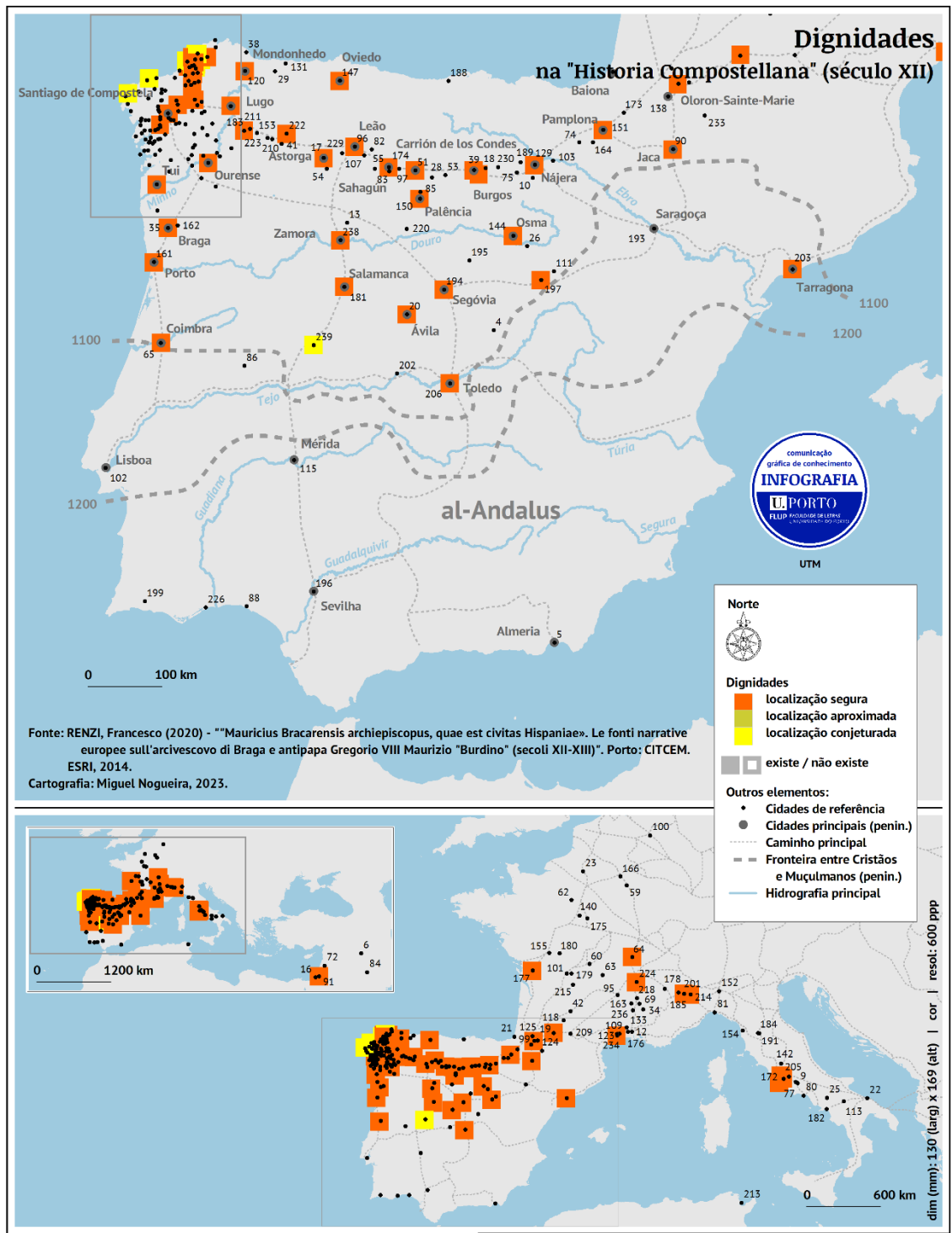
Mapa 5 – Instituições eclesiásticas



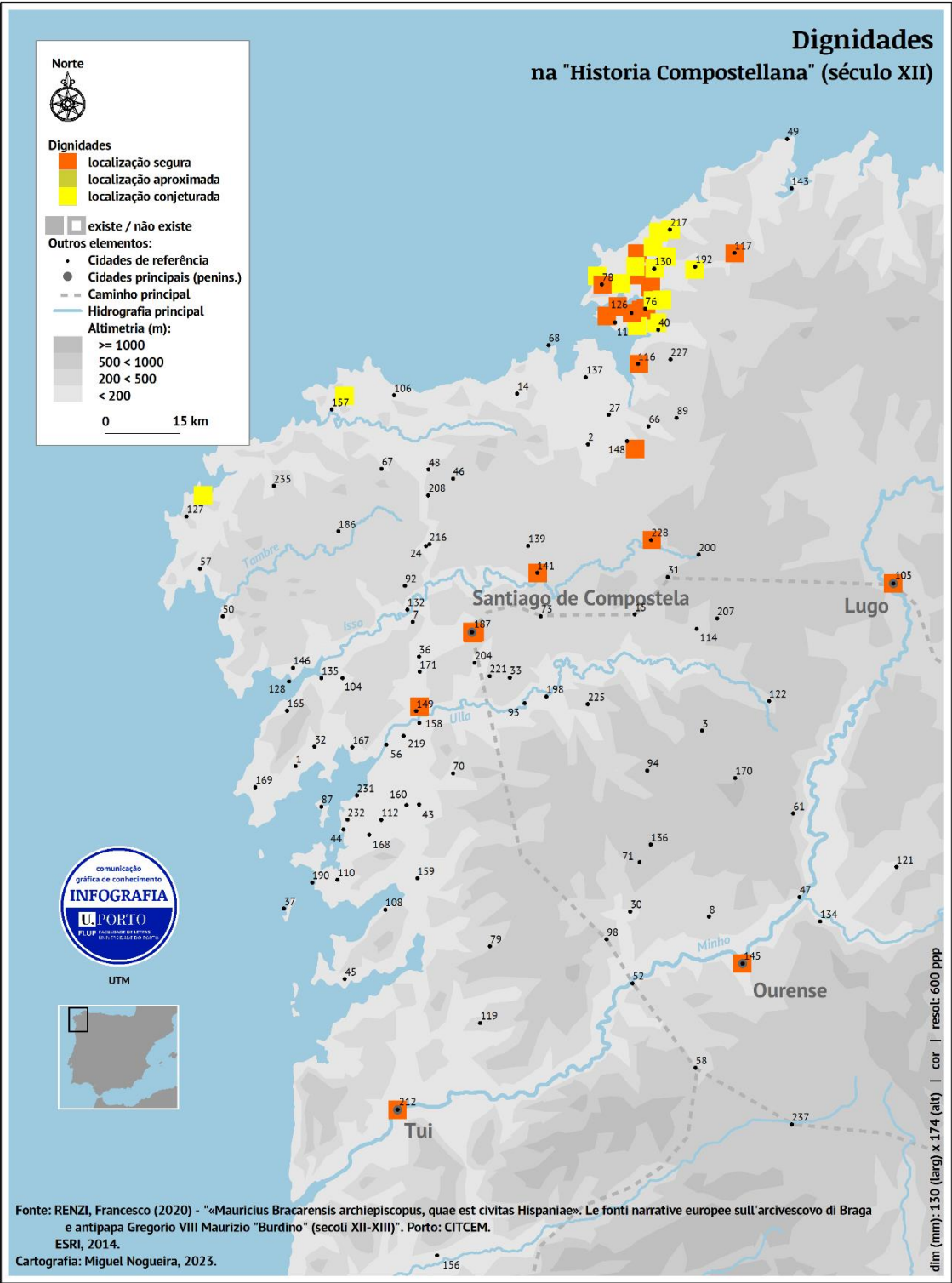
Mapa 6 – Instituições eclesiásticas (Galiza)



Mapa 7 – Dignidades



Mapa 8 – Dignidades (Galiza)



ID	Lugar	ID	Lugar	ID	Lugar
1	A Proba do Caramiñal	86	Idanha-a-Nova	171	Rois
2	Abegondo	87	Ilha de Arosa	172	Roma
3	Agolada	88	Ilha de Saltés/Huelva	173	Roncesvales
4	Alcalá de Henares	89	Irixoa	174	Sahagún
5	Almeria	90	Jaca	175	Saint-Benoît-sur-Loire
6	Al-Shirqat	91	Jerusalém	176	Saint-Gilles
7	Ames	92	La Baña	177	Saint-Jean-d'Angély
8	Amoeiro	93	La Estrada	178	Saint-Jean-de-Maurienne
9	Anagni	94	Lalín	179	Saint-Léonard-de-Noblat
10	Anguiano	95	Le Puy-en-Velay	180	Saint-Savin
11	Ares	96	Leão	181	Salamanca
12	Arles	97	Ledigos	182	Salerno
13	Arquilinos	98	Leiro	183	Samos
14	Arteixo	99	Lescar	184	San Casciano in Val di Pesa
15	Arzúa	100	Liège	185	Sant'Ambrogio di Torino
16	Ascalão	101	Limoges	186	Santa Comba
17	Astorga	102	Lisboa	187	Santiago de Compostela
18	Atapuerca	103	Logronho	188	Santillana del Mar
19	Auch	104	Lousame	189	Santo Domingo de la Calzada
20	Ávila	105	Lugo	190	Sanxenxo
21	Baiona	106	Malpica de Bergantiños	191	São Fabiano
22	Bari	107	Mansilla de las Mulas	192	São Saturnino
23	Beauvais	108	Marín	193	Saragoça
24	Bembibre	109	Mauguio	194	Segóvia
25	Benevento	110	Meaño	195	Sepúlveda
26	Berlanga do Douro	111	Medinaceli	196	Sevilha
27	Betanzos	112	Meis	197	Sigüenza
28	Boadilla del Camino	113	Melfi	198	Silleda
29	Boal	114	Mellid	199	Silves
30	Boborás	115	Mérida	200	Sobrado
31	Boimorto	116	Miño	201	Susa
32	Boiro	117	Moeche	202	Talavera de la Reina
33	Boqueijón	118	Moissac	203	Tarragona
34	Bouvières*	119	Mondariz	204	Teo
35	Braga	120	Mondonhedo	205	Tivoli
36	Brión	121	Monforte de Lemos	206	Toledo
37	Bueu	122	Monterroso	207	Toques
38	Burela	123	Montpellier	208	Tordoya
39	Burgos	124	Morlaàs**	209	Toulouse
40	Cabanas	125	Morlanne**	210	Trabadelo
41	Cacabelos	126	Mugardos	211	Triacastela
42	Cahors	127	Mugía	212	Tui
43	Caldas de Reyes	128	Muros	213	Tunes
44	Cambados	129	Nájera	214	Turim

45	Cangas	130	Narón	215	Uzerche
46	Cáparos	131	Navia	216	Val do Dubra
47	Carballedo	132	Negreira	217	Valdoviño
48	Carballo	133	Nîmes	218	Valence
49	Cariño***	134	Nogueira de Ramuín	219	Valga
50	Carnota	135	Noya	220	Valladolid
51	Carrión de los Condes	136	O Irixo	221	Vedra
52	Castrelo do Minho	137	Oleiros	222	Vega de Espinareda
53	Castrojeriz	138	Oloron-Sainte-Marie	223	Vega de Valcarce
54	Castrotierra de la Valdurna	139	Ordes	224	Vienne
55	Castrotierra de Valmadrigal	140	Orleães	225	Vila de Cruces
56	Catoira	141	Oroso	226	Vila Real de Santo António
57	Cee	142	Orte	227	Vilarmador
58	Celanova	143	Ortigueira***	228	Vilasantar
59	Châlons-en-Champagne	144	Osma	229	Villadangos del Páramo
60	Chambon-sur-Voueize	145	Ourense	230	Villafranca de Montes de Oca
61	Chantada	146	Outes	231	Villagarcía de Arosa
62	Chartres	147	Oviedo	232	Villanueva de Arosa
63	Clermont-Ferrand	148	Oza-Cesuras	233	Villelongue
64	Cluny	149	Padrón	234	Villeneuve-lès-Maguelone
65	Coimbra	150	Palência	235	Vimianzo
66	Coirós	151	Pamplona	236	Viviers*
67	Coristanco	152	Pavia	237	Xinzo de Limia
68	Corunha	153	Pedrafita do Cebreiro	238	Zamora
69	Crest	154	Pisa	239	Zarza de Granadilla
70	Cuntis	155	Poitiers	* Bouvières e Viviers são duas opções para o lugar <i>Beueriis</i>. ** Morlaàs e Morlanne são duas opções para o lugar <i>Morlanum</i>. *** Cariño e Ortigueira são duas hipóteses para a localização aproximada do arciprestado de Arros.	
71	Dadín	156	Ponte de Lima		
72	Damasco	157	Ponteceso		
73	El Pino	158	Ponteceso		
74	Estella	159	Pontevedra		
75	Ezcaray	160	Portas		
76	Fene	161	Porto		
77	Ferentino	162	Póvoa de Lanhoso		
78	Ferrol	163	Privas		
79	Fornelos de Montes	164	Puente la Reina		
80	Gaeta	165	Puerto del Son		
81	Génova	166	Reims		
82	Gradefes	167	Rianxo		
83	Grajal de Campos	168	Ribadumia		
84	Hila	169	Ribeira		
85	Husillos	170	Rodeiro		

